ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 75

Brasília - DF, sexta-feira, 19 de abril de 2013

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Senado Federal 2
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 9
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 23
Ministério da Educação 25
Ministério da Fazenda 34
Ministério da Integração Nacional 50
Ministério da Justiça 57
Ministério da Pesca e Aquicultura 63
Ministério da Previdência Social 63
Ministério da Saúde 64
Ministério das Cidades 72
Ministério das Comunicações 72
Ministério de Minas e Energia 75
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 175
Ministério do Meio Ambiente 175
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 176
Ministério do Trabalho e Emprego 177
Ministério dos Transportes 184
Ministério Público da União 185
Tribunal de Contas da União 186
Poder Legislativo 197
Poder Judiciário 198
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 206

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.588 (1)
ORIGEM : ADI - 155558 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. JOAQUIM BARBOSA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
ADV.(A/S) : GUSTAVO DO AMARAL MARTINS E OUTROS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado por indicação de Sua Excelência, a Senhora Ministra Ellen Gracie, Relatora. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Plenário, 18.12.2002.

Decisão: Após o voto da Senhora Ministra Ellen Gracie, Relatora, rejeitando a preliminar de legitimidade e julgando procedente, em parte, o pedido formulado na inicial para declarar a inconstitucionalidade da expressão "ou coligada", duplamente contida na cabeça do artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, pediu vista o Senhor Ministro Nelson Jobim. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Falou pela requerente o Dr. Gustavo do Amaral Martins. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Plenário, 05.02.2003.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Nelson Jobim, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 28.04.2004.

Decisão: Após o voto da Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora), julgando procedente, em parte, a ação, e do voto do Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente), julgando-a improcedente para dar interpretação conforme à Constituição, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Marco Aurélio. Renovado o relatório e a sustentação. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela requerente, o Dr. Gustavo do Amaral Martins e, pela Advocacia-Geral da União, o Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União. Plenário, 09.12.2004.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Marco Aurélio, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 24.02.2005.

Decisão: Após o voto-vista do Senhor Ministro Marco Aurélio, julgando procedente a ação, no que foi acompanhado pelo Senhor Ministro Sepúlveda Pertence, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Carlos Britto. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Não participou da votação a Senhora Ministra Cármen Lúcia por suceder ao Senhor Ministro Nelson Jobim, que proferira voto. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 28.09.2006.

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski que, na linha dos votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio e Sepúlveda Pertence, julgava procedente a ação para dar interpretação conforme ao artigo 43, § 2º, do Código Tributário Nacional, de forma a excluir do seu alcance qualquer interpretação que resulte no desprezo da disponibilidade econômica ou jurídica da renda para efeito de incidência do imposto, e declarava a inconstitucionalidade do artigo 74, seu parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158, e do voto do Senhor Ministro Eros Grau que, acompanhando a linha do voto do Senhor Ministro Nelson Jobim, julgava improcedente a ação, também para dar interpretação conforme à Constituição, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Carlos Britto. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia e, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 25.10.2007.

Decisão: Após o voto-vista do Senhor Ministro Ayres Britto, julgando improcedente a ação direta para dar interpretação conforme ao artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, no que foi acompanhado pelo Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente), e o voto do Senhor Ministro Celso de Mello, julgando-a procedente para dar interpretação conforme ao § 2º do artigo 43 do Código Tributário Nacional, o julgamento foi suspenso para colher o voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 17.08.2011.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação direta para dar interpretação conforme a Constituição ao art. 74 da Medida Provisória nº 2.158, de modo a limitar a sua aplicação à tributação das pessoas jurídicas sediadas no Brasil cujas coligadas ou controladas no exterior estejam localizadas em países de tributação favorecida, ou seja, países desprovidos de controles societários e fiscais adequados, normalmente conhecidos como "paraísos fiscais", o julgamento foi suspenso. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Não participam da votação os Ministros Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Cármen Lúcia, por sucederem a ministros que já proferiram votos em assentadas anteriores. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 03.04.2013.

Decisão: Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação para, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, conferir interpretação conforme, no sentido de que o art. 74 da MP nº 2.158-35/2001 não se aplica às empresas "coligadas" localizadas em países sem tributação favorecida (não "paraísos fiscais"), e que o referido dispositivo se aplica às empresas "controladas" localizadas em países de tributação favorecida ou desprovidos de controles societários e fiscais adequados ("paraísos fiscais", assim definidos em lei), vencidos os Ministros Marco Aurélio, Sepúlveda Pertence, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. O Tribunal deliberou pela não aplicabilidade retroativa do parágrafo único do art. 74 da MP nº 2.158-35/2001. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa, que lavrará o acórdão. Não participaram da votação os Ministros Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Cármen Lúcia, por sucederem a ministros que votaram em assentadas anteriores. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.04.2013.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 219, DE 2013(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de abril de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 21/3/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 12, DE 2013

Declara nula a Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont, adotada em 9 de janeiro de 1948.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É declarada nula a Resolução da Mesa do Senado Federal, adotada em 9 de janeiro de 1948, que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e do seu respectivo suplente, Abel Chermont, publicada no Diário do Congresso de 10 de janeiro de 1948.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de abril de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira:

I - NO GRAU DE GRANDE-OFICIAL:

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Major Brigadeiro Engenheiro FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA;
Major Brigadeiro Intendente MANOEL JOSÉ MANHÃES FERREIRA;
Major Brigadeiro do Ar PAULO JOÃO CURY;

II - NO GRAU DE COMENDADOR:

a) MARINHA DO BRASIL

Contra-Almirante AFRÂNIO DE PAIVA MOREIRA JUNIOR;
Contra-Almirante ALIPIO JORGE RODRIGUES DA SILVA;
Contra-Almirante ALMIR GARNIER SANTOS;
Contra-Almirante ANTONIO CARLOS SOARES GUERREIRO;
Contra-Almirante (Md) EDMAR DA CRUZ ARÊAS;
Contra-Almirante (EN) HUMBERTO MORAES RUIVO;
Contra-Almirante LEONARDO PUNTEL;
Contra-Almirante LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES HECHT;
Contra-Almirante PAULO RICARDO MÉDICI;
Contra-Almirante RODOLFO FREDERICO DIBO;
Contra-Almirante (IM) SAMY MOUSTAPHA;

b) FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Brigadeiro do Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR;
Brigadeiro do Ar CESAR ESTEVAM BARBOSA;
Brigadeiro Intendência EURICO JORGE DE LIMA;
Brigadeiro do Ar JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS;
Brigadeiro Médico JORGE REBELLO FERREIRA;
Brigadeiro Intendente LUIZ TIRRE FREIRE;
Brigadeiro do Ar OSWALDO MACHADO CARLOS DE SOUZA;
Brigadeiro do Ar PAULO ÉRICO SANTOS DE OLIVEIRA;
Brigadeiro do Ar RUI CHAGAS MESQUITA;
Brigadeiro do Ar WALDEISIO FERREIRA CAMPOS;

III - NO GRAU DE OFICIAL:

a) MARINHA DO BRASIL

Capitão de Fragata CARLOS ANDRÉ CORONHA MACEDO;

b) FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Coronel Aviador ANDRÉ LUIS PINHEIRO DE VASCONCELOS;
Coronel Aviador FRANCISCO SINVAL NASCIMENTO DE SOUZA;
Coronel Aviador LUIZ ALBERTO PEREIRA BIANCHI;
Tenente-Coronel Aviador ALEXANDRE GOMES DA SILVA; e
Major Aviador ALBERTO AUGUSTO MORAES VIEIRA ALVES.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, ao Grau de Grande-Oficial, os seguintes militares da Marinha do Brasil:

Almirante de Esquadra CARLOS AUGUSTO DE SOUSA; e
Almirante de Esquadra WILSON BARBOSA GUERRA.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no grau de Cavaleiro do Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares:

Coronel Eng ADRIANO COELHO DE PAULA;
Coronel Inf AIRTON LEAL DE MORAES;
Coronel Inf ALBERTO BARBOSA FRAZÃO PEREIRA;
Coronel Cav ALCIDES VALERIANO DE FARIA JUNIOR;
Coronel Com ALEXANDRE CARDOSO NONATO;
Coronel Cav ALEXANDRE HENRIQUE SOUZA DA HORA;
Coronel Com ALEXANDRE MORENO DOS SANTOS;
Coronel Inf ALFREDO DE ANDRADE BOTTINO;
Coronel Cav ALOISIO LAMIM;
Coronel Inf ÁLVARO HENRIQUE DE MENDONÇA ROCHA;
Coronel QEM ALVARO KOJI IMAI;
Coronel Art ANDRÉ LUIZ RIBEIRO CAMPOS ALLÃO;
Coronel Art ANTONIO RUY COSTA JUNIOR;
Coronel Art ARNON WELLINGTON BARROS DINIZ;
Coronel Inf AROLDO RIBEIRO CURSINO;
Coronel QMB CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS;
Coronel Cav CELSO OSÓRIO SOUTO CORDEIRO;
Coronel Inf DAVÍ SILVA TEIXEIRA DE SOUZA;
Coronel Art DÊNIS ERNESTO DO CARMO;
Coronel Int EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS;
Coronel Cav EDUARDO WALLIER VIANNA;
Coronel Int ESTARCK PEREIRA MOTTA;
Coronel Art EUGÊNIO PACELLI VIEIRA MOTA;
Coronel Art EUZIMAR KNIPPÉL DO CARMO;
Coronel QMB FERNANDO ANTÔNIO CORRÊA DE ARAÚJO;
Coronel Cav FRANCIS DE OLIVEIRA GONÇALVES;
Coronel Inf FREDERICO PINTO SAMPAIO;
Coronel Inf GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES;
Coronel QMB HEIDER TEIXEIRA DE SANTANA;
Coronel Inf HENRIQUE DE JESUS PEDROSA BATISTA;
Coronel Art IGOR SIDHARTHA BOËCHAT;
Coronel Inf JAIR RODRIGUES DA CRUZ JÚNIOR;
Coronel Art JOÃO MARCIO PAVÃO BARROSO;
Coronel Inf JONES DARKENWALD FARIAS;
Coronel QMB LUÍS ALBERTO GONÇALVES IGNACIO;
Coronel QMB LUIS FELIPE GARCIA FERNANDES;
Coronel Art LUIZ ANTONIO MARQUES;
Coronel Cav MARCELO BARBOSA CUNHA;
Coronel Med MARCELO PAIVA DE OLIVEIRA;
Coronel Com MARCO ANTONIO BORGES;
Coronel Com MARCO ANTONIO RIBEIRO CAFFÉ;
Coronel Cav MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA ROSA;
Coronel Art MARCOS JOSÉ DE ANDRADE;
Coronel Inf MARCOS MARQUES DE SOUZA;
Coronel Inf MARIO GUSTAVO FREIRE DA SILVA CALDAS;
Coronel QMB MAURICIO NAVARENHO;
Coronel Art MILTON BERTOLLI FERREIRA DE ANDRADE;
Coronel Art MILTON JOSÉ DE MELLO;
Coronel Art MIRIANO VALDONI EDER;
Coronel Inf ODONE DA SILVA CARLAN;
Coronel Inf OTÁVIO DORNELLES CLARET DA SILVA;
Coronel Med PAULO SÉRGIO IGLESSIAS;
Coronel QEM PEDRO SOARES DA SILVA NETO;
Coronel Int RICARDO ARAÚJO LOPES;
Coronel Art RICARDO JOSÉ ALVES;
Coronel QMB RICARDO MIRANDA AVERSA;
Coronel Inf RICARDO PEREIRA DE ARAUJO BEZERRA;
Coronel Com RICARDO ROQUE DA SILVA;
Coronel Inf RIDAUTO LÚCIO FERNANDES;
Coronel QEM ROBERTO CASTELO BRANCO JORGE;
Coronel QEM ROBSON SANTANA DE CARVALHO;
Coronel Med ROGÉRIO PEDROTI;
Coronel Art RONI BAKSYS PINTO;
Coronel Inf SAID ZENDIM;
Coronel Inf SEBASTIÃO LOPES DE VASCONCELOS FILHO;
Coronel Inf SEBASTIÃO ROBERTO DE OLIVEIRA;
Coronel QEM TALES EDUARDO ARECO VILLELA;
Coronel Cav THEÓFANES DE LIRA PESSÔA JUNIOR;
Coronel Eng UGO DE NEGREIROS VIANNA;
Coronel Eng VLADIMIR PIRES PINTO;
Coronel Eng WILSON ROCHA FERREIRA;
Tenente-Coronel Int ADELSON ROBBI;
Tenente-Coronel Inf AUREO RIBEIRO VIEIRA DA SILVA;
Tenente-Coronel Inf CARLOS FEITOSA RODRIGUES;
Tenente-Coronel Inf DANILO MOTA ALENCAR;
Tenente-Coronel Eng HAMILTON TEIXEIRA CAMILLO;
Tenente-Coronel Inf HIDENOBU YATABE;
Tenente-Coronel Art JEAN JOSÉ ARANTES MARTINS;
Tenente-Coronel Art LUÍS FERNANDO GONÇALVES;
Tenente-Coronel Cav MARCELO TEODORO DE SIQUEIRA;
Tenente-Coronel Inf MARCO ANTÔNIO ESTEVÃO MACHADO;
Tenente-Coronel Eng NILTON DE FIGUEIREDO LAMPERT;
Tenente-Coronel Eng PAULO CESAR DE PAOLI;
Tenente-Coronel Cav THIERS LOBO RIBEIRO;
Major Art GUILHERME GUIMARÃES FERREIRA;
Major QCO JEFFERSON LUIZ MENDONÇA PEREIRA;
Major QCO WANDERLEY ARIMATÉA DE PAIVA;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Capitão QAO PAULO ROBERTO SILVA LOPES;
Capitão QAO RAIMUNDO ANTONIO TEIXEIRA DA SILVEIRA;
Primeiro-Tenente QAO ANTÔNIO CARLOS ALVES CARVALHO JÚNIOR;
Primeiro-Tenente QAO CHARLES GONÇALVES DA SILVA;
Primeiro-Tenente QAO CLEZIO ADEL TAVARES MOREIRA;
Primeiro-Tenente QAO EVALDMILSON PETRONILIO SILVA;
Primeiro-Tenente QAO LUIZ AUGUSTO FRANCK DA ROCHA;
Segundo-Tenente QAO CESAR DE MAGALHÃES PIOMONTE;
Segundo-Tenente QAO DÉO FERNANDES CORDEIRO;
Segundo-Tenente QAO DONIZETE APARECIDO REPUKNA;
Segundo-Tenente QAO EDILCEU THOMÉ DA CRUZ;
Segundo-Tenente QAO EDSON CORREIA DE QUEIROZ;
Segundo-Tenente QAO FÁBIO CAXIAS DE CARVALHO;
Segundo-Tenente QAO FLODIZIO SILVA DOS SANTOS;
Segundo-Tenente QAO FRANCISCO DE ASSIS MORAIS PRESTES;
Segundo-Tenente QAO FRANCISCO EDSON ARAÚJO CASEMIRO;
Segundo-Tenente QAO ITACIR JOSÉ CECHINATO;
Segundo-Tenente QAO JOÃO CEZAR GUISOLFI FRAGOSO;
Segundo-Tenente QAO JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO;
Segundo-Tenente QAO JOSÉ WELHINGTON GOMES DE SÁ;
Segundo-Tenente QAO JULIO CÉSAR DA COSTA;
Segundo-Tenente QAO LUIS HUMBERTO DOS SANTOS RODRIGUES;
Segundo-Tenente QAO MANOEL MISSIAS DE AZEVÊDO;
Segundo-Tenente QAO MARCOS JOSÉ DA SILVA;
Segundo-Tenente QAO MARCOS MONTEIRO ALBUQUERQUE;
Segundo-Tenente QAO MOACIR MALHEIROS DE FARIA;
Segundo-Tenente QAO RENIVALDO APARECIDO SANTANA;
Segundo-Tenente QAO RÔMULO BOLSON;
Segundo-Tenente QAO VALDECIR ERNESTO FOLADOR;
Segundo-Tenente QAO VILSON ROBERTO ORTIZ GRZECHOCZINSKI;
Subtenente Cav ADRIANO NARCISO MÜCKE;
Subtenente Inf ALBERTO NASCIMENTO;
Subtenente Com ANTÔNIO CLÁUDIO LOPES;
Subtenente Eng ANTONIO EZEQUIEL DE SOUSA BARROS;
Subtenente Cav ARLINDO FERREIRA DE LIMA;
Subtenente Eng CARLOS ALBERTO LOPES;
Subtenente Inf CARLOS ROBERTO ALVES HACKMANN;
Subtenente Art CLAUDIO EDUARDO KROGER GALO;
Subtenente Eng CLOVIS ROBERTO RAVAZI MADERA;
Subtenente Inf DONIZETTI DE FREITAS LEMES;
Subtenente MB EDSON LUIZ MARQUES DE ANDRADE;
Subtenente Art EVENILTON PRÓSPERO E SILVA;
Subtenente Com FERNANDO FERREIRA BARROS;
Subtenente Com FRANCISCO NETO DA SILVA REIS;
Subtenente Com ISMAR BOLFE SABALLA;
Subtenente MB JESSÉ DA PAZ SILVA;
Subtenente Inf JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA;
Subtenente Mnt Com JOSÉ RICARDO VIEIRA DO CARMO;
Subtenente Sau MARCOS DOS SANTOS BARBOSA;
Subtenente Mnt Com PAULO CESAR SATURNO CORRÊA;
Subtenente Cav PAULO EDUARDO LEIVAS DUTRA;
Subtenente Com PAULO ROGÉRIO BELLINASO;
Subtenente Cav RENALDO DIAS NEVES;
Subtenente Inf ROGERIO SANY FREIRE;
Primeiro-Sargento Inf MARCIO LIMA;
Terceiro-Sargento QE ABTINO VIEIRA BRANCO FILHO;
Terceiro-Sargento QE AGNALDO DA CONCEIÇÃO HENRIQUES;
Terceiro-Sargento QE JÉSU ALVES MONTALVÃO NERI;
Terceiro-Sargento QE JOSÉ ARNALDO LOPES; e
Terceiro-Sargento QE LUIS HENRIQUE DA COSTA RODRIGUES;

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Grande-Oficial, as seguintes personalidades:

Senadora ANA AMÉLIA DE LEMOS;
Ministro do Superior Tribunal de Justiça NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO;
Ministro de 1ª Classe CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE;
Ministro de 1ª Classe ENIO CORDEIRO;
Ministro de 1ª Classe JORGE GERALDO KADRI;
Ministro de 1ª Classe LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA;
Ministro de 1ª Classe MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELLOS; e
Arcebispo Dom DIMAS LARA BARBOSA.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

ao grau de Oficial no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares:

Coronel Inf ALEXANDRE EDUARDO JANSEN;
Coronel Eng ANDRÉ LUIZ STANGL RISSE;
Coronel Cav ARNALDO ALVES DA COSTA NETO;
Coronel Eng ARY PELEGRINO FILHO;
Coronel Art BRENO BRAGA JUNIOR;
Coronel Eng DOWER JERÔNIMO MORINI BORGES;
Coronel Inf EDIVALDO BARBOSA RODRIGUES DE SOUSA;
Coronel Inf EDMIR RODRIGUES BEZERRA;
Coronel Com FERNANDO MARQUES PINTO;
Coronel Inf FERNANDO TELLES FERREIRA BANDEIRA;
Coronel Inf GUILHERME JOSÉ DA COSTA NASCIMENTO;
Coronel Inf HEIMO ANDRÉ DA SILVA GUIMARÃES DE LUNA;
Coronel Art JORGE LUIZ SOARES RIBEIRO;
Coronel Inf JORGE ROBERTO LOPES FOSSI;
Coronel Inf JOSÉ AUGUSTO MASSAD GOMES DA SILVA;
Coronel Cav JOSÉ CARLOS BRAGA DE AVELLAR;
Coronel QEM JOSÉ CARLOS DA SILVA;
Coronel Cav JOSÉ RICARDO PINTO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE;
Coronel Art LUIZ AUGUSTO CRISTOVÃO LIOTTI;
Coronel Com LUIZ OLAVO MARTINS RODRIGUES;
Coronel Inf MARCELO NASCIMENTO GOMES;
Coronel Int MARCO CÉSAR DE MORAES;
Coronel Inf MARCOS DE SÁ AFFONSO DA COSTA;
Coronel Inf MARCOS TADEU BARROS DE OLIVEIRA;
Coronel Art ORLANDO ROQUE DE SIMONE;
Coronel Cav RENAN BOLFONI DA CUNHA;
Coronel Art RICHARD FERNANDEZ NUNES;
Coronel Eng RIYUZO IKEDA;
Coronel Cav RUBENS CORRÊA LEÃO;
Coronel Inf SÉRGIO LUÍS LOUREIRO LIMA;
Coronel Inf SERGIO LUIZ TRATZ;
Coronel Art WELLINGTON NEVES FILGUEIRAS LIMA;
Coronel Inf ZENEDIR DA MOTA FONTOURA;
Capitão QAO ÁLVARO ANDRÉ SALDANHA;
Capitão QAO GILBERTO FELICIANO DE ANDRADE;
Capitão QAO JOÃO BATISTA DOS SANTOS PINHEIRO;
Capitão QAO JOÃO CÉLIO TIMBONI;
Capitão QAO LEUDIMAR DE JESUS SÁ MARTINS;
Capitão QAO MAURO DOS SANTOS FERREIRA;
Capitão QAO ROBERTO CARLOS VIEIRA MACHADO;
Capitão QAO VITAMAR SERRANO ROSA;
Subtenente Com ERNANI FERREIRA;
Subtenente Inf GALENO CHAVES RIBEIRO;
Subtenente Art GILBERTO SIMÃO MATOS;
Subtenente Cav JOÃO ANTONIO MANCILHA CALVETTE;
Subtenente Inf JOSÉ FELICIANO FARIAS DE SENNA;
Subtenente MB MANOEL OLIVEIRA FILHO;
Subtenente Com MARCOS LUIS EBLING RODRIGUES;
Subtenente Com MARCOS VINICIUS FAGUNDES DOS SANTOS;
Subtenente Inf MÁRIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO; e
Subtenente Inf ROGÉRIO ANDRE DE LIMA CASTELLO.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, as seguintes personalidades estrangeiras:

I - NO GRAU DE GRANDE-OFICIAL:

General de Exército JAIME DOMINGUEZ BUJ, do Reino da Espanha;
General de Exército JOSÉ JAVIER PÉREZ MEJÍA, da República da Colômbia; e

II - NO GRAU DE COMENDADOR:

General de Brigada JOSÉ FÉLIX ROJAS INTURIAS, do Estado Plurinacional da Bolívia.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, ao Grau de Grande-Oficial, as seguintes personalidades:

Ministra do Superior Tribunal de Justiça ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES;
Ministro de 1ª Classe PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS;
Procurador-Geral de Justiça Militar MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA; e
Presidente do Tribunal de Contas da União JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

no grau de Cavaleiro do Quadro Suplementar do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares:

Coronel R/1 ADELINO DIAS COSTA BANDEIRA;
Coronel R/1 BALBINO APPEL MARQUES JÚNIOR;
Coronel R/1 EDUARDO CARLOS COSTA MOREIRA;
Coronel R/1 FRANCISCO JOSÉ MINEIRO JUNIOR;
Coronel R/1 FRANCISCO MAGALHÃES DOS SANTOS;
Coronel R/1 GILBERTO MACHADO DA ROSA;
Coronel R/1 JORGE LUIZ PAVAN CAPPELLANO;
Coronel R/1 JUAREZ SILVA FERREIRA;
Coronel R/1 MARCELO PACHECO DA ROSA;
Coronel R/1 MARCO ANTONIO COSTA CAVALIERI BRANDÃO;
Coronel R/1 PAULO RICARDO CHIES;
Coronel R/1 RENATO ANTÔNIO MACHADO LIMA;
Coronel R/1 UBIRAJARA DA LUZ BEZERRA;
Coronel R/1 WILSON ROBERTO RODRIGUES;
Tenente-Coronel R/1 JOSÉ LEVI BENTO;
Tenente-Coronel R/1 JOSEDES CASTELO BRANCO MAIA;
Tenente-Coronel R/1 LUIZ RIBEIRO ROSA;
Tenente-Coronel R/1 RENI NOGUEIRA DOS SANTOS;
Capitão R/1 ADEMIR FRANCISCO PEREIRA;
Capitão R/1 ANTONIO CARLOS PORTO;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Capitão R/1 CARLOS ADALBERTO RABUSKE;
Capitão R/1 FRANCISCO CARLOS BURIA;
Capitão R/1 JOSÉ APARECIDO BUENO FILHO;
Capitão R/1 PAULO ROBERTO DIAS DA COSTA;
Capitão R/1 ROBERTSON JOSÉ ABECASSIS FERREIRA;
Capitão R/1 VALDIR DO AMARAL ALVES;
Segundo-Tenente R/1 ISRAEL BLAJBERG; e
Primeiro-Sargento R/1 HERVAL RANGEL DE ALVARENGA.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

no Quadro Suplementar do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, ao Grau de Oficial, os seguintes militares:

Coronel R/1 ANTONIO PROCOPIO DE CASTRO GOUVÊA;
Coronel R/1 ROBERVAL ARAGÃO DE OLIVEIRA;
Coronel R/1 VALDENIO BARROS DA ROCHA;
Coronel R/1 VICTOR FROTA RIOS;
Capitão R/1 ADILSON ALVES VERDAM; e
Capitão R/1 SEBASTIÃO BOLOTARI.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

CONCEDER

a Insígnia de Bandeira da Ordem do Mérito Militar às seguintes Organizações Militares:

I - MARINHA DO BRASIL:
COMANDO DA DIVISÃO ANFÍBIA;

II - EXÉRCITO BRASILEIRO:
40º BATALHÃO DE INFANTARIA;
9º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO; e

III - FORÇA AÉREA BRASILEIRA:
COMANDO-GERAL DO PESSOAL.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

a partir de 31 de março de 2013, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

I - AO GRAU DE GRÃ-CRUZ:
General de Exército OSWALDO DE JESUS FERREIRA;

II - AO GRAU DE GRANDE-OFICIAL:
General de Divisão JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO;
General de Divisão EDUARDO DA SILVA;
General de Divisão WALTER SOUZA BRAGA NETTO;
General de Divisão DÉCIO LUÍS SCHONS;
General de Divisão LUIZ FELIPE LINHARES GOMES;
General de Divisão LAURO LUÍS PIRES DA SILVA;
General de Divisão ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO;
General de Divisão CÉSAR AUGUSTO NARDI DE SOUZA;

III - AO GRAU DE COMENDADOR:
General de Brigada HELCIO DE FREITAS MARTINS;
General de Brigada LAELIO SOARES DE ANDRADE;
General de Brigada FERNANDO JOSE SOARES DA CUNHA MATTOS;
General de Brigada GIL HERMINIO ROCHA;
General de Brigada HENRIQUE MARTINS NOLASCO SOBRINHO;
General de Brigada SÉRGIO DA COSTA NEGRAES;
General de Brigada CARLOS JORGE JORGE DA COSTA;
General de Brigada EDSON HENRIQUE RAMIRES;
General de Brigada MAURO SINOTT LOPES;
General de Brigada FRANCISCO MAMEDE DE BRITO FILHO;
General de Brigada JOSÉ EDUARDO PEREIRA;
General de Brigada GUIDO AMIN NAVES;
General de Brigada EDUARDO RODRIGUES SCHNEIDER; e
General de Brigada GILBERTO FRANCO PONTES NETTO.

Brasília, 18 de abril de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nºs 156 e 157, de 18 de abril de 2013. Comunica à Câmara dos Deputados e Sendo Federal, respectivamente, que se ausentará do pais nos dias 18 e 19 de abril de 2013, para viagem oficial a Lima e Caracas.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 18 de abril de 2013

Entidade: AR M S SOLSSIA, vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000085/2013-21

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 44/2013 e consoante Parecer nº 051/2013 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da M S SOLSSIA, vinculada à AC SINCOR RFB, com instalação técnica situada na Avenida Bento de Abreu, nº 914, Bairro Fonte, Araraquara-SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR PREZE, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000055/2013-14

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 38/2013 e consoante Parecer nº 047/2013 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR PREZE, vinculada à AC BR RFB, com instalação técnica situada na Avenida das Américas, nº 3301, Bloco 04, Sala 204, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Substituto

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 396, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Estabelece as diretrizes para a apresentação de propostas envolvendo a realização de projeto, atividade, ou evento de Educação em Direitos Humanos, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de sua atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948;

Considerando o que dispõe a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos, aprovada pela Resolução A/66/137/2011;

Considerando o previsto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Considerando o que dispõe o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, proclamado pela Resolução nº 59/113-A da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 2004.

Considerando o que dispõe o Eixo Orientador V do Programa Nacional de Direitos Humanos, aprovado pelo Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009;

Considerando o que dispõe o Eixo III do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, aprovado em 10 de dezembro de 2006;

Considerando o disposto nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, aprovadas pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que tem fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012;

Considerando o previsto no inciso I, do art. 9º, do Anexo I, do Decreto nº 7.256, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre as diretrizes para a apresentação de propostas envolvendo a realização de projeto, atividade, ou evento de Educação em Direitos Humanos, de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, , por órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, bem como entidade privada sem fins lucrativos.

Parágrafo único. O projeto, atividade ou evento previsto no **caput** será formalizado por meio de convênio ou instrumento congênere que discipline a transferência de recursos financeiros da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,.

Art. 2º A Educação em Direitos Humanos, para os fins desta Portaria, é compreendida como a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade e da tolerância.

§ 1º A Educação em Direitos Humanos é considerada uma ação transversal a todas as áreas e políticas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tratam direta ou indiretamente da promoção, defesa e proteção dos direitos humanos.

§ 2º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivos a formação permanente e multidimensional de sujeitos de direito e a promoção da cidadania participativa.

Art. 3º As propostas de Educação em Direitos Humanos poderão ser apresentadas em caráter formal, disciplinado em legislação específica, e não formal.

§ 1º A educação não formal é entendida, para os fins desta Portaria, como aquela realizada no âmbito das entidades privadas sem fins lucrativos, que não sejam estabelecimentos de ensino

§ 2º As propostas de Educação em Direitos Humanos quando apresentadas por entidades privadas sem fins lucrativos, devem estar organizadas segundo as diretrizes educacionais vigentes, contemplando as finalidades e princípios descritos nesta Portaria.

Art. 4º As propostas de Educação em Direitos Humanos devem estar fundamentadas nos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - igualdade de direitos e respeito à diversidade;

III - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;

IV - autonomia do sujeito de direitos

V - laicidade do Estado;

VI - gestão democrática e dialógica dos processos educativos;

VII - transversalidade, vivência e globalidade dos direitos humanos; e

VIII - sustentabilidade socioambiental e sociocultural.

Art. 5º As propostas de Educação em Direitos Humanos devem contemplar as seguintes dimensões:

I - apreensão dos conhecimentos historicamente construídos sobre os direitos humanos nos diferentes contextos sociais;

II - afirmação de valores que promovam a cultura dos direitos humanos nos diversos espaços sociais;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e

V - fortalecimento de práticas individuais e coletivas de promoção, defesa e proteção dos direitos humanos.

Art.6º Os currículos e conteúdos das propostas de Educação em Direitos Humanos deverão ser norteados para a;

I - aquisição de conhecimentos referentes a:

a) conceitos e concepções sobre os direitos humanos e temáticas correlatas; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) valores e princípios que sustentam a cultura dos direitos humanos.

II- estruturação a partir dos seguintes eixos temáticos:

a) história dos direitos humanos;

b) concepções e fundamentos dos direitos humanos;

c) instrumentos e mecanismos de promoção e defesa dos direitos humanos;

d) atuação em direitos humanos;

e) sujeitos dos direitos humanos; e

f) análise do contexto à luz dos direitos humanos.

Parágrafo único. A estruturação temática da proposta deve considerar:

I - o perfil etário dos destinatários da formação;

II - as demandas do contexto sociocultural; e

III - a especificidade da área de atuação para qual se destina a política de formação.

Art. 7º É considerado público prioritário das propostas de Educação em Direitos Humanos:

I - conselheiros tutelares;

II - conselheiros de direitos;

III - educadores populares;

IV - agentes públicos;

V - profissionais de áreas jurídicas; e

VI - lideranças atuantes na rede de promoção, defesa e proteção dos direitos humanos.

Art. 8º As propostas de Educação em Direitos Humanos apresentadas devem respeitar as seguintes cargas horárias mínimas:

I - Formação Inicial - propostas que visam oportunizar o primeiro contato com a temática dos direitos humanos: a partir de 80 horas.

II - Formação Continuada - propostas que visam o aprofundamento na temática dos direitos humanos: a partir de 160 horas.

III - Pós Graduação - propostas que visam à formação **latu sensu**: conforme legislação vigente.

Parágrafo único. Poderão ser consideradas propostas de Educação em Direitos Humanos, eventos de curta duração, tais como seminários, oficinas e cursos, os quais deverão observar os princípios, temas e metodologias, previstos nesta Portaria.

Art. 9º As propostas de Educação em Direitos Humanos podem estar organizadas no formato presencial, semipresencial ou à distância, de modo a atender as demandas do público e a diversidade dos contextos, sem perda da qualidade da proposta.

Parágrafo único. As propostas de Educação em Direitos Humanos devem garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 10. A metodologia adotada pelas propostas de Educação em Direitos Humanos deve ser orientada pelos seguintes princípios:

I - centralidade da pessoa nos processos educativos;

II - formação para a autonomia dos sujeitos de direito;

III - participação ativa dos sujeitos de direito nos processos decisórios;

IV - diálogo permanente entre todos os envolvidos;

V - práxis diante das realidades abordadas;

VI - articulação da teoria com as experiências profissionais e pessoais no campo dos direitos humanos.

VII - avaliação permanente das aprendizagens; e

VIII - realização de atividades de proposição de alternativas para o enfrentamento dos problemas.

Art. 11. As propostas de Educação em Direitos Humanos devem prever estratégias de avaliação das aprendizagens promovidas.

§ 1º A SDH/PR poderá em qualquer momento realizar pesquisa de egressos para avaliar os resultados das formações.

§ 2º A entidades devem entregar para a SDH/PR relatório com a sistematização dos processos de avaliação e com os resultados obtidos ao longo do processo de Educação em Direitos Humanos.

Art. 12. A certificação no âmbito da Educação em Direitos Humanos é de competência das entidades promotoras e deve constar do certificado o programa curricular cursado com a respectiva carga horária, frequência e aproveitamento do concluinte.

Art. 13. As propostas de Educação em Direitos Humanos que envolvam a transferência de recursos financeiros da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República deverão observar rigorosamente o disposto nesta Portaria.

Art. 14. A Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos/SDH/PR, será responsável pela elaboração de material destinado a orientar e subsidiar a análise das propostas, bem como capacitará as equipes técnicas dos órgãos da SDH/PR quanto à sua utilização.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE relativas ao biênio 2013-2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 30 do Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, resolve:

Art 1° As Comissões Permanentes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência relativas ao biênio 2013-2015 terão as seguintes composições:

I - Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos:

a) Casa Civil da Presidência da República;

b) Ministério do Esporte;

c) Ministério do Trabalho e Emprego;

d) Ministério da Justiça;

e) Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência - AMPID;

f) Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;

g) Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS; e

h) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

II - Comissão de Comunicação Social:

a) Ministério das Cidades;

b) Ministério das Comunicações;

c) Ministério da Cultura;

d) Ministério do Turismo;

e) Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil e da

Comunidade - APABB;

f) Associação Brasileira de Autismo - ABRA;

g) Academia Brasileira de Neurologia; e

h) Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo CNC.

III - Comissão de Articulação de Conselhos:

a) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica;

b) Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da Republica;

c) Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Maranhão

d) Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Santos/SP

e) Associação Brasileira de Ostomizados - ABRASO

f) Central Única dos Trabalhadores - CUT;

g) Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais; e

h) Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB.

IV - Comissão de Políticas Públicas:

a) Ministério da Educação;

b) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

c) Ministério da Previdência Social;

d) Ministério da Saúde;

e) Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENASP;

f) Federação Nacional das APAEs - FENAPAE;

g) Federação Nacional das Avapes - FENAVAPE; e

h) Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

V - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:

a) Ministério da Ciência e Tecnologia;

b) Ministério das Relações Exteriores;

c) Ministério dos Transportes;

d) Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil - FARBRA;

e) Federação Brasileira de Associações Civis de Portadores de Esclerose Múltipla; e

f) Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÕES

Na Resolução CAMEX nº 17, de 28 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 1º de abril de 2013, Seção 1, páginas 13 a 23,

No Art. 1º;

Onde se lê:

8477.10.19	Ex 011 - Combinações de máquinas para a produção, não simultânea, de para-choques dianteiros de automóveis e/ou para-choques traseiros de automóveis, compostas de: injetora horizontal servoacionada, com múltiplos bicos injetores controlados por servomotores, com força de fechamento de **27.652kN** (1.800ton), capacidade máxima de produção igual ou superior a 100 para-choques por hora; com um molde de injeção para a fabricação do para-choque dianteiro e um molde de injeção para a fabricação do para-choque traseiro; sistema de fixação magnética do molde; sistema de troca automática de moldes; sistema para extração do para-choque acabado; sistema de controle da temperatura do molde de injeção; transportador de para-choques **acabados**; cabine de operação, monitoramento e ajuste de parâmetros; sistema de segurança de operação; painéis elétricos.

Leia-se:

8477.10.19	Ex 011 - Combinações de máquinas para a produção, não simultânea, de para-choques dianteiros de automóveis e/ou para-choques traseiros de automóveis, compostas de: injetora horizontal servoacionada, com múltiplos bicos injetores controlados por servomotores, com força de fechamento de **17.652kN** (1.800ton), capacidade máxima de produção igual ou superior a 100 para-choques por hora; com um molde de injeção para a fabricação do para-choque dianteiro e um molde de injeção para a fabricação dos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	para-choque traseiro; sistema de fixação magnética do molde; sistema de troca automática de moldes; sistema **robotizado** para extração do para-choque; sistema de controle da temperatura do molde de injeção; transportador de para-choques; cabine de operação, monitoramento e ajuste de parâmetros; sistema de segurança de operação; painéis elétrico

No Art. 11;

Onde se lê:

8419.39.00	Ex 056 - Liofilizadores industriais farmacêuticos, com **16,7m² total e 15,87m²** de área útil de prateleiras, configuração de 9+1 prateleiras com as dimensões de 1.248 x 1.524 x 18mm (largura x profundidade x espessura), interdistância de 115mm; câmara, condensador, prateleiras e partes em contato com o produto fabricados em aço inoxidável 316L; o equipamento dispõe de 2 portas, 1 porta de carga tipo "slot door" voltado para a área limpa, 1 porta principal instalada na sala de máquinas, oposta à porta de carga, para acesso de manutenção; integração da câmara com a linha de envase para sistema de carga e descarga de frascos em modo automático através de uma extensão fixa, tipo ponte, para permitir a carga e descarga e da integração com um isolador; sistema de medição de vácuo composto de 2 sensores de vácuo, 1 sensor de membrana capacitiva tipo MKS instalado na câmara de secagem, integrado com válvula tipo proporcional para controle da pressão na câmara.;o outro sensor de vácuo está instalado no grupo de bombas de vácuo e é do tipo "Pirani"

Leia-se:

8419.39.00	Ex 056 - Liofilizadores industriais farmacêuticos, com **17,1m² de área bruta (ou total) e 15,8m²** de área útil de prateleiras, configuração de 9+1 prateleiras com as dimensões de 1.248 x 1.524 x 18mm (largura x profundidade x espessura), interdistância de 115mm; câmara, condensador, prateleiras e partes em contato com o produto fabricados em aço inoxidável 316L; o equipamento dispõe de 2 portas, 1 porta de carga tipo "slot door" voltado para a área limpa, 1 porta principal instalada na sala de máquinas, oposta à porta de carga, para acesso de manutenção; integração da câmara com a linha de envase para sistema de carga e descarga de frascos em modo automático através de uma extensão fixa, tipo ponte, para permitir a carga e descarga e da integração com um isolador; sistema de medição de vácuo composto de 2 sensores de vácuo, 1 sensor de membrana capacitiva tipo MKS instalado na câmara de secagem, integrado com válvula tipo proporcional para controle da pressão na câmara.;o outro sensor de vácuo está instalado no grupo de bombas de vácuo e é do tipo "Pirani"

No Art. 12;

Onde se lê:

8427.20.10	Ex 025 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, movidas a diesel, com configurações variáveis, potência compreendida entre 243kW e 294kW, capacidade máxima de carga entre 37.000 kg e 65.000kg, com torre de 1, 2, 3 ou 4 estágios, munidas de garfos, sistema hidráulico com bombas de engrenagem, sistema can-bus para comunicação de falhas entre motor, transmissão e cabine **conectados a "display" tipo EMC na cabine do operador.**

Leia-se:

8427.20.10	Ex 025 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, movidas a diesel, com configurações variáveis, potência compreendida entre 243kW e 294kW, capacidade máxima de carga entre 37.000kg e 65.000kg, com torre de 1, 2, 3 ou 4 estágios, munidas de garfos, sistema hidráulico com bombas de engrenagem, sistema "can-bus" para comunicação de falhas entre motor, transmissão e cabine

Na Resolução CAMEX nº 18, de 28 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 1º de abril de 2013, Seção 1, página 23,

No Art. 1º;

Onde se lê:

9032.89.82	Ex 001 - Controladores de temperatura micro processados, para uso em refrigeradores comerciais, aptos a se ajustarem automaticamente às condições do local de instalação do refrigerador, adaptando-se a horários de funcionamento, frequência de abertura de portas, etc, dotados de painel de controle com display de led com 3 dígitos e dotados ou não de alimentação de energia.

Leia-se:

9032.89.82	Ex 001 - Controladores de temperatura micro processados, para uso em refrigeradores comerciais, aptos a se ajustarem automaticamente às condições do local de instalação do refrigerador, adaptando-se a horários de funcionamento, frequência de abertura de portas, etc, dotados de painel de controle com display de led com 3 dígitos e dotados ou não **de módulos** de alimentação de energia.

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.860, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Declara extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada, por meio do Termo de Autorização n° 733-ANTAQ e da Resolução n° 1.975-ANTAQ, a Empresa Zemar Estaleiro do Aço Ltda.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50301.000004/2011-32 e tendo em vista o que foi deliberado na 336ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada, por meio do Termo de Autorização n° 733-ANTAQ e da Resolução n° 1.975-ANTAQ, ambos de 17/3/2011 e publicados no DOU de 28/3/2011, à empresa ZEMAR ESTALEIRO DO AÇO LTDA, CNPJ nº 05.372.962/0001-95, com sede na av. Winston Maruca, s/nº, lote 33, Jacuecanga, Angra dos Reis - RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

RESOLUÇÃO Nº 2.863, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Declara extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada, por meio do Termo de Autorização n° 833-ANTAQ e da Resolução n° 2.598-ANTAQ, a Empresa Wilson, Sons Offshore S.A.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50301.001395/2012-93 e tendo em vista o que foi deliberado na 336ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada, por meio do Termo de Autorização n° 833-ANTAQ e da Resolução n° 2.598-ANTAQ, ambos de 20/8/2012 e publicados no DOU de 23/8/2012, a empresa WILSON, SONS OFFSHORE S.A, CNPJ nº 08.376.900/0001-40, com sede na rua Candelária, nº 65, 17º andar, centro Rio de Janeiro-RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

RESOLUÇÃO Nº 2.864, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Declara extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada, por meio do Termo de Autorização n° 416-ANTAQ e da Resolução n° 998-ANTAQ, à Empresa Fluvial São Francisco Ltda.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo n° 50300.000390/2007-96 e tendo em vista o que foi deliberado na 336ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada, por meio do Termo de Autorização n° 416-ANTAQ e da Resolução n° 998-ANTAQ, ambos de 27/3/2008 e publicados no DOU de 3/4/2008, a EMPRESA FLUVIAL SÃO FRANCISCO LTDA, CNPJ nº 01.314.000/0001-29, com sede na av. Bráulio Cavalcante, nº 239, centro, Pão-de-Açúcar-AL, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação interior, na exploração de serviço de transporte de veículos, passageiros e cargas, na travessia do rio São Francisco, entre os municípios de Pão de Açúcar - AL e Niterói - PE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

RESOLUÇÃO Nº 2.865, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a Empresa M. N. G dos Santos Navegação - ME, a operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50305.000001/2013-21 e tendo em vista o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 336ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa M. N. G DOS SANTOS NAVEGAÇÃO - ME, CNPJ nº 16.912.801/0001-63, com sede na rua Pedro Carlos de Oliveira, nº 1.723, Santa Luzia, Oriximiná-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

RESOLUÇÃO Nº 2.866, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a Empresa Tec-Sub Tecnologia Subquática Ltda, a operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de apoio marítimo.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.001710/2012-82, e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 336ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa TEC-SUB TECNOLOGIA SUBQUÁTICA LTDA, CNPJ nº 57.782.206/0001-50, com sede na rua Doutor João Éboli, nº 12, Vila Nova, Santos-SP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

RESOLUÇÃO Nº 2.867, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a empresária individual Silva Transporte Marítimo de Carga e Passageiro Eireli - ME, a operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal, faixa de fronteira, na Bacia Amazônica, em portos/terminais hidroviários habilitados ao tráfego aquaviário, entre os Municípios de Manaus-AM e Tabatinga-AM.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50306.001877/2012-01, e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 336ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Autorizar a empresária individual SILVA TRANSPORTE MARÍTIMO DE CARGA E PASSAGEIRO EIRELI - ME, CNPJ nº 06.259.219/0001-96 com sede na av. Padre Agostinho Caballero Martin, nº 116, casa A, Compensa, Manaus-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal, faixa de fronteira, na Bacia Amazônica, em portos/terminais hidroviários habilitados ao tráfego aquaviário, entre os municípios de Manaus-AM e Tabatinga-AM, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

RESOLUÇÃO Nº 2.868, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a Empresa Seaport Serviços Marítimos Ltda - ME, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50309.000255/2013-17, e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 336ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa SEAPORT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.606.661/0001-19, com sede na rua Nelson Studart, nº 334, Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza - CE, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

RESOLUÇÃO Nº 2.869, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a Empresa Ecosorb S.A - Tecnologia de Proteção Ambiental, a operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 54 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.002186/2012-67 e tendo em vista o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 336ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa ECOSORB S.A - TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, CNPJ nº 02.941.454/0001-92, com sede na av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1306, 5º andar, edifício Pedra, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO BRITO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 940, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e na Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, à vista dos elementos constantes do processo nº 50305.000001/2013-21 e tendo em vista o que foi deliberado na 336ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

I - Autorizar a empresa M. N. G DOS SANTOS NAVEGAÇÃO - ME, CNPJ nº 16.912.801/0001-63, doravante denominada Autorizada, com sede na rua Pedro Carlos de Oliveira, nº 1.723, Santa Luzia, Oriximiná-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e, se for o caso, a obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação mediante processo regular, na forma do disposto no art. 17, incisos I e II, da Resolução nº 2.510-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 17, da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 2012 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 18, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

PEDRO BRITO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 941, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e na Resolução nº 2510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, considerando o que consta do processo nº 50301.001710/2012-82 e tendo em vista o que foi deliberado na 336ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

I - Autorizar a empresa TEC-SUB TECNOLOGIA SUBQUÁTICA LTDA, CNPJ nº 57.782.206/0001-50, doravante denominada Autorizada, com sede na rua Doutor João Éboli, nº 12, Vila Nova, Santos-SP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 2510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 17, incisos I e II, da Norma aprovada pela Resolução nº 2510-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 17, da Norma aprovada pela Resolução nº 2510-ANTAQ, que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 18, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

PEDRO BRITO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 942, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007, alterada pela Resolução nº 2.030-ANTAQ, de 25 de abril de 2011 e pela Resolução nº 2.444-ANTAQ, de 4 de abril de 2012, e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do processo nº 50306.001877/2012-01 e tendo em vista o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 336ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

I - Autorizar a empresária individual SILVA TRANSPORTE MARÍTIMO DE CARGA E PASSAGEIRO EIRELI - ME, CNPJ nº 06.259.219/0001-96, doravante denominada Autorizada, com sede na av. Padre Agostinho Caballero Martin, nº 116, casa A, Compensa, Manaus-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal, faixa de fronteira, na Bacia Amazônica, em portos/terminais hidroviários habilitados ao tráfego aquaviário, entre os municípios de Manaus-AM e Tabatinga-AM.

II - A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização das embarcações GM OLIVEIRA e OLIVEIRA V e ocorrerá conforme os esquemas operacionais apresentados pela empresária, abaixo relacionados:

ESQUEMA OPERACIONAL GM OLIVEIRA * (LINHA MANAUS-AM A TABATINGA-AM):					
PARTIDA			CHEGADA		
Local	**Dia da Semana**	**Horário**	**Local**	**Dia da Semana**	**Horário**
Manaus-AM	Sábado	12:00	Fonte Boa-AM	3ª feira	05:30
Fonte Boa-AM	3ª feira	06:00	Jutaí-AM	3ª feira	16:00
Jutaí-AM	3ª feira	16:30	Tonantins-AM	4ª feira	09:30
Tonantins-AM	4ª feira	13:00	Santo Antônio do Içá-AM	4ª feira	15:00
Santo Antônio de Içá-AM	4ª feira	17:00	Amaturá-AM	4ª feira	21:30
Amaturá-AM	4ª feira	23:00	São Paulo de Olivença-AM	5ª feira	06:45
São Paulo de Olivença-AM	5ª feira	09:00	Benjamin Constant-AM	5ª feira	17:00
Benjamin Constant-AM	5ª feira	23:00	Tabatinga-AM	5ª feira	23:30
Tabatinga-AM	4ª feira	12:00	Benjamin Constant-AM	4ª feira	12:30
Benjamin Constant-AM	4ª feira	15:00	São Paulo de Olivença-AM	4ª feira	23:00
São Paulo de Olivença-AM	4ª feira	24:00	Amaturá-AM	5ª feira	03:00
Amaturá-AM	5ª feira	03:30	Santo Antônio do Içá-AM	5ª feira	06:00
Santo Antônio de Içá-AM	5ª feira	09:00	Tonantins-AM	5ª feira	11:00
Tonantins-AM	5ª feira	11:30	Jutaí-AM	5ª feira	18:00
Jutaí-AM	5ª feira	18:30	Fonte Boa-AM	5ª feira	24:00
Fonte Boa-AM	6ª feira	01:00	Manaus-AM	Sábado	12:00

ESQUEMA OPERACIONAL OLIVEIRA V * (LINHA MANAUS-AM A TABATINGA-AM):					
PARTIDA			CHEGADA		
Local	**Dia da Semana**	**Horário**	**Local**	**Dia da Semana**	**Horário**
Manaus-AM	4ª feira	12:00	Fonte Boa-AM	Sábado	05:30
Fonte Boa-AM	Sábado	06:00	Jutaí-AM	Sábado	16:00
Jutaí-AM	Sábado	16:30	Tonantins-AM	Domingo	09:30
Tonantins-AM	Domingo	13:00	Santo Antônio do Içá-AM	Domingo	15:00
Santo Antônio de Içá-AM	Domingo	17:00	Amaturá-AM	Domingo	21:30
Amaturá-AM	Domingo	23:00	São Paulo de Olivença-AM	2ª feira	06:45
São Paulo de Olivença-AM	2ª feira	09:00	Benjamin Constant-AM	2ª feira	17:00
Benjamin Constant-AM	2ª feira	23:00	Tabatinga-AM	2ª feira	23:30
Tabatinga-AM	Sábado	12:00	Benjamin Constant-AM	Sábado	12:30
Benjamin Constant-AM	Sábado	15:00	São Paulo de Olivença-AM	Sábado	23:00
São Paulo de Olivença-AM	Sábado	24:00	Amaturá-AM	Domingo	03:00
Amaturá-AM	Domingo	03:30	Santo Antônio do Içá-AM	Domingo	06:00
Santo Antônio de Içá-AM	Domingo	09:00	Tonantins-AM	Domingo	11:00
Tonantins-AM	Domingo	11:30	Jutaí-AM	Domingo	18:00
Jutaí-AM	Domingo	18:30	Fonte Boa-AM	Domingo	24:00
Fonte Boa-AM	2ª feira	01:00	Manaus-AM	3ª feira	12:00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

* 1 (uma) viagem a cada 15 dias.

V - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, bimestralmente, as informações discriminadas no inciso IX do art. 12 da Norma já citada.

VI - A Autorizada deverá manter em local visível da embarcação e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, as tarifas a serem cobradas pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga, os números dos telefones da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001, e da Capitania, Delegacia ou Agência integrante do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) da Marinha do Brasil em cuja jurisdição as embarcações operam.

VII - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação do serviço autorizado e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicarão na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas, na legislação de regência e na Norma já citada.

PEDRO BRITO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 943, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 20 de junho de 2012, à vista dos elementos constantes do processo nº 50309.000255/2013-17 e tendo em vista o que foi deliberado na 336ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

I - Autorizar a empresa SEAPORT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.606.661/0001-19, doravante denominada Autorizada, com sede na rua Nelson Studart, nº 334, Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza - CE, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 20 de junho de 2012 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente, e se for o caso, a obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a autorização para o transporte granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 17, incisos I e II da Resolução nº 2.510-ANTAQ.

V - As Infrações de que trata o inciso II do art. 17 da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 2012 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos, I, II, e III do art. 18 da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

PEDRO BRITO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 944, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e na Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, à vista dos elementos constantes do processo nº 50301.002186/2012-67 e tendo em vista o que foi deliberado na 336ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 11 de abril de 2013, resolve:

I - Autorizar a empresa ECOSORB S.A - TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, CNPJ nº 02.941.454/0001-92, doravante denominada Autorizada, com sede na av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1306, 5º andar, edifício Pedra, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 2.000HP.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e, se for o caso, a obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação mediante processo regular, na forma do disposto no art. 17, incisos I e II, da Resolução nº 2.510-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 17, da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 2012 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 18, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

PEDRO BRITO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE DE TRANSPORTE AÉREO

PORTARIA Nº 1.012, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O GERENTE DE AERONAVEGABILIDADE DE TRANSPORTE AÉREO, no uso das atribuições outorgadas pela Portaria nº 1249, de 29 de junho de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 145, e, com fundamento na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º - Ratificar a revogação da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de nº 8911-02/ANAC, emitido em favor da Oficina de Manutenção Aeronáutica AEROCLUBE ESCOLA DE PILOTAGEM DE MARICÁ, nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 60830.007107/2011-07, comunicada à interessada por meio do Ofício nº 762/2013/DAR/SAR/UR/RIO DE JANEIRO-ANAC, de 15 de abril de 2013.

Art. 2º - Informações atualizadas dos certificados das empresas de manutenção aeronáutica, assim como seu escopo, podem ser consultadas no sítio eletrônico da ANAC, pelo endereço: http://www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO VALENTE PEREIRA LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 18 DE ABRIL DE 2013

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.015 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Guariba (SWVX), em Aripuanã (MT); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.045924/2013-11;

Nº 1.016 - Alterar e renovar o registro do aeródromo privado Fazenda Marca Salto (SWWH), em Angélica (MS); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.045646/2013-94;

Nº 1.017 - Inscrever o aeródromo Fazenda Santa Clara (SIZM), em Porto Nacional (TO); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.045630/2013-81;

Nº 1.018 - Inscrever o aeródromo Fazenda Aldebaran (SDQA), em Angélica (MS); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.034310/2013-04;

Nº 1.019 - Alterar e renovar o registro do aeródromo privado Fazenda Três Marias (SILY), em Vila Alta (PR); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.035216/2013-64;

Nº 1.020 - Renovar a inscrição do aeródromo Xanadu (SINZ), em Fernandes Pinheiro (PR); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.033524/2013-55;

Nº 1.021 - Inscrever o aeródromo Fazenda Toledo (SIZD), em Sorriso (MT); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.039292/2013-49;

Nº 1.022 - Inscrever o aeródromo Fazenda Lageado (SIXF), em Três Lagoas (MS); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.041081/2013-76; e

Nº 1.023 - Alterar a inscrição do heliponto Represa (SIGZ), em São Paulo (SP); validade até 20 de Agosto de 2022; processo nº 00065.034899/2013-32.

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1985, resolve:

Nº 1.024 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado FPSO BRASIL (9PBR) - RJ; processo nº 63012.001596/2013-79;

Nº 1.025 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado NORMAND SEVEN (9PNO) - ES; processo nº 63012.001680/2013-92; e

Nº 1.026 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado CARAPEBA-1 (9PCR) - RJ; processo nº 63012.001666/2013-99.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Tornar sem efeito a alteração de modalidade de aplicação, abaixo especificada, constante nas retificações do Anexo da Portaria nº 251, de 27 de dezembro de 2012, publicadas nos seguintes DOU's:
DOU nº 251, de 31 de dezembro de 2012, Seção 1, página 124:

R$ 1,00

CÓDIGO	FONTE				
		MOD	VALOR	MOD	VALOR
22101.20.605.2014.8611.0001	0100	4430	23.447.000	4440	23.447.000

DOU nº 7, de 10 de janeiro de 2013, Seção 1, página 6:

R$ 1,00

CÓDIGO	FONTE				
		MOD	VALOR	MOD	VALOR
22101.20.605.2014.8611.0001	0100	4430	22.959.500	4440	22.959.500

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 10 DE ABRIL DE 2013

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013, e em conformidade com decisão da Diretoria Executiva em sua 6ª (sexta) reunião, de 10/04/2013, ad referendum do Conselho Deliberativo, resolve:

Regulamentar e estabelecer instrumentos de fomento adequados à implementação de Programas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação e ficam revogadas todas as disposições em contrário.

http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/983903

GLAUCIUS OLIVA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 10 DE ABRIL DE 2013

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013, e em conformidade com decisão do Conselho Deliberativo, em sua 161ª (centésima sexagésima primeira) reunião, realizada em 20 de fevereiro de 2013, resolve:

Alterar o subitem 1.11.2 da Norma Específica da Bolsa de Produtividade em Pesquisa - PQ, da RN-016/2006 - Bolsas Individuais no País.

Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação e revoga, especialmente, as alterações dispostas no item 5 da RN-010/2011 para o subitem 1.11.2 do Anexo I da RN-016/2006 e no item 6 da mesma RN-010/2011, para o subitem 2.11.2 do Anexo II da RN-016/2006.

http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100343

GLAUCIUS OLIVA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

DECISÕES DE 18 DE ABRIL DE 2013

Nº 10 - Processo Nº : 01580.032661/2012-25: EMENTA : I - ESPN do Brasil Eventos Esportivos LTDA, representante legal no Brasil do canal de programação Disney Channel. Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, tal como dispõem o art. 16 da Lei nº 12.485/2011 e o art. 23 da Instrução Normativa nº 100/2012 (IN 100) da Ancine.
II - Fundamento Legal: arts. 23, 35 e 37 da IN nº 100/2012, Portaria nº 306 de 21/12/2012 e Lei nº 12.485/2011.
III - Desistência do pedido pela requerente, acarretando o encerramento do respectivo processo administrativo, sem necessidade de avaliação do mérito.
IV - Extingo o Processo sem Julgamento de mérito.
V - Concedido efeito suspensivo do pedido até 10 (dez) dias a partir da publicação.

Nº 11 - Processo Nº : 01580.032666/2012-58: EMENTA : I - ESPN do Brasil Eventos Esportivos LTDA, representante legal no Brasil do canal de programação Disney Channel HD. Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, tal como dispõem o art. 16 da Lei nº 12.485/2011 e o art. 23 da Instrução Normativa nº 100/2012 (IN 100) da Ancine.
II - Fundamento Legal: arts. 23, 35 e 37 da IN nº 100/2012, Portaria nº 306 de 21/12/2012 e Lei nº 12.485/2011.
III - Desistência do pedido pela requerente, acarretando o encerramento do respectivo processo administrativo, sem necessidade de avaliação do mérito.
IV - Extingo o Processo sem Julgamento de mérito.
V - Concedido efeito suspensivo do pedido até 10 (dez) dias a partir da publicação.

Nº 12 - Processo Nº : 01580.032662/2012-70: EMENTA : I - ESPN do Brasil Eventos Esportivos LTDA, representante legal no Brasil do canal de programação Disney XD. Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, tal como dispõem o art. 16 da Lei nº 12.485/2011 e o art. 23 da Instrução Normativa nº 100/2012 (IN 100) da Ancine.
II - Fundamento Legal: arts. 23, 35 e 37 da IN nº 100/2012, Portaria nº 306 de 21/12/2012 e Lei nº 12.485/2011.
III - Desistência do pedido pela requerente, acarretando o encerramento do respectivo processo administrativo, sem necessidade de avaliação do mérito.
IV - Extingo o Processo sem Julgamento de mérito.
V - Concedido efeito suspensivo do pedido até 10 (dez) dias a partir da publicação.

Nº 13 - Processo Nº : 01580.032665/2012-11: EMENTA : I - ESPN do Brasil Eventos Esportivos LTDA, representante legal no Brasil do canal de programação Disney Channel. Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, tal como dispõem o art. 16 da Lei nº 12.485/2011 e o art. 23 da Instrução Normativa nº 100/2012 (IN 100) da Ancine.
II - Fundamento Legal: arts. 23, 35 e 37 da IN nº 100/2012, Portaria nº 306 de 21/12/2012 e Lei nº 12.485/2011.
III - Hipótese de transferência das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros para outros canais da própria programadora, com incremento de 50% (cinquenta por cento) do número de horas transferidas, conforme dispõe os §1º e §2º do art. 35 da IN nº 100/2012.
IV - Pedido de dispensa DEFERIDO, mediante transferência da obrigação de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros no canal Disney Jr, será acrescida de 50% de modo que nos canais Disney Channel, Disney Channel HD, Disney XD a obrigação de veiculação será aumentada em 70 (setenta) minutos, em cada um destes canais, até o dia 1º de setembro de 2013.
V - Concedido efeito suspensivo do pedido até 10 (dez) dias a partir da publicação.

ALEX PATEZ GALVÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 64, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0025 - À Procura de Martina
Processo: 01580.001753/2012-63
Proponente: Ipanema Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 33.897.794/0001-97
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 4.529.005,70 para R$ 4.518.239,67
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 11.201-1
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.552.500,00 para R$ 1.444.839,70
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 11.203-8
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.055,41 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

09-0407 - Querida Mamãe
Processo: 01580.040807/2009-19
Proponente: Jere Moreira Produtora de Filmes e Vídeos Ltda. - EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 67.942.250/0001-11
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.644.365,87 para R$ 3.533.940,19
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.200.000,00 para R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 47.173-9
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.761.500,00 para R$ 1.657.243,18
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 47.175-5
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 47.174-7
Prazo de captação: até 31/12/2013.

Art. 3º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

08-0338 - Terapia do Medo
Processo: 01580.033797/2008-76
Proponente: Coração da Selva Transmídia Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.508.188/0001-05
Valor total do orçamento aprovado: R$ 7.876.709,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.200.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.800.000,00 para R$ 2.300.000,00
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 16.887-4
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.482.873,55 para R$ 2.082.873,55
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 16.885-8
Prazo de captação: até 31/12/2013.

Art. 4º Autorizar a alteração de agência bancária e as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente está autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0050 - O Porão
Processo: 01580.003079/2013-32
Proponente: Camisa Treze Cultura S/S Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.387.293/0001-25
Valor total aprovado: R$ 1.796.846,43
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 43.261-X
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar através da comercialização de certificados de investimento nos termos dos art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

08-0006 - O Menino no Espelho
Processo: 01580.000897/2008-16
Proponente: Camisa Listrada Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 03.987.306/0001-71
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.
09-0144 - Happy Hour - O Custo de Dizer a Verdade
Processo: 01580.013862/2009-28
Proponente: Urca Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.256.465/0001-21
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

05-0337 - Maresia
Processo: 01580.042766/2005-63
Proponente: Solar Filmes Ltda. - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.766.122/0001-81
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.
07-0250 - Bamo Nessa
Processo: 01580.024383/2007-75
Proponente: Kinotv Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.298.682/0001-96
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 7º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante doações ou patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313, de 23/12/1991.

10-0538 - Pé na Tábua - A História do Snowboard no Brasil
Processo: 01580.051293/2010-52
Proponente: Conteúdo Digital Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.214.424/0001-35
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

DELIBERAÇÃO Nº 65, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0099 - Brasil 2014: Uma Copa do Mundo Global
Processo: 01580.005958/2013-07
Proponente: Duo2 Multimídia Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.929.498/0001-10
Valor total aprovado: R$ 2.500.080,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 625.500,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 20.079-4
Prazo de captação: até 31/12/2016.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13-0100 - Peão A História de Um A História de Todos
Processo: 01580.003222/2013-96
Proponente: Marcelo Braga Cardoso da Silva
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 15.479.865/0001-50
Valor total aprovado: R$ 1.281.290,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 595.000,00
Banco: 001- agência: 1554-7 conta corrente: 19.138-8
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0101 - Sebastião
Processo: 01580.008046/2013-89
Proponente: Francisco de Assis Pogian Produções ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.929.424/0001-84
Valor total aprovado: R$ 785.309,01
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 666.009,01
Banco: 001- agência: 3548-3 conta corrente: 22.724-2
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0103 - Sonhos de Abu
Processo: 01580.007868/2013-42
Proponente: A Fantástica Fábrica de Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.515.177/0001-44
Valor total aprovado: R$ 1.022.640,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 153.396,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 36.956-X
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0104 - Capoeira (Capoeirando Pelo Mundo)
Processo: 01580.007867/2013-06
Proponente: Bossa Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.876.666/0001-69
Valor total aprovado: R$ 1.164.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.105.800,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 35.590-0
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 124, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/4/2004, publicado no DOU de 08/4/2004, em conformidade com a Portaria nº 247 de 14/08/2012, publicada no DOU de 16/08/2012, que instituiu o Edital Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça 5ª Edição e conforme decisão contida no processo nº 01530.003545/2012-94, resolve:

Desclassificar o selecionado Enrica Bernadelli & Pablo Pijnappel da Categoria A, excluindo o projeto "Lucas" do resultado final divulgado através da Portaria nº 378 de 27/11/2012, publicada no DOU de 28/11/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 25, de 19 de março de 2013, publicada no D. O. U. de 22 de março de 2013, Seção 1, caderno eletrônico, páginas 6 e 7.

ONDE SE LÊ:
12 9978 - Olá Classe !
Tercyplarte Terceirização Ltda.
CNPJ/CPF: 10.820.188/0001-78
Processo: 01400.031447/20-12
SP - São Paulo
Prazo de Captação: 22/03/2013 a 30/04/2013

LEIA-SE:
12 9978 - Olá Classe !
Tercyplarte Terceirização Ltda.
CNPJ/CPF: 10.820.188/0001-78
Processo: 01400.031447/20-12
SP - São Paulo
Prazo de Captação: 22/03/2013 a 31/12/2013

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 13, DE 19 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a divulgação da lista das inscrições habilitadas e inabilitadas no Edital de Divulgação N.º 01 de 15 de outubro de 2012 - PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS 4.a EDIÇÃO RAONI METUKTIRE.

A SECRETÁRIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012 e com base no art. 21 do Anexo à Portaria MinC nº 29, de 21 de maio de 2009 e item 9 do Edital de Divulgação N.º 01 de 15 de outubro de 2012 - PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS 4a EDIÇÃO RAONI METUKTIRE, publicado no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2012, Seção 3, páginas 17 e 19, resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões da Comissão Técnica de Análise Documental designadas pela Portaria n.º 8 de 11 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2013, Seção 2, página 9, que realizou o exame de habilitação das inscrições enviadas por via postal e web, em conformidade com o item 7 e seus subitens.

Art. 2º Divulgar, com base no item 9.8 do Edital, a relação das inscrições habilitadas e inabilitadas.

Art. 3º Estabelecer o prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a publicação do resultado desta fase, para apresentação de recurso pelo candidato inabilitado, de acordo com o item 9.9 do Edital, em formulário devidamente preenchido, com apresentação de justificativa, cujo modelo estará disponível no sítio da Arpinsul e do Ministério da Cultura.

Parágrafo único - Conforme estabelecido no item 9.10 do edital,o recurso que tenha por finalidade encaminhar documentação que não foi entregue no prazo previsto de inscrição, constante no item 8.1, será automaticamente indeferido,e ainda em conformidade com a Portaria n.º 5 de 4 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 5 de fevereiro de 2013, Seção 1, páginas 17, que prorrogou o prazo de inscrições até o dia 25 de fevereiro de 2013.

INICIATIVAS HABILITADAS

N.º	Candidato - Nome da(s) comunidade ou Organização Indígena Proponente	Nome do Candidato - Representante da Iniciativa	Projeto	Cidade	UF	N.º da Inscrição
1	Aldeia Vigilante e Aldeia São Vicente	Adelson Paula Paulino	Oficina de Arte Ofício, Hiramiwati	Tarauacá	AC	760
2	Metxanaya (Aldeia Boca do Grota)	Antônio Carlos Alberto Nunes	Intercâmbio Cultural HunikuI Henenxia Nanakai	Feijó	AC	493
3	Aldeia Novo Recreio, Aldeia Morada Nova, Aldeia Nova Aliança, Aldeia Nova Familia, Aldeia Nova Fortaleza	Armando Augusto Kaxinawá	Ao nosso interesse pelo resgate cultural	Santa Rosa do Purus	AC	212
4	Organização dos Agricultores Kaxinawá na Terra Indígena Colônia 27 - OAKAT 27	Assis Gomes da Silva Kaxinawá	Músicas, Cantos, Danças - Beya Xina Bena	Tarauacá	AC	813
5	Aldeia Boa Vista	Auricélio Mateus Kaxinawa	Fonte de Intercâmbio e conhecimentos tradicionais Luz da Floresta	Tarauacá	AC	800
6	Comunidade Indígena Manchineri Onça Pintada	Cirlene Souza Maia	De volta às raízes: a união e a educação de todos Manchioneri de Xapuri através do uso da Ayahuasca	Xapuri	AC	785
7	Ti Katukina/Kaxinawá: Aldeia Novo Futuro/Pupunha (Mae Xinã Bena); Parová,	Elisomar de Lima Barbosa Kaxinawa	Encontro com a Memória Viva Hunikui	Feijó	AC	815
	Belo Monte, Morada Viva, Nova Olinda, Boca da Grota e Formoso					
8	Aldeia Vida Nova, Aldeia Gloria de Deus	Fernando Henrique Kaxinawa	Iãbu Raya Mimã - Trabalho de Artesanato das Mulheres	Marechal Thaumaturgo	AC	821
9	Associação Katukina do Campinas - AKAC	Fernando Rosa da Silva	Projeto: Noke Txuká koi Shovimatí	Cruzeiro do Sul	AC	478
10	Aldeia Foz do Nilo	Francisca Oliveira de Lima Costa	Publicação do livro a culinária Shawadawa associada ao uso e ao	Rio Branco	AC	792
			manejo dos sistemas produtivos, da floresta e do rio			
11	Grupo Yura Shabawaki - Igarapé do Caucho	Francisco das Chagas Reinaldo Pereira Kaxinawá	Melhorar o espaço físico (Shubuã)	Tarauacá	AC	796
12	Aldeia Novo Futuro	Francisco de Assis Mateus de Lima	Encontro de Pajeres Hunikuin	Tarauacá	AC	773
13	Aldeias Cruzeirinho, Japinim e Jacobina	João Carlos da Silva Júnior	Uin Bena - Novo olhar	Marechal Thaumaturgo	AC	817
14	Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da Praia do Carapanã - ASKPA	José Benedito Ferreira	O trilho HunikuI na valorização da Educação própria	Tarauacá	AC	827
15	Associação Sócio Cultural e Ambiental Kuntamanã - ASCAK	Jose Flavio Araujo do Nascimento - Haru Kuntanawa	Centro Kuntamanã - Pesquisas e Fortalecimento dos Conhecimentos Tradicionais do Povo Kuntanawa	Marechal Thaumaturgo	AC	822
16	Comunidade Mãe Maria Perairaki (Terra Arioso Boa), Novo Paraíso, Beira Rio, Central, Boa União,	Jose Ivanildo da Silva Fernandes	Feira de comida tradicional Hunikui Natalina	Feijó	AC	762
	Novo Lugar, Nova Aliança, Belo Monte, Pupunha, Paredão, Nova Vida, Morada					
	Nova, Boca Grota, Nova Olinda, Formoso e Aldeia do Purus e Tarauacá					
17	Aldeia Nova Vida	José Luiz Yauanawa	Nukê Xikare yamãiti munuti - Resgate, fortalecimento e valorização da cultura e tradição Shanenawa	Feijó	AC	769
18	Aldeia Boa Vista ou Beru Paepa Kaya	José Nilson Kaxinawá de Lima	Fortalecendo a língua indígena Hunikui	Tarauacá	AC	798
19	Bom Futuro	Jose Wandres Lima da Silva	Oficina de Kene e Produção de Artesanatos, Shawanawa/.	Marechal Thaumaturgo	AC	372
			Jaminawa Arara e Valorização do meio ambiente. Sustentabilidade das Culturas Indígenas do Brasil			
20	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre - AMAAIAC	Josias Pereira Kaxinawa	Floresta Sagrada	Rio Branco	AC	814
21	Aldeia Porto Rico	Jovelino Nonato Lopes Kaxinawá	Projeto Txana Mana	Santa Rosa do Purus	AC	766
22	19 aldeias das terras indígenas Huni Kuin de Tarauacá	Judite Carlos da Silva	Nukun Beya Keyutima - Renovação das Nossas Tradições	Tarauacá	AC	830

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

23	Aldeia Samaúma	Leonardo Rosa da Silva Katukina	Pesquisa cultura tradicional noke koi	Cruzeiro do Sul	AC	325
24	Aldeia Camapã	Leôncio Miguel de Lima	Intercâmbio Cultural entre os Apurinãs da Aldeia Camapã TI KM124 da BR317 e Huni Kuin da TI Colônia 27	Boca do Acre	AC	574
25	Extrema, Lago Novo, Santa Cruz, Peri, Jatobá, Laranjeira, Cumaru, Terra Alta. T.I. Mamoadate	Lucas Artur Brasil Manchineri	Yine Shikale - As Cores dos Cantos do Povo do Inharé (Manxineru)	Assis Brasil	AC	756
26	Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC	Lucas Artur Brasil Manchineri	Oficina de valorização e sensibilização dos	Rio Branco	AC	794
			costumes tradicionais para a preservação e difusão das línguas indígenas			
27	Aldeia Lago Jibóia	Manoel Damião Sales Kaxinawá	Aurora de Esperança do Lago Jibóia	Jordão	AC	531
28	Aldeia Vigilante, Aldeia Boa Sorte, Aldeia Boa Vista, Aldeia São Vicente, Aldeia Novo Futuro	Manoel Jocenir de Paula Sabóia	Encontro Culturais de Batismo - Nixpo Pima	Tarauacá	AC	771
29	Aldeia Varinawa	Marcelino Rosa da Silva Katuquina	Nok? Txiriti (Nossa Música)	Cruzeiro do Sul	AC	240
30	Aldeia São Joaquim - Centro de Memória	Maria Dalva Mateus	Encontro de Troca de Saberes entre as Mestras Artesãs	Jordão	AC	804
31	Extrema, Lago Novo, Santa Cruz, Peri, Jatobá, Laranjeira, Cumaru, Terra Alta	Mariana Souza Samarra Manchineri	Pinturas Manchineri - Yonawlu	Assis Brasil	AC	786
32	Aldeia anfitriã: São Joaquim Centro de Memória (Rio Jordão) Aldeias convidadas:	Osvaldo Manduca Mateus Kaxinawá	Txirin: Batismo do Gavião	Jordão	AC	159
	Astro luminoso, Boa vista, Novo Natal, 3 Fazendas, Paz do Senhor, Lago Lindo (Rio Jordão)/ Aldeia Porto Rico (Rio Purus)					
33	Novo Natal, Bari, Canafista, Nova Fortaleza e Boa esperança	Ozelia Sales	Batismo Tradicional Nixpu Pima	Jordão	AC	511
34	Novo Natal, Bari, Canafista, Nova Fortaleza e Boa Esperança	Ozelia Sales	Festival Katxa Nawá (força dos legumes)	Jordão	AC	502
35	Aldeia Mutum	Paulo Luis Yawanawá	Centro Samakey - Valorização das medicinas e do artesanato Yawanawá	Tarauacá	AC	807
36	Aldeias Novo Acordo, Foz do Nilo, Raimundo do Vale e as comunidades Matinxã, Bom Futuro, Paz e Santo Antônio	Raimundo Agnaldo Cazuza Lima	Renascer Intercultural - Timbuyá Tsaká Yuwánapa (formação de pajé)	Cruzeiro do Sul	AC	824
37	Aldeia Cajueiro	Raimundo Pinheiro Cândido	Ressignificação do Kamaty	Rio Branco	AC	649
38	Aldeia Novo Futuro	Rosevanir Mateus de Lima	Xacu Yuxibu Hunikuin - Oficina de Cerâmica Hunikuin	Tarauacá	AC	808
39	Aldeia Ipiranga e Aldeia Barão	Rosileide Ferreira de Lima	Valorização da Oficina de Artes Poyanawa (Raiá Vipuki)	Mancio Lima	AC	831
40	Aldeia São Francisco	Rui Nunes Barbosa Kaxinawá	Construindo a cultura que temos	Feijó	AC	783
41	Associação Manxinerine Ywptowaka	Sebastião Alves Rodrigues Manchinery	Desenhando Nosso Saber	Assis Brasil	AC	812
42	Comunidade Kapyvanaway	Sebastião Francisco de Oliveira Tama Imy Marubo	Oficina de artesanato do povo Marubo do Alto Rio Ituí, Aldeia Kapyvanaway	Cruzeiro do Sul	AC	806
43	Aldeia Vigilante e Aldeia São Vicente	Valdecir Sergio da Silva Kaxinawa	Construção de viveiro, como farmácia viva - Dau Kui Bana	Tarauacá	AC	825
44	Aldeia Central - Baixo Rio Envira	Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa	Shubuã Huni Kui	Feijó	AC	764
45	Associação dos Produtores e Agro-Extrativistas Hunikui do Caucho - APAHC	Valmar Francisco Moreira de Araujo	VII - Festival Hunikui da Terra Indígenas Igarapé do Caucho	Tarauacá	AC	259
46	Associação dos Produtores Jovens Indígenas Kariri-Xocó	Antonio Correia Militão	Memória Cultural dos Artesanatos Kariri-Xocó	Porto Real do Colégio	AL	476
47	Aldeia Karapotó Terra Nova	Antônio José Filho	Resgate Cultural na Plantação e Sustentabilidade Coletiva	São Sebastião	AL	524
48	Associação Comunitária Indígena Bonsucesso Kariri-Xocó - ASCIB - KX	Claudemir Santos	Cultura Circular	Porto Real do Colégio	AL	113
49	Kariri-Xocó	Ednaldo Justino dos Santos	Oficina Cultural Kariri Xocó	Porto Real do Colégio	AL	645
50	Etnia Karuazu	Edvaldo Soares de Araújo	Karuazu Fortalecido	Pariconha	AL	421
51	Grupo Indígena Dzubucuá	Evanildo Ferreira Ribeiro	Tobyran brilho do amanhã	Porto Real do Colégio	AL	605
52	Caxagó	Ivanildo dos Santos	Resgate da Cultura Caxagó	Porto Real do Colégio	AL	1040
53	Associação Indígena do Grupo Wpyra Swpirá (AIGWS)	Kawyanã Alves de Souza	Nossa Cultura Nossa Vida	Palmeira dos Índios	AL	161
54	Terra Indígena Ouricuri	Márcia do Nascimento Silva	Resgatando e Reinserindo os Moços Jeripankós na Celebração dos Rituais	Pariconha	AL	417
55	Karuazú	Maria Aparecida dos Santos	Uma luz no fim do túnel para as nossas culturas e tradições	Pariconha	AL	495
56	Kariri-Xocó	Maria Gabriela Feitosa Ribeiro	Criação da Casa do Kariri (Batê Teyiñhà)	Porto Real do Colégio	AL	631
57	Aldeia Roçado, Baixa Fresca e Baixa do Galo	Maria Jane Souza da Silva	Vivência e Valorização da Cultura Koiupanká: Ritos do Praiá	Inhapi	AL	414
58	Associação dos Jovens Indígenas katokinn	Roseli Ferreira da Silva	Nossos Praiás, fortalecimento e garantia da Vida e da Cultura Katokinn	Pariconha	AL	1042
59	Aconã	Ubirajara Saraiva	Preservação do ritual e da memória do povo Aconã	Traipu	AL	1035
60	AMIKCT - Associação dos Moradores Kocama da Cidade Tabatinga	Acacio Vasquis Ferreira	Documentário Kocama	Tabatinga	AM	856
61	Comunidade Yo'i Arü Duüügü	Adair Faustino Mauricio	Revitalização da língua Tikuna do bairro Santa Etelvina do município de Amaturá	Amaturá	AM	944
62	Associação de Mulheres Indígenas	Adelina Fidelis Ramos	Projeto loja de artesanato - MAPANA	Tabatinga	AM	946
63	Organização dos Professores Indígenas Mura / OPIM	Alcilei Vale Neto	Construindo o Projeto Político Pedagógico do Ensino Médio Presencial Indígena Mura	Autazes	AM	851
64	Organização dos Professores Indígenas Mura / OPIM	Alcilei Vale Neto	Espaço Etnomuseológico Eságo - Mura do Gatuaz	Autazes	AM	355
65	AISMA - Associação Indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá	Aldamir da Costa Souza	Projeto Warumã: estimulando a produção artesanal, incentivando as	Parintins	AM	947
			práticas e costumes tradicionais do povo Sateré-Mawé de forma sustentável			
66	Comunidade Onça Igarapé, Guadalupe, Morro de Acutivaia	Alexandre Azevedo Rezende	Construção e conhecimento da política e fortalecimento da identidade Tuyuka das comunidades	São Gabriel da Cachoeira	AM	844
67	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN	Almerinda Ramos de Lima	Reconstrução e uso da maloca, símbolo da cultura e movimento indígena	São Gabriel da Cachoeira	AM	948
68	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN	Almerinda Ramos de Lima	Ma'mãpia ki'ti (Notícia dos Jovens) - Adolescentes e Jovens Indígenas das	São Gabriel da Cachoeira	AM	265
			Comunidades Ilha de Duraka (Camanaus), Tancredo Neves e Mercês			
69	Belém do Solimões	Alvaro Rabelo Saldanha	Projeto Música Cultural Indígena Tikuna	Tabatinga	AM	950
70	Aldeia Indígena Estirão	Alves Rodrigues de Lima Paumari	Resgate da Cultura Paumari	Lábrea	AM	951
71	Todas as comunidades indígenas da Mesorregião do Alto Solimões	Alzira Nazário de Souza	Primeira Feira Regional da Produção de Artesanato e Culinária Indígena do Alto Solimões - Amazônia - 1ª FEPACAM	Tabatinga	AM	953
72	Nossa Senhora do Livramento	Antonio Marques Sodré	Dança Tukano Cabucuri	Manaus	AM	954
73	Comunidade de Taracuá, Vila Nova (Rio Tiquié) e Matapí (Baixo Rio Uaupés)	Armando da Silva Menezes	Tocando, dançando e cantando a nossa música indígena	São Gabriel da Cachoeira	AM	688
74	Aldeia Beija-Flor	Barnabe Campos Sampaio	Músicas, cantos e danças	Rio Preto da Eva	AM	956
75	Conselho Geral do Povo Hexkaryana - CGPH	Caio Kurisa	Txeryekra (flauta de taboca)	Nhamundá	AM	957
76	Comunidade Eware	Carlos Nunes Peres Filho	Taga e meetchi'u - língua boa	Anamã	AM	959
77	Aldeias Pantaleão, Terra Indígena do Trincheira, Murutinga, Guapenu, Capivara,	Claudio Pereira Mura	Festival da Cultura Indígena Mura	Autazes	AM	961
	Natal, São Feliz, no Cuia, Jauari, Josefa, Padre, Josefa Miguel, Muratuba, Limão, Ponciano, Paracuuba					
78	Comunidade Tunuí Cachoeira; São José; Warirambá; Vista Alegre e Santa Rosa	Daniel Benjamim da Silva	Valorizando os conhecimentos tradicionais - culturais: Artes, produção material e artesanato, patrimônio cultural nas escolas e comunidades Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	AM	89
79	Sopori Bua (São José I), Bote Puri Bua (São José II)	Dario Alves Azevedo	Añuro ekatikawese: O bem viver com a cultura indígena Tukano	São Gabriel da Cachoeira	AM	832
80	Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - AMARN	Deolinda Freitas Prado	Si'risê Basasê (Bebidas tradicionais e Danças indígenas)	Manaus	AM	300
81	Comunidade Indígena Kocama de São Salvador	Edson Carvalho Januário	Uri piata wepe uka - Casa comunitária	Santo Antonio do Içá	AM	662
82	Associação do Povo Indígena Jiahui	Elda Diarroi	M´Botawa: A festa da celebração	Humaitá	AM	277
83	Comunidade Paracuúba	Enoch Vale Neto	Grupo de prevenção do povo indígena - o futuro sem violência e drogas	Autazes	AM	964

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

84	Laranjal	Evaristo dos Santos Reis	Festival Cultural Munduruku	Nova Olinda	AM	965
85	Camicuã, Centrin, Catispero e Praia Nova	Francisco Gonçalves de Lima	Fortalecimento Cultural por meio da realização do V Kenyry	Boca do Acre	AM	576
86	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Novo Paraíso - APACINP	Francisco Jacinto de Almeida	Valorização de alimentos e remédios tradicionais do povo Apurinã	Lábrea	AM	967
87	Yawisa, Paphaka, Nerikuana, Apiakuli, Bayawali e Kerekere	Francisco Junior Maia Brito	Resgate e Revitalização da língua indígena Tariana	Iauaretê	AM	968
88	AMAJA - Associação dos Matsés do Alto Jaquirana	Gilson Mayuruna	Canto Cultural Matsés	Atalaia do Norte	AM	443
89	ACMA Tuyuca	Glauton Ramos Morais	Educação e processos próprios de transmissão de conhecimentos	Amaturá	AM	971
90	Monte Santo e São Francisco Xavier	Gracildo Moraes Arcanjo	Vivendo as modernidades tecnológicas, porém conservando nossas identidades culturais	São Paulo de Olivença	AM	972
91	Comunidade Ilha do Camaleão	Gutemberg Custodio	Mer?na'ã	Beruri	AM	974
92	Comunidade Sahu-Apé	Hellington de Souza Nogueira	Rywy Wato Rayrurap: uma experiência indígena de teatro	Iranduba	AM	976
93	ACINI - TIKUNA	Hosano Lucas Inacio	Medicina Indígena	Amaturá	AM	978
94	Filadélfia	Isabel Francisco Fernandes	Grupo de Mulheres lutando para fortalecimento Cultural	Benjamin Constant	AM	980
95	Aldeia Traíra e Aldeia Pupunha	Ivaldo Parintintin	Apicultura - Tradição Parintintin vida doce a Raoni	Humaitá	AM	658
96	Sabazinho, Santo Antonio, São João, Taquarizinho	Joabe Aidem Pereira	A criação dos Fogareiros no Rio Purus	Tapauá	AM	829
97	Aldeia Sahu-Apé	João da Silva Freitas	Educação, um olhar sobre o nosso futuro. Aldeia Sahu-Apé	Iranduba	AM	982
98	São Felipe, Guadalupe e Morro de Cutivaia	João Fernandes Prado Barbosa	Valorização e fortalecimento da identidade cultural dos povos Yeba Masã	São Gabriel da Cachoeira	AM	983
99	Belém do Solimões	João Parente Fortes	Cura natural - Catálogo de medicamentos tradicionais Ticuna	Tabatinga	AM	854
100	Vila Betânia (Mecürane)	Jodilson Costodio Inácio	Grupo Avivamento	Santo Antonio do Içá	AM	985
101	Aldeia Kuanã	Joilson da Silva Paulino	Territorialização e educação escolar indígena diferenciada dos povos indígenas Karapanã, Baré, Hexkaryana e Pira-tapuya	Manaus	AM	310
102	Aldeia Kocama Luiz Ferreira	José de Souza Ferreira	Resgate do artesanato Kokama da AMIKCT	Tabatinga	AM	988
103	AIKMA - CURUMAWA	José Evilazio de Andrade dos Santos	Educação e processos próprios de transmissão de conhecimentos	Amaturá	AM	989
104	Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus - FOCIMP	José Raimundo Pereira Lima	Purus Indígena: Povos ricos em cultura e sabedoria milenar	Lábrea	AM	992
105	Comunidades Umariaçú 1 e Umariaçú 2	Josilene do Carmo de Souza	Semana da gestão participativa, reciclagem e artesanato indígena da etnia Tikuna - SEREARTE	Tabatinga	AM	995
106	Comunidade Yamado	Julia Luiza Paschoal	Revitalizar para não esquecer	São Gabriel da Cachoeira	AM	996
107	Associação de Expressão Natural do grupo Bayaroá/ AENGBA	Justino Melchior Pena	Piracema Cultural / Grupo Ritual Bayaroá	Manaus	AM	585
108	Aldeia Santa Rita	Kelly Cruz de Lima	Varaja Kabadanihi Paumari - O artesanato Paumari	Lábrea	AM	1001
109	Associação da Comunidade dos Agricultores Indígenas do Caititu - ACAIC	Luis Nogueira de Assis	Revitalização da Cultura Apurinã	Lábrea	AM	1005
110	Comunidade Yauwira (arraia)	Maísa Islei Dutra Mendes	Hokoo Hoteesee - Plantas Medicinais da Região	São Gabriel da Cachoeira	AM	1006
111	Aldeia Barreira da Missão de Cima	Manoel Ribeiro da Silva	Puracüpata'ü	Tefé	AM	1010
112	Aldeia Copaíba	Marcilio Batalha da Silva	Pupikari Sãkiri: resgate da língua e artesanato do Povo Apurinã	Lábrea	AM	1011
113	Aldeia Boa Vista	Maria Anita Nascimento Santos Marubo	Nawa inã awë: Promoção e divulgação da arte do povo Marubo	Atalaia do Norte	AM	329
114	Aldeia Flecheira	Marohen Luzia Kanamari	Revitalização da cultura Kanamari na Aldeia Flecheira	Eirunepé	AM	1014
115	Nossa Senhora da Assunção	Miguel Carlos Piloto	Uyumbuesaraita Tamuraki - Trabalho dos alunos	São Gabriel da Cachoeira	AM	1016
116	Comunidade Itacoatiara-Mirim, Tapajos, Aparecida e Vila Amazônino	Moisés Luiz da Silva	Maloca Casa de conhecimento em São Gabriel da Cachoeira	São Gabriel da Cachoeira	AM	452
117	Vila Nova Esperança, Cigana Branca, Piranha, Laguinho, São Domingos	Nazareno Belém Marcos	Projeto Tururi Onecü	Tabatinga	AM	1017
118	Belém do Solimões	Nazareno Manoel Iricino	Construção da Casa de Moça Nova de Belém do Solimões	Tabatinga	AM	840
119	Aldeia Boa Vista, Maronal e Nazaré	Nelly Barbosa Duarte Dollis	Ainvorisin Mëti	Atalaia do Norte	AM	530
120	Comunidade Vila Betânia	Onésimo Roque Eleutério	Torü naranhã tchitaü - Plantio de Laranja	Santo Antônio do Icá	AM	1021
121	Santo Antonio (Bayape); Maracajá (Yaikahiro); São Francisco (Uhtãtiha); São João Batista (Waruserako)	Orlando Massa Moura	Seribhi, Toramu - ñanuru darashe	São Gabriel da Cachoeira	AM	1022
122	Bom Pastor	Ozino Benedito Pedro	Jogos e Brincadeiras	Amaturá	AM	1026
123	Maronal, Morada Nova	Paulo Dollis Barbosa da Silva	Cartilha Indices Plantas Medicinais Marubo - Papiri anõsho nin rao Yosia	Atalaia do Norte	AM	836
124	Aldeia Barreira da Missão do Meio	Raimundo Boaventura	Yü'üpataü	Tefé	AM	1028
125	Campinas e Vila Nova	René Eduardo Woroya	Wapolliota Pyty Wawayané Werekena - Valorizando a língua Werekena	São Gabriel da Cachoeira	AM	1029
126	Aldeia Mutirão	Roberto Damasceno de Araujo	Wawaçu Vida e Cultura	Autazes	AM	1031
127	Família Apolinário e parentes	Rosineide Brazão Apolinário	Curando com remédios tradicionais	São Gabriel da Cachoeira	AM	855
128	APITEM - Associação do Povo Indígena Tenharin-Mrogita	Rosinho Tenharin	Mbotawa 2013	Humaitá/Manicoré	AM	237
129	APITEM - Associação do Povo Indígena Tenharin-Mrogita	Rosinho Tenharin	Participação dos indígenas do Igarapé Preto no Mbotawa 2013	Novo Aripuanã/ Humaitá	AM	295
130	Aldeia Barreira da Missão de Cima	Silvio Almeida Bastos	Waiyuripaü'ü	Tefé	AM	1032
131	Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé-AMISM	Sônia da Silva Vilacio	Projeto "Memorial da AMISM": Centro de referência documental para conservar o acervo histórico de AMISM	Manaus	AM	663
132	Aldeia I'apyrehyt	Suzy Ferreira de Souza	Construindo e resgatando valores étnicos	Manaus	AM	847
133	Aldeia Morada Nova	Tiago Paumari	Jahaki ida arabani kabadani, paha hiki pamoari kahojai kaimoni (a importância do)	Lábrea	AM	1034
			trabalho do Pajé e a importância da água para a cultura Paumari			
134	Umuriaçu I	Valdir Araújo Mendes	Bom te tambor e chocalho de Avaí - Tutuga Rü'Arure'Ega	Tabatinga	AM	834
135	Aldeia Sahu-Apé	Zelinda da Silva Freitas	Kunã: farmácia de medicina tradicional da Aldeia Sahu-Apé	Iranduba	AM	1039
136	Associação dos Povos Indígenas Waiana Apalai - APIWA	Cecília Awaeko Apalai	Projeto de Revitalização de Cerâmica Wayana Aparai	Macapá	AP	732
137	Associação dos Povos Indígenas Waiana Apalai - APIWA	Cecília Awaeko Apalai	Projeto Fortalecendo o Artesanato Wayana e Apalai	Macapá	AP	730
138	Associação dos Povos Indígenas Waiana Apalai - APIWA	Cecília Awaeko Apalai	Projeto Turupere Menuru: conhecimento das culturas tradicionais Wayana e Aparai	Macapá	AP	729
139	APITIKATXI - Associação dos Povos Indígenas Tiriyó, Kaxuyana, Txikuyana	Demétrio Amisipa Tiriyó	Centro comunitário-cultural Pedra da Onça	Macapá	AP	736
140	APITIKATXI - Associação dos Povos Indígenas Tiriyó, Kaxuyana, Txikuyana	Demétrio Amisipa Tiriyó	Educação em Saúde: vídeos educacionais em língua Tiriyó	Macapá	AP	735
141	APITIKATXI - Associação dos Povos Indígenas Tiriyó, Kaxuyana, Txikuyana	Demétrio Amisipa Tiriyó	Fortalecimento das Práticas Artesanais Masculinas Tiriyó	Macapá	AP	734
142	APITIKATXI - Associação dos Povos Indígenas Tiriyó, Kaxuyana, Txikuyana	Demétrio Amisipa Tiriyó	Produção de vídeos-documentários em lingua Tiriyó	Macapá	AP	733
143	Aldeia Boca do Marapi	Diakui Sora Tiriyó	Wïwato: aprendendo os valores através da dança	Macapá	AP	727
144	Santa Izabel	Glaucia dos Santos	Semana Cultural	Oaipoque	AP	722
145	39 aldeias das TIs de Oiapoque: Terra Indígena Uaçá, Galibi, Juminã	Marcia Maria dos Santos Oliveira	Bõ Lavi - Transmissão dos conhecimentos das mulheres indígenas de Oiapoque sobre medicina tradicional	Oiapoque	AP	721
146	39 aldeias das TIs de Oiapoque: Terra Indígena Uaçá, Galibi, Juminã	Priscila Barbosa de Freitas	Fortalecendo e Valorizando as Esculturas Palikur	Oiapoque	AP	719
147	Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura - Awatac	Roseno Waiapi	Divulgação do artesanato Wajãpi	Macapá	AP	725
148	Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura - Awatac	Roseno Waiapi	Sistema Solar para Mini Centro de Formação e Documentação Wajãpi	Macapá	AP	526
149	Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura - Awatac	Roseno Waiapi	Uma pesquisa coletiva de jovens e de sábios Wajãpi sobre o começo do mundo	Macapá	AP	433
150	Associação da Comunidade Indígena Pataxó da Aldeia Barra Velha	Alessandro Santos da Cruz	Ye pakahê Pataxó ikô upã xitá (A cultura Pataxó através da pintura)	Porto Seguro	BA	346
151	Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá de Olivença	Antônio José de Souza do Amaral	6º Seminário Socioambiental dos Índios Tupinambá de Olivença	Ilheus	BA	515
152	Aldeia Indígena Massacará	Cirila Santos Gonçalves	X Feira de Cultura Kaimbé	Euclides da Cunha	BA	374
153	Associação Indígena Pankararé Aldeia Ponta D'Água	Cleriston João Xavier	Protegendo e preservando nossas fontes	Glória	BA	1043

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

154	Comunidade Indígena Fulni-ô da Vitória da Conquista	Clevani Florentino de Oliveira	Tafiquechalhar	Vitória da Conquista	BA	587
155	Aldeia Cajazeira, Aldeia Lagoa Grande, Aldeia Segredo, Aldeia Araças,	Dernival dos Santos	Resignificação do idioma Kipeá Kiriri	Banzaê	BA	1057
	Aldeia Baixa da Cangalha, Aldeia Canta Galo, Aldeia baixa do Juá, Aldeia Alta da Boa Vista					
156	Reserva Pataxó da Jaqueira	Edivaldo Alves Carvalho	Aragwaksã	Porto Seguro	BA	296
157	Aldeia Mirandela	Elen de Oliveira Teles	Raizes Kiriris	Banzaê	BA	314
158	Comunidade Indígena Tuxá das Margens do Rio São Francisco	Francisco Carlos Santos da Silva	Tuxá das Margens do Rio São Francisco Terra Irrigada para Plantar	Rodelas	BA	1045
159	Aldeia Coroa Vermelha, Aldeia Nova Coroa, Aldeia Arueira, Aldeia Agricultura,	Indiara Ferreira dos Passos	Exposição Fotográfica: Memória e vida dos povos indígenas da Bahia	Santa Cruz Cabrália	BA	1060
	Juerana e Reserva da Jaqueira					
160	Atikum	Luciene Beatriz Jesus da Silva Oliveira	Força da União	Angical	BA	309
161	Reforma agrária - comunidade de Benfica	Luciene Beatriz Jesus da Silva Oliveira	Música, canto e dança	Angical	BA	82
162	Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu	Luzineth Muniz Pataxo	Revitalização da língua dos Tupinambá do Caramuru	Pau-Brasil	BA	205
163	Associação Indígena Pankararé da Comunidade da Aldeia Serrota	Maria Vicentina Santos Silva	Revitalização do Poró - Rituais Sagrados Pankararé	Glória	BA	529
164	Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha	Mariceia Meirelles Guedes	SUNYATAYRA HYWNATÂ - Cantando na Direção de Jesus	Porto Seguro	BA	294
165	Pau Ferro	Onalvo de Jesus Santos	Roça Comunitária	Banzaê	BA	1056
166	Pataxó Hã-hã-hãe	Paulo Rosa Titiar Vieira	Projeto filme documentário "Acessibilidade Cultural aos indígenas Especiais"	Pau Brasil	BA	1048
167	Pataxo Hã-hã-hãe	Rodrigo Muniz Lima	Espaço cultural para desenvolver e estimular práticas culturais	Pau Brasil	BA	1063
168	Aldeia Pankararé de Rodelas Baixa do Penedo	Rosineide Maria da Conceição	Pankararé Rodelas Baixa do Penedo, Meio de Sobrevivência	Rodelas	BA	1051
169	Aldeia Pataxó Coroa Vermelha	Vilma Matos Soares Santos	Memória Viva - Sustentabilidade da tradição indígena Pataxó	Santa Cruz Cabrália	BA	1054
170	Conselho dos Índios Tremembé do Córrego das Telhas - CITCT	André Sales Neto Matias	Sabores e Saberes dos Índios Tremembé	Acaraú	CE	513
171	Aldeia Sítio	Erivanda Pereira dos Santos	Preservação dos costumes no mundo da tecnologia	Tamboril	CE	419
172	Aldeia Vila Nova	Francisca Ângela Pereira da Silva	A arte e o artesanato do Povo Potyguara e Tabajara da Aldeia Vila Nova	Monsenhor Tabosa	CE	418
173	No Município de Itarema - Almofala, Barro Vermelho, Lameirão, Panã, Praia, Camboa da Lama,	Francisco Marques do Nascimento	Museu Indígena Tremembé - Capacitação de Agentes Indígenas de Responsabilidade Cultural	Fortaleza	CE	211
	Mangue Alto, Aningás do Mulato, Cabeça de Boi, Passagem Rasa, Curral do Peixe,					
	Urubu, Ba vista, Bateideira I, Batedeira II, Praia do Caboré, Camundongo					
174	Queimadas	Francisco Ribeiro do Nascimento Souza	Revitalização da Cultura Potiguara de Queimadas	Monsenhor Tabosa	CE	671
175	Aldeia Jacinto	Francisco Teodosio do Nascimento	Memória dos rituais sagrados na construção da indetidade dos Potyguaras do semiárido	Monsenhor Tabosa	CE	430
176	Aldeia Boa Vista	Jamila de Souza SIlva Potyguara	Sustentabilidade e recuperação de nossas tradições	Monsenhor Tabosa	CE	488
177	Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia - ACITA	João Cassimiro do Nascimento Neto	Tapeba: Povo que dança, povo que canta. Povo que produz e vive cultura	Caucaia	CE	943
178	Aldeia Viração	José Firmino dos Santos	Jovens lutando pela memória viva de nossa Identidade	Tamboril	CE	503
179	Conselho Indígena Tremembé de Almofala - CITA	José Vicente dos Santos	Oficina do Barro	Itarema	CE	485
180	Conselho Indígena Tremembé de Almofala - CITA	José Vicente dos Santos	Tecendo as Redes da Tradição	Itarema	CE	464
181	Aldeia Viração	Maria Cleonice Pereira dos Santos	Mulheres Indígenas em Atividades de beneficiamento da produção familiar, na Aldeia Viração	Tamboril	CE	56
182	Povo Potiguara de Mundo Novo	Maria das Graças Pereira da Silva	Museu Potigatapuia da Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	CE	939
183	Conselho do Povo Indígena Potiguara da Serra das Matas	Maria José Nascimento	Revitalização da Cultura Potiguara da Aldeia Mundo Novo	Monsenhor Tabosa	CE	941
184	Associação das Mulheres Indígenas Pitaguary - AMIP	Maria Leonarda Silva Marcelino	Projeto de resgate e valorização dos saberes tradicionais das parteiras Pitaguary	Maracanaú	CE	506
185	Aldeia Fidélis	Maria Lira de Sousa Araújo	O Fortalecimento da Cultura e Étnico do Povo Tabajara de Quiterianópolis	Quiterianópolis	CE	940
186	Conselho dos Índios Tremembé de Queimadas - CITQ	Maria Mirtilene dos Santos	Tradição e Memória dos Índios Tremembé de Queimadas	Acaraú	CE	693
187	Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo Kanindé - AMIJK	Maria Raimunda Alves da Conceição	Museu Indígena Jenipapo Kanindé	Aquiraz	CE	938
188	Povos Potyguara do Espírito Santo e Passagem	Marinete Maciel da Luz	Projeto Cultura é Vida, Vida é Cultura	Monsenhor Tabosa	CE	514
189	Aldeamento Tremembé de Almofala	Raimundo Eudes dos Santos	Rádio Tapera FM	Itarema	CE	278
190	Olho D`Água dos Canutos	Sebastião Vieira da Silva	Artesanato Tabajara	Monsenhor Tabosa	CE	936
191	Olho D`Água dos Canutos	Sebastião Vieira da Silva	Arte e Cultura Tabajara	Monsenhor Tabosa	CE	1072
192	Comunidade Indígena Fernandes	Suzenalson da Silva Santos	Ponto de memória: Museu Indígena Kanindé - formação, pesquisa e garantia das ações em patrimônio e memória	Aratuba	CE	121
193	Counidade Tapuya/ Fulni-Ô	Albani Torres da Hora Veríssimo Machado	Malti-lya (toré do milho)/ Comunidade Tapuya/Fulni-Ô do Santuário Tapuya dos Pajés	Brasília	DF	520
194	Coletivo de estudantes indígenas do Projeto Vidas Paralelas da UnB	Edneide Maria da Silva	Encontro nacional da rede social do projeto vidas paralelas indígenas e oficinas de formação em cultura digital nas aldeias	Brasília	DF	629
195	Karipuna	Hauni Tupinambá Monteiro	Semana Indígena da Universidade de Brasília	Brasília	DF	362
196	Coletivo de estudantes indígenas do Projeto Vidas Paralelas da UnB	Joanice Gonçalves dos santos	Encontro Nacional de Pajés	Brasília	DF	648
197	Aldeia Trajá	Alexandre da Conceição Cabidelli Loureno Vicente	Casa de Cultura Aitupaíra	Aracruz	ES	846
198	Aldeia Boa Esperança	Antônio Carvalho Wera Kwaray	Projeto da Tetxai Reko ka'agwuy - Nossa saúde vem do mato	Aracruz	ES	848
199	Aldeia Boapy Pindó (Três Palmeiras)	Cacique Nelson Carvalho dos Santos	Fortalecimento dos Cantos e Cultura Tradicional Guarani	Aracruz	ES	852
200	Associação Indígena Guarani Boapy Pindo	Marcelo Oliveira da Silva	Fortalecimento e Aparelhamento do Centro Cultural Tatatin Ywareté	Aracruz	ES	835
201	Comunidade Guarani do Rio Piraquê-Açu	Pedro da Silva	Projeto da Aldeia Temática e Preservação do Meio Ambiente Fortalecimento da Cultura Guarani	Aracruz	ES	838
202	Aldeia Guarani de Olho d'Água, Tekoa Ywúporã	Roberto Carlos Silveira	Casa da Memória Guarani	Coqueiral de Aracruz	ES	850
203	Aldeia Piraquê-açu	Rosana da Silva	Museu Tudja Kweny	Aracruz	ES	841
204	Aldeia Pau Brasil	Wesley Ribeiro Vieira	Meu Povo Minha Língua - SE Retama, Xenheenga	Aracruz	ES	843
205	Carretão	Maria de Jesus Chaves Tapuia	Casa de farinha Marly Tapuia	Rubiataba	GO	857
206	137 aldeias nos municípios de Arame, Amarante do Maranhão e Bom Jesus das Selvas	Antoninho Providência Guajajara	Ka`Aiwar Wazemono`Ongaw - Encontro dos Moradores da Mata	Arame	MA	1050
207	Aldeias Arraias, Campo Alegre, Raiz, Recanto dos Cocais e São José	Arthur Junior Milhomem	Wy`ty-cãtê - a grande festa do povo Krikati	Montes Altos	MA	1058
208	Aldeia Nova/ Aldeia Rio Vermelho/ Aldeia Bacuri/ Aldeia Mãkraré	Creuza Prum Kroi Krahô	Ketwaje na Aldeia Nova	Carolina	MA	1052
209	Aldeia Picarra Preta / Aldeia Guaja / Aldeia Januária / Aldeia Areão / Aldeia Novo Planeta	Daniel Viana Guajajara	Língua Indígena	Bom Jardim	MA	120
210	Aldeia Escalvado	Francisquinho Tephot Canela	Ensino e Catalogação das cantigas Ramkokamekra	Fernando Falcão	MA	185
211	Colônia, Sardinha, Beira Rio	Jarcilene Pereira Rodrigues	Artesanato Indígena: uma revelação da força cultural de um povo	Barra do Corda	MA	1046
212	Aldeia Nova Viana	José Viana Guajajara	Muruti Wy Y Hara (O Povo do Buriti Cupú)	Amarante do Maranhão	MA	1053
213	Aldeia Governador, Aldeia Riachinho, Aldeia Rubiácea, Aldeia	Roberto Moreira	Festa de Põõhyh`pry	Amarante do Maranhão	MA	1049
	Água Viva, Aldeia Monte Alegre, Aldeia Nova					
214	Campo São Francisco	Ronys Araujo da Silva Timbiras	Clareando a mente do povo Krenjê para o amor, igualdade e paz	Barra do Corda	MA	1047
215	Comunidade Leite	Sami Santana da Silva	Resgate da Cultura	Jenipapo dos Vieiras	MA	1055
216	Aldeia Uruaçu	Uinara Costa de Sousa	Artesanato Indígena: Resgate da Memória do Povo Ticuna	Barra do Corda	MA	1044
217	Riacho do Brejo	Adailton Cavalcante Bizerra	Projeto Artesanato e Cultura Indígena	São João das Missões	MG	716

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

218	Aldeia Vargens, Barreiro Preto, Sumaré I, Sumaré II , Sumaré III, Custódio e Caatinguinha	Alípio Ferreira Cruz	Pensando no Amanhã, Valorizando a Cultura dos Nossos Antepassados e Prevenindo a Alimentação do Nosso Futuro	São João das Missões	MG	899
219	Capão do Zezinho	Altair Teodoro da Silva	Resgate da Medicina Tradicional Caxixó	Martinho de Campos	MG	400
220	Aldeia Cinta Vermelha Jundiba	Antonio Cesar da Conceição Braz	Sêtsôny - Kwã: Registrando o passado, fortalecendo o futuro!	Araçuaí	MG	537
221	Aldeia Cinta Vermelha Jundiba	Antônio César da Conceição Braz	Fortalecimento da Okhá-Kahab: Casa de Saúde, Cura e Harmonia	Araçuaí	MG	627
222	Aldeia Xucuru Kariri, Fazenda Boa Vista	Cacique José Sátiro do Nascimento	Projeto Ocyê Xucuru Kariri MG	Caldas	MG	409
223	Aldeia Sumaré III	Cilene Araújo Santos Gomes	Aprendendo e Ensinando com o Nosso Cotidiano	São João das Missões	MG	774
224	Aldeia Embaúba I	Claudinei Gomes Farias	Avanço na Cultura Xacriabá	São João das Missões	MG	575
225	MINA - Movimento dos Indígenas Não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Maria Virginita de Oliveira	Resgatando a Cultura Indígena do Triângulo Mineiro	Ituiutaba	MG	246
226	Aldeia Sumaré I	Daiane Gonçalves Alkmim	Fortalecimento, Valorização e Resgate da Medicina Indígena Xacriabá	São João das missões	MG	955
227	Aldeia Brejo Mata Fome	Dario Lopo de Oliveira	Ponto de Cultura	São João das Missões	MG	963
228	Aldeia Sumaré I	Delzuita Araujo de Andrade Pereira	Fortalecimento das Práticas	São João das Missões	MG	849
229	Xacriabá da Aldeia Rancharia / Tenda	Eder Possidônio de Souza	Produção de Cerâmica Xacriabá: resgatando e fortalecendo a identidade do povo	São João das Missões	MG	896
230	Aldeia Riachão	Edilene Dourado do Leite	Casa da Cultura Ponto de Consagração Xacriabá	São João das Missões	MG	573
231	Capão do Zezinho	Edileusa Francisca da Silva Ferreira	Resgate da alimentação e tradição Caxixó	Martinho de Campos	MG	337
232	Riacho do Brejo	Edilson Alves de Barros	Casa de Cultura Riacho do Brejo	São João das Missões	MG	802
233	Aldeia Pedra Redonda	Emilio Lopes de Oliveira	Cultura Viva Paisagem da Natureza	São João das Missões	MG	184
234	Aldeia Riachinho	Estelita de Souza Guimarães Silva	Cabana de Eventos Culturais Xacriabá	São João das Missões	MG	788
235	Aldeia Sumaré III	Eusébio Ferreira de Oliveira	Iniciativa da Cultura de Hoje e o Futuro do Amanhã	São João das Missões	MG	958
236	Aldeia Fundinho	Glayson Humberto Ferreira	Horta Irrigada na Cultura da Alimentação Tradicional Caxixó	Martinho Campos	MG	942
237	Capão do Zezinho	Glayson Humberto Ferreira	Casa do Artesanato Indígena Kaxixó	Martinho de Campos	MG	404
238	Conselho Comunidade Indígena Kaxixó - CCIK	Glayson Humberto Ferreira	Criação de Galinha Caipira na Alimentação Tradicional da Culinária Caxixó	Martinho de Campos	MG	339
239	Aldeia Verde	Isael Maxakali	Yãy xex axpuknôg. Pintura Diferente	Ladainha	MG	930
240	Capão do Zezinho	Jaciara Sabrina Ferreira	De modo que é... Ensinamentos de cacique Djalma	Martinho de Campos	MG	563
241	Capão do Zezinho	Jaciara Sabrina Ferreira	Museu Cacique Djalma	Martinho de Campos	MG	305
242	Aldeia Brejo Mata Fome e Aldeia Embaúba II	Jair Cavalcante Barbosa	Casa de Cultura Revitalizando os Conhecimentos Xacriabá	São João das Missões	MG	793
243	Aldeia Pedra Redonda	José Lopes da Silva	Casa de Cultura do Tronco Nasceu o Broto	São João das Missões	MG	714
244	Aldeia Rancharia	Júlio César Lopes de Oliveira	Espaço Cultural Xacriabá	São João das Missões	MG	842
245	Aldeia Dizimeiro Brejo Santana	Leivan Mota do Santos	Ponto de Cultura Índio na Pisada: "somando as diferenças para superar as indiferenças"	Itacarambi	MG	960
246	Aldeia Sumaré I	Luzineide Freire ds Cruz Silva	Cozinha Tradicional	São João das Missões	MG	837
247	Retirinho	Macari Alves Ferreira	Bacumuxá - Árvore Sagrada	Carmésia	MG	313
248	Aldeia Riachinho	Maria Pereira Gomes de Oliveira	Construção de Artesanato, Conhecimento Indígena	São João das Missões	MG	833
249	Aldeia Sumaré I, II e III	Nelza Gonçalves Alkmim	Memória e Patrimônio Cultural Huminixã	São João das Missões	MG	952
250	Aldeia Terra Preta	Nilson Gomes de Oliveira	Centro Cultural Comunitário	São João das Missões	MG	820
251	Comunidade Canaã	Patricia Murta Loyola	Resgates Vitais	Montes Claros	MG	717
252	Capão do Zezinho	Pedro Anilton Faria	Jogar e Brincar à Moda Antiga	Martinho de Campos	MG	312
253	Aldeia Brejo Mata Fome	Ranilson Pinheiro de Abreu	Resgate e Fortalecimento da língua Xacriabá	São João das Missões	MG	602
254	Aldeia Rancharia, Aldeia Caitito, Aldeia Cabeça D'anta, Aldeia Furado dos Patos e Ald. Furado dos Meios	Reginaldo Gomes de Oliveira	Reaprendendo a língua Akwê	São João das Missões	MG	949
255	Aldeia Maravilha e Cachoeira	Reginaldo Maxacali	Tatakox - O povo - Lagarta - Espírito	Santa Helena de Minas	MG	588
256	Capão do Zezinho	Ronilda Balbina de Silva Oliveira	Resgatando a Cultura de Nossos Antepassados	Martinho de Campos	MG	569
257	Aldeia Olhos d'agua	Sandra Francisca de Oliveira	Casa de Cultura Vivendo Nosso Costume Xacriabá	São João das Missões	MG	809
258	Aldeia Prata	Santilia Ferreira de Souza	Fortalecimento da Cerâmica Tradicional Xacriabá	São João das Missões	MG	845
259	Riacho dos Buritis, Forges, Olhos d'Água, Pindaíbas, Pedrinhas, Poções e Itacarambizinho	Silvia Helena da Mota	Arte, produção material e artesanato	São João das Missões	MG	781
260	Aldeia Verde	Suely Maxakali	Kunox Yixua Puknõg	Ladainha	MG	931
261	Retirinho	Tary Ferreira Alves	Mikay xiká (Pé da Pedra)	Carmésia	MG	292
262	Aldeia Maravilha - Apné Hitup Xexka'	Toninho Maxakali	Kõmãyxop - Cantos Xamânicos Maxakali - T?km?'?n	Bertópolis	MG	67
263	Aldeia Caatinguinha	Vicente Barbosa Dos Santos	Medicina Tradicional	Itacarambi	MG	928
264	Retirinho	Victor Ribeiro de Oliveira	Pakhé Mirawê (Cultura Sagrada)	Carmésia	MG	315
265	Aldeia Brejo Mata Fome	Zezuel Gomes de Araújo	Divulgando os Conhecimentos Xacriabá	São João das Missões	MG	839
266	Aldeia Jaguapiru	Adimiro Arce	Ongosu nhanderu adimiro	Dourados	MS	534
267	Hanaiti Yomomo	Alexandro da Silva Souza	2° Encontro de Integração e Revitalização Cultural na Aldeia Brejão (jogos tradicionais, língua materna, artesanatos, músicas e danças	Nioaque	MS	1018
268	Aldeia Lagoinha	Basílio Jorge	Kaxéna Vayui (na língua Terena, "Dia da nossa festa")	Sidrolândia	MS	650
269	Aldeia Morrinho	Benigno Paulino	Meio ambiente e sustentabilidade: agropecuária	Aquidauana	MS	993
270	Aldeia Morrinho	Bernardino Paulino	Jogos e Brincadeiras: Esporte	Aquidauana	MS	991
271	Passo Piraju	Carlito de Oliveira	Oga Pysy Jerokyha": Casa de Reza Kaiowa/ Pai Tavyterã no Passo Piraju	Dourados	MS	969
272	Aldeias: Bananal, Colônia Nova, Ipegue, Lagoinha, Água Branca, Morrinho e Imbirussú	Celma Francelino Fialho	Pró vitalização da cultura e memória Terena	Aquidauana	MS	449
273	Aldeia Bororó	Cesar Fernandes Riquerme Benites	Araporã Tekove	Dourados	MS	347
274	Aldeias Bananal, Ipegue e Colônia Nova	Cezar Francelino Fialho	Kipa'e (dança da ema)	Aquidauana	MS	92
275	Aldeia Bananal	Cezar Francelino Fialho	Nâti	Aquidauana	MS	354
276	Bananal	Daniele Luiz de Souza	Meio ambiente e sustentabilidade das Culturas indígenas	Aquidauana	MS	1002
277	Imbirussu	Dejane da Silva Lipú	Arquitetura indígena - oca	Aquidauana	MS	998
278	Aldeia Jaguapiru e Bororó	Demostenes Locario Fernandes	Projeto Mboý	Dourados	MS	416
279	Sociedade Esportiva Indígena Terena	Eber Reginaldo Vitorino	Integração e Valorização da Cultura Indígena Terena	Dois Irmãos do Buriti	MS	484
280	Aldeinha	Ed Angel França Almeida	Korikóti Kaná Uti	Anastácio	MS	436
281	Aldeia Jaguapiru	Edite Martins	Projeto Medicina Tradicional das Ervas Guarani	Dourados	MS	468
282	Organização dos Professores Indígenas Terena da Terra Indígena	Elinéia Luis Paes Jordão	Fortalecimento e Revitalização da cultura Terena através da confecção de materiais didáticos interdisciplinares na língua terena	Aquidauana	MS	1012
	Taunay/ipegue - Ho'unevo Ihikaxotihiko terenoe OPITTIT					
283	Associação dos Moradores da Comunidade Indígena Água Bonita	Eliseu Lili	Kixoku oxeokono ne kipae " Maneiras de tocar a flauta"	Campo grande	MS	987
284	Associação dos Moradores da Comunidade Indígena Água Bonita	Eliseu Lili	Kixoku Ko'ipovoyea uti "Nossa forma de vestir"	Campo grande	MS	984
285	Aldeia Morrinho	Florêncio da Silva	Arquitetura Indígena - OCA	Aquidauana	MS	1007
286	Centro Organizacional da Cultura Tradicional da Etnia Kaiowa de Dourados	Getúlio Juca	Projeto Jakairá (milho mais tradicional dos Guarani)	Dourados	MS	350
287	Aldeias: Bananal, Colônia Nova, Ipegue, Lagoinha, Água Branca, Morrinho e Imbirussú	Gildo França Dias	Fábrica de rapadura e melado	Aquidauana	MS	487
288	ASCURI - Associação Cultural de Realizadores Indígenas	Gilmar Galache	Retomada Midiática Nós por nós mesmos através das novas mídias	Campo grande	MS	351
289	Aldeias: Bananal, Colônia Nova, Ipegue, Lagoinha, Água Branca, Morrinho e Imbirussú	Gilson França Dias	Óvoku Râmoko - Casa de Farinha	Aquidauana	MS	93
290	Imbirussu	Gilson Francisco	Meio ambiente e sustentabilidade: açude	Aquidauana	MS	1008
291	Aldeia Ita'y	Ifigeninha Hirto	Oga Pysy - Casa de Reza Kaiowa / Pai Tavyterã no Itaý	Dourados	MS	1023
292	Aldeia Kurusu Ambá	Ismarth Martins	Oga Pysy no Kurusu Ambá: Fortalecimento e Continuidade Cultural dos Kaiowa/ Pai Tavyterã	Coronel Sapucaia	MS	979
293	Aldeia Bororó	João Machado	Em defesa da oralidade	Dourados	MS	700
294	Aldeia Guapoy (ou Aldeia Amambai)	Ismael Morel	Memória Viva Guarani Kaiowá	Amambai	MS	486
295	Aldeia Jaguapiru das regiões do Sardinha e Lacuy	Jorge da Silva	Itá Jeguaka	Dourados	MS	550

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

296	Aldeia Jaguapiru	Jorge da Silva	Projeto Ongosu Itajeguaka	Dourados	MS	393
297	Associação de Mulheres Indígenas de Dourados - AMID	Lenir Paiva Flores Garcia	Projeto Esperança das Mulheres Indígenas	Dourados	MS	371
298	Reserva Indígena de Dourados	Maria de Lourdes Beldide Alcantara	Jovens Indígenas - Futuro de um povo	Dourados	MS	169
299	Aldeias Jaguapiru e Bororó	Marilda Duarte da Silva	Oká Poty Rendy- Espaço que Brilha	Dourados	MS	318
300	Associação Indígena Terena do município de Aquidauana - AITMA	Mauro Paes	Manejo e revitalização das práticas de artesanato da cultura indígena Terena	Aquidauana	MS	1015
301	Aldeias: Jaraguá, Bananal, Colônia Nova, Ipegue, Lagoinha, Água Branca, Morrinho e Imbirussú	Maximo Alexandre	Produção de medicamentos indígenas	Aquidauana	MS	460
302	Bananal	Miguel Jordão	Valorização das práticas sustentáveis de alimentação utilizadas na cultura Terena	Aquidauana	MS	710
303	Aldeias: Bananal, Colônia Nova, Ipegue, Lagoinha, Água Branca, Morrinho e Imbirussú	Pedro Venancio	Koexókexoti Hôe	Aquidauana	MS	345
304	Aldeia Bororó e Jaguapiru	Priscila Maciel Duarte Lopes	Projeto União dos povos Guarani M'bya, Kaiowa e Terena	Dourados	MS	459
305	APLAAL - Associação de Produção Leitera e Agrícola da Aldeia Lalima	Rito de Souza	Plantio de lavoura de mandioca	Miranda	MS	680
306	Terra Indígena Panambizinho	Rose Jorge Aquino	JOINPA (Jogos Indígenas do Panambizinho)	Dourados	MS	391
307	Bananal	Rozenilda Gonçalves T. Francelino	Outras formas de expressão própria da cultura indígena	Aquidauana	MS	1003
308	Aldeia Marçal de Souza, Darci Ribeiro, Tarsila do Amaral e Água Bonita	Sidney Morais de Albuquerque	Jornal impresso - a voz indígena	Campo Grande	MS	1025
309	Associação dos Acadêmicos Indígenas de MS	Silvana Dias de Souza de Albuquerque	Yokone Kopenoti e as novas tecnologias	Campo Grande	MS	1027
310	Associação Hankrägani de Produtores Ofaié	Silvano de Moraes de Souza	Projeto Ofaié Sem Fronteiras	Brasilândia	MS	85
311	Reserva Indígena de Dourados, Comunidade Amambaí da Região do Cone-Sul do Mato Grosso do Sul (Guarani/Kaiowá)	Tatiane Martins Gomes	Trilhando Caminhos: Do Saber ao Empoderamento Acadêmico e Indigena	Dourados	MS	427
312	Terra Indígena Takwara	Valdelice Verón	Projeto Oygusu (Casa Grande de Reza)	Juti	MS	389
313	Aldeia Guayviry	Valmir Gonçalves Cabreira	Oga Pysy no Guayviry: Casa de Reza e Fortalecimento Cultural Kaiowa/ Pai Tavyterã	Aral Moreira	MS	975
314	Aldeias Jaguapiru e Bororó	Vanderlei Martins Pontes	Projeto Guaté de Fortalecimento Cultural	Dourados	MS	303
315	Associação Indígena MOXI	Ademil Iamexi Irantxe	Caititu Manoki	Sapezal	MT	706
316	Aldeia Mayrob	Agnes Fernandes França	Plantando futuro: Cultivo da Castanha do Brasil como base da alimentação Apiaká	Juara	MT	911
317	Aldeia Mayrob	Agnes Fernandes França	Povo Apiaká - Culinária Indígena Tracajá	Juara	MT	912
318	Aldeia Pakaya	Akan Juruna	Povo Juruna do Pakaya - Arquitetura	Colíder	MT	708
319	Aldeias: Taquaral, Divisa, Areião (mam garey), Flor da Selva, Cachoeirinha, Flor do	Amadeu Cinta Larga	Pad Mberewa Ki Ma?n, que significa: PAD (Vamos) + MBEREWA	Aripuanã	MT	689
	Prado, Mineiro, Paralelo 10, Capim, Bananal, Pajano/RP		(cantar a vida, as histórias) + KI (estado de fazer no presente) + MA?N (minha gente/pessoal)			
320	Associação Indígena Marupá AIM	Ana Angelica de Souza da Silva Arara	Dança de Yukapkatan (Povo grande)	Aripuanã	MT	902
321	Aldeia Mahoa	Angela Maria Zunizakae	Abelhas Nativas Mahôa	Campo Novo dos Parecis	MT	892
322	Aldeia Mahoa	Angela Maria Zunizakae	HALITI na Culinária Indígena	Campo Novo dos Parecis	MT	906
323	Aldeia Yawalapiti	Anuiá Yawalapiti	Hipekuluta	Canarana	MT	125
324	Comunidade Pyulaga	Arapawa Waurá	Wauja ohatakoja taku upapitsana - (quer dizer) Dicionário Linguístico-Cultural Waurá	Gaucha do Norte	MT	479
325	Comunidade Kamayurá	Auakamu Kamayurá	Kamayurá Maraká (nosso canto Kamayurá)	Canarana	MT	475
326	Aldeia Metuktire	Bekangaranhy Metuktire	Menire Bij'ôk (Festa das Mulheres)	Colíder	MT	910
327	Aldeia Paraíso	Benedito Garcia Onizoka	Raiz, planta e Cultura: Intercâmbio de raízes e sementes das roças tradicionais, Aldeia Paraíso, Povo Paresí, MT	Tangará da Serra	MT	336
328	Niorsch Haukina Semente Nativa	Benedito Santana de Campos	Semente Nativa	Porto Esperidião	MT	920
329	Nioysch Haukina	Benedito Santana de Campos	Tchuarsch Hina Kuravoti (Plantas que Curam)	Porto Espiridião	MT	922
330	Kremoro	Bepnoit Bepkukrati Metuktire	Kayapó: Nosso passado e presente	Colider	MT	635
331	Associação de Proteção Social Indígena e Recuperação Ecológica	Caetano Tserenhi'ru	Casa de adolescentes Hö	Barra do Garças	MT	901
332	Instituto KREHAWA - INKRE	Célio Kawina Ijavari	Festa de Aruanã	Luciara	MT	402
333	Aldeia Novo Horizonte e Aldeia Três Jacu	Cleide Adriana da Silva Terena	Heranekisu (Hera fruta do buriti; Nekisu pé do buriti)	Sapezal	MT	702
334	Associação Indígena Tulukai (AIT)	Daikir Talatakuma Waura	Panaka Makulatain - Resgate da cerâmica tracidional Wauja	Canarana	MT	632
335	Aldeia Halataikwa	Daliyamase Enawene	Yaôkwa, Lerohi e Kateoko	Juína	MT	364
336	Aldeias Mayrowi e Pontal dos Apiaká	Darleson Kamassuri Apiaká	Culinária Apiaká "Macaco cozido no leite da Castanha do Pará"	Colíder	MT	619
337	Aldeia Abare'u	Delarim Tsere'u'ra Buta'awe	Uiwede Hoibari	Barra do Garças	MT	929
338	Comunidade Bakutapô	Eder Apodonepá Nunes de Oliveira	Fortalecimento e reativação da Aldeia Bakutapô	Barra do Bugres	MT	390
339	Instituto Raoni	Edson Araceli Santini	Museu comunitário dos povos indígenas Kayapó, Tapajuna, Trumai, Yudja e Panará	Colider	MT	634
340	Aldeia Nova Canãa	Edson de Oliveira Santos Kulewara	Fortalecendo o nosso saber (Kiuntuli Ionho'onwado)	Nobres	MT	674
341	Aldeia aturua	Eduardo Maiawai Koni Tawanre	Projeto sol (xixi) de abril	Paranatinga	MT	915
342	Inamaty Poko'e; Turipuku, Kuxonety Poko'e e Kopenoty	Eziel Borobó Rondon	Dança Lele Heve de MT	Peixoto de Azevedo	MT	707
343	São Marcos	Florentino Wamri Papo Xavante	Danhore up'tabi	Barra do Garças	MT	202
344	Aldeia Iro'órãpe	Gisele Rêtsiwatsihu Tsipré	Wãrãhobo, Bo Wedepró	Barra do Garças	MT	933
345	Aldeia Santa Isabel do Morro	Hatawaki Karaja	Projeto de documentação de língua indígena Karajá	São Felix do Araguaia	MT	72
346	Aldeia São Domingos	Jacó Mabiore Karaja	Projeto de resgates culturais sobre grafismos ou pinturas corporais	São Felix do Araguaia	MT	618
347	Aldeia Nossa Senhora Guadalupe Aldeia Cristo Rei Aldeia	João Romulo Rairébéwe Aptsi'ré	A Raíz das Imagens	Barra do Garças	MT	306
	Nova Diamantina Aldeia Nossa Senhora das graças Aldeia São Francisco					
348	Aldeia Nova Esperança	João Tobias Wahone Tserenhimi'rami	Produção de Cará da Aldeia Nova Esperança	Barra do Garças	MT	446
349	Associação do Povo Indígena Cinta Larga ETE-REPUYÃ	Joãozinho Cinta Larga	Plantas medicinais usadas pelos índios Cinta Larga	Juína	MT	630
350	Inamaty Poko'e, Limão Verde e Buriti do MS	Joilson Leite Torres	Culinária indígena Inamáti - Terena MT	Peixoto de Azevedo	MT	704
351	Aldeia Kopenoty e Aldeia Limão Verde e Buriti do MS	Joilson Leite Torres	Povo Terena - Ponto de Cultura Kopenoty	Peixoto de Azevedo	MT	914
352	Aldeia Central	José Antonio Parava Ramos	Valorização da dança tradicional do povo Chiquitano	Porto Esperidião	MT	932
353	PEMO - Projeto Equipe Meri Ore	José Rodrigues Boyadowu	Revitalização da Cultura Boe - Bororo de Meri Ore Eda	General Carneiro	MT	297
354	Santa Cruz Etenza'itipré	José Tserenhomo Xavante	U'ridi Dahöimanadzé	Canarana	MT	209
355	Coordenação Indígena Tapaguia - CIT	Josias Iutumanga Pereira	Udo ety da comunidade Bakairi da Aldeia Cabeceira Azul	Paranatinga	MT	927
356	Igu Etâ	Jucimar Ipaikire Rondon	Praça de dança dos Kurâ Bakairi	Paranatinga	MT	705
357	Aldeia Giip Xi Ti, Parque do Aripuana	Junior Cinta Larga Munduruku	Zap atúú (Casa Comprida)	Juina	MT	696
358	Associação Indígena Kisêdjê	Kamikia Pentotxi Trumai Kisedjê	Kisêdjê Karo me Ngere Nhihwêt tá: Produtora audiovisual indígena do povo Kisêdjê	Canarana	MT	198
359	Aldeia Myrená	Kanawayuri Leandro Marcello Kamaiura	Tracajá para todos os índios do Xingu	Canarana	MT	926
360	Associação Yarikayu	Karin Juruna	Yudja me lã`ã`ã be e`useha ? y?mïti? seha (Resgate e Valorização de Esporte e Brincadeiras Tradicionais Yudja)	São José do Xingu	MT	360
361	Aldeia São Francisco - Wededze	Lindaura Wa'utomo'aba Tseredadze	Dapotó Manhãridzé	Barra do Garças	MT	903
362	Aldeia Umutina; Central; Amajunepá; Bakutapó; Bakalana, Cachueirinha	Luciana Calomezoré	Fortalecimento de produção e comercialização de artesanatos Indígenas Umutina	Barra do Bugres	MT	904
363	Associação Indígena Himerese	Luiz Correia da Silva Terena	Kore (flecha sagrada)	Sapezal	MT	686
364	Aldeia Santa Izabel do Morro, envolvendo jovens das aldeias: Wrebiá, JK, Wataú	Luiz Flavio Dywanaru Karajá (Juanahu)	Iny Bydedyynana Irituekokemy (Resgatando a cultura Iny)	São Félix do Araguaia	MT	52

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

365	Pakuenra	Magno Amaldo da Silva	Revitalização das práticas culturais do Kadoety	Paranatinga	MT	917
366	Aldeia Paredão; Recanto do Alípio e Perdiz	Marcelino Napiocu	Resgate das casas tradicionais do povo Manoki	Brasnorte	MT	699
367	Aldeia Belém	Márcio Tserehité Tsererãi're	Marãiwatsihõiba III	Canarana	MT	462
368	Organização de Mulheres Indígenas - TAKINÁ	Maria Alice de S. Cupudunepá	Fortalecimento do Artesanato das TAKINÁ de MT	Cuiabá	MT	905
369	Organização das Mulheres Indígenas - TAKINÁ	Maria Alice de Souza Cupudunepá	A revitalização do povo Umutina, através da Música	Cuiabá	MT	642
370	Associação Produtiva Indígena Chiquitano	Maria Cleonice de Fatima Cesario Rup	Arte do artesanato Chiquitano - MT	Porto Espiridião	MT	894
371	Aldeia Asa Branca, Perdiz e Recanto do Alipio	Maria de Fátima Nããsi	Artesanato Manoki	Brasnorte	MT	898
372	Aldeia Novo Horizonte; três Jacus; Novo Encantado; Vale do Rio Buriti; Caititu;	Maria Terezinha Silveira Nambiquara	Memória viva Nambikwara	Sapezal	MT	909
	Guarantã e as aldeias Central; Branca; 13 de maio; Auxiliadora; Mutum e Camararé do municipio de Comodoro					
373	Aldeia Aturua	Marlene Kaiore	Povo Kurã Kãdãkerã	Paranatinga	MT	913
374	Turi Puku	Mateus Alcântara Rondon	Terena - Culinária Indígena Turi Puku de Mato Grosso	Peixoto de Azevedo	MT	924
375	Aldeia Tatuí e aldeia Diauarun do Xingu do municipio de São José do Xingu	Matias Francisco Jurucatu	Intercâmbio Cultural Kayabi -Juara/Kayabi XINGU-MT	Juara	MT	682
376	Aldeia Tatuí	Matias Francisco Jurucatu	Povo Kayabi - Culinária Indígena Tatuí	Juara	MT	685
377	Comunidades indígenas yudja, que moram próximo da Aldeia Piaraçu-MT	Matudjo Metuktire	Fortalecimento de cultura tradicional	São José do Xingu	MT	250
378	Piaraçu	Mayalu Kokometi Waura Txucarramãe	Valorizando o conhecimento das mulheres Kayapó: pinturas corporais e cantos	Colider	MT	641
379	Instituto Teribre	Meire Diwaki	Revitalização das práticas culturais do Povo Karajá	Luciara	MT	172
380	Turi Puku	Micael Turi Rondon	Revitalização da língua materna Terena - MT - Turi puku	Peixoto de Azevedo	MT	916
381	Kuhikugu (Kuikuro), Akuku (Kalapalo), Uagihü otomo (Matipu) e Imieinaku (Mehinaku)	Mutua Mehinaku	O Aparecimento dos Brancos: A história que queremos contar	Canarana	MT	398
382	Dzub'adze; S.Francisco II; Nossa Senhora Auxiliadora; S. Marcos; Coração de Jesus; Dom Romero	Neia Glessia Pewe'a Tsebabate	Wa'wededzé - Nossa medicina indígena	Barra do Garças	MT	934
383	Pedra Bonita, Aldeia Velha, Santa Rita, Seringal 01 e Aldeia Bacaval	Nicolau Apytsae Rikbaktsa	Rikbaktsa Sakibazik baba - Os cantos e músicas verdadeiras do povo Rikbaktsa	Juina	MT	919
384	Aldeia Painkum	Odil Apacano	Idu Etâdo Paru Xuahuru - Proteção do olho d'água	Paranatinga	MT	907
385	Aldeia Central	Onofre Parava Ramos	Arte do Artesanato Chiquitano - MT	Porto Esperidião	MT	893
386	Associação do Povo Indígena Tapirapé da Aldeia Myryxitawa - APITAM	Oparaxowi Marcelino Tapirapé	Temi'o Kato (Comida boa e saudável)	Confresa	MT	923
387	Associação O Povo Indígena da Nação Unida Tapirapé	Rael Xakoiapari Tapirapé	Xema'eãwã pe mi ma'e ma'e apaãga arakwaãp apyãwa mõ - O resgate de nosso saber	Santa Terezinha	MT	176
388	Aldeia Mayrowi e Pontal dos Apiaká	Rainon Panhum Dathê	Cartilha da língua tradicional Apiaká	Colíder	MT	900
389	Aldeia Iahodu	Reginaldo Ikaura Xerente	Revitalização de alimentos tradicionais na cultura Bakairí	Paranatinga	MT	918
390	Instituto Raoni	Ropni Metyktire	Projeto História dos Povos Mebêngôkre, Panará e Tapayúna	Colider	MT	287
391	Vale do Papagaio; Sacre II; Utiariti; e Bacaval	Rosinha dos Santos Zomoizokaero	Yamore - Vale do Papagaio	Sapezal	MT	935
392	Aldeia Ipatse com participação da Aldeia Lahatua	Takumã Kuikuro	Tahako Oto - Mestre do Arco	Canarana	MT	203
393	Aldeia Barranco Queimado	Taliko Kalapalo	EGI AMELÜ (gravar os cantos e guardar)	Canarana	MT	386
394	Kremoro	Tekreranti Metuktire	Músicas da festa de corte de cabelos das moças	Peixoto de Azevedo	MT	698
395	Instituto Munduruku	Valdenildo Sal	Arte, Produção material e artesanato	Juara	MT	895
396	Associação Indígena do Povo Aweti	Waranaku Aweti	Tukyt Kiray, o sabor do sal	Canarana	MT	481
397	Aldeia Aturua e povo Waura do Xingu	Welinton Kayalaby Apauaca	Intercâmbio NANAGO (Arco Íris)	Paranatinga	MT	908
398	Kremoro	Weneti Tapayuna	Memy Biô - Festa do Homem	Colider	MT	251
399	Aldeia Kwaruja	Wisio Kaiabi	Temi Uaré Janejemujap - Aprendendo a fazer a comida	Canarana	MT	623
400	Associação Ikaika Parepy - AIP	Xaopokoi Tapirape	Tarykato	Confresa	MT	921
401	Xavante de Nova Esperança	Xisto Tserenhi'ru Tserenhimi'rami	Casa de Cultura "Tserewa'ubudu"	Barra do Garças	MT	280
402	Aldeia Bacaval	Zeferino Koloizomae	Artesanato de Haliti	Campo Novo dos Parecis	MT	897
403	Associação Extrativista do Rio Kabitutu Wuyxaxima - ASERK	Aldilo Amancio Caetano Kaba Munduruku	Produzindo Resgate	Jacareacanga	PA	235
404	AGITASI-Associação do Grupo Tembé das Aldeias Sede e Ituaçu	Ednaldo Tembé	Ensino da língua Tenetehara entre os Tembé da Aldeia Sede, Ituaçu, Pinoá e Ipydhô - Pará	Santa Luzia	PA	547
405	Missão São Francisco	Flavio Kaba Munduruku	Preservação da Dança do Parasoy	Jacareacanga	PA	264
406	Aldeia Katõ e mais 17 aldeias Munduruku do Alto Tapajós	Humberto Caitano Kaba Munduruku	Arte Munduruku	Jacareacanga	PA	320
407	Associação Comunitária Indígena Tapiête - ACIT	Kagroti Kayapó	Produção Memorial Mebegokre	Novo Progresso	PA	194
408	Aldeia Bakajá	Katendjo Kayapo	Kamoimaýry	Anapu	PA	754
409	Aldeia Bakajá	Katendjyre Xikrin	Rãnh-kô	Anapu	PA	750
410	Aldeia Apexti	Mokrã Kayapó	Kapran okô, pinturas indígenas de Apexti	São Félix do Xingu	PA	743
411	Aldeia Bakajá	Ngrenhngri Xikrin	Kayrakrô	Anapu	PA	752
412	Associação Indígena Te Mempapytarkatê Akrãtikatêjê	Nildivaldo da Costa Valdenilson	Mpakakôk tinrin kaxuwa (língua falada e revitalizada)	Bom Jesus do Tocantins	PA	431
413	Associação Floresta Protegida (AFP)	Oro Muturua	Feira Mebengôkre de sementes tradicionais	Tucumã	PA	738
414	Aldeias: Ita Putyr, Frasqueira, Tawari, Zawaru'u, SãoPedro, Aldeia Pirá, Aldeia Jacaré, Aldeia Iarapé	Pedro Nilson de Sousa Costa	Wuirá U'haw - Fortalecendo o nosso povo, nossa luta e nossa identidade Tenetehar	Belém	PA	748
415	Gavião Kyikatejê	Rikparti Kokaproti	Mekwatuwa Kyikatêjê Mpa Jarkwa Kôt Kakôk (Jovem fortalecendo a linguagem Kyikatêjê	Bom Jesus do Tocantins	PA	746
416	Associação dos Artesãos Indígenas Potiguara - ASARTINPB	Djalma Domingos Junior	Fortalecendo nossa arte e nosso ritual	Baía da Traição	PB	639
417	Aldeia Tramataia Potiguara	Luciano Magno Correa de Oliveira	Cinema nas Aldeias	Marcação	PB	382
418	Aldeia Lagoa do Mato	Marcos Izaias de Oliveira	Revitalizando a Memória de Nosso Povo Indígena Potiguara "Aldeia Lagoa Do Mato"	Baia da Traição	PB	438
419	Aldeia São Francisco, sendo que outras estão inseridas que são: Santa Rita,	Maria Nilda Faustino Batista	Toré da Cidadania	Baia da Traição	PB	512
	Laranjeira, Tracoeira, Cumaru, Lagoa do Mato, Galego, Forte, São Miguel					
420	Aldeia Jaraguá	Tanielson Rodrigues da Silva	Centro de Formação Cultural e Museu Potiguara	Rio Tinto	PB	643
421	TORÉ FORTE - Associação Cultural Indígena Potiguara	Valdelúcia de Araújo Cassiano	Permanecer Forte e Viva a Nossa Cultura	Baía da Traição	PB	373
422	Área Indígena Truká (Ilha de Assunção)	Celio dos Santos	Bernadino Ciriaco da Luz	Cabrobó	PE	467
423	Aldeias Porto Apolonio Sales, Ilha da Tapera e Ilha de São Felix	Edna Bezerra Pajeu	Recontando nossa história através das artes	Oroco	PE	213
424	Associação Indígena dos Produtores Rurais da Aldeia da Lagoinha	Expedito Vicente Costa	Projeto Cataioba. Arte, produção material e artesanato	Salgueiro	PE	1030
425	Bem querer de cima	Geandisson Ramos Andrade	Maracá Raiz Encantado	Jatobá	PE	358
426	Aldeia Brejo dos Padres	Geize Tatiana Andrade Cruz	Cantando e dançando ao Som dos Búzios Pankararu	Tacaratu	PE	667
427	Associação da Comunidade Indígena Xukuru	Guilherme Araújo Marinho Magalhães	Cinema Itinerante - Xukuru do Ororubá	Pesqueira	PE	1004
428	Aldeia Jardim e Aldeia Amarrapé - Comunidade Indígena Pankará	Ivanilza dos Santos Silva	História e Tradição Pankará	Carnaubeira da Penha	PE	981
429	Comunidade Fulni-ô da Aldeia central (urbana) e Comunidade Fulni-ô de Xixiakhlá	Jailson Correa Daca	MIITXHIA - Plano de recuperação de Terreiros Fulni-ô	Águas Belas	PE	990
430	Aldeamento Indígena Fulni-ô	João Paulo Ribeiro (professor)	Educação Fulni-ô na Mídia	Águas Belas	PE	966
431	Fulni-ô	José Francisco de Sá	Medicina Tradicional Indígena Fulni-ô	Águas Belas	PE	1024
432	Grupo Fowá Fulni-ô da Aldeia Indígena Fulni-ô	José Henrique Ribeiro de Sá	Ação Fowá-Fulniô - Desenvolvimento Cultural e Sócio Educativo	Águas Belas	PE	646
433	Brejo dos Padres, Saco dos Barros, Bem Querer de Cima, Caxiado, Caldeirão,	Jurandi Manoel Freire	Casa de Cultura	Jatobá	PE	970
	Gito 1 e Gito 2, Morcego, Carrapateira, Topera, Espinheiro, Agreste					
434	União da Juventude Pankararu	Lafaete José da Silva	Fortalecendo a relação dos jovens indígenas Pankararu e o seu território/ Seminários Culturais	Tacaratu	PE	75
435	Mina Grande, Ponta da Várzea, Pau Ferro Grosso (Aldeia Sede do Povo Kapinawá)	Maria Beserra da Silva	Resgate da Zabumba e do Pífano no Povo Kapinawá	Buíque	PE	1013
436	Aldeia Malhador, Aldeia Serrota, Aldeia Quiridalho	Maria do Socorro França de Siqueira	Zabumba o Som dos Antepassados Vibrando Hoje	Buíque	PE	1009

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

437	Ponta da Várzea, Pau Ferro Grosso, Mina Grande, Quiridalho, Santa Rosa,	Maria do Socorro Freire Santos	Toantes Cantados pelos mais Velhos	Buíque	PE	1020
	Serrota, Areia Grossa (Aldeias do Povo Kapinawá)					
438	Caatinga Grande, Caatinguinha, Riacho Fundo, Camaleão, Lama, Redenção, Cajueiro,	Maria Elenilda Delfino dos Santos	Jovens Unidos fortalecendo a luta de seu povo através da arte	Cabrobó	PE	977
	Lagoa Branca, Umbuzeiro, Sabonete, Jatobazeiro, Portões					
439	Associação Indígena dos Produtores Rurais da Comunidade Indígena Pankaiwka	Maria Francisca da Silva Araújo	Fortalecimento de Festas Culturais do Povo Pankaiwka	Jatobá	PE	997
440	Bem Querer de Cima, Saco dos Barros, Brejo dos Padres, Jitó Tapera, Carrapateira, Caldeirão,	Maria Rosimar de Oliveira	Projeto Pai Tupã	Jatobá	PE	424
	Caxiado, Bem Querer de Baixo, Serrinha, Macaco, Espinheiro					
441	Escola Indígena Bilíngue Antônio José Moreira	Marilena Araújo de Sá	Yaktowa	Águas Belas	PE	447
442	Associação Indígena dos	Raimunda Jeane Cecília	Sede da AIPAPP	Salgueiro	PE	1000
	Produtores Agrícolas de Poço da Pedra (AIPAPP)					
443	Comunidade do Morcego	Rita de Cássia dos Santos	Sustentabilidade Alimentar da Cultura e Tradição Pankararu	Jatobá	PE	1036
444	Associação G.J.N.I. K. Grupo Jovens Indígena Nazário Kambiwá	Sandra Silva de Carvalho	Jovens Índios: Fortalecendo a Identidade Étnica do Povo Kambiwá através da Arte e Cultura	Ibimirim	PE	986
445	Xixiaklá	Simone Alves dos Santos	Tradição, Cultura e Sustentabilidade	Águas Belas	PE	994
446	Comunidade Lagoinha, Mundo Novo, Piancó, Logradouro	Ubirajara Fernandes Barbosa	Minha dança, minha pisada Pankararu	Petrolândia	PE	973
447	Associação Indígena Itacoatiara	Francisco das Chagas Dias Pereira	Revitalização Cultural e Concluimento de Obra	Piripiri	PI	289
448	Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF da Escola Estadual Indígena Nitótu - EIEF	Adair Rodrigues	Kanhgág ág jagfy (Em favor da cultura indígena)	Clevelândia	PR	516
449	Aldeia Passo Liso e Aldeia Palmeirinha	Alcir de Souza	Plantas Medicinais	Chopinzinho	PR	143
450	Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF da Escola Estadual Indígena Nitótu - EIEF	Altemiro Alves de Oliveira	Vejen há (Alimentação Saudável)	Clevelândia	PR	518
451	Aldeia Guarani Palmirinha	Antoninho Karai Delane	Construção e Reativação da Casa de Reza (opy)	Chopinzinho	PR	434
452	Barreiro, Água Branca, Serrinha, Sete Cedro, Ywyporã e Sede	Augusto Caetano Uvupuru Payakan Gaje	Raízes e Culturas Indígenas	Tamarana	PR	243
453	Kakanã Porã	Caciporé José Correia de Lima	Preservar a história da memória kaingang	Curitiba	PR	888
454	Terra Indígena Palmas e Aldeia Vila Nova Guarani	Claudecir Viri	Ga kósin ag (os filhos da terra)	Palmas	PR	881
455	Terra Indígena Palmas	Claudecir Viri	Mostra de Cultura Indígena Kaingang	Palmas	PR	885
456	Kakane Porã de Curitiba	Denise Salvador de Almeida	Encontros Interculturais 2013	Curitiba	PR	683
457	Guarani	Eloy Jacintho	Nhandewa	Santa Amélia	PR	886
458	Aldeia Indígena Água Branca e Aldeia Sede da Apucaraninha	Geremias Kaingang Campolim	Filme da cultura kaingang	Londrina	PR	507
459	Associação Indígena Tekone Mboguatá	Inácio Martins	Teko Nhemoingo: Fortalecimento da cultura e luta Ava Guarani	Guaíra	PR	890
460	Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF da Escola Estadual Indígena Nitótu - EIEF	Miguel Alves	Kanhinnhir ki vãnh kagrãnh (Brincando mas também aprendemos)	Clevelândia	PR	519
461	Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF da Escola Estadual Indígena Nitótu - EIEF	Miriam Joseli Kenpry Maciel	Kanhgág ág Fe (Vida de Índio)	Clevelândia	PR	500
462	Kakané Porã	Moisés da Silva	Sobrevivendo Culturalmente na cidade	Curitiba	PR	889
463	Posto Indígena Ivaí	Orlando Borges Ninvaia	Kre (Balaio)	Maringá	PR	883
464	Guarani Nhandewa	Osias Ramos Arnaud Sampaio	Centro de Formação de Atletas Auinã: preparando cidadãos	Santa Amélia	PR	879
465	Associação de Moradores do Posto Indígena Pinhalzinho	Reginaldo Aparecido Alves	Feira de sementes crioulas indígenas ymãu	Tomazina	PR	880
466	Mococa	Renato Pereira	O Dia do ?m?	Ortigueira	PR	887
467	Kuaray Haxa	Rivelino Gabriel de Castro	Mborai Porã Canto Sagrado	Guaraqueçaba	PR	884
468	Universitários Indígenas de Curitiba	Sandro Glória	Nossos povos, nossas tradições	Curitiba	PR	557
469	Comunidade Indígena Passo Liso	Valfride Carneiro Cipriano	Grupo de Canto e Dança Tope P?r	Chopinzinho	PR	882
470	Assentamento Abapan	Vanderson Roberto Benitez	Jae Xauka Nhandereko Jurua Kuerype	Castro	PR	470
471	Associação Comunitária Indígena Guarani Bracuhy	Aldo Fernandes Ribeiro	Jexara'u Tenonderã - Sonhar pro Futuro	Angra dos Reis	RJ	878
472	Aldeia Guarani de Camboinhas e Aldeia Tekoa Nhu'poty Flor do Campo	Amarildo Karay Mirim Yapua Nunes de Oliveira	Aldeia Tekoa Mbo'yty - Aldeia das Sementes de Portas Abertas	Niterói	RJ	509
473	Aldeia Araponga	Augustinho da Silva	Nhemongarai: Karai opita va´e kuéry omboaty haguã	Parati	RJ	392
474	Puri	Carmel Farias Puri e Emerson Gonsalves Puri	Grupo Puri, Busca das origens e tradições	Rio de Janeiro	RJ	877
475	Centro Cultural Indígena Maracanã	Carmel Puri e Michael Baré.	Centro de Referência das Culturas dos Povos Indígenas Originários	Rio de Janeiro	RJ	876
476	Rio Pequeno, Tekoa Jahapety	Demécio Martine	Pawe Rebiaporã: O trabalho artesanal Guarani	Paraty	RJ	577
477	ACIGUA - Associação Comunitária Indígena Guarani	Ivanildes Pereira da Silva	* Projeto Aldeia Itatim Terra Indígena Guarani Parati Mirim	Paraty	RJ	154
478	Aldeia Itatim	Ronaldo Mariano Rodrigues	* Projeto Aldeia Indígena Guarani Itaxim - Guarani Mbya	Paraty	RJ	170
479	Paraty Mirim Itaxim	Ronaldo Mariano Rodrigues	* Projeto Guarani Mbya - Aldeia Indígena Guarani Mbya	Paraty	RJ	144
480	Associação Comunitária Amarelão	Maria Ivoneide Campos da Silva	JEPURUVO ARANDU "Utilizando Sabedoria" - Despertando o índio nas escolas do Rio Grande do Norte	João Câmara	RN	333
481	Associação do Povo Indígena Zoró	Alfredo Sep Kiat Zoró	Tuwit Parat, Tungue Parara Tigia - Alimentos e Vida Saudável	Ji-Paraná	RO	233
482	Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí	Almir Narayamoga Suruí	Projeto de Ecoturismo Paiter Surui	Cacoal	RO	828
483	Associação Indígena Baía das Onças	André Jaboti	Valorização da Cultura Material Djeoromitxi	Guajará-Mirim	RO	652
484	Aldeia Lage Novo	Arão Wao Hara Ororam Xijiein	A língua txapakura viva na história	Guajará-Mirim	RO	454
485	Comunidade Indígena Akot Pytim'adnipa	Fernando Antônio Karitiana	Raoni Metuktire - Muito obrigado - Rondônia Karitiana - Agradece	Porto Velho	RO	656
486	Associação Indígena Arara	Francisco das Chagas P. R. Arara	Construção de uma 'oca'	Cacoal	RO	248
487	Associação Indígena Arara	Francisco das Chagas P. R. Arara	Projeto Colheita da Castanha	Cacoal	RO	266
488	Associação Indígena Arara	Francisco das Chagas P. R. Arara	Projeto de uma farinheira	Cacoal	RO	275
489	Associação Indígena Arara	Francisco das Chagas Paulo Rodrigues Arara	Granja de frangos	Cacoal	RO	566
490	Associação Indígena Arara	Francisco das Chagas Paulo Rodrigues Arara	Extração do óleo da copaíba	Cacoal	RO	555
491	Associação Indígena Arara	Francisco das Chagas Paulo Rodrigues Arara	Estruturação da Associação Indígena Arara	Cacoal	RO	207
492	Aldeia Lage Velho	Francisco Oro Waram	Ka wa yim ma (pedir ou cobrar um favor)	Guajará-Mirim	RO	604
493	Associação Instituto Florestal Yabner Gagbir do povo Indígena Paiter Suruí	João Lawad Suruí	Feira Cultural Gabgirey	Cacoal	RO	816
494	Aldeia Ricardo Franco	José Augusto Canoé	Festa dos Guerreiros	Guajará-Mirim	RO	818
495	Associação Zavídjaj Diguhr	Josias Cebirop da Silva	Festa do Gohv Akae	Ji Paraná	RO	425
496	Aldeia Juma	Mandei Juma	Retomando o território tradicional	Porto Velho	RO	311
497	Comunidades Indígenas Cinta Larga: Kabã, Kakin, Mã	Maria Beleza Cinta Larga	1ª Dança Cinta Larga com Metuktire	Cacoal	RO	657
498	Associação Gâbgir do Povo Indígena Paiter Surui	Patanga Surui	Normatização da escrita da língua Paiter Suruí	Cacoal	RO	826
499	Associação Karo Pajgap	Pedro Agamenon Arara	Músicas, cantos, danças e rituais do Povo Arara	Ji-Paraná	RO	823
500	Aldeias: Trindade, Colorado, Cajui, Nova Esperança	Raul Pat'awre Tupari	Opuop ma`â kipuop` orapke tupari ema´ ema´êre	Alta Floresta	RO	660
501	Aldeia Santo André	Salomão Oro Nao'	Ca Toc Wa Pana (Festa da Chixa)	Guajara Mirim	RO	713
502	Sociedade Amigos do Xadrez	Veranes Parintintin	Feira das Etnias Rondonienses	Porto Velho	RO	681
503	Beija Flor ou Tukui	Amilton de Souza	Fortalecimento da Culinária Macuxi	Boa Vista	RR	861
504	Beija Flor ou Tukui	Amilton de Souza	Valorização e Fortalecimento da Terra para Sustentabilidade	Boa Vista	RR	872
505	Hutukara Associação Yanomami - HAY	Armindo Goes Melo	XAPIRI: Valorização do Xamanismo Yanomami	Boa Vista	RR	874

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

506	Comunidade Indígena Surumu	Carpegiane Rebouças Bezerra	Mananîto Moroopai Makusi Ka'tunîto' = Festival Makuxi de Atletismo	Pacaraima	RR	401
507	Comunidade Indígena Laranjinha (com a participação da comunidade Makara)	Cléia Alice Morais da Silva	Patrimônio Cultural Wai-Wai: a arte com Wewe Eperîrî (sementes) na comunidade Laranjinha / RR	Boa Vista	RR	423
508	Imbaúba	Clodomir Malheiro	Fortalecimento e Garantia de Sustentabilidade Alimentícia	Boa Vista	RR	866
509	Serra Grande, Jibóia e Reforma	Creci da Silva Sarmento	Projeto Jacitara	Normândia	RR	870
510	Cachoeirinha	Elias João da Silva	Volte minha língua - Ennappî Umaimu	Pacaraima	RR	865
511	Região do Papiu/ Comunidades Tihi naki, Herou, Surinapi, Konapi,	Genivaldo Yanomami	Edição nas Comunidades: nossos vídeos perto da gente	Boa Vista	RR	860
	Sikamapiu, Maharau, Maimapi, Okarasipi, Remoripi, Xokotha, Hokosiu					
512	Imbaúba	Gercimar Morais Malheiro	Manutenção da Tradição Macuxi	Boa Vista	RR	862
513	Araçá da Serra	Leia da Silva Ramos	Valorização do Caxirî de mandioca: as'puru	Normandia	RR	556
514	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	Makunaima: desenhista natural do povo Macuxi no Estado de Roraima	Boa Vista	RR	867
515	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	Valorizar os conhecimentos tradicionais e a manutenção da natureza para sustentação da vida	Boa Vista	RR	873
516	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	A cura com plantas medicinais tradicionais Wapichana: Saúde perfeita sem dependência química	Bonfim	RR	858
517	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	Casas e Malocão Wapichana: Arquitetura tradicional e climatizado	Bonfim	RR	859
518	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	Maruwai, onça, jabuti: mitos pelos anciões Wapichanas	Bonfim	RR	868
519	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	Nossa Terra Nossa Mãe: preservação e sustentabilidade do meio ambiente e da cultura Wapichana	Bonfim	RR	869
520	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	Pedra do Sapo: local sagrado do Povo Wapichana da Cachoeirinha do Sapo	Bonfim	RR	863
521	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	Santuário do Pajé Palmiro: espírito e saúde indígena protegida	Bonfim	RR	871
522	Raimundão 1	Matilde da Silva	Uyeeserukonpî senkaman: Fortalecendo as Tradições Culturais dos Povos Macuxi e Wapichana na comunidade Raimundão 1	Alto Alegre	RR	491
523	Araça , Ananás, Anaro, Aningal, Cajuiro, Garagem, Guarabira, Juracy, leão de Ouro,	Monaliza Nayara Ribeiro Silva	II Encontro regional dos jovens indígenas de Amajarí "Preservação da cultura, meio ambiente e fortalecimento da nossa autonomia"	Amajari	RR	236
	Mutamba, Mangueira, Ouro, Ponta da Serra, Santa Inês, São Francisco, Três Corações, Urucury, Vida Nova					
524	Guariba	Monaliza Nayara Ribeiro Silva	Jovens indígenas: promovendo a educação ambiental	Amajari	RR	219
525	Yanomami do Watoriki (Demini)	Morzaniel Iramari Aranariutheri	Yanomae thëphë utupë: imagem dos Yanomami	Boa Vista	RR	875
526	Malacacheta, Pium, Moscou, Muriru, Manoa, Jacamim, Alto Arraia, Novo Paraíso, Jabuti,	Odamir de Oliveira	Bayda'aptan Paradkary: gramática intercultural e bilingue Wapichana- Português	Cantá e Bonfim	RR	624
	São Domingos, Água Boa, Wapun, Marupá, Tabalascada, Canauani, Laje,					
	Cachoerinha do Sapo, São João, Bom Jesus, Jacaminzinho					
527	Fuduuwaduinha	Reinaldo Wadeyuna Luiz Rocha	Shiwo jäkä wänwanäje woowanoomanä: Festejar para conhecer e aprender	Boa Vista	RR	637
528	Comunidade Indígena Urinduk	Zelandes Alberto Oliveira	Projeto Tipiti	Uiramutã	RR	567
529	Terra Indígena Cacique Doble, Aldeia Campo Verde, Aldeia Prata	Adilson G Manuel Antonio	Medicina tradicional Kaingang	Cacique Doble	RS	797
530	Comunidade Indígena Guarani Tekoá Ka´gua Porã , aldeia Gengibre	Aldones Mariano	Revitalizando a cultura Mbyá Guarani	Erval Seco	RS	288
531	Aldeia Som dos Pássaros (Tekoa Guyra Nhendu),	André Benites	Teko Reguá - conhecimento e cultura: experiência na construção de duas casas	Barra do ouro - Maquiné	RS	803
	Tekoa Nhuu Pora; Tekoa Kuaray Rese e acampamento da Linha Pinheiro					
532	Comunidade da Estiva	Araci da Silva	Pave Nhemba'e Apo (Para o bem de todos)	Viamão	RS	197
533	CPM - Círculo de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena de Ensino Fund. Joaquim Gaten Cassemiro	Ari Loureiro	Rebrotar das raízes	Nonoai	RS	469
534	Terra Indígena Kandoia	Deoclides de Paula	Kandoia Cultura Viva	Faxinalzinho	RS	795
535	Terra Indígena Kaingang	Gilson Nascimento	*Kanhgág vãfy	Iraí	RS	695
536	Associação Comunitária Indígena Kaingang Passo Grande TIKPG	Irini Franco	Cultural Resistência Indígena	Cacique Doble	RS	790
537	Mbya Kuery	Jaime Valdir da Silva	Keringue Arexanhã - Fortalecimento da Saúde das Crianças	Porto Alegre	RS	477
538	Ka'aguy Poty	João Paulo Acosta	Resgate da Cultura Alimentar Indígena Mbya Guarani	Estrela Velha	RS	483
539	Tekoa Arandu Vera	Joel Pereira	O futuro de uma criança e o presente e futuro de um jovem	Getúlio Vargas	RS	273
540	Setor Mato Queimado / Irapuá	Joel Ribeiro de Freitas	Olimpíadas Escolares Indígenas da TI Guarita	Redentora	RS	473
541	Aldeia Bananeiras; Aldeia Pinhalzinho; Aldeia Posto Indígena	Josué Carvalho	In Kaingang	Gramado dos Loureiros	RS	457
542	Aldeia Indígena Bananeiras	Josué Carvalho	Kaingang em cena	Gramado dos Loureiros	RS	377
543	Cacique Doble	Lorena M Antonio	Mulheres Indígenas Cacique Double	Cacique Doble	RS	799
544	Tukã Ju Mir?	Lorenco Benites (apoiadora maria heloisa martins da rosa)	Yvy Porã (terra boa, mata bonita)	Pelotas	RS	341
545	Aldeia Polidoro	Maria do Carmo Lima de Moura	Prática dos saberes em nosso coletivo charrua	Porto Alegre	RS	241
546	Terra Indígena Cacique Doble, Aldeia Campo Verde, Aldeia Prata	Mario P. Manoel Antonio	Culinária Kaingang	Cacique Doble	RS	789
547	Arte Confecção Kaingang	Rute de Rosa	Revitalização da Cultura Indígena Kaingang (?G T? P? TA VE HA KE MAN)	Porto Alegre	RS	679
548	Tkoa Nhundy	Tarcisio Gomes -Vice Cacique	Tko Nhemombaraete rá - Fortalecimento de sua cultura	Viamão	RS	659
549	Terra Indígena Cacique Doble, Aldeia Campo Verde, Aldeia Prata	Valdir Rank Matos	Artesanato indígena Kaingang	Cacique Doble	RS	787
550	Aldeia Tüpe pën, com Nonoai, Votouro, Ligeiro, São Leopoldo,	Valdomiro Vergueiro	Encontro de fortalecimento da medicina tradicional kaingang	Porto Alegre	RS	791
	Inhacorá, Lomba do Pinheiro, Lajeado, Rio dos Índios, Iraí, Charrua, Safira, Jari					
551	Tekoá Pindó Mirim (Terra Indígena de Itapuã), Tekoá Jata'ity	Vherá Poty Benites da Silva	Nhemongaraí	Viamão	RS	164
	(Terra Indígena do Cantagalo) e Tekoá Pindó Poty (aldeia guarani do Lami)					
552	Associação Fag Nhig Kaingang	Vice Presidente Amiltom Mello	Revitalização dos conhecimentos tradicionais	Porto Alegre	RS	522
553	Associação dos Moradores Yynn Moroti Werá	Adelino Gonçalves	Tchedjaryi Arandu	Florianópolis	SC	370
554	Toldo Pinhal	Adroaldo Antonio Fidelis	A busca pela Cura	Chapecó	SC	775
555	Aldeia Tekoa Itaty	Eunice Parai Antunes	Kunhangue Rembiapó - fortalecendo vínculos através do artesanato	Palhoça	SC	668
556	Aldeia Jataity (Conquista)	Fernando Silva	Tekoa Tupã Mba'e: Como o nosso território é banhado por um rio e próximo do litoral,	Barra do Sul	SC	782
			em nossa crença Tupã está olhando para essa aldeia e cuidando do povo que mora na mesma. Ele é o dono.			
557	Aldeia Indígena Yynn Moroti Wherá, Aldeia Amâncio	Hyal Moreira	Tape Arandu (caminho da sabedoria)	Biguaçu	SC	543
558	Mymba roká (Amaral)	José Benites	Rituais Mbya Guarani	Biguaçu	SC	381
559	Associação de Pais e Professores da Escola Indígena Ensino Fundamental Cacique Karenh	Mariane de Almeida Paulino	Educação e diferenciação Cultural	Abelardo Luz	SC	677
560	Toldo Pinhal, linha Felix	Ozana Dos Santos	Top? ?n	Seara	SC	784
561	Aldeia Tiara Jú	Ronaldo Costa Karaitu Kumbo	Koringue Poraiá Orerecó Pygua - Cantos Tradicionais com crianças Guarani-mbya	Araquari	SC	474
562	Toldo Imbu	Sandra de Paula	História da Terra Indígena Toldo Imbu	Abelardo Luz	SC	780
563	Aldeia Linha Limeira	Silvones Karai Martins	Grupo Mbyá Encenando	Entre Rios	SC	779

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

564	Toldo Imbu	Valdecir Oliveira Santos	Alimentação tradicional da terra indígena Toldo Imbu	Abelardo Luz	SC	776
565	Toldo Imbu	Valmor de Paula Mendes	Canto Sagrado	Abelardo Luz	SC	778
566	Aldeias Toldo, Coqueiro, Figueira, Palmeirinha, Barragem, Pavão, Sede e Bugio	Woie Kriri Sobrinho Patté	Arte e Cultura Xokleng - Fortalecimento	José Boiteux	SC	777
567	Aldeia Indígena Ilha de São Pedro	Nadja Nayra Alves da Silva Rodrigues	Valorizando as Raízes Xokó	Porto da Folha	SE	772
568	Comunidade Indígena Xokó	Yatan Lima dos Santos	Um Índio conta a sua história	Porto da Folha	SE	349
569	Tekuari Ty	Abilio da Silva Martins	Oo nhemboatya - opy Takuary Ty Espaço cultural e casa de reza Guarani Takuary Ty	São Paulo	SP	608
570	Pankararé	Adelice Pereira Feitosa Hilário	A Culinária dos Povos Pankararé	São Paulo	SP	582
571	Aldeia Jejy Ty	Ailton Garcia	Tekoa Poã dy Hovy - plantas que curam	Registro	SP	767
572	Vários Bairros da Grande São Paulo	Alaide Pereira Xavier Feitosa	Cultura Pankararé	Osasco	SP	450
573	Aldeia Djaiko Aty	Aparecida da Silva Rosário	Ko'emaramõ Rowy'a - Ao amanhecer nos alegramos	Miracatu	SP	740
574	Aldeia Djaiko Aty	Aparecida da Silva Rosário	Nhande Djedjy - Nosso Palmito	Miracatu	SP	747
575	Aldeia Lobo Velho	Ary Luiz Tucunduva de Faria	Projeto Naruê	São Paulo	SP	553
576	Comunidade Fulni-ô do Jardim Tremembé	Avani Florentino de Oliveira	Twyan	São Paulo	SP	183
577	Terra Indígena Guarani Ribeirão Silveira	Carlos Fernandes Guarani	Djedjokó Onhembojerá (O Retorno do Sábio)	São Sebastião	SP	451
578	Aldeia Peguao-ty	Celio Aquiles	Oo Mitâi Oikoa'i (Casa do Nascimento da Criança)	Sete Barras	SP	755
579	Tenonde Porã	Claudia Marilene Gonçalve - Jaxuka	Nhamombaraete Nhanderopy'i" (Fortalecendo Nossa Casa Sagrada)	São Paulo	SP	744
580	Tekoa Pyau e Tekoa Ytu	Cristina Verissimo Cordeiro	Poã Kaaguy	São Paulo	SP	387
581	Comunidade Indígena da Aldeia Kopenoty	Danieli Lulu Lucas	O futuro da nossa aldeia depende das crianças - Kalyvóno Terena	Avaí	SP	448
582	Wassu Cocal de Guarulhos	Diva Máximo da Silva	Acauã Wassu	Guarulhos	SP	621
583	Nhamandu Mirim	Domingos da Silva	Oy gwatsu Nhanderu pame awã pame nhande pytymo awã Nhanderu upe - A casa grande é para nos ajudar a fortalecer a comunidade	Peruíbe	SP	761
584	Aldeia Tabaçu Rekoypy	Dora Dina dos Santos Oliveira	O Renascer da Grande Aldeia	Itanhaém	SP	463
585	Tereguá	Edeutrudes Sebastião	Vituke Ramoko	Avaí	SP	499
586	Aldeia Icatu	Edilene Pedro	Kakané ko hâ, Kaiken Mahâ - Comer fruta é bom demais, Deus é bom	Braúna	SP	439
587	Tekoa Mirim	Edmilson de Souza	Nhemonbombaraete a - Fortalecimento	Praia Grande	SP	751
588	Tereguá	Erickson Sebastião Cruaia	Py"Agwy	Avaí	SP	444
589	Comunidade Indígena Nimuendaju	Evanilza Eloy	Mandió Marae'y: Mandioca Sagrada	Avaí	SP	158
590	Guarani Mbya do Ribeirão Silveira	Fabiana Fernades Timotio	Nhanhoty avaxi hetei - Vamos plantar milho Guarani	São Sebastião	SP	640
591	Associação Arte Nativa Indígena	Gilberto Silva dos Santos	Opy - Rituais e Cultura Indígena	Guarulhos	SP	589
592	Comunidade Indígena Nimuendaju	Gleyser Alves Marcolino	Oy Gwatsú - Casa de Rezas	Avaí	SP	441
593	Aldeia Itapuã	João Lira da Silva	Opy'i Nhambo Tuvixa Vê (Ampliando a Casa de Reza)	Iguape	SP	759
594	Aldeia Piaçagüera	João Paulo dos Santos Dias	Centro Cultural Ywy Pyau	Itanhaém	SP	410
595	Aldeia Peguao-ty	Leonardo da Silva	Oo Nhemonguetaa (Casa do Conselho Guarani)	Sete Barras	SP	757
596	Peguao Ty	Leonardo Silva	Oo Nhandereko rami aiko - espaços de transmissão do sistema Guarani	Sete Barras	SP	644
597	Aldeia Água Limpa -Yi ky'ae'y	Lidia Krexu Reté Veríssimo	Opy'i Tekoa Pyau - Casa de Reza - Aldeia Nova, Água Limpa	São Bernardo do Campo	SP	758
598	Aldeia Uru'ity	Lidio Benites	Kunumingué - Jovem Artesão	Miracatu	SP	742
599	Aldeia Uru'ity	Lidio Benites	Oî AGUÃ MBARAETERÃ (lugar para buscar força espiritual)	Miracatu	SP	753
600	Aldeia Pyhaú	Marcilio Marcolino	A educação e processos próprios de transmissão de conhecimento	Barão de Antonina	SP	703
601	Aldeia Nova Boa Esperança	Marcos dos Santos - Tupã	Tekoa Pyau (Aldeia Nova)	São Paulo	SP	768
602	Comunidade Pankararé de Guarulhos	Maria Anita Granjeiro dos Reis	Resgate de Cultura Pankararé	Guarulhos	SP	596
603	Tenondé Porã	Maria Filomena de Souza	Coral Ara Ovy (Céu Azul)	São Paulo	SP	366
604	Tekoa Porã	Pacuery Garcia Cruaia Lulu	Nhande Tape: Nosso Caminho - Cultivo dos alimentos tradicionais indígenas	Itaporanga	SP	595
605	Tekoa Porã	Pacuery Garcia Cruaia Lulu	Nhande Tape: Nosso Caminho -Agrofloresta na aldeia Alimentação Sustentável	Itaporanga	SP	600
606	Tekoa Porã	Pacuery Garcia Cruaia Lulu	Nhande Tape: Nosso Caminho - Ampliação do Centro Cultural	Itaporanga	SP	594
607	Aldeia Araça Mirim	Paulo Cavanha	Kekue Porã - Plantação de Milho Tradicional	Registro	SP	739
608	Aldeia Itapu Mirim	Reinaldo Karaí Tokumbo Peralta	Popygua Mirim Instrumento Sagrado	Registro	SP	763
609		Renato Angelo Pereira	Projeto Maracanã	São Paulo	SP	765
610	Aldeia Aguapeu	Roberto Martin Silva	* Projeto Aldeia Aguapeu Terra Indígena Aguapeu	Mongaguá	SP	138
611	Aldeia Aguapeu, Aldeia Tekoa Mirim	Roberto Martin Silva	Nhande Kuery Rembi'u o nosso alimento	Mongaguá	SP	153
612	Aldeia Ambá Porã	Saulo Lino Cabral Ramires	Yva'a Pyau - Novos Frutos	Miracatu	SP	770
613	Aldeia Aguapeu	Sergio Martins da Silva	Documentário da Cultura Indígena Guarani de Aguapeu	Mongaguá	SP	58
614	Aldeia Aguapeu	Sérgio Martins da Silva	* Projeto Aldeia Aguapeu Terra Indígena Aguapeu	Mongaguá	SP	80
615	Comunidade Wassu Cocal de Guarulhos	Sidney Máximo da Silva	Avivando, vivendo e revivendo a cultura Wassu Cocal na cidade de Guarulhos	Guarulhos	SP	737
616	Barragem (Morro da Saudade) e Krukutu	Timoteo da Silva Verá Potygua	Histórias Tradicionais Desenho Animado	São Paulo	SP	611
617	Aldeia Indígena Bananal	Ubiratã Jorge de Souza Gomes	Nhanhobareté awã nhade rekó tupi	Peruíbe	SP	749
618	Vanuire	Valdenice Cardoso Soares Vaiti	Vocabulário do Dialeto Kaingang Paulista	Arco-Íris	SP	223
619	Aldeia Tekoa Ytu e Tekoa Mirim	Valdir Gabriel	Rapó	São Paulo	SP	701
620	Associação Comunitária Tjeru B`ae kaa`i	Vando dos Santos / Lucia Fernandes	Nhamonbaraete Nhande`y - Fortalecendo a Nossa Fala	São Sebastião	SP	745
621	Aldeia Xambioá	Aguimon Júnior da Silva Santana Idiorarú Karajá	Terra Indígena Xambioá: comunidade, cultura, desenvolvimento e sustentabilidade	Santa Fé do Araguaia	TO	308
622	Aldeia Lankrahé	Amaré Gonçalves Brito	I Encontro Índio Educa - Os novos horizontes da História e Cultura Indígena	Lagoa da Confusão	TO	724
623	Terra Indígena Karajá Xambioá	Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá	Manejo Sustentável e Criação da Tartaruga-da-Amazônia na Terra Indígena Karajá-Xambioá	Santá Fé do Araguaia	TO	521
624	Comunidade Hawa Tymyra	Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá		Santá Fé do Araguaia	TO	527
625	Comunidade Acadêmica Indígena	Domilto Inaruri Karajá	Acadêmico Indígena - estudantes na escola de branco	Palmas	TO	690
626	Comunidade Acadêmica Indígena, Aldeia Hawalorá, Itxála e Maityri	Domilto Inaruri Karajá	Dilúvio Yna	Palmas	TO	665
627	Krîkrîre (Aldeinha), Kakranhî (Abacaxi) - Pedra Branca (T.I. Krahô)	Edmar Xavito Apinage	PÀRKAPÊ - O Ritual da Tora Grande	Tocantinópolis	TO	728
628	União das Aldeias Indígenas Apinajé - Pempxá	Edmar Xavito Apinage	Hôhô Hã Mêhkînh (Ritual da Hôhô)	Tocantinópolis	TO	723
629	Associação Mata Virgem da Ilha do Bananal da Comunidade Indígena da Aldeia Waotynã	Miguel Waotia Karajá	Festa Tradicional de Aruanã e Hetohoky	Lagoa da Confusão	TO	720
630	Associação Centro Cultural Kyjre	Miguelito de Souza Krahô	KR?MPEJ XÀ	Itacajá	TO	726
631	AKW- Xerente	Paulo César Pereira Xerente	Fortalecimento da Festa Tradicional e Cultural "Dasipsê"	Tocantinia	TO	126
632	Iny, Karajá	Rabuwenona Karajá	Oficina de Criação de Roça	Lagoa da Confusão	TO	407
633	Comunidade Indígena Takaywra, Comunidade indígena Manoel Alves Pequenos	Reginaldo Ribeiro de Lima krahô	Encontro Cultural de Resgate da Cultura Krahô	Lagoa da Confusão	TO	383
634	Aldeia Takaywrá	Renato da Cruz Lima	*Projeto Krahô Kanela - Aldeia Takaywrá	Lagoa da Confusão	TO	84
635	Aldeia Pé de Coco	Souza Wohoti Kraho	Realização de Amj?k?n (festa tradicional) da Aldeia Pé de Coco - Povo Krahô: "prôn?re pjêcreha hê kãm xà" (festa da siriema no ninho)	Itacajá	TO	636
636	Associação do Povo Indígena Krahô- Kanela APOINKK em parceria com OSCIP Social Mario Collado	Wagner Ribeiro da Silva	Valorização do Canto, Dança e Língua Krahô Kanela	Lagoa da Confusão	TO	540
637	Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela - APOINKK	Wagner Ribeiro da Silva	Mekoré e do Metxuaje Krahô-Kanela	Lagoa da Confusão	TO	610
638	União dos Estudantes Indígenas do Tocantins	Welder Wachurê Dias Aires Karajá	Caravana da Juventude Indígena 2013	Palmas	TO	718

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INICIATIVAS DESABILITADAS

N.º	Candidato - Nome da(s) comunidade(s) ou Organização Indígena Proponente	Nome do Candidato - Representante da Iniciativa	Projeto	Cidade	UF	N.º da Inscrição	Motivo
1	Aldeia Boa Vista	Alciene de Oliveira Kaxinawá	Artesãs Huni kuin da Terra Indígena Humaitá - Shawã Duaya	Tarauacá	AC	810	Em desacordo com os itens 9.4 e 9.7 do edital.
2	Associação do Povo Indígena Jaminawa Arara do Rio Bagé	Assis Siqueira de Lima	Eternizar os conhecimentos das Medicinas da Floresta	Marechal Thaumaturgo	AC	664	Em desacordo com os itens 9.4 e 9.7 do edital.
3	Aldeia Samaúma	Benjamin Andre Katukina	Txirite Nuke Kuin - Cantos e memórias Katukina	Cruzeiro do Sul	AC	811	Em desacordo com os itens 9.4 e 9.7 do edital.
4	Comunidade Mea Hãdua Biri (Belo Monte)	Cleison Damasceno de Aguiar	Festival de canções tradicionais do povo Kaxinawa	Feijó	AC	801	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
5	Associação do Povo Indígena Nawa - A.P.I-Nawa	João Souza Diniz	Fortalecimento da Língua e Arte do Povo Nawa	Mancio Lima	AC	180	Em desacordo com os itens 9.4 e 9.7 do edital.
6	Aldeia Foz do Nilo e Comunidade Bom Futuro	José Lima de Souza	Fortalecimento da Cultura Shawadawa	Porto Walter	AC	525	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
7	ASSOARK	Ivanilce Tanoné	Artesanato Vivo Kariri	Porto Real do Colégio	AL	672	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
8	Associação dos Kanamaris do município de Amaturá - AKMA	Cristovão Ramos Felix	Projeto cultural língua indígena	Amaturá	AM	962	Em desacordo com o item 9.4 do edital.
9	Comunidade Indígena de Merces - Anhuni Nukurõ	Juscelino Pereira Azevedo	Projeto Comunidade Indígena de Merces - Anhuni Nukurõ	São Gabriel da Cachoeira	AM	135	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
10	Comunidade Indígena Nossa Senhora da Assunção	Maria do Rosario Piloto Martins	*Proj.C.Indígena N. S.Assunção - Baniwa,Tukano, Wanano,Kuripaco, Baré	São Gabriel da Cachoeira	AM	165	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
11	Associação Indígena Da Aldeia Centrim YWINAWÃ	Marines Francisca dos Santos	Pupingary Wakury Sãguiré	Boca do Acre	AM	323	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
12	Comunidade Indígena Santa União	Olegário Ramos	Mestres artesãos do Povo Kokama	Fonte Boa	AM	1019	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
13	Vila Presidente Vargas	Valdemarina Garcia Ramos	Projeto Tukú artesanato Kaixana	Santo Antonio do Içá	AM	1037	Em desacordo com o item 9.4 do edital.
14	Comunidade Indígena Remanescente do Quimgoma	Davi Araújo dos Santos	Quingoma Ainda Guarda Nativos	lauro de freitas	BA	568	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
15	Xucuru Kariri/ Fazenda Pedrosa, Nova Gloria - Bahia	Josileide Satiro do Nascimento	Viver e não deixar morrer	Nova Gloria	BA	177	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
16	Associações Indígenas de Desenvolvimento Ambiental Rural Sustentável (AIC)	Margarida Pataxó Rocha de Oliveira	Revitalização da Memória Pataxó Hã hã hãe	Pau Brasil	BA	546	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
17	Associações Indígenas de Des. Ambiental Rural Sustentável (AIC)	Margarida Pataxó Rocha de Oliveira	Revitalização e Fortalecimento da Língua Pataxó Hãhãhãe	Pau Brasil	BA	548	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
18	Aldeia Rajado	Maria do Socorro Feitosa de Souza Oliveira	Yby assu Katu (terra grande e boa)	Monsenhor Tabosa	CE	501	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
19	Unidade Executora Nayrui- Zemue`haw	Cintia Maria Santana da Silva	A História Renovada - Tentehar Zeeng Imuahu Haw	Amarante do Maranhão	MA	1041	Em desacordo com o item 9.4 do edital.
20	Aldeia Morro Falhado	Admilson Rodrigues de Queiroz	Reforço Cultural	São João das Missões	MG	1065	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
21		Carlos Francisco Lobato Álvares da Silva	* Projeto Carlos Francisco Lobato Álvares da Silva	Morada Nova de Minas	MG	95	Em desacordo com o item 9.6 do edital.
22	Aldeia Sapé	Edilson Ferreira Araújo	Projeto Xayk Aldeia Sapé	São João das Missões	MG	1064	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
23	Organização Xacriabá da Aldeia Morro Vermelho de São João das Missões	Santo Caetano Barbosa	Ponto de Cultura Aldeia Morro Vermelho: Memória e Tradição do povo Xakriabá	São João das Missões	MG	1062	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
24	Aldeia Itapicuru	Vanuza Barbosa de Macedo	Visualizar a Cultura Indígena	São João das Missões	MG	1066	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
25	Água Bonita	Leda Brum Amaral	Ambiente de vida, de ação e de pensamento de uma comunidade Indígena	Campo Grande	MS	670	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
26	Aldeia Bororó	Tereza Martins Espindola	Ongosu Bororo	Dourados	MS	1071	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
27	Associação Comunidade da Aldeia Pakuera (ACAP)	Marcides Katulo Peruare	Reforma do Kadoêty - Casa dos Homens	Paranatinga	MT	466	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
28	Aldeia Ararandewa	Ronaldo Nunes Ramos	Recuperando e falando Amanaye	Goianésia do Pará	PA	601	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
29	Seis Marias de Jacocá	Jefferson Costa Gomes	Povo Indígena Tabajara do Sul da Paraíba	Conde	PB	541	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
30	Associação dos Índios Pankararu	Cícero José da Cruz	História Viva Música Canto e Dança	Petrolândia	PE	1068	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
31	Ass. Ovinos e Cabrinos Mães do PE-TI da Aldeia Fulni-ô de Águas Belas	Edinaldo Correia de Melo	Centro de Est. e Pesquisa da Musealização Territorial do Povo Fulni-ô	Águas Belas	PE	542	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
32	Sítio Brejinho da Serra	Jorge Ernesto de Souza	Arte de um Povo - Pankararu/ História Viva Música - Canto e Dança	Petrolandia	PE	1069	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
33	Associação dos Índios Pankararu	Maria Josineide de Souza Nascimento	Arte de um Povo - Pankararu	Petrolândia	PE	1067	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
34	Barão de Antonina	Joelma Lourenço Pirai	Festa Cultural Indígena	São Jerônimo da Serra	PR	616	Em desacordo com o item 9.4 do edital.
35	Associação Indigenista - ASSINDI - Maringá	Darcy Dias de Souza	Tekoha Wãn/ Lugar da Taquara	Maringá	PR	891	Em desacordo com o item 9.6 do edital.
36	Com. Indígena Tekoa Mbo'yty - Ald. de Sementes - Aldeia Guarani de Camboinhas	Amarildo Karay Mirim Yapua Nunes de Oliveira	Aldeia Tekoa Mbo'yty - Aldeia das Sementes de Portas	Niterói	RJ	505	Em desacordo com o item 7.2.1.1 do edital.
37	Tarau parük	Aldemarcio Andre Alves Horacio	Taurepan pe kowantok yeserök empoikarak	Boa Vista	RR	279	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
38	Comunidade Indígena Boqueirão	Luzireia Level Gutierrez	Cantando e Dançando com os Jovens Macuxi	Alto Alegre	RR	494	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
39	CIR - Conselho Indígena de Roraima	Mário Nicácio	Valorização da Medicina Tradicional Macuxi	Boa Vista	RR	864	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
40	Rio dos Índios	Andreia M Oliveira	Vitalizando o conhecimento	Vicente Dutra	RS	1061	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
41	Terra Indígena Ligeiro	Vilácio Candinho	Grupo de dança "Kaingang Ag M~y Ter" - a festa kaingang	Charrua	RS	1059	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
42	Pankararé	Ademir Eugenio Feitoza	Comunidade Pankararé	Francisco Morato	SP	687	Em desacordo com o item 9.4 do edital.
43	Aldeia Ekerua	David Henrique da Silva Pereira	Centro de Cultura Terena Kipae	Avaí	SP	379	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
44	T.I. India Vanuire	Lidiane Damaceno	Centro Cultural "Rerrè/Imahã"	Arco-Íris	SP	536	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
45	Comunidade Indígena Tenonde Porá	Marcos Muniz da Silva	São Paulo cidade Guarani: cidade de contrastes	São Paulo	SP	396	Em desacordo com o item 9.6 e 9.7 do edital.
46	Aldeia Tupanae comunidade indígena Kariboka	Paulo Roberto Ferreira Veras	Resgate da Cultura dos povos Karibokas do Brasil	Pariquera Açú	SP	692	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
47	Guarany do Norte	Ivan Luiz Guarany Silva	*Projeto Guarany do Norte - Guarani Mbya	Santa Fé do Araguaia	TO	137	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
48	Aldeia Morro do Boi	Valquíria Krahô	* Projeto da Aldeia Morro do Boi - Krahô	Itacajá	TO	731	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
49	Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela -APOINKK	Wagner Ribeiro da Silva	Centro Comunitário de Informática y Telefonia Rural	Lagoa da Confusão	TO	654	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
50	Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela -APOINKK	Wagner Ribeiro da Silva	Curso de Taxidermia e Conservação na Aldeia Lankraré	Lagoa da Confusão	TO	676	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
51	Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela -APOINKK	Wagner Ribeiro da Silva	Mekoré e do Metxuaje Krahô-Kanela II	Lagoa da Confusão	TO	653	Em desacordo com o item 9.7 do edital.
52	Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela -APOINKK	Wagner Ribeiro da Silva	Resgate e Valorização da Cult. do Mekoré e do Metxuaje Krahô-Kanela	Lagoa da Confusão	TO	361	Em desacordo com o item 9.7 do edital.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA HELENA GONÇALVES ROLLEMBERG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA N° 194, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
13 1367 - Forrobodó, um choro na Cidade Nova
Sarau Agência de Cultura Brasileira Ltda.
CNPJ/CPF: 00.185.247/0001-20
Processo: 01400.004148/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.291.643,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Apresentamos o projeto da montagem da revista musical Forrobodó, um choro na cidade nova, de Luiz Peixoto, Carlos Bettencourt e Chiquinha Gonzaga, com direção de André Paes Leme, direção musical de Maria Teresa Madeira e o auxílio luxuoso da Banda Anacleto de Medeiros, com regência de Antonio Augusto. O objetivo é que a estreia seja no Sesc Ginástico Rio, comemorando o centenário da peça. Esta proposta contempla 3 meses de temporada, ou 48 apresentações, e a gravação de um CD.
13 0081 - SALVE O MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BEM VIVER
CNPJ/CPF: 15.624.178/0001-80
Processo: 01400.000113/20-13
RN - Natal
Valor do Apoio R$: 1.348.092,60
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Este projeto propõe a apresentação da peça teatral "SALVE O MEIO AMBIENTE" para alunos da rede pública de ensino a partir de 8 anos. Após a apresentação, os alunos desenvolvem atividades escolares sobre sustentabilidade, realizam um teste ecológico com os familiares, recebem um plano de economias no lar e seus pais são convidados a participarem de oficinas de artesanato com materiais recicláveis.
13 0548 - Tudo ou nada
Culturas Híbridas Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 08.953.058/0001-61
Processo: 01400.003039/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 286.800,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Montagem e apresentação de espetáculo teatral adaptado da obra literária "Tudo ao Nada". Conta a história do brasileiro que se tornou o economista do tráfico internacional de drogas, expondo a engrenagem desta máquina à luz de um dos maiores estudiosos da segurança pública cidadã, o antropólogo e escritor Luiz Eduardo Soares. Guti Fraga e Valquíria Oliveira estão no elenco e são dirigidos por Marcus Vinícius Faustini, em 30 apresentações, uma temporada de dois meses no Rio de Janeiro
13 0067 - Projeto Cultura, Memória e História
Festa Nacional do Vinho e Exposição Agroindustrial
CNPJ/CPF: 87.551.701/0001-05
Processo: 01400.000094/20-13
RS - Bento Gonçalves
Valor do Apoio R$: 356.320,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O presente projeto tem por intuito resgatar, através de pesquisa, registrar e tornar públicas as características da principal etnia fundante do município de Bento Gonçalves através da elaboração de um livro e um evento cultural de modo a permitir que os visitantes e moradores possam entrar em contato com a cultura italiana vivenciando experiências.
13 1478 - Fábrica de Cenas
Sandro Roberto de Moraes Martins
CNPJ/CPF: 931.143.540-68
Processo: 01400.004344/20-13
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 219.956,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 30/09/2013
Resumo do Projeto:
Ministrar aulas de teatro para turmas formadas exclusivamente por metalúrgicos. Serão três meses de aula onde os alunos terão aulas de improvisação, interpretação, contato com a criação de cenário, figurinos e dramaturgia, através de dois encontros por semana de 2 horas. O texto será criado pelos alunos - atores tendo como base o dia-a-dia na fábrica. Também serão realizadas duas apresentações abertas a comunidade onde os alunos colocarão em cena todo o aprendizado adquirido nas oficinas.
13 1378 - X Festival de Esquetes da Cia. Teatral Acontece - X Fecta
Cia. Teatral Acontece
CNPJ/CPF: 08.528.444/0001-06
Processo: 01400.004165/20-13
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 343.800,00
Prazo de Captação: 18/04/2013 a 31/08/2013
Resumo do Projeto:
O X Fecta é um evento anual que reúne grupos teatrais de todo Brasil e convidados internacionais com fins de garantir visibilidade as suas produções e experimentações estéticas no campo do teatro. O evento acontecerá em julho e conterá em sua programação as mostras Perfecta, Fecta Convida, Vespertina e Noturna. Além de atividades de formação e discussões a cerca das produções cênicas contemporâneas.
13 0336 - TRILHA ANIMAL
CAST TECNOLOGIA E ARTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 31.931.769/0001-57
Processo: 01400.002802/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 416.120,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Montagem teatral da peça infantil "Trilha Animal" cujo texto é formado por quatro histórias distintas, cada uma delas referente a um animal da fauna brasileira que se encontra em risco de extinção. Com a participação de quatro atores, o espetáculo será apresentado em um teatro da cidade do Rio de Janeiro, numa temporada de três meses. Serão ao todo 24 apresentações.
13 1325 - 25º FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE BONECOS DE CANELA
Fundação Cultural de Canela
CNPJ/CPF: 90.614.645/0001-07
Processo: 01400.004080/20-13
RS - Canela
Valor do Apoio R$: 281.990,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/10/2013
Resumo do Projeto:
O MAIS TRADICIONAL E UM DOS MAIS IMPORTANTES EVENTOS DE TEATRO DE BONECOS DA AMÉRICA LATINA, FICA MAIS DEMOCRÁTICO, MAIS ACESSÍVEL AO GRANDE PÚBLICO.REÚNE OS MELHORES GRUPOS DO BRASIL E DO MUNDO EM UM ENCONTRO QUE É UMA EXPLOSÃO DE CRIATIVIDADE, BELEZA E DIVERSIDADE DE TÉCNICAS MILENARES E CONTEMPORÂNEAS; 16 ESPETÁCULOS COM 36 APRESENTAÇÕES DE ALTÍSSIMA QUALIDADE TÉCNICA E ARTÍSTICA, ALIADOS A UMA PRIMOROSA INFRAESTRUTURA HOTELEIRA E GASTRONÔMICA.
13 0273 - Ateliê Internacional de Dança 2013
Via de Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 01.050.505/0001-23
Processo: 01400.002673/20-13
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 334.610,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 30/09/2013
Resumo do Projeto:
O Ateliê Internacional de Dança constitui-se num projeto de formação e de acesso à arte, reunindo em sua programação oficinas, residências, ateliês de (re)montagens coreográficas, apresentações, palestras, entre outras ações. As atividades do evento serão realizadas em Fortaleza, contando com a participação de professores, artistas, pesquisadores, estudantes e público em geral de diversas localidades de Fortaleza, do Ceará, de outros estados do Brasil e do exterior.
13 1564 - GRÃO
NOVA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 08.262.278/0001-49
Processo: 01400.004467/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 459.178,50
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
GRÃO é um projeto de montagem e temporada de espetáculo de Dança homônimo desenvolvido a partir da concepção de Sergio Ignacio e Rubens Oliveira. A montagem tem direção artística e coreografia de Rubens Oliveira e direção executiva de Sergio Ignacio. Conta com a interpretação de 33 bailarinos. O projeto fará temporada na cidade de São Paulo, realizando 08 apresentações do espetáculo. O teatro prospectado para o evento é o TUCA - São Paulo.
13 0572 - I CORATEAL - OS PÁSSAROS QUE AQUI GORJEIAM...
Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem
CNPJ/CPF: 51.910.842/0001-11
Processo: 01400.003107/20-13
SP - Jundiaí
Valor do Apoio R$: 178.393,72
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto propõem 3 oficinas que terão duração de 6 meses no total, sendo que seus participantes terão além de uma forma de desenvolvimento e terapia, estarão se preparando para o projeto principal de um espetáculo cênico-musical a ser montado. I CORATEAL - OS PÁSSAROS QUE AQUI GORJEIAM... é um espetáculo que uni: poesia, música (coral formado por esses deficiente auditivos e distúrbios da comunicação) e expressão corporal. Serão 3 apresentações gratuitas na cidade de Jundiaí- SP.
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
13 0858 - 9º FESTIVAL CULTURAL UNIVALI
Fundação Universidade do Vale do Itajaí
CNPJ/CPF: 84.307.974/0001-02
Processo: 01400.003445/20-13
SC - Itajaí
Valor do Apoio R$: 61.600,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Este projeto é uma ação de fomento ao talento artístico amador e profissional de mais de 30 mil pessoas ligadas à Universidade do Vale do Itajaí, como colaboradores ou alunos nos 6 campi e 2 unidades. Entre as atividades incluem-se o IV Concurso de Talentos Musicais com 20 apresentações, a IX Mostra Cultural com 100 apresentações, e o III FENUDI - Festival Nacional Universitário de Dança de Itajaí com 60 apresentações. A população terá acesso gratuito a todas as atividades.
13 1359 - VIII Gaitaço
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Processo: 01400.004117/20-13
RS - Barracão
Valor do Apoio R$: 187.220,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Será realizado o VIII Encontro de gaiteiros no Centro de Eventos Galpão Crioulo com mostra de danças tradicionalistas gauchas. Serão 3 dias de evento com 50 apresentações de gaiteiros; 6 apresentações na mostra de danças gauchas das invernadas pré mirim, mirim e juvenil de 6 municípios da região; Tertulia livre com apresentações de 4 conjuntos da música tradicional gaucha e um worshop sobre gaita e tradição gaucha com Adelar Bertussi ou Luciano Maia, que são referencia no Brasil.
13 0485 - VER-O-PESO DO JAZZ - 2ª Edição
M.M Produções Ltda
CNPJ/CPF: 05.557.742/0001-36
Processo: 01400.002963/20-13
PA - Belém
Valor do Apoio R$: 389.415,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O Ver-o-Peso do Jazz, nasce como um festival que reúne duas grandes marcas de Belém - a tradição da música instrumental e o Ver-o-Peso, a maior feira ao ar livre da América Latina, coração cultural da cidade. Ao levar música para esse espaço onde a cidade pulsa de maneira tão peculiar, uni-se música e patrimônio arquitetônico, ganhando o reforço da gastronomia, das danças, do bom humor, dos ritmos e do calor humano que são conhecidos mundo afora como características de quem faz o Ver-o-Peso.
13 0512 - O Clássico Violão Popular Brasileiro
Antares Promoções Ltda.
CNPJ/CPF: 31.377.450/0001-21
Processo: 01400.002993/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.294.280,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Releituras de clássicos e peças musicais que viajam pelo tempo até os dias atuais, além de obras inéditas, através da linguagem dos violões do Duo Assad. Essa história será contada e cantada em duas etapas: Shows em 12 cidades Brasileiras em regiões diversas, Gravação de um CD e posterior lançamento numa segunda etapa de shows que contemplará 15 cidades, incluindo cidades do interior e finalizará com um lançamento em Nova York numa promoção internacional do que existe de melhor na nossa musica.
13 0211 - Edição especial 10 anos do Festival ChorandoSemParar
Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPJ/CPF: 66.991.647/0001-30
Processo: 01400.002610/20-13
SP - São Carlos
Valor do Apoio R$: 675.455,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realizar edição comemorativa de dez anos do festival de música instrumental, idealizado pelo Projeto Contribuinte da Cultura da UFSCar, em homenagem ao Choro Brasileiro e gêneros afins, em praça pública, na cidade de São Carlos - SP. No último dia o evento promove o encontro de instrumentistas de renome nacional e internacional e talentos regionais para12 horas de revezamento ininterrupto dos artistas convidados. Nos quatro primeiros dias há saraus, debates e palestras.
13 1220 - CULTURA EDUCAR E PRESERVAR
LUA NOVA PRODUCAO DE EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 00.307.203/0001-25
Processo: 01400.003927/20-13
MG - Betim
Valor do Apoio R$: 1.815.697,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realizar 06 eventos onde música instrumental brasileira, teatro e cinema se fundiram em um só espetáculo. O formato pretendido se estrutura em 06 eventos sendo: 01 artista/grupo nacional, 01 artista/grupo regional, 01 banda de música, 01 espetáculo de teatro, produção e exibição de um documentário sobre devastação e preservação do meio ambiente, desenvolvendo um evento sofisticado em ambiente ao ar livre e popular
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
13 0178 - HISTÓRIAS NÃO CONTADAS
LS FILMES LTDA ME
CNPJ/CPF: 16.568.285/0001-00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 01400.002577/20-13
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 418.130,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto: montagem e circulação de uma exposição de 100 fotografias de Luccas Soares, divididas em dois temas: "Retratos e Paisagens", e "Vidas Cotidianas", mostrando rotinas comuns de pessoas ao redor do mundo, propondo a montagem nas seguintes capitais brasileiras: Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Belém, João Pessoa, Rio de Janeiro, São Paulo, Natal, Porto Alegre, Florianópolis e encerrando em Curitiba, cidade natal do artista.
13 0248 - Aluísio Carvão - exposição
Imago Escritório de Arte Ltda.
CNPJ/CPF: 31.983.232/0001-30
Processo: 01400.002647/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 820.949,40
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realizar uma exposição panorâmica da obra de Aluísio Carvão com curadoria de Paulo Venâncio Filho na cidade de Belém do Pará.
13 0209 - Eu Lago Sou - Mário Lago Um Homem do Século XX
Bem Produções e Eventos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 05.426.800/0001-92
Processo: 01400.002608/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 552.001,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
A vida e a obra de Mário Lago será contada em grande exposição "Eu Lago Sou - Mário Lago Um Homem do Século XX". Já realizada com êxito no Arquivo Nacional (RJ) em março de 2012 e ainda inédita no resto do Brasil. A exposição faz parte das comemorações pelos 100 anos de nascimento do ator, compositor e cidadão Mário Lago. O objetivo é mostrar para as diversas gerações como Mário Lago influenciou e se deixou influenciar pela sociedade em que vivemos, a qual chamava de "moldura do meu quarto".
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO
(ART. 18)
13 0031 - Brasil Cabo-Verde Olhares Cruzados
Imagem da Vida
CNPJ/CPF: 07.245.272/0001-09
Processo: 01400.000048/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 305.461,50
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Brasil Cabo Verde Olhares Cruzados, cuja epata no exterior que envolveu oficinas com 50 crianças ja foi realizada. A iniciativa consiste no intercâmbio cultural entre crianças cabo verdeanas e brasileiras, que tocarão os produtudos das oficinas de fotografia, entrevista/redação e música, conhecendo-se reciprocadamente e compartilahndo identidades. Ao final serão produzidos um livro e um documentário em vídeo a serem disponibilizados para escoals e bibliotecas.
13 0693 - Biblioteca Fundação Dom Cabral - Acervo, Adequação e Memória
Fundação Dom Cabral
CNPJ/CPF: 19.268.267/0001-92
Processo: 01400.003245/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.065.441,41
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Atividades da biblioteca da FDC. Adaptação espaço, aquisição de acervo, desenvolvimento de biblioteca virtual . A biblioteca Walther Moreira Salles que integra o Centro de Desenvolvimento do Conhecimento da FDC em Nova Lima atende a comunidade acadêmica nacional e internacional e fica aberta a comunidade em geral atendendo diariamente público dos municípios de Belo Horizonte, Itabirito, Ouro Preto, Congonhas, Mariana.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
13 1235 - 5° Festival da Cultura Japonesa na Ilha Grande
Celestial Produções Artísticas e Culturais LTDA EPP
CNPJ/CPF: 15.443.392/0001-30
Processo: 01400.003945/20-13
RJ - Angra dos Reis
Valor do Apoio R$: 314.724,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/10/2013
Resumo do Projeto:
O 5° Festival de Cultura Japonesa na Ilha Grande, na Enseada do Bananal, Ilha Grande, município de Angra dos Reis, RJ. Apresentações de dança (1), música (7), teatro (4) e artes marciais (1) ocuparão o palco principal. Ao mesmo tempo, serão ministradas oficinas diversas, como pipas (4), kirigami (4), manga (4), shodô (3). Haverá, ainda, exposições (História dos japoneses em Ilha Grande) e gastronomia.
13 1082 - Passaporte Musical
FAM Marketing Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 02.113.430/0001-45
Processo: 01400.003740/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.492.820,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
CONCEITO: O Passaporte Musical é um ingresso com licença ampla para acesso a cinco casas de apresentações artísticas e musicais, em um mesmo dia.
13 0249 - Gravação de um CD da cantora e atriz Marjorie Estiano
8 PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.590.644/0001-51
Processo: 01400.002648/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 171.810,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:
O Projeto visa a gravação de um CD da cantora e atriz Marjorie Estiano. Grandes nomes da cena nacional estão envolvidos no projeto: Alexandre Castilho e André Aquino assinam a produção e grandes músicos acompanharão Marjorie Estiano em estúdio. O álbum conta com 11 faixas e será gravado e mixado no estúdio Madre Música, por Fabrício Matos. Ricardo Garcia é o responsável pala Masterização.
13 1513 - Nave dos Deuses
José Andre da Silva Neto
CNPJ/CPF: 656.963.955-20
Processo: 01400.004389/20-13
SP - São Bernardo do Campo
Valor do Apoio R$: 310.358,40
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O propósito do projeto "Nave dos Deuses" é divulgar as bandas de rock, no geral, uma vez que suas músicas são pouco ouvidas nos veículos de comunicação de massa, isso porqueas gravadoras estão passando por um momento de grande dificuldade financeira e a música vive um momento de transição, principalmente nesta década, adaptando-se aos meios digitais de divulgação.
13 0455 - FESTIVAL SOUTHBANK CENTRE PELOURINHO
G e C Produções Ltda
CNPJ/CPF: 04.387.099/0001-87
Processo: 01400.002928/20-13
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 1.690.380,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/07/2013
Resumo do Projeto:
O Viva Pelô - Southbank Centre Pelourinho Festival será um evento de quatro dias, em que o Centro Histórico de Salvador será transformado pela arte e pela cultura. Serão 6 palcos montados em diferentes locais do Pelourinho com dezenas de apresentações gratuitas para a população. As apresentações contarão com artistas do Reino Unido e de diversos estados brasileiros, alguns deles grandes nomes da música brasileira.
13 1181 - ACESSO CULTURAL.
IDK - INSTITUTO DAKPA
CNPJ/CPF: 09.665.333/0001-04
Processo: 01400.003882/20-13
SP - Cubatão
Valor do Apoio R$: 3.942.288,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto ACESSO CULTURAL, visa em verticalizar o acesso às fontes de cultura de qualidade, através de espetáculos musicais de grande porte com renomados artistas nacionais, em 6 cidades Brasileiras.
13 0297 - O Prata da Casa
FATO SINGULAR - PROMOCAO & ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 10.771.976/0001-11
Processo: 01400.002703/20-13
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 578.042,78
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Proposta de um show mensal em centros culturais de Brasilia e Belo Horizonte, pelo período de seis meses, sempre com a formação de um músico com Demétrio Xavier (desempenhando o papel de anfitrião-iniciando cada espetáculo - pontuando o nexo existente no trabalho do artista com a integração musical Brasil e do Prata). Artístas participantes: Shana Muller, Daniel Torres, Lúcio Yanel, Leonardo Ribeiro, Sergio Olivê, Sergio Rojas, Maria do Carmo Soares de Lima e Demétrio Xavier.
13 0824 - 29a. Festa dos Motoristas: Tradição e cultura em um só local.
ASSOCIACAO DE APOIO AO MOTORISTA
CNPJ/CPF: 01.821.817/0001-93
Processo: 01400.003409/20-13
MG - Araxá
Valor do Apoio R$: 383.402,03
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 30/09/2013
Resumo do Projeto:
Esta proposta consiste na realização de uma festa tradicional no calendário de Araxá/MG, onde serão realizados eventos com um público estimado de 30.000 pessoas em local acessível,oportunizando a cultura de forma democrática e gratuita, sendo 03 espetáculos: dança de catira,dupla de comediantes,show com Orquestra Cabocla e Sérgio Reis.A proponente irá disponibilizar meio de transporte gratuito para pessoas da 3ª. idade e para pessoas com deficiência da cidade de Araxá.
ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
13 0218 - Solos Culturais
Observatório de Favelas
CNPJ/CPF: 06.055.395/0001-06
Processo: 01400.002617/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.272.700,00
Prazo de Captação: 19/04/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Trata-se de um conjunto de ações em 5 áreas: Rocinha; Manguinhos; Cidade de Deus; Alemão; e Penha. O eixo será a formação de 100 moradores como agentes culturais, mediante a formação em pesquisa social e experiências de produção e eventos culturais. O projeto prevê cursos instrumentais, oficinas e pesquisas sobre hábitos e práticas culturais nas favelas selecionadas.

PORTARIA N° 195, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 8269 - Festival Mozart
Karmim Produção Ltda.
CNPJ/CPF: 22.612.592/0001-35
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 18/04/2013 a 31/12/2013
11 13059 - Cultura no Festival de Tiradentes 2012
Arte Projeto Promoções Ltda.
CNPJ/CPF: 05.936.419/0001-73
MG - Tiradentes
Período de captação: 03/01/2013 a 31/05/2013
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO
(ART. 18)
08 9338 - Programa Cultura e Pensamento 2012 - Seleção Pública e distribuição de revistas culturais
Associação de Amigos da Casa de Rui Barbosa
CNPJ/CPF: 40.181.794/0001-51
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 17/04/2013 a 30/06/2013

PORTARIA N° 196, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do nome dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 11 9016 - "SÉRIE MPB", publicado na portaria nº 666/11 de 18/11/2011, publicada no D.O.U. em 21/11/2011, para "Circuito de Cultura MPB".

PRONAC: 12 5134 - "Projeto Concertos para Uberlândia", publicado na portaria nº 543/12 de 24/09/2012, publicada no D.O.U. em 25/09/2012, para "Concertos Tribanco Uberlândia".

PRONAC: 11 1277 - "5º Festival Nacional de Teatro de Juiz de Fora", publicado na portaria nº 425/11 de 19/07/2011, publicada no D.O.U. em 01/08/2011, para "7º Festival Nacional de Teatro de Juiz de Fora".

ART.2º - Alterar a área e o enquadramento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 12 7167 - "CYRK - O Circo Musical do Trio Quintina", publicado na portaria n° 592/12 de 17/10/2012, publicada no D.O.U. em 18/10/2012.

Onde se lê: ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

Leia-se : ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)

Art.3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 958/MD, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Regulamento da Ordem do Mérito Militar aprovado pelo Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000, alterado pelo Decreto nº 7.972 de 28 de março de 2013, na qualidade de Presidente Honorário do Conselho da Ordem do Mérito Militar, resolve:

ADMITIR no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Oficial, os seguintes militares das Forças Auxiliares:

Coronel PMSP BENEDITO ROBERTO MEIRA
Coronel PMSP ORLANDO EDUARDO GERALDI
Coronel PMMG MÁRCIO MARTINS SANT'ANA
Coronel BMMG SÍLVIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MELO
Coronel PMGO EDSON COSTA ARAÚJO
Coronel PMPB EULLER DE ASSIS CHAVES
Coronel BMPB JAIR CARNEIRO DE BARROS
Coronel PMDF SUAMY SANTANA DA SILVA
Coronel PMDF FRANCISCO CARLOS DA SILVA NIÑO
Coronel PMDF NELSON WERLANG GARCIA

CELSO AMORIM

PORTARIA Nº 959/MD, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Regulamento da Ordem do Mérito Militar aprovado pelo Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000, alterado pelo Decreto nº 7.972 de 28 de março de 2013, na qualidade de Presidente Honorário do Conselho da Ordem do Mérito Militar, resolve:

ADMITIR no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar as seguintes personalidades:

I - NO GRAU DE COMENDADOR
Deputada Federal MARIA PERPÉTUA DE ALMEIDA
Deputado Federal RAUL JEAN LOUIS HENRY JÚNIOR
Diretora Geral do Senado Federal DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Ministro de 2ª Classe EDUARDO PAES SABOIA
Ministro de 2ª Classe LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR
Ministro de 2ª Classe NORBERTO MORETTI
Vice Governador do Estado do Pará HELENILSON CUNHA PONTES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul ILDEBRANDO COELHO NETO
Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região NEWTON DE LUCCA
Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
Desembargador Federal FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS
Desembargador Federal TADAAQUI HIROSE
Bispo Dom JOSÉ FRANCISCO FALCÃO DE BARROS
Senhor BERTRAND JANUÁRIO MARIA JOSÉ PIO MIGUEL GABRIEL RAFAEL GONZAGA DE ORLEANS E BRAGANÇA E WITTELSBACH
Senhor LARRY MANOEL MEDEIROS DE ALMEIDA
II - NO GRAU DE OFICIAL
Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União GUILHERME HENRIQUE DE LA ROCQUE ALMEIDA
Secretário de Administração da Presidência da República VALDOMIRO LUIS DE SOUSA
Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia do Ministério da Defesa ROGÉRIO GUEDES SOARES
Conselheiro JOSÉ ROBERTO PROCOPIAK
Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro JOSÉ MARIANO BENINCÁ BELTRAME
Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo FERNANDO GRELLA VIEIRA
Procurador da Justiça Militar ANTONIO CERQUEIRA
Juiz Federal THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO
Juíza Auditora da 10ª Circunscrição Judiciária Militar MARIA DO SOCORRO LEAL
Presidente da Associação Comercial do Estado do Amazonas GAITANO LAERTES PEREIRA ANTONACCIO
Doutora MARIA HERMÍNIA BRANDÃO TAVARES DE ALMEIDA
Senhor JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
Senhor SÉRGIO FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA PENNA
Senhora VANIALUCIA LINS SOUTO
III - NO GRAU DE CAVALEIRO
Superintendente Estadual da Agência Brasileira de Inteligência FABIO FIGUEIRA PIMENTEL
Deputado Estadual SÉRGIO OLÍMPIO GOMES
Advogado da União ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO
Auditor da Receita Federal GERSON D'AGORD SCHAAN
Auditor da Receita Federal JORGE LUIZ ALVES CAETANO
Comandante da Guarda Municipal de Belém ELLEN MARGARETH DA ROCHA SOUZA
Assessor do Secretário-Executivo da Presidência da República JOSÉ MAURO ESTEVES DOS SANTOS
Vice-Diretora de Pessoal do Superior Tribunal Militar WALTÔNIA SOUZA LINHARES FERRO
Professora Doutora CLAÚDIA REGINA KAWKA MARTINS
Professor Doutor EUCLIDES JOSÉ DE ALMEIDA CAVALCANTI
Professora Doutora SUELY SHIBAO
Professor Doutor VALMOR ADELAR BRATZ
Doutora AMANDA GUERRA DE MORAES REGO SOUSA
Engenheiro MARCOS GALVÃO DO PRADO
Professor CARLOS COSTA BEBER
Professora CÁSSIA TEIXEIRA DA PENHA
Professor DELMAR NERY T. PEREIRA
Professora ELISÂNGELA APARECIDA DE SOUZA ALVES
Professor EZEQUIEL VIEIRA DE SÁ
Professora FRANCISCA DAS CHAGAS SOARES REIS
Professora LÚCIA MARIA LIMA
Professor MARCOS KONDER NETO
Professor MILTON MÁXIMO FERRARI
Senhora ADAILDES VIEIRA BEZERRA
Senhor ALCIMAR LEÃO DE OLIVEIRA
Senhora BERENICE DUARTE PITTIGLIANI
Senhor BRUNO COSENZA DE CARVALHO
Senhor CARLOS MAGNO COSTA FORTE
Senhor CLEBER CID GAMA SANCHES
Senhora DANIELA SILVA MOURA
Senhor FRANCISCO BALTHAZAR DE ABREU SODRÉ SANTORO
Senhor JOÃO CARLOS COELHO
Senhor JOÃO ESTENIO CAMPELO BEZERRA
Senhor JOÃO HOLANDA DE SOUSA
Senhor LORIVAL ANDERSON ÉTTORI
Senhora LUCIENE DE LIMA SANTIAGO
Senhor LUIZ FERNANDO VILLAS BÔAS
Senhor MÁRIO LÚCIO DA SILVA REIS
Senhor PAULO PEREIRA MASCARENHA
Senhora RAIMUNDA ESTERIDALVA SILVA REIS
Senhor RAIMUNDO AZEVEDO BARBOSA
Senhor RAIMUNDO GOMES DA SILVA SOBREIRA
Senhor RONALDO ANDERE
Senhor SERGIO VAZ SANTIAGO
Senhor TAMER HAJEL
Senhor VITOR MORAES GUIMARÃES

CELSO AMORIM

PORTARIA Nº 960/MD, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, na qualidade de Presidente Honorário da Ordem do Mérito Militar e tendo em vista o disposto no Parágrafo único, do art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000, alterado pelo Decreto nº 7.972 de 28 de março de 2013, resolve:

PROMOVER no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar as seguintes personalidades:

I - AO GRAU DE COMENDADOR
Ministro de 2ª Classe RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES
Doutor MARCOS PEREIRA DE ÁVILA
II - AO GRAU DE OFICIAL
Senhor FÁBIO ANTÔNIO TREVISE
Senhor PASCHOAL ANTONIO D`AURIA

CELSO AMORIM

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 523/GC3, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Transfere as atribuições de execução do Programa Conjunto AM-X da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate para o Comando-Geral de Apoio e dá outras providências.

O COMANDANTE da aeronáutica, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV, do art. 23, da Estrutura Regimental, aprovado pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 67050.000730/2013-19, resolve:

Art. 1º Transferir as atribuições relativas à execução do Programa Conjunto AM-X, da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), incluindo as atualmente conferidas à Representação do Comando da Aeronáutica do Brasil na Itália (RECABI), para o Comando-Geral de Apoio (COMGAP).

§1º O COMGAP incorporará a RECABI, com todas as suas atribuições, à estrutura básica da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), envolvendo ainda toda a infraestrutura, os recursos humanos e o acervo documental atualmente pertencente àquela Representação.

§2º As atividades de Acompanhamento e Controle do referido Programa, ora desempenhadas pelo Grupo de Acompanhamento e Controle na EMBRAER (GAC-EMBRAER), passarão a ser atribuições do Parque de Material Aeronáutico do Galeão (PAMAGL).

Art. 3º O COMGAP e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) providenciarão o encaminhamento das propostas de modificação dos Regulamentos da DIRMAB e da COPAC ao EMAER, no prazo de até 120 dias após a data da publicação desta Portaria.

Art. 4º O EMAER coordenará a atualização da ICA 36-7 e da ICA 39-1, no que concerne aos cargos de Oficiais e Graduados daquela Representação, e da Portaria nº 652/GC3, de 7 de julho de 2009, submetendo as propostas à apreciação do Comandante da Aeronáutica no prazo de 150 dias após a publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

PORTARIA Nº 524/GC3, DE 17 DE ABRIL DE 2013

(*) Aprova o Regulamento do Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67100.000662/2013-55, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do ROCA 21-92 "Regulamento do Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias nº 337/GC3, de 23 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 57, de 24 de março de 2005, Seção I, página 20 e 330/GC3, de 14 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 93, de 16 de maio de 2007, Seção I, página 24.

(*) Este regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

PORTARIA Nº 589/GC3, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre Unidades Administrativas ou Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 15 do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)", aprovado pela Portaria nº 1.275/GC3, de 9 de dezembro de 2004, e considerando o que consta do Processo nº 67800.001492/2013-39, resolve:

Art. 1º Classificar como Unidades Administrativas as Organizações e frações de Organizações do Comando da Aeronáutica, mencionadas no Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. As Unidades Administrativas a que se refere o caput deste artigo são qualificadas, quanto à função, como Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) ou Unidades Gestoras Credoras (UG CRED), de acordo com a sua atuação na execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 2º As UG CRED terão o apoio de uma UG EXEC, para fins de execução orçamentária, financeira e patrimonial, conforme discriminação apresentada na documentação anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 332/GC3, de 5 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 45, de 7 de março de 2013, Seção 1, página 6.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

ANEXO

Organização/Fração de Organização		Qualificação			Vinculação de UG CRED
		UG EXEC Plena	UG EXEC para atividades sistêmicas	UG CRED	Para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial
120060	AFA	X			
120164	ASPAER			X	GABAER
120029	BAAF	X			
120080	BAAN	X			
120087	BABE	X			
120004	BABR	X			
120085	BABV	X			
120027	BACG	X			
120075	BACO	X			
120073	BAFL	X			
120014	BAFZ	X			
120030	BAGL	X			
120082	BAMN	X			
120101	BANT	X			
120081	BAPV	X			
120018	BARF	X			
120031	BASC	X			
120076	BASM	X			
120062	BASP	X			
120023	BASV	X			
120091	CABE	X			
120090	CABW	X			
120105	CCA BR			X	GAPBR
120128	CCA RJ			X	GAL
120150	CCA SJ			X	GIASJ
120156	CCSIVAM			X	CISCEA
120137	CDA			X	UNIFA
120163	CECAT			X	BASP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

120103	CECOMSAER			X	GABAER
120071	CELOG	X			
120129	CEMAL			X	CGABEG
120126	CENDOC			X	UNIFA
120192	CENCIAR			X	GAP BR
120106	CENIPA			X	VI COMAR
120057	CGABEG	X			
120024	CIAAR	X			
120113	CIAER			X	GAP BR
120159	CIEAR			X	UNIFA
120008	CINDACTA I	X			
120072	CINDACTA II	X			
120021	CINDACTA III	X			
120094	CINDACTA IV	X			
120127	CISCEA	X			
120013	CLA	X			
120015	CLBI	X			
120225	CO - DCTA			X	GIA SJ
120086	I COMAR	X			
120017	II COMAR	X			
120028	III COMAR	X			
120059	IV COMAR	X			
120074	V COMAR	X			
120003	VI COMAR	X			
120083	VII COMAR	X			
120088	COMARA	X			
120115	COMDABRA			X	VI COMAR
120130	COMGAP			X	GAL
120107	COMGAR			X	VI COMAR
120131	COMGEP			X	GAP BR
120108	COPAC			X	GAP BR
120152	CPBV			X	VI COMAR
120109	CPO			X	GAP BR
120298	CPOR SJ			X	GIA SJ
120035	CTLA		X	X	GAL
120034	DCI	X			
120110	DCTA			X	GIA SJ
120036	DECEA	X			
120132	DEPENS			X	GAP BR
120136	DIRAP			X	GAP RJ
120099	DIRENG			X	GAL
120133	DIRINT			X	GAP RJ
120100	DIRINT/SDAB	X			
120155	DIRINT/SDEE			X	GAP RJ
120144	DIRINT/SDIP			X	GAP RJ
120093	DIRINT/SDPP-EXT.		X	X	GAP RJ
120052	DIRINT/SDPP-PAÍS		X	X	GAP RJ
120038	DIRMAB			X	GAL
120058	DIRSA			X	GAP-RJ
120050	DIRSA/SARAM			X	GAP RJ
120032	DTI			X	GAL
120157	EAOAR			X	UNIFA
120158	ECEMAR			X	UNIFA
120064	EEAR	X			
120111	EMAER			X	GAP BR
120025	EPCAR	X			
120148	I FAE			X	BANT
120120	II FAE			X	BAGL
120151	III FAE			X	VI COMAR
120122	V FAE			X	BAAF
120065	FAYS	X			
120001	GABAER	X			
120195	GAL	X			
120006	GAP BR	X			
120039	GAP RJ	X			
120016	GIA SJ	X			
120041	HAAF	X			
120089	HABE			X	I COMAR
120077	HACO			X	V COMAR
120154	HAMN			X	VII COMAR
120019	HARF	X			
120066	HASP	X			
120040	HCA	X			
120096	HFAB	X			
120042	HFAG	X			
120141	IAE			X	GIA SJ
120067	ICEA	X			
120142	IEAV			X	GIA SJ
120143	IFI			X	GIA SJ
120153	ILA			X	BASP
120165	IMAE			X	HAAF
120121	INCAER			X	III COMAR
120134	IPA			X	GAP RJ
120299	IPEV			X	GIA SJ
120140	ITA			X	GIA SJ
120043	LAQFA	X			
120138	MUSAL			X	UNIFA
120061	NUBAST			X	IV COMAR
120112	OABR			X	GAP BR
120118	OARF			X	HARF
120162	OASD			X	III COMAR
120053	PAAF	X			
120161	PABE			X	COMARA
120005	PABR	X			
120513	PACO			X	V COMAR
120045	PAGL	X			
120519	PAMN			X	VII COMAR
120149	PANT			X	BANT
120007	PARF			X	II COMAR
120512	PASJ			X	GIASJ
120097	PASP	X			
120502	PAYS			X	AFA
120046	PAMA AF			X	GAL
120049	PAMA GL			X	GAL
120026	PAMA LS	X			
120020	PAMA RF	X			
120068	PAMA SP	X			
120047	PAMB RJ			X	GAL
120048	PAME RJ	X			
120044	PIPAR		X	X	GAP RJ
120002	SEFA		X	X	GAP BR
120135	SEGECAE			X	GAP RJ
120168	SERIPA I			X	I COMAR
120169	SERIPA II			X	II COMAR
120170	SERIPA III			X	PAGL
120171	SERIPA IV			X	PAMA SP
120172	SERIPA V			X	V COMAR
120173	SERIPA VI			X	VI COMAR
120174	SERIPA VII			X	VII COMAR
120069	SRPV SP	X			
120054	UNIFA	X			

COMANDO DA MARINHA
SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 46/DADM, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 16 e no anexo XIII da Instrução Normativa nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Determinar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do Aviso Hidroceanográfico Fluvial "Rio Xingu", Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, Tipo de Unidade 01 Sede, sediado à Rodovia Artur Bernardes, S/Nº - Base Naval - Val-de-Cães, Belém - PA, CEP: 66115-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

C ALTE (IM) JAYME TEIXEIRA PINTO FILHO

PORTARIA Nº 47/DADM, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 22 e no anexo XIII da Instrução Normativa nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Alterar a denominação no CNPJ nº 00.394.502/0185-15, pertencente à Delegacia Fluvial de Santarém, para Capitania Fluvial de Santarém.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

C ALTE (IM) JAYME TEIXEIRA PINTO FILHO

PORTARIA Nº 48/DADM, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 22 e no item 2.3 do anexo VIII da Instrução Normativa nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Atualizar o endereço no CNPJ nº 00.394.502/0077-42, pertencente ao Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves, para Avenida Brasil nº 44878 - KM 45 Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ CEP: 20930-041.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

C ALTE (IM) JAYME TEIXEIRA PINTO FILHO

TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 6.795ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2013 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

24.865/2010, 27.246/2012 do Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves, 25.577/2011, 25.879/2011, 26.013/2011, 26.170/2011, 26.437/2011, 26.662/2012 do Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, 24.083/2009, 24.584/2010, 24.757/2010, 26.915/2012, 27.183/2012, 27.287/2012 do Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos, 27.300/2012 do Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho, 23.859/2008, 25.225/2010, 25.426/2010, 26.608/2012, 26.636/2012, 27.059/2012, 27.161/2012, 27.186/2012, 27.290/2012, 27.307/2012 do Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 27.093/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BP "ÁGUAS DO RIO NEGRO", ocorridos nas proximidades do porto de Natal, Rio Grande do Norte, em 03 de setembro de 2011.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Nelson Galdino do Nascimento (Comandante) Laura Maria Couto da Silva (Proprietária/Armadora) e Francisco Januário de Souza (Tripulante).

Nº 27.283/2012 - Acidente da navegação envolvendo o BM "PARAENSE II", ocorrido no rio Acará, nas proximidades da ilha do Papagaio, Pará, em 13 de novembro de 2011.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Izaias de Abreu Coelho (Comandante).

Nº 27.243/2012 - Fato da navegação envolvendo o BM "PRINCESA LAYS" e seus tripulantes, ocorrido nas proximidades da boca do Arapiri, Santarém, Pará, em 01 de março de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Josimar Ribeiro Costa (Tripulante não habilitado).

Nº 27.487/2012 - Acidente da navegação envolvendo o NM "SPRING SWEETBRIER", de bandeira panamenha, ocorrido na baía de São Marcos, São Luís, Maranhão, em 06 de março de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Giancarlo Cuquel (Prático) Hiroaki Nakanishi (Comandante).

Nº 27.567/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a embarcação "ARABAIANA", ocorridos durante a travessia de Areia Branca ao Terminal Salineiro (TERMISA), Rio Grande do Norte, em 01 de junho de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Wanderley Carlos de Souza (Responsável pela manutenção).

Nº 27.504/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "IMPERIAL PENEDO", ocorridos em águas costeiras do estado do Rio Grande do Norte, em 08 de julho de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Antônio Murilo Mendonça de Souza (Comandante), Eurico Gregorio Filho (Chefe de Máquinas) Internacional Marítima Ltda. (Proprietária/Armadora).

Nº 26.865/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "PIRATA" com pessoas que se encontravam às margens da Represa Billings, em Ribeirão Pires, São Paulo, ocorridos em 17 de julho de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Waldemar Salvador Filho (Condutor).

Nº 27.295/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "WAYNE", ocorridos na praia da Graciosa, município de Palmas, Tocantins, em 29 de outubro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Luis Carlos Vianna (Possuidor da embarcação).

JULGAMENTOS

Nº 25.251/2010 - Fato da navegação envolvendo o NM "VISION OF THE SEAS", de bandeira bahamense, ocorrido nas proximidades da praia de Copacabana, Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Anders Bjornar Ingebrigtsen (Comandante), Adv. Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142), Oceanus Agência Marítima S/A., (Agente Consignatário), André Halfeld Vieira (Visitador) e Arthur de Carvalho Júnior (Coordenador de Operações), Adv. Dr. Luiz Roberto Leven Siano (OAB/RJ 94.122). Decisão: por unanimidade quanto ao mérito e quanto à pena do 1º e 3º representados, respectivamente Anders Bjornar Ingebrigtsen e André Halfeld Vieira e por maioria quanto ao mérito dos 2º e 4º representados, respectivamente Oceanus Agência Marítima S/A. e Arthur de Carvalho Júnior, nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Revisor. Julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência do 3º representado, André Halfeld Vieira, condenando-o à pena de repreensão nos termos do art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54 e ao pagamento das custas processuais. Exculpar os demais representados Anders Bjornar Ingebrigtsen, Oceanus Agência Marítima S/A. e Arthur de Carvalho Júnior, respectivamente 1º, 2º e 4º representados. O Exmo. Sr. Juiz-Revisor condenou o 3º representado e exculpou os 1º, 2º e 4º representados, no que foi acompanhado pelos Exmos. Srs. Juízes Geraldo de Almeida Padilha, Nelson Cavalcante e Silva Filho, Sergio Bezerra de Matos e Maria Cristina de Oliveira Padilha. O Exmo. Sr. Juiz-Relator condenava por negligência os 2º, 3º e 4º representados à pena de repreensão e exculpava o 1º representado, sendo vencido em parte. Autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz-Revisor para prolatar o acórdão.Às 15h30min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 15h35min.

Nº 26.291/2011 - Acidente da navegação envolvendo o NM "TAOKAS WISDOM", de bandeira panamenha, e o NT "HAMBISA", de bandeira das Ilhas Marshall, ocorrido na baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia, em 27 de agosto de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Zhao Chun Zhe (Comandante), Adv. Dr. Luciano Penna Luz (OAB/RJ 102.831). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a" (abalroação), da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imperícia do representado, Zhao Chun Zhe, aplicando-lhe a pena de repreensão, com base no art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54, e ao pagamento das custas processuais.

Nº 26.777/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo o Rb "MARABÁ I" com a defensa nº 8 do cais da Companhia Portuária de Vila Velha, Espírito Santo, em 19 de março de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Francisco Ernande Queiroz Dantas (Comandante), Adv. Dr. Raniere Maciel Queiroz Emidio (OAB/RN 9.089). Decisão unânime: processo adiado por uma sessão. Em pauta no dia 18ABR2013.

Nº 26.021/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o ferry boat "PINHEIRO" com o interior da Gaveta A do Terminal de Bom Despacho, na ilha de Itaparica, Bahia, ocorridos em 03 de julho de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: TWB Bahia S/A - Transportes Marítimos (Proprietária), Advª Drª Ana Theresa Bittencourt Barbosa Cruz Soares (OAB/BA 24.155). Decisão unânime: processo adiado por uma sessão. Em pauta no dia 18ABR2013.

ARQUIVAMENTO

Nº 27.396/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "CAP HARALD", de bandeira liberiana, e um tripulante, ocorrido durante a travessia do porto de Everglades, EUA, para o porto de Santos, São Paulo, Brasil, em 05 de fevereiro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o Tribunal Marítimo incompetente para julgar o fato da navegação analisado nesses autos por força do art. 10, da Lei nº 2.180/54, mandando arquivar os autos.

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 26.681/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e a moto aquática "FAST AND FURIOUS", ocorridos na lagoa de Marapendi, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, em 11 de junho de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Raffael de Almeida Coutinho (Proprietário/Condutor), Ricardo Francisco Freitas Filho (Proprietário/Condutor inabilitado). Decisão: recebida à unanimidade.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 27.327/2012 - Fato da navegação envolvendo o FB "GABRIELA IV" e um passageiro, ocorrido na baia do Marajó, município de Muaná, Pará, em 28 de setembro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação tipificado no art. 15, alínea "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável culpa exclusiva da própria vítima, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.343/2012 - Fato da navegação envolvendo O BP "DOM ISAAC II" e um tripulante, ocorrido próximo da Boca da Barra de Itajaí e a Ponta da Armação, Navegantes, Santa Catarina, em 02 de maio de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação tipificado no art. 15, alínea "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Esteve presente, pela Procuradoria, até às 15h30min a Advogada da União, Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros, sendo substituída pela Drª Mônica de Jesus Assumpção.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 17h18min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 11 de abril de 2013.
Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 23.101/07 - NM "PACIFIC FORTUNE"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representação de Parte:
Autor : Companhia Portuária da Baía de Sepetiba - CPBS
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho OAB/RJ 9.142
Representado : Marco Antonio Auad Barroca (Prático)
Advogado : Dr. José Paulo Barcellos Dias OAB/RJ 47.112
Representação de Parte:
Autor : Pacific Line & Navigation S.A.
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano OAB/RJ 94.122
Representado : Companhia Portuária da Baía de Sepetiba S/A
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho OAB/RJ 9.142
Despacho : "Defiro o requerido às fls 718, cancelando a audiência marcada para o dia 24 de abril de 2013 e quesitos complementares apresentado pela representante de parte Pacific Line & Navigation S.A..À autora de parte Companhia Portuária da Baía de Sepetiba e aos representados de parte para conhecerem os documentos de fls. 715 à 718 e se pronunciarem."
Prazo : "05 (cinco) dias).
Proc. nº 27.170/12 - BP "CAT FISH II"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Lilianny Rodrigues de Oliveira (Proprietária/Armadora)
: José Maria Ramos de Nasaré (Comandante)
Advogado : Dr. Haroldo Alves dos Santos OAB/PA 2.616
Despacho : "Indefiro a preliminar arguida pela defesa dos representados, Sr. José Maria Ramos de Nasaré e Sra. Lilianny Rodrigues de Oliveira, acolhendo na íntegra os fundamentos da promoção da PEM às fls. 171v. Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Em 18 de abril de 2013.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 961/SEORI/MD, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 4º da Portaria nº 1.839/MD, de 9 de dezembro 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM para praticar os atos de provimento e vacância de cargos efetivos, no seu âmbito de atuação, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ARI MATOS CARDOSO

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO

DESPACHO DECISÓRIO DA PRÓ-REITORA
Em 18 de abril de 2013

Processo nº 23005.003001/2010-41 - Interessado: Empresa Hidrometal Saneamento e Construções Ltda.

1. Vistos e examinados.

2. Considerando o despacho de fls. 3485 a 3486 onde a Administração manifestou, expressa e fundamentadamente, a pretensão de glosa de R$ 8.443,98 do Contrato nº 02/2011, firmado para a execução da obra do Edifício destinado a abrigar o Laboratório de Engenharia Agrícola;

3. Considerando que foi garantido à empresa o direito de defesa, conforme exigência constitucional e legal;

4. Considerando o contido no PARECER Nº 086/2012/PF-UFGD/PGF/AGU, o qual adoto na forma do § 1º do artigo 50 da Lei 9.784/99;

DECIDO:

I - Glosar a quantia de R$ 8.443,98 (Oito mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos) do Contrato nº 02/2011;

II - Fica a empresa intimada para, querendo, apresentar recurso ao Magnífico Reitor no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na forma da lei.

SILVANA DE ABREU

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 5 DE ABRIL DE 2013

Nº 5.162 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.007742/2012-03, resolve:

Art. 1º Aprovar o relatório final da comissão examinadora referente ao Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 82, de 17.12.2012, publicado no DOU de 18.12.2012. Art. 2º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital acima referido, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1, área Museologia, em que foi aprovada a candidata Vania Carvalho dos Santos. Art. 3º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.163 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental da Escola de Minas em 20 de março de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.006835/2012- 11, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 74, de 19.11.2012, publicado no DOU de 20.11.2012 e retificado em 21.11.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, área Engenharia de Produção/Gerência da Produção, em que foi aprovada a candidata Natália Luisa Felício Macedo. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.164 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas em 25 de março de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.007743/2012- 40, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 82, de 17.12.2012, publicado no DOU de 18.12.2012, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1, área Comunicação Social/ Jornalismo e Editoração/Comunicação Visual e Desenho Industrial/Programação Visual, em que foi aprovada a candidata Priscila Monteiro Borges. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.165 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas em 25 de março de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.006844/2012- 01, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 74, de 19.11.2012, publicado no DOU de 20.11.2012 e retificado em 21.11.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, área Economia/Economia Brasileira, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Fernanda Faria Silva, Luiz Mateus da Silva Ferreira e Erika da Cunha Ferreira Gomes. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.166 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas em 25 de março de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.006845/2012-48, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 74, de 19.11.2012, publicado no DOU de 20.11.2012 e retificado em 21.11.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, área Economia/Teoria Econômica (Macroeconomia), em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Paulo José Saraiva e Chrystian Soares Mendes. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.167 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando:que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas em 25 de março de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.006846/2012- 92, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 74, de 19.11.2012, publicado no DOU de 20.11.2012 e retificado em 21.11.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, área Economia/História do Pensamento Econômico, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Daniel do Val Cosentino e Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nª 5.168 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas em 25 de março de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.006848/2012-81, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 74, de 19.11.2012, publicado no DOU de 20.11.2012 e retificado em 21.11.2012, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1, área Comunicação Social/Webjornalismo, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Claudia Irene de Quadros e Jan Alyne Barbosa e Silva. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nª 5.169 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas em 25 de março de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.006838/2012-46, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 74, de 19.11.2012, publicado no DOU de 20.11.2012 e retificado em 21.11.2012, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1, área Comunicação Social/Jornalismo Audiovisual, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, as candidatas Denise Figueiredo Barros do Prado e Mírian Sousa Alves. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nª 5.171 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas em 25 de março de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.006847/2012-37, resolve:

Art. 1º Homologar,desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 74, de 19.11.2012, publicado no DOU de 20.11.2012 e retificado em 21.11.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, área Comunicação Social/Fotografia, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Ana Carolina Lima Santos, Paulo César Vialle Munhoz e Hugo Xavier Guarilha. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nª 5.172 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas em 02 de abril de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.005692/2012-11, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 70, de 05.10.2012, publicado no DOU de 08.10.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, área Engenharia Elétrica/Telecomunicações/Sistemas de Telecomunicações, em que foram aprovados, pela ordem de classificação geral, as candidatas Aline Rocha de Assis e Sarah Negreiros de Carvalho. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nª 5.173 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado, ad referendum, pelo Conselho Departamental da Escola de Minas em 04 de abril de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.007737/2012- 92, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 82, de 17.12.2012, publicado no DOU de 18.12.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, área Engenharia Elétrica, Sistemas Eletrônicos de Medida e de Controle/Medição, Controle, Correção e Proteção de Sistemas Elétricos de Potência/Eletrônica Industrial, Sistemas e Controles Eletrônicos/Controle de Processos Eletrônicos, Retroalimentação, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Adrielle de Carvalho Santana e José Vitor Nicacio. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nª 5.174 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 322ª reunião ordinária, realizada em 05 de abril de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas em 04 de abril de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 23109.007740/2012- 14, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 82, de 17.12.2012, publicado no DOU de 18.12.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, área Probabilidade e Estatistica, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Ivair Ramos Silva, Diana Campos de oliveira e Eduardo Bearzoti. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

MARCONE JAMILSON FREITAS SOUZA
Presidente do Conselho

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nª 10, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Constituição Federal de 1988.
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.
Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.
Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011.
Resolução nº 9, de 2 de março de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE.
Resolução nº 2, de 18 de janeiro de 2012, do Conselho Deliberativo do FNDE.
Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelo art. 14, incisos I e II, do Anexo I do Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012, e pelos arts. 3º, incisos I e II, e 6º, inciso IV, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, neste ato representado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Educação, conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, realizada no dia 31 de maio de 2012, com fulcro no art. 4º, § 2º, do referenciado Decreto, e:

CONSIDERANDO a relevância do fortalecimento da autonomia e da autogestão das escolas públicas, e privadas sem fins lucrativos que ministram educação especial, bem como dos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com vistas à consecução de seus fins sociais;

CONSIDERANDO os benefícios advindos com a racionalização e simplificação de procedimentos administrativos; e

CONSIDERANDO a necessidade de sistematizar, disciplinar e aperfeiçoar os procedimentos necessários aos repasses do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), destinados às escolas e polos beneficiários, bem como as formas de execução desses recursos, resolve ad referendum:

Capítulo I
DO OBJETO

Art. 1º Dispor sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

Capítulo II
DA DEFINIÇÃO E DOS BENEFICIÁRIOS DO PDDE

Art. 2º O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infra-estrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

Art. 3º Os recursos financeiros do PDDE destinam-se a beneficiar:

I - escolas públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano anterior ao do repasse;

II - polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica; e

III - escolas privadas de educação básica, na modalidade de educação especial, recenseadas pelo MEC no ano anterior ao do repasse, mantidas por entidades definidas na forma do inciso III, do art. 5º.

Capítulo III
DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º Os recursos do programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados:

I - na aquisição de material permanente;

II - na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar;

III - na aquisição de material de consumo;

IV - na avaliação de aprendizagem;

V - na implementação de projeto pedagógico; e

VI - no desenvolvimento de atividades educacionais;

§ 1º É vedada a aplicação dos recursos do PDDE em:

I - implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento por outros programas executados pelo FNDE, exceto aquelas executadas sob a égide das normas do PDDE;

II - gastos com pessoal;

III - pagamento, a qualquer título, a:

a) agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; e

b) empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

IV - cobertura de despesas com tarifas bancárias; e

V - dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais quando não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos ou sobre os serviços contratados para a consecução dos objetivos do programa.

§ 2º Os recursos do PDDE, liberados na categoria de custeio, poderão ser utilizados, também, para cobrir despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das Unidades Executoras Próprias (UEx) definidas na forma do inciso II, do art. 5°, bem como as relativas a recomposições de seus membros, devendo tais desembolsos ser registrados nas correspondentes prestações de contas.

Capítulo IV
DOS PARCEIROS

Art. 5º Os recursos do PDDE serão destinados às escolas e aos polos, de que tratam os incisos I, II e III do art. 3º, por intermédio de suas Entidades Executoras (EEx), Unidades Executoras Próprias (UEx) e Entidades Mantenedoras (EM), assim definidas:

I - Entidade Executora (EEx) - prefeituras municipais e secretarias distritais e estaduais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento, execução e prestação de contas dos recursos do programa, destinados às escolas de suas redes de ensino que não possuem UEx, bem como pelo recebimento, análise e emissão de parecer das prestações de contas das UEx, representativas de suas escolas ou dos polos presenciais da UAB a ela vinculados;

II - Unidade Executora Própria (UEx) - entidade privada sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas e dos polos presenciais da UAB, integrada por membros da comunidade escolar, comumente denominada de caixa escolar, conselho escolar, colegiado escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras entidades, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados às referidas escolas e polos, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos; e

III - Entidade Mantenedora (EM) - entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social, ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados às referidas escolas, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos.

Capítulo V
DA CONSTITUIÇÃO DE UEX E FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO

Art. 6º As escolas públicas com mais de 50 (cinquenta) alunos matriculados na educação básica, para serem beneficiados com recursos do PDDE, deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas Unidades Executoras Próprias (UEx).

§ 1º Às escolas públicas, com até 50 (cinquenta) alunos, é facultada e recomendada a constituição de UEx.

§ 2º Às escolas públicas que possuírem, cada uma, individualmente consideradas, até 99 (noventa e nove) alunos, é facultada a formação de consórcio, desde que esse congregue, no máximo, 5 (cinco) unidades escolares, necessariamente integrantes da mesma rede de ensino, com vistas à constituição de uma única UEx.

§ 3º Os consórcios formados até dezembro de 2003 poderão continuar com até 20 (vinte) escolas em sua formação e os formados após essa data deverão observar o disposto no parágrafo anterior.

Art. 7º Os polos presenciais da UAB para serem beneficiados com os recursos do PDDE deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas Unidades Executoras Próprias (UEx).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo Único. Para fins de constituição das UEx de que tratam o artigo anterior e o caput deste artigo poderão ser adotadas como referenciais as instruções do Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora Própria (UEx), disponível no sítio www.fnde.gov.br.

Capítulo VI

DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

Art. 8º A transferência de recursos financeiros do PDDE será realizada sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, nos termos facultados pela Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009.

Art. 9º Os recursos financeiros do PDDE serão repassados, anualmente, da seguinte forma:

I - à Entidade Executora (EEx) a cuja rede de ensino pertençam as escolas públicas, no caso dessas terem até 50 (cinquenta) alunos e não possuírem Unidade Executora Própria (UEx);

II - à Unidade Executora Própria (UEx), representativa de escola pública ou de polo presencial da UAB; e

III - à Entidade Mantenedora (EM), no caso de escola privada de educação especial.

§ 1º Fica autorizado o FNDE efetuar repasses do PDDE em exercício subsequente àquele em que a liberação deveria ter ocorrido, desde que comprovado o tempestivo atendimento, pelas EEx, UEx e EM, às condições previstas no art. 12, necessárias ao recebimento dos repasses.

§ 2º A assistência financeira de que trata esta Resolução correrá por conta de dotação orçamentária consignada anualmente ao FNDE e fica limitada aos valores autorizados na ação específica, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual do Governo Federal, e condicionada aos regramentos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e à viabilidade operacional.

Art. 10 O FNDE divulgará a transferência dos recursos financeiros a expensas do PDDE na Internet, no sítio www.fnde.gov.br, e enviará correspondência informativa:

I - às Assembleias Legislativas dos Estados;

II - à Câmara Legislativa do Distrito Federal; e

III - às Câmaras Municipais.

Capítulo VII

DOS CÁLCULOS DOS VALORES DEVIDOS ÀS ESCOLAS

Art. 11 O montante devido, anualmente, às escolas públicas com UEx, aos polos da UAB e às escolas privadas de educação especial, será calculado pela soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino, com o valor variável, de acordo com o número de alunos matriculados no estabelecimento, tendo como parâmetros os "Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE" que compõem o anexo desta resolução.

§ 1º O montante devido às escolas públicas sem UEx será calculado considerando apenas o valor variável a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º Para efeito do cálculo de que trata o caput deste artigo, será considerado, no caso de:

I - escolas públicas e escolas privadas de educação especial, o número de alunos matriculados na educação básica do estabelecimento de ensino, de acordo com o Censo Escolar do ano anterior ao do repasse;

II - polos presencias da UAB, o número atualizado de alunos matriculados no estabelecimento de ensino, de acordo com dados fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) do Ministério da Educação;

§ 3º As UEx, representativas de escolas públicas e de polos presenciais da UAB, e as EM, representativas de escolas privadas de educação especial, deverão informar ao FNDE, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, por intermédio do sistema PDDEWeb, os percentuais de recursos que desejarão receber em custeio e/ou capital no exercício subsequente ao da informação.

§ 4º Em caso de não adoção da iniciativa referida no parágrafo anterior, serão destinados:

I - às escolas públicas com UEx e polos presenciais da UAB, 80% (oitenta por cento) em recursos de custeio e 20% (vinte por cento) em recursos de capital; e

II - às EM, 50% (cinquenta por cento) em recursos de custeio e 50% (cinquenta por cento) em recursos de capital.

§ 5º As escolas públicas com até 50 (cinquenta) alunos matriculados na educação básica que não possuírem UEx somente serão beneficiadas com recursos de custeio.

Capítulo VIII

DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO RECEBIMENTO DOS RECURSOS

Art. 12 Constituem condições para a efetivação dos repasses dos recursos do programa:

I - às EEx e UEx:

a) adesão ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pelas EEx, até 30 de junho, por intermédio do sistema PDDEWeb, disponível no sítio www.fnde.gov.br;

b) efetivação de cadastro pelas EEx e UEx, até 30 de junho, por intermédio do sistema PDDEWeb, disponível no sítio www.fnde.gov.br; e

c) não possuírem, até 30 de junho, pendências com prestação de contas de recursos do PDDE recebidos em exercícios anteriores.

II - às EM:

a) regularidade, até 30 de setembro, com os procedimentos de habilitação estabelecidos por normas específicas definidas em resolução do Conselho Deliberativo do FNDE, disponibilizada no sítio www.fnde.gov.br; e

b) não possuírem, até 30 de setembro, pendências com prestação de contas de recursos do PDDE recebidos em exercícios anteriores.

§ 1º As EEx que aderiram ao programa em exercícios anteriores por intermédio do PDDEWeb estão dispensadas da adoção do procedimento referido na alínea "a", do inciso I, deste artigo.

§ 2º Para efetivação de repasses, pelo FNDE, às UEx representativas de polos presenciais da UAB, as EEx que mantenham esses polos deverão revalidar sua adesão ao programa, na forma e no prazo previstos na alínea "a", do inciso I, deste artigo, ficando dispensadas da adoção desse procedimento em exercícios posteriores.

§ 3º As EEx e UEx que se cadastraram em exercícios anteriores por intermédio do PDDEWeb estão dispensadas da adoção do procedimento referido na alínea "b", do inciso I, deste artigo, devendo proceder à imediata atualização cadastral, quando da alteração de quaisquer dados relativos à entidade ou a seu representante legal.

§ 4º Na hipótese da EEx não ter interesse em receber recursos do PDDE para aplicação em favor das escolas com menos de 50 (cinquenta) alunos sem UEx, ou em autorizar repasses às UEx de suas escolas e dos polos que mantém, deverá formalizar, em cada exercício, ao FNDE tal(is) recusa(s), acompanhado(s) da(s) correspondente(s) justificativa(s) e, se for o caso, de cópia do comprovante de devolução do numerário que eventualmente já tenha sido repassado.

§ 5º As UEx poderão manifestar recusa a receber recursos do PDDE para aplicação em favor das escolas ou polos que representam, caso em que será obrigatório o encaminhamento, ao FNDE, de documento que comprove ter sido a decisão referendada por seus membros, na forma que dispor seu estatuto, acompanhado, se for o caso, de cópia do comprovante de devolução do numerário que eventualmente já tenha sido repassado.

§ 6º Em caso de atendimento, pelas EEx, UEx e EM, das condições previstas neste artigo, o FNDE providenciará a abertura das contas, e os correspondentes repasses, observadas as limitações previstas no § 2º, do art. 9º.

Capítulo IX

DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 13 Os recursos transferidos a expensas do PDDE serão creditados em conta bancária específica, em bancos oficiais parceiros, em agências indicadas pelas EEx, UEx e EM, nas quais deverão ser mantidos e geridos, conforme normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 1º As EEx, UEx e EM devem comparecer à agência do banco onde a conta foi aberta e proceder à entrega e à chancela dos documentos necessários a sua movimentação, de acordo com as normas bancárias vigentes.

§ 2º Em caso de alteração de dados das EEx e UEx, ou de seus dirigentes, a documentação referida no parágrafo anterior deve ser acompanhada de comprovante de efetivação da atualização cadastral de que trata o § 3º, do art. 12.

§ 3º Para fins do disposto no parágrafo anterior, deverão ser utilizados como comprovantes de efetivação da atualização cadastral, no caso de:

I - EEx, o impresso atualizado do "Termo de Adesão e Cadastro de Entidade Executora (EEx)", disponível no sistema PDDEWeb; e

II - UEx, o impresso atualizado do "Cadastro de Unidade Executora Própria (UEx)", disponível no sistema PDDEWeb.

§ 4º As EEx, UEx e EM serão isentas de pagamento de taxas e tarifas bancárias em conformidade com os termos dos Acordos de Cooperação Mútua, disponíveis no sítio www.fnde.gov.br, firmados entre o FNDE e as instituições financeiras em cujas agências foram abertas as contas depositárias dos recursos do programa.

§ 5º O FNDE, independentemente de autorização do titular da conta aberta para o programa, obterá junto aos bancos, sempre que necessário, os saldos e extratos das contas específicas, inclusive os de aplicações financeiras, bem como, no caso de incorreções na abertura das aludidas contas, solicitará ao banco o seu encerramento e, quando necessário, os bloqueios, estornos e/ou transferências bancárias indispensáveis à regularização.

Art. 14 A movimentação dos recursos pelas EEx, UEx e EM somente é permitida para a aplicação financeira de que trata o art. 15 e para pagamento de despesas relacionadas com as finalidades do programa, devendo-se realizar por meio eletrônico, mediante utilização de cartão magnético específico do programa, a ser disponibilizado pela agência bancária depositária dos recursos, para uso em estabelecimentos comerciais credenciados, de acordo com a bandeira do cartão, ou para realização de operações que envolvam crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e/ou prestadores de serviços, de modo a possibilitar a identificação dos favorecidos, tais como:

I - transferências entre contas do mesmo banco;

II - transferências entre contas de bancos distintos, mediante emissão de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou de Transferência Eletrônica de Disponibilidade (TED);

III - pagamentos de boletos bancários, títulos ou guias de recolhimento; ou

IV - outras modalidades de movimentação eletrônica, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, em que fique evidenciada a identificação dos fornecedores e/ou prestadores de serviços favorecidos.

§ 1º Até que seja disponibilizado o cartão magnético de que trata o caput deste artigo, será admitida a realização de pagamentos pelas:

a) EEx, mediante utilização de outros mecanismos oferecidos pela agência bancária depositária dos recursos, para adoção das modalidades de pagamento eletrônico referidas nas alíneas I a IV deste artigo; e

b) UEx e EM, mediante utilização de outros mecanismos oferecidos pela agência bancária depositária dos recursos, para adoção das modalidades de pagamento eletrônico referidas nas alíneas I a IV deste artigo, e mediante cheque nominativo ao credor.

§ 2º Independentemente da condição referida no parágrafo anterior, as UEx representativas de escolas públicas localizadas em zonas rurais poderão realizar pagamentos mediante cheque nominativo ao credor, recomendada a utilização das modalidades de pagamento eletrônico referidas nas alíneas I a IV deste artigo.

Art. 15 Enquanto não utilizados na sua finalidade, os recursos do PDDE deverão ser, obrigatoriamente, aplicados em caderneta de poupança aberta especificamente para o programa, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês.

Parágrafo Único. O produto das aplicações financeiras deverá ser, obrigatoriamente, computado a crédito da conta específica e ser aplicado, exclusivamente, nas finalidades do programa, ficando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Capítulo X

DAS FORMAS E PRAZOS DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS

Art. 16 As aquisições de materiais e bens e contratações de serviços com os repasses efetuados à custa do PDDE deverão ser realizadas pelas:

I - UEx e EM, mediante a adoção dos procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 9, de 2 de março de 2011, e comentados no "Guia de Orientações para Aquisição de Materiais e Bens e Contratação de Serviços com Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), disponíveis no sítio www.fnde.gov.br; e

II - EEx, mediante a adoção dos procedimentos estabelecidos pelas Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e normas correlatas aplicáveis a entes públicos;

Art. 17 A execução dos recursos, transferidos nos moldes e sob a égide desta Resolução, deverá ocorrer até 31 de dezembro do ano em que tenha sido efetivado o respectivo crédito nas contas correntes específicas das EEx, das UEx ou das EM.

§ 1º Os saldos de recursos financeiros, como tais entendidas as disponibilidades existentes em 31 de dezembro nas contas específicas, poderão ser reprogramados pela EEx, UEx e EM, obedecendo às classificações de custeio e capital nas quais foram repassados, para aplicação no exercício seguinte, com estrita observância de seu emprego nos objetivos da ação programática.

§ 2º Na hipótese do saldo de que trata o parágrafo anterior ultrapassar a 30% (trinta por cento) do total de recursos disponíveis no exercício, a parcela excedente será deduzida do repasse do exercício subsequente.

§ 3º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, considera-se total de recursos disponíveis no exercício, o somatório do valor repassado no ano, de eventuais saldos reprogramados de exercícios anteriores e de rendimentos de aplicações no mercado financeiro.

Capítulo XI

DOS COMPROVANTES DAS DESPESAS E DO PRAZO PARA SUA MANUTENÇÃO EM ARQUIVO

Art. 18 As despesas realizadas com recursos transferidos, nos moldes e sob a égide desta Resolução, serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, na forma da legislação à qual a entidade responsável pela despesa estiver sujeita, devendo os recibos, faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da EEx, UEx ou da EM, identificados com os nomes FNDE e do programa, e ser arquivados, em suas respectivas sedes, juntamente com os comprovantes de pagamentos efetuados ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contado da data do julgamento da prestação de contas anual do FNDE pelo Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao exercício do repasse, ou, se for o caso, da Tomada de Contas Especial, para disponibilização, quando solicitados, a esse Fundo, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, considera-se sede da UEx a da escola ou do polo presencial da UAB que representa.

§ 2º O FNDE disponibilizará no sítio www.fnde.gov.br a posição do julgamento de suas contas pelo TCU.

Capítulo XII

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 19 As prestações de contas dos recursos recebidos por intermédio do PDDE deverão ser elaboradas de acordo com normas específicas definidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE, disponíveis no sítio www.fnde.gov.br.

§ 1º O encaminhamento das prestações de contas do PDDE deverá ser realizado:

I - das UEx, às EEx, a que as escolas públicas e polos presenciais da UAB estejam vinculados, até 31 de dezembro do ano da efetivação do crédito nas correspondentes contas correntes específicas;

II - das EEx, ao FNDE, por intermédio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), até 28 de fevereiro do ano subsequente ao da efetivação do crédito nas correspondentes contas correntes específicas.

III - das EM, ao FNDE, por intermédio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), até 28 de fevereiro do ano subsequente ao da efetivação do crédito nas correspondentes contas correntes específicas.

§ 2º Os saldos financeiros de exercícios anteriores, reprogramados na forma prevista no § 1º do art. 17, deverão ser objeto de prestação de contas pelas UEx, EM e EEx, na forma e nos prazos previstos nos incisos I a III do parágrafo anterior, mesmo que essas não tenham sido contempladas com novos repasses.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Capítulo XIII

DA SUSPENSÃO E RESTABELECIMENTO DE REPASSES

Art. 20 Fica o FNDE autorizado a suspender o repasse dos recursos do PDDE nas seguintes hipóteses:

I - omissão na prestação de contas;

II - irregularidade na prestação de contas; e

III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do PDDE, conforme constatado por análise documental ou de auditoria.

§ 1º Serão restabelecidas as condições para repasse dos recursos do PDDE às EEx, UEx ou EM, após a regularização das pendências referidas nos incisos I a III deste artigo, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

2º Para terem restabelecidos os seus repasses, as EEx, UEx e EM deverão atender além das condições referidas no parágrafo anterior, as previstas no art. 12.

Capítulo XIV

DA DEVOLUÇÃO, ESTORNO OU BLOQUEIO DOS RECURSOS

Art. 21. O FNDE poderá exigir a devolução de recursos, mediante notificação direta à EEx, UEx ou EM, de cuja notificação constarão os valores a serem restituídos, acrescidos, quando for o caso, de juros e correção monetária, nas seguintes hipóteses:

I - ocorrência de depósitos indevidos, pelo FNDE, na conta específica do programa;

II - paralisação das atividades ou extinção de escola vinculada à EEx, UEx ou EM;

III - determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público;

IV - constatação de incorreções cadastrais como omissão de vinculação ou indevida vinculação de escola a UEx, indicação de nível de ensino não ministrado pela unidade escolar, mudança equivocada de agência bancária, entre outras;

V - verificação de irregularidades na execução do programa; e

VI - configuração de situações que inviabilizem a execução dos recursos do programa pela EEx, UEx ou EM.

§ 1º Será facultado à EEx, UEx ou EM proceder à devolução de recursos, na forma do art. 22, nos casos previstos nos incisos I a VI do caput deste artigo, bem como em outras situações julgadas necessárias, independentemente de notificação do FNDE.

§ 2º O FNDE poderá estornar ou bloquear, conforme o caso, valores creditados na conta específica da EEx, UEx ou EM, inclusive nas hipóteses previstas nos incisos I a VI do caput deste artigo, mediante solicitação direta ao agente financeiro depositário dos recursos.

§ 3º Inexistindo saldo suficiente na conta específica na qual os recursos foram depositados para efetivação do estorno referido no parágrafo anterior, será permitido, conforme o caso, ao FNDE:

I - exigir da EEx, UEx ou EM a restituição dos recursos, na forma do art. 22, em prazo que vier a ser estabelecido na notificação referida no caput deste artigo; ou

II - proceder à compensação dos valores, deduzindo-os de futuros repasses.

§ 4º Para efeito de cálculo da correção monetária de que trata o caput deste artigo, será adotado o índice do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), considerando-se, para esse fim, o período compreendido entre a data do fato gerador e a do recolhimento, sendo que a quitação do débito apenas se dará se o valor recolhido for considerado suficiente para sanar a irregularidade, para cujo fim será adotado como referencial o Sistema de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União, disponível no sítio www.tcu.gov.br.

Art. 22. As devoluções de recursos, independentemente do fato gerador que lhes deu origem, deverão ser efetuadas em agência do Banco do Brasil S/A. mediante utilização da Guia de Recolhimento da União (GRU), que pode ser emitida no sítio www.fnde.gov.br, na qual deverão ser indicados, além da razão social e número de inscrição no CNPJ da EEx, da UEx ou da EM, os códigos:

I - 153173 no campo "Unidade Gestora", 15253 no campo "Gestão", 66666-1 no campo "Código de Recolhimento" e 212198002 no campo "Número de Referência", se a devolução ocorrer no mesmo ano do repasse dos recursos e essa não for decorrente de Restos a Pagar inscritos pelo FNDE; e

II - 153173 no campo "Unidade Gestora", 15253 no campo "Gestão", 18858-1 no campo "Código de Recolhimento" e 212198002 no campo "Número de Referência", se a devolução for decorrente de Restos a Pagar inscritos pelo FNDE ou cujo ano do repasse seja anterior ao do recolhimento por meio da GRU.

§ 1º Para fins do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, considera-se ano do repasse aquele em que se der a emissão da respectiva ordem bancária pelo FNDE, disponível para consultada no sítio www.fnde.gov.br.

§ 2º Eventuais despesas bancárias decorrentes das devoluções de que tratam este artigo correrão a expensas do depositante, não podendo ser lançadas na prestação de contas do programa.

§ 3º Os valores referentes às devoluções de que trata este artigo, deverão ser registrados nas correspondentes prestações de contas das EEx, UEx ou EM.

Capítulo XV

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 23 A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros, relativos ao PDDE, é de competência do FNDE, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, mediante a realização de auditorias, de inspeção e de análise das prestações de contas.

§ 1º O FNDE realizará, a cada exercício, auditagem na aplicação dos recursos do PDDE, pelas EEx, UEx e EM, por sistema de amostragem, podendo, para tanto, requisitar o encaminhamento de documentos e demais elementos que julgar necessários, bem como realizar fiscalização in loco.

§ 2º Os órgãos incumbidos da fiscalização dos recursos destinados à execução do PDDE a que se refere o caput deste artigo poderão firmar convênios ou acordos, em regime de mútua cooperação, para auxiliar e aperfeiçoar o seu controle.

§ 3º A fiscalização do FNDE, e de todos os outros órgãos ou entidades estatais envolvidos, será deflagrada, em conjunto ou isoladamente, sempre que for apresentada denúncia formal de irregularidade identificada no uso dos recursos do PDDE.

Capítulo XVI

DAS DENÚNCIAS

Art. 24 As denúncias formais de irregularidade relativas à aplicação dos recursos previstos nessa Resolução deverão, necessariamente, conter:

I - exposição sumária do ato ou do fato censurável, que possibilite sua perfeita identificação; e

II - a indicação da EEx, UEx ou EM e do responsável por sua prática, bem como, a da data do ocorrido.

§ 1º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar denúncia de irregularidades identificadas na aplicação dos recursos do PDDE ao FNDE, ao TCU, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Ministério Público.

§ 2º Quando a denúncia for apresentada por pessoa física, deverão ser fornecidos, além dos elementos referidos nos incisos I e II do deste artigo, o nome legível e o endereço do denunciante para encaminhamento das providências adotadas.

§ 3º Quando o denunciante for pessoa jurídica (partido político, associação civil, entidade sindical, entre outros), deverá ser encaminhada cópia de documento que ateste sua constituição jurídica e fornecido, além dos elementos referidos nos incisos I e II deste artigo, o endereço da sede da representada para encaminhamento das providências adotadas.

§ 4º As denúncias de que tratam o caput e os §§ 1º ao 3° deste artigo, quando dirigidas ao FNDE, deverão ser encaminhadas à Ouvidoria localizada no FNDE, Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Brasília, DF, CEP 70070-929 ou para o e-mail ouvidoria@fnde.gov.br.

§ 5º As denúncias que não atenderem aos requisitos referidos nos incisos I e II e nos §§ 1º ao 3º deste artigo poderão ser desconsideradas a critério do destinatário.

Capítulo XVII

DOS BENS PATRIMONIAIS

Art. 25 Os bens permanentes adquiridos ou produzidos com os recursos transferidos a expensas do PDDE deverão ser tombados e incorporados ao patrimônio das EEx e destinados ao uso dos respectivos estabelecimentos de ensino beneficiados, cabendo a esses últimos a responsabilidade pela guarda e conservação dos bens.

§ 1º No caso das UEx, representativas das escolas públicas ou de polos presenciais da UAB, a incorporação dos bens permanentes adquiridos ou produzidos deverá ocorrer mediante o preenchimento e encaminhamento de Termo de Doação à EEx à qual a escola ou polo estejam vinculados, cujo modelo está disponível no sítio www.fnde.gov.br, providência que deverá ser adotada no momento do recebimento do bem adquirido ou produzido.

§ 2º As EEx deverão proceder ao imediato tombamento, nos seus respectivos patrimônios, dos bens permanentes por essas produzidos e dos referidos no parágrafo anterior e, neste último caso, fornecer, em seguida, às UEx das escolas de suas redes de ensino ou dos polos que mantém os números dos correspondentes registros patrimoniais, inscritos em plaquetas ou etiquetas para afixação nos bens, de modo a facilitar sua identificação.

§ 3º As EEx deverão manter em suas sedes, arquivado, juntamente com os documentos que comprovam a execução das despesas, conforme exigido no caput do art. 17, demonstrativo dos bens permanentes adquiridos ou produzidos com recursos do PDDE, com seus respectivos números de tombamento, de modo a facilitar os trabalhos de fiscalizações e auditorias.

§ 4º As disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo não se aplicam às EM cabendo-lhes, quanto aos bens permanentes adquiridos ou produzidos com recursos do PDDE, registrar sua identificação em demonstrativo patrimonial e garantir o seu uso, pelas escolas beneficiárias, por prazo mínimo de 5 (cinco) anos, salvo se, comprovadamente, os bens se tornarem inservíveis antes desse prazo.

§ 5º Na hipótese de encerramento de atividades, a parte do patrimônio da EM constituída com recursos do PDDE, deverá ser destinada a entidade similar ou a instituição pública que atue no mesmo segmento educacional, preferencialmente sediada no município ou unidade federativa onde funcionava a EM desativada.

Capítulo XVIII

DAS ATRIBUIÇÕES DO FNDE E DOS PARCEIROS

Art. 26 O FNDE, para operacionalizar o PDDE, contará com a parceria dos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, das UEx e das EM, cabendo, entre outras atribuições previstas nesta Resolução:

I - ao FNDE:

a) elaborar e divulgar as normas relativas aos procedimentos de adesão e habilitação e aos critérios de repasse, execução e prestação de contas dos recursos do programa;

b) providenciar, junto aos bancos parceiros, a abertura das contas destinadas à movimentação dos recursos repassados para a execução do programa;

c) repassar às EEx, UEx e EM, anualmente, os recursos devidos às escolas e aos polos presenciais da UAB beneficiários do PDDE, por essas representadas ou mantidas, mediante depósito nas contas abertas especificamente para essa finalidade;

d) enviar aos órgãos do Poder Legislativo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e disponibilizar no sítio www.fnde.gov.br, informações relativas aos valores transferidos às EEx, UEx e EM;

e) manter dados e informações cadastrais das EEx e UEx, de habilitação das EM, bem como de prestação de contas dessas entidades;

f) acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do PDDE; e

g) receber e analisar as prestações de contas provenientes das EEx e das EM, emitindo parecer, favorável ou desfavorável, acerca de sua aprovação.

II - às EEx:

a) apoiar o FNDE na divulgação das normas relativas aos critérios de repasse, execução e prestação de contas dos recursos do PDDE, assegurando aos estabelecimentos de ensino beneficiários e às comunidades escolares a participação sistemática e efetiva desde a seleção das necessidades educacionais prioritárias a serem satisfeitas até o acompanhamento do resultado do emprego dos recursos do programa;

b) manter seus dados cadastrais atualizados no sistema PDDEWEb e na agência depositária dos recursos do programa;

c) incluir, em seus respectivos orçamentos, nos termos estabelecidos no § 1º do art. 6º da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 25 da Lei n° 11.947, de 2009, os recursos a serem transferidos, a expensas do PDDE, às escolas de suas redes de ensino que não possuem UEx;

d) não considerar os repasses do PDDE no cômputo dos 25% (vinte e cinco por cento) de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal;

e) notificar partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede em seu município, acerca das transferências financeiras do PDDE destinadas às escolas de sua rede de ensino que não possuem UEx, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de recebimento dos recursos, nos termos estabelecidos pelo art. 2° da Lei n° 9.452, de 20 de março de 1997;

f) manter o acompanhamento das transferências do PDDE, de forma a permitir a notificação dos respectivos créditos aos diretores dos estabelecimentos de ensino, que não possuem UEx, e aos dirigentes das UEx representativas das escolas de sua rede e dos polos presenciais da UAB que mantém;

g) assegurar às escolas que não possuem UEx o usufruto da prerrogativa de indicar as necessidades prioritárias a serem supridas com os recursos do programa, as quais, com as razões que determinaram sua escolha, deverão ser registradas no Rol de Materiais, Bens e/ou Serviços Prioritários, cujo modelo está disponível no sítio www.fnde.gov.br;

h) empregar os recursos em favor das escolas que não possuem UEx, em conformidade com o disposto na alínea "a" deste inciso e com as normas e os critérios estabelecidos para a execução do PDDE;

i) adotar os procedimentos estabelecidos pelas Leis nºs 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002, pelo Decreto nº 5.450, de 2005, e por normas correlatas, para as aquisições de materiais de consumo e as contratações de serviços em favor das escolas que não possuem UEx, mantendo os comprovantes das referidas despesas em seus arquivos, à disposição do FNDE, dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo e do Ministério Público, pelo prazo previsto no caput do art. 18;

j) preencher e manter em arquivo à disposição do FNDE, dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo e do Ministério Público, pelo prazo a que se refere o caput do art. 18, o Comprovante de Benefícios, cujo modelo está disponível no sítio www.fnde.gov.br, apontando os materiais de consumo fornecidos e os serviços contratados, a expensas do programa, em favor das escolas que não possuem UEx, com a indicação dos respectivos valores e o atesto dos benefícios concedidos, com vistas à comprovação do numerário destinado a cada unidade escolar;

k) apoiar, técnica e financeiramente, as UEx, representativas de suas escolas e dos polos que mantém, no cumprimento das obrigações referidas nas alíneas "j" a "l" do inciso III deste artigo, inclusive, se necessário, com a disponibilização de contador para esse fim, bem como em iniciativas que contribuam para a regular e eficiente aplicação dos recursos do programa, vedadas ingerências na autonomia de gestão que lhes é assegurada;

l) acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos recursos repassados às UEx representativas de suas escolas e dos polos que mantém;

m) receber e analisar as prestações de contas das UEx, representativas de suas escolas e dos polos que mantém, emitindo parecer, favorável ou desfavorável, acerca de sua aprovação;

n) enviar tempestivamente, ao FNDE, a prestação de contas dos recursos destinados às escolas integrantes de sua respectiva rede de ensino, nos termos previstos no inciso II, do § 1º, do art. 19;

o) disponibilizar, quando solicitada, às comunidades escolar e local toda e qualquer informação referente à aplicação dos recursos do programa; e

p) garantir livre acesso às suas dependências a representantes do FNDE, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Ministério Público, prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos, quando em missão de acompanhamento, fiscalização e auditoria.

III - às UEx:

a) manter seus dados cadastrais atualizados no sistema PDDEWEb e na agência depositária dos recursos do programa;

b) manter o acompanhamento das transferências do PDDE, de forma a permitir a disponibilização de informações sobre os valores devidos às escolas ou aos polos que representam, cientificando-as dos créditos correspondentes;

c) exercer plenamente autonomia de gestão do PDDE, assegurando à comunidade escolar participação sistemática e efetiva nas decisões colegiadas, desde a seleção das necessidades educacionais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

prioritárias a serem satisfeitas até o acompanhamento do resultado do emprego dos recursos do programa;

d) empregar os recursos em favor das escolas ou dos polos que representam, em conformidade com o disposto na alínea anterior e com as normas e os critérios estabelecidos para a execução do PDDE;

e) adotar os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 9, de 2011, e comentados no "Guia de Orientações para Aquisição de Materiais e Bens e Contratação de Serviços com Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), disponíveis no sítio www.fnde.gov.br, para as aquisições de bens permanentes e materiais de consumo e contratações de serviços em favor das escolas ou dos polos que representam, mantendo os comprovantes das referidas despesas em seus arquivos, à disposição do FNDE, dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público, pelo prazo previsto no caput do art. 18;

f) afixar, nas sedes das escolas ou dos polos que representam, em local de fácil acesso e visibilidade, a relação dos seus membros e demonstrativo sintético que evidencie os bens e materiais e os serviços que lhes foram fornecidos e prestados a expensas do programa, com a indicação dos valores correspondentes;

g) prestar contas à EEx, à qual se vinculam as escolas e os polos que representam, da utilização dos recursos recebidos, nos termos do inciso I, do § 1º, do art. 19;

h) disponibilizar, quando solicitada, às comunidades escolar e local toda e qualquer informação referente à aplicação dos recursos do programa;

i) garantir livre acesso às suas dependências a representantes do FNDE, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Ministério Público, prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos, quando em missão de acompanhamento, fiscalização e auditoria;

j) proceder, quando da contratação de serviços de pessoas físicas para consecução das finalidades do programa sobre os quais incidirem imposto de renda, ao imediato recolhimento das parcelas correspondentes ao tributo e à apresentação da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) na forma e prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda;

k) apresentar as Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), ainda que de isenção ou negativa, nas formas e prazos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, disponíveis no sítio www.receita.fazenda.gov.br;

l) apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ainda que negativa, na forma e prazos estabelecidos pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego; e

m) formular consultas prévias e regulares ao setor contábil ou financeiro da EEx à qual se vinculam e/ou ao órgão mais próximo da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal quanto a possível obrigatoriedade de retenção e recolhimento de valores a título de tributos incidentes sobre serviços contratados a expensas do programa, bem como para informar-se sobre outros encargos tributários, fiscais, previdenciários ou sociais a que porventura venham a estar sujeitas.

IV - às EM:

a) apresentar, tempestivamente, ao FNDE, os dados cadastrais e documentos exigidos, com vistas à formalização dos procedimentos habilitação para fins de atendimento dos estabelecimentos de ensino que mantêm e representam;

b) manter seus dados cadastrais atualizados na agência depositária dos recursos do programa;

c) manter o acompanhamento das transferências do PDDE, de forma a permitir a disponibilização de informações sobre os valores devidos às escolas que mantêm e representam, cientificando-as dos créditos correspondentes;

d) fazer gestões permanentes no sentido de garantir que a comunidade escolar tenha participação sistemática e efetiva, desde a seleção das necessidades educacionais prioritárias a serem satisfeitas até o acompanhamento do resultado do emprego dos recursos do programa;

e) empregar os recursos em favor das escolas que mantêm e representam, em conformidade com o disposto na alínea anterior e com as normas e os critérios estabelecidos para a execução do PDDE;

f) adotar os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 9, de 2011, e comentados no "Guia de Orientações para Aquisição de Materiais e Bens e Contratação de Serviços com Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), disponíveis no sítio www.fnde.gov.br, para as aquisições de bens permanentes e materiais de consumo e contratações de serviços em favor das escolas que representam, mantendo os comprovantes das referidas despesas em seus arquivos, à disposição do FNDE, dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público, pelo prazo previsto no caput do art. 18;

g) afixar, nas sedes das escolas que mantêm e representam, em local de fácil acesso e visibilidade, demonstrativo sintético que evidencie os bens e materiais e os serviços que lhes foram fornecidos e prestados a expensas do programa, com a indicação dos valores correspondentes, bem como disponibilizar o referido demonstrativo, quando de meios dispuser, em página na Internet;

h) prestar contas da utilização dos recursos recebidos, diretamente ao FNDE, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 15;

i) disponibilizar, quando solicitada, às comunidades escolar e local toda e qualquer informação referente à aplicação dos recursos do programa;

j) garantir livre acesso às suas dependências a representantes do FNDE, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Ministério Público, prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos, quando em missão de acompanhamento, fiscalização e auditoria;

k) proceder, quando da contratação de serviços de pessoas físicas para consecução das finalidades do programa sobre os quais incidirem imposto de renda, ao imediato recolhimento das parcelas correspondentes ao tributo e à apresentação da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) na forma e prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda;

l) apresentar as Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), ainda que de isenção ou negativa, nas formas e prazos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, disponíveis no sítio www.receita.fazenda.gov.br;

m) apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ainda que negativa, na forma e prazos estabelecidos pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego; e

n) formular consultas prévias e regulares ao órgão mais próximo da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal quanto a possível obrigatoriedade de retenção e recolhimento de valores a título de tributos incidentes sobre serviços contratados a expensas do programa, bem como para informar-se sobre outros encargos tributários, fiscais, previdenciários ou sociais a que porventura venham a estar sujeitas.

Capítulo XIX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 Ficam aprovados os Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE como anexo desta Resolução.

Art. 28 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 7, de 12 de abril de 2012.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXO

VALORES REFERENCIAIS DE CÁLCULO PARA REPASSES DO PDDE

1. Valor Fixo/ano (VF/a) = R$ 1.000,00
   a. Escola pública urbana com UEx: 1 x VF/a
   b. Escola pública rural com UEx: 2 x VF/a
   c. Escola privada de educação especial: 1 x VF/a
   d. Polo presencial da UAB: 3 x VF/a
2. Valor Per Capita/ano (VPC/a) = R$ 20,00
   a. Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx: 1 x VPC/a
   b. Alunos de escolas urbanas sem UEx: 2 x VPC/a
   c. Alunos de escolas rurais sem UEx: 3 x VPC/a
   d. Alunos público alvo da educação especial em escola pública: 4 x VPC/a
   e. Alunos de escola privada de educação especial: 3 x VPC/a
   f. Alunos de polos presenciais da UAB: 1 x VPC/a

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 174, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201202954	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIME DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA LUÍS TARQUÍNIO PONTES, 600, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
2.	201111454	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARA DE MINAS	RUA RICARDO MARINHO, 110, SÃO GERALDO, PARÁ DE MINAS/MG
3.	201112029	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ARAGUAIA	SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA DE GOIAS S/C LTDA	AVENIDA T-10, 1047, SETOR BUENO , GOIÂNIA/GO
4.	201116843	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA	RUA LUIZ MANOEL GONZAGA, 744, TRÊS FIGUEIRAS, PORTO ALEGRE/RS
5.	201200979	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA MACHADO DE ASSIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS LTDA - ME	RUA JOAQUIM NABUCO, 968, TINGUI, CURITIBA/PR
6.	201117089	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE POTIGUAR DA PARAÍBA	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
7.	201115432	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE JOÃO PESSOA	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 67, ESTADOS, JOÃO PESSOA/PB
8.	201203424	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA TECBRASIL - UNIDADE PORTO ALEGRE	SOCIEDADE EDUCACIONAL RIOGRANDENSE LTDA.	RUA COMENDADOR MANUEL PEREIRA, 249, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
9.	201202999	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE BACABAL - FEBAC	MENEZES & LACERDA LTDA - ME	RUA 12 DE OUTRUBRO, 377, CENTRO, BACABAL/MA
10.	201112879	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	ADEA - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANCADO LTDA	RUA PROFESSOR SANDOVAL ARROXELAS, 239, PONTA VERDE, MACEIÓ/AL
11.	201112068	ENGENHARIA DE MINAS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RODOVIA JOSÉ AURÉLIO VILELA - BR 267, 11999, CIDADE UNIVERSITÁRIA, POÇOS DE CALDAS/MG
12.	201204548	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE FACCAT	ORGANIZACAO EDUCACIONAL ARTUR FERNANDES LTDA	RUA CHERENTES, 36, TÉRREO E SUPERIOR, CENTRO, TUPÃ/SP
13.	201008262	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	70 (setenta)	FACULDADE IDEAU	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI LTDA	RUA JÚLIO BORELLA, 3553, CENTRO, MARAU/RS
14.	201114280	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP
15.	201116569	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE HORTOLÂNDIA	UNIAO NACIONAL DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS SAO PAULO	AVENIDA SANTANA, 1070, JARDIM AMANDA I, HORTOLÂNDIA/SP
16.	201203024	ENGENHARIA DE MINAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AV. RAJA GABAGLIA, 1306, CIDADE JARDIM, BELO HORIZONTE/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

17.	201113133	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE TOBIAS BARRETO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA DE SERGIPE LTDA - SESPS	RUA DE RIACHUELO, 1071, SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE
18.	201202113	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA S.A	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
19.	201200330	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ARNALDO HORÁCIO FERREIRA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ARNALDO HORACIO FERREIRA S/C LTDA	RUA PARÁ, 2.280, LOTE 08/B, MIMOSO DO OESTE, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
20.	201207634	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS FACITEC	IESST - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLOGICO	CSG 09, LOTES 15/16, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
21.	201117973	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	RUA DONA LAURA, 1020, - LADO PAR, RIO BRANCO, PORTO ALEGRE/RS
22.	201114713	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA VENÂNCIO BORGES DO NASCIMENTO, 377, JARDIM TV MORENA, CAMPO GRANDE/MS
23.	201112885	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	ADEA - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANCADO LTDA	RUA PROFESSOR SANDOVAL ARROXELAS, 239, PONTA VERDE, MACEIÓ/AL
24.	201205628	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AV. RAJA GABAGLIA, 1306, CIDADE JARDIM, BELO HORIZONTE/MG
25.	201205195	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA TIMBIRAS, 1.375, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG
26.	201207628	MARKETING (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS FACITEC	IESST - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLOGICO	CSG 09, LOTES 15/16, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
27.	201207074	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE BOA VIAGEM	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
28.	200812139	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PRESIDENTE JK	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK S.S. LTDA. - ME	RUA PREFEITO ALBERTO MOURA, 6000, MORRO DO CLARO, SETE LAGOAS/MG
29.	201203181	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, ECONÔMICAS E DA SAÚDE DE ARAGUAÍNA	ITPAC-INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS LTDA	AVENIDA FILADÉLFIA, 568, SETOR OESTE, ARAGUAÍNA/TO
30.	201207082	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNA DE CONTAGEM	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	AVENIDA JOÃO CESAR DE OLIVEIRA, 6.620, BEATRIZ, CONTAGEM/MG
31.	201111718	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE GAMA E SOUZA	ASSOCIACAO DE CULTURA E EDUCACAO SANTA TERESA	AVENIDA FERNANDO MATTOS, 48, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
32.	201112700	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CAMPO GRANDE	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA AFONSO PENA, 275, AMAMBAÍ, CAMPO GRANDE/MS
33.	201207462	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ	UB - UCP EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N, CANTU, PITANGA/PR
34.	201115015	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ARAGUAIA	SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA DE GOIAS S/C LTDA	AVENIDA T-10, 1047, SETOR BUENO , GOIÂNIA/GO

PORTARIA Nº 175, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica n° 932/2012 -DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC n° 078731.2012-11 resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2° A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta), dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1° O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§ 2° A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exaradas pela presente Portaria.

Art. 3° O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201114045	GEOGRAFIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	AVENIDA GETÚLIO GUARITA, 159, ABADIA, UBERABA/MG
2.	201116203	HISTÓRIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	RUA ALBERTO ROSA, 154, CENTRO, PELOTAS/RS
3.	201205894	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE CAMPO REAL	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.	RUA COMENDADOR NORBERTO, 1299, SANTA CRUZ, GUARAPUAVA/PR
4.	201201773	GESTÃO PORTUÁRIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	RUA CARVALHO DE MENDONÇA, , 144, VILA MATHIAS, SANTOS/SP
5.	201203831	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ENERGIA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	SOCIEDADE ENERGIA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA SALDANHA MARINHO, 51, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC
6.	201201552	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS	FUNDACAO BOAS NOVAS	AVENIDA GENERAL RODRIGO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS, 1.655, CENTRO DE CONVENÇÕES CANAÃ, JAPIIM, MANAUS/AM
7.	201205376	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO	INSTITUICAO EDUCACIONAL PROFESSOR PASQUALE CASCINO	AVENIDA JOÃO DIAS, 2046, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
8.	201113963	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	RUA LUZ INTERIOR, 345, ESTRELA DO SUL, JUIZ DE FORA/MG
9.	201114031	HISTÓRIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	AVENIDA GETÚLIO GUARITA, 159, ABADIA, UBERABA/MG
10.	20072440	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ENSINO SUPERIOR	ASSOCIACAO PERNAMBUCANA DE ENSINO SUPERIOR - APESU	RUA CAMILO COLLIER, 136, CORDEIRO, RECIFE/PE
11.	201204256	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	RUA ITAIPU, 36, VILA PERMANENTE, VILA PERMANENTE, TUCURUÍ/PA
12.	20074954	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA	CEUMA-ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR	RUA JOSUE MONTELLO, 01, LOTEAMENTOO BELA VISTA, RENASCENÇA II, SÃO LUÍS/MA
13.	201115443	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	480 (quatrocentas e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	AV. PAU BRASIL, LOTE-02, ÁGUAS CLARAS, BRASÍLIA/DF
14.	201006816	ARTES VISUAIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS BARROS MELO	AESO-ENSINO SUPERIOR DE OLINDA LTDA	AVENIDA TRANSAMAZÔNICA, 405, JARDIM BRASIL II, OLINDA/PE
15.	201202196	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR	RUA DO SACRAMENTO, 230, RUDGE RAMOS, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
16.	201115384	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA S.A	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
17.	20078043	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS PAULISTA	ASSOCIACAO PAULISTA DE ENSINO LTDA	RUA SERRA DO JAIRÉ, 658, BELENZINHO, SÃO PAULO/SP
18.	200800780	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Tecnológico)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA LTDA	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, VILA CAMPESINA, OSASCO/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

19.	201114009	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	LINHA 7 DE SETEMBRO, S/N, BR386 KM 40, CENTRO, FREDERICO WESTPHALEN/RS
20.	200802534	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE NILTON LINS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS	AV. SANTA CRUZ MACHADO, 700, JAPIIM, MANAUS/AM
21.	201112858	FARMÁCIA (Bacharelado)	112 (cento e doze)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL	BR 040 - KM 16, S/N, LUZIÂNIA, LUZIÂNIA/GO
22.	201116795	GESTÃO DE TURISMO (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA	AVENIDA EXPEDICIONÁRIO OSWALDO DE ALMEIDA RAMOS, 280, BLOCO 7, CENTRO, VASSOURAS/RJ
23.	20072952	DESIGN DE PRODUTO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	RUA DOS GOITACAZES , 1.159, BARRO PRETO, BELO HORIZONTE/MG
24.	20074789	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA EDUARDO LUIZ GOMES, 134, CENTRO, NITERÓI/RJ
25.	200805029	LOGÍSTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY	SOCIEDADE NILZA CORDEIRO HERDY DE EDUCACAO E CULTURA S/S LTDA	RUA PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY, 1160, 25 DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS/RJ
26.	201115389	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIME DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA LUÍS TARQUÍNIO PONTES, 600, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
27.	201205700	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	FUNDACAO EDUCACIONAL COMUNITARIA FORMIGUENSE	AVENIDA DOUTOR ARNALDO DE SENNA, 328, AGUA VERMELHA, FORMIGA/MG
28.	201113347	CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	RODOVIA BR 465 - KM 7, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SEROPÉDICA/RJ
29.	201113175	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	FAZENDA SACO, S/N, CAMPUS DE SERRA TALHADA, SERRA TALHADA, SERRA TALHADA/PE
30.	201117960	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	AVENIDA LEONARDO MALCHER, 853, - DE 1/2 A 99997/99998, CENTRO, MANAUS/AM
31.	201206205	LOGÍSTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	AVENIDA TOCANTINS, S/N, LOTEAMENTO MÃE DEDE, PORTO NACIONAL/TO

PORTARIA Nº 176, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica n° 932/2012 -DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC n° 078731.2012-11 resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2° A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta), dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1° O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§ 2° A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exaradas pela presente Portaria.

Art. 3° O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201112307	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	RODOVIA DOURADOS A ITAHUM, KM 12, ZONA RURAL, AEROPORTO, DOURADOS/MS
2.	200913388	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA LTDA	RUA DO ROSÁRIO, 147, CENTRO, CURITIBA/PR
3.	201206420	MATEMÁTICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	AVENIDA DOM JOSÉ GASPAR, 500, CORAÇÃO EUCARISTICO, BELO HORIZONTE/MG
4.	20075718	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, S/N, 1501 SUL, ÁREA DE EXPANSÃO SUL, PALMAS/TO
5.	201109852	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE NORTE CAPIXABA DE SAO MATEUS	EMPRESA NORTE CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - ME	RODOVIA OTHOVARINO DUARTE SANTOS, S/N, RESIDENCIAL PARK WASHINGTON, SÃO MATEUS/ES
6.	201200637	GASTRONOMIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA S.A	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
7.	201117840	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	RODOVIA DOURADOS A ITAHUM, KM 12, ZONA RURAL, AEROPORTO, DOURADOS/MS
8.	201204017	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA	AVENIDA NASSER MARÃO, 3069, CAMPUS, DISTRITO INDUSTRIAL, VOTUPORANGA/SP
9.	201201371	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	AVENIDA LEONARDO MALCHER, 853, - DE 1/2 A 99997/99998, CENTRO, MANAUS/AM
10.	201113797	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	130 (cento e trinta)	UNIVERSIDADE FUMEC	FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA	RUA COBRE, 200, CRUZEIRO, BELO HORIZONTE/MG
11.	200812406	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	Faculdade Dottori	INSTITUTO DOTTORI DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA JOÃO MARTINS, 448, PARQUE CRUZEIRO DO SUL, SÃO PAULO/SP
12.	201203614	ENGENHARIA ELETRÔNICA (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	RUA CRISTO REI, 19, VILA BECKER, TOLEDO/PR
13.	201116087	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE NOVOS HORIZONTES	INSTITUTO NOVOS HORIZONTES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA LTDA.	RUA ALVARENGA PEIXOTO, 1270, SANTO AGOSTINHO, BELO HORIZONTE/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14.	201204811	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA	ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA	RODOVIA FRANCISCO ALVES NEGRÃO (SP 258), KM 285, PILÃO D'ÁGUA, ITAPEVA/SP
15.	20072459	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ENSINO SUPERIOR	ASSOCIACAO PERNAMBUCANA DE ENSINO SUPERIOR - APESU	RUA CAMILO COLLIER, 136, CORDEIRO, RECIFE/PE
16.	201117911	PEDAGOGIA (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS	FUNDACAO BOAS NOVAS	AVENIDA GENERAL RODRIGO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS, 1.655, CENTRO DE CONVENÇÕES CANAÃ, JAPIIM, MANAUS/AM
17.	200812396	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAPITAL	ILBEC-INSTITUICAO LUSO-BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA S/S LTDA.	IBIPETUBA, 130, PARQUE DA MOOCA, SÃO PAULO/SP
18.	201009092	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE SANTA BÁRBARA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1450, 2º DISTRITO INDUSTRIAL, SANTA BÁRBARA D´OESTE/SP
19.	201204035	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	AV. DA UNIVERSIDADE, 2853, BENFICA. , 2853, BENFICA, FORTALEZA/CE
20.	20070642	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ALFA BRASIL	UNIAO ALFA DE EDUCACAO E ENSINO SUPERIOR LTDA - EPP	RUA JACAREZINHO, 800, SÃO CRISTÓVÃO, CASCAVEL/PR
21.	201114040	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	AVENIDA GETÚLIO GUARITA, 159, ABADIA, UBERABA/MG
22.	201115111	PEDAGOGIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	ESTRADA DO CAMINHO VELHO, 333, PIMENTAS, GUARULHOS/SP
23.	201205880	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS	UNISIG - UNIDADE EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA MARIA ROSA DA SILVA, 151, JARDIM PARAISO, SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP
24.	20078042	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS PAULISTA	ASSOCIACAO PAULISTA DE ENSINO LTDA	RUA SERRA DO JAIRÉ, 658, BELENZINHO, SÃO PAULO/SP
25.	201203239	ENGENHARIA METALÚRGICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA	AVENIDA TANCREDO NEVES, 3.500, CAIXA POSTAL 63, UNIVERSITÁRIO, CORONEL FABRICIANO/MG
26.	201115444	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE AMERICANA	ASSOCIACAO CAMPINEIRA DE ENSINO SUPERIOR E CULTURA	AVENIDA PAULISTA, 1526, JD. NOSSA SRA. DE FÁTIMA, AMERICANA/SP
27.	201205420	ENFERMAGEM (Bacharelado)	30 (trinta)	FACULDADE EDUCACIONAL DE ARAUCÁRIA	ASSENAR - ENSINO DE ARAUCÁRIA LTDA - ME	AVENIDA DAS ARAUCÁRIAS, 3.803, THOMAS COELHO, ARAUCÁRIA/PR
28.	201116425	ENGENHARIA AGRÍCOLA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	RODOVIA DOURADOS A ITAHUM, KM 12, ZONA RURAL, AEROPORTO, DOURADOS/MS
29.	201110948	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE NATALENSE DE ENSINO E CULTURA	ASSOCIACAO PARAIBANA DE ENSINO RENOVADO-ASPER	RUA ANFILÓQUIO PAIVA CÂMARA, 16, LAGOA NOVA, NATAL/RN
30.	201201226	AGRONOMIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SÃO PAULO - CELSP	AVENIDA SERGIO HENN, 1787, DIAMANTINO, SANTARÉM/PA
31.	201203711	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE VILA VELHA	SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIOR	RUA COMISSÁRIO JOSE DANTAS DE MELO, 21, BOA VISTA, VILA VELHA/ES

PORTARIA Nº 177, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, e tendo em vista o Decreton° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta dos registros no sistema eletrônico e-MEC do Ministério da Educação identificados na tabela anexada, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos de apoio presencial utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, dos cursos neste ato reconhecidos, são exclusivamente os constantes dos atos oficiais emitidos por este Ministério para as instituições aos quais os cursos são vinculados.

Parágrafo Único - A utilização, pela Instituição, de Polos de Apoio Presenciais não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

(Reconhecimento EaD)

N° de Ordem	Processo e-MEC	IES	Mantenedora	Endereço da Sede	Curso/Grau	Vagas Totais Anuais do Curso
1	20076790	AVM - Faculdade Integrada	AVM Educacional Ltda	Rua do Carmo, 07 Centro. Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro	Pedagogia (Licenciatura)	1.000 (hum mil)
2	200711767	Universidade Anhembi Morumbi - UAM	ISCP - Sociedade Educacional S.A.	Rua Casa do Ator, 275, Bairro Vila Olímpica, São Paulo/São Paulo	Processos Gerenciais (Tecnologia)	100 (cem)
3	200802781	Universidade do CEUMA - UNICEUMA	CEUMA - Associação de Ensino Superior	Rua Josue Montello, 01 Renascença II. São Luís/Maranhão	Administração (Bacharelado)	120 (cento e vinte)
4	200804586	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - FIDENE	Rua São Francisco, 501, Bairro São Geraldo, Ijuí/Rio Grande do Sul	Geografia (Licenciatura)	100 (cem)
5	200810489	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - FIDENE	Rua São Francisco, 501, Bairro São Geraldo, Ijuí/Rio Grande do Sul	Educação Física (Licenciatura)	100 (cem)
6	200810814	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	Campus Universitário, s/n, Martelos, Juiz de Fora/Minas Gerais	Pedagogia (Licenciatura)	250 (duzentas e cinquenta)
7	200811548	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	Campus Universitário, s/n, Martelos, Juiz de Fora/Minas Gerais	Administração (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)
8	200814621	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha Filho, Av. Roraima, n° 1000, Camobi, Santa Maria/Rio Grande do Sul	Pedagogia (Licenciatura)	280 (duzentas e oitenta)
9	200900660	Universidade de Uberaba - UNIUBE	Sociedade Educacional Uberabense	Av. Nene Sabino, 1801, Santa Marta, Campus Universitário, Uberaba/ Minas Gerais	Transporte Aéreo (Tecnológico)	60 (sessenta)
10	200904369	Universidade FUMEC - FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC	Avenida Afonso Pena, nº 3880, Cruzeiro, Belo Horizonte/Minas Gerais	Gestão de Segurança Privada (Tecnologia)	130 (cento e trinta)
11	200905725	Universidade Salvador - UNIFACS	FACS Serviços Educacionais S.A	Alameda das Espatódias, nº 915, Caminho das Árvores, Salvador/Bahia	Administração (Bacharelado)	500 (quinhentas)
12	201010108	Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Avenida NS 15 ALCNO 14 s/n, Centro, Palmas/Tocantins	Biologia (Licenciatura)	50 (cinquenta)
13	201010728	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Avenida Antonio Carlos, 6627 Pampulha. Belo Horizonte/Minas Gerais	Química (Licenciatura)	250 (duzentas e cinquenta)
14	201012301	Instituto Superior de Educação do Paraná - INSEP	Insituto para o Desenvolvimento da Educação e da Cidadania	Rua dos Gerânios, 1893 Borba Gato. Maringá/Paraná	Pedagogia (Licenciatura)	700 (setecentas)
15	201012902	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Campus Universitário, s/n, Bairro Trindade, Florianópolis/Santa Catarina	Filosofia (Licenciatura)	200 (duzentas)
16	201013478	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Campus Universitário, s/n, Bairro Trindade, Florianópolis/Santa Catarina	Letras - Espanhol (Licenciatura)	300 (trezentas)
17	201100726	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Universidade Federal de Alagoas	Av. Lourival de Melo Mota, s/n Tabuleiro do Martins, Maceió/Alagoas	Sistema de Informação (Bacharelado)	200 (duzentas)
18	201105115	Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá	Avenida BPS, Campus Professor José Rodrigues Seabra, nº 1303, Pinheirinho - Itajubá/Minas Gerais	Física (Licenciatura)	200 (duzentas)
19	201105937	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Fundação Universidade do Amazonas	Av. Rodrigo Otávio, 6200 Coroado II. Manaus/Amazonas	Administração (Bacharelado)	200 (duzentas)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20	201106655	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Av. Almirante Barroso, 1155, Marco. Belém/Pará.	Química (Licenciatura)	300 (trezentas)
21	201107377	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	Rua Barão de Atalaia, s/n, Centro, Maceió/Alagoas	Letras - Português (Licenciatura)	100 (cem)
22	201108161	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Campus Universitário, s/n, Bairro Trindade, Florianópolis/Santa Catarina	Ciências Econômicas (Bacharelado)	400 (quatrocentas)
23	201109224	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Campus Universitário, s/n, Bairro Trindade, Florianópolis/Santa Catarina	Administração (Bacharelado)	600 (seiscentas)
24	201109771	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Fundação Universidade de Caxias do Sul	Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, Bloco A, Bairro Petrópolis, Caxias do Sul/Rio Grande do Sul	Pedagogia (Licenciatura)	550 (quinhentas e cinquenta vagas)
25	201113541	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Avenida Pasteur n° 296, Urca, Rio de Janeiro/Rio de Janeiro	Matemática (Licenciatura)	324 (trezentas e vinte e quatro)
26	201113572	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Fundação Universidade de Caxias do Sul	Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, Bloco A, Bairro Petrópolis, Caxias do Sul/Rio Grande do Sul	Geografia (Licenciatura)	90 (noventa)
27	201115924	Universidade Federal do Ceará - UFC	Universidade Federal do Ceará - UFC	Av. da Universidade, 2853, Bairro Benfica, Fortaleza/Ceará	Matemática (Licenciatura)	50 (cinquenta)
28	201116031	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Universidade Federal da Paraíba	Cidade Universitária, s/n, Bairro Castelo Branco, Campus I, João Pessoa/Paraíba	Ciências Naturais (Licenciatura)	175 (cento e setenta e cinco)
29	201116831	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha Filho, Avenida Roraima, Campus Universitário, Nº 1000 - Camobi - Santa Maria/Rio Grande do Sul	Sociologia (Licenciatura)	200 (duzentas)
30	201200046	Universidade Federal do Pará - UFPA	Universidade Federal do Pará	Rua Augusto Correa, 01 Guamá. Belém/Pará.	Ciências Biológicas (Licenciatura)	200 (duzentas)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIAS DE 4 DE ABRIL DE 2013

O Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), usando das atribuições que lhe confere o Artigo 21, incisos VI e XIV do Regimento Geral e de acordo com a Resolução nº 4.072, de 04/04/2013, do Conselho Universitário - CONSUNI, resolve:

Nº 451 - ART. 1º ALTERAR A VINCULAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA (FG-2) para Função Gratificada (FG-1) de Secretário dos Conselhos Superiores, ora exercido pela servidora VERA LUCIA DOS SANTOS LEMOS VAZ, matrícula SIAPE nº 0397883, designada pela Portaria nº 339, de 01/06/2011. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 452 - Art. 1º Alterar a vinculação do Cargo de Direção (CD-3) para Cargo de Direção (CD-2) de Diretor-Geral do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, ora exercido pelo Professor ANTONIO CARLOS RIBEIRO GARRIDO IGLESIAS, matrícula SIAPE nº 7398063, designado pela Portaria nº 362, de 01/06/2011. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

LUIZ PEDRO SAN GIL JUTUCA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PORTARIA Nº 49.164 DE 11 DE ABRIL DE 2013(*)

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 228 de 11 de outubro de 1991 e o que consta do processo nº 23069.002018/2013-80, resolve:

I - Alterar a Função Gratificada da UORG, abaixo relacionada, que integra a Estrutura Organizacional da PROGRAD.

UORG	Denominação da UORG	Do Código	Para o Código
1542	Serviço de Apoio da Divisão de Estágio	FG-7	FG-5

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

ROBERTO DE SOUZA SALLES

(*) Republicada por saído no DOU nº 74, de 18-4-2013, Seção 1, página 22, com incorreção no original.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 273, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Simplificado realizado por esta Universidade, para contratação de docente por tempo determinado, para o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - Campus de Cruz das Almas (BA), regulado pelo Edital nº05/2013, publicado no D.O.U. nº45, Seção 3, página 66, de 07 de março de 2013.

Área de Conhecimento: SISTEMAS ELÉTRICOS E DA COMPUTAÇÃO

Disciplinas: Introdução à Ciência da Computação

1º Lugar: MARCOS VINICIUS BIÃO CERQUEIRA

2º Lugar: MAXUEL CARLOS DE MELO

PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF

PORTARIA Nº 277, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Simplificado realizado por esta Universidade, para contratação de docente por tempo determinado, para o Centro de Ciências da Saúde - Campus de Santo Antonio página 53, de 22 de março de Jesus (BA), regulado pelo Edital Nº 08/2013, publicado no D.O.U. nº 56, Seção 3, de 2013.

Área de Conhecimento: Práticas de Cuidado em Saúde

Matéria: Atenção Dietoterápica I

1º Lugar: ANGÉLICA MORGANA ARAÚJO FREITAS

Área de Conhecimento: Práticas de Cuidado em Saúde

Matéria: Enfermagem na Atenção a Saúde do Adulto I: Abordagem Clínica

1º Lugar: PATRÍCIA SANTANA CALDAS

2º Lugar: MÔNICA QUEIVE SANTOS MENDES

Área de Conhecimento: Saúde Coletiva

Matéria: Estado, Políticas de Saúde e Atualidade / Processo de Apropriação Realidade IV / Atenção Primária à Saúde com Ênfase na Saúde Família

1º Lugar: ANA CLÁUDIA MORAIS GODOY FIGUEIREDO

2º Lugar: CAROLINA DE CAMARGO TEIXEIRA GONÇALVES

3º Lugar: EMMANUELLE FONSECA MARINHO DE ANIAS DALTRO

4º Lugar: LÍBIA SANTOS BOMFIM

5º Lugar: JOSENILDE COUTO DA SILVA

6º Lugar: SAMANTHA SOUZA DA COSTA PEREIRA

7º Lugar: MARCOS PEREIRA SANTOS

8º Lugar: ROBERTO FERREIRA DE OLIVEIRA

9º Lugar: JARLAN MIRANDA DOS SANTOS

10º Lugar: MICHELE OLIVEIRA DOS SANTOS

PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 16 DE ABRIL DE 2013

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos do Edital nº 027/2012-PROGESP, resolve:

Homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor da carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS DE CAICÓ/CERES	Didática	Adjunto/DE	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Mídia em Publicidade e Propaganda	Adjunto/DE	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		
	Telejornalismo, Estilos Jornalísticos, Jornalismo Online	Adjunto/DE	1º lugar	ELOISA JOSEANE DA CUNHA KLEIN	7,95
			2º lugar	Paulo Eduardo Lins Silva Cajazeira	7,82
DEPARTAMENTO DE ARTES	Voz e Corpo	Assistente/DE	1º lugar	MAYRA MONTENEGRO DE SOUZA	7,90

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

PORTARIA Nº 785, DE 16 DE ABRIL DE 2013

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 23, do Estatuto vigente;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo n° 23077.013077/2013-84;

CONSIDERANDO o inadimplemento das obrigações contratuais às obras de Construção do bloco 02 do Pavilhão Acadêmico do Campus avançado do Trairi - Santa Cruz/RN e da obra de Ampliação do departamento de Comunicação Social do CCHLA no Campus Central da UFRN, bem como as sanções de Multa e Suspensão previstas na Cláusula Nona, subitens 9.1.2, alínea "c" e 9.1.3 dos instrumentos contratuais nºs 033/2011-UFRN e 071/2011-UFRN, em consonância com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e 87 da Lei nº 8.666/93, resolve:

1° - Rescindir, unilateralmente, os Contratos de Prestação de Serviços nºs 033/2011-UFRN e 071/2011-UFRN, bem como aplicar à empresa A P V EMPREENDIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Prudente de Morais, 850 - Galeria Comercial - Sala 103 - Tirol - Natal/RN, CEP: 59.020-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.271.170/0001-07, as sanções de Multa e Suspensão do direito de participar de licitação e contratar com a Administração desta Instituição pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme previsão contida na Cláusula Nona, subitens 9.1.2, alínea "c" e 9.1.3 dos instrumentos contratuais nºs 033/2011-UFRN e 071/2011-UFRN, com registro das sanções junto ao SICAF, em decorrência do descumprimento dos cronogramas físico-financeiros relacionados às obras de Construção do bloco 02 do Pavilhão Acadêmico do Campus avançado do Trairi - Santa Cruz/RN e da obra de Ampliação do departamento de Comunicação Social do CCHLA no Campus Central da UFRN, inclusive pelo descumprimento do acordado na Ata de Reunião realizada em 10 de janeiro de 2013, no Gabinete da Pró-Reitoria de Administração, conforme apurado por meio do Processo Administrativo n° 23077.013077/2013-84;

2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

PORTARIA Nº 4.550, DE 23 DE MARÇO DE 2013

A Diretora do Colégio de Aplicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeada pela Portaria nº 229, de 26 de janeiro de 2010, publicada no DOU nº 18 - Seção II, de 27 de janeiro de 2010, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital nº 68, de 4/4/2013, publicado no DOU nº 65, de 5/4/2013, Seção III, pp. 74-5, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Setor Curricular das Series Iniciais do Ensino Fundamental

1. Maria Camila Galliez Pinto Avelino da Silveira

CELINA MARIA DE SOUZA COSTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO PARANÁ
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA

ATO DECLARATÓRIO Nº 2, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL, adiante assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 73/1993, tendo em vista o contido na Lei nº 10.684/2003 e no inciso II do art. 9º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03/2004, resolve:

Art. 1º. Excluir do PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES, instituído pela Lei nº 10.684/2003, por motivo de inadimplência, consoante o disposto no parágrafo 4º do artigo 7º do referido diploma legal, as pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionadas:

CPF. 564.242.059-34 - Francisco de Assis Cabral

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório, nos termos do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01/2007, apresentar recurso administrativo dirigido à Procuradora-Seccional da Fazenda Nacional em Ponta Grossa/PR, com endereço na sede desta Procuradoria, à Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18, CEP 86.051-040.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ELON KALEB RIBAS VOLPI

BANCO DO BRASIL S/A
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2013

I. DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de março de 2013 às 10 horas, na sede social da BB Seguridade Participações S.A., CNPJ 17.344.597/0001-94; NIRE: 5330001458-2, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco A, Lote 31, Edifício Sede I, 15º andar, sala 04, Brasília (DF) ("Companhia"). II. MESA: Presidente: Paulo Roberto Lopes Ricci Secretário: Aurislon José Ferreira III. PRESENÇA: BANCO DO BRASIL S.A., único acionista, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 20º andar (parte), Edifício Sede III, Asa Sul - Brasília (DF), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, com os atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal sob NIRE 5330000063-8 ("BB"), representado pelo seu Vice-Presidente Alexandre Corrêa Abreu. Presente, também, o Sr. Adriano Meira Ricci, membro do Conselho Fiscal da BB Seguridade. IV. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. V. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a instalação do Conselho de Administração da Companhia e a eleição dos seus membros; (ii) a eleição de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia em função da renúncia do Sr. Expedito Afonso Veloso; (iii) a reforma do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de excluir o artigo 56 do Estatuto Social. VI. DELIBERAÇÕES: após exame e discussão, o acionista aprovou: (i) a instalação do Conselho de Administração da Companhia, o qual será composto por 6 (seis) membros, eleitos para mandato de 2 (dois) anos, a se estender até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2014 e a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia: (a) MARCO ANTONIO DA SILVA BARROS, brasileiro, união estável, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 04.773.811-7, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 732.550.257-53, com escritório no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Edifício Sede I, 15º andar, sala 04, Brasília (DF), para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (b) ALEXANDRE CORRÊA ABREU, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 621.241, expedida pelo Departamento de Identificação do Espírito Santo, inscrito no CPF/MF sob o nº 837.946.627-68, com escritório no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Edifício Sede I, 15º andar, sala 04, Brasília (DF), para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; (c) CLAUDIA DA COSTA MARTINELLI WEHBE, brasileira, casada, socióloga, portadora da cédula de identidade RG nº 1.870.151, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, inscrita no CPF/MF sob o nº 859.637.471-04, com endereço no SHIN CA 11, Lote 09, Casa 17, Condomínio Ville Neuve - Brasília (DF), para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; (d) JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 3025725544, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF/MF sob o nº 419.944.340-15, com endereço na Rua XV de Novembro, 111, 11º andar - São Paulo (SP), para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; (e) FRANCISCA LUCILEIDE DE CARVALHO, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 1.937.918, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, inscrita no CPF/MF sob o nº 508.408.431-00, com endereço na SQN 403, Bloco "Q", Aptº 204, Brasília (DF), para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; (f) GUILHERME SODRE BARROS, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade RG nº 4.159.322, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 678.357.247-75, com endereço na Rua Sergipe, 605, Aptº 24 - Higienópolis - São Paulo (SP), para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração, sendo neste ato declarado como Conselheiro Independente para os fins do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; (ii) a eleição, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014, de ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade nº 2.594.785, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.664.400-91, com escritório no SBS Quadra 01, Bl "C", Lote 32, Ed. Sede III, 22º andar - Brasília (DF), para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, indicado pelo acionista controlador, em razão da renúncia do Sr. Expedito Afonso Veloso ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia ocorrida nesta data; (iii) a exclusão do artigo 56 do Estatuto Social da Companhia, em razão da aprovação da instalação do Conselho de Administração da Companhia e eleição de seus membros, conforme item (i) acima, com a consequente renumeração do artigo 57 subsequente, que passa a ser o novo artigo 56; VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do acionista da BB Seguridade Participações S.A., da qual eu, ass.) Aurislon José Ferreira, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Brasília (DF), 15 de março de 2013. Ass.) Paulo Roberto Lopes Ricci, Diretor-Vice-Presidente da BB Seguridade, Presidente da Assembléia, e Alexandre Corrêa Abreu, Representante do acionista. ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 01, FOLHAS 204 A 206. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 16.04.2013 sob o número 20130299162- Mônica Amorim Meira - Secretária-Geral.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.210, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Altera a Resolução nº 4.147, de 25 de outubro de 2012, que instituiu linha de crédito rural, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), para liquidação de operações de crédito rural de custeio e de investimento.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 17 de abril de 2013, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 5º da Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 610, de 2 abril de 2013, resolveu:

Art. 1º O art. 1º da Resolução 4.147, de 25 de outubro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

IV - encargos financeiros:

a) agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

1. beneficiários dos Grupos "A" e "B": 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

2. demais agricultores do Pronaf: 1,0% a.a. (um por cento ao ano) para as operações de valor até R$10.000,00 (dez mil reais), e 2,0% a.a. (dois por cento ao ano) para as operações de valor acima de R$10.000,00 (dez mil reais);

b) demais produtores rurais, suas cooperativas e associações:

1. operações contratadas até 30 de junho de 2013: 3,53% a.a (três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento ao ano);

2. operações contratadas no período de 1º de julho de 2013 a 31 de dezembro de 2013: 4,12% a.a (quatro inteiros e doze centésimos por cento ao ano);

V - .....

a) sobre os encargos financeiros: 15% (quinze por cento);

b) sobre o principal de cada parcela das operações de até R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais): 15% (quinze por cento) quando as atividades forem desenvolvidas em municípios localizados no semiárido da área de abrangência da Sudene, e 10% (dez por cento) quando as atividades forem desenvolvidas nos demais municípios da área de abrangência da Sudene e na região Norte;

VI - reembolso: até 10 (dez) anos, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário, com o vencimento da primeira parcela:

a) para 2015, nos municípios da área de atuação da Sudene onde tenha havido decretação da situação de emergência ou do estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º de dezembro de 2011;

b) para até 1 (um) ano após a data da contratação da operação nas demais situações;

.....

IX - prazo para formalização: até 31 de dezembro de 2014;

.....

§ 1º Admite-se o enquadramento na linha de crédito de que trata este artigo das parcelas vencidas das operações renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006 ou da Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

.....

§ 7º Aplicam-se os encargos financeiros definidos no inciso IV e os prazos de reembolso definidos no inciso VI do caput deste artigo às operações contratadas até 30 de abril de 2013 com base nesta Resolução.

§ 8º Admite-se, até 31 de dezembro de 2014, a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo pelo saldo devedor apurado na forma do inciso VII do caput, vedada a faculdade prevista no § 2º deste artigo." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o inciso VIII do art. 1º da Resolução nº 4.147, de 25 de outubro de 2012.

CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO
Presidente do Banco Central do Brasil
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 4.211, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a renegociação das parcelas com vencimento em 2012, 2013 e 2014, de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 17 de abril de 2013, com base no disposto nos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas a renegociar as parcelas vencidas e vincendas em 2012, 2013 e 2014 das seguintes operações de crédito rural de custeio e investimento, em situação de adimplência, em 31 de dezembro de 2011, contratadas por produtor rural cujo empreendimento esteja localizado em município da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde tenha havido decretação da situação de emergência ou do estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional, a partir de 1º de dezembro de 2011:

I - custeio, inclusive as parcelas prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), contratadas com Recursos Obrigatórios (Manual de Crédito Rural - MCR 6-2), recursos equalizados da Poupança Rural (MCR 6-4), dos Fundos Constitucionais de Financiamento, ou ao amparo do Programa Nacional de Apoio ao Produtor Rural (Pronamp), ou do Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda (Proger) Rural;

II - investimento, inclusive as parcelas prorrogadas por autorização do CMN, contratadas com Recursos Obrigatórios (MCR 6-2) ou recursos equalizados da Poupança Rural (MCR 6-4), ou ao amparo do Pronamp, dos Fundos Constitucionais de Financiamento, ou do Proger Rural.

§ 1º As parcelas passíveis de renegociação devem ser atualizadas pelos encargos financeiros de normalidade pactuados, aglutinadas e o saldo reprogramado para pagamento em até 10 (dez) parcelas anuais, com o vencimento da primeira parcela fixado para 2015.

§ 2º Podem ser renegociadas ao amparo deste artigo também as parcelas exigíveis em 2012, 2013 e 2014 das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas em 2012, desde que observadas as demais condições para enquadramento previstas nesta Resolução.

§ 3º Para efeito da renegociação prevista neste artigo:

I - o mutuário deve manifestar formalmente à instituição financeira o interesse em renegociar a operação até 30 de dezembro de 2013, cabendo a esta formalizar a renegociação até 30 de junho de 2014;

II - as operações amparadas pelo Proagro ou outra modalidade de seguro rural podem ser renegociadas, devendo ser excluído da renegociação o valor referente à indenização do seguro;

III - fica dispensado o cumprimento das exigências previstas no MCR 2-6-10-"a".

IV - admite-se, a critério da instituição financeira, a substituição de aditivo contratual por "carimbo texto" para formalização da renegociação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º Admite-se, até 30 de dezembro de 2013, a liquidação das parcelas passíveis de enquadramento na renegociação de que trata este artigo com a atualização prevista no § 1º.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO
Presidente do Banco Central do Brasil
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 4.212, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a renegociação das parcelas com vencimento em 2012, 2013 e 2014, de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 17 de abril de 2013, com base no disposto nos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, e no Decreto nº 7.978, de 2 de abril de 2013, resolveu:

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas a renegociar as parcelas vencidas e vincendas em 2012, 2013 e 2014 das operações de crédito rural de custeio e investimento, inclusive as parcelas prorrogadas, por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), em situação de adimplência, em 31 de dezembro de 2011, contratadas por agricultor familiar, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo empreendimento esteja localizado em município da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) onde tenha havido decretação da situação de emergência ou do estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º de dezembro de 2011.

§ 1º As parcelas passíveis de renegociação devem ser atualizadas pelos encargos financeiros de normalidade pactuados, aglutinadas e o saldo reprogramado para pagamento em até 10 (dez) parcelas anuais, com o vencimento da primeira parcela fixado para 2016.

§ 2º Aplica-se o bônus de adimplência de 80% (oitenta por cento) sobre cada parcela reprogramada com base neste artigo paga até a data do respectivo vencimento, em substituição a todos os bônus de adimplência e rebates contratuais a que estão sujeitas as parcelas objeto da renegociação, quando houver.

§ 3º Podem ser renegociadas ao amparo deste artigo também as parcelas exigíveis em 2012, 2013 e 2014 das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas em 2012, desde que observadas as demais condições para enquadramento previstas nesta Resolução.

§ 4º Para efeito da renegociação prevista neste artigo:

I - o mutuário deve manifestar formalmente à instituição financeira o interesse em renegociar a operação até 30 de dezembro de 2013, cabendo a esta formalizar a renegociação até 30 de junho de 2014;

II - as operações amparadas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou outra modalidade de seguro rural podem ser renegociadas, devendo ser excluído da renegociação o valor referente à indenização do seguro;

III - fica dispensado o cumprimento das exigências previstas no MCR 10-1-24;

IV - admite-se, a critério da instituição financeira, a substituição de aditivo contratual por "carimbo texto" para formalização da renegociação.

§ 5º Não são passíveis de renegociação nos termos deste artigo as parcelas de operações lastreadas em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

§ 6º Admite-se, até 30 de dezembro de 2013, a liquidação das parcelas passíveis de enquadramento na renegociação de que trata este artigo com a atualização prevista no § 1º e o bônus de 80% (oitenta por cento) previsto no § 2º.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO
Presidente do Banco Central do Brasil
Substituto

ATO Nº 1.245, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Prorroga a duração do regime de intervenção a que está submetido o Banco BVA S.A.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, inciso XVIII, do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, com fundamento nos arts. 1º e 4º da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, resolve:

Fica prorrogado, pelo prazo de 3 (três) meses, o regime de intervenção, decretado pelo Ato do Presidente nº 1.238, de 19 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 22 de outubro de 2012, no Banco BVA S.A. (CNPJ 32.254.138/0001-03), com sede na cidade do Rio de Janeiro.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE ATENDIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E NEGÓCIOS

CIRCULAR Nº 621, DE 19 DE ABRIL DE 2013

Regulamentação das Permissões Lotéricas

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada e constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12.08.1969, e Decreto nº 66.303, de 06.03.1970, regendo-se presentemente pelo estatuto aprovado por meio do Decreto nº 7.973, de 28.03.2013, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Lotes 3 e 4, em Brasília/DF, no uso das atribuições, baixa a presente Circular.

1 CONCEITOS

1.1 PERMISSÃO - é a outorga, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos feita pelo poder permitente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

1.2 PERMISSIONÁRIA DE LOTERIAS - é a pessoa física e jurídica que firma Contrato de Permissão de Loterias com a CAIXA.

2 LIMITE DA PERMISSÃO

2.1 A CAIXA traça as diretrizes para as Permissões, a distribuição de bilhetes e de equipamentos e/ou terminais necessários à execução das atividades outorgadas à Rede de Unidades Lotéricas.

2.2 As Permissões Lotéricas são outorgadas considerando o potencial de mercado, de acordo com os critérios definidos pela CAIXA, a disponibilidade de equipamentos e/ou terminais para a captação de apostas das loterias administradas pela CAIXA e prestação de serviços, de bilhetes das modalidades de Loteria Federal e/ou Instantânea, bem como a possibilidade de eficiência na execução dos serviços outorgados.

2.3 A Permissão, seja para pessoa física, pessoa jurídica, sócio ou administrador de pessoa jurídica, é limitada a uma única Unidade da Federação.

2.3.1 Na licitação para a seleção de Permissionário Lotérico, não será admitido que o mesmo licitante, pessoa física ou jurídica, seja vencedor em mais de um Item por Edital.

2.3.1.1. O licitante que participar em mais de um Item da licitação, caso seja melhor classificado em mais de um deles, deverá assumir aquele de maior valor ofertado, sendo desclassificado para os demais Itens.

2.3.1.2 A vedação prevista no item 2.3.1 se aplica apenas às novas Permissões que forem outorgadas a partir da vigência desta Circular.

3 MODALIDADES DE LOTERIAS

3.1 Os produtos lotéricos, a que se refere esta Circular, podem ser classificados nas seguintes modalidades:

3.1.1 LOTERIA DE BILHETES

3.1.1.1 Loteria Federal - modalidade de loteria na qual há uma quantidade pré-fixada de bilhetes numerados, atribuindo-se prêmios, mediante sorteio realizado pela CAIXA e de acordo com um Plano de Sorteio.

3.1.1.2 Loteria Instantânea - modalidade de loteria na qual os apostadores conhecem os resultados ao revelarem as combinações de números, símbolos ou caracteres que se encontram encobertos em área raspável.

3.1.2 LOTERIA DE PROGNÓSTICOS

3.1.2.1 Loteria de Prognósticos Numéricos - modalidade de loteria na qual o apostador indica seus prognósticos, num universo de números inteiros, concorrendo a prêmios mediante sorteio.

3.1.2.2 Loteria de Prognósticos Esportivos - modalidade de loteria na qual o apostador indica seus prognósticos sobre resultados de competições esportivas.

3.1.2.3 Loteria de Prognósticos Específica - Timemania - modalidade de loteria que adota como estratégia a facilidade e aceitação da mecânica consolidada das loterias de prognósticos numéricos com a utilização do potencial da marca dos clubes de futebol, na qual o apostador indica seus prognósticos, num universo de números constituídos de 2 algarismos e indica um clube de futebol de sua preferência, concorrendo a prêmios mediante sorteio.

3.2 A CAIXA poderá lançar outras modalidades de loterias não previstas nesta Circular.

4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1 ATUAÇÃO COMO CORRESPONDENTE NO PAÍS

4.1.1 A PERMISSIONÁRIA deve atuar na função de Correspondente da CAIXA, na forma da regulamentação em vigor, na prestação de serviços conveniados, serviços delegados e atuando com os produtos do portfólio CAIXA.

4.1.2 A PERMISSIONÁRIA desempenhará, com exclusividade para a CAIXA, a prestação de serviços como Correspondente no País, sendo-lhe vedado prestar serviços não autorizados pela CAIXA.

4.1.3 Pela prestação de serviços de Correspondente CAIXA AQUI Negocial, a critério da CAIXA poderá ocorrer a classificação periódica da PERMISSIONÁRIA em grupos, de acordo com a produtividade nos negócios realizados, para fins de gestão e remuneração.

4.1.3.1 Os parâmetros, os critérios de enquadramento e demais regras aplicáveis são disponibilizados pela CAIXA.

4.2 PRODUTOS E SERVIÇOS CONVENIADOS OU DELEGADOS

4.2.1 A critério da CAIXA, a PERMISSIONÁRIA poderá comercializar produtos e prestar serviços conveniados, bem como prestar serviços delegados.

4.2.2 Os convênios para a prestação de serviços e disponibilização de produtos podem ser firmados pela CAIXA em âmbito nacional e/ou regional.

4.2.2.1 Os serviços delegados deverão ser prestados conforme dispuser o ato de delegação.

4.2.3 Outros produtos e serviços da CAIXA e/ou de suas empresas coligadas ou controladas podem ser disponibilizados para as PERMISSIONÁRIAS.

5 REDE DE UNIDADES LOTÉRICAS

5.1 Para a outorga de permissão, as PERMISSIONÁRIAS são classificadas em categorias, conforme abaixo:

5.1.1 A Rede de Unidades Lotéricas reúne as categorias expressas na tabela abaixo e comercializam todas as modalidades de loterias:

UNIDADES LOTÉRICAS
CASA LOTÉRICA
CASA LOTÉRICA AVANÇADA TEMPORÁRIA
UNIDADE SIMPLIFICADA DE LOTERIAS

5.1.2 A Rede de Venda de Bilhetes reúne as categorias expressas na tabela abaixo e comercializam somente as loterias de bilhetes:

VENDA DE BILHETES
FIXO DE BILHETES
AMBULANTE DE BILHETES

6 CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA LOTÉRICA

6.1 Para os efeitos dessa Circular, salvo no caso de Ambulante de Bilhetes e de Fixo de Bilhetes Pessoa Física, o licitante vencedor, pessoa física, deverá constituir uma sociedade empresária ou um empresário individual de responsabilidade limitada, até a data da assinatura do contrato.

6.2 Ao constituir uma sociedade empresária ou um empresário individual de responsabilidade limitada, o licitante vencedor deverá necessariamente integrar o contrato social como sócio majoritário ou ser titular da totalidade do capital social da pessoa jurídica constituída, respectivamente ao tipo de pessoa jurídica escolhida.

6.3 É vedada a constituição de filial para o exercício da atividade lotérica, sob pena de rescisão contratual e consequente revogação da permissão.

7 CATEGORIAS DE UNIDADES LOTÉRICAS

7.1 CASA LOTÉRICA

7.1.1 CASA LOTÉRICA é a pessoa jurídica, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF, constituída na forma de uma sociedade empresária ou um empresário individual de responsabilidade limitada, destinada à atividade lotérica, podendo ou não possuir outra atividade comercial.

7.1.2 Somente é admitida a conjugação da CASA LOTÉRICA com outra atividade comercial quando prévia e expressamente autorizada pela CAIXA, em função da adequação aos produtos de loterias, produtos conveniados e serviços.

7.1.3 A CASA LOTÉRICA comercializa todas as modalidades de loterias, os produtos conveniados e atua como Correspondente da CAIXA, a critério da CAIXA e de acordo com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

7.1.4 A CAIXA, a seu critério, pode determinar que a CASA LOTÉRICA deixe de comercializar os produtos conveniados.

7.1.5 A permissão para a CASA LOTÉRICA é outorgada por meio de licitação.

7.2 CASA LOTÉRICA AVANÇADA TEMPORÁRIA

7.2.1 A CASA LOTÉRICA AVANÇADA TEMPORÁRIA atua sempre na forma de extensão de CASA LOTÉRICA, comercializando todas as modalidades de loterias, os produtos conveniados e realizando a prestação de todos os serviços delegados pela CAIXA.

7.2.2 Somente é admitida a conjugação da CASA LOTÉRICA AVANÇADA TEMPORÁRIA com outra atividade comercial quando prévia e expressamente autorizada pela CAIXA, em função da adequação aos produtos de loterias, produtos conveniados e serviços.

7.2.3 A autorização para a instalação e funcionamento da CASA LOTÉRICA AVANÇADA TEMPORÁRIA visa atender a uma demanda sazonal e somente poderá ser fornecida para PERMISSIONÁRIAS da CAIXA.

7.2.4 A autorização para a instalação e funcionamento da CASA LOTÉRICA AVANÇADA TEMPORÁRIA é outorgada a título precaríssimo, e de acordo com critérios pré-definidos e avaliação de desempenho estabelecidos pela CAIXA, por período máximo de 120 dias, improrrogáveis.

7.2.4.1 Findo o período, cessa automaticamente a autorização concedida, devendo ser imediatamente devolvido o(s) equipamento(s) e/ou terminal (is), caso tenha(m) sido fornecido(s) pela CAIXA, ou o retorno ao estabelecimento da PERMISSIONÁRIA.

7.2.5 A CASA LOTÉRICA AVANÇADA TEMPORÁRIA atua na função de Correspondente da CAIXA, a critério da CAIXA e de acordo com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

7.3 UNIDADE SIMPLIFICADA DE LOTERIAS

7.3.1 A UNIDADE SIMPLIFICADA DE LOTERIAS se caracteriza por ser instalada em locais cujo potencial de mercado seja considerado insuficiente para a abertura da categoria CASA LOTÉRICA, atendendo às demais exigências descritas nos subitens 7.1.

7.3.2 A existência de UNIDADE SIMPLIFICADA DE LOTERIAS não implica exclusividade de mercado, cabendo à CAIXA definir o quantitativo de estabelecimentos lotéricos para cada município, em qualquer categoria de Permissão.

8 REDE DE VENDA DE BILHETES

8.1 FIXO DE BILHETES

8.1.1 FIXO DE BILHETES é a pessoa física ou jurídica, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF, que comercializa as modalidades de loteria federal, loteria instantânea e os produtos conveniados pela CAIXA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8.1.2 A CAIXA pode determinar que o FIXO DE BILHETES deixe de comercializar os produtos conveniados.

8.1.3 Essa categoria pode atuar em um estabelecimento comercial exclusivo para a venda de loterias, nas modalidades federal e instantânea, e produtos conveniados, ou pode estar conjugada com outra atividade comercial, quando prévia e expressamente autorizada pela CAIXA, em função da adequação aos produtos de loterias e produtos conveniados.

8.1.4 O FIXO DE BILHETES não dispõe de equipamento que permita a captação de apostas para as modalidades de prognósticos.

8.1.5 A permissão para o FIXO DE BILHETES é concedida por meio de licitação.

8.2 AMBULANTE DE BILHETES

8.2.1 AMBULANTE DE BILHETES é a pessoa física inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, que comercializa loterias nas modalidades federal, instantânea e os produtos conveniados, exercendo suas atividades em locais de acesso franqueado ao público.

8.2.2 A CAIXA pode determinar que o AMBULANTE DE BILHETES deixe de comercializar os produtos conveniados.

8.2.3 O AMBULANTE DE BILHETES não dispõe de equipamento que permita a captação de apostas para as modalidades de prognósticos.

8.2.4 A CAIXA poderá definir uniforme para essa categoria.

8.2.5 A permissão para o AMBULANTE DE BILHETES é concedida por meio de licitação.

9 REMUNERAÇÃO DOS PRODUTOS LOTÉRICOS E SERVIÇOS

9.1 Pela comercialização das modalidades de loterias, a PERMISSIONÁRIA fará jus a uma comissão estipulada pela CAIXA.

9.1.1 Nas modalidades loterias de prognósticos numéricos, esportivos e prognóstico específico - Timemania, a comissão incide sobre o montante de vendas, deduzido os repasses previstos por lei.

9.1.2 Na modalidade loteria federal, a comissão é o valor proveniente da faixa compreendida entre o preço pago pela PERMISSIONÁRIA (preço de plano) e o preço máximo de venda ao apostador, ambos estampados nos bilhetes.

9.1.3 Na modalidade loteria instantânea, a comissão incide sobre o preço de venda estampado no bilhete.

9.2 A CAIXA pode rever, a qualquer tempo, os percentuais e os valores das comissões pagas à PERMISSIONÁRIA, sempre que situações supervenientes assim justificarem, fazendo as devidas alterações mediante comunicação escrita à PERMISSIONÁRIA.

9.3 Pela comercialização de produtos conveniados, prestação de serviços delegados e atuação na função de Correspondente, a PERMISSIONÁRIA receberá remuneração previamente fixada pela CAIXA.

10 TARIFA DE SERVIÇO

10.1 Na comercialização de apostas fracionadas - Bolão CAIXA, quando a PERMISSIONÁRIA atuar como organizadora poderá cobrar Tarifa de Serviço, incidente sobre o preço de cada cota, variando de um percentual mínimo de zero e máximo de 35%.

10.1.1 Não cabe cobrança de Tarifa de Serviço quando os Bolões forem demandados pelos clientes.

11 COTA DE BILHETES

11.1 Cota é a quantidade de bilhetes nas modalidades federal e/ou instantânea destinados à PERMISSIONÁRIA.

11.2 A CAIXA estabelece cota mínima e/ou máxima de bilhetes, nas modalidades federal e instantânea, com base no potencial de mercado e de acordo com a categoria da PERMISSIONÁRIA.

11.2.1 Nenhuma pessoa física ou jurídica de Direito Privado poderá ser detentora de cotas ou comercializar bilhetes da Loteria Federal em quantidade superior a 2% (dois por cento) da respectiva emissão.

12 TRIBUTAÇÃO

12.1 Sobre a comercialização das modalidades de loterias e dos produtos conveniados, pela prestação dos serviços delegados e pelos serviços de Correspondente incidem tributos que devem ser recolhidos pela PERMISSIONÁRIA, de acordo com sua forma constitutiva e em conformidade com a legislação vigente.

12.2 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, de competência dos municípios, deve ser recolhido pela PERMISSIONÁRIA, conforme previsto na respectiva legislação.

12.2.1 Caberá à CAIXA a retenção e o recolhimento do ISSQN naqueles municípios onde estiver investida na condição de substituto tributário.

12.2.2 Para fins de cumprimento ao acima disposto, o PERMISSIONARIO deverá apresentar as notas fiscais nas datas estipuladas, sob pena de infração contratual.

12.3 O recolhimento de tributos oriundos da Tarifa de Serviço cobrada pela PERMISSIONÁRIA, quando na comercialização de apostas fracionadas - Bolão CAIXA, na forma e nos prazos prescritos na lei, cabe exclusivamente a PERMISSIONÁRIA, ficando a CAIXA eximida de atuação como substituta tributária neste caso específico.

13 SELEÇÃO DAS PERMISSIONÁRIAS

13.1 A seleção para a outorga da permissão para a CASA LOTÉRICA e a UNIDADE SIMPLIFICADA DE LOTERIAS dar-se-á por meio de licitação, mediante a publicação do respectivo Edital nos meios de comunicação exigidos na legislação aplicável, considerado os lugares de interesse da CAIXA.

13.2 O candidato selecionado deve efetuar à CAIXA o pagamento da taxa de inscrição ou do lance mínimo, estabelecido no Anexo I, no prazo definido no Edital de licitação.

13.2.1 Somente após a confirmação do pagamento poderá ser assinado Pré-Contrato ou Contrato de Adesão, conforme sua categoria de permissão.

13.3 A identificação superveniente de qualquer impedimento cadastral ou a não apresentação de qualquer um dos documentos ensejará a desclassificação do candidato, sem ressarcimento de qualquer despesa.

13.4 O Pré-Contrato tem a finalidade de estabelecer prazos para atendimento das exigências condicionais à formalização do Contrato de Adesão.

13.5 O local para instalação da loja deve atender obrigatoriamente todos os requisitos exigidos no Pré-Contrato, sob pena de desclassificação do candidato, especialmente no que tange a estar localizada dentro dos limites de endereços definidos pela CAIXA.

13.6 São condições essenciais à contratação e ao início das atividades das Unidades Lotéricas:

- Comprovação da legalidade de constituição da empresa, com apresentação de CNPJ e cópia do Contrato Social;

- Comprovação de abertura de contas correntes, devidamente ativas / regularizadas;

- Comprovação da garantia exigida pela CAIXA, relacionada no item 15 desta Circular;

- Padronização completa do estabelecimento, relacionada no item 24.2 desta Circular;

- Instalação dos equipamentos de segurança e microinformática, previstos no item 19.2 desta Circular.

13.6.1 A participação do candidato no treinamento para novas PERMISSIONÁRIAS, conforme convocação relacionada no item 18 desta Circular, é condição essencial ao início das atividades da Unidade Lotérica.

13.7 Atendidas todas as condições para o início das atividades, a outorga de permissão é formalizada mediante assinatura do Contrato de Adesão, de acordo com a categoria da permissão.

13.8 É vedada a seleção e a participação, em qualquer categoria de permissão, de pessoa física e/ou de pessoa jurídica cujo(s) sócio(s)/titular, dirigente(s) ou administrador(es) seja(m):

a) empregado da CAIXA;

b) cônjuge ou companheiro de empregado da CAIXA com atuação em qualquer área da empresa;

c) Possua vínculo familiar (parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o processo de licitação/contratação;

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da contratação;

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação/contratação;

- autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas mencionadas nos marcadores anteriores.

13.8.1 As vedações também devem ser observadas durante a vigência da permissão.

13.9 Para a outorga de permissão, na categoria AMBULANTE DE BILHETES, terão prioridade os candidatos que, por serem idosos, inválidos ou portadores de deficiência física, não tenham condições de prover a sua subsistência.

14 MUDANÇA DE LOCAL

14.1 A mudança do local da atividade, dentro da mesma cidade por interesse da PERMISSIONÁRIA, somente é efetivada mediante estudo prévio de potencialidade de mercado, realizado pela CAIXA, e autorização escrita da CAIXA.

14.2 Não é permitida a mudança do local da atividade entre municípios.

14.3 A CAIXA definirá os critérios, prazos e situações permitidas para a mudança de local da Rede de Unidades Lotéricas.

14.4 A PERMISSIONÁRIA deve apresentar a documentação exigida pela CAIXA e, se for o caso, efetuar o pagamento de taxas especificadas no Anexo I, antes do início das atividades no novo endereço.

14.4.1 Será cobrada, também, a taxa de reinstalação de equipamentos quando a mudança de local ocorrer antes de completados 12 meses da última data de mudança de local ou da inauguração da Unidade Lotérica, o que ocorrer primeiro.

14.4.2 Poderá ser autorizada a isenção da taxa de mudança de local quando tratar-se de Unidade Simplificada de Loterias ou quando a mudança ocorrer por interesse da CAIXA.

14.5 Para o início das atividades, a unidade lotérica deve estar devidamente padronizada, incluindo a acessibilidade, com os equipamentos de segurança e microinformática previstos no item 19, bem como ter apresentado comprovante de alteração do local de risco, no caso de garantia representada por seguro.

14.6 Todas as despesas decorrentes da mudança de local, inclusive aquelas relacionadas às instalações elétricas e de infraestrutura definidas pela CAIXA são de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

14.7 É vedado o exercício da permissão em local ou forma distinta do autorizado pela CAIXA.

14.8 As Unidades Lotéricas estão sujeitas ao pagamento de taxas nos valores e prazos previstos no Edital de Licitação que deu origem à permissão.

15 GARANTIAS

15.1 Para comercialização dos produtos lotéricos e atuação como Correspondente CAIXA AQUI, a PERMISSIONÁRIA deve apresentar garantia de execução contratual, seguro de valores e seguro dos equipamentos, nos termos definidos nesta Circular e no Edital de licitação.

15.1.1 Os valores da garantia, estabelecidos pela CAIXA, têm como objetivo assegurar que, na hipótese de ocorrência de sinistro, a PERMISSIONÁRIA disponha dos recursos necessários ao seu pleno funcionamento.

15.1.2 Os detentores de mais de uma permissão, ou que possuírem outras unidades vinculadas à sua PERMISSIONÁRIA, devem apresentar garantia de execução contratual e seguro de valores e de equipamentos para cada estabelecimento, separadamente.

15.1.3 A CAIXA pode utilizar-se do valor da garantia para a cobertura de eventuais débitos da PERMISSIONÁRIA, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

15.1.4 A CAIXA fixa o valor da garantia exigida para o exercício da permissão.

15.2 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.2.1 Para garantia da execução do contrato, a PERMISSIONÁRIA prestará garantia no valor e nas condições estabelecidas no correspondente Edital de licitação, limitada ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

15.3 SEGURO DE VALORES

15.3.1 Além da garantia da execução do contrato, para o exercício da permissão lotérica e para a prestação de serviços autorizados, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter apólice de seguro de valores, efetuado por sua conta, ou manter depósito sob caução na CAIXA, conforme os valores estabelecidos pela CAIXA.

15.3.2 Essa garantia tem como objetivo assegurar o valor do estoque de bilhetes das loterias e dos valores referentes às arrecadações de apostas, da arrecadação de convênios e da prestação de serviços de Correspondente, em caso de sinistros.

15.3.3 O seguro poderá ser substituído, parcial ou integralmente, por garantia representada por depósito em dinheiro sob bloqueio e penhor em benefício da CAIXA.

15.4 SEGURO DOS EQUIPAMENTOS

15.4.1 A PERMISSIONÁRIA é responsável pela guarda e conservação dos equipamentos instalados, bem como pelos custos decorrentes da contratação de seguro dos equipamentos alocados em seu estabelecimento.

15.4.1.1 O seguro dos equipamentos alocados nas unidades lotéricas poderá ser contratado pela CAIXA, a seu exclusivo critério, sendo o respectivo custo repassado à PERMISSIONÁRIA.

15.5 No caso da REDE DE VENDA DE BILHETES, as categorias Fixo de Bilhetes e Ambulantes de Bilhetes devem assegurar a sua cota de bilhetes em caso de sinistros, mediante depósito em dinheiro, bloqueado e sob penhor, nota promissória ou fiança bancária.

15.5.1 A CAIXA fixa o valor mínimo da garantia relativo à cota de bilhetes prevista no item 11, desta Circular.

16 FORMATAÇÃO FÍSICA

16.1 É adotado o formato tipo Loja quando o imóvel for destinado exclusivamente à atividade lotérica ou, havendo atividade compartilhada, o negócio loterias constituir-se na principal atividade do estabelecimento.

16.1.1 No formato tipo Loja, a área útil do imóvel destinado à unidade lotérica é de, no mínimo, 25 m² (vinte e cinco metros quadrados).

16.2 É adotado o formato tipo Quiosque ou "Corner" quando caracterizar a ocupação de espaço no interior de estabelecimentos ou espaços divididos com outras atividades comerciais, nos quais o negócio loterias não se constituir como principal atividade.

16.2.1 A área útil da unidade lotérica no formato Quiosque interno ou "Corner" é de, no mínimo, 7m² (sete metros quadrados) de área interna.

16.3 As unidades lotéricas devem apresentar imóvel com as áreas úteis mínimas específicas para guichês e mesas de atendimento exigidas no Edital de Licitação que deu origem à permissão

16.4 Correm por conta da PERMISSIONÁRIA todas as despesas necessárias e decorrentes da implementação, manutenção e readequação da padronização visual e ambiental de sua unidade de comercialização.

16.5 São de responsabilidade exclusiva da PERMISSIONÁRIA todos os riscos do negócio e, ainda, os decorrentes da aquisição, instalação e montagem das unidades lotéricas e respectivos mobiliários.

17 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

17.1 A CAIXA pode adotar Sistemática de Avaliação de Desempenho com o objetivo de subsidiar o processo de gestão das PERMISSIONÁRIAS.

17.2 A Sistemática de Avaliação de Desempenho estabelece os parâmetros mínimos de desempenho e os prazos para o seu cumprimento.

17.3 A CAIXA informará periodicamente à PERMISSIONÁRIA a sistemática e os parâmetros de avaliação, bem como os resultados mínimos esperados.

17.4 A PERMISSIONÁRIA que não alcançar no mínimo 70% da meta estabelecida, anualmente pela CAIXA, deve apresentar as devidas justificativas, até o mês de março do ano seguinte, incluindo um Plano de Ação visando à melhoria do desempenho, para análise e aprovação da CAIXA.

17.5 A CAIXA pode revogar a permissão da PERMISSIONÁRIA que não apresentar desempenho suficiente para cobrir os custos operacionais de fornecimento e manutenção de sistemas, equipamentos, telecomunicação, insumos e demais despesas incorridas pela CAIXA para o funcionamento da unidade lotérica.

18 TREINAMENTO

18.1 A CAIXA presta assistência e consultoria, fornece orientações, ministra treinamentos e todas as demais instruções necessárias ao início e manutenção das atividades da PERMISSIONÁRIA, bem como para a implementação de inovações operacionais indispensáveis ao exercício da atividade lotérica e à melhoria na gestão e desempenho empresarial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18.2 A PERMISSIONÁRIA deve, por iniciativa própria, melhorar continuamente a sua capacitação e o seu desenvolvimento profissional, incluindo sócios e empregados, por intermédio de cursos ou treinamentos, que podem ser indicados pela CAIXA.

18.3 A PERMISSIONÁRIA deve participar, sempre que for convocada, dos treinamentos e cursos ministrados pela CAIXA.

18.4 A CAIXA ministra o treinamento ou curso necessário, ficando por conta da PERMISSIONÁRIA as despesas com transporte, alimentação, hospedagem e outras que não estiverem ligadas ao objeto do treinamento.

18.5 A critério da CAIXA, o treinamento pode ser ministrado em qualquer ponto do território nacional, em data e período por ela fixados.

18.6 A PERMISSIONÁRIA recebe as informações operacionais e demais documentos que definem as diretrizes, os procedimentos e as normas básicas da permissão lotérica e dos serviços prestados pela Rede de Unidades Lotéricas.

18.7 As alterações ou atualizações promovidas nesses documentos serão disponibilizadas pela CAIXA à PERMISSIONÁRIA.

19 EQUIPAMENTOS, SISTEMAS, SEGURANÇA E MICROINFORMÁTICA DA REDE DE UNIDADES LOTÉRICAS

19.1 EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

19.1.1 Os equipamentos e sistemas, necessários à execução das atividades de comercialização das loterias e à prestação de serviços, são fornecidos pela CAIXA, ou por empresa previamente por ela autorizada e/ou contratada.

19.1.2 Os equipamentos são fornecidos sob a forma de comodato ou outra que tenha efeito jurídico idêntico, e entregues à PERMISSIONÁRIA em perfeito estado de apresentação e funcionamento, para servir ao objeto da permissão lotérica.

19.1.3 A CAIXA, ou a empresa por ela contratada, pode substituir todos e/ou qualquer um dos equipamentos que venham a apresentar falhas ou defeitos de funcionamento, por outros similares, ou ainda por outros de qualidade e/ou nova tecnologia, mediante aviso escrito à PERMISSIONÁRIA, que não poderá ocasionar nenhum embaraço ou oposição à execução dos serviços.

19.1.4 Findo o prazo do Contrato ou revogada a permissão, a CAIXA promove a retirada de todos os equipamentos, independentemente do estado em que se encontrarem, vedado o direito de retenção, a qualquer título, sem prejuízo da responsabilidade da PERMISSIONÁRIA pelo estado de uso e conservação dos equipamentos, na forma prevista nesta Circular.

19.1.5 A CAIXA estabelece os critérios para a distribuição de equipamentos.

19.1.6 O material e/ou equipamento danificado deve ser indenizado à CAIXA, pela PERMISSIONÁRIA, pelo valor de novo, que corresponde ao custo de bens idênticos no estado de novo.

19.1.6.1 No caso de não ser possível a obtenção de preços de bens idênticos, por se encontrarem fora do uso ou fabricação, ou por qualquer outra razão, será calculado pelo valor, nas mesmas condições, de bens novos de tipo e capacidade equivalentes.

19.1.7 Correm por conta da PERMISSIONÁRIA os custos decorrentes da contratação de seguro dos equipamentos alocados em seu estabelecimento.

19.1.7.1 O seguro dos equipamentos alocados nas unidades lotéricas poderá ser contratado pela CAIXA, a seu exclusivo critério, sendo o respectivo custo repassado à PERMISSIONÁRIA.

19.2 SEGURANÇA E MICROINFORMÁTICA

19.2.1 A Rede de Unidades Lotéricas deve contar com, no mínimo, os seguintes equipamentos de segurança e de microinformática, cujas características e configuração mínima são estabelecidas pela CAIXA:

- Sistema de captura e gravação de imagens em modo analógico ou digital - CFTV;
- Sistema de alarme contra intrusão;
- Cofre em local não visível ao publico;
- Microcomputador com acesso à Internet nos municípios em que houver provedor.

19.2.2 O sistema de gravação com câmeras de TV e vídeo deve estar operante de forma ininterrupta, com o objetivo de registrar as imagens de eventual sinistro ocorrido, inclusive fora do horário de expediente.

19.2.3 O período mínimo de preservação das imagens gravadas é de 30 dias, as quais devem ser disponibilizadas à CAIXA sempre que solicitado.

19.2.4 Correm, por conta da PERMISSIONÁRIA, os custos decorrentes da aquisição, instalação e manutenção desses equipamentos.

20 ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1 Considera-se alteração contratual toda modificação no Contrato Social em que ocorra a substituição, inclusão ou retirada de sócios, a alteração da razão social, o nome fantasia, a atividade principal, o capital social, o endereço ou outras alterações permitidas na forma da lei.

20.1.1 À exceção das empresas individuais, é vedada toda e qualquer alteração que implique em troca do CNPJ das unidades lotéricas, ou CPF, no caso de ambulante de bilhetes.

20.1.1.1 Para os casos de empresa individual, é permitida troca de CNPJ exclusivamente para que a empresa se transforme em sociedade por cotas de responsabilidade limitada, desde que o titular da empresa seja o sócio majoritário.

20.1.2 A retirada do sócio majoritário implicará na revogação da PERMISSÃO, com exceção dos casos em que a CAIXA considere de seu interesse e conveniência e cuja revogação caracterize iminente prejuízo ao interesse público.

20.1.2.1 A transferência de cotas do sócio majoritário para sócios que integravam a sociedade no momento do certame não implicará em revogação da PERMISSÃO.

20.1.2.2 A inclusão de sócio que não integrava a sociedade no momento do certame somente é permitida como sócio minoritário.

20.1.2.3 A regra do subitem 20.1.2 é aplicável somente para os permissionários que participarem do certame após a vigência desta Circular.

20.1.3 Em caso de substituição de sócios, não havendo autorização expressa do sócio adquirente, o sócio alienante não pode fazer concorrência nos 5 anos subsequentes à transferência societária, conforme previsto no artigo 1.147 do Código Civil Brasileiro.

20.1.4 Qualquer alteração contratual somente poderá ser efetivada após autorização escrita da CAIXA e mediante o pagamento de taxas estabelecidas no Anexo I.

20.1.5 As alterações contratuais que envolverem substituição, inclusão ou retirada de sócios somente podem ocorrer após o prazo de 2 (dois) anos, contados do início das atividades como permissionária, salvo nos casos em que a CAIXA considere de seu interesse e conveniência e cuja revogação caracterize iminente prejuízo ao interesse público.

20.1.5.1 Para fins de obtenção da anuência da CAIXA, o pretendente a sócio deve:

- Atender às exigências de capacidade técnica para desempenho da atividade, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;
- Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços em vigor.

20.1.5.2 Nos casos de inclusão de novos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive seus sócios, não podem ter permissão em Unidade da Federação distinta daquela em que está localizada a unidade lotérica pretendida.

20.1.6 A CAIXA estabelece os critérios, a forma, os prazos, as taxas e os procedimentos para alteração da composição societária da PERMISSIONÁRIA.

20.1.7 A CAIXA pode exigir para o deferimento do pedido de alterações contratuais que o Contrato de Permissão da requerente esteja adequado ao disposto nesta Circular.

21 VINCULAÇÃO DA PERMISSIONÁRIA COM A CAIXA

21.1 A PERMISSIONÁRIA, seus prepostos e empregados não têm com a CAIXA nenhuma vinculação de emprego, representação, mandato ou congênere.

21.2 São de exclusiva responsabilidade da PERMISSIONÁRIA os atos praticados por seus prepostos e por seus empregados, perante a CAIXA e terceiros.

22 REPRESENTAÇÃO DA PERMISSIONÁRIA PERANTE A CAIXA

22.1 A PERMISSIONÁRIA pode outorgar procuração, mediante instrumento público, para se fazer representar perante a CAIXA.

22.2 A administração do estabelecimento lotérico, a retirada de bilhetes, a movimentação de sua conta corrente e a emissão de cheque somente serão aceitas mediante representação por instrumento público de procuração, vedado o substabelecimento.

22.3 O prazo de validade do instrumento público de procuração não pode ser superior a 06 (seis) meses, nem prorrogado, exceto quando o outorgado for o gerente do estabelecimento, comprovado pelo registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

22.4 A PERMISSIONÁRIA deve comunicar à CAIXA, por escrito, os casos de revogação de procuração antes do prazo estipulado.

22.5 As mesmas restrições do item 13.8 se aplicam aos mandatários da PERMISSIONÁRIA.

22.6 Não é admitida a assinatura de alteração contratual, revogação ou extinção amigável da permissão por meio de Procuração.

23 OBRIGAÇÕES DA CAIXA

23.1 Além daquelas previstas nos demais itens desta Circular, são obrigações e responsabilidades da CAIXA as descritas a seguir.

23.2 EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

23.2.1 A CAIXA fornece volantes, bobinas, equipamentos e sistemas para a captação de apostas e realização das demais transações.

23.2.2 Compete à CAIXA estabelecer os critérios para a distribuição dos volantes, bobinas, equipamentos e sistemas à Rede de Unidades Lotéricas.

23.2.3 A CAIXA, ou empresa por ela contratada, presta os serviços de assistência técnica e de manutenção dos equipamentos e sistemas, em nível preventivo e corretivo, sem ônus para a PERMISSIONÁRIA, desde que tais serviços não decorram de danos causados por inadequado uso, acidentes e/ou desgaste anormal.

23.3 GESTÃO DA CAIXA EM RELAÇÃO À PERMISSIONÁRIA

23.3.1 A CAIXA deve assistir a PERMISSIONÁRIA nas atividades relativas ao objeto desta Circular, estabelecendo diretrizes, repassando conhecimento e experiência sobre assuntos administrativos e operacionais, referentes à permissão lotérica, a comercialização de produtos e a atuação como Correspondente no País.

23.3.2 A CAIXA deve expedir ofícios, instruções e manuais visando uniformização e padronização da Rede de Unidades Lotéricas e o aprimoramento dos produtos e serviços oferecidos.

23.3.3 A CAIXA deve disponibilizar a PERMISSIONÁRIA os bilhetes de cotas não retiradas e já pagas, e atribuir os prêmios desses bilhetes que venham a ser contemplados em sorteio.

23.3.4 A CAIXA deve manter a PERMISSIONÁRIA informada a respeito do lançamento de produtos e serviços.

23.3.5 A CAIXA deve definir a padronização visual da Rede de Unidades Lotéricas, conforme a categoria de permissão.

24 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PERMISSIONÁRIA

24.1 São obrigações e responsabilidades da PERMISSIONÁRIA, dentre outras, as descritas a seguir.

24.2 PADRONIZAÇÃO VISUAL E AMBIENTAL

24.2.1 A PERMISSIONÁRIA é padronizada de acordo com as determinações e prazos exigidos pela CAIXA em relação ao projeto visual e ambiental, conforme especificação contida no Pré-Contrato e/ou Contrato de Adesão.

24.2.2 A CAIXA informa à PERMISSIONÁRIA o padrão visual e ambiental, fornecendo as orientações e especificações necessárias à padronização.

24.2.3 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter o imóvel, objeto da permissão, conforme os padrões estabelecidos pela CAIXA, realizando periodicamente a manutenção da padronização visual e ambiental, não alterando ou modificando suas especificações, sem a prévia e expressa autorização da CAIXA.

24.2.4 Além de implantar e manter o padrão visual e ambiental padronizado pela CAIXA, a PERMISSIONÁRIA deve cumprir e adequar-se às determinações legais no âmbito Federal, Estadual e Municipal, especialmente no que se refere à acessibilidade e às prioridades de atendimento.

24.2.4.1 Correm por conta da PERMISSIONÁRIA todas as despesas necessárias e decorrentes da implementação, manutenção e readequação da padronização visual e ambiental de seu imóvel.

24.2.5 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a descaracterizar imediatamente o imóvel no caso de revogação ou extinção da permissão, retirando toda e qualquer identificação com a marca da CAIXA e com qualquer uma das modalidades de loterias no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação.

24.2.6 A PERMISSIONÁRIA não pode fazer qualquer alteração, reforma ou modificação na unidade lotérica, inclusive quanto à identidade visual interna e externa, sem a prévia autorização escrita da CAIXA, salvo pequenas obras, reparos ou substituições que se façam necessários e não descaracterizem o padrão exigido.

24.2.7 A PERMISSIONÁRIA deve promover reformas no estabelecimento lotérico, sempre que solicitado pela CAIXA, em decorrência das necessidades mercadológicas de atualização de identidade visual, assumindo todas as despesas delas decorrentes.

24.2.8 A PERMISSIONÁRIA deve utilizar e/ou afixar, no estabelecimento, somente material de divulgação e/ou comunicação autorizado pela CAIXA.

24.3 PADRÕES OPERACIONAIS

24.3.1 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a cumprir os procedimentos, orientações e rotinas operacionais em vigor, sejam elas referentes aos produtos comercializados ou aos serviços delegados, e a acatar todas as novas e eventuais orientações operacionais e administrativas estabelecidas e comunicadas pela CAIXA.

24.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

24.4.1 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter Conta Contábil, para movimentação, de acordo com as regras pré-definidas pela CAIXA, dos valores correspondentes à arrecadação das loterias, a atuação como Correspondente e acertos financeiros, e Conta Corrente Pessoa Jurídica em nome da PERMISSIONÁRIA, para livre movimentação, ambas em Agência da CAIXA.

24.4.2 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a efetuar na Conta Contábil o(s) depósito(s) da prestação de contas referentes aos produtos de loterias, comercialização de produtos conveniados e atuação como Correspondente, além dos procedimentos operacionais, nos prazos e locais estabelecidos pela CAIXA.

24.4.3 A PERMISSIONÁRIA deve autorizar expressamente a CAIXA a realizar débitos de valores na Conta Contábil e/ou na Conta Corrente Pessoa Jurídica mencionadas, relativos à prestação de contas do exercício da permissão.

24.4.4 Em data definida, a CAIXA efetuará débito na Conta Contábil e/ou na Conta Corrente Pessoa Jurídica da PERMISSIONÁRIA, sendo que a falta de depósito ou a insuficiência de saldo nas contas, para o devido acerto financeiro, caracteriza-se como crime de apropriação indébita, devendo a PERMISSIONÁRIA responder por todas as implicações legais advindas de tal crime.

24.5 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOTÉRICOS

24.5.1 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a comercializar todas as modalidades de loterias administradas pela CAIXA, inclusive os novos produtos lotéricos por ela lançados, sempre que definidos como competência de sua categoria de permissão.

24.5.2 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a não vender, intermediar, distribuir e divulgar qualquer outra modalidade de sorteio ou loteria, ou quaisquer jogos de azar, ainda que legalmente permitidos, salvo com prévia autorização por escrito da CAIXA.

24.5.3 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a fornecer ao apostador, no ato da aposta, única e exclusivamente o comprovante original emitido pelo terminal de apostas da CAIXA.

24.5.4 A PERMISSIONÁRIA deve efetuar os pagamentos de prêmios das loterias federais, até o valor estipulado pela CAIXA.

24.5.5 A PERMISSIONÁRIA deve praticar os preços fixados pela CAIXA para a venda dos produtos lotéricos e de outros produtos conveniados.

24.6 PROPAGANDA E USO DA MARCA

24.6.1 A PERMISSIONÁRIA deve submeter à prévia autorização da CAIXA todas as peças publicitárias e/ou promocionais que pretenda veicular, por sua conta, utilizando a marca da CAIXA e/ou das modalidades de loterias.

24.6.2 A PERMISSIONÁRIA deve comunicar à CAIXA, assim que tiver conhecimento, o uso indevido, por terceiros, de qualquer das marcas das loterias para que sejam tomadas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

24..6.3 A PERMISSIONÁRIA deve abster-se de qualquer pronunciamento em nome da CAIXA, por meio dos veículos de comunicação, salvo se previamente autorizado por escrito.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24.7 GESTÃO DA PERMISSIONÁRIA

24.7.1 A PERMISSIONÁRIA deve permitir a visita periódica de representantes da CAIXA ou empresas por ela contratada, assim como de representante do BACEN, sempre que solicitado, em seu estabelecimento lotérico, fornecendo-lhes os meios necessários para o exercício de suas atividades de fiscalização de métodos e procedimentos.

24.7.2 A PERMISSIONÁRIA deve comparecer na data, horário e local estabelecidos pela CAIXA, de posse dos documentos e/ou informações solicitados, sempre que convocado.

24.7.3 A PERMISSIONÁRIA deve manter a estrita confidencialidade do negócio, objeto da permissão, no que diz respeito a todos os métodos, processos, técnicas de produção ou comercialização, desenvolvidos pela CAIXA e transmitidos à PERMISSIONÁRIA, por qualquer meio ou forma.

24.7.4 À PERMISSIONÁRIA é vedado prestar serviços de qualquer natureza, sem autorização expressa da CAIXA.

24.7.5 A PERMISSIONÁRIA deve acatar prontamente as modificações introduzidas pela CAIXA, visando o aperfeiçoamento dos produtos, da prestação de serviços e da Rede de Unidades Lotéricas.

24.7.6 A PERMISSIONÁRIA deve abster-se da prática de qualquer ato que possa comprometer a imagem da Rede de Unidades Lotéricas e da CAIXA.

24.7.7 À PERMISSIONÁRIA é vedado condicionar a venda de produtos ou prestação de serviços delegados à compra de outro produto ou serviço.

24.7.8 A PERMISSIONÁRIA deve prestar todos os serviços e comercializar todos os produtos delegados, no mínimo durante o horário comercial observado no local, respeitada a disponibilidade de produtos e serviços estabelecidos pela CAIXA, salvo por motivo de força maior.

24.7.9 A PERMISSIONÁRIA deve manter o quantitativo de pessoas, dimensionado conforme a orientação da CAIXA, devidamente treinado em suas respectivas funções, de modo a operar o estabelecimento lotérico com o máximo de capacidade e eficiência.

24.7.10 A PERMISSIONÁRIA deve preservar os manuais e demais documentos fornecidos pela CAIXA, transmitindo a seus empregados e prepostos as informações necessárias ao desempenho de suas tarefas.

24.7.11 A PERMISSIONÁRIA deve manter em estoque todos os itens de materiais e de produtos, em quantidades e condições adequadas para assegurar a perfeita prestação dos serviços, bem como a qualidade no atendimento aos clientes.

24.7.12 A PERMISSIONÁRIA deve apresentar, sempre que solicitada pela CAIXA, informações cadastrais e, anualmente, as certidões negativas que comprovem a regularidade de sua situação econômica, contábil, previdenciária e fiscal.

24.7.13 A PERMISSIONÁRIA deve prestar informações detalhadas e com a maior clareza sobre as receitas, despesas e outros custos que afetem seu desempenho, sempre que solicitado pela CAIXA.

24.7.14 A PERMISSIONÁRIA deve cumprir integralmente as decisões da CAIXA referentes à gestão da Rede de Unidades Lotéricas.

24.7.15 A PERMISSIONÁRIA é responsável, direta e exclusivamente, por todos e quaisquer ônus, riscos ou custos das atividades decorrentes de sua operação, arcando, em consequência, com todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e indenizações de qualquer espécie, reivindicados por seus empregados ou terceiros prejudicados.

24.7.16 A PERMISSIONÁRIA deve pagar as taxas e multas devidas por força desta Circular, conforme estabelecido nos documentos emitidos pela CAIXA.

24.7.17 A PERMISSIONÁRIA deve comunicar à CAIXA, por escrito, qualquer alteração em seu cadastro e/ou de seus sócios.

24.8 EQUIPAMENTOS

24.8.1 A PERMISSIONÁRIA deve utilizar os equipamentos exclusivamente no estabelecimento lotérico e para as finalidades definidas pela CAIXA.

24.8.2 A PERMISSIONÁRIA deve permitir o livre acesso da CAIXA, ou da empresa por ela contratada, no estabelecimento lotérico, mediante identificação de seus empregados ou prepostos, para promover as intervenções técnicas necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos.

24.8.3 Correm por conta da PERMISSIONÁRIA todas as despesas necessárias à instalação e regular uso e funcionamento dos equipamentos, tais como instalações elétricas, hidráulicas, telefônicas e as demais despesas que se mostrem necessárias à conservação e manutenção dos equipamentos em perfeito estado.

24.8.4 A PERMISSIONÁRIA deve permitir a retirada de equipamento do estabelecimento lotérico, quando determinado pela CAIXA.

24.8.5 A PERMISSIONÁRIA deve utilizar, na unidade lotérica, somente os equipamentos destinados a jogos e prestação de serviços autorizados pela CAIXA.

24.8.6 A PERMISSIONÁRIA deve permitir que somente pessoas autorizadas pela CAIXA realizem qualquer alteração, substituição de peça, modificações, ou qualquer outra intervenção técnica nos equipamentos disponibilizados.

25 IRREGULARIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 A PERMISSIONÁRIA que descumprir as especificações, padrões, procedimentos, orientações e rotinas operacionais em vigor, sejam elas referentes ao atendimento prestado, assim como aos produtos comercializados ou aos serviços disponibilizados aos clientes, incorre em irregularidade, passível de sanção administrativa, conforme descrito no Anexo II.

26 REVOGAÇÃO OU EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

26.1 A CAIXA pode, a qualquer momento, revogar a permissão objeto do Contrato, em função do caráter de precariedade e unilateralidade inerente ao regime de permissão.

26.2 REVOGAÇÃO OU CADUCIDADE DA PERMISSÃO

26.2.1 A revogação da permissão põe fim ao Contrato de Permissão e será declarada unilateralmente pela CAIXA.

26.2.2 Constituem motivos para revogação da permissão, dentre outros:

I Praticar qualquer ação que venha a ocasionar iminente prejuízo à CAIXA decorrente de mau uso da permissão concedida;

II Agir com fraude, dolo, má-fé, ou praticar crime de lavagem de dinheiro ou violação de sigilo bancário, conforme previsto nas leis nº. 7.492/1986, 8.429/1992, 9.613/1998 e Lei Complementar 105/2001;

III Subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da permissão, cessão ou transferência, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no Contrato firmado entre as partes;

IV Praticar qualquer ação que venha a responsabilizar ou ocasionar prejuízo à CAIXA, decorrente da má atuação como Correspondente desta, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

V Praticar qualquer ato que venha a comprometer a imagem da CAIXA, dos produtos ou da Rede de Unidades Lotéricas;

VI Perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter adequada a comercialização das loterias e dos serviços autorizados pela CAIXA;

VII Receber condenação em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos ou contribuições sociais, caso não efetuar os pagamentos nos prazos judiciais estipulados;

VIII Atingir ou superar o somatório de 40 pontos decorrentes de irregularidades cometidas nos últimos 12 meses, conforme Anexo II;

IX A superveniência de qualquer fato ou circunstância, inclusive de natureza mercadológica, que aconselhe ou imponha a revogação;

X Comercializar ou intermediar a venda de bilhetes premiados;

XI Não corrigir as irregularidades cometidas, previstas no grupo 2, no prazo de 90 dias da aplicação da penalidade;

XII Promover quaisquer alterações no Contrato Social da empresa que envolva substituição, inclusão ou retirada de sócios, sem anuência da CAIXA;

XIII Comercializar, intermediar, distribuir e divulgar quaisquer jogos de azar, considerados contravenção penal;

XIV Atuar com documentação irregular;

XV Conjugar a atividade lotérica com outra atividade comercial sem a expressa autorização da CAIXA;

XVI Prestar serviços não autorizados em nome da CAIXA;

XVII Comprometer ou envolver a CAIXA em suas operações de crédito pessoal ou da empresa, em qualquer tipo de compromisso financeiro ou em outras operações que não estejam em contrato;

XVIII Ficar comprovada a relação de parentesco com empregado da CAIXA, nos termos previstos nesta Circular;

XIX Efetuar a venda de produtos lotéricos federais com valor superior ao fixado pela CAIXA ou de outros produtos autorizados por preço superior ao oficial;

XX Na comercialização das loterias de prognósticos, não fornecer ao apostador, no ato da aposta, o comprovante original emitido pelo terminal de apostas, ou fornecê-lo inválido ou cancelado;

XXI Descumprir obrigações contratuais.

26.2.3 Revogada a permissão, não cabe à PERMISSIONÁRIA nenhuma indenização.

26.2.4 No caso de revogação, por culpa da PERMISSIONÁRIA, deverá ser cumprido o interstício de 2 (dois) anos para que o titular da permissão revogada e seus respectivos sócios possam obter outra permissão.

26.3 EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

26.3.1 A extinção da permissão ocorrerá com o advento do seu termo final e nas hipóteses previstas em lei.

26.3.2 EXTINÇÃO AMIGÁVEL DA PERMISSÃO

26.3.2.1 A PERMISSIONÁRIA pode solicitar a revogação da permissão lotérica, mediante notificação por escrito à CAIXA e com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

26.3.2.2 O deferimento da solicitação fica condicionado à devolução de todo material/equipamento e ao pagamento de débitos, sem prejuízo do direito da CAIXA de exigir a composição de perdas e danos remanescentes.

26.3.2.3 A extinção amigável da permissão não será óbice a que ex-permissionária ou seus sócios possam concorrer a uma nova permissão.

26.3.2.4 As Unidades Lotéricas que solicitarem a revogação da permissão estarão sujeitas a aplicação de multas e prazos, conforme previstos no Edital de Licitação que deu origem à permissão.

26.3.2.5 Havendo revogação por qualquer motivo ou extinção da permissão a PERMISSIONARIA obriga-se a descaracterizar imediatamente o imóvel, retirando toda e qualquer identificação com a marca da CAIXA e/ou com qualquer uma das modalidades de loterias, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação.

27 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS

27.1 O descumprimento total ou parcial do Contrato enseja na aplicação das seguintes sanções administrativas, garantido o direito de ampla defesa:

I Advertência;

II Multa;

III Suspensão;

IV Revogação;

27.1.1 Independente das sanções administrativas previstas, poderá ser aplicada para as PERMISSIONÁRIAS que atuarem como Correspondente CAIXA AQUI Negocial a sanção de regressão de grupo de classificação em negócios ou multa, referente às irregularidades previstas em contrato, as quais serão aplicadas imediatamente após a irregularidade cometida, e não interferem nas demais sanções administrativas.

27.1.2 As sanções de advertência, multa e suspensão das atividades poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a sistemática de pontuação definida no Anexo II, desta Circular.

27.1.3 O prazo da suspensão das atividades será definido pela CAIXA, de acordo com a gravidade da ocorrência.

27.1.4 A revogação da Permissão é aplicada de acordo com as disposições do item 26.2, desta Circular.

27.1.5 A CAIXA notifica, por escrito, a PERMISSIONÁRIA sobre a irregularidade cometida.

27.1.6 Na hipótese de recusa pela PERMISSIONÁRIA do recebimento da notificação, este ato é suprido pela assinatura de duas testemunhas no respectivo documento, o qual é encaminhado via Correio, com Aviso de Recebimento, ou ainda por outros meios legais.

27.1.7 A PERMISSIONÁRIA tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação, para apresentar formalmente sua defesa.

27.1.8 Após o recebimento da defesa, a CAIXA tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para julgá-la.

27.1.9 Se não for acolhida a defesa, a CAIXA aplica a sanção administrativa.

27.1.10 A PERMISSIONÁRIA pode recorrer da decisão, no prazo de 5 (cinco) dia úteis, à autoridade imediatamente superior.

27.1.11 Da decisão proferida, em grau de recurso, não cabe novo recurso administrativo.

27.1.11.1 O recurso é admitido sem efeito suspensivo.

27.1.11.2 O recurso é protocolado junto à autoridade que proferiu a decisão recorrida, para exarar nova decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

27.1.11.3 Se mantida a decisão, o recurso é endereçado à autoridade imediatamente superior, que o decide no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período.

28 MEDIDA DE SOBREAVISO

28.1 A Medida de Sobreaviso consiste em suspensão temporária das atividades, com a desativação do sistema e de equipamentos, e será aplicada a critério da CAIXA, à PERMISSIONÁRIA que:

I Não efetuar, nos prazos estabelecidos pela CAIXA, os depósitos (total ou parcial) da prestação de contas dos valores arrecadados referentes à comercialização das Loterias Federais, dos produtos conveniados e de sua atuação como Correspondente;

II Não dispor de garantia contratual para execução do Contrato, seguro convencional de valores ou depósito sob bloqueio para fins de caução na CAIXA, conforme os valores de garantia estabelecidos pela CAIXA;

III Não cumprir, no devido prazo, as sanções administrativas aplicadas em decorrência de descumprimento das obrigações e deveres assumidos perante a CAIXA;

IV Não efetuar a regularização das restrições cadastrais da empresa e de seus sócios no prazo de 60 dias após notificação da CAIXA;

V Não apresentar anualmente ou sempre que solicitado pela CAIXA as certidões negativas da Receita Federal, do INSS e do FGTS;

VI Incorrer em quaisquer dos motivos previstos nesta Circular para a revogação da permissão, até o julgamento da sanção administrativa.

28.2 A medida de sobreaviso será aplicada de imediato, no texto do correspondente Aviso de Irregularidade e independentemente de prévia notificação à PERMISSIONÁRIA.

29 LICENÇA

29.1 A critério da CAIXA, desde que devidamente justificada, pode ser concedida licença para suspensão de atividades da PERMISSIONÁRIA, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

29.2 A licença somente pode ser concedida após a quitação de eventuais débitos.

29.3 A solicitação de licença deve ser encaminhada à CAIXA, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

29.4 A solicitação em prazo inferior ao estipulado no item 29.1 implicará no pagamento dos bilhetes da Loteria Federal e dos demais produtos enviados e/ou solicitados, mesmo que ainda não tenham sido recebidos pela PERMISSIONÁRIA.

30 PESQUISA CADASTRAL

30.1 A CAIXA, a seu critério, realiza e/ou solicita pesquisa cadastral periódica da PERMISSIONÁRIA e respectivo(s) sócio(s), bem como solicita comprovantes de regularidade tributária, inclusive junto ao FGTS, Receita Federal e à Previdência Social, assim como Alvará e/ou Licença de Funcionamento contendo a atividade lotérica, quando houver exigência legal do município.

30.2 Na existência de restrições cadastrais, a PERMISSIONÁRIA é comunicada formalmente e tem prazo de 60 (sessenta) dias para regularizar a situação, ficando sujeita às sanções administrativas.

31 TAXAS ADMINISTRATIVAS

31.1 As taxas administrativas referentes à permissão, alteração contratual, mudança de local, reinstalação de equipamentos e sanções administrativas estão relacionadas nos Anexos I e II, respectivamente.

31.2 A CAIXA se reserva o direito de revisar periodicamente os valores das taxas, fazendo a devida comunicação escrita à PERMISSIONÁRIA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

31.3 Além das taxas administrativas previstas nesta Circular, as unidades lotéricas estão sujeitas àquelas previstas no Edital de Licitação que deu origem à permissão.

32 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

32.1 O prazo de vigência do Contrato de Permissão corresponde ao período pactuado no instrumento contratual assinado com a PERMISSIONÁRIA.

33 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

33.1 CASA LOTÉRICA AVANÇADA

33.1.1 É uma categoria em extinção, permanecendo apenas as existentes.

33.1.2 Aplicam-se as disposições desta Circular à CASA LOTÉRICA AVANÇADA em funcionamento até o termo final do Contrato, que não poderá ser prorrogado.

33.1.3 A CASA LOTÉRICA AVANÇADA atua sempre na forma de extensão de CASA LOTÉRICA, comercializando todas as loterias federais, os produtos conveniados e atuando como Correspondente da CAIXA.

33.1.4 Como forma de extensão, essa categoria deve manter, obrigatoriamente, o mesmo titular ou sócios da CASA LOTÉRICA que originou a permissão.

33.1.5 A CASA LOTÉRICA AVANÇADA tem como característica dispor de somente 01 (um) equipamento ou de 01 (um) terminal que permita a captação de apostas.

33.1.6 A CASA LOTÉRICA AVANÇADA equipara-se à categoria de CASA LOTÉRICA nos demais itens desta Circular, principalmente em relação às Garantias, Padronização Visual, Avaliação de Desempenho, Sistemas, Segurança e Microinformática, Direitos, Deveres e Sanções Administrativas.

34 Fica revogada a Circular CAIXA nº 614/2013, de 01 de fevereiro de 2013.

35 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
Vice-Presidente

ANEXO I

TABELA DE TAXA DE INSCRIÇÃO, LANCE, TARIFA E MULTAS - CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - LOTERIAS.

TAXA DE INSCRIÇÃO OU LANCE MÍNIMO	
Ambulante de Bilhetes	R$ 20,00
Casa Lotérica	R$ 10.000,00
Casa Lotérica Avançada Temporária	R$ 100,00
Fixo de Bilhetes	R$ 100,00
Unidade Simplificada de Loterias - USL	R$ 1.000,00

A CAIXA poderá adotar o Lance Mínimo como critério de seleção no processo de licitação, sendo desclassificada a proposta elaborada com oferta de valores considerados impraticáveis para o local onde se realiza a licitação.

Para o Lance Mínimo de Casa Lotérica e Unidade Simplificada de Loterias a CAIXA se reserva o direito de fixar os valores no Edital de Licitação, conforme estudo mercadológico do local, não sendo inferior aos valores constantes no quadro acima.

TARIFA DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DAS CATEGORIAS CASA LOTÉRICA E USL	
Substituição de Sócio e/ou alteração do percentual de cotas entre sócios atuais	Percentual sobre a média mensal de receita (comissão jogos + tarifas/comissões de outros serviços) dos últimos 6 (seis) meses de funcionamento efetivo.
00,1% a 24,99%.	10%
25,00% a 49,99%.	25%
50,00% a 100,00%.	50%

Obs.: A tarifa acima pode ser alterada, a critério da CAIXA, sendo que o valor mínimo não poderá ser inferior a R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) nem superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

TARIFA DE ALTERAÇÃO CADASTRAL PARA UNIDADES LOTÉRICAS	
Alterações Cadastrais para Grupo de Unidades Lotéricas	R$ 100,00

TARIFA DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL - OUTRAS CATEGORIAS	
Alteração Contratual Fixo de Bilhetes	R$ 100,00

TARIFA DE REINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO (todas as categorias)	
Reinstalação dos Equipamentos	R$ 600,00

TARIFA DE MUDANÇA DE LOCAL (todas as categorias)	
Mudança de local	R$ 1.000,00

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (todas as categorias)	
Multa para 10 pontos	5% sobre a média mensal de receita (comissão jogos + tarifas/comissões de outros serviços) dos últimos 6 (seis) meses de funcionamento efetivo.
Multa para 20 pontos	15% sobre a média mensal de receita (comissão jogos + tarifas/comissões de outros serviços) dos últimos 6 (seis) meses de funcionamento efetivo.
Multa para 30 pontos	20% sobre a média mensal de receita (comissão jogos + tarifas/comissões de outros serviços) dos últimos 6 (seis) meses de funcionamento efetivo e suspensão das atividades por prazo a ser definido pela CAIXA.

ANEXO II

SISTEMÁTICA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As irregularidades cometidas pela Rede de Unidades Lotéricas são classificadas em grupos e ensejam a aplicação das sanções de advertência, multa, suspensão e revogação, conforme segue:

- Irregularidades Grupo I - enseja pontuação;

- Irregularidades Grupo II - enseja pontuação e como medida de sobreaviso a suspensão temporária das atividades;

- Irregularidades Grupo III - enseja revogação compulsória e como medida de sobreaviso a suspensão temporária das atividades até o julgamento da sanção administrativa.

As penalidades de advertência, multa e suspensão são aplicadas cumulativamente, conforme sistemática de pontuação.

As irregularidades recebem as pontuações conforme os seguintes critérios:

- A pontuação está definida para cada irregularidade;

- Quando o somatório de pontos atingir ou ultrapassar 10 pontos, nos últimos 12 meses, será aplicada advertência com multa de 05% sobre a média mensal de receita (comissão jogos + tarifas/comissões de outros serviços) dos últimos 6 meses de efetivo funcionamento;

- Quando o somatório de pontos atingir ou ultrapassar 20 pontos, nos últimos 12 meses, será aplicada advertência com multa de 15% sobre a média mensal de receita (comissão jogos + tarifas/comissões de outros serviços) dos últimos 6 meses de efetivo funcionamento;

- Quando o somatório de pontos atingir ou ultrapassar 30 pontos, nos últimos 12 meses, será aplicada advertência com multa de 20% sobre a média mensal de receita (comissão jogos + tarifas/comissões de outros serviços) dos últimos 6 meses de efetivo funcionamento e a suspensão das atividades por prazo a ser definido pela CAIXA;

- Ao totalizar 40 pontos, nos últimos 12 meses, a PERMISSIONÁRIA terá sua permissão revogada compulsoriamente;

- O valor da multa pode ser reduzido, a critério da CAIXA.

IRREGULARIDADES GRUPO 1 - ENSEJA PONTUAÇÃO

	IRREGULARIDADES GRUPO 1	PONTUAÇÃO
1	Deixar de comunicar à CAIXA alterações no contrato social da empresa, que envolvam alteração de endereço e de telefones.	5
2	Deixar de prestar todos os serviços e comercializar todos os produtos delegados, no mínimo, durante o horário comercial observado no local, respeitada a disponibilidade de produtos e serviços estabelecidos pela CAIXA, salvo por motivo de força maior.	5
3	Deixar de atender convocação da CAIXA.	5
4	Deixar de efetuar os pagamentos de prêmios das loterias federais, até o valor estipulado pela CAIXA.	10
5	Deixar de apresentar notas fiscais nas datas estipuladas, quando localizada em municípios em que a CAIXA é substituta tributária do ISSQN.	10
6	Desmembrar valores de depósitos em Conta Corrente e/ou Conta Poupança em benefício próprio ou de terceiros.	10
7	Deixar de cumprir adequações necessárias em cumprimento a Leis vigentes, tais como: a de acessibilidade, estatuto do idoso.	10
8	Atuar com procuração junto à CAIXA fora do prazo de validade.	5
9	Alterar, reformar ou modificar o padrão visual e ambiental sem a prévia autorização da CAIXA, salvo pequenas obras, reparos ou substituições que se façam necessárias em decorrência de danos de uso.	5
10	Utilizar materiais de divulgação e/ou comunicação não autorizados pela CAIXA na Unidade Lotérica.	10
11	Deixar de promover as alterações e/ou reformas no imóvel, objeto da permissão, quando solicitadas pela CAIXA, visando à manutenção da padronização e da imagem da Rede de Unidades Lotéricas.	5
12	Utilizar os equipamentos e/ou terminais que promovem a captação de apostas e a prestação de serviços para finalidades estranhas às previstas na outorga da permissão.	10
13	Promover e/ou permitir que terceiros não autorizados promovam qualquer alteração, substituição de peça, modificações, ou qualquer outra intervenção técnica nos equipamentos e/ou terminais disponibilizados.	10
14	Condicionar a venda de produtos e de prestação de serviços delegados à compra de outro produto ou serviço.	10
15	Impedir o acesso de representantes da CAIXA, do BACEN, ou de técnicos e fornecedores às suas dependências, bem como aos documentos e informações requeridas.	10
16	Fazer qualquer pronunciamento em nome da CAIXA por meio de veículo de comunicação, salvo se previamente autorizado.	10
17	Veicular nos meios de comunicação, por sua conta, qualquer publicidade e propaganda utilizando a marca e o nome das Loterias e da CAIXA, sem a prévia autorização da CAIXA.	5
18	Comercializar, intermediar, distribuir e divulgar outra modalidade de sorteio ou loteria, ainda que legalmente permitidos, ou ainda qualquer serviço sem autorização expressa da CAIXA.	10
19	Danificar ou fazer uso indevido de qualquer material e/ou equipamento fornecido pela CAIXA.	5
20	Descumprir a proposta técnica apresentada no processo de licitação para outorga da permissão.	10
21	Deixar de invalidar/inutilizar os bilhetes premiados e pagos de todas as loterias federais conforme procedimentos regulamentares, possibilitando a reapresentação dos bilhetes.	10
22	Não prestar informações detalhadas e com a maior clareza sobre as receitas, despesas e outros custos que afetem o desempenho da unidade lotérica, sempre que for solicitado pela CAIXA.	10
23	Impedir a retirada dos equipamentos e/ou terminais do estabelecimento lotérico, quando determinado pela CAIXA.	10
24	Descumprir as normas e rotinas operacionais relativas às atividades delegadas.	10
25	Incorrer em 03 (três) reclamações de atendimento registradas por clientes no mesmo mês.	5
26	Realizar operações atípicas visando obtenção indevida de tarifas, ou como artifício para a obtenção de recursos virtuais/fictícios para a prestação de contas.	10
27	Depositar na conta contábil, destinada à prestação de contas, cheques sem vinculação com as operações autorizadas pela CAIXA, bem como não cumprir as regras de movimentação da conta contábil para prestação de contas.	10
28	Receber prêmios de loterias em nome de terceiros.	10
29	Não dispor, na Unidade Lotérica, dos equipamentos de segurança e microinformática previstos nesta Circular.	10
30	Deixar de realizar a prestação de contas documental ou não atender solicitações de envio de documentos feitas pela CAIXA.	5
31	Exigir dos clientes qualquer contrapartida em troca dos serviços prestados em nome da CAIXA.	10

IRREGULARIDADES GRUPO 2 - ENSEJA PONTUAÇÃO E COMO MEDIDA DE SOBREAVISO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS ATIVIDADES

A suspensão temporária será mantida até a quitação da pendência que a originou.

	IRREGULARIDADES GRUPO 2	PONTUAÇÃO
1	Não efetuar, nos prazos estabelecidos pela CAIXA, os depósitos (total ou parcial) da prestação de contas dos valores arrecadados referentes à comercialização das Loterias Federais, dos produtos conveniados e de sua atuação como Correspondente.	10
2	Não dispor de garantia contratual para execução do Contrato, seguro convencional de valores ou depósito sob bloqueio para fins de caução na CAIXA, conforme os valores de garantia estabelecidos pela CAIXA.	10
3	Não cumprir, no devido prazo, as sanções administrativas aplicadas em decorrência de descumprimento das obrigações e deveres assumidos perante a CAIXA.	10
4	Não efetuar a regularização das restrições cadastrais da empresa e sócios no prazo de 60 dias após notificação da CAIXA.	10
5	Não apresentar anualmente ou sempre que solicitado pela CAIXA as certidões negativas da Receita Federal, do INSS e do FGTS.	10

IRREGULARIDADES GRUPO 3 - ENSEJA REVOGAÇÃO COMPULSÓRIA E COMO MEDIDA DE SOBREAVISO ATÉ O JULGAMENTO DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS ATIVIDADES

	IRREGULARIDADES GRUPO 3	PENALIDADE
1	Praticar qualquer ação que venha a ocasionar iminente prejuízo à CAIXA decorrente de mau uso da permissão concedida.	Revogação Compulsória
2	Agir com fraude, dolo, má-fé, ou praticar crime de lavagem de dinheiro ou violação de sigilo bancário.	Revogação Compulsória
3	Subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da permissão, cessão ou transferência, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no Contrato firmado entre as partes.	Revogação Compulsória
4	Praticar qualquer ação que venha a responsabilizar ou ocasionar prejuízo à CAIXA, decorrente da má atuação como Correspondente no País, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.	Revogação Compulsória
5	Praticar qualquer ato que venha a comprometer a imagem da CAIXA, dos produtos ou da Rede de Unidades Lotéricas.	Revogação Compulsória
6	Perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter adequada a comercialização das loterias e dos serviços autorizados pela CAIXA.	Revogação Compulsória
7	Receber condenação em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos ou contribuições sociais, caso não efetuar os pagamentos nos prazos judiciais estipulados.	Revogação Compulsória
8	Atingir ou superar o somatório de 40 pontos decorrentes de irregularidades cometidas nos últimos 12 meses.	Revogação Compulsória
9	A superveniência de qualquer fato ou circunstância, inclusive de natureza mercadológica, que aconselhe ou imponha a revogação.	Revogação Compulsória

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10	Comercializar ou intermediar a venda de bilhetes premiados.	Revogação Compulsória
11	Não corrigir as irregularidades cometidas, previstas no grupo 2, no prazo de 90 dias da aplicação da penalidade.	Revogação Compulsória
12	Promover quaisquer alterações no Contrato Social da empresa que envolva substituição, inclusão ou retirada de sócios, sem a prévia anuência da CAIXA.	Revogação Compulsória
13	Comercializar, intermediar, distribuir e divulgar quaisquer jogos de azar, considerados contravenção penal.	Revogação Compulsória
14	Atuar com documentação irregular.	Revogação Compulsória
15	Conjugar a atividade lotérica com outra atividade comercial sem a expressa autorização da CAIXA.	Revogação Compulsória
16	Prestar serviços não autorizados em nome da CAIXA.	Revogação Compulsória
17	Comprometer ou envolver a CAIXA em suas operações de crédito pessoal ou da empresa, em qualquer tipo de compromisso financeiro ou em outras operações que não estejam em contrato.	Revogação Compulsória
18	Ficar comprovada a relação de parentesco com empregado da CAIXA, nos termos previstos nesta Circular.	Revogação Compulsória
19	Efetuar a venda de produtos lotéricos federais com valor superior ao fixado pela CAIXA ou de outros produtos autorizados por preço superior ao oficial.	Revogação Compulsória
20	Na comercialização das loterias de prognósticos, não fornecer ao apostador, no ato da aposta, o comprovante original emitido pelo terminal de apostas, ou fornecê-lo inválido ou cancelado.	Revogação Compulsória
21	Descumprir obrigações contratuais	Revogação Compulsória

A PERMISSIONÁRIA que cometer irregularidade não prevista nesta Circular sofrerá as penalidades de acordo com a gravidade do fato, cabendo à CAIXA o julgamento da questão e a aplicação da pena.

A forma de aplicação dos níveis de penalidade está descrita em ato próprio da CAIXA.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de abril de 2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2012/12201
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de Aster Asset Management Ltda. por infração ao art. 15 da Instrução 306/99 e arts. 65, XIII, 65-A, I e 86, § 2º da Instrução 409/04 e BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e José Carlos Lopes Xavier de Oliveira por infração ao art. 65, XV, 65-A, I, e 88, I, §1º da Instrução 409/04.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogado
BNY MELLON DTVM S.A.	Dra. Andrea Lustosa Pitta OAB/RJ nº 152.419
JOSÉ CARLOS XAVIER LOPES DE OLIVEIRA	Dra. Andrea Lustosa Pitta OAB/RJ nº 152.419
ASTER ASSET MANAGEMENT LTDA.	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas formulado por BNY MELLON DTVM S.A. e JOSÉ CARLOS XAVIER LOPES DE OLIVEIRA nos autos do PAS CVM nº RJ2012/12201.

Determino a prorrogação e fixo o novo prazo para apresentação de defesas em 13/05/2013 para todos os acusados do processo.

CLÁUDIO GONÇALVES MAES
Em Exercício

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHO DA DIRETORA-RELATORA
Em 18 de abril de 2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 05/2008
Assunto: Interposição de Embargos de Declaração com Pedido de Reconsideração.

INTERESSADOS	ADVOGADO
Carlos Ernesto Bohn	Moacyr Valadares Dutra - OAB/RJ nº 176.526
Serrainvest Factoring Fomento Mercantil Ltda.	Moacyr Valadares Dutra - OAB/RJ nº 176.526

Decisão: "[...] 09. Ante o exposto, não verificando omissões, contradições ou obscuridades que maculem a decisão do Colegiado, indefiro o recurso. Deve ser dado regular trâmite legal ao processo, para que a decisão da CVM seja submetida à apreciação do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. 10. Publique-se no Diário Oficial da União, nos moldes do art. 40 da Deliberação CVM nº 538/08".

O inteiro teor da decisão está disponível nos autos do PAS CVM nº 05/2008 e no site da Autarquia na internet.

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.953, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que, nesta data, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 529, de 9 de janeiro de 2008, e com fundamento no artigo 9º, §1º, inciso IV, da Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, combinado com o inciso I, alínea "c", da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 702, de 26 de Agosto de 1981, e considerando o que consta do Processo CVM nº RJ-2012/2622, declarou:

I - alertar os participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral, sobre o fato de que o agente autônomo de investimento Sr. RIZKALLAH ELIA AYDE FILHO - CPF nº 323.796.378-06, domiciliado na cidade de São Paulo - SP, não está autorizado, por esta Autarquia, a receber ou entregar a seus clientes, por qualquer razão, numerário, títulos ou valores mobiliários, ou quaisquer outros valores, que devem ser movimentados através de instituições financeiras ou integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nem tampouco ser procurador de seus clientes para quaisquer fins, conforme vedações impostas pelo artigo 13 da Instrução CVM nº 497 de 3 de junho de 2011, e

II - determinar à referida pessoa a imediata suspensão da prática dos atos mencionados no item I acima, alertando que a não observância da presente determinação sujeitará a mesma à imposição de multa cominatória diária, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas eventuais infrações já cometidas antes da publicação do presente Ato, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976; e

III - que este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WALDIR DE JESUS NOBRE

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.954, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que, nesta data, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 529, de 9 de janeiro de 2008, e com fundamento no artigo 9º, §1º, inciso IV, da Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, combinado com o inciso I, alínea "c", da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 702, de 26 de Agosto de 1981, e considerando o que consta do Processo CVM nº RJ-2010/11194, declarou:

I - aos participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral que o Sr. MARCOS TON RAMOS - CPF nº 510.747.459-49, domiciliado na cidade de Curitiba - PR, não está autorizado, por esta Autarquia, a intermediar negócios envolvendo valores mobiliários, porquanto não integra o sistema de distribuição previsto no art. 15 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, determinando à referida pessoa a imediata suspensão das atividades de intermediação de valores mobiliários, bem como a realização de compras e vendas de valores mobiliários que caracterizem atividade de intermediação, em conformidade com o art.16 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, alertando que a não observância da presente determinação sujeitará o mesmo à imposição de multa cominatória diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo de responsabilidades pelas eventuais infrações cometidas antes da publicação do presente Ato, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385/76;

II - que este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WALDIR DE JESUS NOBRE

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 18 de abril de 2013

Nº 80 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar o seguinte Protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal indicadas em seu respectivo texto:

PROTOCOLO ICMS 54, DE 5 DE ABRIL DE 2013

Altera o Protocolo ICMS 41/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com autopeças.

Os Estados do Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, neste ato representados pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação e Gerente de Receita, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte:

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O item "9" do Anexo Único do Protocolo ICMS 41/08, de 4 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"9. Tapetes, revestimentos, mesmo confeccionados, batentes, buchas e coxins, 4016.99.90 ou 5705.00.00;".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2013.

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 81 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que estão habilitadas a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) os seguintes estabelecimentos:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS	11.436.319/0001-80	Rua Francisco Mariano, 260 Centro Alfenas - MG CEP: 37.130-000
M R SUPRIMENTOS E AUTOMAÇÃO DE PIABETA LTDA ME	01.932.449/0001-50	Avenida Maua, 1142 - Lote 01 - Quadra 55 Piabeta Magé - RJ CEP: 25.915-000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 82 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SAFEI Soluções com Desenvolvimento de Software Ltda	08.944.375/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1192013, nome: SAFEI PAF ECF, versão: 1.0, código: MD-5: CD9E93C989C9890B8E4BE3C1ABE44F23 *pontodevenda
Syscom Informática Ltda	86.648.789/0001-07	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0852013, nome: Syscom Ecf, versão: 4.5.0, código: MD-5: 93100584B447056180C5EF2671F4F7E1 *ECF
CS9 Sistemas Ltda	03.837.809/0001-60	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1152013, nome: CS9 PDV, versão: 5.0.0, código: MD-5: 21776D47D23926E278137C4E61DDA982 *PDV
Coerente Slux Tecnologia da Informação Ltda EPP	01.486.488/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1202013, nome: Solução Certa, versão: V2.9, código: MD-5: 98D3030A2537E3EA05BBEC43757D87E4 *FrenteDeLoja
Proposto Automação Ltda	02.970.386/0001-90	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1342013, nome: Proposto Pista, versão: 15.000, código: MD-5: 512EA84F10F2BDBF180C3B847B6D719E *Pista
Internews Sistema de Automação Empresarial Ltda	03.955.780/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1252013, nome: Internews ECF, versão: 1.22, código: MD-5: 5DC844B9D748C0283F5E35D53E034BD7 *INTERNEWS_ECF

2. Fundação Universidade Regional de Blumenau - URB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Bitbras Desenvolvimento de Sistemas de Informática Ltda ME	08.319.216/0001-26	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: URB0142013, nome: SIAL, versão: 2.22.01, código: MD-5: 95daacf842c4e04f30230972f3427c48
Zimmermann Comércio de Software	04.549.497/0001-52	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: URB0152013, nome: Rz ECF, versão: 1.4.0.0, código: MD-5: 0cc27a781e8ee51741932f2b43eb39d4

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 83 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
StoreBrasil Ltda	02.790.559/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1072013, nome: STORE PDV, versão: 3.0, código: MD-5: 3383C79064480C697456D4A6D6A6114F *STOREPDV
Infocenter Ltda	05.112.050/0001-84	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1032013, nome: SR-PAF, versão: 1.00, código: MD-5: A323B44133AE9326A0BDE8E3F1C48222 *SRPAF
APP Sistemas e Com. e Serv. de Informática de Rio Preto Ltda	53.216.453/0001-16	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0662013, nome: APP Ceasa, versão: 13.04, código: MD-5: 4A1501D381FA946D1C1D142089A16A06 *WinCeasaPlus
Via Logos Assessoria em Serviços de Informática Ltda	02.664.215/0001-32	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1222013, nome: VlCash, versão: 2.1, código: MD-5: 91b9de36fb36a1b48fcd2a45fbd0ae44 *VLCASH
Alternate Sistemas e Informática Ltda	68.962.851/0001-59	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1372013, nome: Fórmula Certa, versão: 5.8, código: MD-5: 2796DB12F4CD7D8419760BD645575923 *FCERTA
Mhacker Consultoria e Auditoria de Sistemas Ltda	01.112.035/0001-85	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL5162012, nome: Mhacker Stock Total ECF, versão: 7.00, código: MD-5: 80C639FD2D6AF51A4CC4F2C24CA0ADFF*Caixa

2. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
JMV Comercio Varejista de Equipamentos de Informatica Ltda ME	09.069.381/0001-30	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNS0072013, nome: SGAP, versão: 1.00, código: MD-5: 05e82bde810fe3aad315e6aa01b66663

3. Universidade Federal do Tocantins - UFT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Denisoft Informática Ltda - ME	17.195.572/0001-12	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UFT0022013, nome: SID - Sistema Integrado Denisoft Frente de Loja Paf-Ecf, versão: 20.2, código MD-5: 9b9efc7657c44929228f313268c996cb

4. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Helton John Lima Farias	12.332.871/0001-91	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0022013, nome: iPDV, versão: XE1, código MD-5: a22976028188f26739d8d5a42beca22b
Carlos Henrique Fagundes da Silva - ME	09.058.042/0001-58	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0082013, nome: Xeque Mate PAF-ECF, versão: 1.0, código MD-5: fa5eb5a0757880cd101f1db20f9bef9a
Wmsoft Consultoria, Sistemas e Internet Ltda	02.081.223/0001-56	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0102013, nome: SACWIN PDV, versão: 2014, código MD-5: acf2dfdc4f347265c0a447aed7e0b8e4

5. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Datarey Serviços de Informática Ltda	37.640.083/0001-93	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UFG0052013, nome: Reyfarma PLus, versão: 3.4.3, código: MD-5: a21d46026ab588dfc6945daa7449947c*executaveis\rf32

6. Centro de Ensino Unificado de Brasília - CUB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Antonio Cardoso Barbosa ME	08.438.881/0001-39	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: CUB0152012, nome: EXSIS, versão: 12.0.0, código: MD-5: 8CD2A0407AB2A44C42F67CF59EA96B7

7. Universidade Federal do Piauí - UPI

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Netsoft Tecnologia Ltda	02.956.848/0001-14	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UPI0052013, nome: Netsoft, versão: 1.0.1, código: MD-5: BB537F093C6BB36ABBAF0727FF8730D5

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8. Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FSO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Criar CPS Sistemas Ltda ME	04.320.125/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FSO0182013, nome: CIV- PDV, versão: 12.5.3, código: MD-5: F1CEDA5DF01382F3726A2139B61A496D
C dos Passos Cunha Tecnologia em Software	17.753.092/0001-83	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FSO0172013, nome: Solução TI - PAF-ECF, versão: 1.0, código: MD-5: 75355d591ffed68a6feabcc3592380a4

9. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Compusis Informatica Ltda	03.740.476/0001-57	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PRS0072013, nome: COMPUSIS PDV, versão: 3.1.0, código MD-5: 9162757dd71ee281a7e95044770eed56

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.348, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Prorroga o prazo de entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de outubro de 2012 a março de 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado para o 5º (quinto) dia útil do mês de junho de 2013 o prazo de entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de outubro de 2012 a março de 2013.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também aos casos de extinção, incorporação, fusão, cisão parcial ou cisão total que ocorrerem nos meses de outubro de 2012 a março de 2013.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 8 DE ABRIL DE 2013

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, tendo em vista o disposto na nota complementar NC (87-3) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e na Instrução Normativa RFB no 929, de 25 de março de 2009, e ainda o que consta dos processos nos 11020.720708/2013-91 e 11020.720710/2013-61, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00, da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: NEW ROAD 360 Versão: Rodoviário Capacidade de transporte: 48 (quarenta e oito) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão a diesel Cilindradas: 9.000 cm3 Marca: Neobus Fabricante: San Marino Ano/modelo: 2012/2013
Nome do veículo: NEW ROAD 380 Versão: Rodoviário Capacidade de transporte: 52 (cinqüenta e duas) pessoas sentadas Tipo de ignição: por compressão a diesel Cilindradas: 13.000 cm3 Marca: Neobus Fabricante: San Marino Ano/modelo: 2012/2013

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

PORTARIA Nº 32, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Delega competência em caráter geral às chefias da IRF/Corumbá-MS.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e, com base no disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06/09/79, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17/09/81, e considerando a conveniência da desburocratização e da descentralização administrativa, bem assim o princípio da eficiência, resolve:

Art. 1º Delegar competência, em caráter geral aos Chefes de Seções e de Equipe, e aos seus respectivos substitutos, isolada ou simultaneamente, para a prática dos seguintes atos relativos a assuntos de sua área de atuação:

I - assinar ofícios e outras espécies de comunicações administrativas sobre assuntos de suas competências originais ou delegadas;

II - emitir intimações, editais e outros expedientes destinados a contribuintes, versando sobre matérias de suas competências originais ou delegadas;

III - decidir sobre fixação dos períodos de férias de seus subordinados;

IV - manifestar-se sobre pleitos de contribuintes na área de sua competência;

V - remeter ao arquivo da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Corumbá, para arquivamento, processos e documentação não processual, observados os prazos determinados pela legislação tributária e os de arquivamento fixados na Tabela de Temporalidade de Documentos, bem como solicitar o seu desarquivamento;

VI - atender às solicitações oriundas de outras autoridades, contribuintes, instituições públicas e privadas, bem como orientar quanto a procedimentos específicos de sua área de atuação, com observância da legislação sobre sigilo fiscal e existência de convênio entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e o órgão requisitante;

Art. 2º Delegar competência ao Chefe da Seção de Arrecadação e Cobrança (Sarac) desta Inspetoria e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - providenciar o encaminhamento de Representações Fiscais para Fins Penais ao Ministério Público Federal;

II - aplicar a pena de perdimento de mercadorias, quando não houver impugnação do sujeito passivo, após a respectiva declaração de revelia;

Parágrafo Único. A delegação a que se refere o inciso II do caput não se aplica aos casos de perdimento de moeda e de veículos, e nem aos processos cujo valor das mercadorias registradas no auto de infração seja igual ou superior a R$ 20.000,00.

Art. 3º Delegar competência ao Chefe da Seção de Administração Aduaneira (Saana) desta Inspetoria e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - decidir sobre os pedidos de concessão e prorrogação do regime aduaneiro especial de admissão temporária, incluindo a fixação de prazos (art. 10 da IN SRF nº 285/2003);

II - decidir sobre os pedidos de prorrogação do regime aduaneiro especial de exportação temporária, quando em prazo superior a 2 (dois) anos, no total, até o prazo máximo de 5 (cinco) anos (art. 9º, §1º da IN SRF nº 319/2003).

III - publicar escalas de serviço de servidores da Saana;

IV - expedir editais de intimação referentes a mercadorias apreendidas, conforme o disposto no § 1º do artigo 27, do Decreto-Lei nº 1.455/76.

V - declarar o abandono de mercadorias apreendidas em procedimento simplificado, quando não houver manifestação do interessado, conforme art. 1º, inciso II, alínea "a", da Portaria MF nº 159, de 3 de fevereiro de 2010;

Parágrafo Único. Nos casos de indeferimento dos pedidos relativos aos incisos I e II do caput, os eventuais recursos interpostos pelo contribuinte serão encaminhados para decisão do Inspetor-Chefe, com parecer propondo o deferimento ou indeferimento.

Art. 4º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados na Saana para:

I - autorizar o embarque antecipado de mercadorias para exportação no modal fluvial, nos casos previstos nos incisos I e II do parágrafo único da IN SRF nº 28/1994 (mercadorias a granel e produtos da indústria metalúrgica e de mineração);

II - conceder e prorrogar o regime aduaneiro especial de admissão temporária de veículos e bens de viajantes não residentes.

Art. 5º Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados o número e data desta portaria, após a assinatura.

Art. 6º As competências ora delegadas não poderão ser objeto de subdelegação.

Art. 7º A autoridade delegante reserva-se, a qualquer momento e a seu critério, a decisão objeto de delegação, sem que isso implique revogação parcial ou total do presente ato.

Art. 8º Fica revogada a Portaria IRFCOR nº 160, de 1 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 05/12/2011.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FUJITA

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JI-PARANÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JI-PARANÁ-RO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, inciso IX, e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, em conjunto com o disposto no art. 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, resolve:

Artigo Único - Declarar CANCELADA a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de número C926.107A.BE4B.530D, emitida indevidamente em 09/04/2013, em favor do contribuinte A.A. MARANGONI & CIA LTDA - ME, CNPJ 04.570.591/0001-93.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Declara anulado de ofício o ato de concessão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL/CE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 224, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no inciso II, do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, Seção II, art. 27, de 19 de agosto de 2011, publicada no DOU de 22 de agosto de 2011 e considerando o que ficou apurado no processo administrativo nº 13312.720313/2013-39, declara:

ANULADO, de ofício, o ato que concedeu a inscrição de nº 35.049.204/0001-00 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) à pessoa jurídica FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRISTÃ, tendo em vista a não existência de fato, constatada pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

FRANCISCO CRISTIANO CABÓ LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Cancela, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais(CAFIR), as inscrições dos imóveis que menciona.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, do artigo 243, da Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e no inciso VIII, do artigo 3º, da Portaria DRF/NAT nº 92, de 29 de agosto de 2010, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012, e tendo em vista o artigo 12º da Instrução Normativa RFB nº 830, de 18 de março de 2008, publicada no DOU de 25 de março de 2008, declara:

Art.1º Cancelar, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição:

I - NIRF 6.992.187-3 referente ao imóvel rural denominado "Fazenda Torta", medindo 52,8 hectares, localizado no município de Monte Alegre/RN, Código do INCRA 180092.004537-5, pelo motivo de duplicidade de inscrição com o NIRF 2.302.751-7, conforme consta no processo administrativo 10783.720340/2013-77.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ABEL LUIZ TAVARES LOPES

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1, DE 17 DE ABRIL DE 2013

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Aparelho para medida e controle, em tempo real, da vazão urinária, elétrico, dotado de programa (software) específico para utilização em uma máquina automática para processamento de dados, com a qual se comunica utilizando tecnologias via cabeamento estruturado ou remota, tais como WIFI e ZIGBEE, emitindo alarmes sonoro e luminoso quando a vazão e o volume estiverem fora de limites previamente definidos, constituído por um gabinete metálico com fonte de alimentação, apresentando I) na parte superior, uma membrana com teclas e um display de cristal líquido, II) na parte inferior frontal, uma haste com suporte para uma bolsa de coleta de urina, III) na parte inferior posterior, um conector "macho" para a fonte de alimentação para tensões entre 90 e 240 VCA 50/60 Hz, e IV) em uma das partes laterais, uma antena para ZIGBEE, comercialmente denominado "SMD-Sistema de Monitoramento da Diurese", classifica-se no código 9026.10.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI) e da Tarifa Externa Comum (TEC).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 90.26) e 6 (texto da subposição 9026.10), c/c RGC-1 (textos do item 9026.10.1 e do subitem 9026.10.19) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e alterações posteriores e da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução CAMEX nº 94, de 08/12/2011, com alterações posteriores, tendo por base os subsídios fornecidos para a interpretação da posição 90.26 pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992 (versão atual aprovada pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, atualizada pelas IN RFB nº 1.072, de 30 de setembro de 2010 e nº 1.260, de 20 de março de 2012, por força da delegação de competência outorgada pelo art. 1º da Portaria MF nº 91, de 24 de fevereiro de 1994).

MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES FALCÃO
Chefe

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 24, DE 28 DE MARÇO DE 2013

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: As remessas para o exterior em contraprestação por serviços prestados estão sujeitas à incidência do IRRF, ainda que relativas a atividades de cunho científico.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 150, § 6º; Lei nº 5.172, de 1966, art. 97, VI; Lei nº 9.779, de 1999, art. 7º; Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 682, I, 685, II, "a", e 690, XI.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 25, DE 28 DE MARÇO DE 2013

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: Importação por conta e ordem. Inaplicabilidade da suspensão tributária. Não se aplica a suspensão da incidência da Cofins na importação por conta e ordem de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, ainda que o adquirente de fato destes seja pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 77 a 81; Lei nº 10.637, de 2002, art. 27; Lei nº 10.865, de 2004, arts. 1º, 5º, I, 6º, I, 15, 17, 18 e 40; Instrução Normativa SRF nº 595, de 2005.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: Importação por conta e ordem. Inaplicabilidade da suspensão tributária. Não se aplica a suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep na importação por conta e ordem de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, ainda que o adquirente de fato destes seja pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 77 a 81; Lei nº 10.637, de 2002, art. 27; Lei nº 10.865, de 2004, arts. 1º, 5º, I, 6º, I, 15, 17, 18 e 40; Instrução Normativa SRF nº 595, de 2005.

ASSUNTO: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

EMENTA: Importação por conta e ordem. Estabelecimento equiparado a industrial. Inaplicabilidade da suspensão do IPI.

A pessoa jurídica importadora que opere por conta e ordem de estabelecimento industrial - ainda que este atenda aos requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 10.637, de 2002, e na Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009 - não pode efetuar o desembaraço aduaneiro de mercadoria de procedência estrangeira com a suspensão do IPI prevista naqueles atos legais, eis que, nesta operação, a mencionada pessoa jurídica é legalmente considerada como o importador - mesmo que, na hipótese, não seja o adquirente de fato - sendo, por conseguinte, estabelecimento equiparado a industrial por força do art. 4º, inciso I, da Lei nº 4.502, de 1964, pelo que não se lhe aplica o referido benefício suspensivo, por força de expressa vedação normativa.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001, art. 17; Lei nº 10.637, de 2002, art. 29; Decreto nº 7.212, de 2010 (RIPI/2010), arts. 9º, I, 24, III, 35, 39 e 226, V; Instrução Normativa SRF nº 225, de 2002, arts. 1º e 3º; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, arts. 12, 86, 87 e 88; Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009; Pareceres Normativos CST nº 367 e nº 452, ambos de 1971; Solução de Consulta Cosit nº 12, de 2003.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 26, DE 28 DE MARÇO DE 2013

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

EMENTA: Para fins de apuração da base de cálculo do IRPF na Declaração de Ajuste Anual, podem ser deduzidos, cumulativamente, os valores correspondentes a pensão alimentícia e a dependente, referentes à mesma pessoa, na hipótese de mudança na relação de dependência no decorrer do ano-calendário.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 229; Código Civil, arts. 1.694 a 1.696; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), art. 5º parágrafo único; art. 77, § 1º, VI; art. 78. §§ 1º, 4º e 5º; Instrução Normativa SRF nº 15, de 2001, art. 15, I; art. 38, VI, § 8º; arts. 48 a 50.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 27, DE 11 DE ABRIL DE 2013

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: Depósito judicial ou extrajudicial. Receita de juros. Tributação. Regime não cumulativo.

Fica reduzida a zero a alíquota da Cofins não cumulativa incidente sobre os juros relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais de valores pertinentes a tributos e contribuições, inclusive seus acessórios, auferidos pelo contribuinte-depositante, no momento da sua devolução a este, mediante ordem da autoridade competente, após o encerramento da lide, quando a respectiva decisão lhe for favorável ou na proporção em que o for, nos termos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.703, de 1998; Lei nº 10.637, de 2002; Lei nº 10.819, de 2003; Lei nº 11.429, de 2006; Decreto nº 2.850, de 1998; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 247, § 1º, 373 e 375; Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004, e alterações.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: Depósito judicial ou extrajudicial. Receita de juros. Tributação. Regime não cumulativo.

Fica reduzida a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep não cumulativa incidente sobre os juros relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais de valores pertinentes a tributos e contribuições, inclusive seus acessórios, auferidos pelo contribuinte-depositante, no momento da sua devolução a este, mediante ordem da autoridade competente, após o encerramento da lide, quando a respectiva decisão lhe for favorável ou na proporção em que o for, nos termos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.703, de 1998; Lei nº 10.637, de 2002; Lei nº 10.819, de 2003; Lei nº 11.429, de 2006; Decreto nº 2.850, de 1998; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 247, § 1º, 373 e 375; Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004, e alterações.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: Depósito judicial ou extrajudicial. Receita de juros. Tributação.

A CSLL incidirá sobre os juros relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais de valores pertinentes a tributos e contribuições, inclusive seus acessórios, auferidos pelo contribuinte-depositante, no momento da sua devolução a este, mediante ordem da autoridade competente, após o encerramento da lide, quando a respectiva decisão lhe for favorável ou na proporção em que o for, nos termos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.689, de 1988, art. 6º, parágrafo único; Lei nº 9.703, de 1998; Lei nº 10.819, de 2003; Lei nº 11.429, de 2006; Decreto nº 2.850, de 1998; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 247, § 1º, 373 e 375; Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004, e alterações.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: Depósito judicial ou extrajudicial. Receita de juros. Tributação. O IRPJ incidirá sobre os juros relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais de valores pertinentes a tributos e contribuições, inclusive seus acessórios, auferidos pelo contribuinte-depositante, no momento da sua devolução a este, mediante ordem da autoridade competente, após o encerramento da lide, quando a respectiva decisão lhe for favorável ou na proporção em que o for, nos termos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.703, de 1998; Lei nº 10.819, de 2003; Lei nº 11.429, de 2006; Decreto nº 2.850, de 1998; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 247, § 1º, 373 e 375; Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004, e alterações.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 28, DE 11 DE ABRIL DE 2013

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: Depósito judicial ou extrajudicial. Receita de juros. Tributação. Regime não cumulativo.

Fica reduzida a zero a alíquota da Cofins não cumulativa incidente sobre os juros relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais de valores pertinentes a tributos e contribuições, inclusive seus acessórios, auferidos pelo contribuinte-depositante, no momento da sua devolução a este, mediante ordem da autoridade competente, após o encerramento da lide, quando a respectiva decisão lhe for favorável ou na proporção em que o for, nos termos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.703, de 1998; Lei nº 10.637, de 2002; Lei nº 10.819, de 2003; Lei nº 11.429, de 2006; Decreto nº 2.850, de 1998; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 247, § 1º, 373 e 375; Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004, e alterações.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: Depósito judicial ou extrajudicial. Receita de juros. Tributação. Regime não cumulativo.

Fica reduzida a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep não cumulativa incidente sobre os juros relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais de valores pertinentes a tributos e contribuições, inclusive seus acessórios, auferidos pelo contribuinte-depositante, no momento da sua devolução a este, mediante ordem da autoridade competente, após o encerramento da lide, quando a respectiva decisão lhe for favorável ou na proporção em que o for, nos termos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.703, de 1998; Lei nº 10.637, de 2002; Lei nº 10.819, de 2003; Lei nº 11.429, de 2006; Decreto nº 2.850, de 1998; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 247, § 1º, 373 e 375; Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004, e alterações.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: Depósito judicial ou extrajudicial. Receita de juros. Tributação.

A CSLL incidirá sobre os juros relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais de valores pertinentes a tributos e contribuições, inclusive seus acessórios, auferidos pelo contribuinte-depositante, no momento da sua devolução a este, mediante ordem da autoridade competente, após o encerramento da lide, quando a respectiva decisão lhe for favorável ou na proporção em que o for, nos termos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.689, de 1988, art. 6º, parágrafo único; Lei nº 9.703, de 1998; Lei nº 10.819, de 2003; Lei nº 11.429, de 2006; Decreto nº 2.850, de 1998; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 247, § 1º, 373 e 375; Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004, e alterações.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: Depósito judicial ou extrajudicial. Receita de juros. Tributação. O IRPJ incidirá sobre os juros relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais de valores pertinentes a tributos e contribuições, inclusive seus acessórios, auferidos pelo contribuinte-depositante, no momento da sua devolução a este, mediante ordem da autoridade competente, após o encerramento da lide, quando a respectiva decisão lhe for favorável ou na proporção em que o for, nos termos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.703, de 1998; Lei nº 10.819, de 2003; Lei nº 11.429, de 2006; Decreto nº 2.850, de 1998; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999), arts. 247, § 1º, 373 e 375; Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004, e alterações.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 29, DE 12 DE ABRIL DE 2013

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: Em um empreendimento imobiliário enquadrado no regime especial de tributação da Lei nº 10.931, de 2004, com alterações, no qual existam unidades imobiliárias residenciais enquadradas no PMCMV e outras não, a incorporadora deve submeter a totalidade das receitas auferidas na venda das unidades imobiliárias que compõem a incorporação (bem como as receitas financeiras e variações monetárias decorrentes desta operação) à alíquota de 4% a título de IRPJ, CSLL, Cofins e Contribuição para o PIS, atendidas as demais exigências da legislação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE - IMPRENSA NACIONAL

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.931, de 2004, com alterações, arts. 1º, 4º e 7º; Instrução Normativa RFB nº 934, de 2009.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 30, DE 17 DE ABRIL DE 2013

ASSUNTO: Obrigações Acessórias
EMENTA: DIMOB. OBRIGATORIEDADE. A Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob) é de apresentação obrigatória para as pessoas jurídicas e equiparadas constituídas para realizar a alienação de seu próprio patrimônio, de seus condôminos ou sócios.
DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 1.115, de 2010, art. 1º, IV.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 6, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA-BA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 37 da Instrução Normativa RFB Nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e face ao constante no processo administrativo 18186.720467/201337, declara:

Art.1° - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por não ter sido localizada no seu endereço cadastral, do estabelecimento da empresa RDS SOUTH AMÉRICA - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A. CNPJ Nº 13.466.688/0001-41.

Art.2° - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

MIGUEL CASTRO DOS SANTOS JUNIOR

6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 190, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a transferência temporária de competências entre unidades no âmbito da 6ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo primeiro do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU do dia 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º- Transferir para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares, até o dia 31 de dezembro de 2013, a competência definida no artigos 75 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, para executar os procedimentos relativos à compensação de contribuições previdenciárias informadas em Guia de Recolhimento de Fundo de Garantia- GFIP, através do sistema AUDCOMP-P, dos contribuintes relacionados abaixo, com jurisdição na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano/MG.

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ANO
05.646.373/0001-58	LFX Construção Tecnologia de Concreto e Comércio Ltda	2010
		2011
		2012
11.616.556/0001-23	EMALTO Estruturas Metálicas Ltda	2012
17.112.061/0001-43	MUNICÍPIO DE MESQUITA PREFEITURA MUNICIPAL	2008
		2009
		2010
		2011
		2012
18.299.446/0001-24	MUNICÍPIO DE ITABIRA PREFEITURA MUNICIPAL	2008
		2009
		2011
		2012
18.400.945/0001-66	MUNICÍPIO DE RIO PIRACICABA PREFEITURA MUNICIPAL	2010
		2012
18.922.815/0001-93	PROTEÇÃO E VESTUÁRIO IND E COM. LTDA	2011
		2012
19.160.126/0001-51	FERMAG FERRITAS MAGNÉTICAS LTDA	2009
		2010
		2011
19.875.020/0001-34	MUNICÍPIO DE TIMÓTEO PREFEITURA MUNICIPAL	2008
		2009
		2010
		2011
		2012
19.875.350/0001-20	CAIPA COMERCIAL E AGRÍCOLA IPATINGA LTDA	2011
		2012

Parágrafo único. Esta transferência não exclui a competência regimental da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano/MG, que poderá atuar de forma concorrente.

Art. 2º Em todos os atos praticados em função da competência ora delegada deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTONIO SOUZA ABREU

PORTARIA Nº 191, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a transferência temporária de competências entre unidades no âmbito da 6ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo primeiro do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU do dia 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º- Transferir para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Montes Claros/MG, até o dia 31 de dezembro de 2013, a competência definida no artigos 75 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, para executar os procedimentos relativos à compensação de contribuições previdenciárias informadas em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, através do sistema AUDCOMP-P, dos contribuintes relacionados abaixo, com jurisdição na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano/MG.

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ANO
05.646.373/0001-58	LFX Construção Tecnologia de Concreto e Comércio Ltda	2010
		2011
		2012
11.616.556/0001-23	EMALTO Estruturas Metálicas Ltda	2012
17.112.061/0001-43	MUNICÍPIO DE MESQUITA PREFEITURA MUNICIPAL	2008
		2009
		2010
		2011
		2012
18.299.446/0001-24	MUNICÍPIO DE ITABIRA PREFEITURA MUNICIPAL	2008
		2009
		2011
		2012
18.400.945/0001-66	MUNICÍPIO DE RIO PIRACICABA PREFEITURA MUNICIPAL	2010
		2012
18.922.815/0001-93	PROTEÇÃO E VESTUÁRIO IND E COM. LTDA	2011
		2012
19.160.126/0001-51	FERMAG FERRITAS MAGNÉTICAS LTDA	2009
		2010
		2011
19.875.020/0001-34	MUNICÍPIO DE TIMÓTEO PREFEITURA MUNICIPAL	2008
		2009
		2010
		2011
		2012
19.875.350/0001-20	CAIPA COMERCIAL E AGRÍCOLA IPATINGA LTDA	2011
		2012
21.025.986/0001-24	EMALTO Indústria Mecânica Ltda	2012

Parágrafo único. Esta transferência não exclui a competência regimental da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano/MG, que poderá atuar de forma concorrente.

Art. 2º Em todos os atos praticados em função da competência ora delegada deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTONIO SOUZA ABREU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722847/2013-78, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto II, cujo objeto é a execução das obras civis de ampliação da Subestação Bom Despacho 3, com a implantação de uma Entrada de Linha, em 500 kV, para a Subestação Ouro Preto 2 e um Banco de Reatores de Linhas Manobráveis (3+1) x 33,33 Mvar, com respectiva conexão, de titularidade da Furnas Centrais Elétricas S/A, CNPJ 23.274.194/0001-19, matrícula CEI nº 51.218.87617/70, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 25 de novembro de 2013, autorizado pela Portaria nº 279, de 15 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2009, Seção 1, página 53.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722848/2013-12, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, realtivo ao Projeto III, cujo objeto é a execução das obras civis de ampliação da Subestação Ouro Preto 2, com a implantação de uma Entrada de Linha, em 500 kV, para a Subestação Bom Despacho 3, e uma Interligação de Barras, em arranjo disjuntor e meio, de titularidade da Furnas Centrais Elétricas S/A, CNPJ 23.274.194/0001-19, matrícula CEI nº 51.218.87619/74, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 25 de novembro de 2013, autorizado pela Portaria nº 279, de 15 de julho de 2009, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2009, Seção 1, página 53.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722849/2013-67, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto I, cujo objeto é a construção da Linha de Transmissão Luis Gonzaga - Garanhuns, Circuito Simples, em 500 kV, de titularidade da Interligação Elétrica Garanhuns S/A, CNPJ 14.432.763/0001-16, matrícula CEI nº 51.218.63518/77, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 30 de abril de 2014, autorizado pela Portaria nº 55, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 112.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722850/2013-91, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto II, cujo objeto é a construção da Linha de Transmissão Garanhuns - Pau Ferro, Circuito Simples, em 500 kV, de titularidade da Interligação Elétrica Garanhuns S/A, CNPJ 14.432.763/0001-16, matrícula CEI nº 51.218.87445/78, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 30 de abril de 2014, autorizado pela Portaria nº 55, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 112.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722851/2013-36, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto III, cujo objeto é a construção da Linha de Transmissão Garanhuns - Campina Grande III, Circuito Simples, em 500 kV, de titularidade da Interligação Elétrica Garanhuns S/A, CNPJ 14.432.763/0001-16, matrícula CEI nº 51.218.87456/77, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 30 de abril de 2014, autorizado pela Portaria nº 55, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 112.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722852/2013-81, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto IV, cujo objeto é a construção da Linha de Transmissão Garanhuns - Angelim I, Circuito Simples, em 230 kV, de titularidade da Interligação Elétrica Garanhuns S/A, CNPJ 14.432.763/0001-16, matrícula CEI nº 51.218.87518/79, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 30 de abril de 2014, autorizado pela Portaria nº 55, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 112.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722853/2013-25, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto VII, cujo objeto é o seccionamento da Linha de Transmissão, em 230 kV, Paulo Afonso III - Angelim I (C4), Circuito Simples, de titularidade da Interligação Elétrica Garanhuns S/A, CNPJ 14.432.763/0001-16, matrícula CEI nº 51.218.87551/79, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 30 de abril de 2014, autorizado pela Portaria nº 55, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 112.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722854/2013-70, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto VIII, cujo objeto é o seccionamento da Linha de Transmissão, em 230 kV, Paulo Afonso III - Angelim I (C2 e C3), Circuito Duplo, de titularidade da Interligação Elétrica Garanhuns S/A, CNPJ 14.432.763/0001-16, matrícula CEI nº 51.218.87538/72, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 30 de abril de 2014, autorizado pela Portaria nº 55, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 112.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 85, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722855/2013-14, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto IX, cujo objeto é o seccionamento da Linha de Transmissão, em 500 kV, Luis Gonzaga - Angelim II, Circuito Simples, de titularidade da Interligação Elétrica Garanhuns S/A, CNPJ 14.432.763/0001-16, matrícula CEI nº 51.218.87600/77, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 30 de abril de 2014, autorizado pela Portaria nº 55, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 112.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722856/2013-69, declara:

Art.1º- Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativo ao Projeto X, cujo objeto é o seccionamento da Linha de Transmissão, em 500 kV, Angelim II - Recife II, Circuito Simples, de titularidade da Interligação Elétrica Garanhuns S/A, CNPJ 14.432.763/0001-16, matrícula CEI nº 51.218.87587/73, do setor de infraestrutura de geração de energia, com previsão de conclusão em 30 de abril de 2014, autorizado pela Portaria nº 55, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 112.

Art.2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTAVIO ASSUNÇÃO BARACHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARÁ DE MINAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Declara a nulidade de inscrição no CPF por fraude.

A AGENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARÁ DE MINAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1o, caput e inciso II, e art. 7o, inciso VI, da Portaria DRF/DIV/MG 43, de 13 de novembro de 2012, tendo em vista o disposto nos arts. 32 a 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta no processo administrativo de nº 10680.720861/2013-82, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - de no 134.278.196-12, por ter sido constatado fraude na inscrição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos ex tunc.

JASMITA TEIXEIRA DUARTE DE MELO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA AGENCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSOS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Inciso II do Art. 1º e Inciso IV do Art. 7º da Portaria DRF/DIV Nº 043, de 13 de novembro de 2012 e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro nos artigos 27, IV, 31 e 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

EMPRESA	CNPJ Nº	PROCESSO Nº
GOLDEN BLUE COMERCIO DE COURO LTDA	02.433.959/0001-46	10980.009661/2005-81

Art. 2º A presente baixa de ofício baseia-se em informação do órgão de registro competente -Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no qual o registro foi cancelado em 16/08/2010 com Arquivamento nº 4410191, Ato - 904 - Medida Administrativa, com o evento 954 - Cancelamento Art. 60 Lei 8934/94.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ADEMAR DE BRITO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 6, DE 15 DE ABRIL DE 2013

Inscreve a empresa que menciona no Registro Especial dos Estabelecimentos produtores de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 220 inciso VII e 295 inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF no. 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo no. 13631.720022/2011-76, resolve:

Art. 1º Inscrever no Registro Especial dos Estabelecimentos Produtores de Bebidas Alcoólicas sob no. 06103/250 a empresa Sítio Tatuapé Complexo Turístico Rural Ltda-ME CNPJ 08.242.619/0001-14; estabelecida na OTR Córrego Água Espalhada, snº - Zona Rural - em Espera Feliz-MG, não alcançando esse registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa;

Art. 2º A referida empresa comercializará o produto Cachaça de marcas comerciais Tatuapé e Espera Feliz em embalagens de 700ml;

Art. 3º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações impostas pela IN/SRF no. 504/2005 e suas alterações, sob pena de cancelamento desta inscrição;

Art. 4º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO CARLOS NADER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 15 DE ABRIL DE 2013

Inscreve a empresa que menciona no Registro Especial dos Estabelecimentos Engarrafadores de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 220 inciso VII e 295 inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF no. 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo no. 13631.720022/2011-76, resolve:

Art. 1º Inscrever no Registro Especial dos Estabelecimentos Engarrafadores de Bebidas Alcoólicas sob no. 06103/251 a empresa Sítio Tatuapé Complexo Turístico Rural Ltda-ME CNPJ 08.242.619/0001-14; estabelecida na OTR Córrego Água Espalhada, snº - Zona Rural - em Espera Feliz-MG, não alcançando esse registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa;

Art. 2º A referida empresa comercializará o produto Cachaça de marcas comerciais Tatuapé e Espera Feliz em embalagens de 700ml;

Art. 3º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações impostas pela IN/SRF no. 504/2005 e suas alterações, sob pena de cancelamento desta inscrição;

Art. 4º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO CARLOS NADER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 15 DE ABRIL DE 2013

Inscreve a empresa que menciona no Registro Especial dos Estabelecimentos de Comércio Atacadista de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 220 inciso VII e 295 inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF no. 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo no. 13631.720022/2011-76,resolve:

Art. 1º Inscrever no Registro Especial dos Estabelecimentos Comércio Atacadista de Bebidas Alcoólicas sob no. 06103/252 a empresa Sítio Tatuapé Complexo Turístico Rural Ltda-ME CNPJ 08.242.619/0001-14; estabelecida na OTR Córrego Água Espalhada, snº - Zona Rural - em Espera Feliz-MG, não alcançando esse registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa;

Art. 2º A referida empresa comercializará o produto Cachaça de marcas comerciais Tatuapé e Espera Feliz em embalagens de 700ml;

Art. 3º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações impostas pela IN/SRF no. 504/2005 e suas alterações, sob pena de cancelamento desta inscrição;

Art. 4º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO CARLOS NADER

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

PORTARIA Nº 85, DE 18 DE ABRIL DE 2013

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria GM/MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1° Delegar ao Chefe da Divisão de Fiscalização e ao seu substituto, o exercício das competências relacionadas nos incisos deste artigo, dentro dos limites da área de atuação da DRF/RJ I/DIFIS, observando, no que couber, a legislação de regência, inclusive a do sigilo fiscal:

I - autorizar a emissão de Documentos Fiscais de ouro ativo financeiro ou instrumento cambial, conforme IN/SRF nº 49, de 02 de maio de 2001.

II - decidir sobre revisão de ofício, nas hipóteses previstas no art. 149 do CTN, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, dos lançamentos relativos a Autos de Infração ou Notificação de Lançamento realizados no âmbito da Divisão de Fiscalização.

III - autorizar o envio, à unidade da PFN responsável pela cobrança, do processo administrativo de representação fiscal para a propositura de medida cautelar fiscal, conforme disposto no art. 45 do Decreto nº 7.574/2011.

IV - autorizar o arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo, conforme disposto nos artigos 43 e 44 do Decreto nº 7.574/2011.

Art. 2º Delegar o exercício das competências relacionadas nos incisos deste artigo, ao Chefe Substituto da DIFIS, ao Supervisor da EQFIS-11 e aos Auditores localizados na EFI 11, dentro dos limites da área de atuação da DRF/RJ-I/DIFIS, observando, no que couber, a legislação de regência, inclusive a do sigilo fiscal:

I - receber, analisar, distribuir e movimentar, inclusive em relação aos órgãos externos da RFB, expedientes e processos administrativos movimentados ou relacionados com esta DRF/RJ I/DIFIS.

II - atender às demandas dos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Advocacia Geral da União e outros com poder requisitório, ou com os quais a RFB mantenha convênio, referentes às informações fiscais de contribuintes jurisdicionados por esta DRF/RJ1, incluindo o resultado de procedimentos fiscais, a remessa de documentos com cópia ou original e a designação e apresentação de servidores.

III - realizar análise e movimentação de processos provenientes das equipes fiscais, relativos a procedimentos de fiscalização, assim como determinar a correção de erros identificados nesses processos.

Art. 3º Delegar aos Chefes das Equipes Fiscais desta DRF/RJ1/DIFIS ou aos respectivos substitutos, quando em suas substituições, o exercício das competências relacionadas nos incisos deste artigo, observando, no que couber, a legislação de regência, inclusive a do sigilo fiscal:

I - receber e emitir correspondências oficiais a pessoas físicas e jurídicas, contribuintes ou não, órgãos da Administração Pública, serventuários de Justiça, juntas comerciais, organizações sindicais, partidos políticos e demais entidades e instituições, assim como às Divisões, Seções e Serviços dos órgãos internos da RFB, os quais possam, de qualquer forma, esclarecer assuntos afetos aos procedimentos realizados pelos Auditores localizados em suas Equipes Fiscais.

II - indicação de Auditores e prestação de informações em assistência técnica aos órgãos de defesa da Fazenda Nacional.

III - autorizar a programação e retificação de MPF (Mandado de Procedimento Fiscal), exceto MPF-F (Fiscalização) e transformação de MPF-D em MPF-F, relacionados a processos administrativos fiscais ou a demandas de interesse fiscal interno ou externo.

IV - movimentar diretamente, dentro da própria RFB ou ao CARF ou à PFN, os expedientes e processos administrativos localizados em suas Equipes Fiscais, inclusive relativos a diligências solicitadas por órgãos julgadores ou pela PFN, com exceção dos processos de fiscalização instaurados em suas equipes fiscais, os quais devem ser movimentados ao Gabinete da DIFIS.

Parágrafo único: Os procedimentos fiscais de fiscalização com previsão de encerramento sem resultado, ou cujo crédito tributário total a constituir seja superior a R$ 15 milhões (em Pessoa Jurídica), ou superior a R$ 2 milhões (em Pessoa Física), devem ser apreciados pelo Chefe da DIFIS ou por outro Auditor por ele designado, após análise do Chefe de Equipe, e antes da ciência ao contribuinte do termo de encerramento da ação fiscal, do Auto de Infração e do Termo de Verificação Fiscal.

Art. 4º Delegar ao Chefe da Equipe de Malha Fiscal (EFI 10) e ao seu Substituto, ao Chefe Substituto da DIFIS, e à Auditora Fiscal Kátia Gomes Dominguez, Matrícula 57237, o exercício individual das competências relacionadas nos incisos deste artigo, observando, no que couber, a legislação de regência, inclusive a do sigilo fiscal:

I - assinar Despacho Decisório, expedir extrato e notificação de lançamento, decorrentes de impugnações relativas às revisões internas de Declaração de Imposto de Renda de Pessoas Físicas, relativos aos casos de que trata a Norma de Execução Conjunta Cofis/Codac nº 03, de 23/12/2010, e a IN RFB nº 1061/2010.

II - movimentar processos e expedientes localizados na EFI 10 diretamente a outras divisões/seções ou gabinete da DRF/RJ1 ou outras unidades da RFB, com exceção daqueles relacionados a procedimentos de fiscalização, os quais devem ser movimentados ao Gabinete da DIFIS.

Art. 5º A prática de quaisquer dos atos mencionados nos artigos anteriores, pela autoridade delegante, ocorrerá sempre que esta julgar conveniente e não implicará na revogação, total ou parcial, da presente Portaria.

Art. 6º Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data desta Portaria.

Art. 7º Fica expressamente vedada a subdelegação das competências relacionadas nesta Portaria.

Art. 8º Revoga-se expressamente a Portaria nº 296, de 19/11/2010, a Portaria nº 243, de 08/11/2011, a Portaria nº 13, de 24/01/2012, a Portaria nº 26, de 01/02/2013, e as disposições em contrário, no âmbito desta DRF/RJ I, mesmo que concedidas em Portarias Conjuntas DRF/RJ I e II.

Art. 9° Determinar que em todos os expedientes expedidos, em função da presente delegação de competência, sejam mencionados o número e a data da publicação desta portaria.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MONICA PAES BARRETO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720150/2013-56, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, fica autorizada a transferência de uso, por período não superior a 5 (cinco) anos, dos bens constantes da DI n° 12/2223418-3, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da Faculdades Católicas - PUC/RJ, CNPJ nº 33.555.921/0001-70, para as Universidades abaixo listadas, com a seguinte distribuição de equipamentos: Universidade Federal de São Carlos (UFsCAR), CNPJ: 45.358.058/0001-40 => 2 (duas) unidades; Universidade Federal de Pernambuco (UFPe), CNPJ: 24.134.488/0001-08 => 2 (duas) unidades; Universidade Federal Fluminense (UFF), CNPJ: 28.523.215/0001-06 => 5 (cinco) unidades; Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicação (CPqD), CNPJ: 02.641.663/0001-10 => 2 (duas) unidades; Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, CNPJ nº 63.025.530/0024-09 => 2 (duas) unidades; Universidade Federal de Goiás (UFG), CNPJ: 01.567.601/0001-43 => 5 (cinco) unidades; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), CNPJ: 33.663.683/0001-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

16 => 5 (cinco) unidades; Universidade Federal do Pará (UFPA), CNPJ: 34.621.748/0001-23 => 7 (sete) unidades. Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos, quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBSON DO COUTO ALVES

8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Declara inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 40 da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2011 (DOU de 22.08.2011), e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo nº 11829.720053/2012-75, resolve:

Art. 1º. Declarar inapta a inscrição no CNPJ da empresa M.R. Trading Exportação, Importação e Comércio de Equipamentos Elétricos e Mecânicos Ltda. EPP, sob o número 96.446.901/0001-80, com fundamento no art. 81, § 1o, da Lei nº 9.430/96, e no artigo 37, inciso III, da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2011.

Art. 2º. Por força do disposto no art. 82 da Lei nº 9.430/96 e no art. 43, § 3o, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2011, são considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da data de 29 de janeiro de 2007.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ANDRADE LEAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Declara inapta a inscrição de contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87, de 16 de julho de 2012, considerando, os artigos 37, inciso II e 39, inciso II da IN RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011, publicada no DOU de 22 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º. Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo descrita:

Processo: 13896.720527/2013-91

Empresa: EUROPARTS ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA

CNPJ: 03.920.391/0001-50

Efeitos da inaptidão a partir de: 08/03/2013

GUILHERME BASTOS GOLDSTEIN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Declara inapta a inscrição de contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87, de 16 de julho de 2012, considerando, os artigos 37, inciso II e 39, inciso II da IN RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011, publicada no DOU de 22 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º. Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo descrita:

Processo: 13896.720529/2013-81

Empresa: EUROCONSULT CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ: 14.083.511/0001-29

Efeitos da inaptidão a partir de: 08/03/2013

GUILHERME BASTOS GOLDSTEIN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Declara inapta a inscrição de contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87, de 16 de julho de 2012, considerando, os artigos 37, inciso II e 39, inciso II da IN RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011, publicada no DOU de 22 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º. Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo descrita:

Processo: 13896.720528/2013-36

Empresa: EUROCON BRASIL CONSULTORIA E NEGÓCIOS LTDA

CNPJ: 03.430.508/0001-18

Efeitos da inaptidão a partir de: 08/03/2013

GUILHERME BASTOS GOLDSTEIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 17 DE ABRIL DE 2013

CANCELA o Registro Especial que especifica, para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O SENHOR CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU-SP, no uso das atribuições previstas no Art.295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 587, de 21 de dezembro de 2010, com fulcro nas disposições dos Arts. 1o e 2o da Lei no 11.945, de 04 de junho de 2009, e do Art. 7o da Instrução Normativa RFB no 976, de 07 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do processo fiscal número 13873.000212/2004-00, declara:

Art. 1º É cancelado o Registro Especial para o Papel Imune sob número GP-08103/00059, com fundamento na Instrução Normativa RFB no 976, de 07 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, e de acordo com o respectivo processo fiscal acima mencionado em que é deferido o cancelamento do registro especial para o papel imune, para o estabelecimento da empresa ALEXANDRE MORIO HAMA - ME, CNPJ nº 04.684.715/0001-61, localizada na Rua Palmiro Biazon, nº 306, Bairro Vila Padovan, Botucatu, SP, na atividade desenvolvida de GRÁFICA(GP), para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO SÉRGIO FARINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 17 DE ABRIL DE 2013

CANCELA o Registro Especial que especifica, para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O SENHOR CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU-SP, no uso das atribuições previstas no Art.295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 587, de 21 de dezembro de 2010, com fulcro nas disposições dos Arts. 1o e 2o da Lei no 11.945, de 04 de junho de 2009, e do Art. 7o da Instrução Normativa RFB no 976, de 07 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do processo fiscal número 10825.000330/2010-35, declara:

Art. 1º É cancelado o Registro Especial para o Papel Imune sob número GP-08103/00076, com fundamento na Instrução Normativa RFB no 976, de 07 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, e de acordo com o respectivo processo fiscal acima mencionado em que é deferido o cancelamento do registro especial para o papel imune, para o estabelecimento da empresa IAB - INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL, CNPJ nº 66.995.762/0001-83, localizada na Avenida Rosa Malandrino Mondelli, nº 13-11, Bairro Jardim Mendonça, Bauru, SP, na atividade desenvolvida de GRÁFICA(GP), para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO SÉRGIO FARINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

PORTARIA Nº 4, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2013(*)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no. 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e suas alterações, e na Instrução Normativa SRF nº 21, de 9 de junho de 1972, objetivando dinamizar a ação administrativa através da descentralização da tomada de decisões, propiciando maior eficiência na execução dos serviços afetos a esta Delegacia, resolve:

Art. 1º Delegar competência, em caráter geral, aos Chefes de Serviço, Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e ao Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (SAPAC) desta Delegacia, ao Agente da Receita Federal do Brasil em Diadema, aos seus substitutos eventuais em suas faltas e impedimentos, para a prática dos seguintes atos:

I - solicitar e prestar informações e documentos de interesse da administração fiscal relacionados com processos ou procedimentos de suas competências, inclusive para prestação de informações a outros órgãos públicos, respeitada a legislação sobre sigilo fiscal;

II - solicitar e autorizar a habilitação, para seus subordinados, aos sistemas e perfis do conjunto de Sistemas Informatizados da RFB que nas correspondentes portarias constarem como de autorização pelo Delegado.

Art. 2º Delegar competência ao Delegado Adjunto e ao Assistente para a prática dos seguintes atos:

I - solicitar e prestar informações e documentos de interesse da administração fiscal relacionados com processos ou procedimentos de suas competências, inclusive para prestação de informações a outros órgãos públicos, respeitada a legislação sobre sigilo fiscal;

II - solicitar e autorizar a habilitação aos sistemas e perfis do conjunto de Sistemas Informatizados da RFB que nas correspondentes portarias constarem como de autorização pelo Delegado.

Art. 3º Delegar competência ao Delegado Adjunto para praticar os atos previstos nos incisos I, II, III, IV e VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributária (SEORT) e, em suas faltas ou impedimentos, ao seu substituto eventual para a prática dos seguintes atos:

I - negar o seguimento de manifestação de inconformidade e recurso voluntário contra o não reconhecimento do direito creditório ou a não homologação da compensação, quando não atendidos os requisitos legais;

II - decidir sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

III - habilitar crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado;

IV - expedir a Ordem de Emissão Adicional - OEA relativo ao Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC;

V - decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações.

Art. 5º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no Serviço de Orientação e Análise Tributária (SEORT) para:

I - decidir sobre pedidos de regimes especiais, isenção e de suspensão ou redução de tributos e contribuições administrados pela RFB;

II - decidir sobre pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso e sobre declarações de compensação de créditos relativos a tributos e contribuições administrados pela RFB.

Art. 6º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (SECAT) e, em suas faltas ou impedimentos, ao seu substituto eventual para a prática dos seguintes atos:

I - autorizar a movimentação de depósitos administrativos, nos termos da legislação vigente;

II - negar o seguimento de impugnação e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais;

III- decidir quanto à suspensão, inaptidão, inscrição, baixa e regularização de contribuintes nos cadastros da RFB;

IV- decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações;

V - decidir sobre a concessão de pedidos de parcelamento de tributos e contribuições administradas pela RFB, bem como sobre assuntos relativos a parcelamentos com regras especiais.

Art. 7º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (SECAT) e no Serviço de Orientação e Análise Tributária (SEORT), para decidir sobre revisão de ofício, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, quanto a crédito tributário, inscrito ou não em Dívida Ativa da União, na sua esfera de competência.

Art. 8º Delegar competência ao Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e ao seu substituto eventual, este concomitantemente, mesmo com a presença do Chefe titular desta função para a prática dos seguintes atos:

I - decidir sobre inscrição, alteração de dados cadastrais e baixa nos cadastros da RFB;

II - expedir certidões relativas à situação fiscal de contribuintes quanto aos tributos e contribuições administrados pela RFB;

III - decidir sobre a emissão de "Atestado da Autoridade Fiscal Brasileira" e de "Certificado de Registro de Pessoa Jurídica", relativos aos acordos internacionais para evitar dupla tributação, de acordo com a legislação aplicável.

Parágrafo único. Os Chefes das Equipes de Atendimento e seus substitutos eventuais também poderão exercer as competências constantes dos incisos II e III.

Art. 9° Delegar competência ao Chefe do Serviço de Fiscalização (SEFIS) e, em suas faltas ou impedimentos, ao seu substituto eventual para a prática dos seguintes atos:

I - emitir e assinar notificações de lançamentos em decorrência de procedimentos fiscais, expedindo-as de acordo com o art. 11 do Decreto n° 70.235, de 06 de março de 1972, e alterações posteriores;

II - conceder, indeferir, cancelar e restabelecer as inscrições nos registros especiais de que tratam as Instruções Normativas RFB n° 976, de 07 de dezembro de 2009 e SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, com suas alterações posteriores, bem assim para as providências a cargo do titular desta unidade, estabelecidas nos mesmos atos normativos;

III - comunicar à Coordenação-Geral do Sistema de Fiscalização a ocorrência dos fatos previstos no caput do art. 11 da Instrução Normativa RFB n° 770, de 21 de agosto de 2007;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - decidir sobre a revisão de ofício, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, quanto ao crédito tributário originado em procedimentos de fiscalização, inclusive na malha fiscal, inscrito ou não em Divida Ativa da União;

V - decidir sobre pedidos de cancelamentos ou reativação de declarações;

VI - analisar as solicitações de enquadramento e reenquadramento efetuadas por intermédio do Sistema IPI - Solicitação de Enquadramento de Bebidas (IPI-Enquad), de que trata a Instrução Normativa RFB n° 866, de 06 de agosto de 2008.

VII - decidir sobre restituição, ressarcimento e declarações de compensação de créditos relativos a tributos e contribuições administrados pela RFB, nos casos decorrentes de ação fiscal indicadas pelo SCC.

Art. 10 Delegar competência ao Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (SAPAC) e, em suas faltas e impedimentos legais ao seu substituto eventual para requisitar, expedir, devolver, autorizar aplicações e transferências entre estabelecimentos da mesma empresa e demais atos relativos à movimentação de selos de controle, nos termos da legislação vigente.

Art. 11 Delegar competência ao Chefe do Serviço de Programação e Logística (SEPOL) e, em suas faltas ou impedimentos legais ao seu substituto eventual, para a prática dos seguintes atos:

I - manter controle dos contratos de interesse da RFB, celebrados pela Unidade;

II - autorizar a entrada de servidores e funcionários de empresas contratadas, devidamente identificados, fora do horário normal de expediente, para a execução de serviços no interesse dessa Delegacia, adotando as medidas de segurança necessárias;

III - decidir sobre a saída de bens móveis das dependências da Delegacia e ARF/Diadema, bem como sobre a movimentação entre áreas funcionais da Delegacia;

IV - requisitar combustível para abastecimento dos veículos oficiais da Delegacia, bem como autorizar a sua movimentação em serviço;

V - expedir e divulgar editais e licitações, depois de autorizados pelo Delegado.

Art. 12 Delegar competência ao Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas e, em suas faltas ou impedimentos legais ao seu substituto eventual, para a prática dos seguintes atos:

I - requisitar exame de saúde e capacidade física dos servidores;

II - reconhecer os afastamentos em virtude das concessões enumeradas nos artigos 83 e 97 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III - assinar contratos, acordos, termos, declarações, certificados e demais documentos relativos à administração de estagiários;

IV - solicitar pagamento das gratificações relativas às substituições de chefias, observada a legislação em vigor;

V - expedir declaração sobre a situação funcional do servidor;

VI - autorizar a averbação de tempo de serviço prestado pelo servidor a órgãos públicos e/ou empresas privadas.

Art. 13 Delegar competência ao Chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributária (SEORT), ao Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (SECAT), ao Chefe do Serviço de Fiscalização (SEFIS), e aos respectivos substitutos eventuais, para prática dos atos relativos ao arrolamento de bens e direitos para garantia de crédito tributário, nas suas respectivas áreas de atuação, providenciando-se, inclusive, o encaminhamento da relação de bens e direitos para arrolamento aos respectivos órgãos de registro para fins de averbação e a comunicação do cancelamento dos registros pertinentes ao arrolamento a estes mesmos órgãos nas hipóteses previstas na legislação.

Parágrafo único. Os procedimentos de acompanhamento serão executados pelo SECAT relativamente aos processos dos contribuintes de jurisdição da sede e pela ARF/Diadema relativamente aos processos dos contribuintes da sua jurisdição, e, quando for o caso, sob orientação daquela.

Art. 14 Delegar competência ao Agente da Receita Federal do Brasil em Diadema e, em suas faltas ou impedimentos, ao seu substituto eventual para a prática dos seguintes atos:

I - decidir sobre a concessão de pedidos de parcelamento de tributos e contribuições administrados pela RFB;

II - decidir sobre inscrição, alteração de dados cadastrais e baixa nos cadastros da RFB;

III - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário quando não atendidos os requisitos legais;

IV - autorizar a movimentação de depósitos administrativos, nos termos da legislação vigente;

V - decidir sobre a emissão de "Atestado da Autoridade Fiscal Brasileira" e de "Certificado de Registro de Pessoa Jurídica", relativos aos acordos internacionais para evitar dupla tributação, de acordo com a legislação aplicável;

VI - expedir certidões relativas à situação fiscal de contribuintes quanto aos tributos e contribuições administrados pela RFB;

VII - decidir sobre a entrada nas dependências da Agência, fora dos dias e horários normais de expediente, de servidores ou funcionários de empresas contratadas, para a execução de serviços de interesse da Administração.

Art.15 Delegar competência aos Chefes do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (SECAT), Serviço de Orientação e Análise Tributária (SEORT) e Serviço de Fiscalização (SEFIS) para:

I - decidir sobre o reconhecimento da decadência e da prescrição relativas a créditos tributários constituídos;

II - decidir sobre o reconhecimento da remissão de créditos tributários na forma da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009.

Art. 16 Determinar que em todos os atos praticados em função das competências delegadas sejam mencionados, após as assinaturas, o número e data da presente Portaria.

Art. 17 O Delegado poderá avocar para si a decisão sobre os assuntos referidos neste ato, sempre que julgar conveniente, sem que isto importe em revogação, no todo ou em parte, da presente delegação que prevalecerá até ser revogada por ato expresso.

Art. 18 As presentes delegações não incluem a expedição dos atos declaratórios executivos correspondentes.

Art. 19 Ficam convalidados os atos praticados nos termos desta portaria até sua publicação.

Art. 20 As presentes delegações ficam mantidas com a superveniência de novos atos normativos que mantenham a mesma natureza do ato ora delegado.

Art. 21 Fica revogada a Portaria DRF-SBC n° 37, de 27 de abril de 2011.

Art. 22 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO BENJAMIN BARTOS

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 13-2-2013, Seção 1, página 23, com incorreção no original.

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 11, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1° da Lei n° 7.798, de 10 de julho de 1989.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria/DRF/CVL (PR) nº 11, de 21 de fevereiro de 2011, e tendo em vista o disposto no artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovada pela Portaria nº 203, de 14/05/2012, do Sr. Ministro da Fazenda, publicada no DOU em 17/05/2012, fundamentado no inciso I do § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, nos arts. 200 a 206 e 209 a 210 do Regulamento do IPI (Ripi/2010), aprovado pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, bem como o disposto no Decreto nº 6.588, de 1º de outubro de 2008, declara:

Art. 1° Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1° da Lei n° 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados conforme Anexo Único.

Art. 2° Os produtos referidos no art. 1°, acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros), estão sujeitos à incidência do IPI, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (um mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9° do art. 210 do Decreto n° 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

Art. 3° As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 4° As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do IPI que observarem o disposto no § 2° do art. 211 do RIPI.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de abril de 2013.

NELSON TAKESHI YOSHI

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
72.453.129/0001-66	REALENSE GENGIBRE	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
72.453.129/0001-66	REALENSE GENGIBRE	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
72.453.129/0001-66	REALENSE GENGIBRE	Acima de 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
72.453.129/0001-66	REALENSE CARVALHO	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
72.453.129/0001-66	REALENSE CARVALHO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
72.453.129/0001-66	REALENSE CARVALHO	Acima de 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, e no artigo 236, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Av. Rio Branco, 919 - Centro - Florianópolis -SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA SAVI DE FIGUEIREDO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

80.105.471/0001-01
82.738.824/0001-28

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JAGUARÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Inscreve no Registro de Despachantes Aduaneiros e cancela o Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro a pessoa que especifica.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JAGUARÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213 de 15/06/2010 e tendo em vista o disposto nos artigos 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, publicada no DOU de 8 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1° Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com automática exclusão do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, a seguinte pessoa:

Nº DO PROCESSO	NOME	CPF
11042.720106/2013-86	JONES MORENO RODRIGUES	972.943.650-91

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO RA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 10 DE ABRIL DE 2013

Inscreve no Registro de Despachantes Aduaneiros e cancela o Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro a pessoa que especifica.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JAGUARÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213 de 15/06/2010 e tendo em vista o disposto nos artigos 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, publicada no DOU de 8 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com automática exclusão do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, a seguinte pessoa:

Nº DO PROCESSO	NOME	CPF
11042.720161/2013-76	DÉBORA NIDEJELSKI	944.840.400-00

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO RAMIRES GONÇALVES

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 204, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de compra de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - participantes da oferta pública de compra: restrita às instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010;

II - data do acolhimento das propostas e do leilão: 18.04.2013;

III - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

IV - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

V - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VI - data da liquidação financeira: 19.04.2013;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo OFDEALERS, nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas);

IX - quantidade para o público: até 150.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

X - características da compra:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	2.814	Até 150.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2023	10,0%	3.544	Até 150.000	1.000,000000

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 205, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 18.04.2013;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 19.04.2013;

V - data da liquidação financeira: 19.04.2013;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2014	347	1.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2015	803	3.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2017	1.353	5.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.04.2014	347	Até 4.000.000	1.000,000000	Bacen
LTN	100000	01.07.2015	803	Até 3.500.000	1.000,000000	Bacen

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 18.04.2013;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 19.04.2013;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.04.2014	347	200.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2015	803	600.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2017	1.353	1.000.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 206, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 18.04.2013;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 19.04.2013;

V - data da liquidação financeira: 19.04.2013;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2019	10,0%	2.083	150.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2023	10,0%	3.544	300.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2019	10,0%	2.083	Até 5.500.000	1.000,000000	Bacen
NTN-F	950199	01.01.2023	10,0%	3.544	Até 3.000.000	1.000,000000	Bacen

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 18.04.2013;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 19.04.2013;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
NTN-F	950199	01.01.2019	10,0%	2.083	30.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2023	10,0%	3.544	60.000	1.000,000000

§ 1º. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§ 2º. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 209, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e em conformidade com Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Cancelar 462 (quatrocentos e sessenta e duas) Notas do Tesouro Nacional-Série "I" - NTN-I, conforme solicitação do Banco do Brasil S.A, agente financeiro para o PROEX, observando-se as seguintes características:

INSTITUIÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE RESGATE	QUANTIDADE
BANCO CITIBANK S.A.	15/1/2013	15/8/2013	383
BANCO CITIBANK S.A.	15/1/2013	15/2/2014	79
TOTAL			462

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 134, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Estado de Pernambuco - PE.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Estado de Pernambuco no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para a execução de ações resposta, compreendendo Socorro, Assistência, em decorrência de estiagem, conforme processo nº 59050.000295/2013-43.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0105; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 135, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Estado de Pernambuco - PE.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Estado de Pernambuco no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para a execução de ações resposta, compreendendo Socorro, Assistência às vítimas de estiagem, conforme processo nº 59050.000273/2013-34.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0105; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 139, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Aprovar o Regimento Interno do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPEDC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPEDC, órgão colegiado integrante deste Ministério, na forma do Anexo único a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DAS FINALIDADE E DA COMPOSIÇÃO DO CONPDEC

Art. 1º - Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, órgão colegiado integrante do Ministério da Integração Nacional, instituído pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, de natureza consultiva do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, reger-se-á por este Regimento Interno e pelas Leis que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - O CONPDEC terá por finalidades:

I - auxiliar na formulação, implementação e execução do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC;

II - propor normas para implementação e execução da PNPDEC;

III - expedir procedimentos para implementação, execução e monitoramento da PNPDEC, observado o disposto na Lei nº 12.608/2012 e em seu regulamento;

IV - propor, acompanhar e atualizar procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre, observada a legislação aplicável; e

V - acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares de proteção e defesa civil.

Art. 3º - O CONPDEC é composto por:

I - Colegiado e

II - Secretaria Executiva.

Art. 4º - O CONPDEC é composto por membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, que o presidirá:

I-representante da Casa Civil da Presidência da República;

II-representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III-representante do Ministério da Defesa;

IVrepresentante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V-representante do Ministério das Cidades;

VI-representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

VII-representante do Ministério da Saúde;

VII-representante da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;

XI-2 (dois) representantes dos Estados e Distrito Federal, integrantes de órgãos estaduais de proteção e defesa civil;

X-3 (três) representantes dos Municípios, integrantes de órgãos municipais de proteção e defesa civil;

XI-3 (três) representantes da sociedade civil;

XII-2 (dois) representantes das comunidades atingidas por desastres;

XIII-2 (dois) especialistas de notório saber

§ 1º A coordenação do CONPDEC será exercida pelo Ministério da Integração Nacional.

§ 2º Os representantes governamentais titulares e suplentes serão indicados pelo titular do Órgão, conforme dispuser ato do Poder Executivo Federal, assim como a definição de correspondência da titularidade e da suplência, os representantes dos Estados e Municípios, pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º As entidades da sociedade civil a serem representadas no CONPDEC deverão ter atuação nacional comprovada em assuntos de proteção e defesa civil.

§ 4º Os especialistas previstos no inciso XIII deverão ter notório conhecimento técnico-científico em ações de proteção e defesa civil.

§ 5º O Conselho poderá convocar ou convidar outros órgãos, representantes de instituições públicas, privadas ou não governamentais, ou outras pessoas com envolvimento em assuntos de proteção e defesa civil para manifestação em assuntos específicos.

Art. 5º - Os representantes governamentais, bem como os da sociedade civil, poderão ser substituídos a qualquer tempo pelos seus órgãos ou entidades de representação, mediante comunicação escrita ao Presidente do Conselho, por representante legal da entidade.

Art. 6º - Os membros do CONPDEC terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 1º A recondução dos membros é automática, salvo manifestação contrária do Presidente.

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO

Art. 7º - O CONPDEC tem a seguinte estrutura de funcionamento:

I - Plenária;

II - Câmaras Temáticas.

Seção I - Da Plenária

Subseção I - Das reuniões e seus participantes

Art. 8º - O CONPDEC reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos, uma vez a cada quatro meses, por convocação de seu Presidente ou, extraordinariamente, por convocação da Presidência ou de pelo menos metade de seus membros, observado o prazo preferencial de 13 (treze) dias para a convocação de reunião.

Art. 9º - Serão convocados para comparecer às reuniões os Conselheiros titulares, e seus respectivos suplentes, no impedimento do titular.

Art. 10. A Plenária instalar-se-á, em primeira chamada, e deliberará com a presença de, no mínimo, metade mais um dos conselheiros titulares ou suplentes no exercício da titularidade, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento que requeiram quorum qualificado.

§ 1º Na hipótese de não atingimento do quórum de deliberação previsto no caput a Plenária instalar-se-á, em segunda chamada, com o quórum presente.

§ 2º A aprovação das seguintes propostas somente ocorrerá por decisão da maioria absoluta dos membros:

I - alteração do regimento;

II - instalação de Câmaras Temáticas temporárias;

III - destituição de membros.

Art. 11 - Será substituído o Conselheiro que renunciar ou não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas na vigência do mandato, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificada por escrito à Presidência.

§1º A substituição dos representantes de órgãos governamentais ocorrerá mediante comunicação do Presidente ao órgão que o indicou.

§2º A substituição dos demais conselheiros ocorrerá mediante comunicação pela Secretaria Executiva do Conselho, sujeita a indicação por escrito do representante legal da entidade.

Art. 12 - Nas ausências do Presidente e do Secretário Executivo, a Presidência será exercida por um dos membros titulares presentes, escolhido pela Plenária para o exercício da função.

Art. 13 - As reuniões plenárias serão públicas, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, na forma da legislação pertinente.

Parágrafo Único - Durante as reuniões plenárias é facultado ao Colegiado conceder a palavra ao público.

Subseção II - Das atribuições e procedimentos

Art. 14 - Para a consecução de suas finalidades, caberá ao Colegiado:

I - apreciar os assuntos encaminhados ao CONPDEC, bem como as matérias de sua competência;

II - apreciar normas necessárias à regulamentação e implementação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC;

III - aprovar a instituição de câmaras temáticas, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazos de duração.

Art. 15 - A pauta da reunião será comunicada previamente a todos os Conselheiros Titulares e Suplentes, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis para as reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - Os conselheiros poderão enviar sugestões de pauta no período compreendido entre 6 (seis) e 10 (dez) dias úteis antes da data marcada para a reunião.

§ 2º - A responsabilidade pela proposição de pauta da reunião é da Secretaria Executiva do Conselho.

§3º - Em casos de urgência ou de relevância, a Plenária do CONPDEC poderá alterar a pauta da reunião.

§4º - Os assuntos não apreciados na reunião do Colegiado, a critério da Plenária, deverão ser incluídos na ordem do dia da reunião subsequente.

Subseção III - Da ata

Art. 16 - Em todas as reuniões será lavrada ata, pela Secretaria Executiva, com exposição sucinta dos trabalhos e conclusões.

Seção II - Das Câmaras Temáticas

Art. 17 - As câmaras temáticas, de natureza permanente, têm por finalidade subsidiar o Colegiado no cumprimento de sua competência.

§1º As câmaras temáticas serão instalados, por deliberação da Plenária, para discussão de matérias cuja complexidade e relevância justifiquem sua instituição;

§2º As câmaras temáticas não poderão tratar de assuntos estranhos às finalidades do Conselho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 18 - As Câmaras Temáticas serão constituídas de forma paritária.

§1º - Poderão participar das reuniões das câmaras temáticas pessoas convidadas, a critério de cada Grupo.

Art. 19 - Cada câmara temática terá um Coordenador e um Coordenador adjunto, escolhidos dentre os membros do CONPDEC.

Art. 20 - O documento final do trabalho realizado pelas Câmaras Temáticas será relatado na Plenária, para discussão e providências.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COLEGIADO

Seção I - Do Presidente

Art. 21 - Compete ao presidente do CONPDEC:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado;

II - representar o CONPDEC nas atividades de caráter permanente;

III - convocar, presidir, coordenar e manter a boa ordem nas reuniões do Colegiado;

IV - submeter a pauta da reunião à aprovação do Colegiado do CONPDEC;

V - tomar parte nas discussões e votar;

VI - exercer o voto de qualidade, no caso de persistência de empate;

VII - baixar atos decorrentes de deliberações do CONPDEC;

VIII - delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação do Colegiado;

IX - decidir sobre as questões de ordem;

X - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Secretaria Executiva;

XI - decidir, para exame e aprovação posterior, acerca de assuntos emergenciais quando houver impossibilidade de consulta à Plenária;

XII - dar encaminhamento às denúncias recebidas no CONPDEC.

Parágrafo único. A questão de ordem é direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais, cabendo ao Presidente avaliar a pertinência de acatá-la ou não, ouvindo-se a Plenária, em caso de conflito com a proposta do requerente.

Seção II - Da Secretaria Executiva

Art. 22 - Compete ao Secretário Executivo do Conselho:

I - substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;

II - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições; e

III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Colegiado.

Seção III - Dos Conselheiros

Art. 23 - São atribuições dos Conselheiros:

I - requerer decisão de matéria em regime de urgência, a qual será submetida à aprovação do Colegiado;

II - propor a instituição de câmara temática, bem como indicar nomes para as suas composições;

III - votar os encaminhamentos apresentados pelas câmaras temáticas;

IV - apresentar moções e proposições sobre assuntos de interesse da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

V - propor à Plenária a solicitação de esclarecimentos a serem prestados por pessoas físicas ou jurídicas, acerca de assuntos afetos à competência do CONPDEC;

VI - solicitar à Secretaria Executiva as informações que julgar necessárias para o desempenho de suas funções; e

VII - exercer outras atribuições que lhes sejam designadas pelo Presidente ou pelo Colegiado.

Art. 24 - São deveres dos Conselheiros:

I - participar da Plenária, ou de câmaras temáticas para os quais forem designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão;

II - divulgar suas manifestações, quando representar o CONPDEC em eventos, de acordo com os posicionamentos deliberados pelo CONPDEC, e apresentar o relatório escrito de sua participação, à Secretaria Executiva;

III - participar de eventos representando o CONPDEC, quando devidamente autorizado pelo Colegiado;

IV - manter a Secretaria Executiva informada sobre as alterações dos seus dados pessoais;

V - manter sigilo dos assuntos discutidos no âmbito do Conselho.

CAPÍTULO IV

SECRETARIA EXECUTIVA

DA NATUREZA E COMPETÊNCIAS

Art. 25 - O CONPDEC contará com uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada à Presidência e ao Colegiado, para dar suporte ao cumprimento de suas competências.

§ 1º A Secretaria Executiva do CONPDEC será exercida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Art. 26 - São competências da Secretaria Executiva:

I - promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CONPDEC;

II - dar suporte técnico-operacional para o CONPDEC, com vistas a subsidiar as realizações das reuniões do Colegiado;

III - dar suporte técnico-operacional às câmaras temáticas;

IV - acompanhar as atividades de capacitação para os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipal de Proteção e Defesa Civil, em conformidade com as diretrizes definidas pelo Colegiado;

V - dar cumprimento aos procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CONPDEC.

Art. 27 - A Secretaria Executiva será representada pelo Secretário Nacional de Defesa Civil, com as seguintes atribuições:

I - coordenar, supervisionar, dirigir e estabelecer o plano de trabalho da Secretaria Executiva;

II - propor à Presidência e ao Colegiado a forma de organização e funcionamento da Secretaria Executiva;

III - levantar e sistematizar as informações que permitam ao CONPDEC tomar as decisões previstas em lei;

IV - coordenar as atividades técnico-administrativas de apoio ao CONPDEC;

V - assessorar o Presidente e as Coordenações das câmaras temáticas na articulação com os Conselhos Setoriais e outros órgãos que tratam das demais políticas públicas;

VI - delegar competências de sua responsabilidade;

VII - secretariar as reuniões da Plenária;

VIII - promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do CONPDEC;

IX - coordenar a sistematização do relatório anual do CONPDEC;

X - elaborar relatório anual das atividades da Secretaria Executiva;

XI - zelar pelo cumprimento e atualização do Manual de Procedimentos, detalhando as competências atribuídas no Regimento Interno, remetendo-o posteriormente para análise e devido encaminhamento para aprovação da Plenária;

XII - assinar certidões sobre a situação dos processos que tramitarem no CONPDEC;

XIII - assessorar o CONPDEC na articulação com os órgãos de controle interno e externo;

XIV - expedir atos internos que regulem as atividades administrativas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 - Consideram-se colaboradoras do CONPDEC as instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou privadas prestadoras de serviços da Defesa Civil, bem como os consultores e convidados.

Art. 29 - Os Conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 30 - O Regimento Interno do CONPDEC poderá ser revisto e atualizado periodicamente.

Art. 31 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidas pelo Colegiado.

PORTARIA Nº 140, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE no âmbito do Ministério da Integração Nacional - MI.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, Parágrafo Único, inciso II da Constituição Federal, e tendo em vista a Lei no 12.277, de 30 de junho de 2010, suas alterações posteriores, e no Decreto no 7.133, de 19 de março de 2010, alterado pelo Decreto no 7.849, de 23 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1o Estabelecer os critérios e os procedimentos específicos para a realização da Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, optantes pela Estrutura Remuneratória Especial, nos termos do Decreto no 7.133, de 19 de março de 2010, alterado pelo Decreto no 7.849, de 23 de novembro de 2012.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2o As avaliações de desempenho individual e institucional serão utilizadas como instrumento de gestão, com vistas a implementar a capacitação e o aperfeiçoamento profissional.

Art. 3o Para efeito de aplicação do disposto nesta Portaria, ficam definidos os seguintes termos:

I - avaliação de desempenho: monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor e institucional do MI, tendo como referência as metas globais e intermediárias;

II - unidade de avaliação: subconjunto de unidades administrativas ou uma unidade administrativa isolada do MI, agrupadas por natureza de atividades e/ou de processos de trabalho, definidas de acordo com o art. 8o desta Portaria;

III - avaliação de desempenho institucional: aferição do alcance das metas institucionais, considerados os projetos e atividades prioritários e as características específicas das atividades do MI;

IV - avaliação de desempenho individual: aferição do desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, consideradas as tarefas e atividades a ele atribuídas para o alcance dos objetivos organizacionais;

V - equipe de trabalho: grupo de servidores de que trata o art. 1o desta Portaria que assumem, em conjunto, a responsabilidade pela condução de uma ou mais ações definidas no Plano de Trabalho e em exercício na mesma Unidade de Avaliação;

VI - líder de equipe: servidor que compõe a equipe de trabalho, responsável pela supervisão da avaliação por equipe dos servidores em sua unidade avaliativa;

VII - responsável pela unidade de avaliação: servidor público e seu suplente, com perfil estratégico, designado pelo dirigente máximo da Unidade de Avaliação para conduzir as atividades inerentes às metas intermediárias;

VIII - chefia imediata: ocupante de cargo comissionado responsável diretamente pela supervisão das atividades e avaliação de desempenho individual de servidor que lhe seja subordinado, ou aquele a quem, formalmente, seja delegada competência;

IX - ciclo de avaliação: período de doze meses considerado para realização da avaliação de desempenho individual e institucional, com vistas a aferir o desempenho dos servidores e do MI;

X - plano de trabalho: documento em que serão registrados os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação.

XI - metas globais: são as metas de desempenho institucional do MI regulamentadas em Portaria específica e elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA;

XII - metas intermediárias: são as metas de desempenho institucional referentes às equipes de trabalho, elaboradas em consonância com as metas globais, devendo compor o Plano de Trabalho de cada Unidade de Avaliação;

XIII - metas de desempenho individual: são os objetivos individuais mensuráveis, elaborados em consonância com as metas intermediárias;

XIV - metas de desempenho institucional: são os objetivos institucionais mensuráveis, fixados para implementação das políticas públicas relacionadas à natureza das competências legais do MI, classificadas como globais e intermediárias; e

XV - Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD: comissão responsável por acompanhar, orientar e supervisionar todas as etapas do processo de avaliação de desempenho e julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos quanto aos resultados das avaliações individuais.

Art. 4o O valor referente à GDACE será atribuído ao servidor que a ela faz jus em função do alcance das metas de desempenho individual do servidor e do alcance das metas de desempenho institucional do MI.

Art. 5o A GDACE será paga de acordo com a soma dos pontos de avaliação de desempenho individual e da avaliação de desempenho institucional do MI, observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, aos valores estabelecidos no Anexo I desta Portaria, respeitando a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual, com pontuação distribuída conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	PONTUAÇÃO A SER ATRIBUÍDA AOS SERVIDORES
A partir de 14 pontos	20 pontos
De 8,1 a 13,9 pontos	Pontos proporcionais
8 pontos ou menos	8 pontos.

II - até 80 (oitenta) pontos atribuídos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho institucional.

§1o Os valores a serem pagos a título de GDACE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante no Anexo I desta Portaria, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 2o A GDACE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho profissional, individual ou institucional ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Art. 6o As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

Art. 7o Os ciclos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDACE terão a duração de doze meses, iniciando a cada ano no dia 1o de abril e encerrando no dia 31 de março do ano subsequente e compreenderão as seguintes etapas:

I - publicação das metas globais no Diário Oficial da União e divulgação no sítio eletrônico do MI;

II - estabelecimento de compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início dos ciclos de avaliação entre a chefia imediata e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais intermediárias;

III - acompanhamento de todas as etapas do processo de avaliação de desempenho individual e institucional, ao longo do ciclo de avaliação, sob orientação e supervisão dos dirigentes do MI, pelos responsáveis pelas Unidades de Avaliação e da Comissão de Acompanhamento de que trata o art. 31 desta Portaria.

IV - avaliação parcial dos resultados obtidos, sob a competência do responsável pela Unidade de Avaliação, realizada após seis meses do início do ciclo de avaliação, para fins de ajustes necessários;

V - apuração final das pontuações para o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho;

VI - publicação do resultado final das metas de desempenho institucional no Diário Oficial da União e das pontuações atribuídas aos servidores no Boletim Interno;

VII - retorno aos avaliados, visando a discutir os resultados obtidos na avaliação de desempenho, após a consolidação das pontuações.

§1o Excepcionalmente, o primeiro ciclo avaliativo será de 1º a 31 de março de 2013.

§2o A meta de desempenho institucional referente ao primeiro ciclo avaliativo da GDACE corresponderá à média da soma das metas intermediárias propostas para o 4o (quarto) ciclo de avaliação

EXEMPLAR DE ASSINANTE
PROIBIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL

para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE referente ao MI.

§3o As avaliações serão processadas no mês de abril e gerarão efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês de maio de cada ano.

§4o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do primeiro período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

Art. 8o Para os fins desta Portaria, são consideradas Unidades de Avaliação - UA:

I - Gabinete do Ministro - GAB;

II - Secretaria-Executiva - SECEX;

III - Consultoria Jurídica - CONJUR;

IV - Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR;

V - Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR;

VI - Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC;

VII - Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais - SFRI; e

VIII - Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH.

Art. 9o Caberá às Unidades de Avaliação indicar formalmente à Coordenação-Geral Recursos Humanos, em até dez dias após o início de cada ciclo de avaliação, o responsável pela Unidade de Avaliação e seu Suplente.

Parágrafo Único. No caso de haver alterações quanto ao responsável pela Unidade de Avaliação, uma nova indicação deverá ser feita formalmente à Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 10. A avaliação institucional objetiva aferir o desempenho do órgão no alcance das metas organizacionais, considerando projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

Parágrafo Único. As metas referentes à avaliação de desempenho institucional totalizam 80 (oitenta) pontos e serão segmentadas em:

I - metas globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual -LOA; e

II - metas intermediárias, que subsidiarão a elaboração dos Planos de Trabalho das unidades.

Art. 11. O estabelecimento das metas seguirá a seguinte sistemática:

I - As metas globais e os indicadores referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixados anualmente, em ato do Ministro de Estado da Integração Nacional, antes do início de cada ciclo de avaliação, e devem ser objetivamente mensuráveis, utilizando-se como parâmetros indicadores que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística do MI, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver; e

II - As metas intermediárias referentes às equipes de trabalho serão fixadas anualmente, a partir de critérios objetivos, pelos responsáveis de cada Unidade de Avaliação em consonância com as metas globais e serviços inerentes às competências institucionais das respectivas Unidades e enviadas à Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH antes do início de cada ciclo de avaliação.

III - As metas individuais serão fixadas, a partir de critérios objetivos, com base nas metas intermediárias, nas atribuições do cargo do servidor e/ou nas tarefas e atividades a ele atribuídas.

§ 1o As metas constantes no inciso II deste artigo deverá ser estabelecida na forma do Anexo II.

§ 2o As metas globais poderão ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o Ministério não tenha dado causa a tais fatores.

§ 3o As metas intermediárias poderão ser segmentadas segundo critérios geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza de atividade, devendo ser fixadas anualmente pelas Unidades de Avaliação do MI, sob coordenação dos responsáveis pelas Unidades de Avaliação.

§ 4o A fixação das metas deverá trazer a descrição da meta, a quantificação, o indicador, a fórmula de cálculo do indicador e sua unidade de medida.

§ 5o A Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão - CGPM e a Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH prestarão apoio às atividades de fixação das metas institucionais e individuais.

§ 6o As metas referidas nos incisos II e III comporão o Plano de Trabalho, Anexo IV, e, salvo situações devidamente justificadas, serão previamente acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho.

§ 7o Não havendo a pactuação a que se refere o § 6o antes do início do período de avaliação, caberá à chefia responsável pela equipe de trabalho fixar as metas.

Art. 12. Caberá à CGPM consolidar os resultados das metas de desempenho institucional e informar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH até o décimo dia útil do mês subsequente ao que finaliza o ciclo de avaliação.

§ 1o A apuração da avaliação de desempenho institucional do MI seguirá a seguinte sistemática:

Desempenho Institucional do MI = [percentual da Meta Global + percentual da Meta Intermediária]/2;

Meta Global = [somatório dos percentuais apurados das metas globais]/numero de metas globais; e

Meta Intermediária = [somatório dos percentuais apurados das metas intermediárias das Unidades de Avaliação]/número de metas intermediárias das Unidades de Avaliação.

§ 2o À avaliação de desempenho do MI aplicar-se-á a seguinte correlação para obtenção da pontuação institucional que comporá a GDACE:

Percentual alcançado na Avaliação de Desempenho Institucional	Pontuação Institucional a ser atribuída na GDACE
até 20%	24 pontos
entre 21 e 40%	38 pontos
entre 41 e 60%	52 pontos
entre 61 e 80%	66 pontos
entre 81 e 100%	80 pontos

CAPÍTULO III

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 13. O Plano de Trabalho é o documento norteador das metas de desempenho e compromissos individuais pactuados, a ser elaborado pelas Unidades de Avaliação do MI na forma do Anexo IV desta Portaria, contendo as informações de todas as suas Subunidades até o nível de Divisão, e, em especial:

I - as ações mais representativas da unidade de avaliação;

II - as atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações;

III - as metas intermediárias e globais de desempenho institucional e as metas de desempenho individual propostas;

IV - os compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início do ciclo de avaliação entre a chefia, a equipe e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais de que tratam os incisos I e II do Parágrafo Único do art. 10 desta Portaria;

V - os critérios e os procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação, sob orientação e supervisão do gestor e da CAD de que trata o art. 31;

VI - a avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

VII - a apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos firmados, de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

VIII - a indicação da unidade de avaliação, com a informação do gestor da unidade e do gestor do plano de trabalho responsável pelo preenchimento das informações;

IX - a identificação das equipes de trabalho existentes na unidade, com as respectivos avaliadores;

X - a indicação do líder de equipe, que deverá ser servidor titular de cargo de provimento efetivo que faça jus à GDACE.

§ 1o O líder de equipe não poderá exercer essa função sobre si mesmo.

§ 2o A elaboração do Plano de Trabalho deverá ser pactuada entre as chefias e suas equipes de trabalho, sob a orientação da CAD e pelo responsável pela Unidade de Avaliação e ter a anuência do dirigente máximo da respectiva unidade.

§ 3o Caberá às Unidades de Avaliação do MI a responsabilidade de:

I - realizar, com o acompanhamento dos membros da CAD e/ou da CGRH, a elaboração dos respectivos Planos de Trabalho em consonância com o disposto nesta Portaria;

II - analisar, a cada seis meses do início do ciclo de avaliação, o Plano de Trabalho, com o intuito de verificar se há necessidade de ajustes, e se necessário, informar as alterações, quando for o caso, à CGRH; e

III - consolidar os resultados alcançados pela Unidade ao final do ciclo de avaliação.

§ 4o O Plano de Trabalho, salvo situações devidamente justificadas, deverá ser firmado no início do ciclo de avaliação e servirá como orientação para todo o ciclo, bem como para subsidiar os ajustes necessários.

§ 5o O Plano de Trabalho deverá abranger o conjunto de servidores em exercício na mesma Unidade de Avaliação, devendo cada servidor individualmente estar vinculado a pelo menos uma ação, atividade, projeto ou processo.

§ 6o Os dirigentes das unidades organizacionais da estrutura básica do MI disponibilizarão à CAD e aos responsáveis pela Unidade de Avaliação as informações e os dados físicos e/ou orçamentários/financeiros indispensáveis para auxiliá-los na propositura do Plano de Trabalho.

§ 7o O Plano de Trabalho deverá ser amplamente divulgado no âmbito das unidades organizacionais da estrutura básica do MI.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Art. 14. A avaliação de desempenho individual objetiva aferir o desempenho do servidor no desempenho das tarefas e atividades a ele atribuídas, com base em critérios e fatores que reflitam suas competências, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

Art. 15. A avaliação do cumprimento das metas de desempenho individual constantes no Plano de Trabalho será feita pela chefia imediata e subsidiará a realização da Avaliação de Desempenho Individual, Anexo III.

Parágrafo Único. Na Avaliação de Desempenho Individual, além do cumprimento das metas de desempenho individual, serão avaliados os seguintes fatores mínimos:

I - produtividade no trabalho, com base em parâmetros previamente estabelecidos de qualidade e produtividade;

II - conhecimento de métodos e técnicas necessários para o desenvolvimento das atividades referentes ao cargo efetivo na unidade de exercício;

III - trabalho em equipe;

IV - comprometimento com o trabalho; e

V - cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo.

Art. 16. Os servidores não ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de quinze por cento;

II - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de sessenta por cento; e

III - da média dos conceitos atribuídos pelos demais membros da equipe de trabalho, na proporção de vinte e cinco por cento.

§ 1o São considerados como membros da equipe de trabalho da mesma unidade de exercício do servidor avaliado, todos os servidores subordinados à mesma chefia avaliadora.

§ 2o Em unidades administrativas em que os servidores não integrem equipe de trabalho, deverá o percentual de vinte cinco por cento, referente à avaliação por equipe ser distribuído de forma equânime entre os critérios restantes, obtendo-se os seguintes percentuais: 27,5% (vinte e sete vírgula cinco por cento) referente à autoavaliação e 72,5% (setenta e dois vírgula cinco por cento), à chefia imediata.

Art. 17. Os servidores ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de quinze por cento;

II - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de sessenta por cento; e

III - da média dos conceitos atribuídos pelos integrantes da equipe de trabalho subordinada à mesma chefia avaliadora, na proporção de vinte e cinco por cento.

Art. 18. Caberá às chefias imediatas:

I - informar à equipe de trabalho subordinada sobre o início dos procedimentos de avaliação;

II - conduzir as ações relacionadas ao cumprimento das metas individuais pactuadas com o servidor.

Parágrafo Único. Em caso de exoneração da chefia imediata, o seu substituto eventual ou o dirigente imediatamente superior procederá à avaliação de todos os servidores que lhe foram subordinados.

Art. 19. Excepcionalmente, no 1o (primeiro) ciclo de avaliação, os servidores de que tratam os arts. 16 e 17 serão avaliados, apenas, pela chefia imediata.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata esse parágrafo será operacionalizada por meio do Anexo VI.

Art. 20. A avaliação de desempenho individual será operacionalizada mediante a utilização dos recursos disponibilizados por meio do Sistema de Avaliação Individual - SIAVI/MI ou, na impossibilidade de preenchimento eletrônico, será realizada manualmente.

Art. 21 A atribuição de conceitos pelos integrantes da equipe de trabalho aos pares e pela chefia imediata, a que se refere os arts. 16 e 17 deverá ser precedida de evento preparatório com vistas ao esclarecimento da metodologia, procedimentos, critérios e sua correta aplicação.

Art. 22. Caberá à CGRH consolidar os conceitos atribuídos ao servidor e dar ciência ao avaliado de todo o processo.

Art. 23. A avaliação de desempenho individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício nas atividades relacionadas ao Plano de Trabalho por, no mínimo, dois terços de um período completo de avaliação.

Art. 24. O servidor que não permanecer em efetivo exercício na mesma unidade organizacional durante todo o ciclo avaliativo será avaliado pela chefia imediata da unidade em que tiver permanecido por maior tempo.

§ 1o Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes unidades organizacionais, a avaliação será feita pela chefia imediata da unidade em que se encontrava no momento do encerramento do período de avaliação.

§ 2o Em caso de afastamentos e licenças considerados pela Lei no 8.112, de 1990, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a respectiva gratificação correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno, salvo para os casos de cessão.

§ 3o Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos, exceto nos casos em que a legislação específica da gratificação dispuser de forma diversa.

Art. 25. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo que estiver em exercício no órgão de lotação, e obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima prevista, será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob a responsabilidade da CGRH.

Parágrafo Único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servirá de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 26. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos no art. 1o desta Portaria, quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança no MI, farão jus à respectiva gratificação de desempenho da seguinte forma:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2 ou 1 serão submetidos à avaliação de desempenho individual e perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no somatório dos resultados auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional;

II - os investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5 ou 4 não serão avaliados na dimensão individual e perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período correspondente.

Parágrafo Único. A avaliação institucional referida nos inciso I e II será a do MI.

Art. 27. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, o servidor continuará percebendo a GDACE correspondente ao último valor obtido até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 28. Os servidores efetivos optantes pela Estrutura Especial de Remuneração que não se encontrem em exercício no MI, ressalvado o disposto em legislação específica, somente farão jus à GDACE observadas as seguintes condições:

I - os cedidos aos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, com fundamento no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no § 2o do art. 19 da Lei Complementar no 41, de 22 de dezembro de 1981;

II - à disposição de Estado, do Distrito Federal ou de Município, conforme disposto no art. 20 da Lei no 8.270, de 17 de dezembro de 1991;

III - de que trata o art. 21 da Lei no 8.270, de 17 de dezembro de 1991;

IV - os cedidos nos termos do inciso I do art. 22 e do art. 23 da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998;

V - de que trata o art. 23-A da Lei no 9.637, de 1998;

VI - os requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em Lei;

VII - os cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I e investidos em cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 4, 5, 6, de Natureza Especial - NE ou equivalentes; e

VIII - os cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal e investidos em cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 1, 2, 3, em função de confiança, ou equivalentes.

§1o A avaliação institucional referente aos casos previstos nos incisos I a V será a do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2o Os cedidos e requisitados de que tratam os incisos VI e VIII sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança ou que estejam investidos em cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS 1, 2, 3, perceberão a GDACE como se estivessem em efetivo exercício no MI.

§ 3o Os cedidos de que trata o inciso VII investidos em cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS 4, 5, 6, de Natureza Especial - NE ou equivalentes perceberão a GDACE calculada com base no resultado da avaliação institucional do MI.

§ 4o A avaliação individual dos servidores optantes pela Estrutura Especial de Remuneração que não se encontrem em exercício no MI será feita pela chefia imediata.

§ 5o Para a obtenção dos resultados das avaliações de desempenho individual dos servidores referidos no § 1º, será comunicada à unidade de recursos humanos do órgão cessionário do início dos procedimentos do ciclo, para que seja apurada a avaliação individual do servidor.

Art. 29. O avaliado poderá apresentar pedido de reconsideração, por meio do Anexo V, devidamente justificado, contra o resultado da avaliação individual, no prazo de dez dias, contados do recebimento de cópia de todos os dados sobre a avaliação.

§ 1o O pedido de reconsideração de que trata o caput será apresentado à CGRH por meio do SIAVI, que o encaminhará à chefia do servidor para apreciação ou, na impossibilidade, manualmente por meio do Anexo V.

§ 2o O pedido de reconsideração será apreciado no prazo máximo de cinco dias úteis, podendo a chefia deferir o pleito, total ou parcialmente, ou indeferi-lo.

§ 3o A decisão da chefia sobre o pedido de reconsideração interposto será comunicada, no máximo, até o dia seguinte ao de encerramento do prazo para apreciação pelo avaliador, à CGRH, que dará ciência da decisão ao servidor e à Comissão de Acompanhamento de que trata o art. 31.

§ 4o Na hipótese de deferimento parcial ou de indeferimento do pleito, caberá recurso à Comissão de Acompanhamento, no prazo de dez dias, que o julgará em última instância.

§ 5o O resultado final do recurso deverá ser publicado no Boletim Interno - BI, intimando o interessado por meio do fornecimento de cópia da íntegra da decisão.

§ 6o A interposição de recurso, bem como a submissão para a CAD será realizada por meio do sistema SIAVI ou, na impossibilidade, será realizada manualmente por meio do Anexo V.

Art. 30. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o prazo para apresentação de reconsideração e recurso contará a partir da data de retorno.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Será instituída, no âmbito do MI, por intermédio de ato do Ministro de Estado da Integração Nacional, a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho -CAD, que participará de todas as etapas da avaliação de desempenho.

§ 1o A CAD terá a seguinte composição:

I - 5 (cinco) titulares e os suplentes, indicados pelo Ministro de Estado da Integração Nacional; e

II - 5 (cinco) titulares e os suplentes, indicados pelos servidores que fazem jus à GDACE.

§ 2o Somente poderão compor a CAD servidores efetivos, em exercício nas unidades da estrutura básica do MI, que não estejam em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo disciplinar.

§ 3o O Presidente da CAD e seu substituto serão eleitos, entre seus componentes, pelos seus respectivos membros.

§ 4o O mandato dos membros da CAD será de 3 (três) anos, sendo permitida apenas uma recondução.

§ 5o Cessará a investidura dos membros da CAD com a extinção do mandato ou sua renúncia.

§ 6o À CAD compete:

I - acompanhar todas as etapas do ciclo de avaliação de desempenho institucional e individual com o objetivo de identificar desvios na sua operacionalização e propor melhorias ou aprimoramento na sua aplicação;

II - julgar, em última instância, eventuais recursos interpostos contra os resultados da avaliação de desempenho individual, podendo, a seu critério, depois de ouvido o responsável pela avaliação individual, manter ou alterar a pontuação da avaliação individual do servidor;

III - validar o resultado final da Avaliação de Desempenho Individual nos casos em que houver recurso;

IV - submeter às unidades organizacionais competentes propostas de aperfeiçoamento da sistemática de Avaliação de Desempenho Institucional e Individual;

V - requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes;

VI - notificar as partes sobre suas decisões;

VIII - registrar as decisões em ata, consignada pela maioria absoluta dos membros da CAD presentes nas reuniões.

§ 7o Caberá ao Presidente da CAD:

I - convocar reuniões, propor a pauta, orientar os trabalhos da Comissão, ordenar os debates, iniciar e concluir as deliberações;

II - tomar os votos, proferindo voto de qualidade, e proclamar os resultados;

III - representar a Comissão;

IV - delegar competências para tarefas específicas aos demais integrantes da CAD;

V - autorizar a presença nas reuniões da Comissão de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir para os trabalhos da CAD.

VI - informar a Secretaria-Executiva, após segunda ausência consecutiva, o não comparecimento injustificado de servidor para providências cabíveis.

Art. 32. As deliberações da CAD serão tomadas pelo voto convergente da maioria de seus membros titulares.

§ 1o Nas votações sobre deliberações da CAD, em caso de empate, caberá ao Presidente em exercício o voto de desempate para solução do impasse.

§ 2o Os membros da CAD devem atuar de forma imparcial e objetiva, utilizando-se dos formulários que compõem o processo de Avaliação de Desempenho e os argumentos fornecidos para formar sua convicção.

§ 3o Quando julgar necessário, a CAD, por meio de notificação expedida pelo seu Presidente, poderá consultar outros servidores que conheçam efetivamente o trabalho do servidor autor do recurso, bem como levar em conta as condições de trabalho a que aquele servidor está submetido.

§ 4o O resultado final do recurso deverá ser publicado no Boletim Interno.

Art. 33. Fica impedido de atuar em processo específico, como membro da CAD, o servidor que:

I - tenha interesse direto ou indireto no processo;

II - tenha proferido decisão no processo de avaliação de desempenho do avaliado;

III - seja cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau do avaliado;

IV - tenha participado ou venha a participar na análise do recurso como testemunha, como representante do avaliado, ou se tais situações ocorreram quanto ao cônjuge, companheiro ou parentes e afins até o terceiro grau; e

V - esteja litigando judicial ou administrativamente com o avaliado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

§ 1o Ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos I a V do caput, serão convocados os respectivos suplentes para substituição dos titulares impedidos.

§ 2o O servidor que incorrer em impedimento deverá comunicar o fato à CAD, abstendo-se de atuar.

§ 3o A omissão da comunicação constituirá em falta disciplinar, na forma da legislação.

§ 4o Incorrerá em suspeição o membro da CAD que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o avaliado, ou com o respectivo cônjuge, companheiro, parentes ou afins até o terceiro grau.

§ 5o Compete ao Presidente da CAD decidir sobre as alegações de impedimento e de suspeição, na forma deste artigo.

Art. 34. Durante o primeiro ciclo de avaliação, as atribuições da CAD ficarão a cargo da CGRH.

Art. 35. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

ANEXO I

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE CARGOS ESPECÍFICOS - GDACE

a) Valor do Ponto da GDACE:

CLASSE	PADRÃO	A partir de 1º de Julho de 2010	A Partir de 1º de janeiro de 2013	A Partir de 1º de janeiro de 2014	A Partir de 1º de janeiro de 2015
ESPECIAL	III	63,17	66,39	69,71	73,13
	II	61,03	64,14	67,35	70,65
	I	58,97	61,98	65,08	68,27
C	VI	56,06	58,92	61,87	64,91
	V	54,16	56,92	59,77	62,70
	IV	52,33	55,00	57,75	60,58
	III	50,56	53,14	55,80	58,54
	II	48,85	51,34	53,91	56,55
	I	47,20	49,61	52,09	54,65
B	VI	44,87	47,16	49,52	51,95
	V	43,35	45,56	47,84	50,19
	IV	41,88	44,02	46,22	48,49
	III	40,46	42,52	44,65	46,84
	II	39,09	41,08	43,13	45,25
	I	37,77	39,70	41,69	43,74
A	V	35,90	37,73	39,62	41,56
	IV	34,69	36,46	38,28	40,16
	III	33,52	35,23	36,99	38,80
	II	32,39	34,04	35,74	37,49
	I	31,29	32,89	34,53	36,22

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	METAS INTERMEDIÁRIAS - GDACE

Unidade de Avaliação:
Período de Avaliação:
Dirigente Máximo:
Responsável pela Unidade de Avaliação

Meta Global:							
Descrição da Meta Intermediária	Quantificação	Indicador	Fórmula de Cálculo do Indicador	Unidade de Medida	Subunidade Responsável	Resultado parcial (%) (de 1º de abril a 30 de agosto)	Resultado final (%)

_____ _____

Dirigente (Assinatura e Carimbo) Responsável pela Unidade de Avaliação (Assinatura e Carimbo)

ANEXO III

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL PARA FINS DA GDACE

Ministério da Integração Nacional Secretaria Executiva Departamento de Gestão Interna Coordenação-Geral de Recursos Humanos		ANEXO III FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL PARA FINS DA GDACE		
		PERIODO AVALIATIVO ____/_____/_____ a _____/____/_____		
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO				
Nome:		Matrícula SIAPE:		
Cargo:		Classe e Padrão:		
Data de Ingresso:		Unidade de Exercício:		
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR				
Nome:		Matrícula SIAPE:		
Cargo em Comissão:		Código DAS:		
GRAU DE CORRESPONDÊNCIA PARA FINS DE AVALIAÇÃO				
Raramente	Ocasionalmente	Quase Sempre	Sempre	
(0,1 a 0,3)	(0,4 a 0,6)	(0,7 a 0,9)	(1,0)	
FATORES DE AVALIAÇÃO		Auto Avaliação	Chefia Imediata	Equipe de Trabalho
1 - Produtividade no Trabalho				
1.1-Tem capacidade de produzir mais com menor quantidade de recursos ou em menor espaço de tempo.				
1.2-Cumpre suas tarefas dentro dos prazos estipulados.				
1.3-Interage com a chefia imediata objetivando solucionar problemas relacionados às atividades institucionais.				
1.4-Executa suas tarefas de acordo com o padrão normatizado pela legislação legal.				
1.5-É proativo nas soluções dos problemas relacionados ao desempenho das tarefas e inovador em proposição de téc. administrativas.				
2-Conhecimento de Métodos e Técnicas				
2.1-Desempenha suas tarefas com responsabilidade e com visão da repercussão dos seus efeitos sobre o cumprimento das metas institucionais propostas para o ciclo avaliativo.				
2.2-Demonstra conhecimentos técnicos e habilidades profissionais compatíveis com a complexidade das tarefas desempenhadas.				
2.3-Tem iniciativa para manter-se atualizado em relação aos conhecimentos e habilidades ligadas à sua área de atuação - verificadas no decorrer do ciclo avaliativo.				
2.4-Propõe melhorias nos métodos e nos procedimentos de desempenho das rotinas institucionais da unidade.				
3-Trabalho em Equipe				
3.1-Apresenta habilidade para interagir com os membros da equipe de trabalho de forma empática.				
3.2-Tem conduta flexível diante de situações conflitantes, priorizando a mediação na solução dos problemas.				
3.3-Atua moderadamente, demonstrando atitudes e comportamentos maduros e não revidativos.				
3.4-Apresenta controle emocional em conflitos rotineiros ou inesperados.				
4-Comprometimento com o Trabalho				
4.1-Desempenha suas tarefas focado num resultado final que não possibilita o retrabalho.				
4.2-Capacidade de almejar, frequentemente, o atingimento das metas e objetivos individuais, propondo projetos e alternativas viáveis que propiciem o alcance das metas institucionais propostas para o ciclo avaliativo.				
4.3-Tem predisposição para ação e para o esforço em prol da instituição, cooperando para o cumprimento de sua missão e a consequente realização dos projetos e atividades planejados, assim como a consecução dos objetivos esperados.				
5-Cumprimento das Normas de Procedimentos e de Conduta				
5.1-Comparece ao local de trabalho com assiduidade, cumprindo sua jornada de trabalho de acordo com o horário preestabelecido.				
5.2- Conhece e cumpre as normas gerais da estrutura e funcionamento do órgão, bem como os regulamentos vigentes na área de atuação, demonstrando postura orientada por princípios e regras morais de senso comum aplicado em qualquer tempo, lugar ou situação.				
5.3-Tem capacidade de trabalhar com método e ordem, distribuindo adequadamente o tempo e as tarefas com relação às responsabilidades assumidas.				
5.4-Faz uso de procedimentos e técnicas adequados na execução das tarefas administrativas				
Total de Pontos por Conceito				
Proporcionalidade de pontos, por conceito, na forma do § 3º, do art.4º, do Decreto 7.133/2010.				
Resultado da Avaliação Individual				
Resultado da Avaliação Institucional				
Total de Pontos para fins de pagamento da GDACE				
Data _____/_____/_____		Data _____/_____/_____		
Equipe de Trabalho		Chefia Imediata - Avaliador		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Carimbo e Assinatura	Carimbo e Assinatura

Data _____/_____/_____
Servidor Avaliado
Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

FORMULÁRIO DO PLANO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE CARGOS ESPECÍFICOS - GDACE

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	PLANO DE TRABALHO GDACE

1. Unidade de Avaliação - UA:							
2. Nome Completo do Responsável pela UA:							
3. Nome Completo do Dirigente Máximo da UA:							
Período de Avaliação:							
4. Nome Completo da Chefia Imediata do Servidor:							
5. Departamento/Coordenação/Divisão:							
6. Nome dos Membros da Equipe:							
7. Metas Globais:							
8. Metas Intermediárias:							
Metas de desempenho pactuadas						Assinaturas	
9. Nome do(a) servidor(a)	10. Líder de Equipe	11. Nome do(a) avaliador(a)	12. Compromisso de desempenho individual previsto	13. Resultado parcial (%) (de 1º de abril a 30 de agosto)	14. Resultado Final	Servidor	Avaliador

_____ _____

Dirigente (Assinatura e Carimbo) Responsável pela Unidade de Avaliação (Assinatura e Carimbo)

ANEXO V

Formulário de Recurso Administrativo Fundamentado - RAF

			ANEXO V RECURSO ADMINISTRATIVO FUNDAMENTADO - RAF GDACE			
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SECRETARIA EXECUTIVA						
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS			PERÍODO AVALIATIVO _____ / _____/_____ a _____/_____/_____			
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO						
Nome:				Matrícula SIAPE:		
Cargo:				Classe e Padrão:		
Data de Ingresso:	Unidade de Exercício:					
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR						
Nome:				Matrícula SIAPE:		
Cargo:				Código DAS:		
Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Recursos Humanos/CGRH/DGI/SE						
O servidor acima identificado, inconformado(a) com a avaliação individual recebida em relação aos fator(es) de avaliação(es) descrito(s) abaixo, e na forma do art.22, § 1º, do Decreto n° 7.133/2010, vem ,respeitosamente à presença de V.Sª , requerer que o presente recurso seja submetido à apreciação do avaliador acima identificado.						
FATOR(ES) DE AVALIAÇÃO(ES)	PONTUAÇÃO OBTIDA NA AVALIAÇÃO	AUTO AVALIAÇÃO (Pontuação julgada pertinente)	JUSTIFICATIVA - FUNDAMENTADA (Descritivo)	DELIBERAÇÃO DO AVALIADOR SOBRE O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	RESULTADO DA CAD (Conceito: Mantém a Avaliação Inicial/ Altera e atribui novo conceito)	FUNDAMENTAÇÃO DA CAD (Descritivo)
Data _____/_____/_____			De Acordo. Encaminhe-se à apreciação da Chefia Imediata que procedeu à avaliação.			
			Data _____/_____/_____			
_____ Servidor avaliado			_____ Coordenador(a)-Geral de Recursos Humanos			
Em atenção ao requerido, manifesto-me no sentido de:			Em função do posicionamento da Chefia Imediata, Avaliador(a), contido no presente recurso, a CAD, na forma do § 4º, do artigo 22, do Decreto nº 7.133/2010, e após apreciar todas as circunstância relacionadas à avaliação em questão, decide:			
( ) - Ratificar a avaliação concedida.			( ) - Ratificar a avaliação externada pela Chefia Imediata, Avaliador(a).			
( ) - Retificar a avaliação concedida, prevalecendo a nova avaliação externada no Anexo II.			( ) - Retificar a avaliação concedida, prevalecendo a nova avaliação externada no Anexo II			
			Data _____/_____/_____			
			_____ _____ Membro da CA D Membro da CAD _____ _____ Membro da CA D Membro da CAD			
_____ Chefia imediata (avaliador)			_____ Presidente(a) da CAD			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO VI

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL PARA FINS DA GDACE

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL PARA FINS DA GDACE			
Ministério da Integração Nacional		PERIODO AVALIATIVO	
Secretaria Executiva			
Departamento de Gestão Interna		____/_____/_____ a _____/____/_____	
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO			
Nome:		Matrícula SIAPE:	
Cargo:		Classe e Padrão:	
Data de Ingresso:		Unidade de Exercício:	
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR			
Nome:		Matrícula SIAPE:	
Cargo em Comissão:		Código DAS:	
GRAU DE CORRESPONDÊNCIA PARA FINS DE AVALIAÇÃO			
Raramente	Ocasionalmente	Quase Sempre	Sempre
(0,1 a 0,3)	(0,4 a 0,6)	(0,7 a 0,9)	(1,0)
FATORES DE AVALIAÇÃO			Pontuação
1 - Produtividade no Trabalho			
1.1-Tem capacidade de produzir mais com menor quantidade de recursos ou em menor espaço de tempo.			
1.2-Cumpre suas tarefas dentro dos prazos estipulados.			
1.3-Interage com a chefia imediata objetivando solucionar problemas relacionados às atividades institucionais.			
1.4-Executa suas tarefas de acordo com o padrão normatizado pela legislação legal.			
1.5-É proativo nas soluções dos problemas relacionados ao desempenho das tarefas e inovador em proposição de téc. administrativas.			
2-Conhecimento de Métodos e Técnicas			
2.1-Desempenha suas tarefas com responsabilidade e com visão da repercussão dos seus efeitos sobre o cumprimento das metas institucionais propostas para o ciclo avaliativo.			
2.2-Demonstra conhecimentos técnicos e habilidades profissionais compatíveis com a complexidade das tarefas desempenhadas.			
2.3-Tem iniciativa para manter-se atualizado em relação aos conhecimentos e habilidades ligadas à sua área de atuação - verificadas no decorrer do ciclo avaliativo.			
2.4-Propõe melhorias nos métodos e nos procedimentos de desempenho das rotinas institucionais da unidade.			
3-Trabalho em Equipe			
3.1-Apresenta habilidade para interagir com os membros da equipe de trabalho de forma empática.			
3.2-Tem conduta flexível diante de situações conflitantes, priorizando a mediação na solução dos problemas.			
3.3-Atua moderadamente, demonstrando atitudes e comportamentos maduros e não revidativos.			
3.4-Apresenta controle emocional em conflitos rotineiros ou inesperados.			
4-Comprometimento com o Trabalho			
4.1-Desempenha suas tarefas focado num resultado final que não possibilita o retrabalho.			
4.2-Capacidade de almejar, frequentemente, o atingimento das metas e objetivos individuais, propondo projetos e alternativas viáveis que propiciem o alcance das metas institucionais propostas para o ciclo avaliativo.			
4.3-Tem predisposição para ação e para o esforço em prol da instituição, cooperando para o cumprimento de sua missão e a consequente realização dos projetos e atividades planejados, assim como a consecução dos objetivos esperados.			
5-Cumprimento das Normas de Procedimentos e de Conduta			
5.1-Comparece ao local de trabalho com assiduidade, cumprindo sua jornada de trabalho de acordo com o horário preestabelecido.			
5.2- Conhece e cumpre as normas gerais da estrutura e funcionamento do órgão, bem como os regulamentos vigentes na área de atuação, demonstrando postura orientada por princípios e regras morais de senso comum aplicado em qualquer tempo, lugar ou situação.			
5.3-Tem capacidade de trabalhar com método e ordem, distribuindo adequadamente o tempo e as tarefas com relação às responsabilidades assumidas.			
5.4-Faz uso de procedimentos e técnicas adequados na execução das tarefas administrativas			
Total de pontos			
Resultado da Avaliação Individual			
Resultado da Avaliação Institucional			
Total de Pontos para fins de pagamento da GDACE			
Data _____/_____/_____		Data _____/_____/_____	
Servidor Avaliado		Chefia Imediata - Avaliador	
Carimbo e Assinatura		Carimbo e Assinatura	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 152, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Estado do Acre.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Estado do Acre, no valor de R$ 784.000,00 (setecentos e oitenta e quatro mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.000360/2013-91.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0107; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 18 de abril de 2013

Nº 7 - Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N.º 59400.002726/2012-69. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Apuração dos fatos noticiados no item 3.3.1.1, do Relatório de Demandas Especiais da Controladoria-Geral da União - RDE n.º 00190.024902/2011-11, constantes do Processo MI n.º 59000.000014/2012-18, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso de seus trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente. VISTOS e examinados os autos deste Processo Administrativo Disciplinar e considerando os fundamentos contidos no Parecer CONJUR/MI nº 41/2013 (folhas 443 a 448) cujo teor foi reexaminado pela mesma Consultoria Jurídica, conforme a Nota CONJUR/MI N.º 114/2013 (folhas 462 a 463), acato suas razões e com fulcro no art. 168 da Lei n° 8.112/90, de 11 de dezembro de 1.990, DECIDO: ACOLHO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (folhas 388 a 415), DETERMINO o ARQUIVAMENTO dos presentes autos e INSTAURAÇÃO de Sindicância Investigativa conforme sugere a CONJUR/MI em suas manifestações acima identificadas.

Nº 8 - Ref.: Processo de Sindicância Investigativa n° 59000.000816/2011-47. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Apurar os fatos noticiados no Processo MI n.º 59000.000870/2010-10, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do procedimento apuratório. VISTOS e examinados os autos do Processo de Sindicância Investigativa e considerando os jurídicos fundamentos contidos no Parecer CONJUR/MI n.º 507/2012 (16.5), de 11 de junho de 2012 (folhas 55 a 59) e no PARECER n.º 224/2013-CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 15 de março de 2013 (folhas 65 a 68), acato suas razões e com fulcro no art. 168 da Lei n° 8.112/90, de 11 de dezembro de 1.990, DECIDO: anular o Relatório Final da Comissão de Sindicância Investigativa. DETERMINO a imediata instauração de nova Sindicância Investigativa.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Aprova "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 064/2013, que readequa a dotação do Programa Emergencial para a Seca, que integra o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com base em ajustes ao Plano de Aplicação referente ao exercício de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, ademais do que trata o inciso XVI e o parágrafo único do art. 11 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como, o estabelecido pela alínea "c", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, torna público que, com base em pedido do Banco do Nordeste, instrumentalizado por Proposição apresentada pela SUDENE, e considerando ainda, a urgência e relevância do assunto adiante tratado, resolve:

Art. 1º Aprovar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 064/2013, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 136ª reunião, de 17 de abril de 2013, que trata de ajuste no "Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)" do exercício de 2013, objetivando suplementação da dotação do Programa Emergencial para a Seca.

Para tanto, este colegiado estabelece que:

a) fica o Banco do Nordeste do Brasil S.A. autorizado a promover a suplementação, em R$ 350 milhões, do orçamento do Programa Emergencial para a Seca, à conta de reprogramação da aplicação de recursos do FNE concernente ao exercício de 2013, observadas as bases e condições das linhas de crédito especiais instituídas e regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN;

b) os prazos para contratação das linhas especiais de crédito, destinadas aos beneficiários citados nos itens a seguir, serão aqueles a serem estabelecidos pelo CMN por proposta do Ministério da Integração Nacional:

i) empreendedores individuais, empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços , cooperativas de produção, associações e agroindústrias (Resolução nº 4.075/2012, do CMN); e

ii) produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas), cooperativas e associações de produtores rurais (Resolução nº 4.076/2012, do CMN).

Art. 2º Fica estabelecido que o Banco do Nordeste encaminhe à SUDENE e ao Ministério da Integração Nacional a nova versão do Plano de Aplicação dos Recursos do FNE referente ao exercício de 2013 para conhecimento deste colegiado até sua próxima reunião.

Art. 3º A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no site da SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br, e será submetida à ratificação pelo Conselho Deliberativo da Autarquia em sua próxima reunião ordinária.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

GRUPO EXECUTIVO PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RESOLUÇÃO Nº 1.305, DE 5 DE ABRIL DE 2013

O GRUPO EXECUTIVO PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - GERES, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a deliberação tomada em sua 321ª reunião ordinária, realizada aos 05 de abril de 2013, resolve:

Estabelecer as Diretrizes e Prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, sob a modalidade de subscrição de debêntures, para o Exercício de 2013.

JOSÉ EDUARDO FARIA DE AZEVEDO
p/Grupo Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 53, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informação de Desastres - FIDE, constante dos respectivos processos dos municípios listados na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Benjamin Constant	Inundações - 1.2.1.0.0	167	08/04/13	59050.000356/2013-23
AM	Itamarati	Alagamentos - 1.2.3.0.0	377	12/04/13	59050.000321/2013-94
BA	Guanambi	Estiagem - 1.4.1.1.0	156	02/04/13	59050.000380/2013-62
BA	Terra Nova	Estiagem - 1.4.1.1.0	083	02/04/13	59050.000381/2013-15
CE	Juazeiro do Norte	Enxurradas - 1.2.2.0.0	16	01/04/13	59050.000357/2013-78
MT	Aripuanã	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	2.116/2013	08/04/13	59050.000332/2013-74
MS	Aquidauana	Inundações - 1.2.1.0.0	056/2013	08/04/13	59050.000382/2013-51
MS	Bataporã	Inundações - 1.2.1.0.0	064/2013	08/04/13	59050.000383/2013-04
MG	Chácara	Deslizamentos - 1.1.3.2.1	1.390	05/04/13	59050.000384/2013-41
MG	Crisólita	Estiagem - 1.4.1.1.0	006/2013	15/03/13	59050.000359/2013-67
MG	Glaucilândia	Estiagem - 1.4.1.1.0	012/2013	10/04/13	59050.000370/2013-27
MG	Japonvar	Estiagem - 1.4.1.1.0	025/2013	11/04/13	59050.000385/2013-95
MG	Lontra	Estiagem - 1.4.1.1.0	15	05/04/13	59050.000386/2013-30
MG	Montezuma	Estiagem - 1.4.1.1.0	008/2013	01/04/13	59050.000371/2013-71
MG	Pintópolis	Estiagem - 1.4.1.1.0	005/2013	12/04/13	59050.000387/2013-84
MG	Urucuia	Estiagem - 1.4.1.1.0	007/2013	12/04/13	59050.000388/2013-29
PR	Nova Londrina	Enxurradas - 1.2.2.0.0	109/2013	03/04/13	59050.000372/2013-16
PE	Orocó	Estiagem - 1.4.1.1.0	008/2013	19/03/13	59050.000389/2013-73
RS	Hulha Negra	Vendaval - 1.3.2.1.5	1.711	11/04/13	59050.000373/2013-61
SP	São José do Rio Preto	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	16.722	26/03/13	59050.000374/2013-13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 318, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, XIII e XVIII da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994,

Considerando a mensagem eletrônica enviada pelo defensor público-chefe da Defensoria Pública da União em Goiânia/GO, solicitando autorização para firmar Acordo de Cooperação Técnica juntamente com o Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Cidadania e Trabalho;

Considerando a possibilidade de o órgão administrativo e seu titular delegarem parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, conforme dispõe o art. 12 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

Considerando que as atribuições dos defensores públicos-chefes da Defensoria Pública da União previstas no art. 15 da Lei Complementar n° 80, de 1994, não são exaustivas, a eles cabendo desempenhar atividades delegadas pelo Defensor Público-Geral Federal, resolve:

Art. 1º - Delegar atribuição ao defensor público-chefe da Defensoria Pública da União em Goiânia/GO para assinar, juntamente com o Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Cidadania e Trabalho, Acordo de Cooperação Técnica que visa promoção da cooperação entre o Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas e o Núcleo Regional da Defensoria Pública da União em Goiânia e Aparecida de Goiânia para estruturar, integrar, articular e/ou ampliar ações voltadas à prevenção ao uso, tratamento e reinserção social do usuário de álcool e outras drogas no âmbito do Estado de Goiás.

Art. 2º - O referido termo de cooperação não deverá gerar repasse de verba ou contraprestação financeira.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 2 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre o interesse da Administração nas hipóteses de remoção a pedido

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso I do art. 10 da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994:

Considerando a inamovibilidade insculpida no art. 134, §1º da Constituição Federal e o disposto nos arts. 35 e 37 da Lei Complementar nº 80/94 c/c art. 36, parágrafo único, a, b da Lei nº 8.112/90;

Considerando o disposto nos arts. 35, 37 e 39, "caput" e §2º, todos da Lei Complementar nº 80/94 c/c art.53, da Lei 8.112/1990, e art. 1º do Decreto 4.004/2001;

Considerando a diretriz jurisprudencial do STJ (AgRg no Ag 1368615/SC; AgRg no REsp 1205665/PR; AgRg no REsp 963960/SC, AgRg no REsp 943682/PA), da Turma Nacional de Uniformização (Incidente 2007.77.251.00051-24; PEDILEF 2006.51.510.0207-56) e decisão do CNJ proferida em 05/12/2012 de Relatoria do Exmo. Dr. José Guilherme Vasi Werner, resolve:

Art.1º. A remoção a pedido sempre ocorrerá no interesse da Administração e dependerá de existência de vaga na mesma Categoria do interessado e na localidade de destino.

Art.2º. A presente Resolução não se aplica aos casos de remoção por permuta.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 2 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a observância dos princípios da isonomia, mérito e moralidade pública, procedimentos e fiscalização nos contratos de mão de obra terceirizada celebrados com a Defensoria Pública da União.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso I do art. 10 da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando a necessidade de promover a observância dos princípios de isonomia, eficiência e moralidade pública na execução de contratos de terceirização de mão-de-obra no âmbito da Defensoria Pública da União, bem como o intuito específico de prevenir e reprimir a prática de nepotismo advinda da contratação de parentes consanguíneos ou afins de gestores e servidores públicos da Defensoria Pública da União por parte das empresas de terceirização de mão-de-obra que mantêm contratos administrativos com o Órgão, resolve:

Art. 1º. As empresas de terceirização de mão-de-obra observarão na contratação de seu pessoal apenas a capacidade técnica, as qualificações e requisitos exigidos para o desempenho dos serviços contratados pela Defensoria Pública da União, segundo princípios de isonomia, mérito e moralidade pública.

Art. 2º. Os Defensores Públicos Federais, bem como os servidores públicos da Defensoria Pública da União, deverão, no âmbito de sua atuação, zelar e observar o cumprimento das disposições contidas no artigo 1º.

Art. 3º. Os gestores de contratos deverão colher declaração dos terceirizados contratados de que não são parentes por consanguinidade ou afinidade, até o quarto grau, de Defensores Públicos Federais e servidores públicos da DPU, para fins de contratação de pessoal nas empresas de terceirização de mão-de-obra, relativamente aos contratos celebrados com a Defensoria Pública da União.

Art. 4º. A exigência contida no artigo 3º atinge todos os gestores e servidores públicos da Defensoria Pública da União, no que se incluem agentes do seu quadro próprio de pessoal, servidores públicos requisitados e redistribuídos.

Art. 5º. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União deverá receber e processar as denúncias de que a contratação de pessoal terceirizado tenha se dado por favorecimento pessoal de gestores ou servidores públicos do Órgão em desobediência a critérios de isonomia, capacidade técnica e moralidade pública.

Art. 6º. A presente resolução não afasta a aplicação no âmbito da Defensoria Pública da União do Decreto nº 7.203/2010, bem como outros regramentos aplicáveis à matéria.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.362, DE 3 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/495 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa METALURGICA SCHADEK LTDA, CNPJ nº 60.851.417/0001-90 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 651/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.410, DE 5 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1414 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO EDIFICIO FARIA LIMA CENTURY FLAT, CNPJ nº 03.907.313/0001-16 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.411, DE 5 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1586 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MC CARTOES PLASTICOS LTDA, CNPJ nº 03.221.889/0001-25 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.432, DE 9 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1100 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONTEFORTE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.054.916/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 669/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.444, DE 10 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/509 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UNIFORT SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.989.765/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 648/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.480, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4929 - DPF/STS/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa E.R.O.S SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 16.709.779/0001-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 507/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.487, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/693 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 724/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.489, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/792 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORMA-SEG CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESSOAL PARA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.319.497/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 726/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.492, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/828 - DPF/STS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FALCÃO CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE SEGURANÇA SC LTDA, CNPJ nº 60.012.499/0001-89, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

42281 (quarenta e duas mil e duzentas e oitenta e uma) Espoletas calibre 38

42281 (quarenta e dois mil e duzentos e oitenta e um) Projéteis calibre 38

2398 (duas mil e trezentas e noventa e oito) Espoletas calibre .380

2398 (dois mil e trezentos e noventa e oito) Projéteis calibre .380

20 (vinte) Quilos de chumbo calibre 12

11800 (onze mil e oitocentos) Gramas de pólvora

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.499, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1198 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa SEGURANÇA E VIGILANCIA CÃO DE GUARDA, CNPJ nº 01.680.312/0001-56, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada na Bahia.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.500, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1208 - DPF/CRU/PE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BRITAR COMERCIO INDUSTRIA DE MINERAÇÃO SÃO CAETANO LTDA, CNPJ nº 13.233.740/0001-10, para atuar em Pernambuco.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.501, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1290 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HÉRCULES VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.274.939/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 718/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.508, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75276 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TELFORM ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇAS LTDA, CNPJ nº 04.448.042/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 685/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.519, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/448 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SAMSEG SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.335.565/0001-06, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

14 (quatorze) Revólveres calibre 38

160 (cento e sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.534, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/703 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CSN CORPO DE SEGURANÇA DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 03.983.016/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 630/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.537, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1001 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VISAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.267.406/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 741/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.544, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1148 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa FORINTEC SEGURANCA - EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.308.770/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 681/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.546, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1504 - DPF/ARU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SUPORTE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.894.429/0001-93, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Pistola calibre .380

2 (dois) Revólveres calibre 38

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

500 (quinhentos) Estojos calibre 38

7800 (sete mil e oitocentos) Gramas de pólvora calibre 38

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38

2000 (duas mil) Munições calibre .380

2300 (duas mil e trezentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.553, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1311 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONCEDER autorização à empresa GRANDSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.413.243/0001-78, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente VISE VIGILANCIA E SEGURANÇA LIMITADA, CNPJ nº 42.146.902/0003-42:

11 (onze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

132 (cento e trinta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 30.599, DE 25 DE MARÇO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.023683/2012-57 - DELESP/SR/SP, resolve:

Autorizar a empresa 318 VALENTES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.652.261/0001-75, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser: 318 VALENTES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA EIRELI.

CLYTON EUSTÁQUI XAVIER

PORTARIA Nº 30.634, DE 11 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08350.041526/2011-42 - SR/DPF/MG, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa BH FORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 07.430.373/0001-41, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 30.637, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08502.001356/2013-44 - DPF/SJE/SP, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa BEBIDAS POTY LTDA., CNPJ/MF nº 55.223.127/0002-42, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 30.638, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.003476/2013-67 - DELESP/SR/SP, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa CLUBE ATLÉTICO MONTE LÍBANO, CNPJ/MF nº 60.782.778/0001-21, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 30.639, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08285.003828/2013-13 - SR/DPF/ES, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa HOTEL E RESTAURANTE ILHACÚSTICO LTDA - ME., CNPJ/MF nº 07.780.834/0001-06, localizada no Estado do ESPÍRITO SANTO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 30.640, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08310.002017/2013-32 - SR/DPF/MA, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa OLEAGINOSAS MARANHENSES S.A., CNPJ/MF nº 06.265.581/0001-70, localizada no Estado do MARANHÃO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 30.641, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08310.011064/2012-96 - SR/DPF/MA, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa FUNDAÇAO JOSUÉ MONTELLO, CNPJ/MF nº 01.441.372/0001-16, localizada no Estado do MARANHÃO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 30.642, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08508.000287/2013-00 - DPF/RPO/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE BEBEDOURO LTDA., CNPJ/MF nº 05.119.231/0001-32, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
10ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

PORTARIA Nº 132, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente Substituto da 10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 107, incisos IV e XI, da Portaria nº 1.375 de 02 de agosto de 2007, do Sr. Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U. de 06/08/07, c/c o inciso IV, do Art. 58, da lei nº 8.666, de 21/06/1993 e, de acordo com o contido no Processo nº 08.655.005.111/2012-61, resolve:

Art. 1º - Aplicar à empresa VILITECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME a penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO, pelo prazo de 01 (um) ano, com fulcro no inciso III, do Art. 87 c/c o Art. 62, ambos da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIRGÍLIO DE PAULA TOURINHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHO DA DIRETORA ADJUNTA

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO dos despachos deferitórios, abaixo relacionados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos:

Processo Nº 08221.000234/2012-14 - CHRISTELA CHARLES
Processo Nº 08241.002429/2012-52 - CHRISTIN MARDI
Processo Nº 08221.002939/2011-87 - CLAUDE WILSON
Processo Nº 08221.000186/2012-56 - DIEUFAITE AZEME
Processo Nº 08221.000119/2012-31 - EMILIENNE GABRIEL
Processo Nº 08241.002433/2012-11 - GEORDANY NOEL
Processo Nº 08241.000873/2010-71 - INOLANT DAMIS
Processo Nº 08241.000923/2010-11 - JEAN CHRISMOND LOUIS
Processo Nº 08241.002031/2012-16 - JOHNSON JEAN BAPTISTE
Processo Nº 08241.000582/2012-45 - LEONEL PIERRE
Processo Nº 08241.000870/2012-08 - MARCIAL FABRE
Processo Nº 08221.000235/2012-51 - MARIE CHRISTINE CHARLES
Processo Nº 08221.002800/2011-33 - ONES ALCENAT
Processo Nº 08241.003461/2011-74 - OUDVEL VILMEUS
Processo Nº 08241.000971/2011-90 - REBERT LOUIMARIE
Processo Nº 08241.000496/2012-32 - RICHEMOND DUPIN
Processo Nº 08221.002662/2011-92 - WILKENS ZAMOR
Processo Nº 08221.003281/2011-21 - YOLANDE PETION
Processo Nº 08241.001810/2012-02 - MILFORT DIMY
Processo Nº 08241.002383/2012-71 - FREDO MERILUS.

Tendo em vista que já decorreu prazo superior ao solicitado pelo requerente, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, conforme art. 52 da Lei nº 9.784/99, bem assim mantenho o Ato publicado no Diário Oficial da União de 05/08/2011, Seção 1, pág. 99. Processo Nº 08018.020527/2009-10 - PATRICK CHARLES LIONEL DOLCI, ISABELLE COLETTE HENRIO DOLCI, ENZO DOLCI e TESS DOLCI.

INDEFIRO o recurso tendo em vista que já decorreu o prazo solicitado pelo requerente, bem assim mantenho o Ato publicado no Diário Oficial da União de 26/11/2012, Seção 1, pág. 36. Processo Nº 08460.007143/2012-89 - MERLIN PARRA JIMENEZ.

IZAURA MARIA SOARES

RETIFICAÇÕES

No Ato publicado no Diário Oficial da União de 19 de março de 2013, Seção 1, pág. 39, onde se lê WILNEGRAS ANDRE, leia-se WILNERGAS ANDRE.

Na publicação do DOU de 18/4/2013, Seção 1, pág. 34, 1ª Coluna, onde se lê: DESPACHOS DA DIRETORA, leia-se: DESPACHOS DA DIRETORA ADJUNTA.

(p/Coejo)

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08505.085327/2012-16 - INES SOFIA AMADO RAMALHEIRA PORTOVEDO
Processo Nº 08505.085146/2012-90 - YAYOI OKUDA OKA
Processo Nº 08505.085186/2012-31 - ROCIO ELIZABETH CHAVEZ ALVAREZ
Processo Nº 08505.085310/2012-69 - SOLENE NATHALIE VICENTE DE AZEVEDO
Processo Nº 08070.002640/2012-84 - FRANCISCO MANUEL BRANCO PRAZERES
Processo Nº 08070.003997/2012-80 - JOSEPH ANDREW LAMPRON
Processo Nº 08124.003016/2012-21 - PATRICIA EUGENIA IZQUIERDO OCHOA
Processo Nº 08389.024918/2012-91 - NATHALIA NOEMI MALDONADO VARELA CHRIST
Processo Nº 08220.005010/2012-09 - TANIA MARGARITA LOPEZ VEINTEMILLA
Processo Nº 08322.000882/2012-24 - FILIPE DA CONCEICAO NUNES
Processo Nº 08354.002814/2012-22 - LUIS DIAZ SANCHEZ
Processo Nº 08354.003308/2012-51 - HOFESH MAOZ AZIZ
Processo Nº 08420.016459/2012-38 - SEBASTIEN JEAN MICHEL GHISLAIN DE RYBEL
Processo Nº 08438.000213/2013-36 - MARIANELA VELAZQUEZ ARAUJO RODRIGUES
Processo Nº 08444.005135/2012-04 - LAREE DANIELLE ZABALETA
Processo Nº 08460.032709/2011-20 - ROBERT FREDERICK RISKIN
Processo Nº 08460.016044/2011-15 - MARIO PERRONE
Processo Nº 08460.035756/2011-25 - PETER GERHARD MEIER
Processo Nº 08460.038285/2011-15 - KWAI FONG WONG
Processo Nº 08460.039206/2011-85 - GRICELDA CERVANTES PEREZ
Processo Nº 08494.000695/2012-79 - CHANGAIZ KHAN
Processo Nº 08502.010693/2012-41 - ALBERTO PINTO PORTELA
Processo Nº 08504.013070/2012-19 - VICENTE DI LUCA
Processo Nº 08505.070538/2012-54 - BRIAN LANE STEPHENSON
Processo Nº 08505.074242/2012-11 - IFEANYI EMMANUEL MMADUAKOR
Processo Nº 08505.074464/2012-25 - JOSE MARIA ANAYA CLAROS
Processo Nº 08505.079560/2012-60 - SARA ROSE RACS BRIGIDO
Processo Nº 08505.083570/2012-08 - BRIAN BEGLEY
Processo Nº 08505.085483/2012-87 - FANG YIN LIAO
Processo Nº 08505.087925/2012-20 - JAMES UNABOR
Processo Nº 08505.087927/2012-19 - PIERRE STEPHANE EMMANUEL GUERINEAU
Processo Nº 08505.087954/2012-91 - RODICA MUNTEANU
Processo Nº 08505.092947/2012-10 - IAN PAUL COX
Processo Nº 08514.007058/2012-48 - ERIC BASTIANEL
Processo Nº 08514.008469/2012-51 - SILVIA LILIANA FARIA DA CUNHA
Processo Nº 08514.009888/2012-18 - JULIA CORAZON JENTSCH
Processo Nº 08707.004644/2012-73 - ANAIS MAIWENN GUEGUEN PERRIN
Processo Nº 08707.006427/2012-18 - MICHEL ANDRE MAURICE HOSPITAL
Processo Nº 08709.010750/2012-76 - MARCEL OEHME
Processo Nº 08709.010813/2012-94 - TOBIAS NONNENMACHER.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08070.001202/2012-07 - GUERDA FORTUNE

Processo Nº 08070.004510/2012-86 - AGUSTIN DIAZ SANCHEZ

Processo Nº 08260.000351/2011-22 - FRANCESCO ORLANDINI e SAMANTA BARSOTTI

Processo Nº 08335.010695/2012-18 - ANGEL GABRIEL ARMOA SANCHEZ e OLGA CAROLINA MORA RIVAS

Processo Nº 08389.019235/2012-11 - CARLOS RUBEN SUAREZ

Processo Nº 08389.020301/2012-04 - ANIBAL BORJA

Processo Nº 08389.024926/2012-37 - LAURA RAQUEL GONZALEZ LEITEZ

Processo Nº 08389.025576/2012-26 - HERMINIA CACERES CANETE

Processo Nº 08410.003473/2011-18 - JAROM LEE THURSTON

Processo Nº 08420.001839/2012-78 - DIRK STEFFEN WOLLSCHLAEGER

Processo Nº 08420.001904/2012-65 - VINCENZO DALLE RIVE

Processo Nº 08457.000880/2012-18 - CARLOS ALBERTO VOINA ANTUNES

Processo Nº 08457.012792/2011-70 - FRANK ADDISON JENKINS III

Processo Nº 08460.004148/2012-50 - MUFTAH SALEH EL GADI

Processo Nº 08460.016576/2009-20 - OLIVIER STEPHANE KROTIN

Processo Nº 08460.019940/2011-28 - VANESSA QUIROZ CASTILLON

Processo Nº 08495.000434/2012-49 - CLAUDIA ROSSINA SUCHINI DE DOS SANTOS

Processo Nº 08502.010678/2012-01 - JOAQUIM ANTONIO PAULINO SANTANA

Processo Nº 08478.003394/2012-03 - SHEILA PONCE MARTINEZ

Processo Nº 08495.001696/2012-21 - MIGUEL FRAGOSO MENDES GARCIA e MARIA TERESA DE ALMEIDA FERNANDES JOSE DE MELLO

Processo Nº 08505.005211/2012-10 - HAISHENG ZHENG e SUWEI JIANG

Processo Nº 08505.012882/2012-29 - NADIA JABER

Processo Nº 08505.078867/2012-43 - TEODORA PINTOS ESPINOLA

Processo Nº 08505.085372/2012-71 - JAVIER BALDERRAMA GARCIA

Processo Nº 08514.007060/2012-17 - CHEN YANQIN

Processo Nº 08514.008448/2012-35 - LYUBOMIR IVANOV IVANOV

Processo Nº 08505.067282/2012-06 - LUIS ENRIQUE VIZCAINO BARAJAS

Processo Nº 08505.061308/2012-02 - JINJUN YE e JIANJUAN FENG

Processo Nº 08505.070519/2012-28 - WENJIN CHEN e FANG CHEN

Processo Nº 08505.071354/2012-10 - FRANCISCO ROBERTO CARRA

Processo Nº 08505.079387/2012-08 - DIRK MICHAEL BOHE e PAOLA AREVALO SILVA

Processo Nº 08505.085035/2012-83 - HAI LIN e LILI TANG

Processo Nº 08505.085472/2012-05 - SHIYUAN YANG e YANNAN XIAO

Processo Nº 08505.092398/2012-75 - CARLOS ALBERTO ESCOBAR SAMUDIO e MARIA ROSANA SANABRIA GOMEZ

Processo Nº 08505.092925/2012-41 - KAITUAN MO e XIULEI CHEN

Processo Nº 08505.113959/2011-04 - JAIME QUINTEROS GONZALES e MARCIA INES CABALLERO VEZA

Processo Nº 08520.012470/2012-09 - JULIANA FILIPA RODRIGUES FERREIRA

Processo Nº 08706.003942/2012-56 - YAJIE ZHU

Processo Nº 08505.093224/2012-20 - CLAUDIO LUIS VELARDE.

DEFIRO os pedidos de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:

Processo Nº 08505.121205/2012-09 - EDGAR MACHUCA MEJIA, JHACK MACHUCA ROCHA e SARA ROCHA OLIVERA

Processo Nº 08505.092400/2012-14 - PAOLA LIXI DA SILVA RAMIREZ e YANAHINA BELEN BARREIRO DA SILVA

Processo Nº 08505.121153/2012-62 - EMILIANA ALVAREZ MARTINEZ

Processo Nº 08505.121204/2012-56 - JORGE JUAN MIRANDA HERRERA.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pela nacional peruana FELICITA ADELAIDA MARQUEZ SANTUR, na forma no art.75, II, "a", da Lei 6.815/80, bem assim para os nacionais ALESSANDRO DANIEL ROSALES MARQUEZ e ASTRID DESIREE ROSALES MARQUEZ com base no art. 2°,I, da Resolução Normativa 36/99. Processo Nº 08390.005525/2012-49 - FELICITA ADELAIDA MARQUEZ SANTUR, ALESSANDRO DANIEL ROSALES MARQUEZ e ASTRID DESIREE ROSALES MARQUEZ.

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, para FATIMA ZORAIDA MENDOZA DE BREHM, ERIC GRAHAM BREHM MENDOZA e NICOLE GRACE BREHM MENDOZA e por economia processual, para HANSJORG GEORG BREHM ao amparo da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente. Processo Nº 08125.000019/2013-84 - FATIMA ZORAIDA MENDOZA DE BREHM, ERIC GRAHAM BREHM MENDOZA, NICOLE GRACE BREHM MENDOZA e HANSJORG GEORG BREHM.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 31/01/2012, Seção 1, pág. 49, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08501.015660/2011-17 - ARTUR JOSÉ FALHAS PAREDES.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo de permanência, diante da solicitação da parte interessada. Processo Nº 08065.003249/2012 - 76 - STEPHEN CLOAK.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000136/2013-54 - MARCIN LUKASZ PUCULEK, até 17/04/2015

Processo Nº 08000.000583/2012-22 - NEVEN BIJELIC, até 15/07/2014

Processo Nº 08000.000639/2012-49 - KARMEN MISETIC, até 15/07/2014

Processo Nº 08000.003687/2012-99 - RODNEY WENDELL GUILBEAU, até 01/05/2014

Processo Nº 08000.003815/2012-02 - DARIUSZ KRZYSZTOF STANKO, até 23/07/2014

Processo Nº 08000.005306/2012-14 - CECIRON ALEJO DURAN, até 21/06/2014

Processo Nº 08000.005703/2012-88 - DAMIEN JUDE STEBBINS, até 23/02/2014

Processo Nº 08000.014228/2012-31 - JOSE MARIE LUBI OLAN, até 23/11/2014

Processo Nº 08000.015365/2012-92 - STEPHEN PAUL WENTWORTH, até 29/01/2015

Processo Nº 08000.015462/2012-85 - CLARENCE JOHNSON, até 11/08/2014

Processo Nº 08000.018068/2012-07 - RICHARD CAMPBELL LOUGH, até 11/01/2014

Processo Nº 08000.018177/2012-16 - STEPHEN ANDREW HARDING, até 11/01/2014

Processo Nº 08000.018522/2012-11 - MARK ANTHONY ALEXANDER, até 11/01/2014

Processo Nº 08000.021203/2012-93 - LEIF KNUDSEN, até 13/11/2014

Processo Nº 08000.021318/2012-88 - GEORGE F SCHULTE, até 08/02/2015

Processo Nº 08000.021353/2012-05 - DEREK LEE WORTHINGTON, até 04/12/2013

Processo Nº 08000.022511/2012-36 - LUIS ALBERTO BARRETO MENDOZA, até 25/09/2013

Processo Nº 08000.023287/2012-08 - ALBERTO RONAMO BENARO, até 30/11/2014

Processo Nº 08000.023498/2012-32 - PATRICK JAMES HUBBARD, até 26/03/2015

Processo Nº 08000.024269/2012-35 - JEREMY PAUL DAVIS, até 14/05/2015

Processo Nº 08000.026103/2012-53 - KAY ARNE SILDEN, até 05/01/2015

Processo Nº 08000.026302/2012-61 - RAJESH KUMAR PRABHAKARAN NAIR, até 12/03/2015

Processo Nº 08000.026379/2012-31 - STEPHEN FREDERICK NYE, até 11/05/2015

Processo Nº 08000.027086/2012-71 - RAJENDER SINGH RATHORE, até 28/04/2015.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08494.009002/2012-11 - GIUSEPPE MACCOTTA.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08420.001861/2012-18 - FILIPPO BRANCAZI.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do País, inviabilizando a instrução processual. Processo Nº 08220.001518/2011-49 - ANGIE KARLA GAMARRA VALASQUEZ.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do País, inviabilizando a instrução processual. Processo Nº 08270.005370/2011-26 - MICHAEL ROENDE.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, a, da Lei 6.815/80. Processo Nº 08492.006207/2012-57 - LUIS ALBERTO MELO RODRIGUEZ.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo:

Processo Nº 08420.000511/2011-53 - GUILLERMO MELGAR TAVERA

Processo Nº 08420.005385/2011-23 - MATTHIAS PELZ DA SILVA

Processo Nº 08420.028795/2011-42 - RUFUS FRISO VAN DER ZEE

Processo Nº 08495.001157/2012-91 - DANTE SEGUNDO REINA VALLES.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.001712/2013-81 - KARL ULRICH KRAMMENSCHNEIDER e CARMEN ALEJANDRA GUTIERREZ VIDELA, até 30/09/2014

Processo Nº 08506.017554/2012-17 - VLADIMIR MIRONOV, até 08/02/2015.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.000320/2013-33 - HAMILTON ESTEVAO DA COSTA JUNIOR, até 30/01/2014

Processo Nº 08260.000394/2013-70 - NANA TAZAWA, até 01/10/2013

Processo Nº 08260.001002/2013-90 - TAIWO OLAMILEKAN BELLO, até 29/09/2013

Processo Nº 08354.002133/2013-45 - NUNO MIGUEL CARDOSO BARBOSA, até 22/02/2014

Processo Nº 08460.028562/2012-54 - KELLY MARGARITA COLMENARES VARGAS, até 24/02/2014

Processo Nº 08460.028563/2012-07 - PAULO ALEXANDRE LOPES DOS REIS, até 22/01/2014

Processo Nº 08460.028566/2012-32 - JAVIER DAVID ANGARITA MARTINEZ, até 01/03/2014

Processo Nº 08460.028623/2012-83 - HENRY GIOVANNY GALLEGOS VELGARA, até 18/02/2014

Processo Nº 08460.028660/2012-91 - MENSAH HUBERT DOSSEVI, até 25/01/2014

Processo Nº 08460.028676/2012-02 - AURETE MARIZA DOMINGOS DA COSTA, até 29/03/2014

Processo Nº 08460.028677/2012-49 - MBELA MABAYA, até 26/02/2014

Processo Nº 08460.028686/2012-30 - JOSEMAR DA COSTA MAGALHAES, até 24/01/2014

Processo Nº 08506.005598/2013-77 - MARIETA FRANCISCO ANTONIO JACA, até 23/03/2014

Processo Nº 08506.016292/2012-65 - JAMPHIER GEYSER CARHUATANTA GOMEZ, até 11/02/2014

Processo Nº 08707.003195/2013-27 - DABANA NAMONE, até 10/03/2014

Processo Nº 08260.001017/2013-58 - JAVIER COLLADO RUANO, até 07/04/2014

Processo Nº 08260.001020/2013-71 - RICARDO ANTONIO CASTANO GAVIRIA, até 21/03/2014

Processo Nº 08260.001022/2013-61 - MARIA ANTONIA MIRANDA GONZALEZ, até 25/03/2014

Processo Nº 08260.001195/2013-89 - ROSE RACHEAL OVBIOSE, até 29/09/2013

Processo Nº 08260.001196/2013-23 - ELIZABETH OLOLADE OLANISEBE, até 29/09/2013

Processo Nº 08260.001216/2013-66 - OPEYEMI JELILAT GANIYU, até 29/09/2013

Processo Nº 08260.001239/2013-71 - SERAINA LUDWICA GRATWOHL, até 28/02/2014

Processo Nº 08505.026157/2013-19 - AMELIA MILENE CORREIA FERNANDES, até 25/02/2014

Processo Nº 08505.026156/2013-74 - ANA BELA CORREIA FURTADO, até 21/02/2014

Processo Nº 08212.001120/2013-73 - LUAMBA TUZOLANA, até 01/03/2014

Processo Nº 08212.002252/2013-12 - PAOLA JUDITH AMARIS RUIDIAZ, até 11/03/2014

Processo Nº 08354.002057/2013-78 - SAMUEL SA, até 21/03/2014

Processo Nº 08391.000084/2013-60 - FRANCIS KALUWANDIMIO MATONDO, até 01/03/2014

Processo Nº 08391.000950/2013-12 - IVAN CAMILO OSPINA ROJAS, até 11/03/2014

Processo Nº 08495.000012/2013-54 - MAMADU DJALO, até 08/03/2014

Processo Nº 08495.000151/2013-88 - LOVENSKY CHAUMETTE, até 28/02/2014

Processo Nº 08495.000338/2013-81 - FERNANDO JORGE LOPES ALMEIDA, até 09/03/2014

Processo Nº 08495.000481/2013-73 - JUCAL BELVAL, até 28/02/2014

Processo Nº 08501.001457/2013-25 - JUAN FERNAN SIERRA HAYER, até 27/02/2014

Processo Nº 08506.003221/2013-83 - ALVARO MANUEL BAIAO, até 24/02/2014

Processo Nº 08506.003227/2013-51 - DANIEL ANTONIO VILLAMIL MONTERO, até 30/11/2013

Processo Nº 08506.017566/2012-33 - OSVALDO MUTUMBA SABINO GULA MIGUEL, até 05/03/2014

Processo Nº 08505.015238/2013-93 - ISABEL CRISTINA PALACIO BETANCUR, até 03/03/2014

Processo Nº 08270.002256/2013-14 - AFRANIO LINO SANTOS PINTO, até 22/02/2014

Processo Nº 08270.002319/2013-24 - JOSE CAMILO TORRES ROMERO, até 21/02/2014

Processo Nº 08270.002328/2013-15 - LUIZETE ARACY LOPES FONSECA, até 08/03/2014

Processo Nº 08505.020224/2013-91 - MARIA DE FATIMA ESTEVES SANTOS MONTEIRO, até 25/03/2014

Processo Nº 08505.025981/2013-51 - FRANCISCO SALEMA REIS ATAIDE CORDEIRO, até 22/11/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.026118/2013-11 - EVELYN ROXANA PEREZ UMANA, até 27/08/2013

Processo Nº 08505.026119/2013-66 - SOLENNE DERIGOND, até 15/07/2013.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). Processo Nº 08256.000116/2013-81 - YAMID ARLEY MERA VELASCO.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, diante do término do curso. Processo Nº 08492.000281/2013-41 - JAIME GODINHO SOARES.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 71, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Programa: PROGRAMA ESPECIAL (Brasil - 2012/2013)
Episódio(s): 407 A 452
Produtor(es): No Ar Comunicação
Diretor(es): Angela Patrícia Reiniger
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedades
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.000737/2013-88
Requerente: ANGELA PATRÍCIA REINIGER

Filme: FAÇA CHUVA OU FAÇA SOL (COME RAIN COME SHINE, Reino Unido - 2010)
Produtor(es):
Diretor(es): David Drury
Distribuidor(es): Nordeste Dist. de Fitas de Vídeos e DVD`S LTDA
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000741/2013-46
Requerente: Nordeste Distribuidora de Fitas de Vídeo e DVDS LTDA

Filme: E ALÉM DE TUDO ME DEIXOU MUDO O VIOLÃO (Brasil - 2012)
Produtor(es): Gullane Entretenimento S/A
Diretor(es): Anna Muylaert
Distribuidor(es): TV Cultura
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000746/2013-79
Requerente: Gullane Entretenimento S/A.

Filme: O BRASIL DEU CERTO, E AGORA? (Brasil - 2013)
Produtor(es): Louise Sottomaior
Diretor(es): Louise Sottomaior
Distribuidor(es): CULTURA MAIOR
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.000755/2013-60
Requerente: CULTURA MAIOR

Filme: MARLEY (Estados Unidos da América / Reino Unido - 2012)
Produtor(es):
Diretor(es): Kevin MacDonald
Distribuidor(es): LK-TEL Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas Ilícitas
Processo: 08017.001162/2013-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A TERRA DO NUNCA - A ORIGEM (NEVERLAND, Reino Unido - 2011)
Produtor(es):
Diretor(es): Nick Willing
Distribuidor(es): LK-TEL Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001163/2013-65
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PLANETA FEROZ (THE OTHER SIDE, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es):
Diretor(es): Billy O`Brien
Distribuidor(es): LK-TEL Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.001166/2013-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ODEIO O DIA DOS NAMORADOS (Brasil - 2013)
Produtor(es):
Diretor(es): Roberto Santucci
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001309/2013-72
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PEDALANDO COM MOLIÈRE (ALCESTE À BICYCLETTE, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Anne-Dominique Toussaint
Diretor(es): Philippe Le Guay
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001311/2013-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A FUGA DO PLANETA TERRA (ESCAPE FROM PLANET EARTH, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Luke Carroll/Catherine Winder
Diretor(es): Cal Brunker
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO AUDIOVISUAL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Livre
Processo: 08017.001312/2013-96
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MINHA MÃE É UMA PEÇA (Brasil - 2012)
Produtor(es): Iafa Britz
Diretor(es): André Pellenz
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001313/2013-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: ICARLY - ONE DIRECTION (ICARLY - IGO ONE DIRECTION, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Dan Schneider
Diretor(es): Steve Hoefer/Adam Weissman/Jerry Trainor/David Kendall
Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.001367/2013-04
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: UM GOLPE PERFEITO (GAMBIT, Espanha - 2012)
Produtor(es): Mike Lobell/Adam Ripp/Rob Paris
Diretor(es): Michael Hoffman
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001469/2013-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: AS LEIS MÍSTICAS (ALICE`S ADVENTURES IN WONDERLAND, Japão - 2012)
Produtor(es): Ryuho Okawa
Diretor(es): Isamu Imakake
Distribuidor(es): Cinemark Brasil S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001523/2013-29
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MALDITA COINCIDÊNCIA (Brasil - 1980)
Produtor(es): Ruth Levy
Diretor(es): Sérgio Bianchi
Distribuidor(es): ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Nudez e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.008734/2012-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A SEGUNDA BESTA (Brasil - 1977)
Produtor(es): Ruth Levy
Diretor(es): Sérgio Bianchi
Distribuidor(es): ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Angústia
Processo: 08017.008736/2012-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 72, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Episódio: THE MOONSHINE WAR (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 01
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.001000/2013-82
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE LIFE INSIDE (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 02
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001001/2013-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE I OF THE STORM (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 03
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.001002/2013-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FOR BLOOD OR MONEY (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 04
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001003/2013-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: COTTONMOUTH (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 05
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001004/2013-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: BLAZE OF GLORY (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 06
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001005/2013-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: SAVE MY LOVE (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 07
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001006/2013-50
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE SPOIL (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 08
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001007/2013-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: BROTHER`S KEEPER (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 09
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.001008/2013-49
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: DEBTS AND ACCOUNTS (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 10
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.001009/2013-93
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FULL COMMITMENT (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 11
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.001010/2013-18
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: RECKONING (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 12
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.001011/2013-62
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: BLOODY HARLAN (Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 13
Título da Série: JUSTIFIED - 2ª TEMPORADA - (JUSTIFIED - SEASON 2)
Produtor(es): Carl Beverly/Michael Dinner/Elmore Leonard
Diretor(es): Jon Avnet/Peter Werner/Michael Dinner
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.001012/2013-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 18 de abril de 2013

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

Processo MJ nº 08017.000332/00-54
Filme: "COLHEITA MALDITA 666 - ISAAC ESTÁ DE VOLTA"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência

Deferir o pedido de reclassificação por adequação, do filme, classificando-o como "Não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que a exibirá na versão apresentada a este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000481/2013-17
Série: "CHUCK - 5ª TEMPORADA"
Episódios: 6751 a 6763
Requerente: SET - Serviços Empresariais LTDA. EPP
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Emissora: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.

CONSIDERANDO que a série "CHUCK - 5ª TEMPORADA" foi apresentada sob a forma de autoclassificação por episódio, formando-se 13 processos com seus respectivos números de protocolo de 08017.000481/2013-17 a 08017.000493/2013-33.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou haver coerência temática entre eles.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem como objetivo transmitir aos cidadãos informação completa e de fácil compreensão sobre o conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que, no presente caso, para melhor informar aos cidadãos e em atenção aos princípios da razoabilidade, do interesse público e da eficiência.

RESOLVO apensar os processos de número protocolar de 08017.000482/2013-53 a 08017.000493/2013-33 ao processo 08017.000481/2013-17, e indeferir o pedido de autoclassificação dos episódios aqui referidos, atribuindo a todos os episódios desta temporada a classificação única de "Não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos" por apresentar violência.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DA DIRETORA
Em 15 de abril de 2013

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada, em razão de que a mesma não atendeu ao disposto no art. 6º, § 3º,II, da Lei nº 9.790:

I. UNIÃO BRASILEIRA PARA A QUALIDADE - UBQ, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 21.229.182/0001-47 - (Processo MJ nº 08001.002799/2013-01).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,III, da Lei nº 9.790:

I. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAVERNA DE ADULÃO - ABCA, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 09.361.939/0001-56 - (Processo MJ nº 08071.000298/2013-59);

II. ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL FREI VITOR - AISFREIV, com sede na cidade de BURITIS, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 08.635.060/0001-92 - (Processo MJ nº 08000.006278/2013-25);

III. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOTEAMENTO SAGRADO CORAÇÃO (AMLOSC), com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 11.759.116/0001-25 - (Processo MJ nº 08071.002545/2013-51);

IV. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO ARCO-ÍRIS - ASSPRUIRIS/RR, com sede na cidade de CARACARAÍ, Estado de Roraima - CGC/CNPJ nº 07.667.131/0001-76 - (Processo MJ nº 08071.002620/2013-84);

V. ASSOCIAÇÃO PROJETO FAROL, com sede na cidade de EMBÚ DAS ARTES, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 14.711.638/0001-45 - (Processo MJ nº 08071.001499/2013-73);

VI. ASSOCIAÇÃO VIVER MAIS & MELHOR, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 13.038.272/0001-22 - (Processo MJ nº 08071.002696/2013-18);

VII. CENTRO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ARTES - CECA, com sede na cidade de ELIAS FAUSTO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 12.743.866/0001-71 - (Processo MJ nº 08071.002528/2013-14);

VIII. ECO BRASIL NATUREZA - EBN, com sede na cidade de PIMENTA BUENO, Estado de Rondônia - CGC/CNPJ nº 17.644.068/0001-06 - (Processo MJ nº 08071.002590/2013-14);

IX. FUNDAÇÃO ALAVANCA DE UBATUBA, com sede na cidade de UBATUBA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 08.920.796/0001-02 - (Processo MJ nº 08071.000602/2013-68);

X. INSTITUTO BIODIVERSIDADE AUSTRAL - IBA, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 16.863.756/0001-02 - (Processo MJ nº 08071.000604/2013-57);

XI. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO E AMBIENTAL - IDSEAM, com sede na cidade de MANAUS, Estado do Amazonas - CGC/CNPJ nº 15.514.238/0001-02 - (Processo MJ nº 08071.002712/2013-64);

XII. INSTITUTO DE PESQUISA PENSI, com sede na cidade de SAO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 17.375.447/0001-48 - (Processo MJ nº 08071.002548/2013-95);

XIII. INSTITUTO HOMEM DE DEUS - IHD, com sede na cidade de MANAUS, Estado do Amazonas - CGC/CNPJ nº 17.390.442/0001-94 - (Processo MJ nº 08071.001480/2013-27);

XIV. INSTITUTO PANORAMA BRASIL, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 17.633.514/0001-87 - (Processo MJ nº 08071.002651/2013-35);

XV. INSTITUTO RUBEM ALVES, com sede na cidade de CAMPINAS, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 17.030.336/0001-08 - (Processo MJ nº 08071.002705/2013-62);

XVI. ISM - INSTITUTO SOBRE MOTOS, com sede na cidade de PORTO ALEGRE, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 15.654.805/0001-26 - (Processo MJ nº 08071.002577/2013-57);

XVII. ONG - ASSOCIAÇÃO PAULISTA SOLIDÁRIA DE SAÚDE SOCIAL MULTIRÃO DA VISÃO, com sede na cidade de SAO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 17.073.634/0001-77 - (Processo MJ nº 08071.003640/2013-72);

XVIII. SUPERAR - ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA E REABILITAÇÃO - SUPERAR, com sede na cidade de FLORIANOPOLIS, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 09.259.119/0001-58 - (Processo MJ nº 08071.002723/2013-44);

XIX. UNIÃO DESPORTIVA GUARAENSE - UDG, com sede na cidade de BRASILIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 01.670.135/0001-27 - (Processo MJ nº 08071.000454/2013-81).

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DECISÃO Nº 4, DE 9 DE ABRIL DE 2013

Processo Administrativo nº 08012.001801/2005-88 Representante: John Patrick Sullivan. Representado(a): Ford Motor Company Brasil Ltda Assunto: Comercialização do Veículo Ford F-250 Super Duty.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em acolhimento às razões técnicas consubstanciadas na Nota Técnica nº 72/2013-CGCTPA/DPDC/SENACON elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos (fls.), adotando-as inclusive como razão de decidir e, deste modo, considerando a gravidade e a extensão da lesão causada a milhares de consumidores em todo o país, a vantagem auferida e a condição econômica da empresa, nos termos do art. 57 da Lei n. º 8.078/90 e art. 25, inciso II e 26, incisos II, do Decreto n.º 2.181/97, alterado pelo Decreto n.º 7.738/ 2012, aplico à representada FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA. a sanção de multa no valor de R$ 165.360,00 (cento e sessenta e cinco mil trezentos e sessenta reais), devendo a representada depositar o valor definitivo da multa em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos da Resolução CFDD nº 16, de 08 de março de 2005, consoante determina o art. 29 do Decreto nº 2.181/97, alterado pelo Decreto n.º 7.738/2012.

AMAURY MARTINS DE OLIVA
Diretor

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 155, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007 e Resolução CEP nº 10, de 29 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo previsto no art. 3º da Portaria nº 95, de 15 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de março de 2013.

MARCELO CRIVELLA

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 18 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.003863/1994-02, sob o comando nº 353849371 e juntada n° 363925961, resolve:

N° 202 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Azenprev - CNPB nº 1994.0029-56, administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00240.000001/0119-92, sob o comando nº 359764921 e juntada nº 364056440, resolve:

N° 203 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre o patrocinador Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda. (nova denominação da Corn Products Brasil - Ingredientes Industriais Ltda.) e o MULTIPREV - Fundo Múltiplo de Pensão, na qualidade de administrador do Plano de Benefícios CornPrev, CNPB nº 1998.0053-56.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 204, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso X, artigo 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e o inciso XXIII, artigo 11 do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista o contido na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, na Portaria PREVIC nº 178, de 11 de abril de 2012 e na Portaria PREVIC nº 249, de 15 de maio de 2012, decide:

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO

Art. 1º A Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC, no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vinculada à alta gestão da autarquia, observará as diretrizes constantes neste ato normativo, por meio da adoção de soluções integradas e específicas para cada uma das unidades administrativas e de negócio da PREVIC.

Art. 2º As diretrizes de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações descrevem a conduta adequada para o tratamento da informação em todo seu ciclo de vida, correspondente à criação, ao manuseio, ao armazenamento, ao transporte e ao descarte das informações, e visam preservar a integridade, a disponibilidade, a autenticidade e o sigilo, quando aplicável, das informações.

CAPÍTULO II
DO PÚBLICO ALVO

Art. 3º As diretrizes da POSIC possuem como público alvo todos os colaboradores que se utilizem dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) da PREVIC.

§1º Para os fins do presente ato normativo, consideram-se colaboradores os servidores públicos pertencentes aos quadros funcionais da PREVIC, ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, incluindo os empregados terceirizados e estagiários contratados.

§2º Consideram-se terceiros os particulares, pessoas físicas ou jurídicas que não se enquadram na qualificação do parágrafo anterior, e que de qualquer forma mantenham relacionamento com a autarquia.

Art. 4º As disposições contidas nestas diretrizes aplicam-se também, no que couber, no tratamento de assuntos de TIC entre a PREVIC e outras instituições públicas ou privadas.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º São princípios da POSIC:

I - a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência e a ética na proteção do ativo de informação;

II - a preservação da disponibilidade, da integridade, da autenticidade e do sigilo, quando aplicável, do ativo de informação;

III - a responsabilização individual na utilização indevida dos ativos da informação; e

IV - a transparência no tratamento das informações institucionais e pessoais, respeitando-se a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, bem como as liberdades e garantias individuais.

Art. 6º As ações de segurança da informação e comunicações devem oferecer respostas rápidas a incidentes e falhas de segurança.

Art. 7º As regras de segurança da informação e comunicações devem ser precisas, claras, concisas e de fácil entendimento.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES
Seção I
Disposições gerais

Art. 8º A POSIC deve ser aplicada ao ambiente de trabalho da PREVIC e difundida por um processo permanente de conscientização a todos os colaboradores e a todos que possuam acesso aos recursos de TIC.

Art. 9º Os colaboradores e terceiros devem conhecer e zelar pelo cumprimento da POSIC.

§ 1º Os gestores responsáveis pelos processos inerentes à Gestão da Segurança da Informação e Comunicações devem receber capacitação especializada.

§ 2º Os contratos de prestação de serviços firmados entre a PREVIC e terceiros devem conter cláusulas que determinem a observância desta POSIC e das demais normas em vigor relacionadas à segurança e ao sigilo da informação.

Art. 10. Os usuários de TIC são responsáveis pela segurança dos recursos e pelos processos que estejam sob sua responsabilidade e uso.

Art. 11. Os recursos de TIC disponibilizados pela PREVIC devem ser utilizados estritamente para fins institucionais, sendo vedado, a qualquer colaborador ou terceiros que tenham acesso a tais recursos, sua utilização para fins diversos daqueles para os quais foram concebidos, dentre eles, o uso para:

I - perpetuar qualquer ação que possa comprometer a integridade, a disponibilidade, a autenticidade e o sigilo, quando aplicável, das informações criadas, manuseadas, armazenadas, transportadas, descartadas ou custodiadas pela PREVIC.

II - fins pessoais, próprios ou de terceiros, que violem as normas de direito autoral, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, de propriedade industrial, Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, e demais normas que venham dispor sobre a matéria;

III - veiculação de opiniões sexuais, racistas, político-partidárias ou religiosas;

IV - perpetuar ações que, de algum modo, venham a constranger, assediar, ofender, caluniar, ameaçar ou causar prejuízos a qualquer pessoa física ou jurídica;

V - expressar opiniões que atentem contra a moral, a ética e os bons costumes, ou que possam prejudicar direta ou indiretamente a imagem da Instituição; e

VI - entretenimento.

Seção II
Do tratamento das informações

Art. 12. Todas as informações criadas, manuseadas, armazenadas ou transportadas pelos colaboradores no exercício de suas atividades são de propriedade da PREVIC, e devem ser protegidas segundo as diretrizes descritas nesta POSIC e nas demais normas jurídicas que disponham sobre direito autoral, propriedade industrial e sigilo das informações, incluindo a proteção jurídica dos respectivos sistemas que as armazenem.

Art. 13. O acesso e o uso de informações de propriedade da PREVIC que forem classificadas em qualquer grau de sigilo deverão considerar os procedimentos de credenciamento de segurança e de tratamento da informação dispostos no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, e as orientações do Comitê Gestor e do Núcleo de Segurança e Credenciamento, vinculados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 14. Nos casos de cessão a terceiros do acesso a informações restritas pertencentes à PREVIC, o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações deve providenciar previamente junto ao cessionário a celebração do instrumento jurídico adequado à formalização da cessão do direito de uso dessas informações em favor do interessado, estendendo-se a este último, conforme o caso, a obrigação de manter o sigilo das informações.

Parágrafo único. O instrumento jurídico a ser elaborado, e referido no caput, deve ser submetido à análise jurídica prévia da Procuradoria Federal junto à PREVIC.

Art. 15. Nos casos de obtenção de informação de acesso restrito pertencente a terceiros, o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações deve previamente providenciar junto ao fornecedor das informações a celebração do instrumento jurídico adequado à formalização da cessão do direito de uso dessas informações em favor da PREVIC, estendendo-se, conforme o caso, a obrigação de manter o sigilo das informações.

Parágrafo único. O instrumento jurídico a ser elaborado, e referido no caput, deve ser submetido à análise jurídica prévia da Procuradoria Federal junto à PREVIC.

Art. 16. Nas situações descritas nos artigos 14 e 15 a cessão do direito de uso das informações não implicará a transferência da propriedade sobre os recursos cedidos de Tecnologia da Informação, nem em relação ao conteúdo constante na base de dados do sistema, cuja utilização das informações se limitará às regras convencionadas no instrumento jurídico a ser celebrado entre os órgãos e entidades interessados.

Seção III
Da classificação das informações

Art. 17. As informações criadas, manuseadas, armazenadas, transportadas ou custodiadas no âmbito da PREVIC serão classificadas em duas categorias:

I- informações de acesso público, sem restrições; e

II- informações de acesso restrito, de conteúdo sigiloso ou pessoal, conforme a regulamentação contida na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, na Portaria PREVIC nº 249, de 15 de maio de 2012, e nas demais normas jurídicas que venham a disciplinar a matéria.

Art. 18. O sigilo poderá ser declarado a qualquer momento, de forma expressa e motivada, por Diretor, pela Diretoria Colegiada da PREVIC ou pelo Procurador-chefe, na forma dos artigos 4º e 5º da Portaria PREVIC nº 249, de 2012.

Art. 19. Todos os colaboradores devem ser capazes de identificar a classificação de segurança atribuída a uma informação tratada pela PREVIC e, a partir dela, conhecer as restrições de acesso e de divulgação associadas.

Art. 20. Todo documento eletrônico institucional deve ser armazenado nos servidores de arquivos da rede corporativa da autarquia, em ferramentas de colaboração corporativa homologadas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da PREVIC ou nos sítios oficiais do Ministério da Previdência Social.

§1º Se o documento não for eletrônico, deve ser mantido em local que preserve a segurança das informações.

§ 2º No descarte de informações institucionais, devem ser observados:

I - a temporalidade prevista na legislação; e

II - as políticas, as normas, os procedimentos internos e a classificação atribuída pela legislação à informação.

Seção IV
Do tratamento de incidentes da rede

Art. 21. Todo colaborador, ao tomar conhecimento ou suspeitar da possibilidade de ocorrência de qualquer incidente de segurança da informação e comunicações, deve notificar o fato imediatamente ao Gestor de Segurança da Informação e Comunicações para as providências cabíveis.

Parágrafo único. O procedimento descrito no caput será o padrão para o tratamento de incidentes de rede enquanto não for estabelecido um plano de ação de resposta aos incidentes de segurança da informação e comunicações.

Seção V
Dos controles de acesso

Art. 22. Todo colaborador da PREVIC deve ter no ambiente da rede corporativa da autarquia uma conta de identificação de usuário, de caráter intransferível, sendo pré-requisito para sua concessão a assinatura do Termo de Compromisso de Sigilo, conforme modelo anexado à Portaria PREVIC nº 249, de 15 de maio de 2012, momento em que firmará conhecimento das normas relacionadas à POSIC.

Parágrafo único. A autorização, o acesso e o uso da informação e dos recursos de tecnologia devem ser controlados e limitados à necessidade do cumprimento das atribuições funcionais do usuário, sendo necessária prévia autorização formal do Gestor da Informação e Comunicações para qualquer finalidade.

Art. 23. A Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH deve informar à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, no prazo de até dois dias úteis, qualquer mudança nas atribuições funcionais dos colaboradores da PREVIC que implique alteração do perfil de acesso anteriormente concedido, permitindo uma imediata adequação dos privilégios de acesso às informações e aos recursos de TIC.

Parágrafo único. No caso de não mais ser necessário o acesso à informação pelo usuário cadastrado, os privilégios de acesso serão imediatamente cancelados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 24 O acesso aos recursos de TIC sob responsabilidade da PREVIC, próprios ou cedidos temporariamente, poderá ser concedido a colaboradores ou a terceiros, em conformidade com o art. 3º desta Portaria, respeitadas as normas de proteção das informações classificadas como sigilosas ou pessoais e os limites de acesso à informação constantes no ato administrativo que tenha autorizado a obtenção das informações pertencentes a órgão ou entidade externos, conforme o caso.

Art. 25. O acesso físico às instalações da PREVIC deverá ser objeto de regulamentação com o objetivo de garantir a segurança dos colaboradores e a proteção dos seus ativos de informação.

Art. 26 As senhas de acesso são pessoais e intransferíveis, devendo ser alteradas periodicamente, não podendo ser compartilhadas, divulgadas a terceiros ou a outros colaboradores da PREVIC, anotadas em papel ou em sistema visível ou de acesso não protegido, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade pelo uso da senha ao seu titular.

Seção VI

Da gestão de continuidade

Art. 27. A PREVIC deverá elaborar, manter e testar periodicamente processos de Gestão da Continuidade do Negócio visando evitar a interrupção dos serviços da autarquia causada por desastres ou falhas nos recursos de TIC.

Art. 28. As medidas de proteção devem ser planejadas e os custos na aplicação de controles devem ser balanceados de acordo com os danos potenciais das falhas de segurança.

Seção VII

Da gestão de riscos

Art. 29. A PREVIC deverá elaborar e manter processos de Gestão de Riscos, com o objetivo de minimizar possíveis impactos associados aos recursos de TIC.

Parágrafo único. O processo criado deve possibilitar a seleção e priorização dos recursos a serem protegidos, e a definição e controle para a identificação e tratamento de possíveis problemas de segurança.

Art. 30. Os recursos de TIC disponibilizados para a criação, manuseio, armazenamento, transporte e descarte da informação na PREVIC devem dispor de mecanismos que minimizem os riscos inerentes a problemas de segurança, com o objetivo de evitar ocorrências de incidentes, acidentais ou intencionais, que afetem os princípios de integridade, disponibilidade, autenticidade e sigilo, quando aplicável, das informações.

Art. 31. Os recursos de TIC utilizados pela PREVIC devem ser previamente homologados, identificados individualmente e inventariados, e possuir documentação mínima e atualizada para o seu uso, sem prejuízo da necessidade de sua constante conformidade com as normas de segurança específicas.

Seção VIII

Da auditoria e conformidade

Art. 32. O uso dos recursos de TIC disponibilizados pela PREVIC é passível de monitoramento, cabendo à CGTI implantar e manter mecanismos que permitam a rastreabilidade desse uso.

Art. 33. É obrigatória a identificação física, pessoal e intransferível, do colaborador e de todos que possuam acesso aos recursos de TIC, incluindo visitantes, a ser efetuada pela CGTI, a qual qualificará os responsáveis por todas as ações praticadas.

Art. 34. A entrada e a saída de recursos de TIC nas dependências físicas da PREVIC devem ser autorizadas e registradas pela CGTI.

Art. 35. A PREVIC, nos casos em que seus colaboradores ou terceiros pretendam utilizar software ou hardware ainda não homologado ou utilizado pela autarquia, poderá condicionar a permissão de utilização no seu ambiente de TIC à prévia verificação de conformidade em relação aos seus processos de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações.

Art. 36.Devem ser criados, nos ativos de TIC, controles técnicos que permitam a realização de auditorias.

Art. 37.A PREVIC deve, a cada dois anos, promover a revisão das suas regulamentações de segurança e, a qualquer tempo, atualizações que se fizerem necessárias, decorrentes de mudanças na legislação ou desenvolvimento de novos processos de trabalho.

Seção IX

Da utilização do correio eletrônico

Art. 38. A conta de correio eletrônico corporativo disponibilizada ao colaborador da PREVIC é pessoal e intransferível, sendo seu titular o único responsável pelas ações e danos causados à Instituição por meio de seu uso.

§ 1º A utilização do correio eletrônico deve restringir-se aos assuntos pertinentes às atividades da PREVIC.

§ 2º Aplicam-se ao correio eletrônico as normas de classificação de informações vigentes na PREVIC.

Seção X

Do acesso à internet

Art. 39. O acesso à internet é um serviço disponibilizado aos colaboradores pela PREVIC e deve se restringir aos assuntos pertinentes às atividades da autarquia, respeitadas as diretrizes estabelecidas na Resolução CTIC-PS nº 05 de 28 de junho de 2011 do Ministério da Previdência Social e as vedações previstas no art. 11 do presente ato normativo.

§1º O acesso à internet será realizado mediante a atribuição de perfis de acesso aos colaboradores, de acordo com as possibilidades técnicas e a necessidade do serviço.

§2º A PREVIC poderá conceder o uso da internet para interesses particulares dos colaboradores, desde que esse uso não se dê em hipótese alguma com prejuízo ao desempenho da função pública pelo usuário, não podendo exceder os limites da ética, do bom senso e da razoabilidade.

Seção XI

Da utilização de dispositivos móveis

Art. 40. A utilização de dispositivos móveis de propriedade da PREVIC será restrita à execução de atividades relacionadas às finalidades institucionais da autarquia.

Seção XII

Das disposições comuns ao correio eletrônico, internet e dispositivos móveis

Art. 41. Os critérios e condições de utilização do correio eletrônico, de acesso à internet e de uso de dispositivos móveis serão regulamentados por normas específicas.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 42. A utilização indevida de recursos e informações, e a violação das normas e procedimentos relativos à POSIC serão avaliadas pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC, que encaminhará os autos à Diretoria Colegiada para avaliação e eventual adoção das medidas cabíveis.

Art. 43. Os fatos que importem em violação às regras desta POSIC, ou de qualquer outro instrumento legal ou normativo relacionados à segurança da informação, podem resultar em responsabilidade administrativa, civil e penal do responsável, conforme o caso, e apurados em processo administrativo, nos termos da legislação federal em vigor.

Art. 44. Fica autorizada a continuidade das atividades funcionais dos servidores da PREVIC que não estejam em conformidade com os princípios e regras da POSIC, desde que não existam recursos adequados disponibilizados pela autarquia para o exercício funcional do colaborador.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral de Projetos Especiais - CGPE providenciará o levantamento e definição de todos os processos das unidades administrativas da autarquia, encaminhando as necessidades encontradas para o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações.

CAPÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 45. Compete à Diretoria Colegiada:

I - aprovar a Política de Segurança da Informação e Comunicações e suas eventuais alterações; e

II - instituir o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

Art. 46. Compete ao Diretor de Administração:

I - assegurar que a Política de Segurança da Informação e Comunicações seja cumprida por toda a organização; e

II - garantir os recursos necessários à implantação e gestão da POSIC.

Parágrafo único. As competências específicas do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) e de seu Gestor estão expressas na Portaria Previc nº 178, de 11 de abril de 2012.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. As normas constantes no presente ato normativo devem servir como diretriz institucional para elaboração das demais normas relacionadas ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicações, e ao desenvolvimento dos procedimentos operacionais e de segurança técnica.

Art. 48. Os colaboradores da PREVIC devem reportar à CGTI ou ao Gestor de Segurança da Informação e Comunicações os incidentes que potencialmente afetem a segurança dos recursos de TIC ou que impliquem o descumprimento da POSIC.

Art. 49. Em casos de risco ou quebra de segurança da informação, a CGTI deverá adotar as providências necessárias à correção do incidente, podendo, inclusive, determinar a restrição temporária do acesso às informações e aos recursos de tecnologia da informação.

Art. 50. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na retificação da Portaria Previc nº 744, de 19 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 12 de abril de 2013, Seção 1, página 38, onde se lê:

"ANEXO ÚNICO

Dispositivo Legal	Valor Atualizado em R$
Arts. 65, 66, 69, 72, 76, 77, 84, 90, 92, 93, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108 e 110	21.370,097

"

Leia-se:

"ANEXO ÚNICO

Dispositivo Legal	Valor Atualizado em R$
Arts. 65, 66, 69, 72, 76, 77, 84, 90, 92, 93, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108 e 110	21.370,97

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 636, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Estabelece metas de desempenho institucional do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS) para o período de abril de 2013 a março de 2014, para fins de percepção das parcelas mensais relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 30 da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS) no âmbito do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS/SGEP/MS);

Considerando o Decreto nº 6.552, de 1º de setembro de 2008, que regulamenta a GDASUS; e

Considerando a Portaria nº 465/GM/MS, de 26 de março de 2013, que fixa as regras e os critérios para avaliação de desempenho individual e institucional para fins de percepção da GDASUS, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas de desempenho institucional do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS/SGEP/MS) para o período de abril de 2013 a março de 2014, para fins de percepção das parcelas mensais relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS).

Art. 2º As metas de desempenho institucional serão contabilizadas mediante pontuação das ações de controle interno e cooperação técnica estabelecidas por unidade federativa, nos termos do Anexo a esta Portaria, desde que as atividades sejam desenvolvidas dentro dos prazos estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º A atividade de auditoria terá pontuação correspondente, no mínimo, a 40% (quarenta por cento) da pontuação total da meta de ações de controle interno estabelecidas no Anexo a esta Portaria.

§ 2º As demandas externas de auditoria contabilizarão, no máximo, 30% (trinta por cento) do montante total da meta de auditorias da unidade de avaliação.

Art. 3º Para fins de cumprimento das metas de avaliação de desempenho institucional serão consideradas as seguintes atividades:

I - cooperação técnica, priorizando o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e a interação com os Conselhos de Saúde; e

II - ações de controle interno:

a) auditoria;

b) fiscalização;

c) visita técnica; e

d) verificação do cumprimento do Termo de Ajuste Sanitário (TAS).

Art. 4º Para o cumprimento das metas relacionadas às atividades de controle interno, serão priorizados os seguintes programas, ações e serviços públicos de saúde:

I - Saúde Mais Perto de Você;

II - Saúde Toda Hora;

III - Saúde Conte com a Gente;

IV - Saúde da Mulher;

V - Saúde Não Tem Preço;

VI - ações e serviços de vigilância em saúde;

VII - Política Nacional de Cirurgia Seletiva;

VIII - aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais (OPM); e

IX - demandas da CartaSUS.

Parágrafo único. Os Programas, ações e serviços descritos neste artigo não excluem outros que venham a ser demandados ou planejados pelo Ministério da Saúde.

Art. 5º As metas de desempenho institucional definidas no anexo serão contabilizadas mediante pontuação a ser concedida para cada uma das atividades realizadas, conforme abaixo discriminado:

I - cooperação técnica: 1 (um) ponto;

II - auditoria: 1 (um) ponto;

III - fiscalização: 0,5 (cinco décimos) ponto;

IV - visita técnica: 0,25 (vinte e cinco centésimos) ponto; e

V - verificação do cumprimento do TAS: 0,5 (cinco décimos) ponto.

Art. 6º Para aferição do cumprimento de metas, as atividades definidas no art. 3º deverão ser encerradas nos seguintes prazos, contados a partir da data programada para finalização do relatório preliminar:

I - auditoria: até 60 (sessenta) dias;

II - fiscalização e verificação do cumprimento do TAS: até 50 (cinquenta) dias; e

III - cooperação técnica e visita técnica: até 30 (trinta) dias.

§ 1º Havendo concessão de prorrogação de prazo à pessoa física ou jurídica para apresentação de justificativa, renotificação ou nova notificação, os dias prorrogados serão acrescidos aos prazos indicados nos incisos I a III do "caput".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º Os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior limitam-se a 30 (trinta) dias para auditoria e a 15 (quinze) dias para as demais atividades.

§ 3º O período de permanência da auditoria e das demais atividades no âmbito do nível central do DENASUS/SGEP/MS, para fins de análise e encerramento, limita-se a 10 (dez) dias, não sendo computado nos prazos previstos no "caput".

Art. 7º Caberá ao Diretor do DENASUS/SGEP/MS homologar o resultado da avaliação de desempenho institucional.

Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas sobre o cumprimento das metas de desempenho institucional serão resolvidos pelo Diretor do DENASUS/SGEP/MS.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Ciclos	1º ciclo - 1º de abril a 30 de setembro 2013		2º ciclo - 1º de outubro 2013 a 31 de março 2014	
UF	Pontos Cooperação Técnica	Pontos atividade de controle	Pontos Cooperação Técnica	Pontos atividade de controle
AC	3	6	2	5
AL	3	13	2	12
AM	3	3	2	2
AP	3	6	2	5
BA	3	30	2	25
CE	3	30	2	25
DF	3	-	3	-
ES	3	18	2	15
GO	3	33	2	25
MA	3	30	2	25
MG	3	24	2	20
MS	3	18	2	15
MT	3	12	2	10
PA	3	25	2	19
PB	3	18	2	15
PE	3	18	2	15
PI	3	12	2	10
PR	3	26	2	22
RJ	3	36	2	30
RN	3	12	2	10
RO	3	10	2	5
RR	3	6	2	5
RS	3	30	2	20
SC	3	30	2	25
SE	3	17	2	14
SP	3	30	2	25
TO	3	6	2	5
Total	81	499	55	404
Total pontos/ ciclo	580		459	
Total geral pontos	1.039			

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.428, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade especial aos beneficiários da operadora SEMEG SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de XX de abril de 2013, considerando as anormalidades assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.034713/2010-42, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo por 60 (sessenta) dias, impreteríveis, para que os beneficiários da operadora SEMEG SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.572.122/0001-03, registro ANS nº 41.428-0, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na SEMEG SAÚDE LTDA., pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§3º Na portabilidade especial de carências, a comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 se dá através da apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§4º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a SEMEG SAÚDE LTDA. deve enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 324, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Altera a Resolução Normativa RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, e a Instrução Normativa - IN nº 23, de 1º de dezembro de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, que dispõe sobre os procedimentos do Registro de Produtos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o art. 4º, inciso XII, e o art. 10, inciso II, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; e o art. 86, inciso II, alínea "a", da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de abril de 2013, adotou a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução Normativa - RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, e a Instrução Normativa - IN nº 23, de 1º de dezembro de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, que dispõe sobre os procedimentos do registro de produtos.

Art. 2º O § 2º do art. 12 e o caput do art. 21, ambos da Resolução Normativa - RN nº 85, de 2004, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 12.....

§ 2º O ingresso de novos beneficiários na forma de que trata o § 1º somente será permitido se o plano "ativo com comercialização suspensa" não estiver incorrendo em qualquer das irregularidades do inciso I do caput do art. 21.

.....(NR)"

"Art. 21. O registro de produto poderá ser suspenso temporariamente, para fins de comercialização ou disponibilização, nas seguintes hipóteses:

.....(NR)"

Art. 3º O art. 21, da RN nº 85, de 2004, passa a vigorar acrescido dos incisos I e II no caput e dos §§ 3º ao 7º, com as seguintes redações:

"Art. 21. .....

I - por determinação da ANS, no caso de descumprimento das condições de manutenção do registro de produto e nos demais casos previstos na regulamentação setorial; e

II - a pedido da operadora, na forma e nos termos previstos em instrução normativa da DIPRO.

.....

§ 3º Na hipótese de suspensão de registro por determinação da ANS, o produto não poderá ser comercializado ou disponibilizado até que sejam corrigidas as irregularidades, sem prejuízo da assistência aos beneficiários já vinculados ao plano, na forma prevista em instrução normativa da DIPRO, ficando a operadora sujeita às penalidades e às medidas administrativas estabelecidas na Lei nº 9.656, de 1998, e na regulamentação setorial.

§ 4º Na hipótese da existência de produto com registro suspenso a pedido da operadora, a reativação do produto poderá ser requerida à ANS, na forma e nos termos previstos em instrução normativa da DIPRO.

§ 5º A suspensão ou reativação do registro de produto vigerá a partir da data do seu deferimento pela ANS.

§ 6º A suspensão de registro de produto, cujo município de comercialização ou disponibilização for compatível com o de produto de operadora em via de ser liquidada, não será autorizada pela ANS no curso de prazo assinalado para o exercício da portabilidade especial de carência.

§ 7º Na hipótese do parágrafo anterior, o pedido de suspensão de registro de produto ficará sobrestado até que se encerre o prazo assinalado para o exercício da portabilidade especial de carência."

Art. 4º A Seção II da Instrução Normativa - IN nº 23, de 2009, da DIPRO, passará a vigorar acrescida das Subseções I e II e do artigo 20-A, com a seguinte redação:

"Seção II

Da Manutenção do Registro de Produtos

Subseção I

Das Alterações de Dados do Registro de Produtos

Art. 17 .....

Subseção II

Da Suspensão e Reativação do Registro de Produtos

Art. 20-A. A suspensão ou reativação de registro de produto a pedido da operadora, para fins de comercialização ou disponibilização, observará os seguintes critérios:

I - deverá ser formulada por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência da data pretendida para a suspensão ou reativação, contados da data da protocolização na ANS, contendo a identificação e assinatura do seu representante legal junto à Agência, o número de seu registro, o número de registro do produto e a data a partir da qual este será suspenso ou reativado;

II - somente será suspenso o registro de produto considerado "ativo", nos termos do inciso I do art. 12 da RN nº 85, de 2004;

III - não será suspenso o último plano referência, caso haja algum plano ativo no mesmo tipo de contratação;

IV - não será suspenso o último plano odontológico com formação de preço pré-estabelecida, caso haja algum plano com formação de preço misto ativo no mesmo tipo de contratação; e

V - somente será reativado o registro de produto considerado "ativo com comercialização suspensa", nos termos do art. 12, inciso II, da RN nº 85, de 2004.

Parágrafo único. Será devolvido o pedido de suspensão ou reativação de registro de produto cuja documentação esteja em desacordo com o disposto no inciso I.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 325, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Altera a Resolução Normativa - RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, sonda vesical de demora e coletor de urina com conector, de que trata art. 10-B da Lei nº 9.656, de 1998.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o art. 10-B e o § 4º do artigo 10, todos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; o inciso II do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; e a alínea "a" do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009; adota a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução Normativa - RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, sonda vesical de demora e coletor de urina com conector, de que trata art. 10-B da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O Anexo I da RN nº 211, de 2010, passa a vigorar acrescido do item "fornecimento de equipamentos coletores e adjuvantes para colostomia, ileostomia e urostomia, sonda vesical de demora e coletor de urina", na forma do Anexo II da presente Resolução.

Art. 3º A RN nº 211, de 2010, passa a vigorar acrescida do Anexo IV que apresentará o Protocolo de Utilização - PROUT para determinados procedimentos e eventos em saúde listados no Rol, na forma do Anexo I da presente Resolução.

Art. 4º O Art. 2º da RN º 211, de 2010 vigente, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.2º. Esta Resolução é composta por quatro Anexos:

.....

IV - o Anexo IV apresenta o Protocolo de Utilização - PROUT para alguns procedimentos e eventos em saúde listados no Rol." (NR)

Art. 5º As condições para reembolso e dos mecanismos de regulação seguirão as regras já previstas na legislação e nos contratos em vigor.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 30 de maio de 2013.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

ANEXO I

"ANEXO IV

PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO - PROUT

1. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS COLETORES E ADJUVANTES PARA COLOSTOMIA, ILEOSTOMIA E UROSTOMIA, SONDA VESICAL DE DEMORA E COLETOR DE URINA

1) Para fins desta Resolução Normativa serão utilizadas as seguintes definições:

a) Os termos ostomias e estomias serão utilizados para o mesmo fim.

b) Pessoa com estomia é aquela que em decorrência de um procedimento cirúrgico que consiste na exteriorização do sistema (digestório e/ou urinário), possui uma abertura artificial entre os órgãos internos com o meio externo.

c) Estomia é um procedimento cirúrgico que consiste na exteriorização do sistema digestório e/ou urinário, criando um orifício externo que se chama estoma.

d) Estomias intestinais (colonostomia e ileostomia) são intervenções cirúrgicas realizadas, tanto no cólon (intestino grosso) como no intestino delgado e consiste na exteriorização de um segmento intestinal, através da parede abdominal, criando assim uma abertura artificial para a saída do conteúdo fecal.

e) Estomias urinárias ou derivações urinárias são uma abertura abdominal para a criação de um trajeto de drenagem da urina. São realizadas por diversos métodos cirúrgicos, com objetivo de preservar a função renal.

f) Os equipamentos coletores para estomas intestinais e urinários referem-se a bolsas de sistemas únicos ou compostos, descartáveis, fixadas à pele, ao redor do estoma, e que visam a coletar os efluentes, fezes ou urina, sendo de fundamental importância para o processo de reabilitação biopsicossocial da pessoa estomizada. Os equipamentos coletores para estomas intestinais e urinários são constituídos basicamente de bolsa coletora, para recolhimento do efluente, e de adesivos, para a fixação da bolsa à pele periestoma.

g) Os equipamentos adjuvantes de proteção e segurança para estomas intestinais e urinários referem-se a barreiras protetoras de pele necessários para pessoas com estomias.

a - Referência: Associação Brasileira Estomaterapia. Estomia, feridas e incontinências - SOBEST. Definições operacionais das características dos equipamentos e adjuvantes para estomias. Rev Estima 4(4): 40-3, 2006.

2) Para solicitação de fornecimento dos equipamentos coletores e adjuvantes, é necessário o relatório médico onde obrigatoriamente conste: a doença de base que levou a confecção do estoma; tipo de cirurgia realizada; permanência do estoma: temporário, definitivo ou indeterminado; tipo da estomia: alça, terminal, duas bocas ou outras; localização da região abdominal e do sistema digestório ou urinário: íleo, cólon ascendente, transverso, descendente, sigmóide e/ou derivações urinárias; data da realização do procedimento cirúrgico; quadro clínico atual; definição dos equipamentos necessários, conforme o anexo II da Portaria nº 400, SAS/MS, 2009.

3) Cabe à operadora de planos privados de assistência à saúde a definição da distribuição dos equipamentos, a organização da orientação para o uso e para o auto cuidado por meio de rede própria, credenciada, referenciada, contratada ou mediante reembolso.

4) O profissional requisitante deve, quando assim solicitado pela operadora de plano privado de assistência à saúde, justificar clinicamente a sua indicação e oferecer pelo menos 03 (três) marcas de produtos de fabricantes diferentes, quando disponíveis, dentre aquelas regularizadas junto à ANVISA, que atendam às características especificadas.

5) De acordo com as características da estomia, será definido o equipamento coletor e adjuvante mais adequado para cada caso.

6) Para garantir o uso efetivo e adequado dos equipamentos coletores pode ser necessário o uso de equipamentos adjuvantes, de acordo com o anexo II da Portaria SAS/MS nº 400/2009 que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Relação dos equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança, conforme Portaria nº 400, SAS/MS, 2009.

1- BOLSA DE COLOSTOMIA FECHADA C/ ADESIVO MICROPOROSO

Descrição: bolsa fechada para estoma intestinal ou protetor de estomia, plástico antiodor, transparente ou opaca, com filtro de carvão ativado, com ou sem resina sintética ou mista (karaya), recortável ou pré-cortada, com ou sem adesivo microporoso hipoalergênico (no máximo 60 por mês).

2 - BOLSA DE COLOSTOMIA COM ADESIVO MICROPORO DRENÁVEL

Descrição: bolsa drenável para estoma intestinal adulto, pediátrico ou neonatal, plástico antiodor, transparente ou opaca, com ou sem a segunda abertura, com ou sem filtro de carvão ativado, resina sintética ou mista (karaya), recortável ou pré-cortada, com ou sem adesivo microporoso hipoalergênico (no máximo 30 por mês).

3 - CONJUNTO DE PLACA E BOLSA P/ ESTOMIA INTESTINAL

Descrição: sistema compatível de bolsa e base adesiva para estoma intestinal adulto ou pediátrico, bolsa drenável, fechada ou protetor de estoma, plástico antiodor, transparente ou opaca, com ou sem filtro de carvão ativado, base adesiva de resina sintética, recortável ou pré-cortada, com ou sem adesivo microporoso hipoalergênico. (no máximo de 10 por mês).

4 - BARREIRAS PROTETORAS DE PELE SINTÉTICA E/OU MISTA EM FORMA DE PÓ / PASTA E/OU PLACA

Descrição: barreira protetora de pele, de resina sintética ou formadora de película disponibilizada como 1 (um) tubo de pó ou 1 (um) tubo de pasta ou 20 (vinte anéis planos ou convexos ou 5 (cinco) tiras ou 15 (quinze) placas 10 x 10 cm ou 10 (dez) placas 15 x 15 cm ou 8 (oito) placas 20 x 20 cm ou 1 (um) frasco formador de película (1 tubo/frasco ou 1 kit por mês).

5 - BOLSA COLETORA P/ UROSTOMIZADOS

Descrição: bolsa para estoma urinário adulto ou pediátrico, plástico antiodor, transparente ou opaca, com sistema anti-refluxo e válvula de drenagem, com oxido de zinco ou resina sintética, plana ou convexa, recortável ou pré-cortada, com ou sem adesivo microporoso hipoalergênico. (no máximo 30 por mês).

6 - COLETOR URINÁRIO DE PERNA OU DE CAMA

Descrição: coletor urinário de perna ou de cama, plástico antiodor, com tubo para conexão em dispositivo coletor para estomas ou incontinência urinária, com sistema anti-refluxo e válvula de drenagem. O coletor de perna deverá conter cintas de fixação para pernas. (no máximo 4 por mês).

7 - CONJUNTO DE PLACA E BOLSA P/ UROSTOMIZADOS

Descrição: sistema compatível de duas peças (bolsa e base adesiva), para estoma urinário adulto ou pediátrico, bolsa com plástico antiodor, transparente ou opaca, sistema anti-refluxo e válvula de drenagem, base adesiva de resina sintética, plana ou convexa, recortável ou pré-cortada, com ou sem adesivo microporoso hipoalergênico. (no máximo de 15 por mês)."

ANEXO II

"ANEXO I"

.....

PROCEDIMENTO	SUBGRUPO	GRUPO	CAPÍTULO	OD	AMB	HCO	HSO	PAC	DUT	PROUT
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS COLETORES E ADJUVANTES PARA COLOSTOMIA, ILEOSTOMIA E UROSTOMIA, SONDA VESICAL DE DEMORA E COLETOR DE URINA (COM PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO)	AVALIAÇÕES/ ACOMPANHAMENTOS	PROCEDIMENTOS CLÍNICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES	ROCEDIMENTOS CLÍNICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES		AMB	HCO	HSO			PROUT

DECISÃO DE 11 DE MARÇO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 371ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de abril de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.182019/2004-92	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso II, alínea "c" da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.005513/2008-83	SAMED - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ODONTOLÓGICA E HOSPITALAR S.A	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.004207/2005-87	UNIMED DE GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.181647/2008-84	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	DIPRO	Negativa de cobertura e por prestar informações falsas aos Fiscais da ANS- Arts. 12, inciso II, alíneas "a" e "e", c/c art. 20, § 2°, ambos da Lei 9656/98.	180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
25789.004095/2005-64	AMIL ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL S.A	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 25 da Lei 9656/98.	15.000,00 (quinze mil reais)
25772.000075/2006-84	BRADESCO SAÚDE S/A	DIPRO	Rescindir em 5/12/05 de maneira unilateral o contrato do beneficiário J.O. Y., sob o argumento de inadimplência- Art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei 9656/98.	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25789.000555/2007-47	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.014690/2006-99	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12, inciso II, ambos da Lei 9656/98, c/c art. 7°, § 7°, da Resolução CONSU 02/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.082200/2009-12	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIPRO	Referente ao reajuste por mudança de faixa etária, no percentual de 55,95%, aplicado à contraprestação pecuniária no mês de maio de 2009, sem previsão contratual- Art. 25 da Lei 9656/98.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.006258/2006-24	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12, inciso I, alínea "b", ambos da Lei 9656/98, c/c art. 7°, § 7°, da Resolução CONSU 02/98.	100.000,00 (cem mil reais)
25789.005738/2005-97	AMESP SISTEMA DE SAÚDE LTDA	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 25 da Lei 9656/98.	15.000,00 (quinze mil reais)
25789.007030/2006-51	AMICO SAUDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 35-C, inciso II, da Lei 9656/98, c/c art. 4°, caput, da Resolução CONSU 13/98.	100.000,00 (cem mil reais)
33902.151056/2007-00	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 35-C da Lei 9656/98, c/c art. 3°, da Resolução CONSU 13/98.	100.000,00 (cem mil reais)
25789.010555/2005-93	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei 9656/98.	100.000,00 (cem mil reais)
25789.033906/2008-87	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Por deixar de cumprir as normas regulamentares da ANS que autorizam a alegação de doença e lesão preexistente- Art. 11, parágrafo único, da Lei 9656/98, c/c art. 14 da RN 162/2007.	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.004272/2007-34	AAUG DO BRASIL OPERADORA DE SAUDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIOPE	Imputar clausula de carência e agravo em participantes de plano coletivo com mais de 50 participantes- Art. 12, inciso V, art. 16, ambos da Lei 9656/98, c/c art. 5°, da Resolução CONSU 14/98.	9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)
33902.238219/2005-98	CLÍNICA MÉDICA MADUREIRA LTDA	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.013392/2006-81	CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso II, alínea "e", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.000683/2005-99	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 25 da Lei 9656/98.	12.000,00 (doze mil reais)
25772.000262/2006-68	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.000265/2006-00	AMED- ADMINISTRAÇÃO DE SERVICOS MÉDICOS LTDA- ME- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso I, da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.001487/2005-41	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 25 da Lei 9656/98.	16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais)
25773.000058/2006-37	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Por aplicar em agosto/2004 reajuste por mudança de faixa etária, aos 39 anos, no percentual de 23,46%, no contrato da consumidora R.M.L.S. - Art. 25 da Lei 9656/98.	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
33902.003546/2008-63	UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, da Lei 9656/98.	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.003370/2005-22	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR CRUZ AZUL SAUDE	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.010335/2007-21	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura -Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.006080/2005-31	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de cobertura -Art. 1°, § 1°, alínea "d", da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25779.004680/2005-83	AMIL SAUDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso I, "b", da Lei 9656/98.	Arquivado
33902.159926/2008-61	UNIMED DE VOLTA REDONDA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 25 da Lei 9656/98.	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25780.001176/2007-54	ABS - ASSISTÊNCIA BUCAL SERVIÇOS S/C LTDA	DIDES	Por rescindir o contrato em questão de maneira unilateral, sob o argumento de inadimplência com a notificação da contratante, sem que tenha se observado o mínimo de 10 dias de antecedência da rescisão -Art. 25 da Lei 9656/98.	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.013993/2006-94	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98, c/c art. 2°, inciso VI, da CONSU 08/98.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.003533/2006-58	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso II, da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
33902.208418/2005-71	UNIMED - SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC. COOP. SERV.MED E HOSP. LTDA	DIOPE	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS- Art. 25 da Lei 9656/98.	28.000,00 (vinte e oito mil reais)
33902.122982/2007-60	ABS- ASSISTÊNCIA BUCAL SERVIÇOS S/C LTDA	DIPRO	Por deixar de cumprir a regulamentação da ANS referente aos atos de cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência de controle societário ao não solicitar à ANS autorização prévia para transferência do controle societário da empresa- Art. 4°, inciso XXII, da Lei 9961/00, c/c art. 1°, da RDC 83/01.	30.000,00 (trinta mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 17 DE MARÇO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 371ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de abril de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33903.000187/2005-40	ALLIANZ SAÚDE S/A	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.007581/2007-04	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.001835/2005-80	EXCELSIOR MED S/A	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.003921/2008-09	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12, inciso II, alínea "a", ambos da Lei 9656/98, c/c art. 7°, inciso VII, da CONSU 02/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.000857/2006-11	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	DIOPE	Por aplicar 162,75% de reajuste por mudança de faixa etária em junho/2006, na contraprestação pecuniária da consumidora M.M.L.D., sem previsão contratual para o percentual no importe aplicado- Art. 25 da Lei 9656/98.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.005153/2006-58	ASSOCIAÇÃO VALEPARAIBA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA POLICIAL	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.024644/2008-60	UNIMED DE RIBEIRÃO PRETO- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Por aplicar reajuste da contraprestação pecuniária, por mudança de faixa etária, acima do contratado- Art. 15, parágrafo único, da Lei 9656/98.	28.000,00 (vinte e oito mil reais)
33903.001397/2005-55	JARDIM AMÉRICA SAÚDE LTDA	DIPRO	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25772.000015/2006-61	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.003642/2007-25	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.0727778/2008-71	BRADESCO SAÚDE S/A	DIPRO	Negativa de cobertura- Art. 25 da Lei 9656/98.	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.001226/2007-98	CRUSAM CRUZEIRO DO SUL SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A.	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.002242/2006-42	SAÚDE MEDICOL S/A	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.007573/2007-50	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12, inciso I, alínea "b", ambos da Lei 9656/98, c/c art. 7°, § 7°, da CONSU 02/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.173228/2008-79	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S. A.	DIDES	Negativa de cobertura- Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12 da Lei 9656/98, c/c art. 16 da RN 162/2007.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.001019/2006-05	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S. A.	DIDES	Por rescindir de maneira unilateralmente, fora das condições previstas na Lei, Aditivo Contratual- Art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei 9656/98.	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25789.000444/2005-79	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25783.003937/2008-63	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	DIDES	Negativa de cobertura -Art. 12, inciso II, da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.003348/2008-95	SISTEMA DE SAUDE PROCLIN LTDA	DIOPE	Por aplicar reajuste de custos da ordem de 5,48% em julho de 2008, em produto da modalidade de contratação individual registrado sobre o n° 418.298/99-7 sem autorização da ANS-Art. 25 da Lei 9656/98, c/c art. 4°, inciso XVII, da Lei 9961/00, c/c art. 2°, da RN 171/08.	30.405,05 (trinta mil, quatrocentos e cinco reais e cinco centavos)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25789.004192/2008-08	JLM ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	DIOPE	Por ter oferecido à ANS informação falsa-Art. 4°, § 1° da Lei 9961/00.	20.000,00 (vinte mil reais)
25789.011975/2007-59	SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.000890/2008-26	UNIHOSP SAÚDE S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura- Art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.003438/2007-54	CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO S/A	DIPRO	Negativa de cobertura -Art. 12, inciso I, da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.018841/2009-13	UNIMED - RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Por aplicar reajuste em fev/2009, por mudança de faixa etária à contraprestação pecuniária da beneficiária N.M.C., -Art. 25 da Lei 9656/98.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.232296/2003-72	UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FED.EST.DAS COOP. MÉD.	DIOPE	Por comercializar planos em segmentação assistencial diversa da registrada na ANS-Art. 19, § 3°, da Lei 9656/98, c/c art. 3°, da RE-DIOPE 01/01.	Advertência
25789.004869/2005-57	FALÊNCIA DE AVICCENA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIDES	Negativa de cobertura -Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.002631/2005-97	SAÚDE MEDICOL S/A.	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12, inciso II, alínea "b" da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.008036/2006-46	VECTRA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIPRO	Negativa de cobertura -Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.013371/2006-66	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura -Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.022062/2008-49	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA	DIPRO	Negativa de cobertura -Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25785.002568/2007-91	UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOP. DE TRAB. MÉDICO LTDA	DIGES	Negativa de cobertura-Art. 12, inciso I, da Lei 9656/98.	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.012780/2005-64	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIOPE	Negar autorização para procedimento de cobertura obrigatória em razão de o profissional solicitante não pertencer à rede credenciada da operadora - Art. 1°, § 1°, alínea "d", c/c art. 2°, inciso VI da CONSU 08/98, c/c art. 12, inciso II, alínea "d", ambos da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinqüenta mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 18 DE MARÇO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 373ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 17 de abril de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.209711/2002-11	UNIMED PORANGATU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIPRO	Pelo não envio dos dados do SIP dentro do prazo legalmente estabelecido, referente aos 1° e 2° trimestres de 2002- Art. 20, caput, da Lei 9656/98, c/c art. 4° da RDC 85/2001.	10.000,00

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 10 DE ABRIL DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 371ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de abril de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25780.001059/2008-71	PROTEÇÃO MÉDICA S/S LTDA	DIOPE	Por rescindir, unilateralmente, o contrato da beneficiária A.P.A., em 20/02/2008, sob alegação de inadimplência, sem promover comprovar a notificação prévia do consumidor, no prazo definido da Lei - Art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.000107/2007-43	PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S/A	DIGES	Por comercializar o plano Pleno II 910, registro ANS 415.602/99-1, com previsão de bônus nas mensalidades condicionado a sinistralidade, constituindo fator restritivo severo ao acesso aos serviços de saúde - Art. 1º, § 1º, alínea "d" da Lei 9656/98	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.000297/2006-18	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A	DIOPE	Por deixar de cumprir as normas relativas ao Plano de Incentivo à Adaptação de contratos, apresentando resultados diversos do realmente apurado - Art. 20 da Lei 9656/98	10.000,00 (dez mil reais)
25785.000934/2008-58	CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA	DIDES	Por cobrar reajuste por mudança de faixa etária na contraprestação pecuniária da beneficiária V.M.F., em dezembro de 2007, sem previsão na norma - Art. 15 da Lei 9656/98	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.001578/2006-98	PRO-SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25773.001831/2005-00	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MPEDICO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.014688/2006-10	AMIL SAÚDE LTDA	DIPRO	Por deixar de assegurar permanência ao beneficiário no plano de condições de cobertura assistencial de que gozava após demissão - Art. 30 da Lei 9656/98 c/c art. 3º, § 5º da Resolução CONSU 20/99	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33902.049027/2008-51	SB SAÚDE LTDA SOCIEDADE SIMPLES	DIOPE	Por aplicar reajuste anual por variação de custos, em março/2008, ao plano da beneficiária B.C.C., após o período autorizado pela ANS - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, inciso XVII da Lei 99661/00 c/c art. 3º da RN 124/06	28.268,21 (vinte e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte um centavos)
25785.000026/2006-01	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
33902.174439/2008-29	UNIMED RESENDE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso III, alíneas "a" da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.001764/2008-99	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 35-C da Lei 9656/98	100.000,00 (cem mil reais)
33902.160794/2008-11	UNIMED-SÃO GONÇALO-NITERÓI - SOCIEDADE COOPERATICA DE SERV MED E HOSP LTDA	DIPRO	Por rescindir unilateralmente o contrato com a beneficiária M.V.S.P., em condição diversa das previstas em Lei - Art. 13, inciso II, parágrafo único da Lei 9656/98	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25773.002498/2008-91	HAPVIDA ASSISTENCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 25 da Lei 9656/98	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.000017/2006-51	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, inciso II da Lei 9656/98 c/c art. 7º da Resolução CONSU 02/98 - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, inciso II da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.094487/2008-34	CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, Alínea "a" da Lei 9656/98	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.007064/2006-46	ASSISTENCIA MÉDICA SÃO PAULO S/A	DIOPE	Por adotar mecanismo de regulação vedado - Art. 1º, § 1º, alínea "d" da Lei 9656/98	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25773.003151/2006-01	HAPVIDA ASSISTENCIA MÉDICA LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.011397/2008-31	MASTER ADMINISTRAÇÃO DE PLANOS DE SAUDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDUCIAL	DIGES	Por comercializar produto de forma diversa da registrada na ANS - Art. 8º da Lei 9656/98 c/c art. 13, anexo II, item 6 da RN 85/2004	40.000,00 (quarenta mil reais)
25789.012912/2008-09	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.002821/2007-45	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, "caput" c/c art. 12, inciso II, ambos da lei 9656/98 c/c art. 7º da CONSU n° 2/1998 c/c 3º da RN 55/2003	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.000184/2006-00	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25785.000303/2005-96	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL	DIGES	Por reajustar mensalidades, em novembro/2003 e novembro/2004, sem prévia aprovação da ANS - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, inciso XVII da Lei 9961/2000	70.210,00 (setenta mil e duzentos e dez reais)
25789.007958/2005-55	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S/C LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 25 da Lei 9656/98	9.000,00 (nove mil reais)
25773.000416/2005-21	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - art. 25 da lei 9656/98	15.000,00 (quinze mil reais)
25789.006121/2008-31	MASTER ADMINISTRAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDUCIAL	DIGES	Por comercializar produto em condição operacional diversa da registrada na ANS - Art. 19, § 3º da Lei 9656/98	10.000,00 (dez mil reais)
25773.000380/2005-85	UNIMED FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Por aplicar em abril/2005 reajuste por mudança de faixa etária nas mensalidades do plano da beneficiária M. de F.F.M., sem previsão contratual - Art. 15 da Lei 9656/98	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25789.000616/2005-12	UNIMED DE SÃO JOSE DOS CAMPOS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25772.001058/2005-83	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
33902.214024/2005-52	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
33902.050374/2005-84	SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE DE IBITINGA	DIPRO	Descumprimento da obrigação do envio de DIOPS - Art. 20 da Lei 9656/98 c/c art. 3º, da RE 1/01	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25789.012377/2005-35	UNIMED DE GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.006837/2008-39	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	DIOPE	Por redimensionar sua rede sem autorização da ANS - Art. 17, § 4º da Lei 9656/98	887.538,44 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos)
33902.122139/2006-01	LIFE SAÚDE MÉDICA LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDUCUAL	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, ambos da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.009016/2007-73	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.013425/2006-93	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "b" da Lei 9656/98	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.007988/2006-42	MARÍTIMA SAÚDE SEGUROS S/A	DIOPE	Por exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou percentual autorizado pela ANS - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art, 4º, inciso XVII da Lei 9961/00	293.919,15 (duzentos e noventa e três mil, novecentos e dezenove reais e quinze centavos)
25785.000445/2005-53	UNIMED SÃO CARLOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.002322/2006-06	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A	DIOPE	Por deixar de cumprir as obrigações previstas na cláusula quinze do contrato firmado em 31/05/1993, com a beneficiária E.B.C., ao rescindir de maneira unilateral o contrato - Art. 25 da Lei 9656/98	13.800,00 (treze mil e oitocentos reais)
25789.001404/2008-97	VECTRA ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.054936/2004-88	SOSAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.000610/2006-18	AMERICLÍNICAS ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e" da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25782.000112/2006-35	SISTEMA DE SAÚDE PROCLIN LTDA	DIPRO	Por não apresentar opção de cobertura parcial temporária face a doenças e lesões pré-existentes declaradas pela beneficiária - Art. 11 da Lei 9656/98 c/c art. 4º da CONSU 02/1998 c/c art. 1º, § 2º da CONSU 17/1998	10.000,00 (dez mil reais)
33902.001114/2009-17	SEMEG SAÚDE LTDA	DIGES	Por deixar de cumprir as regras referente à adoção de mecanismo de regulação, ao adotar a prática de direcionamento para prestador diverso do solicitado - Art. 1º, § 1º, alínea "d" da Lei 9656/98 c/c art. 2º, inciso VII c/c alínea "b" do inciso I do art. 4º, ambas da CONSU 8/98	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25772.001834/2005-45	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.001725/2005-28	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.012194/2005-10	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25772.001718/2005-26	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.073062/2004-68	MASSA FALIDA DE POLICLINICA AMHAVRE LTDA	DIPRO	Por deixar de comunicar à ANS nos prazos previstos na RN 36/03, atrasando por prazo superior à 30 dias, o percentual de reajuste aplicado no mês de dezembro de 2003, no contrato coletivo - Art. 20, caput da Lei 9656/98 c/c art. 74 da RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.022793/2004-45	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 25 da Lei 9656/98	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.069182/2004-61	VITALLIS SAÚDE S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 15 DE ABRIL DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 371ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de abril de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.072179/2008-58	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 25 da Lei 9656/98	60.000,00 (sessenta mil reais)
25785.001658/2006-83	ASSISTÊNCIA MÉDICA SÃO PAULO SUL S/C LTDA	DIDES	Por deixar de cumprir as obrigações nos contratos celebrados a qualquer tempo - Art. 25 da Lei 9656/98	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.000144/2006-45	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I alínea "b" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25773.000684/2008-95	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 35-C da Lei 9656/98	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.006441/2008-91	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.003805/2005-58	UNIMED BH COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25783.005088/2008-82	OPERADORA IDEAL SAÚDE LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e" da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.000758/2008-14	AMESP SISTEMA DE SAÚDE LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.003268/2006-16	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12 da Lei 9656/98 c/c art. 7º da CONSU 02/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25779.003108/2006-88	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	DIOPE	Por impedir a participação do beneficiário R.M.A., em plano de saúde - Art. 14 da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25773.000464/2006-08	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 15, inciso II da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.006081/2005-85	UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25785.000495/2006-11	DOCTOR CLIN OPERADORA DE SAÚDE LTDA	DIDES	Por deixar de cumprir as normas relativas à adoção e utilização dos mecanismos de regulação do uso de serviços de saúde - Art. 1º, § 1º, alínea "d" da Lei 9656/98 c/c art. 4º, inciso I alínea "b", da Resolução CONSU 08/1998	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.008460/2006-91	PRO-SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.004799/2006-18	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA	DIGES	Por aplicar reajuste anual por variação de custos, sem autorização da ANS - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, inciso XVII da Lei 9961/2000 c/c art. 2º da RN 74/2004	162.398,25 (cento e sessenta e dois mil e trezentos e noventa e oito reais e vinte cinco centavos)
25780.000169/2008-16	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 35-C da Lei 9656/98 c/c art. 2º da CONSU 13/98	200.000,00 (duzentos mil reais)
33902.213024/2008-88	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 25 da Lei 9656/98	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.003979/2006-82	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Por suspender ou denunciar de maneira unilateral os contratos com os consumidores - Art. 13, inciso II, parágrafo único da Lei 9656/98	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25779.000011/2006-13	SOSAUDE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA	DIOPE	Por aplicar reajuste em dezembro de 2004 o percentual de reajuste de 9,27%, não autorizado pela ANS - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, inciso XVII da Lei 9961/00	49.347,79 (quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos)
33902.008077/2009-60	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Por aplicar reajuste por mudança de faixa etária ao contrato do beneficiário N.A.L., ao completar 60 anos de idade, tendo o mesmo mais de 10 anos de plano - Art. 15, parágrafo único da Lei 9656/98	45.0000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25782.001649/2005-31	NOSSA SAÚDE - OPERADORA PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso, alínea "e" da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.011954/2007-33	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 1º, § 1º alínea "d" e art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98 c/c art. 2º, inciso VI da CONSU 08/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.005212/2005-15	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "e" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.001779/2008-57	VERA CRUZ ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, inciso II, alínea "a", ambos da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.011536/2008-27	PRÓ SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDUCIAL	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.125912/2006-82	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	DIOPE	Por rescindir unilateralmente o contrato da consumidora C.L.M.V. por condição diversa das autorizadas por lei, em 18.04.2006 - Art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.179464/2008-07	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.005259/2006-51	PRO-SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I alínea "b" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25780.001783/2005-52	ASSISTÊNCIA MÉDICA PARAENSE S/C LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDUCIAL	DIPRO	Negativa de Cobertura - 35-C, inciso I da Lei 9656/98 c/c art. 2º da CONSU 13/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.004287/2007-15	ROYAL SAÚDE LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.005671/2007-11	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.007440/2007-83	MASTER ADMINISTRAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDUCUAL	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.008797/2007-89	LUMINA SAÚDE S/A	DIPRO	Por rescindir contrato por inadimplência, sem comprovação da notificação ao consumidor no legal - Art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei 9656/98	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.005685/2005-12	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
33902.193993/2006-43	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, ambos da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.013923/2007-17	BRADESCO SAÚDE S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.006962/2007-68	FALÊNCIA DE AVICCENA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.003786/2008-23	PRO SALUTE SERVIÇOS PARA A SAÚDE LTDA	DIPRO	Por suspender unilateralmente, o contrato firmado com o beneficiário, em desacordo com a lei - Art. 13, parágrafo único, inciso II c/c art. 11, parágrafo único ambos da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25785.003180/2005-45	UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOP DE TRAB MÉDICO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.010250/2007-43	UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 35-C, inciso I da Lei 9656/98	90.000,00 (noventa mil reais)
25789.012766/2005-61	OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	DIOPE	Por comercializar plano com previsão de reajuste em desacordo com a RN 63/2003 - Art. 15 da Lei 9656/98	21.000,00 (vinte e um mil reais)
33902.131506/2007-30	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, inciso I, alínea "b", ambos da Lei 9656/98 c/c art. 7º, § 7º da Resolução CONSU 02/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25789.009389/2009-14	FALÊNCIA DE AVICCENA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - (por sete infrações) Art. 12, inciso I, alínea "b" da lei 9656/98	448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais)
25789.0130832007-92	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, inciso II, alínea "a", ambos da Lei 9656/98 c/c art. 7º da Resolução CONSU 02/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.002525/2007-55	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	130.000,00 (cento e trinta mil reais)
25789.001572/2006-11	ATIVIA COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único da Lei 9656/98	12.000,00 (doze mil reais)
25789.015236/2006-55	SERMA SERVIÇOS MÉDICOS ASSISTENCIAIS S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, inciso II, alínea "b" da Lei 9656/98 c/c art. 8º da CONSU 02/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.000616/2006-55	CLINIPAM CLINICA PARANAENSE DE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 35-C da Lei 9656/98	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.145741/2008-70	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.013906/2006-18	UNIMED FRANCA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, "b" da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.004696/2007-99	OPS - PLANOS DE SAÚDE S/A	DIOPE	Exigir ou aplicar reajuste ao consumidor acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS - Art. 25 da Lei 9656/98	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33902.090262/2008-17	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	DIPRO	Por recusar a participação de consumidores, em planos de assistência à saúde, em razão da idade, doença ou lesão preexistente - Art. 14 da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
33902.182394/2008-66	SEMEG SAÚDE LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO DE 16 DE ABRIL DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 371ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 04 de abril de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.011467/2007-71	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/S	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I alínea "b" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.002705/2005-25	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	DIOPE	Por suspender de maneira unilateral os contratos com os consumidores, em desacordo com a lei - Art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei 9656/98	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25773.002072/2006-75	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 35-C, inciso I da Lei 9656/98	100.000,00 (cem mil reais)
25789.012385/2005-81	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Por rescindir unilateralmente o contrato por inadimplência sem comprovar a notificação - Art. 13, inciso II, § único da Lei 9656/98	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25783.006648/2008-16	OPS-PLANOS DE SAÚDE S/A	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.001254/2008-91	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.006241/2006-77	AMIL SAÚDE LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	50.000,00 (cinqüenta mil reais)
25780.001786/2007-58	BRADESCO SAÚDE S/A	DIOPE	Por aplicar reajuste por variação por faixa etária em desacordo com o previsto para o contrato da beneficiária - Art. 25 da Lei 9656/98	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.004540/2009-10	UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	DIPRO	Por estabelecer disposições contratuais que ferem a legislação quanto à abrangência geográfica - Art. 16 c/c art. 12, § 1º, ambos da Lei 9656/98	280.170,00 (duzentos e oitenta mil, cento e setenta reais)
33903.001245/2005-52	UNIMED BRASILIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Por deixar de garantir que a rede credenciada não discrimine ou atenda o consumidor de forma distinta daquela dispensada aos clientes vinculados a outra operadora ou outro plano - Art. 18, inciso I parágrafo único da Lei 9656/98	10.000,00 (dez mil reais)
25785.003358/2006-39	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	DIPRO	Por suspender ou denunciar de maneira unilateral os contratos com os consumidores, em condições diversas da prevista na lei - Art. 13, parágrafo único da Lei 9656/98	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.004728/2005-53	UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 1º, § 1º, alínea "d" da Lei 9656/98 c/c art. 2º, inciso VI da CONSU 08/1998	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.177946/2008-14	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE GESTÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 14, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Altera o Anexo da Instrução Normativa nº 13, de 29 de janeiro 2013, que dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2012, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.

O Diretor Interino de Gestão, responsável pela Diretoria de Gestão da Agência Nacional de Saúde Suplementar - DIGES/ANS, em vista do que dispõem os artigos 22, 22-A da Resolução Normativa - RN nº 139, de 24 de novembro de 2006; e a alínea "a" do inciso I do artigo 76, a alínea "a" do inciso I do artigo 85, os incisos XIII e XIV do artigo 58 e o inciso X do artigo 59; todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Os anexos da Instrução Normativa nº 13, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2012, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006, passam a ser substituídos pelo Anexos da presente resolução.

§ 1º Os Anexos referidos no caput ficarão disponíveis, para consulta e cópia, no endereço eletrônico da ANS na internet (http://www.ans.gov.br).

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE N° 1.441, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 498, publicada no DOU de 02 de Abril de 2012, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder Cadastro dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento ao Mandado de Segurança, Processo n.° 6158-37.2013.4.01.3400, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME TÉCNICO NUMERO DO PROCESSO
NOME COMERCIAL
LOCAL DE FABRICAÇÃO
MODELO(s) DO PRODUTO
CLASSE REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES)
BRAZIL IMPORT LTDA 8.01175-8
Mascaras 25351.403676/2012-11
MÁSCARA LARÍNGEA (LMA™) USO ÚNICO - SUPREME
FABRICANTE : THE LARYNGEAL MASK COMPANY LIMITED - SEICHELES
DISTRIBUIDOR : THE LARYNGEAL MASK COMPANY LIMITED - SEICHELES
175010, 175015, 175020, 175025, 175030, 175040, 175050, 175060
CLASSE : II 80117580167
80007 - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico IMPORTADO

RESOLUÇÃO- RE N° 1.442, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I e § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 498, publicada no DOU de 02 de Abril de 2012, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Tornar suspensa a RESOLUÇÃO - RE Nº 995 de 15 de março de 2013, única e exclusivamente quanto à Revalidação de Registro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico, referente à empresa EURODONTO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - 08.639.512/0001-04, PROCESSO 25351.602314/2007-77, publicada no Diário Oficial da União nº. 52 de 18 de março de 2013, Seção 1, página 97 e em Suplemento, página 68, em atendimento ao Mandado de Segurança nº 17496-08.2012.4.01.3400.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

PORTARIA N° 715, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre Acréscimos a Composição da Rede Sentinela.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso IV, § 3º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1° Tornar pública a entrada de novo componente na Rede Sentinela, listado no Anexo I, em complemento à Portaria nº 1.693, de 8 de novembro de 2011, nos termos do documento de Critérios para Credenciamento de Instituições na Rede Sentinela (Ano 2011), de 08 de abril de 2011, disponível no sítio virtual da ANVISA - http://www.anvisa.gov.br e conforme previsto na revisão do PRODOC 004/10 - Projeto BRA 04/010 - Serviços de Saúde Sentinela: Estratégia para Vigilância de Serviços e Produtos de Saúde Pós-Comercialização (Projeto Hospitais Sentinela - PHS).

Art. 2º A instituição aqui nomeada, bem como aquelas publicadas em Portarias anteriores, estão sujeitas aos critérios de permanência na Rede Sentinela previstos no documento de Critérios para Credenciamento de Instituições na Rede Sentinela (Ano 2011), de 08 de abril de 2011, disponível no sítio virtual da ANVISA - http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3° Permanece facultada a todo e qualquer Estabelecimento de Atenção a Saúde solicitar credenciamento na referida Rede, em qualquer dos perfis definidos, a qualquer momento. Do mesmo modo, a partir desta data, as instituições que já fizeram a referida solicitação e não constam nesta lista, poderão ser reconhecidas como participantes da Rede, com envio de documentos em aberto após nova avaliação.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO I

	Hospital	Estado	Município	Participante	Colaborador	Centro de cooperação	Centro de Referência
1	Hospital da Criança Conceição	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	x			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 101, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.008687/2013-93, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento a pessoa jurídica TRANSTECH IVESUR BRASIL LTDA, CNPJ 40.450.876/0001-54, situada no Município de Pinhais - PR, na Rua Wanda dos Santos Mullmann, nº 1035, Estância Pinhais, CEP 83.323-400 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CLAUDIO PORTELLA SERRA E SILVA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 496, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 96, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.030320/2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de alteração contratual, resultando em transferência indireta da outorga, para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no Município de Itu, Estado de São Paulo, conferida à RÁDIO EMISSORA CONVENÇÃO DE ITU S/C LTDA., pelo Decreto nº 22.387, de 31 de dezembro de1946, mediante a cessão da totalidade das cotas do capital social para novos cotistas, que passarão a deter o mando da sociedade, conforme previsto no artigo 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da entidade, após a realização da presente operação, ficam assim constituídos:

COTISTAS	COTAS	VALOR (R$)
José Ruy Camargo de Souza Leite	17.000	17.000,00
Pedro Lorenzetti Castilho Passos	51.000	51.000,00
TOTAL	68.000	68.000,00

Administrador: José Ruy Camargo de Souza Leite

Art. 3º Determinar, nos termos do artigo 97 do citado Regulamento, que a entidade interessada apresente a alteração contratual contendo a transferência ora autorizada, devidamente registrada na repartição competente, para a aprovação deste Ministério.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 61, DE 15 DE MARÇO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 94, §3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo no 53000.061748/2005, resolve:

Art. 1o Autorizar a transferência direta da concessão outorgada à DMD ASSOCIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA., por meio do Decreto de 28 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 1998, referendado pelo Decreto Legislativo nº 140, de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 21 de maio de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Peixoto de Azevedo, estado do Mato Grosso, à TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA. - ME, cujos quadros societário e diretivo possuem a seguinte composição:

QUADRO SOCIETÁRIO

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR - R$
Alvacir Gasparetto	5	5.000,00
Roseli Terezinha Ferreira	5	5.000,00
TOTAL	10	10.000,00

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO
Alvacir Gasparetto	Administrador

Art. 2o Estabelecer, nos termos do artigo 97 do Decreto nº 52.795, de 1963, que as Entidades interessadas comprovem ao Ministério das Comunicações a efetivação da operação ora autorizada, sob pena de nenhum outro pedido de transferência ser considerado até que o referido ato praticado seja comprovado.

Art. 3o Determinar que, após a aprovação dos atos decorrentes da presente autorização, se comunique ao Congresso Nacional, nos termos do art. 222, § 5o, da Constituição da República.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 2.311, DE 9 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.014897/2012. Expede autorização à AMPM - ALARME MONITORADO LTDA., CNPJ/MF nº 07.047.201/0001-93, para explorar o Serviço Especial de Supervisão e Controle, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço o estado do Rio Grande do Sul. Outorga autorização de uso de radiofreqüência à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.321, DE 9 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53504.000766/1999 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 28 de fevereiro de 2013, a autorização outorgada à GS TECNOLOGIA LTDA., CNPJ nº 73.639.353/0001-00, por intermédio dos Atos n. 4.983 e 4.984, de 13 de outubro de 1999, publicados no DOU de 5 de novembro de 1999, para explorar o Serviço Limitado Especializado, interesse coletivo, submodalidades de Circuito e Rede Especializado, respectivamente, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.473, DE 11 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.011901/2012. Expede autorização à LINK NET INFORMÁTICA LTDA., CNPJ/MF nº 14.458.946/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.474, DE 11 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.002278/2013. Expede autorização à KUROLE WI-FI TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 17.065.811/0001-73, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.475, DE 11 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.003466/2013. Expede autorização à MMA VALENCIA INFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 14.031.154/0001-55, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.477, DE 11 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.003011/2013. Expede autorização à GETTEL INTERNET LTDA. ME, CNPJ/MF nº 17.243.030/0001-21, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.478, DE 11 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.002164/2013. Expede autorização à DIGIT TELECOMUNIÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.793.405/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.479, DE 11 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.030261/2012. Expede autorização à SILVA E GUEDES SOLUÇÕES EM TI LTDA. ME, CNPJ/MF nº 05.145.014/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.526, DE 15 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.008683/2010 - Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, expedida à INNOVE NET TELECOMUNICAÇOES LTDA. ME, CNPJ nº 11.482.272/0001-91, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, inciso I, e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.545, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.001330/2013. Expede autorização à ZAPELINI & CIA LTDA. ME, CNPJ/MF nº 82.794.611/0001-13, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.548, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.025853/2012. Expede autorização à INOVEZAP TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 15.476.818/0001-52, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.549, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53500.003478/2013. Expede autorização à MARCIO GUSTAVO PLACIDO DE ANDRADE SILVA - ME, CNPJ/MF nº 02.456.355/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 6 de junho de 2011

Nº 4.384 - Processo nº 53520.000308/2008

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela MMDSC COMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 02.237.134/0001-56, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Joinville, no Estado de Santa Catarina, em face da decisão proferida por meio do Ato nº 5.731, de 3 de setembro de 2010, do Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, que aplicou a sanção de multa, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) em epígrafe, instaurado por ter sido constatado, durante fiscalização, o cometimento da irregularidade consubstanciada no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - MMDS nº 0002SC20080006, de 7 de fevereiro de 2008, decidiu, em sua Reunião nº 607, realizada em 19 de maio de 2011, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão recorrida, consoante os termos da Análise nº 301/2011-GCJR, de 13 de maio de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em 6 de março de 2013

Nº 1.571 - Processo nº 53500.013526/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Região III (três) do Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008, contra a decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Despacho nº 3.597/2011-CD, de 4 de maio de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimentos aos direitos dos usuários previstos nos artigos 48, §6º e 74, do Regulamento do STFC, aprovado pela Resolução de nº 85, de 30 de dezembro de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 686, realizada em 28 de fevereiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 172/2013-GCRM, de 22 de fevereiro de 2013, conhecer do Pedido de Reconsideração, cumulado com Pedido de Efeito Suspensivo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Em 6 de março de 2013

Nº 1.572 - Processo nº 53572.001358/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado por TELEMAR NORTE LESTE S/A, Concessionária do STFC, Setor 13 do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ/MF nº 33.000.118/0011-40, contra decisão do Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho nº 1.220/2010-CD, de 4 de março de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infrações previstas nos arts. 12, inc. V, 17, parágrafo único, 48, §6º, 75, 78, 81 e 82 do Regulamento do STFC, aprovado pela Resolução nº 85/1998, às Cláusulas 4.5, 6.1, §3º, 14.1, inc. V e §1º, 15.1, incs. II, III e XVI, e 15.7, §3º, do Contrato de Concessão, ao art. 27 do Plano Geral de Metas de Qualidade - PGMQ, ao art. 14, §1º do Código de Defesa do Consumidor - CDC, e ao art. 3º, inc. V, da Lei nº 9.472/1997 - Lei Geral de Telecomunicações - LGT, decidiu, em sua Reunião nº 685, realizada em 21 de fevereiro de 2013: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar a ele provimento, mantendo-se integralmente os termos da Decisão recorrida; e, b) não conhecer as petições denominadas "Alegações Adicionais" e "Memorial" em virtude da ocorrência da preclusão consumativa, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 101/2013-GCRM, de 15 de fevereiro de 2013.

Nº 1.573 - Processo nº 53500.012519/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Região III (três) do Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008, contra a decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Despacho nº 4.196/2011-CD, de 26 de maio de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimentos aos direitos dos usuários previsto no artigo 53 do Regulamento do STFC, aprovado pela Resolução de nº 85, de 30 de dezembro de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 686, realizada em 28 de fevereiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 173/2013-GCRM, de 22 de fevereiro de 2013, conhecer do Pedido de Reconsideração, cumulado com Pedido de Efeito Suspensivo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Em 11 de março de 2013

Nº 1.648 - Processo nº 53500.017447/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, em sua Reunião nº 685, realizada em 21 de fevereiro de 2013, decidiu, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 92/2013-GCRM, de 15 de fevereiro de 2013, acatar o Pedido de Desistência de Recurso Administrativo interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A, em face do Despacho nº 3.741/2008/PBOAC/PBOA/SPB, protocolado em 8 de dezembro de 2010, e acostado nas fls. 95 a 98 dos autos, com o consequente arquivamento do processo.

Em 9 de abril de 2013

Nº 2.272 - Processos n. 53532.000834/2004, 53532.001283/2004 e 53532.000702/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Pernambuco, CNPJ/MF nº 33.000.118/0014-93, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Setor 8 do Plano Geral de Outorgas , contra o Despacho nº 5.889/2012-CD, de 19 de setembro de 2012, nos autos dos processos em epígrafe, que tem por objetivo a averiguação de descumprimento de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 688, realizada em 15 de março de 2013, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 160/2013-GCMB, de 8 de março de 2013.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 1.830/2012-CD, de 18 de março de 2013, publicado no DOU nº 69, de 11 de abril de 2013, Seção 1, página 64:

Onde se lê: "ATO Nº 1.830, 18 DE MARÇO DE 2013";
Leia-se: "ATO Nº 1.914, DE 18 DE MARÇO DE 2013".

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 2.587, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, no período de 23/04/2013 a 24/04/2013.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 2.588, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 25/04/2013 a 28/04/2013.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 2.589, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Volta Redonda/RJ, no período de 26/04/2013 a 28/04/2013.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 2.593, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 21/04/2013 a 21/04/2013.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 1.720, DE 11 DE MARÇO DE 2013

Processo nº 53500.024284/2012 - 1) Aplicar à VIVO S/A, inscrita no CNPJ nº 02.449.992/0001-64., a pena de multa, com fundamento no artigo 173, II, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, no artigo 9º, 18, 19 e 20, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, anexo à Resolução n.º 589, de 07 de maio de 2012, fixando-se seu valor base em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), referente à infração ao artigo 6º, inciso X e ao artigo 39, todos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 2.540, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Processo n.º 53500.001304/2012 - Declara extinta, por cassação, a partir de 01/10/2012, a autorização do Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais, expedida a ALCATEL-LUCENT BRASIL S.A - CNPJ 46.049.987/0001-30, por meio do Ato n.º 2.052, de 12/04/2012, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U de 16/04/2012, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso das radiofrequências associadas, com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.554, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Processo n.º 53500.005845/2013 - Determinar à VIVO S.A, inscrita no CNPJ nº 02.449.992/0001-64, a cobrança, a cada biênio, durante o período de prorrogação dos Termos de Autorização de Radiofrequência n.º 001/2006, 004/2006, 073/2008, 078/2008, 079/2008, 080/2008 e 083/2008/PVCP/SPV-ANATEL, ônus correspondente a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes; e determinar, para o biênio 2013, a expedição de boletos de cobrança para os Termos de Autorização de Radiofrequência n.º 001/2006, 004/2006, 073/2008, 078/2008, 079/2008, 080/2008 e 083/2008/PVCP/SPV-ANATEL.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.571, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Processo n.º 53500.003551/2002 - Declara extinta, por cassação, a partir de 13/09/2012, a autorização do Serviço Limitado Móvel Privado prestado a determinados grupos de usuário - SLMP, expedida a LIG-MOBILE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 00.186.938/0001-48, por meio do Ato n.º 29.040, de 09/09/2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 12/09/2002, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 18 de abril de 2013

Tendo em vista o recurso interposto pela entidade FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, nos autos do Processo de Apuração de Infração nº 53000.016489/2011, em face da expedição da Portaria nº 378, de 20 de setembro de 2012, que aplicou a penalidade de multa à entidade pela prática da infração administrativa disposta no art. 38, alínea "c" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117/62, com fundamento no artigo 62 do mesmo diploma legal, acolho a Nota Técnica nº 733/2013/CGAO/DEAA/SCE-MC, de sorte a conhecer o recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da legislação vigente.

Tendo em vista o recurso interposto pela entidade FUNDAÇÃO AIO DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, nos autos do Processo de Apuração de Infração nº 53000.004017/2012, em face da expedição da Portaria nº 434, de 27 de setembro de 2012, que aplicou a penalidade de multa à entidade pela prática da infração administrativa disposta no art. 38, alínea "c" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117/62, com fundamento no artigo 62 do mesmo diploma legal, acolho a Nota Técnica nº 734/2013/CGAO/DEAA/SCE-MC, de sorte a conhecer o recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da legislação vigente.

Tendo em vista o recurso interposto pela entidade SISTEMA SUL DE RADIODIFUSÃO, nos autos do Processo de Apuração de Infração nº 53000.006530/2011, em face da expedição da Portaria nº 006, de 9 de janeiro de 2013, que aplicou a penalidade de multa à entidade pela prática da infração administrativa disposta no art. 28, item 12, alínea "i" do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63, com fundamento no artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117/62, acolho a Nota Técnica nº 735/2013/CGAO/DEAA/SCE-MC, de sorte a conhecer o recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da legislação vigente.

Tendo em vista o recurso interposto pela entidade RÁDIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA, nos autos do Processo de Apuração de Infração nº 53000.003067/2012, em face da expedição da Portaria nº 488, de 16 de outubro de 2013, que aplicou a penalidade de multa à entidade pela prática da infração administrativa disposta no art. 38, alínea "c" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117/62, com fundamento no artigo 62 do mesmo diploma legal, acolho a Nota Técnica nº 752/2013/CGAO/DEAA/SCE-MC, de sorte a conhecer o recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da legislação vigente.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 17 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 15 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas às penalidades de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.061153/2011	Associação Comunitária Ebenezer	RADCOM	Divino das Laranjeiras	MG	Multa	2.742,85	Incisos XII, XV e XVI do art. 40 do Decreto nº 2.615	Portaria DEAA n° 419, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.039263/2011	Associação Comunitária e Cultural de Entre Rios	RADCOM	Entre Rios	SC	Multa	2.155,10	Incisos XV, XVII e XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 21.1 da Norma 01/2011	Portaria DEAA n° 420, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.015049/2011	Associação Comunitária Cultural e Lazer de Floresta	RADCOM	Central de Minas	MG	Multa	2.938,77	Incisos XII, XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 21.1 da Norma 01/2011	Portaria DEAA n° 421, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.016670/2010	Associação de Comunicação do Município de Valparaíso de Goiás	RADCOM	Valparaíso de Goiás	GO	Multa	1.567,34	Incisos XV e XVII do Art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 422, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.020889/2010	Associação Nova Cabreúva Educacional Cultural e Comunicação Social	RADCOM	Cabreúva	SP	Multa	979,59	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 423, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.036267/2011	Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Rio Claro e Região	RADCOM	Carmo do Rio Claro	MG	Multa	2.938,77	Incisos XII, XV e XVII do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 21.1 da Norma 01/2011	Portaria DEAA n° 424, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.012503/2010	Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidade dos Sonhos	RADCOM	Monte Alto	SP	Multa	1.567,34	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 21.1 da Norma 01/2011	Portaria DEAA n° 425, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.001827/2012	Associação Cultural Comunitária de Comunicações Lagunense	RADCOM	Laguna	SC	Multa	7.196,67	Incisos XII e XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 426, de 17/4/2013	Portaria MC n° 562/2011
53000.014014/2010	Associação de Difusão Comunitária Ouro Verde	RADCOM	Ouro Verde	SP	Multa	2.546,93	Incisos XV, XVII e XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 427, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.047584/2010	Associação Cultural Comunitária de Pirajuí	RADCOM	Pirajuí	SP	Multa	1.741,49	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 21.1 da Norma 01/2011	Portaria DEAA n° 428, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.031779/2012	Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé	RADCOM	Bagé	RS	Multa	6.796,85	Incisos VI e XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e § 1º do art. 4º da Lei nº 9.612/98	Portaria DEAA n° 429, de 17/4/2013	Portaria MC n° 562/2011
53000.002950/2012	Associação Missão Evangélica El Shaday	RADCOM	Feira de Santana	BA	Multa	5.197,59	Incisos XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e § 1º do art. 4º da Lei nº 9.612/98	Portaria DEAA n° 430, de 17/4/2013	Portaria MC n° 562/2011
53000.052807/2011	Associação Comunitária Rural Henriqueta Veloso	RADCOM	Felício dos Santos	MG	Multa	2.351,02	Incisos XII, XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 431, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.029325/2010	Associação e Movimento Comunitário Interior FM	RADCOM	Santa Clara D'Oeste	SP	Multa	979,59	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 432, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.036686/2010	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Poté	RADCOM	Poté	MG	Multa	1.763,26	Incisos XII e XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 433, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.009176/2011	Associação Beneficente Bela Vista	RADCOM	Cláudio	MG	Multa	979,59	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 434, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.040772/2012	Rádio Fraternidade Ltda	FM	Araras	SP	Multa	15.832,67	Alínea "h" do art. 38 e art. 62, ambos do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA n° 435, de 17/4/2013	Portaria MC n° 562/2011
53000.059699/2010	Alto Astral Produções Ltda	FM	Rorainópolis	RR	Multa	876,46	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA n° 436, de 17/4/2013	Portaria MC n° 85/1994
53000.060700/2010	Fundação Exclusiva Educativa	FME	Campo Largo	PR	Multa	1.259,47	Art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99	Portaria DEAA n° 437, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.055207/2010	Fundação Educativa Cultural de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte	FME	Belo Horizonte	MG	Multa	1.539,36	Art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99	Portaria DEAA n° 438, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.005230/2010	Fundação Rádio Educacional de Votuporanga	FME	Votuporanga	SP	Multa	1.539,36	Art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99	Portaria DEAA n° 439, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.021619/2010	Fundação Leste Mineira de Comunicação	FME	Governador Valadares	MG	Multa	1.539,36	Art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99	Portaria DEAA n° 440, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
53000.048381/2010	Fundação Francisco Gurgel Correa	FME	Barbalha	CE	Multa	1.289,47	Art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99	Portaria DEAA n° 441, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008
5300.011855/2010	Fundação Espaço Cultural de Paulínia	FME	Paulínia	SP	Multa	1.539,36	Art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99	Portaria DEAA n° 442, de 17/4/2013	Portaria MC n° 858/2008

OCTAVIO PENNA PIERANTI

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de 27 de setembro de 2012, do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, publicadas no D.O.U de 28 de setembro de 2012 - Seção 1 - pág. 111, tabela anexa, Portaria DEAA nº 436, Processo nº 53000.008884/2011, onde se lê: Município de José de Freitas, Estado do Piauí, leia-se: Município de Paulista, Estado de Pernambuco.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.018, DE 2 ABRIL DE 2013

Anui à transferência de concessão das empresas Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE e Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia mediante incorporação destas pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul.

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com base no art. 4º, XI, do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2012, nos Contratos de Concessão de Transmissão n°s 05/2006, 10/2009, 11/2010, 12/2010 e 02/2011, e o que consta dos Processos nº 48500.003226/2008-13 e nº 48500.007490/2009-15, resolve:

Art. 1º Anuir às transferências de concessão das empresas Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE e Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia mediante incorporação destas pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul.

§ 1º O prazo para implementação da operação de que trata o "caput" fica estabelecido em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta Resolução, cabendo à Eletrosul atender ao disposto nos arts. 23 e 24 da Resolução Normativa nº 484, de 2012.

Art. 2º Aprovar as minutas do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2011-ANEEL, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2010-ANEEL, do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 011/2010-ANEEL, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 010/2009-ANEEL, e do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2006-ANEEL, formalizando as transferências de concessão de que trata o art. 1º desta Resolução, os quais deverão ser assinados na forma do art. 29 da Resolução Normativa nº 484, de 2012.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.030, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.003426/2012-52. Interessado: Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos da área de concessão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, para o período de 2014 a 2018, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.037, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.003424/2012-63. Interessado: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos da área de concessão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, para o período de 2014 a 2018, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.038, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.003438/2012-87. Interessado: Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. - ESE. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos da área de concessão da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. - ESE, para o período de 2014 a 2018, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.511, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Homologa o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, fixa as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, as Tarifas de Energia - TE, homologa a tarifa de energia elétrica da Afluente Geração de Energia Elétrica S/A - AFLUENTE e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição nº 10/1997, o que consta do Processo nº 48500.000946/2012-11, e considerando que:

as metodologias utilizadas estão detalhados nos Módulos 2 e 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública - AP nº 006/2013 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da Coelba, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.429, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reposicionadas em -6,06% (seis vírgula zero seis por cento negativos), sendo -5,91% (cinco vírgula noventa e um por cento negativos) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% (zero vírgula quinze por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 0,84% (zero vírgula oitenta e quatro por cento) e 2,00% (dois por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da COELBA de 2014 a 2017.

Parágrafo único. O componente Q do Fator X deverá ser apurado em cada reajuste tarifário, a partir de 2014, conforme metodologia definida no Submódulo 2.5 do PRORET.

Art. 4º O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Coelba, de 2014 a 2017, fica definido em 9,49% (nove vírgula quarenta e nove por cento) para as perdas técnicas sobre a energia injetada, excluída a energia injetada no nível de tensão A1, e em 6,16% (seis vírgula dezesseis por cento) para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão.

Art. 5º As tarifas de aplicação constam do Anexo I e contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e os componentes financeiros pertinentes, devendo vigorar de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Parágrafo único. Para o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram - Contrato de Compra de Energia Incentivada - CCEI, de acordo com a Resolução Normativa n. 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto.

Art. 6º As tarifas constantes do Anexo II contemplam somente o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 7º Estabelecer as receitas anuais constante das Tabelas 1 e 2, que são referentes às instalações de conexão com as transmissoras relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT de uso exclusivo dedicadas à Coelba, conforme as especificações a seguir:

I - as receitas anuais constantes da Tabela 1, que incorporam as parcelas de ajuste financeiro referentes às conexões/DIT, estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014; e

II - as receitas anuais constantes da Tabela 2, sem as parcelas de ajuste mencionadas no inciso I, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios destes tributos, nas faturas relativas à receita anual de que trata o caput.

Art. 8° Estabelecer a receita anual constante da Tabela 3, referentes às instalações de conexão à rede básica e instalações próprias da Coelba dedicada aos consumidores do Subgrupo A1, que estará em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Art. 9° Aprovar os novos valores dos serviços integrantes da Tabela 4 - Serviços Cobráveis, com vigência no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Art. 10. Aprovar, para fins de cálculo do atual processo tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER da Coelba, conforme consta da Tabela 5.

Art. 11. Homologar, na forma da Resolução Normativa nº 167, de 10 de outubro de 2005, o reajuste da tarifa de energia elétrica referente à geração distribuída proveniente da Afluente Geração de Energia Elétrica S/A - AFLUENTE para R$ 167,70 /MWh (cento e sessenta e sete reais e setenta centavos por megawatt-hora), a vigorar a partir de 22 de abril de 2013.

Art. 12. Homologar o valor mensal de R$ 13.274.067,04 (treze milhões, duzentos e setenta e quatro mil, sessenta e sete reais e quatro centavos), a ser repassado pela Eletrobras à Coelba, no período de competência de abril de 2013 a março de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 13. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Coelba, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 14. O horário de ponta para a área de concessão da Coelba compreende o período entre as 18 horas e 00 minuto e 20 horas e 59 minutos.

Parágrafo único. Para aplicação da Tarifa Branca o posto intermediário compreende o intervalo de duas horas imediatamente anteriores ao posto ponta.

Art. 15. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.512, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Homologa o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, fixa as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, as Tarifas de Energia - TE e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na cláusula sétima do Contrato de Concessão de Distribuição nº 8/1997, o que consta do Processo nº 48500.000945/2012-01, e considerando que:

as metodologias utilizadas estão detalhados nos Módulos 2 e 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública - AP nº 009/2013 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Cosern, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da Cosern, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.413, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reposicionadas em 3,86% (três vírgula oitenta e seis por cento), sendo 4,11% (quatro vírgula onze por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento) e 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da Cosern de 2014 a 2017.

Parágrafo único. O componente Q do Fator X deverá ser apurado em cada reajuste tarifário, a partir de 2014, conforme metodologia definida no Submódulo 2.5 do PRORET.

Art. 4º O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Cosern de 2014, 2015, 2016 e 2017, fica definido em 8,75% (oito vírgula setenta e cinco por cento) para as perdas técnicas sobre a energia injetada, e em 4,28% (quatro vírgula vinte e oito por cento) para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão.

Art. 5º As tarifas de aplicação constam do Anexo I e contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e os componentes financeiros pertinentes, devendo vigorar de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Para o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição ? TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram ? Contrato de Compra de Energia Incentivada ? CCEI, de acordo com a Resolução Normativa n. 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ? CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto.

Art. 6º As tarifas constantes do Anexo II contemplam somente o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 7º Estabelecer as receitas anuais constante das Tabelas 1 e 2, que são referentes às instalações de conexão com as transmissoras relativas às Demais Instalações de Transmissão ? DIT de uso exclusivo dedicadas à Cosern, conforme as especificações a seguir:

I - as receitas anuais constantes da Tabela 1, que incorporam as parcelas de ajuste financeiro referentes às conexões/DIT, estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014; e

II - as receitas anuais constantes da Tabela 2, sem as parcelas de ajuste mencionadas no inciso I, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios destes tributos, nas faturas relativas à receita anual de que trata o caput.

Art. 8º Aprovar os novos valores dos serviços integrantes da Tabela 3 ? Serviços Cobráveis, com vigência no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Art. 9º Aprovar, para fins de cálculo do atual processo tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema ? ESS e de Energia de Reserva ? EER da Cosern, conforme consta da Tabela 4.

Art. 10. Homologar o valor mensal de R$ 4.710.988,29 (quatro milhões, setecentos e dez mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos), a ser repassado pela Eletrobras à Cosern, no período de competência de Abril de 2013 a Março de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 11. Fixar o valor total constante da Tabela 5, a ser repassado pela Eletrobras à Cosern, em parcela única, até o 10º dia útil a contar da publicação desta Resolução, para cobertura do resultado positivo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ? CVA correspondente ao Encargo de Serviço do Sistema ? ESS, conforme estabelecido no art. 4º-A, § 4º, do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, com redação dada pelo Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013.

Art. 12. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Cosern, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 13. O horário de ponta para a área de concessão da Cosern compreende o período entre as 17 horas e 30 minutos e 20 horas e 29 minutos.

Parágrafo único. Para aplicação da Tarifa Branca o posto intermediário compreende uma hora imediatamente anterior e uma hora imediatamente posterior ao posto ponta.

Art. 14. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.513, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Homologa o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. - ESE, fixa as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, as Tarifas de Energia - TE e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na cláusula sétima do Contrato de Concessão de Distribuição nº 7/1997, o que consta do Processo nº 48500.000948/2012-01, e considerando que:

as metodologias utilizadas estão detalhados nos Módulos 2 e 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública - AP nº 10/2013 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. - ESE, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da ESE, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.443, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reposicionadas em 4,08% (quatro vírgula zero oito por cento), sendo 4,61% (quatro vírgula sessenta e um por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,03% (zero vírgula zero três por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,61% (um vírgula sessenta e um por cento) e 0,80% (zero vírgula oitenta por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da ESE de 2014 a 2017.

Parágrafo único. O componente Q do Fator X deverá ser apurado em cada reajuste tarifário, a partir de 2014, conforme metodologia definida no Submódulo 2.5 do PRORET.

Art. 4º O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da ESE de 2014 a 2017 fica definido em 8,04% (oito vírgula zero quatro por cento) para as perdas técnicas sobre a energia injetada, excluída a energia injetada no nível de tensão A1, e 7,63% (sete vírgula sessenta e três por cento) para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão.

Art. 5º As tarifas de aplicação constam do Anexo I e contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e os componentes financeiros pertinentes, devendo vigorar de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Parágrafo único. Para o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram Contrato de Compra de Energia Incentivada - CCEI, de acordo com a Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto.

Art. 6º As tarifas constantes do Anexo II contemplam somente o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 7º Estabelecer as receitas anuais constante das Tabelas 1 e 2, que são referentes às instalações de conexão com as transmissoras relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT de uso exclusivo dedicadas à ESE, conforme as especificações a seguir:

I - as receitas anuais constantes da Tabela 1, que incorporam as parcelas de ajuste financeiro referentes às conexões/DIT, estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014; e

II - as receitas anuais constantes da Tabela 2, sem as parcelas de ajuste mencionadas no inciso I, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios destes tributos, nas faturas relativas à receita anual de que trata o caput.

Art. 8º Estabelecer a receita anual constante da Tabela 3, referentes às instalações de conexão à rede básica e instalações próprias da ESE dedicada ao(s) consumidor(es) do Subgrupo A1, que estará em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Art. 9º Aprovar os novos valores dos serviços integrantes da Tabela 4 - Serviços Cobráveis, com vigência no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Art. 10. Aprovar, para fins de cálculo do atual processo tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER da ESE, conforme consta da Tabela 5.

Art. 11. Homologar o valor mensal de R$ 2.601.342,70 (dois milhões, seiscentos e um mil, trezentos e quarenta e dois reais e setenta centavos), a ser repassado pela Eletrobras à ESE, no período de competência de abril de 2013 a março de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 12. Fixar o valor total constante da Tabela 6, a ser repassado pela Eletrobras à ESE, em parcela única, até o 10º dia útil a contar da publicação desta Resolução, para cobertura do resultado positivo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ? CVA de Encargo de Serviço do Sistema - ESS, conforme estabelecido no art. 4º-A, § 4º, do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, com redação dada pelo Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013.

Art. 13. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela ESE, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 14. O horário de ponta para a área de concessão da ESE compreende o período entre as 17 horas e 30 minutos e 20 horas e 29 minutos.

Parágrafo único. Para aplicação da Tarifa Branca o posto intermediário compreende uma hora imediatamente anterior e uma hora imediatamente posterior ao posto ponta.

Art. 15. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.516, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Companhia Energética do Ceará - Coelce e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na cláusula sétima do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 01/1998, com a redação dada pelos seus Termos Aditivos, e com base nos autos do Processo nº 48500.005896/2012-51, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2013 da Companhia Energética do Ceará - Coelce, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da Coelce, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.430, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 3,44% (três vírgula quarenta e quatro por cento), sendo 11,36% (onze vírgula trinta e seis por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -7,92% (sete vírgula noventa e dois por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Parágrafo único. Para o cálculo das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs aplicáveis aos consumidores que assinaram Contrato de Compra de Energia Incentivada - CCEI, de acordo com a Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto.

Art. 4º As tarifas constantes do Anexo II contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5º Estabelecer as receitas anuais constantes das Tabelas 1 e 2, referentes às instalações de conexão da concessionária de transmissão Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT de uso exclusivo dedicadas à Coelce, conforme as especificações a seguir:

I - a receita anual constante da Tabela 1, que incorpora a parcela de ajuste financeiro referente à conexão/DIT, estará em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014; e

II - a receita anual constante da Tabela 2, sem a parcela de ajuste mencionada no inciso I, deverá constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios destes tributos, nas faturas relativas à receita anual de que trata o caput.

Art. 6º Aprovar, para fins de cálculo do atual reajuste tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER da Coelce, no valor de R$ 49.390.794,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e noventa e quatro reais).

Art. 7º Aprovar os novos valores dos serviços integrantes da Tabela 3 - Serviços Cobráveis, com vigência no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Art. 8º Homologar o valor de R$ 31.789.998,47 (trinta e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos), a ser repassado pela Eletrobras à Coelce, em parcela única, até o 10º dia útil a contar da publicação desta Resolução, para cobertura do resultado positivo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA correspondente ao Encargo de Serviço do Sistema - ESS, conforme estabelecido no art. 4º-A, § 4º, do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, com redação dada pelo Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013.

Art. 9º Homologar o valor mensal de R$ 11.678.568,31 (onze milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e um centavos), a ser repassado pela Eletrobras à Coelce, no período de competência de abril de 2013 a março de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 10. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Coelce, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 9 de abril de 2013

Nº 1.046 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005024/2012-92, resolve conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso administrativo interposto pela SPE Palmital Energia Ltda. contra o Despacho SGH nº 2.983/2012, que negou o registro ativo para a elaboração do projeto básico da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Palmital, situada no ribeirão Ponte Grande, em Minas Gerais.

Em 16 de abril de 2013

Nº 1.053 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004330/2012-10, resolve (i) conhecer e dar provimento parcial ao recurso administrativo interposto pela empresa Integração Transmissora de Energia S.A. em face do Despacho n. 3.851, de 4 de dezembro de 2012, emitido pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE; e (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que, para efeito do cálculo da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI, no caso da indisponibilidade da LT 500 kV Peixe 2 - Serra da Mesa 2 em virtude do sinistro ocorrido no dia 15 de fevereiro de 2012, considere 96 (noventa e seis) horas de expurgo referente a recuperação dos cabos.

Em 18 de abril de 2013

Nº 1.137 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta no Processo nº 48500.005267/2011-40, resolve não conceder o efeito suspensivo requerido pela Revifrio Comércio de Refrigeração Ltda. ME no âmbito do recurso administrativo interposto em face da Decisão SLC nº 0023/2012, por não se encontrar presente o requisito do justo receio da ocorrência de prejuízo de incerta ou difícil reparação ensejador da suspensividade, determinando, na sequência, a imediata distribuição do feito para deliberação da matéria pela Diretoria Colegiada.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de abril de 2013

Nº 1.141 - Processo nº 48500.003649/2001-69. Interessado: Basf S.A. Decisão: manter o enquadramento da UTE Basf Guaratinguetá, registrada sob titularidade da empresa Basf S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.539.407/0002-70, na modalidade de cogeração qualificada.

Nº 1.142 - Processo nº: 48500.001034/2004-96. Interessado: Prefeitura Municipal de Volta Grande. Decisão: (i) indeferir o pleito do Município de Volta Grande, no estado de Minas Gerais, de inclusão entre os municípios beneficiários da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos recolhida pela UHE Ilha dos Pombos; (ii) manter os coeficientes de distribuição da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos recolhida pela UHE Ilha dos Pombos, em face do indeferimento do pleito do Município de Volta Grande, no estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de abril de 2013

Nº 1.138 - Processos nº 48500.001258/2013-41 Interessados: ECE Participações S.A., Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Decisão: (i) aprovar minuta específica de Termo Aditivo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs celebrados pela ECE Participações S.A. em decorrência da realização do 11º Leilão de energia nova - Edital 04/2010-ANEEL, para alteração de montantes de energia em conformidade ao disposto na Resolução Autorizativa 3.292, de 20 de dezembro de 2011. (ii) determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE providencie a operacionalização da assinatura do Termo Aditivo referido no inciso (i).

A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br/biblioteca.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de abril de 2013

Nº 1.139 - Processo nº 48500.001748/2013-48. Interessada: Araraquara Transmissora de Energia S.A. Decisão: Anuir ao Instrumento Particular de Mútuo, a ser firmado entre a Interessada (Mutuária) e a State Grid Brazil Holding S.A. (Mutuante), no valor de até R$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) e pelo prazo de até 2 (dois) anos, cujos recursos destinam-se à equacionar o fluxo de caixa da Mutuária.

Nº 1.140 - Processo nº 48500.002402/2013-67. Interessada: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. Decisão: Não anuir à dação de recebíveis em garantia, pela Interessada, no valor de até R$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais), em razão do risco de comprometimento da operacionalização e da continuidade da prestação do serviço.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de abril de 2013

Nº 1.145 - Processo nº 48500.002008/2006-83. Decisão: i) - Não aprovar o projeto básico da PCH Verde 3, com potência a instalar de 24 MW, situada no rio Verde, integrante da sub-bacia 60, bacia do rio Paraná, abrangendo o município de Rio Verde, estado de Goiás, pelo não cumprimento dos artigos 8º e 12º da Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998. II - Facultar à empresa interessada a reapresentação do projeto básico da PCH Verde 03 até 22 de abril de 2014.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de abril de 2013

Nº 1.144 - Processo n. 48500.002281/2013-53. Interessados: Concessionárias de distribuição e Eletrobras. Decisão: Fixar os valores provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados pela Eletrobras em atendimento ao disposto no Art. 4º-A, § 4º, do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, com redação dada pelo Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 404, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.012059/2008-54 e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Distribuidora S.A., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 34.274.233/0372-86, autorizada a operar a Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) em área contígua ao Posto R&R, localizado na Rua Anita Garibaldi, nº 67, Bairro São Luiz - Brusque/SC.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A Petrobras Distribuidora S.A. deverá apresentar à ANP até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 405, DE 18 DE ABRIL DE 2013

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, com base na Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista os documentos que constam do Processo ANP nº 48610.002442/2013-61, e considerando:

-que cabe à ANP implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, conforme insculpido no inciso I, do artigo 8º da mesma Lei;

-a possibilidade de redução da carga de petróleo da Refinaria Presidente Getulio Vargas - REPAR, que compromete o abastecimento de derivados de petróleo em sua área de influência;

-que a empresa cumpriu todos os requisitos estabelecidos pela Portaria ANP nº 170/98, no que se refere a descarga de petróleo de navios para o Terminal de São Francisco do Sul - TEFRAN pela Monobóia MN 701, a Linha de Mangotes Flutuantes Sul e das duas linhas de mangotes aos dutos submarinos (Linhas de Mangotes Submarinos Sul e Norte), torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0020-11, autorizada a operar a Monobóia IMODCO (IM1153), também denominada Monobóia MN-701, para descarga de petróleo para o TEFRAN por meio da Linha de Mangotes Flutuantes Sul e as duas linhas de mangotes aos dutos submarinos (Linhas de Mangotes Submarinos Sul e Norte), que são parte integrante das instalações offshore do TEFRAN, no Município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Qualquer alteração na disposição dos mangotes das linhas flutuantes ou submarinas interligadas à Monobóia MN 701, deve ser informada à ANP imediatamente.

Art. 3º Não realizar qualquer procedimento de atracação, conexão ou operação de navios petroleiros na Monobóia MN 701 em condições meteorológicas adversas, que não possibilitem o atendimento a eventuais acidentes, cujo procedimento necessite o uso de embarcações de apoio de pequeno porte.

Art. 4º A atracação e conexão de navios petroleiros na Monobóia MN 701 somente poderão ser realizadas à luz do dia.

Art. 5º Toda a operação deverá ser integralmente monitorada por inspetores, a fim de detectar qualquer indício de vazamento, e em caso de ocorrência de sinistro, a descarga deve ser imediatamente interrompida, com subsequente implementação dos procedimentos constantes do Plano de Resposta a Emergências.

Art.6º Em caso de ocorrência de sinistro durante operação de atracação, desatracação, conexão ou descarga de navios petroleiros na Monobóia MN 701, a mesma deverá ser imediatamente comunicada à ANP, conforme disposto na Resolução ANP nº 44, de 22 de dezembro de 2009, além de deverem ser interrompidas todas as operações nesta Monobóia até que haja manifestação da Agência que autorize o prosseguimento destas operações.

Art. 7º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a emissão da presente autorização.

Art. 8º A Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO deverá encaminhar, até a data de vencimento dos licenciamentos ambientais das instalações relacionadas na presente Autorização, cópias autenticadas das solicitações de renovação destes licenciamentos protocoladas junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópias autenticadas das renovações das respectivas licenças, em até 15 (quinze) dias, contados a partir das datas de suas renovações.

Art. 9º Fica revogado o item referente à Monobóia do Terminal de São Francisco do Sul - TEFRAN, código DCPT 000852, constante do Anexo I da Autorização ANP nº 170, de 28 de setembro de 2001, concedida por esta ANP à empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, publicada no Diário Oficial da União nº 188, de 1º de outubro de 2001.

Art. 10 Esta Autorização terá validade de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 11 Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

1. Mensagem da Administração

O ano do cinquentenário foi marcante para a Eletrobras. As comemorações mostraram 50 anos de história e conquistas de uma grande empresa, com presença de norte a sul do país. Foram inúmeras as manifestações de orgulho das pessoas que dela fazem parte e o respeito da sociedade em geral pelo papel que a empresa exerce no país.

Somos a maior empresa de energia elétrica da América do Sul e temos uma participação preponderante na implantação e operação do sistema elétrico interligado e sistemas isolados. São sistemas imprescindíveis para assegurar o funcionamento e o crescimento da economia brasileira e permitir o acesso à energia de forma integrada para mais de 190 milhões de brasileiros.

Em todos os aspectos, 2012 foi um ano de grandes conquistas. A realização do investimento foi de R$ 9,9 bilhões, segregado em R$ 5,3 bilhões em geração, R$ 3,0 bilhões em transmissão, R$ 1,0 bilhão em distribuição e R$ 0,6 bilhão em pesquisa, infraestrutura e qualidade ambiental. Atuando isoladamente ou em parceria, as empresas Eletrobras agregaram cerca de 711 MW de energia limpa e renovável à matriz energética brasileira e 880 km de linhas de transmissão. Na distribuição, por intermédio dos nossos 199.935 km de rede, atendemos a 3.653.046 clientes. Adicionalmente, em construção no segmento de geração, existem cerca de 22.662 MW, e ainda, 19.040 MW já em estudo. Na transmissão, para os próximos anos, teremos a implantação de mais 13.730 km, o que representa um acréscimo de 13.885 MVA em capacidade de transformação.

Na operação do sistema elétrico, destaque especial para o recorde mundial batido por Itaipu Binacional que atingiu 98,3 milhões de MWh e para as usinas de Ângra 1 e 2 que chegaram a 16 milhões de MWh. Na transmissão, como resultado de uma política que priorizou investimentos em melhorias e reforços na rede, o número de desligamentos por 100 Km da rede da Eletrobras obteve uma melhoria de 11% em relação a 2011. Na distribuição, enquanto o mercado brasileiro obteve um aumento médio de consumo de 3,5%, o mercado das distribuidoras da Eletrobras cresceu cerca de 12,1%. Nessas empresas, os esforços também ficaram evidentes. De 2011 para 2012, conseguimos reduzir o índice total de inadimplência de 18,9% para 17,6% e as perdas globais, de 34,28% para 31,01%.

Nos programas governamentais geridos pela Eletrobras, como o Luz para Todos, o Proinfa e o Procel, os resultados de 2012 foram animadores. O Procel contribuiu para uma economia de energia elétrica de cerca de 9,1 mil GWh, enquanto Luz para Todos atingiu a histórica marca de 3.022.529 ligações efetuadas desde 2004 e o Proinfa contribuiu para a agregação de 2.656,57 MW à matriz elétrica brasileira.

Em setembro de 2012, a MP579/12, convertida na Lei 12.783, estabeleceu a forma de prorrogação dos contratos de concessão da geração, transmissão e distribuição. A motivação pela modicidade da tarifa e redução dos valores das contas de energia em todas as classes de consumo de energia do país levou o Governo Federal a propor o vencimento antecipado dos contratos de concessão, com a automática prorrogação dentro das condições estabelecidas e, como alternativa, a relicitação da concessão decorrido o prazo contratual original. A Eletrobras e suas empresas: Chesf, Eletrosul, Furnas e Eletronorte analisaram as diferentes possibilidades abordando aspectos técnicos, econômicos e estratégicos e optaram pela prorrogação das concessões dos contratos afetados por 30 anos, assegurando assim a preservação de seu porte e importância.

De fato, o resultado financeiro deste ano revelou um grande prejuízo que, no entanto, deve ser encarado como um evento pontual resultante dos efeitos da Lei 12.783. Os números deste ano foram severamente impactados por lançamentos decorrentes dos efeitos da Lei sobre nossos ativos. O ano de 2012, portanto, trouxe um desafio novo. Temos que primar pela eficiência e procurar, dentro do espaço legal, reverter todas as provisões regulatórias.

As perspectivas são de melhoria contínua. Para tanto, um plano diretor para os negócios e para a gestão empresarial já vem sendo preparado, capaz de refletir uma tomada de posição imediata da Eletrobras perante o novo ambiente de negócios do setor elétrico brasileiro. Precisamos reduzir ainda mais os nossos custos em relação às nossas receitas, reestruturando nossos processos empresariais e otimizando os esforços entre as empresas. Precisamos assegurar nossos investimentos, para continuar atendendo ao Brasil em suas necessidades de fornecimento de energia com qualidade e confiabilidade.

O relatório que está em suas mãos, portanto, segue com a certeza de que muito já foi construído. A Eletrobras cresce ao mesmo tempo em que se moderniza para responder às expectativas quanto ao seu relevante papel no setor elétrico brasileiro. Nossa história está aí para mostrar que os desafios são, também, uma importante fonte de energia. E os que enfrentamos agora nos servirão, certamente, para acelerar as melhorias que já vínhamos perseguindo, na construção de uma empresa cada vez mais eficiente e de um Brasil cada vez mais sustentável.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente da Eletrobras

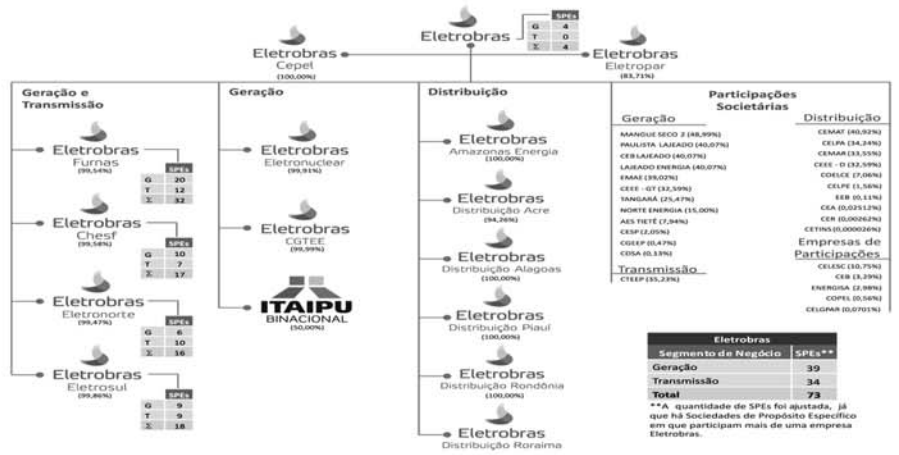
2. Perfil da Empresa

A Eletrobras é a maior empresa de energia elétrica da América Latina, com capacidade instalada total de geração de 42.333 MW (35,1% do total do país), dos quais 89,2% são de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (84,3% de hidráulica, 0,2% de eólica/solar e 4,7% de nuclear). A companhia possui ainda uma malha de linhas de transmissão, única no mundo, de abrangência nacional com 55.118 km de linhas de transmissão (52% do total do país), em alta e extra-alta tensão, desde 230 kV até 750 kV. A Eletrobras possui uma área de distribuição que atende mais de 3,6 milhões de consumidores por meio de uma rede de distribuição de 199.935 km.

A Eletrobras tem desempenhado o papel de agente oficial para administração e aplicação de fundos governamentais setoriais como a RGR, CCC e a CDE. E administra programas de governo, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

2.1. Estrutura Societária

A Eletrobras possui sete empresas de geração e transmissão, incluindo 50% de Itaipu Binacional, seis empresas de distribuição, um centro de pesquisas e uma empresa de participações. A companhia ainda possui 73 parcerias para desenvolvimento de novos empreendimentos por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).



Eletrobras	
Segmento de Negócio	SPEs**
Geração	39
Transmissão	34
Total	73

**A quantidade de SPEs foi ajustada, já que há Sociedades de Propósito Específico em que participam mais de uma empresa Eletrobras.

Ao longo do ano de 2012 não houve significativas alterações na estrutura societária do Sistema Eletrobras. Os fatos mais marcantes foram as integralizações de capital ocorridas nas empresas controladas de geração, transmissão e distribuição. Nesse período a ELETROBRAS realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em suas controladas, cujas empresas ELETRONORTE, ELETROSUL, CHESF e CGTEE integralizaram estes valores, aumentando ligeiramente a participação da ELETROBRAS, que já era próxima a 100%. Além disso, em outubro de 2012 a Boa Vista Energia passou do controle da ELETRONORTE para a ELETROBRAS, ficando assim todas as Distribuidoras do Sistema controladas diretamente pela Holding.

Nas Assembleias da Eletrobras holding, não houve nenhuma mudança significativa na estrutura do Capital Social. No dia 28/12/2012, por força da Medida Provisória Nº 600 houve a transferência de 39.000.000 de ações ordinárias do BNDESPAR para a União Federal, refletindo no percentual de participação societária do acionista majoritário (54,46%).

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
Total	1.087.050.297	%	146.920	%	265.436.883	%	1.352.634.100	%
União Federal	591.968.382	54,46%			2.252	0,00%	591.970.634	43,76%
BNDESpar	141.757.951	13,04%			18.691.102	7,04%	160.449.053	11,86%
BNDES	76.338.832	7,02%			18.262.671	6,88%	94.601.503	6,99%
FND	45.621.589	4,20%					45.621.589	3,37%
FGHAB	1.000.000	0,09%					1.000.000	0,08%
CEF	8.701.564	0,80%					8.701.564	0,64%
FGI					8.750.000	3,30%	8.750.000	0,65%
FGO					468.600	0,18%	468.600	0,04%
Outros	221.661.979	20,39%	146.920	100,00%	219.262.258	82,60%	441.071.157	32,61%
Cust.CBLC	221.423.953	20,37%	85.508	58,20%	197.295.081	74,33%	418.804.542	30,96%
Residente	62.118.451	5,71%	85.507	58,20%	75.671.141	28,51%	137.875.099	10,19%
Não Residente	91.394.577	8,41%	1	0,00%	95.637.799	36,03%	187.032.377	13,83%
Prog. Adr	67.910.925	6,25%			25.986.141	9,79%	93.897.066	6,94%
Demais	238.026	0,02%	61.412	41,80%	21.967.177	8,27%	22.266.615	1,65%
Residente	210.297	0,02%	61.385	41,78%	21.967.177	8,27%	22.266.615	1,65%

2.2. Geração

A Eletrobras, em 31/12/2012, atingiu a capacidade instalada de 42.333 MW em empreendimentos de geração, o que representa 35,1% dos 120.644 MW instalados no Brasil. Cerca de 78,5% desse total, são empreendimentos de propriedade integral das empresas Eletrobras. Os demais, totalizando 5%, são empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) ou em propriedade compartilhada. Ainda está incluída, representando 19% do total, a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW), que representa 16,5% do total.

Do total da capacidade instalada da companhia, 84,5% é proveniente de fontes de energias limpas e renováveis de energia, como eólica, solar e hidráulica. Como decorrência, a Eletrobras é a maior responsável pelo Brasil possuir a segunda matriz elétrica mais limpa e renovável do mundo. Em 2012, do total instalado no país para esse tipo de fonte de energia, 43% pertence à Eletrobras, com destaque para a fonte de eólica+solar que passaram a representar 0,2%. Cabe destaque em 2012 a entrada em operação da UHE Passo São João, com 77 MW, integralmente pertencente à Eletrosul, da UHE Santo Antônio, de 3.150 MW, ainda em motorização, tendo entrado em operação 644 MW, dos quais 251 MW correspondem à participação de Furnas, e da UHE Mauá, de 363 MW, também em motorização, tendo entrado em operação 352 MW, dos quais 173 MW correspondentes à participação da Eletrosul.

Capacidade Instalada por Fonte - Situação em 31/12/2012 (MW)						
Eletrobras x Brasil	Hidráulica	Nuclear	Eólica + Solar	Total Limpa	Térmica	Total 2012
Eletrobras*	35.674	1.990	103	37.744	4.566	42.333
% por fonte na matriz Eletrobras	84,26%	4,70%	0,24%	89,20%***	10,80%	100,0%
Brasil**	84.296	1.990	1.827	87.913	32.731	120.644
% por fonte na matriz Brasil	69,71%	1,65%	1,51%	72,87%	27,13%	100,0%
% Eletrobras x Brasil	**42,42%**	**100,00%**	**5,64%**	**42,96%**	**13,97%**	**35,09%**

* Os valores de SPEs foram incorporados na razão da participação das empresas Eletrobras nessas sociedades.
** O valor de capacidade instalada de fonte nuclear da Eletrobras (1.990 MW) é diferente do que consta no BIG da Aneel (2.007 MW).
*** Esse valor contempla a energia nuclear.

No entanto, como toda capacidade instalada nuclear pertence a Eletrobras, foi apresentado o percentual de 100% de participação.

Para disponibilizar toda essa energia, a Eletrobras, por meio de suas empresas geradoras presentes em todo o país, opera e mantém 40 usinas hidroelétricas, 123 usinas térmicas, 2 usinas nucleares e 4 usinas eólicas/solar. Desse total de 169 usinas, a empresa tem a propriedade integral de 153. O restante é de propriedade compartilhada ou em parceria por meio de SPEs.

No Brasil, a participação da energia elétrica de fonte nuclear em 2012 foi de aproximadamente 4,7% da geração total. A característica predominantemente hidroelétrica do parque gerador nacional assegura uma posição única para o Brasil, por apresentar uma matriz elétrica calcada em fonte renovável e com baixa emissão de gases geradores de efeito estufa. Contudo, dada a variabilidade característica dos regimes hidrológicos, há uma necessidade de complementação por meio de energia térmica de base, de forma a assegurar o suprimento de eletricidade em anos mais secos. De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a participação da geração elétrica por fonte térmica tem aumentado nos últimos anos. Nesse contexto, a geração termonuclear desempenha um papel fundamental, dada a sua característica de operar na base com reduzido custo de combustível.

- **Capacidade e Usinas de Propriedade Integral, Propriedade Compartilhada e SPE:**

Propriedade Integral (Situação em 31/12/2012)	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Total	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
CGTEE	-	-	840	4	-	-	-	-	840	4
Chesf	10.268	14	347	1	-	-	-	-	10.615	15
Eletronorte	8.860	4	480	6	-	-	-	-	9.340	10
Eletronuclear	-	-	-	-	1.990	2	-	-	1.990	2
Eletrosul	77	1	-	-	-	-	-	-	77	1
Furnas	7.175	8	962	2	-	-	-	-	8.137	10
Amazonas Energia	278	1	1.926*	109	-	-	-	-	2.204	110
ED Rondônia	3	1	-	-	-	-	-	-	3	1
Subtotal	**26.661**	**29**	**4.555**	**122**	**1.990**	**2**	**-**	**-**	**33.206**	**153**
Propriedade Compartilhada (Situação em 31/12/2012)	**Hidráulica**		**Térmica**		**Nuclear**		**Eólica**		**Total**	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
Furnas	766	2	-	-	-	-	-	-	766	2
Eletrosul	178	1							178	1
Itaipu Binacional (50%)	7.000	1	-	-	-	-	-	-	7.000	1
Subtotal	**7.944**	**4**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.944**	**4**
Sociedade de Propósito Específico (SPE) (Situação em 31/12/2012)	**Hidráulica**		**Térmica**		**Nuclear**		**Eólica**		**Total**	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
Empresas Eletrobras	1.069	7	11	1	-	-	103	4	1.183	12
Subtotal	**1.069**	**7**	**11**	**1**	**-**	**-**	**103**	**4**	**1.183**	**12**
Total Geral	**35.674**	**40**	**4.566**	**123**	**1.990**	**2**	**103**	**4**	**42.333**	**169**

*Considera o PIEs da Região Amazônica

No mapa a seguir, apresenta-se a distribuição geográfica dos empreendimentos, exceto às usinas dos sistemas isolados do interior do estado do Amazonas que totalizam cem usinas, assim como no quadro, a capacidade, a empresa e a fonte dos empreendimentos da Eletrobras.



2.3. Transmissão

As Empresas Eletrobras são responsáveis por 55.118 quilômetros de LT, nas tensões 750, ±600, 500/525, 345 e 230 kV, o que representa cerca de 52% do total das linhas do Brasil. Desses, 52.516 km são de propriedade das empresas Eletrobras e 2.602 km foram conquistados em leilões através de "Sociedade de Propósito Específico – SPE", em parceria com outras empresas.

Em 2012, a Eletrobras agregou ao Sistema Interligado Nacional – SIN, 698 km de linhas de transmissão através deste modelo de parceria, representando aproximadamente 77 % da expansão.

Empresas Eletrobras	Existente em 2012 (km)		
	Próprio	SPEs*	Total
Chesf	18.183	351	18.534
Eletronorte	8.821	1.209	10.030
Eletrosul	8.096	790	8.886
Furnas	17.051	252	17.303
Amazonas Energia	365	0	365
Total Eletrobras	**52.516**	**2.602**	**55.118**
Participação (%)			**52**

* Os valores de SPEs foram incorporados na razão da participação das empresas Eletrobras nessas sociedades.

Empresas Eletrobras	Subestações de Transmissão	
	Quantidade (unidade)	Potência (MVA)
Chesf	83	30.489
Eletronorte	56	18.802
Eletrosul	41	23.087
Furnas	48	92.907
Total	**228**	**165.285**

A distribuição geográfica e as linhas de transmissão das empresas Eletrobras estão no mapa a seguir



2.4. Distribuição

As empresas de distribuição de energia elétrica da Eletrobras atuam em dois estados da Região Nordeste e quatro estados da Região Norte, beneficiando cerca de 3,6 milhões de clientes – 5% do total brasileiro – por meio de redes de baixa, média tensão e alta tensão com 199.935 km de extensão e um total de 239 subestações. As concessões de distribuição atendem um total de 463 municípios.

Extensão das Linhas/Redes de Distribuição (km)			
Empresas Eletrobras	2012	2011	Crescimento
ED Acre	16.591	16.382	209
ED Alagoas	39.816	35.815	4.001
Amazonas Energia	22.113	18.967	3.146
ED Piauí	66.142	64.220	1.922
ED Rondônia	52.130	50.302	1.828
ED Roraima	3.143	2.886	257
Total Eletrobras	**199.935**	**188.572**	**11.363**
Total Crescimento (%)			**6**

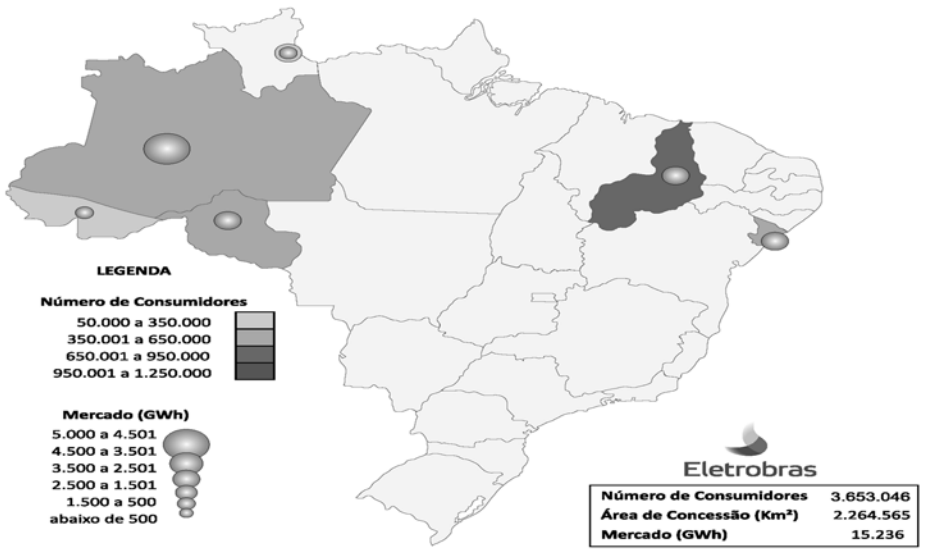
Número de Clientes na Distribuição (unidade)			
Empresas Eletrobras	2012	2011	Crescimento
ED Acre	222.570	213.094	9.476
ED Alagoas	949.669	914.843	34.826
ED Amazonas Energia	777.465	750.727	26.738
ED Piauí	1.062.094	1.010.066	52.028
ED Rondônia	548.553	512.949	35.604
ED Roraima	92.695	88.057	4.638
Total Eletrobras	**3.653.046**	**3.489.736**	**163.310**
Total Crescimento (%)			**4,7**

Fonte: ANEEL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A distribuição geográfica, número de consumidores, a área de concessão e o mercado por empresa Eletrobras estão no mapa a seguir.



Número de Consumidores	3.653.046
Área de Concessão (Km²)	2.264.565
Mercado (GWh)	15.236

3. Cenários Econômico e Setorial

3.1. Cenário Econômico

Ao longo de 2012, a debilidade da economia europeia continuou dificultando a recuperação da economia mundial, afetando também o comportamento da economia brasileira, especialmente nos segmentos mais diretamente relacionados à produção de commodities, como é o caso da indústria de metais básicos, cuja demanda e preços internacionais continuaram em queda. O reflexo disso no mercado industrial de energia elétrica foi praticamente a estabilidade do consumo dessa classe no ano de 2012 em relação ao ano anterior. Este resultado foi particularmente influenciado pelas sucessivas quedas do consumo industrial no período junho-outubro de 2012. Somente no mês de novembro é que o consumo industrial de energia elétrica voltou a aumentar 0,6% em relação ao mês anterior.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, o ano de 2012 continuou apontando desaceleração da economia brasileira com o PIB crescendo 0,95%, em contraste com os 7,5% de 2010 e os 2,73% de 2011, embora a taxa de desemprego tenha atingido o menor valor desde 2002, 5,3%. Por sua vez, conforme divulgado no Boletim Focus do Banco Central, o dólar comercial americano encerrou o ano de 2012 cotado em R$ 2,0435 contra R$ 1,8758 no final de 2011, o que representou aumento de 10,22%. Essa desvalorização do Real impactou diretamente o resultado da Eletrobras em 2012, uma vez que parte de seus recebíveis no ano passado ainda estavam denominados nesta moeda estrangeira.

Em 2012, a inflação medida pelo IPCA atingiu 5,84%, ficando fora do centro da meta estabelecida pelo Governo (4,5%). Todos os contratos de geração e transmissão de energia são corrigidos pelo IPCA. O último Boletim Focus, de 01/02/2013, aponta previsão de crescimento do PIB de 3,1% para 2013 e projeção para a inflação medida pelo IPCA em torno de 5,68%. A projeção para a taxa de câmbio, por sua vez, está em R$/US$ 2,043 e a expectativa para a taxa Selic em 7,29%.

A fim de recuperar a atividade da economia, o governo vem adotando medidas de incentivos em diversos setores e sinalizando perspectivas de expansão superiores a 3% em 2013, e acima desse patamar nos anos seguintes.

Tabela de Indicadores Macroeconômicos (final de período)				
Boletim Focus BC	2011	2012	2013	2014
PIB cresc. (em %)	2,73	0,95	3,10	3,70
Tx. câmbio (R$/US$)	1,88	2,04	2,05	2,07
Tx. Selic (em %)	10,91	7,29	7,25	8,25
IPCA (em %)	6,50	5,84	5,68	5,50

Fonte: Banco Central do Brasil (www.bc.gov.br).

3.2. Cenário Setorial

Conforme divulgado pela EPE, apesar de em 2012 o PIB brasileiro ter crescido 0,9%, o consumo de energia elétrica na rede durante o mesmo período (448.293 GWh), aumentou 3,5% em comparação com o ano de 2011. Esse descolamento PIB-energia é característico de fases em que a economia cresce menos, sendo atribuído a elementos inerciais existentes no comportamento do consumo.

O aumento do consumo de energia elétrica em 2012 foi liderado pelas classes de comércio e serviços (+7,9%) e residencial (+5,0%). O consumo de eletricidade pela indústria permaneceu inalterado em relação a 2011. Somente em novembro de 2012 é que apresentou, pela primeira vez, após cinco quedas consecutivas, crescimento positivo de 0,2% em relação a novembro de 2011. Mas já em dezembro o consumo industrial voltou a cair (3,2%) em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Na realidade, a recuperação da atividade industrial ainda não é generalizada. Há segmentos com boa atividade, como é o caso de móveis e eletrodomésticos, mas há também segmentos que ainda seguem em ritmo relativamente lento, como os setores de máquinas e equipamentos, químico e a cadeia minero-metalúrgica.

A ocorrência de um maior número de dias quentes influenciou significativamente a alta do consumo residencial nos meses finais de 2012, sobretudo no Sudeste e no Sul. O aumento da renda e a estabilidade no emprego também são fatores que explicam o aumento estrutural do consumo das famílias (cresceu o estoque de eletrodomésticos nas residências, especialmente condicionadores de ar).

No caso do segmento de comércio e serviços, por exemplo, a elevada temperatura de final de ano também foi responsável pelo crescimento do consumo (13,7%) em novembro de 2012 frente ao mesmo mês do ano anterior, sendo a melhor taxa observada para esse mês desde 2005. A taxa acumulada em 2012 (7,9%) reflete não somente o destaque que essa classe de consumo tem apresentado no ambiente econômico, mas também o fato de que o setor comercial tem investido cada vez mais em climatização ambiental.

Os números divulgados pelo ONS, sobre a evolução do requisito total de energia elétrica ao parque gerador (carga) em 2012, dão conta de um crescimento de 4,2% em relação à carga de 2011. A diferença de 0,7 pontos percentuais do crescimento da carga acima do aumento do consumo (3,5%) é um aferidor da elevação do nível de perdas técnicas e comerciais do período analisado, além de refletir períodos diferentes de medição de energia.

Tabela de Consumo de Energia Elétrica na Rede (GWh)			
Consumo Total/Classe	2012	2011	Variação 2012x2011 (%)
Brasil	448.293	433.034	**3,5**
Residencial	117.567	111.971	**5,0**
Industrial	183.488	183.576	**0,0**
Comercial	79.286	73.482	**7,9**
Outros	67.952	67.952	**6,2**

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (www.epe.gov.br).

3.3. Ambiente Institucional e Regulatório

Em 2012 a legislação do Setor Elétrico Brasileiro foi bastante alterada, por meio de duas Medidas Provisórias: MP 577/2012 e MP 579/2012, que foram convertidas nas Leis 12.767/12 e 12.783/13, respectivamente. A primeira dispõe sobre a extinção das concessões do serviço público de energia elétrica, com fundamento nos casos de caducidade, falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, de 14 de janeiro de 2013, autorizando a prorrogação de contratos referentes a concessões vigentes nas áreas de negócio de geração, transmissão e distribuição.

Visando à Modicidade Tarifária, o novo marco legal estabelecido definiu a redução na conta do consumidor final, relativa às amortizações e depreciações dos investimentos realizados nos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica com concessões vicendas de 2013 até 2017.

A prorrogação desses contratos era uma opção das concessionárias e, nesse contexto, a Eletrobras e suas empresas controladas realizaram análises jurídicas, econômico-financeiras e estratégicas, que concluíram pela opção da renovação, posteriormente aprovada nas instâncias competentes da sua alta administração.

Se a Eletrobras não pudesse renovar nenhuma dessas concessões e não conseguisse mantê-las através de disputa em leilão, os negócios decorrentes da exploração desses ativos seriam encerrados ao término do prazo contratual. Assim, ao optar pela renovação antecipada dessas concessões, a Eletrobras, através de suas empresas controladas, assegurou, a partir da assinatura dos novos contratos de concessão, mais 30 anos de relevante participação no mercado nacional de geração, transmissão e distribuição.

Esta Lei impõe efeitos econômico-financeiros às empresas que detêm concessões nestas áreas de negócio com vencimento das mesmas até 2017. Cumpre destacar, que outros efeitos de caráter operacional e de gestão, *lato senso*, também estarão vigorando a partir da data supramencionada (fevereiro de 2013), com importantes reflexos no equilíbrio entre receitas e despesas para as empresas concessionárias que aceitarem a prorrogação das concessões vincendas, com antecipação de seus efeitos a partir de fevereiro de 2013. A seguir os principais aspectos do novo marco legal/regulatório definido por esta Lei:

- Indenização de ativos ainda não totalmente amortizados, e reconhecidos pelo órgão regulador, na forma da Lei, para as instalações de Geração, Transmissão e Distribuição;
- Cobertura de custos de operação/manutenção, encargos/tributos (dos ativos alcançados pela Lei 12.783/2013) e remuneração de ativos/investimentos não amortizados/depreciados e reconhecidos pelo órgão regulador na forma da Lei, sendo considerados pelo órgão regulador os 'investimentos prudentes' necessários à operação confiável e segura dos ativos;
- Alocação da produção das usinas com concessão prorrogada (garantia física de energia e de potência) em cotas-parte para o pool das distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), de forma análoga ao procedimento regulatório adotado para a energia-firme produzida por Itaipu;
- Valor da garantia física de energia e de potência e respectiva tarifa, para as usinas com concessão prorrogada, definido pelo órgão regulador (Aneel), para o novo prazo de concessão, de 30 anos para hidrelétricas e 20 anos para termelétricas;
- A eventual produção decorrente de 'ampliação' das usinas hidrelétricas cujas concessões forem prorrogadas nos termos desta Lei, observado o princípio da modicidade tarifária, será também integralmente distribuída em cotas-parte no ACR conforme descrito anteriormente;
- Alteração dos encargos RGR, CDE, CCC e CFURH para as instalações/ativos que tenham sido prorrogados ou afetados por esta Lei. Da mesma forma, os encargos de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), quando couber, também serão recalculados pelo órgão regulador;
- Isenção do risco hidrológico (considerado inclusive o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE) para as hidrelétricas que tiveram seus contratos de concessão prorrogados.

A aplicação desta Lei trará importante redução de receitas e fluxo de caixa das concessionárias de Geração e Transmissão da Eletrobras, e, em decorrência, o planejamento econômico-financeiro de investimentos em expansão nestas áreas de negócios, existentes e futuros, poderá sofrer alterações significativas no que concerne ao mix 'capital próprio e de terceiros'.

Ainda, a partir de janeiro de 2013, pela Lei 12.111/2009, a energia de Angra 1 e 2 será vendida ao pool de distribuidoras do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) também em cotas-parte, tal como a energia da Usina Hidrelétrica de Itaipu, eliminando o desequilíbrio financeiro que havia entre o preço de compra da energia pela Eletrobras FURNAS e o preço médio de venda nos contratos da chamada energia 'velha'. Ainda pelo marco legal estabelecido na Lei 12.111/09, no período de 2013 a 2015, a Eletrobras Furnas terá adicionalmente a cobertura dos déficits financeiros decorrentes dos contratos de compra e comercialização da energia da Eletronuclear (Angra 1 e 2) no mix dos contratos de energia velha, desta forma, recuperando os desequilíbrios financeiros ocorridos nos anos de 2010 a 2012.

- **Geração**

A Eletrobras, por meio de suas Empresas Controladas, tinha um grande volume de contratos de concessão de geração com previsão de expirar em 2015 e, até 10 setembro de 2012, a legislação brasileira não permitia a renovação de tais concessões. Se a legislação anterior não sofresse alteração, conforme estabelecido na MP 579/2012, a Eletrobras não poderia renovar tais concessões a partir de 2015 e, para mantê-las, seria obrigada a disputá-las através futuros de leilões determinados pelo Poder Concedente, ofertando estas concessões ao mercado.

Dos ativos de geração nacionais, que tiveram seus respectivos contratos afetados pelos dispositivos da MP 579/12, cerca de 55% são de Empresas Controladas da Eletrobras, que totalizam, aproximadamente, 14 GW.

A partir de 01/01/13, em função do marco legal estabelecido pela Lei 12.111/2009, a Eletrobras Eletronuclear passa a comercializar a energia de Angra 1 e Angra 2 diretamente com as Distribuidoras do SIN, conforme cotas-parte definidas pelo órgão regulador do setor (Aneel), antecipando assim o término do contrato de venda de energia para a Eletrobras Furnas, previsto para 31/12/2014. A Eletrobras Eletronuclear receberá, em cada ano, uma Receita Fixa definida pela ANEEL, faturada mensalmente em duodécimos. O faturamento do ano seguinte será acrescido ou deduzido, em duodécimos, de uma Parcela Variável (PV) ou de um Ressarcimento (RSS), respectivamente. A PV corresponde à 50% da diferença anual positiva entre a garantida física de Angra 1 e Angra 2 e a energia entregue no centro de gravidade, descontados os respectivos consumos internos e as perdas para referi-la ao Centro de Gravidade, valorada pelo PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) médio anual (calculado pela CCEE) e, o RSS, à diferença anual negativa valorada pelo maior valor entre a Receita Fixa (em R$/MWh) e o PLD médio anual.

A tarifa da geração produzida pelas usinas Angra 1 e 2 é definida anualmente pela Aneel. No faturamento da Eletrobras Eletronuclear à Eletrobras Furnas em 2012 foram usadas as seguintes tarifas: para os meses de janeiro a novembro, a tarifa provisória de R$ 148,79/MWh, conforme RH. Aneel Nº 1.235/2011; e, para o mês de dezembro, a tarifa definitiva de R$ 144,57/MWh, conforme a RH. Aneel Nº 1.406/2012 (Resolução Homologatória). Salientamos que o faturamento final de 2012 deverá ser recalculado em decorrência de processo ainda em curso na ANEEL.

- **Transmissão**

A MP 579/2012 também prorrogou as concessões de transmissão de energia elétrica vicendas até 2017 pelo prazo de até trinta anos, a contar da data de assinatura dos novos contratos de concessão, tendo como base novas receitas anuais de transmissão – RAP e a indenização dos ativos atingidos pela mesma, conforme critérios estabelecidos pelo novo marco legal e regulatório da Aneel.

Assim sendo foram estabelecidos termos aditivos aos contratos de concessão Nº 057/2001 da Eletrobras Eletrosul, Nº 058/2001 da Eletrobras Eletronorte, Nº 061/2001 da Eletrobras Chesf e Nº 062/2001 de Eletrobras Furnas.

- **Distribuição**

Para a área de negócios de Distribuição, os reflexos destas regras, por enquanto envolvendo a geração e a transmissão, serão sentidos pelas distribuidoras, quando da Revisão Tarifária Extraordinária ocorrida em 2013.

No decorrer do exercício antes das datas base dos reajustes tarifários das empresas de distribuição da Eletrobras, foram procedidos os levantamentos dos dados a serem enviados à Aneel, formalizados os pleitos, efetuadas reuniões com aquele órgão.

A partir do início de 2013 as distribuidoras sofrerão impacto econômico-financeiro decorrente da prorrogação das concessões de distribuição não tão relevante como nas áreas de Geração e Transmissão, uma vez que as distribuidoras estão sujeitas permanentemente ao cotejo da tarifa cobrada vis-à-vis a remuneração dos seus ativos, já consideradas as devidas amortizações de investimento e depreciações. A revisão tarifária extraordinária decorrente da aplicação da Lei 12.783/13, recairá tão somente nas reduções dos custos de compra da energia de suprimento, bem como reduções da prestação dos serviços de distribuição, sendo assim compatibilizados com a tarifa cobrada aos consumidores finais. O objetivo da revisão tarifária periódica sempre tem sido permitir a discussão das condições de atendimento e cumprimento do contrato de concessão e obter junto ao regulador (Aneel) um novo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme metodologia vigente.

As concessões de distribuição da Eletrobras já passaram por duas revisões tarifárias, 1º Ciclo e 2º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica e, em 2013, passarão pelo 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – 3CRTP das Distribuidoras da Eletrobras – EDEs, cujas datas base são: para Alagoas e Piauí, agosto/2013 e Amazonas, Boa Vista, Acre e Rondônia no início e fim de novembro/2013. Por outro lado há também o Reajuste Tarifário Anual que tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária, conforme destacado a seguir.

Reajuste Anual da Tarifa em 2012

A concessão de distribuição tem suas tarifas reguladas e anualmente homologadas pela Aneel. Os Índices de Reajuste Tarifário anual (IRT) das empresas distribuidoras da Eletrobras estabelecidos pela Aneel em 2012 estão relacionados na tabela abaixo.

Índice de Reajuste Tarifário – IRT 2012	ED Acre	ED Alagoas	Amazonas Energia	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima
IRT Econômico	5,05%	7,83%	2,36%	8,80%	20,48%	1,73%
Componentes Financeiros	0,41%	1,37%	-1,42%	0,19%	-7,26%	0,78%
IRT Total	5,46%	9,20%	0,94%	9,00%	13,22%	2,51%
Efeito Médio Consumidor Cativo (preliminar)	8,80%	10,24%	-2,09%	6,07%	7,24%	4,54%
Diferimento*	R$ 50 mi	-	-	-	-	-
Efeito Médio Consumidor Cativo (final)	8,80%	10,24%	-2,09%	6,07%	7,24%	4,54%

*A ser considerado como componente financeiro no cálculo do próximo reajuste tarifário da ED Acre, em 2012, atualizado pela variação do IGP-M.

Entretanto, deve-se destacar que as distribuidoras da Eletrobras, principalmente aquelas no Sistema Isolado, vêm sendo impactadas nos seus balanços patrimoniais em função do vencimento das concessões. Refere-se à aplicação do Pronunciamento Contábil CPC01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Exigem-se provisões de perdas financeiras nos balanços patrimoniais, caso os valores de créditos tributários e outros ativos existentes não puderem ser compensados ou resgatados até o fim da concessão (ativos intangíveis). A verificação é feita no fluxo de caixa de cada empresa, observando as projeções até a data de vencimento da concessão – junho de 2015.

Regulação Técnica e Comercial na Distribuição

A Aneel vem continuamente estabelecendo normas, regras e procedimentos para o fornecimento adequado aos consumidores finais pelas distribuidoras. A caracterização dos termos e condições das Audiências Públicas, Resoluções Normativas e Despachos referentes a este regramento estão detalhados no site da Aneel, cabendo às distribuidoras o cumprimento das mesmas nos prazos estabelecidos para tal.

O combate às Perdas de Energia é outro aspecto importante destacado pela Aneel, notadamente quanto à definição da velocidade de redução das perdas, principalmente as Perdas Não Técnicas.

Destaca-se ainda a importância que deve ser dada à imobilização dos ativos e conformação da Base de Remuneração com vistas à entrega para a Aneel do Laudo de Ativos das concessionárias, pois a Base de Remuneração tem influência direta na composição final do montante da Parcela B no processo de Revisão Tarifária Periódica com a definição dos valores da remuneração e depreciação dos Ativos.

4. Governança Corporativa

A gestão da Eletrobras segue as melhores práticas de governança e sustentabilidade empresarial com transparência e compromisso permanente com seus stakeholders. A estrutura de governança corporativa é exercida por diversos órgãos com responsabilidades compartilhadas definidos no Estatuto Social da companhia.



Instrumentos de Gestão e Governança Corporativa

- Estatuto Social
- Regimento Interno do CA
- Regimento Interno do CF
- Código de Ética
- Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes
- Plano Estratégico das Empresas Eletrobras
- Políticas das Empresas Eletrobras

Ligados ao Conselho de Administração estão a Auditoria Interna e os Comitês de apoio, com funções específicas definidas nos respectivos regimentos internos. A Diretoria Executiva também possui comitês não estatutários relacionados a áreas específicas do negócio, com destaque para: Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; Investimentos; Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Automação; Estratégico de Logística de Suprimento; e de Riscos.

A companhia possui implantado desde 2009 um sistema de Controles Internos monitorado periodicamente pelo Conselho Fiscal (que exerce as funções de Comitê de Auditoria), conforme exigido pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX) o qual é divulgado anualmente por meio do Formulário 20-F encaminhado à SEC. Visando assegurar o compromisso com as melhores práticas internacionais de transparência e governança corporativa, a Eletrobras divulga as informações mais relevantes da gestão dos negócios e dos resultados das operações e da situação financeira, na seção "Fatores de Riscos" e "Políticas Contábeis Críticas". Esse conteúdo pode ser visualizado no site www.eletrobras.com no tópico de "Demonstrações Financeiras" da página de "Relações com Investidores".

Em 2012, foram realizadas duas Assembleias Gerais, uma Ordinária que aprovou as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011; a destinação do lucro líquido do exercício; a eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cujos mandatos encerrar-se-ão na primeira Assembleia Geral Ordinária de 2013; e, os honorários mensais dos administradores e titulares do Conselho Fiscal; e, outra Extraordinária, que deliberou sobre a eleição de membro do Conselho de Administração para ocupar a vaga do representante dos acionistas minoritários; e, a prorrogação dos contratos de concessão da Eletrobras Furnas, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Chesf e Eletrobras Eletrosul, nos termos da Medida Provisória nº 579, de 11.09.2012, do Decreto nº 7.805, de 14.09.2012, das Portarias nº 578/MME, de 31.10.2012, Portaria MME nº 579, de 31.10.2012 e Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 01.11.2012.

Desde 2010 as empresas Eletrobras possuem um Código de Ética único que retrata os princípios que norteiam as ações e os compromissos de conduta institucionais presentes nas interações das empresas com seus empregados, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

A Eletrobras implantou em 2012 o processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, conforme metodologia aprovada pelo Conselho de Administração. O Estatuto Social foi alterado e passou a incluir a avaliação como atribuição do Conselho. O cronograma do primeiro ciclo de avaliação em todas as empresas Eletrobras teve início em 2012 e será finalizado antes da primeira Assembleia Geral Ordinária de 2013.

Esta ação faz parte da nova atribuição do Conselho de Administração incluída em seu estatuto social em 2011, corroborando com as diretrizes da Resolução nº 3 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). Essa metodologia está sendo replicada para todas as empresas Eletrobras.

Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
▪ 10 vagas, estando 9 preenchidas, das quais 1 independente, 1 executivo e 1 representante dos empregados ▪ Mandato de 1 ano, permitida a reeleição ▪ Reunião ordinária mensal e extraordinária sempre que necessário ▪ O Presidente do Conselho não poderá acumular a Presidência da companhia	▪ 5 membros e respectivos suplentes, cabendo aos acionistas minoritários ordinários e preferenciais o direito a indicar 1 representante cada, todos eleitos pela Assembleia Geral ▪ Mandato de 1 ano, permitida a reeleição ▪ Reunião ordinária mensal e extraordinária sempre que necessário	▪ 6 membros, incluindo o Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração ▪ Mandato de 3 anos, permitida a reeleição ▪ Reunião semanal

Conselho de Administração (Valores em R$)	2012	2011	2010
Número de Membros	9	8	8
Remuneração Fixa	424.322,08	350.198,74	322.297,50
Remuneração Variável	11.513,52	-	-
Total	**435.835,60**	**350.198,74**	**322.297,50**
Conselho Fiscal (Valores em R$)	**2012**	**2011**	**2010**
Número de Membros	5	4	4
Remuneração Fixa	245.378,12	196.316,77	187.500,00
Remuneração Variável	6.080,65	-	-
Total	**251.458,77**	**196.316,77**	**187.500,00**
Diretoria Executiva (Valores em R$)	**2012**	**2011**	**2010**
Número de Membros	6	6	6
Remuneração Fixa	4.242.974,50	4.120.256,21	3.802.024,89
Remuneração Variável	435.476,69	376.899,75	444.800,44
Total	**4.678.451,19**	**4.497.155,96**	**4.246.825,33**
Remuneração dos Órgãos Societários	**5.365.745,56**	**5.043.671,47**	**4.756.622,83**

- **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração da Eletrobras é um órgão de deliberação colegiado encarregado do processo de decisão dos negócios da empresa em relação ao seu direcionamento estratégico, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas. Em 2012, o Conselho de Administração contou com 9 membros efetivos, a vaga pertencente ao acionista minoritário preferencialista não foi preenchida, devido ao não atendimento aos requisitos estabelecidos no Estatuto Social. Neste período, o Conselho realizou 15 reuniões, dentre as quais 3 extraordinárias.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Membros do Conselho de Administração (Em 31/12/2012)	Indicação	Quantidade de Ações Detidas 2012 (unid.)
Márcio Pereira Zimmermann (Presidente)	Acionista Controlador (União / MME)	10 (ON)
Beto Ferreira Martins Vasconcelos	Acionista Controlador (União / MME)	0
José Antônio Corrêa Coimbra	Acionista Controlador (União / MME)	1 (ON)
José da Costa Carvalho Neto	Acionista Controlador (União / MME)	100 (ON)
Lindemberg de Lima Bezerra	Acionista Controlador (União / MME)	1 (ON)
Marcelo Gasparino da Silva	Acionistas Minoritários	2 (ON e PN)
Maurício Muniz Barretto de Carvalho	Acionista Controlador (União / MPOG)	10 (ON)
Thadeu Figueiredo Rocha	Representante dos Empregados	0
Wagner Bittencourt de Oliveira	Acionista Controlador (União / MME)	2 (ON)

- **Conselho Fiscal**

Possui caráter permanente e está devidamente adequado às exigências da Securities and Exchange Commission (SEC) para atuar como Comitê de Auditoria. Compõe-se por até 5 membros e respectivos suplentes, cabendo aos acionistas minoritários ordinários e preferenciais o direito a indicar 1 representante cada. Em 2012, ocorreram 13 reuniões do Conselho Fiscal, sendo 12 ordinárias e 1 extraordinária.

Membros do Conselho Fiscal (Em 31/12/2012)	Indicação	Quantidade de Ações Detidas 2012 (unid.)
Danilo de Jesus Vieira Furtado (Presidente)	Acionista Controlador (União / MME)	0
Charles Carvalho Guedes (Especialista Financeiro)	Acionista Controlador (União / MME)	0
Fernando Pessoa Lopes (Conselheiro Titular)	Acionistas Minoritários	2.200 (PNB)
Jarbas Raimundo de Aldano Matos (Conselheiro Titular)	Acionista Controlador (União / MME)	0
Manuel Jeremias Leite Caldas (Conselheiro Titular)	Acionistas Minoritários	7.000 (PNB)
Fernando Cézar Maia (Conselheiro Suplente)	Acionistas Minoritários	0
Hailton Madureira de Almeida (Conselheiro Suplente)	Acionista Controlador (União / MME)	0
Jairez Eloi de Souza (Conselheiro Suplente)	Acionista Controlador (União / MME)	0
Ricardo de Paula Monteiro (Conselheiro Suplente)	Acionista Controlador (União / MME)	0

- **Diretoria Executiva**

À Diretoria Executiva compete a gestão dos negócios da Eletrobras, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por 6 membros, incluindo o Presidente, possui suas funções estabelecidas no Estatuto Social da companhia.

Membros da Diretoria Executiva (Em 31/12/2012)	Diretoria	Quantidade de Ações Detidas 2012 (unid.)
José da Costa Carvalho Neto	Presidência	100 (ON)
Armando Casado de Araújo	Financeira e de Relações com Investidores	0
José Antônio Muniz Lopes	Transmissão	1 (ON)
Marcos Aurélio Madureira da Silva	Distribuição	0
Miguel Colassuono	Administração	0
Valter Luiz Cardeal de Souza	Geração	0

- **Riscos relacionados à Companhia**

O processo de gestão de riscos corporativos na Eletrobras é coordenado pela *holding*, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização em todas as subsidiárias do grupo. As atividades nas empresas são regidas por uma Política de Gestão de Riscos única, aprovada por seu Conselho de Administração, e conduzidas pelas gerências de riscos e controles internos e pelos comitês de riscos presentes em cada uma. A orientação geral é dada pelo Comitê de Riscos da Eletrobras holding, cujas principais atribuições são:
1. Acompanhar e validar os resultados das análises de riscos;
2. Priorizar os riscos de maior impacto e vulnerabilidade em âmbito de grupo, segundo critérios financeiros, operacionais e de imagem;
3. Orientar e integrar a atuação das demais empresas Eletrobras.

A Eletrobras possui a matriz de riscos corporativos, consolidando as possíveis ameaças ao alcance de seus objetivos estratégicos, que pode ser observada no painel abaixo.

ESTRATÉGICO			FINANCEIRO		
Governança Corporativa	Modelo de Negócio	Imagem	Investimentos	Mercado	Administração de Fundos
Estratégia de Mercado	Fatores Externos		Liquidez	Tributos	Orçamento
			Crédito		

OPERACIONAL				CONFORMIDADE
Geração	Jurídico	Engenharia e Construção	Pessoal	Legislação e Regulamentação
Transmissão	Socioambiental	Suprimentos	Tecnologia da	
Comercialização	P&D+I	Prestação de Serviços	Informação	Reporte
	Distribuição	Terceirizados	Ativos	

Os riscos priorizados pelo Comitê são relatados em detalhes no Formulário 20-F (SEC) e no Formulário de Referência (CVM). A partir de 2012, os riscos priorizados passaram também a ser analisados via modelagem quantitativa, como forma de avaliar seus impactos nos demonstrativos financeiros da empresa. Também tiveram continuidade as ações de aculturamento e capacitação dos envolvidos com o tema, a fim de promover a cultura de riscos em todo o grupo.

Ainda nesse ano, o processo de gestão de riscos nas empresas Eletrobras teve ampliada a sua abrangência, com a inclusão na matriz dos riscos associados à atividade de distribuição.

- **Política de Dividendos**

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

- **Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358**

Atendendo a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº. 358, de 3/1/2002, a Companhia divulga em seu website o Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

- **Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa**

A Eletrobras promove a gestão do seu ambiente de controles internos, no contexto do processo de gestão de riscos e da adequação às exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Como consequência, desde a listagem da empresa na Bolsa de Nova York, em 2008, a Administração relata no Formulário 20-F suas impressões sobre o ambiente de controles internos do conjunto de empresas Eletrobras.

Em 2012, foi constituído o Programa Permanente de Remediação das Deficiências nos Controles Internos para coordenar e monitorar todas as atividades críticas para a Certificação 2012. Com este programa, a empresa espera melhorar a situação de seus principais controles internos, pela redução das fraquezas materiais existentes, bem como demonstrar o engajamento de sua direção com as melhores práticas de gestão.

5. Planejamento e Gestão Empresarial

5.1. Planejamento Estratégico

Em 2012, deu-se continuidade à elaboração de Planos de Negócios 2012-2016 para cada uma das empresas Eletrobras, envolvendo um amplo processo de negociação com a holding. O trabalho foi realizado tendo como base o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020, os Planos Diretores de Negócios do Sistema Eletrobras para o período 2011-2015 – com suas análises, diagnósticos, premissas e carteira de projetos e de ações – e também o Plano Diretor de Gestão do Sistema Eletrobras, com a sua respectiva carteira de projetos.

Com o advento da Medida Provisória 579 de 11/09/2012 – convertida na Lei nº 12.783 de 11/01/2013 – que impactou profundamente a estratégia de atuação da Eletrobras em função dos ajustes praticados pelo Governo Federal sobre a dinâmica de operação, manutenção e expansão do Setor Elétrico Brasileiro, o processo de planejamento e gestão, que estava em curso, foi reprogramado, de modo a contemplar as novas condições em que as concessões vincendas foram prorrogadas.

5.2. Desempenho Empresarial

A Eletrobras vem atuando para melhorar os seus mecanismos de gestão e alcançar maiores níveis de desempenho. O Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE é um dos pilares desse processo, pois induz à gestão da performance dos processos em diferentes níveis das empresas Eletrobras e da Holding.

Desde 2010, são firmados contratos de metas de desempenho empresarial entre a Holding e suas empresas para as dimensões econômico-financeira, operacional e socioambiental por meio de indicadores específicos.

As metas e indicadores estabelecidos para o alcance dos objetivos empresariais resultam em um portfólio de ações que são geridas em cada subsidiária. No ano de 2012 o processo obteve alguns avanços:

- O estabelecimento das metas associadas ao painel de indicadores da Eletrobras Holding para o ano de 2012;
- Assinaturas dos Aditivos aos Contratos de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE das Controladas, com as devidas readequações para o exercício de 2012, em função de novos critérios na apuração de indicadores, motivados pela adoção do modelo contábil IFRS e por mudanças nos cenários de negócio de boa parte das empresas Eletrobras;
- No final de 2012 foram iniciados os estudos com o objetivo de estabelecer as novas metas para o ciclo 2013-2017, em atenção às novas regras estabelecidas pela lei 12.783 (relativa à MP-579), que renovou concessões do setor elétrico e reduziu tarifas de energia elétrica; e
- Fortalecimento, na *holding*, da estrutura organizacional de apoio ao processo de desempenho empresarial.

5.3. Gestão de Marca, Reputação e Imagem

Em 2012, finalizou-se o estudo sobre a reputação e a imagem corporativa, com o objetivo de manter uma abordagem cada vez mais diferenciada junto aos públicos de interesse da Eletrobras, no Brasil e no exterior. O estudo investigou a percepção de marca, avaliando em que medida esses públicos estão familiarizados com a Eletrobras e também comparativamente a outras empresas do setor.

A avaliação de familiaridade refletiu tanto a quantidade de pessoas que conhecem a empresa quanto à qualidade de seu nível de conhecimento. Para avaliar o primeiro ponto, utilizamos uma avaliação de recordação espontânea, ao estilo top-of-mind. Para avaliar em que medida as pessoas conhecem a Eletrobras, utilizamos uma análise fechada sobre o grau de conhecimento a respeito da empresa. A avaliação da marca foi realizada com base em três principais vertentes: força da marca, coerência percebida e identificação. Ainda em 2012, pelo quarto ano consecutivo, a Eletrobras foi considerada a companhia do setor de energia de maior prestígio no Brasil, pelo anuário "Época Negócios 100".

6. Desempenho Operacional e Comercial

6.1. Geração

Foram gerados em 2012 o total de 207.451 GWh pelas usinas da Eletrobras que representaram um acréscimo de 4,8% com relação a 2011. O baixo índice pluviométrico ocorrido no final de 2012 e início de 2013 acarretou a diminuição da geração hídrica e, consequentemente, um aumento significativo da geração de fontes de energia primária térmica (Óleo, Gás e Carvão) necessária para manutenção dos níveis de segurança energéticos.

Energia Gerada (GWh)*		
Empresas Eletrobras	2012	2011
Holding	46	0**
Chesf	50.003	48.663
CGTEE	2.677	1.900
Eletronorte	42.313	43.243
Eletronuclear	16.007	15.644
Eletrosul	524	83
Furnas	39.786	37.268
Itaipu Binacional	49.144	46.123
Amazonas Energia	6.936	5.002
ED Rondônia***	15	17
Total Eletrobras	**207.451**	**197.943**
Total Crescimento		

* A energia gerada de cada empresa representa a geração por ativos próprios e a geração proporcional à participação das empresas Eletrobras em ativos que não são propriedade integral sua, incluindo as SPEs.
** Mangue Seco 2, SPE da Eletrobras *Holding*, gerou energia em 2012, não havendo registro de geração significativa em 2011.
*** A geração da ED Rondônia é referente à PCH Rio Vermelho, que teve seu fim de operação em outubro/2012.

Energia Gerada (GWh)			
Eletrobras Eletronuclear	2012	2011	Crescimento
Angra 1	5.361	4.654	707
Angra 2	10.645	10.990	-345
Total	**16.006**	**15.644**	**362**
Variação 2012x2011			**2,3%**

O quadro a seguir mostra a evolução da disponibilidade operacional das usinas por empresa Eletrobras.

Disponibilidade Operacional na Geração (%)		
Empresas Eletrobras	2012	2011
Chesf	88,11	92,45
CGTEE	43,68	38,81
Eletronorte	97,01	95,03
Eletronuclear	94,38	96,25
Eletrosul	94,49	96,13
Furnas	90,22	90,77
Itaipu Binacional	93,85	90,81

6.2. Transmissão

As perdas na transmissão de uma empresa de energia elétrica são calculadas pela diferença entre a soma de geração e de importação, e soma de vendas e de exportação.

Desde 2010, sob coordenação da Eletrobras, foi estabelecida e vem sendo utilizada, uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão do Sistema Eletrobras, baseada em cálculos elétricos utilizando-se casos de fluxo de potência.

Perdas Técnicas por Transmissão* (%)		
Empresas Eletrobras	2012	2011
Chesf	2,65	2,87
Eletronorte	1,65	1,57
Eletrosul	2,08	1,83
Furnas	2,28	2,39
Total	**2,19**	**2,23**

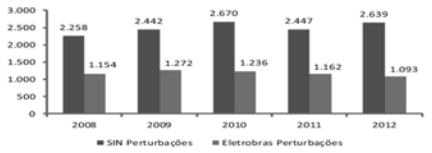
*Perdas Ocorridas no processo de transferência de energia elétrica até as subestações.

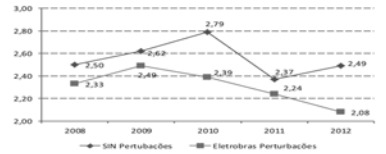
O quadro abaixo apresenta o posicionamento das Empresas Eletrobras quanto à disponibilidade das suas linhas de transmissão. Este indicador representa o percentual de horas, no ano, que as linhas permaneceram disponíveis para o sistema de transmissão.

Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	2012	2011
Chesf	99,9050	99,8922
Eletronorte	99,9227	99,9346
Eletrosul	99,8780	99,9046
Furnas	98,7073	99,8272
Total	**99,5514**	**99,8820**

Os gráficos abaixo apresentam, respectivamente, o número total de perturbações e por 100 km da rede de transmissão da Eletrobras e da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

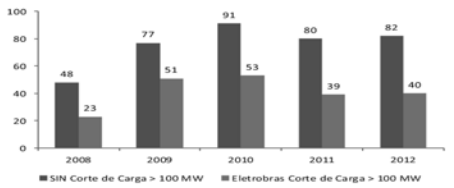
Como pode ser observado, o número de desligamentos por 100 Km da Rede da Eletrobras evoluiu de 2,33 para 2,08 desligamentos por 100 km de rede no período considerado, representando uma melhoria no desempenho de cerca de 11% no período. Tal resultado é consequência da política adotada de priorização dos investimentos em melhorias e reforços da rede de transmissão.

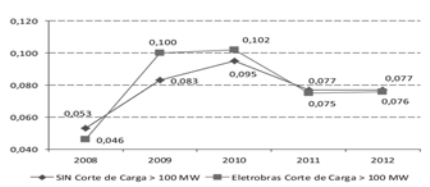




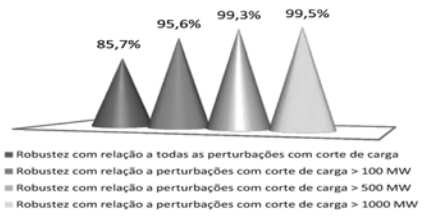
E o número de desligamentos por 100 Km da rede de transmissão da Eletrobras e do SIN que tiveram como consequência cortes de carga superiores a 100 MW.

Em relação aos desligamentos que ocasionaram cortes de carga superiores a 100 MW, verifica-se que o Sistema Eletrobras teve um desempenho, em 2012, próximo ao desempenho médio da Rede Básica do SIN, apresentando uma redução no período de 24%, equivalente a uma redução de 11 desligamentos.





Com relação ao indicador de robustez, que tem por objetivo avaliar a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores, em 2012, o Sistema Eletrobras obteve a seguinte performance:



6.3. Distribuição

Em 2012, os indicadores de qualidade dos serviços de restabelecimento da energia elétrica nas Empresas de Distribuição da Eletrobras, de forma consolidada, obtiveram uma ligeira melhoria nos índices em relação ao ano anterior.

Contribuíram para a não melhoria dos resultados, além das intempéries regionais, as quantidades de falhas acidentais causadas por defeito nos materiais e equipamentos utilizados, assim como o contato de árvores e animais na rede. Houve também alguns atrasos em obras para melhoramento da malha elétrica, impactando negativamente nos índices de qualidade de energia elétrica.

Como forma de melhorar os índices de qualidade do serviço de distribuição, estão sendo reforçadas as podas de árvores, trocados transformadores de distribuição por outros mais potentes e construídas novas subestações. Também está sendo prevista a colocação e manutenção de religadores, alimentadores, reguladores na rede e outros equipamentos, além da revisão dos ajustes na proteção dos equipamentos.

- **Qualidade do Serviço de Distribuição (DEC/FEC)**

Duração de Interrupções por Consumidor (DEC) - Hora/Ano							
Ano	ED Acre	ED Alagoas	Amazonas Energia*	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima	Consolidado
2010	44,6	20,6	72,0	40,9	31,8	17,7	**40,6**
2011	46,2	25,5	54,7	41,9	38,6	12,7	**39,3**
2012	65,9	26,3	60,1	34,2	31,4	11,9	**38,7**
Variação 2012x2011 (%)	**42,6%**	**3,1%**	**9,9%**	**-18,4%**	**-18,7%**	**-6,3%**	**-1,5%**

*Na Amazonas Energia, os dados informados são consolidados ao invés de desmembrar capital e Interior, facilitando, assim, a comparabilidade.

Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC) - Nº Interrupções/Ano							
Ano	ED Acre	ED Alagoas	Amazonas Energia*	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima	Consolidado
2010	43,9	14,3	59,8	32,1	29,7	24,5	**33,5**
2011	45,2	16,7	51,1	30,0	28,9	20,9	**31,5**
2012	55,3	20,1	50,2	26,1	26,0	23,8	**31,4**
Variação 2012x2011 (%)	**22,3%**	**20,4%**	**-1,8%**	**-13,0%**	**-10,0%**	**13,9%**	**-0,3%**

*Na Amazonas Energia, os dados informados são consolidados ao invés de desmembrar capital e Interior, facilitando, assim, a comparabilidade.

- **Comercialização de Energia Elétrica das Empresas Distribuidoras**

Em 2012 o Mercado Faturado foi de 15.236 GWh e cresceu 12,1% em relação a 2011, sendo que nos últimos anos vinha crescendo numa taxa de 7% a.a. É um crescimento bastante expressivo, levando-se em consideração que ele ocorreu em um ano de baixo crescimento econômico, onde a taxa do PIB não deve superar 1,0%. Neste período o mercado brasileiro de eletricidade cresceu 3,6%.

Atribuímos esse crescimento substancial de 2012 à dinâmica do mercado das Regiões atendidas e ao plano de recuperação das perdas. Nessa área, registramos o êxito das ações de fiscalização e de regularização de unidades consumidoras, com a cobrança da energia deixada de faturar em anos anteriores, bem como melhorias no processo de faturamento.

Todas as Classes de Consumo tiveram crescimento expressivo, sendo que se destaca a Classe Rural com taxa de 20,9%, bastante influenciada pela atividade de irrigação, tendo em vista a seca histórica ocorrida na Região Nordeste. A Classe de Consumo de menor crescimento foi a Industrial, com taxa de 5,6%, pelos efeitos negativos da queda da produção industrial em Manaus e da migração para consumidor livre de uma grande indústria do Piauí.

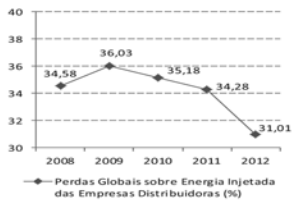
Mercado Faturado 2012 (em MWh)	ED Acre	ED Alagoas	Amazonas Energia	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima	Consolidado 2012	Consolidado 2011	Variação 2012x2011 (%)
Industrial	43.823	584.373	1.816.288	227.822	457.204	14.239	3.143.749	2.977.526	**5,6**
Residencial	362.026	1.094.798	1.555.129	1.194.233	1.060.689	297.843	5.564.718	4.905.910	**13,4**
Comercial	188.643	633.334	1.180.408	572.242	603.134	138.374	3.316.135	2.873.823	**15,4**
Rural	38.943	210.218	68.853	128.646	249.313	12.830	708.803	586.376	**20,9**
Outros	178.267	484.249	870.742	504.887	342.744	121.984	2.502.873	2.242.508	**11,6**
Total	**811.702**	**3.006.972**	**5.491.420**	**2.627.830**	**2.713.084**	**585.270**	**15.236.278**	**13.586.142**	**12,1**

- **Perdas na Distribuição**

As ações para redução das perdas de energia realizadas em 2012 propiciaram a redução de 3,28 pontos percentuais no índice de perdas totais. As principais ações que levaram a este resultado foram: a realização de inspeção e de regularização de unidades consumidoras – UC, melhorias no processo de faturamento e o recadastramento da carga de iluminação pública. Foram regularizadas 194 mil UC, agregando ao faturamento aproximadamente 850 GWh. Somada a isso, a adequação da estrutura de retaguarda, com vistas à correta apuração e à cobrança da energia não faturada, proporcionou a conclusão de 72 mil processos de irregularidade de medição, com uma recuperação de cerca de 340 GWh.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Com o aprimoramento do processo de crítica das leituras e reorganização do processo de faturamento, medida esta de baixo custo e de alta eficácia, contabilizou-se um incremento de energia faturada de 292 GWh no ano de 2012. Quanto ao recadastramento de iluminação pública, foram contratadas empresas especializadas a partir de setembro. Até o encerramento do exercício, cerca de 20% dos pontos foram recadastrados, o que permitiu acrescentar 32 GWh ao faturamento. Projeta-se a conclusão desta ação para o fim de 2013. Para o exercício de 2013 estão previstos quatro projetos com financiamento do Banco Mundial visando à implantação de infraestrutura avançada para telemedição e monitoramento de UC e para blindagem da rede. O investimento total previsto para estes projetos é de cerca de R$ 609 milhões.

Empresas Eletrobras	Perdas Técnicas (%)		Perdas não Técnicas (%)		Perdas Totais (%)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Amazonas Energia	7,71	7,71	31,35	34,13	39,06	41,84
ED Acre	11,87	11,87	9,12	11,51	20,99	23,38
ED Alagoas	8,42	8,42	18,58	21,53	27,00	29,95
ED Piauí	13,16	12,45	17,19	20,58	30,35	33,03
ED Rondônia	12,74	12,74	10,08	15,04	22,82	27,78
ED Roraima	6,62	6,62	5,64	9,16	12,26	15,78

- **Inadimplência**

O total da inadimplência ativa dos consumidores para com as empresas de Distribuição da Eletrobras em 2012, compreendendo somente o valor histórico, sem multas, juros e correção monetária, é de R$ 1,173 bilhão, dos quais R$ 770,3 milhões, equivalente a 65,7%, são de consumidores das classes privadas. Este montante cresceu 13% em relação a 2011, porém o incremento de 18% no faturamento de 2012 resultou numa redução global do índice de inadimplência, em 1,6 pontos percentuais.

As medidas desenvolvidas que levaram à redução dos níveis da inadimplência em relação ao faturamento foram fruto do cumprimento rigoroso da Régua de Cobrança, que prevê ações operacionais sistemáticas de suspensão do fornecimento pelo atraso no pagamento, negativação junto aos organismos de restrição de crédito (SERASA e CADIN) e ações judiciais. Além disto, foram equacionados débitos emblemáticos importantes, mediante negociações e deslinde de ações judiciais, além de campanhas de incentivo à adimplência.

Inadimplência Consolidada das Distribuidoras (R$ mil)**				INAD (%)*	
Classe	2012	2011	Variação 2012x2011 (%)	2012	2011
Residencial	359.118	232.059	55%	12,7%	10,1%
Comercial	153.288	134.395	14%	9,5%	10,3%
Industrial	185.212	230.392	-20%	17,2%	24,4%
Rural	72.683	69.317	5%	36,3%	44,0%
Poder Público Municipal				29,8%	41,3%
Poder Público Estadual	127.106	111.757	14%	17,5%	18,6%
Poder Público Federal				9,6%	9,1%
Serviço Público	237.998	226.225	5%	107,6%	128,8%
Iluminação Pública	37.566	37.732	0%	22,5%	27,6%
Total	**1.172.971**	**1.041.877**	**13%**	**17,3%**	**18,9%**

* INAD é o percentual obtido pelo saldo do estoque da inadimplência pelo faturamento de 12 meses.
**Fonte: Diretoria de Distribuição

Empresas Eletrobras	2012	2011	Variação 2012x2011 (%)
Amazonas	253.219	242.097	4,6%
Acre	68.443	58.217	17,6%
Alagoas	213.824	211.108	1,3%
Piauí	312.107	298.725	4,5%
Rondônia	257.242	182.884	40,7%
Roraima	68.135	48.848	39,5%
Total	**1.172.971**	**1.041.877**	**12,6%**

Empresas Eletrobras	2012	2011	Redução (%)
Amazonas	11,20%	13,00%	-1,80%
Acre	15,50%	16,50%	-1,00%
Alagoas	17,70%	20,70%	-3,00%
Piauí	23,00%	27,20%	-4,20%
Rondônia	20,30%	18,40%	1,90%
Roraima	29,20%	25,40%	3,80%
Total	**17,30%**	**18,90%**	**-1,60%**

7. Desempenho Econômico e Financeiro

Principais Resultados (Consolidado)	2012	2011	2010
Capacidade Instalada (MW)	42.333	41.621	41.360
Extensão das Linhas de Transmissão (Km) maior ou igual a 230Kv	55.118	54.146	53.789
Extensão das Redes de Distribuição (Km)	199.935	188.572	161.416
Energia Vendida (GWh)	269.027	267.834	255.108
Valor Patrimonial (R$ mil)	67.735	77.202	70.530
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	34.064	29.211	26.832
Ebitda (R$ milhões)	(6.173)	6.028	6.004
Margem Ebitda (%)	(18,12%)	20,64%	22,38%
Lucro/Prejuízo do Exercício	(6.926)	3.762	2.553
Número de Empregados (unidade)	30.151	28.684	28.378

O Resultado financeiro apresentou uma variação positiva de aproximadamente 170%, com um valor de R$ 633 milhões em 2012 contra um valor de R$ 234 milhões em 2011, devido principalmente aos efeitos da Lei 12.783 decorrentes da remuneração das indenizações aos segmentos de Geração e Transmissão.

7.1. Destaques do Resultado Consolidado

- **Receita Operacional Líquida:**
  R$ 34.064 milhões (16,6% superior em relação a 2011);
- **Resultado Operacional:**
  R$ 1.623 milhões (redução de 56,3% em relação a 2011), influenciado principalmente pela Provisão Operacional, que apresentou aumento de R$ 2,5 bilhões em relação a 2011 e pelo Repasse de Itaipu Binacional;
- **PMS/ROL:**
  24,8%, 1,5 ponto percentual inferior a 2011;
- **Ebitda Consolidado Ajustado:**
  R$ 5.520 milhões, 8,4% inferior a 2011. Dentre as variáveis que influenciaram essa redução se destacam: receita do Repasse de Itaipu, que passou de R$ 836 milhões em 2011 para R$ 414 em 2012 e as provisões para Impairment, que passaram de R$ 435 em 2011 para R$ 1.059 para em 2012.
- **Resultado Líquido da Variação Cambial:**
  R$ 421 milhões (37,1% inferior a 2011);
- **Repasse de Itaipu:**
  R$ 414 milhões (50,5% inferior a 2011); e
- **Efeitos Atípicos (*impairment*, contratos onerosos e indenizações):**
  R$ 11.693 milhões.

7.2. Resultado 2012 x 2011

O Resultado do ano de 2012 registra uma redução de 284,3% em relação a 2011, tendo sido apurado um prejuízo líquido de R$ 6.879 milhões em 2012, contra um lucro líquido de R$ 3.733 milhões em 2011. Esse resultado negativo se deve aos efeitos de eventos atípicos (impairment, contratos onerosos e indenizações) principalmente devido à mudança regulatória ocorrida no final do ano passado. O resultado de 2012 foi fortemente influenciado pelos efeitos de eventos atípicos (impairment, contratos onerosos e indenizações), que montam R$ 11.693 milhões.

A Receita Operacional Líquida, no montante de R$ 34.064 milhões apresentou, Em 2012, um aumento de 16,6% em relação a 2011, quando foi registrado o montante de R$ 29.211 milhões.

As Receitas de Geração apresentaram um aumento de 11,9%, passando de R$ 19.263 milhões em 2011 para R$ 21.547 milhões em 2012. Esta variação foi influenciada pelo aumento de 16,9% da receita de venda de energia, que passou de R$ 18.427 milhões em 2011 para R$ 21.548 milhões em 2012, tendo a venda de energia, evoluído de 268 TWh em 2011 para 269 TWh em 2012. Influenciaram de forma importante o crescimento da receita de geração em 2012 a maior venda de energia de Itaipu, aliado a variação do Dólar em relação ao Real.

As receitas de Geração foram influenciadas de forma negativa pela redução no Repasse de Itaipu, que passou de uma receita líquida de R$ 836 milhões em 2011 para uma receita líquida de R$ 414 milhões em 2012 principalmente em função da atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos Commercial Price e Industrial Goods.

As Receitas de Transmissão apresentaram um aumento de 12,4%, passando de R$ 8.356 milhões em 2011 para R$ 9.393 milhões em 2012, influenciado pela atualização das taxas de retorno de transmissão, que passaram de R$ 2.774 milhões em 2011, para R$ 3.149 milhões em 2012, decorrente do reflexo da atualização do ativo financeiro da transmissão. Contribuiu também a maior Receita de Operação e Manutenção, que passou de R$ 1.979 milhões em 2011 para R$ 2.562 milhões em 2012. A Receita de construção tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

As Receitas do segmento de Distribuição apresentaram um crescimento de 37,6%, passando de R$ 5.442 milhões em 2011 para R$ 7.488 milhões em 2012, influenciado pelo Fornecimento de energia, que apresentou um aumento de 30,0%, passando de R$ 4.713 milhões em 2011 para R$ 6.143 milhões em 2012, ocasionado, principalmente, pelo aumento do volume de energia vendida, que passou de 13,6 TWh em 2011 para 15,2 TWh em 2012, e também pelo crescimento de mais de 160 mil na base de consumidores. A Receita de construção tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

- Em 2012, a soma das contas de Pessoal, Material e Serviço (PMS) apresentou um aumento de 10,0%, passando de R$ 7.671 milhões em 2011 para R$ 8.439 milhões em 2012. Considerando que a Receita Operacional Líquida – ROL – Consolidada, apresentou, em 2012, um aumento de 16,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, a relação PMS/ROL apresentou uma queda de 1,5 ponto percentual, passando de 26,3% em 2011 para 24,8% em 2012.

- A Energia Elétrica comprada para revenda apresentou um crescimento de 35,1%, passando de R$ 3.386 milhões em 2011 para R$ 4.574 milhões em 2012. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo: I) alto valor do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças); II) insuficiência de lastro em 2012 maior que em 2011; III) Maior compra de energia e Penalidades envolvendo a UTE Candiota III (Fase C).

- Na conta de Combustível para produção de energia elétrica foi apurado um aumento de 335,7%. Em 2012, foi registrada uma despesa líquida de R$ 709 milhões, enquanto que em 2011 foi registrada uma despesa líquida de R$ 163 milhões. Essa variação foi influenciada, principalmente, pelo aumento de geração de energia térmica e pelo efeito da contabilização do gás em 2011 na subsidiária Amazonas.

- A Participação Societária registrou uma redução de 2,9% resultante da contabilização do montante de R$ 469 milhões em 2012 e de R$ 483 milhões em 2011. Essa redução foi ocasionada, principalmente, pela variação na equivalência patrimonial dos investimentos em empresas coligadas, que apresentou uma diminuição de 6,6%, passando de R$ 291 milhões em 2011 para R$ 272 milhões em 2012.

- As Provisões operacionais apresentaram um aumento de 87,0%, passando de R$ 2.849 milhões em 2011 para R$ 3.441 milhões em 2012, influenciado, principalmente, pela contabilização relativa ao contrato oneroso da Usina de Jirau, da ordem de R$ 1,6 bilhão, Impairment de cerca de R$ 500 milhões, Passivo atuarial que passou de uma receita de R$ 410 milhões para uma despesa de R$ 438 milhões e Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa que registrou aumento de cerca de R$ 785 milhões sendo R$ 351 milhões de Consumidores e Revendedores e R$ 435 de Financiamentos e Empréstimos.

- O Resultado Financeiro líquido passou de uma receita líquida de R$ 234 milhões, em 2011, para uma receita líquida de R$ 633 milhões em 2012, o que representa uma variação de 169,8%. Este resultado se deve, principalmente, a redução observada nos Encargos de Remuneração de Acionistas, que passou de R$ 1.179 milhões em 2011 para R$ 572 milhões em 2012, influenciado pelo pagamento de parcela anual do dividendo retido e pela redução da taxa Selic.

7.3. Receita Operacional Líquida (ROL)

A Receita Operacional Líquida (ROL), Em 2012, superou 2011 em 16,6%, passando de R$ 29.211 milhões para R$ 34.064 milhões. No 4T12, a ROL obteve um crescimento de 15,4% ante o trimestre anterior, passando de R$ 8.384 milhões para R$ 9.678 milhões.

Consolidado (R$ milhões)			Consolidado (R$ milhões)		
2012	2011		4T12	3T12	4T12/3T12
		a) Geração			
21.548	18.427	Fornecimento/Suprimento / Venda de Energia	5.093	5.670	(10,2%)
414	836	Ativo Financeiro/Repasse Itaipu Binacional	230	(18)	(1.379%)
		b) Transmissão			
3.682	3.603	Receita de construção	1.102	939	17%
2.562	1.979	Receita de operação e manutenção	1.148	389	195%
3.149	2.774	Atualização de Taxas de retorno - Transmissão	767	834	(8%)
		c) Distribuição			
6.122	4.148	Fornecimento	2.059	1.432	44%
1.346	729	Receita de construção	702	251	179%
21	565	Receita de operação e manutenção	(1)	7	(121%)
696	866	Outras Receitas	196	151	30%
39.539	**33.927**	**Total**	**11.294**	**9.655**	**17%**
		Deduções a Receita Operacional			
(1.798)	(1.713)	Encargos Setoriais	(508)	(362)	40%
(1.362)	(1.086)	ICMS	(447)	(322)	39%
(2.290)	(1.902)	PASEP e COFINS	(718)	(516)	39%
(25)	(15)	Outras Deduções	56	(70)	(181%)
(5.474)	**(4.716)**	**Total de Deduções**	**(1.615)**	**(1.271)**	**27%**
34.064	**29.211**	**Receita Operacional Líquida**	**9.678**	**8.384**	**15%**

7.4. Resultado Financeiro

Em 2012, o Resultado Financeiro impactou de forma positiva o resultado da Controladora, sendo este impacto positivo da ordem de R$ 3.254 milhões em 2012 e de R$ 3.106 milhões em 2011. Essa variação é explicada fundamentalmente pela redução de 50,2% dos Encargos sobre Recurso de acionistas, que passaram de R$ 991 milhões em 2011, para R$ 493 milhões em 2012, influenciado pelo pagamento da segunda parcela dos dividendos retidos e pela redução da taxa Selic.

Em relação ao 4T12, o resultado financeiro da Controladora sofreu uma variação positiva de 1,6% comparado ao obtido no trimestre anterior, passando de R$ 683 milhões no 3T12 para R$ 694 milhões no 4T12, principalmente devido à variação cambial, que passou de uma receita de R$ 14 milhões no 3T12 para uma receita de R$ 41 milhões no 4T12

A aplicação dos recursos próprios e governamentais administrados pela Eletrobras somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado. Estes fundos se caracterizam por possuir uma carteira de ativos composta, exclusivamente, por títulos de emissão do Tesouro Nacional, CDB/RDB emitidos por instituição integrante do conglomerado financeiro do Banco do Brasil e operações compromissadas, com prazo médio superior a 365 dias. Em 30 de novembro de 2011, foi implementada a Resolução BACEN n.º 4.034, substituindo a Resolução BACEN n.º 3284/05, que regulava essa matéria. No que se refere à política de investimentos, a nova resolução permitiu a aplicação dos recursos na Caixa Econômica Federal, quebrando o monopólio que até então era do Banco do Brasil. Essa medida se refletiu na imediata redução de 20% na taxa de administração dos fundos mantidos pela Eletrobras junto a esta última instituição financeira.

7.5. Custos e Despesas Operacionais

A controlada CHESF por intermédio de suas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. possui um contrato de concessão onerosa com a União Federal para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na usina hidrelétrica de Jirau na ordem de 711 MM. A controlada Eletronuclear registrou o valor de 581 MM referente ao diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência em consonância ao disposto no art. 2º da Resolução Homologatória da Aneel nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012.

A controlada Furnas registrou o valor de 360 MM em 2012 contra 116 MM de 2011 referente a provisões para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis e 252 MM em 2012 contra 42 MM de 2011 na rubrica provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A controlada Amazonas apresentou um aumento de 55,29% no custo de construção, passando de R$ 462 MM no ano de 2011, para R$ 719 MM no ano de 2012, principalmente devido à revitalização da UTE Aparecida, aquisição de subestação móvel com transformador de 26,6 MVA, implantação da Subestação Mutirão 138/13,8 kV, implantação da Subestação Centro 138/13,8 kv, construção de usina a gás de 600w Mauá 3, ampliação da Subestação Redenção de 69/13,8 kv e Seringal Mirim, implantação da Linha de Transmissão 230 kV Mauá III / Jorge Teixeira e aquisição e instalações de grupos geradores em Parintins.

7.6. Custos Controláveis e Não Controláveis

A rubrica energia elétrica comprada para revenda sofreu acréscimo da ordem de 35% principalmente devido ao fato da controlada CGTEE precisar adquirir energia para cumprir seus contratos de comercialização. O aumento verificado deve-se ao aumento do preço médio do MWh, que foi motivado, principalmente, pela escassez de chuva, o que ocasionou uma redução na quantidade de energia ofertada, em função de a matriz energética brasileira ter sua maior fonte na geração hídrica.

A rubrica de Remuneração e Ressarcimento que representa a compensação pela utilização de recursos hídricos aumentou em 24%. Esse é valor que é pago aos municípios, e varia de acordo com a quantidade de energia gerada em cada região no período. A rubrica Combustível para produção de energia elétrica teve uma variação de 335% pois, em 2011 a controlada Amazonas teve um reembolso relevante que é caracterizado como recuperação de despesa. A rubrica Provisões Operacionais teve uma variação de 87% justificada pelo registro de contratos onerosos das Controladas Eletrosul e CHESF na ordem de R$ 1.6 Bilhão.

7.7. Lucro Líquido

Consolidado (R$ milhões)			Consolidado (R$ milhões)		
2012	2011		4T12	3T12	4T12/3T12
34.064	29.211	Receita Operacional Líquida	9.678	8.384	8.753
(8.439)	(7.671)	(-) Pessoal, Material e Serviços	(2.345)	(2.164)	(2.068)
(4.574)	(3.386)	(-) Energia Comprada para Revenda	(1.322)	(1.064)	(911)
(1.764)	(1.421)	(-) Uso da rede elétrica	(267)	(724)	(367)
(5.027)	(4.280)	(-) Construção	(1.802)	(1.192)	(1.808)
(709)	(163)	(-) Combustível para produção de energia elétrica	(248)	(207)	14
(1.652)	(1.329)	(-) Remuneração e Ressarcimento	(384)	(404)	(364)
(1.775)	(1.724)	(-) Depreciação e amortização	(450)	(444)	(479)
10.125	**9.238**		**2.859**	**2.185**	**2.770**
469	483	Participações societárias	(70)	174	(93)
(5.327)	(2.849)	Provisões operacionais	(4.513)	(368)	(1.061)
(3.130)	(2.568)	Outros resultados	(643)	(915)	(895)
2.137	**4.304**		**(2.366)**	**1.076**	**720**
2.499	2.422	Receita de juros	350	391	344
858	653	Atualização monetária	407	212	312
421	670	Variação cambial	(29)	(49)	(99)
(2.334)	(1.709)	Encargos da dívida	(619)	(541)	(471)
(572)	(1.179)	Encargos de Recursos de Acionistas	(84)	(77)	(199)
(240)	(623)	Outros resultados financeiros	(93)	390	(215)
2.769	**4.539**		**(2.434)**	**1.402**	**391**
(10.085)	0	Perdas - Lei 12.783/2013	(10.085)	0	0
390	(777)	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.962	(396)	177
(6.926)	**3.762**	**Lucro líquido do período**	**(10.558)**	**1.005**	**568**
47	(29)	Participação atribuída aos não controladores	59	(2)	(11)
(6.879)	**3.733**	**Lucro líquido Consolidado**	**(10.499)**	**1.003**	**557**

7.8. Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

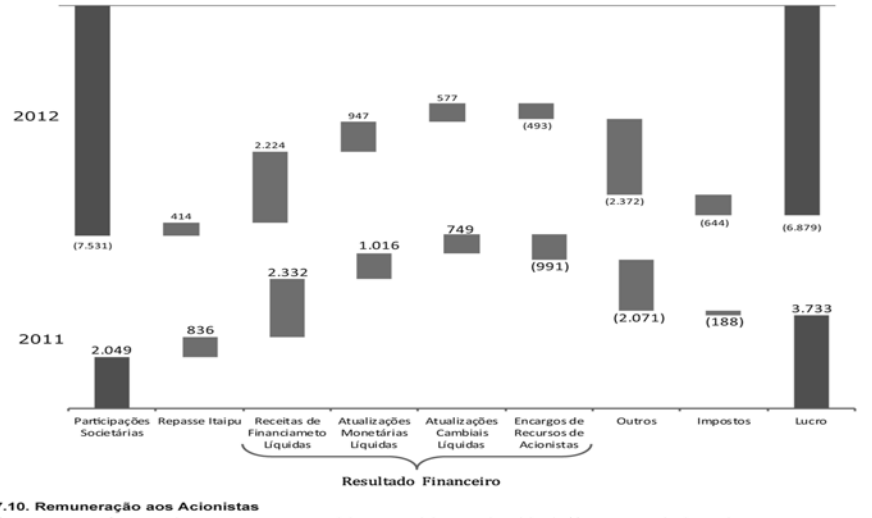
O Ebitda das Empresas controladas da Eletrobras, abaixo, somou no 4T12 R$ 1.712 milhões, o que representa uma redução de 5,0% frente ao 3T12, quando o Ebitda totalizou em R$$ 1.802 milhões.

Em relação ao período de janeiro a setembro de 2012, quando o Ebitda das Empresas controladas da Eletrobras foi de R$ 5.438 milhões, ocorreu um aumento de 35,4% frente ao EBITDA de R$ 4.017 milhões do mesmo período de 2011.

Ebitda (R$ milhões)	2012	2011	(%)
Resultado do Exercício	(6.926)	3.762	(284%)
(+) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	(390)	777	(150%)
(+) Resultado Financeiro	(633)	(234)	170%
(+) Amortização e Depreciação	1.775	1.724	3%
(=) EBITDA	**(6.173)**	**6.028**	**(202%)**

Ebitda Ajustado (R$ milhões)	2012
=EBITDA	**(6.173)**
(+) Contratos Onerosos	1.608
(+) Indenizações Lei 12.783/13	10.085
(=) EBITDA	**5.520**

7.9. Análise do Resultado da Controladora



7.10. Remuneração aos Acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 2012, a Companhia atribuiu remuneração aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R$ 434 milhões (R$ 1.067 milhões em 2011), imputados aos dividendos do exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação é a que segue.

Remuneração pro Ação (R$)	31/12/2012
Ações Ordinárias	0,399210837
Ações Preferenciais da Classe A	2,178256581
Ações Preferenciais da Classe B	1,633692440

7.11. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Financiamentos/Empréstimos (R$ milhões)	2012	2011	2010	2009	2008
A pagar	49.651	42.414	33.138	19.210	20.012
A receber	9.723	9.733	9.659	11.759	14.961

Endividamento (R$ milhões)	2012	2011	2010	2009	2008
Financiamento e Empréstimos a Pagar	49.651	42.414	33.138	19.210	20.012
Outros Passivos	28.861	43.526	43.233	38.515	24.404
Patrimônio Líquido	67.281	77.202	70.530	76.092	77.836

Fonte: DMPL de DF de Eletrobras Dez/2012.

7.12. Financiamentos e Empréstimos Concedidos às Controladas

Os recursos ordinários (RO) foram a principal fonte de demanda tanto das empresas controladas de Geração e Transmissão (G&T) como das distribuidoras. No total foram liberados R$ 3.377,0 milhões, sendo que R$ 3.008,2 milhões de recursos ordinários da holding, R$ 350,9 milhões da Reserva Global de Reversão (RGR) e R$ 17,9 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O total liberado para as controladas de distribuição foi de R$ 1.575,5 milhões, sendo R$ 1.219,9 milhões de RO, ou seja 77,4% do total. Quanto à forma de liberação, R$ 508,2 milhões foram como AFAC e R$ 1.067,3 milhões como empréstimos, financiamentos e subvenções.

7.13. Empréstimo Compulsório

Dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, no exercício de 2012, a Eletrobras implantou no sistema escritural do Banco Bradesco S.A. o montante de 4.148.236 ações preferenciais da classe "B", que correspondiam, em 28/12/2012, avaliadas ao valor de mercado, a R$ 89.575.417,35, e enviou às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R$ 3.321.839,30, referente aos juros dos créditos do empréstimo compulsório.

7.14. Política de *Hedge*

Foi aprovada a Política de Hedge Financeiro da Eletrobras, cujo objetivo é perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos e os de suas controladas. Com isso, a referida política visa que os resultados da Eletrobras reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

8. Programas de Investimentos e de Expansão

Em 2012, a Eletrobras realizou 78,6% dos investimentos previstos para o ano, agregando um montante de R$ 9,8 bilhões, sendo R$ 5,9 bilhões corporativos e R$ 3,9 bilhões em parcerias, distribuídos nos seguintes segmentos: Geração R$ 5,3 bilhões, Transmissão R$ 3,0 bilhões, Distribuição R$ 1,0 bilhão, Outros (Pesquisa, Infraestrutura e Qualidade Ambiental) R$ 0,5 bilhão. Destaque para o segmento de geração representando 54,1% do total do investido em 2012. Para o ano de 2013, a previsão de investimentos total é da ordem de R$ 13,7 bilhões.

Natureza dos Investimentos (R$ milhões)	Orçado* 2013	%**	Realizado 2012	2011	2010	2009	2008
Investimentos Próprios							
Geração	4.218,3	-46,1%	1.770,9	2.587,7	2.447,6	2.152,3	1.593,1
Transmissão	2.247,7	-41,6%	1.638,7	2.319,8	1.075,9	1.527,3	1.022,3
Distribuição	1.465,4	28,7%	837,2	597,1	672,5	379,0	242,1
Manutenção - Geração	675,1	15,7%	511,6	431,3	367,7	468,3	425,7
Manutenção - Transmissão	652,1	11,7%	401,2	193,9	176,6	227,6	210,1
Manutenção - Distribuição	254,1	15,9%	218,8	183,9	148,9	139,4	99,5
Outros (Pesquisa, Infraestrutura e Qualidade ambiental)	611,9	15,4%	545,7	461,5	390,0	296,5	285,2
Subtotal	**10.124,6**	**-14,4%**	**5.924,1**	**6.775,2**	**5.279,4**	**5.190,3**	**3.878,1**
Inversões Financeiras em Parcerias							
Geração	2.467,7	29,2%	2980,3	2.109,1	822,2	437,7	543,9
Transmissão	1.104,6	-5,2%	945,1	994,6	852,8	590,1	101,6
Subtotal	**3.572,3**	**20,9%**	**3.925,4**	**3.103,7**	**1.675,0**	**1.027,8**	**645,5**
Total	**13.696,8**	**-0,3%**	**9.849,5**	**9.879,9**	**6.954,4**	**6.218,1**	**4.523,6**

*Investimentos Próprios MP 598 de 27/12/12, Inversões Financeiras em parcerias Decreto 7.867 de 19/12/12.
**Incremento percentual dos investimentos realizados em 2012 com base nos dados de 2011.

A queda na realização dos investimentos de geração e transmissão da Eletrobras em 2012 deveu-se, principalmente, a construção da Usina Nuclear de Angra 3, cuja frustração na realização orçamentária foi de R$ 525,1 milhões e na transmissão, o grande impacto foi nos projetos da Implantação da Subestação Coletora e Estação Coletora de Porto Velho e da Implantação da Estação Inversora Araraquara II, totalizando R$ 453,1 milhões.

8.1. Geração

Foram agregados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, em 2012, pelas Empresas Eletrobras 711 MW dos quais 96% representaram incremento na oferta de energia de fonte renovável.

Matriz Elétrica (Sistema Eletrobras)	Crescimento da Capacidade Instalada (MW)* Instalada em: 2012	2011	Acréscimo MW	(%)
Fontes Limpas e Renováveis	**37.767**	**37.086**	**681**	**1,8%**
Hidráulica	35.674	35.001	671	1,9%
Nuclear	1.990	1.990	0	0%
Eólica	103	94	9	8,7%
Térmica	**4.566**	**4.535**	**31**	**0,7%**
Total	**42.333**	**41.621**	**711**	**1,7%**

*Os dados referentes a 2011 e 2012, consideram a proporção de participação da Eletrobras nos empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) e naqueles de propriedade compartilhada.

O Sistema Eletrobras detém a concessão/autorização para a construção de novos empreendimentos, obtida via autorizações/licitações/leilões, de cerca de 2.700 MW, com participação direta, e de cerca de 20.500 MW em parceria com agentes privados através de SPEs, sendo a participação da Eletrobras nessas parcerias equivalente a aproximadamente 9.600 MW, totalizando cerca de 12.300 MW de capacidade instalada da Eletrobras previstos para iniciar operação até 2016.

Empreendimentos em Implantação Tipo de usina	MW
Hidrelétrica	19.788,5
Eólica	875,0
Nuclear	1.405,0
Solar	1,0
Térmica	589,6
Total	**22.662,1**

Além dos empreendimentos eólicos e hidrelétricos, a Eletrobras tem os seguintes projetos próprios em implantação: a usina solar Megawatt Solar, com 1 MW, a usina nuclear Angra 3, com 1.405 MW e está iniciando a construção da UTE Mauá 3 em Manaus, a ser operada com gás natural, com capacidade instalada prevista de 590 MW.

- **Projetos vencedores em leilões em 2012**

Leilão ANEEL 02/2012

Lote	Empreendimento (ICG)	Extensão (Km)	Vencedor	Investimento R$ milhões	RAP R$ milhões/ano
C	LT 230 kV Lechuga – Jorge Teixeira, C3	30	Eletronorte	65	7,1
	SE Lechuga 230/138 kV 3 x 150 MVA				
D	LT 230 kV Camaçari IV – Pirajá	45	CHESF	96	10,7
	LT 230 kV Pituaçu – Pirajá	5			
	SE Pirajá 230/69 kV 2 x 180 MVA				
E	SE Zona Oeste 500/138 kV (3 + 1 res.) x 300 MVA		FURNAS	58	7

Leilão ANEEL 03/2012

Lote	Empreendimento (Rede Básica)	Tensão (Kv)	Potência (MVA)	UF	Circuito	Extensão de LT (Km)	Vencedor
A	SE Mirueira II	230/69	300	PE			CHESF
	SE Jaboatão II (com trecho de LT em 230 Kv)	230/69	300	PE	CD	14	
B	LT Mossoró II - Mossoró IV	230		RN	CS	40	CHESF
	LT Ceará Mirim II - Touros	230		RN	CS	56,2	
	LT Russas - Banabuiu - C2	230		CE	CS	110	
	SE Touros	230		RN			
	SE Mossoró IV	230		RN			
C	LT Igaporã II - Igaporã III - C1	230		BA	CS	2	CHESF
	LT Igaporã II - Igaporã III - C2	230		BA	CS	2	
	LT Igaporã III - Pindai II	230		BA	CS	46	
	SE Igaporã III (com trecho de LT em 500 Kv)	500/230	1500	BA	CS	78	
	SE Pindai II	230		BA			
D	LT Itabirito 2 - Vespasiano 2	500		MG	CS	78	Não houve proposta

Fonte: ANEEL

Lote	Empreendimento (ICG)	Tensão (Kv)	Potência (MVA)	UF	Vencedor
B	Transformador na SE Touros	230/69	150	RN	CHESF
	SE Touros	69		RN	CHESF
	Transformador na SE Mossoró IV	230/69	100	RN	CHESF
	SE Mossoró IV	69		RN	CHESF
C	Transformador na SE Pindai II	230/69	300	BA	CHESF
	SE Pindai II	69		BA	CHESF

Fonte: ANEEL

Leilão ANEEL 05/2012

Lote	Empreendimento (ICG)	Extensão (Km)	Vencedor	Investimento R$ milhões	RAP R$ milhões/ano
A	- SE Povo Novo 525/230 kV, 672 MVA (4 unidades monofásicas de 224 MVA) - SE Marmeleiro 525 kV - Compensador Síncrono ±200 Mvar - SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV, 75 MVA (1 unidade trifásica) - LT Nova Santa Rita - Povo Novo, CS, em 525 kV 281 Km - LT Povo Novo - Marmeleiro, CS, em 525 kV 154 Km - LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, CS, em 525 kV - 52 Km - Seccionamento da LT 230 kV Camaquã 3 - Quinta na SE Povo Novo em CD - 2 Km	489	Consórcio BAL Eletrosul – 51% CEEE-GT – 49%	709	77,4

Leilão ANEEL 07/2012

Lote	Empreendimento (ICG)	Extensão (Km)	Vencedor	Investimento R$ milhões	RAP R$ milhões/ano
D	LT 500 kV Marimbondo II - Assis	296,5	Consórcio Triângulo Mineiro – Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (51%) e Furnas Centrais Elétricas S.A.(49%)	328	29,01
G	LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas	244	Consórcio Parnaíba – State Grid Brazil Holding S.A.(51%), Furnas Centrais Eletricas S.A.(24,5%) e Copel Geração e Transmissão S.A.(24,5%)	960	100,2
	LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia	373			
	LT 500 kV Luziânia – Pirapora 2	350			

O Sistema Eletrobras, além das usinas já concedidas/autorizadas, desenvolve estudos de projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria.

Empreendimentos em Estudos de Viabilidade e de Projeto Básico

As empresas Eletrobras vêm desenvolvendo estudos de viabilidade e de projeto básico envolvendo capacidade instalada de 19.040 MW.

Empreendedores	AHE	UF	MW
Chesf	Pedra Branca	PE/BA	320,0
Chesf	Riacho Seco	PE/BA	276,0
Holding	Panambi	BRA/ARG	1.048,0
Holding	Garabi	BRA/ARG	1.152,0
Eletronorte	Marabá	PA	2.160,0
Eletronorte	Serra Quebrada	MA/TO	1.328,0
Eletronorte, *Holding*	Cachoeira do Cai	PA	802,0
Eletronorte, *Holding*	Cachoeira dos Patos	PA	528,0
Eletronorte, Holding	Jamanxim	PA	881,0
Eletronorte, Holding	Jatobá	PA	2.338,0
Eletronorte, Holding	São Luiz do Tapajós	PA	6.133,0
Eletronorte, Furnas	Tabajara	RO	350,0
Eletronorte, Furnas	Toricoejo	MT	76,0
Eletronorte, Furnas	Água Limpa	MT	360,0
Furnas	Porteiras	GO	86,0
Furnas	Buriti Queimado	GO	142,0
Furnas	Maranhão	GO	125,0
Furnas	Mirador	GO	80,0
Eletronorte	Arraias	TO	93,0
Eletronorte	Barra do Palma	TO	58,0
Eletronorte	Cachoeirão	MT	64,0
Eletronorte	Torixoréu	GO/MT	408,0
Eletronorte	Coaracy Nunes	AP	220,0
Eletronorte	Curuá-Una	PA	11,6
	Total		**19.039,6**

- **Previsão de Energização em 2013**

Empreendimentos	Potência Total (MW)	Operação 2013 (MW)	Empresas Eletrobras	Part. (%)	Operação 2013 MW Eletrobras	UF	Prev. Início de Geração
Corporativo							
PCH Barra do Rio Chapéu	15,1	15,1	Eletrosul	100	15,1	SC	jan/13
PCH João Borges	19	19	Eletrosul	100	19	SC	abr/13
UHE Simplício	333,7	333,7	Furnas	100	333,7	RJ/MG	fev/13
UHE São Domingos	48	48	Eletrosul	100	48	MS	mar/13
UHE Batalha	52,5	52,5	Furnas	100	52,5	GO/MG	mai/13
EOL Casa Nova	180	180	Chesf	100	180	BA	ago/13
SOL Megawatt Solar	1	1	Eletrosul	100	1	SC	abr/13
Subtotal	**649,3**	**649,3**			**649,3**		
Parcerias							
UHE Santo Antônio	3.150,40	1.360,40	Furnas	39	530,6	RO	mar/12
UHE Mauá	363,1	11	Eletrosul	49	5,4	PR	nov/12
UEE Miassaba 3	68,5	68,5	Eletronorte e Furnas	49	33,6	RN	abr/13
UEE Rei dos Ventos 1	58,5	58,5	Eletronorte e Furnas	49	28,7	RN	jun/13
UEE Rei dos Ventos 3	60,1	60,1	Eletronorte e Furnas	49	29,4	RN	mai/13
UEE Pedra Branca	30	30	Chesf	49	14,7	BA	jan/13
UEE São Pedro do Lago	30	30	Chesf	49	14,7	BA	jan/13
UEE Sete Gameleiras	30	30	Chesf	49	14,7	BA	jan/13
UHE Jirau	3.750,00	1.350,00	Eletrosul e Chesf	40	540,0	RO	abr/12
Parques Eólicos do Chui I a V (98 MW) e Minuano I e II (46 MW)	144	144	Eletrosul	49	70,6	RS	dez/13
Parques Eólicos do Cerro Chato IV, V, VI, Cerro dos Trindades e Ibiraputã	78	78	Eletrosul	49	38,2	RS	mar/13
Parques Eólicos Geribatu de I a X	258	258	Eletrosul	49	126,4	RS	nov/13
Subtotal	**8.020,60**	**3.478,50**			**1.447**		
Total	**8.669,90**	**4.127,80**			**2.096,23**		

8.2. Transmissão

As Empresas Eletrobras investiram no ano de 2012 um total de R$ 3 bilhões no segmento Transmissão, referente a 73% do orçamento aprovado. Dessa forma, foram adicionados o total de 880 km de LT de propriedade das Empresas Eletrobras e de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE).

Empreendimentos Concluídos – Parcerias (SPEs) ≥ 230KV Empresas Eletrobras	Empreendimento	Participação (%)	kV	Extensão(Km)**	MVA	Mvar
Eletrosul	LT Coletora Porto Velho / Porto Velho C2*	100	230	22	-	-
Furnas	LT Chapadão / Jataí*	49	230	128	-	-
Furnas	LT Edéia / Palmeiras C1*	49	230	60	-	-
Furnas	Secc. SE Itatiba (Ibiúna / Campinas C1)*	49	500	1	-	-
Eletrosul	SE Caxias do Sul 6*	100	230/69	-	330	-
Furnas	SE Itatiba*	49	500/138	-	800	-
Eletrosul	SE Nova Petrópolis II*	100	230/69	-	83	-
Eletrosul	SE Lajeado Grande*	100	230/138	-	75	-
Eletronorte	LT Porto Velho / Rio Branco*	49	230	487	-	55
Eletrosul	SE Coletora Porto Velho*	100	500/230	-	400	-
Total				**698**	**1688**	**55**

* Obras vinculadas ao PAC.
** Quilometragem correspondente à 100% dos empreendimentos.

A atuação das quatro Empresas Eletrobras (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul) se dá de forma coordenada, atuando em Leilões de Transmissão, promovidos pela Aneel, seguindo as diretrizes da Eletrobras *Holding*. Atualmente as empresas estão livres para atuar em qualquer região do país, ao contrário do modelo anterior, onde cada uma se restringia a sua área de concessão.

Durante o ano de 2012, as Empresas Eletrobras participaram dos 04 leilões de transmissão, compreendendo mais de 2.000 km de LT, representando cerca de 30% do total ofertado (7.234,8 km). A operacionalização desses empreendimentos propiciará às Empresas Eletrobras, Receitas Anuais Permitidas (RAP) de cerca de R$ 63,43 milhões, correspondentes a empreendimentos próprios. Destaca-se também, a participação nos leilões acima, das Empresas Eletrobras em parceria com empreendedores privados, que propiciará uma RAP proporcional a participação societária no montante aproximado de R$ 78,26 milhões.

Para o ano de 2013, o Sistema Eletrobras estima investir cerca de R$ 3,46 bilhões no segmento de transmissão, agregando cerca de 1.386 km de Linhas de Transmissão, 8.096 MVA em capacidade de transformação em Subestações e 893 Mvar de compensação reativa. Também em 2013, as empresas do Sistema Eletrobras, em parceria com os empreendedores privados, constituindo as Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), estimam realizar cerca de 7.342 km de Linhas de Transmissão e 20.079 MVA em capacidade de transformação em Subestações, que serão incorporados ao Sistema Interligado Nacional (Rede Básica).

- **Obras de Transmissão com Energização Prevista para 2013**

Empreendimentos	Total km	Total MVA	Total Mvar	Eletrobras km	Eletrobras MVA	Eletrobras Mvar
Corporativo	1.386,20	8.096,00	893,29	1.386,20	8.096,00	893,29
Parcerias (SPEs)	7.342,34	20.079,00	3.418,90	3.881,37	13.591,37	1.702,24
Total	**8.728,54**	**28.175,00**	**4.312,19**	**5.267,57**	**21.687,37**	**2.595,53**

8.3. Distribuição

Enquanto o mercado brasileiro registrou, em 2012, aumento do consumo de 3,5%, as EDE obtiveram um crescimento de 12,1%. Em 2012, foram incorporados ao cadastro 163.310 novos consumidores, representando crescimento de 4,7% em relação a 2011, alcançando 3.653.046 consumidores, distribuídos nos 463 municípios do estado do Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e do município de Boa Vista.

O crescimento do mercado e a obsolescência do sistema elétrico das Distribuidoras levam para um elevado investimento nessas empresas. Considerando ano de 2012, a média do valor investido (R$) por número de consumidores nas EDE, R$ 419,02/consumidor, é maior do que o dobro da média das 37 principais distribuidoras do país, R$ 154,23/consumidor.

O investimento realizado nas empresas distribuidoras totalizaram R$ 1.459.897 em 2012, um incremento de 31% em relação a 2011. Além do mais, em relação ao orçamento revisado, o investimento em 2012 teve um desempenho melhor. Enquanto em 2011 as Distribuidoras da Eletrobras realizaram 65,7% do orçamento, em 2012 essa relação foi de 80%. As empresas que obtiveram melhor resultado foram a ED-Piauí com realização de 89%, ED-Rondônia e a ED-Roraima, ambas com 85% de realização.

Investimentos (Empresas Eletrobras)	2012 (R$ mil)	2011 (R$ mil)	2010 (R$ mil)	Variação 2012x2011 (%)
ED Acre	52.903	39.786	58.112	33%
ED Alagoas	104.962	86.110	138.032	22%
Amazonas Energia	750.954	503.822	489.831	49%
ED Piauí	314.648	299.974	275.916	5%
ED Rondônia	209.704	148.277	154.508	36%
ED Roraima	26.726	32.680	10.270	-18%
Total	**1.459.897**	**1.110.649**	**1.126.668**	31%

Os investimentos se concentraram, principalmente, no segmento de Distribuição (41,6% do orçamento de investimento realizado), seguida pelo Programa Luz Para Todos (29,6%) e Geração (18,9%).

A elevação nos investimentos de distribuição em relação ao ano de 2011 deveu-se à implantação da Usina Termelétrica MAUÁ III em Manaus (AM), como também maior aplicação de recursos em ampliação, modernização e adequação das redes de distribuição nas Empresas Distribuidoras.

- **Participação do Sistema Eletrobras na expansão da distribuição de energia elétrica**

As principais obras do Programa de Expansão realizada em 2012 são destacadas a seguir:

ED Alagoas

- Obras de conexão com a nova SE Arapiraca III de 230/69kv da rede básica.
- Aquisição de SE móvel de 26,6 MVA para melhoria da confiabilidade e qualidade do atendimento.
- Início das obras financiadas pelo Banco Mundial para melhoria nas redes de média e baixa tensão.

ED Piauí

- Construção da SE Renascença de 50 MVA de 69/13,8 KV e respectivas conexões.
- Construção da SE Pólo Industrial de 25 MVA de 69/13,8 KV e respectivas conexões.
- Construção da SE Parnaíba II de 25 MVA de 69/13,8KV e respectivas conexões.

Amazonas Energia

- Construção da SE Manacapuru de 52 MVA de 69/13,8 KV e respectivas conexões.
- Construção de 70 km de Linha de Transmissão em 69KV ligando as cidades de Iranduba e Manacapuru.

ED Rondônia

- Construção da SE Urupá de 6,25 MVA de 34,5/13,8 KV e respectivas conexões.
- Construção de 11 alimentadores em rede compacta.
- Construção de linha de transmissão de 69KV (trecho) ligando a SE de Porto Velho a SE de Areal.

ED Roraima

- Ampliação e modernização da SE Floresta com a instalação do terceiro transformador de 26,6 MVA.
- Início das obras financiadas pelo Banco Mundial para melhoria nas redes de média e baixa tensão.

ED Acre

- Construção da SE Taquari de 50MVA de 69/13,8kv respectivas conexões.
- Início das obras financiadas pelo Banco Mundial para melhoria nas redes de média e baixa tensão.
- Construção de 10 alimentadores em rede compacta.

Por meio da carta CTA - PRR Nº 012/2012, de 10 de fevereiro de 2012, e outras subsequentes, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. apresentou à Aneel, solicitando providências de autorização de reembolso pela CCC, os principais pontos de divergência entre a regulamentação e a operação real da geração térmica, que impactam significativamente o cálculo do Custo da Geração, e que estão sendo suportados pela concessionária. São eles:

1. Preço dos combustíveis para cálculo dos custos de geração

Reconhecimento, por parte da Aneel, da quantidade e do preço do óleo combustível nos mesmos montantes faturados pela BR Distribuidora.

Questão solucionada juridicamente pela obtenção, em 14/09/2012, de antecipação de tutela para atribuir efeito suspensivo ativo à apelação que a requerente apresentou nos autos do mandado de segurança 26107-81.2012.4.3400, tendo a CCC reembolsado o valor de R$1.000.000,00.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Consumo específico das usinas

Existem condições especiais de despacho para um sistema isolado, que não permitem o despacho otimizado das usinas termelétricas, onde não se consegue fazer o acompanhamento da flutuação da curva de carga sem que haja flutuação de geração das usinas térmicas.

Questão em fase de ser solucionada em função da aprovação pelo colegiado da Aneel de alterações na RN 427/2011, dando autonomia à SRG/ANEEL para, no caso das usinas da amazonas, definir, com base em recomendação do GTON, os casos de operações atípicas.

3. Não reembolso dos custos de operação e manutenção

Reconhecimento, por parte da Aneel, no custo de O&M, dos valores atualmente praticados e contabilizados pela Amazonas Distribuidora de energia, em virtude de suas singularidades decorrentes da sua área de concessão.

Questão solucionada pela Aneel com a abertura da audiência pública nº 052/2012 e posterior Resolução Normativa nº 510, de 09/10/2012, alterando a RN 427/2011, estabelecendo novos parâmetro de cálculos.

4. Não reconhecimento dos custos com PIS/PASEP e COFINS

Em analogia à metodologia de reembolso e devolução do ICMS, a sistemática contida na RN nº 427/2011 deve ser extensiva ao PIS/PASEP e COFINS, por acumularem créditos da mesma natureza, gerando uma apuração credora na mesma proporção.

Questão em fase de ser solucionada em função da emissão de parecer jurídico pela procuradoria federal da Aneel, no qual conclui que assiste razão à Amazonas. O tema encontra-se em fase de finalização de relatório para aprovação pelo colegiado da agência, com vista a abertura de AP para nova alteração na RN 427/2011.

5. Não reconhecimento dos custos com formação de estoques e combustível para aquelas usinas com problemas sazonais de acesso.

Questão em fase de ser solucionada em função da emissão do Ofício Aneel nº 174/2012, pelo qual a agência, ao tempo que informa que os critérios em vigor para ressarcimento de combustível estão baseados na energia gerada, também se manifesta pela viabilidade de exceções, solicitando informações sobre as usinas. Essas informações já foram prestadas por meio de Notas Técnicas, estando em fase de deliberação pela SRG/ANEEL com vistas a autorização para reembolso pela CCC.

9. Operações Mundiais

- **Interligações Fronteiriças**

O Sistema Eletrobras opera interligações internacionais com o Paraguai (composta de quatro linhas de transmissão que escoam a energia da usina hidrelétrica binacional de Itaipu até a subestação de Ibiúna, em São Paulo); com a Argentina (caracterizada pela linha de transmissão em 132kV, que interliga a subestação de Uruguaiana à subestação de Paso de los Libres, na Argentina); com a Venezuela (linha de transmissão em 230kV, com capacidade de 200MW, que interliga Boa Vista - RR à cidade de Santa Elena, na Venezuela) e com o Uruguai (formada pela linha de transmissão em 230kV que interliga a conversora de frequência de Rivera - 70MW - à subestação de Livramento, no Brasil. Uma segunda interligação está sendo construída com o objetivo de fortalecer essa integração energética entre os dois países).

- **Operações no Exterior**

De uma maneira geral, a Eletrobras manteve sua estratégia de desenvolver uma atuação internacional no mercado de energia elétrica, diretamente ou em consórcio, buscando a implantação de empreendimentos em geração renovável e transmissão de energia, desde que atendam a uma criteriosa avaliação de riscos e de retorno.

Em 2012, a Eletrobras prosseguiu com os estudos sobre as oportunidades apresentadas nos continentes americano e africano. Destacam-se os estudos referentes à UHE Tumarín, na Nicarágua, à LT Brasil-Uruguai, ambos com previsão de início das obras para o ano de 2013, e à implantação de linhas de transmissão em alta tensão em Moçambique.

Em 2012, foi ainda assinado um Acordo para Avaliação e Desenvolvimento Conjunto de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica Instalados na República Oriental do Uruguai, entre a Eletrobras e a estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE). Por meio deste acordo a Eletrobras e a UTE estão avaliando uma série de empreendimentos de energia eólica, que acrescentarão mais de 210 MW de energia limpa na matriz elétrica daquele país.

10. Mercado de Capitais

A Eletrobras (BM&FBOVESPA: ELET3 e ELET6 / NYSE: EBR e EBR-B / LATIBEX: XELTO e XELTB), a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, conta com uma base de mais de 28.200 mil acionistas, localizados em 34 países apresentados abaixo.

Américas	Europa		Ásia	Oriente Médio	Oceania
Canadá	Alemanha	Holanda	China	Arábia Saudita	Austrália
Estados Unidos	Bélgica	Irlanda	Cingapura	Emirados Árabes	Nova Zelândia
Chile	Dinamarca	Itália	Coréia do Sul	Kuait	
Uruguai	Espanha	Jersey	Japão	Omã	
Bahamas	França	Luxemburgo	Taiwan		
Bermudas	Grã-Bretanha	Noruega			
Ilhas Cayman	Guernsey	Suécia			
		Suíça			

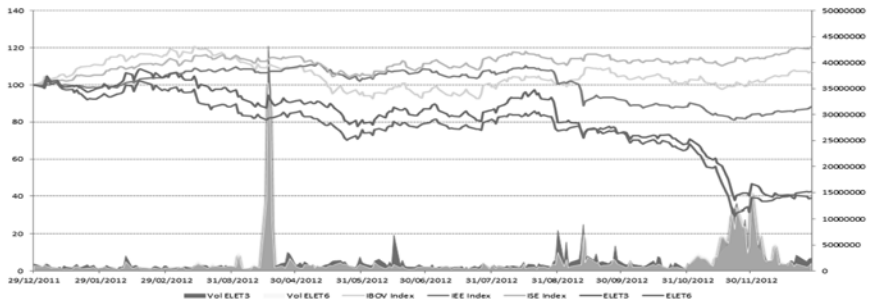
10.1. Análise das Ações da Eletrobras

Eletrobras PNB – ELET6

No ano de 2012, as ações preferenciais da Eletrobras (ELET6) apresentaram uma desvalorização de 57,6% fechando o ano a R$ 10,48, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário foi de 1.724.022 ações.

Eletrobras ON – ELET3

No ano de 2012, as ações ordinárias da Eletrobras (ELET3) apresentaram uma desvalorização de 61,1% fechando o ano a R$ 6,33, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário foi de 2.052.048 ações.



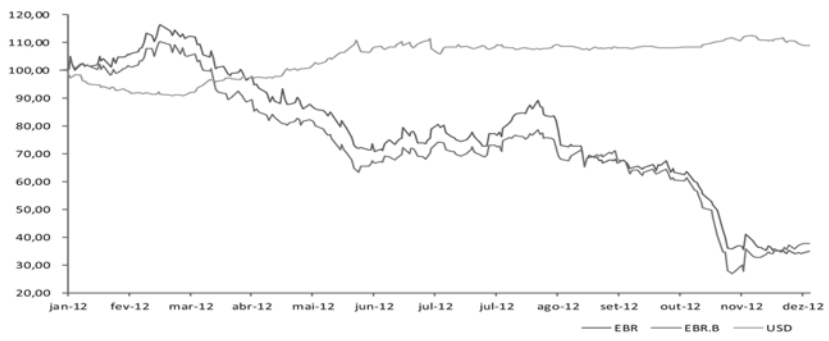
10.2. Programa de ADR Nível II - Bolsa de Valores de Nova Iorque

EBR-B - Ações Preferenciais da Eletrobras

Em 2012, os ADRs de ações preferenciais da Eletrobras apresentaram uma desvalorização de 62,3% em relação a 2011, encerrando o ano cotado a US$ 5,01, considerando valores ex-dividendo. O saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do ano foi de 25.986.141. O volume de negociação médio diário no ano foi de 439.761 recibos.

EBR - Ações Ordinárias da Eletrobras

Em 2012, os ADRs de ações ordinárias da Eletrobras apresentaram uma desvalorização de 48,5% em relação a 2011, encerrando o ano cotado a US$ 3,12, considerando valores ex-dividendo. O saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do ano foi de 67.910.925. O volume de negociação médio diário no ano foi de 1.123.082 recibos.



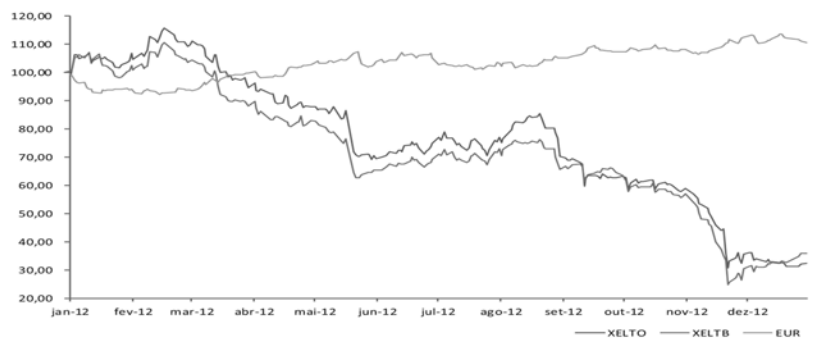
10.3. Programa Latibex - Bolsa de Valores de Madrid

XELTB

As ações preferenciais do programa Latibex encerraram o ano de 2012 cotadas em € 3,95. Em 2011, esse ativo fechou em € 10,98, o que reflete uma desvalorização de 64%. O volume de negociação médio diário foi de 3.375 ações.

XELTO

As ações ordinárias do programa Latibex obtiveram, no quarto trimestre de 2012, uma desvalorização de 67,7%, visto que em 2011 o ativo fechou a € 2,39 e no ano anterior fechou a € 7,39. O volume de negociação médio diário foi de 4.215 ações.



10.4. *Rating* (Classificação de Risco)

A classificação de risco da Eletrobras, segundo as agências de classificação de riscos, está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo país, por ser a União o acionista majoritário da empresa.

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's Issuer Rating	Baa3 (Negative)	20/12/2012
S&P LT Local Currency	A- (Stable)	27/12/2012
S&P LT Foreign Currency	BBB (Stable)	27/12/2012
Fitch LT Local Currency Issuer	BB (Negative)	7/12/2012
Fitch LT Foreign Currency Issuer	BB (Negative)	7/12/2012

10.5. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de governança corporativa da BM&FBOVESPA, a empresa realiza, semestralmente, reuniões nas Apimecs regionais do país: RJ, SP, MG, DF, Sul e Nordeste. A Eletrobras, ao realizar 14 reuniões anuais, sendo por 17 anos seguidos em RJ e em SP, por 10 anos consecutivos no Nordeste e DF, assim como 9 em MG e no Sul, tem recebido certificados de assiduidade em todas as praças citadas.

Ademais, a área de Relações com Investidores, semestralmente, realiza reuniões na Europa e nos Estados Unidos (roadshows) com o objetivo de apresentar a companhia aos investidores estrangeiros. Anualmente é realizado o Eletrobras Day em Nova Iorque e, em Madri, o Fórum Latibex. A área de Relações com Investidores da Eletrobras participa, rotineiramente, de dezenas de eventos e seminários, promovidos por bancos internacionais, no Brasil e no exterior, com a presença dos principais analistas e investidores, tanto da área de "equity" como de "debt".

A Eletrobras publica também o "Energia em Ações", que constitui um informe trimestral com as notícias mais relevantes a respeito da empresa e seus possíveis efeitos no mercado. Tem como público-alvo os acionistas minoritários, para que estes saibam o que se passa com a Companhia.

Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone (21) 25146333, enviando um email para invest@eletrobras.com ou por meio do Fale com RI do *site* de Relações com Investidores da Eletrobras www.eletrobras.com.br/elb/ri.

10.6. Participações Acionárias

A composição da carteira é de 44 empresas, sendo 14 controladas, 29 com participações minoritárias e Itaipu Binacional com 50% de participação, além do Cepel. Nessa carteira, 18 empresas têm suas ações comercializadas na Bovespa e o valor total dessas ações era de R$ 5,15 bilhões em 31/12/2012, enquanto em 31/12/2011 era de R$ 6,94 bilhões, refletindo a queda do valor das empresas de energia elétrica, como efeito da publicação da MP-579 e seus desdobramentos. A desvalorização das ações da Bovespa no período foi de 25,8%.

Durante o exercício de 2012, o controle da Boa Vista Energia foi transferido da Eletronorte para a Eletrobras e a negociação da dívida da Guascor do Brasil S.A. foi concluída com a alienação da totalidade das ações pertencentes à Eletrobras. Em 26 de novembro de 2012, a Eletrobras juntamente com o Estado de Roraima assinou um protocolo de intenções visando a participação no processo de recuperação técnica, econômica e financeira da empresa CERR. Este processo prevê a transferência da gestão e do controle acionário da CERR para a Eletrobras.

Em abril de 2012 foram assinados o Acordo de Acionistas e o Acordo de Gestão entre a Eletrobras e o Governo do Estado de Goiás, junto a Companhia Celg de Participações - Celgpar, com o propósito de permitir que a Eletrobras assuma a gestão executiva da Celg Distribuição S/A (Celg D) através da sua representação majoritária no Conselho de Administração da distribuidora.

A Eletrobras e o Governo do Estado do Amapá celebraram um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CEA que, após implementação de todos os seus termos, avaliará uma possível operação de compra, pela Eletrobras, do controle acionário daquela empresa.

11. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

O Sistema de Inovação Eletrobras, com vistas à inovação sistêmica, baseia-se em quatro dimensões, que interagem entre si, obtendo-se um modelo prático para que a inovação seja institucionalizada. Os módulos selecionados para iniciar implantação de tal Sistema foram Pessoas e Capacidades, ano de 2011, com a iniciativa de Ação de Sensibilização para a Inovação, e Processos e Ferramentas, com a iniciativa de Captação e Tratamento de Ideias dos Colaboradores, desenvolvida durante o ano de 2012. Para tanto foram analisadas ferramentas de suporte e selecionado o NOUS, software colaborativo voltado à ideação e inovação, sendo usado com sucesso em outras empresas.

Uma das aplicações do NOUS foi o programa desafio "Renova Eletrobras", que tem como objetivo buscar soluções inovadoras, captadas junto aos colaboradores, e alinhadas à estratégia empresarial para redução de custos e aumento da receita e desenvolvimento de novos negócios que transformem a Eletrobras numa organização eficiente e economicamente viável.

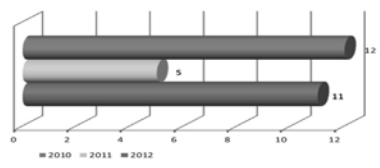
A governança do Sistema de Inovação Eletrobras está constituída por um Comitê Gestor, constituído por representantes de todas as Diretorias, responsável pela sua gestão e implantação do processo de ideação e, Comitê de Avaliação de Ideias Inovadoras, responsável pela avaliação, classificação, priorização e implantação das ideias cadastradas na base de dados pelos colaboradores. A inovação assim concebida está alinhada à estratégia da empresa, e fundamentada na valorização das competências de seus colaboradores, e tendo o engajamento de cada um como fator crítico de sucesso.

11.1. Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Eletrobras Cepel)

O Cepel atua visando a excelência de resultados na Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), nas áreas de geração, transmissão, distribuição, comercialização e uso final da energia elétrica, bem como no planejamento e operação eletro-energético, na realização de estudos e serviços tecnológicos, na condução de pesquisa experimental e ensaios. Exerce o papel de Secretaria Executiva da Comissão de Política Tecnológica – CPT das Empresas Eletrobras, estrutura que, a partir de 2012, passou a tratar, de forma integrada, das questões corporativas de P&D+I e Tecnologia, definindo políticas, diretrizes, estratégias e planos de ação. Os beneficiários da atuação do Cepel transcendem o Sistema Eletrobras, incluindo os ministérios MME, MMA e MCTI, e entidades setoriais, como EPE, ONS, CCEE e Aneel, além de concessionárias e fabricantes de equipamentos.

Em 2012, desenvolveu sua principal ação em P&D+I para as Empresas Eletrobras, mediante sua Carteira de Projetos Institucionais com 92 projetos, sendo: Planejamento da Expansão Eletroenergética (5 projetos); Meio Ambiente (5); Hidrologia Estocástica, Recursos Hídricos e Eólicos (4); Planejamento da Operação Eletroenergética (5); Planejamento, Operação e Análise de Redes (7); Tecnologias de Supervisão e Controle, em Tempo Real (5); Análise de Perturbações (1); Tecnologias de Transmissão (10); Tecnologia de Materiais e Extensão de Vida Útil (8); Monitoramento e Diagnóstico de Sistemas e Equipamentos (11); Conservação e Uso Eficiente de Energia (14); Energias Renováveis e Geração Distribuída (6); Tecnologias para Distribuição, Medição, Combate a Perdas e Qualidade de Energia (6); Técnicas Computacionais de Processamento Paralelo (4); Análise Técnico-Financeira de Empreendimentos e Tarifas (1).

Como fruto de estudos e investimentos em P&D+I, apresenta-se, ao lado, o quantitativo total de patentes depositadas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI, pelas empresas Eletrobras nos últimos anos.



12. Sustentabilidade Empresarial

A Eletrobras, na busca da sua afirmação como empresa sustentável, aderiu ao Pacto Global, criou Comitês de Sustentabilidade, na Holding e em cada uma de suas empresas, e publica Relatórios de Sustentabilidade segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) recomendadas pela ONU.

Seguindo a sua Política de Sustentabilidade, a Eletrobras divulga anualmente o seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e aderiu voluntariamente ao Índice de Carbono Eficiente – ICO2 da BM&FBOVESPA, desde o seu lançamento, em 2010. Este índice sinaliza para os mercados de capitais, nacional e internacional, que a Eletrobras está preocupada com as suas emissões de carbono e alinhada com as discussões sobre as mudanças climáticas globais.

A Eletrobras também participa do Carbon Disclosure Project – CDP desde a sua 4ª edição, o CDP 4, de 2006, cujos questionários são enviados, em nome de investidores, às maiores empresas do mundo.

12.1. Gestão Social

- **Responsabilidade Social**

Em 2012, a Eletrobras apoiou projetos sociais em diferentes linhas de atuação: educação, saúde, cultura, esporte e lazer, geração de emprego e renda, garantia dos direitos da criança e meio ambiente. Os projetos incentivados, mencionados nos quadros de indicadores sociais externos da Eletrobras Holding e das empresas Eletrobras a seguir, são aqueles que recebem incentivo fiscal previsto em leis específicas como a Lei Rouanet (projetos culturais) e a Lei de Incentivo ao Esporte (projetos esportivos).

Indicadores Sociais Externos – Eletrobras *Holding* (R$)			
Projetos Sociais	**2012**	**2011**	**Variação 2012x2011 (%)**
Educação	1.144.381,05	924.045,51	24%
Saúde e Infraestrutura	-	-	-
Geração de Renda e Trabalho	2.417.314,94	1.353.434,10	79%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	350.650,67	469.391,65	-25%
Meio Ambiente	-	65.996,78	-100%
Esporte e Lazer	246.096,20	1.216.672,42	-80%
Subtotal – Projetos Sociais	**4.158.442,86**	**4.026.540,46**	**3%**
Projetos Esportivos	**2012**	**2011**	**Variação 2012x2011 (%)**
Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	2.397.119,18	1.791.327,70	34%
Não Incentivados	27.186.049,29	29.943.894,76	-9%
Subtotal – Projetos Esportivos	**29.583.168,47**	**31.735.222,46**	**-7%**
Projetos Culturais e Institucionais	**2012**	**2011**	**Variação 2012x2011 (%)**
Patrocínios Culturais Incentivados	23.006.202,19	12.889.632,69	78%
Patrocínios Institucionais não incentivados	34.068.006,27	8.686.090,61	292%
Subtotal – Projetos Culturais e Institucionais	**57.074.208,46**	**21.575.723,30**	**165%**
Doações Filantrópicas	**2012**	**2011**	**Variação 2012x2011 (%)**
Recursos Financeiros	-	500.000,00	-100%
Subtotal – Doações Filantrópicas	-	500.000,00	-100%
Total de Investimentos	**90.815.819,79**	**57.837.486,22**	**57%**

Como principais projetos de Geração de Renda e Emprego, destacam-se os Centros Comunitários de Produção (CCP). Os CCPs são pequenos empreendimentos apoiados pela Eletrobras que objetivam demonstrar e incentivar o uso produtivo da energia elétrica no meio rural a partir da sua utilização em processos de beneficiamento, que agregam valor à produção agropecuária de uma comunidade. Nestas unidades implementadas em parcerias lideradas pela Eletrobras, a energia passa ser um insumo de produção e desempenha o seu papel de vetor de desenvolvimento do interior brasileiro. Como resultado da iniciativa comunitária, verifica-se o crescimento econômico do grupo envolvido, o fortalecimento das relações sociais entre os participantes do projeto.

São destaques a continuidade de ações vinculadas à 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres, assim como ações desenvolvidas internamente no âmbito da coleta seletiva solidária, e aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, aos quais a empresa também aderiu.

Indicadores Sociais Externos – Empresas Eletrobras (R$)			
Projetos Sociais	**2012**	**2011**	**Variação 2012x2011 (%)**
Educação	11.088.975,86	12.789.051,14	-13%
Saúde e Infraestrutura	38.588.489,51	35.106.759,65	10%
Geração de Renda e Trabalho	8.784.217,35	7.568.854,34	16%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	650.650,67	1.932.476,65	-66%
Meio Ambiente	2.991.348,43	2.576.373,91	16%
Esporte e Lazer	3.248.563,82	4.084.747,56	-20%
Subtotal – Projetos Sociais	**65.352.245,64**	**64.058.263,25**	**2%**
Projetos Esportivos	**2012**	**2011**	**Variação 2012x2011 (%)**
Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	2.933.119,18	1.926.327,70	52%
Não Incentivados	28.837.964,56	31.529.618,76	-9%
Subtotal – Projetos Esportivos	**31.771.083,74**	**33.455.946,46**	**-5%**
Projetos Culturais e Institucionais	**2012**	**2011**	**Variação 2012x2011 (%)**
Patrocínios Culturais Incentivados	38.838.980,19	26.381.062,27	47%
Patrocínios Institucionais não incentivados	51.273.871,95	23.997.842,84	114%
Subtotal – Projetos Culturais e Institucionais	**90.112.852,14**	**50.738.905,11**	**79%**
Doações Filantrópicas	**2012**	**2011**	**Variação 2012x2011 (%)**
Recursos Financeiros	6.180.392,70	3.003.630,00	106%
Subtotal – Doações Filantrópicas	**199.596.966,92**	**153.900.374,82**	**30%**
Total de Investimentos	**193.416.574,22**	**150.896.744,82**	**28%**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- **Ouvidoria**

Com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527, as Ouvidorias de todas as empresas Eletrobras implantaram e operacionalizaram o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Em 2012, foram recebidas nesse serviço 369 solicitações de informações em todas as empresas, das quais 349 foram respondidas e 29 estão em tramitação.

- **Política Integrada de Gestão de Pessoas das empresas Eletrobras**

A política de gestão de pessoas das empresas Eletrobras, criada em 2010, possui 16 diretrizes, que norteiam as ações e procedimentos de recursos humanos. Podemos destacar em 2012 as seguintes ações: Carreira, desempenho e meritocracia.

Empresas Eletrobras	Total
Holding	1.269*
Cepel	483
CGTEE	721
Chesf	5.589
Eletronorte	3.435
Eletronuclear	2.564
Eletrosul	1.546
Furnas	4.567
Itaipu Binacional (Brasil + Paraguai)	3.458
ED Acre	333
ED Alagoas	1.317
Amazonas Energia	2.279
ED Piauí	1.454
ED Rondônia	848
ED Roraima	288
Total	**30.151**

*O quantitativo de empregados, em 2012 na Eletrobras *Holding*, inclui 87 empregados reintegrados (lei 8.878/94).

- **Treinamento e Desenvolvimento**

A educação corporativa das empresas Eletrobras é composta pela Universidade das empresas Eletrobras (Unise) e quinze Unidades de educação corporativa, que correspondem a cada uma das empresas, inclusive a holding com a Eletropar. Em 2012, dando continuidade ao desenvolvimento das competências críticas estratégicas para as empresas Eletrobras, a Unise desenvolveu 33 ações educacionais, envolvendo 3.740 participações.

Em 2012, a Unise com o uso da educação mediada por tecnologia, vem conseguindo ampliar a participação no âmbito do Sistema, com redução no investimento, sem perder a qualidade no desenvolvimento das competências críticas, onde todas as ações convergem para o propósito maior de adicionar valor à empresa que visa ser líder global no mercado de energia limpa.

- **Relações Trabalhistas e Sindicais**

A representação do movimento sindical nas Empresas do Sistema Eletrobras conta com um total de 73 sindicatos, sendo que na mesa de negociação coletiva nacional esses sindicatos são representados por cinco Federações e sete sindicatos. A Federação Nacional dos Urbanitários – FNU, filiada a Central Única dos Trabalhadores/CUT representa 86% dos empregados das Empresas Eletrobras o restante dos 14% são representados pelos sindicatos filiados a Força Sindical. O Acordo Coletivo de Trabalho abrange 100% dos empregados das Empresas Eletrobras, e é negociado/celebrado anualmente.

12.2. Gestão Ambiental

As atividades de gestão ambiental desenvolvidas pela Eletrobras compreendem suporte técnico e institucional às atividades-fim desenvolvidas pela empresa e estão alinhadas com os objetivos estratégicos e metas corporativas.

- **Mudanças climáticas**

Em 2012, consoante com o Planejamento Estratégico da empresa, que elencou a intensificação da agenda associada ao tema mudanças climáticas como um dos principais desafios a serem enfrentados pela Eletrobras no período de 2010 a 2020, a Eletrobras publicou a sua Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, aprovada pela sua Diretoria Executiva (Resolução 506/2012 de 31.05.2012). A formalização de um compromisso de todas as empresas Eletrobras frente a este tema específico constitui um importante passo para que os objetivos corporativos estratégicos sejam atingidos. Além disso, é necessário divulgar à sociedade, aos investidores e demais stakeholders o nosso compromisso para a melhoria da qualidade de vida no país e no planeta, onde já se evidenciam os efeitos das Mudanças Climáticas.

Anualmente, desde 2009, a Eletrobras elabora e publica o seu Inventário de Gases de Efeito Estufa, seguindo a metodologia internacional (GHG Protocol e IPCC), buscando cobrir todos os escopos recomendados e aumentar o grau de confiabilidade das informações prestadas pelas 15 empresas que dele participam. No ano de 2011, as emissões diretas somaram cerca de 5 milhões de toneladas de Carbono equivalente, e as indiretas cerca de 3,6 milhões de t CO_2e.

Em 2012, esses valores foram 8,4 milhões de toneladas de carbono e 3,6 milhões de toneladas de carbono, respectivamente. Considerando que a quantidade de energia gerada em 2011 por todas as fontes de geração de energia elétrica utilizadas pelas empresas Eletrobras foi de 207.406.000 MWh, sendo quase 87% provenientes da hidroeletricidade, seu índice de emissão de GEE (também chamado de Intensidade de Carbono) se manteve estável, variando de 0,0469 tCO_2e/MWh para 0,0579 tCO_2e/MWh. Estes valores são considerados bastante baixos se comparados ao de outras corporações do mesmo setor e de porte equivalente no mundo. A energia gerada de cada empresa representa a geração por ativos próprios e a geração proporcional à participação das empresas Eletrobras em ativos que não são propriedade integral sua, incluindo as SPEs.

- **Biodiversidade**

As empresas Eletrobras desenvolvem ações de recuperação e conservação da biodiversidade em concordância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental da Eletrobras. Visando explorar racionalmente os recursos energéticos, mantendo o equilíbrio com o meio ambiente, os aspectos de engenharia e os aspectos socioambientais são considerados desde o planejamento até a operação dos empreendimentos, sempre atendendo aos princípios da sustentabilidade. Preconiza-se a manutenção de um processo sistemático e contínuo de melhoria nas práticas de gestão, pautado na conformidade com as políticas públicas, especialmente as relativas ao meio ambiente, recursos hídricos, energia e mudanças climáticas, assim como nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

- **Gerenciamento de resíduos sólidos**

Resíduos Sólidos Gerados	Quantidade (t/ano)
Total de resíduos Classe IIA gerados nas atividades administrativas (classificados pela NBR10004/04)	38,3560
Total de resíduos Classe IIB gerados nas atividades administrativas	60,0000

- **Principais riscos ambientais nos segmentos de atuação da Eletrobras**

Os principais riscos para o negócio da Eletrobras são os riscos físicos e os riscos regulatórios. Os primeiros são associados a eventos extremos – enchentes, secas, vendavais, alto nível ceráunico e outros – que notadamente vêm se intensificando nos últimos anos. A comunidade científica ainda discute se tal fenômeno é consequência do aumento do aquecimento global, mas há fortes indícios que o planeta enfrenta mudanças climáticas significativas, o que afeta os padrões conhecidos e estabelecidos como parâmetros para os projetos de engenharia e para a capacidade de geração e transmissão de energia elétrica.

A previsão das vazões nas bacias onde são instaladas usinas hidrelétricas é determinante para o cálculo da energia a ser gerada e posteriormente transmitida pelo SIN. Mesmo com algumas usinas termelétricas, aí incluídas as centrais nucleares de Angra, a Eletrobras concentra seu negócio em geração hidrelétrica e na transmissão da energia gerada. Assim, a empresa está exposta aos riscos decorrentes das mudanças climáticas. No ano de 2013, pretende-se contratar um estudo específico para verificação dos cenários de vulnerabilidade climática que podem afetar a Eletrobras.

Quanto ao risco regulatório, nos últimos anos, no que concerne ao licenciamento ambiental dos projetos sob sua responsabilidade direta (Belo Monte e Tapajós), a Eletrobras vem trabalhando em consonância com as normas do IBAMA, tendo ao longo da última década estabelecido um relacionamento de respeito e confiança com aquela instituição. Assim, mesmo para novos empreendimentos, não se prevê problemas nesta esfera de atuação.

13. Prêmios e Reconhecimentos

Entre as conquistas da Eletrobras em 2012 destaca-se o reconhecimento pelos seus públicos de relacionamento, o que se traduziu em diversos prêmios ao longo do ano. Pela sexta vez consecutiva, a Eletrobras integrou o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE) e, pelo quarto ano, foi considerada a empresa de maior prestígio no Brasil, no setor de energia, pelo anuário "Época Negócios 100".

Prestígio este que chegou ao exterior. A organização norte-americana Alliance to Save Energy concedeu à Eletrobras o Stars of Energy Efficiency Awards, na categoria internacional. Na Argentina, o trabalho "Eficiência Energética em Sistemas Fotovoltaicos para Eletrificação Rural e Isolada" foi premiado no II Congresso Latinoamericano de Distribuición Eléctrica.

As empresas de distribuição foram destaque no Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho. A Eletrobras Distribuição Roraima conquistou o primeiro lugar em "Educação e Desenvolvimento" e garantiu o segundo lugar em "Desenvolvimento Socioambiental", modalidade que também homenageou a Distribuição Acre. Já a Eletrobras Distribuição Alagoas foi a vencedora da categoria "Grande Empresa".

A gestão de pessoas esteve em alta no Prêmio Ser Humano 2012, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos. A Eletrobras figurou entre as cinco finalistas, na categoria "Setor Público", com o estudo de caso "Implantação de Políticas e Práticas Unificadas de Carreira e Remuneração".

A Eletrobras Eletrosul ganhou o Prêmio Brasil de Ação Ambiental, na categoria "Eficiência Energética", pelo Projeto Alto Uruguai. A iniciativa, realizada na Região Sul, trata da destinação adequada aos dejetos suínos, reduzindo o impacto ambiental e aproveitando a biomassa para geração alternativa de energia.

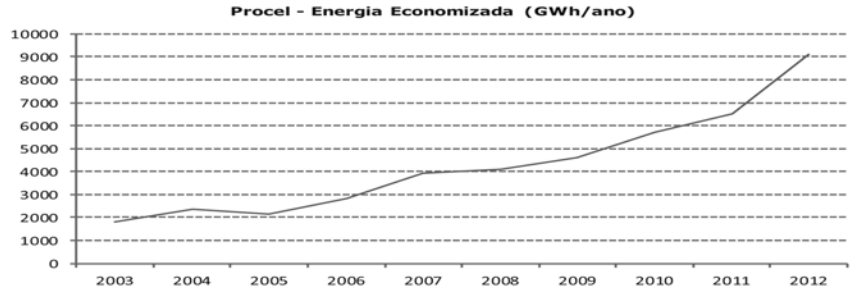
As boas práticas em desenvolvimento sustentável também colocaram a Eletrobras entre os finalistas do prêmio Green Project Awards Brasil, pelo trabalho nos Centros Comunitários de Produção (CCP).

14. Gestão de Fundos e Programas Setoriais de Governo

14.1. Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)

O Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel) é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e combater seu desperdício. A Eletrobras, na função de Secretaria Executiva do Procel, é responsável pelo planejamento e execução das ações do programa, fornecendo suporte técnico e financeiro.

Em 2012, com investimentos de cerca de R$ 28,4 milhões em projetos e custeio com infraestrutura e pessoal, excluídos os recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), já mencionados no subprograma Procel Reluz, o Procel contribuiu para uma economia de energia elétrica estimada em 9,1 mil GWh. Esse resultado é equivalente ao consumo anual de aproximadamente 4,8 milhões de residências, representando um investimento postergado no setor elétrico de mais de R$ 928 milhões, com base no custo marginal de expansão (CME).



- **Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz)**

O Programa PROCEL RELUZ de abrangência nacional, consiste, basicamente, na implementação de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública e sinalização semafórica através da substituição de lâmpadas incandescentes, mistas e a vapor de mercúrio por lâmpadas a vapor de sódio a alta pressão e vapor metálica, mais eficientes. No caso da sinalização semafórica, substitui-se as lâmpadas incandescentes por sistemas que utilizam diodos emissores de luz (LEDs), com maior vida útil e consumo de energia até 90% menor.

O Programa beneficiou 96 municípios em 2012, tornando eficientes 122.608 pontos o que resultou em uma economia de energia de 154 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 35,2 mil kW. Os investimentos no ano totalizaram R$ 58 milhões, cabendo à Eletrobras o financiamento de R$ 43,6 milhões.

14.2. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos)

No ano de 2012, foram realizadas 120.131 novas ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 3.022.529 ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a mais de 14,7 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Com relação às metas assumidas para o final de 2012, foram realizados 97% da meta global de 3.121.477 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os governos estaduais.

Em 2012, foi liberado R$ 0,85 bilhão, sendo R$ 0,65 bilhão originado de recursos da CDE e R$ 0,20 bilhão da RGR. Desde 2004, já foi liberado um montante de R$ 12,03 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R$ 14,32 bilhões, ou seja, 84% do total de recursos contratados.

14.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Até 31 de dezembro de 2012, um total de 120 novos empreendimentos, divididos em 60 PCH (1.159,24 MW), 41 eólicas (963,99 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW) foi adicionado à matriz elétrica brasileira, pelo PROINFA, totalizando 2.656,57 MW.

Fontes	Resultados da Contratação		Total de empreendimentos em operação até 31/12/2012	
	Empreendimentos*	Potência (MW)	Empreendimentos	Potência (MW)
PCH	63	1.191,24	60	1.159,24
Eólica	54	1.422,92	41	963,99
Biomassa	27	685,24	19	533,34
Total	**144**	**3.299,40**	**120**	**2.656,57**

* Do total de 24 empreendimentos restantes para entrar em operação comercial no âmbito do PROINFA, 12 usinas encontram-se com processos administrativos de rescisão concluídos ou em andamento, 02 têm data prevista de início de operação comercial após 30/12/2011 e 10 empreendimentos encontram-se em avaliação.

14.4. Reserva Global de Reversão (RGR)

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobras aplicou, no exercício financeiro de 2012, o montante de R$ 958 milhões, dos quais R$ 885 milhões referentes a financiamentos.

14.5. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Em 2012 foi liberado, a título de subvenção, R$ 2.563 milhões, sendo R$ 1.911 milhão para Baixa Renda, atendendo a diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica e R$ 652 milhões para o Programa Luz para Todos. Abaixo demonstramos a movimentação financeira da CDE em 2012.

14.6. Conta de Consumo de Combustível (CCC)

No decorrer de 2012, foram arrecadados, por meio das quotas mensais das empresas distribuidoras, transmissoras e permissionárias, R$ 4.837 milhões, que, com o acréscimo de cerca de R$ 391 milhões, provenientes de multas, parcelamentos, aplicações e outros, permitiram repasses da ordem de R$ 5.447 milhões, sendo R$ 159 milhões para as sub-rogações e o restante para cobertura dos demais custos de geração de energia elétrica.

15. Auditores Independentes

Empresas Eletrobras	Auditor Independente
Holding	PricewaterhouseCoopers
CGTEE	PricewaterhouseCoopers
Chesf	PricewaterhouseCoopers
Eletronorte	PricewaterhouseCoopers
Eletronuclear	PricewaterhouseCoopers
Eletropar	PricewaterhouseCoopers
Eletrosul	PricewaterhouseCoopers
Furnas	PricewaterhouseCoopers
ED Acre	PricewaterhouseCoopers
ED Alagoas	PricewaterhouseCoopers
Amazonas Energia	PricewaterhouseCoopers
ED Piauí	PricewaterhouseCoopers
ED Rondônia	PricewaterhouseCoopers
ED Roraima	PricewaterhouseCoopers
Itaipu Binacional	UHY Moreira Auditores
Memória da Eletricidade	Auditasse S/S

Em cumprimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/03, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, os auditores independentes da Companhia exerceram tão somente os serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

Remuneração (Honorários e Serviços) Relacionada à Auditoria		
Auditor Independente	2012	2011
PricewaterhouseCoopers	9.356,3	8.968,5
UHY Moreira Auditores (US$ mil)	146,7	146,7
Auditasse S/S	8,9	8,3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

16. Anexos

16.1. Balanço Social – Informações de Natureza Ambiental e Social

(Valores expressos em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	213.695	152.580	4.716.416	3.619.082
- Empregados	183.517	113.611	4.653.216	3.560.225
- Administradores	4.161	2.857	153.925	22.746
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	16,65	15,35		
- Administradores	1,42	0,00		
b. Benefícios Concedidos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Encargos sociais	54.988	58.524	1.267.774	1.061.237
Alimentação	16.099	16.966	327.949	284.271
Transporte	855	834	41.353	20.602
Previdência privada	28.292	22.719	275.780	247.163
Saúde	19.312	13.585	437.469	323.727
Segurança e medicina do trabalho	5.342	5.758	43.365	37.086
Educação ou auxílio-creche	2.396	2.317	55.357	36.586
Cultura	0	0	2.332	2.076
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.249	6.497	64.498	67.540
Outros	0	0	0	0
Participação nos lucros ou resultados	40.000	37.800	435.770	419.251
Total	**172.533**	**165.000**	**2.951.648**	**2.499.539**
c. Composição do Corpo Funcional	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Nº de empregados no final do exercício	1.182	1.212	28.078	24.884
Nº de admissões	4	77	681	1.104
Nº de demissões	32	47	948	987
Nº de estagiários no final do exercício	220	214	2.145	1.866
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	18	10	636	507
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	801	768	12.915	8.248
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	773	797	22.695	20.193
- Feminino	409	415	5.383	4.691
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	368	414	6.586	6.007
- De 36 a 60 anos	718	721	19.177	17.183
- Acima de 60 anos	96	77	2.315	1.693
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	1	0
- Com ensino fundamental	55	50	3.035	2.716
- Com ensino médio	189	200	5.181	4.438
- Com ensino técnico	0	0	7.097	6.569
- Com ensino superior	515	543	9.296	8.126
- Pós-graduados	423	419	3.514	2.942
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	75,00	74,00		
- Feminino	25,00	26,00		
d. Contingências e passivos trabalhistas	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	456	309	6.517	5.060
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	28	31	931	714
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	32	30	518	365
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	1.974	7.293	258.006	84.722
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a comunidade	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Totais dos investimentos em:				
Educação	1.468	924	39.830	18.422
Cultura	57.110	21.576	90.212	56.869
Saúde e infraestrutura	0	0	102.138	81.404
Esporte e lazer	29.829	32.952	32.781	35.243
Alimentação	0	0	6.576	3.487
Geração de trabalho e renda	2.417	1.353	15.899	8.614
Reassentamento de famílias	0	0	0	0
Outros	0	0	152.278	13.294
Total dos investimentos	**90.816**	**56.805**	**439.714**	**217.333**
Tributos (excluídos encargos sociais)	214.405	425.941	2.692.128	3.837.342
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	0	0	1.201.519	611.204
Total de Relacionamento com a Comunidade	**305.221**	**482.746**	**4.333.361**	**4.665.879**
2.2. Interação com os fornecedores	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	0	0		
III. Interação com o Meio Ambiente				
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	0	0	155.470	135.245
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	0	0	114.372	58.591
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	8	34	1.470	735
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	0	0	4.283	2.522
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	0	0	33.733	30.645
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0	0	12	7
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0	0	2.000	153
Passivos e contingências ambientais	0	0	8.522	1.240
Total de Interação com o Meio Ambiente	**0**	**34**	**319.902**	**229.138**
IV. Outras Informações				
Receita Operacional Líquida (ROL)	2.631.551	2.606.807	34.064.477	25.865.267
Resultado Operacional (RO)	1.296.376	1.871.631	(7.962.243)	4.493.807

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Presidente

JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA
JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO
WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA
BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA
MAURÍCIO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO
MARCELO GASPARINO DA SILVA
THADEU FIGUEIREDO ROCHA

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO
Presidente

MIGUEL COLASUONNO
ARMANDO CASADO DE ARAÚJO
VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA
JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES

CONSELHO FISCAL

DANILO DE JESUS VIEIRA FURTADO
Presidente

CHARLES CARVALHO GUEDES
JARBAS RAIMUNDO DE ALDANO MATOS
MANUEL JEREMIAS LEITE CALDAS
FERNANDO PESSOA LOPES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 31 DE DEZEMBRO 2011

(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	NOTA	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	5	935.627	1.396.729	4.429.375	4.959.787
Caixa restrito	5	3.509.323	3.8/34.638	3.509.323	3.834.638
Titulos e valores mobiliários	6	4.378.184	8.499.178	6.622.611	11.252.504
Clientes	7	477.104	579.433	4.496.963	4.352.024
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	-	310.960	579.295	2.087.949
Financiamentos e empréstimos	9	4.044.496	3.848.043	1.976.191	2.082.054
Conta de Consumo de Combustivel - CCC		1.240.811	1.184.936	1.240.811	1.184.936
Remuneração de participações societárias	10	195.304	633.832	118.790	197.863
Tributos a recuperar	11	886.553	857.639	1.391.882	1.104.322
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	1.088.491	736.588	1.418.252	843.022
Direito de ressarcimento	12	-	-	7.115.200	3.083.157
Almoxarifado		936	729	454.635	358.724
Estoque de combustivel nuclear	13	-	-	360.751	388.663
Indenizações - Lei 12.783/2013	8	-	-	8.882.836	-
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	252.620	195.536
Outros		89.866	300.188	1.493.009	1.607.493
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**16.846.695**	**21.382.893**	**44.342.544**	**36.662.672**
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direito de ressarcimento	12	-	-	901.029	500.333
Financiamentos e empréstimos	9	25.166.460	23.878.099	7.747.286	7.651.336
Clientes	7	-	-	1.482.946	1.478.994
Titulos e valores mobiliários	6	395.701	379.707	404.337	398.358
Estoque de combustivel nuclear	13	-	-	481.495	435.633
Tributos a recuperar	11	-	-	1.934.820	2.430.761
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	1.754.333	2.844.513	4.996.806	3.343.525
Cauções e depósitos vinculados		803.130	715.189	2.829.912	2.316.324
Conta de Consumo de Combustivel - CCC		521.097	727.136	521.097	727.136
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	2.815.520	1.724.009	44.834.877	46.149.379
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	223.099	185.031
Adiantamentos para futuro aumento de Capital	14	2.730.178	5.673.361	4.000	4.000
Indenizações - Lei 12.783/2013	8	-	-	5.554.436	-
Outros		560.078	282.399	830.753	701.763
		34.746.497	**35.424.413**	**72.746.893**	**66.322.573**
INVESTIMENTOS	15	50.266.910	55.661.889	5.398.299	5.510.192
IMOBILIZADO	16	117.293	112.397	47.407.102	53.214.861
INTANGÍVEL	18	-	48.150	2.300.740	2.371.367
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**85.130.700**	**91.246.849**	**127.853.034**	**127.418.993**
TOTAL DO ATIVO		**101.977.395**	**112.629.742**	**172.195.578**	**164.081.665**

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	625.877	488.120	4.447.175	4.005.326
Debêntures	23	-	-	316.899	739.237
Passivo financeiro	17	787.115	-	52.862	-
Empréstimo compulsório	24	12.298	15.620	12.298	15.620
Fornecedores	20	467.804	384.676	7.490.802	6.338.102
Adiantamento de clientes	21	424.309	368.943	469.892	413.041
Tributos a recolher	26	17.666	40.190	886.312	815.236
Imposto de Renda e Contribuição Social		213.384	-	370.704	217.285
Conta de Consumo de Combustivel - CCC	25	1.369.201	3.079.796	1.369.201	3.079.796
Remuneração aos acionistas	28	3.951.333	4.323.713	3.977.667	4.373.773
Créditos do Tesouro Nacional	29	131.047	109.050	131.047	109.050
Obrigações estimadas		9.772	21.128	1.444.992	802.864
Obrigações de Ressarcimento	12	650.185	710.308	5.988.698	1.955.966
Benefício pós-emprego	30	9.957	4.375	118.553	451.801
Provisões para contingências	31	-	-	267.940	240.190
Encargos Setoriais	27	-	-	1.308.152	1.218.768
Arrendamento mercantil	22	-	-	162.929	142.997
Concessões a pagar - Uso do bem Público	33	-	-	40.131	35.233
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	185.031	269.718
Outros		184.945	90.077	1.808.362	900.806
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**8.854.893**	**9.635.996**	**30.849.647**	**26.124.809**
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	18.012.551	17.806.158	45.204.025	38.408.352
Créditos do Tesouro Nacional	29	37.072	155.676	37.072	155.676
Debêntures	23	-	-	409.228	279.410
Adiantamento de clientes	21	-	-	830.234	879.452
Empréstimo compulsório	24	321.894	211.554	321.894	211.554
Obrigação para desmobilização de ativos	32	-	-	988.490	408.712
Provisões operacionais		1.005.908	843.029	1.005.908	843.029
Conta de Consumo de Combustivel - CCC	25	2.401.069	954.013	2.401.069	954.013
Provisões para contingências	31	1.194.704	1.446.397	5.288.394	4.652.176
Benefício pós-emprego	30	644.512	161.408	4.628.570	2.256.132
Provisão para passivo a descoberto em controladas	15	1.501.887	472.148	-	-
Contratos onerosos	35	-	96.204	4.905.524	96.204
Obrigações de ressarcimento	12	-	-	1.801.059	1.475.262
Arrendamento mercantil	22	-	-	1.860.104	1.775.544
Remuneração aos acionistas	28	-	3.143.222	-	3.143.222
Concessões a pagar - Uso do bem Público	33	-	-	1.577.908	1.534.532
Adiantamentos para futuro aumento de capital	34	161.308	148.695	161.308	148.695
Instrumentos financeiros derivativos	44	68.153	-	291.252	197.965
Encargos Setoriais	27	-	-	428.501	385.724
Tributos a recolher	26	-	-	635.269	773.500
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	335.427	383.682	779.615	1.129.022
Outros		354.072	328.054	509.914	1.046.362
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**26.038.557**	**26.150.240**	**74.065.339**	**60.754.538**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	37	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	37	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de lucros	37	10.836.414	18.571.011	10.836.414	18.571.011
Ajustes de avaliação patrimonial		208.672	220.915	208.672	220.915
Dividendo Adicional Proposto		433.962	706.018	433.962	706.018
Outros resultados abrangentes acumulados		(1.748.776)	(8.111)	(1.748.776)	(8.111)
Participação de acionistas não controladores		-	-	196.648	358.812
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**67.083.945**	**76.843.506**	**67.280.593**	**77.202.318**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**101.977.395**	**112.629.742**	**172.195.578**	**164.081.665**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NOTA	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39	**2.631.551**	**2.606.807**	**34.064.477**	**29.211.486**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	41	482.169	470.269	8.439.302	7.670.716
Energia comprada para revenda	42	2.408.742	1.944.449	4.573.673	3.386.289
Encargos sobre uso da rede elétrica	42	-	-	1.763.953	1.420.934
Construção - Distribuição		-	-	1.345.519	711.740
Construção - Transmissão		-	-	3.681.603	3.567.868
Combustivel para produção de energia elétrica		-	-	708.711	162.673
Remuneração e ressarcimento		-	-	1.651.724	1.328.994
Depreciação		6.279	6.392	1.658.161	1.549.988
Amortização		-	-	117.053	173.897
Doações e contribuições		289.954	207.196	380.101	289.964
Provisões operacionais	43	764.387	936.390	5.326.991	2.848.749
Resultado a compensar de Itaipu		-	-	491.859	655.290
Outras		637.787	276.602	2.257.666	1.622.800
		4.589.319	**3.841.298**	**32.396.316**	**25.389.902**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(1.957.767)**	**(1.234.491)**	**1.668.161**	**3.821.584**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras					
Receitas de juros, comissões e taxas		1.955.486	1.795.324	767.534	757.450
Receita de aplicações financeiras		1.276.021	1.166.300	1.731.870	1.664.517
Acréscimo moratório sobre energia elétrica		19.982	35.614	230.597	359.208
Atualizações monetárias		947.094	1.015.752	858.049	652.949
Variações cambiais		576.599	749.167	421.813	669.731
Remuneração das Indenizações - Lei 12.783/13		-	-	326.379	-
Outras receitas financeiras		-	17.520	-	-
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas		(915.199)	(682.668)	(2.333.643)	(1.708.670)
Encargos de arrendamento mercantil		-	-	(412.152)	(350.861)
Encargos sobre recursos de acionistas		(493.149)	(990.887)	(572.322)	(1.178.989)
Outras despesas financeiras		(112.690)	-	(384.816)	(630.882)
		3.254.144	**3.106.122**	**632.509**	**234.453**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		1.296.376	1.871.631	2.300.670	4.056.037
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	40	(7.531.378)	2.049.302	468.584	482.785
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/2013		**(6.235.002)**	**3.920.933**	**2.769.254**	**4.538.822**
Efeitos - Lei 12.783/2013	2	-	-	(10.085.380)	-
RESULTADO OPERACIONAL APÓS DA LEI 12.783/2013		**(6.235.002)**	**3.920.933**	**(7.316.126)**	**4.538.822**
Imposto de renda	26	(472.203)	(136.081)	244.688	(474.994)
Contribuição social sobre o lucro liquido	26	(171.711)	(52.287)	145.786	(301.809)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(6.878.916)**	**3.732.565**	**(6.925.652)**	**3.762.019**
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES		(6.878.916)	3.732.565	(6.878.915)	3.732.565
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES		-	-	(46.737)	29.454

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(em milhares de Reais)

Participação no resultado abrangente das subsidiárias	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuizo) liquido do exercicio	**(6.878.916)**	**3.732.565**	**(6.925.653)**	**3.762.018**
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajustes acumulados de conversão	11.780	15.878	11.780	15.878
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(520.677)	(280.256)	(2.370.677)	(280.256)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(197.844)	152.385	(240.662)	152.385
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(1.930.636)	(472.745)	(37.818)	(472.745)
IR / CSSL diferidos	896.712	198.813	896.712	198.813
Outros componentes do resultado abrangente do exercicio	**(1.740.665)**	**(385.926)**	**(1.740.665)**	**(385.926)**
Total do resultado abrangente do exercicio	**(8.619.581)**	**3.346.639**	**(8.666.318)**	**3.376.092**
Parcela atribuida aos controladores			**(8.619.581)**	**3.346.639**
Parcela atribuida aos não controladores			**(46.736)**	**29.453**
			(8.666.318)	**3.376.092**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS - LEGAL	RESERVAS DE LUCROS - ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS ADICIONAIS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em 01 de janeiro de 2011	**26.156.567**	**26.048.342**	**2.046.388**	**14.758.463**	**753.201**	**163.335**	**-**	**377.817**	**70.304.114**	**226.296**	**70.530.410**
Integralização de capital	5.148.764								5.148.764	103.062	5.251.826
Dividendos Adicionais				(213.862)	(753.280)				(967.061)		(967.061)
Ajustes acumulados de conversão								15.878	15.878		15.878
Ajuste Beneficio pós-emprego								(280.256)	(280.256)		(280.256)
Valor justo de instrumentos financeiros disponiveis para venda								152.385	152.385		152.385
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes								198.812	198.812		198.812
Ajuste de Controladas / Coligadas						78.004		(472.746)	(394.742)		(394.742)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial						(20.424)	20.424		-		-
Lucro (prejuizo) liquido do exercicio							3.732.565		3.732.565	29.453	3.762.020
Constituição de reservas			186.629	1.793.393			(1.980.021)		-		-
Dividendos propostos							(1.066.950)		(1.066.955)		(1.066.955)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO					706.018		(706.018)		-		-
Em 31 de dezembro de 2011	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**16.337.994**	**706.018**	**220.915**	**-**	**(8.111)**	**76.843.506**	**358.811**	**77.202.318**
Dividendos Adicionais					(706.018)				(706.018)		(706.018)
Ajustes acumulados de conversão								11.780	11.780		11.780
Ajuste Beneficio pós-emprego								(520.677)	(520.677)		(520.677)
Valor justo de instrumentos financeiros disponiveis para venda								(197.844)	(197.844)		(197.844)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes								896.712	896.712		896.712
Ajuste de Controladas / Coligadas								(1.930.636)	(1.930.636)	(115.426)	(2.046.062)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial						(12.243)	12.243		-		-
Realização de reservas				(855.681)			855.681		-		-
Lucro (prejuizo) liquido do exercicio							(6.878.916)		(6.878.916)	(46.737)	(6.925.653)
Dividendos propostos							(433.962)		(433.962)		(433.962)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO					433.962		(433.962)		-		-
Absorção de prejuizos				(6.878.916)			6.878.916		-		-
Em 31 de dezembro de 2012	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**8.603.397**	**433.962**	**208.672**	**-**	**(1.748.776)**	**67.083.945**	**196.648**	**67.280.593**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2012	CONTROLADORA 31/12/2011	CONSOLIDADO 31/12/2012	CONSOLIDADO 31/12/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(6.235.002)**	**3.920.933**	**(7.316.126)**	**4.538.822**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização		6.279	6.392	1.775.214	1.723.958
Variações monetárias/cambiais liquidas		(1.267.800)	(1.473.265)	(1.166.958)	(1.029.289)
Encargos financeiros		(1.408.027)	(1.465.225)	526.646	774.140
Receita de ativo financeiro	39	-	-	(3.148.842)	(2.774.166)
Resultado da equivalência patrimonial	40	7.531.378	(2.049.302)	(468.584)	(482.785)
Efeitos da Lei 12.783/2013	2	-	-	10.085.380	-
Provisão para passivo a descoberto	43	1.011.968	294.375	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43	(137.495)	297.131	724.731	808.487
Provisão para contingências	43	(251.693)	155.830	564.909	677.998
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos / contrato oneroso	43	-	-	2.666.809	434.538
Provisão para plano de beneficio pós emprego	43	-	-	438.328	172.246
Provisão para perda com investimentos	43	162.878	91.989	187.741	91.989
Encargos da reserva global de reversão		367.741	351.997	367.741	403.903
Ajuste a valor presente / valor de mercado		(179.130)	(17.658)	(157.364)	7.954
Participação minoritária no resultado		-	-	70.814	(44.627)
Encargos sobre recursos de acionistas		493.149	990.887	572.322	1.178.989
Baixa de ativos		-	-	126.979	-
Instrumentos financeiros - derivativos		-	-	(143.117)	124.770
Outras		223.460	(71.809)	690.821	171.490
		6.552.707	(2.888.657)	13.713.570	2.239.594
(Acréscimos) / decréscimos nos ativos operacionais					
Contas a receber		204.609	(25.234)	(46.612)	(219.230)
Titulos e valores mobiliários		4.105.000	(2.305.368)	4.623.914	(4.106.884)
Direito de ressarcimento		-	-	(4.432.739)	(1.507.652)
Almoxarifado		(207)	(122)	(95.911)	214.603
Estoque de combustivel nuclear		-	-	(17.950)	(2.367)
Ativo financeiro - concessões de serviço público		(434.334)	(946.673)	(434.334)	(946.673)
Outros		(144.160)	50.788	(91.309)	251.503
		3.730.908	(3.226.609)	(494.941)	(6.316.700)
Acréscimos / (decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(24.465)	18.711	1.045.106	1.172.337
Adiantamento de clientes		-	-	(47.733)	(44.466)
Arrendamento mercantil		-	-	(113.374)	103.509
Obrigações estimadas		11.355	(7.855)	653.483	30.793
Obrigações de ressarcimento		-	-	4.418.652	1.629.649
Encargos setoriais		-	-	132.161	317.452
Outros		52.736	(201.527)	302.958	111.938
		39.626	(190.671)	6.391.254	3.321.212
Caixa proveniente das atividades operacionais		**4.088.240**	**(2.385.003)**	**12.293.757**	**3.782.929**
Pagamento de encargos financeiros		(543.052)	(287.913)	(1.812.722)	(1.368.244)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão		(257.580)	(259.846)	(257.580)	(465.318)
Recebimento de receita anual permitida		-	-	3.744.154	2.315.642
Recebimento de encargos financeiros		1.846.360	1.706.231	723.815	739.709
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(403.549)	(512.383)	(1.010.379)	(1.132.758)
Recebimento de remuneração de investimentos em partipações societárias		2.189.201	1.773.762	636.719	689.370
Depósitos judiciais		(43.726)	(25.023)	(491.175)	(274.462)
Caixa liquido das atividades operacionais		**6.875.894**	**9.824**	**13.826.590**	**4.286.867**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo		757	3.036.226	7.623.386	7.273.908
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(1.570.899)	(1.079.661)	(4.156.422)	(2.258.040)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(4.953.887)	(4.040.549)	(5.032.645)	(4.062.839)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal		-	-	(110.745)	(92.375)
Empréstimo compulsório e reserva global de reversão		885.457	1.376.452	885.457	1.376.452
Outros		-	-	(110.622)	119.755
Caixa liquido das atividades de financimento		**(5.638.571)**	**(707.533)**	**(901.590)**	**2.356.861**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Concessão de empréstimos e financiamentos		(2.535.779)	(3.472.118)	(536.879)	(347.796)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		2.740.085	2.137.031	1.834.949	1.123.886
Créditos de energia renegociados recebidos		-	-	313.865	277.728
Aquisição de ativo imobilizado	16	(9.248)	(15.024)	(10.386.236)	(8.017.773)
Aquisição de ativo intangível	18	-	-	(144.768)	(139.612)
Aquisição de ativos de concessão		-	-	(4.918.121)	(3.411.497)
Aquisição / aporte de capital em participações societárias		(208.708)	(216.330)	-	-
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		(1.684.775)	(1.937.824)	-	-
Outros		-	-	381.778	(389.045)
Caixa liquido das atividades de investimento		**(1.698.425)**	**(3.504.265)**	**(13.455.412)**	**(10.904.110)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(461.103)**	**(4.201.974)**	**(530.412)**	**(4.260.382)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercicio	5	1.396.729	5.598.702	4.959.787	9.220.169
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercicio	5	935.627	1.396.729	4.429.375	4.959.787
		(461.102)	(4.201.973)	(530.412)	(4.260.382)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 2012	CONTROLADORA 2011	CONSOLIDADO 2012	CONSOLIDADO 2011
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.780.499	2.763.701	39.538.861	33.061.356
Não operacionais	-	-	44.766	1.187.135
	2.780.499	2.763.701	39.583.627	34.248.491
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(765.131)	(352.358)	(25.930.890)	(11.442.512)
Encargos setoriais	-	-	(1.797.922)	(1.712.669)
Energia comprada para revenda	(2.408.742)	(1.944.449)	(4.573.673)	(3.386.289)
Combustivel para produção de energia elétrica	-	-	(708.711)	(162.673)
Provisões operacionais	(764.387)	(936.390)	(3.441.106)	(2.848.749)
	(3.938.261)	(3.233.197)	(36.452.302)	(19.552.892)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.157.761)	(469.496)	3.131.324	14.695.599
4 - RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(6.279)	(6.392)	(1.775.214)	(1.723.885)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(1.164.040)	(475.888)	1.356.111	12.971.714
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	(7.531.378)	2.049.302	468.584	482.785
Receitas financeiras	4.775.182	4.779.677	4.335.442	4.262.326
	(2.756.195)	6.828.979	4.804.026	4.745.111
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(3.920.236)	6.353.091	6.160.136	17.716.825
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal , encargos e honorários	326.533	366.893	5.422.099	5.346.029
. Plano de aposentadoria e pensão	28.292	27.620	294.669	204.832
	354.825	394.513	5.716.768	5.550.861
TRIBUTOS				
. Impostos, taxas e contribuições	792.862	345.262	3.285.987	4.086.108
	792.862	345.262	3.285.987	4.086.108
TERCEIROS				
. Encargos financeiros e aluguéis	1.521.039	1.673.555	3.702.933	4.027.873
. Doações e contribuições	289.954	207.196	380.101	289.964
	1.810.993	1.880.751	4.083.034	4.317.837
ACIONISTAS				
. Dividendos e juros sobre capital próprio	433.962	360.933	433.962	360.933
. Participação de acionistas não controladores	-	-	(46.737)	29.454
. Lucros retidos ou prejuizo do exercicio	(7.312.878)	3.371.632	(7.312.878)	3.371.632
	(6.878.916)	3.732.565	(6.925.653)	3.762.019
	(3.920.236)	6.353.091	6.160.137	17.716.825

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(*CONTROLADORA E CONSOLIDADO*)

(em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na Securities and Exchange Commission – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) – Brasil, Madri (LATIBEX) – Espanha e Nova York (NYSE) – Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

- Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;
- Eletrosul Centrais Elétricas S.A.;
- Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR; e
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE.

Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de cinco empresas distribuidoras de energia elétrica:

- Boa Vista Energia;
- Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE;
- Centrais Elétricas de Rondônia – CERON;
- Companhia Energética de Alagoas – CEAL; e
- Companhia Energética do Piauí – CEPISA

A Companhia ainda detém o controle acionário da Amazonas Energia – AME, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição e da Eletrobras Participações S.A – Eletropar. Detém participação acionária da Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A. e da Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC.

A Companhia é controladora ou participa de forma minoritária em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de forma direta ou por meio de suas controladas. (Nota 15)

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Proinfa.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de março de 2013.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I - Geração de Energia Elétrica

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) não auditado	Ano de Vencimento não auditado
UHE Paulo Afonso II	BA	443	2042
UHE Paulo Afonso III	BA	794	2042
UHE Paulo Afonso IV	BA	2.462	2042
UHE Apolônio Sales	BA	400	2042
UHE Luiz Gonzaga	BA	1.480	2042
UHE Xingó	AL / SE	3.162	2042
UHE Sobradinho	BA / PE	1.050	2022
UHE Belo Monte	PA	11.233	2045
UHE Tucuruí	PA	8.535	2024
UHE Mauá	PR	363	2042
UHE Jirau	RO	3.750	2043
UTE Presidente Médici – Candiota I e II	RS	446	2015
UTE Candiota III	RS	350	2041
UTE Mauá	AM	738	Indeterminado
UTE Santa Cruz	RJ	932	2042
UHE Furnas	MG	1.216	2042
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	SP / MG	1.050	2042
UHE Marimbondo	SP / MG	1.440	2042
UHE Mascarenhas de Moraes	MG	476	2023
UHE Itumbiara	MG / GO	2.082	2020
UHE Corumbá I	GO	375	2042
UHE Serra da Mesa	GO	1.275	2038
UHE Peixe Angical	TO	452	2036
UHE Foz do Chapecó	RS	855	2036
UTN Angra I	RJ	640	Indeterminado
UTN Angra II	RJ	1.350	Indeterminado
UTN Angra III	RJ	1.405	Indeterminado
UHE Santo Antônio	RO	3.150	2043
Outras	Diversas	15.633	-

A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

a) existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, estão dimensionados;

b) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva; e

c) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseado na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

II - Transmissão de Energia Elétrica

Concessões/Permissões	Localização	Extensão (km) Não auditado	Ano de Vencimento Não auditado
LT 230 kV – SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	MA/TO/PI	95	2039
LT Coxipó-Cuiabá-Rondonópolis (MT), 230 Kv	MT	193	2034
LT Colinas, Miracema,gurupi, Peixe Nova da Serra 2 (TO/GO) em 500 kV	TO/GO	695	2036
LT Jauru-Juba-C2 (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), 230 kV, 30/138 kV	MT	402	2042
LT Oriximiná - Itacoatiara -Cariri (PA/AM), em 500kV	PA/AM	586	2038
LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara (SP), 600kv	RO/SP	2375	2039
LT Porto Velho - Samuel Ariquemes - Ji-Paraná -Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com , 230 kV	RO/MT	987	2039
LT Porto Velho - Abunã (RO) - Rio Branco (AC),230 kV	RO/AC	487	2039
LT Jaurú - Cuiabá (MT), e SE Jaurú,com 500 kV	MT/SE	348	2039
LT 525 kV Campos Novos/Biguaçu/Blumenau	SC	359	2035
LT 525 kV Itá/Nova Santa Rita	SC, RS	314,8	2042
LT 525 kV Caxias/Itá	RS, SC	256	2042
LT 525 kV Areia/Curitiba I	PR	235,2	2042
LT 525 kV Areia/Bateias	PR	220,3	2042
LT 525 kV Campos Novos/Caxias	SC, RS	203,3	2042
LT 525 kV Itá/Salto Santiago	SC, PR	186,8	2042
LT 525 kV Areia/Campos Novos	PR, SC	176,3	2042
LT 525 kV Areia/Ivaiporã	PR	173,2	2042
LT 525 kV Ivaiporã/Salto Santiago	PR	167	2042
LT 525 kV Blumenau/Curitiba	SC, PR	136,3	2042
LT 525 kV Ivaiporã/Londrina	PR	121,9	2042
Outras LT de 525 kV	-	395,4	2042
LT 230 kV Presidente Médice/Santa Cruz 1	RS	237,4	2038
LT 230 kV Dourados/Guaíra	MS, PR	226,5	2042
LT 230 kV Monte Claro/Passo Fundo	RS	211,5	2042
LT 230 kV Anastácio/Dourados	MS	210,9	2042
LT 230 kV Passo Fundo/Nova Prata 2	RS	199,1	2042
LT 230 kV Areia/Ponta Grossa	PR	181,6	2042
LT 230 kV Campo Mourão/Salto Osório 2	PR	181,3	2042
LT 230 kV Campo Mourão/Salto Osório 1	PR	181,2	2042
LT 230 kV Salto Osório/Xanxerê	PR, SC	162	2042
LT 230 kV Areia/Salto Osório 1	PR	160,5	2042
LT 230 kV Areia/Salto Osório 2	PR	160,3	2042
LT 230 kV Londrina/Assis 1	PR, SP	156,6	2042
LT 230 kV Blumenau/Palhoça	SC	133,9	2042
LT 230 kV Biguaçu/Blumenau 2	SC	129,5	2042
LT 230 kV Areia/São Mateus do Sul	PR	129	2042
LT 230 kV Cascavel/Guaíra	PR	126,2	2042
LT 230 kV Lageado Grande/Siderópolis	RS, SC	121,9	2042
LT 230 kV Jorge Lacerda "B"/Palhoça	SC	121,3	2042
LT 230 kV Curitiba/São Mateus do Sul	PR	116,7	2042
LT 230 kV Blumenau/Jorge Lacerda "B"	SC	116,4	2042
LT 230 kV Campo Mourão/Apucarana	PR	114,5	2042
LT 230 kV Assis/Londrina	SP, PR	114,3	2042
LT 230 kV Atlântida 2/Gravataí 3	RS	102	2042
Outras LT de 230 kV	-	1556	2042
LT 138 kV Jupiá/Mimoso 1	SP, MS	218,7	2042
LT 138 kV Jupiá/Mimoso 3	SP, MS	218,7	2042
LT 138 kV Jupiá/Mimoso 4	SP, MS	218,7	2042
LT 138 kV Jorge Lacerda "A"/Palhoça 1	SC	108,6	2042
LT 138 kV Campo Grande/Mimoso 1	MS	108,3	2042
LT 138 kV Campo Grande/Mimoso 3	MS	108,3	2042
LT 138 kV Campo Grande/Mimoso 4	MS	108,3	2042
LT 138 kV Dourados das Nações/Ivinhema	MS	94,7	2042
Outras LT de 138 kV	-	657	2042
LT 132 kV Conversora de frequência de Uruguaiana/Paso de Los Libres	RS	12,5	2042
LT 69 kV Salto Osório/Salto Santiago	PR	56,2	2042
LT 345 kV Furnas – Pimenta II	MG	66	2035
LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade; LT 500/230 kV – 1200 MVA Subestação Trindade	GO	193	2040
LT 230 kV Trindade – Xavantes	GO	37	2040
LT 230 kV Trindade – Carajás	GO	29	2040
LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2; LT 500/±600 kV – 3.150 MW, Subestação Estação retificadora 2 CA/CC e LT ±600/500 kV – 2.950 MW, Subestação Estação Inversora 02 CC/CA	RO	2375	2038
LT 500 kV Mesquita – Viana 2 ; LT 500/345kV 900 MVA – Viana 2	MG / ES	248	2040
LT 345 kV Viana 2 – Viana	MG / ES	10	2040
2 LT 138 kV Unidade Geradora – Sistema Interligado Nacional; LT 138 kV, Subestação Elevadora		33	2035
LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia; LT 230 kV, Subestação Serra da Mesa	TO	105	2042
LT 230 kV Niquelândia – Barro Alto; LT 230 kV, Subestação Niquelândia e LT 230 kV, Subestação Barro Alto	TO	88	2042
LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis	MS , GO , MT	ND	2039
LT 230 kV CD Chapadão – Jataí Taquari	MS , GO , MT	ND	2039
LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia	MS , GO , MT	ND	2039
2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV; LT 500/138 kV, Subestação Itatiba e LT 500 kV, Subestação Campinas e SE Ibiúna	SP	1	2039
LT 345 kV Montes Claros – Irapé	MG	138	2034
LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	MG	144	2035
LT 230 kV Milagres/Tauá (CE); LT 230 kV Subestação Tauá (CE)	CE	208	2035
LT 230 kV Milagres/Coremas (CE/PB)	CE/PB	120	2035
LT 230 kV Paraisópolis/Açu II (RN)	RN	135	2037
LT 230 kV Funi/Itapebi (BA)	BA	197,8	2042
LT 230 kV Ibicoara/Brumado (BA); LT 500/230 kV Subestação Ibicoara (PE)	BA/PE	95	2037
LT 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas II (BA); LT 230/138 kV Subestação Teixeira de Freitas II (BA)	BA	152	2038
LT 230 kV Picos/Tauá (PI/CE)	PI/CE	183,2	2037
LT 230 kV Jardim/Penedo (SE/AL)	SE/AL	110	2038
LT 500/230 kV Subestações Suape II(PE); LT 230/69 kV Suape III (PE)	PE	24	2039
LT 230 kV Pau Ferro/Santa Rita II (PE/PB)	PE/PB	96,7	2039
LT 230 kV Paulo Afonso III/Zebu (AL); LT 230/69 kV Subestações Santa Rita II; LT 230/69 kV Zebu (AL); LT 230/69 kV Natal III (RN)	AL/PB/RN	6	2039
LT 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas II (BA)	BA	152	2038
LT 500/230 kV Subestação Camaçari IV	BA	80,84	2040
LT 230/69 kV Subestação Arapiraca III; LT 230kV Circuito duplo rio Largo II/Penedo	AL	45	2040
LT 230 kV Paraisópolis/Açu (RN), circuito 3	RN	123	2040
LT 230 kV Açu/Mossoró II (RN), circuito 2	RN	69	2040
LT 230 kV João Câmara / Extremoz II; LT 230 kV Subestação João Câmara (RN); LT 230 kV Subestação Extremoz II (RN)	RN	82	2040
LT 230 kV Igaporã/Bom Jesus da Lapa II (BA); LT 230 kV Subestação Igaporã (BA)	BA	115	2040
LT 230 kV Sobral III/Acaraú II (CE); LT 230 kV Subestação Acaraú (CE)	CE	97	2040
83 subestações de transmissão; 15 subestações elevadoras		18.250	2042
LT 500 kV Teresina(PI)/Sobral/Fortaleza(CE)	PI/CE	546	2034
LT 500 kV Colinas/Miracema/ Urupi/ Peixe 2/Serra da Mesa (TO/GO)	TO/GO	695	2036
LT 500 kV Oriximiná/Itacoatiara CD		375	2038
LT 500 kV Itacoatiara/Cariri (PA/AM); LT 500/138 kV subestações Itacoatiara e LT 500/230 kV Cariri	PA/AM	212	2038
LT +/- 600 kV Coletora Porto Velho (RO)/ Araraquara 2 (SP), 01 em CC; LT 500 kV/+/- 600kV – 3.150 MW Estação Retificadora 02 CA/CC; LT , +/- 600 kV/500kV – 2.950 MW Estação Inversora 02 CC/CA.	RO/SP	2.375	2039
LT 230 kV São Luiz II/ São Luiz III (MA); LT 500 kV Subestação Peoém II (CE) e LT 230 kV Aquiraz II (CE)	MA/ CE	96	2040
SE - Campos Novos	SC	2.466,00	2042
SE – Caxias	RS	2.016,00	2042
SE – Gravataí	RS	2.016,00	2042
SE - Nova Santa Rita	RS	2.016,00	2042
SE – Blumenau	SC	1.963,00	2042
SE – Curitiba	PR	1.344,00	2042
SE – Londrina	PR	1.344,00	2042
SE - Santo Ângelo	RS	1.344,00	2042
SE – Biguaçu	SC	300	2042
SE – Biguaçu	SC	672	2035
SE – Joinville	SC	691	2042
SE – Areia	PR	672	2042
SE – Itajaí	SC	525	2042
SE – Xanxerê	SC	450	2042
SE - Jorge Lacerda "A"	SC	399,8	2042
SE – Palhoça	SC	384	2042
SE – Siderópolis	SC	364	2042
SE - Assis	SP	336	2042
SE - Joinville Norte	SC	300	2042
SE - Atlântida 2	RS	249	2042
SE - Canoinhas	SC	225	2042
SE – Dourados	MS	225	2042
SE - Caxias 5	RS	215	2042
SE - Passo Fundo	RS	168	2042
SE - Tapera 2	RS	166	2042
SE - Gravataí 3	RS	165	2042
SE – Desterro	SC	150	2042
SE – Missões	RS	150	2039
SE – Anastácio	MS	150	2042
SE – Ilhota	SC	100	2042
Outras subestações	-	404,5	2042

III - Distribuição de Energia Elétrica

Concessões/ Permissões	Região Geográfica	Municípios atendidos Não auditado	Vencimento da Concessão Não auditado
Cia. de Eletricidade do Acre - Eletroacre	Estado do Acre	22	2015
Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron	Estado de Rondônia	52	2015
Companhia Energética de Alagoas - Ceal	Estado de Alagoas	102	2015
Companhia Energética do Piauí - Cepisa	Estado do Piauí	224	2015
Amazonas Energia	Estado do Amazonas	62	2015
Boa Vista Energia	Estado de Roraima	1	2015

Vide comentários sobre os efeitos da Lei 12.783/2013 nas concessões detidas pelas controladas da Companhia na nota 2.1.

2.1. Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, possui 42,3 GW de capacidade instalada, 61,7 mil km de linhas de transmissão e seis distribuidoras de energia que atendem cerca de 3,7 milhões de consumidores, sendo 4 (quatro) com atuação em sistemas isolados na região Norte do Brasil.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Assim, a Lei 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação pressupõe a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição – VNR.

Os principais marcos para a implementação do disposto na Medida Provisória 579/2012 (atual Lei 12.783/2013), são apresentados a seguir:

12/09/2012	Publicação da Medida Provisória 579/2012.
17/09/2012	Edição do Decreto de regulamentação 7.805/2012.
15/10/2012	Prazo para manifestação de interesse de renovação de contratos de concessão pelas empresas.
01/11/2012	Aprovação das minutas dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão.
01/11/2012	Publicação das tarifas de geração e das receitas permitidas de transmissão.
29/11/2012	Editada a Medida Provisória 591/2012, que altera a Medida Provisória 579/2012.
04/12/2012	Prazo limite para assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão.
11/12/2012	Aprovação dos valores da Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST).
19/12/2012	Resolução homologatória provisória das cotas de energia para as distribuidoras.
01/01/2013	Início de validade das novas receitas permitidas das transmissoras, TUST e tarifas das geradoras.
11/01/2013	A Medida Provisória 579/2012 é convertida na Lei 12.783/2013.
20/01/2013	Resolução homologatória definitiva das cotas de energia para as distribuidoras.
05/02/2013	Revisão tarifária extraordinária das distribuidoras para percepção das tarifas pelos consumidores.

Em 31 de outubro de 2012, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou as Portarias que definiram:

(i) as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória (Portaria 578); e
(ii) as receitas anuais permitidas das instalações integrantes das concessões de transmissão enquadradas no art. 6º da Medida Provisória (Portaria 579).

Adicionalmente, o MME e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial 580, que fixou os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial 602.

A legislação prevê que as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contatos de concessão, nos termos Lei 12.783/2013, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Impactos no negócio de geração afetados diretamente pela Lei 12.783/2013

Recebimento de indenização dos ativos de geração não amortizado, pelos valores definidos nas Portarias 580 e 602 mencionadas anteriormente. O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Artigo 3º da Portaria 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. A forma de pagamento solicitada pelas controladas da Companhia, conforme facultado pelo Artigo 4º da Portaria 580 supracitada, está descrita na Nota 45.

ATUALIZADO - SEM marcadagua e cabecalho 0009_13.indd 11 18/04/2013 13:41:03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No Artigo 2º do Decreto 7.850, citado anteriormente, até 31 de dezembro de 2013, as concessionárias de geração deverão submeter à ANEEL, na forma definida por aquela Agência, as informações complementares (posteriores ao Projeto Básico), necessários para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis efetuados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados (modernizações e melhorias). Posteriormente, os valores apurados serão objeto, a critério do Poder Concedente, de indenização ou reconhecimento na base tarifária, nesse caso, incorporados quando dos processos tarifários. Com relação à geração térmica, os valores de indenização ainda serão divulgados pelo órgão regulador.

Alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa será calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%. Adicionalmente, futuramente poderá ser incluída parcela de ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela ANEEL.

Os novos investimentos (modernizações e melhorias) ocorridos a partir de 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.

Alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela Aneel, que será destinada ao mercado regulado.

Redução ou eliminação dos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Impactos no negócio de transmissão afetados diretamente pela Lei 12.783/2013

Recebimento de indenização dos ativos de transmissão adquiridos após 31 de maio de 2000 não amortizados (RBNI), pelos valores definidos na Portaria 580 mencionada anteriormente. O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Artigo 3º. da Portaria 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. A forma de pagamento solicitada pelas controladas da Companhia, conforme facultado pelo Artigo 4º da Portaria 580 supracitada, está descrita na Nota 45.

As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à ANEEL as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, conforme § 8º do artigo 15 da Lei 12.783/2013, que quando homologada será paga em 30 anos, atualizada na forma de regulamento.

A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada de forma a cobrir os custos de operação e manutenção acrescida de remuneração, inicialmente de 10%.

Adicionalmente, futuramente poderá ser incluída parcela de receita para remunerar ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela ANEEL.

Os novos investimentos (reforços e melhorias) ocorridos após 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.

Eliminação da Reserva Global de Reversão – RGR e Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e redução da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para 25% da taxa vigente.

Impactos no negócio de distribuição em geral

- Revisão Tarifária Extraordinária da Parcela A, com impactos a partir de 1º de fevereiro de 2013, para capturar a redução dos custos de geração e transmissão decorrente das concessões prorrogadas.

- Redução ou eliminação de encargos regulatórios (CDE, CCC e RGR).

- Eliminação dos impactos de variação cambial da compra de energia de Itaipu para os consumidores, considerando que o Tesouro Nacional irá assumir esse custo.

- Os componentes: compra de energia, encargos setoriais e custo de transporte de energia fazem parte da Parcela A – custos não gerenciáveis pela concessionária, na redefinição da tarifa que é feita a cada aniversário do contrato de concessão (anualmente). Portanto não são esperadas alterações nas margens dessas concessionárias.

- Possível impacto no custo de compra de energia em função da alocação das cotas de garantia física de energia e potência das usinas hidrelétricas para o mercado regulado (cativo-distribuidoras), considerando a necessidade até então de compra de energia no mercado livre para cobrir a demandas dos consumidores.

Conforme o artigo 27 da Lei 12.783/13 que altera o artigo 3º § 16 da Lei 12.111/2009: "§ 16 – a quantidade de energia a ser considerada para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos sistemas isolados será limitada ao nível eficiente de perdas, conforme regulação da ANEEL." Para tanto, a Audiência Pública ANEEL AP-107/2012, que tem como objeto a obtenção de subsídios e informações adicionais para a definição do orçamento da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, para o ano de 2013, está com o seu período de contribuição, por intercâmbio documental, ainda não encerrado.

Incertezas no negócio distribuição afetados diretamente pela Lei 12.783/13

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras cujas concessões vencerão em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido. Até o presente momento não foram regulamentados pelo Poder Concedente os critérios de prorrogação desses contratos e, portanto, não ocorreu a assinatura do contrato de concessão para as distribuidoras que manifestaram o interesse até 15 de outubro de 2012, o qual só ocorrerá quando do vencimento da atual concessão.

Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as novas condições, dependendo de diversos critérios que serão analisados pelo Poder Concedente. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados ao final da concessão.

A Companhia tinha como prazo limite para avaliação e aceitação das condições de indenização e tarifas, a data estipulada pelo Poder Concedente para assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão, prevista para 4 de dezembro de 2012, tendo sido os aditivos contratuais assinados naquela data.

A prorrogação pressupôs a aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

I - remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidrelétrica;

II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela ANEEL, conforme regulamento do poder concedente; e

III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

As concessões de geração de energia termelétrica com vencimento até 2015 podem ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até vinte anos, não tendo sido, ainda, prorrogadas.

As concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei 9.074, de 1995, podiam ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos. A prorrogação pressupôs a aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

I - receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; e

II - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Dada à sua relevância, esta matéria foi encaminhada à deliberação da 160ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de dezembro de 2012, a qual deliberou pela aprovação da prorrogação dos Contratos de Concessão 062/2001 – ANEEL e 004/2004 - ANEEL (Eletrobras Furnas); 058/2001 - ANEEL e 02/2012 - ANEEL (Eletrobras Eletronorte); 061/2001 - ANEEL e 006/2004 - ANEEL (Eletrobras CHESF); e 057/2001 - ANEEL (Eletrobras Eletrosul), nos termos da Medida Provisória 579, de 11.09.2012, do Decreto 7.805, de 14.09.2012, das Portarias 578/MME, de 31.10.2012, Portaria MME 579, de 31.10.2012 e Portaria Interministerial 580/MME/MF, de 01.11.2012.

Os efeitos oriundos destas alterações na Lei 12.783/2013 são como seguem:

Efeitos no resultado de 2012

	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Furnas	Outros	Consolidado
Geração	**(5.999.682)**	**(77.552)**	**-**	**(1.236.677)**	**(23.948)**	**(7.337.859)**
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(571.330)	(77.552)	-	(1.153.520)	-	(1.802.402)
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	(2.801.112)	-	-	-	(23.948)	(2.825.060)
Contratos onerosos	(1.508.042)	-	-	(83.158)	-	(1.591.200)
Parcela não recuperável de ativos - impairment	(1.119.198)	-	-	-	-	(1.119.198)
Transmissão	**(2.245.560)**	**(608.586)**	**577.802**	**(830.359)**	**-**	**(3.106.703)**
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(2.119.910)	(608.586)	577.802	908.299	-	(1.242.395)
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	-	-	-	(331.602)		(331.602)
Contratos onerosos	(84.139)	-	-	(1.407.056)	-	(1.491.195)
Parcela não recuperável de ativos - impairment	(41.511)	-	-	-	-	(41.511)
Distribuição	**-**	**-**	**-**	**-**	**359.182**	**359.182**
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	-	-	-	-	359.182	359.182
Total	**(8.245.242)**	**(686.138)**	**577.802**	**(2.067.036)**	**335.234**	**(10.085.380)**

Efeitos patrimoniais em 2012

	Saldos em 31/12/2012 - antes dos efeitos da Lei 12.783/2013							
	Imobilizado	Intangível	Ativo financeiro	Contratos onerosos	Provisão / Impairment	Efeitos no resultado de 2012 da Lei 12.783/2013	Atualização monetária da indenização	Total dos ativos (passivos) após impactos da Lei 12.783/2013
Geração								
Chesf	15.244.200	77.258	-	(711.375)	-	(5.999.682)	171.485	8.781.886
Eletronorte	10.355.757	47.569	-	(21.553)	(408.207)	(77.552)	1.093	9.897.107
Eletrosul	5.663.283	71.271	-	(959.000)	(198.645)	-	-	4.576.909
Furnas	18.276.844	1.024.012	-	-	(1.028.266)	(1.236.677)	22.841	17.058.754
Outras	1.729.606	1.819	-	-	(47.600)	(23.948)	-	1.659.877
Transmissão								
Chesf	-	-	8.040.558	-	-	(2.245.560)	31.746	5.826.744
Eletronorte	-	-	8.169.235	-	(28.168)	(608.586)	33.647	7.566.128
Eletrosul	-	159.577	4.169.939	-	(32.115)	577.802	39.715	4.914.918
Furnas	-	711	9.053.473	-	-	(830.359)	45.677	8.269.501
Distribuição								
Distribuidoras	1.410.976	837.779	4.236.765	(131.200)	-	359.182	-	6.713.502
Total	**52.680.666**	**2.219.996**	**33.669.970**	**(1.823.128)**	**(1.743.001)**	**(10.085.380)**	**346.204**	**75.265.326**

	Saldos em 31/12/2012 - após dos efeitos da Lei 12.783/2013				
	Total dos ativos (passivos) após impactos da Lei 12.783/2013	Imobilizado	Intangível	Ativo financeiro	Indenização a receber	Contratos onerosos
Geração						
Chesf	8.781.886	5.086.435	77.258	487.822	5.349.788	(2.219.417)
Eletronorte	9.897.107	9.834.506	47.569	-	36.585	(21.553)
Eletrosul	4.576.909	5.464.638	71.271	-	-	(959.000)
Furnas	17.058.754	14.355.093	1.024.012	995.718	767.089	(83.158)
Outras	1.659.877	1.658.058	1.819	-	-	-
Transmissão						
Chesf	5.826.744	-	-	4.291.976	1.618.907	(84.139)
Eletronorte	7.566.128	-	-	5.850.213	1.715.915	-
Eletrosul	4.914.918	-	159.577	2.730.058	2.025.283	-
Furnas	8.269.501	-	711	6.752.143	2.923.705	(1.407.057)
Distribuição						
Distribuidoras	6.713.502	1.410.976	837.779	4.595.947	-	(131.200)
Total	**75.265.326**	**37.809.706**	**2.219.996**	**25.703.877**	**14.437.272**	**(4.905.524)**

Para fins de apresentação os ativos administrativos foram alocados nas atividades de geração e distribuição.

Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

Empreendimentos já prorrogados - parcela não indenizada	
Geração	
Modernizações e melhorias	1.483.540
Geração térmica	1.684.047
Transmissão	
Modernizações e melhorias (RBNI)	841.814
Rede básica - serviços existentes (RBSE)	7.490.046
Efeito na investida CTEEP - RBSE	525.247
Total	12.024.694

Tarifas de Concessões de Geração de Energia Elétrica – Portaria MME 578/2012

Concessionária	Usina Hidrelétrica	Potência (MW)	Tarifa (R$/kW.ano)
CHESF	Complexo Paulo Afonso	4.279,60	29,92
CHESF	Xingó	3.162,00	35,61
CHESF	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.479,60	42,67
Furnas	Marimbondo	1.440,00	39,22
Furnas	Furnas	1.216,00	40,60
Furnas	Estreito	1.048,00	41,58
Furnas	Corumbá I	375,30	57,59
Furnas	Porto Colômbia	319,20	60,94
CHESF	Boa Esperança	237,30	66,74
Furnas	Funil	216,00	66,59
Eletronorte	Coaracy Nunes	76,95	100,25
CHESF	Funil	30,00	103,71
CHESF	Pedra	20,01	82,65
CHESF	Araras	4,00	38,86

Receitas anuais permitidas de Concessões de Transmissão de Energia Elétrica – Portaria MME 579/2012

Concessionária	Contrato de Concessão	RAP
CHESF	061/2001-ANEEL	517.607
Eletronorte	058/2001-ANEEL	276.252
Eletrosul	057/2001-ANEEL	406.109
Furnas	062/2001-ANEEL	629.803
		1.829.771

Valores de indenização para Concessões de Geração de Energia Elétrica – Portaria Interministerial 580/MME/MF, alterada pela Interministerial 602/MME/MF de 2012

Concessionária	Usina Hidrelétrica	Potência (MW)	Indenização	Início de operação
CHESF	Xingó	3.162,00	2.929.832	16/12/1994
CHESF	Paulo Afonso IV	2.462,40	360.473	01/12/1979
CHESF	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.479,60	1.730.602	13/06/1988
Furnas	Marimbondo	1.440,00	64.368	25/10/1975
CHESF	Apolônio Sales (Moxotó)	400,00	84.613	15/04/1977
Furnas	Corumbá I	375,00	679.880	01/04/1997
CHESF	Boa Esperança (Castelo Branco)	237,30	72.783	07/04/1970
Eletronorte	Coaracy Nunes	67,98	35.492	30/12/1975
	Total		5.958.043	

Valores de indenização para Concessões de Transmissão de Energia Elétrica – Portaria Interministerial 580/MME/MF de 2012

Concessionária	Contrato de Concessão	Indenização
CHESF	061/2001-ANEEL	1.587.161
Eletronorte	058/2001-ANEEL	1.682.268
Eletrosul	057/2001-ANEEL	1.985.568
Furnas	062/2001-ANEEL	2.878.028
		8.133.025

Comparação dos valores de indenização com os valores contábeis residuais antes da Lei 12.783/2013

	Valor residual contábil	Valor da indenização	Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas
Geração			
Chesf	5.749.635	5.178.303	(571.332)
Eletronorte	113.044	35.492	(77.552)
Furnas	1.897.766	744.248	(1.153.518)
Transmissão			
Chesf	3.707.071	1.587.161	(2.119.910)
Eletronorte	2.290.854	1.682.268	(608.586)
Eletrosul	1.407.766	1.985.568	577.802
Furnas	1.969.729	2.878.028	908.299
Subtotal	17.135.865	14.091.068	(3.044.797)
Atualização indenização	-	346.204	-
Total	17.135.865	14.437.272	(3.044.797)

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(a) demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) demonstrações financeiras individuais

As Demonstrações Financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso das demonstrações financeiras individuais, às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(c) mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(c.1) Normas novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas

Alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de ativos financeiros

As modificações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

Esta norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012 e não gerou impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IAS 12 - Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes

As modificações às IAS 12 – Tributos sobre o Lucro apresentam uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos deve refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira na qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo. Especificamente, de acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 - Propriedade para Investimentos sejam recuperadas através de venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja invalidada em determinadas circunstâncias. Esta norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012 e não gerou impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(c.2) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Novas normativas e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em *Joint Ventures*. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures* – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Em junho de 2012, as modificações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação destas IFRSs pela primeira vez.

Essas cinco normas, juntamente com as respectivas modificações relacionadas às regras de transição, são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração espera que a aplicação dessas cinco normas tenha um efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras. Por exemplo, a adoção da IFRS 10 poderá afetar a contabilização das participações nas empresas relacionadas na nota 14.b, atualmente classificadas como coligadas da Companhia. Considerando a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle definidas na IFRS 10, devido à adoção da IFRS 10, algumas destas empresas podem vir a ser consideradas como controladas da Companhia. Caso alguma destas empresas seja consolidada como controlada da Companhia, seus ativos líquidos, bem como as receitas e despesas, serão apresentados separadamente no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, respectivamente, em vez de serem apresentados em uma única conta nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Administração realizará uma revisão detalhada para determinar os efeitos da adoção da IFRS 10 na data de sua adoção.

A adoção da IFRS 11 resultará em alterações na contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo nas entidades controladas em conjunto de acordo com o IAS 31, listadas na nota explicativa 3.2 e atualmente contabilizadas pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a IFRS 11, essas entidades controladas em conjunto serão classificadas como *joint venture* e registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional nos ativos líquidos, resultado do exercício e outros resultados abrangentes da Entidade em uma única conta que será apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou do resultado abrangente como "investimento em *joint venture*" e "participação nos lucros (prejuízos) de *joint venture*", respectivamente. Com base em avaliação preliminar efetuada pela Companhia e, caso as normas IFRS 10 e IFRS 11 tivessem sido adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas, estima-se que o total de ativos e passivos seriam de R$ 141.320.515 e R$ 74.053.384, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 (ante os montantes de R$ 172.195.578 e R$ 104.914.985, respectivamente, apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas), que a receita operacional liquida seria de

R$ 26.954.473 em 31 de dezembro de 2012 (ante o montante R$ 34.064.477 apresentado nestas demonstrações financeiras consolidadas), e que o resultado líquido do exercício e o patrimônio líquido não seriam afetados.

Demais normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" com relação a outros resultados abrangentes	A principal modificação resultante destes adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas, subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes.	Exercícios anuais iniciados após 1º de julho de 2012
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	Exercícios anuais iniciados após em 1º de janeiro de 2015
IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo"	O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.	Exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 7 e IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas	As alterações às IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.	Exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013 (IFRS 7 – itens de divulgação) e após 1º de janeiro de 2014 (IAS 32)
Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 (maio de 2012)	Alterações à IAS 16 As alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos reservas e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado caso estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 ou, de outra forma, como estoque. Alterações à IAS 32 As alterações às IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro.	Exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013

A Companhia está avaliando o impacto destes Pronunciamentos e Orientações sobre suas Demonstrações Financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As Demonstrações Financeiras das controladas em conjunto (controle compartilhado) são consolidadas proporcionalmente à participação societária detida.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado. As demonstrações financeiras elaboradas em moeda funcional distinta da controladora são convertidas para a moeda de apresentação no Brasil, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações financeiras e as diferenças na taxa de câmbio são reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

As controladas e controladas em conjunto estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:
a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
b) Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;
c) Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;
d) Destaque da participação dos demais acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e na Demonstração do Resultado das empresas investidas consolidadas.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada.

Controladas	31/12/2012 Participação		31/12/2011 Participação	
(Consolidação integral)	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
CEAL	100%	-	100%	-
CEPISA	100%	-	100%	-
CERON	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
CHESF	100%	-	100%	-
ELETROACRE	94%	-	93%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	100%
Boa Vista Energia	100%	-	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	100%
Artemis	-	100%	-	100%
Rio Branco Transmissora	-	100%	-	100%
Cerro Chato I	-	90%	-	90%
Cerro Chato II	-	90%	-	90%
Cerro Chato III	-	90%	-	90%
Sul Brasileira	-	80%	-	80%
Uirapuru	-	75%	-	75%
Controladas em Conjunto				
(Consolidação proporcional)				
Itaipu	50%	-	50%	-
Inambari	29%	20%	29%	20%
Norte Energia	15%	35%	15%	35%
CHC	50%	-	50%	-
Amazônia Eletronorte	-	49%	-	49%
Baguari	-	31%	-	31%
Brasnorte	-	50%	-	50%
Bransventos Eolo Geradora de Energia	-	25%	-	25%
Brasventos Miassaba 3	-	25%	-	25%
Caldas Novas Transmissão	-	50%	-	50%
Centro Oeste de Minas	-	49%	-	49%
Chapecoense	-	40%	-	40%
Cia de Transm. Centroeste de Minas	-	49%	-	49%
Construtora Integração	-	49%	-	49%
Costa Oeste	-	49%	-	49%
Cerro dos Trindades	-	49%	-	49%
Chui	-	49%	-	49%
Chui I	-	49%	-	49%
Chui II	-	49%	-	49%
Chui IV	-	49%	-	49%
Chui V	-	49%	-	49%
Enerpeixe	-	40%	-	40%
Cerro Chato IV	-	49%	-	49%
Cerro Chato V	-	49%	-	49%
Cerro Chato VI	-	49%	-	49%
Ibirapuitã	-	49%	-	49%
Integração Transmissora	-	49%	-	49%
Interligação Elétrica Garanhuns	-	49%	-	49%
Energia Sustentável do Brasil	-	40%	-	40%
Interligação Elétrica do Madeira	-	49%	-	49%
Empresa de Transm. do Alto Uruguai	-	27%	-	27%
Goiás Transmissão	-	49%	-	49%
Linha Verde Transmissora	-	49%	-	49%
Livramento Holding	-	49%	-	49%
Madeira Energia	-	39%	-	39%
Manaus Construtora	-	20%	-	20%
Manaus Transmissora	-	50%	-	50%
Marumbi	-	20%	-	20%
MGE Transmissão	-	49%	-	49%
Minuano I	-	49%	-	49%
Minuano II	-	49%	-	49%
Norte Brasil Transmissora	-	49%	-	49%
Pedra Branca	-	49%	-	49%
Rei dos Ventos 3 Geradora	-	25%	-	25%
Retiro Baixo	-	49%	-	49%
São Pedro do Lago	-	49%	-	49%
Serra do Facão	-	50%	-	50%
Santa Vitória do Palmar Holding	-	49%	-	49%
Sete Gameleiras	-	49%	-	49%
Sistema de Transmissão Nordeste	-	49%	-	49%
Teles Pires	-	49%	-	49%
Transleste de Transmissão	-	24%	-	24%
Transmissão Delmiro Gouveia	-	49%	-	49%
Transenergia Goiás	-	49%	-	49%
Transenergia Renovável	-	49%	-	49%
Transenergia São Paulo	-	49%	-	49%
Transirapé de Transmissão	-	25%	-	25%
Transudeste	-	25%	-	25%
Verace I	-	49%	-	49%
Verace II	-	49%	-	49%
Verace III	-	49%	-	49%
Verace IV	-	49%	-	49%
Verace V	-	49%	-	49%
Verace VI	-	49%	-	49%
Verace VII	-	49%	-	49%
Verace VIII	-	49%	-	49%
Verace IX	-	49%	-	49%
Verace X	-	49%	-	49%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos exclusivos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo e alta liquidez dos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas demonstrações financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas aos pagamentos de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas às operações dos investimentos, inexistindo obrigações financeiras relevantes.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo. O investimento em coligadas e controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Os investimentos em coligadas são ajustados proporcionalmente à participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos em conjunto (*joint venture*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma controlada da Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela *joint venture* são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/da Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha.

3.3. Empresas do grupo com moeda funcional diferente

a) Procedimentos de consolidação proporcional da controlada em conjunto Itaipu Binacional

As Demonstrações Financeiras da controlada em conjunto Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (sua moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 - US$ 1.00 - R$ 2,0435 divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011 - US$ 1.00 - R$ 1,8758), e as contas de resultado pela taxa média mensal.

O resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado como ativo financeiro.

A remuneração sobre o capital (em forma de dividendos estipulados pelo Tratado Binacional Brasil – Paraguai) paga por Itaipu Binacional é registrada como receita na controladora e é eliminada no consolidado; e

todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado na proporção da participação da Companhia (50%) é eliminado na consolidação em contrapartida a rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

b) Conversão de moeda estrangeira

(b.1) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional da controlada em conjunto Itaipu Binacional, formada entre o Brasil e o Paraguai é o dólar norte-americano.

A moeda funcional de Sociedade de Propósito Específico que atua em ambiente econômico internacional é geralmente a moeda do país em que a referida SPE possui operações.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas que operam com moeda funcional distinta da controladora são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens de patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica de cada transação.

As variações cambiais sobre os investimentos com moeda funcional distinta da controladora são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da realização dos investimentos.

As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

(b.2) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas cambiais sobre itens monetários são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

3.4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.5. Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

O saldo inclui ainda o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 8).

3.6. Conta de Consumo de Combustível – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários. Os valores registrados no ativo são corrigidos pela rentabilidade da aplicação e representam um caixa restrito, não podendo ser utilizado para outros propósitos.

As operações com a CCC não afetam o resultado do exercício da Companhia.

3.7. Cauções e Depósitos Vinculados

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. Tais ativos são considerados como empréstimos e recebíveis, sendo que o resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.8. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.9. Estoque de combustível nuclear

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II, e são registrados pelo custo de aquisição.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável à longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível. Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.10. Imobilizado

A Companhia avaliou que parte dos ativos de geração, incluindo a geração nuclear e determinados ativos de uso corporativo não são qualificáveis como estando no escopo do ICPC 01 – Contratos de Concessão (Nota 3.13). Até 31 de dezembro de 2011, esses ativos foram demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e pela perda por redução ao valor recuperável acumulado. A partir de 31 de dezembro de 2012, amparada pelos seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Lei 12.783/2013 (vide nota 2.1) a Companhia considerou a reversão ao Poder Concedente do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de geração de energia elétrica. Dessa forma, para os ativos não prorrogados, passou a adotar a premissa de que serão indenizadas pelo Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado, calculado com base na metodologia, nos parâmetros e nos critérios básicos utilizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE no cálculo das indenizações das concessionárias diretamente afetadas pela Medida Provisória 591/2012 e subsequente Lei 12.783/2013, mantendo o menor valor entre o valor residual contábil e o VNR estimado. São registrados no caso de ativos qualificáveis os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressa adequadamente o tempo de vida útil dos bens. Adicionalmente, em conexão com o entendimento da Companhia sobre o atual arcabouço regulatório de concessões, inclusive as supra mencionada MP e Lei, foi considerada a indenização ao fim da concessão com base no menor valor entre o VNR ou o valor residual contábil, sendo esse fator considerado na mensuração do ativo imobilizado (vide detalhes na Nota 16).

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

3.10.1. Custos de empréstimos

Mensalmente são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, a variação cambial incorrida sobre os empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;
b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos;
c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;
d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinado para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.11. Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, firmados com o poder concedente (governo federal brasileiro), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritas na nota 2, e as alterações e efeitos decorrentes da Lei 12.783/2013 estão demonstrados na nota 2.1.

I – Sistema de Tarifação

a) O sistema de tarifação da distribuição de energia elétrica é controlado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e tais tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, considerando os investimentos prudentes efetuados e a estrutura de custos e despesas da empresa de referência. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, tendo como base o volume de energia consumido e a tarifa autorizada.

b) O sistema de tarifação da transmissão de energia elétrica é regulado pela ANEEL e são efetuadas revisões tarifárias periódicas, sendo estabelecida uma Receita Anual Permitida – RAP atualizada anualmente por um índice de inflação e sujeita a revisões periódicas para cobertura de novos investimentos e eventuais aspectos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Ressaltamos que esse sistema de tarifação será alterado a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 (vide nota 2.1).

c) O sistema de tarifação da geração de energia elétrica foi baseado, de forma geral, em tarifa regulada até 2004 e, após essa data, em conexão com as mudanças na regulamentação do setor, foi alterado de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras de energia elétrica podem ter a liberdade de participar em leilões de energia elétrica destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras de energia elétrica podem efetuar contratos bilaterais de venda com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição com base na potência demandada em MW). Ressaltamos que esse sistema de tarifação será alterado a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 (vide nota 2.1).

II – Concessões de Transmissão e Distribuição

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

1) Distribuição de energia elétrica

a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o concessionário tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização determinada pelo valor novo de reposição (VNR) depreciado.

2) Transmissão de energia elétrica

a) O preço (tarifa) é regulado e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. Os níveis de tarifa (RAP) serão alterados a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 (vide nota 2.1 e);

b) Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, determinado pelo valor novo de reposição - VNR.

II.1 Aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão de Serviços, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública:

a) Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;

b) Controla ou regula o preço do qual os serviços são fornecidos;

c) Controla/detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Uma concessão público-privada apresenta, tipicamente, as seguintes características:

a) Uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;

b) Um acordo/contrato entre o poder concedente e o operador;

c) O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;

d) O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do poder concedente, quer dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;

e) As infraestruturas são transferidas para o poder concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão enquadradas na norma não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

1) Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual foi classificado como empréstimos e recebíveis (geração e transmissão) ou disponível para venda (distribuição).

2) Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de crédito e demanda) em relação à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

3) Modelo Misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo poder concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas e nos requerimentos da norma, os seguintes ativos são reconhecidos sobre o negócio de distribuição elétrica:

a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar sujeita à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e potência consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As concessões de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Para a atividade de transmissão de energia elétrica a Receita Anual Permitida - RAP é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

No negócio de geração de energia, com exceção de Itaipu e da Amazonas Energia, a ICPC 01 não é aplicável, mantendo a infraestrutura classificada no ativo imobilizado. Contudo, a norma é aplicável à distribuição e transmissão de energia elétrica, e esses negócios se enquadram no modelo misto (bifurcado) e no modelo financeiro, respectivamente.

III. Concessões de Geração

a) Geração hidráulica e térmica – as concessões, não atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 (vide nota 2.1), não estão no escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A única exceção refere-se à geração da Amazonas Energia que é destinada exclusivamente para a operação de distribuição e que possui um mecanismo tarifário específico. A partir de 1º de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões, nos moldes já aplicados a concessões de distribuição até então.

b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação definido, porém difere dos demais contratos de geração por ser uma autorização e não uma concessão, não havendo prazo definido para o fim da autorização bem como as características de controle significativo dos bens por parte do poder concedente ao final do período de autorização.

c) Itaipu Binacional - a infraestrutura foi classificada como estando no escopo ICPC 01 (IFRIC 12) em função dos seguintes fatos específicos.

IV. Itaipu Binacional

a) Itaipu Binacional é regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo à base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia;

b) A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta.

A infraestrutura foi classificada como um ativo financeiro levando-se em consideração os seguintes aspectos:

a) O fluxo financeiro foi estabelecido de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023;

b) A comercialização de energia de Itaipu foi sub-rogada a Companhia, porém foi originada de contratos previamente assinados com as distribuidoras em que foram previamente definidas as condições de pagamento.

c) Através da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 foram sub-rogados à Companhia os compromissos de aquisição e repasse às concessionárias de distribuição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional firmados até então por Furnas e Eletrosul, subsidiárias da Companhia, com as concessionárias de distribuição de energia elétrica. Dívidas oriundas de comercialização de energia de Itaipu Binacional foram renegociadas junto à Companhia dando origem a contratos de financiamento. Tais contratos foram inicialmente registrados a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

d) Os termos do tratado garantem o reembolso a Companhia mesmo nos casos de falta de capacidade de geração de energia ou problemas operacionais com a planta.

V. Ativo financeiro – Concessões de Serviço Público.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Os ativos de distribuição são remunerados com base na remuneração WACC regulatório, sendo esse fator incluído na base tarifária e os de transmissão e os de geração são remunerados com base na taxa interna de retorno do empreendimento. No caso de geração, somente os ativos vinculados às concessões diretamente afetadas pela Lei 12.783/2013 (vide nota 2.1) e formados a partir da mencionada Lei, são considerados ativos financeiro que serão remunerados nos mesmos moldes das transmissoras, desde que a aquisição de tais ativos seja homologada pelo MME e ANEEL.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.12. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica (para a geração a infraestrutura da Amazonas Energia que possui vínculo exclusivo com a atividade de distribuição dessa mesma Companhia também é classificada como intangível). O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (vide nota 19).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também, ágio na aquisição de investimentos e gastos específicos associados à aquisição de direitos acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

3.12.1. Concessões Onerosas (Uso do Bem Público - UBP)

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia e essas controladas ajustaram a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e será, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

3.12.2. Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional quando incorridos até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto. Atualmente, a Companhia não possui valores capitalizados referentes a gastos com estudos e projetos.

3.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio

Ao fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em função do histórico de prejuízos operacionais das empresas de distribuição da Eletrobras, a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, resultando em um valor inferior àquele registrado contabilmente para algumas distribuidoras (vide nota explicativa 18). Adicionalmente, considerando o fato do valor patrimonial da Companhia ser superior ao valor de mercado, para as demais unidades de negócio é efetuado o teste de recuperabilidade através do fluxo de caixa descontado anualmente, sendo que essa avaliação é feita individualmente por cada contrato de concessão.

3.14. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se aplicável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Considerando que as operações de investimento da Companhia estão atreladas a operações que possuem contratos de concessão, o ágio decorrente da aquisição de tais entidades representa o direito de concessão com vida útil definida, sendo reconhecido como ativo intangível da concessão, e a amortização efetuada de acordo com o prazo de concessão.

3.15. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos assumidos pela Companhia na data de aquisição com os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

• ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;

• passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10(R1)) na data de aquisição; e

• ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior à um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificada como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com à IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a instrução CVM 247/1996. Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores após 1º de janeiro de 2009, data da adoção inicial do IFRS, são alocados integralmente ao contrato de concessão e reconhecidos no ativo intangível.

3.16. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos e a opção de apuração dos impostos sobre o resultado da Companhia é pelo método do lucro real

3.16.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

3.16.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em Outros Resultados Abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em Outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.17.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como:

1) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,
2) investimentos mantidos até o vencimento, ou
3) empréstimos e recebíveis, os quais são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são reavaliados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado, sem qualquer dedução relativa a custo de transação que possa ocorrer até a sua venda.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio (ver abaixo), as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta de Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

3.17.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo (medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado) será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de recebimento, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o montante da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.17.3. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou são transferidos juntamente com os riscos e benefícios da propriedade. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.17.4. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Grupo são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação no curto prazo ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.17.5. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.17.6. Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor justo na data de emissão da garantia. Subsequentemente as obrigações em relação a garantias são mensuradas pelo maior valor inicial menos a amortização das taxas reconhecidas, e melhor estimativa do valor requerido para liquidar a garantia.

Essas estimativas são definidas com base na experiência de transações similares e no histórico de perdas passadas junto com o julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias são apresentadas quando ocorridas nas despesas operacionais (vide nota 22).

3.17.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A nota 44 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Determinadas controladas em conjunto contrataram operações de derivativos, sendo que em alguns casos foi aplicada a política de *hedge accounting*.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

3.17.8. Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em contratos principais não derivativos são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.17.9. Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge*, porém, atualmente com exceção das operações de determinadas SPEs, não possui transações classificadas como tal. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, a Companhia utiliza as seguintes classificações:

(a) hedges de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge* atribuível ao risco de *hedge* são reconhecidas na demonstração do resultado.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

(b) hedges de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.18. Benefícios pós-emprego

3.18.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos as seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços dos empregados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que em tais planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. A Companhia adota a prática de reconhecer integralmente os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes.

3.18.2. Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.18.3. Participação nos lucros ou resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

3.19. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.19.1. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares, com o objetivo de alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência. (vide Nota 32).

3.19.2. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais.

3.19.3. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

3.20. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.21. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

3.22. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos do exercício, sendo calculados tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio líquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembléia Geral, são apresentados no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

3.23. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
b) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
c) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; e
d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa.

3.24. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares.

3.24.1. Venda de energia e serviços

a) Geração e Distribuição

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica e de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

b) Transmissão

1) Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de retorno dos investimentos.

2) Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

3) Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados por terceiros, a Companhia não apura margem de construção.

3.24.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos proveniente de investimentos em controladas e coligadas é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.25. Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os demais contratos de arrendamento são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Os ativos adquiridos através de contrato de arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil dos ativos.

3.26. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas as subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas a distribuição de dividendos.

3.27. Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas de usinas e linhas de transmissão são apropriados ao resultado no período em que forem incorridos.

3.28. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.29. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3.30. Apresentação de relatórios por segmentos de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos relatórios operacionais são fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, que adota os seguintes segmentos:

(I) Geração;
(II) Transmissão;
(III) Distribuição; e
(IV) Administração.

Os resultados decorrentes das atividades de Comercialização são apresentados juntamente com o segmento de geração.

3.31. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

I. Ativo e passivo fiscal diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizadas. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (vide nota 11).

II. Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa que possa eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representam as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor novo de reposição (VNR), que são os valores esperados de indenização ao final do prazo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide prática contábil na nota 3.11 e movimentação das provisões efetuadas no exercício na nota 19).

III. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota, para as concessões ainda não prorrogadas, a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição estimado. Seguindo essa premissa, também foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e os investimentos realizados após o projeto básico das usinas e linhas de transmissão (modernização e melhorias) e os ativos de geração térmica, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel (conforme divulgado na nota 2.1). Até 31 de dezembro de 2011 a premissa adotada era de que tais ativos seriam indenizados pelo valor residual contábil ao final da concessão.

IV. Vida útil dos bens do imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, por entender que elas representam adequadamente a referida vida útil (vide nota 15).

V. Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos (vide nota 32). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais e ambientais para a desativação e remoção de toda a usina assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

VI. Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante (tábua AT-2000), idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (vide nota 30).

VII. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando aplicável, são constituídas para os riscos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis com expectativa de perda provável, com base na opinião da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos e nos procedimentos utilizados. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, mas não são registrados contabilmente (vide nota 31).

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão para suas contas a receber que entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Essa provisão é calculada com base nas premissas estabelecidas e descritas na Nota 7, as quais são baseadas nos critérios das normas da ANEEL.

XI. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 44, a Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota 44 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

X. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis e a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (vide nota 35).

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
I - Caixa e Equivalente de Caixa:				
Caixa e Bancos	10.826	1.819	535.145	389.191
Aplicações Financeiras	924.801	1.394.910	3.894.230	4.570.596
	935.627	1.396.729	4.429.375	4.959.787
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	2.099.394	2.194.946	2.099.394	2.194.946
Comercialização - Itaipu	619.206	176.940	619.206	176.940
Comercialização - PROINFA	790.723	662.752	790.723	662.752
Outras	-	-	-	-
	3.509.323	3.034.638	3.509.323	3.034.638
	4.444.950	4.431.367	7.938.698	7.994.425

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas aplicam em títulos e valores mobiliários com vencimentos de longo prazo e, apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e freqüente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente. Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos:

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	-	7.549.911
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	2.953.652	429.992
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	77	69.762
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.424.455	19.751
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	-	263.450
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	-	86.583
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	-	62.708
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	-	16.991
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	-	30
TOTAL CIRCULANTE				4.378.184	8.499.178

NÃO CIRCULANTE

Títulos	31/12/2012	31/12/2011
FINOR/FINAM	1.602	3.064
RENDIMENTOS DE PARCERIAS	146.728	163.740
PARTES BENEFICIÁRIAS	246.888	212.419
OUTROS	483	484
TOTAL NÃO CIRCULANTE	395.701	379.707

CONSOLIDADO

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.240.345	9.751.563
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	3.066.625	563.120
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	51.914	69.762
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.486.130	19.751
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	-	263.450
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	-	86.583
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	-	62.708
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	-	17.032
TÍTULOS DE RENDA FIXA				130.129	129.078
OUTROS				647.468	289.457
TOTAL CIRCULANTE				6.622.611	11.252.504

NÃO CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil		Pre-fixado	155	-
NTN- B	Banco do Brasil		Pre-fixado	200	-
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/15	TR	440	332
NTN- P	Banco do Brasil	09/07/14	TR	185	178
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/14	TR	3	-
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/25	TR	-	41
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/24	TR	-	7
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	28/12/15	TR	-	92
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/04	TR	-	3
NTN-P: 760199	Banco do Brasil	15/05/17	TR	-	127
FINOR/FINAM				1.602	3.064
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				146.728	163.740
PARTES BENEFICIÁRIAS				246.888	212.419
OUTROS				8.134	18.353
TOTAL NÃO CIRCULANTE				404.337	398.358

a) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem atualização equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% ao ano incidentes sobre o valor atualizado com datas de resgate fixadas a partir de fevereiro de 2012.

b) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias, correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% ao ano sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Tangará	146.728	117.770
Guascor	-	45.970
	146.728	163.740

c) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A.. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(405.688)	(440.156)
Valor presente	246.887	212.419

d) FINOR/FINAM - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados a projetos nas áreas de atuação das controladas CHESF e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R$ 246.924 (31 de dezembro de 2011 - R$ 292.456), sendo apresentada como redutora do respectivo ativo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 7 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/12/2012					31/12/2011
CIRCULANTE	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
AES ELETROPAULO	115.767	2.464	-	-	118.231	104.400
AES SUL	27.849	1.256	-	-	29.105	13.011
AMPLA	42.481	1.829	10	-	44.320	41.908
ANDE	63.659	-	-	-	63.659	52.115
CEA	344.535	-	-	-	344.535	1.093.641
CEB	13.499	638	106	-	14.243	14.925
CEEE-D	38.938	187	-	-	39.125	37.366
CELESC	49.627	2.784	-	-	52.411	37.422
CELG	56.373	409	-	72.535	129.317	98.968
CELPA	60.457	119	12.453	9.405	82.434	80.764
CELPE	45.982	379	56	-	46.417	39.903
CEMAR	35.712	951	-	-	36.663	32.021
CEMIG	80.377	3.367	8	-	83.752	113.081
CESP	4.529	-	-	-	4.529	3.524
COELBA	74.007	1.758	58	-	75.823	72.858
COELCE	41.987	1.612	-	-	43.599	34.437
COPEL	112.444	1.759	-	-	114.203	102.247
CPFL	42.054	981	165	-	43.200	64.826
EBE	27.019	637	-	-	27.656	25.620
ELEKTRO	56.426	232	-	-	56.658	52.614
ENERGISA	21.211	296	12	-	21.519	63.484
ENERSUL	20.366	272	-	-	20.638	20.534
ESCELSA	26.232	1.009	60	-	27.301	26.395
LIGHT	91.463	1.311	452	-	93.226	89.994
PIRATININGA	6.126	-	54	-	6.180	8.538
RGE	7.353	659	-	-	8.012	7.698
Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Rolagem da Divida dos Estados	-	-	-	112.427	112.427	187.625
Rolagem da Divida dos Municipios	-	-	-	-	-	-
Comercialização CCEE	93.668	23.535	295.650	-	412.853	433.440
Clientes de Distribuição	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica	505.615	3.393	56.841	30.141	595.990	608.415
PROINFA	412.944	7.741	56.419	-	477.104	579.428
Consumidores	659.470	341.318	445.669	198.379	1.644.836	1.172.474
Poder público	125.378	57.661	388.846	144.553	716.438	465.335
Outros	758.558	13.281	139.546	168.424	1.079.809	1.151.156
(-) PCLD	(745.727)	(46.213)	(1.024.445)	(352.865)	(2.169.250)	(2.578.143)
	3.316.379	425.625	371.960	382.999	4.496.963	4.352.024
NÃO CIRCULANTE						
CELG	-	-	-	161.313	161.313	66.368
CELPA	-	-	-	70.669	70.669	-
CEA	-	-	-	399.302	399.302	-
Acordo Reestr.Divida Externa - Garantia	-	-	-	-	-	-
Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Rolagem da divida dos Estados	-	-	-	1.029.710	1.029.710	1.005.383
Rolagem da divida dos Municipios	-	-	-	-	-	-
Outros	258.827	-	7.956	310.939	577.722	407.243
(-) PCLD	(334)	-	(7.956)	(747.480)	(755.770)	-
	258.493	-	-	1.224.453	1.482.946	1.478.994
	3.574.872	425.625	371.960	1.607.452	5.979.909	5.831.018

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um resultado líquido negativo no exercício de 2012 de R$ 60.122 (31 de dezembro de 2011 – negativo em R$ 48.906), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R$ 477.104 do Proinfa referente à Controladora (31 de dezembro de 2011 – R$ 579.428).

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

A controlada Furnas, mantém registrados créditos no montante de R$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a controlada Furnas, mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III - Rolagem da dívida dos Estados – Lei 8.727/1993

O montante a receber da rolagem da dívida com os estados é de R$ 1.142.137

A controlada Eletrosul detém 50% do total de créditos junto à União, que atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68 % ao ano, montam à R$ 578.654, em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R$ 607.391), sendo R$ 438.586 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2011 - R$ 479.752) decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuia nas concessionárias estaduais de energia elétrica. A União assumiu, refinanciou e reescalonou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

IV - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantém provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Consumidores	856.030	792.962
Revendedores	1.031.593	397.980
CEA	743.837	1.093.641
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	2.925.020	2.578.143

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

	CONSOLIDADO
	31/12/2012
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.130.896
(+) Constituição	666.480
(-) Reversão	(219.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.578.143
(+) Constituição	1.050.795
(-) Reversão	(703.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.925.020

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos. A reversão ocorrida em 2011 refere-se basicamente ao programa de parcelamento junto às prefeituras e órgãos públicos pelas empresas de distribuição.

Em 2012, a controlada Eletronorte efetuou reversões, pela baixa definitiva do valor, no montante de R$ 492.025, em decorrência da renegociação efetuada com os valores a receber da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).

A principal constituição de provisão no período refere-se a R$ 204.049 que Furnas possui a receber da CELG, em função do não reconhecimento de parte da dívida desta com Furnas (e que encontra-se em discussão).

Para fins fiscais, o eventual excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 8 – INDENIZAÇÕES LEI 12.783/2013

Valor referente às indenizações a receber do poder concedente em função das alterações da Lei 12.783/2003, conforme nota 2.1:

	CONSOLIDADO
	31/12/2012
Geração – Projeto Básico	6.153.462
Transmissão – Rede básica – novos empreendimentos (RBNI)	8.283.810
	14.437.272
Ativo circulante	8.882.836
Ativo não circulante	5.554.436
	14.437.272

Vide nota 47.4.

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/12/2012							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	19.307	248.775	3.257.300	-	-	-	-
CHESF	6,95	740	34.545	93.370	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.366	70.951	1.065.900	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	30.510	311.219	3.890.859	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	5.514	43.547	1.050.250	-	-	-	-
CGTEE	11,55	8.024	111.632	958.363	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.806	77.491	341.521	-	-	-	-
BOA VISTA	8,30	237	3.520	16.833	-	-	-	-
CERON	6,65	1.836	67.099	212.307	-	-	-	-
CEPISA	8,05	3.597	104.278	471.217	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	994	28.610	125.350	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	4.914	253.925	770.150	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.271.281	10.371.354	7,45	-	635.640	5.185.677
		83.845	2.626.873	22.624.774		-	635.640	5.185.677
CEMIG	7,12	2.134	85.068	315.893	7,12	2.134	85.068	315.893
COPEL	8,39	1.399	51.431	180.383	8,39	1.399	51.431	180.383
CEEE	6,57	341	5.821	42.745	6,57	341	5.821	42.745
AES ELETROPAULO	10,39	324.055	108.978	1.321	10,39	324.055	108.978	1.321
CELPE	6,13	211	9.911	31.048	6,13	211	9.911	31.048
CEMAT	6,27	21.953	344.384	-	6,27	21.953	344.384	-
CELTINS	6,26	9.885	112.212	-	6,26	9.885	112.212	-
ENERSUL	6,17	508	12.786	64.421	6,17	508	12.786	64.421
CELPA	6,68	52.374	66.288	411.820	6,68	52.374	66.288	411.820
CEMAR	5,89	2.247	77.605	396.921	5,89	2.247	77.605	396.921
CESP	9,36	12	47.008	110.681	9,36	12	47.008	110.681
COELCE	6,08	460	13.939	75.577	6,08	460	13.939	75.577
COSERN	6,00	60	3.080	8.852	6,00	60	3.080	8.852
COELBA	6,00	920	24.241	155.929	6,00	920	24.241	155.929
CER	8,76	3.848	13.873	10.491	8,76	3.848	13.873	10.491
CELG	5,71	542	7.178	93.657	5,71	542	7.178	93.657
ESCELSA	6,01	395	13.202	65.668	6,01	395	13.202	65.668
GLOBAL	6,00	61.330	44.100	-	6,00	61.330	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	1.242	41.201	146.806	7,41	1.242	41.201	146.806
OUTRAS	6,36	50.675	119.994	429.472	6,36	50.679	126.763	449.396
(-) PCLD		(140.086)	(263.027)	-		(140.086)	(263.027)	-
		394.505	939.273	2.541.686		394.509	946.042	2.561.609
		478.350	3.566.146	25.166.460		394.509	1.581.682	7.747.286

	31/12/2011							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	18.074	168.250	2.958.897	-	-	-	-
CHESF	6,95	-	21.276	121.729	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.465	58.861	918.555	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	11.724	273.752	3.783.553	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	3.381	85.882	1.089.087	-	-	-	-
CGTEE	11,55	1.577	157.144	841.793	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.006	105.295	204.011	-	-	-	-
CERON	6,65	662	20.916	94.926	-	-	-	-
CEPISA	8,05	3.161	85.423	375.314	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	1.071	32.944	73.528	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	3.734	170.465	448.894	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.080.499	10.684.686	7,45	-	540.249	5.342.343
		50.855	2.260.707	21.594.973		-	540.249	5.342.343
CEMIG	7,12	2.352	78.124	373.241	7,12	2.352	78.124	373.241
COPEL	8,39	1.616	49.164	215.900	8,39	1.616	49.164	215.900
CEEE	6,57	865	21.990	127.568	6,57	865	21.990	127.568
AES ELETROPAULO	10,39	311.636	108.851	2.329	10,39	311.636	108.851	2.329
CELPE	6,13	292	11.035	43.676	6,13	292	11.035	43.676
CEMAT	6,27	1.875	358.578	-	6,27	1.875	358.578	-
CELTINS	6,26	617	100.918	-	6,26	617	100.918	-
ENERSUL	6,17	461	13.413	71.360	6,17	461	13.413	71.360
CELPA	6,68	11.279	408.629	-	6,68	11.279	408.629	-
CEMAR	5,89	1.995	62.289	414.612	5,89	1.995	62.289	414.612
CESP	9,36	233	41.190	149.636	9,36	233	41.190	149.636
COELCE	6,08	506	16.420	84.245	6,08	506	16.420	84.245
COSERN	6,00	75	3.224	11.732	6,00	75	3.224	11.732
COELBA	6,00	922	28.527	154.570	6,00	922	28.527	154.570
CER	8,76	941	7.881	13.117	8,76	941	7.881	13.117
CELG	5,71	40.310	57.248	12.681	5,71	40.310	57.248	12.681
ESCELSA	6,01	443	13.032	76.318	6,01	443	13.032	76.318
GLOBAL	6,00	-	44.100	-	6,00	-	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	-	63.626	86.429	7,41	-	63.626	86.429
OUTRAS	6,36	95.504	101.928	445.714	6,36	95.511	107.245	471.581
(-) PCLD		(130.475)	(395.133)	-		(130.475)	(395.133)	-
		341.447	1.195.033	2.283.126		341.454	1.200.351	2.308.993
		392.302	3.455.741	23.878.099		341.454	1.740.600	7.651.336

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, recursos setoriais e recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuarias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,15% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 43% do total da carteira (48% em 31 de dezembro de 2011). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 57% do saldo da carteira (52% em 31 de dezembro de 2011).

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações especificas do setor e formadas em parte através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Controladora	3.548.695	3.134.620	2.678.191	2.545.767	2.435.504	10.823.683	25.166.460
Consolidado	1.092.437	964.967	824.459	783.693	749.750	3.331.981	7.747.286

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo junto a Eletrobras.

No decorrer da execução do contrato surgiram questionamentos por parte do devedor acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado, tendo a Eletropaulo proposto Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobras, em dezembro de 1988.

Em dezembro de 2010, a Eletrobras solicitou a iniciação do processo de liquidação na modalidade por artigos e, que por tal motivo, o processo foi submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a AES Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido da liquidação por artigos, o que foi respondido por ambas às empresas.

Em dezembro de 2012, a 5º Vara Cível julgou a liquidação por artigos com base nos elementos trazidos aos autos e, ato contínuo, reconheceu a ELETROPAULO como a devedora da totalidade do débito.

Contra essa decisão foi manejado recurso de agravo por parte da Eletropaulo distribuído à Nona Câmara Cível em janeiro de 2013, tendo como principal pedido à necessidade de realização da prova pericial.

Em fevereiro de 2013 foi proferida decisão entendendo pela necessidade de realização de prova pericial, cassando, consequentemente a decisão do Juízo da 5º Vara Cível.

Desta forma, pelo atual fase do processo e pelos motivos expostos, estima-se que os trabalhos periciais, caso a Companhia não recorra da decisão, se iniciem durante o segundo trimestre de 2013.

Vale destacar que paralelamente a decisão acima, foi expedido mandado de pagamento em favor da Companhia quanto à parte incontroversa estando na iminência em receber.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença sendo apontada a devedora e sendo apurados valores a serem pagos pela AES Eletropaulo e CTEEP, a Eletrobras irá reiniciar o processo de execução contra as referidas empresas.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R$ 1.735.861, atualizado até 31 de dezembro de 2012, sendo R$ 434.354 (R$ 422.816 em 31 de dezembro de 2011) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela companhia.

Em 18 de março de 2013 a Companhia recebeu R$ 97.463 referente a parte do montante incontroverso decorrente da ação consignatória movida pela Eletropaulo questionando, a época, o valor que entendia como devido por conta da divida pactuada com a Eletrobras.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 403.113 (31 de dezembro de 2011 - R$ 525.608) correspondente ao principal e ao serviço da divida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face à eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

A Companhia reconheceu provisão sobre os créditos junto à Celpa, no montante de R$ 37.704. Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial da Celpa.

Adicionalmente, a Companhia possui provisão sobre os créditos junto à CEMAT e CELTINS, controladas pela Equatorial Energia e sob intervenção federal, no montante de R$ 74.626 e R$ 20.527. Tais provisões foram consideradas necessárias considerando o cenário atual de ambas que vêm apresentando dificuldades significativas econômico-financeiras para a liquidação de suas dividas (vide nota 15).

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	228.477
(+) Complemento	358.984
(-) Reversões / baixas	(61.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	525.608
(+) Complemento	181.048
(-) Reversões / baixas	(303.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	403.113

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (vide nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Furnas	-	64.200	-	-
Chesf	-	297.947	-	-
Eletrosul	15.613	24.490	-	-
Eletronorte	-	13.773	-	-
Eletropar	3.049	4.703	-	-
CGTEE	53.723	37.263	-	-
Itaipu	8.164	469	-	-
CTEEP	-	79.644	-	79.644
CEMAR	25.491	15.706	25.491	15.706
Outros	89.265	95.637	93.299	102.513
	195.304	633.832	118.790	197.863

NOTA 11 – TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ATIVO

I. Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	872.776	828.863	1.071.204	893.706
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	13.777	28.776	113.427	80.433
ICMS a recuperar	-	-	21.659	17.150
Outros	-	-	185.592	113.033
	886.553	857.639	1.391.882	1.104.322
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar	-	-	1.091.949	1.655.413
PIS/COFINS a recuperar	-	-	842.871	775.348
	-	-	1.934.820	2.430.761

II. Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante:				
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.088.491	736.588	1.418.252	843.022
Ativo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	1.754.333	2.044.513	4.996.806	3.343.525

III. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL:				
Variação Cambial Passiva	386.223	530.647	386.223	530.647
Provisão de Juros sobre o capital próprio	147.547	331.290	147.547	331.290
Provisão para Contingências	595.265	540.708	941.128	782.587
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	174.359	195.577	483.520	191.824
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	148.253	187.617	148.253	187.617
Provisões Operacionais	-	-	2.265.844	404.077
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	302.686	258.674	311.286	436.295
Outros	-	-	313.005	479.188
	1.754.333	2.044.513	4.996.806	3.343.525

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

A expectativa de realização dos saldos de imposto de renda diferido ativo é como segue:

	CONTROLADORA
	31/12/2012
Período:	
2014	107.761
2015	139.220
2016	225.166
2017	398.241
2018	451.879
2019	402.066
Total reconhecido no balanço patrimonial	1.754.333

IV. – ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Esses valores estão registrados no ativo não circulante nas rubricas de PIS e COFINS a recuperar e ICMS a recuperar.

A Companhia mantém expectativa de realizar esses créditos, sendo que de acordo com o § 8º da Lei 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, deste modo é mantido um passivo de igual valor na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

V. – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuia previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas Demonstrações Financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 12 – DIREITOS e OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	31/12/2012	31/12/2011
a. CCC de Sistemas Isolados	7.435.134	3.583.490
b. Energia nuclear	581.095	-
	8.016.229	3.583.490
Ativo circulante	7.115.200	3.083.157
Ativo não circulante	901.029	500.333
	8.016.229	3.583.490

a) Conta de consumo de combustível (CCC) de sistemas isolados

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, são incluídos os custos relativos a:

i. contratação de energia e de potência associada;
ii. geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
iii. encargos e impostos; e
iv. investimentos realizados.

Incluem, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

Referem-se a valores recebidos da CCC (parte a título de adiantamentos) nos respectivos períodos. Como a regulamentação da ANEEL referente à Lei 12.111/2009 ainda não se encontra totalmente estabelecida, os valores efetivamente recebidos não estão sendo baixados do Ativo e em contrapartida foi criada uma rubrica no Passivo Circulante denominada de Obrigações de Ressarcimento. Com isto, Companhia apresenta um valor a receber de R$ 7.435.134 (R$ 3.583.490 em 31 de dezembro de 2011) e um passivo de R$ 7.789.757 (R$ 3.431.228 em 31 de dezembro de 2011) de obrigações de ressarcimento.

b) Energia nuclear

Conforme previsto no parágrafo 4º do art. 12 da Lei 12.111/2009, e no art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL 1.406, de 21 de dezembro de 2012, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e da tarifa de referência (definida no parágrafo 1º da citada Lei) a ser repassado para Furnas, será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, em 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Dessa forma, a Companhia possui um direito de ressarcimento de R$ 581.095 em dezembro de 2012, tendo como contrapartida uma receita de suprimento de energia.

De acordo com o disposto no parágrafo 1º da Resolução Homologatória ANEEL 1.406/2012, esse montante será pago em duodécimos pelas concessionárias à ELETRONUCLEAR, nos anos de 2013 a 2015.

NOTA 13 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Elementos prontos	360.751	388.663
	360.751	388.663
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	143.116	133.894
Concentrado de urânio	109.153	130.575
Em curso - combustível nuclear	229.226	171.164
	481.495	435.633
	842.246	824.296

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;

c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

NOTA 14 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Controladas				
Furnas	525.450	300.000	-	-
Chesf	-	1.293.000	-	-
Eletrosul	554.768	1.810.793	-	-
Eletronorte	220.240	1.125.949	-	-
CGTEE	160.949	452.704	-	-
Ceal	176.514	97.354	-	-
Ceron	162.798	88.837	-	-
Cepisa	430.282	275.984	-	-
Eletroacre	217.497	160.822	-	-
Amazonas	277.680	63.918	-	-
	2.726.178	5.669.361	-	-
Outros investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000
	2.730.178	5.673.361	4.000	4.000

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas e Controladas em conjunto				
Furnas	11.252.674	13.237.136	-	-
Chesf	11.622.439	16.742.953	-	-
Eletrosul	4.653.342	2.624.730	-	-
Eletronorte	10.543.614	10.199.453	-	-
Eletropar	136.549	169.135	-	-
Eletronuclear	6.345.704	6.520.292	-	-
CGTEE	210.190	334.348	-	-
Distribuidora Alagoas	4.119	217.375	-	-
Distribuidora Rondônia (*)	-	135.118	-	-
Distribuidora Acre (*)	-	85.563	-	-
Itaipu	102.175	93.790	-	-
Mangue Seco II	17.006	17.166	-	-
CHC	28.584	19.090	-	-
Norte Energia	409.386	217.135	-	-
Inambari	9.250	9.738	-	-
	45.335.032	50.623.022	-	-
b) Coligadas				
Celpa	94.673	171.370	94.673	171.370
CEEE-GT	738.009	701.628	738.009	701.628
Cemat	420.787	436.150	420.787	436.150
Emae	252.316	301.190	263.331	312.150
CTEEP	739.735	641.618	753.358	653.280
Cemar	411.463	323.433	411.463	323.433
Lajeado Energia	540.819	532.459	540.819	532.459
Ceb Lajeado	79.672	76.155	79.672	76.155
Paulista Lajeado	27.425	27.654	27.425	27.654
CEEE-D	343.875	391.988	343.875	391.988
Águas da Pedra	-	-	176.504	157.112
Amapari	-	-	39.191	34.105
	3.648.774	3.603.645	3.889.107	3.817.484
SUBTOTAL	48.983.806	54.226.667	3.889.107	3.817.484
Mantidos a Valor Justo				
Celesc	112.012	150.432	112.012	150.432
Cesp	124.380	203.580	124.380	203.580
Coelce	232.140	182.640	232.140	182.640
AES Tietê	713.398	812.853	713.398	812.853
Energisa	82.070	77.215	82.070	77.215
CELPE	24.159	54.854	24.159	54.854
CGEEP	30.201	22.607	30.201	22.607
COPEL	38.575	50.546	38.575	50.546
CEB	6.206	6.485	6.206	6.485
AES Eletropaulo	-	-	35.207	76.491
Energias do Brasil	-	-	18.556	20.552
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CPFL Energia	-	-	36.457	44.327
CEA	20	20	20	20
CER	102	102	102	102
Outros	20.288	23.519	156.156	139.638
	1.405.290	1.606.591	1.631.378	1.864.078
SUBTOTAL	50.389.095	55.833.259	5.520.484	5.681.562
Provisão para perdas em investimentos	(122.185)	(171.370)	(122.185)	(171.370)
TOTAL	50.266.910	55.661.889	5.398.299	5.510.192

(*) Passivo a descoberto em Dezembro 2012

Tendo em vista o processo de recuperação judicial da investida Celpa e consequente incerteza de continuidade de suas operações, a Companhia reconheceu como provisão para perdas a totalidade do investimento na Celpa no montante de R$ 94.673 (31 de dezembro de 2011 – R$ 143.857) e perda dos montantes de dividendos declarados e não pagos até 31 de dezembro de 2012 no montante de R$ 27.513 (31 de dezembro de 2011 – R$ 27.513), ambas as provisões limitadas à participação da Companhia no capital social da CELPA de 34,24%.

15.1 – Provisões para perdas em investimentos

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CELPA	122.185	171.370
	122.185	171.370

15.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CEMAT	86.464	86.464
CTEEP	1.047.648	956.630
CEEE-GT	-	4.961
CEEE-D	-	7.539
	1.134.112	1.055.594

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Companhia quando da preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as politicas contábeis dessas empresas com as da Companhia.

15.3 - Mutação dos investimentos – Controladora

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2011	Integralização de capital	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/ Perda de Capital	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2012
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
FURNAS	13.237.136	-	(475.981)	-	-	(192.601)	(1.315.879)	11.252.674
CHESF	16.742.953	1.339.994	(247.109)	(1.685)	-	(893.837)	(5.317.877)	11.622.439
ELETROSUL	2.624.730	2.162.724	(110.703)	186	-	(89.081)	65.486	4.653.342
ELETRONORTE	10.199.453	1.125.949	(21.947)	59	-	(49.922)	(709.978)	10.543.614
ELETROPAR	169.135	-	(28.260)	-	-	(17.157)	12.831	136.549
ELETRONUCLEAR	6.520.292	-	(194.312)	-	-	-	19.724	6.345.704
CGTEE	334.348	432.966	(126.966)	41	-	(12.254)	(417.946)	210.190
CEAL	217.375	-	(126.189)	-	-	-	(87.067)	4.119
EÓLICA MANGUE SECO	17.166	-	-	-	-	-	(159)	17.006
CHC	19.090	10.029	1.886	-	-	-	(2.421)	28.584
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	217.135	198.000	-	-	-	-	(5.750)	409.386
INAMBARI	9.738	679	185	-	-	-	(1.352)	9.250
ITAIPU BINACIONAL	93.790	-	8.385	-	-	-	-	102.175
CELPA	171.370	-	-	-	-	-	(76.697)	94.673
CEEE-GT	701.628	-	51.370	-	-	13.562	(28.551)	738.009
CEMAT	436.150	-	-	-	-	6.275	(21.638)	420.787
EMAE	301.190	-	-	-	-	-	(48.874)	252.316
CTEEP	641.618	-	-	-	-	(108.026)	206.143	739.735
CEMAR	323.433	-	-	-	-	(41.197)	129.227	411.463
REDE LAJEADO	532.459	-	(24)	-	6.936	(65.292)	66.739	540.819
CEB LAJEADO	76.155	-	(20)	-	-	(10.651)	14.188	79.672
PAULISTA LAJEADO	27.654	-	-	-	-	(7.455)	7.227	27.425
CEEE-D	391.988	-	44.947	-	-	-	(93.060)	343.875
MUTAÇÃO DO PASSIVO A DESCOBERTO - CONTROLADORA								
CEPISA	(185.154)	-	(1.863)	-	-	-	(36.488)	(223.505)
CERON	135.118	-	-	-	-	-	(207.886)	(72.768)
BOA VISTA	-	-	-	-	-	-	(23.562)	(23.562)
AMAZONAS	(286.994)	-	(11.821)	-	-	-	(829.203)	(1.128.018)
ELETROACRE	85.564	-	-	-	-	-	(139.598)	(54.034)
TOTAL	53.754.519	5.270.340	(1.238.421)	(1.399)	6.936	(1.467.637)	(8.842.421)	47.481.917
Investimentos	54.226.667	5.270.340	(1.224.737)	(1.399)	6.936	(1.467.637)	(7.826.367)	48.983.803
Passivo a descoberto	(472.148)	-	(13.684)	-	-	-	(1.016.055)	(1.501.887)
TOTAL	53.754.519	5.270.340	(1.238.421)	(1.399)	6.936	(1.467.637)	(8.842.421)	47.481.917

15.4 Informações do valor de mercado e de receita das investidas

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*) 2012	Valor de Mercado (*) 2011	Receita Operacional Liquida 2012	Receita Operacional Liquida 2011
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	244.628	315.468	2.188.950	2.028.501
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	268.884	329.138	952.863	762.484
CELPA	Equivalência Patrimonial	34,24%	23.613	177.657	Não divulgado	2.433.800
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	534.769	140.094	Não divulgado	1.912.105
CEMAT	Equivalência Patrimonial	40,92%	206.254	290.582	2.344.799	2.009.768
CTEEP	Equivalência Patrimonial	35,23%	1.846.752	3.093.881	2.818.988	2.900.805
EMAE	Equivalência Patrimonial	39,02%	106.681	99.040	174.509	164.093
CELESC	Valor de mercado	10,75%	141.779	150.431	Não divulgado	4.191.414
CESP	Valor de mercado	2,05%	153.571	203.581	3.354.005	2.957.525
COELCE	Valor de mercado	7,06%	226.711	182.639	Não divulgado	2.627.212
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	713.399	812.853	2.112.435	1.885.956
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	30.162	22.607	1.103.168	958.003
ENERGISA S.A	Valor de mercado	2,90%	77.740	77.215	2.919.079	2.426.613
CELGPAR	Valor de mercado	0,07%	391	322	Não divulgado	2.211.465
CELPE	Valor de mercado	1,56%	35.212	54.853	3.545.861	2.914.113
COPEL	Valor de mercado	0,56%	37.856	50.546	8.532.217	7.776.165
CEB	Valor de mercado	3,29%	6.000	6.485	Não divulgado	1.377.619
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	35.206	76.491	9.959.198	9.835.578
CPFL Energia	Valor de mercado	0,31%	36.456	44.327	15.055.147	12.764.028
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,18%	18.556	20.552	6.567.283	5.401.662

(*) Baseado na cotação das ações em 31 de dezembro.

Empresas de capital fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado 2012	Valor de Mercado 2011	Receita Operacional Liquida 2012	Receita Operacional Liquida 2011
Guascor	Valor de mercado	4,41%	Não divulgado	3.300	Não divulgado	Não divulgado
TANGARÁ	Valor de mercado	25,47%	19.932	21.738	Não divulgado	Não divulgado
CDSA	Valor de mercado	0,13%	367	11.802	Não divulgado	Não divulgado
CEA	Valor de mercado	0,03%	26	20	100.689	Não divulgado
CERR	Valor de mercado	0,01%	18	102	Não divulgado	100.689
Ceb Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	58.364	58.364	110.661	97.114
Lajeado Energia	Equivalência Patrimonial	40,07%	303.276	303.276	518.859	485.622
Paulista Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	22.532	22.532	47.829	42.207
Brasventos Eolo	Equivalência Patrimonial	49,00%	Não divulgado	2.232	-	-
Rei Dos Ventos 3	Equivalência Patrimonial	49,00%	Não divulgado	2.196	-	-
Brasventos Miassaba 3	Equivalência Patrimonial	49,00%	Não divulgado	3.335	-	-
Baguari	Equivalência Patrimonial	30,61%	Não divulgado	82.172	13.249	12.308
Águas da Pedra	Equivalência Patrimonial	49,00%	89.796	125.089	165.080	171.092
Chapecoense	Equivalência Patrimonial	40,00%	57	Não divulgado	229.767	453.825
Amapari	Equivalência Patrimonial	49,00%	39.190	27.997	35.200	37.924

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municipios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL, e seu primeiro termo aditivo celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2010 com vigência até 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante liquido negativo de R$ 39.531 (31 de dezembro de 2011 – R$ 72.831) e prejuizos acumulados de R$ 374.151 (31 de dezembro de 2011 – R$ 290.323) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municipios do Estado de Rondônia mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 12 de fevereiro de 2001 e de 11 de novembro de 2005, com vencimento em 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante liquido de R$ 24.541 e prejuizos acumulados de R$ 1.190.628 (31 de dezembro de 2011 – R$ 993.423) e depende do suporte financeiro da Companhia.

c) Distribuição Piaui – detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municipios do Estado do Piaui, mediante Contrato de Concessão 04/2001 de 12 de fevereiro de 2001, com a ANEEL, com vencimento em 07 de julho de 2015. A principal atividade é a distribuição de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante liquido negativo de R$ 54.248 (31 de dezembro de 2011 – R$ 8.322) e prejuizos acumulados de R$ 999.171 (31 de dezembro de 2011 – R$ 962.683) e depende do suporte financeiro da Companhia.

d) Amazonas Energia – tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (1.600,60 MW) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A investida apresenta capital circulante liquido negativo de R$ 1.949.330 (31 de dezembro de 2011 – R$ 1.000.238) e prejuizos acumulados de R$ 5.445.438 (31 de dezembro de 2011 – R$ 4.617.006) e depende do suporte financeiro da Companhia.

e) Distribuição Roraima - controlada diretamente pela Companhia a partir do ano de 2012 (anteriormente era uma controlada indireta, cujo acionista era a Eletronorte), com atuação na cidade de Boa Vista, suas funções principais são explorar os serviços de energia elétrica. A Distribuição Roraima detém concessão pelo Contrato 21/2001 – ANEEL, de 21 de março de 2001 e Termo Aditivo de quatorze de outubro de 2005, para distribuição de energia elétrica no municipio de Boa Vista, válida até o ano de 2015. A investida apresenta capital circulante liquido negativo de R$ 41.725 (31 de dezembro de 2011 – R$ 294.931) e prejuizos acumulados de R$ 715.355 (31 de dezembro de 2011 – R$ 590.033) e depende do suporte financeiro da Companhia.

f) Distribuição Acre – detém a concessão para distribuição e comercialização para todo os Estado do Acre, mediante contrato de concessão 06/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015. O suprimento de energia elétrica da capital, Rio Branco, e das seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feita pela ELETRONORTE. O interior do Estado, desde 1999, através de um contrato de Comodato, vem sendo suprido pela GUASCOR do Brasil Ltda., na forma de Produtor Independente de Energia- PIE, por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que, o suprimento de energia elétrica a todo o Estado, é feito através de Termoelétricas a Diesel (100%). A investida apresenta capital circulante liquido negativo de R$ 39.422 (31 de dezembro de 2011 – positivo em R$ 9.359) e prejuizos acumulados de R$ 306.761 (31 de dezembro de 2011 – R$ 256.260) e depende do suporte financeiro da Companhia.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra I e Angra II, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a usina Angra III. A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para a controlada FURNAS, mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Especificos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Artemis, RS Energia e Porto Velho Transmissora e o controle da Uirapuru.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais à Eletrobras e a ANDE.

Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaira até a foz do rio Iguaçu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 12,6 milhões de kW.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. O sistema de transmissão da Chesf é composto por 18.723 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 12.792 km de circuitos de transmissão em 230 kV, 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, 100 subestações com tensão maior que 69 kV e 762 transformadores efetivamente em operação em todos os níveis de tensão, totalizando uma capacidade de transformação de 44.181 MVA, além de 5.683 km de cabos de fibra óptica.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.694,00 MW e 7 usinas termelétricas, com capacidade de 600,33 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.294,33 MW. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.192,13 km de linhas de transmissão, 43 subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.888,02 km de linhas de transmissão e 53 subestações.

A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Estação Transmissora de Energia S.A. e Rio Branco Transmissora de Energia S.A., além de participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico – SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

f) Furnas Centrais Elétricas S.A. – controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espirito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. Atua, também, como agente de comercialização de energia, gerada pelas Usinas de Angra I e Angra II. O sistema de produção de energia elétrica de FURNAS é composto por 8 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada com uma potência instalada de 8.662 MW, e 2 usinas termelétricas com 796 MW de capacidade, totalizando 9.458 MW.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1,5 milhões de unidades consumidoras.

e) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

f) Centrais Elétricas do Pará S.A. – sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava em 30 de junho de 2012 (última informação publicada) capital circulante liquido negativo de R$ 1.686.894 (31 de dezembro de 2011 – R$ 1.191.873).

Conforme comunicado ao mercado em Fato Relevante publicado em 28 de fevereiro de 2012, a investida, nos termos da Instrução CVM 358/2002, informou que ajuizou, perante a Comarca da Capital do Estado do Pará, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a superação de sua situação de crise econômico-financeira, de modo a permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial foi deferido em 29 de fevereiro de 2012.

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do artigo 49 da Lei 11.101/2005, e deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial. Em 01 de setembro de 2012 a CELPA divulgou ao mercado que, em assembléia geral de credores, foi aprovado o plano de recuperação judicial da Companhia.

Por meio de anuncio de Fato Relevante publicado em 01 de novembro de 2012 a CELPA informou aos acionistas e ao público em geral que nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre Equatorial Energia S.A. e seus controladores, Rede Energia S.A. e QMRA Participações S.A., com a interveniência da Companhia e Jorge Queiroz de Moraes Junior, que após a aprovação pela ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, foi concluída a venda, pelo valor total de R$ 1,00 (um real), de 39.179.397 (trinta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, trezentas e noventa e sete) ações de emissão da Companhia detidas por seus controladores, correspondentes a 65,18% (sessenta e cinco inteiros e dezoito centésimos por cento) do capital votante e 61,37% (sessenta e um inteiros e trinta e sete centésimos por cento) do capital social total da Companhia.

g) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraiba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação.

h) Lajeado Energia S.A. - companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém 73% do capital total da Investco S.A., que tem como objeto principal a exploração da UHE Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público 05/97 – ANEEL, com vigência até 2033.

i) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Rede Energia S.A., sob intervenção federal, atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 7 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027 (vide nota 2). A investida apresentava em 31 de dezembro de 2012 capital circulante liquido negativo de R$ 438.922 (31 de dezembro de 2011 – R$ 82.136).

j) Norte Energia S.A. – sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49% do capital social da Norte Energia. Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica.

k) Madeira Energia S.A. – sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social da Madeira Energia. A investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. Em 31 de dezembro de 2012, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 1.166.329 (31 de dezembro de 2011 - R$ 1.279.002).

A investida tem apresentado dificuldades de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo.

Conforme comunicado ao mercado em anúncio de Fato Relevante publicado em 31 de agosto de 2012, a ANEEL decretou intervenção na CEMAT, a qual é regida pela Medida Provisória 577, publicada em 30 de agosto de 2012. Adicionalmente a Companhia divulgou ao mercado em 19 de dezembro de 2012 a postergação do pagamento de juros sobre capital próprio declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012. Este pagamento está suspenso até que seja restabelecida a capacidade financeira da Companhia.

IV – Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Companhia participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em diversas empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo – Investimentos. Os investimentos mais relevantes com participação da Companhia e suas controladas em sociedades de propósito específico são os seguintes:

1 – Sistema de Transmissão Nordeste – STN
Parceiros – 1 – CHESF 49%; 2 – Alusa 51%
Objeto – LT 500 Hv, 546 vKm – Teresina/Fortaleza – em operação

2 – Artemis Transmissora de Energia
Parceiro – Eletrosul 100%
Objeto- LT 525 Km – Salto Santiago /Cascavel – em operação

3 – Empresa Transmissora do Alto Uruguai – ETAU
Parceiros – 1 – Eletrosul 24,4%; 2 – Terna Participações 52,6%; 3 – DME Energética 10%; 4 – CEEE-GT 10%
Objeto – LT 230 Kv, 187 Km – Campos Novos /Santa Marte – em operação

4 – Enerpeixe S.A.
Parceiros – 1 – Furnas 40%; 2 – EDP 60%
Objeto – UHE Peixe Angical 452 MW – em operação

5 - Manaus Construtora Ltda.
Parceiros – 1 – Eletronorte 30,0%; 2 – CHESF 19,5; 3 - Abengoa Holding 50,5%
Objeto – LT 500KV Oriximá/Cariri, SE Itacoatiara 500/138KV e SE 500/230KV – em operação

6 - Uirapuru Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – Eletrosul 75%; 2 – Elos 25%
Objeto – LT 525KV, Ivaiorã/Londrina

7 - Energia Sustentável do Brasil
Parceiros – 1 – Chesf 20%; 2 – Eletrosul 20%; 3 – Energy South America Participações LTDA 10,1%; 4 – Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura S.A. 9,9%
Objeto – UHE Jirau, com 3.300 MW – entrada em operação prevista para 2013

8 - Norte Brasil Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – Eletrosul – 24,5%; 2 – Eletronorte 24,5%; 3 – Andrade Gutierrez Participações 25,5%; Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – 25,5%
Objeto – LT Porto Velho/Araraquara, trecho 02, 600KV

9 – Estação Transmissora de Energia
Parceiro – Eletronorte 100%
Objeto - Estação Retificadora - corrente alternada/corrente continua, e Estação Inversora - corrente continua/corrente alternada, 600/500 KV - 2950 MW

10 - Porto Velho Transmissora de Energia
Parceiro – Eletrosul 100%
Objeto – LT Porto Velho (RO), Subestação Coletora Porto Velho (RO), em 500/230 KV, e duas estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back, em 400 MW

11 - Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – Eletronorte 49%; 2 – Bimetal 24,50%; 3 – Alubar 13,25%; 4 – Linear 13,25%
Objeto - 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó / Cuiabá, com extensão de 25 km e Cuiabá / Rondonópolis, com extensão de 168 km – em operação

12 - Intesa - Integração Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – CHESF 12%; 2 – Eletronorte 37%; 3 – FIP 51%
Objeto - LT 500kV, no trecho Colinas/ Serra da Mesa 2, 3º circuito – em operação

13 – Energética Águas da Pedra
Parceiros – 1 – CHESF 24,5%; 2 – Eletronorte 24,5%; 3 – Neoenergia S.A. 51%
Objeto – UHE Rio Aripuanã 261KW – em operação

14 – Amapari Energia
Parceiros – 1 – Eletronorte 49%; 2 – MPX Energia 51%
Objeto – UTE Serra do Navio 23,33MW

15 - Brasnorte Transmissora de Energia
Parceiros - 1 – Eletronorte 49,71%; 2 – Terna Participações 38,70%; 3 – Bimetal Ind. e Com. de Produtos Metalúrgicos LTDA 11,62%
Objeto – LT Juba/Jauru 230 KV, com 129 Km de extensão; LT Maggi/Nova Mutum 230 KV, com 273 Km de extensão; SE Juba, 230/130 KV e SE Maggi, 230/138 KV

16 - Manaus Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – Eletronorte 30%; 2 – Chesf 19,50%; 3- Abengoa Concessões Brasil Holding 50,50%
Objeto - LT Oriximiná/Itacoatiara, circuito duplo, 500KV, com extensão de 374 KM, LT Itacoatiara/Cariri, circuito duplo 500KV, com extensão de 212 Km, Subestação Itacoatiara em 500/230 KV, 1.800MVA.

17 – Transleste
Parceiros – 1 - Furnas 24%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 25%; 4 – Orteng 10%
Objeto LT Montes Claros/Irapé, 345 kV – em operação

18 - Transudeste
Parceiros – 1 – Furnas 25%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 24%; 4 – Orteng 10%
Objeto - LT Itutinga/ Juiz de Fora, 345 kV – em operação

19 – Transirapé
Parceiros – 1 – Furnas 24,50%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 24,50%; 4 – Orteng 10%
Objeto - LT Irapé / Araçuai, 230 kV – em operação

20 – Chapecoense
Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 - CPFL 51% (Consócio Chapecoense 40% e CEEE-GT 9%)
Objeto – UHE Foz do Chapecó, Rio Uruguai, 855MW – em operação

21 - Serra do Facão Energia
Parceiros - 1 – Furnas 49,47%; 2 - Alcoa Alumínio S.A. 34,97%, 3 - DME Energética S.A 10,09% e 4 - Camargo Corrêa Energia S.A. 5,46%.
Objeto - UHE Serra do Facão, 212,58 MW – em operação

22 - Retiro Baixo
Parceiros – 1 - Furnas 49%; 2 – Orteng 25,5%; 3 – Logos 15,5%; 3 – Arcadis Logos 10%
Objeto - UHE Retiro Baixo, 82 MW – em operação

23 - Baguari Energia
Parceiros – 1 – Furnas 30,61%; 2- Cemig 69,39%
Objeto - UHE Baguari, 140 MW – em operação

24 - Centroeste de Minas
Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 – Cemig 51%
Objeto - LT Furnas/Pimenta (MG), 345 kV – em operação

25 – Santo Antonio Energia
Parceiros – 1 - Furnas 39%; 2 - Odebrecht Investimentos 17,6%; 3 - Andrade Gutierrez Participações 12,4%; 4 – Cemig 10%; 5 - Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia 20%; 6 - Construtora Norberto Odebrecht (1%).
Objeto - UHE Santo Antônio

26 - IE Madeira
Parceiros – 1 – Furnas 24,50%; 2 – Chesf 24,50%; 3 – CTEEP 31%
Objeto - LT Coletora Porto Velho/Araraquara, trecho 01, com 2.950 Km

27 - Inambari
Parceiros – 1 – Furnas 19,60%; 2 – Eletrobras 29,40%; 3 – OAS 51%
Objeto – Construção UHE Inambari (Peru), e do sistema de Transmissão de uso exclusivo, interligando o Peru e Brasil, bem como a importação e exportação de bens e serviços – em fase pré-operacional

28 – Transenergia
Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 – Delta 25,5%; 3 – J. Malucelli 25,5%
Objeto - construção, implantação, operação e manutenção de linha de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional Lote C

29 - Norte Energia S.A.
Parceiros – 1 – Eletrobras 15,00%; 2 – Chesf 15%; 3 - Eletronorte 19,98%; 4 - Petros 10%; 5 - Bolzano 10%; 6 – Outros 30,02%
Objeto – UHE Belo Monte, no rio Xingu

30 - Eólicas Junco I, Junco II, Caiçara I e Caiçara II
Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - Empresa francesa Votalia: 51%.
Objeto: Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica.

As usinas Junco I e II, de 30 MW, cada, serão construídas no município de Jijoca de Jericoacoara, e as usinas Caiçara I e II, de 30 MW e 21 MW, respectivamente, serão construídas no município de Cruz, no Estado do Ceará e totalizarão 111 MW de potência instalada- fase pré-operacional.

31 - Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A
Parceiros: 1 - Chesf 49%; 2 - CTEEP: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista: 51%.
Objeto: construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente a LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km; LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km; LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km; LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km; LT Secc. J. Camara II/Extremoz/SE Ceará Mirim, CS, em 230 kV, com 6 km; LT Secc. C. Grande III/Extremoz II, C1 e C2, CS, em 230 kV, com 12,5 km; SE João Câmara II, 500 kV; SE Campina Grande III, 500/230 kV; SE Ceará Mirim, 500/230 kV – fase pré-operacional.

32 - TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A
Parceiros: 1 - CHESF: 49%; 2 - ATP Engenharia Ltda.: 51%.
Objeto: Construção, implementação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da linha de transmissão São Luiz II, 230 Kv, com 156 Km de extensão – Maranhão, das subestações Pecém III em 500/230 Kv (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA)- Ceará- em fase pré-operacional.

33 - Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras
Parceiros: 1 - CHESF: 49%; 2 - Brennand Energia 51%.
Objeto: Contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia, capacidade para gerar 30,0 MW, cada, em fase pré-operacional.

34 - Interligação Elétrica Garanhuns S.A
Parceiros: 1 - CHESF: 49%; 2 - CTEEP: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista 51%.
Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV, em fase pré-operacional.

35 - Rio Branco Transmissora de Energia S.A
Parceiros: 1 - Eletronorte: 100%.
Objeto: Construção, operação e manutenção das linhas de transmissão entre Porto Velho – Abunã e Abunã – Rio Branco, circuito 2, com 230 kV e extensão de 487 Km, nos Estados de Rondônia e Acre- em operação.

36 - Cerro I, II e III
Parceiros: 1 - Eletrosul: 100%.
Objeto: Geração eólica, com capacidade instalada de 30MW cada, em operação.

37 - Chuí
Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 51%.
Objeto: Geração eólica, em fase pré-operacional.

38 - Livramento
Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 41%; 3 - Fundação Elos: 10%.
Objeto: Geração eólica, em fase pré-operacional.

39 - Santa Vitória do Palmar
Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 51%.
Objeto: Geração eólica, em fase pré-operacional.

40 - TSBE
Parceiros: 1 - Eletrosul: 80%; 2 - Copel: 20%.
Objeto: LT 230 Kv- Nova Santa Rita- Camaquã 3- LT 230 Kv Camaquã 3- Quinta; LT 525 Kv Salto Santiago- Itá; LT 525 Kv Itá- Nova Santa Rita, em fase pré-operacional.

41 - TSLE
Parceiros: 1 - Eletrosul: 51%; 2 - CEEE: 49%.
Objeto: LT 525 Kv Nova Santa Rita – Povo Novo; LT 525 Kv Povo Nova- Marmeleiro; LT 525 Kv Marmeleiro- Santa Vitória do Palmar. Seccionamento da LT 230 Kv Camaquã 3. Em fase pré-operacional.

42 - Marumbi
Parceiros: 1 - Eletrosul: 20%; 2 - Copel: 80%.
Objeto: LT 525 Kv Curitiba – Curitiba Leste (PR). Em fase pré-operacional.

43 - RS Energia
Parceiros: 1 - Eletrosul: 100%.
Objeto: LT 525 Kv Campos Novos(SC) - Nova Santa Rita(RS). LT 230 Kv Monte Claro – Garibaldi (RS). Em operação.

44 - Costa Oeste
Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Copel: 51%.
Objeto: LT 230 Kv Cascavel Oeste- Umuarama(PR). Em fase pré-operacional.

45 - Teles Pires Participações
Parceiros: 1 - Eletrosul: 24,70%; 2 - Neoenergia: 50,60%; 3- Furnas: 24,70%.
Objeto: Geração hidráulica, UHE Teles Pires, em fase de pré-operacional.

46 - Linha Verde Transmissora de Energia
Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.: 51%.
Objeto: LT Porto Velho - Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná - Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com extensão de 987 Km, 230 kV.

47 - Transmissora Matogrossense
Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Alupar Investimentos S.A. - 46%; 3 - Mavi Engenharia e Construções Ltda. - 5%
Objeto: LT Jaurú - Cuiabá (MT), com extensão de 348 Km e SE Jaurú, com 500 kV.

48 - Construtora Integração
Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Eletrosul: 24,50%; 3 - Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.: 51%
Objeto: Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

49 - Transorte
Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Alupar Investimento S.A.: 51%
Objeto: LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV.

50 - Brasventos Eolo Geradora Energia
Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%
Objeto: Parque Eólico Rei dos Ventos 1 com 48,6 MW de potência instalada, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

51 - Brasventos Miassaba 3 Geradora
Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%
Objeto: Parque Eólico Miassaba 3, com 50 MW de potência instalada, localizado no município de Macau, no Rio Grande do Norte.

52 - Rei dos Ventos 3 Geradora
Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%
Objeto: Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 48,6 MW de potência instalada, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

53 - Luziana – Niquelândia Transmissora
Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - State Grid Corporation of China: 51%.
Objeto: Instalações de transmissão compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 230/69 kV - (3+1) x 10 MVA, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV - (3+1) x 75 MVA.

54 - Energia dos Ventos I a X
Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Alupar 50,99%; 3 - Empresas detentoras do direito dos estudos: 0,01%.
Objeto: Concessão para implantação e exploração de 10 Centrais Geradoras Eólicas e respectivas instalações de transmissão. Centrais de Geração Eólica, totalizando 230 MW instalados, municípios de Fortim e Aracati - Ceará.

55 - Caldas Novas
Parceiros: 1 - Furnas: 49,90%; 2 - Desenvix: 25,5%; 3 - Santa Rita: 12,525%; CEL Engenharia: 12,525%.
Objeto: Instalações de Transmissão da Rede Básica, compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV – 150 MVA-Caldas Novas – GO.

56 - Goiás Transmissão
Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Desenvix: 25,5%; 3 - J. Malucelli Energia: 25,5%.
Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das linhas de transmissão Rio Verde Norte – Trindade; Trindade-Xavantes; Trindade- Região Centro Oeste.

57 - Madeira Energia S.A
Parceiros: 1 - Furnas: 39%; 2 - Odebrecht Energia: 18,6%; 3 - Andrade Gutierrez Participações S.A.: 12,4%; 4- CEMIG: 10%; 5- FIP: 20%.
Objeto: Construção e operação da UHE Santo Antônio- Porto Velho- RO.

58 - MGE Transmissão
Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Desenvix: 25,5%; 3 - J. Malucelli Energia: 25,5%.
Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das LTs Mesquita – Viana 2- Viana 2- Viana e da SE Viana 2.

15.6 – Ações em garantia

Tendo em vista a Companhia ter diversas ações no âmbito do judiciário, onde figura como ré (vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 9,02% (5,25% em 2010) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

	31/12/2012		
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	739.735	90,59%	670.126
EMAE	252.316	100,00%	252.316
CESP	124.380	95,88%	119.256
AES TIETE	713.398	88,94%	634.496
COELCE	232.140	86,56%	200.940
CGEEP	30.201	62,35%	18.830
CEMAT	420.787	86,66%	364.654
CELPA	94.673	5,31%	5.027
CELPE	24.159	70,41%	17.010
CEEE - GT	738.009	100,00%	738.009
CEEE - D	343.875	99,13%	340.883
CEMAR	411.463	57,62%	237.085
SUBTOTAL	4.125.136		3.598.632
Outros Investimentos	46.141.776		-
TOTAL	50.266.911	7,16%	3.598.632

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica.

	CONSOLIDADO 31/12/2012			
	Valor bruto	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão / *Impairment*	Valor líquido
Em serviço				
Geração	44.954.872	(17.166.530)	(2.374.456)	25.413.886
Administração	2.012.186	(1.093.267)	-	918.919
	46.967.058	(18.259.797)	(2.374.456)	26.332.805
Em curso				
Geração	19.196.699	-	-	19.196.699
Administração	1.877.598	-	-	1.877.598
	21.074.297	-	-	21.074.297
	68.041.355	(18.259.797)	(2.374.456)	47.407.102

	CONSOLIDADO 31/12/2011			
	Valor bruto	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão / *Impairment*	Valor líquido
Em serviço				
Geração	59.688.026	(24.385.487)	(349.052)	34.953.487
Administração	2.272.380	(1.353.630)	(32.712)	886.038
	61.960.406	(25.739.117)	(381.764)	35.839.525
Em curso				
Geração	16.906.190	-	-	16.906.190
Administração	469.146	-	-	469.146
	17.375.336	-	-	17.375.336
	79.335.742	(25.739.117)	(381.764)	53.214.861

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias a terceiros.

As Obrigações Especiais correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Movimentação do Imobilizado

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2011 (Reclassificado)	Adições	Transferência curso/ serviço	Baixas	Depreciação	Efeitos da Lei nº 12.783/13	Saldo em 31/12/2012
Geração / Comercialização							
Em serviço	58.958.508	557.498	4.934.490	(156.493)	-	(20.457.903)	43.836.100
Depreciação acumulada	(24.185.487)	(94.027)	(323.001)	78.576	(1.586.847)	8.944.256	(17.166.530)
Em curso	16.906.190	7.375.893	(4.439.013)	(206.722)	-	(439.649)	19.196.699
Arrendamento Mercantil	1.165.388	-	-	-	(46.616)	-	1.118.772
Provisão p/ ajustes valor recuperação ativos - impairment	(836.208)	-	-	(846.511)	-	(400.135)	(2.082.854)
	52.008.391	7.839.364	172.476	(1.131.149)	(1.633.463)	(12.353.431)	44.902.188
Administração							
Em serviço	2.272.380	8.094	(209.789)	(58.499)	-	-	2.012.186
Depreciação acumulada	(1.353.630)	(9.366)	260.911	36.364	(27.546)	-	(1.093.267)
Em curso	469.145	2.548.125	(334.125)	(87.054)	-	(718.493)	1.877.598
	1.387.895	2.546.853	(283.003)	(109.189)	(27.546)	(718.493)	2.796.516
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão							
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-	-	-
Reintegração Acumulada	14.053	-	-	-	2.824	-	16.877
Contribuições do Consumidor	(147.894)	-	-	-	-	-	(147.894)
Participação da União Federal	(47.584)	-	-	-	24	-	(47.560)
Doações e Subvenções p/ investimentos	-	19	-	-	-	-	19
Outros	-	-	-	-	-	(113.044)	(113.044)
	(181.425)	19	-	-	2.848	(113.044)	(291.602)
TOTAL	53.214.861	10.386.236	(110.527)	(1.240.339)	(1.658.161)	(13.184.968)	47.407.102

Efeitos da Lei 12.783/2013 na mutação do imobilizado de 2012

Geração	
Reclassificação para indenizações a receber (projeto básico)	(5.954.768)
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	(2.825.060)
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(1.802.402)
Reclassificação para ativo financeiro (modernizações e melhorias)	(1.483.540)
Parcela não recuperável de ativos - *impairment*	(1.119.198)
Efeito total no imobilizado	**(13.184.968)**

Taxa média de depreciação e Depreciação acumulada:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Geração				
Hidráulica	2,39%	11.728.578	2,44%	19.856.370
Nuclear	3,32%	3.080.265	3,30%	2.501.816
Térmica	2,61%	2.245.169	5,77%	2.027.301
Eólica	2,29%	21.749		-
Comercialização	7,85%	54.170		-
		17.129.931		24.385.487
Administração	6,92%	1.129.866	7,46%	1.353.630
		1.129.866		1.353.630
Total		18.259.797		25.739.117

NOTA 17 – ATIVO FINANCEIRO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	8.526.270	9.276.285
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	11.098.119	17.273.525
	19.624.389	26.549.810
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	4.595.947	3.025.366
	4.595.947	3.025.366
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	1.483.540	-
	1.483.540	-
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	19.657.434	18.592.152
	19.657.434	18.592.152
Total do ativo financeiro	45.361.310	48.167.328
Ativo Financeiro – Circulante	579.295	2.017.949
Passivo Financeiro – Circulante	(52.862)	-
Ativo Financeiro – Não Circulante	44.834.877	46.149.379
Total do ativo financeiro	45.361.310	48.167.328

Impactos da Lei 12.783/2013 no ativo financeiro

Geração	
Reclassificação do imobilizado para o ativo financeiro (modernizações e melhorias)	1.483.540
Efeito no ativo financeiro	1.483.540
Transmissão	
Reclassificação para indenizações a receber	(8.133.025)
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	(331.602)
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(1.242.395)
Parcela não recuperável de ativos - *impairment*	(41.511)
Efeito no ativo financeiro	(9.748.533)
Distribuição	
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	359.182
Efeito no ativo financeiro	359.182
Efeito total no ativo financeiro	(7.905.811)

I – Ativo Financeiro de Itaipu

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Contas a Receber	1.459.221	2.278.404
Direito de Ressarcimento	849.724	611.508
Fornecedores de Energia - Itaipu	(734.252)	(586.994)
Obrigações de ressarcimento	(1.627.555)	(1.404.965)
Total ativo (passivo) circulante	(52.862)	897.953
Contas a Receber	894.847	139.563
Direito de Ressarcimento	4.919.758	3.936.511
Obrigações de ressarcimento	(2.999.085)	(2.352.065)
	2.815.520	1.724.009
Imobilizado Itaipu		
Geração		
Em serviço	15.753.106	14.931.693
Em curso	56.756	50.557
	15.809.862	14.982.250
Administração		
Em serviço	862.196	797.093
Em curso	222.718	190.847
	1.084.914	987.940
Total ativo não circulante	19.710.296	17.694.198
Total do ativo financeiro de Itaipu consolidado	19.657.434	18.592.152

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a.1 – Fator de ajuste

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Companhia, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2011, encontra-se incluído o montante equivalente a US$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R$ 4.919.758 em 31 de dezembro de 2012, equivalentes a US$ 2,407,516 (31 de dezembro de 2011 – R$ 3.936.511, equivalentes a US$ 2,098,577), dos quais R$ 2.999.085, equivalente a US$ 1,467,621, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

a.2 - Comercialização de energia elétrica

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foi comercializado no exercício de 2012 o equivalente a 83.847 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22.60/kW e a tarifa de repasse (venda), US$ 24.88/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2012, a atividade foi superavitária em R$ 280.029 (R$ 638.977 em 31 de dezembro de 2011), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

II - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R$ 25.703.876 (31 de dezembro de 2011 - R$ 29.575.176) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

NOTA 18 – ATIVO INTANGÍVEL

	CONTROLADORA					
	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 31/12/2012
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	48.150	-	(46.299)	(1.851)	-	-
Administração						
Em serviço	61.114	-	(61.114)	-	-	-
Amortização acumulada	(12.964)	-	14.815	(1.851)	-	-
Total	48.150	-	(46.299)	(1.851)	-	-

	CONSOLIDADO					
	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 31/12/2012
Vinculados à Concessão - Geração	1.172.736	63.766	(845)	(45.896)	(13.665)	1.176.096
Em serviço	944.973	15.242	(844)	(45.896)	94.448	1.007.923
Ativo Intangível	1.020.331	15.226	-	-	94.448	1.130.005
Amortização acumulada	(75.358)	(34)	(844)	(45.896)	-	(122.132)
Obrigações especiais	-	50	-	-	-	50
Impairment	-	-	-	-	-	-
Em curso	227.763	48.524	(1)	-	(108.113)	168.173
Ativo Intangível	227.763	48.524	(1)	-	(108.113)	168.173
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-
Vinculados à Concessão - Distribuição	794.148	52.714	17.851	(101.149)	518	764.082
Em serviço	689.369	(41.523)	18.742	(101.149)	78.742	644.181
Ativo Intangível	2.076.075	93.539	(105.114)	-	152.312	2.216.812
Amortização acumulada	(931.659)	(112.232)	81.767	(152.749)	-	(1.114.873)
Obrigações especiais	(455.047)	(307)	19.868	51.600	(73.570)	(457.456)
Impairment	-	(22.523)	22.221	-	-	(302)
Em curso	104.779	94.237	(891)	-	(78.224)	119.901
Ativo Intangível	209.476	115.297	(5.611)	-	(149.518)	169.644
Obrigações especiais	(104.697)	(3.870)	4.720	-	69.225	(34.622)
Impairment	-	-	-	-	2.069	2.069
Contrato de concessão oneroso	-	(17.190)	-	-	-	(17.190)
Vinculados à Concessão - Transmissão	-	745	-	(34)	-	711
Em serviço	-	689	-	(34)	-	655
Ativo Intangível	-	689	-	-	-	689
Amortização acumulada	-	-	-	(34)	-	(34)
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-
Em curso	-	56	-	-	-	56
Ativo Intangível	-	56	-	-	-	56
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	404.483	27.543	(52.446)	(19.927)	198	359.851
Administração						
Em serviço	499.380	15.804	(67.655)	(9.037)	26.894	465.386
Amortização acumulada	(193.930)	(13.039)	17.318	(10.890)	(16)	(200.557)
Em curso	99.033	24.754	(2.109)	-	(12.845)	108.833
Outros	-	24	-	-	(13.835)	(13.810)
Total	2.371.367	144.768	(35.440)	(167.006)	(12.949)	2.300.740

O Ativo Intangível é amortizado durante o seu prazo de concessão.

NOTA 19 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

a) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

b) Taxa de desconto (após os impostos) especifica para cada segmento (4,98% para geração, 4,73% para transmissão e 4,61% distribuição) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;

c) A taxa de crescimento não inclui inflação;

d) A Companhia passou a tratar como unidades geradoras de caixa independentes todos os seus empreendimentos, deixando de serem consideradas de forma integrada, em função das alterações introduzidas pela Lei 12.783/2013.

A análise determinou a necessidade de constituição de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos no ano de 2012:

a) Eletrosul – a Companhia reconheceu em 2012 *impairment* no montante de R$ 149.672 (R$ 107.664 em 2011). Os valores provisionados referem-se a: R$ 44.377 da UGC João Borges; R$ 44.329 da UGC Rio Chapéu; descontinuidade dos projetos das PCHs Pinheiro (R$ 3.829) e PCH Itararé (R$ 4.256); *impairment* do ativo financeiro nas UGC linha de transmissão Presidente Médice - Santa Cruz (R$ 27.117) e subestação Missões (R$ 4.998); e outros ativos no montante de R$ 20.766.

b) Amazonas Energia (segmento de distribuição) – No ano de 2010 a ANEEL determinou uma nova metodologia de reajuste tarifário que inclui, entre outros fatores, a redução na remuneração dos ativos (WACC regulatório). Esses fatores levaram a necessidade de se reconhecer *impairment* sobre os ativos de distribuição no valor de R$ 573.209 (31 de dezembro de 2011 – R$ 573.731), sendo R$ 522 registrado como reversão neste exercício (2011 – provisão de R$ 69.546). Além disso, em 2012 foi reconhecida perda de R$ 92.528 sobre créditos tributários.

c) Furnas – A Companhia reconheceu *impairment* sobre as UHE Batalha e UHE Simplício, no montante de R$ 1.028.266 (31 de dezembro de 2011 – R$ 693.335), sobre a recuperação de ativos, sendo de R$ 334.931 neste exercício (2011 – R$ 349.444), tendo em vista um aumento na estrutura de custos impostas pelo atraso nas obras de construção das usinas hidrelétricas.

d) Eletronorte – Foi reconhecida em 2012 provisão de R$ 482.334 composta por: R$ 344.104 sobre ativo imobilizado de geração da UHE Samuel; R$ 64.103, equivalente ao total dos ativos das UTEs Floresta, Rio Acre, Rio Branco e Rio Madeira; R$ 27.389 referente a ativo imobilizado da UTE Balbina; R$ 28.168 referente a ativos imobilizados de RBSE; R$ 6.503 sobre outros ativos imobilizados de geração e R$ 12.067 sobre outros ativos imobilizados de transmissão.

	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2010	989.525
(+) Constituições	460.661
(-) Reversões	(27.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.422.712
(+) Constituições	1.059.462
(-) Reversões	(522)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.481.652

As perdas por impairment por segmento são como seguem:

31/12/2012	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	1.727.701	40.235	-	1.767.936
Intangível	1.740	32.115	587.333	621.188
Créditos Tributários	-	-	92.528	92.528
Total	1.729.441	72.350	679.861	2.481.652

NOTA 20 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	43.450	68.544	5.479.412	4.740.332
Energia Comprada para Revenda	424.354	316.132	1.841.910	1.544.536
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	169.480	53.234
	467.804	384.676	7.490.802	6.338.102

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	45.583	44.098
Adiantamentos de clientes - PROINFA	424.309	368.943	424.309	368.943
	424.309	368.943	469.892	413.041
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	830.234	879.452
	-	-	830.234	879.452
TOTAL	424.309	368.943	1.300.126	1.292.493

I – ALBRÁS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange* (*LME*) - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (vide nota 44).

Com base nestas condições, a ALBRÁS, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento, como detalhado a seguir:

Cliente	Datas do contrato Inicial	Final	Volume em Megawatts Médios (MW)
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	01/01/2024	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	02/01/2024	de 353,08 a 492

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equipamento ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

I - Contratos obtidos pela Companhia – Instituições Financeiras e Bônus

a) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/ JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo. Em 2011 foi celebrado contrato com o BIRD no valor de US$ 495,000 destinados a investimentos nas empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, principalmente com o objetivo de redução do nível de perdas. Desse valor só foram sacados US$ 1,237, em maio de 2011, para pagamento de taxa do próprio empréstimo, além de US$ 400 até dezembro de 2012 ficando o saldo restante a ser sacado.

Nos contratos tipo empréstimos na modalidade A/B *Loan*, entre a CAF e bancos comerciais, sem garantia da União, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais, existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. Ainda, seguindo as cláusulas usuais de mercado, há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB, assinados em 2007, no valor de US$ 149,000 e de US$ 281,000, sem garantia da União, mas que se tornaram efetivos somente em 2008. Os recursos desses dois contratos foram destinados ao financiamento da Usina Termelétrica de Candiota II, Fase C, da CGTEE.

Em 1º de novembro de 2012, houve a assinatura da segunda tranche do contrato de financiamento celebrado junto ao KfW, no valor de EUR 45,900, com garantia da União, contando com 5 anos de carência e prazo total de 30 anos e taxa de juros média de 2,93% ao ano. Os recursos serão destinados ao projeto do Complexo de São Bernardo, pertencente à Eletrosul, que visa à implantação de 4 PCHs no estado de Santa Catarina. O contrato de empréstimo relativo a Tranche 1 foi assinado em 12 de dezembro de 2008, no valor de EUR 13,294.

Foi também assinado, em 21 de dezembro de 2012, o contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 3.800.000, cujos recursos serão destinados à aquisição de máquinas e serviços importados da Usina nuclear de Angra III. Este contrato conta com garantia da União, taxa de juros de 6,5% ao ano e prazo de 25 anos de repagamento (com 5 anos de carência).

Além dos bônus emitidos em 2005, de US$ 300,000, com o antigo Dresdner Bank AG, bem como outra emissão realizada pelo Credit Suisse em 2009, de US$ 1,000,000, a Companhia emitiu notas no valor de US$ 1,750,000, em operação conjunta dos bancos Santander e Credit Suisse, em outubro de 2011. Os recursos obtidos no mercado internacional, por meio das emissões citadas, foram destinados ao fundo financiador do Programa de Investimentos das empresas do Sistema Eletrobras.

Em outubro de 2012, Furnas celebrou um contrato de financiamento junto ao Banco do Brasil, no valor R$ 750.000, com prazo total de pagamento de 6 (seis) anos, amortizados via *bullet* no último dia do contrato, contando com juros remuneratórios de 107,3% sobre a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os recursos contratados serão destinados ao programa de investimento da controlada e contam com o aval corporativo da Companhia.

Foram celebrados 2 (dois) contratos de financiamento entre a RS Energia – empresa que tem 100% do seu capital social pertencente a Eletrosul – e o BNDES, com o objetivo de financiar a construção e operacionalização de Linhas e Substações de Transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Sul, objeto de concessão através do leilão da ANEEL 008/2010.

O primeiro contrato de financiamento foi assinado em 04 de abril de 2012, no valor de R$ 41.898, a uma taxa de juros média de 1,96% ao ano, acrescidos da TJLP, sendo a amortização realizada via SAC, por um período de 168 meses. O segundo contrato de financiamento foi assinado em 30/04/2012, no valor complementar de R$ 9.413, contando com as mesmas condições de juros e prazo do financiamento anterior. Vale ressaltar que os dois contratos contam com a interveniência e fiança corporativa da Companhia.

B) Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR enquanto não são utilizados para os fins a que se destinam, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Companhia toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados, que tenham por objetivo:

a) expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;

b) incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;

c) estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

d) implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

e) iluminação pública eficiente;

f) conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;

g) universalização de acesso à energia elétrica.

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R$ 8.870.838 (31 de dezembro de 2011 – R$ 8.931.891), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

31/12/2012	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	2.124	38.021	171.097	4,40%	2.194	38.021	301.977
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,51%	12.978	330.237	1.862.530	2,51%	12.978	330.237	1.862.530
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,86%	2	-	35.832	3,86%	2	-	35.832
Eximbank	2,15%	1.346	52.067	234.296	2,15%	1.346	52.067	234.296
BNP Paribas	1,53%	330	70.769	595.628	1,53%	330	70.769	595.628
Outras		146	2.064	9.655		672	30.502	33.970
		16.926	493.158	2.909.038		17.522	521.596	3.064.233
Bônus								
Vencimento 30/11/2015	7,75%	4.675	-	613.050	7,75%	4.675	-	613.050
Vencimento 30/07/2019	6,87%	68.687	-	2.043.500	6,87%	68.687	251	2.043.538
Vencimento 27/10/2021	5,75%	42.431	-	3.576.125	5,75%	42.431	-	3.576.125
		115.793	-	6.232.675		115.793	251	6.232.713
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		5.579	475.031	8.849.631
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY		-	-	-		-	2.400	44.787
LLOYDS		-	-	-		-	38	991
		-	-	-		5.579	477.469	8.895.409
		132.719	493.158	9.141.713		138.894	999.316	18.192.355
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.870.838		-	-	8.870.838
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		49.830	1.868.668	3.871.825
Banco do Brasil		-	-	-		9.253	21.220	1.253.141
Caixa Econômica Federal		-	-	-		24.307	321.605	1.089.597
BNDES		-	-	-		84.282	929.800	11.926.269
		-	-	8.870.838		167.672	3.141.293	27.011.670
		132.719	493.158	18.012.551		306.566	4.140.609	45.204.025

31/12/2011	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	2.400	34.901	191.957	4,40%	2.400	34.901	191.957
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,40%	11.763	165.997	2.012.817	2,40%	11.763	165.997	2.012.817
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,87%	39	23.116	32.631	3,87%	39	23.116	32.631
Dresdner Bank	6,25%	41	23.385	-	6,25%	41	23.386	-
Eximbank	2,15%	1.635	53.362	293.487	2,15%	1.635	53.362	293.487
BNP Paribas	1,82%	269	64.962	611.709	1,82%	269	64.962	611.709
Outras		166	1.897	10.476		1.244	12.088	17.367
		16.313	367.620	3.153.077		17.391	377.812	3.159.968
Bônus								
Vencimento 30/11/2015	7,75%	4.292	-	562.740	7,75%	4.292	-	562.740
Vencimento 27/10/2021	5,75%	36.845	-	3.282.650	5,75%	36.845	-	3.282.650
Vencimento 30/07/2019	6,87%	63.050	-	1.875.800	6,87%	63.050	-	1.875.800
		104.187	-	5.721.190		104.187	-	5.721.190
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		3.922	416.325	8.561.657
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY		-	-	-		389	566	26.860
		-	-	-		4.311	416.891	8.588.517
		120.500	367.620	8.874.267		125.889	794.703	17.469.675
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.931.891		-	-	8.946.901
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		-	-	-		-	-	-
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		52.040	1.075.795	3.084.264
Banco do Brasil		-	-	-		17.369	460.428	386.771
Caixa Econômica Federal		-	-	-		9.882	191.972	183.797
BNDES		-	-	-		49.127	1.228.122	8.336.944
		-	-	8.931.891		128.418	2.956.317	20.938.677
		120.500	367.620	17.806.158		254.307	3.751.020	38.408.352

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos correspondentes na controladora a R$ 9.767.590, equivalentes a US$ 4,779,834 e no consolidado a R$ 19.300.565, equivalentes a US$ 9,459,538. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US$	EURO	YEN
Controladora	96,69%	0,37%	2,95%
Consolidado	98,33%	0,19%	1,49%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média anual em 2012 é de 5,04% e em 2011 foi de R$ 4,97%.

d) A parcela longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de dólares norte-americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018	TOTAL
Controladora	149,102	332,576	144,007	143,830	80.819	7,964,224	8,814,599
Consolidado	374,184	834,628	361,399	360,955	202,823	19,986,895	22,120,883

II – Operação de arrendamento financeiro:

Na controlada Amazonas Energia os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base a vida útil econômica dos ativos.

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, esta demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Menos de um ano	298.231	283.831
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.491.157	1.419.154
Mais de cinco anos	1.913.652	2.105.079
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	299.932	202.636
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	4.002.972	4.010.700
Ajuste a valor presente	(1.979.939)	(2.092.159)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	2.023.033	1.918.541
Menos de um ano	162.929	142.997
Mais de um ano e menos de cinco anos	814.644	714.984
Mais de cinco anos	1.045.460	1.060.560
Valor presente dos pagamentos	2.023.033	1.918.541

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (*)	Saldo Devedor em 31/12/2012	Saldo Garantidor Eletrobras	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício 2013	2014	2015	A liberar após 2015	Término da Garantia
Eletrobras	Norte Energia	Notas Promissórias	SPE	15,00%	150.000	154.271	1.543	-	-	-	-	15/01/2023
Eletrobras	Norte Energia	Fiel Cumprimento	SPE	15,00%	156.915	156.915	1.569	109.841	109.841	109.841	109.841	30/04/2019
Eletrobras	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	3.375.000	470.966	4.710	513.353	559.555	609.915	664.807	15/01/2042
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	1.665.135	16.651	1.759.219	1.671.305	1.653.757	-	15/01/2034
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	SPE	100,00%	223.419	210.731	2.107	182.965	155.191	127.396	-	15/07/2020
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	126.221	100.523	1.005	90.256	75.985	68.386	-	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Trans. de Energia	BNDES	SPE	100,00%	170.029	82.337	823	67.766	53.486	39.132	-	15/10/2018
Eletrosul	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	24,50%	257.250	223.954	2.240	278.945	240.100	222.950	-	15/01/2029
Eletrosul	Porto Velho Trans. Energia	BNDES	SPE	100,00%	283.411	304.571	3.046	311.372	297.567	267.801	-	15/08/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES	SPE	49,00%	89.384	90.789	908	84.682	78.684	72.655	-	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES/Banco do Brasil	SPE	49,00%	89.384	90.865	909	84.709	78.711	72.679	-	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	177.880	1.779	164.818	151.750	138.620	-	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	27.686	277	23.399	19.105	14.783	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	27.639	276	23.338	19.034	14.722	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	55.982	560	47.269	38.552	29.818	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	46.860	469	41.188	35.514	29.826	-	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	222.048	2.220	214.552	199.793	184.993	-	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	41.898	31.094	311	39.653	36.661	32.995	-	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	9.413	5.099	51	9.354	9.144	8.413	-	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	14.701	147	13.621	12.541	11.456	-	15/07/2026
Eletrosul	UHE Teles Pires	BNDES LP	SPE	24,50%	199.758	188.154	1.882	-	-	-	-	15/02/2036
Eletrosul	UHE Teles Pires	FI-FGTS	SPE	24,50%	160.680	168.339	1.683	-	-	-	-	31/05/2032
Eletronorte	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	11.621	116	10.646	9.671	8.695	8.695	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	34.878	349	31.099	27.320	23.541	23.541	15/11/2024
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	70.000	700	68.056	64.167	60.278	60.278	03/06/2031
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	1.896	19	1.801	1.681	1.562	1.562	10/01/2029
Eletronorte	UHE Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	931.000	381.522	3.815	279.783	178.043	76.337	76.337	15/09/2016
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	24,50%	257.250	223.954	2.240	278.945	240.100	222.950	-	15/01/2029
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BTG Pactual	SPE	49,00%	147.000	155.213	1.552	-	-	-	-	10/01/2013
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	75.000	83.445	834	91.911	101.236	108.604	-	10/07/2030
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	45.000	46.689	467	49.208	49.840	48.600	-	15/06/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.000	130.034	1.300	137.776	127.178	116.569	-	31/12/2026
Eletronorte	Estação Trans. de Energia	BNDES	SPE	100,00%	505.477	523.255	5.233	506.921	472.746	438.572	-	30/11/2028
Eletronorte	Estação Trans. de Energia	BASA	SPE	100,00%	221.789	222.599	2.226	232.868	219.625	206.381	-	30/07/2031
Eletronorte	Estação Trans. de Energia	BASA	SPE	100,00%	221.789	70.890	709	227.133	230.621	233.308	-	15/10/2030
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	BNDES	SPE	100,00%	138.000	144.531	1.445	138.907	128.424	117.940	-	15/03/2027
Eletronorte	Trans Matogrossense Energia	BASA	SPE	49,00%	39.200	39.817	398	39.819	36.515	32.924	-	01/02/2025
Eletronorte	Trans Matogrossense Energia	BNDES	SPE	49,00%	42.777	41.134	411	38.077	35.019	31.952	-	15/05/2026
Eletronorte	Norte Energia	BNDES LP	SPE	19,98%	4.495.500	627.327	6.273	683.786	745.327	812.406	885.523	15/01/2042
Eletronorte	Rei dos Ventos 1 Eolo	Votorantin	SPE	24,50%	30.851	26.329	263	32.952	30.893	28.962	-	15/11/2029
Eletronorte	Brasventos Miassaba 3	Votorantin	SPE	24,50%	32.533	27.716	277	34.698	32.529	30.496	-	15/11/2029
Eletronorte	Rei dos Ventos 3	Votorantin	SPE	24,50%	30.984	26.448	264	33.150	31.079	29.136	-	15/11/2029
Eletronuclear	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.146.256	1.349.674	13.497	5.252.360	6.444.450	7.378.916	-	15/05/2036
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	1.665.135	16.651	1.759.219	1.671.305	1.653.757	-	15/01/2034
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	48.750	54.239	542	59.742	65.804	70.593	-	10/07/2030
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	29.250	30.348	303	31.985	32.396	31.590	-	15/06/2032
Chesf	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.000	84.522	845	89.555	82.666	75.770	-	31/12/2026
Chesf	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	3.375.000	470.966	4.710	513.353	559.555	609.915	664.807	15/01/2042
Chesf	IE Madeira	BNDES LP	SPE	24,50%	377.535	377.535	3.775	377.535	454.031	423.971	-	15/03/2030
Chesf	IE Madeira	Debêntures Itaú	SPE	24,50%	105.350	14.983	150	-	-	-	-	15/03/2013
Chesf	IE Madeira	Bradesco - Hedge	SPE	24,50%	3.901	3.901	39	3.901	-	-	-	30/09/2013
Chesf	IE Madeira	HSBC - HEDGE	SPE	24,50%	4.001	4.001	40	4.001	-	-	-	30/09/2013
Chesf	IE Madeira	Itaú BBA - NP	SPE	24,50%	71.050	71.973	720	-	-	-	-	18/03/2013
Chesf	IE Madeira	BASA FNO	SPE	24,50%	65.415	50.363	504	50.363	69.190	72.623	-	10/07/2032
Chesf	Eólica Pedra Branca	Itaú BBA	SPE	49,00%	33.026	31.875	319	-	-	-	-	03/07/2013
Chesf	Eólica São Pedro do Lago	Itaú BBA	SPE	49,00%	36.603	31.700	317	-	-	-	-	03/07/2013
Chesf	Eólica Sete Gameleiras	Itaú BBA	SPE	49,00%	27.881	27.975	280	-	-	-	-	03/07/2013
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,90%	29.940	38.095	381	39.293	-	-	-	17/05/2013
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,90%	34.930	29.364	294	31.045	33.994	37.223	-	17/05/2031
Furnas	UHE Batalha	BNDES	Corporativa	100,00%	224.000	166.829	1.668	154.001	141.198	128.362	-	15/12/2025
Furnas	UHE Simplicio	BNDES	Corporativa	100,00%	1.034.410	797.138	7.971	738.456	679.897	621.201	-	15/07/2026
Furnas	UHE Baguari	BNDES	Corporativa	15,00%	60.153	51.162	512	47.295	43.436	39.567	-	15/07/2026
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	2.392.717	3.220.161	32.202	3.244.919	3.270.508	3.172.368	8.221	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BASA	SPE	39,00%	196.334	307.728	3.077	234.199	244.057	243.841	-	15/12/2030
Furnas	UHE Foz do chapecó	BNDES	SPE	40,00%	657.271	770.441	7.704	718.594	666.294	614.008	-	15/09/2027
Furnas	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.827	12.194	122	10.539	9.221	-	-	15/04/2023
Furnas	Serra do Facão	BNDES	SPE	49,47%	257.357	274.864	2.749	268.950	250.294	231.639	-	15/06/2027
Furnas	Goiás Transmissão	BNDES	SPE	49,00%	97.020	97.608	976	98.185	94.593	91.000	-	01/12/2031
Furnas	MGE	BNDES	SPE	49,00%	58.359	56.685	567	53.303	49.229	45.155	-	01/01/2027
Furnas	Transenergia São Paulo	BNDES	SPE	49,00%	18.963	19.538	195	18.737	17.936	17.134	-	15/08/2026
Furnas	Transenergia Renovável	BES	SPE	49,00%	77.910	75.055	751	73.771	68.392	63.013	-	15/11/2026
Furnas	Rei dos Ventos 1 Eolo	Votorantim	SPE	24,50%	30.851	26.329	263	32.952	30.893	28.962	-	15/11/2029
Furnas	UEE Miassaba 3	Votorantim	SPE	24,50%	32.533	27.716	277	34.698	32.529	30.496	-	15/11/2029
Furnas	UEE Rei dos Ventos 3	Votorantim	SPE	24,50%	30.984	26.448	264	33.150	31.079	29.136	-	15/11/2029
Furnas	IE Madeira	BNDES LP	SPE	24,50%	377.535	377.535	3.775	377.535	454.031	423.971	-	15/03/2030
Furnas	IE Madeira	Debêntures Itaú	SPE	24,50%	105.350	14.983	150	-	-	-	-	15/03/2013
Furnas	IE Madeira	Bradesco - Hedge	SPE	24,50%	3.901	3.901	39	3.901	-	-	-	30/09/2013
Furnas	IE Madeira	HSBC - HEDGE	SPE	24,50%	4.001	4.001	40	4.001	-	-	-	30/09/2013
Furnas	IE Madeira	Itaú BBA - NP	SPE	24,50%	71.050	71.973	720	-	-	-	-	18/03/2013
Furnas	IE Madeira	BASA FNO	SPE	24,5%	65.415	50.363	504	50.363	69.190	72.623	-	10/07/2032
Furnas	UHE Teles Pires	BNDES LP	SPE	24,50%	199.758	188.154	1.882	-	-	-	-	15/02/2036
Furnas	UHE Teles Pires	FI-FGTS	SPE	24,50%	160.680	168.339	1.683	-	-	-	-	31/05/2032
Furnas	Outros				349.800	359.761	3.598	-	-	-	-	Diversas
Total					34.304.163	18.911.394	189.114	21.385.510	22.170.660	22.546.183	2.503.612	

(*) Quota parte da controlada

A Companhia registrou na rubrica provisões operacionais no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Companhia sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Provisionado
Garantia devida em 31/12/2010	79.776
Movimentação em 2011	80.452
Garantia devida em 31/12/2011	160.228
Movimentação em 2012	28.885
Garantia devida em 31/12/2012	189.113

a) UHE Simplicio - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 337,7 MW. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Companhia é de 100% do financiamento.

b) UHE Mauá – empreendimento com capacidade instalada de 361 MW, em parceria entre a controladora Eletrosul (49%) e a Copel (51%). Nesta UHE há dois contratos com o BNDES, o direto e o indireto, sendo a Companhia interveniente garantidora de 49% dos dois contratos.

c) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF, GDF Suez Energy e Camargo Corrêa, com capacidade instalada de 3.450MW. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, a serem pagos em 240 meses. A Companhia é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas – Eletrosul (20%) e CHESF (20%).

d) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia – FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.150 MW. A Companhia é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).

e) UHE Foz do Chapecó – SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW, tem a Companhia como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).

f) UHE Baguari – Projeto corporativo de Furnas, com 140MW de capacidade instalada. A Companhia é garantidora de 15% do contrato de financiamento junto ao BNDES.

g) UHE Serra do Facão – SPE Serra do Facão, formada por Furnas (49,5%), Alcoa Aluminio S.A.(30,5%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia S.A (10%), com capacidade instalada de 210MW. A prestação de garantia pela Companhia no financiamento junto ao BNDES é referente à participação de Furnas no empreendimento.

h) Eólicas Cerro Chato I, II e III – SPEs Eólicas Cerro Chato I, II e III são formadas pela Eletrosul (90%) e Wobben (10%), com capacidade instalada de 30MW cada. Possui 80% de financiamento com prazo de pagamento de 10 anos, sendo 2 anos de carência. O aval da Companhia é de 90% do financiamento.

i) Norte Brasil Transmissora de Energia – SPE, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.375 km.

j) Manaus Transmissora de Energia – SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e CHESF (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). A Companhia presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).

k) Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Companhia e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas eólicas em Guararé, no Rio Grande do Norte. Neste empreendimento há prestação de garantia pela Companhia, proporcional a sua participação no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB.

l) UHE Batalha – Empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW, com financiamento junto ao BNDES. A Companhia figura como garantidora do referido contrato.

m) RS Energia – Garantia à Eletrosul no financiamento junto ao BNDES e Bancos repassadores quando da compra da participação acionária das empresas Schahin Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A nas transmissoras. A Eletrosul tem 100% de participação na RS.

n) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e CHESF (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Companhia nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Companhia figura como interveniente, na proporção de suas controladas.

o) UHE Belo Monte – SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW, de CHESF (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Companhia em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Companhia é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.

p) Angra III – A Companhia é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

NOTA 23 – DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2012, a composição de saldo da rubrica de debêntures a pagar está assim apresentada:

Tx de juros	Vencimento	31/12/2012	31/12/2011
106,5% CDI	15/09/2012	-	210.984
IPCA + 6,5% ao ano	30/09/2012	-	279.387
IPCA + 6,5% ao ano	30/12/2012	-	248.866
IPCA + 6,5% ao ano	30/09/2013	314.390	279.410
TJLP +0,15% aa	26/04/2013	-	-
106,5% CDI	28/02/2014	12.364	-
0,9875%	14/11/2017	22.325	-
IPCA + 6,5% ao ano	(*)	307.728	-
15% ao ano	10/07/2031	69.320	-
		726.127	1.018.647

(*) 15 parcelas a partir de 2023.

O montante de R$ 210.984 refere-se à emissão de 420 debêntures, Série Única, com vencimento em 15 de setembro de 2012, com taxa de juros de 106,5% do CDI, com valor unitário de R$ 1.000 cada, efetuada pela SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A, sendo, 400 debêntures emitidas em 15 de setembro de 2011 e sendo as restantes 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures foram resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2012, a R$ 334.192 (31 de dezembro de 2011- R$ 227.174), dos quais R$ 321.894 no não circulante (31 de dezembro de 2011 - R$ 211.554).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador, emitida na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	12.298	15.620
	12.298	15.620
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	321.894	211.554
TOTAL	321.894	211.554

NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

A Conta de Consumo de Combustiveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustiveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustiveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantido em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

NOTA 26 – TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PASSIVO

a) Tributos a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PASEP e COFINS	1.021	25.379	338.200	219.257
ICMS	10	183	230.575	124.662
PAES / REFIS	-	-	589.090	833.469
INSS/FGTS	2.493	330	129.977	79.105
Outros	14.142	14.298	233.740	332.242
Total	17.666	40.190	1.521.581	1.588.735
Passivo circulante	17.666	40.190	886.312	815.236
Passivo não circulante	-	-	635.269	773.500

b) Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante:				
Imposto de Renda corrente	155.579	-	277.459	95.376
Contribuição Social corrente	57.805	-	93.245	121.909
	213.384	-	370.704	217.285
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL diferidos	335.427	383.682	779.615	1.129.022

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuizo) antes do IRPJ e CSLL	(6.235.002)	(6.235.002)	3.920.933	3.920.933
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.558.750)	(561.150)	980.233	352.884
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(28.005)	(10.082)	(34.932)	(12.576)
Equivalência patrimonial	1.940.771	698.677	(401.090)	(144.392)
Provisão de JCP	(108.491)	(39.057)	(485.361)	(174.729)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	284.815	102.533	67.964	24.467
Demais adições (exclusões)	(58.137)	(19.210)	9.267	6.633
Total da despesa (Receita) de IRPJ e CSLL	472.203	171.711	136.081	52.287

d) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões 006/2004 da geração e 061/2001 da transmissão, o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

No ano de 2012, a CHESF não usufruiu do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda, em virtude de não ter obtido lucro fiscal. Em 2011, o incentivo fiscal mencionado totalizou R$ 317.812, com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07.

e) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 27 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	124.763	181.868
Quota CCC	32.494	50.081
Quota CDE	10.498	13.168
Quota PROINFA	23.012	60.643
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	724.447	584.816
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	16.957	11.116
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	353.753	274.722
Programa de Eficiência Energética - PEE	18.369	32.937
Outros	3.858	9.417
	1.308.152	1.218.768
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	32.177	15.010
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	369.026	340.132
Programa de Eficiência Energética - PEE	27.298	30.582
	428.501	385.724
TOTAL	1.736.653	1.604.492

a) Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR era de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota era computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhiam suas quotas anuais ao Fundo, não controlado pela Companhia, em conta bancária vinculada, administrada pela Companhia, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Companhia.

Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR:

I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei 12.783/2013.

b) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial alterado pela Lei 12.111/2009, criado na década de 70, tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria, o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela ANEEL. A partir da promulgação da Lei 12.111/2009, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades desse fundo setorial e sua gestão não afeta o resultado da Companhia.

c) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Companhia, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

d) PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Companhia. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia (sendo esta a responsável pelo pagamento).

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis 9.433/1997, 9.984/2000 e 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

f) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
JCP exercício	433.962	1.066.951
Dividendos não reclamados	100.826	109.398
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.416.545	3.147.364
	3.951.333	4.323.713
Não circulante		
Dividendos retidos exercícios anteriores	-	3.143.222
Total	3.951.333	7.466.935

I – Relativas ao Exercício

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Fundamentada em entendimento doutrinário sobre o tema, a Administração entende que: (1) face à existência de reserva de lucros que excede à absorção dos prejuízos do exercício, deve realizar o pagamento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do Estatuto Social, referente às ações preferenciais de classe "A" e "B" e (2) subsistindo, ainda, reservas de lucros após o pagamento aos preferencialistas, é facultado o pagamento também às ações ordinárias e, deste modo, a Companhia propõem a destinação de dividendos aos titulares de ações ordinárias. Em atendimento ao ICPC 08 que menciona os dividendos prioritários fixos, a administração constituiu provisão para a obrigação associada aos dividendos às ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia atribuiu remuneração aos acionistas preferenciais na forma de juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R$ 433.962 (R$ 433.962 em 2011), imputados aos dividendos do exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação é a que segue:

Remuneração por ação - Proposta - Expressa em reais			31/12/2012	31/12/2011
Ações ordinárias	1,72% do capital	(2011 - 2,51%)	0,39	0,58
Ações preferenciais da classe A	9,41% do capital	(2011 - 9,41%)	2,17	2,17
Ações preferenciais da classe B	7,06% do capital	(2011 - 7,06%)	1,63	1,63

A remuneração aos acionistas das ações ordinárias será realizada na forma de JCP no valor de R$ 433.962 (R$ 632.989 em 2011), imputada aos dividendos do exercício consignados no patrimônio líquido.

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte – IRRF.

Sobre a remuneração proposta incide atualização monetária incide a partir de 1º de janeiro de 2013 até a data do efetivo início do pagamento, data esta a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária, que apreciará às presentes Demonstrações Financeiras e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa SELIC incide IRRF, nos termos da legislação vigente.

Em cumprimento ao deliberado na 52ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2012, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2011, na forma de JCP, teve início em 18 de maio de 2012.

II – Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

Fazem jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integram o quadro de Acionistas da Companhia em 29 de janeiro de 2010, restando ser liquidada a parcela de junho de 2013 (última), no total de R$ 3.416.545 (R$ 6.290.586 em 31 de dezembro de 2011).

Os créditos são remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre essa remuneração, retenção de IRRF, nos termos da legislação vigente.

III – Dividendos Prescritos

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R$ 100.826 (R$ 109.398 em 31 de dezembro de 2011), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2009, 2010 e 2011. A remuneração relativa ao exercício de 2008 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 29 - CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	122.905	101.448	33.105	144.753
Outros	8.142	7.602	3.967	10.923
	131.047	109.050	37.072	155.676

NOTA 30 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X
Itaipu BR	X			X	X
Itaipu PY	X			X	X

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2012.

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.283.066	1.915.198	24.421.763	16.964.727
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.650.951)	(1.767.747)	(21.303.217)	(17.678.212)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	632.115	147.451	3.118.546	(713.485)
Valor máximo de ativo atuarial passivel de reconhecimento no fim do exercicio	-	-	99.690	-
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	94.173	22.550	564.766	815.598
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	109.324	111.006
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	632.115	147.451	3.347.094	1.838.409
Custo de serviço corrente	1.302	4.138	194.513	144.316
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	192.643	151.740	1.735.611	1.464.927
Contribuições esperadas de participante (-)	(8.946)	(10.297)	(93.228)	(156.952)
Rendimento esperado dos ativos (-)	(171.164)	(174.264)	(1.930.427)	(1.728.445)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	13.835	(28.683)	(93.531)	(276.154)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	22.354	18.332	1.400.029	869.525
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	22.354	18.332	1.400.029	869.525
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	22.354	18.332	1.400.029	869.525
Custo de serviço corrente	790	728	15.818	64.433
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	1.856	1.287	113.442	65.865
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	2.646	2.015	129.260	130.298

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela b.1 - Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.915.198	1.632.254	16.964.728	15.276.728
Custo de serviço corrente	1.302	4.138	194.513	144.316
Juros sobre a obrigação atuarial	192.643	151.740	1.735.611	1.464.927
Benefícios pagos no ano (-)	(148.650)	(155.294)	(1.069.384)	(978.718)
Aquisição de quotas - Plano CD	-	-	-	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	322.573	282.360	6.596.296	1.057.474
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.283.066	1.915.198	24.421.763	16.964.727

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Tabela b.2 - Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valor justo dos ativos no início do ano	1.767.747	1.762.387	17.678.212	16.860.205
Benefícios pagos durante o exercício (-)	(148.650)	(155.293)	(1.069.384)	(978.718)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	3.810	11.381	142.750	142.641
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	10.031	5.107	250.222	201.276
Rendimento esperado dos ativos no ano	171.164	172.718	1.930.427	1.726.899
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	(153.151)	(28.553)	2.370.990	(274.092)
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.650.951	1.767.747	21.303.217	17.678.212
Rendimento efetivo dos ativos no ano	18.013	145.711	4.301.417	1.454.353

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados Programa Previdenciário	528.616	174.371	2.620.423	1.147.673

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício Programa Previdenciário	343.647	179.696	1.472.750	702.021

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela c.1 - Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do ano	18.332	30.617	869.525	741.116
Custo de serviço corrente	790	728	15.818	64.433
Juros sobre a obrigação atuarial	1.856	1.287	113.442	65.865
Benefícios pagos no ano	-	-	(36.560)	(58.226)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	1.376	(14.299)	437.805	56.337
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	22.354	18.332	1.400.029	869.525

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados - Outros benefícios pós-emprego	(6.087)	(7.463)	317.904	226.187

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Outros benefícios pós-emprego	1.376	(14.300)	91.717	56.337

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas	2012	2011
Taxa anual de juro atuarial real (i)	3,20% a 3,72%	5,38% a 5,61%
Taxa anual de inflação projetada	4,89% a 4,90%	4,50%
Taxa real anual de retorno dos ativos (ii)	3,20% a 3,72%	10,1% a 10,4%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	-	-
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	-	-
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98%	100%

Hipóteses Atuariais	2012	2011
Taxa de rotatividade	-	-
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

(i) Taxa de juros de longo prazo

(ii) Representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*. Em 2012, houve uma redução de aproximadamente 2% na taxa de desconto utilizada pela Companhia, acarretando um aumento significativo na obrigação atuarial.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R$ 18.013 (R$ 145.711 em 2011) na Controladora e R$ 4.301.417 (R$ 1.454.353 em 2011) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2012, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 12.703 (31.12.2011 - R$17.524) e R$ 172.006 (31.12.2011 - R$ 159.514) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2012, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R$ 10.031 (31.12.2011 - R$ 5.107) e R$ 250.222 (31.12.2011 - R$ 201.276) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R$4.126 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R$ 193.106 no consolidado.

f) Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

A tabela a seguir apresenta os efeitos no valor presente da obrigação de benefício definido e nos custos do serviço corrente e de juros quando do aumento e da diminuição de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos.

Variação nas taxas de tendência dos custos médicos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	CONSOLIDADO	
Variação nas taxas de custos médicos	31/12/2012	31/12/2011
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Aumento 1%	17.136	6.875
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Redução 1%	(14.374)	7.503
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1%	180.217	54.570
Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1%	(165.112)	62.351

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

g.1) Em 31 de dezembro de 2012

Categoria de Ativo em 2012	Controladora	Consolidado
Valores Disponíveis Imediatos	8	5.727
Realizáveis Previdenciários	25.561	349.428
Investimentos em Títulos Públicos	586.586	4.552.990
Investimentos em Ações	187.089	702.866
Investimentos em Fundos	635.471	14.514.568
Investimentos Imobiliários	143.457	647.068
Empréstimos e Financiamentos	71.829	604.282
Outros	13.818	83.368
Exigíveis Previdenciários (-)	(11.779)	(153.623)
Exigíveis de Investimentos (-)	(1.089)	(3.457)
Total de Ativos Garantidores	1.650.951	21.303.217

g.2) Em 31 de dezembro de 2011

Categoria de Ativo em 2011	Controladora	Consolidado
Valores Disponíveis Imediatos	2	9.007
Realizáveis Previdenciários	56.769	1.372.493
(-) Dívidas Contratadas	(18.738)	(1.013.589)
Investimentos em Títulos Públicos	712.045	3.870.880
Investimentos em Ações	186.639	1.328.867
Investimentos em Fundos	403.821	10.782.877
Investimentos Imobiliários	156.599	687.183
Empréstimos e Financiamentos	81.448	601.682
Outros	219.904	690.885
(-) Exigíveis Previdenciários	(22.433)	(544.936)
(-) Exigíveis de Investimentos	(8.309)	(107.137)
Total de Ativos Garantidores	1.767.747	17.678.212

h) Histórico de ajustes

O histórico dos ajustes pela experiência do plano de benefício definido está apresentado a seguir:

CONTROLADORA	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	2.283.066	1.915.198	1.632.254	1.541.246
Valor justo dos ativos do plano	(1.650.951)	(1.767.747)	(1.762.387)	(1.535.172)
Déficit /(Superávit)	632.115	147.451	(130.133)	6.074
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(74.151)	263.535	92.148	165.501
Efeito da Alteração da taxa de Desconto	396.724	18.825	-	-
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	(153.151)	(28.553)	244.651	30.365

CONSOLIDADO	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	24.421.764	16.964.728	15.276.726	14.199.435
Valor justo dos ativos do plano	(21.303.217)	(17.678.213)	(16.860.205)	(14.723.536)
Déficit /(Superávit)	3.118.546	(713.485)	(1.583.480)	(524.101)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	1.581.878	154.842	523.539	251.036
Efeito da Alteração da taxa de Desconto	4.557.140	902.632	-	-
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	2.370.990	(274.092)	1.445.124	1.675.743

NOTA 31 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontra em vários estágios de julgamento.

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas Demonstrações Financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	67.836	67.544
Tributárias	-	-	78.840	76.477
Civeis	-	-	121.264	96.169
Outros	-	-	-	-
	-	-	267.940	240.190
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	109.577	4.293	1.071.442	786.040
Tributárias	-	-	557.693	297.721
Civeis	1.085.127	1.442.104	3.659.259	3.568.415
Outros	-	-	-	-
	1.194.704	1.446.397	5.288.394	4.652.176
	1.194.704	1.446.397	5.556.334	4.892.366

Estas provisões tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2011	1.446.397	4.892.366
Constituição de provisões	861.804	2.126.433
Reversão de provisões	(711.645)	(969.749)
Pagamentos	(401.853)	(492.717)
Saldo em 31/12/2012	1.194.704	5.556.333

Parte relevante da reversão ocorrida em 2012 na Controladora deve-se a alteração dos parâmetros para determinação da provisão, em especial o valor patrimonial da ação e o valor de mercado da Companhia.

a) Principais ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda provável:

a.1) Ações judiciais civeis

Na Controladora

As ações civeis na controladora têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978.

As demandas tem o objetivo de impugnar a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia. Os créditos foram integralmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações utilizando como base de atualização a legislação vigente. Existem atualmente 2.296 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias. A Companhia mantém provisão para contingências civeis, na controladora, no valor de R$ 1.085.127 (31 de dezembro de 2011 - R$ 1.446.397) referente a esses processos.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

CHESF:

i. A CHESF é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350 milhões, em dobro, ou seja, R$700 milhões.

A Justiça Estadual de Pernambuco entendeu que ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente e a reconvenção apresentada pelas rés como procedente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A CHESF e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, ao Superior Tribunal de Justiça. Este, em agosto de 2010, deu provimento a um desses recursos especiais apresentado pela CHESF, reduzindo o valor da causa, o que implica substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela CHESF e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela CHESF e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés. As partes ainda não foram intimadas dessas decisões, contra as quais ainda há possibilidade de apresentação de recursos. Em 31 de dezembro de 2012 aguardava-se, ainda, a intimação das partes quanto às decisões proferidas pelo STJ.

A Administração da CHESF, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 723.256 (31 de dezembro de 2011 – R$ 460.887), para fazer face à eventuais perdas decorrentes deste assunto.

ii. Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Anderson Moura de Souza e esposa. A sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a CHESF a pagar o valor de R$50.000, correspondente ao principal, mais juros e correção monetária. A Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia e o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Até 31 de dezembro de 2012, não houve movimentação de relevância no processo, estando à ação rescisória ainda pendente de julgamento. A Administração da CHESF, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a probabilidade de perda é provável e por isso possui registrado em seu passivo não circulante a provisão no valor de R$ 100.000 (31 de dezembro de 2011 – R$ 100.000).

iii. Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco, resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica (UHE Luiz Gonzaga). O autor afirma ser inexistente o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 06 de dezembro de 1986, por carência de legitimidade e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período, dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R$ 87.000. O processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça - STJ e encontra-se concluso com o relator. A Administração da CHESF, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a probabilidade de perda é provável e por isso possui em seu passivo não circulante, provisão no valor de R$ 87.000 (31 de dezembro de 2011 – R$ 87.000).

Eletronorte:

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. A Administração da Eletronorte, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou em seu passivo não circulante provisão no montante de R$ 608.320 (31 de dezembro de 2011 – R$ 703.988) para os processos que julgou a probabilidade de perda como provável.

Ceron

A Secretaria de Fazenda do Estado de Rondônia lavrou autos de infração referente à diferencial de aliquota do ICMS no período de 2001 e 2002. A Administração da CERON, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a probabilidade de perda é provável e por isso possui em seu passivo não circulante provisão no valor de R$ 12.919 (31 de dezembro de 2011 – R$ 12.083).

a.2) Trabalhistas

Furnas:

Diversas ações promovidas, nas quais é pleiteado o adicional de periculosidade, no entendimento de que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico. A Administração de Furnas, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou em seu passivo não circulante provisão no montante de R$ 231.054 (31 de dezembro de 2011 – R$ 227.567) para os processos que julgou a probabilidade de perda como provável.

Eletronorte:

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas à adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R$ 312.953 (31 de dezembro de 2011 – R$ 177.329).

CEAL:

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando à decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juizo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação à data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução.

Dai o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende "à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos".

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados "gatilhos" e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, foram apresentados Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria, procedimento também adotado pela Advocacia Geral da União.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data-base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19º Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data-base. A Companhia tem constituida provisão para contingências em relação a esse assunto, no montante de R$ 3.583.

O processo encontra-se em fase de execução, com homologação dos cálculos pelo juízo de primeiro grau no valor de R$ 722.000. Os cálculos foram impugnados pela CEAL com a apresentação de duas teses: uma com a limitação à data-base e outra contestando os valores apresentados pelo sindicato, sem a limitação à data-base.

a.3) Tributárias

Furnas:

A principal ação registrada refere-se aos autos de infração lavrados contra Furnas em 3 de maio de 2001, relativos ao FINSOCIAL, COFINS e PASEP, no, em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. O valor atualizado do processo é de R$ 246.204. A Administração de Furnas, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a probabilidade de perda é provável e por isso possui em seu passivo não circulante provisão no valor total.

b) Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível

Adicionalmente, a Companhia possui processos judiciais cujos prognósticos de perda classificados pela Administração da Companhia e de seus consultores legais são possíveis. Abaixo apresentamos os valores desses processos, por sua natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	303.924	303.924	1.395.265	687.246
Tributárias	62.226	62.226	9.099.220	5.956.119
Civeis	11.129.364	10.754.309	16.711.365	13.515.165
Total	11.495.514	11.120.458	27.205.849	20.158.530

Para todos os processos abaixo descritos, as Administrações das referidas empresas e da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entendem que a probabilidade de perda é possível sem haver necessidade de registro de provisão.

b.1) Civeis

Na Controladora:

O valor das causas possíveis na controladora é substancialmente formado por aquelas referentes ao Empréstimo Compulsório, cujas reclamações não estão contidas na decisão judicial de agosto de 2009. A descrição da natureza do Empréstimo Compulsório encontra-se na nota 24.

CHESF:

Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, na qual pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, A ação foi julgada procedente, sendo a CHESF condenada a pagar aos autores a importância de R$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31 de março de 2010). A CHESF interpôs recurso de apelação, a ser julgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, mas devido intervenção da União Federal, o processo foi encaminhado a Justiça Federal, onde se encontra.

i. Ação civel pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R$ 100.000 tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores devido à construção da UHE Xingó.

ii. Ação proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia, visando à contabilização e liquidação do valor de R$ 110.000 pela Aneel das transações do mercado, relativos à exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alivio (seguro) feita em dezembro de 2000. A Chesf ingressou no processo como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação.

iii. Ação declaratória com pedido de indenização proposta pela Carbomil Química S.A. objetivando indenização em decorrência da instalação de linha de transmissão de energia elétrica em área da mina Lajedo do Mel, localizada nos municipios de Jaguaruana e Quixeré, no Ceará, e Baraúna, no Rio Grande do Norte. O valor estimado é de R$ 70.000.

d) Processos de riscos remotos, não provisionados

CHESF

Ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuizos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia. A ação é considerada pelos seus administradores e suportada pelos consultores jurídicos da Companhia como risco de perda remoto.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juizo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a CHESF ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juizo, seria de aproximadamente R$ 7.000.000, valor não atualizado desde então. O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação. A Construtora Mendes Junior S.A interpôs agravos para Superior Tribunal de Justiça – ARESP, sendo que, em 31 de dezembro de 2012, naquela instância, o Ministério Público Federal emitiu parecer opinando pelo não provimento dos agravos.

NOTA 32 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas às caracteristicas especificas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 988.490 (31 de dezembro de 2011 – R$ 408.712).

	CONSOLIDADO
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2010	375.968
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	32.744
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2011	408.712
Constituição no período	517.997
Efeito da alteração da taxa de desconto	39.344
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	22.437
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2012	988.490

Alteração da taxa de desconto

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621 de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

No presente exercicio foi contabilizado ajuste a valor presente, decorrente de diferença da taxa de 5,49% ao ano para 4,98% ao ano, sobre o Passivo para Descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O valor de R$ 39.344 registrado como complemento do Passivo Não Circulante teve como contrapartida o Ativo Imobilizado.

Rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado

A Eletronuclear contabilizou em 2012 as estimativas de custos para gerenciamento em longo prazo dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados no valor de R$ 517.997, referente às seguintes atividades:

1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos.

2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra III e, portanto, da própria CNAAA, os valores que serão dispendidos para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

NOTA 33 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Especifico - SPEs. As caracteristicas dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões de usinas hidrelétricas foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como politica contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

	CONSOLIDADO Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Foz do Chapecó	20.852	19.498
Peixe Angical	7.178	6.627
Retiro Baixo	131	123
Serra do Facão	4.046	3.856
Santo Antonio	6.054	5.129
Passo São João	285	-
São Domingos	731	-
Mauá	854	-
Total	40.131	35.233

	CONSOLIDADO Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Jirau	44.872	39.776
Belo Monte	76.880	72.593
Passo São João	4.122	4.069
Mauá	12.547	12.357
São Domingos	9.838	4.774
Teles Pires	39.848	34.928
Batalha e Simplicio	44.673	42.230
Foz do Chapecó	245.930	236.560
Peixe Angical	81.201	77.029
Retiro Baixo	3.631	3.563
Serra do Facão	660.937	635.722
Santo Antonio	74.037	70.825
Balbina	279.391	300.106
Total	1.577.908	1.534.532

		Valor nominal original		Valores atualizados	
UHE	anos	Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Passo São João	29	200	5.944	285	8.170
Mauá	30	618	18.855	854	25.264
São Domingos	25	260	6.717	730	18.250
Jirau	30	3.150	96.840	4.036	124.134
Teles Pires	32	6.866	235.248	7.557	258.947
Batalha	35	309	8.725	831	8.331
Simplicio	35	1.187	34.036	1.657	35.923
Foz do Chapecó	35	19.261	504.000	42.128	662.946
Peixe Angical	35	6.800	197.200	17.037	220.947
Retiro Baixo	35	238	6.902	267	7.743
Serra do Facão	35	40.618	1.073.000	98.136	1.335.935
Santo Antônio	35	12.132	379.267	15.384	481.267
		91.639	2.566.734	188.502	3.187.847

NOTA 34 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	144.574	133.270
Linha de transmissão Banabui - Fortaleza	2.441	2.250
UHE de Xingó	6.857	6.321
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.073	989
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	6.363	5.865
	161.308	148.695

NOTA 35 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Transmissão		
Contrato nº 061/2001	84.139	-
Contrato nº 062/2001	1.407.057	-
Geração		
Itaparica	1.018.534	-
Jirau	1.607.869	-
Camaçari	357.043	-
Termonorte II	131.200	96.204
Funil	83.158	-
Mauá-Klabin	48.576	-
Complexo Paulo Afonso	34.107	-
Coaracy Nunes	21.553	-
São Domingos	13.930	-
Outros	98.358	-
TOTAL	4.905.524	96.204

Do montante da provisão para contratos onerosos reconhecida em 2012, R$ 3.082.395 decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilibrio em relação aos atuais custos. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes na estrutura de custos.

Programa de Reassentamento de Itaparica

A partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica e em função da formação do lago de Itaparica, 10.500 famílias foram deslocadas, das quais 6.100 eram de pequenos agricultores, e entre estas, estavam 200 famílias indígenas da tribo Tuxá, tendo como consequência a criação do Programa de Reassentamento de Itaparica, que tem por objetivo reassentar as famílias deslocadas da área inundada pelo reservatório da usina, atual Luiz Gonzaga, localizada entre os estados de Pernambuco e Bahia.

WNeste sentido, a provisão para contrato oneroso, relativa à UHE Itaparica poderá ser revista, em função do plano de execução que vier a ser implementado.

NOTA 36 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

1. Compra de energia

Empresas	2014	2015	2016	Após 2016
Amazonas	2.700	2.836	-	-
Chesf	433.277	364.345	307.597	3.212.902
Distribuidora Alagoas	155.486	173.233	-	-
Distribuidora Piauí	290.945	294.100	-	-
Distribuidora Rondônia	724.581	382.350	-	-
Distribuidora Acre	63.471	136.955	-	-
Eletronorte	68.720	180.238	207.385	220.827
Eletrosul	8.279	8.279	8.279	8.278
Furnas	120.875	33.220	33.220	99.660
Total	1.868.334	1.575.555	556.481	3.541.667

2. Combustível nuclear (Eletronuclear)

Empresas	2013	2014/2015	Após 2015
Eletronuclear	370.000	571.279	6.403.772

Contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II.

3. Compra de Energia de Produtor Independente - PROINFA

A Companhia apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondarão pela geração de aproximadamente 12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Em 2006, a Companhia concordou em adquirir energia elétrica produzida pelo PROINFA por um período de 20 anos e transferir essa energia elétrica às concessionárias de transmissão e distribuição, que por sua vez transferem a energia elétrica aos consumidores livres e autoprodutores, excluidos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos. Cada concessionária de transmissão e distribuição pagam à Companhia o custo anual de energia elétrica fornecida aos consumidores cativos, consumidores livres e autoprodutores conectados às suas instalações, em doze pagamentos mensais, cada um deles antecipadamente ao mês no qual a energia deve ser consumida.

4. Venda de energia

Empresas	2014	2015	2016	Após 2016
Chesf	2.014.587	1.255.379	485.051	2.544.962
Eletronorte	5.485.002	4.251.382	2.926.102	14.632.250
Eletrosul	5.853.610	8.049.723	8.278.569	16.557.138
Furnas	1.543.770	1.455.666	1.443.730	3.409.480
Itaipu	3.362.592	3.370.031	3.396.813	20.215.722
Total	18.259.560	18.382.181	16.530.264	57.359.551

Contratos assinados pelas empresas listadas acima com outras empresas do setor elétrico visando o suprimento/venda de energia elétrica. No caso no qual a Companhia não tenha geração de energia em quantidade suficiente em determinado período, pode-se recorrer a compra de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE para honrar o contrato de fornecimento de energia. Todavia, neste caso, a Companhia fica exposta ao valor do período do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, que pode ser maior que os valores de venda expostos nos contratos acima, ficando a Companhia sujeita a perdas financeiras nestas operações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. Compromissos sócio ambientais

Empresas	2013	2014/2015	Após 2015
Eletronuclear	20.598	11.554	127.085

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

B) CGTEE - Usina termelétrica Presidente Médici

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC prevê uma série de obrigações para a CGTEE até 31 de agosto de 2014 e conta com um investimento estimado da Companhia de R$ 241.835. Após a conclusão do TAC, espera-se a renovação pelo IBAMA da licença de operação da Usina Termelétrica Presidente Médici.

A CGTEE assumiu diversos compromissos, destacamos alguns como: licitação internacional para a implantação do Sistema de Abatimento de Material Particulado e SO2 na Fase B, recomposição de 1000 hectares de matas ciliares e/ou das áreas degradas, localizadas nas bacias hidrográficas dos Rios Jaguarão e Arroio Candiota e revegetação na área de preservação permanente da bacia de acumulação da Barragem.

6. Aquisição de equipamentos

Empresas	2013	2014/2015	Após 2015
Eletronuclear	197.746	245.158	86.890

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra I e Angra II, necessários à manutenção operacional desses ativos.

NOTA 37 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2011 - R$ 31.305.331) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2012, conforme a seguir:

	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	591.968.382	54,46	-	2.252	-	591.970.634	43,76
BNDESPAR	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
FGO	-	-	-	468.600	0,18	468.600	0,03
Outros	230.363.543	21,19	146.920	219.262.258	82,60	449.772.721	33,25
	1.087.050.297	100	146.920	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Do total das 393.479.350 (já deduzidas as 526 ações ordinárias, referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Companhia) ações em poder dos minoritários, 248.613.434, ou seja, 63,18% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 152.860.563 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 95.752.843 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 67.910.925 ações ordinárias e 25.986.141 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts – ADRs*.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	26.048.342	26.048.342

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.233.017	2.233.016
Estatutárias (art. 194 – Lei 6.404/1976)	9.037.359	16.862.806
	11.270.376	19.095.822

NOTA 38 – LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

31/12/2012				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro/Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações	(5.528.270)	(748)	(1.349.899)	(6.878.916)
	(5.528.270)	(748)	(1.349.899)	(6.878.916)
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R$)	(5,09)	(5,09)	(5,09)	

31/12/2011				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro/Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações	2.831.333	383	691.358	3.523.074
	2.831.333	383	691.358	3.523.074
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80%	0%	20%	100%
Resultado por ação básico (R$)	2,60	2,60	2,60	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

31/12/2012					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro/Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações	(5.500.867)	(743)	(34.099)	(1.343.206)	(6.878.916)
	(5.500.867)	(743)	(34.099)	(1.343.206)	(6.878.916)
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	6.738	265.437	1.359.373
% de ações em relação ao total	79,97%	0,01%	0,50%	19,53%	100,00%
Resultado por ação diluído (R$)	(5,06)	(5,06)	(5,06)	(5,06)	

31/12/2011					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro/Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações	2.650.655	358	670	647.240	3.298.923
Dividendos Preferenciais	-	272	449	433.459	434.180
	2.650.655	630	1.119	1.080.698	3.733.103
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	275	265.437	1.352.909
% de ações em relação ao total	80,35%	0,01%	0,02%	19,62%	100,00%
Resultado por ação diluído (R$)	2,44	4,29	4,07	4,07	

NOTA 39 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Geração				
Suprimento / Fornecimento	2.271.628	1.795.910	21.547.527	18.426.812
Repasse Itaipu	414.178	836.488	414.178	836.488
	2.685.806	2.632.398	21.961.705	19.263.300
Transmissão				
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	-	-	3.148.842	2.774.166
Receita de operação e manutenção	-	-	2.562.155	1.978.618
Receita de construção	-	-	3.681.603	3.603.492
	-	-	9.392.600	8.356.276
Distribuição				
Fornecimento	-	-	6.142.586	4.712.716
Receita de construção	-	-	1.345.519	729.064
	-	-	7.488.105	5.441.780
Outras receitas	94.694	131.303	696.451	865.877
	2.780.499	2.763.701	39.538.861	33.927.233
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) Encargos setoriais	-	-	(1.797.922)	(1.712.669)
(-) ICMS	-	-	(1.361.535)	(1.086.209)
(-) PASEP e COFINS	(148.948)	(156.894)	(2.290.415)	(1.901.838)
(-) Outras Deduções	-	-	(24.511)	(15.031)
	(148.948)	(156.894)	(5.474.383)	(4.715.747)
	2.631.551	2.606.807	34.064.477	29.211.486

NOTA 40 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	(7.981.070)	1.612.598	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	43.812	36.637	43.812	36.637
	(7.937.258)	1.649.235	43.812	36.637
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	252.658	244.612	271.550	290.693
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	23.520	19.243	23.520	19.243
Dividendos	112.018	139.728	112.018	139.728
Remuneração dos investimentos em parcerias	17.684	(3.516)	17.684	(3.516)
	153.222	155.455	153.222	155.455
	(7.531.378)	2.049.302	468.584	482.785

NOTA 41 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	354.825	356.713	5.716.768	5.233.826
Material	4.241	4.537	321.484	303.347
Serviços	123.103	109.019	2.401.050	2.133.543
	482.169	470.269	8.439.302	7.670.716

NOTA 42 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento	-	-	1.935.330	1.281.766
Uso da Rede	-	-	1.763.953	1.420.934
Comercialização na CCEE	96.520	(31.095)	317.096	128.979
Proinfa	2.292.995	1.955.328	2.302.020	1.955.328
Outros	19.227	20.216	19.227	-
	2.408.742	1.944.449	6.337.626	4.807.223

NOTA 43 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Garantias	28.885	70.596	28.885	70.596
Contingências	(251.693)	155.830	564.909	691.042
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	862.226	511.356
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	(137.495)	297.131	(137.495)	297.131
Passivo a descoberto em Controladas	1.011.968	294.375	-	-
Contratos Onerosos	-	-	1.607.869	96.204
Perdas em Investimentos	162.878	9.183	187.741	9.183
Plano de readequação do quadro de pessoal	-	-	(50.968)	498.114
Passivo Atuarial	-	-	438.328	(410.281)
Impairment	-	-	1.058.940	434.538
Ajuste a Valor de Mercado	(144.661)	5.956	(144.661)	5.956
Outras	94.506	103.319	911.217	644.910
	764.388	936.390	5.326.991	2.848.749

NOTA 44 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

1 - Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Total dos Empréstimos	49.651.200	42.413.678
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	4.429.375	4.959.787
Dívida Líquida	45.221.825	37.453.891
(+) Total do Patrimônio Líquido	67.083.945	77.202.321
Total do Capital	112.305.770	114.656.212
Índice de Alavancagem Financeira	40%	33%

2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Empréstimos e Recebíveis	32.503.580	30.340.544	78.975.112	67.315.226
Clientes	477.104	579.433	5.979.909	5.831.018
Empréstimos e financiamentos	29.210.956	27.726.142	9.723.477	9.733.390
Direitos de Ressarcimento	-	-	8.016.229	3.583.490
Ativo Financeiro - Concessões	2.815.520	2.034.969	40.818.225	48.167.328
Indenizações - Lei 12.783/2013	-	-	14.437.272	-
Mantidos Até o Vencimento	247.371	212.903	247.371	212.903
Títulos e Valores Mobiliários	247.371	212.903	247.371	212.903
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	5.462.141	10.062.711	11.684.671	16.778.313
Caixa e equivalentes de caixa	935.627	1.396.729	4.429.375	4.959.787
Títulos e Valores Mobiliários	4.526.514	8.665.982	6.779.577	11.437.959
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	475.719	380.567
Disponíveis para venda	1.422.821	1.561.532	6.108.986	1.702.902
Investimentos (Participações Societárias)	1.422.821	1.561.532	1.513.039	1.702.902
Ativo Financeiro - Concessões	-	-	4.595.947	-
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado	19.756.417	19.389.262	69.298.959	56.689.961
Fornecedores	467.804	384.676	7.490.802	6.338.102
Empréstimos e financiamentos	18.638.428	18.294.278	49.651.200	42.413.678
Debêntures	-	-	726.127	1.018.647
Obrigações de Ressarcimento	650.185	710.308	7.789.757	3.431.228
Arrendamento Mercantil	-	-	2.023.033	1.918.541
Concessões a Pagar UBP	-	-	1.618.039	1.569.765
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	68.153	-	476.283	467.683
Instrumentos Financeiros Derivativos	68.153	-	476.283	467.683

2.1 - Ativos Financeiros

a) Equivalentes de caixa: mantidos para a negociação à curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo – usualmente mantidos para a negociação e designados no reconhecimento inicial pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado do período.

c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

d) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a carteira consolidada de empréstimos e financiamentos concedidos totalizou R$ 9.723.477 (R$ 9.737.390 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir por moeda:

	31/12/2012			31/12/2011		
Moeda	US$ (equivalentes)	%	R$	US$ (equivalentes)	%	R$
US$	2.848.699	59,87%	5.821.317	3.211.422	61,89%	6.023.985
R$	1.909.548	40,13%	3.902.160	1.977.506	38,11%	3.709.405
	4.758.247	100,00%	9.723.477	5.188.928	100,00%	9.733.390

e) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis, no caso dos ativos relacionados a geração e transmissão, e como disponível para venda no caso da distribuição.

f) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no Patrimônio Líquido, dependendo do tipo de cada designação de hedge (se hedge de fluxo de caixa ou de valor justo), de acordo com o CPC 38.

2.2 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

a) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2012 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R$ 49.651.200 (R$ 42.413.678 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2012			31/12/2011		
Moeda	US$ (equivalentes)	%	R$	US$ (equivalentes)	%	R$
US$	9.301.210	38,28%	19.007.022	9.575.952	42,35%	17.962.570
REAL	14.837.600	61,07%	30.320.635	12.807.023	56,64%	24.023.411
YEN	140.792	0,58%	287.709	185.779	0,82%	348.484
EURO	17.536	0,07%	35.834	42.229	0,19%	79.213
	24.297.137	100,00%	49.651.200	22.610.983	100,00%	42.413.678

c) Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% ao ano, com prazo de resgate definido.

d) Demais passivos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, serão com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

A Companhia vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de Hedge Financeiro, a realização de operações de hedge. Em 2011 foi ampliado o Programa de Operações com Instrumentos Derivativos, o qual passa a abranger, além dos descasamentos de moeda até o período de dezembro de 2012, também as exposições à taxa de juros existentes em tal período.

A empresa realizou operações de trava de juros Libor com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Além da operação de swap de Libor, estratégias de hedge cambial foram analisadas em 2011 e estão sendo implementadas, priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro da Companhia. Dentro dessa estratégia tem-se levado em conta na estruturação das novas captações, não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o hedge de balanço patrimonial da Companhia como o de seu fluxo de caixa.

Segue abaixo a posição destas operações de swap da taxa Libor por taxa fixa em 31 de dezembro de 2012:

		31/12/2012		
Transação	Montantes contratados (notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	Valor Justo
01/2011	20.192	2,4400%	25/11/2015	(1.139)
02/2011	20.192	2,4900%	25/11/2015	(1.169)
03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(8.929)
04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(18.694)
05/2011	50.000	2,1490%	10/08/2015	(2.357)
06/2011	100.000	2,2725%	10/08/2015	(5.088)
07/2011	100.000	2,1790%	10/08/2015	(4.836)
08/2011	100.000	2,1500%	10/08/2015	(4.683)
09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	(1.459)
10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	(1.360)
11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	(4.074)
12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	(2.607)
13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	(3.009)
14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	(2.060)
15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	(1.920)
16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	(2.003)
17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	(2.070)
18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	(695)
Total	1.040.384			(68.152)

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às Instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia determina para que todas as operações com derivativos a serem realizadas sejam enquadradas no conceito de "hedge de proteção", ratificando, com isso, o intuito único e exclusivo de realizar hedge com tais posições. Essa medida contrapõe o risco de liquidação descasada das posições de hedge com os seus respectivos objetos, visto que os fluxos financeiros de ambos sempre estarão casados.

3.1.1 – Operações em outras entidades

As seguintes controladas e coligadas efetuaram operações de derivativos no período e os impactos foram os seguintes:

- ESBR Participações S.A – efetuou operações de NDF classificadas como *hedge* de fluxo de caixa. Estas operações geraram no exercício um resultado abrangente negativo no valor de R$ 231.

3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor. A Companhia monitora a sua exposição a taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme mencionado acima.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

3.3 - Risco de commodities

a) Eletronorte

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

	Datas do Contrato		
Cliente	Inicial	Vencimento	Volumes médios de megawatts
			750 MW - até 31/12/2006
Albrás	01/07/2004	31/12/2004	800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2004	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2004	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773.21/ton e US$ 1,450.00/ton, respectivamente.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* do alumínio da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. O valor da LME para o mês de dezembro de 2012 estava cotado a US$ 2,098.00 por tonelada, ou seja, 3,1% maior que o verificado em dezembro de 2011 quando o preço da *commodity* alcançou US$ 2,034.00 por tonelada. Tal variação, somada à desvalorização do Real em 2012, onde o valor do dólar passou de R$ 1,79 para R$ 2,05, ou seja, 14,52% de variação durante o ano de 2012, proporcionou uma melhora na expectativa do valor justo para os derivativos. Outro ponto importante nesse contexto foi a política do governo federal adotada para reduzir a taxa de juros básica da economia, dada pela taxa SELIC, por meio dos bancos públicos. Isso resultou em uma redução da taxa média da SELIC (24 meses à frente) de 9,90% para 7,25% ao ano.

O impacto do derivativo embutido no resultado foi positivo em 2012 em R$ 133.804 e de R$ 124.770 negativo em 2011 e a posição patrimonial apresentada é ativa em R$ 472.364 em 2012 e R$ 376.950 em 2011.

3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na SELIC, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A concentração de risco de crédito em relação a qualquer contraparte individualmente não foi superior a 8% dos ativos monetários brutos em 31 de dezembro de 2012.

3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas no item 3.1 desta nota explicativa. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	CONTROLADORA 31/12/2012				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.270.464	665.259	1.483.880	15.336.813	19.756.417
Fornecedores	467.804	-	-	-	467.804
Empréstimos e financiamentos	1.152.475	665.259	1.483.880	15.336.813	18.638.428
Obrigações de Ressarcimento	650.185	-	-	-	650.185
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	68.153	-	-	68.153
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	68.153	-	-	68.153

	CONTROLADORA 31/12/2011				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	1.583.104	261.201	1.642.499	15.902.458	19.389.262
Fornecedores	384.676	-	-	-	384.676
Empréstimos e financiamentos	488.120	261.201	1.642.499	15.902.458	18.294.278
Obrigações de Ressarcimento	710.308	-	-	-	710.308

	CONSOLIDADO 31/12/2012				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	18.813.729	5.628.118	11.100.818	37.399.741	72.942.406
Fornecedores	7.512.083	-	-	-	7.512.083
Empréstimos e financiamentos	4.792.990	3.369.497	9.956.605	35.153.071	53.272.163
Debêntures	316.899	17.593	345.509	47.330	727.331
Obrigações de Ressarcimento	5.988.698	1.801.059	-	-	7.789.757
Arrendamento Mercantil	162.929	325.858	488.786	1.045.460	2.023.033
Concessões a Pagar UBP	40.131	114.110	309.918	1.153.880	1.618.039
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	185.031	291.252	-	-	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.031	291.252	-	-	476.283

	CONSOLIDADO 31/12/2011				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	15.264.773	4.811.219	9.357.358	33.181.096	62.614.446
Fornecedores	6.503.957	-	-	-	6.503.957
Empréstimos e financiamentos	5.887.383	2.794.041	8.508.684	30.866.130	48.056.238
Debêntures	739.237	279.410	-	-	1.018.647
Obrigações de Ressarcimento	1.955.966	1.475.262	-	-	3.431.228
Arrendamento Mercantil	142.997	259.034	388.551	1.127.959	1.918.541
Concessões a Pagar UBP	35.233	3.472	460.123	1.187.007	1.685.835
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	269.718	197.965	-	-	467.683
Instrumentos Financeiros Derivativos	269.718	197.965	-	-	467.683

4 – Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2012 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

4.1 – Empréstimos concedidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

4.1.1 - Depreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	6.146.195	12.559.749	2,080	1,664	1,387	10.227.268	8.522.723
IGP-M	7.823.941	15.988.224	5,31%	4,25%	3,54%	332.361	276.968
EURO	17.534	35.832	2,643	2,114	1,762	37.074	30.895
Yen	179.897	367.620	0,026	0,021	0,017	3.770	3.142
TOTAL	14.167.568	28.951.424				10.600.473	8.833.728

CONSOLIDADO

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	2.848.699	5.821.317	2,080	1,664	1,387	4.740.236	3.950.196
IGP-M	1.911.830	3.906.824	5,31%	4,25%	3,54%	81.215	67.679
TOTAL	4.760.529	9.728.141				4.821.450	4.017.875

4.1.2 - Apreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	6.146.195	12.559.749	2,080	2,600	3,120	15.980.106	19.176.127
IGP-M	7.823.941	15.988.224	5,31%	6,64%	7,97%	519.314	623.177
EURO	17.534	35.832	2,643	3,304	3,964	57.928	69.514
Yen	179.897	367.620	0,026	0,033	0,039	5.891	7.069
TOTAL	14.167.568	28.951.424				16.563.239	19.875.887

CONSOLIDADO

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	2.848.699	5.821.317	2,080	2,600	3,120	7.406.618	8.887.942
IGP-M	1.911.830	3.906.824	5,31%	6,64%	8,30%	126.898	158.622
TOTAL	4.760.529	9.728.141				7.533.516	9.046.564

4.2 – Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

4.2.1 - Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.621.506	9.444.047	2,080	1,664	1,387	7.690.186	6.408.488
IGP-M	(4.596.813)	(9.393.588)	5,31%	4,25%	0,035	(195.273)	(332.533)
EURO	140.792	287.709	2,643	2,114	1,762	297.685	248.071
IENE	140.792	287.709	0,026	0,021	0,017	2.951	2.459
TOTAL	306.277	625.877				7.795.549	6.326.485

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	9.289.405	18.982.899	2,080	1,664	1,387	15.457.570	12.881.308
IGP-M	14.837.600	30.320.635	5,31%	4,25%	0,035	630.301	525.251
EURO	17.536	35.834	2,643	2,114	1,762	37.077	30.897
IENE	140.792	287.709	0,026	0,021	0,017	2.951	2.459
TOTAL	24.285.333	49.627.077				16.127.898	13.439.915

4.2.2 - Apreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	4.621.506	9.444.047	2,080	2,600	3,120	12.015.915	14.419.098
IGP-M	(4.596.813)	(9.393.588)	5,31%	6,64%	7,97%	(305.113)	(748.199)
EURO	140.792	287.709	2,643	3,304	3,964	465.133	558.160
IENE	140.792	287.709	0,026	0,033	0,039	4.610	5.532
TOTAL	306.277	625.877				12.180.545	14.234.591

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	9.289.405	18.982.899	2,080	2,600	3,120	24.152.453	28.982.943
IGP-M	14.837.600	30.320.635	5,31%	6,64%	7,97%	984.846	1.181.815
EURO	17.536	35.834	2,643	3,304	3,964	57.932	69.519
IENE	140.792	287.709	0,026	0,033	0,039	4.610	5.532
TOTAL	24.285.333	49.627.077				25.199.841	30.239.809

4.3 – Ativo Financeiro de Itaipu Binacional

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

4.3.1 - Depreciação de Índices do Ativo Financeiro de Itaipu Binacional:

Ativo Financeiro Itaipu - Variação Negativa - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	9.645.362	19.710.296	2,080	1,664	1,387	16.049.882	13.374.901

4.3.2 - Apreciação de Índices do Ativo Financeiro de Itaipu Binacional:

Ativo Financeiro Itaipu - Variação Positiva - 4º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	9.645.362	19.710.296	2,080	2,600	3,120	25.077.940	30.093.528

4.4 – Derivativos embutidos indexados ao preço do Alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuirem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional (vide item 3.3 – Risco de Commodities desta nota explicativa acima).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da empresa.

Saldo em 31/12/2012	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
472.364	98.206	-	985.655	1.196.920

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1,450.00), logo o valor tende a zero impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%) a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de Câmbio, Preço de Alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

5 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

CONTROLADORA 31/12/2012

	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.422.821	-	-	1.422.821
Investimentos (Participações Societárias)	1.422.821	-	-	1.422.821
Ativo Financeiro - Concessões	-	-	-	-
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	5.462.141	-	-	5.462.141
Caixa e equivalentes de caixa	935.627	-	-	935.627
Títulos e Valores Mobiliários	4.526.514	-	-	4.526.514
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	68.153	-	68.153
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	68.153	-	68.153

CONTROLADORA 31/12/2011

	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.561.532	-	-	1.561.532
Investimentos (Participações Societárias)	1.561.532	-	-	1.561.532
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	10.062.711	-	-	10.062.711
Caixa e equivalentes de caixa	1.396.729	-	-	1.396.729
Títulos e Valores Mobiliários	8.665.982	-	-	8.665.982
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-

CONSOLIDADO 31/12/2012

	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.513.039	4.595.947	-	6.108.986
Investimentos (Participações Societárias)	1.513.039	-	-	1.513.039
Ativo Financeiro - Concessões	-	4.595.947	-	4.595.947
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	11.208.952	475.719	-	11.684.671
Caixa e equivalentes de caixa	4.429.375	-	-	4.429.375
Títulos e Valores Mobiliários	6.779.577	-	-	6.779.577
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	475.719	-	475.719
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	476.283	-	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	476.283	-	476.283

CONSOLIDADO 31/12/2011

	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.702.902	-	-	1.702.902
Investimentos (Participações Societárias)	1.702.902	-	-	1.702.902
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	16.397.746	380.567	-	16.778.313
Caixa e equivalentes de caixa	4.959.787	-	-	4.959.787
Títulos e Valores Mobiliários	11.437.959	-	-	11.437.959
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	380.567	-	380.567
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	467.683	-	467.683
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	467.683	-	467.683

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 45 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

31/12/2012

	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	163.953	20.684.447	8.688.595	4.527.483	34.064.477
Despesas Operacionais	(1.565.822)	(18.821.973)	(7.256.879)	(4.751.641)	(32.396.316)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(1.401.870)	1.862.473	1.431.716	(224.158)	1.668.162
Resultado Financeiro	2.017.342	(911.592)	(482.098)	8.856	632.509
Efeitos da Lei 12.783/13	-	(7.226.581)	(3.134.874)	276.074	(10.085.381)
Resultado de Participações Societárias	468.584	-	-	-	468.584
Imposto de renda e contribuição social	(644.209)	258.476	801.669	(25.462)	390.474
Participação Minoritária	46.737	-	-	-	46.737
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	486.585	(6.017.223)	(1.383.587)	35.310	(6.878.916)

31/12/2011

	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	192.963	19.093.367	7.778.698	2.467.716	29.532.744
Despesas Operacionais	(2.094.716)	(13.690.743)	(7.071.445)	(2.532.998)	(25.389.902)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(1.901.753)	5.402.624	707.253	(65.282)	4.142.842
Resultado Financeiro	1.909.379	(1.218.314)	(436.152)	(20.460)	234.453
Resultado de Participações Societárias	482.785	-	-	-	482.785
Imposto de renda e contribuição social	(189.200)	(696.752)	(198.294)	(13.815)	(1.098.061)
Participação Minoritária	(29.454)	-	-	-	(29.454)
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	271.757	3.487.558	72.807	(99.557)	3.732.565

NOTA 46 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União que detém 54,46% das ações ordinárias da Companhia (vide nota 37).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		CONTROLADORA					
		31/12/2012			31/12/2011		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS	Financiamentos e empréstimos	3.386.341	-	-	3.145.221	-	-
	AFAC	525.450	-	-	300.000	-	-
	Dividendos a receber	-	-		64.200	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(1.315.879)	-	-	258.679
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	213.487	-	-	154.956
		3.911.791	-	(1.102.392)	3.509.421	-	413.635
CHESF	Financiamentos e empréstimos	128.655	-	-	143.001	-	-
	AFAC	-	-	-	1.293.000	-	-
	Dividendos a receber	-	-	-	297.947	-	-
	Outros passivos	-	1.355	-	-	1.355	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	9.623	-	-	10.613
	Resultado de participações societárias	-	-	(5.317.877)	-	-	1.547.151
		128.655	1.355	(5.308.254)	1.733.948	1.355	1.557.764
ELETRONORTE	Financiamentos e empréstimos	4.161.903	-	-	4.069.029	-	-
	Dividendos a receber	-	-	-	13.773	-	-
	AFAC	220.240	-	-	1.125.949	-	-
	Outros	-	-	-	-	1.355	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(709.978)	-	-	67.179
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	293.749	-	-	290.526
		4.382.143	-	(416.229)	5.208.751	1.355	357.705
ELETROSUL	Financiamentos e empréstimos	1.092.411	-	-	982.881	-	-
	Dividendos a receber	15.613	-	-	24.490	-	-
	AFAC	554.768	-	-	1.810.793	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	65.486	-	-	103.145
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	65.110	-	-	56.368
		1.662.792	-	130.595	2.818.164	-	159.513
CGTEE	Financiamentos e empréstimos	1.074.018	-	-	1.000.511	-	-
	AFAC	160.949	-	-	452.704	-	-
	Dividendos a receber	53.723	-	-	37.263	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(417.946)	-	-	18.026
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	39.882	-	-	36.240
		1.288.690	-	(378.064)	1.490.478	-	54.266
ELETRONUCLEAR	Financiamentos e empréstimos	1.099.311	-	-	1.178.350	-	-
	Outros ativos	264.404	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	237.215	-	-	165.361	-
	Resultado de participações societárias	-	-	19.724	-	-	215.120
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	71.280	-	-	60.445
		1.363.715	237.215	91.004	1.178.350	165.361	275.565
ITAIPU	Financiamentos e empréstimos	5.821.318	-	-	5.882.593	-	-
	Dividendos a receber	8.164	-	-	469	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	403.056	-	-	376.296
		5.829.482	-	403.056	5.883.062	-	376.296
CEAL							
	Financiamentos e empréstimos	421.155	-	-	311.312	-	-
	AFAC	176.514	-	-	97.354	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(87.067)	-	-	(87.457)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	28.727	-	-	15.266
		597.669	-	(58.340)	408.666	-	(72.191)
CEPISA	Financiamentos e empréstimos	579.092	-	-	463.898	-	-
	AFAC	430.282	-	-	275.984	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	223.505	-	-	-	-
	Provisões operacionais	-	-	36.488	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	38.212	-	-	41.714
		1.009.374	223.505	74.700	739.882	-	41.714
AMAZONAS ENERGIA	Financiamentos e empréstimos	1.028.989	-	-	623.093	-	-
	AFAC	277.681	-	-	63.918	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	1.128.018	-	-	-	-
	Provisões operacionais	-	-	829.203	-	-	(372.013)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	55.072	-	-	48.741
		1.306.670	1.128.018	884.275	687.011	-	(323.272)
CERON	Financiamentos e empréstimos	281.242	-	-	116.504	-	-
	AFAC	162.798	-	-	88.837	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(135.118)	-	-	(137.645)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	13.715	-	-	7.729
		444.040	-	(121.403)	205.341	-	(129.916)
ELETROPAR	Dividendos a receber	-	-	-	4.703	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	12.831	-	-	19.802
		-	-	12.831	4.703	-	19.802
ELETROACRE	Financiamentos e empréstimos	154.954	-	-	107.547	-	-
	AFAC	217.497	-	-	160.822	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	2.605	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	11.985	-	-	8.678
		372.451	-	11.985	268.369	2.605	8.678
TESOURO NACIONAL	Obrigações	-	168.119	-	-	264.726	-
		-	168.119	-	-	264.726	-
INAMBARI	Resultado de participações societárias	-	-	(1.352)	-	-	(1.772)
		-	-	(1.352)	-	-	(1.772)
NORTE ENERGIA	Resultado de participações societárias	-	-	(5.750)	-	-	(1.536)
		-	-	(5.750)	-	-	(1.536)
CHC	Resultado de participações societárias	-	-	(2.421)	-	-	(2.518)
		-	-	(2.421)	-	-	(2.518)
ELETROS	Contribuições Previdenciárias	-	-	28.292	-	-	14.175
		-	-	28.292	-	-	14.175
MANGUE SECO	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	2.662
		-	-	-	-	-	2.662

		CONSOLIDADO					
		31/12/2012			31/12/2011		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
PODER PÚBLICO FEDERAL	Consumidores e revendedores	13.539	-	-	9.901	-	-
	Contas a receber	3.008	-	-	-	-	-
	Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	14.801	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	81.975	-	-	55.011
		16.547	-	81.975	24.702	-	55.011
BNDES	Empréstimos e finaciamentos a pagar	-	10.849.335	-	-	8.173.793	-
		-	10.849.335	-	-	8.173.793	-
REAL GRANDEZA	Contas a receber	5.411	-	-	1.927	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Contribuições previdenciárias	-	5.138	-	-	4.740	-
	Fornecedores	-	80	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	(267.534)	-	-	(438.949)	-
	Obrigações diversas	-	-	-	-	-	-
	Contratos de divida atuariais	-	24.374	-	-	56.762	-
	Outros passivos	-	197.440	-	-	24.261	-
	Encargos de divida / Variação monetária	-	-	-	-	-	-
	Contribuições normal mantenedor	-	-	(16.198)	-	-	(15.011)
	Receitas financeiras	-	-	279	-	-	-
	Ativo atuarial - baixa e provisão atuarial	-	-	(19.812)	-	-	-
	Despesas financeiras	-	-	4	-	-	-
	Outras despesas	-	-	(79.464)	-	-	(62.048)
	Provisão atuarial	-	-	-	-	-	40.134
	Contribuições desp administrativa	-	-	-	-	-	(2.517)
	Reversão das contribuições	-	-	19.914	-	-	-
		5.411	(40.502)	(95.277)	1.927	(353.186)	(39.442)
NUCLEOS	Contribuições previdenciárias	-	2.942	-	-	1.788	-
	Reversão das contribuições	-	-	20.733	-	-	-
	Provisão atuarial	-	-	-	-	-	(15.734)
	Contribuições normal mantenedor	-	-	(20.733)	-	-	(11.704)
		-	2.942	-	-	1.788	(27.438)
RS ENERGIA	Contas a receber	1	-	-	3.503	-	-
	JCP / Dividendos a receber	2.332	-	-	773	-	-
	AFAC	-	-	-	142.046	-	-
	Participação societária permanente	221.325	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8.182	-	-	3.253
	Equivalência patrimonial acumulada	10.594	-	-	4.158	-	-
	Outras ativos	1	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.330	-	-	1.957
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	4	-	-	-
	Outras receitas	-	-	15	-	-	13
		234.253	-	9.531	150.480	-	5.223

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UIRAPURU	Contas a receber	1	-	-	17	-	-
	JCP / Dividendos a receber	1.908	-	-	1.382	-	-
	Participação societária permanente	33.111	-	-	33.011	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	7.271	-	-	6.238	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.935	-	-	3.680
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	2	-	-	55
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.289	-	-	2.091
	Outras receitas	-	-	16	-	-	13
		42.291	-	10.242	40.648	-	5.839
ARTEMIS	Contas a receber	2	-	-	501	-	-
	JCP / Dividendos a receber	15.945	-	-	4.863	-	-
	Participação societária permanente	148.578	-	-	148.578	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	16.809	-	-	10.402	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	26.989	-	-	11.983
	Outras ativos	537	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	5.606	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	9	-	-	5.984
	Outras receitas	-	-	-	-	-	84
		181.871	-	32.604	164.344	-	18.051
PORTO VELHO	Contas a receber	2	-	-	5	-	-
	JCP / Dividendos a receber	1.351	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	297.793	-	-	190.293	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	3.238	-	-	1.904	-	-
	Outras receitas	-	-	60	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(1.330)
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.685	-	-	58
		302.384	-	2.745	192.202	-	(1.272)
NORTE BRASIL	Participação societária permanente	189.640	-	-	23.530	-	-
	JCP / Dividendos a receber	805	-	-	250	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	3.984	-	-	(7.411)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.414	-	-	1.164
		194.429	-	3.414	16.369	-	1.164
ETAU	Contas a receber	-	-	-	55	-	-
	JCP / Dividendos a receber	535	-	-	2.055	-	-
	Participação societária permanente	9.567	-	-	9.567	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	14.129	-	-	10.732	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.793	-	-	5.413
	Outros ativos	16	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	219	-	-	664
	Outras receitas	-	-	2	-	-	7
		24.247	-	5.015	22.409	-	6.084
ESBR	Participação societária permanente	952.342	-	-	562.342	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(12.518)	-	-	(7.934)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(4.352)	-	-	(3.646)
		939.824	-	(4.352)	554.408	-	(3.646)
CERRO CHATO I	Contas a receber	5	-	-	5	-	-
	Participação societária permanente	86.940	-	-	180	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(440)	-	-	2.095	-	-
	Outras ativos	1	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	57	-	-	15
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(261)	-	-	-
	Outras receitas	-	-	9	-	-	7
		86.506	-	(195)	2.280	-	22
CERRO CHATO II	Contas a receber	5	-	-	5	-	-
	Participação societária permanente	81.090	-	-	180	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(1.084)	-	-	(180)	-	-
	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(904)	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	57	-	-	23
	Outras receitas	-	-	9	-	-	7
		80.012	-	(838)	-	-	-
CERRO CHATO III	Contas a receber	5	-	-	5	-	-
	JCP / Dividendos a receber	176	-	-	652	-	-
	Participação societária permanente	74.970	-	-	180	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	849	-	-	(180)	-	-
	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	2.927
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.721)	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	57	-	-	30
	Outras receitas	-	-	8	-	-	7
		76.001	-	(1.656)	657	-	2.964
TELES PIRES	Participação societária permanente	184.194	-	-	187.928	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(828)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.734)	-	-	(828)
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(3.734)	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	196	-	-	-
		184.194	-	(7.272)	187.100	-	(828)
INTEGRAÇÃO	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	2.060	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	20.155	-	-	8.898	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	9.197	-	-	8.646
		20.155	-	9.197	10.958	-	8.646
COSTA OESTE	Participação societária permanente	1.390	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(252)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(252)	-	-	-
		1.138	-	(252)	-	-	-
TSBE	Participação societária permanente	6.408	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(107)	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	105	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(106)	-	-	-
		6.301	-	(1)	-	-	-
LIVRAMENTO	Participação societária permanente	36.055	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(775)	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	119	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(775)	-	-	-
		35.280	-	(656)	-	-	-
SANTA VITÓRIA	Participação societária permanente	97.551	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(492)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(492)	-	-	-
	Outras receitas	-	-	119	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
		97.059	-	(373)	-	-	-
MARUMBI	Participação societária permanente	622	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(52)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(52)	-	-	-
		570	-	(52)	-	-	-
CHUI	Participação societária permanente	33.887	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(281)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(281)	-	-	-
		33.606	-	(281)	-	-	-
AMAPARI ENERGIA	Participação societária permanente	39.191	-	-	34.105	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.355	-	-	6.109
		39.191	-	7.355	34.105	-	6.109

FACHESF	Fornecedores	-	2.160	-	-	7.181	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	9.317	-
	Contratos de dívida atuariais	-	2.523	-	-	381.560	-
	Contribuição normal	-	11.001	-	-	-	-
	Despesas atuariais	-	-	(30.650)	-	-	44.101
	Despesas financeiras	-	-	(31.363)	-	-	-
	Despesas operacionais	-	-	(18.581)	-	-	(16.381)
		-	15.684	(80.594)	-	398.058	27.720
TDG	Participação societária permanente	45.183	-	-	15.235	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	875	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	2.217
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(4.352)	-	-	-
		45.183	-	(3.477)	15.235	-	2.217
MANAUS TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	187.758	-	-	122.268	-	-
	Contas a Pagar	-	-	-	-	112	-
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(467)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	1.722
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5.452)	-	-	(8.041)
		187.758	-	(5.452)	122.268	(355)	(6.319)
IEMADEIRA	Participação societária permanente	514.112	-	-	359.756	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	5.028
	Outros Créditos	-	-	-	-	-	260
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	19.116	-	-	10.872
		514.112	-	19.116	359.756	-	16.160
MANAUS CONSTRUÇÃO	JCP / Dividendos a receber	2.970	-	-	8.432	-	-
	Participação societária permanente	15.410	-	-	6.392	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.556	-	-	8.874
		18.380	-	3.556	14.824	-	8.874
STN	Contas a receber	177	-	-	174	-	-
	Participação societária permanente	188.861	-	-	195.267	-	-
	Fornecedores	-	1.226	-	-	1.271	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	17.615	-	-	28.314
	Receitas de JCP / Dividendos	-	-	7.494	-	-	5.872
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.134	-	-	2.055
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(11.321)	-	-	(10.869)
		189.038	1.226	15.922	195.441	1.271	25.372
INTESA	JCP / Dividendos a receber	762	-	-	609	-	-
	Participação societária permanente	35.646	-	-	31.692	-	-
	Fornecedores	-	924	-	-	929	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.107	-	-	3.095
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(8.696)	-	-	(8.429)
		36.408	924	(4.589)	32.301	929	(5.334)
EAPSA	Consumidores e revendedores	242	-	-	244	-	-
	JCP / Dividendos a receber	3.090	-	-	4.252	-	-
	Participação societária permanente	261.301	-	-	157.112	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	40.404	-	-	38.792
		264.633	-	40.404	161.608	-	38.792
ESBR Part.	Participação societária permanente	939.825	-	-	554.408	-	-
	Outros resultados abrangentes	-	(231)	-	-	(3.253)	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(4.352)	-	-	(3.646)
		939.825	(231)	(4.352)	554.408	(3.253)	(3.646)
SETE GAMELEIRAS	Contas a receber	15	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	19.810	-	-	1.850	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	56	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(88)	-	-	(157)
		19.825	-	(32)	1.850	-	(157)
S. PEDRO DO LAGO	Participação societária permanente	14.098	-	-	1.803	-	-
	Contas a receber	15	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	56	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(117)	-	-	(143)
		14.113	-	(61)	1.803	-	(143)
PEDRA BRANCA	Participação societária permanente	13.504	-	-	1.737	-	-
	Consumidores e revendedores	15	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	56	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(118)	-	-	(179)
		13.519	-	(62)	1.737	-	(179)
BRASVENTO MIASSABA	AFAC	22.885	-	-	10.685	-	-
	Participação societária permanente	9.534	-	-	(352)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(799)	-	-	-
		32.419	-	(799)	10.333	-	-
BRASVENTO EOLO	AFAC	16.691	-	-	8.112	-	-
	Participação societária permanente	6.938	-	-	(550)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(623)	-	-	-
		23.629	-	(623)	7.562	-	-
ANDE	Clientes	63.659	-	-	52.115	-	-
	Outros ativos	23.791	-	-	18.102	-	-
	Obrigações diversas	-	(38.078)	-	-	(33.582)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	239.834	-	-	195.336
	Receitas financeiras	-	-	479	-	-	2.371
	Despesas financeiras	-	-	622	-	-	508
	Outras despesas	-	-	(42.932)	-	-	(35.296)
		87.451	(38.078)	198.002	70.217	(33.582)	162.919
FIBRA	Contas a pagar	-	(42.610)	-	-	(43.031)	-
	Contribuições previdenciárias	-	(2.888)	-	-	(2.811)	-
	Despesas financeiras	-	-	(4.800)	-	-	(4.253)
	Contribuições previdenciárias	-	-	(20.434)	-	-	(17.336)
		-	(45.499)	(25.234)	-	(45.842)	(21.589)
CAJUBI	Contas a pagar	-	(47.187)	-	-	(26.421)	-
	Contribuições previdenciárias	-	(6.190)	-	-	(4.534)	-
	Outros passivos	-	887.445	-	-	(686.480)	-
	Despesas financeiras	-	-	(622)	-	-	(508)
	Despesas atuariais	-	-	(90.708)	-	-	(144.970)
	Contribuições previdenciárias	-	-	(27.269)	-	-	(19.284)
		-	834.068	(118.599)	-	(717.435)	(164.762)
ENERPEIXE	Contas a receber	536	-	-	-	-	-
	Consumidores e revendedores	-	-	-	545	-	-
	JCP / Dividendos a receber	29.640	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	514.735	-	-	536.651	-	-
	Outros ativos	-	-	-	87	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	76.524	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	3.046	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	4.914	-	-	-
		544.911	-	84.484	537.283	-	-
TRANSLESTE	JCP / Dividendos a receber	(1.652)	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	25.687	-	-	23.630	-	-
	Outros ativos	-	-	-	375	-	-
	Fornecedores	-	(126)	-	-	(132)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	2
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.041	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.193)	-	-	(1.146)
		24.035	(126)	2.848	24.005	(132)	(1.144)

TRANSUDESTE	JCP / Dividendos a receber	(379)	-	-	-	-	-
	Contas a receber	23	-	-	11	-	-
	Participação societária permanente	13.871	-	-	13.894	-	-
	Outros ativos	-	-	-	2.830	-	-
	Fornecedores	-	(79)	-	-	(81)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	132	-	-	123
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.035	-	-	-
	Outras despesas	-	-	138	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(734)	-	-	(709)
		13.515	(79)	1.571	16.735	(81)	(586)
TRANSIRAPÉ	JCP / Dividendos a receber	(460)	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	11.360	-	-	10.713	-	-
	Outros ativos	-	-	-	2.432	-	-
	Fornecedores	-	(45)	-	-	(56)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.969	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(501)	-	-	(492)
		10.900	(45)	1.468	13.145	(56)	(492)
CENTROESTE	AFAC	3.527	-	-	3.527	-	-
	Contas a receber	52			6		
	Participação societária permanente	20.268	-	-	17.191	-	-
	Outros ativos	-	-	-	44	-	-
	Fornecedores	-	(54)	-	-	(55)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	542	-	-	511
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.963	-	-	-
	Outras despesas	-	-	74	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(506)	-	-	(482)
		23.847	(54)	4.073	20.768	(55)	29
BAGUARI	Clientes	40	-	-	84	-	-
	AFAC	82.632	-	-	82.632	-	-
	Participação societária permanente	6.608	-	-	7.713	-	-
	Outros ativos	-	-	-	9	-	-
	JCP / Dividendos a receber	9.729	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8.623	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	382	-	-	1.418
		99.009	-	9.005	90.438	-	1.418
RETIRO BAIXO	Contas a receber	11	-	-	-	-	-
	Empréstimos e financiamentos	2.550	-	-	-	-	-
	AFAC	58	-	-	58	-	-
	Participação societária permanente	110.020	-	-	106.010	-	-
	Outros ativos	-	-	-	2.605	-	-
	Receitas financeiras	-	-	1.524	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.010	-	-	-
		112.639	-	5.534	108.673	-	-
SERRA FACÃO ENERGIA	Participação societária permanente	-	-	-	145.464	-	-
	Contas a receber	-	-	-	(841)	-	-
	Outros ativos	-	-	-	987	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	433
	Despesas financeiras	-	-	(3.885)	-	-	-
	Compra de energia	-	-	-	-	-	(129.207)
	Outras despesas	-	-	34	-	-	-
		-	-	(3.851)	145.610	-	(128.774)
CHAPECOENSE	JCP / Dividendos a receber	(2.773)	-	-	-	-	-
	Clientes	794	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	1.113	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	303.627	-	-	276.365	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	32.762	-	-	-
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	(828)
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	7.227	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	5.943	-	-	-
		302.761	-	45.932	276.365	-	(828)
MADEIRA ENERGIA	Participação societária permanente	1.669.041	-	-	645.738	-	-
	Contas a receber	3.073	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	1.903	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	(420)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(100.459)	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	15.191	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	25.406	-	-	-
		1.674.017	-	(59.862)	645.738	(420)	-
INAMBARI	Outros ativos	-	-	-	252	-	-
	Participação societária permanente	6.640			6.937		
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(919)	-	-	-
		6.640	-	(919)	7.189	-	-
TRANSENERGIA RENOVÁVEL	AFAC	24.556	-	-	31.360	-	-
	Contas a receber	17	-	-	13	-	-
	Participação societária permanente	83.308	-	-	39.461	-	-
	Fornecedores	-	(8)	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	(9)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.214	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	(8)	-	-	1.550
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(106)	-	-	(78)
		107.881	(8)	4.100	70.834	(9)	1.472
MGE TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	35.991	-	-	10.696	-	-
	JCP / Dividendos a receber	201	-	-	-	-	-
	AFAC	27.440	-	-	23.520	-	-
	Outras contas a receber	257	-	-	110	-	-
	Outros ativos	-	-	-	176	-	-
	Outras despesas	-	-	(74)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.975	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.042	-	-	1.001
		63.889	-	3.943	34.502	-	1.001
GOIÁS TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	44.806	-	-	16.040	-	-
	AFAC	56.840			24.500		
	JCP / Dividendos a receber	300	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	38	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.567	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	870	-	-	1.848
		101.984	-	5.437	40.540	-	1.848
REI DOS VENTOS	AFAC	12.894	-	-	10.036	-	-
	Participação societária permanente	8.914	-	-	(348)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(775)	-	-	-
		21.808	-	(775)	9.688	-	-
SEFAC ENERGIA PARTICIPAÇÕES	Participação societária permanente	104.098	-	-	145.464	-	-
	Contas a receber	-	-	-	(841)	-	-
	Outros ativos	-	-	-	987	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(40.360)	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	91	-	-	433
	Compra de energia	-	-	-	-	-	(129.207)
		104.098	-	(40.269)	145.610	-	(128.774)
TRANS SÃO PAULO	AFAC	7.987	-	-	7.987	-	-
	Participação societária permanente	23.328	-	-	16.615	-	-
	JCP / Dividendos a receber	566	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	333	-	-	179	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	755	-	-	604
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.378	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(24)	-	-	-
		32.214	-	3.109	24.781	-	604

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRANS GOIÁS	Participação societária permanente	2.513	-	-	2.786	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	5
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(273)	-	-	-
		2.513	-	(273)	2.786	-	5
CALDAS NOVAS	AFAC	6.417	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	98	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	50	-	-	50	-	-
	Outras despesas	-	-	684	-	-	-
		6.565	-	684	50	-	-
IE GARANHUS	Participação societária permanente	14.956	-	-	980	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	255	-	-	-
		14.956	-	255	980	-	-
LUZITÂNIA NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA	Participação societária permanente	931	-	-	-	-	-
		931	-	-	-	-	-
TSLE	Participação societária permanente	5.100	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	(5.100)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(564)	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	52	-	-	-
		-	-	(512)	-	-	-
Energia dos Ventos I	Participação societária permanente	167	-	-	-	-	-
		167	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos II	Participação societária permanente	123	-	-	-	-	-
		123	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos III	Participação societária permanente	152	-	-	-	-	-
		152	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IV	Participação societária permanente	216	-	-	-	-	-
		216	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos V	Participação societária permanente	157	-	-	-	-	-
		157	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VI	Participação societária permanente	206	-	-	-	-	-
		206	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VII	Participação societária permanente	216	-	-	-	-	-
		216	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VIII	Participação societária permanente	157	-	-	-	-	-
		157	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IX	Participação societária permanente	167	-	-	-	-	-
		167	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos X	Participação societária permanente	137	-	-	-	-	-
		137	-	-	-	-	-
JUNCO I	Participação societária permanente	106	-	-	-	-	-
Participação societária permanente	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(38)	-	-	-
		106	-	(38)	-	-	-
JUNCO II	Participação societária permanente	111	-	-	-	-	-
Participação societária permanente	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(33)	-	-	-
		111	-	(33)	-	-	-
CAIÇARA I	Participação societária permanente	114	-	-	-	-	-
Participação societária permanente	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(30)	-	-	-
		114	-	(30)	-	-	-
CAIÇARA II	Participação societária permanente	67	-	-	-	-	-
Participação societária permanente	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(29)	-	-	-
		67	-	(29)	-	-	-
EXTREMOZ	Participação societária permanente	53	-	-	-	-	-
Participação societária permanente	AFAC	34.525	-	-	-	-	-
AFAC	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	53	-	-	-
		34.578	-	53	-	-	-

Remuneração do Pessoal Chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	4.822	4.377	35.685	30.457
Salários e encargos sociais	1.216	1.528	6.670	6.371
Outros	543	620	4.190	4.146
	6.581	6.525	46.545	40.975

NOTA 47 - EVENTOS SUBSEQUENTES

1 - CEA

A Companhia assinou, em 12 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Este processo prevê que a Companhia assuma o controle acionário da CEA.

A Companhia e o Governo do Estado do Amapá celebrarão inicialmente um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CEA que, após implementação de todos os seus termos, prevê uma operação de compra, pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assumirá, após a celebração de tais Acordos, a gestão executiva da CEA, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CEA os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado do Amapá receberá financiamento do Governo Federal, com a finalidade de quitação das dívidas da CEA junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

A concretização da referida operação depende de diversas autorizações e iniciativas em diferentes esferas, não podendo, portanto, ser detalhada neste momento, tendo seus efeitos previstos para 2013.

2 – CERR

A Companhia assinou, em 26 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia Energética de Roraima - CERR. Este processo prevê que a Companhia poderá assumir o controle da CERR, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Companhia e o Governo do Estado de Roraima celebrarão inicialmente um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, respeitadas as autorizações necessárias, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CERR que, após implementação de todos os seus termos, prevê uma operação de compra, pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assumirá, após a celebração de tais Acordos, a gestão executiva da CERR, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CERR os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado de Roraima deverá obter financiamento, com a finalidade de quitação das dívidas da CERR junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

A concretização da referida operação depende de diversas autorizações e iniciativas em diferentes esferas, não podendo, portanto, ser detalhada neste momento, tendo seus efeitos previstos para 2013.

3 – Financiamento Angra III

A Companhia contratou, em 21 de dezembro de 2012, financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 3.800.000, com a finalidade de aquisição de máquinas, equipamentos importados e contratação de serviços também importados para a construção da Usina Termonuclear Angra III, de responsabilidade da Eletronuclear, cujos saques iniciarão em 2013, com as seguintes características:

- Sistema de Amortização - SAC
- Carência - 5 anos
- Amortização – 20 anos
- Juros Nominais- 6,5% ao ano
- Garantia da União

4 – Recebimento das indenizações

Foram recebidas, em 28 de janeiro de 2013, pelas empresas controladas da Companhia, parte do valor da indenização relativo à prorrogação das concessões de Geração e Transmissão de energia aprovado pela 160ª Assembleia Geral Extraordinária.

As controladas CHESF, Eletronorte e Eletrosul optaram pelo recebimento de 50% do valor à vista e o restante parcelado, e a controlada Furnas optou pelo recebimento de grande parte valor da indenização de forma parcelada, nos termos da Portaria Interministerial 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012.

Conforme previsto na legislação, o valor parcelado será recebido em parcelas mensais, até a data do encerramento original da concessão prorrogada, atualizado pelo IPCA, acrescido da remuneração pelo custo médio ponderado de capital (WACC) de 5,59% real ao ano, contados a partir de 4 de dezembro de 2012, data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

	VALOR ORIGINAL DA INDENIZAÇÃO				
	TRANSMISSÃO	GERAÇÃO	TOTAL	VALOR RECEBIDO	1º PARCELA
CHESF	1.587.161	5.178.303	6.765.464	3.492.000	163.000
Furnas	2.878.028	744.248	3.622.276	67.000	187.000
Eletrosul	1.985.568	-	1.985.568	1.015.000	50.000
Eletronorte	1.682.268	35.492	1.717.760	897.000	42.000
Total	8.133.025	5.958.043	14.091.068	5.471.000	442.000

5 – Comercialização da energia de Itaipu e Proinfa na CCEE - sazonalização da garantia física

O Despacho ANEEL 3.572/2012 aprova o Procedimento de Comercialização da CCEE – Submódulo 3.3 que descreve o processo de sazonalização da garantia física dos agentes geradores, sendo esta permitida aos agentes detentores de outorga de empreendimentos de geração modelados na CCEE com garantia física definida em ato regulatório.

A sazonalização da garantia física é realizada anualmente, no mês de dezembro. À época da sazonalização, por meio de comunicado, a CCEE divulga o cronograma estabelecendo os prazos das atividades relacionadas e o agente não poderá declarar como valor de garantia física sazonalizada mensal, valores que ultrapassem os limites mensais de potência atribuídos a cada usina, considerando o número de horas de cada mês.

A sazonalização da garantia física de uma determinada usina é a conversão dos valores anuais médios (MWméd), definidos em ato regulatório, em valores mensais, expressos em termos de energia visando, entre outros, os cálculos da contabilização do Mercado de Curto Prazo – MCP e das penalidades por insuficiência de lastro para comercialização de energia pelos agentes, conforme Regras de Comercialização.

O Despacho 335/2013 da ANEEL, permite alterar o prazo para sazonalização de garantia física para o período de 07 a 15 de fevereiro de 2013. Dessa forma, a sazonalização da garantia física para 2013 não ocorreu antecipadamente como estabelece o Procedimento de Mercado da CCEE criando condições para a sazonalização ex post da garantia física para janeiro e fevereiro de 2013.

No âmbito do MRE, a Usina de Itaipu tem sua sazonalização flat uma vez que a sua garantia física é igual às quotas de energia. Uma sazonalização flat é a distribuição uniforme da garantia física ao longo dos 12 meses do ano, portanto, não revestida de volatilidade.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) do PROINFA são sazonalizadas pela Eletrobras conforme informações dos empreendedores enviadas em setembro do ano anterior.

Nesse contexto, agentes de mercado estimaram as suas garantias físicas sazonalizadas mês a mês para o ano de 2013, no período de 7 a 15 de fevereiro de 2013, quando já era passado o mês de janeiro e metade do mês de fevereiro, quando já conhecido o valor do PLD, permitindo a determinados agentes sobrestimar sua garantia física sazonalizada para esses meses.

A liquidação do mercado de curto prazo de janeiro e fevereiro de 2013 foi impugnada administrativamente pela Eletrobras junto à ANEEL, que acatou conforme Despacho ANEEL 627/2013, por se entender que foi prejudicial à ITAIPU e ao PROINFA, uma vez que pelas características flat de suas sazonalizações, estes agentes institucionais tenderão a sofrer maior exposição no Mercado de Curto Prazo. Referida liquidação monta a R$ 567.900, sendo R$ 514.900 relativas à Itaipu e R$ 53.000 ao Proinfa.

A retomada da liquidação financeira na CEEE, portanto, encontra-se na dependência do resultado da Audiência Pública 018/2013 – aberta pela Aneel no período de 13 a 22 de março.

Cabe ressaltar que dadas as características institucionais da comercialização de energia da ITAIPU e do PROINFA, pela Eletrobras, eventuais recursos da Eletrobras que venham a ser utilizados para cobrir saldos negativos da operação, serão ressarcidos de forma remunerados com recursos da própria conta, com base em taxa de juros equivalente àquela que seria obtida com aplicação dos mesmos, em igual período de utilização.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Geração

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Diretor de Distribuição

José Antonio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, tendo sido tomada a resolução no sentido de sua aprovação, sob o número 212/2013, em reunião do colegiado realizada, em 27 de março de 2013.

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PricewaterhouseCoopers, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em reunião realizada em 27 de março de 2013.

Brasília, 27 de março de 2013.

JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO
Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAÚJO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
Diretor de Geração

MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração

MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA
Diretor de Distribuição

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Diretor de Transmissão

JOÃO VICENTE AMATO TORRES
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras, com o parecer emitido pelos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao Exercício findo em 31.12.2012 e, encontrando-se corretas e em ordem, DECIDE submeter a matéria à deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Brasília, 27 de março de 2013.

JOSÉ ANTONIO CORRÊA COIMBRA
Presidente em exercício

JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO
Conselheiro

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA
Conselheiro

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Conselheiro

LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA
Conselheiro

MARCELO GASPARINO DA SILVA
Conselheiro

THADEU FIGUEIREDO ROCHA
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e seus anexos, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras em 31 de dezembro de 2012, o Conselho Fiscal da Eletrobras entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa, salientando as ressalvas apontadas no Parecer da referida auditoria.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da Eletrobras, relativamente à destinação do resultado do exercício de 2012, está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Brasília, 27 de março de 2013

CONSELHO FISCAL

DANILO DE JESUS VIEIRA FURTADO
Presidente

JARBAS RAIMUNDO DE ALDANO MATOS
Conselheiro

CHARLES CARVALHO GUEDES
Conselheiro

MANUEL JEREMIAS LEITE CALDAS
Conselheiro

FERNANDO PESSOA LOPES
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Aplicação do método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na Nota 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - Impactos da Lei nº 12.783/2013

Em 11 de setembro de 2012, conforme descrito na Nota 2.1, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pelas concessionárias e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, o Decreto nº 7.850/2012 em seu artigo 2º estipula que, até 31 de dezembro de 2013, devem ser submetidas à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados.

Em 31 de dezembro de 2012, os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R$ 8.857.107 mil e R$ 1.483.540 mil, respectivamente, e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 4, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Os valores dos ativos de geração térmica que apresentam concessão a vencer entre 2015 e 2017 e que estão abrangidos pela referida legislação correspondem a R$ 1.684.047 mil, em 31 de dezembro de 2012, e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 4. Para esses ativos não foi divulgado pelo poder concedente o valor de indenização, podendo sofrer alterações até a determinação dos mesmos.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Ênfase - Continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

Chamamos a atenção para a Nota 15, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 2.148.211 mil e passivo a descoberto de R$ 1.501.887 mil.

Em 31 de dezembro de 2012, a investida Madeira Energia S.A., na qual a Companhia participa com 39%, apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 1.166.329 mil.

Conforme descrito na Nota 15, a empresa coligada Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 1.686.894 mil em 30 de junho de 2012, últimas informações disponíveis. A CELPA ajuizou pedido de recuperação judicial e em 1º de setembro de 2012 obteve aprovação em assembleia geral de credores. A Companhia provisionou o investimento e avaliou os empréstimos a receber com base no cronograma previsto no plano de recuperação judicial da investida.

Conforme também descrito na Nota 15, a empresa coligada Centrais Elétricas Matogressenses S.A. - CEMAT apresentou excesso de passivos sobre os ativos circulantes no montante de R$ 438.922 mil e pertence ao Grupo Econômico Rede Energia, o qual estava com dificuldades de liquidar seus compromissos e de alongar o perfil de seu endividamento, sendo decretada intervenção pelo órgão regulador em 30 de agosto de 2012. A Companhia avaliou os ativos referentes aos empréstimos a receber e investimentos na referida empresa com base nos critérios e premissas descritos nas Notas 9 e 15.

A continuidade operacional das empresas controladas de distribuição e da investida Madeira Energia S.A. depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia. Já a realização dos ativos de empréstimos a receber da CELPA e CEMAT depende do sucesso do plano de recuperação judicial e do resultado da intervenção, bem como dos novos termos de negociação com os credores. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reemissão do relatório do auditor

Em 27 de março de 2013 emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo com ressalva em relação ao saldo de investimentos em determinadas coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em função de não termos obtido à época evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desses investimentos em 31 de dezembro de 2012 e aos prejuízos produzidos nesse exercício, em virtude de não termos tido acesso às informações financeiras e aos auditores independentes das investidas. Posteriormente, tivemos acesso a informações adicionais e complementares, incluindo acesso aos referidos auditores independentes, o que nos possibilitou alterar nossa opinião, apresentada neste relatório.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

MENSAGEM

Superar desafios faz parte do nosso DNA. A Eletrobras Eletronorte foi fundada com o objetivo inicial da construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí que, pelo porte e localização, era considerado um empreendimento dos mais desafiadores para a época.

Logo após sua criação, recebeu também a atribuição de assumir o término da construção da UHE Coaracy Nunes, a responsabilidade pelas instalações de transmissão do Maranhão e dos estados do Norte do País, a geração térmica no Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Roraima e a construção das UHEs Samuel e Balbina, fazendo com que o desafio que lhe deu origem fosse transformado em importante vetor de desenvolvimento para toda a Amazônia Legal.

Ao findar 2012, na véspera de completar 40 anos, a Empresa vive um novo momento e pode se orgulhar de ter resolvido importantes questões como a transferência do controle acionário da Boa Vista Energia S.A. e, ao mesmo tempo, tem que se adequar ao novo cenário criado pela Media Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (hoje Lei nº 12.783/2013), que dispõe sobre as renovações das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O grande desafio, agora, será enfrentar os impactos da Lei nº 12.783/2013. O Plano Estratégico da Eletrobras Eletronorte 2010-2020, Revisão 2012 – PE 2012, definiu propostas de medidas e projetos de curto, médio e longo prazos que se mostraram adequadas e consistentes para a mitigação dos impactos das mudanças.

Neste Plano, foram definidas três carteiras de projetos: Projeto Empresarial de Mudança – PEM, Projeto Empresarial Estrutural – PEE e Projeto Empresarial Estrutural – PET, além de grupos de trabalho. Um estudo de correlação entre as carteiras de projetos e os grupos de trabalho PE 2012 e as ações necessárias para tratar os efeitos da Lei, mostrou que as estratégias definidas permitirão um posicionamento adequado da Empresa para o enfrentamento deste novo desafio.

Sabemos que o futuro nos reserva grandes oportunidades de melhorias, de fazer diferente com inovação, criatividade, envolvimento e muita paixão, construindo alternativas que propiciem redução de custos e aumento de receitas.

A Eletrobras Eletronorte conta com a energia que gera e transmite, mas principalmente com a energia que corre no sangue de seus colaboradores e colaboradoras, reconhecidos pela competência que possuem, chave para novas e perenes vitórias.

Dimensão Empresarial

DADOS OPERACIONAIS	DEZEMBRO/2010	DEZEMBRO/2011	DEZEMBRO/2012
USINAS EM OPERAÇÃO	11	11	11
Hidráulicas	4	4	4
Térmicas	7	7	7
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	9.294,33	9.296,13	9.461,13
Hidráulica (MW)	8.694,00	8.694,00	8.860,05
Térmica (MW)	599,97	599,97	601,08
LINHAS DE TRANSMISSÃO (km)	9.888,02	9.983,02	9.983,02
Em 500 kV (km)	3.243,32	3.243,32	3.243,32
Em 230 kV (km)	5.482,81	5.577,81	5.577,81
Em 138 kV (km)	959,10	959,10	959,10
Tensões abaixo de 138 kV (km)	202,79	202,79	202,79
SUBESTAÇÕES	53	55	55
CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO (MVA)	29.043	29.590	30.834
Usinas	9.939	9.969	9.969
Subestações	19.104	19.621	20.865
Custo bruto do ativo imobilizado (R$ mil)	25.938.594	26.330.522	26.430.011

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - MWh AMBIENTES	DEZEMBRO/2010	DEZEMBRO/2011	DEZEMBRO/2012
Ambiente de Contratação Regulada - ACR (Distribuidoras do SIN)	15.725.880,031	15.702.244,815	16.268.888,000
Ambiente de Contratação Livre – ACL (CL, COM, Ger, CC)	19.534.887,929	19.862.825,124	18.199.696,300
Sistema Isolado (RR, AP)	1.727.038,353	2.025.951,347	1.880.189,100
Liquidação CCEE	2.241.322,223	10.391.254,662	4.325.822,460
Total	39.229.128,536	47.982.275,948	40.674.595,860

FINANCEIROS	DEZEMBRO/2010	DEZEMBRO/2011	DEZEMBRO/2012
Ativo Total (R$ mil)	19.368.057	20.275.914	19.543.055
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	4.597.063	5.222.230	5.387.806
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	3.726.821	4.206.364	4.479.552
Resultado do Serviço (R$ mil)	585.037	650.952	208.416
Lucro / Prejuízo líquido (R$ mil)	154.234	58.336	(738.657)
Patrimônio Líquido (R$ mil)	10.326.057	10.259.985	10.600.006
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	1,49	0,57	(6,97)
Serviço da Dívida (Encargos, Empréstimos e Financiamentos – Circulante e Não Circulante) – total em R$ mil	4.524.400	4.671.738	4.679.388
Em Moeda Nacional (R$ mil)	3.988.503	4.108.459	4.139.539
Em Moeda Estrangeira (R$ mil)	535.897	563.279	539.849
Endividamento do Patrimônio Líquido (%)	43,85	45,53	44,15
Em moeda Nacional (%)	38,66	40,04	39,06
Em moeda Estrangeira (%)	5,19	5,49	5,09

INDICADORES DE PERFOMANCE	DEZEMBRO/2010	DEZEMBRO/2011	DEZEMBRO/2012
Retorno dos Ativos em Produção (Resultado do Exercício / Ativo Imobilizado em Serviço)	0,63%	0,45%	(7,33%)
Capital Social (R$ mil)	8.200.406	8.200.406	9.326.355
Quadro de Pessoal	3.850	3.815(*)	3.757
Salário Médio dos Funcionários (R$)	6.201,89	6.711,52	7.282,32
Taxa de Gravidade de Acidentes (TGA)	99,93	134,73	102,22
Taxa de Frequência de Acidentes (TFA)	2,05	2,24	4,08
Índice de Absenteísmo (IAD)	2,53	2,66	2,68

(*) A partir de 2011 foram considerados dois Diretores Empregados na composição do quadro de pessoal da Empresa.

PERFIL

Instituição

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, criada pela Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972, e constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973.

Com sede no Distrito Federal, a Empresa possui suas principais instalações operacionais na região da Amazônia Legal, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Credo do Sistema Eletrobras

MISSÃO	Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.
VISÃO	Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.
VALORES	Foco em resultados, empreendedorismo e inovação, valorização e comprometimento das pessoas, ética e transparência.

Principais Empreendimentos

Estados	Usinas Hidrelétricas	Usinas Termelétricas	Subestações (unidades)	Subestações (MVA)(*)	Linhas (km)
Amapá	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	9	743	505,69
Acre	-	UTE Rio Acre UTE Rio Branco I UTE Rio Branco II	3	311	302,00
Amazonas	-	UTE Electron (**)	-	-	-
Maranhão	-	-	11	8.251	2.525,48
Mato Grosso	-	-	9	2.067	2.538,31
Pará	UHE Tucuruí UHE Curuá Una	-	12	17.186	2.538,71
Rondônia	UHE Samuel	UTE Rio Madeira	8	1.830	866,06
Roraima	-	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (***)	1	202	190,20
Tocantins	-	-	2	244	516,57
Total	4	7	55	30.834	9.983,02

(*) Considerado os transformadores elevadores das usinas
(**) Usina alienada à Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aguardando outorga de concessão.
(***) Usina cedida em comodato para a Boa Vista Energia S.A

Arquitetura dos Negócios

A quase totalidade da receita da Empresa é proveniente da venda de energia elétrica e da prestação de serviços de transmissão. Essas operações são suportadas por contratos de compra e venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão.

A Empresa atua, simultaneamente, no Sistema Interligado Nacional – SIN e nos Sistemas Isolados.

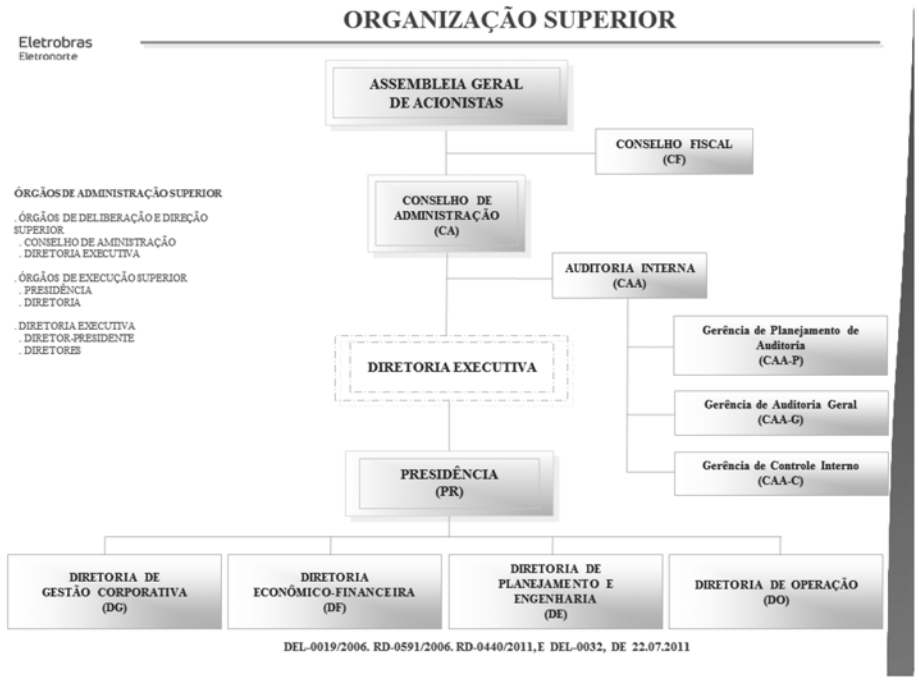
Os Sistemas Isolados estão localizados nos estados de Roraima (importação de energia da Venezuela) e Amapá (geração hidráulica e térmica), enquanto que Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Acre participam da rede básica do SIN.

A Eletrobras Eletronorte participa de 18 (dezoito) Sociedades de Propósito Especifico – SPEs a seguir relacionadas:

Sociedade de Propósito Especifico - SPE	Percentual de Participação (%)
AMAZÔNIA ELETRONORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49
AMAPARI ENERGIA S.A.	49
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,71
BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,5
BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,5
CONSTRUTORA INTEGRAÇÃO LTDA. (Empresa responsável pelo EPC da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.)	24,5
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	24,5
ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	100
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	37
LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49
MANAUS CONSTRUTORA LTDA. (empresa responsável pelo EPC da Manaus Transmissora de Energia S.A.)	30
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,5
NORTE ENERGIA S.A.	19,98
REI DOS VENTOS 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,5
RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	100
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	49
TRANSNORTE ENERGIA S.A.	49

A Empresa é patrocinadora da Fundação de Previdência Complementar – Previnorte, entidade sem fins lucrativos criada em 1988 com o objetivo de assegurar aos seus participantes a complementação de aposentadoria e pensões proporcionadas pela Previdência Social.

Organograma



Como estabelecido em seu Estatuto Social, no Capítulo IV, Artigo 11, a Eletrobras Eletronorte é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho, fixar a orientação geral dos negócios da Empresa, o controle superior dos programas aprovados e a verificação dos resultados obtidos.

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Empresa.

É composta por: Diretor-Presidente, Diretor de Gestão Corporativa, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Planejamento e Engenharia e Diretor de Operação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Composição Acionária

O seguinte quadro apresenta a composição acionária da Eletrobras Eletronorte em 31 de dezembro de 2012:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA – 31/12/2012
(ÚLTIMA CAPITALIZAÇÃO: AGE DE 20/11/2012)

ACIONISTAS	C.N.P.J.	QTDE. DE AÇÕES	%	CAPITAL INTEGRALIZADO
1. Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras	00.001.180/0001-26	149.918.643	99,468	9.296.355.435,46
2. Prefeitura Municipal de Manaus	04.365.326/0001-73	263.513	0,175	9.867.322,33
3. Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA	04.895.728/0001-20	247.635	0,164	9.272.765,92
4. Amazonas Distribuidora de Energia S/A	02.341.467/0001-20	146.382	0,097	5.481.317,35
5. Governo do Estado de Roraima	00.394.593/0001-18	35.992	0,024	1.347.731,10
6. Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre	04.065.033/0001-70	22.016	0,015	824.395,64
7. Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron	05.914.650/0001-66	13.949	0,009	522.324,44
8. Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR	05.943.030/0001-55	8.568	0,006	320.831,30
9. União Federal	-	1.804	0,001	67.551,31
10. Outras Pessoas Físicas	-	31.531	0,021	1.195.141,52
11. Outras Pessoas Jurídicas	-	29.769	0,020	1.100.255,14
TOTAL		150.719.802	100,00	9.326.355.079,51

Obs.: Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Gestão Estratégica

O processo de planejamento estratégico está estruturado desde o primeiro ciclo que abrangeu os anos de 1978 a 1984. Esse processo vem recebendo melhorias contínuas até os dias de hoje.

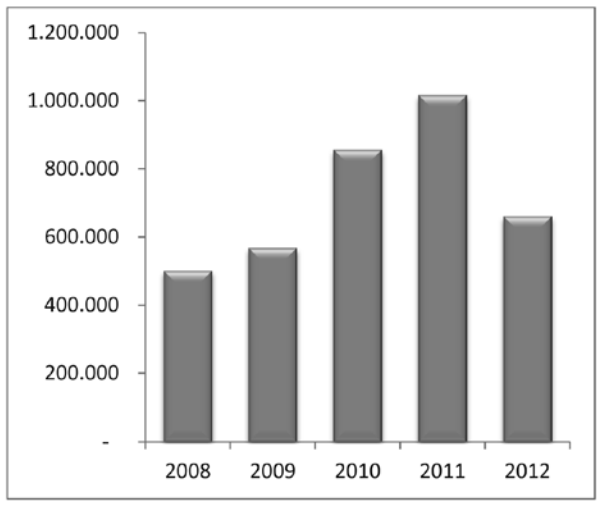
Em 2011, foi introduzida significativa melhoria no processo de gestão estratégica, formalizada pela RD nº 668/2011, de 20/10/2011. A nova dinâmica teve início com a criação do Comitê de Estratégia Empresarial (CEE), composto por 10 (dez) profissionais multidisciplinares de larga experiência, sendo dois representantes de cada Diretoria, que passou a atuar como consultor da AD.

Para dar suporte a gestão estratégica em cada Diretoria e atuar como equipe executiva do CEE foi criada a Rede Mobilizadora da Estratégica Física- RMEF pela Portaria PR 002/2012, de 06/01/2012. A RMEF é composta por 20 (vinte) profissionais indicados pelas diretorias, que atuam de forma corporativa e permanente no alinhamento, execução e monitoramento da estratégia em todos os níveis hierárquicos da organização.

DESEMPENHO ECÔNOMICO-FINANCEIRO

I - Principais Componentes Patrimoniais

a) Créditos junto a consumidores e revendedores



EM MILHARES DE REAIS

Rubricas	2008	2009	2010	2011	2012
Contas a receber	1.121.860	1.298.320	1.785.969	2.129.916	1.434.732
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(619.938)	(729.594)	(928.603)	(1.112.285)	(772.468)
Valor líquido	501.922	568.726	857.366	1.017.631	662.264

A Eletrobras Eletronorte detém uma carteira de clientes com baixa inadimplência. Em 2012, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) renegociou a sua dívida, que redundou na baixa de R$ 563.236 mil, referente à parcela de encargos. O saldo daí decorrente, referente ao principal, no montante de R$ 728.485 mil, foi divido em 3 (três) parcelas, conforme abaixo:

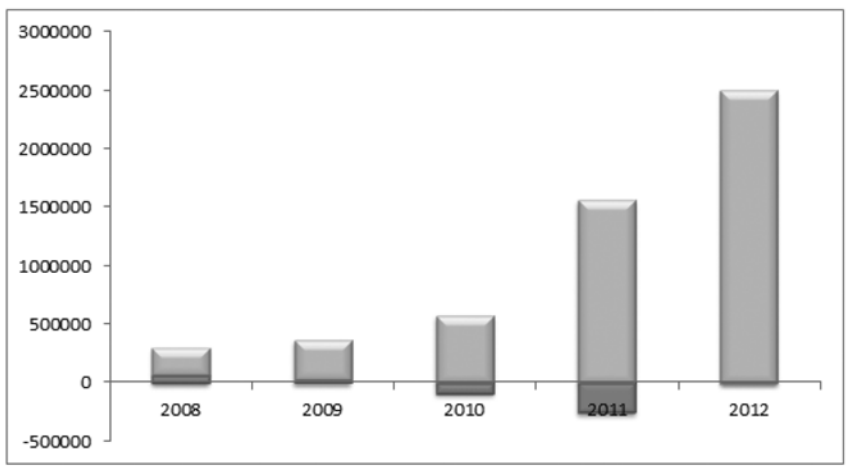
(i) Primeira parcela – R$ 329.183 mil, com vencimento para janeiro de 2013;
(ii) Segunda parcela - R$ 255.326 mil, com vencimento para janeiro de 2014; e
(iii) Terceira parcela – R$ 143.976 mil, com vencimento para janeiro de 2015.

Considerando que a tramitação do processo não permitiu a liberação dos recursos vinculados à primeira parcela pela instituição financeira envolvida na operação, na data pactuada em contrato, foi mantida em provisão a parcela da dívida negociada.

O contrato prevê atualização da dívida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que será agregada a última parcela da dívida, vincenda em janeiro de 2015.

Sobre o montante das parcelas em atraso incidirá multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% ao mês, calculado "pró-rata die".

b) Participações Societárias Permanentes



EM MILHARES DE REAIS

Fontes	2008	2009	2010	2011	2012
Boa Vista Energia S/A	61.192	20.272	(95.076)	(259.587)	-
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	236.881	340.997	572.005	1.561.942	2.500.719
TOTAL	298.073	361.269	476.929	1.302.355	2.500.719

Em outubro de 2012, o controle acionário da subsidiária integral Boa Vista Energia S/A foi transferido para a Eletrobras.

No decorrer do ano de 2013, serão incorporadas pela Companhia duas Sociedades de Propósito Específico (SPE) que estão sob seu controle acionário integral, conforme abaixo:

(i) Estação Transmissora de Energia S/A

A Estação Transmissora de Energia S/A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 25 de novembro de 2008 com o objetivo de escoar a energia produzida nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Estado de Rondônia.

A SPE detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações de Transmissão – IT, composta pela estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ± 600 kV, com capacidade para 3.150 MW, localizada na subestação coletora de Porto Velho, no Estado de Rondônia e pela estação inversora de corrente contínua em ± 600 kV para corrente alternada de 500 kV, com capacidade para 2.950 MW, localizada na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo.

O empreendimento está pronto para ser operado e receberá Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 179.811 mil, reajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, pelo IPC-A.

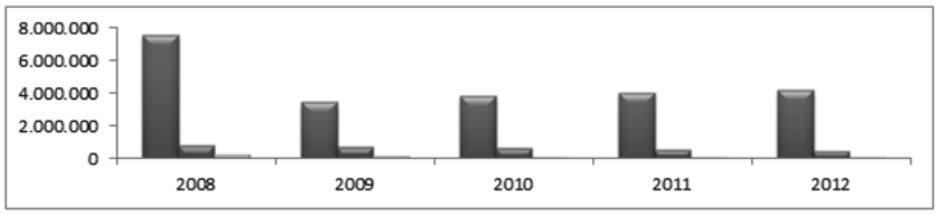
(ii) A Rio Branco Transmissora de Energia S/A

A Rio Branco Transmissora de Energia S/A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída, em 21 de julho de 2009, para atender a expansão do sistema de transmissão através da conexão da subestação de Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre, à rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A SPE detém a concessão para construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica do SIN, composto pela Linha de Transmissão de Energia Elétrica em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação Porto Velho e término na subestação Abunã, localizada no Estado de Rondônia, e pela linha de Transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 299 km, com origem na subestação Abunã, localizada no Estado de Rondônia e término na subestação Rio Branco, localizada no Estado do Acre, bem como as demais instalações necessárias, às funções de mediação, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O empreendimento entrou em operação em dezembro de 2011 e tem Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 29.607 mil, reajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, pelo IPC-A.

c) Dívida de Financiamentos e Empréstimos

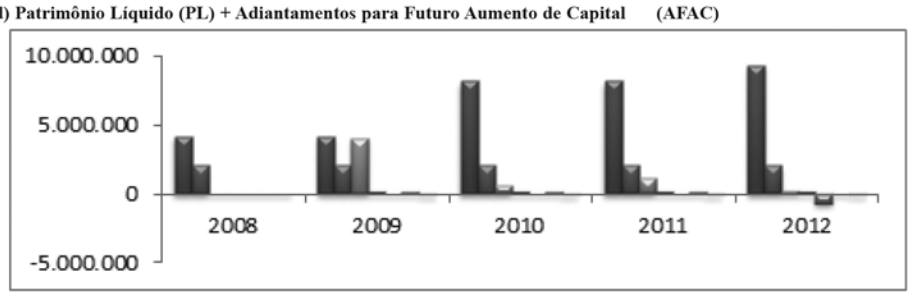


EM MILHARES DE REAIS

Fontes	2008	2009	2010	2011	2012
Eletrobras	7.571.244	3.439.341	3.803.060	4.050.910	4.162.723
BNDES	790.717	689.514	639.974	536.699	429.527
Outros	252.758	171.093	81.366	84.129	87.138
Total	8.614.719	4.299.948	4.524.400	4.671.738	4.679.388

Em dezembro de 2009 teve desfecho um fato extremamente relevante para a Eletrobras Eletronorte, com grande reflexo para sua estrutura patrimonial e, também, para melhoria dos seus resultados futuros, que foi a conversão de parte da sua dívida com a Eletrobras, no montante de R$ 4.023.201 mil em Aumento de Capital, cuja integralização ocorreu no exercício de 2010.

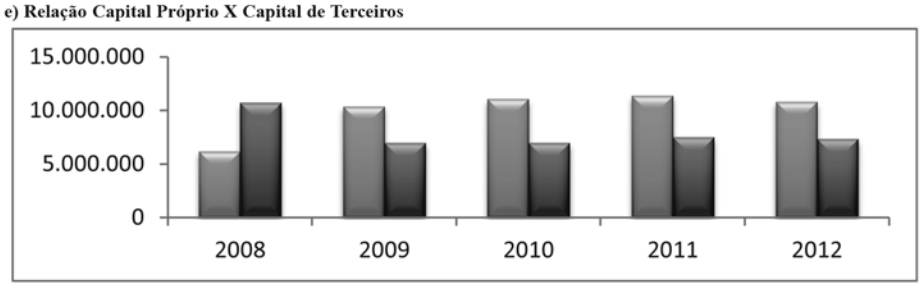
d) Patrimônio Líquido (PL) + Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)



EM MILHARES DE REAIS

Fontes	2008	2009	2010	2011	2012
Capital social	4.177.205	4.177.205	8.200.406	8.200.406	9.326.355
Reservas de capital	2.011.460	2.011.460	2.011.460	2.011.460	2.011.460
AFAC	-	4.023.201	631.793	1.127.731	218.104
Reservas de lucros	-	155.769	132.092	50.685	25.708
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(713.680)
Dividendos adicionais propostos	-	19.178	109.301	50.200	-
Outros resultados abrangentes	-	(11.943)	(17.901)	(52.766)	(49.837)
Total	6.188.665	10.374.870	11.067.151	11.387.716	10.818.110

e) Relação Capital Próprio X Capital de Terceiros



EM MILHARES DE REAIS

Fontes	2008	2009	2010	2011	2012
Capital próprio *	6.188.665	10.374.870	11.067.151	11.387.716	10.818.110
Capital de terceiros**	10.741.553	6.976.725	6.976.066	7.512.785	7.338.475
Total	16.930.218	17.351.595	18.043.217	18.900.501	18.156.585

*Inclui adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC)
**Exclui: instrumentos financeiros derivativos, tributos diferidos, provisões para contingências e adiantamentos para futuro aumento de capital.

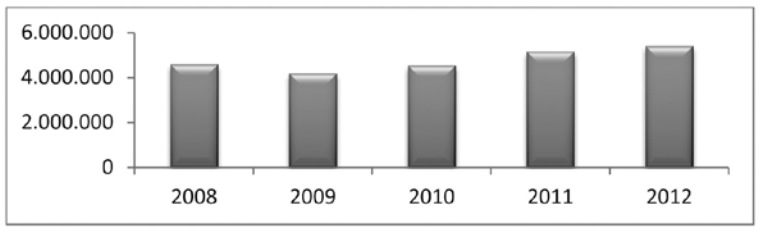
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A relação capital próprio x capital de terceiros em 2012, atingiu o percentual de 59,6% e 40,4%, respectivamente.

II - Desempenho Econômico Financeiro

a) Faturamento Bruto

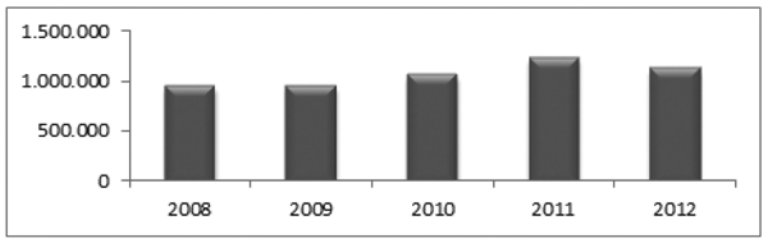


EM MILHARES DE REAIS

Rubricas	2008	2009	2010	2011	2012
Venda de energia e serviços	3.888.286	3.430.150	3.666.460	4.199.739	4.395.243
Disponibilização do sistema de transmissão	703.708	767.537	883.134	965.925	1.019.025
Total	4.591.994	4.197.687	4.549.594	5.165.664	5.414.268

O faturamento bruto em 2012 apresentou crescimento de 4,81% em relação a 2011, motivado pelo aumento do volume de energia elétrica vendida no curto prazo.

b) Tributos Federais e Encargos Setoriais incidentes sobre a Receita

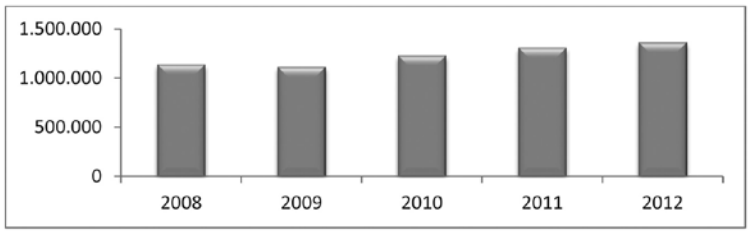


EM MILHARES DE REAIS

Rubricas	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	16.071	18.821	15.427	19.098	17.843
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	37.169	33.937	39.377	42.905	38.563
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52.144	58.667	45.999	54.787	31.192
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	48.655	81.972	98.505	93.128	93.046
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	57.845	53.932	58.890	65.534	67.565
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	38.039	34.314	36.787	40.834	44.759
Reserva Global de Reversão - RGR	111.607	96.315	108.220	117.805	132.079
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	155.768	181.491	173.115	195.779	199.829
Conta de Consumo de Combustível - CCC	159.455	137.187	209.948	296.458	187.264
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	266.508	248.476	271.302	301.918	311.293
Total	943.261	945.112	1.057.570	1.228.246	1.123.433

O gráfico acima mostra a carga tributária a que está submetida a Empresa.

c) Geração operacional de caixa - LAJIDA (EBITDA)

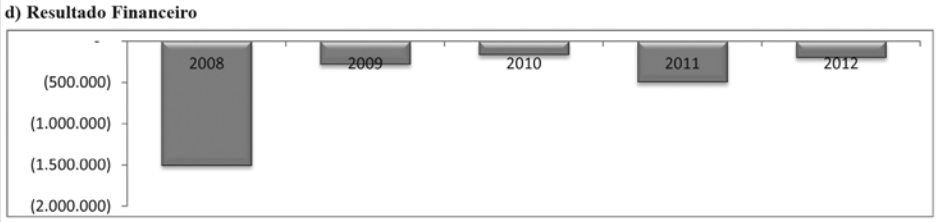


EM MILHARES DE REAIS

RUBRICAS	2008	2009	2010	2011	2012
Faturamento Bruto	4.591.994	4.197.687	4.549.594	5.165.664	5.414.268
(-) Impostos e Contribuições sobre a Receita	(772.307)	(745.823)	(870.243)	(1.015.866)	(908.254)
(=) Faturamento Líquido	3.819.687	3.451.864	3.679.351	4.149.798	4.506.014
(-) Despesas Desembolsáveis	(2.678.704)	(2.334.461)	(2.447.603)	(2.836.727)	(3.140.368)
LAJIDA (EBITDA)	1.140.983	1.117.403	1.231.748	1.313.071	1.365.646

A geração interna de caixa da Eletrobras Eletronorte apresentou crescimento de 4,0% neste exercício, quando comparada com o exercício anterior.

d) Resultado Financeiro



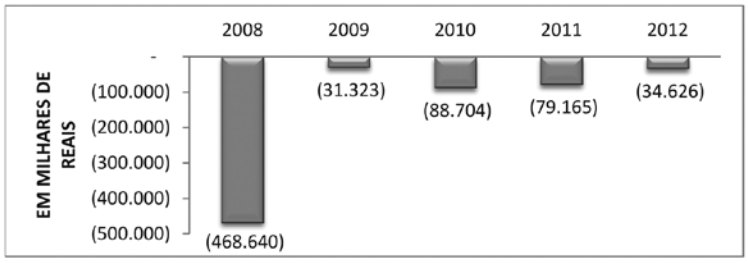
EM MILHARES DE REAIS

Rubricas	2008	2009	2010	2011	2012
Receita financeira	299.597	696.187	349.597	349.281	432.143
Despesa financeira	(1.807.561)	(980.571)	(520.027)	(848.552)	(633.593)
Resultado financeiro	(1.507.964)	(284.384)	(170.430)	(499.271)	(201.450)

Em virtude do endividamento da Eletrobras Eletronorte, o seu resultado financeiro sempre ficou muito susceptível às flutuações das moedas que indexam os contratos de financiamentos e empréstimos, trazendo, como consequência, impactos negativos aos seus resultados finais.

A repactuação da dívida, levada a efeito com a Eletrobras no final de 2009, convertida em aumento de capital no exercício de 2010, teve o condão de eliminar grande parte desse problema estrutural da Companhia.

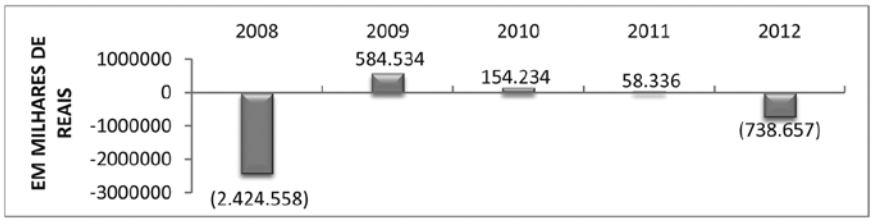
e) Resultado de Participações Societárias



A equivalência patrimonial vinha impactando desfavoravelmente o resultado da Eletrobras Eletronorte até o exercício de 2008. Com a transferência do controle acionário da subsidiária integral Manaus Energia S/A (atual Amazonas Distribuidora de Energia S/A) para a Eletrobras, a partir de 2009, a situação melhorou consideravelmente.

Em outubro de 2012, foi também transferido o controle acionário da subsidiária integral Boa Vista Energia S/A para a Eletrobras. Essa medida assegura que, doravante, a equivalência patrimonial não mais afetará negativamente os resultados da Companhia.

f) Resultado final dos Exercícios



A Eletrobras Eletronorte encerrou o exercício de 2012 com prejuízo de R$ 738.657 mil, ante um lucro líquido de R$ 58.336 mil obtido no exercício de 2011.

Contribuíram, de forma preponderante, para a ocorrência desse resultado desfavorável, os seguintes fatores:

(i) Efeitos da MP 579/2012

A companhia possuía ativos vinculados à RBNI (Rede Básica – Novas Instalações) no valor contábil de R$ 2.290.854 mil, tendo recebido indenização no valor de R$ 1.682.268 mil, resultando numa perda de R$ 608.586 mil.

Apenas uma usina hidráulica da Companhia foi afetada pela MP 579 – Coaracy Nunes, com saldo contábil de R$ 113.044 mil, tendo sido indenizada por R$ 35.492 mil, resultando numa perda de R$ 77.552 mil.

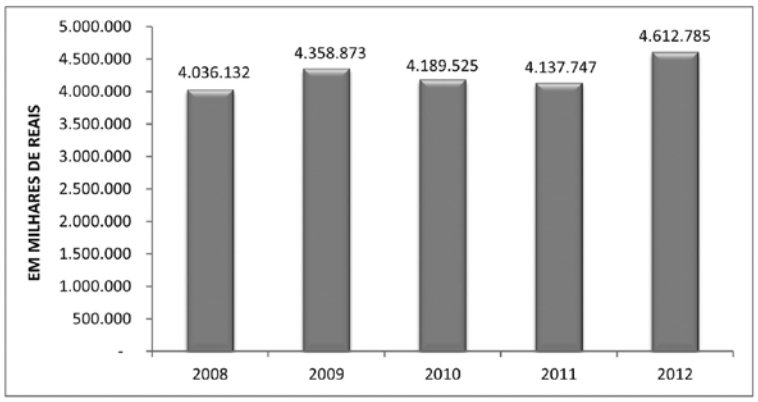
(ii) Efeitos da MP 591/2012

A Companhia possuía ativos vinculados à RBSE (Rede Básica – Sistema Existente) no valor contábil de R$ 1.838.339 mil. Considerando que o Valor Novo de Reposição (VNR) foi estimado em R$ 1.810.171 mil, foi reconhecida uma perda de R$ 28.168 mil.

(iii) Teste de Impairment

A companhia realizou teste de impairment em seus ativos, que gerou uma redução ao valor recuperável de R$ 482.334 mil, sendo o valor de R$ 344.104 mil relativo à UHE Samuel.

g) Prejuízos Fiscais



A Eletrobras Eletronorte vinha acumulando créditos tributários de grande monta, sem possibilidade de compensação, dada a sua histórica performance de apuração de prejuízos.

O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. Dessa forma, a administração não vem contabilizando os créditos fiscais, tendo em vista que, dos últimos três exercícios, somente nos exercícios de 2010 e 2011 a Companhia apurou lucro tributável.

DIMENSÃO SOCIAL

DIMENSÃO SOCIAL INTERNA

Gestão de Pessoas

A Eletrobras Eletronorte considera que o capital humano é determinante para cumprir sua missão, alcançar os resultados e fortalecer a Empresa que segue as políticas de Gestão de Pessoas e de Responsabilidade Social adotadas pelo Sistema Eletrobras, alinhando-as à estratégia organizacional, ao Código de Ética e à legislação brasileira, e respeitando as diretrizes e convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Com isso, reforça o compromisso dos empregados com a sustentabilidade empresarial.

Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário

Considerando a quantidade significativa de empregadas(os) com mais de 25 anos de serviço (35,96%) e a meta de redução dos custos com pessoal, material, serviços e outros (PMSO), a Diretoria Executiva aprovou em 21 de junho de 2011 o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV. Os desligamentos tiveram início em outubro de 2011, com término previsto para 30 de setembro de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O quadro seguinte mostra a previsão dos desligamentos voluntários para 2013:

Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)		
Mês do Desligamento	**Quantidade de Empregados**	**Custo com desligamento em R$**
Janeiro/2013	5	R$ 2.296.900,36
Fevereiro/2013	4	R$ 1.277.606,86
Março/2013	2	R$ 1.077.726,08
Abril/2013	3	R$ 932.631,85
Maio/2013	4	R$ 1.163.871,02
Junho/2013	8	R$ 2.736.933,83
Julho/2013	11	R$ 4.938.905,18
Agosto/2013	19	R$ 7.125.610,38
Setembro/2013	307	R$ 127.374.113,55
Total geral	**363**	**R$ 148.924.299,11**

Análise da Força de Trabalho

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores da evolução da dimensão social interna de 2010 a 2012:

Ano	2010	2011	2012
Nº de empregadas(os) no início do exercício	3.701	3852(**)	3.815
Nº de empregadas(os) no final do exercício	3.850	3815(**)	3.757
Quantidade de portadores de deficiências que trabalham na Empresa	225	31(***)	30
Nº de demissões	35	53	13
Nº de admissões	184	16	71
Número de aposentadorias no período	0	43	66
Relação entre o menor salário da Empresa e o salário mínimo vigente(*)	4,20 (*)	3,82	3,91
Salário Médio das(os) Empregadas(os)	R$ 6.213,04	R$ 6.711,52	R$7.282,32
Taxa de gravidade de acidentes TGA	99,93	134,73	102,22
Taxa de frequência de acidentes TFA	2,05	2,24	4,08
Índice de absenteísmo - IAD - Global	2,53	2,66	2,68

(*) Salário Mínimo em: 31 de dezembro de 2012 – R$ 622,00
31 de dezembro de 2011 – R$ 545,00
31 de dezembro de 2010 – R$ 510,00.

(**) A partir de 2011 foram considerados os dois Diretores Empregados na composição do quadro de pessoal da Empresa.

(***) Em 2012 foram consideradas como deficiências aquelas regulamentadas pelo Decreto nº. 3.298/99, de 20/12/1999 e não as feitas por autodeclaração como era anteriormente considerado.

Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Consciente de que a sustentabilidade do seu negócio depende também do compromisso social com a promoção da equidade e da diversidade, a Eletrobras Eletronorte trabalha com o objetivo de gerar oportunidades iguais para todas e todos.

A Empresa aderiu às Recomendações Sociais do Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU e assumiu o compromisso com a valorização da diversidade de forma explícita, incluindo em seu Código de Ética os princípios da equidade, igualdade e respeito às diferenças.

Ações do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

O Programa Pró-equidade de Gênero e Raça é responsável por parte das respostas positivas que a Empresa tem dado em relação a seus compromissos nacionais e internacionais com a sustentabilidade.

A motivação continuada para participação no Programa Pró-equidade de Gênero e Raça Nacional demonstra a preocupação da Empresa com a implementação de ações positivas na área.

Educação e Desenvolvimento

Diante das mudanças ocorridas na Empresa em 2012, a Superintendência de Desenvolvimento e Educação – GSE intensificou novas modalidades de desenvolvimento utilizadas no processo educacional da Eletrobras Eletronorte tais como: Treinamento em Serviço - TS, Treinamento Informal-TI, Autodesenvolvimento - AD e Disseminações.

Nessas modalidades, as ações educacionais são desenvolvidas com instrutoria interna, não acarretando custo para a Empresa. Assim, os gestores e gestoras têm autonomia para promover quantas ações julgarem necessárias ao desenvolvimento de competências da equipe de trabalho.

Considerando todas as ações educacionais (internas, externas, treinamento em serviço -TS, Treinamento Informal-TI, Autodesenvolvimento-AD e Disseminações, foram implementadas 1.290 turmas de ações educacionais, que aperfeiçoaram e qualificaram as(os) empregadas(os) da Eletrobras Eletronorte. Essas ações atingiram 48,3 horas de treinamento, em média por empregada(o), perfazendo um total de 186.259,06 horas, com 18.612 participações para 3.866 profissionais. O valor total investido foi de R$ 4.605.969,12, correspondendo a 0,08% do faturamento bruto da Empresa, e investimento médio por empregada(o) de R$ 1.214,16.

Parâmetros	2010	2011	2012
Ações Educacionais	1.430	1.439	1.290
Pessoas Capacitadas	3.991	3.999	3.866
Participações	19.922	18.282	18.612
Horas Treinadas	273.251	239.332,42	186.259,06
Custo Total (R$)	6.380.729,91	5.657.975,40	4.605.969,12

Obs,: Foram consideradas para as informações acima toda a força de trabalho (empregadas(os), requisitados, dirigentes, prestadoras(es) de serviços terceirizados e estagiárias(os) sendo excluídos somente as(os) empregadas(os) cedidos e liberados.

Para o cálculo das horas de treinamento em média por empregado e do investimento médio por empregado são considerados todos os empregados da Empresa e não apenas as pessoas capacitadas, ajustando-se os cálculos à quantidade de empregados ausentes (em férias ou licença médica) no período calculado. Essas informações compõem os indicadores IHE (Investimento de Horas em Educação) e IFE (Investimento Financeiro em Educação).

Saúde

Em 2012, foram efetivados 82,48% dos exames periódicos previstos, que são padronizados de acordo com a idade, sexo e função exercida. A apresentação dos resultados é feita por meio de um cartão de saúde que monitora a situação de cinco níveis de qualidade de saúde (índice de massa corpórea, variação da pressão arterial, colesterol, triglicerídeos e glicemia) em relação a referenciais comparativos.

Saúde e segurança no trabalho	2010	2011	2012
Número total de acidentes de trabalho com empregadas(os)	29	23	26
Acidentes com afastamento temporário de empregadas(os) e/ou de prestadores de serviço (%)	16	9	15
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregadas(os) e/ou de prestadoras(es) de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0	0	0
Acidentes que resultaram em morte de empregadas(os) e/ou de prestadoras(es) de serviço (%)	0	0	1
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para empregadas(os)	2,05	2,24	4,08

Segurança do Trabalho

Em 2012, foram registrados os seguintes acidentes do trabalho:

Acidentes do Trabalho			
Tipo	**2010**	**2011**	**2012**
Número absoluto de acidentes sem afastamento	13	14	10
Número absoluto de acidentes com afastamento	16	9	16
Índice relativo total de empregadas(os)	0,0043	0,0062	0,0069
Dias perdidos/pessoas	635	841	627
Índice de frequência	2,05	2,24	4,08
Índice de avaliação gravidade	99,93	134,73	102,22
Número de óbitos	0	0	01

Previdência Privada

A Previnorte – Fundação de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, patrocinada pela Eletrobras Eletronorte, com o objetivo de instituir planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, acessíveis às empregadas e aos das empresas que patrocinam esses planos.

Além da Eletrobras Eletronorte, na qualidade de Patrocinador-Instituidor, são também patrocinadores da Previnorte a Amazonas Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Eletroacre e a própria Previnorte.

Composição Consolidada dos Recursos Garantidores da Previnorte dos Planos 01-A e 01-B em 31.12.2012

Em Reais

Descrição	Valor (R$)	Alocação	Res./CMN nº 3.792/2009
RENDA FIXA	1.706.294.189,41	**86,97%**	**até 100%**
Títulos Públicos	640.678.752,65		
Créditos Privados e Depósitos	674.571.950,93		
Fundos de Investimentos	391.043.485,83		
Referenciado	14.076.655,83		
Renda Fixa	257.844.288,93		
Multimercado	119.050.812,98		
Direitos Creditórios (FIDC)	71.728,09		
RENDA VARIÁVEL	137.504.870,39	**7,01%**	**até 70%**
Ações	2.830.191,20		
Dividendos	100.394,11		
Fundos de Investimentos	134.574.285,08		
Ações	134.574.285,08		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	**0,00%**	**até 20%**
Fundos de Investimentos	-		
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	49.548.138,75	**2,53%**	**até 8%**
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	68.259.721,80	**3,48%**	**até 15%**
(+) Outros Realizáveis	92.094,66		
Total dos Investimentos	1.961.699.015,01	**Conta: 1.2.3**	
(+) Disponível	269.837,54	Conta: 1.1	
(-) Valores a Pagar (Programa de Investimentos)	60.497,96	Conta: 2.1.3	
(-) Contingências	28.997,00	Conta: 2.2.3	
(=) Total dos Recursos Garantidores	1.961.879.357,59		

DEMONSTRATIVO DE VALORES REPASSADOS PELO PATROCINADOR ELETROBRAS ELETRONORTE EM 2012

	Contribuição		Ass. Médica	UTI Móvel	Ass. Odontológica	Empréstimos Consignados	Total
	Participantes	Patrocinadora					
JAN	3.283.510,38	2.765.443,18	34.720,46	593,34	1.879,60	1.815.102,04	7.901.249,00
FEV	3.379.762,38	2.749.903,67	34.643,22	593,34	1.866,90	1.799.839,87	7.966.609,38
MAR	3.398.530,37	2.754.753,24	34.637,50	593,34	1.879,60	1.783.303,96	7.973.698,01
ABR	3.392.874,72	2.746.238,82	38.066,30	603,57	1.866,90	1.741.046,98	7.920.697,29
MAI	3.461.345,81	2.800.522,20	38.219,58	603,57	1.879,60	1.888.604,94	8.191.175,70
JUN	3.490.622,39	2.816.995,36	38.846,19	603,57	1.892,30	1.903.912,21	8.252.872,02
JUL	3.501.348,66	2.824.842,00	39.013,40	603,57	1.892,30	1.796.729,21	8.164.429,14
AGO	4.488.789,75	3.650.202,04	38.775,10	603,57	1.816,10	1.851.469,81	10.031.656,37
SET	4.206.435,45	3.408.009,08	39.994,67	603,57	1.816,10	1.862.729,52	9.519.588,39
OUT	3.828.691,06	3.068.802,39	40.539,53	603,57	1.790,70	1.968.243,79	8.908.671,04
NOV	3.828.905,14	3.074.443,61	40.732,32	603,57	1.790,70	2.005.194,48	8.951.669,82
DEZ*	3.826.079,10	3.071.899,41	41.639,87	603,57	1.790,70	1.933.092,53	8.875.105,18
13º*	3.777.719,02	3.034.738,53	-	-	-	-	6.812.457,55
TOTAL	47.864.614,23	38.766.793,53	459.828,14	7.212,15	22.161,50	22.349.269,34	109.469.878,89

***Valores repassados em jan/2013**

DIMENSÃO SOCIAL EXTERNA

Programas e Ações de Responsabilidade Social

Em 2012, foi aprimorado o Plano Diretor de Responsabilidade Social Empresarial da Eletrobras Eletronorte, que define cinco eixos de projetos sociais inspirados nas políticas públicas, sendo três estruturantes e dois transversais: estruturantes - Geração de Trabalho e Renda; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Cidadania; transversais - Gênero e Diversidade; e Meio Ambiente.

Principais Programas e Projetos

Programa/Projeto	Objetivo/Beneficiários
Programa Superação da Pobreza das Mulheres – PEESPM – Decreto 7.492 de 2/6/2012	Levar renda e cidadania a 16,5 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em condições de miséria extrema.
Programa Jovem Aprendiz	Capacitar e preparar os que estão em situação de vulnerabilidade social, facilitando sua inserção no mercado de trabalho, em consonância com a política pública e legislação de primeiro emprego, beneficiando jovens entre 14 e 24 anos incompletos de populações de baixa renda que estejam cursando as últimas séries do ensino fundamental
Projeto Educando para Evitar o Sofrimento pelo Escalpelamento	Prevenir e erradicar os acidentes de escalpelamento causados por embarcações na região Amazônica, por meio de um convênio com a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, beneficiando cerca de 400.000 pessoas de dezessete municípios do estado do Pará e dois do estado do Amapá.
Projeto Linha Verde	Promover qualificação, conscientização e geração de trabalho e renda nas comunidades dos municípios de Peritoró, Matões do Norte e Miranda do Norte - Maranhão, por meio do manejo e produção sustentável de hortaliças utilizando metodologia de Mandallas produtivas.
Programa de Voluntariado Empresarial	Estimular, apoiar e fortalecer as ações voluntárias de seus colaboradores(as) nas comunidades locais, tendo sido criados e instalados, em 2012, nove Núcleos Regionais do Programa de Voluntariado em cada uma das localidades da Eletrobras Eletronorte.
Projeto Reciclanorte	Promover, de forma sustentável, a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis da Amazônia Legal, por meio de ações integradas como trabalho e renda, capacitação, saúde, elevação de escolaridade, inclusão digital, segurança alimentar, crédito, habitação e programas assistenciais.
Projeto Cidadania com Energia	Desenvolver atividades socioeducativas, esportivas, culturais e psicopedagógicas com crianças e adolescentes para uma progressiva melhoria de qualidade de vida.
Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Desenvolver um conjunto de ações articuladas interna e externamente voltadas para a prevenção, articulação e mobilização que permitam a intervenção corporativa para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na empresa e nas suas comunidades de convivência.
Energia para Vida	Acolher, proporcionar a reintegração social e resgatar a autoestima de mulheres e crianças em situação de violência doméstica e familiar no município de Tucuruí – PA, em um Centro de Abrigamento especialmente criado para o projeto.
Centro de Qualificação Profissional	Concluir a ampliar as instalações do Centro Social da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, por meio do acordo de cooperação técnica celebrado entre a Eletrobras Eletronorte e a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO, para proporcionar a qualificação de jovens e adultos das comunidades do município.
Centro de Inclusão Digital de Tucuruí	Permitir, por meio da implantação do Centro de Inclusão Digital – CID de Tucuruí – PA, a inclusão digital à sociedade de baixa renda, possibilitando acesso às novas tecnologias, ampliação das relações, acesso à internet, democratização de serviços, utilização de novas tecnologias em ações educativas, maior acesso ao conhecimento e incentivo à pesquisa e possibilidade de troca de experiências com outras comunidades conectadas à rede internet.
Projeto Aconchego	Humanizar o tratamento dos (as) pacientes com câncer por meio da reforma da enfermaria e instalação de novos equipamentos do Hospital do Câncer de Mato Grosso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Programa/Projeto	Objetivo/Beneficiários
Projeto Infocentro do Pará	Promover a inclusão social e digital de adultos e adolescentes do Barreiro e dos bairros adjacentes, em situação de vulnerabilidade social, nos cursos de Informática Básica e Avançada.
Projeto Social APAE Cidadã	Promover a adaptação do espaço físico, visando seu uso social para o desenvolvimento de ações que promovam geração de trabalho e renda, promoção da cidadania, saúde e atividades socioesportivas, que são demandas da comunidade que reside nas proximidades da instituição, buscando socializar e integrar os habitantes locais. O projeto é de grande importância para a cidade de Santarém por estar a APAE inserida em uma área de alta vulnerabilidade social e devido ao agravamento da criminalidade. Além da reforma do espaço físico, prevê ações direcionadas a esses acompanhantes, na sua maioria mulheres que possam promover o resgate da cidadania.
Projeto Aconchego Roraima	Humanizar o tratamento dos (as) pacientes com câncer por meio da ampliação e reforma da Associação Beneficente ao Portador de Câncer do Estado de Roraima – ABPC considerando o impacto positivo na sociedade do estado.
Projeto IPIRÁ	Gerar trabalho e renda para 325 famílias de pescadores por meio da criação de peixes em tanques-rede, no Parque Aquícola de Breu Branco III. Desenvolvido em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura do Pará SEPAq.
Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/009	Fortalecer a capacidade institucional e da gestão das ações voltadas às populações atingidas pelos empreendimentos. É promovido por meio de uma parceria da Eletrobras Eletronorte e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Em 2012, foram iniciados estudos técnicos sobre as cooperativas agroindustriais nos municípios do entorno da UHE Tucuruí, com a finalidade de elaborar um diagnóstico situacional e propor estratégias de intervenção socioeconômica e ambiental.
Universalização de Energia	Atender orientações do Ministério de Minas e Energia, atuando como coordenadora da região elétrica norte no Programa Luz para Todos, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, provendo a estrutura física e logística dos Comitês Gestores Estaduais.
Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí - PIRTUC	Contribuir para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí – PDST, que compreende os 7 (sete) municípios do entorno do Lago da UHE Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. Os projetos abrangem programas compensatórios e potencializadores de desenvolvimento, bem como ações de melhorias de infraestrutura social e econômica e de fortalecimento das atividades produtivas da região com período de 20 (vinte) anos para implementação, iniciado em 2002 e envolvendo recursos financeiros no montante de R$ 200 milhões.

PIRTUC (Valores realizados em R$)		
Até 2010	**2011**	**2012**
71.689.071,31	32.062.941,15	34.125.366,51

Plano de Inserção Regional a Jusante de Tucuruí - PIRJUS	Desenvolver ações socioambientais a jusante de Tucuruí, em cinco municípios: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri, beneficiando 237.728 pessoas. A implementação se estende por um período de 20 anos, a partir de 2004, e envolve um montante de recursos financeiros de R$160 milhões.

PIRJUS (Valores realizados em R$)		
Até 2010	**2011**	**2012**
12.156.032,06	4.522.952,09	7.346.513,84

Balanço Social - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2012	Em 2011
Distribuição do Valor Adicionado	56,98% governo	44,14% governo
A Demonstração do Valor Adicionado	-31,64% acionistas	1,83% acionistas
- DVA está apresentada, na íntegra, no	44,88% empregados	26,37% empregados
conjunto das Demonstrações Contábeis.	29,78% financiadores	27,66% financiadores
	% outros	% outros

2 - RECURSOS HUMANOS 2.1 - Remuneração	Em 2012	Em 2011
Folha de pagamento bruta (FPB)	636.880	573.592
- Empregados	633.822	570.867
- Administradores	2.998	2.725
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	19,07	20,83
- Administradores	1,1	0,0

2.2 - Benefício Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	222.802	34,98%	4,97%	212.764	37,09%	5,06%
Alimentação	40.703	6,39%	0,91%	37.823	6,59%	0,90%
Transporte	3.195	0,50%	0,07%	2.940	0,51%	0,07%
Previdência privada	34.054	5,35%	0,76%	32.301	5,63%	0,77%
Saúde	55.916	8,78%	1,25%	51.171	8,92%	1,22%
Segurança e medicina do trabalho	2.383	0,37%	0,05%	2.405	0,42%	0,06%
Educação ou auxilio Creche	8.575	1,35%	0,19%	8.161	1,42%	0,19%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	14.129	2,22%	0,32%	15.671	2,73%	0,37%
Participação nos lucros ou resultados	82.701	12,99%	1,85%	56.081	9,78%	1,33%
Outros	30.123	4,73%	0,67%	41.213	7,19%	0,98%
Total	494.581	77,66%	11,04%	460.530	80,29%	10,95%

2.3 - Composição do Corpo Funcional		
Nº de empregados no final do exercício	3.757	3.815
Nº de admissões	13	16
Nº de demissões	71	53
Nº de estagiários no final do exercício	541	522
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	30	31
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	471	507
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	3.020	3.067
- Feminino	737	748
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	0	0
- De 18 a 35 anos	791	872
- De 36 a 60 anos	2.620	2.667
- Acima de 60 anos	346	276
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	0	0
- Com ensino fundamental	346	364
- Com ensino médio	405	392
- Com ensino técnico	1.129	1.186
- Com ensino superior	1.506	1.526
- Pós-graduados	371	347
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	81,00%	80,00%
- Feminino	19,00%	20,00%
2.4 - Contigências e passivos trabalhistas:		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	72	106
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	58	8
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	42	64
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 157 mil	R$ 6.648 mil

3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	7.672	-1,04%	0,17%	7.201	12,34%	0,17%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Alimentação	13	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	969	-0,13%	0,02%	820	1,41%	0,02%
Total dos investimentos	**8.654**	**-1,17%**	**0,19%**	**8.023**	**13,75%**	**0,19%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	925.828	-125,34%	20,67%	1.013.422	1737,22%	24,09%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	199.829	-27,05%	4,46%	195.779	335,61%	4,65%
Total - Relacionamento com a Comunidade	**1.134.311**	**-153,56%**	**25,32%**	**1.217.224**	**2086,57%**	**28,94%**
3.2 - Interação com os Fornecedores			São exigidos controles sobre:			
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores			Em todas as licitações é exigido como requisito para habilitação, a apresentação de declaração, informando que a empresa não possui em seu quadro de funcionários a utilização de trabalho infantil, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. É exigido ainda ter conhecimento e concordar com os princípios e normas constantes do "Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens de Serviços" da Eletronorte, documento que estabelece regras gerais de conduta envolvendo requisitos básicos de responsabilidade social e sustentabilidade.			

4 - Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	8.818	-1,19%	0,20%	5.023	8,61%	0,12%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	47.923	-6,49%	1,07%	8.126	13,93%	0,19%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados,terceirizados, autônomos e administradores da entidade	449	-0,06%	0,00%	86	0,15%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	156	-0,02%	0,00%	101	0,17%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.913	-0,26%	0,04%	761	1,30%	0,02%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental,determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Passivos e contigências ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	**59.259**	**-8,02%**	**1,31%**	**14.097**	**24,17%**	**0,33%**
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)	4.479.552			4.206.364		
Resultado Operacional (RO)	-738.657			58.336		

DIMENSÃO AMBIENTAL

Avaliação e Registro de Aspectos e Impactos Ambientais

A Eletrobras Eletronorte busca o aperfeiçoamento contínuo dos processos de avaliação, registro e mitigação dos impactos ambientais de suas atividades.

Por solicitação do Ministério de Minas e Energia (MME), elabora relatórios de caracterização e análise socioambiental de empreendimentos em que a Empresa tem participação. Esses relatórios objetivam a caracterização dos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural, bem como a análise integrada para a identificação das áreas mais ou menos sensíveis à implantação dos empreendimentos nos corredores e indicação da diretriz preferencial para a linha de transmissão e sua extensão aproximada.

Estudos de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas e Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de Aproveitamentos Hidrelétricos

Foram elaborados, em 2012, em parceria com empresas privadas, estudos de inventário para os aproveitamentos hidrelétricos das bacias dos rios Tapajós, Itacaiúnas, Tocantins, Araguaia, Araguari, Teles Pires e Xingu.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Programas Indígenas

A Empresa dispensa atenção especial às comunidades indígenas Parakanã, Waimiri Atroari e Programa São Marcos, desenvolvendo ações por meio de programas de apoio, como forma de compensar os impactos ambientais e sociais causados pelos empreendimentos.

O Programa Parakanã é uma ação indigenista dirigida aos Awaete-Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã, na bacia do rio Tocantins. Em 2012, a comunidade indígena contabilizou 955 pessoas e a Eletrobras Eletronorte investiu o montante de R$ 6.274.742,87 no programa.

O Programa Waimiri Atroari foi criado para atender ao Termo de Compromisso 002/87 e manter a Terra Indígena Waimiri Atroari livre de invasões. São 2.585.611,96 hectares, onde 1.585 habitantes, distribuídos em 22 aldeias, vivem tradicionalmente, mantendo sua cultura. O Programa recebeu da Eletrobras Eletronorte, com repasse da Eletrobras, o investimento de R$ 5.476.553,67.

Mediante Termo de Compromisso com a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM), a Eletrobras Eletronorte desenvolve ações em decorrência da implantação da Linha de Transmissão 230 kV Boa Vista / Santa Elena, no estado de Roraima..

Aproximadamente 5.000 pessoas das etnias Macuxi, Taurepáng e Wapixana, habitantes de 42 aldeias, fazem parte do Programa Indígena São Marcos.No ano de 2012 foi repassado para o Programa o valor de R$ 1.305.117,99.

Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico

Em conformidade com as normas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, visando a preservação do patrimônio cultural e arqueológico, a Eletrobras Eletronorte promove o levantamento e o resgate dos sítios arqueológicos e culturais detectados nas áreas de servidão de linhas de transmissão nos processos de licenciamento ambiental.

A Empresa também desenvolve estudos junto à comunidade acadêmica da região para a preservação do patrimônio cultural e arqueológico.

GESTÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

GERAÇÃO

Fatos relevantes em 2012:

UHE Tucuruí - A unidade geradora UGH-21 da UHE Tucuruí está disponível para operação desde o dia 03 de novembro, após sinistro ocorrido em 2011. Durante o processo de recuperação foram implementadas melhorias significativas para evitar reincidências e aumentar a segurança de operação da máquina.
UHE Tucuruí e UHE Samuel - Em 2012 a UHE Tucuruí concorreu ao prêmio TPM World Class e, como consequência das diversas auditorias, foram implementadas várias melhorias aprimorando sua gestão para obtenção do prêmio. O resultado será divulgado em 2013, mas as Usinas obtiveram bons resultados na auditoria final.
UHE Coaracy Nunes - Foi assinado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica entre a União e a Eletrobras Eletronorte em 04/12/2012, prorrogando o direito de exploração por 30 anos.

Resultados do Negócio Geração de Energia Elétrica

INDICADORES

Disponibilidade da Geração da Eletronorte - DISPG - Mede a proporção do tempo que as Unidades Geradoras de uma Instalação ficaram disponíveis em um determinado intervalo de tempo.

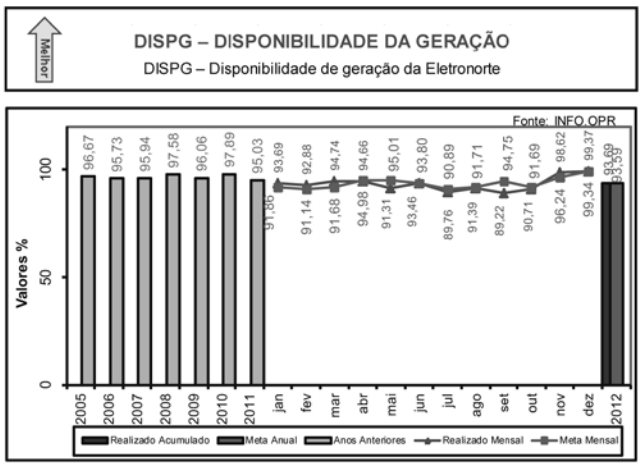


GRÁFICO 01 **FONTE: INFO.OPR**

Disponibilidade da Geração do Sistema Interligado - DISPG – Mede a proporção do tempo que as Unidades Geradoras de uma Instalação ficaram disponíveis em um determinado intervalo de tempo.

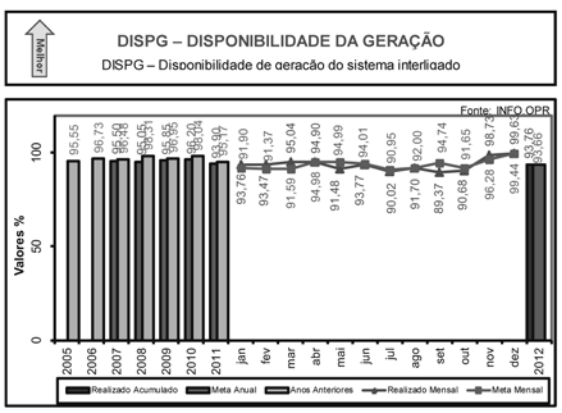


GRÁFICO 02. **FONTE: INFO.OPR**

Índice de Disponibilidade – ID – UHE Tucuruí, UHE Samuel e UHE Curuá Una - expressa a disponibilidade verificada, relacionando as taxas de equivalência de indisponibilidade forçada apurada e programada, mensalmente.

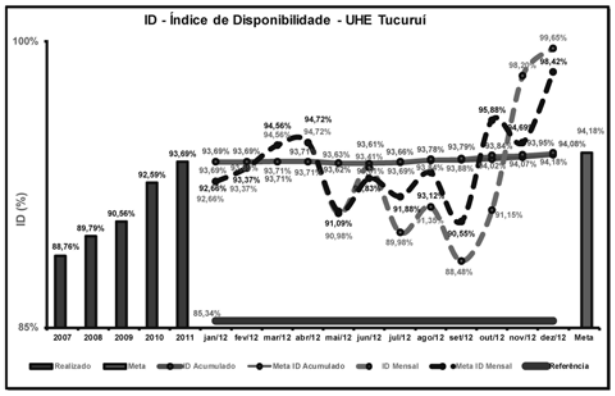


GRÁFICO 03. **FONTE: INFO.OPR**

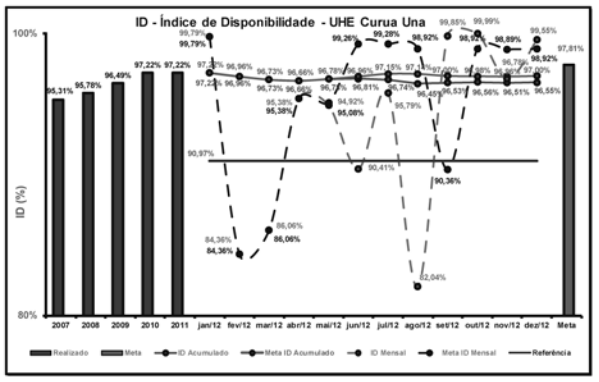


GRÁFICO 04. **FONTE: INFO.OPR**

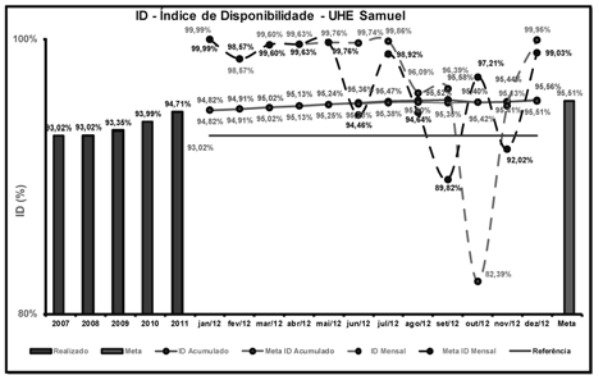


GRÁFICO 05. **FONTE: INFO.OPR**

TRANSMISSÃO

A Empresa adota para operar e manter as instalações de transmissão procedimentos normatizados internamente, em conformidade com o órgão regulador Aneel e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e a metodologia TPM – Manutenção Produtiva Total, sistema de gestão que identifica e elimina as perdas existentes nos processos operacionais, maximizando a disponibilidade dos ativos. O sistema de manutenção é estruturado em manutenções baseadas no tempo (TBM) e em condições (CBM).

Resultados do Negócio Transmissão de Energia Elétrica

INDICADORES DO SISTEMA INTERLIGADO

Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI refere-se ao percentual da Receita Anual Permitida – RAP, descontado por indisponibilidade dos ativos de transmissão, pertencentes à Rede Básica. A meta estabelecida no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial - CMDE para 2012 foi superada em 51,33%.

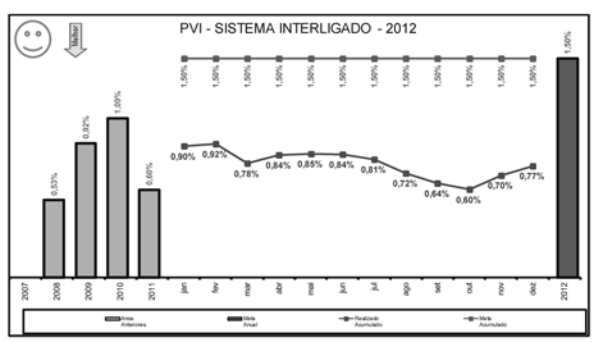


GRÁFICO 06. **FONTE: INFO.OPR**

Disponibilidade de Linha – DISP-L - representa a disponibilidade das linhas de transmissão, associadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

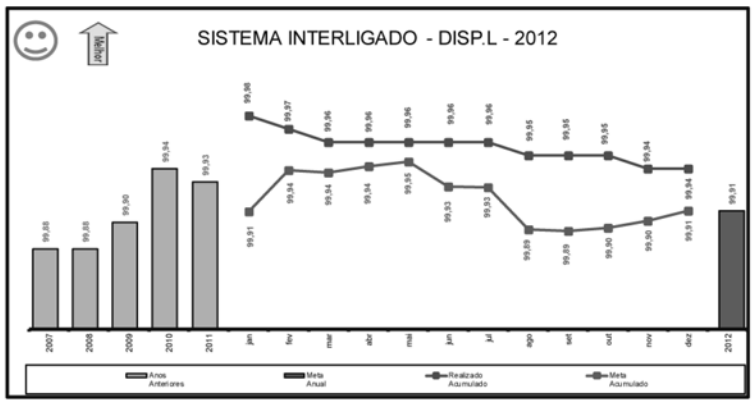


GRÁFICO 07. **FONTE: INFO.OPR**

Disponibilidade Operacional de Equipamentos - DISP-E - apresenta a disponibilidade operacional dos equipamentos associados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

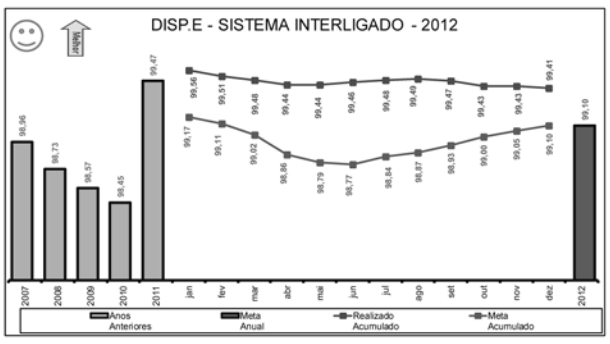


GRÁFICO 08. **FONTE: INFO.OPR**

INDICADORES DOS SISTEMAS ISOLADOS

Duração Equivalente de Interrupção em Suprimento - DREQ - demonstra o intervalo de tempo em horas que as concessionárias dos sistemas isolados Amapá e Roraima ficaram sem o suprimento de energia elétrica (consideradas as interrupções programadas e não programadas).

O desempenho deste indicador, em 2012, apresentou resultado insatisfatório, em função de desligamentos da única linha de transmissão de 230 kV que atende Roraima, de propriedade da CORPOELEC – Corporation Electric Nacional, que quando de sua saída provoca blecaute em Roraima.

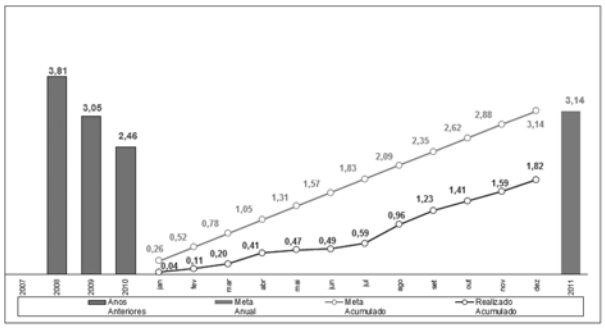


GRÁFICO 09. **FONTE: INFO.OPR**

Frequência Equivalente de Interrupção em Suprimentos - FREQ – traduz o número médio de interrupções equivalentes à potência máxima do sistema que as concessionárias, dos sistemas Isolados Amapá e Roraima, sofreram no período de apuração.

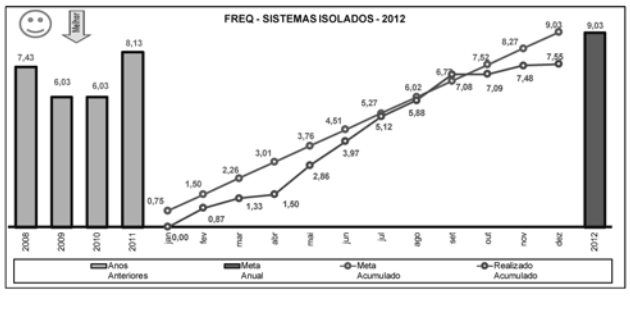


GRÁFICO 10 **FONTE: INFO.OPR**

Disponibilidade Operacional de Linhas - DISP-L – representa a Disponibilidade de linhas de transmissão, associadas aos Sistemas Isolados do Amapá e Roraima.

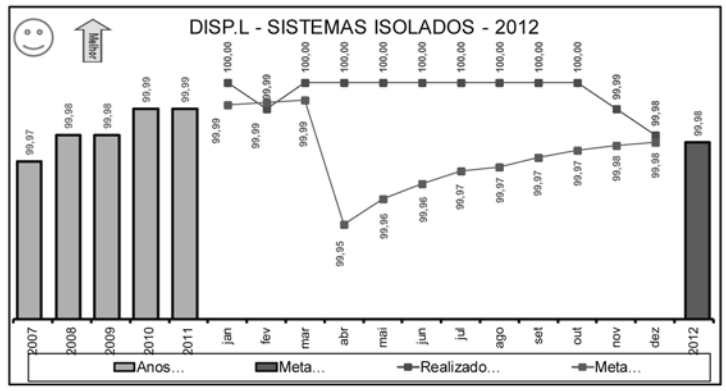


GRÁFICO 11. **FONTE: INFO.OPR**

Disponibilidade Operacional de Linhas - DISP-E - representa a disponibilidade operacional dos equipamentos, associados aos Sistemas Isolados do Amapá e Roraima.

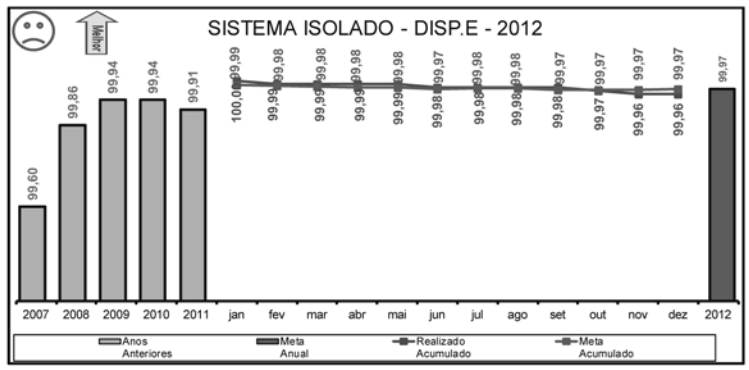


GRÁFICO 12 **FONTE: INFO.OPR**

COMERCIALIZAÇÃO E CLIENTES

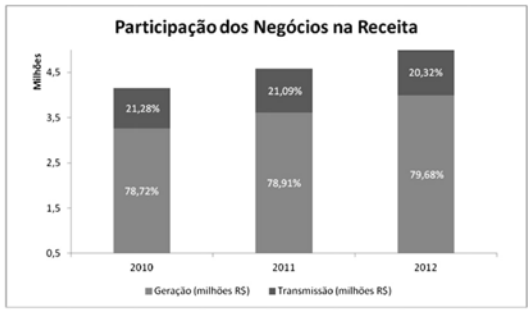
A gestão da comercialização na Eletrobras Eletronorte abrange os segmentos de geração e transmissão. O segmento geração contempla contratos nos ambientes regulado e livre e contratos de suprimento. O segmento transmissão compreende a prestação de serviços ao Operador Nacional do Sistema – ONS.

O resultado consolidado dessa gestão é apresentado na tabela a seguir:

Receita dos Negócios Geração e Transmissão (milhões R$)			
Negócios	**2010**	**2011**	**2012**
Geração	**3.267**	**3.614**	**3.995**
Crescimento (%)	9,32%	10,62%	10,55%
Transmissão	**883**	**966**	**1.019**
Crescimento (%)	12,45%	9,37%	5,50%
Receita G&T	***4.150***	***4.580***	***5.014***
Crescimento (%)	9,98%	10,36%	9,48%

A receita de geração e transmissão cresceu 9,48% em relação a 2011 decorrente de reajuste dos contratos, alta nos preços do PLD e entrada em operação comercial de instalações de transmissão.

A participação dos negócios geração e transmissão na receita é demonstrada no gráfico abaixo:



AVALIAÇÃO DE CLIENTES

No período de 14 de dezembro de 2012 a 31 de janeiro de 2013, a Eletrobras Eletronorte, por meio da Coordenação de Comercialização de Energia, realizou a 1ª Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes dos Negócios Geração e Transmissão, com foco comercial, fruto de um projeto prioritário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A pesquisa contemplou clientes do negócio geração (consumidores livres/potencialmente livres, comercializadoras, CCEE, distribuidoras e ONS/BSB, clientes do negócio transmissão (ONS/RJ e Usuários da Rede Básica: distribuidoras, consumidores livres/potencialmente livres, geradoras e importadores).

As dimensões atendimento, comercial, produto/serviço, gestão dos contratos de comercialização de energia, gestão dos contratos de transmissão, medição para faturamento e imagem foram avaliadas por meio de atributos de valor.

A periodicidade de aplicação da pesquisa é bienal para possibilitar que um plano de melhoria seja executado com a finalidade de aprimorar a percepção dos clientes em relação aos atributos de valor identificados principalmente no quadrante D-Vulnerabilidade que terão priorização imediata.

O índice global de satisfação dos clientes dos Negócios Geração e Transmissão, com foco comercial, foi de 90,31%, superior a meta corporativa estabelecida de 87%. O índice de satisfação respectivo dos clientes do Negócio Geração foi de 92,05% e do Negócio Transmissão, 87,77%.

FOCO TRANSMISSÃO

Em 2012, a Eletrobras Eletronorte realizou o 11º Ciclo de Aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos da Transmissão. O índice global de satisfação dos clientes externos da transmissão aferido no primeiro trimestre de 2012 foi de 91,3%, valor este, superior à meta estabelecida para o ciclo que é de 87% (ver gráfico abaixo- Figura 1). Com esse resultado, o cliente mais uma vez demonstra a sua satisfação quanto aos produtos e serviços prestados pela Eletrobras Eletronorte.

Figura 1 – Índice de Satisfação dos Clientes Externos



Nota 1 - Os resultados de 2012 serão aferidos no primeiro trimestre de 2013.

Número de reclamações de clientes nos últimos cinco anos por Centro de Operação:

Centros de Operação	2008	2009	2010	2011	2012
OEOR-RO	0	1	3	1	1
OEOR-AP	0	0	1	0	1
OEON	0	0	0	0	0
OTTE	0	0	0	0	0
OEOS	1	3	0	0	1
OEOR- MA	1	0	1	0	0
OEOR-MT	0	1	0	0	0
OEOR-AC	0	1	0	0	0
OTRT	1	2	0	0	0
TOTAL	3	8	5	1	3

O relacionamento com os clientes se dá por meio de reuniões periódicas, videoconferências, intercâmbios técnicos, teleconferência e linha direta 24 horas (hot line) via Centros de Operação Regionais.

GESTÃO DA EXPANSÃO

Novos Negócios e Parcerias

A Eletrobras Eletronorte, em 2012, participou de leilões de geração e transmissão, sagrando-se vencedora, de forma corporativa, do Lote C do Leilão nº 02/2012 Aneel composto pela SE 230/138 kV Lechuga, e Linha de Transmissão com 230 kV interligando as Ses Lechuga - Jorge Teixeira com extensão de 30km, localizada no estado de Amazonas.

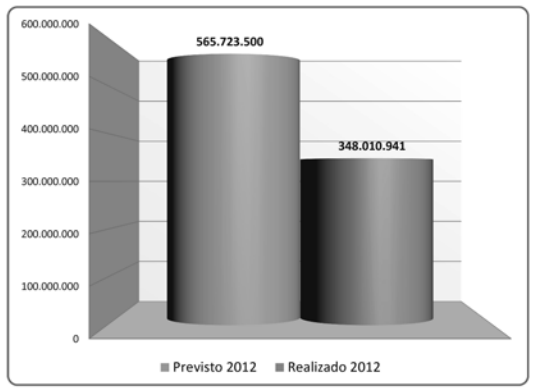
Empreendimentos Próprios

Objetivos e metas institucionais programáticas

A Lei Orçamentária Anual nº. 12.595 de 19 de janeiro de 2012 aprovou a dotação de R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), para o programa de investimentos corporativo da Eletrobras Eletronorte. Esta dotação foi reduzida para R$565.723.500,00 (quinhentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e vinte e três mil e quinhentos reais) pela revisão da LOA, por meio do Decreto Executivo de 13/12/2012 e da Medida Provisória - MP n.º 598 de 27/12/2012.

O montante realizado (valor faturado) foi de R$ 348.010.941,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, dez mil e novecentos e quarenta e um reais), equivalente a 61,52% da dotação revisada.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO ELETROBRAS-ELETRONORTE – 2012



Geração

A Eletrobras Eletronorte solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a aprovação do projeto básico para dois empreendimentos de geração: ampliação da 4ª unidade geradora da Usina Hidrelétrica Curuá-Una, no estado do Pará, e ampliação da 2.ª casa de força da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, no Amapá. Essas ampliações adicionarão 114 MW de capacidade de geração nas usinas já existentes e têm previsão de conclusão em dezembro de 2015.

Transmissão

Os seguintes investimentos realizados em reforços, ampliações e melhorias nas instalações operacionais da Empresa adicionaram, no SIN, 111 km de linha de transmissão e 1000 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes, o que equivale a 86% da meta física prevista para o ano:

ESTADO	EMPREENDIMENTO
Mato Grosso	SE BARRA DO PEIXE - Etapa AT2 230/138-13,8 kV 50MVA
	SE BARRA DO PEIXE- Etapa AT3 230/138kV - 50MVA
	COXIPÓ/NOBRES – RECAPACITAÇÃO DA LINHA C1 – 111 KM
Maranhão	SE IMPERATRIZ AT2 1F 500/230-13,8 kV 3x150 MVA
	SE PERITORÓ TR3 - 230/69/13,8 kV 100 MVA
	SE PRESIDENTE DUTRA TR3 - 230/69/13,8 kV 50 MVA
Acre	SE RIO BRANCO I - TR3 3F 230/69/13,8 kV 100 MVA
Rondônia	SE JI-PARANÁ AT2 3F 230/138-13,8 kV 100 MVA
	SE PIMENTA BUENO BC1/BC2/BC3 3F 230 KV 18,5 MVAr
	SE PORTO VELHO I TR4 3F 230/69/13,8 kV 100 MVA
	SE VILHENA CE 3F 230 kV (-50+100) MVAr
	SE JI-PARANÁ: REATOR DE BARRA 3F 230 KV 20 MVAr

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Projetos de Eficiência Energética

Em 2012 foram implantados cinco Unidades de Gestão Energética Municipal - UGEM nas cidades de Belém – PA, Brangança – PA, Capanema – PA, Porto Velho – RO e Cacoal – RO dentro da Metodologia Procel GEM – PLAMGE.

Cinquenta municípios dos estados do Maranhão e de Mato Grosso foram contemplados com o projeto da metodologia Comunidades de Aprendizado do Procel GEM, gerando uma economia consolidada para esses municípios de 1.245,44 MWh no consumo de energia elétrica e uma redução de R$ 938.199,23 nos gastos com energia elétrica e água nessas localidades.

Gestão da Propriedade Intelectual

Em 2012, foram registrados dois programas de computador e depositados quatro pedidos de patente, o que permitiu que a Eletrobras Eletronorte atingisse a meta de 95 registros de propriedade intelectual.

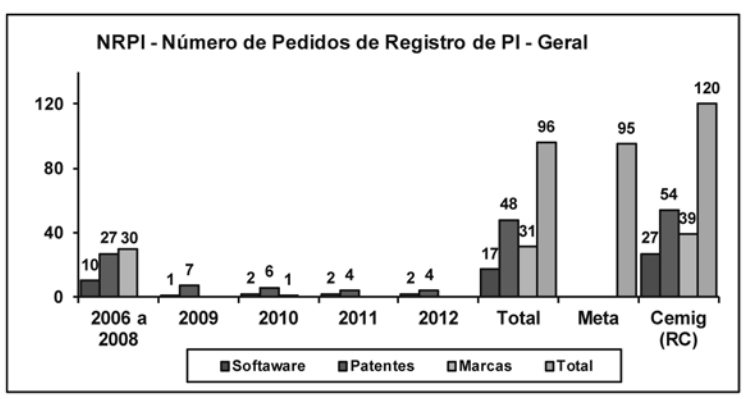


Figura 11 – Número de Pedidos de Registro de PI

A Eletrobras Eletronorte possui protocolado junto ao INPI 48 pedidos de patente, 17 registros de software e 31 de marcas que são gerenciados pelo NIT. Desses, quatro pedidos de patentes e dois de software foram processados neste ano.

Em 2012, a Empresa recebeu do INPI o registro definitivo da marca "Muiraquitã" sob nº 902239570 requerido em janeiro de 2010.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prêmio Muiraquitã

O VI Prêmio Muiraquitã de Inovação Tecnológica da Eletrobras Eletronorte foi realizado na cidade de Palmas, em Tocantins, no período de 19 a 21/09/2012, durante a Semana Eletronorte do Conhecimento e Inovação – Seci, contando com 48 trabalhos inscritos, sendo 35 na modalidade Inovações Criadas por Empregados - Inventores e 13 em Inovações Provenientes de P&D das diversas áreas da Empresa.

RECONHECIMENTO EXTERNO

Os Processos de Certificação

A Eletrobras Eletronorte tem, na Sede, 12 processos certificados na norma NBR ISO 9001:2008, contemplando as áreas de Gestão de Contratos da Transmissão, Redes de Telecomunicações, Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas, Projetos de Linhas de Transmissão, Medição e Comercialização de Energia Elétrica.

Os Centros de Operação Regionais de Tocantins, Roraima, Maranhão, Pará, Porto Velho, Acre, Mato Grosso, Amapá e Brasília totalizam 27 processos certificados, compreendendo pré-operação, tempo real e pós-operação.

Ressalta-se que as regionais de Tucuruí e do Amapá, em um grande esforço corporativo, mantiveram com sucesso a certificação ambiental na norma NBR ISO 14.001:2004. Essas certificações têm como escopo as usinas hidrelétricas de Tucuruí, Coaracy Nunes, a termelétrica de Santana e a linha de transmissão de Coaracy Nunes a Santana.

Principais Premiações, Certificações e Reconhecimentos em 2012

Prêmio/Reconhecimento/ Certificação	Quem?	Instituição Concedente
Prêmio Fapema - A Fapema reconhece a Eletrobras Eletronorte como uma instituição parceira e de grande importância no desenvolvimento da tecnologia no estado do Maranhão.	Regional de Transmissão do Maranhão - OMA	Fapema – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.
Recertificação ISO 9001:2008 Manutenção do Certificado Sistema de Gestão da Qualidade - Processos Aquisição e Financeiro.	Regional de Transmissão e Geração do Acre – OAC, Regional de Transmissão Regional de Transmissão do Pará- OTP, Superintendência de Geração Hidráulica - OGH	BSI Group Americas Ins.
NBR ISO ISO 14.001:2004 – Recertificação do Sistema de Gestão Ambiental da UHE Tucuruí.	Superintendência de Geração Hidráulica - OGH	ISO 14.001:2004 Bureau Veritas Certification – BVC
Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas	Superintendência de Geração Hidráulica - OGH	Presidência da República
Demonstrações Financeiras Categoria: Grandes Empresas - Prêmio Qualidade da Transparência Contábil 2012 – Eletrobras Eletronorte (2º lugar - Certificado); Categoria: Evolução Consistente 2012 – Classificação Única – Eletrobras Eletronorte (1º lugar – Certificado e troféu).	Superintendência de Contabilidade - FCO	Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica - Abraconee
Prêmio SESI Qualidade no Trabalho	Regional de Geração e Transmissão do Amapá - OAP (Categoria: Empresa de Grande Porte – 1º lugar: Desenvolvimento Socioambiental na Prática Gestão Ambiental, com base na NBR ISO 14.001:04 na Regional do Amapá 1º lugar: Inovação com a Prática Diagnóstico de Campo como Ferramenta para Inovação na Eletrobras Eletronorte - Regional de Transmissão de Rondônia e Acre – ORD, Regional de Transmissão de Tocantins – OTT, Superintendência de Geração Hidráulica – OGH (Etapa Nacional - 1º lugar - Categoria: "Grandes Empresas", Área Temática: "Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável"; Prática de Gestão: "Pilares Segurança e Saúde da Metodologia TPM (Total Productive Maintenance)", Regional de Transmissão de Roraima – OTR (Primeiro Lugar: Inovação Tecnológica)	Sesi
Metodologia TPM – 1. UHE Samuel: Prêmio Especial em TPM – Special Award for TPM Achievement. 2. UHE Curuá-Una: Prêmio Excelência em TPM – Categoria A – Excellence Award for TPM Achievement, A Category. 3 . Superintendência de Geração Hidráulica – Sistema de Geração Interligada – Aprovada na Auditoria de 1º Estágio e realização da Auditoria Final do Prêmio World Class em TPM. O resultado da Auditoria Final será divulgado pela JIPM em 2013.	Superintendência de Geração Hidráulica - OGH	Japan Institute of Plant Maintenance – JIPM
Prêmio Proteção Brasil 3.1 – Categoria Nacional: Melhor Case: Redução da Exposição ao Risco na Remoção de Cabeçotes do Distribuidor. 3.2 – Categoria Regional – Região Norte: Melhor Case: Redução da Exposição ao Risco na Remoção de Cabeçotes do Distribuidor. 3.3 – Nível Nacional – Categoria Ações Preventivas em Segurança e Saúde do Trabalho: Melhor Case: Redução da Exposição ao Risco na Remoção de Cabeçotes do Distribuidor. 3.4 – Nível Nacional – Categoria Ações Corretivas em Segurança e Saúde do Trabalho: Melhor Case: Eliminação de Risco de Acidente no Transporte da Plataforma de Tratamento de Óleo.	Superintendência de Geração Hidráulica - OGH	Revista Proteção
Guia 2012 Você S/A – Melhores Empresas para Você Trabalhar Reconhecimento concedido pela Revista Você S/A, como uma das melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil.	Superintendência de Geração Hidráulica - OGH	Revista Você S/A
4º Premio Melhores Práticas de A3P – 2º lugar na categoria Uso Sustentável dos Recursos Naturais	Superintendência de Gestão da Inovação Tecnológica e Eficiência Energética –OIE	Ministério do Meio Ambiente

ENCERRAMENTO

O Relatório da Administração da Eletrobras Eletronorte 2012 traz a público, de maneira organizada e clara, os esforços da Empresa para a melhoria dos seus padrões de qualidade e de produtividade e para alcance da sustentabilidade empresarial.

Importante sublinhar, ainda, o reconhecimento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pela contribuição prestada na discussão e encaminhamento das questões de maior interesse e relevância da Empresa, como também ao nosso quadro de gerentes e empregados(as), profissionais incansáveis e dedicados na busca do cumprimento da missão da Eletrobras Eletronorte.

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Diretor – Presidente

ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia

ANTONIO MARIA AMORIM BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Gestão Corporativa

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Operação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011 (Reclassificado)	31/12/2012	31/12/2011 (Reclassificado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	367.539	197.898	758.161	626.891
Títulos e valores mobiliários	7	722.818	763.401	761.966	892.479
Clientes	8	604.635	1.017.631	609.369	702.912
Indenização de concessões	9	1.225.471	-	1.225.471	-
Ativo financeiro-concessão de serviço público	10	189.151	554.294	275.260	620.291
Impostos e contribuições sociais	11	219.946	82.525	235.407	90.303
Direito de ressarcimento	12	143.582	311.170	143.582	316.981
Almoxarifado	13	57.231	51.423	58.276	54.369
Instrumentos financeiros derivativos	14	249.265	191.919	250.349	191.919
Outros ativos	15	169.442	131.003	186.824	101.112
		3.949.080	**3.301.264**	**4.504.665**	**3.597.257**
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Títulos e valores mobiliários	7	222	950	4.034	950
Clientes	8	57.629	-	57.629	2.997
Indenização de concessões	9	527.029	-	527.029	-
Ativo financeiro-concessão de serviço público	10	2.118.248	4.010.922	5.574.953	6.584.252
Impostos e contribuições sociais	11	85.116	110.339	181.954	169.039
Instrumentos financeiros derivativos	14	223.099	185.031	223.099	185.031
Cauções e depósitos vinculados	16	534.337	446.906	542.098	452.615
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	52.216	246.162	-	-
Crédito junto à Ceron	18	1.052.533	701.577	1.052.533	701.577
Outros ativos	15	179	165.454	10.736	173.057
		4.650.608	**5.867.341**	**8.174.065**	**8.269.518**
INVESTIMENTOS	19	2.607.297	1.644.551	235.565	202.454
IMOBILIZADO	20	8.321.415	9.442.600	9.834.506	9.943.329
INTANGÍVEL	21	14.655	20.158	47.569	56.019
		15.593.975	**16.974.650**	**18.291.705**	**18.471.320**
TOTAL		**19.543.055**	**20.275.914**	**22.796.370**	**22.068.577**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011 (Reclassificado)	31/12/2012	31/12/2011 (Reclassificado)
CIRCULANTE					
Fornecedores	22	646.415	672.506	1.019.079	939.750
Financiamentos e empréstimos	23	457.908	387.803	932.509	1.121.046
Impostos e contribuições sociais	24	57.314	77.478	75.123	87.260
Remuneração aos acionistas	25	647	18.293	647	18.293
Obrigações estimadas	26	346.632	214.505	349.688	225.227
Encargos setoriais	28	218.610	236.379	220.874	245.454
Instrumentos financeiros derivativos	14	185.031	261.489	185.031	269.718
Adiantamento de clientes	29	45.583	44.098	45.583	44.098
Outros passivos	30	354.045	385.571	362.022	132.624
		2.312.185	**2.298.122**	**3.190.556**	**3.083.470**
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	23	4.221.480	4.283.935	6.457.840	5.166.313
Impostos e contribuições sociais	24	36.827	13.609	143.910	62.923
Obrigações estimadas	26	-	138.015	-	138.015
Provisões para riscos	27	941.513	915.284	941.805	927.858
Encargos setoriais	28	18.501	17.052	18.501	20.239
Instrumentos financeiros derivativos	14	223.099	185.031	223.099	185.031
Adiantamento de clientes	29	830.234	879.452	830.234	879.452
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	218.104	1.127.731	218.104	1.127.731
Benefícios pós-emprego	31	52.312	58.535	52.312	60.234
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	32	-	-	30.734	28.974
Outros passivos	30	88.794	99.163	89.269	128.352
		6.630.864	**7.717.807**	**9.005.808**	**8.725.122**
		8.943.049	**10.015.929**	**12.196.364**	**11.808.592**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33				
Capital social		9.326.355	8.200.406	9.326.355	8.200.406
Reservas de capital		2.011.460	2.011.460	2.011.460	2.011.460
Reservas de lucros		25.708	50.685	25.708	50.685
Dividendos adicionais propostos		-	50.200	-	50.200
Outros resultados abrangentes		(49.837)	(52.766)	(49.837)	(52.766)
Prejuízo acumulado		(713.680)	-	(713.680)	-
		10.600.006	**10.259.985**	**10.600.006**	**10.259.985**
TOTAL		**19.543.055**	**20.275.914**	**22.796.370**	**22.068.577**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34	**4.479.552**	**4.206.364**	**5.577.236**	**5.502.819**
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	(82.954)	(81.785)	(82.954)	(81.785)
Encargos de uso da rede de transmissão	35	(617.433)	(573.165)	(606.458)	(571.429)
		(700.387)	**(654.950)**	**(689.412)**	**(653.214)**
Custo de operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros	35	(748.400)	(708.491)	(785.820)	(766.808)
Utilização de recursos hídricos	35	(199.829)	(195.779)	(199.829)	(195.779)
Depreciação e amortização	35	(442.520)	(418.287)	(447.557)	(423.115)
Outros		(61.014)	(41.539)	(62.244)	(41.746)
		(1.451.763)	**(1.364.096)**	**(1.495.450)**	**(1.427.448)**
Custo do serviço prestado a terceiros	35	**(15.231)**	**(21.616)**	**(15.231)**	**(21.786)**
Custo de construção	35	**(193.701)**	**(289.789)**	**(1.019.130)**	**(1.371.026)**
		(2.361.082)	**(2.330.451)**	**(3.219.223)**	**(3.473.474)**
LUCRO BRUTO		**2.118.470**	**1.875.913**	**2.358.013**	**2.029.345**
DESPESA OPERACIONAL	35	**(1.910.054)**	**(1.224.961)**	**(2.012.793)**	**(1.391.192)**
RESULTADO DO SERVIÇO		**208.416**	**650.952**	**345.220**	**638.153**
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	19	**(34.626)**	**(79.165)**	**4.171**	**26.297**
RESULTADO FINANCEIRO	36	**(201.450)**	**(499.271)**	**(357.962)**	**(581.228)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		**(27.660)**	**72.516**	**(8.571)**	**83.222**
Perda com indenizações das concessões	9.1	**(686.138)**	-	**(686.138)**	-
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		**(713.798)**	**72.516**	**(694.709)**	**83.222**
Imposto de renda e contribuição social	37	11.416	(51.058)	(9.617)	(61.492)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37	(36.275)	36.878	(34.331)	36.606
		(24.859)	**(14.180)**	**(43.948)**	**(24.886)**
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(738.657)**	**58.336**	**(738.657)**	**58.336**
Resultado atribuível aos acionistas controladores		(734.727)	57.992	(734.727)	57.992
Resultado não atribuível aos acionistas controladores		(3.930)	344	(3.930)	344
Lucro / (Prejuízo) básico por ação (em reais)	38	**(5,18)**	**0,43**	**(5,18)**	**0,43**
Lucro / (Prejuízo) diluído por ação (em reais)	38	**(5,08)**	**0,39**	**(5,08)**	**0,39**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
RECEITAS					
Receitas de vendas de energia e serviços	34	5.387.806	5.222.230	6.547.050	6.574.486
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.4	(327.074)	(173.073)	(384.287)	(256.392)
		5.060.732	**5.049.157**	**6.162.763**	**6.318.094**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo de construção	35	(193.701)	(289.789)	(1.019.130)	(1.371.026)
Energia elétrica comprada para revenda	35	(82.954)	(81.785)	(82.954)	(81.785)
Encargos de uso da rede de transmissão	35	(617.433)	(573.165)	(606.458)	(571.429)
Material	35	(40.973)	(49.078)	(43.057)	(50.708)
Serviços de terceiros	35	(243.654)	(225.878)	(263.928)	(278.694)
Seguros		(18.061)	(18.572)	(18.663)	(18.871)
Outros insumos		(194.999)	(12.291)	(193.006)	(124.078)
		(1.391.775)	**(1.250.558)**	**(2.227.196)**	**(2.496.591)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**3.668.957**	**3.798.599**	**3.935.567**	**3.821.503**
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	35	(454.733)	(428.896)	(462.031)	(434.860)
Redução ao valor recuperável	35	(482.334)	-	(482.334)	-
Perda com indenizações das concessões	9	(686.138)	-	(686.138)	-
Provisões operacionais	35.4	(231.040)	(453.949)	(230.882)	(455.577)
		(1.854.245)	**(882.845)**	**(1.861.385)**	**(890.437)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		**1.814.712**	**2.915.754**	**2.074.182**	**2.931.066**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de participações societárias		(34.626)	(79.165)	4.171	26.297
Receitas financeiras	36	432.143	349.281	473.755	315.073
		397.517	**270.116**	**477.926**	**341.370**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**2.212.229**	**3.185.870**	**2.552.108**	**3.272.436**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração do trabalho		925.883	830.007	966.752	855.361
		925.883	**830.007**	**966.752**	**855.361**
Impostos, taxas e contribuições		**1.329.960**	**1.412.351**	**1.429.288**	**1.424.895**
Remuneração de capitais de terceiros:					
Encargos financeiros e variação monetária	36	633.593	848.552	831.717	896.301
Arrendamentos e aluguéis	35	59.839	35.693	61.397	36.612
Outras		1.611	931	1.611	931
		695.043	**885.176**	**894.725**	**933.844**
Remuneração de capitais próprios:					
Remuneração aos acionistas	25	-	55.419	-	55.419
Lucros retidos (Reserva Legal)	25	-	2.917	-	2.917
Prejuízo do exercício		(738.657)	-	(738.657)	-
		(738.657)	**58.336**	**(738.657)**	**58.336**
TOTAL		**2.212.229**	**3.185.870**	**2.552.108**	**3.272.436**

A demonstração do valor adicionado consolidada não faz parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(738.657)**	**58.336**	**(738.657)**	**58.336**
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ganhos (Perdas) atuariais	4.438	(14.982)	4.438	(14.982)
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos *(Hedge* de fluxo de caixa)	-	-	-	730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.509)	5.094	(1.509)	4.846
Participação no resultado abrangente de entidades com controle compartilhado	-	-	-	(482)
	2.929	**(9.888)**	**2.929**	**(9.888)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(735.728)**	**48.448**	**(735.728)**	**48.448**
Parcela atribuída aos controladores	(731.814)	48.162	(731.814)	48.162
Parcela atribuída aos não controladores	(3.914)	286	(3.914)	286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos impostos		**(713.798)**	**72.516**	**(694.709)**	**83.222**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações					
Depreciação e amortização	35	454.733	428.896	461.530	434.860
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	36	(2.686)	(108.052)	(2.686)	(109.173)
Variação monetária ativa	36	(129.281)	(80.414)	(120.944)	(63.303)
Variação monetária passiva	36	178.063	218.257	195.806	219.652
Encargos de dívidas	36	346.858	355.972	498.098	383.670
Resultado de participações societárias	19	34.626	79.165	(20.295)	(26.297)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.4	327.074	173.073	384.287	256.392
Provisões operacionais	35.4	231.040	296.765	230.882	298.393
Baixa de ativo imobilizado e intangível	20, 21	126.379	6.987	124.558	6.987
Ganhos (perdas) com derivativos	36	(133.804)	124.770	(143.117)	124.770
Ativo Financeiro - Taxa interna de retorno (TIR)	10	(289.978)	(301.220)	(546.227)	(439.601)
Amortização - Receita anual permitida (RAP)	10	510.142	514.089	576.003	547.812
Impostos e contribuições sociais		-	-	-	8.589
Provisão redução ao valor recuperável de ativos	35	482.334	-	482.334	7.817
Perda com indenizações das concessões	9	686.138	-	686.138	-
Outros despesas (receitas) financeiras	36	36.925	74.897	44.154	58.246
Outros resultados abrangentes		2.929	(9.888)	2.929	9.888
		2.147.694	**1.845.813**	**2.158.741**	**1.801.924**
Acréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		212.833	(580.282)	(160.795)	(674.653)
Tributos e contribuições sociais		(119.344)	42.181	(165.206)	39.309
Outros ativos		(201.279)	59.672	(216.086)	212.181
		(107.790)	**(478.429)**	**(542.087)**	**(423.163)**
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(26.091)	127.292	79.329	444.256
Impostos e contribuições sociais		108.389	(55.510)	158.386	(17.954)
Obrigações estimadas		(5.888)	151.533	(13.554)	151.407
Provisões para riscos		(13.538)	(101.897)	(13.562)	(98.065)
Adiantamentos de clientes		(47.733)	(44.465)	(47.733)	(44.465)
Outros passivos		(299.191)	(14.496)	(124.307)	152.105
		(284.052)	**62.457**	**38.559**	**587.284**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**1.755.852**	**1.429.841**	**1.655.213**	**1.966.045**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	23	(318.753)	(348.527)	(396.895)	(365.345)
Recebimento de encargos de empréstimos e financiamentos		-	2.746	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(130.194)	(115.802)	(133.484)	(122.080)
Depósitos judiciais	16	(21.565)	(28.977)	(23.617)	(28.741)
		(470.512)	**(490.560)**	**(553.996)**	**(516.166)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**1.285.340**	**939.281**	**1.101.217**	**1.449.879**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Financiamentos e empréstimos obtidos	23	166.865	371.711	1.494.136	1.480.342
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	23	(355.006)	(440.929)	(642.540)	(613.564)
Pagamento de dividendos		(67.846)	(140.434)	(67.846)	(140.434)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	140.753	393.374	140.753	393.374
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(115.234)**	**183.722**	**924.503**	**1.119.718**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		41.311	(133.700)	127.429	(262.778)
Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos		-	8.082	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	20, 21	(77.839)	(49.591)	(1.113.066)	(504.743)
Aquisição de ativo financeiro	10	(193.701)	(289.788)	(1.022.738)	(1.388.350)
Adiantamento participação societária		(22.739)	(48.747)	-	-
Participações societárias	19	(1.022.091)	(504.683)	-	-
Recebimento remuneração de participações societárias	19	15.007	6.867	6.887	-
Aquisição de investimento permanente		-	(1.362)	-	(1.362)
Transferência de investimento	19	259.587	-	107.038	-
Caixa líquido das atividades de investimento		**(1.000.465)**	**(1.012.922)**	**(1.894.450)**	**(2.157.233)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**169.641**	**110.081**	**131.270**	**412.364**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**197.898**	**87.817**	**626.891**	**214.527**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**367.539**	**197.898**	**758.161**	**626.891**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			Reserva Legal	Outras				
Saldo em 31.12.2010	**8.200.406**	**2.011.460**	**22.791**	-	**109.301**	-	**(17.901)**	**10.326.057**
Ajuste de exercícios anteriores (nota 3.1 (c))	-	-		24.977	-	-	(24.977)	-
Saldo em 01.01.2011	**8.200.406**	**2.011.460**	**22.791**	**24.977**	**109.301**	-	**(42.878)**	**10.326.057**
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(100.665)	-	-	**(100.665)**
Perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(9.888)	**(9.888)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	58.336	-	**58.336**
Destinação do lucro líquido :								
Constituição de reserva legal (nota 25)	-	-	2.917	-	-	(2.917)	-	-
Dividendos propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	(13.855)	-	**(13.855)**
Dividendos adicionais propostos (nota 25)	-	-	-	-	41.564	(41.564)	-	-
Saldo em 31.12.2011	**8.200.406**	**2.011.460**	**25.708**	**24.977**	**50.200**	-	**(52.766)**	**10.259.985**
Transferência da reserva de lucros	-	-	-	(24.977)	-	24.977	-	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(50.200)	-	-	**(50.200)**
Integralização de capital (nota 17.2)	1.125.949	-	-	-	-	-	-	**1.125.949**
Ganho atuariais	-	-	-	-	-	-	2.929	**2.929**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(738.657)	-	**(738.657)**
Saldo em 31.12.2012	**9.326.355**	**2.011.460**	**25.708**	-	-	**(713.680)**	**(49.837)**	**10.600.006**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, fundada em junho de 1973, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, com sede em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901, com atuação nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A partir do exercício de 2003, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento à razão de 25% ao ano, conforme estabelece a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a atender às demais regiões do país.

Estatutariamente a Companhia tem por objeto social, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) participar de pesquisas de interesse do setor energético ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos; c) prestar serviços de laboratório, operação e manutenção de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, apoio técnico, operacional e administrativo às empresas prestadoras do serviço público de energia elétrica; d) participar de associações ou organizações de caráter técnico-científico e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; e) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em 11 de novembro de 2003, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou a Companhia a explorar os serviços de comunicação multimídia, conforme termo PVST/SPF nº 148/2003 – Anatel, assinado entre a Agência Reguladora e a Companhia. As receitas decorrentes deste contrato são tratadas como não vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (nota 34).

A maior parte da receita da Companhia é proveniente da venda e suprimento de energia elétrica e da disponibilidade do sistema de transmissão por ela operado. Essas operações estão suportadas por contratos de compra e venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão, assim como pelas operações realizadas no curto prazo, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW e 7 usinas termelétricas, com capacidade de 601,08 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.461,13 MW. As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na nota 2.

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia é administrada pela Companhia por um sistema composto de 9.287,13 Km de linhas de transmissão e 45 subestações no Sistema Interligado Nacional (SIN), 695,89 Km de linhas de transmissão e 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.983,02 km de linhas de transmissão e 55 subestações.

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que assegura o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP), aditivado conforme indicado pela Portaria nº 579, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Minas e Energia, atendendo as exigências da Lei nº 12.783/2013.

A Companhia também aufere receitas adicionais provenientes de contratos bilaterais, relativos às instalações de conexão e demais instalações de transmissão, homologados pela Aneel.

A Companhia detém o controle acionário integral (100%) das Sociedades de Propósito Específico (SPE): Estação Transmissora de Energia S.A. e Rio Branco Transmissora de Energia S.A. e a participação societária em SPEs de geração e transmissão de energia elétrica (notas 2.4 e 3.2).

A Companhia efetuou a venda da Boa Vista Energia S.A., a qual possuía 100% do seu controle acionário, em 31 de outubro de 2012, para a Eletrobras, conforme descrito na nota 19.3 (c).

Com base nos dispositivos da Lei nº 12.783/2013, a Companhia efetuou, em 2012, a renovação antecipada de algumas concessões de geração e transmissão, conforme descrito na nota 2.5.

NOTA 2 – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica junto ao Poder Concedente:

2.1. Eletronorte:

2.1.1. Usinas Hidrelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE					
Item	**Empreendimento**	**Documento de Autorização ou Concessão**	**Prazo de Concessão**	**Município**	**Potência Instalada (MW)**
1	UHE - Tucuruí (Sistema Interligado)	Decreto n° 74.279, de 11.07.1974; Contrato de Concessão de Geração n° 007/2004 - ANEEL (Termo Aditivo n° 01, de 07.04.2005 e Termo Aditivo n° 02, de 10.04.2006)	11.07.2024	Tucuruí - PA	8.535,00
2	UHE - Curuá-Una (Sistema Interligado)	Resolução Autorizativa n° 345, de 18.10.2005; Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004 (Termo Aditivo nº 02, de 10.04.2006)	27.07.2028	Santarém - PA	30,30
3	UHE - Samuel (Sistema Interligado)	Decreto n° 83.975 de 14.09.1979 - Despacho DNAEE N° de 02/07/1981 - Prorrogação da concessão solicitada através da CE 1.00.480.06 de 18/07/2006, protocolada e entregue na ANEEL na mesma data. Despacho ANEEL Nº 4.671 de 15.12.2009 parecer favorável ao MME - prorrogação por mais 20 anos. Portaria Nº 89 - MME de 11-03-2010 - Prorrogação Concessão UHE Samuel até 14.09.2029	14.09.2029	Candeias do Jamari - RO	216,75
4	UHE - Coaracy Nunes (Sistema Isolado)	Contrato de Concessão de Geração Nº 002/2012 - ANEEL de 07/05/2012. Portaria nº 038, de 13.02.92 (Decreto nº 35.701 de 23.06.1954). Portaria MME n° 179 de 25.06.1997.0 Despacho N° 776 de 22.09.2004. Despacho Nº 1.635, de 24.07.2006. Despacho MME publicado D.O.U. 01/11/2012, prorroga concessão UHE até 31/12/2042.	31.12.2042	Ferreira Gomes - AP e Macapá - AP	78,00

2.1.2. Usinas Termelétricas:

1	UTE - Rio Madeira (Sistema Interligado)	Portaria MME n° 1.130, de 08.09.1988; Resolução ANEEL nº 373, de 20.09.2000 (regularizou a implantação e ampliação); Despacho Aneel n° 722, de 13.11.2002;	08/09/2018	Porto Velho - RO	119,35
2	UTE - Rio Acre (Sistema Interligado)	Portaria DNAEE n° 235, de 21.10.1988; Portaria DNAEE n° 606, de 31.08.1994; Portaria MME nº 97, de 05.04.1995; Despacho SCG/ANEEL nº 1.971, de 16.05.2008;	21/10/2018	Rio Branco - AC	45,49
3	UTE - Rio Branco I (Sistema Interligado)	Portaria DNAEE n°156, de 06.07.1990; Portaria MME n° 194, de 12.06.1995; Despacho ANEEL n° 1.063, de 31.12.2001	06/07/2020	Rio Branco - AC	18,65
4	UTE - Rio Branco II (Sistema Interligado)	Portaria DNAEE n°156, de 06.07.1990; Portaria MME n° 193, de 12.06.1995; Despacho ANEEL n° 1.063, de 31.12.2001	06/07/2020	Rio Branco - AC	32,75
5	UTE - Santana (Sistema Isolado)	Portaria MME n° 414 de 02.12.1994. Resolução Aneel n° 10 de 13.01.00. Resolução Autorizativa n° 375 de 10.11.2004. Despacho SCG/Aneel n° 2062 de 08.12.2005. Despacho Nº 1.239 SCG/ANEEL de 21.03.2011.	19/05/2019	Santana - AP	177,74
6	UTE - Electron (Sistema Isolado)	Portaria DNAEE n° 156 de 06.07.1990. Cedida em comodato à Amazonas Energia em 11/11/1999.	06/07/2020	Manaus - AM	121,11
7	UTE - Senador Arnon Afonso Farias de Mello (Sistema Isolado)	Resolução Autorizativa Nº 1.018, de 21/08/2007. Despacho Nº 861 de 01.04.2010 (altera potência instalada de 85.927kW para 85.992kW). Cedida em Comodato à Boa Vista Energia (Portaria MME nº 58 de 10/02/2010). Resolução Autorizativa nº 2.894 de 17.05.2011, publicado D.O.U. de 24.05.2011 - Transfere até 10.02.2012 a UTE para a Boa Vista Energia.	31/08/2024	Boa Vista - RR	85,99

2.1.3. Sistema de Transmissão:

Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão	Município
1	Transmissão Rede Básica	Despacho MME publicado D.O.U. 01/11/2012, prorroga Concessão Transmissão. Prazo de vigência: trinta anos contados de 1º de janeiro de 2013. Data de Assinatura: 4 de dezembro de 2012.	01.01.2043	Diversos
2	LT 230 kV - SE São Luís II / São Luís III	Contrato de Concessão nº 007/2008-ANEEL de 17/03/2008 - SE São Luis II / SE São Luis III(2130/69kV - 150 MVA)	17.03.2038	São Luís - MA
3	LT 230 kV - SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	Contrato de Concessão nº 001/2009-ANEEL de 28.01.2009 LT 230kV - SE Ribeiro Gonçalves(500/230kV - 300 MVA e 230/69kV - 50 MVA) / SE Balsas(230/69kV - 100 MVA)	28.01.2039	Piauí / Maranhão
4	LT 500 kV - LT Presidente Dutra-São Luís II / SE Miranda II	Contrato de Concessão nº002/2009 de 28.01.2009 LT 500kV - Lt Presidente Dutra-São Luis II(500 kV, C1 e C2) / SE Miranda II	28.01.2039	Maranhão
5	LT 500 kV - LT Jorge Teixeira-Lechuga, Circuito duplo	Decreto Presidencial de 23.06.2010 (publicado no DOU de 24.06.2010); Contrato de Concessão nº 009/2010-ANEEL de 12.07.2010.	12.07.2040	Amazonas

2.2. Estação Transmissora de Energia S.A.

CONCESSÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.			
Item	**Empreendimento**	**Documento de Autorização ou Concessão**	**Prazo de Concessão**
1	Estação Conversora Corrente Alternada- CA / Corrente Contínua-CC do Bipolo nº 1 na Subestação Coletora Porto Velho, em 500 kV CA/±600 kV CC, no Estado de Rondônia, e Inversora CC/CA do Bipolo nº 1 na Subestação Araraquara 2, em ±600 kV CC/500 kV CA, no Estado de São Paulo.	Contrato de Concessão nº 012/2009-ANEEL de 26.02.2009.	26.02.2039

2.3. Rio Branco Transmissora de Energia S.A.

CONCESSÃO DA RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.			
Item	**Empreendimento**	**Documento de Autorização ou Concessão**	**Prazo de Concessão**
1	Linha de Transmissão Porto Velho - Abunã (RO) - Rio Branco (AC), com 487 Km de extensão e 230 kV.	Contrato de Concessão nº 022/2009-ANEEL de 19.11.2009.	19.11.2039

2.4. Sociedades de Propósito Específico – SPE

. Empreendimentos em parceria:

Considerando que a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as alterações da Lei nº 11.651, de 7 de abril de 2008, trouxe a possibilidade da Eletrobras, diretamente, ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, associar-se com ou sem aporte de recursos para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou de autorização, a Companhia se associou a parceiros em SPE para exploração de empreendimentos, conforme demonstrado a seguir:

a) Empreendimentos em Geração:

SPE	Características do empreendimento	Concessão		Em operação
		Início	Duração (anos)	
Amapari Energia S.A.	UTE Serra do Navio, com 23,30 MW de potência instalada e PCH Capivara com 29,8 MW de poetência instalada	20/05/2008	29	Sim
Energética Águas da Pedra S.A.	UHE Dardanelos, com 261 MW de potência instalada	03/07/2007	35	Sim
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Miassaba 3, com 50 MW de potência instalada	20/08/2010	35	Não
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico com 48,6 MW de potência instalada	13/12/2010	35	Não
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 48,6 MW de potência instalada	13/12/2010	35	Não
Norte Energia S.A.	UHE Belo Monte, com 11.233,1 MW de potência instalada, localizada no Rio Xingú, em Vitória do Xingú - PA	26/08/2010	35	Não

b) Empreendimentos em Transmissão:

SPE	Características do empreendimento	Concessão		Em operação
		Início	Duração (anos)	
AETE - Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	Linhas de Transmis- são Coxipó-Cuiabá- Rondonópolis (MT), em 230 kV com 193 Km e SE Seccionadora Cuiabá	18/02/2004	30	Sim
BRASNORTE Transmissora de Energia S.A.	Linhas de Transmissão Jauru-Juba-C2 (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), ambas em 230 kV, SE Juba e SE Maggi - 230/138 kV com 402 Km	17/06/2008	30	Sim
INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	Linhas de Transmissão Colinas-Miracema-Gurupi-Peixe Nova Serra da Mesa 2 (TO/GO), em 500 kV com 695 Km	27/04/2006	30	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	LT Jaurú - Cuiabá (MT), com 348 Km e SE Jaurú, com 500 kV	19/11/2009	30	Sim
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	LT Porto Velho - Abunã (RO) - Rio Branco (AC), com 487 Km, 230 kV	19/11/2009	30	Sim
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara (SP), ±600 kV com 2.375 Km	26/02/2009	30	Não
Construtora Integração Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Linhas de Transmissão Oriximiná - Itacoatiara - Cariri (PA/AM), em 500 kV, com 586 Km, SE Itacoatiara e SE Cariri	16/10/2008	30	Não
Manaus Construtora Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Estação Transmissora de Energia S.A.	Estação Conversora 01 CA/CC, 500/±600 kV (Porto Velho-RO) e Estação Inversora 01 CA/CC, 600/±500 kV CC/500 kV (Araraquara-SP)	26/02/2009	30	Não
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	LT Porto Velho - Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná - Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com 987 Km, 230 kV	19/11/2009	30	Não
Transnorte Energia S.A.	LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV	25/01/2012	30	Não

2.5. Prorrogação das Concessões do Serviço Público de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória (MP) nº 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 emitido em 23 de janeiro de 2013.

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista dependia ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

Os principais passos, para colocar em prática o disposto na MP nº 579/2012 (atual Lei nº 12.783/2013), foram ou serão conforme abaixo:

Data	Evento
12/09/2012	Publicação da Medida Provisória 579/2012.
17/09/2012	Edição do Decreto de regulamentação – 7.805/2012.
15/10/2012	Prazo para manifestação de interesse de renovação de contratos de concessão pelas empresas.
01/11/2012	Aprovação das minutas dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão.
01/11/2012	Publicação das tarifas de geração e das receitas permitidas de transmissão.
04/12/2012	Prazo limite para assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão.
11/12/2012	Aprovação dos valores da Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão – TUST.
19/12/2012	Resolução homologatória provisória das cotas de energia para as distribuidoras.
01/01/2013	Início de validade das novas receitas permitidas das transmissoras, TUST e tarifas das geradoras.
11/01/2013	A Medida Provisória 579/2012 é convertida na Lei 12.783/2013.

Em 31 de outubro de 2012, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou as Portarias que definiram: (i) as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória (Portaria 578) e (ii) as receitas anuais permitidas das instalações integrantes das concessões de transmissão enquadradas no art. 6º da Medida Provisória (Portaria 579).

Adicionalmente, o MME e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial 580, que fixou os valores das indenizações dos ativos afetados pela Medida Provisória. Em 29 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial 602, o valor de indenização da usina hidrelétrica Coaracy Nunes foi confirmado (sem alteração).

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não foram prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contatos de concessão, nos termos Lei nº 12.783/13, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ainda no que diz respeito às concessões, especificamente das empresas do Sistema Eletrobras, a União não divulgou a regulamentação dos procedimentos e a metodologia para cálculo do valor de reembolso da geração nos procedimentos e a metodologia para cálculo do valor de reembolso da geração nos Sistemas Isolados, portanto, quando publicada poderá ter efeito nos valores reconhecidos como obrigações e direitos de ressarcimento.

2.5.1. Impactos no negócio geração afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

1. Recebimento de indenização dos ativos de geração não amortizado, pelo valor definido nas Portarias 580 e 602 mencionadas anteriormente. O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (artigo 3º. da Portaria 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. Conforme facultado pelo art. 4º da Portaria 580, a Companhia solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.
2. No artigo 2º. do Decreto 7.850, citado anteriormente, até 31 de dezembro de 2013, as concessionárias de geração deverão submeter à Aneel, na forma definida por esta instituição, as informações complementares (posteriores ao Projeto Básico), necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis efetuados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados. Posteriormente, os valores apurados com o objetivo, a critério do Poder Concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, nesse caso, serão incorporados quando dos processos tarifários.
3. Alteração do regime de preço para tarifa com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de distribuição até então. A tarifa será calculada com base nos custos de O&M acrescido da taxa de 10% (empresa eficiente). Adicionalmente, futuramente poderá ser incluída parcela de ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela Aneel.
4. Os novos investimentos (repotencialização e expansão) ocorridos a partir de 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.
5. Alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela Aneel, que será destinada ao mercado regulado (cativo-distribuidoras).
6. Redução ou eliminação dos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

2.5.2. Impactos no negócio transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

1. Recebimento de indenização dos ativos de transmissão adquiridos após 31 de maio de 2000 não amortizados, pelo valor definido na Portaria 580 mencionada anteriormente. O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (artigo 3º. da Portaria 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. Conforme facultado pelo artigo 4º da Portaria 580, a Companhia solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e os demais 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.
2. Até 31 de dezembro de 2013, as concessionárias de transmissão deverão submeter à Aneel uma avaliação do Valor Novo de Reposição dos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000, ainda não depreciados ou amortizados, necessária para o cálculo da indenização complementar, que quando homologada será paga em 30 anos, atualizada conforme regulamento. No entanto, a forma de pagamento não foi ainda definida, se paga diretamente pelo Poder Concedente ou via revisão tarifária.
3. A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada com base nos custos de O&M acrescido da taxa de 10% (empresa eficiente). Adicionalmente, futuramente poderá ser incluída parcela de ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela Aneel.
4. Os novos investimentos (repotencialização e expansão) ocorridos a partir de 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.
5. Alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela Aneel, que será destinada ao mercado regulado (cativo-distribuidoras).
6. Eliminação de encargos regulatórios (RGR).

2.5.3. Informações e decisões da Companhia

As operações da Companhia, com a geração de energia elétrica, contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW e 7 usinas termelétricas, com capacidade de 601,08 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.461,13 MW. A transmissão de energia é administrada pela Companhia por um sistema composto de 9.287,13 Km de linhas de transmissão e 45 subestações no Sistema Interligado Nacional (SIN), 695,89 Km de linhas de transmissão e 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.983,02 km de linhas de transmissão e 55 subestações.

Na Eletronorte, as concessões afetadas nos termos da legislação, foram as seguintes:

I – Sistema de transmissão de energia elétrica, compreendendo 8.551,29 Km de linhas de transmissão e 41 subestações.

II - Na geração de energia elétrica, compreendendo a Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, com 78 MW de potência instalada e as instalações de transmissão de uso restrito da hidrelétrica, a SE Elevadora e a SE Central.

Nesse contexto, em 15 de outubro passado, a Companhia enviou correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, manifestando seu interesse na prorrogação de seus contratos.

Dita manifestação tinha natureza preliminar, visando resguardar o direito da Companhia à prorrogação, face ao prazo decadencial previsto do Decreto nº 7.805/12. É fato, contudo, que os estudos para a decisão final quanto à pretensão de serem assinadas as prorrogações dependeriam de informações que somente vieram a ser publicadas nos dia 1º e 29 de novembro de 2012.

Em 1º de novembro de 2012, foram disponibilizadas pelo MME as minutas de contratos. De posse das minutas do contrato e das informações publicadas por intermédio das Portarias 508 e 602 citadas anteriormente, foram aprofundados e concluídos os estudos econômico-financeiros e jurídicos necessários à tomada de decisão acerca do tema. Nossas equipes técnicas continuaram estudando detalhadamente os dados divulgados, buscando-se identificar investimentos que porventura não tenham sido reconhecidos pela Aneel e que, por conseguinte, tenham sido desconsiderados na determinação da indenização, como por exemplo, gastos com modernização, não contemplados no projeto básico das usinas.

Concomitantemente, estão sendo elaborados estudos para redimensionamento e adequação da estrutura atual de custos da Companhia ao novo patamar de receita estabelecido para operação e manutenção dos ativos afetados.

Em 3 de dezembro de 2013, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, deliberaram pela aprovação da prorrogação dos contratos de concessão nº 058/2001 – Aneel (Rede básica / Transmissão) e nº 002/2012 – Aneel (UHE Coaracy Nunes), nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Os contratos de renovação das concessões, de geração e transmissão, foram assinados no dia 04 de dezembro de 2012, data limite determinada pelo Governo Federal para realização das renovações.

Adicionalmente, a Eletronorte possui investimentos em empresas controladas em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (nota 19), que não foram afetados pela referida Lei, cujos vencimentos das concessões são os seguintes:

Empresas	Vencimento das Concessões
Amapari Energia S.A.	2037
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	2034
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	2038
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	2045
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	2045
Energética Águas da Pedra S.A.	2042
Estação Transmissora de Energia S.A.	2039
Integração Transmissora de Energia S.A.	2036
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	2039
Manaus Transmissora de Energia S.A.	2038
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	2039
Norte Energia S.A.	2045
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	2045
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	2039
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	2039
Transnorte Energia S.A.	2042

As controladas e controladas em conjunto, transmissoras e geradoras de energia elétrica, não estão diretamente afetadas pelos efeitos das antecipações das renovações das concessões em 31 de dezembro de 2012, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.783/13. Estas empresas estão, em maioria, em construção e suas infraestruturas são modernas. Estas concessões vencem a partir de 2034. Para 31 de dezembro de 2012, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment para estes ativos.

2.5.4. A Companhia detém as seguintes concessões impactadas pela Lei nº 12.783/13:

2.5.4.1. Geração

Concessões de GERAÇÃO			
	31/12/2012 Valor residual regulatório	31/12/2012 Valor residual contabil	Valor Indenização
Ativos Afetados			
UHE COARACY NUNES	38.827	38.827	35.492
Ativos Não Afetados			
Demais ativos de geração	8.624.956	8.624.956	Não aplicável
Total Ativos de Geração	**8.663.783**	**8.663.783**	**35.492**

Receita Bruta Anual de Geração - RAG (2013 - Afetados e Não Afetados) (Não auditado)			
	Sem efeitos da Lei 12.783/2013	Com efeitos da Lei 12.783/2013	Perda de receita bruta até o final da concessão
ELETRONORTE	4.220.854	4.177.415	1.303.195

Receita Líquida Anual de Geração - RAG (2013 - Afetados e Não Afetados) (Não auditado)				
	Sem efeitos da Lei 12.783/2013	Com efeitos da Lei 12.783/2013	Perda de receita bruta até o final da concessão	Perda de receita líquida até o final da concessão
ELETRONORTE	3.692.169	3.654.170	1.303.195	1.139.963

Resultado projetado de 2013 (Não auditado)		
Contrato	**Sem efeitos da Lei 12.783/2013**	**Com efeitos da Lei 12.783/2013**
Receita operacional líquida	4.220.854	4.177.415
Encargos	(106.664)	(105.566)
Impostos sobre a receita	(422.022)	(417.678)
Lucro bruto	**3.692.168**	**3.654.171**

2.5.4.1.1. Impactos nas concessões diretamente afetadas pela Lei nº 12.783/13:

a) Potenciais impactos da alocação de cotas para o Mercado Regulado (Cativo-distribuidoras).

Como a usina afetada pela Lei está inserida no Sistema Isolado e realiza a venda de energia produzida para um único cliente (CEA), não haverá mudança ou impacto no tratamento de cotas para o Mercado Regulado.

b) Tributação da indenização e outros impactos tributários

A Companhia avaliou as condições da indenização e operou da seguinte forma sobre o aspecto tributário:

. Não há incidência de PIS e COFINS sobre as indenizações.

. Com relação ao imposto de renda e contribuição social segue a regra geral, sobre o ganho de capital. Desta forma, não há impacto sobre o ganho de capital já que houve prejuízo na operação.

c) Empréstimos e financiamentos vinculados às concessões diretamente pela Lei nº 12.783/13 e impactos nas clausulas restritivas dos empréstimos (covenants)

A Companhia efetuou a avaliação das condições de sua estrutura financeira após a conclusão dos efeitos trazidos pela adoção a nova Lei e não apresentou nenhum impacto em relação às clausulas restritivas dos empréstimos já contraídos até 31 de dezembro de 2012.

Quadro de financiamento e empréstimo vinculado ao empreendimento da concessão diretamente afetada pela Lei:

Contrato	Projeto	Saldo em 31/12/2012
Eletrobras - ECF - 1424 - RES 377/96	UHE Coaracy Nunes e sistema associado	18.508

d) Passivo sócio ambiental, passivos relacionados às ações judiciais e contingências

A Companhia não possui passivos relacionados de qualquer natureza que poderiam trazer qualquer impacto em função da Lei nº 12.783/2013.

e) Riscos não contemplados na definição da tarifa

Frente às incertezas de definições de conceitos ainda a serem tratadas com a própria Aneel, nesse momento não é possível qualificar eventuais riscos na definição da tarifa. Contudo, a formação do preço atual definida para a atividade de geração possui uma série de subjetividades e que serão ajustadas à medida que ocorrerem novos eventos, que serão julgados pela Aneel.

f) Apresentação dos impactos contábeis

A Companhia efetuou a baixa dos ativos que foram revertidos à União, e estão sendo controlados extra contabilmente.

Na realização de novos investimentos em ativo de geração afetado pela Lei, a Companhia efetuará os registros contábeis de acordo com o ICPC 01.

Conforme determina a prática contábil acerca de contratos onerosos, a Companhia avaliou e apurou que o contrato da UHE Coaracy Nunes, após a renovação da concessão, apresenta custos de operação superiores a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, conforme tratado na nota 30.

A Companhia não possui projetos em andamento de geração impactados pela Lei nº 12.783/13.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.5.4.1.2. Impactos nas concessões não diretamente afetadas pela Lei nº 12.783/13:

A Companhia trabalha internamente na busca por alternativas consistentes para redução de custos e despesas em suas operações.

A Companhia não possui concessões que determinam em seu contrato a obrigação de Uso do Bem Público, assim não há sinalização de critério de avaliação dos ativos reversíveis não amortizados ao final da concessão.

Não foi detectado nenhum possível impacto indireto, especialmente no *valuation* das concessões com parte da energia ainda não contratada (mercado livre).

2.5.4.2. Transmissão

Concessões de Transmissão			
Indenização dos ativos	**Valor residual regulatório**	**Valor residual contabil**	**Valor Indenização**
Contrato Afetado	**31/12/2012**	**31/12/2012**	
Total Afetado	4.129.193	2.006.521	1.682.267
Contratos Não Afetados			
Total Não Afetados	452.268	452.268	Não Aplicavel
Total Ativos de Transmissão	**4.581.461**	**2.458.789**	**1.682.267**

Receita Anual Permitida - RAP (2013 - Afetados e Não Afetadas) (Não auditado)				
Contrato	Sem efeitos da Lei 12.783/2013	Com efeitos da Lei 12.783/2013	Perda de receita operacional bruta pelo prazo total da concessão	Perda de receita operacional líquida pelo prazo total da concessão
Eletronorte	1.156.010	333.455	24.676.665	21.651.463

2.5.4.2.1. Impactos nas concessões diretamente afetadas pela Lei nº 12.783/13:

a) Tributação da indenização e outros impactos tributários

A Companhia avaliou as condições da indenização e operou da seguinte forma sobre o aspecto tributário:

. Não há incidência de PIS e COFINS sobre as indenizações.

. Com relação ao imposto de renda e contribuição social segue a regra geral, sobre o ganho de capital. Desta forma, não há impacto sobre o ganho de capital já que houve prejuízo na operação.

b) Empréstimos e financiamentos vinculados às concessões diretamente pela Lei nº 12.783/13 e impactos nas clausulas restritivas dos empréstimos (covenants)

A Companhia efetuou a avaliação das condições de sua estrutura financeira após a conclusão dos efeitos trazidos pela adoção a nova Lei e não apresentou nenhum impacto em relação às clausulas restritivas dos empréstimos já contraídos até 31 de dezembro de 2012.

Quadro de financiamentos e empréstimos vinculados aos empreendimentos das concessões diretamente afetadas pela Lei:

Contrato	Projeto	Saldo em 31/12/2012
Eletrobras - ECF - 1545/97	LT TUC/Altamira/SE TUC/SE Altamira	67.227
Eletrobras - ECF - 2273/97	ST Jaurú/Coxipó e PDD/Peritoró	96.635
Eletrobras - ECF - 2757/09	ST - SE Maranhão, Mato Grosso, Pará, Acre e Rondônia	138.081
Eletrobras - ECF - 2758/09	ST - SE Vila do Conde, Marabá, Imperatriz, Pres. Dutra e Miranda	27.183
Eletrobras - ECF - 2785/09	ST - SE Imperatriz e ST Marabá	35.338
Eletrobras - ECF - 2818/10	ST - SE Vila do Conde, Marabá, Imperatriz, Pres. Dutra e Miranda	80.872
Eletrobras - ECR - 257/97	Interligação Norte Sul	336.986
Eletrobras - ECR - 260/98	Interligação Norte Sul	168.308

c) Passivo sócio ambiental, passivos relacionados às ações judiciais e contingências

A Companhia não possui passivos relacionados de qualquer natureza que poderiam trazer impacto em função da Lei nº 12.783/2013.

d) Riscos não contemplados na definição da nova RAP

Frente às incertezas de definições de conceitos ainda a serem tratadas com a própria Aneel, nesse momento não é possível qualificar eventuais riscos na definição da nova RAP. Contudo, a formação do preço atual definida para a atividade de transmissão possui uma série de subjetividade e que serão ajustadas à medida que ocorrerem novos eventos, que serão julgados pela Aneel.

e) Apresentação dos impactos contábeis

A Companhia efetuou a baixa dos ativos que foram revertidos à União, e estão sendo controlados extra contabilmente.

Em relação aos ativos da rede básica, ainda não depreciados, existentes até 31 de maio de 2000, a Companhia será indenizada pelo Poder Concedente no prazo de 30 anos nos termos da MP 591/12.

A Companhia efetuou análise sobre os projetos em andamento de transmissão e manteve saldos em ativo financeiro da concessão, quando autorizados pela Aneel, tendo em vista que serão realizados por meio de tarifa e procedeu à baixa contábil dos saldos não autorizados.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2013.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir, sendo adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicados.

3.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme requerido nas normas contábeis vigentes.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

a) Demonstrações financeiras individuais - Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas sob o título de Controladora, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

b) Demonstrações financeiras consolidadas – Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas, demonstradas sob o título de Consolidado, estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela CVM e os pronunciamentos do CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *IASB*.

Nestas demonstrações, a Companhia utiliza a data base de 30 de novembro de 2012 para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações financeiras das suas controladas e controladas em conjunto, efetuando, quando necessário, ajustes dos eventos relevantes ocorridos no mês de dezembro subsequente, conforme apresentado na nota 3.2. As mesmas práticas foram adotadas para o exercício comparativo.

c) Reclassificação e reapresentação das cifras comparativas

Para fins de comparabilidade com o exercício atual, alguns itens das demonstrações financeiras do exercício de 2011 foram reclassificados, em função da padronização das demonstrações financeiras estabelecida pela Eletrobras às suas controladas neste exercício e ajuste de exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO	31/12/2011						
	Controladora			Consolidado			
	Apresentado	Reclassificação	Ajustado	Apresentado	Reclassificação	Ajustado	Notas
Caixa e equivalente de caixa	197.898	-	197.898	626.891	-	626.891	
Títulos e valores mobiliários	763.401	-	763.401	892.479	-	892.479	
Clientes	1.047.551	(29.920)	1.017.631	702.912	-	702.912	(a)
Ativo financeiro da concessão	554.294	-	554.294	620.291	-	620.291	
Financiamentos e empréstimos	8.841	(8.841)	-	-	-	-	(b)
Impostos e contribuições sociais	82.525	-	82.525	90.303	-	90.303	
Direito de ressarcimento	326.690	(15.520)	311.170	332.501	(15.520)	316.981	(c)
Almoxarifado	51.423	-	51.423	54.369	-	54.369	
Instrumentos financeiros derivativos	191.919	-	191.919	191.919	-	191.919	
Outros ativos	76.722	54.281	131.003	85.592	15.520	101.112	
ATIVO CIRCULANTE	**3.301.264**	**-**	**3.301.264**	**3.597.257**	**-**	**3.597.257**	
Financiamentos e empréstimos	8.768	(8.768)	-	-	-	-	(b)
Títulos e valores mobiliários	950	-	950	950	-	950	
Clientes	783.228	(783.228)	-	779.759	(776.762)	2.997	(a)
Ativo financeiro da concessão	4.205.689	(194.767)	4.010.922	6.779.019	(194.767)	6.584.252	(d)
Impostos e contribuições sociais	110.339	-	110.339	169.039	-	169.039	
Cauções e depósitos vinculados	446.906	-	446.906	452.615	-	452.615	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	246.162	-	246.162	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	185.031	-	185.031	185.031	-	185.031	
Crédito junto à Ceron	-	701.577	701.577	-	701.577	701.577	
Outros ativos	75.035	90.419	165.454	97.872	75.185	173.057	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**6.062.108**	**(194.767)**	**5.867.341**	**8.464.285**	**(194.767)**	**8.269.518**	
Investimentos	1.644.551	-	1.644.551	202.454	-	202.454	
Imobilizado	9.247.833	194.767	9.442.600	9.748.562	194.767	9.943.329	(d)
Intangível	20.158	-	20.158	56.019	-	56.019	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**16.974.650**	**-**	**16.974.650**	**18.471.320**	**-**	**18.471.320**	
TOTAL	**20.275.914**	**-**	**20.275.914**	**22.068.577**	**-**	**22.068.577**	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PASSIVO	31/12/2011						Notas
	Controladora			Consolidado			
	Apresentado	Reclassificação	Ajustado	Apresentado	Reclassificação	Ajustado	
Fornecedores	672.506	-	672.506	939.750	-	939.750	
Financiamentos e empréstimos	387.803	-	387.803	1.121.046	-	1.121.046	
Impostos e contribuições sociais	77.478	-	77.478	87.260	-	87.260	
Remuneração aos acionistas	18.293	-	18.293	18.293	-	18.293	
Obrigações estimadas	126.734	87.771	214.505	135.695	89.532	225.227	(e), (g)
Provisão para passivo a descoberto em controladas	259.587	(259.587)	-	-	-	-	(k)
Encargos setoriais	89.683	146.696	236.379	95.350	150.104	245.454	(f), (h)
Instrumentos financeiros derivativos	261.489	-	261.489	269.718	-	269.718	
Incentivo ao desligamento de pessoal	19.169	(19.169)	-	19.169	(19.169)	-	(g)
Pesquisa e desenvolvimento	120.804	(120.804)	-	124.212	(124.212)	-	(h)
Participação nos lucros ou resultados	16.733	(16.733)	-	16.733	(16.733)	-	(i)
Adiantamento de clientes	44.098	-	44.098	44.098	-	44.098	
Utilização de recursos hídricos	24.262	(24.262)	-	24.262	(24.262)	-	(f)
Compensações socioambientais	19.536	(19.536)	-	19.536	(19.536)	-	(j)
Outros passivos	159.947	225.624	385.571	168.348	(35.724)	132.624	
PASSIVO CIRCULANTE	**2.298.122**	-	**2.298.122**	**3.083.470**	-	**3.083.470**	
Financiamentos e empréstimos	4.283.935	-	4.283.935	5.166.313	-	5.166.313	
Impostos e contribuições sociais	13.609	-	13.609	62.923	-	62.923	
Adiantamento de clientes	879.452	-	879.452	879.452	-	879.452	
Concessões a pagar - Uso do bem público	-	-	-	28.974	-	28.974	
Instrumentos financeiros derivativos	185.031	-	185.031	185.031	-	185.031	
Provisões para riscos	915.284	-	915.284	927.858	-	927.858	
Benefícios pós-emprego	58.535	-	58.535	60.234	-	60.234	
Incentivo ao desligamento de pessoal	138.015	(138.015)	-	138.015	(138.015)	-	(g)
Obrigações estimadas	-	138.015	138.015	-	138.015	138.015	
Pesquisa e desenvolvimento	17.052	(17.052)	-	20.239	(17.052)	3.187	(h)
Encagos setoriais	-	17.052	17.052		17.052	17.052	
Compensações socioambientais	97.678	(97.678)	-	97.678	(97.678)	-	(j)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.127.731	-	1.127.731	1.127.731	-	1.127.731	
Outros passivos	1.485	97.678	99.163	30.674	97.678	128.352	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**7.717.807**	-	**7.717.807**	**8.725.122**	-	**8.725.122**	
Capital social	8.200.406	-	8.200.406	8.200.406	-	8.200.406	
Reserva de capital	2.011.460	-	2.011.460	2.011.460	-	2.011.460	
Reserva de lucros	25.708	24.977	50.685	25.708	24.977	50.685	(l)
Dividendos adicionais propostos	50.200	-	50.200	50.200	-	50.200	
Outros resultados abrangentes	(27.789)	(24.977)	(52.766)	(27.789)	(24.977)	(52.766)	(l)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10.259.985**	-	**10.259.985**	**10.259.985**	-	**10.259.985**	
TOTAL	**20.275.914**	-	**20.275.914**	**22.068.577**	-	**22.068.577**	

Notas

(a) Reclassificação do saldo com partes relacionadas de "Clientes" para "Outros ativos", no curto prazo e para "Outros ativos" e "Crédito junto à Ceron", para as operações de longo prazo;
(b) Reclassificação do saldo de "Financiamentos e empréstimos" para "Outros ativos", tanto para as operações de curto prazo quanto para as de longo prazo;
(c) Reclassificação do saldo referente a dispêndios reembolsáveis de "Direito de ressarcimento" para "Outros ativos";
(d) Reclassificação de saldo de imobilizado, anteriormente classificado em "Ativo financeiro" para "Imobilizado";
(e) Reclassificação do saldo de folha de pagamento, anteriormente classificado em "Outros passivos" para "Obrigações estimadas";
(f) Reclassificação dos saldos de "Utilização de recursos hídricos" e "Taxa de fiscalização da Aneel", classificados anteriormente em "Outros passivos" para "Encargos setoriais";
(g) Reclassificação do saldo de "Incentivo ao desligamento de pessoal" para "Obrigações estimadas";
(h) Reclassificação do saldo de "Pesquisa e desenvolvimento" para "Encargos setoriais";
(i) Reclassificação do saldo de "Participação nos lucros ou resultados" para "Outros passivos";
(j) Reclassificação do saldo de "Compensações socioambientais" para "Outros passivos";
(k) Reclassificação do saldo de "Provisão para passivo a descoberto em controladas" para "Outros passivos".
(l) A Companhia identificou que, de acordo com o laudo de avaliação atuarial apresentado por consultoria especializada contratada, parte dos saldos contabilizados em 2010, no grupo Outros Resultados Abrangentes (ORA), como ganhos e perdas atuariais, deveriam ter sidos contabilizados, à época, como resultado do exercício. Desta forma, o saldo foi ajustado diretamente contra o patrimônio líquido da Companhia.

3.2. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem a Eletronorte, suas controladas e controladas em conjunto ("Grupo"), para fins de equivalência patrimonial e de consolidação proporcional, conforme quadro a seguir:

Sociedades de Propósito Específico (SPEs)	Participação (%)	
	2012	2011
Amapari Energia S.A.	49,00	49,00
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	49,71
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Construtora Integração Ltda	24,50	24,50
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	24,50
Estação Transmissora de Energia S.A.	100,00	100,00
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	37,00
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00
Manaus Construtora Ltda	30,00	30,00
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	30,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50	24,50
Norte Energia S.A.	19,98	19,98
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	100,00	100,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00	49,00

Para fins de consolidação, a Administração efetuou ajustes em função de eventos relevantes ocorridos e de patrimônio nas investidas em dezembro de 2012, como segue:

. Aumento de capital na Rio Branco Transmissora de Energia S.A. no montante de R$ 10.200.
. Aumento de capital na Manaus Transmissora de Energia S.A. no montante de R$ 38.530.
. Pagamento de dividendos da Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. para a Eletronorte no montante de R$ 735.
. Transferência de curto para o longo prazo dos financiamentos da Norte Energia S.A. no montante de R$ 620.111.
. Aquisição de imobilizado, com recursos oriundos de títulos e valores mobiliários, pela Norte Energia S.A. no montante de R$ 81.938.
. Aquisição de ativos financeiros da concessão com recursos oriundos de caixa e equivalente de caixa pela Estação Transmissora de Energia S.A. no montante de R$ 61.671.

3.2.1. Políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as sociedades de propósito específico - SPE) nas quais a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Controladora determina a gestão em outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

b) Controladas em conjunto

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

As demonstrações financeiras de controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis de controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.2. Participação direta da Eletronorte

Os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados das controladas e controladas em conjunto, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação proporcional, devem ser levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes. Desta forma, para fins de consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, foram utilizadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto de 30 de novembro de 2012.

3.2.3. Principais práticas de consolidação

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

b) Eliminação dos saldos das contas e transações entre a controladora e as suas controladas e controladas em conjunto, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. A moeda funcional da Companhia é o Real (R$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como Variação Cambial em conta de resultado específica (nota 36).

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor (nota 6).

3.5. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da prestação de serviços, da venda de energia elétrica e da disponibilização no sistema de transmissão operado pela Companhia e suas investidas, no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (nota 8).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.6. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização (nota 13).

3.7. Cauções e depósitos vinculados

São depósitos judiciais que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judiciais, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Tais depósitos estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e atualização monetária, com base nos dispositivos legais, e ajustados por provisão para perdas na realização, quando aplicáveis (nota 16).

3.8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados e registrados pelo método da equivalência patrimonial e reconhecidos inicialmente ao custo e as variações no resultado do exercício, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido, conforme aplicável (nota 19).

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas controladas são alteradas ou ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo amortizado, ou seja, pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação (nota 20).

Os terrenos não são depreciáveis. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota 20.2.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais na demonstração do resultado.

3.10. Ativo financeiro - Concessão do serviço público

A Companhia e suas controladas reconhecem um crédito junto ao Poder Concedente (ou de quem este tenha outorgado) quando possuem direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante, considerando a expectativa de recebimento dos valores envolvidos, tendo como base a data de encerramento das concessões.

O ativo é apresentado liquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos.

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia e suas controladas compreendem basicamente gastos específicos associados à aquisição de direitos (softwares), acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos de aquisição e implantação, que são diretamente atribuíveis aos projetos e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo;
- a administração pretende concluir o *software* para usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Nos custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na implantação de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com aquisição e implantação de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota 21.1.

3.12. Gastos com estudos e projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamentos hidrelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional no momento em que ocorrem até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão e/ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos recuperáveis passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%, quando aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras consolidadas. O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto que o ativo depende da expectativa de realização.

3.14. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.14.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não possuem cotação em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.14.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado ou financiamentos e empréstimos.

a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação no curto prazo ou designados ao valor justo por meio do resultado.

b) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos decorrentes da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos são avaliados mensalmente pelo Grupo e são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, a variação cambial incorrida sobre os empréstimos e financiamentos, considerando os seguintes critérios para capitalização:

a) Período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;

b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou as taxas dos empréstimos específicos;

c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;

d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

c) Outros passivos financeiros

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até à data do balanço (custo amortizado).

3.14.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *Hedge*

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A nota 14 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

a) Derivativos embutidos

A Companhia faz uso de derivativos embutidos vinculados a contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com clientes do setor de alumínio (notas 14 e 29).

Os derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

b) Derivativos *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia possui controlada em conjunto (SPE) que apresenta derivativos com o objetivo de proteção, aplicando o *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

3.15. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (nota 22).

3.16. Remuneração aos acionistas

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras consolidadas ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas, sendo registrados no Patrimônio Líquido em conta específica denominada Dividendos Adicionais Propostos (nota 25).

3.17. Provisões para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (nota 27).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.18. Obrigações com empregados

a) Benefícios pós-emprego (Plano de suplementação de aposentadoria)

A Companhia participa de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego (nota 31).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício, definido na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, no período em que ocorrem.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia não tem outras obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

b) Incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia possui um programa de incentivo ao desligamento voluntário em andamento, que prevê o pagamento de indenizações como reconhecimento ao tempo de trabalho, aos empregados que aderiram ao programa, sujeito a limitadores (nota 26).

c) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece algumas vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: (i) programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes; e (ii) apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados (nota 31).

3.19. Adiantamentos de clientes

Os valores antecipados por clientes, por conta de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo, foram registrados parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante (nota 29).

3.20. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data da formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

3.21. Capital social

As ações ordinárias sem valor nominal são classificadas no patrimônio líquido (nota 33.1).

3.22. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação, recebido ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, bem como, no Consolidado, após a eliminação das receitas entre empresas do grupo.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

As receitas da Companhia estão detalhadas na nota 34.

3.22.1. Receita operacional

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto atuam no mercado de energia elétrica e reconhecem a receita no momento em que uma das empresas entrega o produto ou presta o serviço.

3.22.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

3.23. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para análise de eventual reversão ou complemento do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.24. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (nota 38).

3.25. Apresentação de informações por segmento

As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia (nota 39).

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Companhia e suas controladas, decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado.

As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras da controladora e consolidado a administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

4.1. Tributos diferidos

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos, gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (nota 11.2).

4.2. Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela administração a premissa, de acordo com o novo marco regulatório, utilizando-se o VNR como parâmetro, sendo que nos casos em que houve determinação do valor final pelo regulador, foi utilizado o VNR ou o saldo contábil, entre os dois, o menor.

4.3. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário (nota 20.2).

4.4. Ativo financeiro – concessão do serviço público

O Grupo adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e do novo marco regulatório, o Grupo adotou a premissa de que será indenizada pela Rede Básica de Instalações Existentes - RBSE e investimentos posteriores (notas 3.10 e 10) de acordo com o determinado na Lei nº 12.783/2013.

As premissas utilizadas pela Companhia e pelas controladas para determinação do ativo financeiro de transmissão foram as seguintes:

a) Ativo financeiro indenizável - a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela Aneel, tendo como base o VNR ou o valor contábil, entre os dois, o menor.

b) Ativo financeiro amortizável pela RAP – as adições decorrentes das novas construções e/ou ampliações da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro.

c) Remuneração do ativo financeiro – a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, a título de receita operacional, valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada, conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica (nota 34).

d) Receita de O&M - a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS/PASEP e COFINS e das taxas referentes a encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D) (nota 34 e 35).

e) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção - a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição principal de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento onde o retorno ocorre através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP).

4.5. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.6. Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam várias premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 31.

As controladas não possuem benefícios pós-emprego.

4.7. Incentivo ao desligamento de pessoal

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados, a Companhia mantém provisão, mensurada pelo valor presente dos gastos necessários para fazer face às indenizações previstas no programa de incentivo ao desligamento voluntário instituído no exercício anterior (nota 26).

4.8. Provisão para riscos

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 27). As provisões são julgadas pela administração da Companhia e de suas investidas como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

4.9. Compensação socioambiental

Para efeitos de registro contábil dos custos socioambientais relacionados à construção de empreendimentos de geração de energia elétrica, os quais serão desembolsados no futuro durante o prazo da concessão, a geradora deve elaborar a melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente; esse valor é registrado como custo do ativo imobilizado e depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, caso a administração identifique que a estimativa inicial desses custos deverá sofrer ajustes relevantes para mais ou para menos ou por reversão do ajuste a valor presente, a provisão deve ser ajustada em contrapartida ao ativo imobilizado, na conta que recebeu o débito original. O empreendimento relacionado é a expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (nota 30).

NOTA 5 – NORMAS NOVAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IAS 16 - "Imobilizado". A principal alteração é de esclarecimento sobre as peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado, sendo assim, não fazem parte dos estoques. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou e as alterações previstas não representariam impacto nas demonstrações financeiras se aplicável para o exercício corrente.

IAS 28 - "Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures", como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

IAS 32 - "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros", estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo, com vigência para após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", resultante da revisão abrangente do IASB das atividades não registradas no balanço patrimonial. As alterações introduzem divulgações adicionais que permitem aos usuários das demonstrações financeiras aumentar seu entendimento acerca das transações de transferência de ativos financeiros (por exemplo, securitizações), inclusive dos possíveis efeitos de quaisquer riscos que pudessem permanecer com a entidade que transferiu os ativos. As alterações também exigem divulgações adicionais, caso um volume desproporcional de transações de transferência seja realizado no encerramento do período. No primeiro ano de adoção, as informações comparativas não são exigidas. A revisão é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo *International Accounting Standards* (IAS) 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36 (R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle e é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto financeiro às suas demonstrações financeiras, pois não há impacto no seu resultado, porém, caso aplicado em 2012, haveria uma diminuição estimada no ativo e no passivo no balanço consolidado na ordem de R$ 2.191.888.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19 (R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido quando caracterizado controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto financeiro às suas demonstrações financeiras, pois não há impacto no seu resultado, porém, caso aplicado em 2012, haveria uma diminuição estimada no ativo e no passivo no balanço consolidado na ordem de R$ 2.191.888.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP (Demonstrações financeiras de acordo com as normas Norte-americanas), não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

IFRIC 20 – "Custo de Remoção da Fase de Produção de uma Mina de Superfície", esclarece as exigências para contabilização de custos de remoção associados ao descarte de resíduos da mina de superfície, inclusive casos em que os custos de remoção da produção devem ser reconhecidos como um ativo, como o ativo é inicialmente reconhecido e a mensuração subsequente.

A interpretação exige que os custos das atividades de remoção que oferece melhor acesso aos minérios sejam reconhecidos como um ativo de atividades de remoção não correntes, mediante o cumprimento de determinados critérios. O ativo de atividades de remoção é depreciado ou amortizado de forma sistemática, com base na vida útil estimada do componente identificado do minério que se tornar mais acessível em virtude da atividade de remoção, usando as unidades do método de produção, exceto se outro método for mais apropriado.

A interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada. A norma não apresentará impacto para o Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários à vista	33.620	2.943	82.821	40.977
Aplicações financeiras de curto prazo	333.919	194.955	675.339	585.914
TOTAL	**367.539**	**197.898**	**758.161**	**626.891**

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações compromissadas que possuem garantia de recompra diária pela instituição financeira a uma taxa previamente estabelecida entra as partes e são lastreadas em títulos públicos, com rentabilidade média equivalente ao CDI. Além disso, os recursos provenientes dos convênios firmados com a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Águas, e outras entidades, estão aplicados em poupança no Banco da Amazônia S.A. e no Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Todas as operações possuem liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 42.

A Companhia possui linhas de financiamentos já aprovadas, mas não utilizadas, que estão disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos de capital no valor de R$ 711.363.

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 36).

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Aplicação	Agente financeiro	Indexador	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fundo Extramercado FAE FI	Banco do Brasil	7 - 10% a .a.	397.957	-	397.957	-
Fundo Extramercado Exclusivo 10	Banco do Brasil	6 - 11% a.a.	324.861	763.401	324.861	763.401
Fundo Exclusivo de Renda Fixa Privada (Norte Energia)	Caixa Econômica Federal	CDI	-	-	28.517	49.506
Fundo Exclusivo de Renda Fixa Privada (Norte Energia)	BTG Pactual	CDI	-	-	10.631	79.571
Total circulante			**722.818**	**763.401**	**761.966**	**892.479**
Fundo de Investimento (Transmissora Matogrossense de Energia)	Banco do Brasil	10% a.a.	-	-	3.812	-
Notas do Tesouro Nacional	Banco do Brasil	6% a.a.	199	830	199	830
Diversos	Diversos	Diversos	23	120	23	120
Total não circulante			**222**	**950**	**4.034**	**950**
Total			**723.040**	**764.351**	**766.000**	**893.429**

As variações nos fundos de aplicações financeiras ocorrem de acordo com as necessidades de caixa. Há aplicações com as sobras de recursos e resgates com a necessidade de pagamentos.

A Administração da Companhia tem optado por diversificar os investimentos do fundo exclusivo visando uma melhor rentabilidade para seus investimentos.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 42.

7.1. Circulante

A Companhia e suas controladas classificam os títulos e valores mobiliários como mantidos para negociação com base nas estratégias da administração para esses ativos, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos de juros e atualização monetária, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A., conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista, e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e cuja rentabilidade no exercício de 2012 correspondeu a 130% do Depósito Interbancário – CDI (98% no exercício de 2011). As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 36).

7.2. Não circulante

Os títulos de maior relevância mantidos pela Companhia são as NTN (Notas do Tesouro Nacional), títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). Estes títulos são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 8 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

8.1. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	CONTROLADORA				
	31/12/2012				31/12/2011
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL
CONSUMIDORES					
Industrial	103.860	-	72	103.932	119.098
	103.860	-	**72**	**103.932**	**119.098**
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS					
Suprimento de energia	251.773	-	-	251.773	1.737.123
Uso da rede elétrica	132.043	353	8.661	141.057	148.458
Conexão ao sistema de transmissão	2.947	8	-	2.955	2.705
Comercialização de energia	66.406	23.536	2.089	92.031	106.420
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	-	297	17.183	17.480	16.112
Renegociação - Suprimento				-	-
Boa Vista Energia S.A. - Bovesa	32.230	-	-	32.230	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.350	-	-	7.350	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - Cea	329.183	-	-	329.183	-
	821.932	**24.194**	**27.933**	**874.059**	**2.010.818**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	**(344.535)**	**(626)**	**(28.005)**	**(373.166)**	**(1.112.285)**
(-) Ajuste a Valor Presente - Celpa	**(190)**	-	-	**(190)**	-
TOTAL CIRCULANTE	**581.067**	**23.568**	**-**	**604.635**	**1.017.631**
CONCESSIONÁRIAS					
Renegociação - Suprimento					
Boa Vista Energia S.A. - Bovesa	32.231	-	-	32.231	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	29.398	-	-	29.398	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - Cea	399.302	-	-	399.302	-
	460.931	-	-	**460.931**	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	**(399.302)**	-	-	**(399.302)**	-
(-) Ajuste a Valor Presente - Celpa	**(4.000)**	-	-	**(4.000)**	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**57.629**	-	-	**57.629**	-
TOTAL GERAL	**638.696**	**23.568**	**-**	**662.264**	**1.017.631**

	CONSOLIDADO				
	31/12/2012				31/12/2011
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL
CONSUMIDORES					
Residencial	-	-	-	-	**23.010**
Industrial	103.860	-	72	**103.932**	**120.389**
Comércio, Serviços e Outras atividades	-	-	-	-	**7.389**
Rural	-	-	-	-	**762**
Poder público	-	-	-	-	**90.261**
Iluminação pública	-	-	-	-	**514**
Serviço público	-	-	-	-	**8.284**
	103.860	-	**72**	**103.932**	**250.609**
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS					
Suprimento de energia	250.430	53	90	**250.573**	**1.370.549**
Uso da rede elétrica	128.952	345	8.661	**137.958**	**149.890**
Conexão ao sistema de transmissão	2.947	8	-	**2.955**	**2.753**
Comercialização de energia	66.406	23.536	2.089	**92.031**	**106.440**
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	-	297	17.183	**17.480**	**16.112**
Outros	8.979	19	119	**9.117**	**36.335**
Renegociação - Suprimento					
Boa Vista Energia S.A. - Bovesa	32.230	-	-	**32.230**	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.350	-	-	**7.350**	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - Cea	329.183	-	-	**329.183**	-
	826.477	**24.258**	**28.142**	**878.877**	**1.682.079**
	930.337	**24.258**	**28.214**	**982.809**	**1.932.688**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	**(344.535)**	**(626)**	**(28.089)**	**(373.250)**	**(1.229.776)**
(-) Ajuste a Valor Presente - Celpa	**(190)**	-	-	**(190)**	-
TOTAL CIRCULANTE	**585.612**	**23.632**	**125**	**609.369**	**702.912**
CONCESSIONÁRIAS	-	-	-	-	**2.997**
Renegociação - Suprimento					
Boa Vista Energia S.A. - Bovesa	32.231	-	-	**32.231**	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	29.398	-	-	**29.398**	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - Cea	399.302	-	-	**399.302**	
	460.931	-	-	**460.931**	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	**(399.302)**	-	-	**(399.302)**	-
(-) Ajuste a Valor Presente - Celpa	**(4.000)**	-	-	**(4.000)**	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**57.629**	-	-	**57.629**	**2.997**
TOTAL GERAL	**643.241**	**23.632**	**125**	**666.998**	**705.909**

8.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão é constituída de acordo com a análise das faturas de energia elétrica vencidas e dos históricos de inadimplência, com base nos seguintes critérios, definidos pela administração da Companhia:

- contas vencidas há mais de 90 dias para os consumidores da classe residencial.
- contas vencidas há mais de 180 dias para os consumidores da classe comercial.
- contas vencidas há mais de 360 dias para consumidores das classes industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública.
- análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, incluindo todas as classes de consumo, inclusive sendo provisionados aqueles onde não há certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante provisionado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2011	**1.112.285**	**1.229.776**
Constituição	152.208	209.380
Baixas	(492.025)	(492.025)
Transferência de investimento	-	(174.579)
Saldo em 31/12/2012	**772.468**	**772.552**

A constituição da PCLD foi registrada no resultado do exercício como provisões operacionais (nota 35.4). Os valores são reconhecidos como perda quando não há expectativa de recuperação.

As baixas registradas no período referem-se, substancialmente, a renegociação de valores a receber junto à Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. (CEA). Nesta transação, a Companhia perdoou os valores referentes a juros, multas e atualizações monetárias.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado ao saldo de clientes está divulgada na nota 42.3.4.

NOTA 9 – INDENIZAÇÃO DAS CONCESSÕES

As indenizações a serem realizadas pelo Governo Federal à Companhia seguirão os seguintes trâmites:

1) Da parcela a vista: 100% do valor de indenização da UHE Coaracy Nunes no valor de R$ 35.492, bem como 50% do valor da indenização das linhas de transmissão no valor de R$ 841.134, que montam R$ 876.626. Estes valores, mais as suas respectivas atualizações previstas na Portaria Interministerial 580, deverão ser quitados até 45 dias a contar de 04 de dezembro de 2012, data de assinatura da renovação pela Companhia. Os valores referentes aos montantes citados foram recebidos em janeiro de 2013.

2) Da parcela a prazo: 50% do valor da indenização das linhas de transmissão, em 31 parcelas mensais (antigo prazo de finalização da concessão), mais as suas respectivas atualizações previstas na Portaria Interministerial 580, tendo a primeira parcela a ser efetuada em até 45 dias após 04 de dezembro de 2012. A primeira parcela foi recebida em janeiro de 2013.

	Principal	Atualização monetária	Total
UHE Coaracy Nunes	35.492	1.093	**36.585**
Rede Básica - Transmissão	1.682.268	33.647	**1.715.915**
Total	**1.717.760**	**34.740**	**1.752.500**
(-) Circulante			**(1.225.471)**
Não circulante			**527.029**

O valor da atualização financeira está registrado no resultado financeiro (nota 36).

9.1. Impactos no resultado com indenizações das concessões

Com a renovação das concessões, a Companhia apurou os seguintes efeitos no resultado do exercício de 2012:

Transmissão - Contrato de Concessão 058/2001	
Rede básica - Novas Instalações (RBNI)	
Indenização (Portaria 580/MME/MF)	1.682.268
Valor Contábil (LT/SE)	(2.137.179)
Valor Contábil (Sistema de Telecomunicações)	(153.675)
Total (valor contábil)	(2.290.854)
Perda (1)	**(608.586)**
Geração - UHE Coaracy Nunes - Contrato de Concessão 002/2012	
Indenização (Portaria 580/MME/MF)	35.492
Valor Contábil	(113.044)
Perda (2)	**(77.552)**
Total das perdas (1 + 2)	**(686.138)**

O valor total das perdas de R$ 686.138 foi contabilizado no resultado do exercício e apresentado na demonstração do resultado como "perda com indenizações das concessões".

NOTA 10 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica da controladora e de suas investidas, a Administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da contabilização dessas concessões como ativo financeiro, abrangendo:

- parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros da Companhia são os seguintes:

	CONTROLADORA						
	31/12/2011	Movimentação no período			Transferências	Efeitos MP 579/591 (*)	31/12/2012
		Ingressos	Atualizações	Amortizações			
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	-	-	-	-	1.810.171	-	1.810.171
Ativo financeiro indenizável	3.511.040	193.701	-	-	(1.660.395)	(1.772.281) (***)	272.065
Ativo financeiro - RAP	1.054.176	-	289.978	(510.142)	28.247 (**)	(637.096) (***)	225.163
Total	**4.565.216**	**193.701**	**289.978**	**(510.142)**	**178.023**	**(2.409.377)**	**2.307.399**

(*) Os efeitos trazidos nesta coluna se referem aos valores de indenização, impairment e perdas oriundas das indenizações sobre os ativos financeiros, conforme apresentado na nota 2.5 e 20.6.
(**) Baixa de adiantamento a fornecedores.
(***) Contém baixa pela indenização da RBNI.

	CONSOLIDADO							
	31/12/2011	Movimentação no Exercício			Transferências	Efeitos MP 579/591 (*)	Baixa de investimento (**)	31/12/2012
		Ingressos	Atualizações	Amortizações				
Transmissão								
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	-	-	-	-	1.810.171	-	-	1.810.171
Ativo financeiro indenizável	4.722.624	996.501	188.722	(1.878)	(1.281.669)	(1.772.281)	-	2.852.019
Ativo financeiro - RAP	2.377.801	4.911	357.505	(574.125)	(340.973)	(637.096)	-	1.188.023
Distribuição								
Ativo financeiro indenizável	104.118	21.326	-	-	-	-	(125.444)	-
Total	**7.204.543**	**1.022.738**	**546.227**	**(576.003)**	**187.529**	**(2.409.377)**	**(125.444)**	**5.850.213**

(*) Os efeitos trazidos nesta coluna se referem aos valores de indenização, impairment e perdas oriundas das indenizações sobre os ativos financeiros, conforme apresentado na nota 2.5 e 20.6.
(**) Se refere a baixa dos saldos da Boa Vista Energia, cujo controle acionário foi transferido para a Eletrobras em 31 de outubro de 2012 (nota 19.3(c)).

As diferenças apuradas entre o quadro de mutações e o quadro da demonstração do resultado (nota 34) se referem à movimentação do período de defasagem para fins de consolidação.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio dos fluxos de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas através da RAP, deduzida da parcela correspondente à remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término da concessão, ajustada pela correspondente taxa interna de retorno (TIR). A TIR varia entre 0,92% e 3,20%, de acordo com as características especificadas em cada contrato de concessão e suas datas de investimentos.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
(ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e será recebida ao longo de 30 anos com atualização monetária.

Os montantes demonstrados nas colunas "Ingressos" e "Atualizações" foram reconhecidos no resultado do exercício nas linhas "Receita de construção" e "Receita sobre o ativo financeiro", respectivamente (nota 34).

O montante demonstrado na coluna "Amortizações" refere-se ao recebimento da RAP e está apresentada na demonstração do fluxo de caixas e no resultado do exercício na rubrica de "Receita de operação e manutenção" (nota 34).

NOTA 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados, considerando as eventuais perdas de realização e estão assim representados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Tributos a recuperar				
IRPJ/CSLL	69.795	30.960	74.354	31.385
IR Fonte (nota 11.1 (a))	144.898	49.783	153.691	55.503
ICMS (nota 11.1 (b))	-	-	858	1.173
PIS/PASEP/COFINS (nota 11.1 (c))	3.704	183	3.957	596
Outros	1.549	1.599	2.546	1.646
Total Circulante	**219.946**	**82.525**	**235.407**	**90.303**
Tributos a recuperar (nota 11.1 (b))				
ICMS	201.821	301.921	201.821	301.921
(-) Ajuste a valor presente	(3.829)	(2.617)	(3.829)	(2.617)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.576)	(230.509)	(138.576)	(230.509)
Ativos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL (nota 11.2)	25.700	41.544	117.215	100.244
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	5.323	-
Total Não Circulante	**85.116**	**110.339**	**181.954**	**169.039**
Total	**305.062**	**192.864**	**417.361**	**259.342**

11.1. Tributos a recuperar

a) Imposto de renda, contribuição social e demais tributos federais retidos na fonte

Refere-se a retenções na fonte sobre aplicações financeiras, serviços prestados e venda de energia elétrica.

A variação da conta de IR Fonte se deve aos recolhimentos compensados pelos créditos gerados pelas retenções sobre as aplicações financeiras, que, quando da apuração anual do imposto, verificou-se pagamento a maior, sendo a diferença retornada à respectiva conta.

b) ICMS

A Companhia é detentora de créditos escriturais de ICMS incidentes sobre as aquisições de bens para o ativo imobilizado e combustível para produção de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Créditos de ICMS junto aos Estados	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Rondônia	11.933	22.214
Amapá	141.249	141.905
Acre	1.839	93.907
Maranhão	29.585	23.779
Pará	11.504	14.544
Roraima	5.711	5.572
	201.821	301.921
(-) Provisão p/créditos de liq.duvidosa	(138.576)	(230.509)
(-/+) Ajuste a valor presente - ICMS	(3.829)	(2.617)
TOTAL	**59.416**	**68.795**

Os créditos de ICMS perante os Estados do Amapá e Roraima são oriundos, preponderantemente, da aquisição de combustíveis derivados de petróleo, utilizados no processo de geração de energia elétrica, cabendo ressaltar que nas operações de venda dessa energia para as concessionárias estaduais o ICMS correspondente é diferido, sendo cobrado do consumidor final pela empresa distribuidora, razão pela qual tais créditos encontram-se provisionados, enquanto se discute o mérito na justiça.

Neste exercício a Companhia decidiu estornar os créditos de ICMS junto ao Estado do Acre, após notificação do fisco estadual, que se encontravam provisionados no montante de R$ 91.967. Essa negociação não impactou o resultado.

c) Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 – PIS/PASEP E COFINS

Em julgamento realizado no dia 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º, da Lei nº 9.718/1998, que pretendeu equiparar o termo "faturamento" à totalidade das receitas auferidas pelas empresas, independentemente da classificação contábil adotada e não somente das receitas de vendas e/ou prestação de serviços, para fins de cálculo e recolhimento de PIS/PASEP e COFINS.

O referido julgamento do STF diz respeito, e produz efeitos imediatos, exclusivamente às partes interessadas. Não obstante, tal decisão reflete o entendimento do plenário do STF sobre a questão e o precedente beneficiará a todos que ingressarem na justiça, pois, muito provavelmente, a decisão da Corte máxima será observada pelos demais tribunais do país.

O período de abrangência da citada decisão é de fevereiro/1999 a novembro/2002, para o PASEP e de fevereiro/1999 a janeiro/2004 para a COFINS, antes, portanto, da entrada em vigor das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, que criou o regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.

Na Eletronorte, o recálculo destas contribuições, expurgando as receitas financeiras, não operacionais e a receita de subvenção concedida pela Conta de Consumo de Combustível (CCC) resultou num montante recolhido a maior de R$ 164.082, já atualizado pela taxa de juros SELIC, até a data do balanço. Inicialmente, a Companhia ingressou com recurso administrativo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no sentido de obter o reconhecimento do direito a restituição dos valores pagos a maior, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação de base de cálculo de tais contribuições pelo STF. Diante do indeferimento do pleito pela RFB, a Companhia ingressou com ação judicial visando preservar os seus direitos.

O valor dessa ação não está refletido no Balanço por se configurar como ativo contingente.

11.2. Tributos diferidos

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social) sobre os ajustes decorrentes da adoção dos pronunciamentos do CPC, conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo fiscal diferido				
Realizável a Longo Prazo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	23.654	54	24.558
Ativo financeiro da transmissão	26	3.574	90.189	61.370
Ganhos atuariais	25.674	14.316	25.673	14.316
Outros	-	-	1.299	
	25.700	**41.544**	**117.215**	**100.244**
Passivo fiscal diferido				
Instrumentos financeiros derivativos	21.840	-	21.840	-
Ativo financeiro da transmissão	1.513	7.748	93.751	50.697
Ganhos atuariais	13.474	5.861	13.474	12.226
Outros	-	-	239	-
	36.827	**13.609**	**129.304**	**62.923**
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido	**(11.127)**	**27.935**	**(12.089)**	**37.321**

O Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins, continuam a ser determinadas pelos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e das normas antes mencionadas, foram registrados nestas demonstrações financeiras, quando aplicáveis, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) e a Instrução CVM nº 371/2002. Esse regime terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais das novas práticas contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para imposto de renda.

11.3. Estimativa de realização

A realização dos ativos não circulantes foi estimada conforme abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2013	52.275	74.466	52.366	74.466
2014	10.044	10.766	27.360	48.722
2015	10.044	10.766	27.122	11.416
2016	10.044	14.161	21.798	16.389
Após 2016	2.709	180	53.308	18.046
Total Não Circulante	**85.116**	**110.339**	**181.954**	**169.039**

NOTA 12 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Conta de Consumo de Combustível - CCC	45.927	56.535	45.927	62.346
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/CCC	157.875	254.635	157.875	254.635
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.220)	-	(60.220)	-
Total Circulante	**143.582**	**311.170**	**143.582**	**316.981**

12.1. CCC (Lei nº 12.111/2009) e CCEE

Refere-se aos valores a serem reembolsados pela CCC, relativos às aquisições de óleo combustível para os sistemas isolados, a partir de agosto/2009, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.111/2009 e ao valor a ser liquidado pela CCEE, decorrente da operação da usina termelétrica Termo Norte II, conforme determina o Despacho Aneel nº 4.199, de 12 de novembro de 2009 (nota 15.15).

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$ 60.220 decorre da diferença verificada entre o valor da compra de óleo pela Companhia, para geração de energia elétrica e o preço estabelecido Agência Nacional de Petróleo (ANP), sendo este considerado pela Aneel para fins de reembolso. A Companhia ingressou com medida judicial visando preservar seus direitos.

O decréscimo ocorrido nas rubricas "CCC" e "CCEE" foi motivado pelo reembolso do fundo da CCC (gestão Eletrobras) ocorrido ao longo do período, e também, por parte da CCEE.

12.2. Conta de Consumo de Combustível – CCC

12.2.1. Movimentação

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2011	**56.535**	**62.346**
Aquisição de combustível	372.462	372.462
(-) Recebimentos	(383.070)	(383.070)
(-) Baixa de investimento (*)	-	(5.811)
Saldo em 31/12/2012	**45.927**	**45.927**

(*) Se refere à baixa dos saldos da Boa Vista Energia, cujo controle acionário foi transferido para a Eletrobras em 31 de outubro de 2012 (nota 19.3(c)).

NOTA 13 – ALMOXARIFADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Material				
Almoxarifado	53.250	46.914	54.295	46.914
	53.250	**46.914**	**54.295**	**46.914**
Adiantamentos a fornecedores	3.981	4.509	3.981	7.455
Total	**57.231**	**51.423**	**58.276**	**54.369**

Materiais de consumo e outros materiais armazenados em almoxarifados destinam-se às operações e manutenções das instalações administrativas da Companhia (escritórios regionais e sede).

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo				
Circulante	249.265	191.919	250.349	191.919
Não Circulante	223.099	185.031	223.099	185.031
	472.364	**376.950**	**473.448**	**376.950**
Passivo				
Circulante	185.031	261.489	185.031	269.718
Não Circulante	223.099	185.031	223.099	185.031
	408.130	**446.520**	**408.130**	**454.749**

14.1. Derivativos embutidos - Controladora

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para dois de seus principais clientes: o Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, formado pelas empresas BHP Billiton e pela Alcoa; e a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Assim o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo adjacente.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	CONTROLADORA		
	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* do alumínio da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. O valor da LME para o mês de dezembro de 2012 estava cotado a US$ 2.098,00/ton, ou seja, 3,1% maior que o verificado em dezembro de 2011 quando o preço da *commodity* alcançou US$ 2.034,00/ton. Tal variação, somada à desvalorização do Real em 2012, onde o valor do dólar passou de R$ 1,79 para R$ 2,05, ou seja, 14,52% de variação durante o ano de 2012, proporcionaram uma melhora na expectativa do valor justo para os derivativos. Outro ponto importante nesse contexto foi a política do governo federal adotada para reduzir a taxa de juros básica da economia, dada pela taxa SELIC, por meio dos bancos públicos. Isso resultou em uma redução da taxa média da SELIC (24 meses à frente) de 9,90% para 7,25% a.a.

Em que pese à descontratação de parte do volume de energia vinculada ao contrato junto à Alcoa, a partir do final de março de 2014, o exercício de 2012 apresentou uma variação positiva em relação a 2011 em virtude da desvalorização do real, do aumento do preço da *commodity* de e da redução da CDI projetada. Essas variações tiveram um forte impacto conjunto sobre a marcação a mercado do derivativo embutido que evoluiu de R$ 376.950 para R$ 472.364.

O montante de R$ 133.804 (2011 - perda de R$ 124.770) apresentado na demonstração do resultado do exercício de 2012 se refere ao ganho apurado na operação com derivativos (nota 36).

14.2. Derivativos *Hedge* - SPEs

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela controlada em conjunto, SPE Transnorte Energia S.A., são classificados como *hedge*. O instrumento tem o propósito de proteger as operações da SPE contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e variações no preço do alumínio no mercado internacional, que tem peso significativo no plano de investimentos. Eles não são utilizados para fins especulativos e foram contratados com instituições financeiras de primeira linha no Brasil.

A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações dos instrumentos financeiros (*Hedge*) foi registrada em 2012, líquida dos efeitos tributários, no resultado, até a compra do ativo relacionado, quando este valor ajustaria o custo deste ativo. Entende-se por parcela efetiva aquela que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

A Transnorte tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Transnorte não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

As políticas de administração de risco da Transnorte foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades.

Durante o segundo trimestre de 2012, a Transnorte, autorizou a Alubar Metais e Cabos S.A. (fornecedor de cabos de alumínio) a contratar um hedge no "*London Metal Exchange*", de modo a assegurar uma determinada cotação no LME Hedge para os Cabos de Alumínio Acar 950 a serem fornecidos pela própria Alubar.

Com o objetivo de garantir o pronto e integral pagamento de todos os valores referentes ao hedge e que são devidos pela Transnorte à Alubar, ficou definido que a Transnorte deveria constituir em favor da Alubar uma garantia consistente (depósito em reais), montante suficiente para fazer frente ao valor de exposição do hedge. Em 31 de dezembro de 2012, a exposição do hedge era de aproximadamente R$ 1.277, e a garantia constituída pela Transnorte era de aproximadamente R$ 4.040 (A participação da Eletronorte na Transnorte é de 49%, ou seja, desta garantia, apenas R$ 1.980 faz parte da participação da Eletronorte).

No exercício de 2011, a SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. possuía *hedge* de fluxo de caixa, porém esse instrumento financeiro foi liquidado em novembro de 2012.

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Multas sobre fornecedores (nota 15.1)	57.608	57.608	57.608	57.608
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(57.608)	(57.608)	(57.608)	(57.608)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (nota 15.2)	33.363	32.870	33.363	32.870
Empregados (nota 15.3)	21.412	18.755	21.804	18.755
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(2.521)	(4.330)	(2.521)	(4.330)
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (nota 15.4)	11.574	11.574	11.574	11.574
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(11.574)	(11.574)	(11.574)	(11.574)
Serviços prestados a terceiros (nota 15.5)	4.550	9.399	360	9.399
Reserva Global de Reversão (RGR) a compensar (nota 15.6)	-	4.213	-	4.213
Despesas pagas antecipadamente (nota 15.7)	7.683	7.117	13.631	8.409
Transferência Demais Instalações de Transmissão - DITs (nota 15.8)	29.920	42.516	29.920	-
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	-	(12.596)	-	-
Dispêndios reembolsáveis (nota 15.9)	42.003	53.897	42.003	53.897
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(38.991)	(38.377)	(38.991)	(38.377)
Financiamento e empréstimos (nota 15.10)	9.457	8.841	9.457	-
Convênio PPRS / E-Vida (nota 15.11)	18.813	-	18.813	-
Ressarcimento de gastos – UTE Electron (nota 15.12)	23.260	-	23.260	-
Outros	37.733	16.572	52.965	24.150
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(17.240)	(7.874)	(17.240)	(7.874)
TOTAL DO CIRCULANTE	**169.442**	**131.003**	**186.824**	**101.112**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Bens destinados à alienação (nota 15.13)	-	73.764	-	73.782
Governo do Estado de Roraima (nota 15.14)	31.072	24.330	31.072	24.330
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(31.072)	(24.330)	(31.072)	(24.330)
Despesas pagas antecipadamente (nota 15.15)	16.355	16.355	26.257	22.013
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(16.355)	(16.355)	(16.355)	(16.355)
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras (nota 15.16)	512	76.128	512	76.128
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(511)	(2.096)	(511)	(2.096)
Financiamento e empréstimos (nota 15.10)	-	8.768	-	-
Outros	178	8.890	833	19.585
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**179**	**165.454**	**10.736**	**173.057**
TOTAL GERAL	**169.621**	**296.457**	**197.560**	**274.169**

15.1. Multa sobre fornecedores

Refere-se a multas contratuais aplicadas aos fornecedores de materiais e serviços por atrasos na entrega de mercadorias, produtos e serviços.

A Companhia constituiu provisão para fazer frente a não realização destes valores.

15.2. Pesquisa e desenvolvimento – P&D

Refere-se a custos com projetos em andamento durante seu período de realização, contabilizados por meio de Ordens de Serviço (ODS) no ativo circulante (nota 28.5).

15.3. Empregados

O valor engloba as operações de crédito com empregados, decorrentes de acordos trabalhistas, adiantamentos para despesas de viagens e, principalmente, décimo terceiro salário. A antecipação do décimo terceiro salário é relacionada aos empregados que sairão de férias no início de janeiro de 2013 e receberam o adiantamento correspondente. Registra, também, os valores a receber relacionados a empregados cedidos com ônus para órgãos e/ou empresas da administração pública.

A Companhia constituiu provisão para fazer frente a não realização de alguns valores a receber de empregados.

15.4. Eletrobras Participações S.A. (Eletropar)

Refere-se ao faturamento da Companhia pela cessão de uso da infraestrutura do seu sistema de transmissão à Eletronet, com a interveniência da Eletropar, e aos adiantamentos concedidos à Eletropar para futuro acerto de contas com os recursos decorrentes da operação com a Eletronet. Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.5. Serviços prestados a terceiros

Refere-se, principalmente, aos Contratos de Compartilhamento de Instalações e aos serviços de Operação e Manutenção prestados por empregados da Companhia a outras empresas do setor elétrico, cuja contrapartida está reconhecida no resultado do exercício (nota 34).

15.6. Reserva Global de Reversão (RGR) a compensar

Refere-se a valores recolhidos a maior no exercício de 2010 que foram compensados em 2012 após a autorização da Aneel.

15.7. Despesas pagas antecipadamente (Curto prazo)

Valores referentes às despesas de seguros pagas antecipadamente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

15.8. Transferência de Demais Instalações de Transmissão - DITs

Nos termos da Resolução Aneel nº 067/2004, foram estabelecidos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), em tensão acima de 230 kV, que é o ambiente de atuação dos Agentes Transmissores, onde se insere a Companhia.

A citada Resolução também caracterizou como "Demais Instalações de Transmissão (DITs)" as instalações abaixo de 230 kV, ou seja, que se situam entre 69 e 138 kV.

Por intermédio dos Ofícios nº 152/2007-SRF/Aneel e nº 171/2008-SRT-SCR/Aneel, o Órgão regulador determinou que os ativos de propriedade da Companhia com função de distribuição, fossem transferidos para as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Dessa forma, as DITs de propriedade da Companhia, nos Estados do Acre, Rondônia e Roraima, foram transferidas respectivamente para as distribuidoras: Cia. de Eletricidade do Acre – Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron e Boa Vista Energia S.A., por constituírem ambiente de atuação destas.

15.9. Dispêndios reembolsáveis

Refere-se a gastos realizados pela Companhia e que deverão ser reembolsados por terceiros, inclusive estudos de viabilidade de empreendimentos.

Considerando as incertezas de realização financeira de parte desses créditos, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa da parcela representativa de maior risco.

15.10. Financiamentos e empréstimos

Refere-se a empréstimos decorrentes da cobertura dos déficits de caixa da Boa Vista Energia S.A.

15.11. Convênio PPRS / E-Vida

Refere-se a valores destinados ao custeio das despesas do plano de saúde dos empregados ativos da Companhia e dependentes.

15.12. Ressarcimento de gastos – UTE Electron

Valor a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. referente aos gastos relacionados com a recuperação/revitalização da UTE Electron, cuja transferência da outorga foi autorizada pela Companhia neste exercício.

15.13. Bens destinados à alienação

Os saldos de bens destinados à alienação em 2012 foram avaliados e constituídos *impairment*, conforme descrito na nota 20.6.

15.14. Governo do Estado de Roraima

Em 26 de janeiro de 1999, a Companhia, o Governo do Estado de Roraima, a Boa Vista Energia S.A. e a Cia. Energética de Roraima (CER) assinaram um Termo de Ajuste de Direitos e Obrigações, com a finalidade de pôr fim às controvérsias relativas a créditos e débitos financeiros, decorrentes de operações comerciais entre as partes. O valor apurado a receber pela Companhia foi de R$ 1.796 no momento de assinatura do citado Termo. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total a receber é de R$ 31.072 (2011 - R$ 24.330).

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.15. Despesas pagas antecipadamente (Longo prazo)

Conta de Compensação de Itens da Parcela "A" (CVA)

A Resolução Homologatória da Aneel nº 264, de 24 de novembro 2004, alterada pela Resolução Homologatória nº 151, de 20 de junho de 2005, e pela Resolução Homologatória nº 927, de 15 de dezembro de 2009, autorizou a Eletronorte a cobrar dos consumidores Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás e Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, respeitadas as condições pactuadas nos contratos existentes na época em que eram cativos, os valores de R$ 17.619 e R$ 16.355 respectivamente. A Albras liquidou seu débito em 31 de maio de 2011, enquanto a Companhia discute com a Alumar uma forma de realizar o crédito.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.16. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Refere-se a diversas operações realizadas com a Controladora, tais como: empregados cedidos e reembolso de despesas.

NOTA 16 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Processos Cíveis	409.956	302.758	412.281	308.467
Processos Trabalhistas	97.854	129.239	97.856	129.239
Processos Tributários	26.527	14.909	26.927	14.909
Outros	-	-	5.033	-
TOTAL	**534.337**	**446.906**	**542.098**	**452.615**

O valor referente à atualização monetária, registrado no resultado do exercício de 2012 como receita financeira, é de R$ 65.866 (2011 - R$ 28.961) (nota 36).

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

17.1. Ativo não circulante

Refere-se a recursos destinados a aumento do capital das Sociedades de Propósito Específicos, nas quais a Companhia tem participação societária (nota 3.2), conforme demonstrado a seguir:

Empresa	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
Estação Transmissora de Energia S.A.	-	217.329
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	22.885	10.685
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	16.437	8.112
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	12.894	10.036
TOTAL	**52.216**	**246.162**

A variação deste grupo de contas é decorrente da integralização ao capital social da Estação Transmissora de Energia S.A. no montante de R$ 226.550 neste exercício.

17.2. Passivo não circulante

Refere-se a adiantamentos por conta de futuro aumento de capital, objeto de contratos celebrados entre a Companhia e a controladora (Eletrobras), cujos recursos visam cobrir a parcela de capital próprio da Eletronorte relativo às inversões financeiras aportadas em SPE.

Passivo	CONTROLADORA / CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2011	**1.127.731**
Ingressos	140.753
Encargos (nota 36)	75.569
(-) Capitalização (Integralização)	(1.125.949)
Saldo em 31/12/2012	**218.104**

Neste exercício, foi integralizado ao capital social da Companhia, o montante de R$ 1.125.949 conforme assembleias extraordinárias de acionistas realizadas em 08 de maio e 20 de novembro de 2012.

NOTA 18 – CRÉDITO JUNTO À CERON

Em 1999, a Companhia assinou contrato de compra de energia com o Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE) Termo Norte, no montante de 409 MW, para atender às necessidades do sistema isolado, compreendido pelas distribuidoras Eletroacre e Ceron, tendo como montante mensal de aproximadamente R$ 29 milhões.

Em 1º de dezembro de 2008, foi assinado o Termo de Cessão dos contratos nº SUP1.9.S.0108-0 e SUP1.0.S.0056-0, celebrados entre a Eletronorte e o PIE Termo Norte, para a Ceron, contemplando as usinas Termo Norte I, de 64 MW e Termo Norte II, de 345 MW, e encaminhados à Aneel para sua homologação.

Baseado no Ofício SEM/SGR/SRT/SFF/Aneel nº 304/2009, de 8 de dezembro de 2009, foi celebrado o primeiro termo aditivo aos termos de cessão dos contratos de suprimento de energia elétrica SUP 1.9.S.0108-0 – Termo Norte I e SUP 1.0.S.0056-0 – Termo Norte II, da Eletronorte para a Ceron, com vigência a partir de 31 de julho de 2009.

Em função do citado primeiro termo aditivo, todos os resultados decorrentes da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, a partir de agosto de 2009, foram debitados à Ceron.

Conforme determina o Despacho Aneel nº 4.199, de 12 de novembro de 2009, os resultados decorrentes da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, a partir de 24 de outubro de 2009, passaram a ser liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Tendo em vista os efeitos econômicos desta operação, que não devem ser suportados pela Ceron e Eletronorte, resultando na necessidade de interferência da Eletrobras, ao assumir os riscos econômicos decorrentes da aplicação do Despacho Aneel nº 2.673/2010, a Diretoria Executiva da Eletrobras aprovou a assunção do risco envolto na cessão do Contrato com a Termo Norte II, no intuito de buscar o equilíbrio da concessão da Ceron, salientando, no entanto, que a matéria deverá ser submetida ao Conselho de Administração da Eletrobras.

Em 17 de dezembro de 2012, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cessão do contrato nº SUP1.0.S.0056.0, celebrados entre a Eletronorte, PIE Termo Norte, Ceron, e a Eletrobras que passa a vigorar, com termo inicial a partir de 30 de julho de 2009.

O mencionado termo aditivo estabelece que a Ceron terá a responsabilidade pelos resultados da liquidação mensal do estabelecido no contrato inicial e suas alterações posteriores, tendo a Eletrobras como garantidora destas obrigações.

NOTA 19 – INVESTIMENTOS

19.1. Composição dos saldos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participações societárias permanentes				
Controladas (nota 19.2)	858.267	555.304	-	-
Controladas em conjunto (nota 19.2)	1.642.452	1.006.638	128.987	115.579
	2.500.719	**1.561.942**	**128.987**	**115.579**
Outros Investimentos				
Bens e direitos para uso futuro (nota 19.5)	106.578	82.609	106.578	86.875
TOTAL	**2.607.297**	**1.644.551**	**235.565**	**202.454**

19.2. Movimentação das participações societárias permanentes na controladora:

a) No exercício de 2012

	Saldo em 31/12/2011	Aumento de Capital (*)	Dividendos Recebidos	Resultado de participações societárias	Saldo em 31/12/2012
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial					
Participações societárias (consolidadas)					
Controladas					
Estação Transmissora de Energia S.A.	453.759	226.550	-	23.523	703.832
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	101.545	44.667	-	8.223	154.435
Controladas em conjunto					
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	74.744	-	(8.120)	(540)	66.084
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	105.661	-	-	3.948	109.609
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	(550)	8.111	-	(650)	6.911
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	(353)	10.684	-	(832)	9.499
Construtora Integração Ltda	9.638	-	-	16.780	26.418
Integração Transmissora de Energia S.A.	99.595	-	-	12.661	112.256
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	32.868	-	-	(5.835)	27.033
Manaus Construtora Ltda	22.805	-	-	5.470	28.275
Manaus Transmissora de Energia S.A.	188.086	109.143	-	(8.368)	288.861
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	19.476	166.110	-	8.898	194.484
Norte Energia S.A	289.939	263.736	-	(7.790)	545.885
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	(348)	10.036	-	(774)	8.914
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	47.047	4.799	-	11.191	63.037
Transnorte Energia S.A.	2.451	23.398	-	350	26.199
Participações societárias (não consolidadas)					
Amapari Energia S.A.	34.105	-	(2.269)	7.355	39.191
Energética Águas da Pedra S.A.	81.474	-	(4.618)	12.940	89.796
	1.561.942	**867.234**	**(15.007)**	**86.550**	**2.500.719**
Provisão para passivo a descoberto em controladas					
Boa Vista Energia S.A.	(259.587)	380.763	-	(121.176)	-
	(259.587)	**380.763**	**-**	**(121.176)**	**-**
TOTAL	**1.302.355**	**1.247.997**	**(15.007)**	**(34.626)**	**2.500.719**

(*) Conforme determinado no acordo de acionistas das investidas listadas acima, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) No exercício de 2011

	Saldo em 31/12/2010	Aumento de capital	Dividendos Recebidos	Resultado de participações societárias	Saldo em 31/12/2011
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial					
Participações societárias (consolidadas)					
Controladas					
Estação Transmissora de Energia S.A.	104.672	342.318	-	6.769	453.759
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	37.985	64.456	-	(896)	101.545
Controladas em conjunto					
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	61.804	-	(6.867)	19.807	74.744
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	88.158	5.965	-	11.538	105.661
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	-	-	-	(550)	(550)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	-	-	-	(353)	(353)
Construtora Integração Ltda	2.312	-	-	7.326	9.638
Integração Transmissora de Energia S.A.	87.969	-	-	11.626	99.595
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	37.808	-	-	(4.940)	32.868
Manaus Construtora Ltda	9.152	-	-	13.653	22.805
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	227.738	-	(39.652)	188.086
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	11.569	6.370	-	1.537	19.476
Norte Energia S.A	35.522	255.744	-	(1.327)	289.939
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	-	-	-	(348)	(348)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	37.157	6.416	-	3.474	47.047
Transnorte Energia S.A.	-	2.451	-	-	2.451
Participações societárias (não consolidadas)					
Amapari Energia S.A.	27.996		-	6.109	34.105
Energética Águas da Pedra S.A.	61.286	-	-	20.188	81.474
	603.390	**911.458**	**(6.867)**	**53.961**	**1.561.942**
Provisão para passivo a descoberto em controladas					
Boa Vista Energia S.A.	(95.076)	-	-	(164.511)	(259.587)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	(31.385)	-	-	31.385	-
	(126.461)	-	-	**(133.126)**	**(259.587)**
TOTAL	**476.929**	**911.458**	**(6.867)**	**(79.165)**	**1.302.355**

Os saldos ora apresentados na coluna "Resultado de participação societárias" possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

c) Resumo das informações financeiras das empresas controladas e controladas em conjunto

	Participação (%)	Dados Financeiros em 30/11/2012 (*)						
		Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Receita Operacional Líquida	Lucro (Prejuízo)
Geração:								
Amapari Energia S.A.	49,00	70.470	77.870	-	43.740	104.600	35.200	5.947
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	151.181	56.978	106.753	73.195	28.211	-	(2.599)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	179.401	74.256	107.221	107.664	38.772	-	(3.308)
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	781.797	117.307	476.459	56.127	366.517	165.080	53.097
Norte Energia S.A.	19,98	6.724.029	856.285	4.132.133	716.019	2.732.162	-	(35.407)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	151.774	54.004	112.199	572.777	36.382	-	(2.853)
Transmissão:								
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	157.814	13.132	33.282	1.297	136.367	26.679	17.757
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	280.851	13.801	38.497	35.663	220.492	27.305	14.232
Construtora Integração Ltda	24,50	5	159.224	-	51.400	107.829	98.779	70.919
Estação Transmissora de Energia S.A.	100,00	1.462.426	150.680	741.215	168.058	703.833	348.144	23.524
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	582.729	37.894	271.715	45.513	303.395	72.594	32.206
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,00	349.345	95.329	314.217	75.287	55.170	116.297	(9.384)
Manaus Construtora Ltda	30,00	-	137.890	-	43.637	94.253	39.988	16.031
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	1.794.967	139.571	861.014	239.088	834.436	427.595	(24.363)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50	1.821.238	661.423	908.118	780.737	793.806	1.104.268	14.089
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	100,00	268.117	10.310	143.622	8.570	144.235	85.199	6.969
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	287.676	19.955	164.392	14.591	128.648	41.243	15.519
Transnorte Energia S.A.	49,00	39.140	18.868	-	4.543	53.465	39.140	714

(*) A consolidação das demonstrações financeiras foi elaborada com base em 30 de novembro de 2012 (nota 3).

A diferença apurada entre o resultado apresentado a despesa de depreciação e o quadro da demonstração do resultado (nota 35) se refere à movimentação do período de defasagem para fins de consolidação.

19.3. Controladas

a) Estação Transmissora de Energia S.A.

A Estação Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 25 de novembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

O contrato de concessão foi assinado em 26 de fevereiro de 2009 pelo prazo de trinta anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para abril de 2013.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto no estudo de viabilidade técnico-econômico do projeto.

Durante o exercício de 2010, a Companhia adquiriu a participação dos demais acionistas, passando a controlar integralmente o capital da SPE.

Essa operação foi homologada pela Resolução Autorizativa nº 2.453, de 29 de junho de 2010, da Aneel.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 226.550, por meio de integralização de adiantamento para futuro aumento de capital e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 23.523.

b) Rio Branco Transmissora Energia S.A.

A Rio Branco Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2009, constituída a partir do Consórcio Porto Velho – Rio Branco, vencedor do Lote D do Leilão Aneel-001/2009 ocorrido em 08 de maio de 2009, relativo à Linha de Transmissão Porto Velho – Abunã – Rio Branco (RO/AC) em 230 kV e subestações associadas.

A SPE tem como objeto social específico, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão de Energia Elétrica em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação Porto Velho e término na subestação Abunã, localizada no Estado de Rondônia e pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 299 km, com origem na subestação Abunã, localizada no Estado de Rondônia e término na subestação Rio Branco localizada no Estado do Acre, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão nº. 002/2009-Aneel assinado em 19 de novembro de 2009, pelo prazo de 30 anos e iniciou suas atividades operacionais em novembro de 2012.

No exercício de 2011, a Companhia adquiriu a participação dos demais acionistas, passando a controlar integralmente o capital da SPE. Essa operação foi homologada pela Resolução Autorizativa nº 2.774, de 15 de fevereiro de 2011, da Aneel.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 44.667 e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 8.223.

c) Transferência do controle acionário da Boa Vista Energia S.A. para a Eletrobras

A Boa Vista Energia S.A. foi criada em 23 de dezembro de 1997, a partir da cisão da Eletronorte, como subsidiária integral desta, com a assinatura entre as partes do "Termo de Compromisso de Assunção de Direitos e Obrigações", de 3 de fevereiro de 1998, e da assinatura do Contrato de Concessão nº 021/2001 estabelecido com a Aneel, para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR.

Ao longo da sua história, a Boa Vista Energia S.A. tem apresentado prejuízos expressivos, acumulando um saldo de R$ 684,2 milhões, até 31 de agosto de 2012, com impacto direto nos resultados da sua controladora, a Eletronorte.

Do ponto de vista societário, houve consenso entre as empresas que a transferência de controle acionário era a alternativa mais adequada, tendo em vista que a Boa Vista Energia S.A. faz parte das concessionárias, distribuidoras de energia elétrica do Sistema Eletrobras, que se encontram sob inteira orientação da *holding*, sem qualquer participação da Eletronorte na sua gestão.

Nesse contexto, a Eletrobras contratou consultoria com o objetivo de avaliar as questões relacionadas às estruturas jurídicas mais indicadas para a transferência do controle acionário da Boa Vista Energia S.A., que vislumbrou três opções para essa operação, quais sejam:

- cisão parcial da Eletronorte, seguida de incorporação de ações da Boa Vista Energia S.A. pela Eletrobras;
- incorporação de ações da Boa Vista Energia S.A. pela Eletrobras; e
- compra das ações da Boa Vista Energia S.A. pela Eletrobras.

Em decisão conjunta entre Eletronorte e Eletrobras, a opção escolhida foi a de compra de ações da Boa Vista Energia S.A. pela *holding* Eletrobras.

No balancete levantado em 31 de agosto de 2012, base para a transferência de controle acionário da Eletronorte à Eletrobras, a Boa Vista Energia S.A. apresentava patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), no montante de R$ 363.461.

Na avaliação dos consultores, *"haveria mitigação de riscos caso o patrimônio líquido da Boa Vista seja zerado, antes da implementação dessa estrutura, o que poderá ser feito por meio: (a) da capitalização, na Boa Vista, dos créditos detidos pela Eletronorte contra a Boa Vista; ou (b) da absorção de prejuízos a débito da conta de sócio";*

A Eletronorte, na posição de 31 de agosto de 2012, era detentora de créditos junto à Boa Vista Energia S.A., no montante de R$ 518.975, com a seguinte composição:

- R$ 472.511 – suprimento de energia elétrica;
- R$ 29.920 – venda de instalações (SE Distrito Industrial e LT 69 kV Boa Vista/Distrito Industrial);
- R$ 11.861 – saldo de empréstimos; e
- R$ 4.683 – outros créditos.

A Aneel, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.461, publicada em 30 de abril de 2012, anuiu a alteração do controle societário da Boa Vista Energia S.A., detido pela Eletronorte, para a Eletrobras, estabelecendo o prazo de 90 (noventa) dias para a implementação da operação, prazo prorrogado até 24 de janeiro de 2013 (Despacho SFF/Aneel nº 2.422, de 24.07.2012 e Resolução Autorizativa SFF/Aneel nº 3.756, de 20.11.2012).

Em face ao exposto, a administração da Eletronorte decidiu:

• Aprovar a quitação de parte da dívida da Boa Vista Energia S.A. com a Eletronorte, no montante de R$ 363.461, com a finalidade de aumento do capital social daquela subsidiária, em montante suficiente para deixar o patrimônio líquido desta com saldo de R$ 1,00 (um real) na data de referência de 31 de agosto de 2012; e

• Autorizar, ainda, a Boa Vista Energia S.A. capitalizar os prejuízos que ocorrerem entre a data do Balanço de referência (31 de agosto de 2012) e a data da efetiva transferência do seu controle acionário para a Eletrobras, até o limite dos créditos da Eletronorte nessa data.

Em 31 de outubro de 2012, os acionistas da Eletronorte reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a venda à Eletrobras da totalidade das ações da Boa Vista Energia S.A., de titularidade da Companhia, ao preço fixo de R$ 1,00 (um real).

19.4. Controladas em conjunto

a) Amapari Energia S.A.

A Amapari Energia S.A. foi constituída em 12 de abril de 2007 e tem como objeto a implantação e exploração da UTE Serra do Navio, construída no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá concedeu à SPE, em 6 de maio de 2008, Licença de Operação de número 0106/2011, que foi renovada no dia 24 de novembro de 2011 com vigência de 1 ano. Por intermédio da Resolução Autorizativa nº 1.369, de 20 de maio de 2008, a Aneel concedeu autorização para a SPE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE, com capacidade instalada inicial de 23MW pelo prazo de 29 anos. Tal capacidade foi revisada passando para 21,6 MW, conforme Despacho Aneel nº 3.751, de 14 de outubro de 2008.

Em 10 de junho de 2008 a Companhia foi autorizada, por intermédio do Despacho nº 2.197, de 9 de junho de 2008 da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, a iniciar a geração de energia em base de teste. Por intermédio do Despacho nº. 4.143, de 7 de novembro de 2008, a Companhia foi autorizada a iniciar suas operações comerciais.

A Companhia, no momento, comercializa energia exclusivamente com a Anglo Ferrous Amapá Mineração Ltda., maior companhia de mineração instalada no Estado do Amapá e forneceu, durante os anos de 2012 e 2011, em caráter interruptivel e emergencial, energia para as cidades de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari em função da precariedade da linha de transmissão da Concessionária Local e por força de acordo com o Estado do Amapá para o recebimento da isenção do ICMS sobre a entrada de Diesel.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social e iniciou suas atividades operacionais em 10 de julho de 2008.

Durante o exercício de 2012, a Companhia recebeu dividendos da SPE, no montante de R$ 2.269, e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 7.355.

b) Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010, e tem por objeto a implementação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 1, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 20 de agosto de 2010 pelo prazo de trinta e cinco anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para julho de 2013.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto no estudo de viabilidade técnico-econômico do projeto.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 8.111 e apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 650.

c) Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 20 de abril de 2010, e tem por objeto a implementação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Miassaba 3, localizado no município de Macau, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 13 de dezembro de 2010 pelo prazo de trinta e cinco anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para maio de 2013.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto no estudo de viabilidade técnico-econômico do projeto.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 10.684 e apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 832.

d) Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. é uma companhia de capital fechado, e foi constituída em 3 de abril de 2007 com o objetivo de construir e operar a UHE Dardanelos com o seu sistema de transmissão.

Em 6 de setembro de 2007, Dardanelos recebeu sua Licença de Instalação, incluindo o sistema de transmissão associado, tornando-se assim, um empreendimento apto a iniciar as atividades para a sua implantação. A usina, construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã, tem capacidade nominal de 261 MW e um reservatório de 0,24 km², o que corresponde à melhor relação entre a área inundada e energia gerada já construída no Brasil. A operação da UHE Dardanelos é terceirizada pela empresa ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

A energia gerada pela UHE Dardanelos é comercializada com 24 distribuidoras no Brasil, por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

O contrato de concessão foi assinado em 03 de setembro de 2007 pelo prazo de trinta e cinco anos e iniciou suas atividades operacionais em agosto de 2011.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Durante o exercício de 2012, a Companhia recebeu dividendos da SPE, no montante de R$ 4.618 e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 12.940.

e) Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. é uma SPE, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010, constituída com o objetivo de conduzir as atividades necessárias a implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

Em 26 de agosto de 2010 a SPE assinou Contrato de Concessão 001/2010 com o MME, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido Contrato. Ainda, de acordo com o referido Contrato, 70% da energia assegurada será destinada no mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinado ao mercado livre (ACL).

Considerando o cumprimento integral do cronograma da Aneel, a data de início do enchimento do reservatório é prevista para 15 de dezembro de 2014 e as demais de acordo com o cronograma estabelecido no Contrato de Concessão, estando em pleno funcionamento em 2019.

Em 01 de setembro de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu Licença de Instalação contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção das barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada de água principal, sistema de transposição de embarcações, sistema de transposição de peixes. Esta licença compreende ainda as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as SEs Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associados à construção das obras principais; estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

Em função de manifestações de representações de comunidades da região da construção do empreendimento, em 2012 ocorreram paralisações nas obras. Estas paralisações não prejudicaram em nenhum momento os cronogramas das construções.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 19,98% do Capital Social e sua plena entrada em operação está prevista para 2019.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 263.736, e apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 7.790.

f) Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.

A Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 3 localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 13 de dezembro de 2010 pelo prazo de trinta e cinco anos e início de suas atividades operacionais está previsto para junho de 2013.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto no estudo de viabilidade técnico-econômico do projeto.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 10.036 e apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 774.

g) Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

A Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 13 de novembro de 2003, com o objetivo de construir, implantar, operar e manter as instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado – LT 230 KV Subestação Coxipó/ Subestação Cuiabá e LT 230 KV Subestação Cuiabá/Subestação Rondonópolis.

Em 18 de fevereiro de 2004, a SPE celebrou Contrato de Concessão n° 008/2004, com a União, através da Aneel, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da sua celebração. Esse contrato regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, outorgada pelo Decreto n° 21 de janeiro de 2004.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social e iniciou suas atividades operacionais em 22 de janeiro de 2004.

Durante o exercício de 2012, a Companhia recebeu dividendos da SPE, no montante de R$ 8.120 e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 540.

h) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de dezembro de 2007, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado relativo às Linhas de Transmissão LT Jubá - Jauru e LT Maggi - Nova Mutum, ambas em 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Juba, em 300 MVA, e SE Maggi, de 100 MVA, ambas em 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela Aneel.

Para exploração das linhas de transmissão LT Jubá - Jauru e LT Maggi - Nova Mutum, a SPE assinou, em 17 de junho de 2008, junto à Aneel, o contrato de concessão nº 003/2008 pelo prazo de trinta anos. A construção da linha foi iniciada ao longo de 2008 e concluída em setembro de 2009.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49,71% do Capital Social e iniciou suas atividades operacionais em 27 de novembro de 2009.

Durante o exercício de 2012, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 3.948.

i) Construtora Integração Ltda.

A Construtora Integração Ltda. foi constituída em 30 de junho de 2009, tendo como objeto exclusivo a construção, montagem e serviços sociais associados às instalações referentes ao lote G do leilão Aneel nº 007/ 2008, compreendendo a elaboração do projeto básico, projeto exclusivo, execução das obras, serviços e fornecimento necessários à realização completa e integral do Empreendimento, necessários para a construção da Linha de Transmissão LT +/- 600KV coletora Porto Velho - Araraquara 2, em corrente contínua, circuito simples, com origem na subestação Porto Velho no Estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Inteligado Nacional.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social e iniciou suas atividades operacionais em 2010.

Durante o exercício de 2012, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 16.780.

j) Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul - GO.

O contrato de concessão foi assinado em 27 de abril de 2006 pelo prazo de trinta anos e iniciou suas atividades operacionais em 30 de maio de 2008.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 37% do Capital Social.

Durante o exercício de 2012, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 12.661.

k) Linha Verde Transmissora Energia S.A.

A Linha Verde Transmissora de Energia S.A., é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 2 de julho de 2009, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão relativa ao Lote C - LT 230 kV - Porto Velho - Jauru, circuito simples, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Aneel.

O contrato de concessão foi assinado em 19 de novembro de 2009 pelo prazo de trinta anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para março de 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto no estudo de viabilidade técnico-econômico do projeto.

Durante o exercício de 2012, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 5.835.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

l) Manaus Construtora Ltda.

A Manaus Construtora Ltda. foi constituída em 30 de janeiro de 2009, tendo como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a Linha de Transmissão 500KV Oriximaná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cariri 500/230 KV.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 30% do Capital Social e iniciou suas atividades operacionais em setembro de 2009.

Durante o exercício de 2012, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 5.470.

m) Manaus Transmissora de Energia S.A.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, e foi constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV e SE Cariri 500/230kV.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008 pelo prazo de trinta anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para abril de 2013.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 30% do Capital Social.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 109.143 e apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 8.368.

n) Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, n° 2, em Corrente Contínua, em cerca de 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Aneel.

A Norte Brasil detém a concessão do serviço público de transmissão outorgada pelo Decreto s/n°, de 26 de fevereiro de 2009, nos termos do Contrato de Concessão n° 016/2009 firmado com a Agencia Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de trinta anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para abril de 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 109.143 e apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 8.368.

o) Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 – Aneel, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à SPE pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e iniciou suas atividades operacionais em 22 de novembro de 2011.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 4.799 e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 11.191.

p) Transnorte Energia S.A.

A Transnorte Energia S.A. foi constituída em 25 de novembro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, e tem por objetivo planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 – Aneel, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à SPE pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para janeiro de 2015.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto no estudo de viabilidade técnico-econômico do projeto.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou aporte de capital nesta SPE, no montante de R$ 23.398 e apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 350.

19.5. Uso futuro de bens

As informações a respeito dos bens registrados, transitoriamente, a título de uso futuro no serviço concedido, são as seguintes:

a) Terrenos

Representados por áreas urbanas e rurais, em fase de avaliação quanto à sua destinação, localizadas em Manaus (AM), São Luís (MA), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Inclui, ainda, o terreno destinado à construção da futura sede da Companhia em Brasília (DF). Exceto pelo terreno destinado a futura sede, os demais foram totalmente provisionados.

b) Edificações, obras civis e benfeitorias

Conjunto de edificações específicas, de caráter técnico-operacional e administrativo, decorrentes de desativação de usina termelétrica e subestação, localizadas em Belém (PA) e Porto Velho (RO), e que, devido ao longo tempo em desuso, foram provisionadas em 2012.

c) Máquinas e equipamentos

. Compensador estático

Localizado em Manaus (AM), e que, devido ao longo tempo em desuso, foi provisionado em 2012.

. UTE Balbina

Em 14 de agosto de 2012, a Companhia iniciou o processo de seleção de parceiros, visando à criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), para o projeto de uma nova usina termelétrica (UTE Biomassa), com o aproveitamento dos equipamentos inicialmente adquiridos para implementação da UTE Balbina, utilizando-se a biomassa proveniente dos reservatórios da UHE Teles Pires e da UHE Colíder, ambas localizadas no estado de Mato Grosso.

Em 14 de novembro de 2012, a Administração da Companhia autorizou a parceria visando à implantação do respectivo empreendimento. Porém, apesar de aprovada, essa parceria ainda não foi firmada entre as partes, pois a empresa escolhida realiza testes dos equipamentos que serão fornecidos (equipamentos da UTE Balbina).

Os efeitos financeiros desta operação em relação aos equipamentos já foram apurados e contabilizados nas demonstrações financeiras da Companhia. Os equipamentos, objeto de aporte de capital na operação por parte da Companhia, apresentavam saldo contábil de R$ 73.109 antes da conclusão do processo de parceria e estavam registrados em outros créditos no grupo de bens destinados à alienação. Como a expectativa é que esses equipamentos sejam disponibilizados como aporte de capital no montante de R$ 45.720, a Companhia efetuou *impairment* de R$ 27.389 e transferiu os saldos para a conta de investimentos no grupo de outros investimentos.

NOTA 20 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica. A infraestrutura destinada aos seguimentos de transmissão é tratada nos termos estabelecidos no ICPC 01 (nota 10).

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

20.1. Movimentação

	CONTROLADORA							
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Saldo em 31/12/2012	% (*)
					Para Serviço	Outros		
Geração								
Em serviço	17.185.462	-	(63.258)	-	88.037	(25.212)	17.185.029	
Depreciação acumulada	(8.281.232)	-	50.210	(440.314)	(32.153)	24.944	(8.678.545)	2,41
Em curso	246.484	41.242	(26.165)	-	(102.092)	(24.681)	134.788	
Total Geração	**9.150.714**	**41.242**	**(39.213)**	**(440.314)**	**(46.208)**	**(24.949)**	**8.641.272**	
Administração Central								
Em serviço	63.456	-	(10.798)	-	10.785	(1.225)	62.218	
Depreciação acumulada	(39.755)	-	9.760	(5.437)	(2.201)	366	(37.267)	11,06
Em curso	131.770	28.921	(14.612)	-	(66.678)	(178)	79.223	
Total Administração	**155.471**	**28.921**	**(15.650)**	**(5.437)**	**(58.094)**	**(1.037)**	**104.174**	
Comercialização								
Em serviço	130.352	-	(23)	-	5.554	534	136.417	3,29
Depreciação acumulada	(48.833)	-	15	(4.383)	(826)	(143)	(54.170)	
Em curso	9.826	1.807	-	-	(410)	-	11.223	
Total Comercialização	**91.345**	**1.807**	**(8)**	**(4.383)**	**4.318**	**391**	**93.470**	
Centro de Tecnologia								
Em serviço	-	3	-	-	63.794	-	**63.797**	
Depreciação acumulada	-	-	-	(183)	-	-	**(183)**	
Em curso	65.973	-	-	-	(65.973)	-	-	
Total Centro de Tecnologia	**65.973**	**3**	-	**(183)**	**(2.179)**	-	**63.614**	
Telecomunicações								
Em serviço	10.429	2.108	-	-	-	-	**12.537**	
Depreciação acumulada	(3.787)	-	1.928	(964)	-	-	**(2.823)**	
Em curso	59.001	-	(68.964)	-	-	25.595	**15.632**	
Total Telecomunicações	**65.643**	**2.108**	**(67.036)**	**(964)**	-	**25.595**	**25.346**	
Administração Regional								
Em serviço	95.318	-	(4.472)	-	-	-	**90.846**	
Depreciação acumulada	(55.360)	-	-	(757)	-	-	**(56.117)**	
Em curso	23.193	3.758	-	-	-	-	**26.951**	
Total Administração Regional	**63.151**	**3.758**	**(4.472)**	**(757)**	-	-	**61.680**	
Obrigações Especiais								
Reintegração Acumulada	16.859	-	-	2.808	-	-	19.667	
Obrigações Especiais	(166.556)	-	-	-	-	-	(166.556)	
Total Obrigações Especiais	**(149.697)**	-	-	**2.808**	-	-	**(146.889)**	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	-	-	**(35.492)**	-	-	-	**(35.492)**	
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	-	-	**(77.553)**	-	-	-	**(77.553)**	
Total Provisão Impairment	-	-	**(408.207)**	-	-	-	**(408.207)**	
TOTAL	**9.442.600**	**77.839**	**(647.631)**	**(449.230)**	**(102.163)**	-	**8.321.415**	

(*) Média anual das taxas de depreciação.

	CONSOLIDADO								
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Baixa de Invesimento (*)	Saldo em 31/12/2012	% (**)
					Para Serviço	Outros			
Geração									
Em serviço	17.185.483	-	(63.260)	-	88.293	(25.212)	-	17.185.304	
Depreciação acumulada	(8.245.276)	-	50.210	(440.326)	(68.109)	24.944	-	(8.678.557)	2,41
Em curso	658.649	1.066.336	(26.759)	-	(34.560)	(20.415)	-	1.643.251	
Total Geração	**9.598.856**	**1.066.336**	**(39.809)**	**(440.326)**	**(14.376)**	**(20.683)**	**-**	**10.149.998**	
Administração									
Em serviço	115.728	386	(10.802)	-	(19.086)	(1.225)	(18.114)	66.886	
Depreciação acumulada	(50.282)	-	9.760	(5.805)	(2.271)	366	10.645	(37.587)	11,06
Em curso	133.145	30.435	(14.612)	-	(68.570)	(219)	(940)	79.239	
Total Administração	**198.591**	**30.821**	**(15.654)**	**(5.805)**	**(89.927)**	**(1.078)**	**(8.409)**	**108.538**	
Comercialização									
Em serviço	130.352	-	(23)	-	5.554	534	-	136.417	
Depreciação acumulada	(48.833)	-	15	(4.383)	(826)	(143)	-	(54.170)	3,29
Em curso	9.826	1.807	-	-	(411)	-	-	11.222	
Total Comercialização	**91.345**	**1.807**	**(8)**	**(4.383)**	**4.317**	**391**	**-**	**93.469**	
Centro de Tecnologia									
Em serviço	-	3	-	-	63.794	-	-	63.797	
Depreciação acumulada	-	-	-	(183)	-	-	-	(183)	
Em curso	65.973	-	-	-	(65.973)	-	-	-	
Total Centro de Tecnologia	**65.973**	**3**	**-**	**(183)**	**(2.179)**	**-**	**-**	**63.614**	
Telecomunicações									
Em serviço	10.429	2.108	-	-	-	-	-	12.537	
Depreciação acumulada	(3.787)	-	1.928	(964)	-	-	-	(2.823)	
Em curso	59.001	-	(68.964)	-	-	25.595	-	15.632	
Total Telecomunicações	**65.643**	**2.108**	**(67.036)**	**(964)**	**-**	**25.595**	**-**	**25.346**	
Administração Regional									
Em serviço	95.318	-	(4.472)	-	-	-	-	90.846	
Depreciação acumulada	(55.360)	-	-	(757)	-	-	-	(56.117)	
Em curso	23.193	3.758	-	-	-	-	-	26.951	
Total Administração Regional	**63.151**	**3.758**	**(4.472)**	**(757)**	**-**	**-**	**-**	**61.680**	
Obrigações Especiais									
Reintegração Acumulada	16.857	-	-	2.808	-	-	-	19.665	
Obrigações Especiais	(166.552)	-	-	-	-	-	-	(166.552)	
Total Obrigações Especiais	**(149.695)**	**-**	**-**	**2.808**	**-**	**-**	**-**	**(146.887)**	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	**-**	**-**	**(35.492)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(35.492)**	
Perda sobre indenização	**-**	**-**	**(77.553)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(77.553)**	
Provisão Impairment	**-**	**-**	**(408.207)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(408.207)**	
Outros	**9.466**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.466)**	**-**	**-**	
TOTAL	**9.943.329**	**1.104.833**	**(648.231)**	**(449.610)**	**(102.165)**	**(5.241)**	**(8.409)**	**9.834.506**	

(*) Se refere à baixa dos saldos da Boa Vista Energia, que em 31 de outubro de 2012 foi transferido o controle acionário para a Eletrobras.
(**) Média anual das taxas de depreciação.
(***) Os efeitos trazidos nesta coluna se referem aos valores de indenização, impairment e perdas oriundas das indenizações sobre os ativos financeiros, conforme apresentado na nota 2.5 e 20.6.

A diferença apurada entre a despesa de depreciação e o quadro da demonstração do resultado (nota 35) se refere à movimentação do período de defasagem para fins de consolidação.

Os contratos de concessão preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A despesa de depreciação referente a estrutura administrativa da investida Norte Energia S.A. é capitalizada como custo da obra por simbolizar benefício econômico futuro e totaliza R$ 6 no período. A diferença entre o total apurado no mapa de movimentação do imobilizado consolidado e o valor registrado como depreciação no resultado do período é ocasionado por esse critério adotado pela investida.

20.2. Taxas anuais de depreciação

As taxas anuais de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador são as constantes da tabela anexa à Resolução Normativa nº 367/2009, de 2 de junho de 2009, da Aneel. As principais taxas praticadas pela Companhia são as seguintes:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO
Geração	
Comporta	3,3% a.a.
Reservatório	2% a.a.
Casa de força	2% a.a.
Turbina hidráulica	2,5% a.a.
Turbina a gás	4% a.a.
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3% a.a.
Administração central	
Benfeitorias	3,3% a.a.
Edifícios	3,3% a.a.
Equipamentos gerais	6,25% a.a.
Equipamentos gerais (Informática)	16,67% a.a.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil bruto de R$ 259.190, referente aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

As despesas correspondentes à depreciação dos bens do imobilizado estão registradas em contrapartida a esta conta no resultado do exercício no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 35).

20.3. Vinculação dos bens do Serviço Público de Energia Elétrica

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

20.4. Bens em comodato

A Companhia emprestou equipamentos, mediante contrato de comodato, para as seguintes empresas:

a) Boa Vista Energia S.A.

Usina Termelétrica Senador Arnon Farias de Mello (antiga UTE FLORESTA), compreendendo unidade geradora a gás LM, transformadores, disjuntores, quadros de comando, controle e proteção, vagão, turbina de potência, gerador de gás, banco de baterias, cabos de alta tensão, equipamentos de serviços auxiliares, sobressalentes e equipamentos de informática, potência instalada de 85,92 MW, no seguinte valor:

	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
Valor Bruto	54.720	50.603
(-) Depreciação acumulada	(39.136)	(36.010)
Subtotal	**15.584**	**14.593**
Ativo Imobilizado em curso	560	-
Subtotal	**16.144**	**14.593**
(-) Provisão para recuperação de ativos	(16.144)	-
Valor residual	**-**	**14.593**

20.5. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores repassados pela União e pelos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Em virtude da sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, dessa forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, inclusive, figuram no Balanço Patrimonial como redutoras do saldo do ativo não circulante-imobilizado.

Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
Participações da União	139.920	142.718
Outros	6.969	6.979
TOTAL	**146.889**	**149.697**

Resolução Normativa Aneel nº 367/2009

Em 02 de junho de 2009, nos termos da Resolução Normativa nº 367, a Aneel aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE).

De acordo com essa Resolução, as concessionárias, permissionárias e autorizadas, obrigadas à utilização do MCPSE, deverão elaborar, anualmente, o Relatório de Controle Patrimonial (RCP), contendo todas as informações de controle patrimonial referenciadas à data de encerramento do exercício anterior.

A Companhia implementou o controle patrimonial no decorrer de 2012, concluindo em dezembro.

20.6. Teste de *impairment*

A administração da Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2012, e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos por segmento (geração e transmissão), dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31 de dezembro de 2012, por meio de fluxos de caixa descontados, e identificou redução do valor recuperável de ativos, conforme demonstrado a seguir:

a) Avaliação de *impairment*

A administração identificou como passíveis de verificação, as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC):

	Ativo	Depreciação	Ativos líquidos
Geração			
UHE Tucuruí	14.294.941	(7.017.260)	7.277.681
UHE Samuel	1.893.796	(1.068.263)	825.533
UHE Curuá-Una	152.116	(87.425)	64.691
UTE Santana	142.039	(92.896)	49.143
UTE Floresta	55.280	(39.136)	16.144
UTE Rio Acre	41.593	(34.351)	7.242
UTE Rio Branco	58.903	(52.588)	6.315
UTE Rio Madeira	164.634	(130.232)	34.402
Transmissão			
LT Brasil/Venezuela	107.062	(28.189)	78.873
Outros ativos			
UTE Balbina (Bens destinados a uso futuro)	73.109	-	73.109
Geração	6.503	-	6.503
Transmissão	12.067	-	12.067

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 são:

- O Rateio da Administração Central foi realizado em função da receita, mesmo procedimento realizado no exercício de 2011;
- A taxa de desconto real foi de 4,98% a.a. para a avaliação do grupo de geração e 4,73% a.a. para o grupo de transmissão;
- Os resultados para o fluxo de caixa foram projetados a partir do resultado de 2012;
- A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e em opinião de consultores jurídicos, considerou a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil de acordo com o prazo da concessão;
- As concessões ao final do seu contrato serão prorrogadas;
- Foi adotado o VNR do projeto básico mais as modernizações como base de indenização ao final de cada concessão.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas depois dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

b) Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Geração

	UHE Tucuruí	UHE Samuel	UHE Curuá-Una	UTE Santana
Ativos em Serviço	14.294.941	1.893.796	152.116	142.039
Depreciação Acumulada	(7.017.260)	(1.068.263)	(87.425)	(92.896)
Obrigações Especiais	(149)	-	-	-
Valor líquido	**7.277.532**	**825.533**	**64.691**	**49.143**
Ano do Fim da Concessão	2024	2029	2028	-
Valor Residual (VNR)	8.237.375	56.261	20.665	49.371
Taxa de Desconto (Geração)	4,98%	4,98%	4,98%	4,98%
Resultado/(*Impairment*)	**13.010.508**	**(344.104)**	**3.097**	**19.444**

O *impairment,* na UHE Samuel, foi originado de acordo com as premissas utilizadas pelos valores das usinas transacionadas descritas nas MPs 579 e 591/2012 (nova Lei nº 12.783/2013), conforme destacado na nota 2.5.

Na avaliação dos contratos de geração das usinas Tucuruí, Curuá-Una e Santana, não foi apurado *impairment*.

(ii) Transmissão

	LT BRASIL VENEZUELA
Ativos em Serviço	107.062
Depreciação Acumulada	(28.189)
Obrigações Especiais	-
Valor líquido	**78.873**
Ano do Fim da Concessão	2021
Valor Residual	213.491
Taxa de Desconto (Transmissão)	4,73%
Resultado/(*Impairment*)	**134.618**

Na avaliação do contrato de transmissão da linha de transmissão Brasil Venezuela, não foi apurado *impairment*.

(iii) Outros ativos imobilizados

A Administração da Companhia, para os ativos apresentados abaixo, identificou que não possuíam retorno financeiro e optou pelo provisionamento de 100% dos seus saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2012.

	31/12/2012		
	Ativos líquidos	Impairment	Saldo residual
Ativos operacionais			
UTE Floresta	16.144	(16.144)	-
UTE Rio Acre	7.242	(7.242)	-
UTE Rio Branco	6.315	(6.315)	-
UTE Rio Madeira	34.402	(34.402)	-
	64.103	**(64.103)**	-
Outros ativos			
Geração	6.503	(6.503)	-
Transmissão	12.067	(12.067)	-
TOTAL	**82.673**	**(82.673)**	-

(iv) UTE Balbina

Conforme mencionado na nota 19.5, a Companhia apresentava saldo contábil de R$ 73.109 antes da conclusão do processo de parceria. Como a expectativa é que os equipamentos sejam disponibilizados como aporte de capital, no montante de R$ 45.720, a Companhia efetuou *impairment* de R$ 27.389 e transferiu o saldo para a conta de investimentos no grupo de outros investimentos.

(v) Rede Básica Sistema Existente (RBSE)

A Medida Provisória nº 591/2012 alterou a MP 579/2012 (Lei 12.783/2013) e autorizou o Poder Concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (RBSE), no prazo de trinta anos, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, cujo cálculo do VNR ficou abaixo do valor contábil:

MP 591/2012	
Rede Básica - Sistema Existente (RBSE)	
Valor Novo de Reposição (VNR)	1.810.171
Valor Contábil (LT/SE)	(1.838.339)
Provisão	**(28.168)**

O Valor Novo de Reposição, no montante de R$ 1.810.171, está registrado na conta de ativo financeiro, conforme apresentado na nota 10.

O saldo de R$ 482.334, identificado na análise de *impairment* sobre os ativos avaliados, foi contabilizado no resultado do exercício no grupo de despesas operacionais (nota 35).

20.7 - ENCARGOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Total dos encargos financeiros (nota 23.3)	342.590	343.642	491.667	399.956
(-) Transferência para o imobilizado em curso	-	-	(2.751)	(28.616)
Efeito líquido no resultado (nota 36)	**342.590**	**343.642**	**488.916**	**371.340**

A Companhia não efetuou capitalização de encargos financeiros nos exercícios apresentados visto que não possui empréstimos ligados a imobilizado em curso.

NOTA 21 – INTANGÍVEL

21.1. Movimentação

	CONTROLADORA						
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Saldo em 31/12/2012	% (*)
Não Vinculados à Concessão							
Em serviço							
Custo	43.752	-	-	-	-	43.752	
Amortização	(23.594)	-	-	(5.503)	-	(29.097)	20
TOTAL	**20.158**	-	-	**(5.503)**	-	**14.655**	

(*) Taxa média anual de amortização.

	CONSOLIDADO								
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Amortizações	Impairment	Transferências	Baixa de investimento (*)	Saldo em 31/12/2012	% (**)
Vinculados à Concessão - Geração:									
Em serviço									
Custo	390	-	-	-	-	579	-	969	
Amortização	(13)	-	-	(95)	-	-	-	(108)	20
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	
Em curso									
Custo	29.206	3.426	-	-	-	(579)	-	32.053	
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Geração	**29.583**	**3.426**	-	**(95)**		-	-	**32.914**	
Vinculados à Concessão - Distribuição:									
Em serviço									
Custo	50.893	1.082	-	-	-	2.421	(54.396)	-	
Amortização	(41.437)	-	-	(5.389)	-	-	46.826	-	20
Impairment	(14.124)	-	-	-	2.822	428	10.874	-	
Obrigações especiais	(340)	-	-	325	-	-	15	-	

Em curso									-	
Custo	5.611	1.906	-	-	-	(2.850)	(4.667)	-	
Obrigações especiais	(472)	(876)	-	-	-	-	1.348	-	
Total Distribuição	**131**	**2.112**	**-**	**(5.064)**	**2.822**	**(1)**	**-**	**-**	
Não Vinculados à Concessão									
Em serviço									
Custo	50.293	-	(401)	-	-	2.413	(8.506)	43.799	
Amortização	(26.097)	-	-	(6.761)	-	30	3.684	(29.144)	20
Em curso								-	
Custo	2.109	2.696	-	-	-	(2.443)	(2.362)	-	
								-	
Total Não Vinculados à Concessão	**26.305**	**2.696**	**(401)**	**(6.761)**	**-**	**-**	**(7.184)**	**14.655**	
TOTAL INTANGÍVEL	**56.019**	**8.234**	**(401)**	**(11.920)**	**2.822**	**(1)**	**(7.184)**	**47.569**	

(*) Se refere à baixa dos saldos da Boa Vista Energia, que em 31 de outubro de 2012 foi transferido o controle acionário para a Eletrobras (nota 19.3 (c)).
(**) Taxa média anual de amortização.

A diferença apurada entre a despesa de amortização e o quadro da demonstração do resultado (nota 35) se refere à movimentação do período de defasagem para fins de consolidação.

Os valores contemplados como intangível referem-se, substancialmente, à aquisição e implantação e/ou Direito de uso de softwares.

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta, no resultado do exercício, no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 35).

O valor referente ao Uso do Bem Público (UBP), decorrente do contrato de concessão da UHE Belo Monte (Norte Energia S.A.), foi reconhecido no ativo intangível e está demonstrado ao custo amortizado, atualizado de acordo com o que dispõe o contrato. Esses valores serão recolhidos a partir de 2015, quando da entrada em operação da citada UHE (nota 32).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis. Não foram identificados ajustes de redução a valor recuperável destes ativos.

NOTA 22 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Encargos de uso da rede elétrica (nota 22.1)	66.227	67.302	66.132	73.964
Fornecedores de energia elétrica (nota 22.2)	129.978	94.293	129.978	94.293
Fornecedores de materiais e serviços (nota 22.3)	167.587	208.772	540.001	469.354
Fornecedores de combustíveis (nota 22.4)	282.623	302.139	282.968	302.139
TOTAL	**646.415**	**672.506**	**1.019.079**	**939.750**

22.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme Avisos de Débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

22.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica de Produtor Independente de Energia (PIE) e, também, importação de energia elétrica de empresa venezuelana para a revenda à Boa Vista Energia S.A.

22.3. Fornecedores de materiais e serviços

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas com compras de materiais e prestação de serviços. O acréscimo no saldo consolidado do período é justificado pelo avanço no andamento das obras nas SPEs.

22.4. Fornecedores de combustíveis

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas a compras de combustíveis para geração de energia no sistema isolado.

NOTA 23 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são:

23.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	CONTROLADORA					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Encargos	**Circulante**	**Não circulante**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**
Moeda estrangeira						
Partes relacionadas	9.230	50.542	478.553	9.443	47.819	503.485
Instituições financeiras	20	1.061	443	31	1.124	1.377
Total Moeda estrangeira	**9.250**	**51.603**	**478.996**	**9.474**	**48.943**	**504.862**
Moeda nacional						
Partes relacionadas	21.282	262.938	3.340.179	-	219.323	3.270.840
Instituições financeiras	2.303	110.532	402.305	2.809	107.254	508.233
Total Moeda nacional	**23.585**	**373.470**	**3.742.484**	**2.809**	**326.577**	**3.779.073**
Total	**32.835**	**425.073**	**4.221.480**	**12.283**	**375.520**	**4.283.935**

	CONSOLIDADO					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Encargos	**Circulante**	**Não circulante**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**
Moeda estrangeira						
Partes relacionadas	9.230	50.542	478.553	9.443	47.819	503.485
Instituições financeiras	20	1.061	443	420	1.124	1.377
Total Moeda estrangeira	**9.250**	**51.603**	**478.996**	**9.863**	**48.943**	**504.862**
Moeda nacional						
Partes relacionadas	21.282	262.937	3.340.179	-	224.225	3.282.147
Instituições financeiras	46.460	539.672	2.570.650	32.021	805.994	1.379.304
	67.742	802.609	5.910.829	32.021	1.030.219	4.661.451
Debêntures (nota 23.7)	61	1.244	68.015	-	-	-
Total Moeda nacional	**67.803**	**803.853**	**5.978.844**	**32.021**	**1.030.219**	**4.661.451**
Total	**77.053**	**855.456**	**6.457.840**	**41.884**	**1.079.162**	**5.166.313**

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 5% a 14,03% a.a., para o mercado interno e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

23.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

ANO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
2013	-	385.722	25.824	1.061.646
2014	769.239	749.777	936.861	763.769
2015	426.286	402.231	592.396	416.223
2016	390.609	371.571	556.139	385.563
2017	319.670	298.499	475.388	312.491
Após 2017	2.315.676	2.076.135	3.871.232	2.226.621
TOTAL	**4.221.480**	**4.283.935**	**6.457.840**	**5.166.313**

23.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

	CONTROLADORA							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	**Principal**	**Total**	**Principal**	**Encargos**	**Principal**	**Total**	**Principal**
Saldo em 31.12.2010	**5.428**	**369.427**	**374.855**	**3.613.648**	**9.271**	**42.978**	**52.249**	**483.648**
Ingressos	-	-	-	371.712	-	-	-	-
Refinanciamentos	(288)	-	(288)	288	-	-	-	-
Provisão de encargos	307.944	-	307.944	-	35.698	-	35.698	-
Variação monetária e cambial	-	11.913	11.913	134.969	2.757	6.104	8.861	65.697
Transferências	-	341.544	341.544	(341.544)	-	44.483	44.483	(44.483)
Amortizações / pagamentos	(310.275)	(396.307)	(706.582)	-	(38.252)	(44.622)	(82.874)	-
Saldo em 31.12.2011	**2.809**	**326.577**	**329.386**	**3.779.073**	**9.474**	**48.943**	**58.417**	**504.862**
Ingressos	-	-	-	166.865	-	-	-	-
Refinanciamentos	(3.187)	-	(3.187)	3.186	-	-	-	-
Provisão de encargos	303.711	-	303.711	-	38.879	-	38.879	-
Variação monetária e cambial	-	5.728	5.728	139.978	(98)	2.828	2.730	23.519
Transferências	-	346.618	346.618	(346.618)	-	49.385	49.385	(49.385)
Amortizações / pagamentos	(279.748)	(305.453)	(585.201)	-	(39.005)	(49.553)	(88.558)	-
Saldo em 31.12.2012	**23.585**	**373.470**	**397.055**	**3.742.484**	**9.250**	**51.603**	**60.853**	**478.996**

	CONSOLIDADO							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	**Principal**	**Total**	**Principal**	**Encargos**	**Principal**	**Total**	**Principal**
Saldo em 31.12.2010	**5.639**	**611.375**	**617.014**	**3.766.336**	**9.271**	**42.978**	**52.249**	**483.648**
Ingressos	-	748.312	748.312	1.224.181	-	-	-	-
Refinanciamentos	(288)	-	(288)	288	-	-	-	-
Provisão de encargos	356.681	-	356.681	7.188	36.087	-	36.087	-
Variação monetária e cambial	-	(61.317)	(61.317)	134.969	2.757	6.104	8.861	65.697
Transferências	-	350.928	350.928	(350.928)	-	44.483	44.483	(44.483)
Amortizações / pagamentos	(330.011)	(619.079)	(949.090)	(120.583)	(38.252)	(44.622)	(82.874)	-
Saldo em 31.12.2011	**32.021**	**1.030.219**	**1.062.240**	**4.661.451**	**9.863**	**48.943**	**58.806**	**504.862**
Ingressos	-	650.933	650.933	776.045	-	-	-	-
Refinanciamentos	(3.187)	-	(3.187)	3.186	-	-	-	-
Provisão de encargos	394.330	-	394.330	58.458	38.879	-	38.879	-
Variação monetária e cambial	-	6.090	6.090	139.978	(98)	2.828	2.730	23.519
Transferências	2.078	(311.610)	(309.532)	309.533	-	49.385	49.385	(49.385)
Amortizações / pagamentos	(357.501)	(569.918)	(927.419)	(23.069)	(39.394)	(49.553)	(88.947)	-
Baixa de investimento (*)	-	(3.105)	(3.105)	(14.753)	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2012	**67.742**	**802.609**	**870.351**	**5.910.829**	**9.250**	**51.603**	**60.853**	**478.996**

(*) Se refere à baixa dos saldos da Boa Vista Energia, cujo controle acionário foi transferido para a Eletrobras em 31 de outubro de 2012 (nota 19.3(c)).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado do exercício (nota 36). A diferença entre os encargos e as variações monetárias e o resultado, no consolidado, se referem ao período de defasagem da consolidação.

23.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Indexador				
TJLP	429.525	485.281	2.713.251	1.715.043
REAL	945.112	1.107.594	1.332.147	1.493.064
IPCA	2.764.902	2.515.584	2.805.102	2.515.584
Moeda				
US$	371.251	376.343	371.251	376.732
Euro	289	641	289	641
Yen	168.309	186.295	168.309	186.295
Total	**4.679.388**	**4.671.738**	**7.390.349**	**6.287.359**
Principal	4.646.553	4.659.455	7.313.296	6.245.475
Encargos	32.835	12.283	77.053	41.884
Total	**4.679.388**	**4.671.738**	**7.390.349**	**6.287.359**

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 42.3.2.

23.5. Indicadores

Os principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos da Companhia, controladas e controladas em conjunto tiveram as seguintes variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	31/12/2012	31/12/2011
IGP-M	7,81	5,09
IPCA	5,69	6,32
TJLP	7,82	5,10
Y (Iene Japonês)	(2,43)	29,24
US$ (Dólar Americano)	8,94	12,58
EURO	10,73	9,25

23.6. Garantias

23.6.1. Garantias dos empréstimos obtido pela controladora

Toda dívida com a Eletrobras tem a mesma como garantidora. A dívida com instituições financeiras é garantida pelo Tesouro Nacional. A dívida com o BNDES é garantida pela receita proveniente da venda de energia elétrica.

23.6.2. Garantias oferecidas pela controladora na qualidade de interveniente dos empréstimos obtidos pelas controladas e controladas em conjunto

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos por meio de SPEs, em que possui participação societária. Nestes contratos, em sua maioria, a Eletrobras também figura como interveniente garantidora da operação e o valor justo dos contratos de garantia financeiro são registrados na Eletrobras. Os montantes garantidos, projeções e saldos devedores estão demonstrados no quadro abaixo:

Empreendimento	Banco Financiador	Participação da Controladora	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controladora)	Saldo Devedor em 31/12/2012	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			a Liberar após 2015	Término da Garantia
					2013	2014	2015		
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	CEF	49,71%	32.311	38.070	10.759	10.684	10.759	5.408	11/02/2016
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	BNDES	24,50%	257.250	914.098	1.138.552	980.000	910.000	-	15/01/2029
Linha Verde Transmissora S.A.	BTG Pactual	49,00%	147.000	316.760	-	-	-	-	10/01/2013
Manaus Transmissora de Energia S.A.	BASA (FNO)	30%	75.000	278.150	306.370	337.454	362.014	-	10/07/2030
	BASA (FDA)		45.000	155.628	164.027	166.134	161.999	-	Indeterminado
	BNDES		120.000	433.445	459.254	423.930	388.564	-	15/12/2026
Estação Transmissora de Energia S.A.	BNDES	100%	505.477	523.255	506.920	472.746	438.571	-	30/11/2028
	BASA (FNO)		221.789	222.599	232.868	219.624	206.380	-	30/07/2031
	BASA (FDA)		221.789	70.890	227.133	230.621	233.308	-	15/10/2030
Brasventos Eolo - Eólica	BNDES	24,5%	30.851	107.464	134.498	126.092	118.211	-	30/10/2014
Rei dos Ventos 3- Eólica	BNDES	24,5%	30.984	107.951	135.307	126.851	118.922	-	30/10/2014
Brasventos Miassaba 3 - Eólica	BNDES	24,5%	32.532	113.127	141.623	132.772	124.473	-	30/10/2014
Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte)	BTG Pactual	19,98%	199.800	1.028.475	-	-	-	-	09/02/2013
	BNDES		4.495.500	3.139.774	3.422.353	3.730.365	4.066.098	4.432.047	15/01/2042
Rio Branco Transmissora Energ. S.A.	BNDES	100%	138.000	144.530	138.907	128.423	117.940	-	15/03/2027
Transmissora Matogrossense Energ. S.A.	BNDES	49%	39.200	81.259	81.263	74.520	67.190	-	01/02/2025
	BASA (FCO)		42.777	83.946	77.708	71.467	65.207	-	15/05/2026

23.6.3. Garantias dos empréstimos contratados pelas controladas e controladas em conjunto

A investida Transmissora Matogrossense de Energia S.A. mantém como garantia de empréstimos o montante de R$ 7.780, referente ao equivalente de três parcelas, junto ao Banco do Brasil.

23.7. Debêntures - SPE

Em 20 de janeiro de 2012, a Assembleia de acionistas da Estação Transmissora de Energia (ETE) aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão da ETE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da Companhia, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis dividida em Quatro Séries com Garantia Real e Fidejussória por Fiança.

a) As debêntures e os recursos estão assim distribuídos:

Data estimada para emissão	Série	Quantidade de debêntures	Valor unitário	Valor Total
21/01/2012	1ª	67.157.589,87	1,00	67.157
31/03/2013	2ª	78.347.824,83	1,00	78.348
31/03/2013	3ª	65.100.762,56	1,00	65.101
31/03/2013	4ª	11.182.822,74	1,00	11.183
Total		**221.789.000**		**221.789**

No dia 13 de fevereiro de 2012, foi realizada a primeira emissão do Boletim de subscrição de debêntures para a liberação da primeira parcela dos recursos de financiamentos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, conforme demonstrativo de composição. No dia 16 de fevereiro de 2012, foi emitida a Escritura Pública da primeira emissão privada debêntures.

Financeira	Atualização	Liberação	Vencimento	Principal	Encargos	31/12/2012
BASA/FDA	TJLP + 15% a.a	27/02/2012	10/07/2031	67.158	2.162	69.320
Circulante				**1.244**	**61**	**1.305**
Não circulante				**65.914**	**2.101**	**68.015**

b) Os encargos de dívida do exercício, no valor de R$ 3.773 foram reconhecidos como despesas financeiras no resultado do exercício e incorporados ao saldo da dívida, em dezembro de 2012.

c) Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a distribuição das debêntures serão integralmente utilizados na implantação da estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ±600 kV número 01, com capacidade de 3.150 MW, localizada na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia; e à implantação da Linha de Eletrodo e Eletrodos de Aterramento na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia.

d) Período de Conversão: Qualquer debenturista poderá, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, solicitar a conversão das debêntures de qualquer série, integral ou parcialmente, em ações de emissão da ETE, até o limite de 50% do montante subscrito, mediante envio de notificação à ETE, por escrito, solicitando a referida conversão. As debêntures somente serão convertidas em ações, com direito ou não a voto, se a Companhia estiver registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como Companhia aberta, na forma do regulamento do FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

e) Prazo de subscrição e forma de integralização: As debêntures de cada série serão subscritas em até 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva Data de Emissão. A integralização das debêntures de cada série será à vista, em moeda nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal.

f) Pagamentos e Vencimento: A ETE pagará o valor total da emissão no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) meses, incluído o período de carência, contados a partir da formalização da Escritura de Debêntures, respeitadas as seguintes condições:

(i) As debêntures tem prazo de carência, de forma que o primeiro pagamento ocorra até um ano após 26 de abril de 2012 (data prevista para o projeto entrar em operação), conforme Parágrafo único, artigo 21 e artigo 23 do Regulamento do FDA. Sendo assim, o primeiro vencimento se dará em 25 de abril de 2013.

(ii) Havendo exclusão de responsabilidade da Emissora quanto ao atraso no início da entrada em operação do empreendimento, os prazos de carência e vencimento do financiamento poderão ser prorrogados, desde que referida prorrogação seja aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a anuência do Banco da Amazônia S.A. (BASA).

(iii) Ainda que haja prorrogação da carência, os encargos financeiros devidos serão estabelecidos da seguinte forma: as debêntures, a partir de sua emissão, sofrerão incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais juros de 0,15% a.a. (base 365 dias), a título de "Del credere" do agente operador, desde a data da primeira liberação até a data do efetivo pagamento. Após o término da carência, cujo prazo é contado da data da contratação até 1 ano após a data prevista para entrada em operação, serão adicionados juros de 1,50 % a.a., sobre o saldo devedor da operação, totalizando encargos de 1,65 % a.a. (base 365 dias).

NOTA 24 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Tributos a Recolher				
IRPJ/CSLL	-	-	4.450	-
IR Fonte (nota 24.1(a))	20.927	26.010	21.764	28.458
PIS/PASEP/COFINS (nota 24.1(b))	23.509	29.736	24.163	30.699
ICMS (nota 24.1(c))	7.627	17.067	8.286	17.501
Contribuições Previdenciárias (nota 24.1(d))	3.281	2.648	5.911	4.493
ISS	1.866	1.803	9.424	4.276
Outros	104	214	1.125	1.833
Total Circulante	**57.314**	**77.478**	**75.123**	**87.260**
Tributos a Recolher				
IRPJ/CSLL	-	-	8.440	-
ICMS (nota 24.1(c))	-	-	6.166	-
Passivos fiscais diferidos (nota 11.2)				
Ajustes da Lei 11.638/2007	36.827	13.609	129.065	62.923
Outros	-	-	239	-
Total Não Circulante	**36.827**	**13.609**	**143.910**	**62.923**
Total	**94.141**	**91.087**	**219.033**	**150.183**

24.1. Tributos a recolher

a) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Imposto devido à RFB, retido de prestadores de serviços e sobre encargos nos empréstimos de mútuo com a controladora.

b) COFINS e PASEP

Contribuições devidas à RFB sobre a receita da Companhia, do mês de dezembro de 2012, para recolhimento no mês de janeiro de 2013, apuradas nos regimes cumulativo e não cumulativo de tributação.

c) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Imposto devido aos fiscos estaduais, incidente sobre a venda de energia elétrica e nas aquisições de mercadorias e serviços, relativo à parcela do diferencial de alíquota das aquisições interestaduais.

d) Contribuições Previdenciárias

Contribuições devidas à Receita Federal do Brasil (RFB) sobre serviços prestados por pessoas físicas.

24.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos estão demonstrados na nota 11.2.

24.3. Programação de realização

A realização dos passivos não circulantes foi estimada conforme abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2013	21.840	-	23.956	1.695
2014	-	-	3.340	5.819
2015	-	-	3.520	1.738
2016	-	-	3.340	1.738
Após 2016	14.987	13.609	109.755	51.933
Total Não Circulante	**36.827**	**13.609**	**143.910**	**62.923**

NOTA 25 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em função da apuração de prejuízo neste exercício, não estão sendo distribuídos pela Companhia os dividendos previstos na legislação societária e nos termos do contrato de metas com a Eletrobras. O saldo remanescente de exercícios anteriores (R$ 647) está demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE		
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:		
Lucro líquido do exercício	-	58.336
Constituição da Reserva legal (5%)	-	(2.917)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	-	55.419
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	**13.855**
b) Dividendos propostos	-	**13.855**
c) Complemento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2010	-	**2.879**
d) Complemento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011	-	-
e) Saldo de exercícios anteriores	**647**	**1.559**
TOTAL	**647**	**18.293**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
a) Dividendos adicionais propostos	-	41.564
b) Dividendos adicionais propostos de exercício anteriores	-	8.636
TOTAL	-	**50.200**
TOTAL GERAL	**647**	**68.493**

Sobre os valores dos dividendos incidem encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, até o dia do efetivo pagamento, conforme Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, devendo ser considerada a taxa diária para atualização do valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação, de acordo com a nova redação dada pelo Decreto nº 3.381, de 13 de março de 2000 (nota 36).

NOTA 26 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Folha de pagamento	32.503	30.703	32.619	32.292
Encargos sobre folha de pagamento	52.261	53.607	52.452	53.780
Provisão de férias	72.134	71.115	73.382	74.005
Provisão de 13º salário	-	-	711	2.788
INSS sobre provisão de férias e 13º salário	24.347	23.105	24.837	24.958
FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	6.716	6.374	6.855	6.967
Incentivo ao desligamento de pessoal (nota 26.1)	146.854	19.169	146.854	19.169
Outras	11.817	10.432	11.978	11.268
	346.632	**214.505**	**349.688**	**225.227**
Não circulante				
Incentido ao desligamento de pessoal (nota 26.1)	-	138.015	-	138.015
	-	**138.015**	-	**138.015**
Total	**346.632**	**352.520**	**349.688**	**363.242**

26.1. Incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia aprovou, em 21 de junho de 2011, o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), que prevê o pagamento de indenizações como reconhecimento ao tempo de trabalho, aos empregados que aderirem ao plano, sujeitas a limitadores, dentre os quais destacam-se:

- Prazo de adesão limitado a dois meses consecutivos (01/08 a 30/09/2011);
- Desligamento em 24 meses sequenciais, a partir do final do prazo de adesão (01/10/2011 a 30/09/2013);
- Limite financeiro do incentivo (bônus): (i) parcela fixa de R$ 30; (ii) 50% da remuneração do empregado por ano trabalhado, limitado a 24 meses: e (iii) limite em R$ 222 considerando o somatório dos itens (i) e (ii);
- Limite financeiro total de R$ 593;
- Atualização destes valores pelos reajustes salariais de data base que vierem a ocorrer durante a vigência do PIDV;

As negociações para a aprovação do PIDV envolveram a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia (MME) e o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

NOTA 27 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

Na data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA			
	31/12/2011	Provisões/Reversões	Pagamentos	31/12/2012
Trabalhistas	165.001	152.715	(4.763)	312.953
Tributárias	46.541	(20.705)	(5.646)	20.190
Cíveis	703.742	(92.243)	(3.129)	608.370
TOTAL	**915.284**	**39.767**	**(13.538)**	**941.513**

	CONSOLIDADO				
	31/12/2011	Provisões/ Reversões	Pagamentos	Baixa de investimento (*)	31/12/2012
Trabalhistas	177.329	156.514	(4.763)	(16.127)	312.953
Tributárias	46.541	(20.705)	(5.646)	-	20.190
Cíveis	703.988	(92.155)	(3.153)	(18)	608.662
TOTAL	**927.858**	**43.654**	**(13.562)**	**(16.145)**	**941.805**

(*) Se refere à baixa dos saldos da Boa Vista Energia, cujo controle acionário foi transferido para a Eletrobras em 31 de outubro de 2012 (nota 19.3(c)).

As diferenças apuradas entre as provisões/reversões e o quadro da demonstração do resultado (nota 35) se referem à movimentação do período de defasagem para fins de consolidação.

27.1. Processos judiciais

A Companhia tem sido acionada em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo ações de natureza trabalhista, tributária e cível.

A administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função do risco de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas;
- Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2012 a administração procedeu a uma avaliação dos riscos de contingências relacionados a tais processos judiciais e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para os riscos, cujas chances de um desfecho desfavorável é considerado provável, no seguinte contexto:

- Os processos judiciais trabalhistas são compostos, na sua grande parte, de ações relativas a adicional de periculosidade, horas extras, cálculo de multa de FGTS, alinhamento de curva salarial, etc;
- Na área tributária existem algumas questões envolvendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil.
- Os processos judiciais cíveis de maior relevância são de caráter indenizatório de natureza financeira e por reclamatórias de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas, conforme abaixo:

Ação de desapropriação – UHE Balbina

Desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 333.362.

Ações indenizatórias - Fornecedores

Indenizações decorrentes de contratos celebrados entre a Companhia e fornecedores, nos quais houve atraso no pagamento de determinadas parcelas. Os processos estão em fase de execução (discussão de cálculos). A provisão constituída destas causas em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 228.223.

Ação trabalhista – Ajuste curva salarial

O processo judicial trabalhista de maior relevância decorre de ajuizamento de ações, em 1997, movidas por diversos sindicatos representativos dos empregados da Companhia, reivindicando adequação do plano de cargos, carreiras e salários. Neste período, a Companhia recorreu de todas as decisões desfavoráveis, esgotando-se todas as instâncias do processo de conhecimento, restando apenas ação rescisória. Em razão disso, o processo encontra-se em execução junto à primeira instância, tendo sido suspenso pelo juízo para conciliação entre as partes. Após diversas rodadas de negociação e em função da aceitação, por parte dos sindicatos dos empregados, de proposta apresentada pela Companhia, complementou-se neste exercício a provisão para fazer face a essa demanda judicial. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 240.000.

27.2. Processos judiciais não provisionados

Conforme prática contábil adotada e por representarem risco de perda possível para a Companhia, de acordo com opinião dos consultores jurídicos, os valores abaixo não foram provisionados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	20.237	15.359	20.237	16.696
Tributários	140.558	108.918	140.656	108.918
Cíveis	386.095	321.025	386.897	347.709
TOTAL	**546.890**	**445.302**	**547.790**	**473.323**

Ação indenizatória – Cível: Ressarcimento de valores pagos à empresa Albrás Alumínio Brasileiro S.A. por força de obrigações assumidas em contratos de seguro, tendo as referidas empresas se sub-rogado no crédito em face da Companhia, no montante de R$ 214.376.
Autor: Sul America Companhia Nacional de Seguros.

Ação Tributária: Aplicação de multa sobre a transferência de crédito de ICMS à Boa Vista Energia, quando da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, por imposição da legislação atinente ao programa de desestatização do setor elétrico, no montante de R$64.132.
Autor: Estado de Roraima.

A administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

NOTA 28 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
RGR (nota 28.1)	31.744	24.359	32.177	28.879
CCC (nota 28.2)	15.600	41.631	15.600	41.631
CDE (nota 28.3)	5.927	6.635	5.927	7.148
PROINFA (nota 28.4)	15.387	17.057	15.387	17.058
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (nota 28.5)	128.255	120.804	129.576	124.212
Compensação recursos hídricos (nota 28.6)	20.118	24.262	20.118	24.262
Taxa de fiscalização da ANEEL (nota 28.7)	1.579	1.631	1.671	1.631
Outros	-	-	417	633
	218.610	**236.379**	**220.874**	**245.454**
Não circulante				
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (nota 28.5)	18.501	17.052	18.501	20.239
	18.501	**17.052**	**18.501**	**20.239**
Total	**237.111**	**253.431**	**239.375**	**265.693**

Os valores registrados no passivo como RGR, CCC, CDE e PROINFA possuem contrapartida em contas de resultado como redutoras da receita operacional (nota 34). As demais contas estão apresentadas em conta de resultado no grupo de despesas operacionais (nota 35).

28.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

28.2. Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial, criado na década de 70, alterado pela Lei nº 12.111/2009, que tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria, o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela Aneel.

De acordo com o art. 24 da Lei 12.783/13, ficará extinto o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica no Sistema Isolado. Neste caso, a Eletronorte deixará de efetuar o recolhimento deste encargo a partir de 2013 (nota 2.5).

28.3. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

De acordo com o art. 23 da Lei 12.783/13, passam a vigorar com alterações, ainda a serem aprovadas (em audiência) pela Aneel, o recolhimento da CDE a partir de 1º. de janeiro de 2013 (nota 2.5).

28.4. PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela Companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia. O Proinfa também proporciona a redução da emissão de gases de efeitos estufa da ordem de 2,8 milhões de toneladas de CO2/ano ao incluir as fontes limpas na produção de energia elétrica do país.

28.5. Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A composição dos recursos aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e dos repasses ao FNDCT e ao MME é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE				
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	124.212	116.656	125.533	120.064
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	2.695	2.765	2.695	2.765
Ministério de Minas e Energia (MME)	1.348	1.383	1.348	1.383
TOTAL	**128.255**	**120.804**	**129.576**	**124.212**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	**18.501**	**17.052**	**18.501**	**20.239**
ATIVO CIRCULANTE				
Custos com projetos em andamento (nota 15)	(33.363)	(32.870)	(33.363)	(32.870)
TOTAL GERAL	**113.393**	**104.986**	**114.714**	**111.581**

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional (nota 34).

28.6. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Aneel gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/97, nº 9.984/00 e nº 9.993/00, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH´s), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

28.7. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) foi criada pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Aneel para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela Aneel e paga em doze cotas mensais.

NOTA 29 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2004, a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, se constituindo num derivativo embutido (nota 14).

Com base nessas condições, a Albras efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês de janeiro de 2007 a dezembro de 2024 a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Posição	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL
31/12/2011	44.098	879.452	923.550
31/12/2012	45.583	830.234	875.817

ANO	CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	VALORES LIBERADOS	AMORTIZAÇÕES EFETUADAS	GANHOS	SALDO
2004	300.000	(15.968)	-	284.032
2005	500.000	(29.201)	-	754.831
2006	250.000	(29.979)	-	974.852
2007	150.000	(32.900)	-	1.091.952
2008	-	(35.686)	-	1.056.266
2009	-	(37.994)	-	1.018.272
2010	-	(39.394)	(10.863)	968.015
2011	-	(42.592)	(1.873)	923.550
2012	-	(45.176)	(2.557)	875.817
TOTAL	**1.200.000**	**(308.890)**	**(15.293)**	**875.817**

NOTA 30 - OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Convênios (nota 30.1)	43.300	41.203	43.300	41.203
Provisões de multa Aneel	12.979	7.703	12.979	7.703
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	5.984	5.435	5.984	5.435
Diferenças salariais (nota 30.2)	8.157	13.332	8.157	13.332
Compensações Socioambientais (nota 30.3)	17.588	19.536	17.588	19.536
Gastos a realizar em empreendimentos	14.201	19.136	14.201	19.136
Empréstimo de títulos - Eletrobras (nota 30.4)	63.806	-	63.806	-
Provisão - Óleo Combustível (nota 30.5)	53.063	-	53.063	-
Provisão para passivo a descoberto em controlada (nota 19.2 (c))	-	259.587	-	-
Contrato oneroso - UHE Coaracy Nunes (nota 30.6)	719	-	719	-
Diversos	134.248	19.639	142.225	26.279
TOTAL DO CIRCULANTE	**354.045**	**385.571**	**362.022**	**132.624**
NÃO CIRCULANTE				
Compensações Socioambientais (nota 30.3)	66.399	97.678	66.399	97.678
Contrato oneroso - UHE Coaracy Nunes (nota 30.6)	20.834	-	20.834	-
Adiantamento recebido da Eletrobras	-	-	-	29.189
Diversos	1.561	1.485	2.036	1.485
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**88.794**	**99.163**	**89.269**	**128.352**
TOTAL GERAL	**442.839**	**484.734**	**451.291**	**260.976**

30.1. Convênios

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Convênio - DNIT	28.523	34.744
Convênios - MME	2.243	2.254
Convênios - Eletrobras	9.625	981
Outros convênios	2.909	3.224
TOTAL	**43.300**	**41.203**

Convênio nº 310/2006 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Substancialmente, se refere a saldo de recursos recebidos por conta do convênio nº 310 – DAQ-DNIT, firmado em 29 de dezembro de 2006, para continuidade da execução das obras civis das eclusas 1 e 2, canal, dique intermediário, execução de serviços de projetos, fabricação, fornecimento, transportes, montagem e testes dos equipamentos mecânicos e eletromecânicos específicos para as eclusas, destinadas a transposição do desnível criado pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, no Estado do Pará.

30.2. Diferenças salariais

Referem-se a diferenças salariais, consignações e encargos sociais em favor de terceiros, descontados dos empregados e administradores na folha de pagamento do mês de dezembro do ano corrente e que serão repassadas às respectivas entidades em janeiro do ano seguinte.

30.3. Compensações Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Companhia implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais, dentre eles:

- **Plano de Inserção Regional da área a montante da UHE Tucuruí (PIRTUC)** - desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região a montante da usina, abrangendo os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá e Breu Branco, no montante de R$ 200.000.
- **Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS)** - desenvolvimento da micro-região da UHE Tucuruí e sua contribuição para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região à jusante da usina, abrangendo os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru, no montante de R$ 160.000.

Neste exercício o desembolso financeiro referente a esta atividade foi de R$ 41.706.

30.4. Empréstimo de títulos - Eletrobras

A Controladora possuía títulos, modalidade CETIP - CFT-E1, que foram emprestados à Eletronorte, para fazer jus à garantia exigida na participação de leilão. Após a conclusão do processo tais títulos foram resgatados, restando à devolução à Eletrobras.

30.5. Provisão – Óleo combustível

Refere-se à provisão para devolução ou ressarcimento à Conta de Consumo de Combustível – CCC (gestão da Eletrobras) da diferença entre o quantitativo de óleo reembolsado pelo fundo setorial e o efetivamente consumido pelas usinas termelétricas Termo Norte II, Santana e Rio Acre.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

30.6. Contrato oneroso – UHE Coaracy Nunes

Contrato oneroso é aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base a) no custo de cumprir o contrato ou b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, entre os dois, o menor.

Antes de ser estabelecida uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato. No caso da UHE Coaracy Nunes, não existe mais ativo correspondente (nota 2.5).

Na renovação do contrato de concessão da UHE Coaracy Nunes nos termos da Lei 12.783/13, a tarifa determinada apresenta um desequilíbrio entre os custos e as receitas geradas pela usina de acordo com o novo prazo de concessão. Diante disto, a obrigação presente de acordo com o contrato foi reconhecida e mensurada como provisão e a Companhia constituiu ainda provisão das obrigações futuras, trazidas a valor presente, registradas no passivo circulante e não circulante, os montantes de R$ 719 e R$ 20.834, respectivamente.

NOTA 31 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares ao concedido pelo Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Previnorte - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo Plano BD - Benefício Definido e outro do tipo Plano CD – Contribuição Definida. No ano 2000 foi permitida a migração do primeiro para o segundo, com transferência de valores saldados.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Previnorte.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela Previnorte e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2012, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 34.428 (2011 - R$ 33.729).

b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2012	2011
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	79	82
1.2. Idade Média	57,2	56,5
1.3. Serviço Creditado (total)	29,8	29,1
1.4. Tempo para Aposentadoria	2,8	4,5
1.5 Salário Médio em R$	19.310,70	18.643,43
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	494	511
2.2. Idade Média	70,2	69,8
2.3. Benefício Médio em R$	3.519,64	3.244,12
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	187	185
3.2. Idade Média	65	64
3.3. Benefício Médio em R$	1.593,57	1.476,06
População Total	**760**	**778**

31.1. Programa de Assistência à Saúde e Seguro de Vida em Grupo

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsidio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez.

A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

31.2. Efeitos dos Plano BD, Assistência Saúde e Seguro

31.2.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
	2012	**2011**
Taxa anual de juro atuarial real (i)	3,20%	5,39%
Taxa anual de inflação projetada	4,89%	4,50%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98%	100%
Hipóteses Atuariais		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 51.391 (2011 - R$ 21.343).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

31.2.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro

Descritivo	2012			
	Plano BD	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Alterações nas obrigações				
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	324.711	50.910	7.625	**383.246**
Custo do serviço	333	-	151	**484**
Contribuições de paticipantes	1.366	-	-	**1.366**
Custos dos juros	32.514	5.159	773	**38.446**
Benefícios pagos/adiantados	(24.879)	(1.104)	-	**(25.983)**
(Ganhos) ou perdas atuariais	87.033	(7.080)	(4.121)	**75.832**
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	**421.078**	**47.885**	**4.428**	**473.391**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do exercício	393.143	-	-	**393.143**
Retorno esperado dos investimentos	38.615	-	-	**38.615**
Contribuições patronais	993	1.104	-	**2.097**
Contribuições de participantes do plano	2.193	-	-	**2.193**
Benefícios pagos / adiantados	(24.879)	(1.104)	-	**(25.983)**
Ganhos ou (perdas) atuariais	12.775	-	-	**12.775**
Valor justo dos ativos no fim do exercício	422.840	-	-	**422.840**
Estado de cobertura no final do exercício	**1.762**	**(47.885)**	**(4.428)**	**(50.550)**
(Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidas	(1.762)	-	-	**(1.762)**
Obrigações reconhecidas no final do exercício	-	**(47.885)**	**(4.428)**	**(52.312)**
Custo Periódico Líquido (resultado)				
Custo do serviço líquido (líquido de contribuições de beneficiários)	332	-	151	**483**
Custo dos juros	32.514	5.158	773	**38.445**
Retorno esperado dos ativos financeiros	(38.616)	-	-	**(38.616)**
Total do Custo Periódico Líquido	**(5.770)**	**5.158**	**924**	**312**

Descritivo	2011			
	Plano BD	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Alterações nas obrigações				
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	239.105	34.546	22.487	**296.138**
Custo do serviço	1.221	1.494	2	**2.717**
Custos dos juros	23.014	3.720	2.343	**29.077**
Benefícios pagos/adiantados	(23.664)	(1.038)	-	**(24.702)**
(Ganhos) ou perdas atuariais	85.035	12.188	(17.207)	**80.016**
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	**324.711**	**50.910**	**7.625**	**383.246**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do exercício	392.436	-	-	**392.436**
Retorno esperado dos investimentos	41.207	-	-	**41.207**
Contribuições patronais	894	1.038	-	**1.932**
Contribuições de participantes	2.134	-	-	**2.134**
Benefícios pagos/adiantados	(23.664)	(1.038)	-	**(24.702)**
Ganhos ou (perdas) atuariais	(19.864)	-	-	**(19.864)**
Valor justo dos ativos no fim do exercício	393.143	-	-	**393.143**
Estado de cobertura no final do exercício	**68.432**	**(50.910)**	**(7.625)**	**9.897**
(Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidas	(68.432)	-	-	**(68.432)**
Obrigações reconhecidas no final do exercício	-	**(50.910)**	**(7.625)**	**(58.535)**
Custo Periódico Líquido (resultado)				
Custo do serviço líquido (líquido de contribuições de beneficiários)	(3.112)	1.494	2	**(1.616)**
Custo dos juros	23.013	3.721	2.343	**29.077**
Retorno esperado dos ativos financeiros	(41.207)	-	-	**(41.207)**
Total do Custo Periódico Líquido	**(21.306)**	**5.215**	**2.345**	**(13.746)**

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Ativos garantidores	2012	2011
Valores Disponíveis Imediatos	3	7
Realizáveis Previdenciários	388	422
Investimentos em Títulos Públicos	201.943	192.284
Investimentos em Ações	636	1.220
Investimentos em Fundos	199.637	36.781
Investimentos Imobiliários	15.103	13.305
Empréstimos e Financiamentos	5.448	4.933
Créditos Privados e Depósitos	-	145.049
Outros	28	12
(-) Exigíveis Previdenciários	(329)	(834)
(-) Exigíveis de Investimentos	(16)	(36)
Total	**422.841**	**393.143**

31.2.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2012	31.12.2011
Programa Previdenciário	40.159	33.396
Programa de Saúde	36.581	43.661
Programa de Seguro	(1.230)	2.891
Total	**75.510**	**79.948**

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos no ORA no exercício	31.12.2012	31.12.2011
Ganhos (perdas) atuariais do exercício		
Programa Previdenciário	6.763	20.001
Programa de Saúde	(7.080)	12.188
Programa de Seguro	(4.121)	(17.207)
Total	**(4.438)**	**14.982**

31.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 1.075 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

31.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

Variação nas taxas de custos médicos	2012
Efeito no Custo de Juros - Aumento 1%	803
Efeito no Custo de Juros - Redução 1%	(670)
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1%	9.745
Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1%	(8.126)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

31.5. O histórico dos ajustes pela experiência do plano de benefício definido está apresentado a seguir:

	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	421.078	324.711	239.105	265.423
Valor justo dos ativos do plano	(422.841)	(393.143)	(392.436)	(337.972)
(Superávit)	(1.763)	(68.432)	(153.331)	(72.549)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	87.033	85.035	(30.922)	9.045
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	12.775	(19.864)	44.127	12.270

NOTA 32 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO

A Norte Energia S.A., investida da Companhia, pagará à União o valor anual de R$ 16.617 em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) a partir da operação comercial da Primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da Aneel, ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula sexta do contrato de concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo não circulante em contrapartida do ativo intangível, no valor de R$ 145.771, atualizada pelo IPCA mensal e descontada a valor presente pela taxa interna de retorno do projeto.

32.1. Composição da concessão a pagar

Concessões a pagar - UBP	31/12/2012	31/12/2011
Passivo não circulante		
UHE Belo Monte - Norte Energia S.A. (*)	30.734	28.974
Total	**30.734**	**28.974**

(*) De acordo com o percentual de participação da Companhia.

32.2. Vencimento das parcelas

Programação dos vencimentos	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	-
2014	-	-
2015	2.482	3.320
Após 2015	28.252	25.654
Total	**30.734**	**28.974**

32.3. Movimentação

Saldo em 31/12/2011	**28.974**
Ingressos	-
Encargos	-
Variações monetárias	1.760
(-) Amortizações	-
Saldo em 31/12/2012	**30.734**

NOTA 33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R$ 9.326.355, está representado por 150.719.802 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O valor patrimonial da ação em 31.12.2012 é de R$ 75,46 (2011 - R$ 75,45).

a) Composição acionária

ACIONISTAS	31/12/2012			31/12/2011		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL INTEGRALIZADO	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL INTEGRALIZADO
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	149.918.643	99,468	9.296.356	135.087.915	99,410	8.170.407
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,175	9.867	263.513	0,194	9.867
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,164	9.273	247.635	0,182	9.273
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,097	5.481	146.382	0,108	5.481
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,024	1.348	35.992	0,026	1.348
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletroacre	22.016	0,015	824	22.016	0,016	824
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	522	13.949	0,010	522
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	321	8.568	0,006	321
União Federal	1.804	0,001	68	1.804	0,001	68
Outras pessoas físicas	31.531	0,021	1.195	31.531	0,024	1.195
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,020	1.100	29.769	0,023	1.100
TOTAL	**150.719.802**	**100,000**	**9.326.355**	**135.889.074**	**100,000**	**8.200.406**

33.2. Reservas de capital

O saldo dessa reserva, no montante de R$ 2.011.460, é proveniente da Conta de Resultados a Compensar (CRC), reconhecida patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos do Tesouro Nacional, por força da extinção do regime de remuneração garantida, vigente no setor elétrico brasileiro até o ano de 1993, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	2.011.460	2.011.460
Total	**2.011.460**	**2.011.460**

33.3. Reservas de lucros:

- **Reserva Legal**

  De acordo com a legislação societária é constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Reserva legal	25.708	25.708
Total	**25.708**	**25.708**

- **Dividendos adicionais propostos**

  O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório, estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, deve ser apresentado no patrimônio líquido.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Dividendos adicionais propostos	-	50.200
Total	-	**50.200**

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de abril de 2012, foi aprovado o pagamento dos dividendos complementares relativos ao exercício de 2011, no montante de R$ 50.200.

33.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia está demonstrando os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Avaliação atuarial	(75.510)	(79.948)
IR e CS sobre avaliação atuarial	25.673	27.182
Total	**(49.837)**	**(52.766)**

33.5. Lucros ou prejuízos acumulados

Conta designada a receber o resultado do exercício e destiná-lo, em caso positivo, de acordo com as políticas da Companhia.

NOTA 34 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

A seguir é demonstrada a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	1.333.409	1.453.448	1.503.646	1.595.062
Suprimento de energia elétrica	2.233.007	2.038.580	2.152.798	1.967.195
Energia elétrica de curto prazo	428.213	121.486	428.213	121.486
Operação e manutenção	508.884	488.635	511.161	496.489
Construção	193.701	289.789	1.019.130	1.388.350
Remuneração do ativo financeiro	289.978	301.220	503.121	439.601
Serviços de comunicação multimídia (SCM)	70.284	43.880	70.284	43.880
Outros	330.330	485.192	358.697	522.423
Total receita operacional bruta	**5.387.806**	**5.222.230**	**6.547.050**	**6.574.486**
(-) Deduções à receita operacional				
Impostos e contribuições				
ICMS	(31.192)	(54.787)	(56.942)	(79.126)
ISS	(1.498)	(1.834)	(1.531)	(1.882)
COFINS	(311.293)	(301.918)	(329.867)	(317.907)
PIS/PASEP	(67.565)	(65.534)	(71.596)	(69.159)
Outros	(995)	(663)	(994)	(663)
Total Impostos e contribuições	**(412.543)**	**(424.736)**	**(460.930)**	**(468.737)**
Encargos setoriais				
RGR	(132.079)	(117.805)	(136.427)	(121.859)
CDE	(38.563)	(42.905)	(38.563)	(42.905)
CCC	(187.264)	(296.458)	(193.572)	(302.097)
PEE	-	-	(630)	(601)
P&D	(44.759)	(40.834)	(46.068)	(41.971)
PROINFA	(93.046)	(93.128)	(93.046)	(93.128)
Outros	-	-	(578)	(369)
Total Encargos setoriais	**(495.711)**	**(591.130)**	**(508.884)**	**(602.930)**
Total Deduções à receita operacional	**(908.254)**	**(1.015.866)**	**(969.814)**	**(1.071.667)**
Total	**4.479.552**	**4.206.364**	**5.577.236**	**5.502.819**

a) Fornecimento de energia elétrica

Nesta conta estão registradas as receitas oriundas da comercialização para fornecimento de energia elétrica produzida pela Companhia e suas investidas.

O decréscimo de receita de fornecimento, apresentado no exercício de 2012, em relação ao exercício de 2011, decorre da redução de 160 MW do contrato de venda de energia elétrica celebrado com o consumidor industrial Alcoa Alumínio S.A. desde 26 de março de 2012, justificado em aditivo contratual assinado entre as partes. Essa energia descontratada foi vendida no mercado de curto prazo para comercializadores a médio prazo, proporcionando aumento de receita no seguimento Mercado de Curto Prazo.

b) Suprimento de energia elétrica

Nesta conta estão registradas as receitas oriundas da comercialização para suprimento de energia elétrica produzida pela Companhia e suas investidas.

O aumento da receita de suprimento apresentado em 2012 foi fortemente influenciado pelas condições meteorológicas e operativas do Operador Nacional do Sistema (ONS), ocasionando, neste ano, um déficit na capacidade de armazenamento do Sistema Interligado Nacional, o que exigiu despacho térmico expressivo, elevando o Preço de Liquidação de Diferença (PLD), com influência preponderante no acréscimo da receita da Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

c) Energia elétrica de curto prazo

A Companhia opera com a CCEE, comercializando a energia excedente gerada pelas suas usinas hidrelétricas. A variação observada se deve à venda, em maior volume de energia excedente em 2012 se comparada com o mesmo período de 2011, proporcionada pelos leilões de energia.

d) Operação e manutenção

. Receita anual permitida

Nesta conta estão registradas as receitas oriundas dos contratos de transmissão, que asseguram o direito da Companhia receber a Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida na Resolução nº 167, de 31 de maio de 2000, com reajuste anual e revisão a cada 4 anos.

. Receita de Uso da Rede de Transmissão

A Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, operada pela Companhia, associada ao Sistema interligado brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Também inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos realizados no período pela Companhia no período em ativos da concessão (nota 4.4).

f) Remuneração do ativo financeiro

A remuneração do ativo financeiro refere-se ao valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada, conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

g) Receita dos serviços de comunicação multimídia (SCM)

Por meio do Termo de Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia nº 148/2003, assinado pela Anatel em 11 de novembro de 2003, foi ratificada a autorização expedida à Companhia para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, sem caráter de exclusividade.

O SCM é um serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, em âmbito nacional e internacional, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes (pessoa natural ou jurídica que possui vínculo contratual com a autorizada, para a fruição do SCM) dentro de uma área de prestação de serviço.

A autorização objeto do citado termo tem como área de prestação de serviço o território nacional e foi expedida por prazo indeterminado.

O SCM na Companhia é composto de estações ópticas fixas em operação, que são utilizadas para comunicações corporativas, tais como: teleproteção do sistema elétrico, interligação de centrais privadas de comutação telefônica, transmissão de dados, etc.

Essa atividade é tratada contabilmente como Não Vinculada ao Serviço Público de Energia Elétrica.

A receita líquida com o SCM está demonstrada abaixo:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2012	2011
Receita do SCM	70.284	43.880
(-) FUST	(662)	(404)
(-) FUNTTEL	(331)	(201)
(-) COFINS	(2.109)	(1.335)
(-) PASEP	(457)	(289)
(-) ISS	(224)	(157)
(-) Taxa de fiscalização ANATEL	(49)	(58)
TOTAL	**66.452**	**41.436**

NOTA 35 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

	CONTROLADORA							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda (nota 35.1)	(82.954)	-	-	**(82.954)**	(81.785)	-	-	**(81.785)**
Encargos uso da rede (nota 35.2)	(617.433)	-	-	**(617.433)**	(573.165)	-	-	**(573.165)**
Pessoal (nota 35.3)	(555.620)	(9.624)	(533.830)	**(1.099.074)**	(517.012)	(14.113)	(460.708)	**(991.833)**
Material	(38.674)	(14)	(2.285)	**(40.973)**	(46.921)	(8)	(2.149)	**(49.078)**
Serviços de terceiros	(154.106)	(4.397)	(85.151)	**(243.654)**	(144.558)	(6.370)	(74.950)	**(225.878)**
Depreciação e amortização	(442.520)	-	(12.213)	**(454.733)**	(418.287)	-	(10.609)	**(428.896)**
Combustível	(48.529)	-	-	**(48.529)**	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(21.173)	-	(38.666)	**(59.839)**	(2.046)	-	(33.647)	**(35.693)**
Provisões operacionais (nota 35.4)	-	-	(558.114)	**(558.114)**	-	-	(627.022)	**(627.022)**
Utilização de recursos hídricos	(199.829)	-	-	**(199.829)**	(195.779)	-	-	**(195.779)**
Taxa de fiscalização	-	-	(17.843)	**(17.843)**	-	-	(19.098)	**(19.098)**
Construção	(193.701)			**(193.701)**	(289.789)	-	-	**(289.789)**
(-) Recuperação de despesas	43.671	-	5.401	**49.072**	-	-	82.465	**82.465**
Redução ao valor recuperável (Nota 20.6)	-	-	(482.334)	**(482.334)**	-	-	-	-
Outros	(34.983)	(1.196)	(185.019)	**(221.198)**	(39.493)	(1.125)	(79.243)	**(119.861)**
Total	**(2.345.851)**	**(15.231)**	**(1.910.054)**	**(4.271.136)**	**(2.308.835)**	**(21.616)**	**(1.224.961)**	**(3.555.412)**

	CONSOLIDADO							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda (nota 35.1)	(82.954)	-	-	**(82.954)**	(81.785)	-	-	**(81.785)**
Encargos uso da rede (nota 35.2)	(606.458)	-	-	**(606.458)**	(571.429)	-	-	**(571.429)**
Pessoal (nota 35.3)	(579.646)	(9.624)	(568.467)	**(1.157.737)**	(542.729)	(14.113)	(493.965)	**(1.050.807)**
Material	(39.749)	(14)	(3.294)	**(43.057)**	(47.424)	(8)	(3.276)	**(50.708)**
Serviços de terceiros	(166.425)	(4.397)	(93.106)	**(263.928)**	(176.655)	(6.370)	(95.669)	**(278.694)**
Depreciação e amortização	(447.557)	-	(14.474)	**(462.031)**	(423.115)	-	(11.745)	**(434.860)**
Combustível	(48.529)	-	-	**(48.529)**	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(21.371)	-	(40.026)	**(61.397)**	(2.046)	-	(34.566)	**(36.612)**
Provisões operacionais (nota 35.4)	-	-	(615.169)	**(615.169)**	-	-	(711.969)	**(711.969)**
Utilização de recursos hídricos	(199.829)	-	-	**(199.829)**	(195.779)	-	-	**(195.779)**
Taxa de fiscalização	-	-	(18.154)	**(18.154)**	-	-	(19.430)	**(19.430)**
Construção	(1.019.130)			**(1.019.130)**	(1.371.026)	-	-	**(1.371.026)**
(-) Recuperação de despesas	43.724	-	5.281	**49.005**	-	-	82.958	**82.958**
Redução ao valor recuperável (Nota 20.6)	-	-	(482.334)	**(482.334)**	-	-	(7.817)	**(7.817)**
Outros	(36.068)	(1.196)	(183.049)	**(220.313)**	(39.700)	(1.295)	(95.714)	**(136.709)**
Total	**(3.203.992)**	**(15.231)**	**(2.012.792)**	**(5.232.015)**	**(3.451.688)**	**(21.786)**	**(1.391.193)**	**(4.864.667)**

35.1. Energia elétrica comprada para revenda

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2012	2011
Importada da Venezuela	(66.331)	(56.641)
Mercado de Curto Prazo - CCEE	(16.623)	(25.144)
TOTAL	**(82.954)**	**(81.785)**

- **Energia importada da Venezuela**

Refere-se à importação de energia elétrica da Venezuela, e vendida, na totalidade, para a distribuidora Boa Vista Energia S.A., localizada na cidade de Boa Vista (RR).

- **Mercado de Curto Prazo (CCEE)**

Representa as despesas resultantes das operações processadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), correspondentes a débitos junto aos agentes que operam na CCEE.

Os valores referentes às operações realizadas no âmbito da CCEE foram registrados com base nas informações divulgadas pela mesma.

35.2. Encargos de uso da rede de transmissão

Corresponde aos custos provenientes do uso feito pela Companhia do Sistema de Transmissão Interligado, pertencente a outras concessionárias transmissoras de energia elétrica, para escoar sua energia vendida.

Os valores são faturados mensalmente, por meio de Avisos de Débito (AVD) emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

35.3. Pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração Direta	580.036	500.811	613.191	531.640
Remuneração Indireta	130.328	122.966	130.379	122.970
Hora extra	20.546	35.050	21.368	35.165
Provisão de 13º salário	34.176	31.235	36.868	31.590
Gratificação e provisão de férias	62.122	56.227	66.271	56.743
FGTS	45.551	41.056	48.087	43.505
INSS	168.121	150.338	174.760	151.509
Demais encargos sociais	17.621	16.941	19.644	17.044
Benefícios assistenciais	8.622	6.838	14.939	13.644
Outros	31.951	30.371	32.230	46.997
Total	**1.099.074**	**991.833**	**1.157.737**	**1.050.807**

35.4. Provisões operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões operacionais:				
Riscos (nota 27)	(39.767)	(284.050)	(39.609)	(285.678)
Contrato oneroso - UHE Coaracy Nunes (nota 30)	(21.553)	-	(21.553)	-
Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	10.282	(157.184)	10.282	(157.184)
Óleo - UTEs Termo Norte II, Santana e Rio Acre (nota 30)	(53.063)	-	(53.063)	-
Demais provisões	(126.939)	(12.715)	(126.939)	(12.715)
	(231.040)	**(453.949)**	**(230.882)**	**(455.577)**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa:				
Consumidores e revendedores (nota 9.2)	(152.208)	(183.681)	(209.380)	(183.681)
Reembolso de aluguel de geradores	(73.622)	-	(73.622)	-
Direito de ressacimento (nota 12)	(60.220)	-	(60.220)	-
Créditos de ICMS (nota 11)	(7.146)	11.268	(7.187)	11.268
Demais ativos	(33.878)	(660)	(33.878)	(83.979)
	(327.074)	**(173.073)**	**(384.287)**	**(256.392)**
Total	**(558.114)**	**(627.022)**	**(615.169)**	**(711.969)**

A principal variação na conta de "Reembolso de aluguel de geradores" se deve a constituição de provisão referente ao reembolso de aluguel de grupos geradores e serviços de operação e manutenção.

Em agosto de 2011, a Companhia efetuou reversão de provisão do saldo de ICMS a recuperar sobre a aquisição de óleo combustível para produção de energia elétrica no Estado de Rondônia, no montante de R$ 24.269, em função de negociação entre a Companhia e a Secretaria de Finanças do Estado.

A variação na conta de Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) refere-se à provisão, constituída em setembro de 2011, motivada pela adesão de empregados ao programa, aprovado pela Companhia em junho de 2011. A reversão da provisão ocorrida em 2012 foi em função do efetivo desligamento e também da desistência de alguns empregados ao PIDV.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 36 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendas				
- Aplicações financeiras	94.625	76.270	116.263	98.454
- Empréstimos concedidos	1.651	2.501	1.651	-
	96.276	**78.771**	**117.914**	**98.454**
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica				
- Juros sobre atraso de pagamento	1.746	84.065	1.746	85.186
- Multa sobre atraso de pagamento	940	23.987	940	23.987
	2.686	**108.052**	**2.686**	**109.173**
Variação monetária ativa				
- Emprestimos concedidos	726	1.075	726	-
- Depósitos judiciais	65.866	28.961	65.866	28.961
- Atraso de pagamento - faturas de energia	6.988	7.966	6.988	7.966
- Atualização de AFAC	9.221	40.059	-	-
- Indenização de concessões (Port.MME 580/2012)	30.875	-	30.875	-
- Outras	15.605	2.353	16.489	26.376
	129.281	**80.414**	**120.944**	**63.303**
Outras receitas financeiras				
- Juros e multas no fornecimento de materiais e serviços	13.827	17.445	13.827	17.445
- Ganhos com derivativos	133.804	-	143.117	-
- Indenização de concessões (Port.MME 580/2012)	3.865	-	3.866	-
- Diversas	52.404	64.599	71.401	26.698
	203.900	**82.044**	**232.211**	**44.143**
TOTAL DAS RECEITAS	**432.143**	**349.281**	**473.755**	**315.073**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Variação monetária passiva				
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(145.706)	(146.882)	(146.068)	(146.882)
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(26.249)	(71.802)	(26.249)	(71.802)
- Outras	(6.108)	427	(23.489)	(968)
	(178.063)	**(218.257)**	**(195.806)**	**(219.652)**
Encargos de dívidas				
- Empréstimos e financiamentos	(342.590)	(343.642)	(488.916)	(371.340)
- Dividendos	(4.268)	(12.330)	(4.268)	(12.330)
	(346.858)	**(355.972)**	**(493.184)**	**(383.670)**
Outras despesas financeiras				
- Pesquisa e desenvolvimento	(8.336)	(9.936)	(8.336)	(10.011)
- Perdas com derivativos	-	(124.770)	-	(124.770)
- Encargos de AFAC	(75.569)	(102.564)	(75.569)	(102.564)
- Juros e multas diversas	(14.311)	(22.612)	(14.623)	(47.233)
- Diversas	(10.456)	(14.441)	(44.199)	(8.401)
	(108.672)	**(274.323)**	**(142.727)**	**(292.979)**
TOTAL DAS DESPESAS	**(633.593)**	**(848.552)**	**(831.717)**	**(896.301)**
RESULTADO FINANCEIRO	**(201.450)**	**(499.271)**	**(357.962)**	**(581.228)**

As movimentações do grupo de contas "Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica" se deve, basicamente, à reversão de encargos moratórios da dívida da CEA, quando da renegociação (nota 8.2), no montante de R$ 107.837.

As movimentações nas contas de receitas e despesas com derivativos foram decorrentes da variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 14).

NOTA 37 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	CONTROLADORA			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro / (Prejuízo) antes dos Impostos	(713.798)	(713.798)	72.516	72.516
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	**178.450**	**64.242**	**(18.129)**	**(6.526)**
Efeitos das adições e exclusões				
Ajustes da Lei no. 11.638/2007	108.123	38.924	28.210	10.156
Provisões operacionais	(42.620)	(15.343)	(4.251)	(1.531)
Equivalência patrimonial	8.657	3.116	19.791	7.125
Outros, incluindo prejuízo fiscal e diferenças temporárias do ano não reconhecidas	(270.845)	(97.563)	(35.870)	(13.155)
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
Total	**(196.685)**	**(70.866)**	**7.880**	**2.595**
Corrente	8.438	2.978	(37.365)	(13.693)
Diferido	(26.673)	(9.602)	27.116	9.762
Total	**(18.235)**	**(6.624)**	**(10.249)**	**(3.931)**

	CONSOLIDADO			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro / (Prejuízo) antes dos Impostos	(694.709)	(694.709)	83.222	83.222
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	**173.677**	**62.524**	**(20.806)**	**(7.490)**
Efeitos das adições e exclusões:				
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	108.123	38.942	28.210	10.156
Provisões operacionais	(70.136)	(25.249)	(4.252)	(1.531)
Equivalência patrimonial	8.657	3.116	19.791	7.125
Outros, incluindo prejuízo fiscal e diferenças temporárias do ano não reconhecidas	(252.493)	(91.803)	(38.776)	(17.314)
Incentivos fiscais	628	-	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	58	8	-	-
Total	**(205.163)**	**(74.986)**	**4.974**	**(1.564)**
Corrente	(6.263)	(3.354)	(42.808)	(18.684)
Diferido	(25.223)	(9.108)	26.976	9.630
Total	**(31.486)**	**(12.462)**	**(15.832)**	**(9.054)**

37.1. Créditos Fiscais

Saldos dos créditos fiscais acumulados (bases de cálculo)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais acumulados	4.612.785	4.137.747	4.766.090	4.598.284
Bases de cálculo negativas da CSLL	4.663.520	4.188.483	4.811.542	4.638.969
Provisões não dedutíveis	2.431.848	2.602.330	2.341.868	2.785.062
Remuneração das imobilizações em curso - diferida	275.632	352.247	275.632	352.247
Demais adições temporárias	2.694	3.143	193.163	24.273

a) Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas acumuladas

Saldos dos prejuízos fiscais (IRPJ) e das bases de cálculo negativas (CSLL) acumuladas, escrituradas na Parte B do LALUR, compensáveis em até 30% dos lucros tributários futuros.

b) Provisões não dedutíveis

Provisões contábeis não aceitas pelo fisco como dedutíveis na apuração do IR e CSLL, escrituradas na Parte B do LALUR, passíveis de ajustes futuros por meio de baixas e/ou reversões.

c) Remuneração das Imobilizações em Curso – diferida

Receita de juros de obras em andamento, sobre o capital de terceiros, isenta de tributação, calculada até o exercício de 1995, diferida por determinação do Poder Concedente à época, e incorporada ao ativo imobilizado, realizada mensalmente pela depreciação e ajustada na apuração do lucro real para fins de IR e CSLL, controlada na Parte B do LALUR.

d) Demais adições temporárias

Outras adições fiscais registrados na Parte B, passíveis de ajustes futuros.

37.2. Ativo fiscal diferido

As práticas contábeis estabelecem condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. Dessa forma, a administração não tem contabilizado os créditos fiscais por não possuir, nos últimos anos, lucro tributável.

NOTA 38 – LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro Básico e Lucro Diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período, em R$, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias no primeiro dia de cada ano corrente.

A Companhia possui apenas ações ordinárias e o lucro básico e diluído por ação estão abaixo apresentados:

	2012	2011
Básico (em R$)		
Saldo de ações ordinárias em 1º de janeiro	135.889.074	135.889.074
Emissão de ações em maio de 2012	8.599.548	-
Emissão de ações em novembro de 2012	6.231.180	-
Média ponderada de ações em 31 de dezembro	142.660.636	135.889.074
Lucro líquido atribuído aos acionistas	(738.656.561)	58.336.232
Lucro básico por ações em R$	**(5,18)**	**0,43**
Diluído (em R$)		
Saldo de ações ordinárias em 1º de janeiro	135.889.074	135.889.074
Simulação conversão AFAC em 1º de janeiro	2.882.305	14.936.834
Emissão de ações em maio de 2012	8.599.548	-
Emissão de ações em novembro de 2012	6.231.180	-
Média ponderada de ações em 31 de dezembro	145.542.941	150.825.908
Lucro líquido atribuído aos acionistas	(738.656.561)	58.336.232
Lucro diluído por ações em R$	**(5,08)**	**0,39**

NOTA 39 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

CONTROLADORA	31/12/2012				
	Geração	Transmissão	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Total
Receita Operacional Líquida	3.381.539	898.573	130.182	69.258	4.479.552
Custo Operacional	(1.614.789)	(658.680)	(87.656)	43	(2.361.082)
Lucro Bruto	**1.766.750**	**239.893**	**42.526**	**69.301**	**2.118.470**
Despesa Operacional	(1.553.578)	(294.977)	(61.449)	(50)	(1.910.054)
Resultado do Serviço	**213.172**	**(55.084)**	**(18.923)**	**69.251**	**208.416**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	(34.626)	(34.626)
Resultado Financeiro	(167.089)	(78.515)	34.928	9.226	(201.450)
Resultado operacional antes da Lei 12.783/13	**46.083**	**(133.599)**	**16.005**	**43.851**	**(27.660)**
Perda com indenizações das concessões	(77.552)	(608.586)	-	-	(686.138)
Resultado operacional após a Lei 12.783/13	**(31.469)**	**(742.185)**	**16.005**	**43.851**	**(713.798)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(30.256)	5.243	-	154	(24.859)
Lucro / (prejuízo) Líquido do Exercício	**(61.725)**	**(736.942)**	**16.005**	**44.005**	**(738.657)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONTROLADORA	31/12/2011				
	Geração	Transmissão	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Total
Receita Operacional Líquida	3.032.622	1.026.669	104.486	42.587	4.206.364
Custo Operacional	(1.535.948)	(716.239)	(78.264)	-	(2.330.451)
Lucro Bruto	**1.496.674**	**310.430**	**26.222**	**42.587**	**1.875.913**
Despesa Operacional	(834.723)	(263.687)	(126.570)	19	(1.224.961)
Resultado do Serviço	**661.951**	**46.743**	**(100.348)**	**42.606**	**650.952**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	(79.165)	(79.165)
Resultado Financeiro	(420.715)	(157.083)	38.466	40.061	(499.271)
Resultado antes dos Impostos	**241.236**	**(110.340)**	**(61.882)**	**3.502**	**72.516**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.997)	(1.363)	397	(217)	(14.180)
Lucro / (prejuízo) Líquido do Exercício	**228.239**	**(111.703)**	**(61.485)**	**3.285**	**58.336**

CONSOLIDADO	31/12/2012					
	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Total
Receita Operacional Líquida	3.275.638	1.953.977	148.181	130.182	69.258	5.577.236
Custo Operacional	(1.603.814)	(1.483.589)	(44.207)	(87.656)	43	(3.219.223)
Lucro Bruto	**1.671.824**	**470.388**	**103.974**	**42.526**	**69.301**	**2.358.013**
Despesa Operacional	(1.553.134)	(308.745)	(89.415)	(61.449)	-	(2.012.743)
Resultado do Serviço	**118.690**	**161.643**	**14.559**	**(18.923)**	**69.301**	**345.270**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	4.171	4.171
Resultado Financeiro	(167.513)	(206.650)	(27.953)	34.928	9.226	(357.962)
Resultado operacional antes da Lei 12.783/13	**(48.823)**	**(45.007)**	**(13.394)**	**16.005**	**82.698**	**(8.521)**
Perda com indenizações das concessões	(77.552)	(608.586)	-	-	-	(686.138)
Resultado operacional após da Lei 12.783/13	**(126.375)**	**(653.593)**	**(13.394)**	**16.005**	**82.698**	**(694.659)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.788)	(17.314)	-	-	154	(43.948)
Lucro / (prejuízo) Líquido do Exercício	**(153.163)**	**(670.907)**	**(13.394)**	**16.005**	**82.852**	**(738.607)**

CONSOLIDADO	31/12/2011					
	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Total
Receita Operacional Líquida	2.948.209	2.272.517	135.020	104.486	42.587	5.502.819
Custo Operacional	(1.534.212)	(1.812.269)	(48.729)	(78.264)	-	(3.473.474)
Lucro Bruto	**1.413.997**	**460.248**	**86.291**	**26.222**	**42.587**	**2.029.345**
Despesa Operacional	(810.809)	(306.726)	(147.016)	(126.660)	19	(1.391.192)
Resultado do Serviço	**603.188**	**153.522**	**(60.725)**	**(100.438)**	**42.606**	**638.153**
Resultado de Participações Societárias	-	-	-	-	26.297	26.297
Resultado Financeiro	(428.411)	(229.320)	(2.022)	38.466	40.059	(581.228)
Resultado antes dos Impostos	**174.777**	**(75.798)**	**(62.747)**	**(61.972)**	**108.962**	**83.222**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.520)	(12.546)	-	397	(217)	(24.886)
Lucro / (prejuízo) Líquido do Exercício	**162.257**	**(88.344)**	**(62.747)**	**(61.575)**	**108.745**	**58.336**

NOTA 40 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos os quais a Companhia tem direito.

40.1. Energia elétrica

CONTROLADORA / CONSOLIDADO						
POSIÇÕES VENDIDAS		**2013**	**2014/2015**	**2016/2017**	**Após 2017**	**Prazo final dos contratos**
Ambiente Regulado	Volume MW	106,56	8,00	-	-	2015
	Preço MWh	10.813	135.254	-	-	
	Total	1.152.267	1.082.055	-	-	
Contratos bilaterais - Consumidores Livres Longo Prazo	Volume MW	83,62	87,63	93,72	166,79	2024
	Preço MWh	14.581	25.134	23.425	78.135	
	Total	1.219.222	2.202.392	2.195.467	13.032.312	
Contratos bilaterais - Consumidores Cativos	Volume MW	139,38	150,48	166,58	225,42	2024
	Preço MWh	1.889	3.780	3.785	6.858	
	Total	263.278	568.766	630.478	1.545.840	
Contratos bilaterais - Consumidores Livres Longo Prazo	Volume MW	98,25	136,09	142,72	154,39	2024
	Preço MWh	29.011	2.926	702	350	
	Total	2.850.235	398.169	100.157	54.098	
Total		**5.485.002**	**4.251.382**	**2.926.102**	**14.632.250**	
POSIÇÕES COMPRADAS		**2013**	**2014/2015**	**2016/2017**	**Após 2017**	**Prazo final dos contratos**
Contratos bilaterais	Volume MW	81,67	83,54	86,05	88,65	2024
	Preço MWh	841	2.157	2.410	2.491	
	Total	68.720	180.238	207.385	220.843	
Total		**68.720**	**180.238**	**207.385**	**220.843**	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 41 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela Aneel.

41.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	CONTROLADORA					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.-AETE						
Encargos do uso da rede elétrica	-	221	(2.000)	-	-	-
Serviços prestados	21	-	1.765	-	-	-
	21	**221**	**(235)**	-	-	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.						
Encargos do uso da rede elétrica	-	139	(1.260)	-	142	-
Serviços prestados	747	-	1.506	-	-	-
	747	**139**	**246**	-	**142**	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.						
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.437	-	-	8.112	-	-
Serviços prestados	11	-	11	-	-	-
	10.448	-	**11**	**8.112**	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.						
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.885	-	-	10.685	-	-
Serviços prestados	11	-	11	-	-	-
	22.896	-	**11**	**10.685**	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.						
Encargos do uso da rede elétrica	207	-	1.725	-	-	-
Serviços prestados	52	-	713	-	-	-
Dispêndios a reembolsar	559	-	-	-	-	-
	818	-	**2.438**	-	-	-
Estação Transmissora e Energia S.A.						
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	217.329	-	(35.556)
	-	-	-	**217.329**	-	**(35.556)**
Integração Transmissora de Energia S.A.						
Encargos do uso da rede elétrica	-	616	(5.822)	-	-	-
Serviços prestados	1.367	-	2.443	4.276	-	-
	1.367	**616**	**(3.379)**	**4.276**	-	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.						
Outros	-	-	-	998	-	-
	-	-	-	**998**	-	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.						
Serviços prestados	271	-	271	-	-	-
Dispêndios a reembolsar	1.067	-	-	151	-	-
	1.338	-	**271**	**151**	-	-
Norte Energia S.A.						
Serviços prestados	51	-	608	479	-	-
	51	-	**608**	**479**	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.						
Outros	-	-	-	32	-	-
	-	-	-	**32**	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.						
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.894	-	-	10.036	-	-
Serviços prestados	11	-	11	-	-	-
	12.905	-	**11**	**10.036**	-	-
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.						
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	2.619
Encargos do uso da rede elétrica	-	28	77	176	-	-
Serviços prestados	9	-	1.632	-	-	-
	9	**28**	**1.709**	**176**	-	**2.619**
TOTAL	**50.600**	**1.004**	**1.691**	**252.274**	**142**	**(32.937)**

41.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

	CONTROLADORA					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.						
Ressarcimento de gastos – UTE Electron	23.260	-	-	-	-	-
Dispêndios a reembolsar e empregados cedidos	10.954	-	110	5.287	-	-
	34.214	-	**110**	**5.287**	-	-
Boa Vista Energia S.A.						
Venda das DITs	-	-	-	42.516	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	17.609	-	2.316
Suprimento de energia elétrica	50.095	-	161.957	-	-	84.413
Outros	31.799	150	(1.464)	4.283	-	-
	81.894	**150**	**160.493**	**64.408**	-	**86.729**
Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal						
Suprimento de energia elétrica	6.284	-	55.679	6.644	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	391	-	3.326	323	-	-
	6.675	-	**59.005**	**6.967**	-	-
CELG Distribuição S.A.						
Suprimento de energia elétrica	10.807	-	106.923	-	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	2.183	-	20.216	-	-	-
	12.990	-	**127.139**	-	-	-
Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa						
Suprimento de energia elétrica	6.003	-	48.062	6.025	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	708	-	4.118	-	-	360
Empregados cedidos	10	-	-	-	-	
	6.721	-	**52.180**	**6.025**	-	**360**
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron						
Encargos do uso da rede elétrica	2.141	-	16.254	1.384	-	1.384
Contas a receber (operação termonorte)	1.052.533	-	-	797.019	-	-
	1.054.674	-	**16.254**	**798.403**	-	**1.384**
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - CGTEE						
Encargos do uso da rede elétrica	248	-	1.850	114	-	-
	248	-	**1.850**	**114**	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf						
Encargos do uso da rede elétrica	9.034	7.134	12.270	8.890	7.374	(64.392)
Empregados cedidos	108	-	-	91	-	-
	9.142	**7.134**	**12.270**	**8.981**	**7.374**	**(64.392)**
Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre						
Suprimento de energia elétrica	12.060	-	137.501	42.137	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	480	-	3.887	-	-	-
Outros	1.415	-	-	36.631	-	-
	13.955	**-**	**141.388**	**78.768**	**-**	**-**
Cia. Energética de Pernambuco S.A. - Celpe						
Suprimento de energia elétrica	8.861	-	32.848	8.188	-	38.253
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	10.109	-	-	9.652
	8.861	**-**	**42.957**	**8.188**	**-**	**47.905**
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A. - Cosern						
Suprimento de energia elétrica	2.523	-	10.520	2.463	-	13.498
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	4.133	-	-	3.766
	2.523	**-**	**14.653**	**2.463**	**-**	**17.264**
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. - Coelba						
Suprimento de energia elétrica	-	-	60.661	-	-	72.241
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	14.636	-	-	13.296
	-	-	**75.297**	-	-	**85.537**
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras						
Empréstimos e financiamentos	-	4.141.441	(467.634)	-	4.050.910	(501.107)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	215.176	(72.641)	-	1.127.731	-
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	18.293	-
Outros	4.554	63.656	(5.100)	71.708	-	-
	4.554	**4.420.273**	**(545.375)**	**71.708**	**5.196.934**	**(501.107)**
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear						
Encargos do uso da rede elétrica	532	-	4.802	517	-	-
	532	**-**	**4.802**	**517**	**-**	**-**
Eletrobras Partipações S.A. - Eletropar						
Outros	11.574	-	-	11.574	-	-
	11.574	**-**	**-**	**11.574**	**-**	**-**
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						
Encargos sobre o uso da rede elétrica	62	5.283	(51.669)	-	5.522	(47.616)
Empregados cedidos e PPRS	110	-	-	74	-	-
	172	**5.283**	**(51.669)**	**74**	**5.522**	**(47.616)**
Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Encargos sobre o uso da rede elétrica	4.317	9.943	(61.199)	4.244	10.367	(92.319)
Outros	288	28	-	239	53	-
	4.605	**9.971**	**(61.199)**	**4.483**	**10.420**	**(92.319)**
Itaipu						
Empregados cedidos	42	-	-	-	-	-
	42	-	-	-	-	-
Previnorte Fundação de Previdência Complementar						
Outros	-	5.984	-	-	5.435	-
	-	**5.984**	-	-	**5.435**	-
TOTAL	**1.253.376**	**4.448.795**	**50.155**	**1.067.960**	**5.225.685**	**(466.255)**

	CONSOLIDADO					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.						
Ressarcimento de gastos – UTE Electron	23.260	-	-	-	-	-
Dispêndios a reembolsar e empregados cedidos	10.954	-	110	5.287	-	-
	34.214	-	**110**	**5.287**	-	-
Boa Vista Energia S.A.						
Venda das DITs	-	-	-	42.516	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	17.609	-	2.316
Suprimento de energia elétrica	50.095	-	161.957	-	-	84.413
Outros	31.799	150	(1.464)	4.283	-	-
	81.894	**150**	**160.493**	**64.408**	-	**86.729**
Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal						
Suprimento de energia elétrica	6.685	-	55.679	6.644	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	391	-	3.326	323	-	-
	7.076	-	**59.005**	**6.967**	-	-
CELG Distribuição S.A.						
Suprimento de energia elétrica	10.822	-	106.923	-	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	2.183	-	20.216	-	-	-
	13.005	-	**127.139**	-	-	-
Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa						
Suprimento de energia elétrica	6.715	-	48.062	6.025	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	5.278	-	4.118	-	-	360
Empregados cedidos	10	-	-	-	-	-
	12.003	-	**52.180**	**6.025**	-	**360**
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron						
Encargos do uso da rede elétrica	2.144	-	16.254	1.384	-	1.384
Contas a receber (operação termonorte)	1.052.533	-	-	797.019	-	-
	1.054.677	-	**16.254**	**798.403**	-	**1.384**
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - CGTEE						
Encargos do uso da rede elétrica	253	-	1.850	114	-	-
	253	-	**1.850**	**114**	-	-
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf						
Encargos do uso da rede elétrica	9.279	7.134	12.270	8.890	7.374	(64.392)
Empregados cedidos	108	-	-	91	-	-
	9.387	**7.134**	**12.270**	**8.981**	**7.374**	**(64.392)**
Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre						
Suprimento de energia elétrica	12.081	-	137.501	42.137	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	480	-	3.887	416	-	-
Outros	1.415	-	-	36.631	-	-
	13.976	-	**141.388**	**79.184**	-	-

Cia. Energética de Pernambuco S.A. - Celpe						
Suprimento de energia elétrica	8.861	-	32.848	8.188	-	38.253
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	10.109	-	-	9.652
	8.861	-	**42.957**	**8.188**	-	**47.905**
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A. - Cosern						
Suprimento de energia elétrica	2.523	-	10.520	2.463	-	13.498
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	4.133	-	-	3.766
	2.523	-	**14.653**	**2.463**	-	**17.264**
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. - Coelba						
Suprimento de energia elétrica	-	-	60.661	-	-	72.241
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	14.636	-	-	13.296
	-	-	**75.297**	-	-	**85.537**
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras						
Empréstimos e financiamentos	-	4.141.441	(467.634)	-	4.067.210	(503.197)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	215.176	(72.641)	-	1.127.731	-
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	18.293	-
Outros	4.554	63.656	(5.100)	72.240	-	-
	4.554	**4.420.273**	**(545.375)**	**72.240**	**5.213.234**	**(503.197)**
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear						
Encargos do uso da rede elétrica	536	-	4.802	517	-	-
	536	-	**4.802**	**517**	-	-
Eletrobras Partipações S.A. - Eletropar						
Outros	11.574	-	-	11.574	-	-
	11.574	-	-	**11.574**	-	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						
Encargos sobre o uso da rede elétrica	65	5.283	(51.669)	-	5.522	(47.616)
Empregados cedidos e PPRS	110	-	-	74	-	-
	175	**5.283**	**(51.669)**	**74**	**5.522**	**(47.616)**
Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Encargos sobre o uso da rede elétrica	4.428	10.031	(61.199)	4.244	10.367	(92.319)
Outros	288	28	-	239	53	-
	4.716	**10.059**	**(61.199)**	**4.483**	**10.420**	**(92.319)**
Itaipu						
Empregados cedidos	42	-	-	-	-	-
	42	-	-	-	-	-
Previnorte Fundação de Previdência Complementar						
Outros	-	5.984	-	-	5.435	-
	-	**5.984**	-	-	**5.435**	-
TOTAL	**1.259.466**	**4.448.883**	**50.155**	**1.068.908**	**5.241.985**	**(468.345)**

■ Encargos do uso da rede elétrica

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida – RAP.

A tarifa praticada nestas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da Aneel para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

■ Serviços prestados

Refere-se a serviços de gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços prestados às partes relacionadas executados, normalmente, durante a construção dos empreendimentos.

■ Dispêndios a reembolsar e empregados cedidos:

a) Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos por empregados das partes relacionadas, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados das partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

b) Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia, são totalmente reembolsados entre as empresas.

■ Suprimento de energia elétrica

Refere-se a operações de venda de energia elétrica.

■ Contas a receber (operação Termo Norte)

Refere-se aos valores transacionados de manutenção da operação da Termo Norte, conforme a nota 15.15.

■ Remuneração de acionistas

Refere-se aos pagamentos efetuados como dividendos ao controlador, conforme descrito na nota 25.

■ Contratos de empréstimos e financiamentos

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado (nota 23).

41.3. Remuneração do pessoal chave da administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	3.005	2.715	5.861	2.954
Encargos sociais	100	76	663	137
Benefícios	458	458	482	467
Participação nos lucros e resultados	227	218	262	358
Outros	-	-	271	-
TOTAL	**3.790**	**3.467**	**7.539**	**3.916**

NOTA 42 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

42.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

CONSOLIDADO	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Total dos Financiamentos e empréstimos (nota 23)	7.390.349	6.287.359
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	758.161	626.891
Dívida líquida	**6.632.188**	**5.660.468**
Patrimônio líquido	10.600.006	10.259.985
Total do capital	**10.600.006**	**10.259.985**
Índice de alavancagem financeira	**63%**	**55%**

42.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Empréstimos e Recebíveis	**6.033.049**	**7.060.227**	**9.602.588**	**9.352.454**
Clientes (nota 8)	662.264	1.017.631	666.998	705.909
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	9.457	17.609	9.457	-
Direitos de ressarcimento (nota 12)	143.582	311.170	143.582	316.981
Ativo Financeiro - Concessões (nota 10)	2.307.399	4.759.983	5.850.213	7.399.310
Outros ativos	2.910.347	953.834	2.932.338	930.254
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**1.562.943**	**1.339.199**	**1.997.609**	**1.897.270**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	367.539	197.898	758.161	626.891
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 14)	472.364	376.950	473.448	376.950
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	723.040	764.351	766.000	893.429

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Mensurados ao Custo Amortizado	**6.115.274**	**6.181.498**	**9.241.141**	**7.880.301**
Fornecedores (nota 22)	646.415	672.506	1.019.079	939.750
Empréstimos e financiamentos (nota 23)	4.679.388	4.671.738	7.321.029	6.287.359
Debêntures (nota 23)	-	-	69.320	-
Concessões a Pagar UBP (nota 32)	-	-	30.734	28.974
Obrigações estimadas (nota 26)	346.632	352.520	349.688	363.242
Outros passivos	442.839	484.734	451.291	260.976
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**408.130**	**446.520**	**408.130**	**454.749**
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 14)	408.130	446.520	408.130	454.749

42.2.1. Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

a) **Equivalentes de caixa:** mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) **Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo** – usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

c) **Consumidores e revendedores:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

d) **Financiamentos e empréstimos concedidos:** são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a carteira consolidada de empréstimos e financiamentos concedidos totalizou R$ 9.457 (2011 - R$ 17.609), conforme demonstrado a seguir por moeda:

Moeda	**US$ (equivalentes)**	**R$**	**%**
Real (moeda nacional)	4.629	9.457	100%
	4.629	**9.457**	**100%**

e) **Ativos financeiros da concessão:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

f) **Derivativos:** são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação de *hedge* (se hedge de fluxo de caixa ou de valor justo).

42.2.2. Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

a) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

b) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2012 com contratos passivos consolidados, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R$ 7.390.349 (2011 - R$ 6.287.359), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US$ (equivalentes)	R$	%
Dólar Norte-Americano	182.523	371.251	5%
Real	3.367.994	6.850.500	93%
Iene	82.748	168.309	2%
EURO	142	289	0%
	3.633.407	**7.390.349**	**100%**

c) **Demais passivos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

42.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

42.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em EURO e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 23.4).

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos		
Dólar norte-americano	-	-
Euro	-	-
Iene	-	-
Total	-	-
Passivos		
Dólar norte-americano	371.251	376.732
Euro	289	641
Iene	168.309	186.295
Total	**539.849**	**563.668**
Passivo líquido exposto	**539.849**	**563.668**

42.3.1.1. Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Em 2009, a ESBR Participações S.A, com o intuito de reduzir a exposição cambial de determinadas parcelas do contrato com a empresa chinesa Dong Fang, a controlada em conjunto firmou contratos a termo de moeda sem entrega física (NDF) com instituições financeiras. Os valores desses acordos foram de US$ 41,000 e US$ 16,400, com vencimentos em 17 de setembro de 2009 e 18 de dezembro de 2009, e taxas pactuadas de R$ 2,29 e R$ 2,18, respectivamente. Tais operações foram classificadas como hedges de fluxo de caixa. Conforme previsto nas práticas contábeis, as variações cambiais das NDF foram registradas na conta de Outros resultados abrangentes e transferidas ao ativo imobilizado quando da efetiva liquidação do passivo junto ao fornecedor.

No exercício de 2011, a SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. possuía *hedge* de fluxo de caixa, porém esse instrumento financeiro foi liquidado em novembro de 2012.

42.3.1.2. Transnorte Energia S.A.

A Transnorte tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Transnorte não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

As políticas de administração de risco da Transnorte foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades.

Durante o segundo trimestre de 2012, a Transnorte, autorizou a Alubar Metais e Cabos S.A. (fornecedor de cabos de alumínio) a contratar um *hedge* no "*London Metal Exchange*", de modo a assegurar uma determinada cotação no LME *Hedge* para os Cabos de Alumínio Acar 950 a serem fornecidos pela própria Alubar.

Com o objetivo de garantir o pronto e integral pagamento de todos os valores referentes ao hedge e que são devidos pela Transnorte à Alubar, ficou definido que a Transnorte deveria constituir em favor da Alubar uma garantia consistente (depósito em reais), montante suficiente para fazer frente ao valor de exposição do hedge. Em 31 de dezembro de 2012, a exposição do hedge era de aproximadamente R$ 1.277, e a garantia constituída pela Transnorte era de aproximadamente R$ 4.040 (A participação da Eletronorte na Transnorte é de 49%, ou seja, desta garantia, apenas R$ 1.980 faz parte da participação da Eletronorte).

42.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

42.3.3. Risco de commodities

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	CONTROLADORA		
	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773. 21/ton e US$ 1,450/ton, respectivamente.

O impacto do derivativo embutido no resultado foi positivo em 2012 em R$ 133.804 e de R$ 124.770 negativo em 2011, e a posição patrimonial apresentada é ativa em R$ 472.364 em 2012 e R$ 376.950 em 2011 (nota 14 e 36).

42.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia e suas controladas atuam nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

42.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 42.3.1. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e do grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e o Grupo devem quitar as respectivas obrigações.

	CONTROLADORA			
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2012			
(Circulante / Não Circulante)	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	**1.805.000**	**789.106**	**1.187.531**	**2.333.637**
Fornecedores	646.415			
Empréstimos e financiamentos	457.908	769.239	1.136.565	2.315.676
Obrigações estimadas	346.632	-	-	-
Outros passivos	354.045	19.867	50.966	17.961
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**185.031**	**223.099**	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.031	223.099	-	-

	CONTROLADORA			
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2011			
(Circulante / Não Circulante)	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	**1.660.385**	**544.758**	**1.582.187**	**2.394.168**
Fornecedores	672.506	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	387.803	385.722	1.523.579	2.374.634
Obrigações estimadas	214.505	138.015	-	-
Outros passivos	385.571	21.021	58.608	19.534
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**261.489**	**185.031**	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	261.489	185.031	-	-

	CONSOLIDADO			
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2012			
(Circulante / Não Circulante)	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	**2.689.122**	**957.204**	**1.677.371**	**3.917.444**
Fornecedores	1.019.079	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	957.028	931.633	1.608.467	3.823.901
Debêntures	1.305	5.229	15.456	47.330
Concessões a Pagar UBP	-	-	2.482	28.252
Obrigações estimadas	349.688	-	-	-
Outros passivos	362.022	20.342	50.966	17.961
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**185.031**	**223.099**	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.031	223.099	-	-

	CONSOLIDADO			
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2011			
(Circulante / Não Circulante)	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	**2.418.647**	**1.249.871**	**1.627.483**	**2.584.300**
Fornecedores	939.750	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.121.046	1.061.646	1.565.555	2.539.112
Concessões a Pagar UBP	-	-	3.320	25.654
Obrigações estimadas	225.227	138.015	-	-
Outros passivos	132.624	50.210	58.608	19.534
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**269.718**	**185.031**	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	269.718	185.031	-	-

42.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2012 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

42.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

42.4.1.1. Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R$/US$)	182.523	371.251	2,080	1,560	1,040	284.735	189.824
IPCA	-	2.764.902	5,65%	4,24%	2,83%	2.882.065	2.843.010
TJLP	-	429.525	5,00%	3,75%	2,50%	445.632	440.263
EURO(R$/€)	107	289	2,644	1,983	1,322	212	141
IENE(R$/¥)	7.131.737	168.309	0,026	0,020	0,013	140.139	93.426
TOTAL		**3.734.276**				**3.752.783**	**3.566.664**

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R$/US$)	182.523	371.251	2,080	1,560	1,040	284.735	189.824
IPCA	-	2.805.102	5,65%	4,24%	2,83%	2.923.968	2.884.346
TJLP	-	2.713.251	5,00%	3,75%	2,50%	2.814.998	2.781.082
EURO(R$/€)	107	289	2,644	1,983	1,322	212	141
IENE(R$/¥)	7.131.737	168.309	0,026	0,020	0,013	140.139	93.426
TOTAL		**6.058.202**				**6.164.052**	**5.948.819**

42.4.1.2. Apreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R$/US$)	182.523	371.251	2,080	2,600	3,120	474.559	569.471
IPCA	-	2.764.902	5,65%	7,06%	8,48%	2.960.173	2.999.227
TJLP	-	429.525	5,00%	6,25%	7,50%	456.370	461.739
EURO(R$/€)	107	289	2,644	3,305	3,966	353	424
IENE(R$/¥)	7.131.737	168.309	0,026	0,033	0,039	233.564	280.277
TOTAL		**3.734.276**				**4.125.019**	**4.311.138**

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R$/US$)	182.523	371.251	2,080	2,600	3,120	474.559	569.471
IPCA	-	2.805.102	5,65%	7,06%	8,48%	3.003.212	3.042.834
TJLP	-	2.713.251	5,00%	6,25%	7,50%	2.882.829	2.916.745
EURO(R$/€)	107	289	2,644	3,305	3,966	353	424
IENE(R$/¥)	7.131.737	168.309	0,026	0,033	0,039	233.564	280.277
TOTAL		**6.058.202**				**6.594.517**	**6.809.751**

42.4.2. Derivativos embutidos indexados ao preço do Alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional (vide item 42.3.3 – Risco de Commodities desta nota explicativa).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1,450), logo o valor tende a zero impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%) a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de Câmbio, Preço de Alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Saldo em 31/12/2012	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
472.364	98.206	-	985.655	1.196.920

42.5. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

CONTROLADORA						
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	31/12/2012			31/12/2011		
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**1.090.579**	**472.364**	-	**962.249**	**375.950**	-
Caixa e equivalente de caixa	367.539	-	-	197.898	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	723.040	-	-	764.351	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	472.364	-	-	375.950	-

CONSOLIDADO						
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	31/12/2012			31/12/2011		
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**1.524.161**	**473.448**	-	**1.520.320**	**376.950**	-
Caixa e equivalente de caixa	758.161	-	-	626.891	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	766.000	-	-	893.429	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	473.448	-	-	376.950	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado, utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia, é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 43 – SEGUROS

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra, por meio da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A importância segurada apresenta um valor global de R$ 4.077.939 na controladora e R$ 5.367.198 no consolidado, estando à especificação por modalidade de risco e data de vigência abaixo demonstrada:

RISCO	CONTROLADORA		
	PERÍODO DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Engenharia, modalidade de funcionamento operacional	26/12/2012 a 26/12/2013	3.842.348	16.956
Transporte Nacional	17/03/2012 a 17/03/2013	200	2
Incêndio, raio e explosão	09/12/2012 a 09/12/2013	61.667	14
Seguro de Pessoas	30/04/2012 a 30/04/2013	-	3.391
Incêndio, raio e explosão - Regionais	04/05/2012 a 04/05/2013	73.724	16
Seguro Garantia Participação de Leilão	10/08/2012 a 10/08/2013	-	350
Seguro Garantia Fiel Cumprimento de Contrato	10/03/2012 a 10/03/2013	-	900
Responsabilidade civil	14/12/2012 a 14/12/2013	100.000	916
TOTAL		**4.077.939**	**22.545**

RISCO	INVESTIDAS		
	PERÍODO DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.			
Responsabilidade Civil	19/08/12 a 19/08/13	59.844	45
Responsabilidade Operacional	19/08/12 a 19/08/13	10.000	-
Estação Transmissora de Energia S.A.			
Fiel Cumprimento	10/07/12 a 31/05/13	99.900	311
Integração Transmissora de Energia S.A.			
Risco Nomeados	27/07/12 a 27/07/13	30.000	197
Responsabilidade Civil	27/07/12 a 27/07/13	10.000	23
Norte Energia S.A.			
Risco de Engenharia	31/08/11 a 31/01/21	21.119	262
Responsabilidade Civil	01/03/11 a 31/01/19	90.000	
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.			
Riscos Patrimoniais	24/04/12 a 24/04/13	36.550	165
Transnorte Energia S.A.			
Risco de Engenharia	24/01/12 a 08/05/15	931.846	513
Total		**1.289.259**	**1.516**

Historicamente, a Companhia e suas controladas não têm sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

43.1. Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termelétricas e subestações de propriedade da Companhia e investidas.

43.2. Seguro de incêndio, raio e explosão

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdos do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

43.3. Seguro de responsabilidade civil geral

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia e investidas.

NOTA 44 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2012, estão demonstradas a seguir:

CATEGORIA	2012		2011	
	MAIOR (R$)	MENOR (R$)	MAIOR (R$)	MENOR (R$)
Diretores	33.119,93	31.245,22	29.616,32	29.616,32
Empregados	46.356,15	2.431,34	43.486,05	2.087,27
	SALÁRIO MÉDIO (R$)	**REMUNERAÇÃO MÉDIA (R$)**	**SALÁRIO MÉDIO (R$)**	**REMUNERAÇÃO MÉDIA (R$)**
Empregados	7.282,32	10.121,20	6.711,52	9.714,37

As remunerações estão de acordo com a política salarial praticada pela Companhia, individualmente, e inclui salário base, gratificação de função, adicional por tempo de serviço e produtividade.

NOTA 45 – ASSUNTOS RELEVANTES EM ANDAMENTO

A administração da Companhia em 11 de dezembro de 2012, instituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de formalizar as providências necessárias com vistas à incorporação à Eletronorte das seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE):

a) Estação Transmissora de Energia S.A. (Estação):

A Estação é uma SPE, constituída em 25 de novembro de 2008 com o objetivo de escoar a energia produzida nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Estado de Rondônia.

b) Rio Branco Transmissora de Energia S. A. (Rio Branco):

A Rio Branco é uma SPE, constituída em 21 de julho de 2009 para atender a expansão do sistema de transmissão através da conexão da subestação de Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre, à rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O resumo das informações financeiras e suas concessões estão descritas na nota 19.2 (c) e nas notas 2.2 e 2.3, respectivamente.

NOTA 46 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Recebimento das indenizações das concessões

Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou o processo de renovação das concessões, de acordo com os dispositivos previstos nas MPs 579 e 591 (atual Lei nº 12.783/2013), conforme descrito nas notas 2.5 e 9. Os valores das indenizações foram recebidos, de acordo com o seu cronograma, após o encerramento do exercício de 2012, conforme informado abaixo:

Indenizações	Data de recebimento	Valores
Referente aos valores a vista	18/01/2013	896.705
1ª parcela a prazo	18/01/2013	38.438
2ª parcela a prazo	18/02/2013	38.502
3ª parcela a prazo	18/03/2013	36.057

A Companhia receberá, mensalmente, em 29 parcelas, o restante do valor negociado acrescido de suas respectivas atualizações, previstas na Portaria Interministerial 580 do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia (individual e consolidada), bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia (PricewaterhouseCoopers) referenciada no relatório dos auditores independentes a seguir apresentado.

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Gestão Corporativa

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Operação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

JOSÉ FRANCISCO DE ABREU
Contador - CRC-DF-003586/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Presidente

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
Conselheiro

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Conselheiro

TÚLIO NEIVA RIZZO
Conselheiro

WANDERMILSON JESUS GARCÊZ DE AZEVEDO
Conselheiro

FERNANDO ANTONIO PEREIRA
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
Presidente

ARLINDO SOARES CASTANHEIRA
Conselheiro

RODRIGO SAMPAIO MARQUES
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e suas controladas ("Consolidad0") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio liquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva – Limitação de escopo

Conforme apresentado na Nota 19 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém investimentos nas empresas Rio Branco Transmissora de Energia S.A. e Energética Águas da Pedra S.A., os quais foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora, cujos saldos na rubrica de investimentos em 31 de dezembro de 2012 somam R$ 244.231 mil e que, no exercício findo nessa data, produziram resultado líquido positivo de equivalência patrimonial no valor de R$ 21.163 mil. No consolidado, em 31 de dezembro de 2012, a empresa Rio Branco Transmissora de Energia S.A., única investida consolidada entre as duas mencionadas acima, apresenta saldo de R$ 20.501 mil no ativo circulante, R$ 286.117 mil no ativo não circulante, R$ 17.865 mil no passivo circulante e R$ 134.318 mil no passivo não circulante e produziu, no prejuízo do exercício findo nessa data, efeito líquido positivo no montante de R$ 8.223 mil.

Não obtivemos evidência apropriada e suficiente em relação ao saldo desses investimentos em 31 de dezembro de 2012 e ao resultado, por eles produzidos, no exercício findo nessa data, em virtude dos respectivos processos de preparação das demonstrações financeiras não estarem finalizados. Em decorrência, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, caso os referidos acessos tivessem sido obtidos.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva – Limitação de escopo", as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase – Renovação das concessões

Chamamos a atenção Nota 2.5 às demonstrações financeiras que descreve que, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgadas pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.

Os valores dos ativos de transmissão abrangidos nessa situação correspondem a R$ 1.810.171 mil em 31 de dezembro de 2012, conforme nota 20, e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 4.4 às demonstrações financeiras, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Informação suplementar - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida, pela legislação societária brasileira, apenas para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva – Limitação de escopo" está adequadamente apresentada, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC MG070614/O-5 "S" DF

Fabiano Ricardo Tessitore
Contador CRC 1SP216451/O-1 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas, e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2012. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 26 de março de 2013, contendo ressalva de limitação de escopo relativa às empresas Rio Branco Transmissora de Energia S.A. e Energética Águas da Pedra S.A., opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, observado que a limitação de escopo se deu em razão de não estarem concluídos os processos de auditoria das demonstrações financeiras e, em decorrência, ainda não emitidos os Relatórios de Auditoria de ambas as empresas até esta data. Por pertinente, o Conselho Fiscal ressalta que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a Empresa responsável pelo referido processo de auditoria e respectivos relatórios de auditoria das mencionadas Empresas.

Brasília - DF, 26 de março de 2013

ARLINDO SOARES CASTANHEIRA
JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
RODRIGO SAMPAIO MARQUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BOA VISTA ENERGIA S/A

RELATÓRIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO 2012

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis acompanhadas com parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social em 31 de dezembro de 2012. Ao longo do ano, esteve focada nas diretrizes estabelecidas pela Holding às seis empresas distribuidoras do grupo, realizando ações do plano estratégico de negócio integrado, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro e aprimorando os requisitos de atendimento relativos aos critérios de exigências da concessão e dos agentes e parceiros envolvidos no sistema. Paralelamente, planejou e executou trabalhos de melhoria e reforço no sistema de distribuição, visando disponibilizar serviços de qualidade e, por consequência, maior confiabilidade do sistema elétrico no Estado de Roraima.

No Relatório que ora se apresenta pode ser visto um resumo das realizações e resultados que deram continuidade ao Plano de Transformação e Fortalecimento do Sistema Eletrobras (PTSE), que contempla um conjunto de 41 projetos (ou ações), distribuídos em quatro vetores de atuação, definidos pelo Ministério de Minas e Energia - MME. A Empresa teve participação efetiva no conjunto de projetos que tiveram o objetivo de implementar uma nova visão de futuro, alinhada ao novo ambiente institucional do Setor Elétrico Brasileiro, com foco na eficiência empresarial para obter melhores resultados para as diversas partes interessadas (stakeholders).

A parceria firmada com o Banco Mundial em 2011 manteve-se em 2012, com projetos de infraestrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica. Um conjunto de ações planejadas e coordenadas estão sendo executadas, a fim de conquistar objetivos comuns às seis empresas, tais como redução da frequência e da duração das interrupções de energia elétrica, ampliação do investimento na expansão e melhoria dos sistemas de distribuição, fortalecimento institucional e capacitação técnica.

Em termos de realização orçamentária destaque para o exercício de 2012 onde a Eletrobras Distribuição Roraima obteve uma realização de 85,24% do seu orçamento de investimento, a maior dos últimos dois anos.

Inúmeras ações realizadas ao longo do ano com o objetivo de reduzir o índice de perdas da Empresa resultou no registro de 12,25% de perdas globais em 2012, o menor índice nos últimos anos, fruto dos esforços que vêm sendo realizados com o processo de seleção de unidades consumidoras com indicativos de irregularidades para inspeção e a realização de suspensão de fornecimento de energia em unidades consumidoras na condição de clandestinas.

Estamos conscientes dos desafios de 2013, onde os esforços serão concentrados na melhoria dos serviços prestados aos clientes, com disciplina financeira e técnico-operacional, de modo a honrar os compromissos com consumidores, acionistas, clientes e fornecedores, afinal, desafios são empresarialmente necessários, principalmente quando as mudanças se tornam obrigatórias para a garantia da sobrevivência e estão inseridos em um contexto maior, o da transformação de todas as empresas Eletrobras no maior sistema empresarial global de energia limpa até 2020.

2. Ambiente Econômico para a Área de Concessão

Atualmente, o mercado de energia comercializada na capital de Roraima vem demonstrando crescimento contínuo, registrando no ano de 2012 uma taxa de crescimento de 5,3% em relação ao ano anterior. A classe Rural foi a que apresentou maior crescimento, com aumento de 72,4% em relação a 2011.

No ambiente econômico-financeiro, a Empresa apresentou em 2012 um prejuízo líquido de R$ 125,32 milhões em suas Demonstrações Contábeis. Seus maiores impactos foram decorrentes do: o aumento da tarifa de energia comprada; as variações monetárias passivas do contrato de financiamento com a Eletronorte; as provisões: para Crédito de Liquidação Duvidosa, Contingenciais e de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment).

2.1 Perfil

2.1.1 A Eletrobras Distribuição Roraima

O ano de 1989 foi marcado pelo surgimento da Regional da Eletronorte em Boa Vista, com a encampação de parte da Empresa Energética de Roraima - CERR, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Esta regional surgiu com o propósito de empresa de distribuição, comercialização e geração de energia elétrica, assumindo assim as atividades até então desenvolvidas pela CERR na Capital.

Já em 23 de dezembro de 1997, foi criada a Boa Vista Energia S/A denominada neste relatório de "Empresa", começando a atuar no município de Boa Vista em 3 de fevereiro de 1998, a partir da assinatura do "Termo de Compromisso de Assunção de Direitos e Obrigações", juntamente com a Eletronorte. Atua no mercado de acordo com a legislação e normas que regem o Setor Elétrico Brasileiro, conforme Contrato de Concessão nº 021/2001, estabelecido com o Poder Concedente por meio do Órgão Regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Seu Estatuto foi publicado no Diário Oficial da União, nº 31, em 13 de fevereiro de 1998, seção 01, páginas 55 e 56.

É uma Sociedade Anônima Fechada - Empresa Pública, sendo uma subsidiária integral da Eletronorte, inscrita no CNPJ nº 02.341.470/0001-44, controlada pela Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A partir de julho de 2001, com a construção da Linha de Transmissão em tensão de 230 kV, a Subestação de Santa Elena do Uairen na Venezuela, pertencente a CVG EDELCA, foi interligada à Subestação Boa Vista de propriedade da Eletronorte, situada na região do Monte Cristo, zona rural deste município. Dessa Subestação derivam as linhas de Subtransmissão de 69 KV, interligando as 03 (três)Subestações da Boa Vista Energia S/A, SE Centro, SE Floresta e SE Distrito.

Além de atender o mercado do município de Boa Vista a empresa subsidia a CERR, fornecendo energia para oito municípios: Cantá, Bonfim, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema, Caracaraí e Rorainópolis.

Recentemente, com o Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, foi definida e implantada uma nova arquitetura de marca para as empresas que compõem o Sistema Eletrobras. Nesse contexto, como participante desse Sistema, a Boa Vista Energia S/A com a nova arquitetura e marca construída, a partir de março de 2010 passou a se chamar Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR, ficando sob a gestão da Holding Eletrobras.

Missão, visão e valores

A Missão do Sistema Eletrobras, base de sua razão de ser e identidade institucional, consiste em:

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

A Visão do Sistema Eletrobras, imagem que sintetiza a situação desejada para a instituição no ano de 2020, é a seguinte:

Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Os Valores que balizam as práticas e os comportamentos do Sistema Eletrobras e dos seus integrantes, representando suas doutrinas essenciais e permanentes, são:

Foco em resultados

Empreendedorismo e inovação

Valorização e comprometimento das pessoas

Ética e Transparência

3. Orientações estratégicas e Direcionamentos

3.1 Planejamento Estratégico

As empresas de Distribuição da Eletrobras iniciaram a revisão do seu Planejamento Estratégico para o ciclo 2012-2021 ao final de 2011. O Objetivo desse trabalho foi de revisar o Plano de Negócios, analisar e propor ações para o diagnóstico realizado e rever o orçamento de custeio e investimento previstos.

A partir dessa análise, os resultados esperados até 2014 são:

- Atingir níveis de perdas de energia e inadimplência menores que os estabelecidos pelo órgão regulador;
- Custos iguais à empresa de referência;
- Lucro consolidado positivo;
- Qualidade no fornecimento de energia dentro das metas do órgão regulador;
- Incrementação do nível de satisfação dos colaboradores e do atendimento ao cliente; e
- Aumento do nível histórico de realizações dos investimentos.

A presidência e as diretorias estabeleceram ações e projetos, já aprovados pelo Diretor-Presidente, que foram executados ao longo de 2012, nos seguintes temas:

Presidência	Geração	Finanças
Expansão	Regulação	Gestão
Suprimento	Operação	Comercial

Já, em maio de 2012 teve início os trabalhos de Gerenciamento pela Gestão Estratégica, que consiste em um sistema gerencial baseado na participação de todas as áreas e de todos os empregados da Empresa, no estudo e na condução da qualidade. Foram estipulados indicadores para as áreas, além dos já existentes no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, como forma de avaliar a gestão estratégica da área e da Empresa como um todo. Os resultados da gestão estratégica foram disponibilizados através do quadro "Gestão a Vista", fixado nas diversas áreas da Empresa, tendo seu monitoramento realizado através de reuniões mensais de análise do desempenho.

Objetivo

Verificar a tendência dos resultados e acompanhar os planos de ações estabelecidos pelas áreas, permitindo que medidas preventivas e corretivas sejam tomadas visando o alcance dos resultados planejados.

Ganhos

- Melhoria dos resultados operacionais e, consequentemente, estratégicos;
- Melhor visão do negócio;
- Sinergia entre as áreas na busca de melhores resultados para empresa;
- Participação das equipes no planejamento e acompanhamento dos resultados;
- Aprendizado contínuo sobre a gestão do negócio;
- Aprendizado para planejamentos futuros.

3.2 Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE

A Empresa, desde o ano de 2010, vem atuando em consonância com as diretrizes do Plano de Transformação da Eletrobras, para adequação da sua estrutura de capital, a fim de minimizar os custos de capital da Empresa e maximizar a geração de valor para seus acionistas. Por essa razão, busca aprimorar o perfil de endividamento quanto aos custos, prazos e indexadores.

Dentro das Novas Regras de Governança, a Empresa assinou em 2009, o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, com as metas e resultados a serem alcançadas para maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, e as condições de acompanhamento e monitoramento do Contrato.

O desempenho dos indicadores e metas estabelecidos no CMDE no ano de 2012 está apresentado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR UTILIZADO	UNIDADE	PERFIL	DESEMPENHO REALIZADO	DESEMPENHO META
INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS					
Reduzir gastos com o PMSO em relação à Receita Operacional Líquida - ROL	PMSO/ROL	%	< melhor	39,35	60,2
Manter o Serviço da Dívida nos níveis projetados pelas empresas no estudo de reestruturação de capital	Serviço da Dívida/EBITDA	%	< melhor	NA	(0,73)
Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/Patrim. Líquido	%	> melhor	NA	(104,39)
Aumentar o nível histórico de realização de investimentos	Invest. Realizado/Invest. Aprovado	%	> melhor	85,24	84
Aumentar o desempenho econômico segundo os padrões de mercado	Margem % EBITDA	%	> melhor	(6,09)	(46,3)
INDICADORES OPERACIONAIS					
Aumentar o índice de Satisfação dos Consumidores	IASC ANEEL	%	> melhor	65,20	65,4
Reduzir a Duração Equivalente de Interrupção do Cliente - DEC	DEC	horas	< melhor	11,89	11,8
Reduzir a Frequência Equivalente de Interrupção do Cliente - FEC	FEC	nº vezes	< melhor	23,52	20,0
Reduzir o nível de Perdas de Energia fora da tarifa	% Perdas Real - % Perdas Regulatórias	%	< melhor	12,25	13,07
Reduzir a Inadimplência (INAD) dos consumidores	INAD	%	< melhor	29,02	22,6
INDICADORES SÓCIO-AMBIENTAIS					
Obter um nível de satisfação dos colaboradores	Índice de Satisfação dos Colaboradores	%	> melhor	NA	70,7
Manter um montante de investimentos sociais em relação à Receita Operacional Líquida	Montante de Invest. Sociais/ROL	%	> melhor	NA	NA
Manter um montante de investimentos ambientais em relação à Receita Operacional Líquida	Montante de Invest. Ambientais/ROL	%	> melhor	NA	NA

3.3 Distribuição de energia

A Empresa recebe energia da Eletrobras Eletronorte na tensão de 69kV, na subestação Boa Vista (Eletronorte), de onde partem três linhas para as Subestações Floresta, Centro e Distrito.

O sistema de subtransmissão em 69kV da Empresa é constituído por aproximadamente 70 km de Linha de Transmissão interligando as subestações. As Subestações Centro, Floresta e Distrito, totalizam 186,2MVA de capacidade de transformação, sendo composta por sete transformadores 69/13,8kV de 26,6MVA. Já o sistema de distribuição é composto por 24 alimentadores em tensão de 13,8 kV.

A Eletrobras Distribuição Roraima também realiza o suprimento à Companhia Energética de Roraima - CERR, por meio de três conexões de distribuição em 13,8kV e uma conexão em 69kV.

As informações dos ativos elétricos da Empresa são apresentadas na tabela abaixo:

Dados do Sistema Elétrico	Medida	2011	2012	%
Subestações rebaixadoras 69/13,8 kV	unid.	3	3	0%
Transformadores 69/13,8 kV 26,6 MVA	unid.	6	7	17%
Rede Subtransmissão - 69 kV	km	70,59	70,59	0%
Rede MT Urbana	km	638	659,48	3%
Rede MT Rural	km	889	1106,39	24%
Rede MT Total	km	1527	1765,87	16%
Rede BT Urbana	km	1149	1180,01	3%
Rede BT Rural	km	80	84,9	6%
Rede BT Total	km	1229	1264,91	3%
Transformadores Distr. Urbanos - Empresa	unid.	2186	2317	6%
Transformadores Distr. Rurais - Empresa	unid.	728	1081	48%

EXEMPLAR DO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Total de Transf. Distr. da Empresa	unid.	2914	3398	17%
Transformadores Distr. Urbanos - Particular	unid.	613	618	1%
Transformadores Distr. Rurais - Particular	unid.	553	557	1%
Total de Transf. Distr. Particular	unid.	1166	1175	1%
Total de Transf. Distr. no Sistema	unid.	4080	4573	12%
Postes de Madeira Urbanos	unid.	4006	3614	-10%
Postes de Madeiras Rurais	unid.	1726	1242	-28%
Total de Postes de Madeira	unid.	5732	4856	-15%
Postes de Concreto Urbanos	unid.	34983	40372	15%
Postes de Concreto Rurais	unid.	6649	8952	35%
Total de Postes de Concreto	unid.	41632	49324	18%
Total de Postes do Sistema	unid.	47364	54180	14%

3.4 Suprimento de energia

Em dezembro de 2009, a empresa venezuelana CVG EDELCA - Electrificación del Caroní C.A., responsável pela totalidade do suprimento do Sistema Elétrico de Roraima - Brasil comunicou à Eletrobras Eletronorte da criticidade de geração de energia naquele país, agravada pelo fenômeno meteorológico La Niña que afetou diretamente o complexo hidrelétrico de Guri, indisponibilizando sete unidades geradoras daquela hidrelétrica e consequentemente a redução em 70% da capacidade de geração, levando a Venezuela ao racionamento de energia.

Numa primeira tentativa de evitar o racionamento elétrico no Estado, a Eletrobras Eletronorte, por solicitação da CVG EDELCA, tentou colocar em operação, no mês de janeiro de 2010, a Usina Termo Elétrica - UTE Floresta em Boa Vista - RR, para substituir de forma gradativa até o limite de 60MW o intercâmbio de energia entre os sistemas elétricos.

Após avaliação técnica operacional em uma das três unidades geradoras instaladas na UTE Floresta, verificou-se a incapacidade de atingir a produção de 60MW, além da não confiabilidade para produção em regime contínuo. Cabe destacar que as unidades geradoras da UTE Floresta estão desde o ano de 2001, quando da interligação e início do suprimento pela CVG EDELCA, em regime de operação contínua em base load (carga de base) e programadas para operação em regime descontinuado e eventual.

Dado o compromisso brasileiro de complementação de geração térmica em Boa Vista e a condição crítica do Parque Térmico da UTE Floresta, composto de grupos geradores com mais de 40 anos de operação, com vida útil em fase de esgotamento, o Ministério de Minas e Energia, amparado pelo Decreto nº 7093, de 02/02/2010, da Presidência da República Federativa do Brasil, publicou a Portaria nº 058, de 11/02/2010, indicando a concessionária Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR como agente responsável pela realização da contratação de grupos geradores, por meio de chamada pública, observando a publicidade e transparência preconizada no referido decreto.

Ainda conforme o Art. 3°, da Portaria n° 058, de 10.02.2010, do MME, autorizou-se em caráter emergencial, pelo prazo de 24 meses, a cessão temporária, pela Eletrobras Eletronorte para a Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR, dos bens vinculados à UTE - Floresta, para atendimento ao mercado consumidor da referida concessionária.

Tomadas todas as ações legais para contratação, observando-se a requerida publicidade e transparência preconizada no referido Decreto, a Empresa assinou em fevereiro de 2010, os contratos com os vencedores dos lotes para a disponibilidade de potência e geração de energia elétrica de 60 MW, e seus sistemas auxiliares e associados, em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz, tensão de 13,8kV, serviços de operação e manutenção das usinas, a serem instalados 40 MW na UTE Floresta e 20MW na UTE Distrito, na cidade de Boa Vista, pelo período de 24 meses.

Com a conclusão das obras, entraram em funcionamento no dia 09.04.2010 o grupo de geradores da UTE Distrito, com a produção de 20 MW, e em seguida a produção de 40MW dos grupos geradores da UTE Floresta, no dia 21.04.2010, sendo utilizados até meados de outubro quando o suprimento pela interligação Brasil/Venezuela foi restabelecido, porém com limitações a respeito do controle de tensão e capacidade de fornecimento.

Em janeiro de 2011, o Ministério de Minas e Energia - MME emitiu a Portaria de nº 014/2011, criando um Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar, identificar e promover ações necessárias para garantir condições adequadas de atendimento de energia elétrica ao Estado de Roraima, sendo composto pelos seguintes órgãos e entidades:

- MME - Secretaria de Energia Elétrica, que coordenou o GT;
- MME - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético;
- Empresa de Pesquisa Energética;
- Operador Nacional do Sistema Elétrico;
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte; e
- Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR.

Como conclusão do trabalho, foi emitida Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética EPE-DEE-NT-016/2011, contendo os resultados dos estudos do GT, onde é evidenciado a limitação Brasil/Venezuela, e que teve como recomendações:

- Instalação de mais 09 (nove) bancos capacitores no setor de 13,8kv da Eletrobras Distribuição Roraima até jul/2011, para garantir o suporte de tensão no ano de 2011, garantindo, segundo os estudos, a capacidade de atendimento de até 125MW pela interligação. Esta ação já foi executada pela EDRR evitando o despacho de geração para suporte às limitações da interligação Brasil/Venezuela.

- Necessidade de operação das unidades térmicas instaladas atualmente nas UTEs Floresta e Distrito Industrial, em 2012 e 2013, para compensação às limitações da interligação Brasil/Venezuela, até que ocorra a interligação ao SIN via Manaus, prevista para 2014. Poderá ser antecipada para o final de 2013 a instalação do compensador estático e operação na LT 230kv da interligação Brasil/Venezuela.

Em 2011, com a instalação dos Bancos de Capacitores pela EDRR, houve aumento da capacidade e consequente estabilidade no suprimento de energia elétrica por parte da empresa venezuelana e Eletronorte, não havendo a necessidade de acionamento do parque térmico.

Em 2012, especificamente no segundo semestre, houve um aumento do numero e intensidade de oscilações oriundas do sistema supridor, interligação Brasil/Venezuela. O sistema elétrico foi reavaliado por meio de estudo específico, sendo comprovado que o limite de estabilidade e confiabilidade da interligação Brasil/Venezuela havia sido reduzido de 125MW para 95MW. Desde então, houve a necessidade de maior complementação de geração termelétrica em Boa Vista, visando minimizar as perturbações causadas pela limitação da interligação.

O complemento com geração termelétrica será necessário até 2015, quando ocorrerá a interligação ao Sistema Interligado Nacional- SIN.

3.5 Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial

Diagnóstico dos negócios e operações

Foi realizado amplo diagnóstico dos negócios e operações das empresas Eletrobras, identificando as estruturas, macroprocessos, funções e recursos existentes e apontando aqueles que necessitam de mudanças para evitar a destruição de valor e aumento dos seus resultados. A implantação do novo modelo ocorreu em dezembro de 2009, com ajustes nos anos de 2010, 2011 e 2012. Tais ajustes são naturais, uma vez que sair de uma estrutura essencialmente funcional para uma matricial requer aprendizado e gestão de mudança. Realizar essa manobra em seis empresas ao mesmo tempo, torna o trabalho muito mais desafiador.

Modelo organizacional para a Eletrobras

O modelo organizacional da Eletrobras é por processos. Isso significa que o funcionamento se dá de forma matricial, tendo suas ações planejadas e executadas na Empresa, sob diretrizes e orientação de um Coordenador - Geral de Macroprocesso. Tal função vem sendo exercida por empregados das Empresas Eletrobras de Distribuição, ou Assistentes de Diretores, com vistas a unificar os procedimentos. Os gerentes funcionais, por sua vez, são responsáveis por alocar os recursos em cada EDE, de forma que as diretrizes dos Macroprocessos sejam atingidas.

4. Ambiente Regulatório da Concessão

O ano de 2012 foi marcado por grandes mudanças no setor elétrico brasileiro. A metodologia do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica mantém em constante alerta as distribuidoras de todo Brasil acerca da necessidade de se buscar a melhoria contínua da gestão das companhias.

Foi editada a Medida Provisória 577, de 29 de agosto de 2012, a qual dispõe sobre o processo de extinção e intervenção em concessões de serviço público de energia elétrica.

Já a Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012, tornou possível renovar as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A partir dessa Medida foi anunciado que em 2013 será possível reduzir a tarifa de energia em função da redução de encargos setoriais (Reserva Global de Reversão-RGR e Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis-CCC) e da indenização dos ativos não amortizados das empresas do setor.

Até 2013 está prevista a interligação de sistemas do Amazonas e Amapá com a conclusão da linha de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, atualmente em construção. Em 2014 será a vez do estado de Roraima, com a conclusão da linha Manaus-Boa Vista, a qual já foi licitada.

De acordo com a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, são diversos os benefícios da interligação da cidade de Boa Vista, em Roraima, ao Sistema Interligado Nacional (SIN):

- A redução da Conta de Consumo de Combustíveis (paga pelas empresas concessionárias de distribuição e de transmissão de energia elétrica) pela redução da geração térmica;
- Redução na importação de energia elétrica da Venezuela;
- Possibilidade de exportação de energia elétrica para a Venezuela;
- Possibilidade de escoamento de aproximadamente 700 MW provenientes de usinas geradoras já inventariadas e com possibilidade de conexão nas Subestações Boa Vista e Equador.
- Possibilidade de atendimento futuro das comunidades na região da divisa dos estados do Amazonas e Roraima por meio da instalação de transformadores na Subestação Equador.

As linhas de transmissão e subestações que compõem a interligação Manaus - Boa Vista terão extensão aproximada de 715 km. A previsão de entrada em operação comercial do empreendimento é de 36 meses após a assinatura do contrato, o qual ocorreu em 25 de janeiro de 2012.

Ainda segundo a Secretaria de Energia Elétrica, a estimativa de investimentos para o empreendimento é da ordem de R$ 1,2 bilhão e há a expectativa de gerar 3.230 empregos diretos com a construção da obra.

4.1 Reajuste tarifário

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, para a EDRR, na data base de 1° de novembro.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B.

Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados.

Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a Empresa tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

O cálculo do Índice de Reajuste Tarifário para aplicação no período de novembro/2012 a outubro/2013 resultou em um reajuste cujo efeito médio geral para o consumidor final foi de 4,54%, conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.375, de 30/10/2012.

Efeito Médio Percebido pelo Consumidor Cativo

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
A4 - 13,8kV	4,36%
AT - Alta Tensão (> 2,3kV)	4,64%
AT - Baixa Tensão (< 2,3kV)	4,50%
Efeito médio Geral	4,54%

Fonte: Nota Técnica n° 395/2012-SRE/ANEEL, de 30/10/2012.

4.2 Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética (PEE)

Investimento Regulatório em Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2012, foram realizados os seguintes investimentos obrigatórios às entidades de pesquisa e desenvolvimento científico:

Recolhimento do FNDCT - FINEP/MME/TESOURO

Mês	FNDCT/FINEP	MME	TESOURO	TOTAL
Janeiro	30.000,00	15.000,00	43.000,00	88.000,00
Fevereiro	32.000,00	18.000,00	45.000,00	95.000,00
Março	17.410,38	6.705,18	31.115,56	55.231,12
Abril	17.167,67	8.583,84	25.751,52	51.503,03
Maio	30.331,46	15.165,73	45.497,20	90.994,39
Junho	18.583,12	9.291,56	27.874,68	55.749,36
Julho	26.142,43	13.071,22	39.213,65	78.427,30
Agosto	25.327,81	12.663,90	37.991,71	75.983,42
Setembro	28.200,73	14.100,37	42.301,10	84.602,20
Outubro	29.797,26	14.898,63	44.695,89	89.391,78
Novembro	32.895,22	16.447,61	49.342,84	98.685,67
Dezembro	43.942,63	21.971,31	65.913,93	131.827,87
TOTAL	331.798,71	165.899,35	497.698,08	995.396,14

FNDTC: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
MME: Ministério de Minas e Energia
GRU:

Em Setembro de 2012 teve início a execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento selecionado na Chamada Publica 2011/2012, denominado "Afundamentos de Tensão no Sistema Elétrico de Concessionárias, com Medições, Avaliação Estatística, Modelagem e Reflexos na Qualidade da Energia - Entidade Executora: FUNDAÇÂO ESCOLA POLITÉCNICA da UFBA LABORAT".

Projeto de Eficiência Energética - AGENTE ELETROBRAS RORAIMA

Em junho de 2012 a Eletrobras Distribuição Roraima realizou lançamento oficial do projeto de eficiência energética para comunidade de baixo poder aquisitivo denominado AGENTE ELETROBRAS RORAIMA.

Com vigência de um ano, o Projeto Agente Eletrobras prevê a identificação e visita a 20.000 unidades consumidoras de baixo poder aquisitivo e transmissão de informações através dos agentes comunitários sobre diversos assuntos de interesse do cliente.

Entre os temas abordados no projeto estão: O uso correto da energia elétrica e formas básicas de segurança em eletricidade, negociação de débitos referentes às faturas de energia elétricas atrasadas, troca de titularidade de clientes a serem beneficiados com o projeto, e o acesso às informações e/ou serviços prestados pela Eletrobras Distribuição Roraima.

Durante as visitas, os agentes irão identificar 2.000 unidades consumidoras que necessitam de regularização do padrão de entrada monofásico, Identificar e cadastrar 1.358 refrigeradores a serem substituídos por novos equipamentos com Selo Procel, e identificar e cadastrar as residências habilitadas

CONSULTA PROIBIDA POR TERCEIROS

a terem lâmpadas incandescentes substituídas por lâmpadas fluorescentes compactas, número equivalente a 40.000 equipamentos (em média cinco lâmpadas por casa).

O projeto também contempla a realização de 200 palestras socioeducativas com ênfase na eficiência energética voltadas para as comunidades.

Todos os materiais recolhidos (geladeiras e lâmpadas) serão encaminhados para um moderno e eficiente sistema de manufatura reversa atendendo às obrigações ambientais relacionadas ao tipo de resíduo. No ano de 2012 foram investidos R$ 636.759,58 para a realização deste Projeto. Os dados do projeto podem ser observados abaixo:

Quantitativo de serviços realizados até dezembro/2012

Unidades de serviço	Acumulado dez/2012
UPC - Planejamento e Controle	6
UCV - Cadastro e visita	8429
UTL - Troca de Lâmpada	4202
UTG - Troca de geladeira	530
UDL - Descarte de lâmpada	0
UDG - Descarte de geladeira	149
UPE - Padrão de entrada	205
UPS - Palestra Social	70
UAM - Ações de Marketing	6

Quantidade de resíduos processados em manufatura reversa em dezembro/2012 (resultado final do processamento de 149 geladeiras)

Resíduos Gerados	KG
Alumínio	175,25
Cobre encapado	19,37
Cobre misto	135,59
Ferro	5.207,40 (5,2 toneladas)
Gás expansor	8,64
Gás refrigerante	15,64
Óleo lubrificante	28,16
Plástico	1.255,77 (1,2 toneladas)
Total	R$ 6.845.82(6,8 toneladas)

Realização de Chamada Pública

A Eletrobras Distribuição Roraima realizou em conjunto com as demais empresas de distribuição mais uma chamada pública anual para projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em conformidade com as diretrizes da ANEEL, os temas dos projetos foram os seguintes:

Código	Tema
EE	Eficiência Energética
FA	Fontes Alternativas de Geração de Energia Elétrica
MA	Meio Ambiente
MF1	Combate às Perdas Comerciais
MF2	Medição e Faturamento (exceto MF1)
OP	Operação de Sistemas de Energia Elétrica
PL	Planejamento de sistemas de Energia Elétrica
QC	Qualidade e Confiabilidade de Serviços de Energia Elétrica
SC	Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica
SE	Segurança

A análise foi empreendida por técnicos, assistentes e diretores, no sentido de selecionar projetos corporativos e individuais que reforçassem as estratégias de resultado das empresas de distribuição.

Os projetos selecionados para serem executados pela EDE-RR foram os seguintes:

- Sistema universal de blindagem anti fraude para medidores de energia elétrica;
- Nova metodologia de identificação de falhas e adequação de malhas de aterramento;
- Algoritmos evolutivos multiobjectivo com tomada de decisão Fuzzy aplicados à reconfiguração de Redes de Distribuição com o intuito de restabelecimento do Sistema de Energia.

4.3 Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal permanente de comunicação entre a alta administração, o corpo funcional e a sociedade, responsável por receber, apurar, solucionar e responder as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor que não forem solucionadas pelos demais canais de atendimento disponibilizados pela distribuidora, bem como propor melhorias no processo interno e prevenir potenciais conflitos. As demandas podem ser enviadas pelo correio eletrônico, fax, cartas, telefone ou pessoalmente. Nossa Ouvidoria em números: em 2012, foram 1.417 atendimentos; 203 processos, sendo 98 procedentes e 104 improcedentes. Origem dos atendimentos: 1.417externos.

4.4 Conselho de Consumidores

O Conselho de Consumidores da Eletrobras Distribuição Roraima tem sede na Av. Cap. Ene Garcez, 691 - Centro, sendo constituído em 13.04.1999 nos termos do Artigo 13 da Lei 8631, de 04.03.1993, e Resolução Normativa Nº 451 de 27 de setembro de 2011 da ANEEL . É uma entidade sem personalidade jurídica e de caráter consultivo, formado por representantes das principais classes das unidades consumidoras: Residencial, Industrial, Comercial, Rural e Poder Público, sendo um conselheiro titular e um suplente indicados pelas entidades representativas das classes. Tem a incumbência de opinar sobre assuntos relacionados à prestação do serviço público de energia elétrica, denominado genericamente pelo termo Conselho.

Em 2012 foi realizada a Semana do Consumidor e o II Encontro dos Conselhos de Consumidores da Região Norte, com a participação da comunidade.

5. Investimentos

O programa de investimento contemplou a execução de obras no valor de R$ 26,78 milhões nos segmentos de distribuição, comercialização e administração, com vistas a garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados aos clientes. O Programa Luz para Todos - LPT, com um montante de R$ 3,86 milhões, permitiu a construção de 104,87 km de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica para atender 320 novas Unidades Consumidoras.

Natureza dos Investimentos (R$ milhões)	2012	2011	%
Distribuição	15,34	11,20	37,00
Comercialização	1,03	1,92	-46,39
Infraestrutura	6,54	5,58	17,24
Luz Para Todos	3,86	13,98	-72,37
Total Geral	26,78	32,68	-18,06

Em termos de realização orçamentária comparada com os valores alocados ao Orçamento de Investimento, destaque para o exercício de 2012 onde a Eletrobras Distribuição Roraima obteve uma realização superior aos dois anos anteriores, conforme a seguir:

Ano	Realização (%)
2010	22,05
2011	75,27
2012	85,24
Média	60,80

5.1 Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica (Luz para Todos)

Instituído pelo Decreto nº. 4.873, de 11.11.2003, e prorrogado pelos Decretos nos. 6.442, 7.324, e 7.520, respectivamente, de 25.04.2008, de 05.10.2010 e de 08.07.2011, até o ano de 2014, o Programa Luz para Todos tem como objetivos: garantir o acesso ao serviço público de energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público; melhorar a prestação de serviços à população beneficiada; intensificar o ritmo de atendimento e mitigar o potencial impacto tarifário, por meio da alocação de recursos subvencionados e pelo complemento de recursos financiados.

É coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobras, sendo a Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR, Agente Executor do Programa no Município de Boa Vista - RR, ou seja, a sua área de concessão.

No ano de 2012 foram executadas obras para atendimento a 3020 (trezentos e vinte) domicílios, com a construção de 104,87 km de rede de distribuição de energia elétrica e aplicados R$ 3,86 milhões. Desde o momento de sua implantação no Município de Boa Vista, em 2004, o Programa já atendeu 2.122 (dois mil cento e vinte e dois) consumidores e aplicou o total de R$ 27,60 milhões.

A Terra Indígena de São Marcos é atendida pelo Programa Luz para Todos

Com a conclusão da obra de travessia com cabo subaquático no rio Uraricoera no mês de setembro de 2012, foram beneficiados 299 (duzentos e noventa e nove) domicílios indígenas na Terra Indígena de São Marcos. São eles: Vista Alegre, Campo Alegre, Vista Nova, Ilha e Mawixi.

No ano 2013 serão atendidas as seguintes comunidade Indígenas: Comunidade do Milho, Comunidade Darora, Comunidade São Marcos, Comunidade Três Irmãos, Comunidade Aakan, Comunidade Bom Jesus e Lago Grande, no total de 220 (duzentos e vinte) domicílios.

6. Comercialização de energia elétrica

O mercado de energia vendida na capital do Estado e à CERR, que supre mais sete municípios, registrou a quantidade de 688.189 MWh, representando um crescimento de 17,78% em relação a 2011.

Classes de Consumidores	2012			2011		
	N° Clientes	MWh	R$ milhões	N° Clientes	MWh	R$ milhões
- Residencial	79.913	297.843	113,03	76.336	265.785	88,32
- Industrial	353	14.238	5,87	327	12.530	4,73
- Comércio, serviço e outras	8.749	141.331	54,29	8.073	125.282	42,28
- Rural	2.817	12.830	3,36	2.460	7.440	1,66
- Poder Público	763	79.157	27,89	760	73.534	24,40
- Iluminação Pública	54	23.447	4,98	38	20.709	3,85
- Serviço Público	63	18.355	4,16	63	17.437	3,47
Subtotal-Fornecimento Faturado	92.712	587.202	213,57	88.057	522.718	168,71
Suprimento de Energia à CERR	1	100.987	22,56	1	61.742	13,05
Uso da Rede de Distribuição	-	-	17,49	-	-	14,44
Total Geral	92.713	688.189	253,62	88.058	584.460	196,20

Em relação à quantidade de energia vendida em MWh, a classe Rural apresentou no exercício, o maior crescimento, com aumento de 72,4% em relação ao ano anterior, e em segundo ficou a classe Industrial com o aumento de 13,6%, seguida da classe Iluminação Pública com aumento de 13,2%. O número de unidades consumidoras registrou um crescimento de 5,3% em comparação ao ano de 2011, com o acréscimo em 2012, de 4.646 unidades consumidoras, predominantemente impulsionado por novos clientes das classes Residencial, Comercial e Rural.

O aumento na quantidade de energia elétrica fornecida em 2012 se deve ao aumento da renda dos consumidores, em função das altas temperaturas registradas no período, redução do índice de perdas elétricas e também devido o aumento da parcela de energia vendida à CERR (suprimento).

No ano de 2012, a Empresa faturou com o fornecimento de energia elétrica o total de R$ 255,58 milhões, o que representou um aumento de 19,38% em comparação com o ano de 2011, que registrou o valor de R$ 214,08 milhões.

6.1 Inadimplência

Em 2012, em continuidade as ações para redução da inadimplência, foi realizada a terceira campanha de parcelamento de débitos, no mês de dezembro de 2012, com desconto especial para os consumidores das classes residencial, comercial, industrial e rural. O objetivo era proporcionar aos clientes que estavam com três ou mais faturas de energia vencidas a oportunidade de quitar seus débitos junto à Empresa.

Como incentivo, foram concedidos o desconto de 100% da multa, juros de mora e correção monetária para os pagamentos à vista dos débitos.

Com essa campanha foi negociado o montante de R$ 1,06 milhões de reais, sendo que o valor médio arrecadado com entrada nessas negociações foi de R$ 303 mil reais (28,6%), contra R$ 181,5 mil reais (25,2%) de média mensal em 2012.

Além da campanha de parcelamento, foram realizadas ações de cobrança administrativa, com a emissão de 4.264 (quatro mil duzentos e sessenta e quatro) notificações extrajudiciais, perfazendo um total de 5,8 milhões de reais, a um custo de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Com a contratação de empresa especializada para realizar a negativação de clientes inadimplentes da classe privada, alcançamos 125.190 unidades, num total de R$ 48.047.997,20, dos quais recuperamos R$ 32.253.900,57, o equivalente a 67,13%.

No quadro abaixo são apresentados o comparativo dos valores do Contas a Receber vencidos por classes de consumidores nos anos de 2010, 2011 e 2012:

Classes de Consumidores	2010 R$ mil	2011 R$ mil	2012 R$ mil	%
Residencial	5,33	6,26	7,66	22,36
Industrial	0,56	0,69	0,93	34,78
Comércio, Serviços e outras atividades	2,07	2,58	3,29	27,52
Rural	0,49	0,53	0,89	67,92
Poder Público Federal	0,20	0,13	0,22	69,23
Poder Público Estadual	64,19	89,31	102,96	15,28
Poder Público Municipal	11,82	4,42	5,22	18,10
Iluminação pública	1,90	0,00	0,00	-99,89
Serviço público	3,87	7,49	12,94	72,76
Suprimento de Energia à CERR	6,18	32,13	50,88	58,36
Total	96,61	143,54	184,99	29,02

7. Desempenho Operacional

7.1 Qualidade do fornecimento

Os indicadores de continuidade do fornecimento DEC (Duração Equivalente de Interrupções) e FEC (Frequência equivalente de interrupções) apresentaram realização abaixo das metas estabelecidas pela ANEEL, onde se verifica uma constante redução dos indicadores de continuidade internos, ou seja, que não são resultado das interrupções da interligação Brasil/Venezuela e onde a distribuidora possui efetiva ação. Também se constata uma evolução muito boa no indicador TMAE (Tempo médio de Atendimento Emergencial) que vem constantemente sofrendo redução.

De forma geral, os resultados dos indicadores de continuidade em 2012 demonstram que as ações realizadas pela Empresa em busca da melhoria na qualidade do fornecimento estão trazendo resultados, embora Roraima ainda dependa exclusivamente da garantia de fornecimento da interligação Brasil Venezuela, que nos últimos anos não vem apresentando desempenho satisfatório.

Segue abaixo relato das principais causas:

- Em 2012 ocorreram 11 blecautes devido a falhas na interligação Brasil/Venezuela. A Distribuidora busca a definição de metas de continuidade para os pontos de entrega entre Eletronorte e EDRR. Os desligamentos do sistema supridor impactam expressivamente no DEC e FEC global da distribuidora, causando a extrapolação do FEC definido no CMDE, apesar de estar abaixo da Meta ANEEL.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

- Aumento do período de chuvas nos meses de agosto/2011 a outubro/2011 com temporais e vendavais de grande impacto sobre o sistema elétrico, danificando as redes de distribuição e impactando nos indicadores DEC, FEC e TMAE.

Para a manutenção dos índices dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL, bem como melhoria continua da qualidade do fornecimento, foram tomadas diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Construção de mais alimentadores de distribuição, possibilitando o desmembramento de cargas rurais e urbanas, minimizando os efeitos que a rede rural afeta nas áreas urbanas de grande concentração de clientes;
- Adequações de rede de média tensão que possibilitaram maiores opções de manobras em alimentadores, reduzindo os tempos de desligamentos;
- Aprimoramento na gestão e fiscalização de contratos de serviços em redes de distribuição, de forma a aprimorar os resultados e melhorando a qualidade do fornecimento;
- Acompanhamento pontual da evolução dos resultados dos indicadores possibilitando a identificação de áreas do sistema com problemas, e identificando o mais breve possível a causa dos desligamentos e possibilitando a tomada de ação.

Indicador	Unidade medida	Resultados			METAS CMDE 2012	METAS ANEEL 2012
		2010	2011	2012		
DEC Global	Hora	16,97	12,62	11,89	11,80	21,86
FEC Global	Qtde	22,11	20,10	23,52	20,00	25,54
TMAE	Minuto	72,71	87,38	66,06	-	-

Vale ressaltar que as ações realizadas pela Empresa tem impacto no resultado dos indicadores do sistema elétrico interno, não havendo impacto direto no desempenho do sistema supridor (interligação Brasil/Venezuela). Nesse sentido podemos avaliar uma ótima melhoria no desempenho, pois houve uma redução significativa no Tempo de Atendimento Emergencial.

7.2 Política de Atendimento

Continuamente a Empresa vem procurando melhorar no atendimento e nos serviços oferecidos a seus clientes. Como consequência, em novembro/2012 foi confirmada a manutenção da certificação da ISO 9001 e a certificação do Processo de Coleta de Dados e Apuração de Indicadores do Atendimento Comercial.

Nesse sentido, foram implantadas uma série de medidas que visam facilitar os contatos com seus mais de 90 (noventa) mil clientes, tendo como base as novas regras estabelecidas pela Agência Reguladora - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 414, de 09/09/2010, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada.

Entre as medidas adotadas e serviços ofertados, destacam-se:

- Unificação dos procedimentos de atendimento de Call Centers, juntamente com as instruções normativas relacionadas ao assunto;
- Implantação do Call Center centralizado em Brasília que atende as 6 Distribuidoras da Holding;
- Recadastramento de todos os consumidores atendidos em média e alta tensão (Grupo A);
- Criação do processo de leitura e cadastro, com intuito de melhorar a eficiência do cadastro e a confiabilidade das informações colhidas em campo(leitura/medição);
- Revisão dos processos e sistemas comerciais para atender as exigências da Resolução Normativa nº 414/2010 e;
- Inclusão de novos clientes das áreas rurais da cidade, como a Vila do Passarão, as comunidades indígenas, entre outros.

Nova Loja de Atendimento

Em dezembro/2012 foi concluída a reforma da Loja de Atendimento, proporcionando mais conforto e segurança aos nossos Clientes.

Como forma de humanizar o atendimento, as estações de trabalho estão dispostas lado a lado. O cliente acompanha com clareza e transparência ao lado dos atendentes, as suas solicitações visando otimizar o tempo dos atendimentos.

7.3 Controle de Perdas Elétricas

A perda de energia elétrica é a diferença entre o que a Eletrobras Distribuição Roraima compra da Eletrobras Eletronorte (energia requerida) e o que é vendido (consumo interno + mercado próprio + suprimento) para os consumidores, calculando-se a média dessa equação nos últimos doze meses.

As perdas de energia globais são compostas por perdas técnicas e comerciais, sendo:

Perdas técnicas: aquelas oriundas dos equipamentos (cabo, transformador, equipamentos geradores de reativos, etc.) que consomem energia sem produzir trabalho ou contribuem para o consumo de energia por meio do efeito joule.

Perdas não técnicas ou comerciais: aquelas resultantes da entrega da energia e derivam de erro e/ou falta de medição do consumo de energia, sendo, ainda, consequência da existência de consumidores clandestinos, consumidores taxados, medidores descalibrados, erro e/ou diversidade de leituras, falta de atualização das informações de carga sem medição como semáforos e iluminação pública e, principalmente, desvios de consumo.

As inúmeras ações realizadas ao longo do ano, como medidas de Inspeção e Regularização dirigidas para unidades consumidoras de grande porte, Recadastramento da Iluminação Pública, e melhorias do Processo de Faturamento, além das ações contínuas de combate as Perdas Não Técnicas, com o objetivo de reduzir o índice de perdas da Empresa, resultou no registro de 12,25% de perdas globais em 2012, o menor índice nos últimos anos, ficando abaixo da meta imposta pela ANEEL, 13,33% e do contrato com os acionistas, 13,07%.

Ações de combate às perdas em 2012:

- 24.615 suspensões de fornecimento em unidades consumidoras na condição de clandestinas;
- 34.254 inspeções realizadas;
- 667 unidades consumidoras regularizadas, antes na condição de clandestinas;
- 3.301 processos de recuperação de faturamento encerrados;
- 3.345 MWh recuperados por meio do processo de recuperação de faturamento;
- 897 MWh recuperados com Recadastramento de Iluminação Pública;
- Ampliação da Subestação Floresta 69 kV/13,8 kV;
- Ampliação e Modernização da Rede de Média Tensão.
- Ampliação da Baixa Tensão

A redução das perdas de energia elétrica representam um dos maiores desafios da Eletrobras Distribuição Roraima, principalmente as Perdas Não Técnicas decorrentes dos procedimentos irregulares nos equipamentos de medição por parte dos consumidores, visto que tais estão correlacionadas com o desenvolvimento socioeconômico da região.

7.4 Satisfação do cliente

Pesquisa ABRADEE

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE realiza desde 1999 com a mesma metodologia, com Margem de erro: ± 5%, Intervalo de Confiança: 95%, aprovada pela ANEEL, a Pesquisa de Satisfação com consumidores residenciais de todo país. A pesquisa atende aos Contratos de Concessões das distribuidoras, tendo como principais objetivos:

- Conhecer o grau de satisfação dos clientes residenciais com a qualidade do produto e dos serviços prestados pelas distribuidoras;
- Gerar índices que permitam comparar o desempenho das distribuidoras entre si e;
- Oferecer às distribuidoras instrumentos e incentivos voltados ao aprimoramento de seu desempenho.

A Pesquisa de Satisfação é a percepção do consumidor com relação aos produtos e serviços prestados pela Eletrobras Distribuição Roraima, uma excelente ferramenta de Gestão. Seu resultado é apresentado a todos os colaboradores da Empresa, onde é gerado um Plano de Ação que será implementado pelas áreas responsáveis.

A Eletrobras Distribuição Roraima participa da pesquisa desde 2000. Conforme demonstrado abaixo o Índice de Satisfação Geral - ISG desde o seu início é:

Índice de Satisfação Geral - ISG

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
61,0	71,7	71,0	79,7	69,1	59,2	81,1	69,9	80,0	58,8	73,6	79,3	75,5

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC

O Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC é o resultado da pesquisa junto ao consumidor residencial realizado anualmente pela ANEEL cujo objetivo é avaliar o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. A pesquisa abrange toda a área de concessão das 63 (sessenta e três) distribuidoras no país. Em 2011 a ANEEL não divulgou o resultado da Pesquisa de Satisfação IASC 2011. Já em 2012 foram realizadas 19.470 entrevistas.

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
61,0	65,2	62,3	56,9	57,8	50,9	34,4	58,9	58,4	40,8	62,5	-	65,2

7.5 Compras e contratações

De um total de 84 (oitenta e quatro) solicitações de aquisições, 70 (setenta) foram contratadas, 9 (nove) tiveram o processo licitatório revogado por preços propostos acima do estimado para contratação ou ainda certames desertos de propostas e 5 (cinco) processos foram cancelados pelas áreas requisitantes. Por questão de otimização do tempo e economia processual, é realizado um planejamento para aglutinar requisições de compras com similaridades de objeto em apenas um processo, reduzindo o número de certames licitatórios e os custos decorrentes desta atividade.

Modalidade de Licitação	Contratado		Revogado	
	2012	2011	2012	2011
Pregão	39	44	8	7
Adesão a Atas de Registro de Preços	5	9	-	-
Tomada de Preço	1	-	-	-
Concorrência	1	1	-	3
Convite	1	-	1	
Dispensa de Licitação	13	8	-	-
Inexigibilidade	10	6	-	-
DL (Cotação Eletrônica)	-	1	-	-
Total	70	69	9	10

Destaca-se o número de pregões na forma eletrônica, representado por 55,71% dos processos contratados, o que significa maior celeridade nas aquisições e ainda, a realização de pregões com Ata de Registro de Preços, o qual permite uma melhor gestão do estoque de materiais, uma vez que o preço é registrado por 12 (doze) meses, e as Autorizações de Compras são emitidas conforme a necessidade das áreas usuárias.

Foram emitidos 147 (cento e quarenta e sete) contratos, conforme a seguir:

Modalidade de Licitação	Quantidade de Contratos
Pregão	111
Adesão a Atas de Registro de Preços	5
Tomada de Preços	1
Concorrência	4
Convite	1
Dispensa de Licitação/ Cotação Eletrônica	13
Inexigibilidade	10
Consultoria	2
Total	147

Do total de contratos, 60 (sessenta) são provenientes de compras corporativas das Distribuidoras da Eletrobras. O valor contratado por compras corporativas perfizeram um total de R$ 13,07 milhões. Houve aquisições específicas para a contrapartida do Projeto Energia +, totalizando o valor de R$ 3,27 milhões. A busca pelo menor preço é uma constante na gestão de suprimento da Eletrobras Distribuição Roraima, de modo que a modalidade pregão, pela economicidade comprovada, tem sido a modalidade de licitação mais frequente nas aquisições. O valor estimado para contratação através de pregão eletrônico totalizou no período o valor de R$ 13,96 milhões, tendo sido adjudicado o valor de R$ 12,13 milhões, obtendo-se uma economia de R$ 1,83 milhões, o equivalente a 13,12% em relação aos valores estimados.

O montante de recursos contratados está distribuído da seguinte forma:

Modalidade de Licitação	R$ Milhões
Pregão	12.134.830,17
Tomada de Preço	231.772,15
Concorrência	1.000.000,00
Convite	110.888,43
Dispensa de Licitação/Cotação Eletrônica	316.636,64
Inexigibilidade	1.412.345,76
Adesão a Atas de Registro de Preços	9.735.236,33
Total	24.941.709,48

Foram registradas 15 (quinze) notificações de penalidades a fornecedores, por inexecução de cláusulas contratuais, sendo 11 (onze) advertências e 4 (quatro) suspensões. Não estão sendo contabilizadas nesse total as penalidades de multas ao contratado por atraso na execução do objeto, pois o processo de sanção de multa pecuniária é realizado pelo gestor da contratação e o valor, quando devido, descontado no pagamento das faturas.

Foram solicitados 20 (vinte) atestados de capacidade técnica pelos fornecedores, 18 (dezoito) foram deferidos e 02 (dois) foram indeferidos por não cumprimento de obrigações contratuais.

O cadastro de fornecedores recebeu 13 (treze) solicitações de Registro Cadastral, as quais foram atendidas, com a emissão do Certificado de Registro Cadastral - CRC. Vale ressaltar que o número reduzido de solicitações de CRC's, acontece pela utilização nas licitações, dos registros dos proponentes no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, mantido pela Secretaria de Logística do MPOG do Governo Federal.

8. Desempenho Econômico e Financeiro

Dados Econômico-Financeiros (R$ milhões)	2010	2011	2012	%
Receita Operacional Bruta	175,15	214,08	255,58	19,38
Receita Operacional Líquida	127,26	159,06	192,48	21,01
LAJIDA	-81.08	-119,51	-82,62	-63,83
Resultado do Serviço	-88,07	-149,51	-100,62	-32,70
Resultado Financeiro	-18,78	-24,84	-24,70	-14,83
Lucro/Prejuízo Líquido	-113,26	-174,36	-125,32	-28,12
Ativo Total	261,51	285,37	268,11	-6,05
Patrimônio Líquido	-95,08	-271,57	-35,23	-87,02

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Indicadores Econômico-Financeiros(%)	2010	2011	2012	%
Margem LAJIDA	-18,37	-20,38	-6,09	-70,11
Margem Líquida	-89,00	-109,62	-65,11	-40,60
Cobertura do Serviço da Dívida	-62,92	-195,45	-37,88	-80,62
Rentabilidade do Capital Próprio	-617,85	-64,20	-355,63	453,92
Participação do Capital Próprio	-36,36	-95,16	-13,14	-86,19
Grau de Endividamento	92,97	195,16	113,14	-42,03
Ações (und.)	2010	2011	2012	%
Valor Patrimonial da Ação (lote mil ações)	-0,35	-1,01	-0,11	-89,10
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação	-0,35	-0,54	-0,39	-28,12

Receita Operacional Bruta

A Empresa obteve uma receita operacional bruta de R$ 255,58 milhões que representa um aumento aproximado de 20% se comparado com o exercício de 2011. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram: o reajuste tarifário médio de 2,51% concedido pela ANEEL para o período de nov/2011 a out/2012; e ao Crescimento de Mercado, com a inclusão de 4.646 novos consumidores distribuídos entre todas as classes de consumo.

Receita Operacional Líquida

A Empresa apresentou uma ROL de R$ 192,48 milhões, obtendo uma variação positiva aproximada de 21% se comparado com o mesmo período de 2011, baseado principalmente nos aumentos do reajuste tarifário e no crescimento de mercado.

Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

O LAJIDA é o lucro das operações sociais da Companhia adicionados dos custos de depreciação e amortização que são despesas econômicas e não financeiras, pois não oneram o caixa da Companhia. Em 2012, obteve-se um LAJIDA negativo de R$ 82,62 milhões. As principais contas que contribuíram para o LAJIDA negativo foram: Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Contingenciais de R$ 70,90 e a Energia Elétrica comprada para Revenda de R$ 116,32 milhões.

Lucro/Prejuízo do Exercício

Em 2012, a Companhia obteve um prejuízo de R$ 125,32 milhões e os principais fatores de contribuição foram: o aumento da tarifa de energia comprada; as variações monetárias passivas do contrato de financiamento com a Eletronorte; as provisões: para Crédito de Liquidação Duvidosa, Contingenciais e de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment).

9. Gestão Financeira

Estrutura de Capital

O serviço da dívida totalizou R$ 19,19 milhões em 2012, obtendo uma redução de 17,70% em relação a 2011, que foi de R$ 16,30 milhões. As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são provenientes dos valores devidos à Eletrobras.

O endividamento bruto, que corresponde a soma das dívidas financeiras, tributos, taxas, dívidas com coligadas/controladas e outras obrigações regulamentares, atingiu em 2012 um montante de R$ 303,35 milhões, o que representa uma redução de 45,53% em comparação ao registrado de R$ 556,94 milhões em 2011.

10. Gestão de Pessoas

Com orientações do Governo Federal para se transformar e fortalecer-se, a unificação das políticas de Gestão de Pessoas se tornou uma das ferramentas fundamentais do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras.

Para atender às demandas existentes, alcançando um posicionamento moderno, competitivo e rentável para a Holding e suas subsidiárias, foram constituídos grupos de trabalho para discussão, unificação e implantação das melhores práticas e políticas.

No âmbito da unificação das políticas, foi constituído o Grupo de Trabalho para Gestão de Pessoas, composto pelos gerentes das áreas de Gestão de Pessoas de cada empresa, sob a coordenação da Eletrobras. Com o objetivo de elaborar um Plano de Gestão Integrada de Pessoas do Sistema Eletrobras, o GT foi dividido em três subgrupos, dedicado aos temas: Carreira e Remuneração; Avaliação e Desempenho; Administração de Pessoal; e Benefícios Assistenciais, Saúde e Segurança do Trabalho.

Atualmente, a Empresa dispõe de 288 (duzentos e oitenta e oito) colaboradores em seu quadro próprio. Além disso, visando a promoção da cidadania, cumpre com a Lei de Aprendizagem, assegurando o direito à qualificação profissional de jovens para o trabalho comunitário. Mantém adolescentes, pertencentes a famílias de baixa renda, contratados como aprendizes, e oferece oportunidades de estágio adequado às demandas de preparação de jovens para o mercado do trabalho, com estagiários de nível Médio, Técnico e Superior, remunerados, com carga diária de 4 a 6 horas.

10.1 Saúde, Bem-Estar e Segurança do Trabalho

A Eletrobras Distribuição Roraima mantem para os seus empregados e dependentes o Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - PPRS, disponibilizando serviços odontológicos e médico-hospitalares em diversas especialidades. Atualmente vem atendendo às exigências da Norma Reguladora - NR 10 do Ministério do Trabalho e Emprego, e atualização por meio de treinamento dos seus técnicos eletricistas.

Quanto aos indicadores de segurança no trabalho de seus empregados, a Empresa registrou em 2012 a Taxa de Frequência de Acidentes - TFA de 22,94 e a Taxa de Gravidade de Acidentes - TGA de 334. Já em relação ao absenteísmo, o indicador fechou o mês de dezembro/2012 com o índice de 1,80% sendo a média anual de 3,03%.

Entre ações desenvolvidas ao longo do ano destacam-se ainda:

- Acompanhamento periódico da saúde do colaborador, com a manutenção da saúde, da segurança e do bem estar dos colaboradores e seus dependentes, cumprindo os requisitos legais e acordo coletivo de trabalho, prezando pelos direitos humanos e sociais;

- Atendimento a 145 (cento e quarenta e cinco) genitores e dependentes dos colaboradores no Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - PPRS, garantindo-lhes assistência médica, odontológica, terapêutica, laboratorial e financiamento parcial de aparelhos corretores;

- Disponibilização do Plantão Social para colaboradores e dependentes para atendimento a situações emergenciais, composto por assistente social, técnico de enfermagem e técnico da área de benefícios;

- Realização de campanha de imunização com aplicação das seguintes vacinas: H1N1/Influenza (anti-gripal), antitetânica, Hepatite, Triples Viral e Febre Amarela;

- Realização de campanha de aferição de pressão Arterial e Medição do Índice de Massa Corporal;

- Realização da 11ª Semana Interna de Prevenção a Acidentes no Trabalho - SIPAT;

- Incentivo à participação dos colaboradores em atividades esportivas, que anualmente tem representado a Empresa nos Jogos Regionais dos Industriários, promovidos pelo SESI. A delegação deste ano contou com 26 (vinte e seis) atletas para seis modalidades esportivas, onde as competições foram realizadas nas cidades de Porto Velho - RO e Macapá - AP.

Relações Trabalhistas e Sindicais

O Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013 estabeleceu um reajuste na ordem de 6,60%.

Sistema de Gestão do Desempenho - SGD

O Sistema proporciona o desenvolvimento das potencialidades dos profissionais, fornece subsídios aos processos de Gestão de Pessoas, tais como: remuneração, carreira, seleção interna, treinamento, desenvolvimento e gestão da qualidade de vida no trabalho além de contribuir para o aumento dos níveis de produtividade da Empresa e do Sistema Eletrobras. Em 2012 foi realizada a primeira avaliação do SGD e com o resultado, houve aplicação da meritocracia conforme critérios de aplicabilidade do próprio Sistema de Avaliação de Desempenho.

Clima Organizacional

O Modelo Unificado de Clima Organizacional elaborado e definido pelas empresas do Sistema Eletrobras contou com a 2ª Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das empresas Eletrobras em 2011. Os resultados serviram como orientação na elaboração de Planos de Ação para melhorias contínuas no Clima Organizacional das Empresas e a definição e apuração de indicadores no âmbito do CMDE. Dessa forma, não houve aplicação da Pesquisa em 2012.

10.2 Treinamento e Desenvolvimento

Com o fortalecimento da parceria entre a UNISE - Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras e a Empresa o Capital Intelectual foi desenvolvido com foco nas estratégias empresariais, visando melhorias contínuas no desempenho e maior retorno financeiro. Destacamos os cursos de Especialização em Gestão de Perdas, Negócio de Energia Elétrica, Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, Comercialização de Energia Elétrica e Automação e Smart Grid.

O leque do conhecimento se abriu em 2012 para os terceirizados, prestadores de serviço e estagiários com a realização de cadastro na TV Corporativa - LUME, possibilitando desenvolvimento pessoal e profissional através das ações educacionais oferecidas.

O resultado positivo em 2012 foi a realização de 308 (trezentos e oito) ações educacionais para os colaboradores, com investimentos de R$ 861 mil, resultando em 10.352 horas de capacitações.

11. Responsabilidade Social e Ambiental

11.1 Responsabilidade Social

Fez-se necessária uma nova estratégia de administração das empresas, capaz de incorporar novas e crescentes preocupações da sociedade industrial, hoje conhecida como "Responsabilidade Social Empresarial".

Ancorada nos conceitos de "ética e transparência" e aplicável a todo um conjunto do que se convencionou chamar de "partes interessadas", (acionistas, clientes, fornecedores, empregados, meio ambiente, governo e comunidades), essa estratégia traz desafios específicos para empresas e governos, na medida em que exige significativas mudanças na maneira de pensar os negócios e a coisa pública.

Agir de acordo com o novo cenário de desafios para o mundo corporativo e para a sociedade, requer uma gestão voltada para o desenvolvimento sustentável. Para isso, a Empresa buscou atuar com responsabilidade social em todas as suas atividades, conciliando o progresso econômico com o respeito ao meio ambiente e justiça social. Nesse contexto, destacam-se os principais programas e ações realizadas no ano de 2012.

Ação da Cidadania - Dia Nacional da Construção Civil

Em março/2012, a Eletrobras Distribuição Roraima participou como parceira de um evento de promoção da cidadania realizado pela Escola Vovó Adelaide, localizada no bairro Alvorada. Nesse evento o serviço oferecido foi o cadastramento de consumidores no benefício da Tarifa Social de Energia.

Energização - Dia do Consumidor

O dia do consumidor foi comemorado no dia 17 de março, com uma grande ação de cidadania, que reuniu parceiros e muitos voluntários internos. O evento foi realizado na Escola Estadual Conceição da Costa e Silva, no bairro Senador Hélio Campos.

Os serviços oferecidos pela Empresa foram atendimento comercial, podagem, manutenção de rede, orientações de uso eficiente e seguro de energia. Os parceiros foram Tribunal de Justiça, Defensoria Pública Estadual, SENAI, SESI.

Serviços de corte de cabelo, manicure, depilação, massagem anti-stress, também foram oferecidos, além de atrações culturais de música e dança. Ao todo foram realizados 1.994 atendimentos.

Na ocasião, os consumidores que foram cadastrados na Tarifa Social da Empresa receberam um Kit contendo uma sacola ecológica e uma lâmpada fluorescente, como parte da campanha de consumo consciente e uso seguro e eficiente de energia.

Pró-Equidade de Gênero e Raça

A Eletrobras Distribuição Roraima, em cadeia, segue as diretrizes da Eletrobras Holding, promovendo a integração com as Políticas Públicas do Governo Federal tendo como exemplo a adesão voluntária ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e aos Princípios de Empoderamento das Mulheres - Igualdade significa Negócios.

Para confirmar este compromisso, a Empresa inseriu a aplicação do Plano de Carreira e Remuneração - PCR e o Sistema de Gestão de Desempenho - SGD, além do Programa de Gênero e Raça, no Plano de Gestão para a Sustentabilidade - Dimensão Social.

Esse plano de gestão tem como objetivo, discutir e propor novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional criando oportunidades para alcançar a equidade entre os sexos e as raças, a valorização da mulher, o respeito à diversidade, a superação das desigualdades e as mudanças de comportamento, propiciando melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Programa Interno de Consumo Consciente

O objetivo do programa interno de consumo consciente é orientar todos os colaboradores sobre dicas de uso e consumo de materiais descartáveis, água e energia elétrica, evitando assim o desperdício.

O Programa é feito através de boletins informativos, cartazes, e-mails e adesivos com informações educativas.

Engajamento com Comunidades Indígenas

A Empresa pelo segundo ano consecutivo, realizou seminários em cinco comunidades indígenas recém energizadas pelo Programa Luz para Todos - PLpT. Esses seminários foram ministrados com informações básica de cada profissional da área compreendendo: Eficiência Energética, Atendimento Comercial, Segurança, Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Voluntariado

As empresas de Distribuição da Eletrobras firmaram compromisso com uma Política de Sustentabilidade consolidada no contexto de um novo modelo de gestão que busca a ampliação de sua atuação por vias que valorizam especialmente o capital humano, além do financeiro e do natural, com vistas ao desenvolvimento social e econômico das comunidades. E a forma mais prática e eficaz de potencializar este capital humano é mobilizá-lo para participação nas ações socioambientais da Empresa.

Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho

A Eletrobras Distribuição Roraima, participou no dia 25 de abril de 2012 de um evento promovido pela Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, voltado para advertir as pessoas sobre os riscos no ambiente de trabalho e como prevenir doenças que ameaçam a população.

A Empresa, apresentou equipamentos de proteção individual e coletivo, além de prestar orientações e dicas de prevenção a acidentes ocasionados por descarga elétrica.

Natal Solidário

É uma campanha de iniciativa do voluntariado interno da Empresa, que consiste na doação de alimentos não perecíveis à população carente do município de Boa Vista. A distribuição acontece diretamente ou através de instituições parceiras.

A Empresa realizou uma campanha interna na qual além do já tracidiconal pedido de doação de alimentos, também solicitou brinquedos, roupas, calçados, fraudas, com o intuito de repasar essa doação para o Hospital Materno Infantil Santo Antônio.

Além dessa campanha, a Empresa em parceria com a ONG Ação de Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, realizou a venda de feijoada cuja destinação dos recursos foi para atender a pessoas carentes e com necessidades especiais.

11.2 Sustentabilidade

Relatório de Sustentabilidade Eletrobras - GRI

Como parte do Plano de Transformação da Eletrobras, a Eletrobras Distribuição Roraima participou da elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras.

A Eletrobras Holding conta com a parceria da Key Associados que utilizada um modelo internacional de elaboração de relatório, a GRI. A rede da Global Reporting Initiative (GRI) tem por objetivo a contratação de uma estrutura de elaboração de relatórios que ajuda as organizações a medir, entender, melhorar e relatar seu desempenho em relação à sustentabilidade.

O preenchimento é feito direto pelos respondentes aos quais foram enviadas senhas para acesso ao sistema Antever, portal que abriga todos os indicadores relevantes para confecção do relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relatório Socioambiental 2011

Na mesma direção caminha o RSA ANEEL 2011. Esse relatório mais comum aos respondentes, já que é desenvolvido desde 2008, tem uma linguagem mais voltada para questões quantitativas, contemplando todos os departamentos da Empresa.

Relatório Ethos ABRADEE

Em atendimento à ABRADEE, empresa que mede a satisfação dos clientes em relação às distribuidoras, foi respondido o questionário que demonstra os resultados alcançados pela empresa referentes ao ano de 2011. Além do balanço social o questionário foi dividido em dimensões entre as quais, meio ambiente, fornecedores, gestão de pessoas, saúde e segurança, valores e atitudes.

Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens

Foi aprovada pela Diretoria Executiva através de Relatório e Nota Técnica com o apoio do Processo de Sustentabilidade, em agosto de 2011, a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental a aquisição de bens, a considerar nos editais e contratos de aquisição de bens, quando couber, critérios de sustentabilidade ambiental que atendam aos seguintes requisitos:

1. Economia de energia, água, combustível e uso de matéria prima;
2. Possibilidade de reutilização, reciclagem ou reabastecimento;
3. Fabricação por fonte não poluidora;
4. Não causar prejuízos à natureza;
5. Existência de certificado ambiental, como requisito avaliativo;
6. Tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Diante desse cenário, a Empresa tem adotado medidas para introduzir na sua rotina as normas e diretrizes para compras e contratações. Para dar inicio a esse processo, os representantes da área de Sustentabilidade e da área de Compras e Contratações estiveram em Brasília - DF para adquirem conhecimentos relativos à compras sustentáveis que tem como objetivo responder as seguintes questões: Como operacionalizar essas exigências? Afinal, o que deve e pode ser exigido; como julgar as licitações; Como fiscalizar os contratos? Quais os impactos para as compras, as obras e os serviços?

Foram discutidos também os impactos e as mudanças nas licitações em função das exigências de sustentabilidade e das margens de preferência, enfocando aspectos teóricos e práticos, desde o planejamento da contratação e a criação das exigências, as consequências no procedimento e no julgamento da licitação até o gerenciamento dos contratos.

11.3 Meio Ambiente

O respeito ao Meio Ambiente é parte expressiva da natureza do negócio da Empresa, em consonância com a Política Ambiental do Sistema Eletrobras que vem tratando as questões ambientais de acordo com os princípios de sustentabilidade e com as políticas públicas, em especial aquelas relativas a meio ambiente, recursos hídricos, mudanças climáticas, energia e legislações regulatórias pertinentes, tem buscado o alinhamento das suas práticas de gestão e apoio a projetos externos e constituição de parcerias em prol da disseminação e prática da Educação Ambiental.

Dentre as ações voltadas para o meio ambiente, destacam-se:

- O encerramento do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC nº 007/2008, firmado entre o Ministério Público de Roraima - Promotoria de Justiça e a então Boa Vista Energia S/A, com base no Procedimento de Investigação Preliminar nº 005/07/3ªPJC/MA/MP/RR, relacionados ao impacto ambiental provocado por derramamento de borra de óleo da subestação desativada, localizada no bairro Equatorial;

- Renovação das licenças ambientais de operação do serviço de distribuição de rede e subestações, bem como o requerimento de licenciamento ambiental para os novos empreendimentos;

- Monitoramento das pressões sonoras produzidas pelas Usinas Termelétricas, instaladas na cidade de Boa Vista, com vistas a atender à legislação vigente;

- Inspeções ambientais nas redes do sistema elétrico, nas subestações e nas usinas termoelétricas;

- Composição da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Roraima - CIEA/RR, onde se debate e cria diretrizes para a aplicabilidade da Educação Ambiental em todos os ramos de atividades dentro do Estado de Roraima, fazendo parte da Secretaria Executiva, participando assiduamente da realização do I Fórum de Discussão da Política Ambiental do Estado de Roraima.

Educação Ambiental

Em parceria com escolas estaduais, municipais e privadas foram realizadas diversas palestras trazendo os alunos para conhecerem as dependências da Empresa, assim como também foram realizadas palestras nas próprias instituições, com temas voltados a Educação Ambiental, onde foram abordados temos como a Política Ambiental da Eletrobras e as práticas desenvolvidas pela Eletrobras Distribuição Roraima em suas atividades laborais, buscando sempre a preservação do meio ambiente.

Foi desenvolvido também o Projeto de Educação Ambiental, denominado Gincana Ambiental, onde foram produzidos vários produtos a partir de materiais recicláveis e que ao final do projeto foram doados para a própria Instituição parceira, com temas multidisciplinares.

Foram abordadas várias temáticas as quais renderam uma arrecadação de mais de 6.300 garrafas pet, quase 7.000 latas de alumínio e mais de 50 recipientes de vidro. Todo o material coletado foi doado para a Cooperativa dos Amigos Catadores de Resíduos Sólidos - UNIRENDA e para o Banco de Leite da Maternidade de Boa Vista.

Além dessas atividades, foram realizadas diversas mini palestras com o objetivo de orientar os povos indígenas quanto aos riscos que a energia poderá trazer para o meio ambiente em caso de mau uso dos equipamentos, assim como também, a geração de resíduos de produtos perecíveis e a consequente proliferação de insetos e pragas.

12. Governança Corporativa

Os principais órgãos de governança da Empresa, formalmente constituídos e com atuação regular, são:

- Assembleia Geral de Acionistas - dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração, onde dentre outras atribuições lhe compete tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, fixando-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva. Ao longo de 2012, foram realizadas 02 (duas) Assembleias-Gerais, sendo uma Ordinária e outra Extraordinária.

- Conselho Fiscal - Tem caráter permanente e é composto por 03 (três) membros que representam a Eletrobras, o Tesouro Nacional e o Ministério de Minas e Energia. As reuniões são bimestrais e, quando necessário, são realizadas, ainda, reuniões conjuntas com o Conselho de Administração.

- Conselho de Administração - Composto por 06 (seis) membros, onde o Presidente da Empresa é membro efetivo deste colegiado, juntamente com outros cinco membros representantes, sendo um da Eletrobras, um do Ministério do Planejamento de Orçamento e Gestão, dois do Ministério de Minas e Energia e um representante do Estado de Roraima, com mandato de três anos.

- Auditoria Interna - Subordinada diretamente ao Conselho de Administração, executa o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria - PAINT, visando avaliar e conferir os processos administrativos, quanto ao cumprimento dos normativos legais e internos. Segue as diretrizes da Eletrobras, executa o monitoramento do processo do contencioso em conformidade com a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley.

- Diretoria Executiva - É o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Companhia. Composta pela Presidência e mais seis diretorias: Gestão, Financeira, Comercial, Operação, Planejamento e Expansão, Assuntos Regulatórios. Realiza reuniões semanais para nivelar os assuntos e definir estratégias concernentes ao negócio da Empresa.

- Comitê de Gestão Empresarial - Composto por representantes da Presidência e demais diretorias (Gestão, Financeira, Comercial, Operação, Planejamento e Expansão e Assuntos Regulatórios). As reuniões, semanais, são dedicadas à coordenação, acompanhamento e controle das atividades da Empresa, de acordo com os planos, orientações e decisões da Diretoria Executiva, assegurando o cumprimento dos objetivos e metas fixados para a Empresa e a otimização dos recursos disponíveis.

Controles Internos

A Eletrobras Distribuição Roraima atua identificando falhas e mitigando os riscos inerentes aos processos por meio dos trabalhos desenvolvidos nas suas diversas áreas. Além disso, com implantação da política de gestão de riscos, o mapeamento dos processos e o monitoramento destes, propiciará melhores resultados aos processos, resultados estes mensuráveis num futuro próximo.

Ratificando a obrigatoriedade em manter a certificação dos processos em negócios devido à atuação da Eletrobras no mercado internacional de ações. Essa certificação faz parte da política de gestão de riscos da Holding, tendo como objetivo buscar sempre melhorias nos controles internos e permanecer atuando fortemente neste mercado.

13. Reconhecimentos

Premiações

Em 2012, assim como em 2011, a Eletrobras Distribuição Roraima foi a Empresa vencedora do prêmio Satisfação do Consumidor das Empresas de Distribuição da Eletrobras. O Prêmio foi concedido por demonstrar resultados consistentemente superiores no conjunto das cinco áreas que compõe o Índice de Satisfação Qualidade Percebida: Fornecimento de Energia, Informação e Comunicação, Conta de Energia, Atendimento ao Cliente, Imagem, abrangendo um total de 29 (vinte e nove) indicadores.

Também em 2012, a Empresa conquistou o primeiro lugar no Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho, na Categoria Educação Corporativa e o segundo lugar na Categoria Desenvolvimento Socioambiental.

14. Principais Números da Empresa

14.1 Normas e Qualidade

A inovação recentemente se tornou um dos fortes objetivos das organizações. Com exceção de pouquíssimas empresas, trata-se de algo recente e pouco entendido pela maioria. O que está muito claro é o nível de satisfação dos empregados e o alto resultado conquistado por empresas que tem inovação no seu "DNA". A Eletrobras Distribuição Roraima começou sua jornada em busca de inovação em 2005, por meio da implantação dos conceitos e ferramentas da Qualidade, condensadas na ISO 9001. Essa busca por inovação vem trazendo ganhos para o cliente, para a Empresa e para a sociedade.

Normatizar um processo é uma maneira de criar estabilidade a ele. Significa padronizar a maneira de executar, replicar, medir e gerenciá-lo de tal maneira que sempre possam fornecer produtos consistentes, dentro das expectativas e necessidades do cliente. Nesse sentido, o time Escritório de Processos agrega valor ao negócio da organização, trabalhando em parceria com os componentes de um processo, desde seu mapeamento, passando pelo desenvolvimento do projeto de melhoria até a documentação.

Na Eletrobras Distribuição Roraima a busca por inovação tomou forma nas ferramentas utilizadas pela Qualidade, condensadas pela ISO 9001. Tal esforço vem sendo compensado por premiações como prêmio IASC/ANEEL de Melhor Empresa de Distribuição da Região Norte e Maior Crescimento em 2010. A ABRADEE reconheceu no mesmo período a Eletrobras Distribuição Roraima, como a melhor empresa de Distribuição da Eletrobras.

Em 2012, a Empresa continuou bem cotada, sendo a segunda melhor distribuidora medida pela ANEEL, através da premiação IASC. Esses fatos demonstram o grande esforço da Eletrobras Distribuição Roraima em manter um alto padrão de qualidade nos serviços prestados.

Certificação da ISO 9001:2008

A Empresa aderiu ao Sistema de Gestão da Qualidade, Certificação ISO 9001, como forma de promover melhorias em seus processos, obtendo a certificação da Norma ISO 9001:2000 em julho de 2007, através da Auditoria de Certificação realizada pela TÜV Rheinland Brasil em dois processos que envolvem: O Atendimento Comercial e a Operação do Sistema Elétrico.

Em novembro de 2011, foi realizada a auditoria de acompanhamento dos processos que compõem a ISO 9001. O desafio imposto para esse ciclo deveu-se a necessidade de ampliar o escopo certificado com a inserção do processo "coleta de dados e apuração de indicadores de atendimento comercial". Tal ampliação aconteceu por imposição do órgão regulador ANEEL a partir da resolução 373/2009, sob pena de impor severas multas a quem a descumprisse. A Eletrobras Distribuição Roraima detém o maior escopo certificado dentre as distribuidoras do grupo.

A partir de 2010 houve um impacto financeiro na manutenção da certificação ISO 9001, pois ela garante que a distribuidora não seja submetida às multas impostas pela ANEEL, entretanto esse deve ser um objetivo secundário. O pensamento correto deve focar a melhoria dos processos da organização com vistas a deixa-los mais rápidos, mais baratos e/ou capazes de produzir serviços de acordo com os requisitos dos clientes.

No mês de dezembro de 2011, a Bureau Veritas Certification emitiu diploma certificando a Eletrobras Distribuição Roraima por apresentar melhoria nos processos e o cumprimento dos requisitos da versão 2008 da NBR ISO 9001. Melhorias no processo foram apontadas com vista ao aperfeiçoamento da gestão da qualidade e na busca do melhor fornecimento de serviço ao cliente.

Em novembro de 2012 passamos por mais uma auditoria de manutenção executada pelo Bureau Veritas Certification, onde se constatou que os processos não apresentaram não conformidades, sendo assim mantida a certificação.

15. Balanço Social

Balanço Social - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2012			Em 2011		
Distribuição do Valor Adicionado	% governo	% empregados		% governo	% empregados	
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	% acionistas	% financiadores		% acionistas	% financiadores	
		% outros			% outros	
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2012			Em 2011	
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)		55980			54766	
- Empregados		55480			54560	
- Administradores		500			206	
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados		19,48			20,15	
- Administradores		1,0			1,0	
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	10.960	19,58%	5,70%	10.527	19,22%	6,63%
Alimentação	2.877	5,14%	1,50%	3.382	6,18%	2,13%
Transporte	241	0,43%	0,13%	299	0,55%	0,19%
Previdência privada	1.674	2,99%	0,87%	1.933	3,53%	1,22%
Saúde	2.531	4,52	1,32%	2.212	4,04%	1,39%
Segurança e medicina do trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação ou auxilio Creche	397	0,71%	0,21%	447	0,82%	0,28%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	670	1,20%	0,35%	919	1,68%	0,58%
Creches ou auxílio creche	305	0,54%	0,16%	258	0,47%	0,16%
Participação nos lucros ou resultados	3.561	6,36%	1,85%	3.664	6,69%	2,31%
Outros	198	0,35%	0,10%	153	0,28%	0,10%
Total	23.414	41,83%	12,17%	23.794	43,45%	14,99%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício		290			291	
Nº de admissões		0			0	
Nº de demissões		4			4	
Nº de estagiários no final do exercício		50			57	
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício		5			6	
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		234			235	
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino		209			211	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- Feminino	81	80
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	0	0
- De 18 a 35 anos	99	112
- De 36 a 60 anos	182	172
- Acima de 60 anos	9	7
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	0	0
- Com ensino fundamental	39	41
- Com ensino médio	48	80
- Com ensino técnico	100	109
- Com ensino superior	70	61
- Pós-graduados	33	32
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	56,00%	64,91%
- Feminino	44,00%	35,09%
2.4 - Contigências e passivos trabalhistas:		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	55	31
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	1	3
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	2	3
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	284	2.737

3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte e lazer		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Alimentação		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	53.785	-46,97%	27,97%	44.267	-28,58%	27,88%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	53.785	-46,97%		44.267		
3.2 - Interação com os Fornecedores	São exigidos controles sobre:					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores						

4 - Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	36	-0,03%	0,02%	5	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da Entidade	2	0,00%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	-	0,00%	0,00%	3	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a Entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Passivos e contigências ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	38	-0,03%	0,02%	10	-0,01%	0,01%
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)		192.321				158.780
Resultado Operacional (RO)		(114.504)				(154.892)

16. Agradecimentos

A Eletrobras Distribuição Roraima agradece o esforço de todos os seus colaboradores, clientes e fornecedores. Em especial aos seus acionistas, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Governos Federal, Estadual, Municipal, à Agência Reguladora e outras autoridades interessadas.

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/dez/12	31/dez/11
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	5	14.741	79.666
Clientes	6	68.574	58.146
Direito de ressarcimento	7	6.321	532
Almoxarifado	8	1.704	2.202
Tributos a recuperar	9	3.850	1.421
Outros	10	3.604	3.546
		98.794	145.513
NÃO CIRCULANTE			
Clientes	6	3.200	3.159
Tributos a recuperar	9	4.146	-
Cauções e depósitos vinculados	11	14.060	8.477
Ativo financeiro - concessões de serviço público	12	127.093	111.271
Outros	10	1.195	815
Imobilizado	13	11.826	8.413
Intangível	14	7.799	7.723
		169.319	139.858
TOTAL DO ATIVO		268.113	285.371

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Notas	31/dez/12	31/dez/11
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	100.559	405.946
Financiamentos e empréstimos	16	3.223	2.887
Tributos a recolher	17	7.162	3.017
Obrigações estimadas	18	13.671	7.781
Encargos setoriais	19	376	5.116
Partes relacionadas	20	9.468	8.768
Pesquisa e desenvolvimento	21	2.647	4.024
Outros	22	3.413	2.880
		140.519	440.419
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	16	15.962	13.413
Obrigação de ressarcimento	7	42.679	32.146
Partes relacionadas	20	47.222	38.761
Provisões para contingências	23	19.111	16.145
Benefícios pós-emprego	29	3.512	1.696
Concessão onerosa	30	29.934	11.677
Pesquisa e desenvolvimento	21	4.413	2.684
		162.833	116.522
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	24		
Capital social		684.204	320.743
Ajuste de avaliação patrimonial		(4.088)	(2.280)
Prejuízos acumulados		(715.355)	(590.033)
		(35.239)	(271.570)
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		268.113	285.371

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	192.321	158.780
CUSTO OPERACIONAL	26	(171.798)	(151.722)
Custo com Energia Elétrica		(116.317)	(92.932)
Energia elétrica comprada para revenda		(116.317)	(92.932)
Custo de Operação		(35.434)	(32.974)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(30.575)	(27.655)
Depreciação e amortização		(4.876)	(5.138)
Outros		17	(181)
Custo de Construção		(20.047)	(25.816)
Lucro Bruto		20.523	7.058
Despesas Operacionais	27	(121.145)	(156.572)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica		(100.622)	(149.514)
Resultado Financeiro	28	(24.700)	(24.844)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(125.322)	(174.358)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de reais)

	Notas	31/dez/12	31/dez/11
Prejuízo do Exercício		(125.322)	(174.358)
Ajuste ganhos e perdas atuariais	29	(4.088)	(2.280)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	144
Total do Resultado Abrangente do Exercício		(129.410)	(176.494)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Em 01 de janeiro 2011		320.743	(415.675)	(144)	(95.076)
Outros resultados abrangentes		-	-	(2.136)	(2.136)
Prejuízo do exercício		-	(174.358)	-	(174.358)
Em 31 de dezembro de 2011		320.743	(590.033)	(2.280)	(271.570)
Outros resultados abrangentes		-	-	(1.808)	(1.808)
Integralização de capital social	24	363.461	-	-	363.461
Prejuízo do exercício		-	(125.322)	-	(125.322)
Em 31 de dezembro de 2012		684.204	(715.355)	(4.088)	(35.239)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	31/dez/12	31/dez/11
Prejuízo do exercício	(125.322)	(174.358)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação do imobilizado	936	1.084
Amortização do intangível	7.043	6.012
Encargos do serviço da dívida	1.987	1.970
Benefício pós-emprego	8	(447)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64.019	84.999
Provisão para contingências	1.127	6.245
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	23.654	19.494
	(26.548)	(55.001)
(Aumento) redução de ativo		
Clientes	(74.487)	(59.415)
Conta de consumo de combustível - CCC	(5.789)	49.260
Almoxarifado	498	(127)
Tributos a recuperar	(6.575)	458
Cauções e depósitos vinculados	(5.583)	(7.148)
Outros	(442)	7.775
	(92.378)	(9.197)
Aumento (redução) de passivo		
Fornecedores	58.074	150.489
Tributos a recolher	4.145	1.401
Obrigações estimadas	5.890	947

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Encargos setoriais	(4.740)	1.977
Partes relacionadas	19.694	24.722
Pesquisa e desenvolvimento	352	1.404
Provisões para contingências	1.839	(714)
Concessão onerosa	-	(7.817)
Outros	533	620
	85.787	173.029
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(33.139)	108.831
Pagamentos de encargos do serviço da dívida	(1.987)	(1.887)
	(1.987)	(1.887)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	(35.126)	106.944
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	(15.822)	(19.027)
Aquisição no ativo imobilizado	(4.348)	(1.173)
Ativo intangível (concessão)	(12.515)	(8.590)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos	(32.685)	(28.790)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	5.778	494
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.892)	(676)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamentos	2.886	(182)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(64.925)	77.972
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.666	1.694
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.741	79.666
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(64.925)	77.972

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

	31/dez/12	31/dez/11
1 - RECEITA		
Vendas de energia e serviços	255.576	214.079
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(64.019)	(84.999)
	191.557	129.080
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(35.779)	(40.989)
Material	(1.091)	(1.415)
Combustível p/ produção de energia elétrica	(2.100)	-
Custo de energia elétrica comprada	(116.317)	(92.932)
Taxa de fiscalização	(161)	(279)
Outros	12.475	(10.715)
	(142.973)	(146.330)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	48.584	(17.250)
4 - RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(7.979)	(7.096)
Provisão para contingências	(1.127)	(6.245)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	(23.654)	(19.494)
	(32.760)	(32.835)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	15.824	(50.085)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	39.997	35.825
	39.997	35.825
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	55.821	(14.260)
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	55.980	54.766
Governo (impostos e contribuições)	53.785	44.267
Aluguéis	126	147
Encargos de dívidas e outros	61.818	52.880
Pesquisa e desenvolvimento	2.138	1.768
Conta de consumo de combustível - CCC	7.296	6.270
	181.143	160.098
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(125.322)	(174.358)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	55.821	(14.260)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobras Distribuição Roraima é uma empresa de capital fechado, de direito privado, controlada pela Eletrobras, com atuação na cidade de Boa Vista, Roraima. Estatutariamente suas funções principais são: explorar os serviços de energia elétrica, conforme o respectivo contrato de concessão nº. 021/2001-ANEEL, processo ANEEL nº 48100.002181/97-95 e Resolução ANEEL 054/2001, realizando, para tanto, estudos, projetos, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica e prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades.

A Companhia desenvolve também atividades de pesquisa e aproveitamento de fontes alternativas de energia, visando a sua transformação e consequente exploração como energia elétrica.

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.481, alterado pelo Decreto nº 1.503/1995 e Decreto nº 2.653/1998, incluiu no Programa Nacional de Desestatização - PND a Eletronorte e suas subsidiárias integrais, juntamente com as demais empresas do Sistema Eletrobras. A Lei nº 10.848/2004 excluiu a Eletrobras e suas controladas do PND, inclusive a Eletronorte. A Eletrobras Distribuição Roraima permanece incluída no PND, sendo proposta a sua exclusão, em 21 de janeiro de 2010, pela Resolução n° 1 do Conselho Nacional de Desestatização.

Considerando a necessidade de reorganização das Empresas de Distribuição de Energia Elétrica da Eletrobras, com vistas a torná-las equilibradas sob o ponto de vista econômico-financeiro e operacional, a Eletronorte e a Eletrobras celebraram um Contrato de Transferência de Ações Ordinárias Nominativas em 31 de outubro de 2012. Tal contrato rege a capitalização de parte dos créditos que a Eletronorte detinha contra a Boa Vista Energia através de aumento de Capital Social R$ 363.461, bem como a alteração do controle societário.

Esta transferência de controle societário teve anuência da Aneel através da Resolução Autorizativa nº 3.461/2012 e Despacho Aneel nº 2.422/2012.

1.1. Continuidade Operacional da Companhia

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos nas suas operações apresentando prejuízo acumulado de R$ 715.355 no presente exercício. Possuímos um excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R$ 41.725.

A Administração vem adotando medidas para a continuidade dos objetivos estratégicos com foco na governança corporativa e no estabelecimento de contratos de gestão para as empresas de distribuição, com destaque para a parceria firmada junto ao Banco Mundial em projetos de infraestrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica; e à negociação do processo de transferência dos ativos da Companhia, da Eletronorte para a Eletrobrás, e posterior liberação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, oportunizando o cumprimento das obrigações de curto prazo.

Importante salientar que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A insuficiência de capital de giro vem sendo suportada pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém a concessão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Resolução nº 395/2000, combinada com o artigo 22, parágrafo 2º, Lei nº 9.074/1995, Resolução nº 054/2001, Contrato de Concessão nº 21/2001 - ANEEL e 1° Termo Aditivo de 10/2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015, atendendo cerca de 98% dos consumidores.

Nº de municípios atendidos	Localidade da sede	Data da concessão	Data do vencimento da concessão
01	Boa Vista - RR	21/03/2001	07/07/2015

2.1. Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

2.1.1. Descrição da alteração da legislação

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida na Lei 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013 e foi regulamentada pelos Decretos 7.805/12, 7.850/12 e 7.891/2013 emitido em 23 de janeiro de 2013.

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Os principais passos, para colocar em prática o disposto na MP nº 579/12 (atual Lei 12.783/2013), foram ou serão conforme abaixo:

Data	Evento
12/09/2012	Publicação da Medida Provisória 579/2012.
17/09/2012	Edição do Decreto de regulamentação - 7.805/2012.
15/10/2012	Prazo para manifestação de interesse de renovação de contratos de concessão pelas empresas.
01/11/2012	Publicação das tarifas de geração e das receitas permitidas de transmissão.
19/12/2012	Resolução homologatória provisória das cotas de energia para as distribuidoras.
11/01/2013 (Ver detalhes na Nota 36 sobre Evento subsequente)	A Medida Provisória 579/2012 é convertida na Lei 12.783/2013.
20/01/2013 (Ver detalhes na Nota 36 sobre Evento subsequente)	Resolução homologatória definitiva das cotas de energia para as distribuidoras.
05/02/2013 (Ver detalhes na Nota 36 sobre Evento subsequente)	Revisão tarifária extraordinária das distribuidoras para percepção das tarifas pelos consumidores.

A Lei decorrente da Medida Provisória tratou da utilização da Reserva Global de Reversão - RGR para indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados dos segmentos de geração, transmissão e distribuição definindo-se que seu cálculo utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, tanto nos casos de prorrogação como de licitação.

A Lei 12.783/12 também dispôs sobre a redução dos encargos setoriais: a redução da arrecadação do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, o fim da cobrança da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e o fim do recolhimento das cotas da Reserva Global de Reversão - RGR para Distribuidoras prorrogadas ou licitadas no temos da Lei.

Para o segmento de distribuição de energia elétrica, apesar de estabelecida pela então Medida Provisória de que a Revisão Extraordinária ocorreria em 05 de fevereiro de 2013, houve antecipação dessa data e em 24 de janeiro de 2013 as Distribuidoras passaram a aplicar as tarifas já com efeito da Lei 12.783, refletindo assim uma redução média para o segmento de Baixa Tensão na ordem de 18% e 27% para a Alta tensão.

As concessões de distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contatos de concessão, nos termos Lei nº 12.783/13, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 - 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

A Companhia não possui ativos vinculados à atividade de transmissão e geração.

2.1.2. Impactos no negócio distribuição afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

1. Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras cujas concessões vencerão em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos.

2. Até o presente momento, não ocorreu à assinatura do contrato de concessão para a distribuidora que manifestaram o interesse até 15 de outubro de 2012.

3. Não foram regulamentados pelo Poder Concedente os critérios de prorrogação desses contratos, ou seja, não se sabe se haverá ou não custo adicional.

4. Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as novas condições automaticamente, dependendo de diversos critérios que serão analisados pelo Poder Concedente.

5. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados na prorrogação da concessão.

2.1.3. Informações e Decisões da Companhia

A Eletrobras Distribuição Roraima possui 3.143 km de linhas de distribuição, que atendem cerca de 92.696 mil consumidores, sendo sua atuação em sistema isolado na cidade de Boa Vista, Roraima.

Neste contexto, considerando o disposto no & 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamenta a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, a Companhia ratificou o interesse quanto à prorrogação do seu Contrato de Concessão021/2001, através da correspondência CTA PR 077/2012 em 08 de outubro de 2012.

Dita manifestação tinha natureza preliminar, visando resguardar o direito das empresas à prorrogação, face ao prazo decadencial previsto do Decreto nº 7.805/12. É fato, contudo, que os estudos para a decisão final quanto à pretensão de serem assinadas as prorrogações dependeriam de informações que somente vieram a ser publicadas nos dia 01 e 29 de novembro de 2012.

A Companhia detém as seguintes concessões afetadas diretamente pela Lei nº 12.783/13:

	Concessões de Distribuição	
Área de concessão	Valor residual antes da aplicação do VNR (31.12.2012)	Valor residual contábil com a aplicação do VNR (31.12.2012)
Boa Vista (Roraima)	114.951	127.093
Total	114.951	127.093

2.1.4 Impactos contábeis

Para determinação do Valor Novo de Reposição - VNR foram considerados os valores da base de remuneração Blindada do 2º ciclo de revisão tarifária que ocorreu em julho de 2009, onde foram deduzidas desta base as baixas de ativos e de obrigações especiais e posteriormente atualização desta base líquida pelo IGP-M até dez/12.

Para a base Incremental, que vai do período de 01 de agosto de 2009 a 31 de dezembro de 2012, foi considerada a base de ativos em serviço dos bens vinculados a concessão, líquida de baixas e das obrigações especiais, corrigida pelo IPCA até dez/12.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2013.

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e também pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e o valor justo, quando aplicável. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em: a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não mensurados a valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são contabilizados ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos ajustado ao valor provável de realização, quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pró-rata temporis.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, concessionárias e permissionárias, ativo financeiro da concessão e títulos a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e financiamentos e empréstimos.

3.3. Clientes

Engloba os valores a receber com o fornecimento e suprimento de energia elétrica, faturados e não faturados até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. Inclui também, acréscimos moratórios derivados de atraso de pagamento por parte dos consumidores.

3.4. Subvenção da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

Os direitos de ressarcimentos do óleo diesel adquirido para geração de energia elétrica por conta da CCC estão apresentados no ativo circulante. Estes são reconhecidos com base nas informações prestadas pela companhia ao fundo da CCC sob o controle da Eletrobras. Esses valores após aprovados podem ser repassados diretamente ao fornecedor, sendo encaminhados os documentos para a baixa, ou repassado para a Companhia para que seja efetuado o pagamento ao fornecedor.

3.5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os valores apresentados na conta clientes estão líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas no recebimento dos clientes, cuja recuperação seja considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos clientes da Classe Residencial, vencidos há mais de 90 dias, da Classe Comercial, vencidos há mais de 180 dias e das classes Industrial, Rural, Poderes Públicos, Iluminação Pública e Serviços Públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada cliente, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Sobre os contratos de parcelamentos, as análises são feitas individualmente, onde o valor negociado é excluído da provisão, após o pagamento da terceira parcela.

3.6. Almoxarifado

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL (Nota 13). Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01- Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado são bens de uso administrativo. Demais ativos geradores de receita e vinculados à concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros (Concessão) e Intangíveis.

3.8. Ativo financeiro (Concessão)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio um Custo Médio Ponderado de Capital, denominado WACC (sigla Weighted Average Cost of Capital) regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes (Nota 12).

3.9. Intangível (Concessão)

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizado como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão e CPC 05 - Contratos de Construção (Nota 14). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

3.10. Financiamentos e empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações dessa natureza são em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008 e nº 577, de 5 de junho de 2009, que aprovaram, respectivamente, o CPC 04 - Ativo Intangível e CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos dos empréstimos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

3.11. Avaliação do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração (ou concessão onerosa) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (vide Nota 30).

3.12. Benefício pós-emprego

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego e também as orientações de contabilização estabelecidas no CPC 33. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente foram realizados pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON. A Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: o programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes (Plano de Assistência Médica na Modalidade de Auto-Gestão, tipo Coletivo Empresarial Patrocinado, conforme previsão da lei 9.656 de junho de 1998, com registro junto a Agencia Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 416983); e a apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. O programa de benefícios previdenciários a seus empregados é mantido mediante administração da Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Eletrobras Eletronorte. Os ganhos e perdas gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (vide nota 29).

3.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%, sendo que nos exercícios de 2011 e 2012 foram apurados prejuízos fiscais (Nota 31). A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro ajustado, sendo que nos exercícios de 2011 e 2012 foram apuradas bases de cálculos negativas.

3.14. Receita de construção

O pronunciamento técnico sobre Contratos de Construção (CPC 17) estabelece tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração de resultado.

3.15. Receitas e despesas financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e obtidos e operações com instrumentos financeiros.

3.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

(a) Diversos: Os ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável.

(b) Contrato oneroso: O saldo relativo a concessão onerosa, refere-se a obrigação da Companhia em cumprir com o contrato de concessão, considerando que o resultado futuro até o final do contrato representa, de forma líquida, desembolsos financeiros a serem efetuados. Nesse sentido todos os ativos da concessão foram baixados por impairment, restando ainda um saldo a pagar da concessão onerosa registrado no passivo não circulante.

3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita no montante dessa obrigação.

3.18. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas de Contabilidade emanadas da Legislação Societária Brasileira, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do fornecimento não faturado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e das provisões para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment).

3.19. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas dos serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi fornecida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação e fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

3.20. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas ainda não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3.21. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre base de determinação do valor indenizável, havendo diferentes interpretações. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia baseada em parecer de consultor jurídico independente adotou a premissa de que será indenizada pelo VNR - Valor Novo de Reposição ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de distribuição de energia elétrica que foram classificadas no escopo da ICPC-01(IFRIC-12) utilizando-se para tal definição o modelo Bifurcado.

3.22. Reapresentação das cifras comparativas

Determinados saldos comparativos de 2011 foram reclassificados para melhor apresentação das demonstrações financeiras. Essas reclassificações foram (i) nas rubricas de "Obrigações estimadas" e "Outros", no passivo circulante, montante de R$ 1.716; (ii) nas rubricas de "Despesas operacionais" e "Resultado financeiro" nas demonstração do resultado, no montante de R$ 3.631; (iii) e ajuste de valor presente nas rubricas de "Tributos a recuperar" e "Receita operacional líquida" no montante de R$ 279 e, (iv) para uma melhor apresentação de "Pessoal" em Custo de Operação para "Pessoal" em Despesas com Vendas, no valor de R$ 330.

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

4.1. Gestão de Risco de Capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA

	31/12/2012	31/12/2011
Total dos Empréstimos	19.185	16.300
Fornecedores	100.559	405.946
Obrigações de Ressarcimento	42.679	32.146
	162.423	454.392
Menos: Caixa e equivalente a caixa	(14.741)	(79.666)
Direito de ressarcimento	(6.321)	(532)
	(21.062)	(80.198)
Dívida Líquida	141.361	374.194
Total do Patrimônio Líquido	35.239	271.570
Total do Capital	176.600	645.764
%	124,93	172,57

4.2. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e a Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009.

4.2.1. Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

a) Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

b) Contas a receber de clientes - engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

c) Ativo Financeiro (Concessão)- refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

4.2.2. Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Estão classificados nas seguintes categorias:

a) Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são mensurados pelo custo, na prática o valor apresentado na nota fiscal de compra.

b) Empréstimos e financiamentos - após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método taxa efetiva de juros.

4.2.3. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a PCLD, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	31.12.2012			31.12.2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponível para venda						
Ativo Financeiro-Concessões	-	-	127.093	-	-	111.271
	-	-	127.093	-	-	111.271
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Aplicações Financeiras -Extra Mercado	-	12.824		-	74.026	-
		12.824		-	74.026	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíqüido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Análise de sensibilidade:

Instrumentos Financeiros	Valor 31/12/2012	Índice em 31/12/2012 % a.a	Cenário I (-25%) Índice	Cenário I (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário I (-50%) Valor
ATIVOS						
Aplicações Financeiras	12.824	11.46	8,60	5,73	9.618	6.412
PASSIVOS						
Empréstimos e Financiamentos	19.185	10,52	7,89	5,26	14.389	9.593

4.2.4. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Administração da Companhia segue a orientação do Conselho de Administração na gestão de riscos financeiros e operacionais.

Os principais riscos identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco de crédito - a política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos concedidos são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber de clientes. Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de: Programas de renegociação dos débitos pendentes; Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e Cobrança judicial. Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a aplicação financeira apenas em instituições oficiais utilizando-se de fundos de investimentos com risco baixo.

b) Risco de liquidez - é o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros (quadro abaixo com valores futuros com fluxos não descontados), em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

Controlada	Menos de um ano	entre um e dois anos	entre dois e cinco anos	acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012	103.782	4.451	10.011	1.500
Empréstimos	3.223	4.451	10.011	1.500
Fornecedores e outras obrigações	100.559	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	408.833	3.267	10.049	97
Empréstimos	2.887	3.267	10.049	97
Fornecedores e outras obrigações	405.946	-	-	-
Em 01 de janeiro de 2011	258.261	3.074	10.521	-
Empréstimos	2.804	3.074	10.521	-
Fornecedores e outras obrigações	255.457	-	-	-

c) Risco de escassez de energia - o risco é decorrente do racionamento de energia elétrica importada da Venezuela para atender o Estado de Roraima por meio da Interligação elétrica Santa Helena - Boa Vista em 230kv. Este risco é minimizado em função de contratos firmados junto a produtores independentes e de comodato da Usina UTE Floresta com a Eletronorte.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) Risco de mercado

- Risco com taxa de juros - o risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, na Companhia este risco é baixo devido nossos empréstimos serem captados somente junto a Eletrobras.

- Risco com taxa de câmbio - o risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia não tem compromissos atrelados à taxa de câmbio.

f) Instrumentos financeiros por categoria

Na tabela abaixo a Companhia classifica seus instrumentos financeiros por Categoria:

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	111.271	-	111.271
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	61.556	-	-	61.556
Caixa e equivalentes de a caixa	5.640	-	-	5.640
Aplicações Financeiras	-	-	74.026	74.026
31 de dezembro de 2011	67.196	111.271	74.026	252.493
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	127.093	-	127.093
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	71.774	-	-	71.774
Caixa e equivalentes de a caixa	1.917	-	-	1.917
Aplicações Financeiras	-	-	12.824	12.824
31 de dezembro de 2012	73.691	127.093	12.824	213.608

Passivos, conforme o balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Empréstimos	16.300	16.300
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	519.735	519.735
31 de dezembro de 2011	536.035	536.035
Empréstimos	19.185	19.185
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	255.898	255.898
31 de dezembro de 2012	275.083	275.083

4.2.5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber de clientes e demais constas a receber:

	31/dez/12	31/dez/11
Grupo I		
- Residencial	31.997	21.151
- Comércio, serv. outras atividades	8.334	5.832
	40.331	26.983
Grupo II		
- Industrial	1.557	1.071
- Rural	1.312	752
- Poder público	132.387	113.361
- Iluminação pública	404	371
- Serviço público	49.229	43.733
REVENDEDORES		
- Suprimento normal	54.540	24.445
- Suprimento parcelamento	19.795	15.785
	259.224	199.518
Grupo III		
- Renda não faturada (*)	5.112	9.749
	5.112	9.749
PCLD	(232.893)	(174.945)
	(232.893)	(174.945)
Total de Recebíveis	71.774	61.305

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos e classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial da Companhia, conforme descrito abaixo:

Grupo I - Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20,01% do total de recebíveis; e,

Grupo III -Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.

(*) A Companhia realiza a leitura de energia dos seus consumidores através de um calendário. Para a leitura de todos os consumidores no período de 30 dias, os mesmos são divididos em rotas específicas de leituras, contemplando regiões próximas e ou grupo de consumidores similares.

Do exposto ocorre uma defasagem entre a realização da leitura do faturamento com o calendário civil. Esses fatos associados resultam na renda não faturada, ou seja, a necessidade de ajustar a competência do faturamento realizado, com o calendário civil.

A apuração da renda não faturada ocorre mensalmente, sendo lançada, de acordo com cada livro de leitura e pode ser explicitada da seguinte forma:

RNF = (A/B)*C

Onde: RNF = Renda Não Faturada

A= Faturamento do mês por livro

B= Número de dias do período de consumo, correspondente ao livro faturado.

C= Numero de dias decorridos entre a data da ultima leitura, correspondente ao livro faturado e o último dia do mês de faturamento.

Deste modo, são reconhecidos como receita de renda não faturada os valores apurados referentes aos dias que faltaram para completar o calendário civil e estornados no mês seguinte, quando há a efetivação do faturamento.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Tipo de Movimentação	31/dez/12	31/dez/11
Conta Corrente	1.917	5.640
Aplicações Financeiras - Extra Mercado	12.824	74.026
TOTAL	14.741	79.666

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extra mercado. Tais recursos encontram-se disponíveis para fazer face a obrigações correntes da Companhia, sendo que a variação apresentada foi decorrente principalmente de pagamentos: aos produtores independentes de geração de energia; óleo combustível adquirido junto à Petrobrás para geração de energia; e energia elétrica comprada para revenda junto à Eletronorte.

NOTA 6 - CLIENTES

A composição da conta clientes apresenta-se da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Consumidores	3.066	2.370
Poder Público Estadual	80.631	61.602
Poder Público Municipal	2.794	1.783
Serviço Público	6.043	1.840
Suprimento CERR	19.795	14.089
Subtotal	112.329	81.684
Não Circulante		
Poder Público Estadual	11.719	12.151
Poder Público Municipal	6.519	8.119
Serviço Público	31.926	35.288
Suprimento CERR	-	1.696
Subtotal	50.164	57.254
Total	162.493	138.938

	31/dez/12				31/dez/11
CIRCULANTE	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL
CONSUMIDORES					
- Residencial	11.247	10.019	10.731	31.997	21.151
- Industrial	619	386	552	1.557	1.071
-Comércio, serv. outras atividades	5.034	2.369	931	8.334	5.832
- Rural	416	237	659	1.312	752
- Poder público	4.570	4.656	104.923	114.149	93.091
- Federal	751	213	7	971	732
- Estadual	1.767	3.195	100.939	105.901	84.888
- Municipal	2.052	1.248	3.977	7.277	7.471
- Iluminação pública	404	-	-	404	371
- Serviço público	4.357	1.656	11.290	17.303	8.445
- Renda não faturada	5.112	-	-	5.112	9.749
	31.759	19.323	129.086	180.168	140.462
REVENDEDORES					
- Suprimento normal	3.652	7.082	43.806	54.540	24.445
- Suprimento parcelamento	1.695	1.585	16.515	19.795	14.089
	5.347	8.667	60.321	74.335	38.534
PCLD	(6.457)	(12.157)	(167.315)	(185.929)	(120.850)
Total Circulante	37.106	27.990	22.092	68.574	58.146
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
CONSUMIDORES	50.164	-	-	50.164	55.558
- Poder público estadual	11.719	-	-	11.719	12.151
- Poder público municipal	6.519	-	-	6.519	8.119
- Serviço público	31.926	-	-	31.926	35.288
REVENDEDORES					
-Suprimento parcelamento	-	-	-	-	1.696
	50.164	-	-	50.164	57.254
PCLD	(46.964)		-	(46.964)	(54.095)
Total do Não Circulante	3.200	-	-	3.200	3.159
TOTAL GERAL	40.306	27.990	22.092	71.774	61.305

6.1. Parcelamento de Créditos de Energia Elétrica

Representa os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

6.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A PCLD, de acordo com a norma das empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, é estabelecida para evidenciar, de forma objetiva, a não capacitação de clientes devedores em liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais descritos no estoque de contas a receber e, constitui-se usando premissas básicas que possam garantir à Administração liquidez dos ativos contidos nas Demonstrações Financeiras. Assim, a sua constituição é feita com base em análise dos riscos de realização, reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

A aprovação de procedimentos unificados nas empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, corroborou para que a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD mantivesse seu critério rigoroso, principalmente com a inclusão da provisão em relação às rendas não faturadas.

Tais procedimentos foram elaborados com a finalidade de atender os preceitos da Legislação Fiscal e Societária, Normas Internacionais de Contabilidade e principais práticas contábeis aplicadas em conformidade com a Lei 11.638/09, além dos Comunicados e Pronunciamentos Contábeis - CPC's, as orientações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Os critérios utilizados foram:

a) Análise individualizada dos créditos relevantes (para todas as unidades consumidoras atendidas em alta tensão), vencidos a mais de 60 dias, inclusive sendo provisionados aqueles onde não havia certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência; e

b) Análise conforme os procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (para todas as unidades consumidoras atendidas em baixa tensão) conforme o vencimento das faturas, provisionando-se: contas vencidas há mais de 90 dias para as classes residencial, comercial, industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública, bem como, que demonstram a expectativa efetiva de perda.

Segue o seguinte quadro demonstrando tal provisão por classe de consumidores:

CIRCULANTE	31/dez/12	31/dez/11
Residencial	2.723	3.927
Industrial e rural	681	445
Poder público	166.179	114.143
Serviço público	16.016	2.335
Renda não faturada	330	-
Total	185.929	120.850

NÃO CIRCULANTE	31/dez/12	31/dez/11
Poder público	15.038	18.807
Serviço público	31.926	35.288
Total	46.964	54.095

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 está assim demonstrada:

	31/dez/12	31/dez/11
Saldo no Inicio do Exercício	(174.945)	(91.749)
Constituição	(71.902)	(96.113)
Reversão	7.925	12.419
Baixa por Perda	6.029	498
Saldo Final do Exercício	(232.893)	(174.945)

NOTA 7 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de novembro de 1973 e tem como finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país.

Com o advento da Lei nº 12.111 de 9 de dezembro de 2009, as premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios receberam modificações nas práticas estabelecidas, inclusive para localidades isoladas a serem interligadas em futuro próximo. O objetivo da respectiva Lei conforme contido em seu Art. 3º é o reembolso dos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos: à contratação de energia e de potencia associada, à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico, aos impostos e investimentos realizados, além dos demais custos necessários para geração.

Os valores da Conta de Consumo de Combustível - CCC são fixados anualmente pela ANEEL. A gestão da CCC fica a cargo da Eletrobras, que elabora o planejamento para o exercício seguinte, com base no mercado aprovado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e leva para homologação da ANEEL, o rateio para os agentes envolvidos no processo.

No ano de 2012, a Eletrobras repassou, a título de adiantamento, todas as liberações disponibilizadas pelo fundo setorial CCC, e a Companhia realizou a compensação com os valores registrados a reembolsar dos custos de geração de energia da CCC. O saldo excedente do adiantamento foi transferido para uma conta específica no Passivo Não Circulante.

Segue abaixo o detalhamento dos créditos a receber junto à CCC:

	31/dez/12	31/dez/11
Combustível-CCC	4.430	532
Compra de Energia ELN-CCC	1.891	-
Total	6.321	532

No exercício de 2012, a Companhia contabilizou em seu Passivo Não Circulante, o montante de R$ 56.187 mil a título de valores adiantados para reembolso CCC, fazendo a baixa no Ativo Circulante dos direitos registrados em 2012 no valor de R$ 49.279 mil conforme embasamento na Lei 12.111/09:

	31/dez/12	31/dez/11
Saldo anterior CCC Sistema Isolado	(32.146)	(39.301)
(+) Adiantamentos recebidos	(56.187)	(144.945)
(-) Valor compensado da CCC - ISOL	49.279	152.100
(+) Atualização monetária	(3.625)	-
Saldo Final CCC Sistema Isolado	(42.679)	(32.146)

NOTA 8 - ALMOXARIFADO

Estão classificados neste grupo os materiais de consumo da Administração e itens de manutenção.

	31/dez/12	31/dez/11
Estoque de Custeio	1.704	2.202
Total	1.704	2.202

Os estoques da Companhia estão registrados pelo seu custo médio, líquidos de provisão para obsolescência ou perda quando aplicável.

NOTA 9 - TRIBUTOS A RECUPERAR

		31/dez/12	31/dez/11
Circulante			
Imposto de Renda(IR) e CSLL	a	1.703	689
ICMS a recuperar	b	675	683
PIS e COFINS	c	1.460	29
Outros impostos a recuperar	d	12	20
Total		3.850	1.421
Não Circulante			
ICMS a recuperar	b	4.146	-
Total		4.146	-

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correspondem às retenções na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras de órgãos públicos e retenções na fonte referente a serviços prestados, de acordo com o Art. 64 da Lei 9.430 de 1996 e art.34 da Lei 10.833 de 2003.

b) ICMS a recuperar - ICMS sobre o ativo fixo calculado de acordo com a Lei Complementar nº 87/1996. A Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48 avos.

c) PIS e COFINS - os valores lançados a título de crédito de PIS/PASEP e COFINS nesta rubrica foram apurados do montante dos custos referentes à Lei 12.111/09, os mesmos foram enquadrados como créditos relacionados com a Lei 10.637/02 (PIS/PASEP) e a Lei 10.833/03(COFINS).

d) Outros impostos a recuperar - refere-se a créditos de impostos pagos a maior que serão recuperados no exercício seguinte.

NOTA 10 - OUTROS

		31/dez/12	31/dez/11
Adiantamentos a empregados	a	1.605	1.424
Adiantamentos a fornecedores		24	23
Dispêndios a reembolsar		20	26
Outros	b	1.955	2.073
Circulante		3.604	3.546
Outros	b	1.195	815
Não Circulante		1.195	815

a) Os adiantamentos a empregados dizem respeito a diárias no país, férias, abonos pecuniários sobre férias, 13º salário, e Tratamento Fora de Domicílio - TFD.

b) Em relação à rubrica Outros, as principais composições referem-se a R$ 1.146 mil de arrecadação não repassada pelo agente arrecadador CS Guariente (ação judicial com probabilidade de ganho provável para Companhia); R$ 124 de serviço próprio uso mútuo de postes; R$ 129 mil de Desativações em Curso; e R$ 1.195 mil com Coligadas e controladas (valores a reembolsar de empregados que se encontram cedidos para outras Companhias do sistema Eletrobras).

NOTA 11 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Cauções e depósitos vinculados a litígios são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, realizados em moeda corrente, com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação e estão apresentados conforme detalhamento abaixo:

	31/dez/12	31/dez/11
Trabalhistas	470	386
Cíveis	28	34
Multas ANEEL	8.569	8.057
Caução ICMS	4.993	-
Total	14.060	8.477

- Trabalhistas - depósitos provenientes de recursos realizados na instância superior da Justiça do Trabalho, bem como valores depositados ou bloqueados relativos aos processos em fase de execução;

- Cíveis - valores bloqueados ou depositados judicialmente, referentes aos processos em fase de execução na Justiça Cível;

- Multas ANEEL - ações anulatórias com pedido de liminar visando o cancelamento dos efeitos das penalidades aplicadas em Autos de Infração emanados da SFE/ANEEL. Essas infrações são oriundas de Processos Administrativos pelo não cumprimento de índices regulatórios ou transgressões de ordem técnica ou comercial. Para tais casos, cabe recurso por parte da administração, e, baseado na avaliação da assessoria jurídica, e considerando que estão tramitando em primeiro grau de jurisdição, foram consideradas como possíveis;

- Caução ICMS - valor depositado judicialmente para garantia do juízo de direito de compensação de crédito do ICMS diferido de março e abril de 2012, objetivando suspender a exigibilidade do tributo e também a obtenção da Certidão Positiva com Parecer de Negativa de Débitos emitida pelo Estado.

NOTA 12 - ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A rubrica Ativo financeiro (concessão) no montante de R$ 127.093, refere-se ao ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo Bifurcado.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 21/2001, de 21 de março de 2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica, bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e da Orientação Técnica OCPC 05 Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A movimentação dos saldos referente ao Ativo Financeiro (Concessão) está assim apresentada:

ATIVO FINANCEIRO (CONCESSÃO)	
Saldo em 01 de janeiro de 2011	92.244
(+) Adições	21.560
(-) Obrigações Especiais	(2.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	111.271
(+) Adições	8.797
(+) VNR	12.142
(-) Obrigações Especiais	(5.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	127.093

A movimentação do ativo financeiro está demonstrada conforme quadro a seguir:

	Ativo Financeiro (Concessão)		
EM SERVIÇO	Custo	(-) Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2011	91.161	(6.900)	84.261
(+) Adições	-	(10)	(10)
(+/-) Transferências	11.416	-	11.416
Saldo em 31 de dezembro de 2011	102.577	(6.910)	95.667
(+) Adições	3.460	(2)	3.458
(+/-) Transferências	17.436	-	17.436
Saldo em 31 de dezembro de 2012	123.473	(6.912)	116.561
EM CURSO			
Saldo em 01 de janeiro de 2011	7.993	(10)	7.983
(+) Adições	21.560	(2.523)	19.037
(+/-) Transferências	(11.416)	-	(11.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.137	(2.533)	15.604
(+) Adições	17.479	(5.115)	12.364

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(+/-) Transferências	(17.436)	-	(17.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.180	(7.648)	10.532
Total	141.653	(14.560)	127.093

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

A concessão outorgada tem prazo de vigência de 20 anos, encerrando-se em julho de 2015. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

NOTA 13 - IMOBILIZADO

O imobilizado refere-se aos bens, direitos e instalações utilizadas na Administração da Companhia. Por natureza, o Imobilizado está constituído da seguinte forma:

	ATIVO IMOBILIZADO				
		31/dez/12			31/dez/11
	Taxas Médias Anuais de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	2.960	(1.427)	1.533	1.260
Máquinas e equipamentos	11,64%	15.422	(7.556)	7.866	5.344
Móveis e utensílios	6,88%	550	(393)	157	191
Terrenos	0,00%	557	-	557	557
Veículos	16,56%	2.278	(1.701)	577	120
Subtotal		21.767	(11.077)	10.690	7.472
Em curso					
Compras em andamento		3	-	3	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		755	-	755	265
Material em depósito		378	-	378	676
Subtotal		1.136	-	1.136	941
Total		22.903	(11.077)	11.826	8.413

A movimentação do imobilizado está demonstrada conforme quadro a seguir:

	ATIVO IMOBILIZADO					
	EM SERVIÇO			EM CURSO		TOTAL
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2011	17.001	(9.558)	7.443	881	881	8.324
(+) Adições	-	(1.084)	(1.084)	1.173	1.173	89
(+/-) Transferências	1.113	-	1.113	(1.113)	(1.113)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.114	(10.642)	7.472	941	941	8.413
(+) Adições	-	(936)	(936)	4.349	4.349	3.413
(-) Baixas	(500)	500	-	-	-	-
(+/-) Transferências	4.154	-	4.154	(4.154)	(4.154)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.768	(11.078)	10.690	1.136	1.136	11.826

Os valores agregados ao ativo imobilizado em curso constituem-se basicamente de gastos efetuados pela Companhia na manutenção das atividades administrativas.

A formação do custo de cada empreendimento é efetuada mediante a utilização do instrumento contábil denominado Ordens em Curso, que são processos de registro, acompanhamento e controle para apuração destes custos.

A empresa calcula e contabiliza as quotas de depreciação aplicando as taxas de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2012, para cada bem ou instalação, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994 e Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009 no que for aplicável.

As principais taxas anuais de depreciação praticadas pela Concessionária por Atividades e por Unidades de Cadastro - UC são:

Atividades/Unidades de Cadastro - UC	Taxa Anual de depreciação %
Administração	
Equipamento geral	6,25
Edificação	3,33
Veículos	14,29
Comercialização	
Equipamento geral	6,25

NOTA 14 - INTANGÍVEL

Este grupo é formado pelo Intangível (Concessão) que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado que foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo (softwares).

Com a adoção da ICPC 01 o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de amortização de intangíveis das concessões - ICPC 01. Por natureza, o Intangível está assim constituído:

	ATIVO INTANGÍVEL					
		31/dez/12				31/dez/11
	Custo	Amortização Acumulada	(-) Obrigações Especiais	*Impairment*	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Intangível Concessão	64.649	(47.620)	82	(17.111)	-	307
Demais Intangíveis	10.794	(3.873)	-	-	6.921	5.963
Subtotal	75.443	(51.493)	82	(17.111)	6.921	6.270
Em curso						
Intangível Concessão	3.758	-	(1.348)	(2.410)	-	472
Demais Intangíveis	878	-	-	-	878	981
Subtotal	4.636	-	(1.348)	(2.410,00)	878	1.453
Intangível Concessão	68.407	(47.620)	(1.266)	(19.521)	-	779
Demais Intangívies	11.672	(3.873)	-	-	7.799	6.944
Total	80.079	(51.493)	(1.266)	(19.521)	7.799	7.723

Os valores contemplados como Demais Intangíveis referem-se substancialmente a aquisição de licenças de direito de uso de propriedade intelectual (Softwares), constituídos pelos gastos realizados com a aquisição das referidas licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados dos equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados em linha reta de acordo com a vida útil estimada na legislação vigente. A movimentação do Intangível está demonstrada conforme quadro a seguir:

	ATIVO INTANGÍVEL				
EM SERVIÇO	Custo	Amortização Acumulada	(-) Obrigações Especiais	*Impairment*	Valor Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2011	53.105	(38.436)	(696)	(6.307)	7.666
(+) Adições	-	(6.012)	-	(7.817)	(13.829)
(+/-) Amortização	-	-	389	-	389
(+/-) Transferências	8.716	-	-	-	8.716
Saldo em 31 de dezembro de 2011	61.821	(44.448)	(307)	(14.124)	2.942
(+) Adições	8.681	(7.043)	-	(5.397)	(3.759)
(+/-) Amortização	-	-	389	-	389
(+/-) Transferências	4.939	-	-	(1.390)	3.549
Saldo em 31 de dezembro de 2012	75.441	(51.491)	82	(20.911)	3.121
EM CURSO					
Saldo em 01 de janeiro de 2011	5.380	-	-	-	5.380
(+) Adições	8.590	-	(472)	-	8.118
(+/-) Transferências	(8.716)	-	-	-	(8.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.254	-	(472)	-	4.782
(+) Adições	4.321	-	(876)	-	3.445
(+/-) Transferências	(4.939)	-	-	1.390	(3.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.636	-	(1.348)	1.390	4.678
Total	80.077	(51.491)	(1.266)	(19.521)	7.799

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro (Concessão).

a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A partir do segundo ciclo de revisões tarifárias periódicas as obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, tomando-se por base uma taxa média regulatória.

Ao final do período de concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com o critério a ser definido pelo poder concedente.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação do seu ativo em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. (vide Nota 30)

NOTA 15 - FORNECEDORES

Nesta rubrica encontram-se contabilizadas, por data de competência a entrega do material, da energia elétrica comprada e da execução do respectivo serviço, as notas fiscais provenientes de materiais adquiridos de fornecedores, produtores de energia elétrica e prestadores de serviços.

		31/dez/12	31/dez/11
Fornecedores de energia elétrica	a	82.953	390.590
Fornecedores de materiais e serviços	b	17.606	15.356
Total		100.559	405.946

a) Suprimento de energia elétrica - refere-se à aquisição de energia elétrica da Eletrobras Eletronorte e a variação significativa ocorreu devido à capitalização de parte dos créditos que a Eletrobras Eletronorte detinha contra a Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR (Boa Vista Energia S.A) através de aumento de seu Capital Social no valor de R$ 363.461, não afetando o caixa da empresa. Evento este que, com anuência da ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.461/2012 e Despacho nº 2.422/2012, alterou o controle societário direto sobre a EDRR detido pela Eletronorte à Eletrobras.

b) Materiais e Serviços - corresponde às obrigações perante fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Companhia, de modo a realizar operações e manutenções do parque de distribuição de energia elétrica para atender a área de concessão.

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

A composição/movimentação dos financiamentos e empréstimos está demonstrada conforme quadro abaixo:

Composição dos financiamentos e empréstimos	31/dez/12	31/dez/11
Circulante	3.223	2.887
Eletrobras	3.223	2.887
Não Circulante	15.962	13.413
Eletrobras	15.962	13.413
Total	19.185	16.300

Movimentação dos financiamentos e empréstimos	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.804	13.595
Ingressos	-	494
Encargos Financeiros Provisionados	1.887	83
Encargos Financeiros Pagos	(1.887)	
Transferência para o Circulante	759	(759)
Amortização de Financiamentos	(676)	-
Saldo em 31 dezembro de 2011	2.887	13.413

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ingressos	-	5.778
Encargos Financeiros Provisionados	1.987	-
Encargos Financeiros Pagos	(1.987)	-
Transferência para o Circulante	3.229	(3.229)
Amortização de Financiamentos	(2.893)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.223	15.962

Os valores registrados no Passivo Não Circulante que perfaz em 31/12/2012 o montante de R$ 15.962 tem seus vencimentos assim programados:

Ano	Moeda Nacional
2014	4.451
2015	5.091
2016	3.666
APÓS 2016	2.754
Total	15.962

Os financiamentos e empréstimos em moeda nacional são Contratados com a Eletrobras e decorrentes de recursos setoriais provenientes do Fundo Reserva Global de Reversão - RGR com incidência de encargos de 2% a 10% ao ano e sem indexadores especificados em cláusulas contratuais.

Composição dos financiamentos e empréstimos

	31/dez/12		31/dez/11	
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)
Moeda Nacional				
RGR	19.185	100%	16.300	100%
Total	19.185	100%	16.300	100%

NOTA 17 - TRIBUTOS A RECOLHER

		31/dez/12	31/dez/11
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		847	674
Contrib. Social p/ finc. da Seguridade Social - COFINS		701	792
Contrib. p/ formação patr. servidor público - PASEP		152	172
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	a	3.312	3
Fundo de Garantia p/ Tempo de Serviço - FGTS		329	326
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		1.558	614
Imposto Sobre Serviço - ISS		198	390
Outros		65	46
Total		7.162	3.017

a) Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - A partir de Março de 2012, houve a mudança do regime de cobrança do ICMS pela SEFAZ, de Substituição Tributária para o Diferimento, conforme Decreto nº 13.713-E de 17 de Fevereiro de 2012, art. 1º, inciso XIX, que altera o Regulamento do ICMS.

NOTA 18 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/dez/12	31/dez/11
Folha de pagamento	1.712	1.716
Encargos sociais - INSS	1.061	1.034
Encargos sociais - FGTS	356	347
Férias - Provisão	2.376	2.317
Gratificação de férias - Provisão	2.079	2.027
Outras	6.087	340
Total	13.671	7.781

Os valores evidenciados nesta nota dizem respeito às estimativas das obrigações em potencial referentes a férias e outras assemelhadas, devidas aos empregados, incluindo a Folha de pagamento, na vigência do contrato de trabalho; assim como, aquelas devidas a Diretores e Conselheiros, quando for o caso, da estimativa dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

NOTA 19 - ENCARGOS SETORIAIS

		31/dez/12	31/dez/11
Quota da reserva global de reversão - RGR	a	-	4.473
Quota da conta de consumo de combustível - CCC		357	631
Taxa fiscalização ANEEL		19	12
Total		376	5.116

a) A ANEEL, mediante o Despacho 34/2013 revogou o Despacho nº 4.085 de 21 de dezembro de 2012, que fixou as quotas mensais de RGR no exercício de 2012 e consequentemente as quotas que deveriam ser recolhidas a partir de 15 de janeiro de 2013.

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo: a compra de energia elétrica (valores apresentados na nota de Fornecedores); operações de empréstimos e financiamentos:

CIRCULANTE	31/dez/12	31/dez/11
Amazonas Energia	11	-
Eletronorte	9.457	8.768
	9.468	8.768
NÃO CIRCULANTE		
Eletrobras	17.302	-
Eletronorte	29.920	38.761
	47.222	38.761

A energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela ANEEL. Todas as outras transações são efetuadas considerando as condições aplicáveis às circunstâncias.

		31/dez/12		31/dez/11	
Parte Relacionada	Natureza da Operação	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Eletronorte	Empréstimos, financiamentos e encargos	(9.457)	(2.374)	(17.609)	(2.746)
Eletronorte	Suprimento de energia	(82.953)	(116.317)	(390.590)	(92.932)
Eletronorte	Aquisição de Ativos	(29.920)	-	(29.920)	-
Eletronorte	Pessoal cedido e outros	734	-	157	-
Eletrobras	Empréstimos, financiamentos e encargos	(19.185)	(1.987)	(16.300)	(2.090)
Eletrobras	Contrato de transferência	(17.302)	-	-	-

NOTA 21 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

CIRCULANTE	31/dez/12	31/dez/11
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	2.115	2.085
PEE - Programa de eficiência energética	532	1.939
	2.647	4.024
NÃO CIRCULANTE		
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	1.079	526
PEE - Programa de eficiência energética	3.334	2.158
	4.413	2.684

Os valores registrados no Circulante já estão assim direcionados:

a) P&D - Pesquisa e Desenvolvimento: Projeto Smart Grid Parintins (projeto cooperado entre as seis Empresas Distribuidoras da Eletrobras, para desenvolver um modelo de referência, fundamentado na experimentação de aplicações de um conjunto de tecnologias dentro do conceito Smart Grid (redes inteligentes), através de um projeto piloto a ser implantado na cidade de Parintins, no Amazonas). Os valores devidos a títulos de FNDCT e MME somam R$ 85 e estão inseridos no valor total do P&D - Pesquisa e Desenvolvimento apresentado no Circulante.

b) PEE - Programa de Eficiência Energética: Projeto Agente Eletrobras (projeto de eficiência energética em comunidades de baixo poder aquisitivo).

Os recursos registrados no Passivo Não Circulante estão sem destinação estabelecida.

NOTA 22 - OUTROS

		31/dez/12	31/dez/11
Contribuição para iluminação pública arrecadada		846	1.246
Consumidores		797	687
Empregados		(7)	(7)
Credores diversos		581	696
Outras	a	1.196	258
Total		3.413	2.880

a) Do montante apresentado, R$ 928 mil é referente à penalização imposta pela ANEEL em função do descumprimento da determinação de reposição imediata dos montantes de combustível consumido acima dos limites específicos para geração de energia elétrica (valores pagos relativos ao equivalente hidráulico, no período de janeiro de 1999 a maio de 2005).

NOTA 23 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Contingências	
	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	18.798	16.127
Cíveis	313	18
Total	19.111	16.145

Mutações das provisões para demandas judiciais:

						MUTAÇÕES
	31/12/2011	Constituição	Atualização	(-) Reversão	(-) Baixa	31/12/2012
Trabalhistas	16.127	1.288	1.844	(439)	(22)	18.798
Cíveis	18	281	17,00	(3)	-	313
Total	16.145	1.569	1.861	(442)	(22)	19.111

Os passivos contingentes são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos tornou-se provável de realização, e, caso seja provável, a provisão deve ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade. A Administração da Companhia, fundamentada na Deliberação CVM nº 489/2005 e na apreciação da avaliação de seus consultores jurídicos, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas nas Demonstrações Financeiras são suficientes para cobrir prováveis perdas em demandas judiciais de qualquer natureza. As ações estão assim classificadas:

a) Trabalhistas: referem-se a vínculo laboral, danos morais e/ou materiais, adicionais de penosidade e periculosidade, diferenças salariais e encargos previdenciários.

b) Cíveis: referem-se a ações indenizatórias por cobrança indevida de fatura de energia, por danos morais e/ou materiais.

c) Atualização monetária: para uma melhor estimativa de desembolso das provisões contingenciais com provável risco de perda, a partir de fevereiro de 2011 (conforme publicado no DJE nº 4510 de 15/3/2011), foi utilizado o Fator de Correção e Atualização Monetária, tendo como base de cálculo do índice a TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central. Esse fator é publicado mensalmente no Diário da Justiça Eletrônico, acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o valor determinado na sentença judicial (para as ações cíveis); e se utilizou a Tabela Única de atualização e conversão de débitos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho (para as ações trabalhistas), também acrescidos de juros simples de 1% a.m. sobre o valor determinado na sentença.

d) Demandas não provisionadas: a maioria dessas demandas é oriunda dos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor de causa limita-se a quarenta vezes o salário mínimo (conforme Art. 3º, I, da Lei 9.099/95), sendo que os fatos geradores de maior frequência descrito na petição inicial das ações são referentes à cortes indevidos, repetição de indébitos e danos elétricos. Não foram provisionadas por representarem baixo risco de perda para a Companhia (possível ou remoto), conforme opinião dos consultores jurídicos e estão demonstradas a seguir:

	31/dez/12	31/dez/11
Demandas trabalhistas	3.108	1.337
Demandas cíveis	40.842	26.684
Total	43.950	28.021

NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012, o Capital Social da Companhia é de R$ 684.204 mil, representado por 320.742.889 (trezentas e vinte milhões, setecentos e quarenta e duas mil e oitocentos e oitenta e nove) ações.

Em 2011 o Capital Social totalizava 320.743 mil, representado por 269.353.526 (duzentos e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Prejuízo do exercício	Quantidade de ações	Valor
Eletrobras	(125.322)	320.743	(0,39)

A variação significativa do Capital Social ocorreu devido à capitalização de parte dos créditos que a Eletrobras Eletronorte detinha contra a Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR (Boa Vista Energia S.A) através de aumento de seu Capital Social no valor de R$ 363.461. Esta transação não afetou o caixa. Evento este que, com anuência da ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.461/2012 e Despacho nº 2.422/2012, alteraram o controle societário direto sobre a EDRR detido pela Eletronorte à Eletrobras.

NOTA 25 - RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	Notas	31/dez/12	31/dez/11
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	a	182.113	147.944
Suprimento de energia elétrica	a	22.556	13.054
Uso da rede de distribuição	a	17.493	14.441
Receita de construção	b	20.047	25.816
Receita de remuneração Ativo Financeiro	a	11.592	9.996

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Outras receitas	c	1.775	2.828
		255.576	214.079
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	d	(63.255)	(55.299)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		192.321	158.780

a) Fornecimento e suprimento de energia elétrica

	N° de Consumidores (*)		Mwh (*)		R$ Mil	
	31/dez/12	31/dez/11	31/dez/12	31/dez/11	31/dez/12	31/dez/11
FORNECIMENTO FATURADO						
- Residencial	79.913	76.336	297.843	265.785	113.026	88.319
- Industrial	353	327	14.238	12.530	5.867	4.734
- Comércio, serviço e outras atividades	8.732	8.065	138.374	120.779	54.288	42.275
- Rural	2.817	2.460	12.830	7.440	3.361	1.655
- Poder Público	763	760	79.157	73.534	27.887	24.396
- Iluminação Pública	54	38	23.447	20.709	4.980	3.850
- Serviço Público	63	63	18.355	17.437	4.158	3.471
	92.695	88.049	584.244	518.214	213.567	168.700
FORNECIMENTO NÃO FATURADO	-	-	-	-	(4.636)	2.094
(-) TRANSFERÊNCIA P/ DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	(15.226)	(12.854)
	92.695	88.049	584.244	518.214	193.705	157.940
SUPRIMENTO	1	1	129.070	57.142	24.823	14.641
(-) TRANSFERÊNCIA P/ DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	(2.267)	(1.587)
	1	1	129.070	57.142	22.556	13.054
USO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	17.493	14.441
TOTAL	92.696	88.050	713.314	575.356	233.754	185.435

(*) Não auditados

A Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, por meio da Resolução nº 1.375/2012, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2012 da Companhia correspondendo a um efeito tarifário médio de 2,51%, com vigência de novembro 2012 a outubro de 2013; e por meio da Resolução nº 1226/2011, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Companhia correspondendo a um efeito tarifário médio de 12,91%, com vigência de novembro 2011 a outubro de 2012.

b) Receita de construção - a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a de distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada no quadro anterior. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível e financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Outras receitas operacionais

	31/dez/12	31/dez/11
Renda de prestações de serviços	149	91
Arrendamento, aluguéis de bens	1.011	945
Serviço taxado	502	1.385
Outras	113	407
Total	1.775	2.828

d) Deduções das receitas operacionais

	31/dez/12	31/dez/11
ICMS	(32.200)	(26.819)
PIS/PASEP	(3.843)	(3.106)
COFINS	(17.703)	(14.308)
ISS	(39)	(34)
Quota para RGR	125	(2.715)
Encargos PEE	(822)	(680)
Encargos CCC	(7.296)	(6.270)
Encargos P&D	(822)	(680)
Taxa de fiscalização	(161)	(279)
Outros encargos	(494)	(408)
	(63.255)	(55.299)

25.1. Reajuste Tarifário

O processo de Reajuste tarifário da Companhia foi finalizado em novembro com a homologação das tarifas por parte da ANEEL mediante a Resolução Homologatória nº 1.375/2012 e que resultou em um efeito tarifário médio de 2,51% cuja aplicação ocorreu a partir de 1º de novembro de 2012 e com vigência até outubro de 2013.

NOTA 26 - CUSTO DA OPERAÇÃO

O custo do serviço apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício pode ser assim apresentado:

		31/dez/12	31/dez/11
Energia elétrica comprada para revenda	a	(116.317)	(92.932)
Pessoal		(25.273)	(25.199)
Material		(196)	(388)
Matéria prima e insumo p/ produção de energia		(2.100)	-
Serviços de terceiros	b	(23.053)	(27.884)
Depreciação e amortização		(4.078)	(4.425)
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação		(389)	(391)
Amortização s/ obrigações especiais		(409)	(322)
Outras		17	(181)
		(171.798)	(151.722)

a) Energia Elétrica comprada para revenda - as principais variações decorreram do aumento de 6,95% da tarifa de compra da energia ocorrido em novembro/2011 (com reflexos até outubro de 2012), combinado com o novo reajuste de 9,25% em vigor a partir de novembro de 2012; e também da cobrança do excedente ocorrido em alguns meses de 2012 (quando a diferença entre o consumo realizado é superior ao projetado conforme especificado no contrato de compra de energia junto à Eletronorte), sendo que essa ultrapassagem sofre acréscimo de 20% superior à tarifa normal.

	Quantidade MWh (*)		Milhares de Reais	
	31/dez/12	31/dez/11	31/dez/12	31/dez/11
Energia Comprada	806.330	747.756	116.317	92.932

(*) Não auditados

b) Serviços de terceiros - do valor total desta rubrica, R$ 20.047 mil em 2012 e R$ 25.816 mil em 2011, referem-se aos valores de Custo de construção, que teve um aumento expressivo em 2011 tendo em vista o grande volume de obras do programa Luz para Todos e da obra de ampliação da subestação Floresta.

NOTA 27 - DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais especificadas na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

a) Despesas com vendas

		31/dez/12	31/dez/11
Pessoal		(9.439)	(9.061)
Material		(463)	(514)
Serviço de terceiros		(6.206)	(7.710)
Depreciação		(55)	(27)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa - clientes	i	(63.978)	(83.694)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa - ICMS		(41)	(1.305)
Outros	ii	6.590	142
Total		(73.592)	(102.169)

i) A provisão teve uma redução principalmente em virtude das campanhas de renegociação de dívida junto aos consumidores; e também aos saldos dos contratos de parcelamentos com Poder Público e Serviço Publico, os quais estavam inadimplentes e foram provisionados em 2011.

ii) Outros - a principal variação foi decorrente da recuperação de despesas em decorrência da mudança do sistema de cobrança do ICMS (deixou de ser substituição tributária e voltou a ser Diferimento durante o exercício de 2012) que ocasionou uma recuperação de valores baixados em exercícios anteriores.

b) Despesas gerais e administrativas

	31/dez/12	31/dez/11
Pessoal	(18.999)	(18.252)
Administradores	(500)	(206)
Entidade de previdência privada	(1.769)	(2.048)
Material	(432)	(513)
Serviço de terceiros	(6.520)	(5.395)
Arrendamentos e aluguéis	(126)	(147)
Depreciação	(2.249)	(1.218)
Outros	737	(828)
Total	(29.858)	(28.607)

c) Outras despesas operacionais

	31/dez/12	31/dez/11
Provisão para contingências	(1.568)	(8.359)
Reversão (Provisões) para contingências	441	2.114
Outros	(5.750)	(85)
Total	(6.877)	(6.330)

d) Outras receitas (despesas)

		31/dez/12	31/dez/11
Provisão para redução de valor recuperável de ativos	d.1.	(23.654)	(19.494)
Efeitos da Lei 12.783/2013	d.2.	12.142	-
Outras receitas (despesas)		694	28
Total		(10.818)	(19.466)

d.1) Vide nota 30 (Impairment)

d.2) Principal variação refere-se à contabilização de R$ 12.142 referente ao Valor Novo de Reposição - VNR que foi calculado com base nos bens do ativo imobilizado em serviço, líquidos de obrigações especiais e passíveis de remuneração, na data base de 31/12/2012.

NOTA 28 - RESULTADO FINANCEIRO

		31/dez/12	31/dez/11
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras		6.160	866
Variação monetária ativa	a	33.837	34.959
Outras		1.729	1.365
Total de Receitas		41.726	37.190
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas		(3.688)	(4.469)
Variação monetária passiva	b	(58.130)	(48.411)
Outros		(4.608)	(9.154)
Total de Despesas		(66.426)	(62.034)
Efeito líquido no resultado		(24.700)	(24.844)

a) Referem-se aos juros, multas e acréscimos moratórios relacionados aos contratos de parcelamentos; e atualizações da energia elétrica vendida aos consumidores, composto da seguinte forma:

	31/dez/12	31/dez/11
Variação Monetária e Acréscimos Moratórios s/ Parcelamentos	25.290	30.009
Juros e Multa s/ Energia Vendida	8.547	4.950
Total	33.837	34.959

b) Os principais valores registrados em Variações monetárias passivas decorrem de transações com a Parte Relacionada Eletronorte, no valor de R$ 52.691, decorrentes de contratos registrados de Compra de energia elétrica e de Empréstimos e financiamentos.

NOTA 29 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego.

29.1. Programa Previdenciário

A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à PREVINORTE - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, caracterizada como entidade fechada de previdência complementar, instituída e patrocinada pela Companhia, entre outras entidades do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através de dois planos de benefícios. O Plano de Benefícios Definidos - Plano BD, instituído com a finalidade de assegurar aos empregados aposentados pela Companhia uma renda de inatividade assemelhada à da ativa, quando somada àquela paga pelo Regime Geral da Previdência Social, e o Plano de Contribuições Definidas - Plano CD, com o objetivo de assegurar uma renda de inatividade determinada pelos aportes de contribuição e de suas capitalizações durante a fase de atividade. O Plano BD foi fechado para novas adesões quando do lançamento do Plano CD no ano 2000.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

Plano CD

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios do Plano BD, abaixo descrito, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na companhia, com reversão em renda de aposentadoria.

Esse regime contributivo estabelece aportes mensais por parte de empregados e da empresa, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2012, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 1.472 (31.12.2011 - R$ 1.746).

Plano BD

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo Regime Geral da Previdência Social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados, mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte, em regime de pagamento único.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	Plano BD	
	2012	2011
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	13	13
1.2. Idade Média	49,2	48,4
1.3. Serviço Creditado (total)	26,0	25
1.4. Tempo para Aposentadoria	10,0	11
1.5 Salário Médio em R$	8.466,62	8.119,24
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	4	4
2.2. Idade Média	61,0	60,2
2.3. Benefício Médio em R$	1.722,67	1.618,63
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	-	-
3.2. Idade Média	-	-
3.3. Benefício Médio em R$	-	-
População Total	17	17

29.2. Outros benefícios pós-emprego

29.2.1. Seguro-saúde

A Companhia concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

29.3. Efeitos do Plano BD e Assistência Saúde

29.3.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
	2012	2011
Taxa anual de juro atuarial real (i)	3,72%	5,61%
Taxa anual de inflação projetada	4,89%	4,50%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98%	100%
Hipóteses Atuariais		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 573 (R$269 em 2011).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

29.3.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro

Descritivo	2012		
	Plano BD	Saúde	Total
Alterações nas obrigações			
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	4.501	1.696	6.197
Custo do serviço	52	-	52
Contribuições de participantes	72	-	72
Custos dos juros	432	176	608
Benefícios pagos/adiantados	(84)	-	(84)
(Ganhos) ou perdas atuariais	2.590	(153)	2.437
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	7.563	1.719	9.282
Alterações nos ativos financeiros			
Valor justo dos ativos no início do exercício	5.013	-	5.013
Retorno esperado dos investimentos	520	-	520
Contribuições patronais	131	-	131
Contribuições de participantes do plano	137	-	137
Benefícios pagos/adiantados	(84)	-	(84)
Ganhos ou (perdas) atuariais	53	-	53
Valor justo dos ativos no fim do exercício	5.770	-	5.770
Obrigações reconhecidas no final do exercício	(1.793)	(1.719)	(3.512)
Custo Periódico Líquido (resultado)			
Custo do serviço líquido (líquido de contribuições de beneficiários)	52	-	52
Custo dos juros	432	176	608
Retorno esperado dos ativos financeiros	(520)	-	(520)
Redução dos benefícios	-	-	-
Total do Custo Periódico Líquido	(36)	176	140

Descritivo	2011		
	Plano BD	Saúde	Total
Alterações nas obrigações			
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	4.513	7	4.520
Custo do serviço	98	2	100
Custos dos juros	440	-	440
Benefícios pagos/adiantados	(80)	(4)	(84)
(Ganhos) ou perdas atuariais	(469)	1.691	1.222
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	4.502	1.696	6.198
Alterações nos ativos financeiros			
Valor justo dos ativos no início do exercício	4.585	-	4.585
Retorno esperado dos investimentos	522	-	522
Contribuições patronais	117	4	121
Contribuições de participantes do plano	122	-	122
Benefícios pagos/adiantados	(80)	(4)	(84)
Ganhos ou (perdas) atuariais	(253)	-	(253)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	5.013	-	5.013
Estado de cobertura no final do exercício	511	(1.696)	(1.185)
Restrição ao Reconhecimento de Ativos	(511)	-	(511)
Obrigações reconhecidas no final do exercício	-	(1.696)	(1.696)
Custo Periódico Líquido (resultado)			
Custo do serviço líquido (líquido de contribuições de beneficiários)	(28)	2	(26)
Custo dos juros	440	-	440
Retorno esperado dos ativos financeiros	(522)	-	(522)
Total do Custo Periódico Líquido	(110)	2	(108)

As principais categorias de ativos do Plano BD, no final do período de relatório, e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	2012	2011
Valores Disponíveis Imediatos	3	-
Realizáveis Previdenciários	43	41
Investimentos em Títulos Públicos	2.200	2.094
Investimentos em Ações	11	15
Investimentos em Fundos	3.200	737
Investimentos Imobiliários	160	144
Empréstimos e Financiamentos	165	158
Outros	-	1.835
(-) Exigíveis Previdenciários	(9)	(8)
(-) Exigíveis de Investimentos	(3)	(3)
Total dos ativos	5.770	5.013

29.3.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2012	31.12.2011
Programa Previdenciário	2.674	713
Programa de Saúde	1.414	1.567
Total	4.088	2.280

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício	31.12.2012	31.12.2011
Programa Previdenciário	1.961	227
Programa de Saúde	(153)	1.691
Total	1.808	1.918

29.3.4. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 133 com o plano de benefícios definidos durante o próximo exercício.

29.3.5. Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

Variação nas taxas de custos médicos	2012
Efeito no Custo de Juros - Aumento 1%	32
Efeito no Custo de Juros - Redução 1%	(26)
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1%	362
Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1%	(301)

29.3.6. O histórico dos ajustes pela experiência do plano de benefício definido está apresentado a seguir:

	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	7.563	4.502	4.512	3.250
Valor justo dos ativos do plano	-5.770	-5.013	-4.585	-3.944
Déficit /(Superávit)	1.793	-511	-73	-694
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	2.590	-469	939	40
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	53	-253	50	158

PLANO DE SAÚDE

	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	1.719	1.696	7	684
Valor justo dos ativos do plano	0	0	0	0
Déficit /(Superávit)	1.719	1696	7	684
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	-152	1691	-808	684
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	0	0	0	0

NOTA 30 - ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Companhia elaborou estudo técnico de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente dos fluxos de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

Para tanto, foi realizada análises do fluxo de caixa da concessionária até 2015, data limite da concessão de distribuição de energia elétrica com a premissa de renovação a partir de 2015, calculando-se o seu valor descontado acumulado e comparando-o ao valor do ativo imobilizado e o ativo financeiro líquidos em serviço no final de 2012.

Os procedimentos utilizados para as elaborações das projeções financeiras na base econômica seguem integralmente os parâmetros empregados na elaboração dos demonstrativos financeiros da empresa determinados pela legislação brasileira e para o setor elétrico nacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Para o ano de 2012, foi considerado o resultado societário contábil realizado e auditado até setembro, adicionando os valores realizados de outubro a novembro e projetando-se o mês de dezembro, com base nos critérios a seguir:

a) Taxa de desconto de 4,61%;

b) Receita com fornecimento de Energia, foi considerada a variação da previsão de mercado para o mês de dezembro, valorado pela tarifa média real de novembro/2012;

c) Crescimento vegetativo (vertical) do mercado;

d) Considerado o plano de perdas;

e) Compra de energia, considerando os valores projetados com base na energia requerida contratada para 2012 e com os efeitos da Lei 12.111/09;

f) Custos de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais, foi considerada a variação do realizado de outubro para novembro, adicionando ao custo de novembro;

g) Imposto de Renda e CSSL foram considerados para fins de cálculo de impairment;

h) Nenhum novo investimento, apenas o mencionado na alínea "a" deste item 5, para o período em estudo;

i) Inadimplência: foi projetada uma inadimplência, calculada sobre as vendas brutas, utilizando o nível de perdas realizadas no ano de 2012. Estes valores estão computados na rubrica Provisões (Inadimplência, contencioso e perdas);

j) Deduções: permanecido a relação desta rubrica com as Vendas Brutas no ano de 2012, excluindo-se as seguintes rubricas: RGR e CCC (efeito da MP 579);

O valor recuperável destes ativos não foi o suficiente para cobrir o valor do ativo intangível, sendo necessário o reconhecimento de impairment que resultou na contabilização no resultado do exercício atual em R$ 23.654, sendo que, no grupo Intangível foi contabilizado o valor de R$ 6.787 e constituída uma provisão no passivo não circulante a título de concessão onerosa no valor de R$ 16.867, tendo em vista não haver saldo suficiente para suportar o novo cálculo de Impairment.

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Encontram-se registrados, na Parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurado valores decorrentes de Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No quadro abaixo está demonstrada a posição desses créditos.

a) Apuração do lucro real	2012	2011
Prejuízo do exercício antes do IR e CSLL	(125.322)	(174.358)
Efeitos das adições e (exclusões)		
Provisões (reversão de provisões)	31.614	94.465
Demais adições (exclusões)	(12.119)	(1.988)
Reajustes de anos anteriores	565	2.540
Base de Cálculo	(105.262)	(79.341)

b) Créditos fiscais

	2012	2011
Prejuízos fiscais acumulados	495.519	390.257
Base de cálculo negativa da CSLL	489.329	381.639
Provisões não dedutíveis	244.560	182.732
Demais adições temporárias	17.719	16.145
Total	1.247.127	970.773

O imposto de renda da pessoa jurídica, de que trata a Lei nº 9.249/95 é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro ajustado, aplicando-se a alíquota de 9%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram apurados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. Conforme CPC-32 (Tributos sobre o Lucro) Companhias com histórico de resultados negativos e sem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, não devem constituir ativo fiscal diferido.

NOTA 32 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

Os gastos totais com a administração incluindo os conselheiros de administração, fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	31/dez/12	31/dez/11
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	384	161
Encargos Sociais e benefícios	116	44
Total	500	205

A maior e menor remuneração para empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2012, foi de R$ 40.438,35 e R$ 2.075,77 respectivamente, contra R$ 38.321,79 e R$ 1.900,65 em 2011, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia.

Quanto ao salario médio e a remuneração média praticada pela Companhia, para pagamento aos seus empregados durante o ano de 2012, foi de respectivamente R$4.867,55 e R$ 8.126,08 contra R$ 4.372,94 e R$ 7.477,36 em 31/12/2011.

Os honorários atribuídos aos dirigentes corresponderam a R$ 301.987,45 em 2012.

NOTA 33 - SEGUROS

33.1. Risco Nomeado e Operacional

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia seguem especificamente a política de Gerenciamento de Seguros definida por sua Administração, visando à contratação de coberturas securitárias adequadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 8.666/93, 8.987/95, 10.520/02, Decreto 5.450/05 e demais legislações aplicáveis.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

SEGUROS

Seguradora	Risco	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Tókio Marine	Engenharia	21/02/2012 a 21/02/2013	7.965	39

A apólice de seguros nº 0596000505 oferece cobertura aos riscos de engenharia sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco.

Estão cobertos pela apólice vigente, os principais equipamentos das subestações, com seus respectivos valores segurados e Limites Máximos de Indenizações. A apólice contratada possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, e cobertura adicional contra danos elétricos, roubo e vendaval, roubo e furto qualificado, Cobertura de Equipamentos Eletrônicos, além de cobertura para inclusões e exclusões de locais, equipamentos até o limite de R$ 7.965 milhões.

33.2. Seguro de Vida

Seguro contratado para 290 empregados da Companhia, através da Apólice de Seguros nº 3557126160, Seguradora Tókio Marine, limitado ao valor máximo de indenização R$ 355.670,50 (trezentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e setenta reais e cinquenta centavos)

NOTA 34 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados aos contratos de compra de energia elétrica estão previstos conforme segue:

COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

	Vigência	2014	2015
Energia Elétrica	2001 a 2015	155.450	200.607
Total		155.450	200.607

Os valores relativos aos contratos de compra de energia elétrica junto à Eletrobras Eletronorte, cuja vigência encerrar-se-á conjuntamente com o contrato de concessão (2015), representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012 homologados pela ANEEL.

NOTA 35 - REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou as novas regras para os processos relativos ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das tarifas de energia elétrica.

O conjunto de mudanças aprovadas impacta diretamente numa parcela da tarifa, a chamada Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, como os custos operacionais e os investimentos. Essa parcela representa de 25% a 30% da conta de energia que chega ao consumidor. A outra parcela, denominada, Parcela A é menos gerenciável pelas distribuidoras e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais. Ainda são incluídos nas faturas dos consumidores o pagamento de taxas, impostos e tributos definidos pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Dentre os itens alterados, destaca-se a taxa de retorno do capital - WACC, aplicado que era de 9,95% (real e liquido de imposto) e foi reduzida para 7,5% (real e liquido de imposto) respectivamente. A alteração reflete a redução do risco percebido para se investir em distribuição de energia elétrica no País.

A revisão das tarifas acontece em média a cada quatro anos e é o momento em que são reavaliados os custos das distribuidoras, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiência por elas obtidos.

A nova metodologia de revisão tarifária ficou em audiência pública (AP nº. 040/2010) de 10/09/2010 a 10/01/2011 (primeira fase) e de 27/04/2011 a 03/06/2011. Os ciclos de revisão anteriores aconteceram de 2003 a 2006 (1º Ciclo) e de 2007 a 2010 (2º Ciclo). A próxima revisão da companhia, para o 3º Ciclo, ocorrerá no ano de 2013.

NOTA 36 - LEI 12.783/2013 (não auditado)

Em 11 de janeiro de 2013, a Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências foi convertida na Lei 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 emitido em 23 de janeiro de 2013.

As alterações oriundas da Revisão Tarifária Extraordinária trazida pela MP 579/2012:

1. Revisão tarifária extraordinária da Parcela A, com impacto de redução da receita a partir de 24 de janeiro de 2013.

2. Eliminação de encargos setoriais (CCC e RGR).

Em 24 de janeiro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 1.455/2013 estabelecendo as novas tarifas de energia elétricas com redução de 18,14% para os clientes atendidos em baixa tensão - BT e 32% de redução para os clientes atendidos em alta tensão - AT.

A citada resolução estabelece ainda em seu artigo 7º que a Eletrobras Distribuição Roraima está isenta do pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustível - CCC. Nos artigos 9º e 10 estabelece as receitas que deverão ser repassadas à Eletrobras Distribuição Roraima pela Eletrobras (oriundas da CDE) em função da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.

Boa Vista-RR, 31 de dezembro de 2012.

MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA
Diretor Presidente

RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor Financeiro

RODRIGO MOREIRA
Diretor de Operação

LUÍS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor de Gestão

PEDRO MATEUS DE OLIVEIRA
Diretor de Planejamento e Expansão

LUIZ ARMANDO CRESTANA
Diretor Comercial

NELISSON SERGIO HOEWELL
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

LICÍNIO DA TRINDADE SANTANA JARDIM
Contador - CRC/AM - 010097/O-0 T-RR

PARECER

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Boa Vista Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Vista Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Boa Vista Energia S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresenta, em 31 de dezembro de 2012, prejuízos acumulados no montante de R$ 715.355 mil, passivo a descoberto no montante de R$ 35.239 mil e excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 41.725 mil. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.1, suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.
PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" RR

GUILHERME NAVES VALLE
Contador CRC MG070614/O-5 "S" RR

FABIANO RICARDO TESSITORE
Contador CRC 1SP216451/O-1 "S" RR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 9/2013-AP

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67), por força de decisão judicial nos autos nº 1643-83.2013.4.01.3100, 1º Vara Federal do Amapá, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

3643/2013-858.032/2012-BEADELL RESOURCES MINERAÇÃO LTDA

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 13/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Mineração Vale Verde Ltda - 840235/82 - Not.16/2013 - R$ 282,72

RELAÇÃO Nº 14/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)

Carlos André de Mendonça Uchôa - 844071/11, 844205/11

Prime Mineração LTDA. - 844165/10

JOSÉ ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO PROCURADOR FEDERAL
RELAÇÃO Nº 23/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

Antonio Jozelito Chaves - 980077/13 - R$ 2.805,36 Incrição N.79734/2013

RELAÇÃO Nº 24/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

Bbm Desenvolvimento Mineral Ltda - 980018/13 - R$ 2.805,36 Incrição N.79429/2013

RELAÇÃO Nº 25/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

Elias Correa Jacinto - 980056/13 - R$ 2.805,36 Incrição N.79842/2013

RELAÇÃO Nº 26/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

Verlei Silva Bueno - 984059/10 - R$ 2.481,52 Incrição N.45463/2013

RELAÇÃO Nº 27/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

João Wanderley Ichihara - 950206/12 - R$ 2.532,66 Incrição N.68714/2013

RELAÇÃO Nº 28/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

José Rosa da Silva - 980459/12 - R$ 2.805,36 Incrição N.79406/2013

RELAÇÃO Nº 29/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias

Laudair Cezar Nunes - 980035/13 - R$ 25.173,24 Incrição N.79765/2013

JOAQUIM ALENCAR FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 168/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Brasil & China Comércio, Investimentos, Importação e Exportação Ltda - 871205/10 - A.I. 1040/13, 871206/10 - A.I. 1039/13, 871207/10 - A.I. 1038/13, 871208/10 - A.I. 1037/13

Centro Oeste Empreendimentos Minerais Ltda - 870855/10 - A.I. 1008/13, 870856/10 - A.I. 1006/13, 870857/10 - A.I. 1007/13

Internediações Gerais Ltda - 872066/10 - A.I. 435/11, 872068/10 - A.I. 436/11, 872069/10 - A.I. 437/11, 872070/10 - A.I. 438/11, 872071/10 - A.I. 439/11, 872072/10 - A.I. 440/11, 872073/10 - A.I. 441/11, 872074/10 - A.I. 442/11, 872075/10 - A.I. 443/11, 872076/10 - A.I. 444/11, 872077/10 - A.I. 445/11, 872078/10 - A.I. 446/11

Primary Soil Empreendimentos Minerais Ltda - 871549/10 - A.I. 1047/13, 871550/10 - A.I. 1048/13, 871551/10 - A.I. 1049/13, 871552/10 - A.I. 1050/13, 871553/10 - A.I. 1051/13, 871554/10 - A.I. 1052/13, 871555/10 - A.I. 1053/13, 871556/10 - A.I. 1054/13, 871557/10 - A.I. 1055/13, 871558/10 - A.I. 1056/13, 871559/10 - A.I. 1057/13

RELAÇÃO Nº 169/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Antonio Martins Amorim Guimarães - 872884/11 - A.I. 1043/13

bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 871211/11 - A.I. 1031/13

Brasil & China Comércio, Investimentos, Importação e Exportação Ltda - 872002/11 - A.I. 1034/13, 872004/11 - A.I. 1033/13, 872005/11 - A.I. 1032/13, 871291/11 - A.I. 1036/13, 871366/11 - A.I. 1035/13

Cerâmica Triunfo Ltda - 870669/11 - A.I. 1045/13

Everaldo Bispo Dos Santos - 873808/11 - A.I. 1041/13

Internediações Gerais Ltda - 872079/10 - A.I. 447/11, 872080/10 - A.I. 448/11, 872081/10 - A.I. 449/11, 872082/10 - A.I. 450/11, 872083/10 - A.I. 451/11, 872084/10 - A.I. 452/11, 872085/10 - A.I. 453/11, 872086/10 - A.I. 454/11, 872087/10 - A.I. 455/11, 872088/10 - A.I. 456/11, 872089/10 - A.I. 457/11, 872090/10 - A.I. 458/11, 872091/10 - A.I. 459/11, 872092/10 - A.I. 460/11, 872093/10 - A.I. 462/11, 872094/10 - A.I. 461/11

Jessé Figueiredo da Silva - 871259/11 - A.I. 1046/13

João Claudio de Lima - 870944/11 - A.I. 1060/13

Luis Antonio da Hora me - 871134/11 - A.I. 1061/13, 872858/11 - A.I. 1062/13

Marcelo Manhães - 872950/11 - A.I. 1042/13

Mineradora Buriti Ltda - 871945/11 - A.I. 1044/13

Primary Soil Empreendimentos Minerais Ltda - 873024/11 - A.I. 1058/13, 873025/11 - A.I. 1059/13

Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 873018/11 - A.I. 1063/13, 873019/11 - A.I. 1064/13, 873020/11 - A.I. 1065/13, 873022/11 - A.I. 1066/13, 873023/11 - A.I. 1067/13

RELAÇÃO Nº 170/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

João Claudio de Lima - 872581/10 - Not.554/2013 - R$ 5.473,06

José Raimundo de Souza Neto - 870482/11 - Not.552/2013 - R$ 2.786,11

Mundo Mineração LTDA. - 872659/09 - Not.558/2013 - R$ 3.135,15

RELAÇÃO Nº 171/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Companhia Itabrás de Mineração - 7947/45 - Not.550/2013 - R$ 5.496,81

Geolab Serviços Geológicos Ltda - 870025/09 - Not.551/2013 - R$ 2.748,40

Hércules de Almeida Hemerly - 874498/08 - Not.556/2013 - R$ 237,78

Jadir Rozeno da Silva - 874056/07 - Not.557/2013 - R$ 248,64

João Claudio de Lima - 872581/10 - Not.555/2013 - R$ 2.734,90

José Raimundo de Souza Neto - 870482/11 - Not.553/2013 - R$ 5.067,29

Mundo Mineração LTDA. - 872659/09 - Not.559/2013 - R$ 2.734,90

RELAÇÃO Nº 177/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)

Adson Martins Cardoso - 870142/09

Alessandro Victorelli - 871900/10

Antonio Alfredo Ferreira Silveira - 870003/09

bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 870132/09

Carla Patrícia Gomes Coelho - 870107/09

Centro Oeste Empreendimentos Minerais Ltda - 870856/10

Danilo de Almeida Silva - 870124/09

Devanei Agostinho Rodrigues - 870179/09

Dimámore Ltda - 870028/09

Domingos Santos de Souza - 870075/09

Edgar Gonçalves Costa - 870076/09, 870043/09

Edvaldo Alves de Borja - 872675/09

Francisco de Assis de Oliveira - 870875/10

Internediações Gerais Ltda - 874927/08, 874920/08, 874912/08, 874905/08, 874900/08, 874906/08, 874916/08, 874917/08, 874913/08

Jeronimo do Nascimento - 871859/10

Jorge Paulo Vital - 872754/09

Jose Americo Vaz - 873591/09, 873598/09, 871984/10

José Ramos Dos Santos Filho - 870233/09

Josemar Santos Cunha - 871061/10, 870019/10

Leonardo Perdigão Morais - 870403/09

Madvel Materiais de Contrução e Utilitários Ltda me - 871896/10

Manoel Getulio Alves Matos Quinaud - 874891/08

Marcone Sodre Macedo - 873328/09, 873326/09, 873329/09, 873327/09

Marcos da Cruz Gomes - 870081/09

Marcus Vinicius Rodrigues de Martins Cardoso - 870133/09

Mario Lucio Lelis Costa - 870900/10

Mineração e Serraria Camilgran Ltda me - 870333/09

Neusabete Santos - 873195/09

Osterino Alves Vieira - 870808/09

Planaer Commercial Trade & Mining Brazil Ltda - 872954/09, 872951/09, 872949/09, 872958/09

Priand Comercial e Extração de Areia Cascalho e Brita Ltda - 870377/09

Sidney Diniz de Almeida - 873597/09

Vallebrás Exprtação de Minérios do Brasil Ltda - 870969/10

Willian Knup Vieira - 870655/09

RELAÇÃO Nº 181/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)

Danilo de Almeida Silva - 870123/09

Edgar Gonçalves Costa - 875053/08

Helio s Mineraçao Ltda - 870346/10

Internediações Gerais Ltda - 874929/08, 874903/08, 874902/08, 874898/08, 874923/08, 874895/08, 874893/08, 874915/08, 874904/08

Jorge da Cunha Filho - 873597/08

Khalil Najib Karam - 870534/09

Leonardo Cardoso de Brito - 870701/10

Manoel Getulio Alves Matos Quinaud - 874890/08

Marcelo Pires de Queiroz - 870068/09

Marcus Vinicius Rodrigues de Martins Cardoso - 870134/09

Martins Mineração Ltda me - 873330/09

Naturalli Pedras Naturais da Bahia Ltda ME. - 872685/09

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 191/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Fabricio Orsioli - 873194/09
Fernando Alvares da Silva - 870580/10
Geovan da Anunciação Cordeiro - 872030/10
Kelly Gonçalves da Silva - 873589/09
Manoel Pedro Silva Mascarenhas - 872858/09
Márcio Barbosa Pessoa - 872360/09, 872358/09, 872356/09, 872357/09
Naturalli Pedras Naturais da Bahia Ltda ME. - 872711/09
Thiago Lucio Dos Santos - 870758/10
Tiago Vinicius da Costa - 870355/09
w d Transportes LTDA. ME. - 873596/09

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 89/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Cerâmica Tijuca Ltda-me - 896157/08
Crenelli Mineração Ltda - 896619/08
Dna - Distribuidora Néctar de Água Ltda - 896397/08
Edvaldo Favarato Filho - 896924/07, 896956/07, 896061/08
Emerson Machado Scantamburlo - 896546/08
Gme4 do Brasil Participações e Empreendimentos s a - 896085/08
Luis Fernando Cunha Baptista - 896079/08
Mega Comércio Mineração Ltda me - 896538/08
Miniño e Cia Ltda - 896515/08

RELAÇÃO Nº 101/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Cemasa Companhia de Exploração Mineral e Águas S.A. - 896441/01 - Not.26/2013 - R$ 2.340,22

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 129/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(181)
861.996/2012-MARCIO GREY GONÇALVES MIRANDA
Defere pedido de reconsideração(182)
862.922/2011-MARCO ANTONIO CEZAR CARLOS
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
861.116/1989-LAFARGE BRASIL S A-OF. N°571/2013/DTM-180 dias
861.868/1994-SIDA SOCIEDADE ITUMBIARENSE DE DRAGAGEM E AREIA LTDA.-OF. N°563/2013/DTM-180 dias
861.989/1995-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°572/2013/DTM-180 dias
860.743/1998-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°565/2013/DTM-180 dias
860.042/2001-SETA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°602/2013/DTM-180 dias
860.253/2001-CAJUGRAM GRANITOS E MARMORES DO BRASIL LTDA-OF. N°526/DTM/GO-180 dias
860.560/2002-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°560/2013/DTM-180 dias
860.859/2002-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°573/2013/DTM-180 dias
861.066/2002-SOARES YBARRA ÁGUAS MINERAIS LTDA. ME-OF. N°564/2013/DTM-180 dias
860.953/2003-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°575/2013/DTM-180 dias
860.217/2004-LEVANTINA NATURAL STONE BRASIL LTDA-OF. N°569/2013/DTM-180 dias
860.363/2004-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°589/2013/DTM-180 dias
860.365/2004-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°591/2013/DTM-180 dias
860.366/2004-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°590/2013/DTM-180 dias
860.746/2005-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°587/2013/DTM-180 dias
860.836/2005-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°562/2013/DTM-180 dias
860.912/2005-JOSIELSON ROQUE DE JESUS-OF. N°588/2013/DTM-180 dias
860.598/2006-MINERAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MINERAIS CAIAPÓ LTDA-OF. N°527/DTM/GO-60 dias
861.036/2006-MIGUEL ALVES DE FREITAS-OF. N°570/2013/DTM-180 dias
860.361/2007-F.S. AREIAS LTDA-OF. N°524/DTM/GO-60 dias
861.379/2007-MINERAÇÃO 3R LTDA-OF. N°525/DTM/GO-180 dias
862.825/2008-PORTO BELO AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°596/2013/DTM-180 dias
860.175/2012-SUPERGRAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°593/2013/DTM-180 dias
860.373/2012-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-OF. N°595/2013/DTM-180 dias
860.654/2012-HP MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LLTDA.-OF. N°594/2013/DTM-180 dias
861.306/2012-ANTONIO MENDES FERREIRA JUNIOR F.I-OF. N°567/2013/DTM-180 dias
Reitera exigência(366)
861.993/2007-RIO VERMELHO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°605/2013/DTM-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
860.961/1993-CALCÁRIO DE PAULA LTDA.-OF. N°598/2013/DTM
861.031/2001-COMGEO MINERAÇÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°559/2013/DTM
860.716/2002-AREIA SÃO TOMÁZ LTDA-OF. N°600/2013/DTM
860.280/2003-AREIA SÃO TOMÁZ LTDA-OF. N°599/2013/DTM
861.188/2003-JOSÉ EUSTÁQUIO DE SOUSA-OF. N°603/2013/DTM
860.947/2007-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.-OF. N°597/2013/DTM
862.085/2008-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.-OF. N°604/2013/DTM
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.745/1969-GOLAJE EXTRAÇÃO DE LAJES LTDA.-OF. N°180
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.142/2011-PAULO ANTÔNIO SILVA-OF. N°536/DNPM/DTM/2013
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
860.829/2009-ILVANEY PERREIRA DA SILVA- Registro de Licença N°:156/2010 - Vencimento em 21/12/2014
861.606/2009-NILTON CÉSAR DA SILVA- Registro de Licença N°:092/2010 - Vencimento em 31/12/2017
861.541/2010-NILTON CÉSAR DA SILVA- Registro de Licença N°:100/2011 - Vencimento em 31/12/2017
860.098/2011-ANTÔNIA DUTRA CORREA DE PAULA ME- Registro de Licença N°:086/2011 - Vencimento em 21/12/2014
860.861/2011-JOSÉ BELCHIOR FERREIRA- Registro de Licença N°:150/2011 - Vencimento em 24/01/2015
860.975/2011-LUIS CARLOS TESSAROLLO ME- Registro de Licença N°:130/2011 - Vencimento em 12/03/2015
860.988/2011-IDAMIZO GONÇALVES DO CARMO- Registro de Licença N°:222/2012 - Vencimento em 08/02/2014
861.380/2011-GILBERTO BARBOSA DE AVELAR- Registro de Licença N°:136/2011 - Vencimento em 31/01/2017
862.506/2011-EMERSON PINHEIRO ROSA ME- Registro de Licença N°:136/2012 - Vencimento em 18/11/2016
862.861/2011-CESAR CLAUDIO CARNEIRO- Registro de Licença N°:184/2012 - Vencimento em 24/10/2016
862.895/2011-JOÃO MAURÍCIO NETO- Registro de Licença N°:225/2012 - Vencimento em 01/01/2015
862.939/2011-MIGUEL ALVES DE FREITAS- Registro de Licença N°:242/2012 - Vencimento em 03/12/2013
860.075/2012-CONSÓRCIO PAVOTEC TEJOFRAN SOBRADO- Registro de Licença N°:102/2012 - Vencimento em 01/03/2014
860.081/2012-JOSE CARLOS DE OLIVEIRA- Registro de Licença N°:238/2012 - Vencimento em 08/01/2013
860.142/2012-ELIANE DIAS- Registro de Licença N°:204/2012 - Vencimento em 05/12/2013
860.205/2012-CESAR CLAUDIO CARNEIRO- Registro de Licença N°:130/2012 - Vencimento em 17/10/2016
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
861.815/2011-JOSE ROSA DE SOUZA
862.826/2011-MINERAÇÃO NOVA ALIANÇA LTDA
860.931/2012-VALDECI MARIA DE SOUZA COSTA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
862.492/2011-VEMAR RIO PILOES LTDA-Registro de Licença N°27/2013 de 06/03/2013-Vencimento em INDETERMINADO
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
861.838/2012-CLOVIS TAVARES DE SOUZA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
861.668/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE BERNARDO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Brom e Pinheiro Mineração, Investimento e Participações Ltda - 806748/10
Cláudio Ramos Cardoso - 806690/10
Dênio da Rocha Lima - 806236/09
Geoactiva-gestão Mineral e Planejamento Ambiental Ltda - 806443/10
Hermann Fecher - 806176/10, 806167/10, 806175/10, 806168/10, 806172/10, 806173/10
Hildebrando Karder de Oliveira Doudement - 806246/12
J.F. Materiais de Construção Ltda - 806243/12
Joeder de Oliveira Pinto - 806154/10
Laudir Miguel Bertolo - 806365/11
Lima e Cavalcanti Ltda - 806764/10
Manoel Neto Filho - 806005/11, 806005/12
Marco Antônio Gomes - 806470/11
Mineradora Sao Raimundo LTDA. - 806679/10
Moacir João Bergoli - 806674/10
Nicolau Jorge Elias Waquim Terceiro - 806433/11
Rio Grande Mineral Mineração e Participações Ltda - 806308/11
Spa Engenharia Industria e Comercio Ltda - 806158/07

RELAÇÃO Nº 45/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Brom e Pinheiro Mineração, Investimento e Participações Ltda - 806275/11 - A.I. 143/13
Consórcio Estreito Energia - 806324/08 - A.I. 147/13

FERNANDO JOSÉ OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 238/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Antônio César Bernardo - 831569/03 - Not.1165/2013 - R$ 3.480,61
Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 832058/03 - Not.1225/2013 - R$ 5.031,46, 832053/03 - Not.1242/2013 - R$ 1.795,09, 832084/03 - Not.1246/2013 - R$ 5.366,97, 832084/03 - Not.1249/2013 - R$ 6.859,76, 832081/03 - Not.1122/2013 - R$ 2.922,37, 834551/07 - Not.1131/2013 - R$ 5.711,65, 834557/07 - Not.1135/2013 - R$ 5.877,84, 834545/07 - Not.1144/2013 - R$ 5.815,15, 834546/07 - Not.1146/2013 - R$ 5.711,34, 832061/03 - Not.1148/2013 - R$ 3.230,12, 832061/03 - Not.1150/2013 - R$ 4.128,57, 830659/03 - Not.1155/2013 - R$ 2.581,49, 830659/03 - Not.1159/2013 - R$ 3.299,51
Brazminco Ltda - 831718/02 - Not.1254/2013 - R$ 2.884,65, 831718/02 - Not.1256/2013 - R$ 2.549,86, 831726/02 - Not.1259/2013 - R$ 5.711,61, 831726/02 - Not.1261/2013 - R$ 5.048,72, 830538/02 - Not.1237/2013 - R$ 4.475,82, 830538/02 - Not.1239/2013 - R$ 5.720,73
Corrêa e Rúbio, Comércio, Importação e Exportação LTDA. - 831580/91 - Not.1209/2013 - R$ 1.390,42
Dário Leão Vieira - 832971/02 - Not.1115/2013 - R$ 2.884,65
Durval de Carvalho Metzker - 832984/02 - Not.1127/2013 - R$ 513,80
Izaias Souza - 832194/06 - Not.1161/2013 - R$ 1.664,41
Leonardo Nogueira Penido - 832853/03 - Not.1177/2013 - R$ 2.221,92
Leovaz da Rocha Coutinho - 833080/02 - Not.1137/2013 - R$ 2.842,83
Maria Aparecida Alves Lima - 832859/03 - Not.1157/2013 - R$ 2.963,84, 832859/03 - Not.1153/2013 - R$ 2.308,47
Mauro Rogério Teixeira Fonseca - 832657/02 - Not.1141/2013 - R$ 1.438,27
Romagran Romualdo Granitos Ltda - 830789/03 - Not.1124/2013 - R$ 432,70

RELAÇÃO Nº 239/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Abílio Pereira de Mendonça Filho - 830790/05 - Not.1194/2013 - R$ 5.024,69, 830790/05 - Not.1195/2013 - R$ 261,38
Adelzon Barbosa Pereira - 832598/06 - Not.1171/2013 - R$ 284,25
Antônio César Bernardo - 831569/03 - Not.1167/2013 - R$ 215,42
Antônio José Correia Fareleira - 832992/04 - Not.1102/2013 - R$ 252,44
Antônio José Duarte - 833518/04 - Not.1233/2013 - R$ 264,58
Antônio Maria Claret de Souza Oliveira - 833531/04 - Not.1212/2013 - R$ 248,41

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Areal jm Ltda me - 833196/04 - Not.1231/2013 - R$ 250,11

Areal Lobo Ltda - me - 831008/05 - Not.1182/2013 - R$ 1.147,94, 831008/05 - Not.1183/2013 - R$ 261,38

Areal Oriente Ltda me - 833289/04 - Not.1203/2013 - R$ 250,88

Armindo Zacarias Hercádio - 833727/04 - Not.1107/2013 - R$ 244,35

Bento Barcelos - 830889/06 - Not.1196/2013 - R$ 684,40, 830889/06 - Not.1197/2013 - R$ 258,43

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 832081/03 - Not.1123/2013 - R$ 4.470,16, 834551/07 - Not.1132/2013 - R$ 2.745,33, 834557/07 - Not.1136/2013 - R$ 2.745,33, 834545/07 - Not.1145/2013 - R$ 2.745,33, 834546/07 - Not.1147/2013 - R$ 2.745,33, 832061/03 - Not.1151/2013 - R$ 4.687,14, 830659/03 - Not.1160/2013 - R$ 6.258,21, 832058/03 - Not.1226/2013 - R$ 3.817,95, 832053/03 - Not.1243/2013 - R$ 3.817,95, 832084/03 - Not.1250/2013 - R$ 6.317,52

Brazminco Ltda - 831718/02 - Not.1255/2013 - R$ 2.559,72, 831718/02 - Not.1257/2013 - R$ 6.474,45, 831718/02 - Not.1258/2013 - R$ 3.223,56, 831726/02 - Not.1260/2013 - R$ 2.559,72, 831726/02 - Not.1262/2013 - R$ 6.474,45, 831726/02 - Not.1263/2013 - R$ 6.382,65, 830538/02 - Not.1238/2013 - R$ 2.418,55, 830538/02 - Not.1240/2013 - R$ 4.970,75

Cabecal- Calcário de Cabeceiras Mineração LTDA. - 830334/05 - Not.1111/2013 - R$ 260,26

Célio Raimundo de Avelar - 831916/08 - Not.1265/2013 - R$ 126,86

Christian Kleber Cardoso de Almeida me - 832229/05 - Not.1174/2013 - R$ 259,94

Corrêa e Rúbio, Comércio, Importação e Exportação LTDA. - 831580/91 - Not.1208/2013 - R$ 258,43

Cristal Mineração e Transporte de Mercês Ltda - 830779/05 - Not.1234/2013 - R$ 277,30

D`mac Locações de Máquinas LTDA. - 832880/04 - Not.1172/2013 - R$ 258,43

Daniel Bridges Venturini - 830963/05 - Not.1227/2013 - R$ 261,38

Dário Leão Vieira - 832971/02 - Not.1117/2013 - R$ 218,16

Donisete Jose da Silva - 832009/99 - Not.1139/2013 - R$ 260,87

Draga Empreendimentos Ltda - 831326/02 - Not.1192/2013 - R$ 2.485,38, 831326/02 - Not.1193/2013 - R$ 94,28

Durval de Carvalho Metzker - 832984/02 - Not.1130/2013 - R$ 216,73

Edmar Brito Teixeira - 831590/05 - Not.1277/2013 - R$ 259,94, 831590/05 - Not.1278/2013 - R$ 945,84

Emigran-empresa de Mineração de Granitos LTDA. - 831577/88 - Not.1274/2013 - R$ 2.484,66

Extração de Areias Maia LTDA. - 833708/04 - Not.1229/2013 - R$ 267,97

Felipe José Miguel da Costa - 831725/06 - Not.1279/2013 - R$ 285,69, 831725/06 - Not.1280/2013 - R$ 2.485,15

Fox Mineracao Ltda - 830471/04 - Not.1235/2013 - R$ 255,18

Geralda Helena da Silva - 830320/06 - Not.1175/2013 - R$ 264,58

Geraldo da Cunha Melo - 830106/04 - Not.1113/2013 - R$ 256,97

Geraldo Das Graças Soares - 830127/05 - Not.1110/2013 - R$ 260,26

Geraldo Fonsêca - 832696/07 - Not.1276/2013 - R$ 266,39

Geraldo Roberto Rocha - 830680/05 - Not.1181/2013 - R$ 174,46

Gramacob Mineração Ltda - 830428/04 - Not.1173/2013 - R$ 266,39

Granabra Granitos Abranches LTDA. - 831288/04 - Not.1214/2013 - R$ 255,18

Imperiale Graniti LTDA. - 832191/05 - Not.1269/2013 - R$ 258,43, 832191/05 - Not.1270/2013 - R$ 2.016,06

Incris Mineração Ltda - 832576/04 - Not.1098/2013 - R$ 252,44

Izaias Souza - 832194/06 - Not.1162/2013 - R$ 2.501,72, 832194/06 - Not.1163/2013 - R$ 284,25

João Cardoso de Araújo Filho - 832624/04 - Not.1176/2013 - R$ 258,43, 830975/05 - Not.1213/2013 - R$ 261,38

João Pacífico Antunes Spósito - 832992/05 - Not.1184/2013 - R$ 2.772,73

Jõao Vicente Carleti - 832952/03 - Not.1207/2013 - R$ 251,85

Jorge Gomes de Souza - 830374/05 - Not.1224/2013 - R$ 245,41

José de Matos Barboza - 833112/04 - Not.1248/2013 - R$ 250,11

José Élcio Jordão - 832655/04 - Not.1206/2013 - R$ 253,49

José Everardo de Lima - 830232/93 - Not.1283/2013 - R$ 79,17

José Francisco Pereira da Silva de Pádua - 831818/03 - Not.1187/2013 - R$ 7,35

José Ilton Pereira Costa - 831516/05 - Not.1271/2013 - R$ 259,94

Jose Seda Junior - 831544/05 - Not.1272/2013 - R$ 138,34, 831544/05 - Not.1273/2013 - R$ 259,94

José Wilson Coelho - 833677/04 - Not.1106/2013 - R$ 260,26

Leonardo Nogueira Penido - 832853/03 - Not.1179/2013 - R$ 259,02

Leovaz da Rocha Coutinho - 833080/02 - Not.1138/2013 - R$ 218,16

lg Mineração LTDA. - 831884/04 - Not.1228/2013 - R$ 253,49

Lucília da Silva Santos - 832292/03 - Not.1112/2013 - R$ 260,87

Luzia Conceição de Souza me - 832849/04 - Not.1100/2013 - R$ 252,44, 832850/04 - Not.1101/2013 - R$ 252,44

Marcelo Carvalhaes Timo - 830259/05 - Not.1200/2013 - R$ 3.176,45, 830259/05 - Not.1201/2013 - R$ 261,38, 830256/05 - Not.1202/2013 - R$ 5.294,69

Marcus Timo do Amaral - 833086/03 - Not.1097/2013 - R$ 257,97

Maria Aparecida Alves Lima - 832859/03 - Not.1152/2013 - R$ 259,02, 832859/03 - Not.1158/2013 - R$ 2.878,59

Maria Augusta Vargas de Souza Cruz - 833088/02 - Not.1180/2013 - R$ 218,16

Mauro Rogério Teixeira Fonseca - 832657/02 - Not.1143/2013 - R$ 216,73

Milenius Mineração de Granitos Ltda - 832399/03 - Not.1109/2013 - R$ 259,82

Milton Antonio Basilio - 831761/05 - Not.1188/2013 - R$ 259,94, 831761/05 - Not.1189/2013 - R$ 416,06

Mineração Areia Branca Ltda - 831440/05 - Not.1264/2013 - R$ 259,94

Mineração Atlântica LTDA. - 832326/02 - Not.1140/2013 - R$ 219,47

Mineração de Areia Santo Expedito - 832408/05 - Not.1211/2013 - R$ 258,43

Mineração Minas Elevar LTDA. - 831281/06 - Not.1170/2013 - R$ 288,95

Mineração Rio Claro M.V. LTDA. - 831971/08 - Not.1267/2013 - R$ 138,43, 831973/08 - Not.1268/2013 - R$ 121,27, 831866/08 - Not.1281/2013 - R$ 138,60

Monte Horeb Granitos Ltda - 831270/04 - Not.1236/2013 - R$ 255,18

Nivaldo Rosário Teixeira Alves Júnior - 833811/04 - Not.1230/2013 - R$ 245,41

Oides Rodrigues Silva Junior - 830792/03 - Not.1114/2013 - R$ 260,87

Osmar Meira de Souza - 832103/02 - Not.1134/2013 - R$ 268,25

Otacílio da Silva Rocha - 831705/05 - Not.1190/2013 - R$ 259,94, 831705/05 - Not.1191/2013 - R$ 417,76

Pedro Júlio Pinto - 831828/05 - Not.1185/2013 - R$ 258,43, 831828/05 - Not.1186/2013 - R$ 138,65

Pedro Paulo Francisco - 832695/04 - Not.1099/2013 - R$ 252,44

Pião Brasil Minerações LTDA. - 833341/04 - Not.1232/2013 - R$ 267,97

Reinaldo Aparecido da Silva - 832283/04 - Not.1241/2013 - R$ 253,49

Renato Rezende Pereira - 832125/05 - Not.1169/2013 - R$ 258,43

Resinaldo Amaral de Souza - 832586/04 - Not.1096/2013 - R$ 252,44

Roberto Dias Boaventura - 830403/04 - Not.1198/2013 - R$ 266,39, 830403/04 - Not.1199/2013 - R$ 377,18

Roberto Ribeiro Pereira - 833150/04 - Not.1251/2013 - R$ 250,11

Romagran Romualdo Granitos Ltda - 830789/03 - Not.1126/2013 - R$ 216,73

Rosely Trindade do Nascimento - 830250/04 - Not.1133/2013 - R$ 256,97

Terra Nova Mining And Developments do Brasil Limitada - 831435/05 - Not.1253/2013 - R$ 259,94, 831431/05 - Not.1266/2013 - R$ 259,94, 831424/05 - Not.1215/2013 - R$ 259,94, 831425/05 - Not.1216/2013 - R$ 259,94, 831426/05 - Not.1218/2013 - R$ 259,94, 831427/05 - Not.1219/2013 - R$ 259,94, 831428/05 - Not.1220/2013 - R$ 259,94, 831429/05 - Not.1221/2013 - R$ 259,94, 831430/05 - Not.1222/2013 - R$ 259,94, 831434/05 - Not.1223/2013 - R$ 259,94

Toledo Mineração Ltda - 832252/07 - Not.1275/2013 - R$ 2.773,00

RELAÇÃO Nº 241/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)

André Vaz de Mello Fernandes - 832387/09

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 830338/03, 830659/03, 832061/03, 832064/03, 832081/03, 832088/03, 832939/07, 834545/07, 834546/07, 834551/07, 834557/07, 830199/08

Brazminco Ltda - 831261/04, 830059/02, 830158/03, 830158/03, 831174/10

Brazmine Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 834262/08

Idelmino Marques Cardoso - 832425/09

Sebastião Francisco de Lima - 830853/12

RELAÇÃO Nº 275/2013

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: v & m Mineração Ltda Cpf/cnpj :22.931.380/0001-10 - Processo minerário: 8589/42 - Processo de cobrança: 931132/13 Valor: R$.1.678.690,40

RELAÇÃO Nº 279/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Antônio Das Graças de Oliveira - 834296/06 - A.I. 851/13

Areal Dois Irmãos Ltda - 830013/07 - A.I. 852/13

Areias 2 Irmãos Ltda - 831588/07 - A.I. 1032/13

Ary Barbosa Santos - 830552/07 - A.I. 865/13

Atila Moreira - 831603/07 - A.I. 1051/13

Bemisa Brasil Exploração Mineral s a - 830504/07 - A.I. 861/13, 830507/07 - A.I. 862/13, 830509/07 - A.I. 863/13, 830518/07 - A.I. 864/13

Bontempi Imóveis Ltda - 830995/07 - A.I. 885/13, 831198/07 - A.I. 1011/13

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 831196/07 - A.I. 1010/13

Cac Empreendimentos Ltda - 830706/07 - A.I. 875/13

Calcário Triângulo Indústria e Comércio LTDA. - 830707/07 - A.I. 876/13, 830708/07 - A.I. 877/13, 834212/06 - A.I. 846/13

Carlos Miranda Alves Pereira - 830594/07 - A.I. 868/13

Ceramica Carmelo Ltda - 834150/06 - A.I. 844/13

Ceramica Real gv Ltda - 830780/07 - A.I. 880/13

Cinco Mineração Ltda me - 830446/07 - A.I. 858/13

Cláudia Márcia Lopes - 831569/07 - A.I. 1028/13

Consórcio Ivai-cowan-aterpa - 831058/07 - A.I. 888/13

Cristóvão Domingos Correia - 831169/07 - A.I. 1009/13

Custódio Ozanan Peres - 833987/06 - A.I. 837/13

Decio da Silva Barcelos - 831568/07 - A.I. 1027/13

Diamantes do Triângulo Mineiro Ltda - 831600/07 - A.I. 1033/13

Eliana Maria Camara Del Bianco Maia - 831103/07 - A.I. 889/13

Elisson Pereira de Amorim - 831574/07 - A.I. 1030/13

Elson Galdino Pereira Elsinho - 834220/06 - A.I. 848/13

Emerson Tavares de Souza - 831604/07 - A.I. 1052/13

Emga Empresa Mineira de Granitos Ltda - 831554/07 - A.I. 1026/13

Extração de Areia 3 Irmãos Ltda me - 830888/07 - A.I. 881/13, 830889/07 - A.I. 882/13

Extração de Areia Sajomar Ltda-me - 831143/07 - A.I. 884/13, 831144/07 - A.I. 1006/13

Fabiano Fernandes Silva Ribeiro - 831607/07 - A.I. 1053/13

Fernando Antonio Linhares Araujo - 831266/07 - A.I. 1014/13

Fernando Francisco de Oliveira - 830683/07 - A.I. 870/13

Ferro + Mineração s a - 831159/07 - A.I. 1007/13, 831160/07 - A.I. 1008/13, 830742/07 - A.I. 879/13

Fidelité Exploração, Comercio, Importação e Exportação de Pedras Preciosas Ltda - 834000/06 - A.I. 839/13

Geraldo Antônio da Cunha - 830697/07 - A.I. 874/13

Geraldo de Queiroz Cançado Sobrinho - 830642/07 - A.I. 869/13

Gilmar Santana Luz - 830574/07 - A.I. 866/13

Gilsilene Cardoso de Jesus - 830575/07 - A.I. 867/13

Gilson Xavier de Azevedo - 830687/07 - A.I. 872/13

Gran Vale Ltda me - 830370/07 - A.I. 853/13

Granimed Mineração Ltda - 831543/07 - A.I. 1023/13

Hélio Gomes de Souza - 830471/07 - A.I. 860/13

Hudson Mundin Machado - 830692/07 - A.I. 873/13

Ivan França Lanza - 831215/07 - A.I. 1012/13

Ivomar Carvalho de Araújo - 830406/07 - A.I. 857/13

José de Assis Alves - 831581/07 - A.I. 1031/13

José Geraldo Pires Caputo - 831299/07 - A.I. 1016/13

José Rafael Lemos da Silva - 831135/07 - A.I. 890/13

Lourdes Faria Ferreira de Lima - 831546/07 - A.I. 1024/13

Luiz Antônio Lavorato - 834176/06 - A.I. 845/13

Magban - Mármores e Granitos Aquidaban Ltda - 833990/06 - A.I. 838/13

Magnesita Refratários S.A. - 831520/07 - A.I. 1021/13

Maria Aparecida Porto de Oliveira - 831227/07 - A.I. 1013/13

Maria Guimarães Camargos Pinheiro - 831541/07 - A.I. 1022/13

Marizete Porfiro Alves Dos Santos - 834218/06 - A.I. 847/13

Mauricio Boaventura Diniz - 830891/07 - A.I. 883/13

Micapel - Mineração Capão Das Pedras Ltda - 834278/06 - A.I. 850/13

Mineração Alto Das Pedras LTDA. - 831267/07 - A.I. 1015/13

Mineração Areado Abaeté Ltda - 834127/06 - A.I. 842/13

Mineração Belocal Ltda - 834022/06 - A.I. 840/13

Mineração Damarqueza Ltda - 831040/07 - A.I. 887/13

Mineração Gramic LTDA. - 831571/07 - A.I. 1029/13

Mineração Salinas IMPORT. e Exportação Ltda me - 833986/06 - A.I. 836/13

Mineração Trindade Ltda - 830470/07 - A.I. 859/13

Mineração Vitória Ltda - 830712/07 - A.I. 878/13

Mineradora Caldense Limitada - 831548/07 - A.I. 1025/13

Natalio Alves Pereira - 834138/06 - A.I. 843/13

Odílio José de Oliveira Silva - 830404/07 - A.I. 856/13

Pedra Solaris Mineração Ltda - 831514/07 - A.I. 1020/13

Pedras & Natureza Industria e Comercio Ltda - 831008/07 - A.I. 886/13

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Rnw Mineração Ltda - me - 834229/06 - A.I. 849/13
Rogerio Alvares de Campos Abreu - 834111/06 - A.I. 841/13
Romulo Queiroz de Souza - 830686/07 - A.I. 871/13
Valdecy Vaiana de Souza e Cia Ltda - 830390/07 - A.I. 854/13
Vanilson Silva Guimaraes - 830392/07 - A.I. 855/13
Varginha Mineração e Loteamentos Ltda - 831370/07 - A.I. 1017/13
Vilene Oliveira Campos Gonçalves - 831379/07 - A.I. 1018/13
Vilma Dias Dos Anjos e Cia Ltda - 831442/07 - A.I. 1019/13

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 99/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Alcindo Amilcar Schimidt - 850957/10
Amaury Freitas Cardoso - 850603/10
Amazonas Exploração e Mineração LTDA. - 850905/10, 850906/10, 850285/11
Angelin Orio - 850279/10
Araçatuba Participações Societárias e Mineração LTDA. - 850072/10
Avelino Vieira Fernandez - 850660/09, 850474/11
Chapleau Exploração Mineral Ltda - 850522/11, 850526/11, 850536/11, 850538/11
Claudio Eugenio Vanzolini - 850086/08
Cooperativa de Desenvolvimento Mineral Dos Garimpeiros de Serra Pelada - 850504/11
Eneida de Fátima Pinheiro de Lemos - 850508/11, 850033/10
Florest Vale Agroindustrial Imp & Exp Ltda Epp - 850777/10, 850778/10
Gold Hills Mining Ltda - 851223/11
Hjh Mineração do Brasil LTDA. - 850738/11, 850739/11
João Ivan Bezerra D'almeida - 850257/04
João Jorge Gonçalves Abdon - 850722/11
Joélcio Camilo da Silva - 850805/10
Jonas Matos da Silva - 850499/11
Jose Marcelo Quirino Rocha - 850821/11, 850849/11, 850921/10
José Roberto Ferreira - 850795/10
Mineração e COM. de Calcário e Brita da AMAZ. Ltda - 851041/11
Mineração Pedra Linda Ltda - 850772/10, 850773/10, 850774/10
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850496/11, 850497/11, 850897/11
Mineração Vila Porto Rico LTDA. - 850653/09, 850654/09
Pedreiras Gaivota Materiais de Construções Ltda Epp - 850035/11
Ppw Pesquisa e Mineração Ltda - 850624/08
Rbs-redstone Mineração do Brasil Ltda - 850533/09
Ruy Barbosa de Mendonça - 850582/06
Tupan Comercio e Serviços de Negocios Ltda - 850511/11, 850512/11
Valmir Climaco de Aguiar - 850652/08

RELAÇÃO Nº 100/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Ikke Phoenix Snovizk - 850990/10

RELAÇÃO Nº 101/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
J.N. Gomes do Nascimento me - 850369/11 - Not.143/2013 - R$ 27.886,89, 850406/11 - Not.145/2013 - R$ 3.247,07
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850296/11 - Not.147/2013 - R$ 25.844,25

RELAÇÃO Nº 102/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Brasil Mineral LTDA. - 850172/05 - Not.151/2013 - R$ 133,32
Edson Pedro da Silva - 850653/07 - Not.150/2013 - R$ 2.477,06
Eloy Luiz Vaccaro - 850416/07 - Not.155/2013 - R$ 24.599,96
J.N. Gomes do Nascimento me - 850369/11 - Not.144/2013 - R$ 5.494,56, 850406/11 - Not.146/2013 - R$ 5.494,56
José Aparecido de Araújo - 850229/07 - Not.153/2013 - R$ 24.831,34
José Joaquim Silveira - 850104/07 - Not.152/2013 - R$ 24.770,56
Mineração Capanema Ltda - 850410/05 - Not.149/2013 - R$ 414,09
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850296/11 - Not.148/2013 - R$ 5.494,56
Roberto Carlos Pereira da Silva - 850057/09 - Not.157/2013 - R$ 124,24

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 66, DE 4 DE ABRIL DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo mecânico, aprovado pela Portaria Inmetro n° 246/2000,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.040264/2012, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 151, de 19 de setembro de 2005, que aprova o modelo V4C2, de medidor de volume de água, marca LAO, fabricado por LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 67, DE 4 DE ABRIL DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo mecânico, aprovado pela Portaria Inmetro n° 246/2000,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.040264/2012, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 149, de 19 de setembro de 2005, que aprova o modelo V9C2, de medidor de volume de água, marca LAO, fabricado por LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 68, DE 9 DE ABRIL DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para Sistema Distribuido de Medição de Energia Elétrica - SDMEE, aprovado pelas Portarias Inmetro nºs 371/2007 e 011/2009,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.010209/2013, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 160, de 30 de agosto de 2012, que aprova o modelo SGP+M E13, de Sistema Distribuido de Medição de Energia Elétrica, classe de exatidão B, marca LANDIS+GYR, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA L Nº 69, DE 9 DE ABRIL DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.043889/2011, resolve:

Aprovar o modelo NP71E.3.1, de medidor eletrônico de energia elétrica, classe de exatidão B, marca ADD Grup, fabricado por ADD PRODUCTION SRL, e condições de aprovação especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 72, DE 9 DE ABRIL DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para Sistema Distribuido de Medição de Energia Elétrica - SDMEE, aprovado pelas Portarias Inmetro nºs 371/2007 e 011/2009,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.061084/2012, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 327, de 08 de dezembro de 2010, de aprovação os modelos GARNET AGF1, GARNET AGF2 e GARNET AGN, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÕES DE 15 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 567, de 17/08/2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 484ª Reunião Ordinária, realizada em 15/04/2013, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, no art. 2º do Decreto nº 4.024, de 21/11/2001, e na Resolução nº 194, de 16/09/2002, resolveu:

Nº 460 - Emitir, em favor da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH, CNPJ/CPF nº 74.075.938/0001-07, este Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH referente ao Sistema Adutor de Maranguape, localizado no município de Maranguape, no Estado do Ceará, com a finalidade de abastecimento público e indústria.

Nº 461 - Art.1º Emitir, em favor do Governo do Estado do Ceará, através de sua Secretaria de Recursos Hídricos - SRH-CE, CNPJ/CPF nº 11.821.253/0001-42, este Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH referente à barragem Germinal, localizada no rio Pacoti, município de Palmácia, no Estado do Ceará, com a finalidade de abastecimento público e regularização de vazões.

Os inteiros teores das Resoluções, os certificados, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05 de maio de 2003, torna público que, no dia 18/04/2013, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Francisco Manoel de Sousa, Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.

Francisco das Chagas do Nascimento, Açude São Vicente (rio Acaraú), Município de Santana do Acaraú/Ceará, irrigação.

Antonio Messias Rodrigues, Açude Mirim (rio Acaraú), Município de Massapê/Ceará, irrigação.

João Batista Aguiar, Açude Mirim (rio Acaraú), Município de Massapê/Ceará, irrigação.

Francisco Ernado Menezes de Paiva, Açude Mirim (rio Acaraú), Município de Massapê/Ceará, irrigação.

Antonio Bandeira Neto, margem do rio Jacurutú (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.

José Valter Pinheiro Bandeira, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Francisco Cicero de Sousa, rio Groaíras, Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
Francisco Rodrigues Filho, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
José Iramar Silva Andrade, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
José Gonçalves Pereira, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
Dionisio Paiva Bendô, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
Marleno Aragão Farias, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
Francisco Daniel Farias Magalhães, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
Richard Price Allred, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
Erivan Ribeiro de Alcântara, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.
Antonio Santana Maciel, margem do Açude Edson Queiroz (rio Groaíras), Município de Santa Quitéria/Ceará, irrigação.

FRANCISCO LOPES VIANA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 6, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações do Orçamento de Investimento, no exercício de 2013, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 37 a 41 e 44 a 46 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013), e no art. 7º da Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013 (LOA 2013), resolve:

Art.1º As solicitações de alterações do Orçamento de Investimento das empresas estatais federais para 2013, inclusive as de fontes de financiamento, serão regidas pela presente Portaria.

Art. 2º Os créditos adicionais ao Orçamento de Investimento deverão observar o disposto no art. 7º da Lei nº 12.798, de 2013, e independentemente da origem da fonte utilizada para viabilizá-los, são classificados nas seguintes espécies:

I - suplementares, os destinados à alteração de despesa de subtítulo constante da Lei Orçamentária Anual;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não há dotação na Lei Orçamentária Anual; e

III - extraordinários, os destinados ao atendimento de despesas imprevistas e urgentes.

§ 1º Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma espécie única de crédito adicional, conforme estabelecido no § 1º do art. 38 da LDO 2013.

§ 2º Os créditos extraordinários serão abertos por meio de Medidas Provisórias, observadas as restrições constitucionais, sendo vedada a criação de novo código e título para ação já existente na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º A abertura de créditos adicionais deverá ser solicitada pela empresa estatal mediante inserção dos pertinentes dados exclusivamente no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, de acordo com a "Tabela de Tipos de Alterações Orçamentárias" constante do Anexo a esta Portaria.

§ 1º A proposta de abertura de créditos deverá ser encaminhada ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST por intermédio do ministério supervisor, acompanhada das pertinentes justificativas e da comprovação de que será mantida pela empresa solicitante a meta de resultado primário fixada no Anexo II ao Decreto nº 7867, de 19 de dezembro de 2012, observado o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, de acordo com os seguintes prazos:

I - até o dia 16 de setembro de 2013, os créditos suplementares e especiais que dependam de autorização legislativa; e

II - até 20 de novembro de 2013, os créditos suplementares de competência do Poder Executivo autorizados no art. 7º da Lei nº 12.798, de 2013, e no art. 45 da Lei nº 12.708, de 2012.

§ 2º Na hipótese de a abertura de crédito contemplar cancelamento de dotações aprovadas para outras ações, a empresa deverá encaminhar informações sobre os efeitos das respectivas alterações no seu desempenho no exercício de 2013.

§ 3º As propostas de abertura de créditos, que tenham fontes financiamento oriundas de repasses da União em exercícios anteriores ou inscritos em "Restos a Pagar", devem indicar os instrumentos legais que destinaram os respectivos recursos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 4º A empresa proponente de créditos adicionais deverá comunicar imediatamente ao DEST o número do respectivo pedido gerado pelo SIOP, por meio do endereço eletrônico dest.cgo@planejamento.gov.br

Art. 4º As empresas poderão solicitar, até 20 de novembro de 2013, nos termos do inciso I do § 2º do art. 37 da Lei nº 12.708, de 2012, modificação no que se refere:

I - fontes de financiamento;

II - identificadores de resultado primário; e

III - para os códigos e títulos das ações e subtítulos, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal.

Parágrafo único. As solicitações deverão ser feitas por intermédio do ministério supervisor, acompanhada das pertinentes justificativas.

Art. 5º As metas físicas relativas aos projetos constantes de créditos adicionais deverão ser informadas ou atualizadas a cada solicitação de crédito especial ou suplementar.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO FRANCISCO BARELLA

ANEXO

TABELA DE TIPOS DE ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

I - CRÉDITOS PREVIAMENTE AUTORIZADOS NA LOA/2013 E/OU NA LDO/2013, DEPENDENTES DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Tipo	Descrição	Fontes de Recursos	Base Legal	Autorização
100	Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 12.798 de 4 de abril de 2013 (LOA-2013).	Anulação de dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2013 da mesma empresa, ou geração adicional de recursos ou aporte de recursos da empresa controladora.	LOA/2013, art. 7ª, inciso I.	Decreto do Poder Executivo.
118	Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2013, identificadas com RP 3 ou RP 5 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) no momento da abertura do crédito suplementar.	Anulação de dotações de subtítulos constantes da LOA-2013, identificadas com RP 3 ou RP 5 (PAC) no momento da abertura do crédito suplementar ou geração adicional de recursos.	LOA-2013, art. 7ª, inciso IV	Decreto do Poder Executivo.
150	Saldo de Exercícios Anteriores ou inscritos em restos a pagar para atender despesas relativas a ações em execução no exercício de 2013.	Saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	LOA/2013, art. 7ª, inciso II	Decreto do Poder Executivo.
199	Adequação no Orçamento de Investimento decorrentes da abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	Abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	LOA/2013, art. 7ª, inciso III.	Decreto do Poder Executivo.
300	Reabertura dos créditos especiais.	Reabertos nos limites de seus saldos, conforme disposto §2º do art. 167 da Constituição.	LDO/2013, art. 44, § 1º	Decreto do Poder Executivo.
310	Saldo de Exercícios Anteriores ou inscritos em restos a pagar para o atendimento de despesas relativas a ações em execução no exercício de 2012 e não contempladas na LOA/2013.	Saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	LDO/2013, art. 45	Decreto do Poder Executivo.
350	Reabertura dos créditos extraordinários.	Reabertos nos limites de seus saldos, conforme disposto §2º do art. 167 da Constituição.	LDO/2013, art. 44, § 1º	Decreto do Poder Executivo.

II - CRÉDITOS ADICIONAIS DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

Tipo	Descrição	Fontes de Recursos	Base Legal	Autorização
120	Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades acima dos limites autorizados na LOA/2013.	a) geração adicional de recursos; e/ou	LDO/2013, art. 38.	Lei de abertura de créditos suplementares ou especiais.
200	Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA/2013.	b) anulação de dotações orçamentárias.		

III - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Tipo	Descrição	Fontes de Recursos	**Base Legal**	**Autorização**
500	Atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.	Quaisquer fontes de recursos.	Art. 167, § 3ª, combinado com o art. 62, ambos da Constituição Federal.	Medida Provisória.

IV - OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Tipo	Descrição	Fontes de Recursos	Base Legal	Autorização
600	Remanejamento de Fonte de Financiamento entre Naturezas de Receitas.	Remanejamento, em razão da ocorrência de novos eventos que alterem a origem dos recursos inicialmente programados.	LDO-2013, art. 37, § 1º e alínea "a" do inciso I do § 2º.	Portaria do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
700	Alteração do Identificador de Resultado Primário, mantendo-se os demais atributos da programação.	Alteração do Identificador de Resultado Primário, mantendo-se os demais atributos da programação.	LDO-2013, art. 37, § 1º e alínea "a" do inciso I do §	Portaria do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
710	Alteração de códigos das ações e subtítulos, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal.	Alteração de códigos das ações e subtítulos, mantendo-se os demais atributos da programação.	LDO-2013, art. 37, § 1º e alínea "b" do inciso I do § 2º.	Portaria do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
920	Transposição de dotações orçamentárias de uma empresa para outra em decorrência de transformação ou incorporação (DE/ PARA).	Saldo de dotações orçamentárias da empresa estatal transformada ou incorporada.	LDO/2013, art. 46, ou lei específica.	Decreto do Poder Executivo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

PORTARIA Nº 142, DE 18 DE ABRIL DE 2013

A SECRETÁRIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência estabelecida no art. 23, inciso VII, do Anexo I, do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e considerando o disposto no art. 5º, § 3ª, da Portaria nº 70, de 13 de março de 2013, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo máximo de 5 (cinco) vagas destinadas ao processo de afastamento para o Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) dos servidores da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental para o segundo semestre de 2013, sendo as mesmas distribuídas da seguinte forma:

I - para a modalidade de Mestrado, fica fixado o número 4 (quatro) vagas; e

II - para a modalidade de Doutorado, fica fixado o número de 1 (uma) vaga.

Art. 2º Para efeito de análise dos pleitos de afastamento serão consideradas as seguintes áreas de interesse da Administração Publica Federal:

I - estruturação e gestão de carreiras no setor público;

II - planejamento estratégico como ferramenta de gestão;

III - modelos de gestão de políticas públicas e práticas inovadoras;

IV - remuneração variável no setor público.

Art. 3º Os critérios complementares a serem observados, para análise dos pleitos, no processo seletivo em curso, encontram-se no Anexo a esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA AMORIM DE BRITO

ANEXO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PONTUAÇÃO APLICADOS AO PROCESSO SELETIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE EPPGG EM PCLD

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1. VIDA FUNCIONAL	
1.1 Afastamentos anteriores (*)	
- Não ter se afastado anteriormente	15
- Não ter se afastado nos últimos 10 anos	10
- Não ter se afastado nos últimos 5 anos	5
1.2 Tempo de atuação na Carreira (efetivo exercício)	
- até 10 anos	5
- de 10 a 20 anos	15
- acima de 20 anos	10
1.3 Ocupação de Cargo em Comissão por período superior a 1 ano, nos últimos 10 anos	
- DAS 5, 6, NES ou equivalente	0,35 a cada ano de ocupação
- DAS 4 ou equivalente	0,25 a cada ano de ocupação
- DAS 3 ou equivalente	0,20 a cada ano de ocupação
- DAS 1 e 2 ou equivalente	0,15 a cada ano de ocupação
2. QUALIDADE E RELEVÂNCIA DO PROJETO DE PESQUISA	0 a 35
3. CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA ÚLTIMA VAGA	
1º - nunca ter se afastamento para PCLD	
2º - maior pontuação na qualidade do projeto	

(*) contado da data proposta para o efetivo afastamento

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 13, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria N° 819 de 05 de novembro de 2009, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no Art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.275, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º - Autorizar a utilização, sob o regime de permissão de uso, com ônus a: GAJO SOLUÇÕES CRIATIVAS EM COMUNICAÇÃO LTDA - CNPJ nº 09.595.132/0001-88, da área de 3.800,00 m², situada na Lagoa da Jansen, nas proximidades da Arena de Beach Soccer, Município de São Luís, Estado do Maranhão, no período de 18 a 22 de abril 2013, destinado a realização do Show com Thiaguinho e Atrações local, de acordo com os elementos constantes do Processo nº 04952.001852/2012-68.

Art. 2º - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso em eventos fortuitos localizado em áreas específicas de propriedade da União e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles torneios, etc.), já foi pago o seguinte valor.

ÁREA E VALOR:

1. Montagem de estrutura do Evento Show com Thiaguinho e atrações locais, com área de 3.800,00 m² - VALOR - R$ 1.281,30 (Um mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

Art. 3º - Durante o período a que se refere a presente autorização, o permissionário afixará, no mínimo, uma placa em área externa em local visível, com a seguinte informação (conforme Manual de Placas): "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 555, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Aprova a Norma Regulamentadora nº 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma Regulamentadora n.º 36 (NR-36), sob o título "Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas Abate e Processamento de Carnes e Derivados", com a redação constante no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Criar a Comissão Nacional Tripartite Temática - CNTT da NR-36 com o objetivo de acompanhar a implantação da Norma Regulamentadora, conforme estabelece o art. 9º da Portaria MTE n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 6 meses após a sua publicação, exceto quanto aos itens abaixo discriminados, que entrarão em vigor nos prazos consignados, contados da publicação deste ato:

Itens que demandem intervenções estruturais de mobiliário e equipamentos	12 meses
Itens que demandem alterações nas instalações físicas da empresa	24 meses
36.2.2	Um assento para cada quatro trabalhadores: 9 meses; Um assento para cada três trabalhadores: 24 meses.
36.2.7, "d"	Atendimento a, no mínimo, 50% do efetivo de trabalhadores que usufruirá das pausas previstas neste item: 6 meses; Atendimento a, no mínimo, 75% do efetivo de trabalhadores que usufruirá das pausas previstas neste item: 12 meses;
	Atendimento a 100% do efetivo de trabalhadores que usufruirá das pausas previstas neste item: 18 meses.
36.13.2, Quadro I	Concessão de pausas psicofisiológicas distribuídas, no mínimo, da seguinte forma: Para jornadas de até 6h20: 10 minutos em prazo imediato; 20 minutos em prazo de 6 meses;
	Para jornadas de 6h20 a 7h40: 20 minutos em prazo imediato; 30 minutos em 9 meses; 45 minutos em 18 meses; Para jornadas de 7h40 a 9h10: 40 minutos em prazo imediato; 50 minutos em 9 (nove) meses; 60 minutos em 18 meses.

MANOEL DIAS

ANEXO I

GLOSSÁRIO

36.1 Objetivos

36.1.1 O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos mínimos para a avaliação, controle e monitoramento dos riscos existentes nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano, de forma a garantir permanentemente a segurança, a saúde e a qualidade de vida no trabalho, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego.

36.2 Mobiliário e postos de trabalho

36.2.1 Sempre que o trabalho puder ser executado alternando a posição de pé com a posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para favorecer a alternância das posições.

36.2.2 Para possibilitar a alternância do trabalho sentado com o trabalho em pé, referida no item 36.2.1, o empregador deve fornecer assentos para os postos de trabalho estacionários, de acordo com as recomendações da Análise Ergonômica do Trabalho - AET, assegurando, no mínimo, um assento para cada três trabalhadores.

36.2.3 O número de assentos dos postos de trabalho cujas atividades possam ser efetuadas em pé e sentado deve ser suficiente para garantir a alternância das posições, observado o previsto no item 36.2.2.

36.2.4 Para o trabalho manual sentado ou em pé, as bancadas, esteiras, nórias, mesas ou máquinas devem proporcionar condições de boa postura, visualização e operação, atendendo, no mínimo:

a) altura e características da superfície de trabalho compatíveis com o tipo de atividade, com a distância requerida dos olhos ao campo de trabalho e com a altura do assento;

b) características dimensionais que possibilitem posicionamento e movimentação adequados dos segmentos corporais isentas de amplitudes articulares excessivas, tanto para o trabalho na posição sentada quanto na posição em pé;

c) área de trabalho dentro da zona de alcance manual permitindo o posicionamento adequado dos segmentos corporais;

d) ausência de quinas vivas ou rebarbas.

36.2.5 As dimensões dos espaços de trabalho devem ser suficientes para que o trabalhador possa movimentar os segmentos corporais livremente, de forma segura, de maneira a facilitar o trabalho, reduzir o esforço do trabalhador e não exigir a adoção de posturas extremas ou nocivas.

36.2.6 Para o trabalho realizado sentado:

36.2.6.1 Além do previsto no item 17.3.3 da NR-17 (Ergonomia), os assentos devem:

a) possuir sistemas de ajustes de fácil manuseio;

b) ser construídos com material que priorize o conforto térmico, obedecidas as características higiênico-sanitárias legais.

36.2.6.2 Deve ser fornecido apoio para os pés que se adapte ao comprimento das pernas do trabalhador, nos casos em que os pés do operador não alcançarem o piso, mesmo após a regulagem do assento, com as seguintes características:

a) dimensões que possibilitem o posicionamento e a movimentação adequada dos segmentos corporais, permitindo as mudanças de posição e o apoio total das plantas dos pés;

b) altura e inclinação ajustáveis e de fácil acionamento;

c) superfície revestida com material antiderrapante, obedecidas as características higiênico-sanitárias legais.

36.2.6.3 O mobiliário utilizado nos postos de trabalho onde o trabalhador pode trabalhar sentado deve:

a) possuir altura do plano de trabalho e altura do assento compatíveis entre si;

b) ter espaços e profundidade suficientes para permitir o posicionamento adequado das coxas, a colocação do assento e a movimentação dos membros inferiores.

36.2.7 Para o trabalho realizado exclusivamente em pé, devem ser atendidos os seguintes

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

requisitos mínimos:

a) zonas de alcance horizontal e vertical que favoreçam a adoção de posturas adequadas, e que não ocasionem amplitudes articulares excessivas, tais como elevação dos ombros, extensão excessiva dos braços e da nuca, flexão ou torção do tronco;

b) espaço suficiente para pernas e pés na base do plano de trabalho, para permitir que o trabalhador se aproxime o máximo possível do ponto de operação e possa posicionar completamente a região plantar;

c) barras de apoio para os pés para alternância dos membros inferiores, quando a atividade permitir;

d) existência de assentos ou bancos próximos ao local de trabalho para as pausas permitidas pelo trabalho, atendendo no mínimo 50% do efetivo que usufruirá dessas pausas.

36.2.8 Para as atividades que necessitam do uso de pedais e comandos acionados com os pés ou outras partes do corpo de forma permanente e repetitiva, os trabalhadores devem efetuar alternância com atividades que demandem diferentes exigências físico-motoras.

36.2.8.1 Caso os comandos sejam acionados por outras partes do corpo, devem ter posicionamento e dimensões que possibilitem alcance fácil e seguro e movimentação adequada dos segmentos corporais.

36.2.9 Os postos de trabalho devem possuir:

a) pisos com características antiderrapantes, obedecidas as características higiênico-sanitárias legais;

b) sistema de escoamento de água e resíduos;

c) áreas de trabalho e de circulação dimensionadas de forma a permitir a movimentação segura de materiais e pessoas;

d) proteção contra intempéries quando as atividades ocorrerem em área externa, obedecida a hierarquia das medidas previstas no item 36.11.7;

e) limpeza e higienização constantes.

36.2.10 Câmaras Frias

36.2.10.1 As câmaras frias devem possuir dispositivo que possibilite abertura das portas pelo interior sem muito esforço, e alarme ou outro sistema de comunicação, que possa ser acionado pelo interior, em caso de emergência.

36.2.10.1.1 As câmaras frias cuja temperatura for igual ou inferior a -18º C devem possuir indicação do tempo máximo de permanência no local.

36.3 Estrados, passarelas e plataformas

36.3.1 Os estrados utilizados para adequação da altura do plano de trabalho ao trabalhador nas atividades realizadas em pé, devem ter dimensões, profundidade, largura e altura que permitam a movimentação segura do trabalhador.

36.3.2 É vedado improvisar a adequação da altura do posto de trabalho ao trabalhador com materiais não destinados para este fim.

36.3.3 As plataformas, escadas fixas e passarelas devem atender ao disposto na NR-12 (Segurança e Saúde no Trabalho em Máquinas e Equipamentos).

36.3.3.1 Caso seja tecnicamente inviável a colocação de guarda-corpo, tais como nas fases de evisceração e espostejamento de animais de grande e médio porte, em plataformas elevadas, devem ser adotadas medidas preventivas que garantam a segurança dos trabalhadores e o posicionamento adequado dos segmentos corporais.

36.3.4 A altura, posicionamento e dimensões das plataformas devem ser adequadas às características da atividade, de maneira a facilitar a tarefa a ser exercida com segurança, sem uso excessivo de força e sem exigência de adoção de posturas extremas ou nocivas de trabalho.

36.4 Manuseio de produtos

36.4.1 O empregador deve adotar meios técnicos e organizacionais para reduzir os esforços nas atividades de manuseio de produtos.

36.4.1.1 O manuseio de animais ou produtos não deve propiciar o uso de força muscular excessiva por parte dos trabalhadores, devendo ser atendidos, no mínimo, os seguintes requisitos:

a) os elementos a serem manipulados, devem estar dispostos dentro da área de alcance principal para o trabalhador, tanto para a posição sentada como em pé;

b) a altura das esteiras ou de outro mecanismo utilizado para depósito de produtos e de partes dos produtos manuseados, deve ser dimensionada de maneira a não propiciar extensões e/ou elevações excessivas dos braços e ombros;

c) as caixas e outros continentes utilizados para depósito de produtos devem estar localizados de modo a facilitar a pega e não propiciar a adoção excessiva e continuada de torção e inclinações do tronco, elevação e/ou extensão dos braços e ombros.

36.4.1.2 Os elementos a serem manipulados, tais como caixas, bandejas, engradados, devem:

a) possuir dispositivos adequados ou formatos para pega segura e confortável;

b) estar livres de quinas ou arestas que possam provocar irritações ou ferimentos;

c) ter dimensões e formato que não provoquem o aumento do esforço físico do trabalhador;

d) ser estáveis.

36.4.1.2.1 O item 36.4.1.2 não se aplica a caixas de papelão ou produtos finais selados.

36.4.1.3 Os sistemas utilizados no transporte de produtos a serem espostejados em linha, trilhagem aérea mecanizada e esteiras, devem ter características e dimensões que evitem a adoção de posturas excessivas e continuadas dos membros superiores e da nuca.

36.4.1.4 Não devem ser efetuadas atividades que exijam manuseio ou carregamento manual de peças, volumosas ou pesadas, que possam comprometer a segurança e a saúde do trabalhador.

36.4.1.5 Caso a peça não seja de fácil manuseio, devem ser utilizados meios técnicos que facilitem o transporte da carga.

36.4.1.5.1 Sendo inviável tecnicamente a mecanização do transporte, devem ser adotadas medidas, tais como redução da frequência e do manuseio dessas cargas.

36.4.1.6 Devem ser implementadas medidas de controle que evitem que os trabalhadores, ao realizar suas atividades, sejam obrigados a efetuar de forma contínua e repetitiva:

a) movimentos bruscos de impacto dos membros superiores;

b) uso excessivo de força muscular;

c) frequência de movimentos dos membros superiores que possam comprometer a segurança e saúde do trabalhador;

d) exposição prolongada a vibrações;

e) imersão ou contato permanente das mãos com água.

36.4.1.7 Nas atividades de processamento de animais, principalmente os de grande e médio porte, devem ser adotados:

a) sistemas de transporte e ajudas mecânicas na sustentação de cargas, partes de animais e ferramentas pesadas;

b) medidas organizacionais e administrativas para redução da frequência e do tempo total nas atividades de manuseio, quando a mecanização for tecnicamente inviável;

c) medidas técnicas para prevenir que a movimentação do animal durante a realização da tarefa possa ocasionar riscos de acidentes, tais como corte, tombamento e prensagem do trabalhador.

36.5 Levantamento e transporte de produtos e cargas

36.5.1 O empregador deve adotar medidas técnicas e organizacionais apropriadas e fornecer os meios adequados para reduzir a necessidade de carregamento manual constante de produtos e cargas cujo peso possa comprometer a segurança e saúde dos trabalhadores.

36.5.2 O levantamento, transporte, descarga, manipulação e armazenamento de produtos, partes de animais e materiais devem ser executados de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja compatível com sua segurança, saúde e capacidade de força.

36.5.3 O empregador deve efetuar análise ergonômica do trabalho para avaliar a compatibilidade do esforço físico dos trabalhadores com a sua capacidade de força, nas atividades que exijam levantamento, transporte, descarga, manipulação e armazenamento de animais, produtos e materiais de forma constante e repetitiva.

36.5.4 A duração e a frequência da tarefa de carregamento manual de cargas que possa comprometer a segurança e saúde do trabalhador devem ser limitadas, devendo-se efetuar alternância com outras atividades ou pausas adequadas, entre períodos não superiores a duas horas, ressalvadas outras disposições legais.

36.5.5 Devem ser adotadas medidas para adequação do peso e do tamanho da carga, do número de movimentos a serem efetuados, da frequência de levantamento e carregamento e das distâncias a percorrer com cargas que possam comprometer a segurança e saúde dos trabalhadores.

36.5.6 Os pisos e as passagens onde são efetuadas operações de levantamento, carregamento e transporte manual de cargas devem estar em perfeito estado de conservação e desobstruídos.

36.5.7 No levantamento, manuseio e transporte individual de cargas deve ser observado, além do disposto no item 17.2 da NR-17 (Ergonomia), os seguintes requisitos:

a) os locais para pega e depósito das cargas devem ser organizados de modo que as cargas, acessos, espaços para movimentação, alturas de pega e deposição não obriguem o trabalhador a efetuar flexões, extensões e rotações excessivas do tronco e outros posicionamentos e movimentações forçadas e nocivas aos segmentos corporais;

b) a estocagem dos materiais e produtos deve ser organizada em função dos pesos e da frequência de manuseio, de maneira a não exigir manipulação constante de carga com pesos que possam comprometer a segurança e saúde do trabalhador;

c) devem ser adotadas medidas, sempre que tecnicamente possível, para que quaisquer materiais e produtos a serem erguidos, retirados, armazenados ou carregados de forma frequente não estejam localizados próximos ao solo ou acima dos ombros;

d) cargas e equipamentos devem ser posicionadas o mais próximo possível do trabalhador, resguardando espaços suficientes para os pés, de maneira a facilitar o alcance, não atrapalhar os movimentos ou ocasionar outros riscos.

36.5.7.1 É vedado o levantamento não eventual de cargas quando a distância de alcance horizontal da pega for superior a 60 cm em relação ao corpo.

36.5.8 Devem ser adotados meios técnicos, administrativos e organizacionais, a fim de evitar esforços contínuos e prolongados do trabalhador, para impulsão e tração de cargas.

36.5.8.1 Sempre que tecnicamente possível, devem ser disponibilizados vagonetes com rodas apropriadas ou movidos a eletricidade ou outro sistema de transporte por impulsão ou tração que facilite a movimentação e reduza o esforço do trabalhador.

36.5.9 O transporte e a descarga de materiais feitos por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou qualquer outro aparelho mecânico devem ter mecanismos que propiciem posicionamento e movimentação adequados dos segmentos corporais, de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja compatível com sua capacidade de força e não comprometa a sua segurança ou saúde.

36.5.10 As alças, empunhaduras ou pontos de apoio de vagonetes ou outros equipamentos para transporte por impulsão devem ter formato anatômico, para facilitar a pega, e serem posicionadas em altura adequada, de modo a não induzir a adoção de posturas forçadas, tais como a flexão do tronco.

36.5.11 Os equipamentos de transporte devem ser submetidos a manutenções periódicas.

36.6 Recepção e descarga de animais

36.6.1 As atividades de descarga e recepção de animais devem ser devidamente organizadas e planejadas, devendo envolver, no mínimo:

a) procedimentos específicos e regras de segurança na recepção e descarga de animais para os trabalhadores e terceiros, incluindo os motoristas e ajudantes;

b) sinalização e/ou separação das áreas de passagem de veículos, animais e pessoas;

c) plataformas de descarregamento de animais isoladas de outros setores ou locais de trabalho;

d) postos de trabalho, da recepção até o curral de animais de grande porte, protegidos contra intempéries;

e) medidas de proteção contra a movimentação intempestiva e perigosa dos animais de grande porte que possam gerar risco aos trabalhadores;

f) passarelas para circulação dos trabalhadores ao lado ou acima da plataforma quando o acesso aos animais assim o exigir;

g) informação aos trabalhadores sobre os riscos e as medidas de prevenção no trabalho com animais vivos;

h) estabelecimento de procedimentos de orientação aos contratados e terceiros acerca das disposições relativas aos riscos ocupacionais.

36.6.1.1 Para a atividade de descarga de animais de grande porte é proibido o trabalho isolado.

36.6.2 Nas áreas de recepção e descarga de animais devem permanecer somente trabalhadores devidamente informados e treinados.

36.6.3 Na recepção e descarga de aves devem ser adotadas medidas de controle de poeiras de maneira a garantir que os níveis não sejam prejudiciais à saúde dos trabalhadores.

36.6.4 O box de atordoamento de animais - acesso ao local e ao animal, e as posições e uso dos comandos, devem permitir a execução segura da atividade para qualquer tipo, tamanho e forma de abate do animal.

36.6.5 Devem ser previstos dispositivos para reter o animal de médio e grande porte no caso de um atordoamento falho ou de procedimentos de não atordoamento que possam gerar riscos ao trabalhador devido à movimentação dos animais.

36.6.6 A atividade de verificação de animais de grande porte deve ser realizada de maneira que as condições do local e dos acessos garantam o posicionamento adequado e seguro dos segmentos corporais dos trabalhadores.

36.6.7 Devem ser adotadas medidas de prevenção para que as atividades de segurar e degolar animais sejam efetuadas de modo a permitir a movimentação adequada e segura dos trabalhadores.

36.6.7.1 Devem ser adotados rodízios ou pausas ou outras medidas preventivas para minimizar a exposição dos trabalhadores nas atividades descritas no item 36.6.7 e na sangria manual.

36.7 Máquinas

36.7.1 As máquinas e equipamentos utilizados nas empresas de abate e processamento de carnes e derivados devem atender ao disposto na NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos).

36.7.2 O efetivo de trabalhadores da manutenção deve ser compatível com a quantidade de máquinas e equipamentos existentes na empresa.

36.7.3 Os sistemas de trilhagem aérea, esteiras transportadoras, roscas sem fim ou nórias devem estar equipados com um ou mais dispositivos de parada de emergência, que permitam a interrupção do seu funcionamento por segmentos curtos, a partir de qualquer um dos operadores em seus postos de trabalho.

36.7.4 Os elevadores, guindastes ou quaisquer outras máquinas e equipamentos devem oferecer garantias de resistência, segurança e estabilidade.

36.7.5 As atividades de manutenção e higienização de máquinas e equipamentos que possam ocasionar riscos de acidentes devem ser realizadas por mais de um trabalhador, desde que a análise de risco da máquina ou equipamento assim o exigir.

36.7.6 As instalações elétricas das máquinas e equipamentos devem ser projetadas e mantidas de modo a prevenir, por meios seguros, os riscos de choque elétrico e todos os outros tipos de acidentes, atendendo as disposições contidas nas NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos) e NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade).

36.7.7 Devem ser adotadas medidas de controle para proteger os trabalhadores dos riscos adicionais provenientes:

a) da emissão ou liberação de agentes físicos ou químicos pelas máquinas e equipamentos;

b) das emanações aquecidas de máquinas, equipamentos e tubulações;

c) do contato do trabalhador com superfícies quentes de máquinas e equipamentos que possam ocasionar queimaduras.

36.7.8 Nos locais fechados e sem ventilação é proibida a utilização de máquinas e equipamentos movidos a combustão interna, salvo se providos de dispositivos neutralizadores adequados.

36.8 Equipamentos e ferramentas

36.8.1 Os equipamentos e ferramentas disponibilizados devem favorecer a adoção de posturas e movimentos adequados, facilidade de uso e conforto, de maneira a não obrigar o trabalhador ao uso excessivo de força, pressão, preensão, flexão, extensão ou torção dos segmentos corporais.

36.8.2 O tipo, formato e a textura da empunhadura das facas devem ser apropriados à tarefa, à mão do trabalhador e ao eventual uso de luvas.

36.8.3 As ferramentas devem ser específicas e adequadas para cada tipo de atividade e tão leves e eficientes quanto possível.

36.8.4 Devem ser adotadas medidas preventivas para permitir o uso correto de ferramentas ou equipamentos manuais de forma a evitar a compressão da palma da mão ou de um ou mais dedos em arestas ou quinas vivas dos equipamentos.

36.8.4.1 As medidas preventivas devem incluir, no mínimo:

a) afiação e adequação de ferramentas e equipamentos;

b) treinamento e orientação, na admissão e periodicamente.

36.8.5 Os equipamentos manuais, cujos pesos forem pas-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

síveis de comprometer a segurança e saúde dos trabalhadores, devem ser dotados de dispositivo de sustentação.

36.8.6 Os equipamentos devem estar posicionados dentro dos limites de alcance manual e visual do operador, permitindo a movimentação adequada e segura dos membros superiores e inferiores e respeitando a natureza da tarefa.

36.8.7 Os equipamentos e ferramentas elétricas devem estar aterrados e as fiações e cabos devem ser submetidos a revisões periódicas para verificação de sinais de desgaste ou outros defeitos que possam comprometer a segurança.

36.8.8 As ferramentas e equipamentos de trabalho devem ter sistema de manutenção constante.

36.8.9 Devem ser consideradas as sugestões dos trabalhadores na escolha das ferramentas e dos equipamentos manuais.

36.8.10 Os empregadores devem:

a) estabelecer critérios de exigências para a escolha das características das facas, com a participação dos trabalhadores, em função das necessidades das tarefas existentes na empresa;

b) implementar sistema para controle de afiação das facas;

c) estabelecer mecanismos de reposição constante de facas afiadas, em quantidade adequada em função da demanda de produção;

d) instruir os supervisores sobre a importância da reposição de facas afiadas;

e) treinar os trabalhadores, especialmente os recém admitidos ou nos casos de mudança de função, no uso da chaira, quando aplicável à atividade.

36.8.11 O setor ou local destinado a afiação de facas, onde houver, deve possuir espaço físico e mobiliário adequado e seguro.

36.9 Condições ambientais de trabalho

36.9.1 Ruído

36.9.1.1 Para controlar a exposição ao ruído ambiental devem ser adotadas medidas que priorizem a sua eliminação, a redução da sua emissão e a redução da exposição dos trabalhadores, nesta ordem.

36.9.1.2 Todas as condições de trabalho com níveis de ruído excessivo devem ser objeto de estudo para determinar as mudanças estruturais necessárias nos equipamentos e no modo de produção, a fim de eliminar ou reduzir os níveis de ruído.

36.9.1.3 As recomendações para adequações e melhorias devem ser expressas em programas claros e objetivos, com definição de datas de implantação.

36.9.1.4 Caso não seja possível tecnicamente eliminar ou reduzir a emissão do ruído ou quando as medidas de proteção adotadas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação, ou ainda em caráter complementar ou emergencial, devem ser adotadas medidas para redução da exposição dos trabalhadores obedecendo à seguinte hierarquia:

a) medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) utilização de equipamento de proteção individual - EPI.

36.9.2 Qualidade do ar nos ambientes artificialmente climatizados

36.9.2.1 As empresas devem efetuar o controle do ar nos ambientes artificialmente climatizados a fim de manter a boa qualidade do ar interno e garantir a prevenção de riscos à saúde dos trabalhadores.

36.9.2.2 Para atender o disposto no item 36.9.2.1 devem ser adotado, no mínimo, o seguinte:

a) limpeza dos componentes do sistema de climatização de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana;

b) verificação periódica das condições físicas dos filtros mantendo-os em condições de operação e substituindo-os quando necessário;

c) adequada renovação do ar no interior dos ambientes climatizados.

36.9.2.3 Deve ser observado, como indicador de renovação de ar interno, uma concentração de dióxido de carbono (CO_2) igual ou inferior a 1000 ppm;

36.9.2.3.1 Uma medição de CO_2 acima de 1000 ppm não indica que o critério não é satisfeito, desde que a medição não ultrapasse em mais de 700 ppm a concentração no ar exterior.

36.9.2.3.2 Para aferição do parâmetro indicado no item 36.9.2.3 deve ser adotada a metodologia constante na Norma Técnica 002 da Resolução RE nº 9 da ANVISA, de 16 de janeiro de 2003.

36.9.2.4 Os procedimentos de manutenção, operação e controle dos sistemas de climatização e limpeza dos ambientes climatizados não devem trazer riscos à saúde dos trabalhadores que os executam, nem aos ocupantes dos ambientes climatizados.

36.9.3 Agentes químicos

36.9.3.1 A empresa deve adotar medidas de prevenção coletivas e individuais quando da utilização de produtos químicos.

36.9.3.2 As medidas de prevenção coletivas a serem adotadas quando da utilização de amônia devem envolver, no mínimo:

a) manutenção das concentrações ambientais aos níveis mais baixos possíveis e sempre abaixo do nível de ação (NR-09), por meio de ventilação adequada;

b) implantação de mecanismos para a detecção precoce de vazamentos nos pontos críticos, acoplados a sistema de alarme;

c) instalação de painel de controle do sistema de refrigeração;

d) instalação de chuveiros de segurança e lava-olhos;

e) manutenção de saídas de emergência desobstruídas e adequadamente sinalizadas;

f) manutenção de sistemas apropriados de prevenção e combate a incêndios, em perfeito estado de funcionamento;

g) instalação de chuveiros ou sprinklers acima dos grandes vasos de amônia, para mantê-los resfriados em caso de fogo, de acordo com a análise de risco;

h) manutenção das instalações elétricas à prova de explosão, próximas aos tanques;

i) sinalização e identificação dos componentes, inclusive as tubulações;

j) permanência apenas das pessoas autorizadas para realizar atividades de inspeção, manutenção ou operação de equipamentos na sala de máquinas.

36.9.3.2.1 Em caso de vazamento de amônia, o painel de controle do sistema de refrigeração deve:

a) acionar automaticamente o sistema de alarme;

b) acionar o sistema de controle e eliminação da amônia.

36.9.3.3 O empregador deve elaborar Plano de Resposta a Emergências que contemple ações específicas a serem adotadas na ocorrência de vazamentos de amônia.

36.9.3.3.1 O Plano de Resposta a Emergências deve conter, no mínimo:

a) nome e função do responsável técnico pela elaboração e revisão do plano;

b) nome e função do responsável pelo gerenciamento e execução do plano;

c) designação dos integrantes da equipe de emergência, responsáveis pela execução de cada ação;

d) estabelecimento dos possíveis cenários de emergências, com base na análise de riscos;

e) descrição das medidas necessárias para resposta a cada cenário contemplado;

f) descrição dos procedimentos de resposta à emergência, incluindo medidas de evacuação das áreas, remoção das fontes de ignição, quando necessário, formas de redução da concentração de amônia e procedimentos de contenção de vazamento;

g) descrição das medidas de proteção coletiva e individual;

h) indicação dos EPI adequados ao risco;

i) registro dos exercícios simulados realizados com periodicidade mínima anual envolvendo todos os empregados da área.

36.9.3.4 Sempre que ocorrer acidente que implique vazamento de amônia nos ambientes de trabalho, deve ser efetuada a medição da concentração do produto no ambiente para que seja autorizado o retorno dos trabalhadores às suas atividades.

36.9.3.4.1 Deve ser realizada avaliação das causas e consequências do acidente, com registro das ocorrências, postos e locais afetados, identificação dos trabalhadores expostos, resultados das avaliações clínicas e medidas de prevenção a serem adotadas.

36.9.4 Agentes biológicos

36.9.4.1 Devem ser identificadas as atividades e especificadas as tarefas suscetíveis de expor os trabalhadores a contaminação biológica, através de:

a) estudo do local de trabalhom, considerando as medidas de controle e higiene estabelecidas pelas Boas Práticas de Fabricação - BPF;

b) controles mitigadores estabelecidos pelos serviços de inspeção sanitária, desde a criação até o abate;

c) identificação dos agentes patogênicos e meios de transmissão;

d) dados epidemiológicos referentes ao agente identificado, incluindo aqueles constantes dos registros dos serviços de inspeção sanitária;

e) acompanhamento de quadro clínico ou subclínico dos trabalhadores, conforme Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

36.9.4.2 Caso seja identificada exposição a agente biológico prejudicial à saúde do trabalhador, conforme item anterior, deverá ser efetuado o controle destes riscos, utilizando-se, no mínimo, das seguintes medidas:

a) procedimentos de limpeza e desinfecção;

b) medidas de biosegurança envolvendo a cadeia produtiva;

c) medidas adotadas no processo produtivo pela própria empresa;

d) fornecimento de equipamentos de proteção individual adequados;

e) treinamento e informação aos trabalhadores.

36.9.4.2.1 O treinamento indicado no item 36.9.4.2, alínea "e", deve contemplar:

a) os riscos gerados por agentes biológicos;

b) as medidas preventivas existentes e necessárias;

c) o uso adequado dos EPI;

d) procedimentos em caso de acidente.

36.9.4.3 Nas atividades que possam expor o trabalhador ao contato com excrementos, vísceras e resíduos animais, devem ser adotadas medidas técnicas, administrativas e organizacionais a fim de eliminar, minimizar ou reduzir o contato direto do trabalhador com estes produtos ou resíduos.

36.9.5 Conforto térmico

36.9.5.1 Devem ser adotadas medidas preventivas individuais e coletivas - técnicas, organizacionais e administrativas, em razão da exposição em ambientes artificialmente refrigerados e ao calor excessivo, para propiciar conforto térmico aos trabalhadores.

36.9.5.1.1 As medidas de prevenção devem envolver, no mínimo:

a) controle da temperatura, da velocidade do ar e da umidade;

b) manutenção constante dos equipamentos;

c) acesso fácil e irrestrito a água fresca;

d) uso de EPI e vestimenta de trabalho compatível com a temperatura do local e da atividade desenvolvida;

e) outras medidas de proteção visando o conforto térmico.

36.9.5.1.2 Quando as condições do ambiente forem desconfortáveis, em virtude da exposição ao calor, além do previsto no subitem 36.9.5.1.1 devem ser adotadas as seguintes medidas:

a) alternância de tarefas, buscando a redução da exposição ao calor;

b) medidas técnicas para minimizar os esforços físicos.

36.9.5.2 Deve ser disponibilizado sistema para aquecimento das mãos próximo dos sanitários ou dos locais de fruição de pausas, quando as atividades manuais forem realizadas em ambientes frios ou exijam contato constante com superfícies e produtos frios.

36.9.5.3 Devem ser adotadas medidas de controle da ventilação ambiental para minimizar a ocorrência de correntes de ar aplicadas diretamente sobre os trabalhadores.

36.10 Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Vestimentas de Trabalho

36.10.1 Os Equipamentos de proteção individual - EPI devem ser selecionados de forma a oferecer eficácia necessária para o controle da exposição ao risco e o conforto, atendendo o previsto nas NR-06 (Equipamentos de proteção Individual - EPI) e NR-09 (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA).

36.10.1.1 Os EPI usados concomitantemente, tais como capacete com óculos e/ou proteção auditiva, devem ser compatíveis entre si, confortáveis e não acarretar riscos adicionais.

36.10.1.2 Nas atividades com exposição ao frio devem ser fornecidas meias limpas e higienizadas diariamente.

36.10.1.3 As luvas devem ser:

a) compatíveis com a natureza das tarefas, com as condições ambientais e o tamanho das mãos dos trabalhadores;

b) substituídas, quando necessário, a fim de evitar o comprometimento de sua eficácia.

36.10.1.4 Nas atividades onde as mãos dos trabalhadores ficam totalmente molhadas e não seja possível a utilização de luvas em razão da geração de riscos adicionais, deve ser efetuado rodízio com outras tarefas.

36.10.2 O empregador deve fornecer vestimentas de trabalho de maneira que:

a) os trabalhadores possam dispor de mais de uma peça de vestimenta, para utilizar de maneira sobreposta, a seu critério, e em função da atividade e da temperatura do local, atendendo às características higiênico-sanitárias legais e ao conforto térmico;

b) as extremidades sejam compatíveis com a atividade e o local de trabalho;

c) sejam substituídas quando necessário, a fim de evitar o comprometimento de sua eficácia.

36.10.2.1 As vestimentas devem ser trocadas diariamente, sendo sua higienização responsabilidade do empregador.

36.11 Gerenciamento dos riscos

36.11.1 O empregador deve colocar em prática uma abordagem planejada, estruturada e global da prevenção, por meio do gerenciamento dos fatores de risco em Segurança e Saúde no Trabalho - SST, utilizando-se de todos os meios técnicos, organizacionais e administrativos para assegurar o bem estar dos trabalhadores e garantir que os ambientes e condições de trabalho sejam seguros e saudáveis.

36.11.2 A estratégia de prevenção em SST e meio ambiente de trabalho deve:

a) integrar as ações de prevenção às atividades de gestão e à dinâmica da produção, levando-se em consideração a competência e experiência dos trabalhadores e de um representante indicado pelo sindicato da categoria preponderante, afim de aperfeiçoar de maneira contínua os níveis de proteção e desempenho no campo da segurança e saúde no trabalho;

b) integrar a prevenção nas atividades de capacitação e treinamento dos trabalhadores, incluindo os níveis gerenciais.

36.11.3 No planejamento da prevenção devem ser definidos métodos, técnicas e ferramentas adequadas para a avaliação de riscos, incluindo parâmetros e critérios necessários para tomada de decisão.

36.11.4 A avaliação dos riscos tem como objetivo introduzir medidas de prevenção para a sua eliminação ou redução, assim como para determinar se as medidas previstas ou existentes são adequadas, de forma a minimizar o impacto desses riscos à segurança e saúde dos trabalhadores.

36.11.5 As ações de avaliação, controle e monitoração dos riscos devem:

a) constituir um processo contínuo e interativo;

b) integrar todos os programas de prevenção e controle previstos nas demais NR;

c) abranger a consulta e a comunicação às partes envolvidas, com participação dos trabalhadores.

36.11.6 As ações em SST devem abranger todos os riscos à segurança e saúde e abordar, no mínimo:

a) riscos gerados por máquinas, equipamentos, instalações, eletricidade, incêndios, entre outros;

b) riscos gerados pelo ambiente de trabalho, entre eles os decorrentes da exposição a agentes físicos, químicos e biológicos, como definidos na NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

c) riscos de natureza ergonômica e outros gerados pela organização do trabalho.

36.11.7 As medidas preventivas e de proteção devem ser implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

a) eliminação dos fatores de risco;

b) minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas coletivas - técnicas, administrativas e organizacionais;

c) uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

36.11.8 A implementação de projetos de novas instalações, métodos ou processos de trabalho, ou de modificação dos já existentes e das medidas de controle, deve envolver a análise das repercussões sobre a segurança e saúde dos trabalhadores.

36.11.9 Quando ocorrer a implementação ou introdução de alterações nos ambientes e nos processos de trabalho deve-se assegurar que os trabalhadores envolvidos tenham sido adequadamente informados e treinados.

36.12 Programas de Prevenção dos Riscos Ambientais e de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

36.12.1 O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO devem estar articulados entre si e com as demais normas, em particular com a NR-17.

36.12.2 Para fins de elaboração de programas preventivos devem ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos da organização do trabalho:

a) compatibilização das metas com as condições de trabalho e tempo oferecidas;

b) repercussões sobre a saúde do trabalhador de todo e qualquer sistema de avaliação de desempenho para efeito de remuneração e vantagens de qualquer espécie;

c) períodos insuficientes para adaptação e readaptação de trabalhadores à atividade.

36.12.3 Deve ser utilizado, no PCMSO, instrumental clínico-epidemiológico que oriente as medidas a serem implementadas no PPRA e nos programas de melhorias ergonômicas e de condições gerais de trabalho, por meio de tratamento de informações coletivas e individuais, incluindo, no mínimo:

a) vigilância passiva, através do estudo causal em trabalhadores que procurem o serviço médico;

b) vigilância ativa, por meio da utilização de questionários, análise de séries históricas dos exames médicos, avaliações clínicas e resultados dos exames complementares.

36.12.4 O médico coordenador do PCMSO deve informar aos responsáveis pelo PPRA e ao empregador, as situações geradoras de riscos aos trabalhadores, especialmente quando observar, no controle médico ocupacional, nexo causal entre as queixas e agravos à saúde dos trabalhadores e as situações de trabalho a que ficam expostos.

36.12.5 Deve ser implementado um Programa de Conservação Auditiva, para os trabalhadores expostos a níveis de pressão sonora acima dos níveis de ação, contendo no mínimo:

a) controles técnicos e administrativos da exposição ao ruído;

b) monitoramento periódico da exposição e das medidas de controle;

c) treinamento e informação aos trabalhadores;

d) determinação dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

e) audiometrias conforme Anexo I da NR-7;

f) histórico clínico e ocupacional do trabalhador.

36.12.6 O coordenador do PCMSO deve elaborar o Relatório anual com os dados da evolução clínica e epidemiológica dos trabalhadores, contemplando as medidas administrativas e técnicas a serem adotadas na comprovação do nexo causal entre as alterações detectadas nos exames e a atividade exercida.

36.12.6.1 As medidas propostas pelo Médico do Trabalho devem ser apresentadas e discutidas com os responsáveis pelo PPRA, com os responsáveis pelas melhorias ergonômicas na empresa e com membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

36.12.7 Além do previsto na NR-7, o Relatório Anual do PCMSO deve discriminar número e duração de afastamentos do trabalho, estatísticas de queixas dos trabalhadores, estatísticas de alterações encontradas em avaliações clínicas e exames complementares, com a indicação dos setores e postos de trabalho respectivos.

36.12.8 Sendo constatados a ocorrência ou o agravamento de doenças ocupacionais, através de exames médicos que incluam os definidos na NR-7 ou sendo verificadas alterações que revelem qualquer tipo de disfunção de órgão ou sistema biológico, através dos exames médicos constantes nos quadros I e II e do item 7.4.2.3 da NR-7, mesmo sem sintomatologia, caberá ao Médico coordenador ou encarregado:

a) emitir a CAT;

b) indicar, quando necessário, o afastamento do trabalhador da exposição ao risco ou do trabalho;

c) encaminhar o trabalhador à Previdência Social para estabelecimento de nexo causal, avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária em relação ao trabalho;

d) adotar as medidas de controle no ambiente de trabalho.

36.12.9 Cabe ao empregador, conforme orientação do coordenador do PCMSO, proceder, quando necessário, à readaptação funcional em atividade compatível com o grau de incapacidade apresentada pelo trabalhador.

36.12.10 Devem ser estabelecidos critérios e mecanismos de avaliação da eficácia das medidas de prevenção implantadas, considerando os dados obtidos nas avaliações e estudos realizados e no controle médico de saúde ocupacional.

36.13 Organização temporal do trabalho

36.13.1 Para os trabalhadores que exercem suas atividades em ambientes artificialmente frios e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período mínimo de vinte minutos de repouso, nos termos do Art. 253 da CLT.

36.13.1.1 Considera-se artificialmente frio, o que for inferior, na primeira, segunda e terceira zonas climáticas a 15º C, na quarta zona a 12º C, e nas zonas quinta, sexta e sétima, a 10º C, conforme mapa oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

36.13.2 Para os trabalhadores que desenvolvem atividades exercidas diretamente no processo produtivo, ou seja, desde a recepção até a expedição, onde são exigidas repetitividade e/ou sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores, devem ser asseguradas pausas psicofisiológicas distribuídas, no mínimo, de acordo com o seguinte quadro:

QUADRO 1

Jornada de Trabalho	Tempo de tolerância para aplicação da pausa	Tempo de Pausa
até 6h	Até 6h20	20 Minutos
até 7h20	Até 7h40	45 Minutos
até 8h48	Até 9h10	60 Minutos

36.13.2.1 Caso a jornada ultrapasse 6h20, excluído o tempo de troca de uniforme e de deslocamento até o setor de trabalho, deve ser observado o tempo de pausa da jornada de até 7h20.

36.13.2.2 Caso a jornada ultrapasse 7h40, excluído o tempo de troca de uniforme e de deslocamento até o setor de trabalho, deve ser observado o tempo de pausa da jornada de até 8h48.

36.13.2.3 Caso a jornada ultrapasse 9h10, excluído o tempo de troca de uniforme e de deslocamento até o setor de trabalho, deve ser concedida pausa de 10 minutos após as 8h48 de jornada.

36.13.2.3.1 Caso a jornada ultrapasse 9h58, excluído o tempo de troca de uniforme e de deslocamento até o setor de trabalho, devem ser concedidas pausas de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados.

36.13.2.4 A empresa deve medir o tempo de troca de uniforme e de deslocamento até o setor de trabalho e consigná-lo no PPRA ou nos relatórios de estudos ergonômicos.

36.13.2.4.1 Caso a empresa não registre o tempo indicado nos documentos citados no item 36.13.2.4, presume-se, para fins de aplicação da tabela prevista no quadro I do item 36.13.2, os registros de ponto do trabalhador.

36.13.2.5 Os períodos unitários das pausas, distribuídas conforme quadro 1, devem ser de no mínimo 10 minutos e máximo 20 min.

36.13.2.6 A distribuição das pausas deve ser de maneira a não incidir na primeira hora de trabalho, contíguo ao intervalo de refeição e no final da última hora da jornada.

36.13.3 Constatadas a simultaneidade das situações previstas nos itens 36.13.1 e 36.13.2, não deve haver aplicação cumulativa das pausas previstas nestes itens.

36.13.4 Devem ser computadas como trabalho efetivo as pausas previstas nesta NR.

36.13.5 Para que as pausas possam propiciar a recuperação psicofisiológica dos trabalhadores, devem ser observados os seguintes requisitos:

a) a introdução de pausas não pode ser acompanhada do aumento da cadência individual;

b) As pausas previstas no item 36.13.1 devem ser obrigatoriamente usufruídas fora dos locais de trabalho, em ambientes que ofereçam conforto térmico e acústico, disponibilidade de bancos ou cadeiras e água potável;

c) As pausas previstas no item 36.13.2 devem ser obrigatoriamente usufruídas fora dos postos de trabalho, em local com disponibilidade de bancos ou cadeiras e água potável;

36.13.6 A participação em quaisquer modalidades de atividade física, quando ofertada pela empresa, pode ser realizada apenas em um dos intervalos destinado a pausas, não sendo obrigatória a participação do trabalhador, e a sua recusa em praticá-la não é passível de punição.

36.13.7 No local de repouso deve existir relógio de fácil visualização pelos trabalhadores, para que eles possam controlar o tempo das pausas.

36.13.8 Fica facultado o fornecimento de lanches durante a fruição das pausas, resguardas as exigências sanitárias.

36.13.9 As saídas dos postos de trabalho para satisfação das necessidades fisiológicas dos trabalhadores devem ser asseguradas a qualquer tempo, independentemente da fruição das pausas.

36.14 Organização das atividades

36.14.1 Devem ser adotadas medidas técnicas de engenharia, organizacionais e administrativas com o objetivo de eliminar ou reduzir os fatores de risco, especialmente a repetição de movimentos dos membros superiores.

36.14.1.1 Os empregadores devem elaborar um cronograma com prazos para implementação de medidas que visem promover melhorias e, sempre que possível, adequações no processo produtivo nas situações de risco identificado.

36.14.2 A organização das tarefas deve ser efetuada com base em estudos e procedimentos de forma a atender os seguintes objetivos:

a) a cadência requerida na realização de movimentos de membros superiores e inferiores não deve comprometer a segurança e a saúde dos trabalhadores;

b) as exigências de desempenho devem ser compatíveis com as capacidades dos trabalhadores, de maneira a minimizar os esforços físicos estáticos e dinâmicos que possam comprometer a sua segurança e saúde;

c) o andamento da atividade deve ser efetuado de forma menos árdua e mais confortável aos trabalhadores;

d) facilitar a comunicação entre trabalhadores, entre trabalhadores e supervisores, e com outros setores afins.

36.14.3 A empresa deve possuir contingente de trabalhadores em atividade, compatível com as demandas e exigências de produção, bem como mecanismos para suprir eventuais faltas de trabalhadores, e exigências relacionadas ao aumento de volume de produção, de modo a não gerar sobrecarga excessiva aos trabalhadores.

36.14.4 Mudanças significativas no processo produtivo com impacto no dimensionamento dos efetivos devem ser efetuadas com a participação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e da CIPA, em conjunto com os supervisores imediatos.

36.14.5 Na organização do processo e na velocidade da linha de produção deve ser considerada a variabilidade temporal requerida por diferentes demandas de produção e produtos, devendo ser computados, pelo menos, os tempos necessários para atender as seguintes tarefas:

a) afiação/chairação das facas;

b) limpeza das mesas;

c) outras atividades complementares à tarefa, tais como mudança de posto de trabalho, troca de equipamentos e ajuste dos assentos.

36.14.6 Os mecanismos de monitoramento da produtividade ou outros aspectos da produção não podem ser usados para aceleração do ritmo individual de trabalho para além dos limites considerados seguros.

36.14.7 Rodízios

36.14.7.1 O empregador, observados os aspectos higiênico-sanitários, deve implementar rodízios de atividades dentro da jornada diária que propicie o atendimento de pelo menos uma das seguintes situações:

a) alternância das posições de trabalho, tais como postura sentada com a postura em pé;

b) alternância dos grupos musculares solicitados;

c) alternância com atividades sem exigências de repetitividade;

d) redução de exigências posturais, tais como elevações, flexões/extensões extremas dos segmentos corporais, desvios cúbitos-radiais excessivos dos punhos, entre outros;

e) redução ou minimização dos esforços estáticos e dinâmicos mais frequentes;

f) alternância com atividades cuja exposição ambiental ao ruído, umidade, calor, frio, seja mais confortável;

g) redução de carregamento, manuseio e levantamento de cargas e pesos;

h) redução da monotonia.

36.14.7.1.1 A alternância de atividades deve ser efetuada, sempre que possível, entre as tarefas com cadência estabelecida por máquinas, esteiras, nórias e outras tarefas em que o trabalhador possa determinar livremente seu ritmo de trabalho.

36.14.7.1.2 Os trabalhadores devem estar treinados para as diferentes atividades que irão executar.

36.14.7.2 Os rodízios devem ser definidos pelos profissionais do SESMT e implantados com a participação da CIPA e dos trabalhadores envolvidos.

36.14.7.3 O SESMT e o Comitê de Ergonomia da empresa, quando houver, devem avaliar os benefícios dos rodízios implantados e monitorar a eficácia dos procedimentos na redução de riscos e queixas dos trabalhadores, com a participação dos mesmos.

36.14.7.4 Os rodízios não substituem as pausas para recuperação psicofisiológica previstas nesta NR.

36.14.8 Aspectos psicossociais

36.14.8.1 Os superiores hierárquicos diretos dos trabalhadores da área industrial devem ser treinados para buscar no exercício de suas atividades:

a) facilitar a compreensão das atribuições e responsabilidades de cada função;

b) manter aberto o diálogo de modo que os trabalhadores possam sanar dúvidas quanto ao exercício de suas atividades;

c) facilitar o trabalho em equipe;

d) conhecer os procedimentos para prestar auxílio em caso de emergência ou mal estar;

e) estimular tratamento justo e respeitoso nas relações pessoais no ambiente de trabalho.

36.15 Análise Ergonômica do Trabalho

36.15.1 As análises ergonômicas do trabalho devem ser realizadas para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores e subsidiar a implementação das medidas e adequações necessárias conforme previsto na NR-17.

36.15.2 As análises ergonômicas do trabalho devem incluir as seguintes etapas:

a) discussão e divulgação dos resultados com os trabalhadores e instâncias hierárquicas envolvidas, assim como apresentação e discussão do documento na CIPA;

b) recomendações ergonômicas específicas para os postos e atividades avaliadas;

c) avaliação e revisão das intervenções efetuadas com a participação dos trabalhadores, supervisores e gerentes;

d) avaliação e validação da eficácia das recomendações implementadas.

36.16 Informações e Treinamentos em Segurança e Saúde no Trabalho

36.16.1 Todos os trabalhadores devem receber informações sobre os riscos relacionados ao trabalho, suas causas potenciais, efeitos sobre a saúde e medidas de prevenção.

36.16.1.1 Os superiores hierárquicos, cuja atividade influencie diretamente na linha de produção operacional devem ser informados sobre:

a) os eventuais riscos existentes;

b) as possíveis consequências dos riscos para os trabalhadores;

c) a importância da gestão dos problemas;

d) os meios de comunicação adotados pela empresa na relação empregado-empregador.

36.16.1.2 Os trabalhadores devem estar treinados e suficientemente informados sobre:

a) os métodos e procedimentos de trabalho;

b) o uso correto e os riscos associados à utilização de equipamentos e ferramentas;

c) as variações posturais e operações manuais que ajudem a prevenir a sobrecarga osteomuscular e reduzir a fadiga, especificadas na AET;

d) os riscos existentes e as medidas de controle;

e) o uso de EPI e suas limitações;

f) as ações de emergência.

36.16.1.3 Os trabalhadores que efetuam limpeza e desin-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

fecção de materiais, equipamentos e locais de trabalho devem, além do exposto acima, receber informações sobre os eventuais fatores de risco das atividades, quando aplicável, sobre:

a) agentes ambientais físicos, químicos, biológicos;

b) riscos de queda;

c) riscos biomecânicos;

d) riscos gerados por máquinas e seus componentes;

e) uso de equipamentos e ferramentas.

36.16.2 As informações e treinamentos devem incluir, além do abordado anteriormente, no mínimo, os seguintes itens:

a) noções sobre os fatores de risco para a segurança e saúde nas atividades;

b) medidas de prevenção indicadas para minimizar os riscos relacionados ao trabalho;

c) informações sobre riscos, sinais e sintomas de danos à saúde que possam estar relacionados às atividades do setor;

d) instruções para buscar atendimento clínico no serviço médico da empresa ou terceirizado, sempre que houver percepção de sinais ou sintomas que possam indicar agravos a saúde;

e) informações de segurança no uso de produtos químicos, quando necessário, incluindo, no mínimo, dados sobre os produtos, grau de nocividade, forma de contato, procedimentos para armazenamento e forma adequada de uso;

f) informações sobre a utilização correta dos mecanismos de ajuste do mobiliário e dos equipamentos dos postos de trabalho, incluindo orientação para alternância de posturas.

36.16.3 Em todas as etapas dos processos de trabalhos com animais que antecedem o serviço de inspeção sanitária, devem ser disponibilizadas aos trabalhadores informações sobre:

a) formas corretas e locais adequados de aproximação, contato e imobilização;

b) maneiras de higienização pessoal e do ambiente;

c) precauções relativas a doenças transmissíveis.

36.16.4 Deve ser realizado treinamento na admissão com, no mínimo, quatro horas de duração.

36.16.4.1 Deve ser realizado treinamento periódico anual com carga horária de, no mínimo, duas horas.

36.16.5 Os trabalhadores devem receber instruções adicionais ao treinamento obrigatório referido no item anterior quando forem introduzidos novos métodos, equipamentos, mudanças no processo ou procedimentos que possam implicar em novos fatores de riscos ou alterações significativas.

36.16.6 A elaboração do conteúdo, a execução e a avaliação dos resultados dos treinamentos em SST devem contar com a participação de:

a) representante da empresa com conhecimento técnico sobre o processo produtivo;

b) integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, quando houver;

c) membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

d) médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

e) responsáveis pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

36.16.6.1 O empregador deve disponibilizar material contendo, no mínimo, o conteúdo dos principais tópicos abordados nos treinamentos aos trabalhadores e, quando solicitado, disponibilizar ao representante sindical.

36.16.6.1.1 A representação sindical pode encaminhar sugestões para melhorias dos treinamentos ministrados pelas empresas e tais sugestões devem ser analisadas.

36.16.7 As informações de SST devem ser disponibilizadas aos trabalhadores terceirizados.

ANEXO I - GLOSSÁRIO

1. Abate e processamento de carnes e derivados: abate de bovinos e suínos, aves, pescados e outras espécies animais, realizado para obtenção de carne e de seus derivados.

2. Derivados de produtos de origem animal: produtos e subprodutos, comestíveis ou não, elaborados no todo ou em parte.

3. Estabelecimentos de carnes e derivados - os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

a) Matadouro-frigorífico: estabelecimento dotado de instalações completas e equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, preparo e conservação das espécies de açougue sob variadas formas, com aproveitamento completo, racional e perfeito, de subprodutos não comestíveis; possui instalações de frio industrial.

b) Matadouro: estabelecimento dotado de instalações adequadas para a matança de quaisquer das espécies de açougue, visando o fornecimento de carne em natureza ao comércio interno, com ou sem dependências para industrialização; deve dispor obrigatoriamente, de instalações e aparelhagem para o aproveitamento completo e perfeito de todas as matérias-primas e preparo de subprodutos não comestíveis.

c) Matadouro de pequenos e médios animais - estabelecimento dotado de instalações para o abate e industrialização de: Suínos; Ovinos; Caprinos; Aves e Coelhos; Caça de pelo, dispondo de frio industrial.

d) Charqueada: estabelecimento que realiza matança com o objetivo principal de produzir charque, dispondo obrigatoriamente de instalações próprias para o aproveitamento integral e perfeito de todas as matérias-primas e preparo de subprodutos não comestíveis;

e) Fábrica de conservas: estabelecimento que industrialize a carne de variadas espécies de açougue, com ou sem sala de matança anexa, e em qualquer dos casos seja dotado de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o preparo de subprodutos não comestíveis.

f) Fábrica de produtos suínos: estabelecimento que disponha de sala de matança e demais dependências, industrialize animais da espécie suína e, em escala estritamente necessária aos seus trabalhos, animais de outras espécies; disponha de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada ao aproveitamento completo de subprodutos não comestíveis.

g) Fábrica de produtos gordurosos: os estabelecimentos destinados exclusivamente ao preparo de gorduras, excluída a manteiga, adicionadas ou não de matérias-primas de origem vegetal.

h) Entreposto de carnes e derivados: estabelecimento destinado ao recebimento, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frescas ou frigorificadas das diversas espécies de açougue e outros produtos animais, dispondo ou não de dependências anexas para a industrialização.

i) Fábricas de produtos não comestíveis: estabelecimento que manipula matérias primas e resíduos de animais de várias procedências, para preparo exclusivo de produtos não utilizados na alimentação humana.

j) Matadouro de aves e coelhos: estabelecimento dotado de instalações para o abate e industrialização de: Aves e caça de penas; Coelhos, dispondo de frio industrial.

k) Entreposto-frigorífico: estabelecimento destinado, principalmente, à estocagem de produtos de origem animal pelo emprego de frio industrial.

4. Carcaça:

a) Bovinos: animais abatidos, formados das massas musculares e ossos, desprovidos de cabeça, mocotós, cauda, couro, órgãos e vísceras torácicas e abdominais, tecnicamente preparados;

b) Suínos: animais abatidos, formados das massas musculares e ossos, desprovidos de mocotós, cauda, órgãos e vísceras torácicas e abdominais, tecnicamente preparados, podendo ou não incluir couro, cabeça e pés;

c) Aves: corpo inteiro do animal após insensibilização, ou não, sangria, depenagem e evisceração, onde papo, traqueia, esôfago, intestinos, cloaca, baço, órgãos reprodutores e pulmões tenham sido removidos. É facultativa a retirada dos rins, pés, pescoço e cabeça.

5. Corte: parte ou fração da carcaça, com limites previamente especificados, com osso ou sem osso, com pele ou sem pele, temperado ou não, sem mutilações e/ou dilacerações.

6. Recorte: parte ou fração de um corte.

7. Produtos gordurosos: são os que resultam do aproveitamento de tecidos animais, por fusão ou por outros processos aprovados.

8. Graxaria: seção destinada ao aproveitamento de matérias-primas gordurosas e de subprodutos não comestíveis. A graxaria compreende a seção de produtos gordurosos comestíveis; seção de produtos gordurosos não comestíveis; seção de subprodutos não comestíveis. Processam subprodutos e/ou resíduos dos abatedouros ou frigoríficos e de casas de comercialização de carnes (açougues), como sangue, ossos, cascos, chifres, gorduras, aparas de carne, animais ou suas partes condenadas pela inspeção sanitária e vísceras não comestíveis. Seus produtos principais são o sebo ou gordura animal (para a indústria de sabões/sabonetes, de rações animais e para a indústria química) e farinhas de carne e ossos (para rações animais). Há graxarias que também produzem sebo ou gordura e/ou o chamado adubo organo-mineral somente a partir de ossos. Podem ser anexas aos abatedouros e frigoríficos ou unidades de negócio independentes.

9. BPF - Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos que processam produtos de origem animal: são procedimentos necessários para obtenção de alimentos inócuos, saudáveis e sãos.

10. Ambientes climatizados: espaços fisicamente determinados e caracterizados por dimensões e instalações próprias, submetidos ao processo de climatização, através de equipamentos.

11. Aerodispersóides: sistema disperso, em um meio gasoso, composto de partículas sólidas e/ou líquidas. O mesmo que aerosol ou aerossol.

12. Ar de renovação: ar externo que é introduzido no ambiente climatizado.

13. Ar condicionado: processo de tratamento do ar, destinado a manter os requisitos de qualidade do ar interior do espaço condicionado, controlando variáveis, como a temperatura, umidade, velocidade, material particulado, partículas biológicas e teor de dióxido de carbono (CO2).

14. Avaliação de riscos: processo geral, abrangente e amplo de identificação, análise e valoração, para definir ações de controle e monitoração.

15. Características psicofisiológicas: englobam o que constitui o caráter distintivo, particular de uma pessoa, incluindo suas capacidades sensitivas, motoras, psíquicas e cognitivas, destacando, entre outras, questões relativas aos reflexos, à postura, ao equilíbrio, à coordenação motora e aos mecanismos de execução dos movimentos que variam intra e inter indivíduos. Inclui, no mínimo, o conhecimento antropológico, psicológico, fisiológico relativo ao ser humano. Englobam, ainda, temas como níveis de vigilância, sono, motivação e emoção; memória e aprendizagem.

16. Climatização: conjunto de processos empregados para se obter por meio de equipamentos em recintos fechados, condições específicas de conforto e boa qualidade do ar, adequadas ao bem-estar dos ocupantes.

17. Continente: também chamado de contentor, é todo o material que envolve ou acondiciona o alimento, total ou parcialmente, para comércio e distribuição como unidade isolada.

18. COV's: compostos orgânicos voláteis, responsáveis por odores desagradáveis (existentes principalmente nas graxarias).

19. Demanda ergonômica: observação do contexto geral do processo produtivo da empresa e a evidência de seus disfuncionamentos, não devendo se restringir apenas a dores, sofrimento e doenças.

20. Desinfecção: é a redução por intermédio de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de micro organismos no prédio, instalações, maquinaria, utensílios, ao nível que impeça a contaminação do alimento que se elabora.

21. Equipamentos: maquinaria e demais utensílios utilizados nos estabelecimentos.

22. Padrão Referencial de Qualidade do Ar Interior: marcador qualitativo e quantitativo de qualidade do ar ambiental interior, utilizado como sentinela para determinar a necessidade da busca das fontes poluentes ou das intervenções ambientais.

23. Qualidade do Ar Ambiental Interior: Condição do ar ambiental de interior, resultante do processo de ocupação de um ambiente fechado com ou sem climatização artificial.

24. Resfriamento: processo de refrigeração e manutenção da temperatura entre 0ºC (zero grau centígrado) e 4ºC (quatro graus centígrados positivos) dos produtos (carcaças, cortes ou recortes, miúdos e/ou derivados), com tolerância de 1ºC (um grau centígrado) medidos no interior dos mesmos.

25. Risco: possibilidade ou chance de ocorrerem danos à saúde ou integridade física dos trabalhadores, devendo ser identificado em relação aos eventos ou exposições possíveis e suas consequências potenciais.

26. Serviço de Inspeção Sanitária: serviço de inspeção federal (SIF), estadual e municipal.

27. Subprodutos e/ou resíduos: couros, sangue, ossos, gorduras, aparas de carne, tripas, animais ou suas partes condenadas pela inspeção sanitária, etc. que devem passar por processamentos específicos.

28. Triparia: departamento destinado à manipulação, limpeza e preparo para melhor apresentação ou subsequente tratamento dos órgãos e vísceras retiradas dos animais abatidos. São considerados produtos de triparia as cabeças, miolos, línguas, mocotós, esôfagos e todas as vísceras e órgãos, torácicos e abdominais, não rejeitados pela Inspeção Federal.

29. Valor Máximo Recomendável: Valor limite recomendável que separa as condições de ausência e de presença do risco de agressão à saúde humana.

30. Valoração dos riscos: a valoração do risco refere-se ao processo de comparar a magnitude ou nível do risco em relação a critérios previamente definidos para estabelecer prioridades e fundamentar decisões sobre o controle/tratamento do risco.

31. Agentes Biológicos: Para fins de aplicação desta norma, consideram-se agentes biológicos prejudiciais aqueles que pela sua natureza ou intensidade são capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores.

32. Boa qualidade do ar interno: conjunto de propriedades físicas, químicas e biológicas do ar que não apresentem agravos à saúde humana.

33. Isolamento térmico: Propriedade de um material, usado na vestimenta, de reduzir as trocas térmicas entre o corpo e o ambiente. No caso dos ambientes frios, de reduzir a perda de calor. A eficácia do isolamento da vestimenta depende das propriedades isolantes do tecido e da adaptação às diferentes partes do corpo.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 367, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de criação do Anexo III da NR-16.

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e no art. 4º da Portaria MTE n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Disponibilizar para consulta pública o texto técnico básico para criação do Anexo III da Norma Regulamentadora n.º 16 (Atividades e Operações Perigosas), referente à regulamentação do inciso II do Artigo 193 da CLT, com redação dada pela Lei n.º 12.740/2012, disponível no sitio: http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm.

Art. 2º Fixar o prazo de sessenta dias, após a publicação deste ato, para o recebimento de sugestões ao texto, que deverão ser encaminhadas para o e-mail: normatizacao.sit@mte.gov.br ou via correio para o endereço: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Coordenação-Geral de Normatização e Programas (Esplanada dos Ministérios - Bloco "F" - Anexo "B" - 1º Andar - Sala 107 - CEP 70059-900 - Brasília/DF).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FELIPE BRANDÃO DE MELLO

PORTARIA Nº 368, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de revisão da Norma Regulamentadora n.º 13.

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e no art. 4º da Portaria MTE n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Disponibilizar para consulta pública o texto técnico básico para revisão da Norma Regulamentadora n.º 13 (Caldeiras e Vasos de Pressão), disponível no sitio: http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm.

Art. 2º Fixar o prazo de sessenta dias, após a publicação deste ato, para o recebimento de sugestões ao texto, que deverão ser encaminhadas para o e-mail: normatizacao.sit@mte.gov.br ou via correio para o endereço: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Coordenação-Geral de Normatização e Programas (Esplanada dos Ministérios - Bloco "F" - Anexo "B" - 1º Andar - Sala 107 - CEP 70059-900 - Brasília/DF).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FELIPE BRANDÃO DE MELLO

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 18 de abril de 2013

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	.A.I	EMPRESA	UF
1	46290.000953/2006-54	010317406	Silver Drogaria Ltda.	GO
2	47747.000152/2002-12	007198621	Elmo Calçados S.A.	MG
3	46248.002771/2008-03	014796201	Satipel Florestal Ltda.	MG
4	46248.002772/2008-40	014796210	Satipel Florestal Ltda.	MG
5	46248.002773/2008-94	014796228	Satipel Florestal Ltda.	MG
6	46248.002774/2008-39	014796236	Satipel Florestal Ltda.	MG
7	46248.002775/2008-83	014796244	Satipel Florestal Ltda.	MG
8	46215.053283/2004-18	011452153	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	RJ
9	46217.002757/2010-83	018331505	R & MR Construções e Locação de Mão de Obra Ltda.	RN
10	46217.002928/200-74	018331106	Tecidos Líder Indústria e Comércio Ltda.	RN
11	46260.002909/2009-89	013617184	Banco Santander (Brasil) S,A,	SP
12	46473.004328/2007-14	008433194	Banco Santander (Brasil) S.A (nova denominação de Banco Santander Banespa S.A.)	SP
13	46219.011229/2011-86	019808488	Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris	SP
14	46473.007183/2011-90	023903791	Instituto de Especialidades Pediátricas de São Paulo S.A.	SP
15	46219.011670/2011-68	019796625	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.	SP
16	46219.002519/2011-39	019785992	Lavrita Engenharia Consultoria e Equipamentos Industriais Ltda.	SP
17	46472.011244/2009-17	015920917	Novex Ltda.	SP
18	46473.002107/2011-98	023991038	Recoma Construções, Comércio e Indústria Ltda.	SP
19	46377.000247/2008-14	015796876	SASIP - Associação dos Proprietários do Iporanga	SP
20	46472.005978/2005-25	012018031	Sell Imóveis S/C Ltda.	SP
21	46473.007933/2011-23	021425477	Serpal Engenharia e Construções Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	Notificação de Débito do FGTS	EMPRESA	UF
1	46230.002936/2005-85	505.541.378	ISJB - Colégio Salesiano da Região Oceânica	RJ
2	46218.002291/2007-19	505.311.941	Mundial S.A. Produtos de Consumo	RS

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46208.003688/2011-15	020384629	Chimango & Dias Ltda.	GO
2	46208.003802/2011-15	020372965	Embrag - Empresa Brasileira de Serviços Gerais Ltda.	GO
3	46208.003311/2011-66	020382090	Pneus Via Nobre Ltda.	GO
4	46208.003848/2011-26	020388713	Supermercado Santa Maria da Vitoria Ltda.	GO
5	46215.029013/2005-69	011596511	Companhia Açucareira Usina Barcelos	RJ
6	46230.002932/2005-05	011524073	ISJB - Colégio Salesiano da Região Oceânica	RJ
7	46871.000360/2005-76	005704189	S.A.A.E. - Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto	RJ
8	46228.003581/2011-39	022959513	Unimed de Campos Cooperativa de Trabalho Médico	RJ
9	46228.003583/2011-28	022966951	Unimed de Campos Cooperativa de Trabalho Médico	RJ
10	46617.009523/2011-35	023653523	Construtora Bannura & Civeira Ltda.	RS
11	46617.009530/2011-37	023654260	Construtora Bannura & Civeira Ltda.	RS

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46240.000841/2010-75	024040320	Restaurante Matos & Braga Ltda.	MG
2	47533.004189/2009-00	019740476	Indústrias Químicas Carbomafra S.A.	PR

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1 - Incidência da prescrição prevista §1º do art. 1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	4631000014/2008-96	7694121	Agripec Química e Farmacêutica S/A	CE
2	46310000081/2008-19	7694181	Arcelormittal Brasil S/A	CE
3	46310000299/2008-65	7788991	Assoc Prot Mat Inf Joaquim Fernandes Colares	CE
4	4631000367/2007-13	7694059	C E L Ind de Plásticos Ltda	CE
5	4631000366/2007-61	7694041	C E L Ind de Plásticos Ltda	CE
6	46310000015/2009-11	7691211	Centro de Form de Cond Auto Escola Maracanau	CE
7	4631000087/2008-88	7694237	Cooercon - Coop de Const Civil do Estado do CE	CE
8	46310000179/2009-49	7694709	Dedetizadora Carvalho Ltda	CE
9	46310000294/2008-32	7788975	DSD Matos Medicamentos ME	CE
10	46310000178/2009-02	7694717	E. Pacelli S. Fontes	CE
11	46310000069/2008-04	7725591	Ecol Empresa de Consultoria Ltda	CE
12	46310000297/2008-76	10087087	Empresa São Luiz de Cinemas Ltda	CE
13	46310000298/2008-11	10087079	Empresa São Luiz de Cinemas Ltda	CE
14	46310000385/2008-78	7691203	Finivest - Negócios de Varejo Ltda	CE
15	46310000001/2009-06	7738714	Francisca Jaqueline de Lima Câmara	CE
16	46310000192/2009-06	7694733	Francisca Jaqueline de Lima Câmara	CE
17	46310000224/2008-84	10087028	Franscisco José dos Santos Carvalho	CE
18	46310000234/2008-10	10087044	Gilvan Saldanha Lima Me	CE
19	46310000495/2008-30	7694369	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
20	46310000493/2008-41	7694377	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
21	46310000494/2008-95	7694385	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
22	46310000190/2009-17	7694407	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
23	46310000336/2008-35	17479843	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
24	46310000333/2008-00	17479801	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
25	46310000332/2008-57	17479819	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
26	46310000330/2008-68	17479827	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
27	46310000492/2008-04	7694393	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
28	46310000331/2008-11	17479835	INAPI - Ind Nac de Acess P/ Irrigação S/A	CE
29	46310000209/2009-17	7694415	Ind Eletricas Elite S/A	CE
30	46310000383/2008-89	7694555	João Fernandes Silva Souza	CE
31	4631000227/2008-18	10087036	José Maria Pires EPP	CE
32	46310000162/2009-91	7694687	JRT Com de Bebidas Ltda	CE
33	4631000067/2008-15	7725582	Lara Engenharia Ltda	CE
34	4631000053/2008-93	7694148	Lepel Nordeste Confecções Ltda	CE
35	46310000066/2008-62	7738633	Mercantil Cicero Bertoldo	CE
36	46310000219/2008-71	17479304	Monte Neto Comercial de Alimentos Ltda	CE
37	46310000261/2008-92	7694334	Nordeste Ind Derivados Animais Ltda	CE
38	46310000339/2008-79	7693231	Panishopping I ND e Com Ltda	CE
39	46310000228/2008-62	7694326	Premazon Premoldados de Concretos Ltda	CE
40	46310000140/2008-41	7694008	Soc Hospitalar São Francisco de Canindé	CE
41	46310000349/2008-12	7738668	Vertentes Const Transp e Com Ltda	CE
42	46215464736/2009-34	15279928	Aldebara Com de Produtos Esotericos Ltda	RJ
43	46215036153/2008-36	15193438	Avalon Center Computadores Ltda	RJ
44	46215044252/2008-91	11529504	Certa Auditoria e Contabilidade Ltda	RJ
45	46215043219/2008-44	15216616	Drogaria Central do Meier Ltda	RJ
46	46215457958/2009-09	15266231	Eliose Com de Materiais de Const Ltda	RJ
47	46215457957/2009-56	15266249	Elipse Com de Mat de Const Ltda	RJ
48	46215044404/2008-56	15172431	Inset Net Controle de Vetores e Hig Ltda	RJ
49	46215047536/2006-78	13970160	Luminárias Kei Ind e Com Ltda	RJ
50	46215470247/2009-11	19402813	Mercadinho Carmozinda Ltda	RJ
51	46215011541/2008-12	15131106	Requinte de Pilares Grafica Ltda	RJ
52	46215019464/2008-31	15133117	Seatrans Ag Maritima Transp e Terminais Ltda	RJ
53	46215023712/2008-48	15157491	Seleserv Assessoria e Rec Humanos Ltda	RJ
54	46215003031/2009-44	19419082	Sercom Serv Especializados em Pintura Ltda	RJ
55	46215003030/2009-08	19419074	Sercom Serv Especializados Em Pintura Ltda	RJ
56	46215013503/2005-43	11533587	Silmar Lucio Asses e Festas Ltda	RJ
57	46215013499/2005-13	11533536	Silmar Lucio Asses e Festas Ltda	RJ
58	46215013498/2005-79	11533595	Silmar Lucio Asses e Festas Ltda	RJ
59	46215013497/2005-24	11533561	Silmar Lucio Asses e Festas Ltda	RJ
60	46215009888/2005-44	11505371	Supermercado Mundial Ltda	RJ

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu não conhecer do recurso de interdição, por ausência de admissibilidade.

UF	PROCESSO	EMPRESA	UF
01	46202.006673/2013-21	Fabril Romana Ltda.	AM

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 16 de abril de 2013

Revogação da Anotação

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na Nota Técnica Nº. 348/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve: Tornar sem efeito a determinação de "ANOTAÇÃO" na esfera de representação do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul/RS - SINDIMERCOSUL, CNPJ: 88.239.199/0001-56 publicada no Diário Oficial da União - DOU de 18/05/2011, Seção I, Pág. 113, Nº. 94, fundamentada na Nota Técnica RAE nº. 48/2011/CGRS/SRT. Dessa forma, por via de conseqüência, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul/RS - SINDIMERCOSUL, CNPJ: 88.239.199/0001-56 voltará a ter a representação obtida por meio do processo administrativo nº. 46010.003649/93-64, ou seja, representante da Categoria Profissional dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul/RS.

Em 17 de abril de 2013

Pedido de registro sindical

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326/2013 republicada no DOU em 11 de março de 2013

Processo	46000.009105/96-22
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ponte Preta - RS
CNPJ	07.887.039/0001-11
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Ponte Preta-RS
Categoria Profissional	Servidores Públicos Municipais

Processo	46214.000121/2011-16
Entidade	Sindicato dos Mototaxistas de São Raimundo Nonato - SINDIMOTO.
CNPJ	02.971.044/0001-94
Abrangência	Municipal
Base Territorial	São Raimundo Nonato-PI
Categoria Profissional	Mototaxistas

Processo	47516.000015/2008-97
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de São José do Cedro e Região - SINDI-SJCR.
CNPJ	01.638.300/0001-63
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	São José do Cedro, Anchieta, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Palma Sola, Princesa e Romelândia-SC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Categoria Profissional	Todos os trabalhadores do Serviço Público Municipal da Administração Direta e Indireta, da Câmara de Vereadores, das Fundações, das Autarquias, das Empresas Paraestatais e das Empresas de Economia Mista.

Processo	46224.004615/2010-61
Entidade	Sindicato dos Nutricionistas no Estado da Paraíba
CNPJ	11.305.371/0001-06
Abrangência	Estadual
Base Territorial	João Pessoa/PB
Categoria Profissional	Categoria regulamentada pela lei nº 8234/91, os nutricionistas de nível superior das cidades do Estado da Paraíba.

Pedido de alteração estatutária

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326/2013 republicada no DOU em 11 de março de 2013

Processo	46218.018080/2010-95
Entidade	Sindicato do Comércio varejista de Alegrete - SINDILOJAS ALEGRETE
CNPJ	91.550.707/0001-27
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Alegrete e Manoel Viana-RS

Categoria Econômica: Comércio Varejista. Estão excepcionadas da representação do sindicato as categorias econômicas: comércio varejista de gêneros alimentícios; comércio varejista de veículos; comércio varejista de peças e acessórios para veículos; comércio de vendedores ambulante; comércio varejista dos feirantes; estabelecimentos de serviços funerários; comércio varejista de material ótico; fotográfico e cinematográfico; comércio varejista de produtos farmacêuticos; empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos; comércio varejista de derivados de petróleo; empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo e transportador-revendedor-retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene.

Em 18 de abril de 2013

Registro de Alteração Estatutária

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, de 11 de março de 2013, na Nota Técnica Nº.354/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR as impugnações n° 46000.023785/2008-55, 46000.023786/2008-08, 46000.023787/2008-44, 46000.023788/2008-99, 46000.023790/2008-68, 46000.023791/2008-11, 46000.023792/2008-57, 46000.023798/2008-24, 46000.023799/2008-79, 46000.023800/2008-65; 46000.023802/2008-54, 46000.023803/2008-07, 46000.023804/2008-43, 46000.023805/2008-98, 46000.023807/2008-87, 46000.023808/2008-21, 46000.023809/2008-76, 46000.023810/2008-09 e 46000.023811/2008-45, nos termos do art. 18, inciso III da Portaria 326/2013; e DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Recauchutadoras, Pneumáticos, Látex, Beneficiamento de Borracha e Seringueiros de São José do Rio Preto e Região/SP, processo n° 46000.001123/2008-24, CNPJ 00.860.557/0001-00, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores nas indústrias de artefatos de borracha, acabamentos, recauchutadoras, pneumáticos, látex, beneficiamento de borracha natural e látex, embalagem de peças de borracha e látex, vulcanização, vedações com borracha, adesivação com borracha, revestimento com borracha, extração de látex e trabalhadores seringueiros, com abrangência intermunicipal, na base territorial nos municípios de Adolfo, Altair, Alto Alegre, Álvares Florence, Américo de Campos, Aparecida d'Oeste, Araçatuba, Aspásia, Auriflama, Avanhandava, Bady Bassitt, Balbinos, Bálsamo, Barbosa, Barretos, Bebedouro, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Cafelândia, Cajobi, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Clementina, Colina, Colômbia, Coroados, Cosmorama, Dirce Reis, Dolcinópolis, Elisiário, Embaúba, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaimbê, Guaíra, Guapiaçu, Guaraci, Guarani d'Oeste, Guarantã, Guararapes, Guzolândia, Ibirá, Icém, Ilha Solteira, Indiaporã, Ipiguá, Irapuã, Itajobi, Itapura, Jaborandi, Jaci, Jales, José Bonifácio, Júlio Mesquita, Lins, Lourdes, Luiziânia, Macaubal, Macedônia, Magda, Marapoama, Marinópolis, Mendonça, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Granada, Nova Luzitânia, Novais, Novo Horizonte, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Ouroeste, Palestina, Palmares Paulista, Palmeira d'Oeste, Paraíso, Paranapuã, Parisi, Paulo de Faria, Pedranópolis, Penápolis, Pereira Barreto, Piacatu, Pindorama, Pirajuí, Planalto, Poloni, Pongaí, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Potirendaba, Promissão, Queiroz, Reginópolis, Riolândia, Rubiácea, Rubinéia, Sabino, Sales, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapeí, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, São José do Rio Preto, Sebastianópolis do Sul, Severínia, Sud Mennucci, Suzanápolis, Tabapuã, Tanabi, Terra Roxa, Três Fronteiras, Turiúba, Turrmalina, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urânia, Uru, Urupês, Valentim Gentil, Valparaíso, Viradouro, Vitória Brasil, Votuporanga e Zacarias, no estado de São Paulo. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolvo excluir da representação dos sindicatos abaixo: a) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Ribeirão Preto e Região -SP, CNPJ: 07.033.600/0001-03, Processo: 46000.017962/2004-31 a Categoria dos trabalhadores na extração de borracha na base territorial dos Municípios de Adolfo, Altair, Bady Bassitt, Bálsamo, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Catanduva, Catiguá, Cedral, Colina, Colômbia, Embaúba, Guaíra, Guaraci, Ibirá, Icém, Jaborandi, Jaci, José Bonifácio, Mirassol, Mirassolândia, Monte Azul Paulista, Neves Paulista, Nova Aliança, Nova Granada, Novo Horizonte, Olímpia, Onda Verde, Palestina, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, São José do Rio Preto, Severínia, Tabapuã, Terra Roxa, Uchoa, Urupês, Viradouro no Estado de São Paulo; b) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha de Cotia e Região São Paulo, Processo: 24000.001592/92-82 CNPJ: não informado, a Categoria dos trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha na base territorial dos Municípios de Adolfo, Altair, Alto Alegre, Álvares Florence, Américo de Campos, Aparecida d'Oeste, Araçatuba, Aspásia, Auriflama, Avanhandava, Bady Bassitt, Balbinos, Bálsamo, Barbosa, Barretos, Bebedouro, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Cafelândia, Cajobi, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Clementina, Colina, Colômbia, Coroados, Cosmorama, Dirce Reis, Dolcinópolis, Elisiário, Embaúba, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaimbê, Guaíra, Guapiaçu, Guaraci, Guarani d'Oeste, Guarantã, Guararapes, Guzolândia, Ibirá, Icém, Ilha Solteira, Indiaporã, Ipiguá, Irapuã, Itajobi, Itapura, Jaci, Jales, José Bonifácio, Júlio Mesquita, Lins, Lourdes, Luiziânia, Macaubal, Macedônia, Magda, Marapoama, Marinópolis, Mendonça, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Granada, Nova Luzitânia, Novais, Novo Horizonte, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Ouroeste, Palestina, Palmares Paulista, Palmeira d'Oeste, Paraíso, Paranapuã, Parisi, Paulo de Faria, Pedranópolis, Penápolis, Pereira Barreto, Piacatu, Pindorama, Pirajuí, Planalto, Poloni, Pongaí, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Potirendaba, Promissão, Queiroz, Reginópolis, Riolândia, Rubiácea, Rubinéia, Sabino, Sales, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapeí, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, São José do Rio Preto, Sebastianópolis do Sul, Severínia, Sud Mennucci, Suzanápolis, Tabapuã, Tanabi, Terra Roxa, Três Fronteiras, Turiúba, Turrmalina, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urânia, Uru, Urupês, Valentim Gentil, Valparaíso, Viradouro, Vitória Brasil, Votuporanga e Zacarias no Estado de São Paulo, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013

Deferimento de Registro de Alteração Estatutária

Com fulcro na decisão liminar exarada nos autos do Processo 0000413-95.2013.5.10.0020, referente ao Mandado de Segurança c/c Pedido de Antecipação de Tutela, em trâmite perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, na Portaria n.º 326 de 1 de março de 2013 e em face da Nota Técnica nº 86/2013/AIP/SRT/MTE e Pedido protocolado sob o Processo Administrativo n.º 46000.005490/2007-16, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, resolve DEFERIR O REGISTRO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região - SINDESC, CNPJ n.º 76.684.067/0001-54, para representar a Categoria Patronal dos Profissionais de enfermagem, ou seja, enfermeiros, técnicos, auxiliares, atendentes, assistentes sociais, duchistas, massagistas, tosos os empregados em serviços de nível médio, elementar e administrativo em hospitais, casa de saúde, consultórios médicos e odontológicos, clínicas, ambulatórios e demais estabelecimentos de serviços de saúde. Abrange todos os profissionais de qualquer nível de escolaridade médio e fundamental, que trabalhem ou prestem serviços em estabelecimentos de serviços de saúde, inclusive os auxiliares técnicos de serviços de paramédicos, tais como técnicos e demais trabalhadores em laboratórios, raio X, radioterapia, cobaltoterapia, eletroencefalografia, eletrocardilogia,, hemoterapia e similares, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e atendentes de enfermagem ou serviços médicos burocratas e todos os demais trabalhadores empregados em hospitais, casa de saúde, empresas de medicina de grupo, em unidades móveis de serviços de emergência, consultórios médicos de saúde, e odontológicos, entidades beneficentes, casa de repouso, clínicas veterinárias, cooperativas de saúde e cooperativas de serviços médicos,cooperativas de odontologia, em empresas terceirizadas que prestam serviços aos estabelecimentos de serviços de saúde anteriormente mencionados, consórcios de saúde, organizações sociais e demais estabelecimentos de saúde, inclusive os mantidos, direta ou indiretamente, pelo poder público, com abrangência intermunicipal, na base territorial do Estado do Paraná, nos municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA N° 35, DE 8 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, e

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 006/2013, de 08/04/2013, anexa ao processo n.º 46.206.002396/2013-47, referente ao Plano de Cargos e Salários do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 006/2013, anexa ao processo n.º 46206.002396/2013-47.

Art. 2° - Tornar sem efeito a Portaria n° 35, de 08 de abril de 2013, publicada no DOU seção I, folha 52 do dia 17 de abril de 2013.

Art. 3° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MAURÍCIO ALVES DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 255, DE 18 DE MARÇO DE 2013.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo capítulo IV, art. 31, Inciso I do Anexo II do Regimento Interno aprovado pela PT/GM/MTE/Nº 153, de 12/02/2009, publicada no D.O.U. de 13/02/2009,

CONSIDERANDO que de conformidade com o disposto no artigo 161 da CLT, incumbe-lhe a faculdade de interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento e embargar obra e frente de trabalho, com base em laudo técnico que demonstre grave e iminente risco para a saúde ou segurança dos trabalhadores, no ambiente de trabalho, condições que deve ser neutralizada, uma vez constatada pelo Auditor-Fiscal do Trabalho e pelo Agente de Higiene e Segurança do Trabalho;

CONSIDERANDO que a intervenção rápida e eficaz sobre os fatores de risco pode impedir a ocorrência de infortúnios, com conseqüências grave e danos irreparáveis aos trabalhadores;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 18, incisos XI e XIII e 31, iniciso VI do Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002, que aprovou o Regulamento da Inspeção do Trabalho; resolve:

Art. 1º - Autorizar os Auditores-Fiscais do Trabalho e os Agentes de Higiene e Segurança do Trabalho lotados na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina, quando no exercício de suas funções e na ocorrência da constatação de grave e iminente risco para a saúde e segurança do trabalhador, que promovam, em nome do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego e "ad referendum" deste, o Embargo ou Interdição a que se refere o artigo 161 da CLT e as Normas regulamentadoras (NR) nº 03 e nº 28, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 3.2214/78;

Art. 2º - O autor da interdição ou embargo lavrará o laudo técnico/termo de Interdição e/ou Embargo, no qual dará ciência ao empregador das medidas a serem adotadas para a eliminação das condições de grave e iminente risco que determinaram a paralisação das atividades, entregando-lhe uma via para seu fiel cumprimento;

Art. 3º No prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o termo de interdição, ou o de embargo, acompanhado do laudo técnico respectivo, deverá ser apresentado ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, através da Chefia de Segurança e Saúde no Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo primeiro. Nas unidades descentralizadas (Gerências e Agências Regionais) o encaminhamento supra se dará por intermédio da chefia imediata a quem deverá ser entregue o termo de interdição/embargo, acompanhado do respectivo laudo técnico.

Parágrafo segundo: Quando na localidade não houver unidade descentralizada do MTE, impossibilitando a entrega, em tempo hábil do Termo e do Laudo de Interdição/Embargo, o Gabinete do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego deverá ser informado por outros meios de comunicação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 4º Os Auditores-Fiscais do Trabalho e os Agentes de Higiene e Segurança do Trabalho de que trata esta Portaria ficam, ainda, autorizados a levantar a interdição ou o embargo, desde que eliminadas por completo as condições de risco, através de verificação in loco, "ad referendum" do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único: A todo levantamento de interdição e a todo desembargo, precederá, sempre, o laudo técnico correspondente, que tramitará nos moldes do disposto no artigo 3º;

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria GD/DRT/SC/nº 27, de 20.04.2007, publicada no D.O.U. de 26.04.2007.

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 54, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos n.º 46257.001463/2013-19 e conceder autorização à empresa: ENGRECON S.A., inscrita no CPNJ sob o nº 60.554.219/0001-64, situada a Estrada dos Romeiros, nº 42.501, Bairro Campo da Vila, Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta na convenção coletiva de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de março de 2015 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é de 30 minutos conforme fls. 07 e 08 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

CARLOS FREDERICO ZIMMERMANN NETO

PORTARIA Nº 55, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos n.º 46266.000732/2013-11 e conceder autorização à empresa: FÁBRICA DE GRAMPOS AÇO LTDA, inscrita no CPNJ sob o nº 60.837.887/0001-07, situada a Rua Quatro, nº 184, Bairro Bonsucesso, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 30 de novembro de 2014 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 05 e 05v do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

CARLOS FREDERICO ZIMMERMANN NETO

PORTARIA Nº 56, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos n.º 46263.000726/2013-85 e conceder autorização à empresa: ITAESBRA INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA, inscrita no CPNJ sob o nº 61.381.323/0001-67, situada a Estrada Particular Sadae Takagi, nº 255, Bairro Cooperativa, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 07 de maio de 2015 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 58 e 59 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

CARLOS FREDERICO ZIMMERMANN NETO

PORTARIA Nº 57, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos n.º 46263.000725/2013-31 e conceder autorização à empresa: ITAESBRA INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA, inscrita no CPNJ sob o nº 61.381.323/0002-48, situada a Av. Piraporinha, nº 1210, Bairro Vila Nogueira, Município de Diadema, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 07 de maio de 2015 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 100 e 101 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

CARLOS FREDERICO ZIMMERMANN NETO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

DELIBERAÇÃO Nº 75, DE 17 DE ABRIL DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 013, de 17 de abril de 2013 e no que consta dos autos do Processo nº 50500.109258/2012-50, delibera:

Art. 1º Pela aprovação da celebração do Termo de Cooperação Técnica que pretendem firmar entre si a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que tem por objeto a elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental dos trechos ferroviários Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Santarém - EVTEA.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 336, DE 17 DE ABRIL DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50000.018913/2000-69, resolve:

Art. 1º Deferir parcialmente o requerimento da empresa Brasil Sul Linhas Rodoviárias Ltda. para implantação das seções - De Londrina (PR) para Itapema (SC) e Osório (RS); de Ponta Grossa (PR) para Osório (RS), no serviço Londrina (PR) - Porto Alegre (RS), prefixo nº 09-0640-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 337, DE 17 DE ABRIL DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.124546/2012-34, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Viação Garcia Ltda. de implantação de seção no serviço Maringá (PR) - São Paulo (SP), prefixo 09-0470-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 338, DE 17 DE ABRIL DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.124527/2012-16, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Viação Ouro Branco S.A. de implantação de seções no serviço Assaí (PR) - São Paulo (SP), prefixo 09-0430-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 339, DE 17 DE ABRIL DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50000.010799/93-84, resolve:

Art. 1º Deferir parcialmente o requerimento da empresa Viação São Luiz Ltda. para implantação das seções - De Cuiabá (MT), Jaciara (MT), Rondonópolis (MT), Pedra Preta (MT), Alto Garças (MT), Alto Taquari (MT), Ilha Solteira (MT) para Chapadão do Sul (MS); de: Jaciara (MT) e Selvíria (MS) para Andradina (SP), Mirandópolis (SP) e Araçatuba (SP), no serviço Cuiabá (MT) - Araçatuba (SP), prefixo nº 11-0747-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

DELIBERAÇÃO Nº 44, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013 que altera a Deliberação nº 158/10, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.108677/2012-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a Construtora Santa Izabel Ltda a implantar 01 (uma) travessia subterrânea de tubulação para galeria pluvial sob o km 395+220 da malha arrendada à MRS Logística S.A., no município de São José dos Campos/SP.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 8.620,35 (oito mil seiscentos e vinte reais e trinta e cinco centavos), pela travessia. As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 29, DE 10 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013 que altera a Deliberação nº 158/10, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.016512/2013-58, resolve:

Art. 1º Autorizar o Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro - DAAE a implantar 01 (uma) travessia superior de adutora de água sobre o km 134+656 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP, no município de Rio Claro/SP.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra por parte da Concessionária e ART do profissional responsável pela execução da obra, por parte dos respectivos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais). As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 35, DE 10 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013 que altera a Deliberação nº 158/10, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.089699/2012-28, resolve:

Art. 1º Autorizar a EMBRATEL a implantar 01 (uma) travessia subterrânea de fibra óptica sob o km 550+134 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Sul S.A. - ALLMS, no município de Assis/SP.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra por parte da Concessionária, junto ao respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinqüenta reais), pela travessia. As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 39, DE 11 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013 que altera a Deliberação nº 158/10, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.062154/2012-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS a implantar 01 (uma) travessia subterrânea de tubulação de gás natural sob o km 121+976 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP, no município de Cordeirópolis/SP.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão dos seguintes documentos:

i. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra por parte da Concessionária, por parte do respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA; e

ii. Licenças e homologações necessárias a serem emitidas pelos órgãos competentes, devidamente validadas.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais). As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 42, DE 11 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013 que altera a Deliberação nº 158/10, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.119925/2012-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - SANESUL a implantar 01 (uma) travessia subterrânea de adutora de água no km 065+520 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Oeste S.A. - ALLMO, no município de Sidrolândia/MS.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra por parte da Concessionária e ART do profissional responsável pela execução da obra, por parte dos respectivos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais). As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 45, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013, que altera a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.125768/2012-74 resolve:

Art. 1º Autorizar a Ferrovia Centro Atlântica - FCA, na qualidade de terceiro interessado, a realizar a Implantação de duas linhas no Pátio de Areais, Desvios, na área concedida à MRS, entre o Km 14+748m e o Km 16+567m, Cubatão/SP.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização por parte da concessionária com o respectivo comprovante de pagamento.

Art. 2º As obras serão realizadas em caráter não oneroso tendo em vista o interesse público do projeto, bem como em razão da incorporação dos investimentos a serem realizados pela interessada ao patrimônio público.

Art. 3º Com a declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do Contrato formalizado com o Terceiro Interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar do início e conclusão das obras.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 46, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013 que altera a Deliberação nº 158/10, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.000594/2013-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN a implantar 01 (uma) travessia subterrânea de tubulação de esgoto sob o km 010+300 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Sul S.A. - ALLMS, no município de Esteio/RS.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra por parte da Concessionária e ART do profissional do responsável pela execução da obra, por parte dos respectivos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais). As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 47, DE 17 DE ABRIL DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 038 de 22/02/2013 que altera a Deliberação nº 158/10, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.114438/2012-53, resolve:

Art. 1º Autorizar a Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel a implantar 01 (uma) ocupação longitudinal subterrânea dentro da faixa de domínio ferroviária do km 427+700 ao km 435+700 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Sul S.A. - ALLMS, no município de Pelotas/RS.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra por parte da Concessionária, junto ao respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais). As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 66, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 127 e artigo 129, inciso III e VI da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII, artigo 8º e artigo 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores"

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000119.2012.01.006/0-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa THEODORO DE FREITAS & CIA LTDA. - ME. (SABORANO), inscrita no CNPJ sob o número 04.676.313/0001-15, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprindo de normas trabalhistas relacionadas aos atributos "condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho" e "anotação e registro em CTPS";

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que o Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses - Divisão de Fiscalização de Vigilância Sanitária em Niterói ainda não deu atendimento ao OFÍCIO PRT 1ª REGIÃO/PTM NITERÓI 602/ nº 2268/2013, de fls. 56, expedido em cumprimento ao Despacho de fls. 55 e verso, solicitando informações complementares acerca do Termo de Intimação nº 109822 e do Termo de Intimação nº 109823, inclusive quanto à correção das irregularidades encontradas durante a vistoria empreendida no local denunciado onde funciona a empresa THEODORO DE FREITAS & CIA LTDA. - ME. (SABORANO), inscrita no CNPJ sob o número 04.676.313/0001-15, com remessa do respectivo RELATÓRIO CONCLUSIVO, bem como demais documentos comprobatórios da regularidade da situação denunciada por parte da investigada, se houver;

CONSIDERANDO que no caso tratado nos presentes autos há necessidade de continuação e aprofundamento das investigações pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para apuração mais pormenorizada dos atos ilegítimos e irregulares denunciados por ofensa ao ordenamento jurídico pátrio, resolve:

Com espeque no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar nº 75/93 e no artigo 9º da Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000119.2012.01.006/0-602 em face da empresa THEODORO DE FREITAS & CIA LTDA. - ME., inscrita no CNPJ sob o número 04.676.313/0001-15, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprindo de normas trabalhistas relacionadas aos atributos "condições sanitárias e de conforto no local de trabalho" e "anotação e registro em CTPS", adotando-se para tanto as seguintes providências:

A designação da servidora Susana da Silveira Mulin, ocupante do cargo de Analista Processual, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretária do presente inquérito civil;

ÉRICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 67, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000267.2013.01.006/5-601, instaurada para apurar denúncia em abstrato por falta de registro de empregados e jornada abusiva no regime de 224 horas de descanso;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000267.2013.01.006/5-601 em face de CASA DE REPOUSO CANTINHO DOS MEUS AVÓS LTDA, situada na Rua Major Azeredo Coutinho, nº 65, Mutondo, São Gonçalo/RJ, CEP 24.452-060.. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 94, DE 10 DE ABRIL DE 2013

Interessado: GENAZZANO CONFECÇÕES LTDA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho que esta subscreve, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, no âmbito da Coordenadoria de Atuação em Primeiro Grau, com amparo nos artigos 7º e incisos, 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, art. 5º, inciso III, alínea "e", art. 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar 75, de 20.05.93 e art. 8º, da Lei nº 7347/85;

CONSIDERANDO que os fatos noticiados nos autos apontaram a existência de irregularidades trabalhistas praticadas pelo investigado em epígrafe, infringindo, em tese, a legislação que dispõem sobre liberdade e garantia sindical (art. 8º, VIII da CRFB e 543 da CLT).

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público do Trabalho a defesa, dentre outros, dos interesses sociais, direitos individuais indisponíveis e direitos coletivos em sentido amplo (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nos termos dos dispositivos supracitados, resolve:

1. Instaurar INQUÉRITO CIVIL para tomada de medidas cabíveis em face da GENAZZANO CONFECÇÕES LTDA., CNPJ 01.375.982/0001-69, com sede na Rua João Pessoa, nº 139, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, com o escopo de sanar as irregularidades trabalhistas que supostamente vêm sendo por ele perpetradas;(...)Omissis

SUELI TEIXEIRA BESSA

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 193, DE 16 DE ABRIL DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000263.2013.20.000/6 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Trabalho com idade Inferior a 16 anos), resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de BOMPREÇO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA (CNPJ nº 97.422.620/0074-06). Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 198, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Inquérito Civil n.° 000430.2013.20.000/1. Inquirido: Jardim Escola Castelo Mágico. Tema(s): 09.04. CTPS e Registro de Empregados, 09.14.06. Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, 09.14.06. Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 200, DE 18 DE ABRIL DE 2013

Inquérito Civil n.° 000393.2013.20.000/6. Inquirido: Cosil Construcoes e Incorporacoes S.A. (COSIL). Tema(s): 06.03.03. Revista Íntima ou em Pertences do Trabalhador

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 06.03.03. Revista Íntima ou em Pertences do Trabalhador, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA
Procurador do Trabalho

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 255, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Altera a Resolução-TCU nº 154, de 4 de dezembro de 2002, que dispõe sobre as atribuições dos cargos e das funções de confiança do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União; a Resolução-TCU nº 247, de 7 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União; e a Resolução-TCU nº 253, de 21 de dezembro de 2012, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das competências conferidas pelos arts. 73 e 96 da Constituição Federal, pelo art. 1º, inciso XIV, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e pelo art. 1º, inciso XXXIII, do Regimento Interno,

considerando a necessidade de incorporação institucional das funções de confiança criadas pela Lei n° 12.776, de 28 de dezembro de 2012, cuja autorização orçamentária foi indicada pela Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013;

considerando a importância de alinhar a evolução das práticas institucionais ao modelo de governança de tecnologia da informação (TI) disposto em normativo específico do TCU;

considerando a importância de ajustar as competências das unidades das secretarias-gerais responsáveis pela coordenação da gestão de soluções tecnológicas, de modo a refletir a evolução do modelo de governança de TI;

considerando o aperfeiçoamento dos processos de trabalho estratégicos do TCU que redundou em ajustes de amplo espectro nas rotinas e práticas administrativas adotadas na organização, bem como indicou a necessidade de alteração na estrutura da Secretaria-Geral de Administração, de modo a catalisar o alcance dos resultados institucionais almejados; e

considerando os estudos e os pareceres constantes do processo TC 003.045-2013-7, resolve:

Art. 1º Fica alterado o art. 4º da Resolução-TCU nº 154, de 4 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º As funções de confiança do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União, conforme previstas na Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, consolidada, e na Lei nº 11.780, de 17 de setembro de 2008, são as seguintes:

1. Secretário-Geral, código FC-6;
2. Secretário-Geral Adjunto, código FC-5;
3. Coordenador-Geral, código FC-5;
4. Secretário, código FC-5;
5. Diretor-Geral, código FC-5;
6. Chefe de Assessoria, código FC-5;
7. Chefe de Gabinete, código FC-5;
8. Consultor-Geral, código FC-5;
9. Assessor do Presidente, código FC-5;
10. Assessor de Ministro, código FC-5;
11. Assessor de Ministro-Substituto, código FC-5;
12. Assessor de Procurador-Geral, código FC-5;
13. Especialista Sênior Nível III, código FC-5;
14. Subsecretário, código FC-4;
15. Diretor, código FC-4;
16. Especialista Sênior Nível II, código FC-4;
17. Assessor de Secretário-Geral, código FC-4;
18. Chefe de Serviço, código FC-3;
19. Gerente de Processo, código FC-3;
20. Assessor, código FC-3;
21. Especialista Sênior Nível I, código FC-3;
22. Oficial de Gabinete, código FC-3;
23. Assistente Técnico, código FC-2;
24. Assistente Administrativo, código FC-1;
25. Auxiliar de Gabinete, código FC-1."

Art. 2º Fica incluída a Seção XIV no Capítulo I do Título III da Resolução-TCU nº 154, de 2002, com a denominação "Da função de confiança de Especialista Sênior".

Art. 3º Fica incluído o art. 51-B na Seção XIV no Capítulo I do Título III da Resolução-TCU nº 154, de 2002, nos seguintes termos:

"Art. 51-B Aos Especialistas Seniores Níveis I, II e III, de natureza direção, incumbem as atribuições descritas no art. 39, no âmbito de suas áreas de atuação, de acordo com os trabalhos a eles alocados nos termos definidos em normativo específico, para desenvolvimento de atividades em equipe de maior complexidade e responsabilidade, ou para realização de atividades de grande relevância que possam incrementar o resultado institucional."

Art. 4º Fica alterado o art. 58-A da Resolução-TCU nº 154, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58-A Aos Especialistas Seniores Níveis I, II e III, de natureza assessoramento, incumbem as atribuições descritas no art. 53, no âmbito de suas áreas de atuação, de acordo com os trabalhos a eles alocados nos termos definidos em normativo específico, para desenvolvimento de atividades em equipe de maior complexidade e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

responsabilidade, ou para realização de atividades de grande relevância que possam incrementar o resultado institucional."

Art. 5º Fica incluído o inciso VII no art. 2º da Resolução-TCU nº 247, de 7 de dezembro de 2011, nos seguintes termos:

"Art. 2º (...)

(...)

VII - unidade coordenadora da gestão de soluções de TI: unidade organizacional do Tribunal responsável por coordenar e orientar a atuação das unidades gestoras de soluções de TI de uma unidade básica, nos termos desta Resolução."

Art. 6º Fica alterado o §2º do art. 10 da Resolução-TCU nº 247, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 (...)

(...)

§ 2º Ato do Presidente do TCU estabelecerá a composição e o funcionamento do CGTI, observado o rodízio na coordenação do Comitê entre os titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação."

Art. 7º Fica incluído o inciso III no art. 11 da Resolução-TCU nº 247, de 2011, nos seguintes termos:

"Art. 11 (...)

(...)

III - apresentar proposta de revisão da PGTI/TCU ao CGTI, no máximo a cada cinco anos, de modo a atualizar a política frente a novos requisitos corporativos."

Art. 8º Fica incluído o art. 13-A na Resolução-TCU nº 247, de 2011, nos seguintes termos:

"Art. 13-A. Competem à unidade coordenadora da gestão de soluções de TI, no âmbito de cada unidade básica, as atividades de organização, coordenação, orientação e supervisão das unidades gestoras no exercício das competências afetas à gestão de soluções de TI.

§ 1º As atividades de organização e de coordenação visam, precipuamente, evitar a dispersão de esforços e de investimentos, promover a integração entre as diversas soluções de TI e subsidiar o CGTI de elementos para análise e manifestação quanto a iniciativas e ações em TI a serem priorizadas.

§ 2º As atividades de orientação e de supervisão objetivam assegurar o cumprimento das normas relativas à governança de TI, bem como aprimorar os processos de trabalho envolvidos na gestão de soluções de TI.

§ 3º A orientação às unidades gestoras compreende, entre outros, os seguintes aspectos inerentes à gestão de soluções de TI:

a) adoção de procedimentos, métodos, controles e instrumentos que aprimorem o desempenho ou facilitem a gestão das soluções de TI;

b) definição de requisitos, regras de negócio ou níveis de serviço compatíveis com as soluções de TI geridas; e

c) alteração em processos de trabalho, com vistas a otimizar o desempenho ou a integração das soluções de TI.

§ 4º A unidade coordenadora da gestão de soluções de TI pode atuar concomitantemente, para determinadas soluções, como unidade gestora.

§ 5º Cada unidade básica pode designar unidade integrante de sua estrutura para desempenhar a atribuição de unidade coordenadora da gestão de soluções de TI."

Art. 9º Ficam alterado o inciso III e incluído o parágrafo único do art. 14 da Resolução-TCU nº 247, de 2011, nos seguintes termos:

"Art. 14 (...)

(...)

III - examinar, em conjunto com a Setic e a STI, a aplicabilidade das novas soluções de TI no negócio do Tribunal, como por exemplo a plataforma na "nuvem" e o "tablet".

Parágrafo único. As competências dispostas neste artigo serão exercidas sob a coordenação e orientação da unidade coordenadora da gestão de soluções de TI, quando esta existir."

Art. 10. Ficam transformadas as funções de confiança (FC) dispostas na Resolução-TCU nº 253, de 21 de dezembro de 2012, nos seguintes termos:

I - duas FC-5 Especialista Sênior nível III para duas FC-5 Secretário; e

II - duas FC-3 Especialista Sênior nível I para uma FC-3 Assessor e uma FC-3 Gerente de Processo.

Art. 11. Fica alterado o inciso VI do art. 11 da Resolução-TCU nº 253, de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 (...)

(...)

"VI - atuar como unidade gestora das soluções de tecnologia da informação que dão suporte às atividades de controle externo e administrativas no âmbito dos colegiados do TCU e das unidades de assessoramento a autoridades, inclusive dos Gabinetes dos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal, bem como funcionar como unidade coordenadora da gestão das soluções de tecnologia da informação que dão suporte às unidades subordinadas à Segepres, inclusive das iniciativas de provimento descentralizado de soluções de TI, em consonância com a Política de Governança de Tecnologia da Informação do TCU;"

Art. 12. Ficam alterados os arts. 48 e 49 da Resolução-TCU nº 253, de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48. A Seginf tem por finalidade coordenar a gestão das soluções de tecnologia da informação, a obtenção e o tratamento de dados e informações da administração pública que dão suporte ao controle externo.

Art. 49. Compete à Seginf:

I - definir, sistematizar, obter, produzir, gerenciar e disseminar informações necessárias ao suporte às atividades integradas de controle externo;

II - atuar como unidade coordenadora da gestão das soluções de tecnologia da informação que dão suporte ao controle externo, em consonância com a Política de Governança de Tecnologia da Informação do TCU;

III - dar suporte às unidades técnicas subordinadas à Segecex no que concerne ao uso das soluções de tecnologia da informação cuja gestão lhe tenha sido atribuída;

IV - coordenar, em conjunto com a STI, as iniciativas de provimento descentralizado de soluções de tecnologia da informação essenciais ao controle externo;

V - gerenciar e zelar pela atualização das bases de informação do controle externo; e

VI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Seginf é dirigida por secretário e contará com as funções de confiança definidas em ato do Presidente do Tribunal."

Art. 13. Ficam alterados os arts. 52 a 56 da Resolução-TCU nº 253, de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. A Segedam tem por finalidade realizar a gestão de atividades e recursos administrativos, com vistas a assegurar o suporte necessário ao funcionamento do Tribunal.

Art. 53. Compete à Segedam:

I - propor normas, políticas e diretrizes relativas à gestão administrativa do Tribunal;

II - administrar e gerir recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais do Tribunal, de acordo com as leis e as normas aplicáveis;

III - planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e as inovações relativas à gestão de pessoas, de serviços gerais e de recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais, bem como avaliar os resultados alcançados;

IV - aprovar manuais e regulamentos relativos à padronização de processos de trabalho inerentes à atividade administrativa, para utilização, inclusive, em outras unidades do Tribunal;

V - orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado no âmbito de suas unidades integrantes;

VI - tomar medidas necessárias à proteção e à conservação do patrimônio do Tribunal;

VII - elaborar, em conjunto com a Seplan, e em consonância com os planos institucionais do TCU, a proposta orçamentária anual do Tribunal;

VIII - encaminhar ao Presidente do TCU e acompanhar junto aos órgãos competentes a proposta orçamentária anual do Tribunal, bem como verificar a execução do orçamento pelas unidades gestoras;

IX - submeter à Secoi a tomada de contas anual do Tribunal;

X - promover a integração do Tribunal com outros órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no que se refere à gestão administrativa do TCU;

XI - auxiliar na celebração, execução e acompanhamento de convênios e acordos de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, que tenham o Tribunal como parte;

XII - gerenciar e adotar as medidas necessárias à manutenção e ao aprimoramento das soluções de tecnologia da informação que dão suporte à área administrativa;

XIII - gerir informações estratégicas para as ações administrativas; e

XIV - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Art. 54. A Segedam conta com a seguinte estrutura:

I - Secretaria-Geral Adjunta de Administração (Adgedam);

II - Secretaria de Planejamento, Métodos e Gestão de Soluções de TI para a Administração (Seadmin);

III - Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep);

IV - Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Secof);

V - Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip);

VI - Secretaria de Engenharia (Senge);

VII - Secretaria de Segurança e Serviços de Apoio (Sesap); e

VIII - Assessoria.

Parágrafo único. A Segedam é dirigida por secretário-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo IV desta Resolução para organização de suas atividades, bem assim com as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

Seção I

Da Secretaria-Geral Adjunta de Administração

Art. 55. A Adgedam tem por finalidade assessorar a Segedam no exercício de suas competências, especialmente no que se refere à coordenação, acompanhamento e execução das ações estratégicas de administração.

Art. 56. Compete à Adgedam:

I - propor diretrizes e ferramentas relativas à gestão administrativa do Tribunal;

II - planejar, organizar, acompanhar e executar ações e serviços administrativos de natureza estratégica ou que necessitem de atuação intersetorial;

III - promover a articulação com as unidades do Tribunal, bem assim com os demais órgãos e entidades públicos no que se refere à área administrativa;

IV- obter, identificar, organizar e sistematizar informações necessárias às ações estratégicas de administração, inclusive mediante solicitação de dados às demais unidades do Tribunal;

V - zelar pelo cumprimento dos requisitos de transparência da gestão, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da lei de diretrizes orçamentárias em vigor, bem como coordenar, no âmbito da Segedam, o cumprimento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2012;

VI - coordenar o atendimento das demandas administrativas emanadas pelas unidades de assessoramento a autoridades, bem como das solicitações da espécie apresentadas pelas autoridades ativas e inativas, e seus respectivos pensionistas;

VII - realizar a coordenação técnica, no âmbito do Tribunal, do funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp);

VIII - providenciar a apuração de responsabilidade de servidor do Tribunal por infração praticada no exercício de suas atribuições, observadas as orientações da Corregedoria do TCU;

IX - disseminar as boas práticas administrativas entre as unidades integrantes da Segedam;

X - prestar apoio técnico e operacional às unidades do Tribunal no desenvolvimento das atividades administrativas;

XI - promover a publicação dos atos administrativos do Tribunal nos órgãos e veículos oficiais;

XII - operacionalizar o apoio administrativo ao funcionamento da Segedam;

XIII - supervisionar as atividades da Sala Ministro Henrique de La Roque; e

XIV - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Adgedam é dirigida por secretário-geral adjunto e contará com as funções de confiança definidas em ato do Presidente do Tribunal."

Art. 14. Fica alterada a numeração sequencial das Seções II, III, IV e V do Capítulo III do Título II da Resolução-TCU nº 253, de 2012 para, respectivamente, Seções III, IV, V e VI do mesmo capítulo, mantidas as respectivas denominações, à exceção da Seção VI que passa a denominar-se "Da Secretaria de Engenharia".

Art. 15. Fica incluída a Seção II no Capítulo III do Título II da Resolução-TCU nº 253, de 2012, com a denominação "Da Secretaria de Planejamento, Métodos e Gestão de Soluções de TI para a Administração".

Art. 16. Ficam incluídos os arts. 56-A e 56-B na Seção II do Capítulo III do Título II da Resolução-TCU nº 253, de 2012, nos seguintes termos:

"Art. 56-A. A Seadmin tem por finalidade articular e consolidar o planejamento e a normatização das ações estratégicas de administração, auxiliar a Segedam na implantação de inovações administrativas, bem como coordenar a gestão das soluções de tecnologia da informação que dão suporte à área administrativa.

Art. 56-B. Compete à Seadmin:

I - coordenar e acompanhar, com o apoio da Seplan, o planejamento das atividades da área administrativa, observados os planos institucionais do Tribunal;

II - apoiar, em conjunto com a Seplan, a definição e o acompanhamento de metas, medidas e indicadores de desempenho das unidades da Segedam, observados os planos institucionais do Tribunal;

III - coordenar a identificação, o desenvolvimento, a sistematização, a normatização, a implantação, a orientação, a publicação e a utilização de métodos e técnicas aplicáveis à área administrativa do Tribunal;

IV - manter intercâmbio com especialistas e instituições visando promover o alinhamento dos métodos e técnicas da área administrativa com as normas de referência e as melhores práticas existentes;

V - atuar como unidade coordenadora da gestão das soluções de tecnologia da informação que dão suporte à área administrativa do Tribunal, em consonância com a Política de Governança de Tecnologia da Informação do TCU;

VI - dar suporte às unidades do Tribunal no que concerne ao uso das soluções de tecnologia da informação cuja gestão lhe tenha sido atribuída, com apoio técnico da STI e da Setic;

VII - coordenar, em conjunto com a STI, as iniciativas de provimento descentralizado de soluções de tecnologia da informação essenciais à área administrativa; e

VIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Seadmin é dirigida por secretário e contará com as funções de confiança definidas em ato do Presidente do Tribunal."

Art. 17. Fica alterado o caput do art. 61 da Resolução-TCU nº 253, de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61. A Selip tem por finalidade gerenciar e executar atividades inerentes à aquisição e administração de bens patrimoniais e de consumo, à contratação de obras e serviços em geral e à gestão de contratos."

Art. 18. Fica alterado o inciso IV do art. 62 da Resolução-TCU nº 253, de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62. (...)

(...)

IV - apoiar a atividade de gestão de contratos administrativos firmados pelo Tribunal;"

Art. 19. Ficam alterados os arts. 63 e 64 da Resolução-TCU nº 253, de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. A Senge tem por finalidade gerenciar e executar as atividades inerentes à engenharia e à manutenção do patrimônio do Tribunal.

Art. 64. Compete à Senge:

I - planejar, organizar, dirigir, controlar, supervisionar e, quando for o caso, realizar os serviços de obras e os projetos de engenharia, de manutenção predial e reparos, de telecomunicações, de áudio e vídeo, bem como outros serviços de engenharia executados no âmbito do Tribunal, em sintonia com as Políticas Corporativas de Segurança Física e Patrimonial, de Segurança da Informação e de Continuidade de Negócios;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - zelar pela manutenção geral da infraestrutura dos imóveis sob a responsabilidade do Tribunal, bem como de suas instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, dos dispositivos de proteção contra descargas atmosféricas, contra incêndio, de infraestrutura de rede de comunicação de dados e voz, de sistemas de som, de elevadores, de climatização e de telefonia;

III - promover o uso racional do espaço físico dos imóveis sob a responsabilidade do Tribunal;

IV - manter a programação visual do conjunto arquitetônico do Tribunal, em sintonia com as políticas institucionais de comunicação social;

V - prestar serviços de áudio e vídeo, inclusive com captação, edição e transmissão via intranet;

VI - acompanhar e atualizar os atos normativos referentes às áreas de engenharia e manutenção, bem como informar e orientar quanto ao cumprimento das normas estabelecidas; e

VII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Senge é dirigida por secretário e contará com as funções de confiança definidas em ato do Presidente do Tribunal."

Art. 20. Fica incluída a Seção VII no Capítulo III do Título II da Resolução-TCU nº 253, de 2012, com a denominação "Da Secretaria de Segurança e Serviços de Apoio".

Art. 21. Ficam incluídos os arts. 64-A e 64-B na Seção VII do Capítulo III do Título II da Resolução-TCU nº 253, de 2012, com a seguinte redação:

"Art. 64-A. A Sesap tem por finalidade coordenar, orientar e acompanhar a implementação da Política Corporativa de Segurança Física e Patrimonial, gerenciar e executar os serviços de apoio e as atividades inerentes à preservação e conservação do patrimônio do Tribunal.

Art. 64-B. Compete à Sesap:

I - propor a formulação de estratégias, normas e procedimentos de segurança física e patrimonial em alinhamento às diretrizes institucionais do Tribunal;

II - promover, acompanhar, orientar, apoiar e, quando for o caso, executar ações corporativas que visem a aprimorar a segurança física e patrimonial no Tribunal;

III - coordenar a centralização, na Sede, de atividades administrativas do Tribunal, no que concerne à elaboração e à racionalização de termos de referência de serviços de natureza continuada;

IV - planejar, organizar, dirigir, centralizar, controlar, supervisionar, padronizar e, quando for o caso, realizar os serviços de transportes, de conservação e limpeza predial, de produção gráfica, de copa, de jardinagem, de lavanderia e de dedetização, bem como outros serviços de apoio executados no âmbito do Tribunal;

V - promover o uso racional das garagens e do estacionamento localizados na Sede do Tribunal;

VI - executar o recebimento, classificação, conversão para o meio eletrônico e cadastramento dos documentos e processos relativos a expedientes e a malotes protocolizados na Sede do Tribunal;

VII - supervisionar as atividades da Sala Ministro Luiz Octávio Galloti (Sala dos Advogados);

VIII - acompanhar e atualizar os atos normativos referentes aos serviços de apoio, bem como informar e orientar quanto ao cumprimento das normas estabelecidas; e

IX - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Sesap é dirigida por secretário e contará com as funções de confiança definidas em ato do Presidente do Tribunal."

Art. 22. Fica alterado o §1º do art. 85 da Resolução-TCU nº 253, de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 85 (...)

§ 1º O Comitê é integrado pelos dirigentes da Segep, da Adgedam, da Seplan, Adgepres e do ISC, pelo Chefe de Gabinete do Ministro-Corregedor e por dois representantes indicados pela Segecex."

Art. 23. Os anexos da Resolução-TCU nº 253, de 2012, passam a vigorar na forma dos anexos a esta Resolução.

Art. 24. A dispensa e a designação de servidores para funções de confiança, em razão do disposto nesta Resolução, deverão ser realizadas em até trinta dias contados da vigência da presente norma.

Parágrafo único. Os titulares das unidades que foram criadas ou que tenham sofrido ajuste em sua estrutura em razão desta Resolução terão o prazo de quarenta dias, a contar da vigência da presente norma, para dar cumprimento ao disposto no inciso II do art. 91 da Resolução-TCU nº 253, de 2012.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente do Tribunal

ANEXO I

FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

NÍVEL	QUANTIDADE
FC-6	3
FC-5	223
FC-4	192
FC-3	323
FC-2	59
FC-1	113
Total	913

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	FC-6	FC-5	FC-4	FC-3	FC-2	FC-1	TOTAL
Secretaria-Geral da Presidência	1	12	25	60	2	11	111
Secretaria-Geral de Controle Externo	1	53	119	146	-	51	370
Secretaria-Geral de Administração	1	7	18	54	-	13	93
Secretaria de Controle Interno	-	1	2	2	-	1	6
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão	-	1	3	2	-	1	7
Gabinete do Presidente	-	1	-	8	7	6	22
Gabinete do Corregedor	-	1	-	2	1	-	4
Gabinetes de Ministro	-	63	-	18	27	18	126
Gabinetes de Ministro Substituto	-	24	-	4	12	4	44
Gabinetes de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal	-	33	-	2	10	8	53
Funções alocáveis por trabalho	-	27	25	25	-	-	77
Total	3	223	192	323	59	113	913

ANEXO III

DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

NÍVEL	DENOMINAÇÃO	DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	TOTAL
FC-6	Secretário-Geral	3	-	3
	Subtotal	3	-	3
FC-5	Coordenador-Geral	4	-	4
	Secretário-Geral Adjunto	3	-	3
	Secretário	61	-	61
	Diretor-Geral	1	-	1
	Chefe de Assessoria	3	-	3
	Chefe de Gabinete	21	-	21
	Consultor Jurídico	1	-	1
	Chefe de Assessoria (Ouvidor)	1	-	1
	Assessor do Presidente	-	1	1
	Assessor de Ministro	-	54	54
	Assessor de Ministro Substituto	-	20	20
	Assessor de Procurador	-	26	26
	Especialista Sênior Nível III (*)	-	-	27
	Subtotal	95	101	223
FC-4	Subsecretário	3	-	3
	Diretor	156	-	156
	Assessor de Secretário-Geral	-	8	8
	Especialista Sênior Nível II (*)	-	-	25
	Subtotal	159	8	192
FC-3	Chefe de Serviço	140	-	140
	Assessor (UCP)	-	1	1
	Assessor	-	125	125
	Gerente de Processo	7	-	7
	Oficial de Gabinete	-	25	25
	Especialista Sênior Nível I (*)	-	-	25
	Subtotal	147	151	323
FC-2	Assistente Técnico	-	59	59
	Subtotal	-	59	59
FC-1	Assistente Administrativo	-	77	77
	Auxiliar de Gabinete	-	36	36
	Subtotal	-	113	113
Total de FC por natureza		404	432	913
Total geral de FC			913	

(*) A natureza da função de Especialista Sênior (direção ou assessoramento) será indicada no respectivo ato de designação do servidor. Os quantitativos das funções de Especialista Sênior estão computados somente na coluna "Total".

ANEXO IV

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS UNIDADES BÁSICAS

UNIDADES BÁSICAS		NÍVEL	EXISTENTES		TOTAL
		FC	DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Secretaria-Geral da Presidência	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	1	-	1
	Secretário		5	-	5
	Diretor-Geral		1	-	1
	Consultor-Geral		1	-	1
	Chefe de Assessoria		3	-	3
	Chefe de Assessoria (Ouvidor)		1	-	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	-	2	-
	Subsecretário		3	-	3
	Diretor		20	-	20
	Chefe de Serviço	FC-3	41	-	41
	Assessor		-	18	18
	Assessor (UCP)		-	1	1
	Assistente Técnico	FC-2	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	-	11	11
	Total		77	34	111
Secretaria-Geral de Controle Externo	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Coordenador-Geral	FC-5	4	-	4
	Secretário-Geral Adjunto		1	-	1
	Secretário		48	-	48
	Diretor	FC-4	116	-	116
	Assessor de Secretário-Geral		-	3	3
	Chefe de Serviço	FC-3	58	-	58
	Assessor		-	88	88
	Assistente Administrativo	FC-1	-	51	51
	Total		228	142	370
Secretaria-Geral de Administração	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	1	-	1
	Secretário		6	-	6
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	-	3	3
	Diretor		15	-	15
	Chefe de Serviço	FC-3	37	-	37
	Assessor		-	10	10
	Gerente de Processo		7	-	7
	Assistente Administrativo	FC-1	-	13	13
	Total		67	26	93
Total nas unidades básicas			372	202	574

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO V

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Secoi	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor		-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		4	2	6

ANEXO VI

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA UNIDADE DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Seplan	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor		-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		5	2	7

ANEXO VII

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES

UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Gabinete do Presidente	Chefe de Gabinete (*)	FC-5	-	-	-
	Assessor do Presidente	FC-5	-	1	1
	Chefe de Serviço	FC-3	2	-	2
	Assessor		-	6	6
	Assistente Técnico	FC-2	-	7	7
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	-	6	6
	Total		2	20	22
Gabinete do Corregedor	Chefe de Gabinete	FC-5	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Oficial de Gabinete	FC-3	-	1	1
	Assistente Técnico	FC-2	-	1	1
	Total		1	3	4
Gabinete de Ministro	Chefe de Gabinete	FC-5	1	-	1
	Assessor de Ministro		-	6	6
	Oficial de Gabinete	FC-3	-	2	2
	Assistente Técnico	FC-2	-	3	3
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	-	2	2
	Total por Gabinete		1	13	14
	Total do Grupo (9 Gabinetes)		9	117	126
Gabinete de Ministro Substituto	Chefe de Gabinete	FC-5	1	-	1
	Assessor de Ministro Substituto		-	5	5
	Oficial de Gabinete	FC-3	-	1	1
	Assistente Técnico	FC-2	-	3	3
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	-	1	1
	Total por Gabinete		1	10	11
	Total do Grupo (4 Gabinetes)		4	40	44
Gabinete de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal	Chefe de Gabinete	FC-5	7	-	7
	Assessor de Procurador		-	26	26
	Oficial de Gabinete	FC-3	-	2	2
	Assistente Técnico	FC-2	-	10	10
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	-	8	8
	Total do Grupo		7	46	53
Total Unidades de Assessoramento a Autoridades			23	226	249

(*) A função de Chefe de Gabinete no Gabinete do Presidente é oriunda da função de Chefe de Gabinete do ministro eleito presidente.

ANEXO VIII

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES ALOCÁVEIS POR TRABALHO

FUNÇÕES ALOCÁVEIS POR TRABALHO (*)	NÍVEL FC	TOTAL
Especialista Sênior nível III	FC-5	27
Especialista Sênior nível II	FC-4	25
Especialista Sênior nível I	FC-3	25
Total		77

(*) Das funções indicadas no quadro, 20 FC Especialista Sênior nível III, 25 FC Especialista Sênior nível II e 25 Especialista Sênior nível I foram criadas pela Lei nº 12.776, de 2012.

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 12 (ORDINÁRIA)
Sessão em 23 de abril de 2013, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-000.131/2013-0
Apenso: TC 000.887/2013-7 (DENÚNCIA)
Natureza: Representação
Interessado: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.140/2013-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Laura Santos Ramos
Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.694/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laercio Evaristo Vieira e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.029/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Antonio da Silva e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.033/2013-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe de Freitas Pires e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.035/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcio Bambil Imai e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.039/2013-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelmo Santiago Sabino e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.055/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Franciane Tusset
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.085/2013-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Siderlene Muniz Oliviera e outros
Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.100/2013-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Marcos Ferreira da Silva e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.105/2013-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Francisca Raquel da Costa
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.108/2013-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Amanda Fontes Aragão Dias
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.110/2013-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcinete Medeiros Vieira e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.113/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alda Nantes Ferreira Martins e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.114/2013-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alana Deusilan Sester Pereira e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.119/2013-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalena Kennedy Vieira e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.171/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aderval de Melo Carvalho Filho e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.174/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wilker Luiz de Melo Barbosa e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.181/2013-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalbery Rodrigues Castro e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.187/2013-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ricardo Belinski
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.194/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tiago Antônio Rizzetti
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.267/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wilson Antonio Dutkwick
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.273/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edy das Graças Machado e outros
Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.337/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcio Paschoalino
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.340/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Juvêncio Braga de Lima
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.343/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Juvencio Mendes Damasceno e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.351/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Braz Quintão Lana e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.393/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rita de Cassia Viana Silva
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.400/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adoniram Praxedes Marques e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.403/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Fernando dos Santos Baptista e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.488/2013-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eliane Paraguai Rodrigues e outros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.495/2013-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Artusinda Albuquerque Lopes Bezerra e outros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.502/2013-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cristina de Faria Ermogenes Gualberto e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.506/2013-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angelina Dutra Graminha e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.507/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bernadeth Maria Aparecida Campos Corrêa e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.535/2013-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriano Cordeiro Gadelha Filho e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.539/2013-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Luiza Alves de Oliveira Miranda e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.542/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Iara Meireles Carneiro da Cunha e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.621/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Nepomuceno Silva
Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.635/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Lourival de Freitas
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.677/2013-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eron Sardinha de Oliveira e outros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - Mec
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.710/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: John Wesley Freire
Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.720/2013-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lazáro de Souza Fortaleza e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.725/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Paula Ferreira dos Santos e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.745/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gottfried Stockinger e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.746/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joaquim Marinho da Silva Neto
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.749/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Neida Almeida da Rosa
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.483/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Nathalia Noroefé Porto da Silva e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.416/2012-1
Apenso: TC 038.905/2012-4 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Representação
Interessado: Procuradoria da República/RS - MPF/MPU
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Canoas - RS
Advogado constituído nos autos: Tatiana Antunes Carpter, OAB/RS 47.024

TC-026.766/2012-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cooperativa Barreirense de Produção Agropecuária Ltda. e outros
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.016/2011-4
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2010
Responsáveis: Alexandra Reschke e outros
Órgão/Entidade: Secretaria do Patrimônio da União - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-002.206/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
Interessado: Antonio da Costa e Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.212/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
Interessado: Alvaro Cavalcante Batalha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.716/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessados: Carlos Monteiro da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.735/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Interessados: Luiz Ferreira de Souza e Zuito Noleto Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.925/2013-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná - Mapa
Interessado: Frederico José Ressetti
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.557/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Câmara dos Deputados
Interessados: Ana Tereza Sotero Duarte e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.995/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS
Responsável: Marcelo Azalim
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-026.554/2011-9
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá
Responsáveis: Carlos Guilherme Oliveira de Melo e Cleide Silva Nery
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.557/2009-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MCT
Recorrente: Eudice Correia Vilela
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.976/2011-1
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2010
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
Responsáveis: Alexandre Gomes de Barros e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-046.205/2012-8
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Interessada: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-001.367/2013-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Paula da Silva Mesquita e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.658/2013-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisca Carvalho Carneiro e outros
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.673/2013-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria das Graças Rocha Florindo e Rosa Fontinele Florindo
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.764/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Eunice Vieira e outros
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.765/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvany de Melo Hoerlle e outros
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.769/2013-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carlos Siqueira Campos; Lidia Terezina Hentz
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.983/2009-4
Apenso: TC 031.428/2010-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: João Francisco Vidoca Menezes
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC; Ministério da Cultura (vinculador)
Advogados constituídos nos autos: Antônio Maria Claret de Gouveia (OAB/MG nº 105.252) e outros

TC-005.272/2013-0
Natureza: Admissão
Interessados: Michele Kupczi de Lima e outros
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.488/2013-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joana Melo do Nascimento e outros
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.525/2010-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Audimar de Sousa Alves
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - Mec
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.756/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Rodrigues da Silva e outros.
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.832/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Silva Batista Filho e outra
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.846/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carla Silva Caruso e outros.
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.902/2013-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Justina Nunes
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ce
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.907/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Atilio Daubermann
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.908/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ivanise Ferraz Barbosa
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.579/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisca Maria Marques Morais e outros
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.729/2013-8
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/SP.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Franca - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.199/2013-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Rangel e outros
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.207/2013-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES
Interessados: Abilio Augusto Marinho de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.642/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Enio Giuseppe Laucas e outros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.762/2013-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jurandir Pereira e outros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/rs
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.947/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Leocádio Olímpio Rodrigues
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.591/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Josè Silvio Pizarro e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.492/2012-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Gracy Maria Alves de Almeida
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: Everardo Braga Lopes (OAB/DF nº 8275)

TC-026.160/2011-0
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Adnauer Tarquínio Daltro e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - Mec
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.260/2012-5
Apenso: TC 032.049/2012-9 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Representação
Interessados: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS; Justiça Federal- 1ª Instância
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.178/2010-4
Natureza: Prestação de Contas - (Exercício: 2009)
Responsáveis: Gutman Uchôa de Mendonça e Jose Lino Sepulcri
Órgão/Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional ES
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-002.172/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Adelina Pereira do Nascimento e outras
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.528/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Nikolas Chelidonopoulos
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.766/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Alves de Almeida Filho
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.483/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aldenira Evangelista da Silva e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.042/2013-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abigail Duarte Moreira e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.044/2013-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Rene Batista de Carvalho e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.048/2013-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diogo Nogueira Cruz
Unidade: Banco Central do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.060/2013-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Pozza e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.062/2013-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Stefan Wowk Nunes e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.064/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emanuelle Araújo Rodrigues e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.070/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leda de Lima Alves e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.074/2013-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mário Paulo Ventura Rodrigues e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.076/2013-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Sérgio Aguiar Batista e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.132/2013-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Rodrigues Patareli e outros
Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.460/2013-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Daniel Teixeira de Souza Tavares e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.464/2013-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Karen Dall Ara Ferreira Hanitzsch e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.638/2011-6
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Celso Ricardo Ludwig e Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf
Unidade: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf
Advogados constituídos nos autos: Geferson Luís Chetsco (OAB/PR 46.333) e Maria Loiva de Andrade Schwerz (OAB/SC 8.264)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-003.941/2012-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Adenilson Lima Reis; Sebastião Rodrigues Maciel
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.655/2011-0
Natureza: Representação
Responsável: Jose Wilame Barreto Alencar
Interessado: Câmara Municipal de Mombaça - CE
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mombaça - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.267/2012-6
Natureza: Representação
Responsável: Paulo Ney Martins
Interessado: Sup. Regional Departamento de Polícia Federal/CE
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campos Sales - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.565/2011-9
Natureza: Representação
Interessados: João Augusto Goes Mota, Francisco José Brasileiro Ladislau e João Mota Matos, Vereadores do Município de Tejuçuoca/CE.
Unidade: Prefeitura Municipal de Tejuçuoca/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.998/2013-9
Natureza: Representação
Interessado: Conselho Federal de Medicina Veterinária
Órgão/Entidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária-MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.279/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Thereza Gentil Motta
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/PA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.486/2013-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Debora Coqui de Barros; Marlete Sales de Barros
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/ES
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.497/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ramiro de Porto Alegre Muniz
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.485/2010-6
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Alvyr Pereira de Lima Junior e outros
Órgão/Entidade: Senai - Departamento Regional/PR - MTE
Advogado constituído nos autos: Marco Antônio Guimarães, OAB/PR 22.427.

TC-029.669/2010-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Geraldo Messias Queiroz e outros
Interessado: Secretaria de Controle Externo Em Goiás
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás - GO
Advogado constituído nos autos: Marcos Antonio de Araujo (OAB/GO 28.766)

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-007.002/2012-2
Natureza: Monitoramento.
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
Entidade: Município de Bezerros - PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.522/2011-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Isnard Fernandes Maia e Luiz Fernandes do Nascimento.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PB - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.525/2011-5
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Godofredo da Franca de Freitas Travassos.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.526/2011-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: José Antônio Dutra Póvoas.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SC - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.762/2012-1
Natureza: Reforma.
Interessado: Vilton Jorge de Oliveira.
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.763/2012-8
Natureza: Reforma.
Interessado: Walter Ferreira da Silva.
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.902/2012-5
Natureza: Reforma.
Interessado: Dario Daltro Nunes de Freitas.
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-008.748/2000-9
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte.
Embargantes: Consórcio Engevix-Themag (Engevix Engenharia S/A), Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda.
Advogados constituídos nos autos: José Carlos Barreto (OAB/RJ 16.263) e outros.

TC-012.574/2011-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar/RS.
Responsáveis: Altiéres Terra de Carvalho, ex-prefeito; Artur Fernando Rocha Correa, ex-prefeito.
Interessado: Ministério da Integração Nacional (vinculador). Advogados constituídos nos autos: Fernando Amaro da Silveira Grassi, OAB/RS nº 031.668 e outros

TC-013.486/2011-0
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul.
Interessados: Gasparina Muller del Fabro; Marcos Eduardo Rodrigues del Fabro; Schirlei Rodrigues del Fabro; Gracely Guimarães Alves; Iolanda Guimarães Alves; Luiz Gustavo Guimarães Alves; Yolanda de Souza Nunes.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-001.741/2010-1
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.
Interessados: Renil de Souza Barcelos; Ricardo Nascimento; Roberto Pinto Martins; Rosa Maria Ferreira Alves; Rosa Maria Maia do Espirito Santo; Ruth Maria Silveira Scrivano; Sandra Maria de Oliveira Nunes; Sandra Regina Pimentel (096.976.241-00); Sebastião Lopes Miranda (708.512.397-49); Sebastião de Azevedo Carvalho; Sergio Martins Reis; Silbert de Almeida Barros; Silvio Silverio Gregorio; Solange Osorio; Telson Ignacio Alves; Tereza Cristina da Cruz; Ursula Hansen; Uyara de Oliveira D'aloia; Vera Lucia Lacerda Reimão; Vilma Lisboa de Sá e Souza; Vivaldo de Souza Mattos; Walter Fernandes Lima; Walter Lage Martins Filho.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.318/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina.
Interessado: Paulo Joao Cardoso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.300/2010-7
Natureza Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Serraria - PB
Responsável: João de Deus Ferreira da Silva
Interessados: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Prefeitura Municipal de Serraria - PB
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.899/2007-9
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
Entidade: Departamento Nacional de Registro do Comércio - MDIC
Responsáveis: Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE; Marcelo Côrte Real
Embargante: Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE
Interessado: Departamento Nacional de Registro do Comércio - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-001.745/2001-3
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (extinta)
Responsáveis: José Artur Guedes Tourinho e outros
Advogado constituído nos autos: Angelo Demetrius de A. Carrascosa (OAB/PA 9.381)

TC-002.715/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Julia Araujo Venancio e outros
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.737/2013-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Zoe dos Santos Valente
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.516/2012-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - MANAUS/AM - INSS/MPS
Interessados: Bruno de Souza Pereira e outros
Advogados constituídos nos autos: Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB/AM nº 6.594); Viviane Ferreira Ruiz (OAB/AM nº 7.848)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-001.268/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidades: Prefeitura Municipal de Jardim/CE
Responsáveis: Fernando Neves Pereira da Luz, Sônia Maria Soares Sampaio, Ana Hérica Oliveira Rangel da Luz, Antônia Campos da Silva Martins, Jamilles de Freitas Santos, Flamax Serviços de Mão de Obra Ltda., Município de Jardim/CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.056/2011-3
Natureza: Auditoria
Unidade: Município de Baturité/CE
Responsáveis: Silvana Furtado de Figueiredo Vasconcelos, Prefeita, Aurilene Ramos Semião, Secretária Municipal de Educação, Alice Maria Furtado Souza, Secretária de Ação Social, Maria Auxiliadora Bessa Santos, Secretária Municipal de Saúde, Antônio Paz Romão, Presidente da CPL, Adelino Arrudo dias Lima, membro da CPL, Maria Mozarina Viana, membro da CPL, DR Transportes Ltda.
Advogados constituídos nos autos: José Moreira Lima Júnior (OAB/CE 6.986); Ana Paola Lopes de Melo César (OAB/CE 14.356); Carolina Teles Remigio (OAB/CE 20.497)

TC-009.993/2003-4
Natureza: Prestação de Contas (exercício de 2002)
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado de Rondônia - Senar/RO
Responsáveis: Francisco Ferreira Cabral, Aparecido Ferreira Cabral, José Oliveira Rocha, Milton Leles Pereira, Pedro Michelon, Eufrásio Augusto da Silva, Nilton Ferreira, Daniel Kluppel Carrara, Anselmo de Jesus Abreu, Vicente Rodrigues de Moura, Terezinha Cândida Cabral, Valdeci Mendes da Silva, João José Machado, Antonio Urbano de Souza e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - Faperon
Advogados constituídos nos autos: Antônio Corrêa Júnior (OAB/DF 16.286) e outros.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-010.026/2012-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Jucás/CE
Responsáveis: Gabriel de Mesquita Facundo, ex Prefeito
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.594/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Responsável: Roberto do Rosário Carvalho
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-007.893/2012-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessados: Ministério do Esporte e Município de Condado/PE.
Responsável: Paulo Ramos de Menezes Filho.
Entidade: Município de Condado/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.223/2011-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Departamento de Administração Interna - MD.
Responsável: Carlos James Barro da Silva.
Entidade: Município de Rorainópolis/RR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.064/2011-9
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Alfredo Alves Braga; Almeri de Bittencourt Gomes; Américo Saber Neto; Ana Jane Toledo Garcia de Almeida; Ana Maria Marques Batista; Ana Maria Nunes Modesto; Ana Maria da Silva; Angela Regina da Eufrasia Muniz; Antonino de Paulo Silva; Antonio Carlos Netto da Silva Branco; Antonio Marques da Trindade Junior; Berto Castro da Mota; Clodio Alberto Pastro Sarzeto; Domingos Bezerra da Silva; Edinea Santos Sallles; Edno Nunes Cardoso; Edson Roberto de Almeida Torres; Elaine Isabel Paranaguá Nogueira Bello; Eliane Ribeiro Carmes; Elza Mendonça de Almeida; Emiliano Fagundes da Silva; Ereni Escouto Soares; Erni Pereira de Oliveira; Esther Dorcelina Conceição de Souza; Eva Maria Caldas de Oliveira; Fernando Serpa Mercê Filho; Francisca Hercilia Moreira Borges; Francisco Santos; Francisco de Assis Portela Maciel; Geisa da Silva Pimenta; Gilson Aristoteles Ferreira Teixeira; Gilson Leal Botelho; Glaiton Ronei Bento Acosta; Gonçalo Dias do Nascimento; Graciete Clara Nascimento Alvim; Itamar Cunha Cabral; Jacira de Oliveira Santos; Jacqueline Fatima Barreira; Jaime Tames Reinaga; Jaime Tames Reinaga.
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.383/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde (FNS).
Responsáveis: Carlos Alberto Timótio da Silva, ex-prefeito, gestão 2001-2004) e Severino Eudson Catão Ferreira, ex-prefeito, gestão 2005-2008).
Entidade: Município de Palmeirina/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.502/2011-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessados: Ministério da Integração Nacional e Município de São Benedito do Sul/PE.
Responsável: Fábio Dantas da Silveira Barros.
Entidade: Município de São Benedito do Sul/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.857/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério do Esporte.
Responsável: João Batista Martins da Silva.
Entidade: Município de Mirandiba - PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 18 de abril de 2013.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 12 (ORDINÁRIA)
Sessão em 23 de abril de 2013, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-001.875/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Antônio Araújo de Oliveira e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cajazeiras - PB
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.033/2008-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: João Otávio Dagnone de Melo e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Carlos - SP
Advogado constituído nos autos: Arlindo Basílio (OAB/SP 82.826) e outros.

TC-016.713/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Santa Quitéria do Maranhão/MA
Responsável: Genilda Sousa Lopes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.305/2010-9
Natureza: Recurso (Tomada de Contas Especial)
Responsáveis: Alexandre Cesar Cavalcanti Galvão e outros
Recorrente: Geraldo Francisco da Costa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.199/2007-3
Natureza: Aposentadoria
Responsáveis: Luiz Antonio Toledo de Melo e outros
Recorrentes: Luiz Antonio Toledo de Melo e outros
Interessados: Laumar José Braga e outros
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF nº 17.388); Léo Rocha Miranda (OAB/DF 10.889).

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-000.752/2013-4
Natureza: Representação
Representante: Oritur Agência de Viagens e Turismo Ltda.
Órgão: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Advogado constituído nos autos: não há

TC-002.016/2013-3
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Esteferson Vieira Lopes Junior; e outros
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.513/2012-2
Natureza: Relatório de Levantamentos
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.163/2013-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Aldecir Carlos Bufalo; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região/SC - JT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.165/2013-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Eliana Lobo Arcanjo; Laice Teles Lima
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região/MA - JT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.256/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Neuma Faria Bastos
Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Luís do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.286/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alcina Vieira Costa
Entidade: Gerência Executiva do Inss em João Pessoa/PB - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.288/2013-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cleusa Suaide da Silva Cruz; João Miranda de Oliveira
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Goiânia/GO - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.305/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mirtes Aparecida Bianchezi
Entidade: Gerência Executiva do Inss em São João da Boa Vista/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.310/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Leticia Alcici Santana
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Contagem/MG - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.385/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elias Tadeu Ferriera Lima; Gelso Bastos Vargas; Zuleika de Mello Ramalhete
Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região/DF - JT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.521/2013-1
Natureza: Pensão civil
Interessados: Maria Helena Mendes da Silva; Raquel Pereira Menezes
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.601/2013-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Carlos Goulart; Neide Maria Genero; Neusa Oliveira Berbete
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Maringá/PR - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.613/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Teresa Fiorindo
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Araraquara/SP - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.954/2012-0
Natureza: Relatório de auditoria
Responsáveis: Carlos Leôncio Souza Costa; Jose Carlos Cruz Cerqueira Moura
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia
Entidade: Prefeitura de Itapetinga - BA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.401/2001-1
Natureza: Representação
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região/RO
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região - JT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.763/2012-4
Natureza: Monitoramento
Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - MCT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.231/2012-4
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.394/2011-0
Apensos: 021.873/2011-9 (Monitoramento)
Natureza: Monitoramento
Entidade: Prefeitura de Águas Lindas de Goiás
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.163/2012-0
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado
Entidade: Imprensa Nacional - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-046.559/2012-4
Natureza: Representação
Representante: TSW Indústria e Comércio de Móveis Ltda
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.768/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Creusa Bezerra de Lima e outros
Unidade: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.391/2013-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elaine Cristina de Oliveira Soares e outros
Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.143/2013-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisa Guedes Guerra e outro
Unidade: Tribunal Regional Federal 2ª Região (RJ-ES)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.150/2013-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano de Freitas Carvalho e outros
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.153/2013-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fábio Júnio Dantas
Unidade: Conselho da Justiça Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.195/2013-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Ricardo Rodrigues de Sousa e outros
Unidade: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.363/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonia Eliane Alves Cabral e outros
Unidade: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.438/2013-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angelo Custodio Pereira e outros
Unidade: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.387/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Pedro Alves da Silva e outro
Unidade: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.525/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Moacir Oliveira
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.455/2012-3
Natureza: Reforma
Interessado: Angelo Jordão Leal
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.456/2012-0
Natureza: Reforma
Interessado: Antonio Bomfim Rosa
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.457/2012-6
Natureza: Reforma
Interessado: Antônio Caetano Portela
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.474/2012-8
Natureza: Reforma
Interessado: Eduardo Thomaz Comber
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.480/2012-8
Natureza: Reforma
Interessado: Gildásio Nogueira Magalhães
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.481/2012-4
Natureza: Reforma
Interessado: Guilherme Marques Santana
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.482/2012-0
Natureza: Reforma
Interessado: Jailton Souza Bittencourt
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.484/2012-3
Natureza: Reforma
Interessado: João Batista Braga Luciano
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.496/2012-1
Natureza: Reforma
Interessado: Luiz Carlos Pereira Lins
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.500/2012-9
Natureza: Reforma
Interessado: Marcilio Torres Freire de Oliveira
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.501/2012-5
Natureza: Reforma
Interessado: Nerivaldo Mendes Cruz
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.503/2012-8
Natureza: Reforma
Interessado: Paulo Medeiros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.505/2012-0
Natureza: Reforma
Interessado: Pedro Canuto de Lima Filho
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.510/2012-4
Natureza: Reforma
Interessado: Zaqueu Pereira Santiago
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-002.696/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ieda Rafael Gurgel Martins
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.400/2011-5
Natureza: Representação
Representante: Empresa Mactecnology Comércio de Informática Ltda.
Entidade: Universidade Federal da Bahia (UFBA/ME)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.132/2013-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luís Claudio Vianna dos Santos, Maria de Jesus Lima de Oliveira e Therezinha Maria Guabyraba Pereira Cardoso.
Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.126/2013-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camilo Spindola Silva e outros.
Órgão/Entidade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - MJ
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.136/2013-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Assis do Vale e Vinícius Gomes Costa.
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/BA - JE
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.319/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Silva Raposo de Melo e outros.
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.323/2013-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Roberto Figueiredo da Costa e outros.
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.346/2013-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Floriza Campelo Araújo
Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.379/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Noemi Fontana
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SP - JE
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.391/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcelo Henrique Tomaz Metzner
Órgão/Entidade: Tribunal Superior Eleitoral - JE
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.478/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Débora da Silva Rosa e Rosangela Ribeiro Costa.
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.047/2013-1
Natureza: Representação
Representante: Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp).
Entidade: Defensoria Pública da União (DPU/MJ)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).
Advogado constituído nos autos: Diogo Telles Akashi (OAB/SP nº 207.534) e outros

TC-009.193/2013-8
Natureza: Representação
Representante: Empresa Arcolimp Serviços Gerais Ltda.
Entidade: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo (SR/DPF/SP/MJ)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.198/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Lindsey Carvalho Campos
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.618/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ubiratan de Almeida Barbosa
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Chaves/PA e Ministério da Integração Nacional (vinculador).
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (SECEX-PA).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.771/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria do Perpétuo Socorro Oliveira de Brito
Entidade: Universidade Federal do Pará (UFPA/MEC)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.584/2008-0
Apenso: 003.974/2011-1 (Cobrança Executiva)
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2007)
Responsáveis: André da Silva Matias; Beneci Batista Ribeiro; Divino Assis da Silva; Elson Tomé Caetano; José Carlos Moreira de Souza; Juarez Martins Rodrigues; Paulo Amâncio da Silva Carelli; Pericles Jotta de Almeida; Romário Antônio Fonseca Aires; Suelene Aparecida Alves de Araújo; Welington de Arruda Passarinho.
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Ceres/GO
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (Secex/GO)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.294/2010-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisca Odelita de Oliveira Barros e outros.
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Pará
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.796/2011-6
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2010)
Responsáveis: Antônio Moises Filho de Oliveira Mota; Aristides de Souza Neto; Cláudio Ricardo Gomes de Lima; Eder Cardozo Gomes; Francisco Gutenberg Albuquerque Filho; Francisco Wilson Cordeiro de Brito; Franco de Magalhães Neto; Gilmar Lopes Ribeiro; Glória Maria Marinho Silva Sampaio; Ivam Holanda de Souza; Joaquim Rufino Neto; Joesito Brilhante Silva; José Façanha Gadelha; José Nunes Aquino; Júlio César da Costa Silva; Reuber Saraiva de Santiago; Samara Tauil Vitorino; Virgilio Augusto Sales Araripe.
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.524/2012-2
Natureza: Relatório de Levantamento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IF/PE)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (Secex-PE).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-041.811/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Deusdete Ferreira Ramos
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFSE/MEC)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-044.485/2012-3
Natureza: Relatório de Levantamento
Responsável: Maria José de Sena, Reitora
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/MEC)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (Secex-PE).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-008.416/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Luiz Carlos de Menezes Póvoa
Unidade: município de Pedra Preta/MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.467/2003-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carmélio Leão da Paixão; Ilário Zandonade
Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-000.584/2013-4
Natureza: Representação.
Unidade: Grupamento de Apoio de Brasília - GAP-BR.
Interessada: Voetur Turismo e Representações Ltda.
Advogada constituída nos autos: Andreia Lima, OAB/DF n. 25.408.

TC-001.797/2013-1
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Afrânio/PE.
Interessada: Maria Lúcia Mariano de Miranda, Prefeita.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.535/2013-4
Natureza: Representação.
Unidade: Academia da Força Aérea - Departamento de Ensino do Comando da Aeronáutica - MD/CA.
Interessada: Luanda Comércio de Suprimentos de Informática Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.485/2013-0
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Itambé/PE.
Interessado: Bruno Borba Ribeiro, Prefeito.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.975/2013-8
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Jaime Moreira da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.983/2013-0
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Joel Alves de Macedo e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.984/2013-7
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: John Riller Cardoso Pinto de Abreu e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.990/2013-7
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: José Morais de Souza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.996/2013-5
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Júlio César Rodrigues de Abreu e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.001/2013-7
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Leonardo Vieira da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.008/2013-1
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Maiko Enrique Lopes da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.013/2013-5
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Marcos Daniel Moraes Sousa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.018/2013-7
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Misael Moreira Rodrigues e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.024/2013-7
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Paulo Fernando Correa da Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.026/2013-0
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Pollyana da Silva César e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.033/2013-6
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Interessados: Rodolfo de Jesus Maciel e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.728/2013-4
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Manoel Severino da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.618/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Miracema do Tocantins/TO.
Responsável: Rainel Barbosa Araújo, ex-Prefeito.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.244/2013-4
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Claudete Lins Mayer e Claudinete Soares Lins.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.215/2010-1
Natureza: Representação.
Entidades: Municípios do Estado do Rio Grande do Norte/RN.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte - Secex/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.609/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta.
Responsáveis: Carlos Eurico Peclat dos Santos e João de Matos Suzano.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.630/2011-1
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Unidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - MD/CE.
Responsável: Álvaro Henirque Vianna de Moraes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.986/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Responsáveis: Fundação Lombardi e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-046.637/2012-5
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Amaralina/GO.
Interessada: Makbrazil Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Marco Antônio Ribeiro Feitosa, OAB/SP n. 200.096; e outros.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-005.839/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - MCT
Interessados: Bertran Antonio da Silva; Esther Levy Aguiar Wolter; Gilvan Pnto de Carvalho; Manoel Moacir Pereira Sena; Nelson de Oliveira Sena; e Rosa de Nazaré Silva Clement
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.257/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Centro de Pesquisas Renato Archer - MCT
Interessados: Akira Sakakura; Akira Sakakura; Edgard Salvador de Figueiredo; Rubens Rodrigues Sewaybricker; e Sidney Sérgio Saviani
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.207/2012-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.211/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Esly de Souza Luz; Evandro Emanuel Henriques de Mendonça; Hegel de Brito Boson; Heloisa Abbott Linke; Helton Geraldo de Barros; Henrique Olegário Pacheco; Ivan Moreira; e João Godoy Silveira
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.010/2009-7
Natureza: Tomada de Contas
Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura
Responsáveis: Elaine Rodrigues Santos; Jefferson Chaves Boechat; João Luiz Silva Ferreira; Letícia Schwarz; Marcelo James Vasconcelos Coutinho; Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa; Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes; Ricardo de Oliveira Lira; Silvana Lumachi Meireles; e Silvia Maria da Silva Stemler
Exercício: 2008
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.624/2012-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Santo Antônio de Jesus - BA
Interessada: Controladoria-Geral da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.256/2007-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Município de Curitiba - PR
Responsável: Gilberto Berguio Martin
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.264/2011-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho do Paraná - TRT/PR e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/PR
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-039.722/2012-0
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Acre Incra/AC - MDA
Responsáveis: João Thaumaturgo Neto; Maria Cristina Benvinda Fernandes; Antônio Fernandes do Nascimento Neto; Noel Matos de Araújo Chaves; João Ricardo de Oliveira; e Valter Barbosa Magalhães
Exercício: 2011
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-022.208/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial (convertida de Representação)
Unidade: Prefeitura de Altamira/PA.
Responsáveis: Domingos Juvenil Nunes de Souza, Santa Maria Comércio e Representações Ltda. e Luiz Antônio Trevisan Vedoin. Advogados constituídos nos autos: Odivaldo Saboia Alves (OAB/PA 11665), Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098).

Sustentação Oral em nome de DOMINGOS JUVENIL NUNES DE MOURA

Interessado(s) na Sustentação Oral
Walter Costa Porto - OAB/DF 6098

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-003.838/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Domingos Mourão - PI
Responsáveis: Aluiz Ferreira Viana e outros
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: Antônio Mendes Moura (OAB/PI n° 2.692)

TC-013.625/2011-0
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Maria Elisa Ribeiro Calbo
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
Advogados constituídos nos autos: Rodrigo da Silva Castro (OAB/DF 22.829) e outros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-014.203/2009-9
Natureza: Pedido de Reexame
Interessado: Iria Ramos Aricaua
Recorrente: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas.
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.591/2008-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Estacon Engenharia S/A
Órgão: Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e outros

TC-015.321/2011-8
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-árido/RN - MEC
Interessado: Alvani Batista da Silva
Advogados constituídos nos autos: Vinicius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3074) e outros.

TC-015.324/2011-7
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-árido/RN - MEC
Interessado: Delvai Valdes de Murilo
Advogados constituídos nos autos: Vinicius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3074) e outros.

TC-015.325/2011-3
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-árido/RN - MEC
Interessado: Deonídio Pinheiro dos Santos
Advogados constituídos nos autos: Vinicius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3074) e outros

TC-015.408/2011-6
Natureza: Embargos de Declaração (em processo de Aposentadoria)
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Interessado: Roberto Alexandre Vitoria de Moraes
Advogados constituídos nos autos: Adovaldo Dias de Medeiros Filho (OAB/DF 26.889) e outros

TC-015.554/2008-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Responsáveis: Banco do Brasil S.A. - MF; Cast Informática Ltda
Interessado: Guilherme Arruda de Oliveira
Advogados constituídos nos autos: Márcia Aparecida F. Calarezi (OAB/SP nº 213.087), Eduardo Han (OAB/DF nº 11.714) e Erika C. Frageti Santoro (OAB/SP nº 128.776)

TC-015.556/2004-2
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Ipameri - GO
Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto e outros
Interessado: Comissão de Inventariança do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)
Advogado constituído nos autos: Guilherme Loureiro Perocco (OAB/DF 21.331) e outros

TC-017.155/2009-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Carauari - AM
Responsáveis: Bruno Luis Litaiff Ramalho; Prefeitura Municipal de Carauari - AM; Trenna Construção Comércio e Serviços Ltda.
Interessado: Departamento de Administração Interna - MD
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.348/2011-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Piauí - PI
Responsável: Roberth Paulo Paes Landim
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE; Prefeitura Municipal de São João do Piauí - PI
Advogado constituído nos autos: Everardo Oliveira Nunes de Barros (OAB/PI nº 2.789/96) e outros

TC-019.298/2009-5
Apenso: 004.339/2009-3
Natureza: Recurso de Reconsideração - Prestação de Contas
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
Recorrentes: Silvia Evangelista Pimenta; Pedro Paulo de Siqueira Coutinho
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.543/2009-6
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Nova Ubiratã - MT
Responsável: José Bauer
Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS e Município de Nova Ubiratã - MT
Advogado constituído nos autos: Osvaldo Pereira Braga (OAB/MT 6.012) e Cláudia Pereira B. Negrão (OAB/MT 7.339

TC-022.102/2009-0
Natureza: Recurso de reconsideração (TCE)
Recorrente: Adão Ribeiro Soares
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jacundá - PA.
Advogado constituído nos autos: Sábato Giovani Megale Rossetti (OAB/PA nº 2.774) e outros

TC-024.124/2009-7
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Juruá/AM.
Recorrente: Tabira Ramos Dias Ferreira
Advogados constituídos nos autos: Diogo de Mendona Melim, OAB/DF nº 35.188; Antônio das Chagas Ferreira Batista, OAB/AM nº 4.177.

TC-031.218/2010-5
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Recorrente: Romeiro José Costeira de Mendonça
Órgão: Município de Presidente Figueiredo/AM.
Interessados: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Fundo Nacional de Assistência Social.
Advogados constituídos nos autos: Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB/AM 6.945), Aldenize Magalhães Aufiero (OAB/AM 1.874); Marizete de Souza Caldas (OAB/AM 6.405) e Aniello Miranda Aufiero (OAB/AM 1.579) e outros.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-002.534/2012-6
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC.
Recorrente: Zita Alves Vilar.
Advogados constituídos nos autos: Arianne Beatriz F. Ferreira - OAB/PI 7.343; Helbert Maciel - OAB/PI 1.387; Igor Moura Maciel - OAB/PE 8.747-E.

TC-007.019/2012-2
Natureza: Representação.
Unidade: Prefeitura de João Neiva - ES.
Responsável: Luiz Carlos Peruchi.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.072/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura de Barra do Garças - MT.
Responsáveis: Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT e Wanderlei Farias Santos.
Advogados constituídos nos autos: Daniel Marcelo Alves Casella, OAB/MT 13.180 e Dilermando Vilela Garcia Filho, OAB/MT 4.275.

TC-017.771/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Maceió/AL.
Responsáveis: Katia Born Ribeiro; Prefeitura de Maceió - AL; Rosa Maria Barros Tenório.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.563/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial (convertida de Representação).
Unidade: Centro Acreano de Inclusão Social/AC.
Responsáveis: Ruth Martins Pereira, CAIS -Centro Acreano de Inclusão Social, Suprema - Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representações Ltda. - ME, Ricardo Waldmann Brasil, Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros.
Advogado constituído nos autos: Válber da Silva Melo (OAB/MT: 8.927).

TC-020.615/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial (convertida de Representação).
Unidade: Prefeitura de Ituaçu/BA.
Responsáveis: Albércio da Costa Brito Filho, Cléia Maria Trevisan Vedoin e Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda.. Advogados constituídos nos autos: Alberto Jorge Santiago Cabral (OAB/DF 12.105) e Paulo Antonio Cabral de Menezes (OAB/PB 8.830).

TC-022.109/2009-1
Natureza: Tomada de Contas Especial (convertida de Representação)
Unidade: Sociedade Pestalozzi de São Paulo/SP.
Responsáveis: Sociedade Pestalozzi de São Paulo, Suprema - Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representações Ltda. - ME, Graciene Conceição Pereira, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Ricardo Waldmann Brasil e Ronildo Pereira Medeiros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.413/2010-9
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.
Interessados: Daniel Faerman, Djalma Selistre Neto, Diana Medeiros de Miranda, Davi Ferreira da Silva Mussoline, Eleusa Martins Rodrigues Amaral, Elias Escobar, Dinei De Souza Bizzo, Denis Ribeiro dos Santos, Edilson Jose da Silva e Debora Suely Pereira de Araujo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.414/2010-5
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.
Interessados: Fabiana Mothe Anel Areas, Fernando Malheiro Stempniewski, Flavio Leite Ribeiro, Fernando Luiz Paranhos Silva, Elton De Souza Zanatta, Francisco Leite Serra Azul Neto, Fernando Jose Viana, Ericsson Rommel Assunção de Souza, Fernando Carlos de Souza Caldas e Flavio Duprat.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-013.568/2009-5
Natureza: Pedidos de Reexame em Representação.
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC.
Responsáveis: Adail Ferreira da Silva Paz; Alexandre Jose de Almeida Gama; Almir Pereira de Souza; Angela Maria Rocha Gonçalves de Abrantes; Antonio Marcus Nogueira Lima; Antônio Gláucio de Sousa Gomes; Arjuna Escariao Agripino; Bráulio Maia Júnior; Claudiano Lopes Diniz; Crislene Rodrigues da Silva Morais; Edeilde Gonçalves da Silva; Edinalda Gualberto Duarte; Edjane Esmerina Dias da Silva; Elisabeth de Oliveira; Enilson Palmeira Cavalcanti; Francisco Augusto de Souza; Fábio de Freitas Pereira; Gilmar Trindade de Araújo; Hermília Feitosa J. Ayres Barbosa; Homero Gustavo Correia Rodrigues; Jaime Alves Barbosa Sobrinho; Jarbas Sobreira Moreira Junior; Joaquim Cavalcante de Alencar; Josevaldo Pessoa da Cunha; José Irelanio Leite de Ataide; José Pinheiro Lopes Neto; José Wanderley Alves de Sousa; João Batista Queiroz de Carvalho; João Batista da Silva; Juliana Maria Carneiro Wanderley; Juscelino de Farias Maribondo; Kilson Pinheiro Lopes; Lemuel Dourado Guerra Sobrinho; Macário de Araújo Cavalcante; Manassés da Costa Agra Mello; Moema Soares de Castro; Mário de Sousa Araújo Filho; Mércia de Fátima Araújo Gonçalves Lima; Paulo Matias de Figueiredo Junior; Paulo de Freitas Monteiro; Paulo de Melo Bastos; Pedro Vieira de Azevedo; Perla de Sousa Alves; Romulo Raimundo Maranhão do Vale; Sandra Sueli Carvaslho Bezerra; Thompson Fernandes Mariz; Valdir Cesarino de Souza; Vicente Ferrer Gomes; Vivian Monteiro; Walman Benício de Castro; Wellington Santos Mota
Advogados constituídos nos autos: Jonabio Barbosa dos Santos, OAB/PB nº 9897; José Campos Filhos, OAB/PB nº 8.581; Tércio de Sousa Mota, OAB/PB nº 12.092.

TC-014.247/2010-0
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Recorrentes: George Raulino; Jorge Marinho de Araujo; Luis Humberto Miranda Martins Pereira e Maria Rita Leal.
Advogados constituídos nos autos: Roberto de Figueiredo Caldas (OAB/DF 5.939); Mauro de Azevedo Menezes (OAB/DF 19.241), José da Silva Caldas (OAB/DF 6.002); e outros

TC-017.416/2011-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro/AL
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.098/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Gararu/SE
Recorrente: João Francisco Albuquerque de Oliveira
Interessado: Fundação Nacional de Saúde-Funasa - Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: Mamede Fernandes Dantas Neto - OAB/SE nº 1814; Lourival Freire Sobrinho - OAB/SE nº 5646.

TC-027.879/2011-9
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria
Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Recorrente: Neide de Faria
Advogado constituído nos autos: Rodrigo da Silva Castro - OAB/DF nº 22.829 e Rachel Silveira Dovera OAB/DF nº 27.277.

TC-030.955/2010-6
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Recorrentes: Suelir Júlia Alves; Tânia Maria Gomes do Amaral; Terezinha Chiocca; Terezinha Jandira Ramos; Valdir João da Cunha; Vera Maria Ribeiro Nogueira; Verônica Rocha dos Santos; Vidomar Leopoldo Carlos; Walmor Orlando Pierre; Wilson Arcanjo da Silva; Zélia Zenft Fraga Machado; Zilda Casimira da Costa
Interessados: Sílvio Sandri; Suelir Júlia Alves; Tanaro Pereira Bez; Tânia Maria Gomes do Amaral; Tânia Vanessa Nothen Mascarello; Terezinha Chiocca; Terezinha Jandira Ramos; aldir João da Cunha; Vânia Lucia Coutinho Rabelo; Vera Maria Ribeiro Nogueira; Verônica Rocha dos Santos; Vidomar Leopoldo Carlos; Volnei Ivo Carlin; Walmor Orlando Pierre; Wilson Arcanjo da Silva; Wilson Valgas dos Santos; Zélia Zenft Fraga Machado; Zilda Casimira da Costa
Advogados constituídos nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12605)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-006.483/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Pelotas/RS - INSS/MPS
Interessada: Sandra Regina Martinez Fagonde
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-012.078/2010-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Entidade: Prefeitura Municipal de Brasileira - PI
Recorrente: Messias Ribeiro Batista Filho
Advogado constituído nos autos: Carmen Gean Veras de Meneses, OAB/PI 4119 e Higor Penafiel Diniz, OAB/PI 8500 (peça 8, p. 1-2).

TC-014.649/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional - Sedurb-PA.
Responsáveis: Estacon Engenharia S.A.; Paulo Elcídio Chaves Nogueira.
Advogados constituídos nos autos: Almerindo Trindade (OAB/PA n.º 1069); Georges Chedid Abdulmassih Júnior (OAB/PA 8.008); Marília Gabriela de Fátima do Amaral Machado (OAB/PA 13.117).

TC-020.614/2010-1
Natureza: Recurso de Reconsideração
Unidade: Prefeitura Municipal de Alto Longá - PI
Interessado: Augusto César Abreu da Fonseca, ex-Prefeito
Advogado constituído dos autos: Everardo Oliveira Nunes de Barros (OAB/PI nº 2.789)

TC-027.602/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Entidade: Município de Isaías Coelho - PI
Recorrentes: Francisco das Chagas Silva e Mirante Engenharia Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Armando Ferraz Nunes (OAB/PI 14/77) e Débora Nunes Martins (OAB/PI 5383), Marcos André Lima Ramos (OAB/PI 3839 e OAB/MA 7773-A), Igor Martins Ferreira de Carvalho (OAB/PI 5085), Kaaliny de Carvalho Costa (OAB/PI 4598) e Carla Danielle Lima Ramos (OAB/PI 3299).

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-003.172/2013-9
Natureza: Representação
Representante: Luzivete Botelho da Silva, prefeita
Unidade: Município de Itinga do Maranhão/MA
Advogados constituídos nos autos: Amadeus Pereira da Silva (OAB/MA 4408) e outros

TC-005.806/2013-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Onaide Maria Luna; Orlando Gomes; Oscar Sansão Filho; Patrícia Guedes de Oliveira Santos; Paulo Cesar de Oliveira Paz; Paulo Roberto Alves; Paulo Roberto Franco; Paulo Rogerio Sousa da Silva; Paulo Sergio de Jesus; Pedro Pereira Alves; Pedro dos Santos Moreira; Peri Silveira Rosca; Raimunda de Fátima Luz de Souza; Raimundo Pereira do Nascimento; Raquel Alves; Raul Salgado Zenha Filho; Regina Batista Siqueira; Renee Pimentel Reis; Ricardo Marcelo dos Reis; Ricardo Ney de Oliveira Lima Telles
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.701/2013-6
Natureza: Representação
Representante: Sand Serviços Ltda.
Unidade: Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro - AMRJ
Advogado constituído nos autos: Ricardo D' Avila (OAB/RJ 176.569)

TC-014.269/2010-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria de Lourdes Brandão
Unidade: Imprensa Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.802/2007-7
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Ari Matos Cardoso, Nadir Maria Alverca e Waldeir Nunes de Oliveira
Unidade: Município de São Luiz do Anauá/RR
Advogados constituídos nos autos: Erik Franklin Bezerra (OAB/DF 15.978) e outros

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-008.484/2010-4
Natueza: Pensão Civil.
Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/ES.
Interessada: Marielle Magdalena Magalhães Santos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.495/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Tocantinópolis/TO.
Responsáveis: José Bonifácio Gomes de Souza, ex-prefeito Municipal, e Carlos Alexandre Gomes Chaves, Secretário Municipal de Finanças.
Advogado constituído nos autos: Leandro Finelli Horta Vianna, OAB/TO n. 2.135.ª

TC-032.352/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Dianópolis/TO.
Responsável: José Salomão Jacobina Aires, Prefeito.
Advogado constituído nos autos: Márcia Regina Pareja Coutinho, OAB/TO n. 614.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-003.081/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessada: Maria Socorro de Castro Aquino
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.897/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Chorrochó/BA
Responsável: José Juvenal de Araujo, ex-prefeito.
Advogado constituído nos autos: Clécio da Rocha Reis, OAB/BA nº 16.387 e outros.

TC-015.919/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado do Acre
Interessados: Antonia dos Santos Lopes; Ariele Messias da Costa; Atayara Maria dos Santos Lopes Teixeira; Cesaria Ferreira Soares; Christian Mendonça Sales; Elielton Messias da Costa; Esmerindo Sales Costa; Hercules Joshua Silva da Costa; Jerffeson Luiz Pereira de Souza; Maria Edith Ferreira de Souza; Maria Rodrigues de Messias
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.874/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Feira de Santana Hospital Dom Pedro de Alcântara
Responsável: José Mendes Neto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.082/2012-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Iuiu/BA
Responsável: Manoel Francisco Guedes , ex-prefeito.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.572/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Amontada/CE
Responsáveis: Francisco Edilson Teixeira; Francisco Garcia Filho; Lokal Construções e Serviços Ltda.; Magna Kelly Medeiros Bruno; Maria Elisa Coelho Cardoso; Monica Maria Carvalho de Oliveira
Advogado constituído nos autos: José Djalro Dutra Cordeiro - OAB/CE 5.152.

TC-023.740/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCT
Responsável: Rodolfo Sampaio de Oliveira Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.939/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo - ECT
Responsável: Maria de Fátima Sá Vieira
Advogado constituído nos autos: Cícero Saraiva Rocha, OAB/CE nº 8.466.

TC-033.714/2008-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Fundo Nacional de Cultura - FNC/MinC
Responsáveis: Cateretê - Associação Artística e Cultural de Planaltina/DF; Cláudia Sylvana Carlos de Andrade
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.946/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Iramaia/BA
Responsável: José Rodrigues de Carvalho Júnior
Interessado: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 18 de abril de 2013.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 132, DE 18 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971,

Considerando que a empresa Auri Gomes de Holanda ME, localizada na Rua Dr. João Moreira, 171A - Centro - Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 23.541.691/0001-36, não forneceu o material objeto da Nota de Empenho 2012NE003276, Processo n° 134.764/11, resolve:

Aplicar à empresa as seguintes penalidades:

- multa de R$ 2.471,65 (dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), conforme previsto no item 10 do Anexo n° 3 do Edital de Pregão Eletrônico n° 131/12.

- suspensão da empresa do direito de licitar e contratar com a Câmara dos Deputados pelo período de 02 (dois) anos, conforme previsto no subitem 4.1, letra "c", do Anexo n° 3, c/c art. 87 da Lei 8.666 /93.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de março de 2013. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS CORRENTES	332.555.134,15	DESPESAS CORRENTES	206.615,18
Receita Patrimonial	329.575.961,41	Outras Despesas Correntes	199.777,89
Receita de Serviços	6.020,92	Outras Despesas	199.777,89
Outras Receitas Correntes	2.973.151,82	Despesa entre Órgãos do Orçamento	6.837,29
RECEITAS DE CAPITAL	100.496,00	Outras Despesas Correntes	6.837,29
Alienação de Bens	100.496,00	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	377.404.884,32
DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.819,04)	Valores em Circulação	372.385.215,68
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	223,58	Recursos Especiais a Receber	372.385.215,68
Transferências Extra-Orçamentárias	223,58	Depósitos	7.159,14
Transferências Diversas Recebidas	223,58	Depósitos de Diversas Origens	7.159,14
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	44.961.464,81	Obrigações em Circulação	5.012.285,92
Valores em Circulação	41.169.438,08	RP's Não Processados - Inscrição	5.012.285,92
Recursos Especiais a Receber	41.169.438,08	Ajustes de Direitos e Obrigações	223,58
Depósitos	16.705,07	Incorporação de Obrigações	223,58
Depósitos de Diversas Origens	16.705,07	Outras Incorporações de Obrigações	223,58
Obrigações em Circulação	3.775.321,66		
Restos a Pagar	3.775.321,66		
Não Processados a Liquidar	3.721.316,58		
Não Processados Liquidados	25.257,88		
Cancelado	28.747,20		
TOTAL DE INGRESSOS	377.611.499,50	TOTAL DE DISPÊNDIOS	377.611.499,50

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO FINANCEIRO	372.385.215,68	PASSIVO FINANCEIRO	3.763.279,53
Créditos em Circulação	372.385.215,68	Depósitos	16.705,07
Limite de Saque c/ Vinc. Pagamento	372.385.215,68	Depósitos de Diversas Origens	16.705,07
ATIVO NÃO FINANCEIRO	3.877.301,69	Obrigações em Circulação	3.746.574,46
Realizável a Curto Prazo	3.877.301,69	Restos a Pagar Não Processados	3.746.574,46
Créditos em Circulação	3.877.301,69	A Liquidar	3.721.316,58
Outros Créditos em Circulação	5.337.491,39	Liquidados	25.257,88
Provisão Para Devedores Duvidosos	(1.460.189,70)	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(3.721.316,58)
ATIVO REAL	376.262.517,37	Obrigações em Circulação	(3.721.316,58)
ATIVO COMPENSADO	2.224.775,41	Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(3.721.316,58)
Compensações Ativas Diversas	2.224.775,41	PASSIVO REAL	41.962,95
Responsabilidades Por Valores, Títulos e Bens	11.602,55	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.220.554,42
Direitos e Obrigações Contratuais	2.213.172,86	Resultados Acumulados	373.411.648,68
		Resultados de Exercícios Anteriores	373.411.648,68
		Resultado do Período	2.808.905,74
		Situação Patrimonial Ativa	376.262.517,37
		Situação Patrimonial Passiva	(373.453.611,63)
		PASSIVO COMPENSADO	2.224.775,41

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Compensações Passivas Diversas	2.224.775,41
		Valores, Títulos e Bens Sob Responsabilidade	11.602,55
		Direitos e Obrigações Contratadas	2.213.172,86
ATIVO TOTAL	378.487.292,78	PASSIVO TOTAL	378.487.292,78

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ORÇAMENTÁRIAS	332.649.811,11	ORÇAMENTÁRIAS	206.615,18
Receitas Correntes	332.555.134,15	Despesas Correntes	206.615,18
Receita Patrimonial	329.575.961,41	Outras Despesas Correntes	199.777,89
Receita de Serviços	6.020,92	Despesa entre Órgãos do Orçamento	6.837,29
Outras Receitas Correntes	2.973.151,82	Outras Despesas Correntes	6.837,29
Receitas de Capital	100.496,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	330.406.160,03
Alienação de Bens	100.496,00	Interferências Passivas	271.947,24
Deduções da Receita	(5.819,04)	Transferências de Bens e Valores Concedidos	243.499,24
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	771.869,84	Movimento de Fundos a Crédito	28.448,00
Interferências Ativas	223,58	Decréscimos Patrimoniais	330.134.212,79
Movimento de Fundos a Débito	223,58	Desincorporações de Ativos	329.224.599,72
Acréscimos Patrimoniais	771.646,26	Baixa de Bens Intangíveis	14.609,08
Incorporações de Ativos	353.634,76	Baixa de Direitos	329.209.990,64
Incorporação de Bens Móveis	271.947,24	Ajustes de Bens, Valores e Créditos	12.580,37
Incorporação de Bens Intangíveis	14.609,08	Ajustes de Créditos	12.580,37
Incorporação de Direitos	67.078,44	Incorporação de Passivos	897.032,70
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	389.264,30	RESULTADO PATRIMONIAL	2.808.905,74
Ajustes de Créditos	389.264,30	Superávit	2.808.905,74
Desincorporação de Passivos	28.747,20		
VARIAÇÕES ATIVAS	333.421.680,95	VARIAÇÕES PASSIVAS	333.421.680,95

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1- Contexto Operacional - O objetivo do Fundo Rotativo é prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, programas de assistência social, melhoria das condições de trabalho de deputados e funcionários e realizações outras que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.
NOTA 2- Elaboração das Demonstrações - As demonstrações contábeis foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei n.º 4.320, de 1964, consubstanciados no Plano de Contas da Administração Pública Federal.
NOTA 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis - a) Disponibilidades - representadas, exclusivamente, pelo saldo da conta limite de saque com vinculação de pagamento conforme orientação da Mensagem n.º 2001/688.650 da COFIN/CCONT. b) Receitas e Despesas Orçamentárias - registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei 4.320/64.
NOTA 4- Resultado Patrimonial - Apresenta no mês de março de 2013 um superávit de R$2.808.905,74
.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7.504/0-8

GÉRSON GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 10.119

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9.016

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2013

Presidente da Turma: Senhor Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 18:43 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

DISTRIBUIÇÃO

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 0000005-25.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LISTISCONSORTE PASSIVO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
ASSUNTO: Litigância de Má-fé - Partes e Procuradores - Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 0058559-48.2006.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEDA MARIA ALMEIDA VALADÃO
PROC./ADV.: ALEXANDRE LUNES MACHADO
PROC./ADV.: MARCUS V. M. SEGURADO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE
ASSUNTO: Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2008.38.00.718777-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AMARILIS DOS REUIS LEIJOTO
PROC./ADV.: SUZANA SUELY OLIVEIRA MELO CARNEIRO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2010.38.00.700110-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: OS MESMOS
REQUERENTE: JOSE GARCIA DA SILVA
PROC./ADV.: OS MESMOS
REQUERIDO(A): OS MESMOS
PROC./ADV.: OS MESMOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

DISTRIBUIÇÃO

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0035586-15.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: SILVANA DE SANTANA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.72.51.005189-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
REQUERIDO(A): DIJALMA BRAZ MOURA
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 5004773-87.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO JERONIMO VIEIRA
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE RODRIGUES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
ASSUNTO: Conversão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília, 17 de abril de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

REPUBLICAÇÃO(*)

PROCESSO: 2010.51.51.040705-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: WILSON DA ROCHA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.
Entendeu a Turma de origem que a imunidade tributária instituída até o valor dos proventos correspondentes ao teto de benefícios do RGPS, concedida ao servidor público civil, não se estende ao militar.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ e do STF segundo a qual a imunidade de contribuição previdenciária, até o limite máximo fixado para o RGPS, aplica-se tanto ao servidor público civil quanto ao militar.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2010.51.51.040706-0, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215- 10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 1º de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 5-4-2013, Seção 1, páginas 106/116, com incorreção no original.
PROCESSO: 2010.51.51.037071-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GILBERTO SILVA FERNANDES
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.
Entendeu a Turma de origem que a imunidade tributária instituída até o valor dos proventos correspondentes ao teto de benefícios do RGPS, concedida ao servidor público civil, não se estende ao militar.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ e do STF segundo a qual a imunidade de contribuição previdenciária, até o limite máximo fixado para o RGPS, aplica-se tanto ao servidor público civil quanto ao militar.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2010.51.51.040706-0, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215- 10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 1º de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 5-4-2013, Seção 1, páginas 106/116, com incorreção no original.
PROCESSO: 2010.51.51.037055-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: HAROLDO PRADO DE AZEVEDO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.
Entendeu a Turma de origem que a imunidade tributária instituída até o valor dos proventos correspondentes ao teto de benefícios do RGPS, concedida ao servidor público civil, não se estende ao militar.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ e do STF segundo a qual a imunidade de contribuição previdenciária, até o limite máximo fixado para o RGPS, aplica-se tanto ao servidor público civil quanto ao militar.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2010.51.51.040706-0, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 1º de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 05-04-2013, Seção 1, páginas 106/116, com incorreção no original.
PROCESSO: 2010.51.51.036861-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ALENCAR DUARTE MOREIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.
Entendeu a Turma de origem que a imunidade tributária instituída até o valor dos proventos correspondentes ao teto de benefícios do RGPS, concedida ao servidor público civil, não se estende ao militar.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ e do STF segundo a qual a imunidade de contribuição previdenciária, até o limite máximo fixado para o RGPS, aplica-se tanto ao servidor público civil quanto ao militar.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2010.51.51.040706-0, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 1º de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 05-04-2013, Seção 1, páginas 106/116, com incorreção no original.
PROCESSO: 2010.51.51.036901-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FLORIZ LEAL ANDRADE SALES
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.
Entendeu a Turma de origem que a imunidade tributária instituída até o valor dos proventos correspondentes ao teto de benefícios do RGPS, concedida ao servidor público civil, não se estende ao militar.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ e do STF segundo a qual a imunidade de contribuição previdenciária, até o limite máximo fixado para o RGPS, aplica-se tanto ao servidor público civil quanto ao militar.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2010.51.51.040706-0, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 1º de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 5-4-2013, Seção 1, páginas 106/116, com incorreção no original.

DECISÕES

PROCESSO: 2011.51.51.003932-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERENTE: WILSON PACIÊNCIA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2011.51.51.003944-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DÉCIO SINOTTI
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2011.51.51.003928-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARCOS DE FREITAS LIMA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505281-66.2010.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOANA DOS SANTOS DE ABREU
PROC./ADV.: CRISTIANE REIS DE AMORIM BASILIO
OAB: AL-7 382

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas.
A sentença julgou parcialmente procedente o pedido inicial conce-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dendo o benefício de auxílio-doença. A Turma Recursal deu parcial provimento ao recurso da autora para conceder o benefício de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a parte autora não se encontra apta ao exercício de qualquer outra função laborativa.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ e de turma recursal da mesma região - TRF 5ª Região - segundo a qual a concessão do benefício aposentadoria por invalidez é condicionada à comprovação, mediante perícia médica, de incapacidade que imponha ao segurado a impossibilidade de exercer toda e qualquer atividade profissional que lhe assegure a subsistência, bem como a inviabilidade de reabilitação. Aduz que as doenças que acometem a parte autora não caracterizam a invalidez.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
De início, a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal de mesma região não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Por sua vez, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca da incapacidade da parte autora não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036889-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: LUIZ CARLOS PAES
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036874-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ENOCH SANTOS DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036863-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOSIAS FARIAS E SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036885-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ROBERTO JOÃO DOERL
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036868-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: OSWALDO PEREIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036883-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: RAYMUNDO NONATO MARINHO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2010.51.51.036880-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036864-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOSEMAR HIPOLITO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036886-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: PAULO MATTOS
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036871-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOSÉ ARTEIRO DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036862-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOÃO CARLOS CHROCKATT DE FARIA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036876-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NARCISO JOSÉ MOREIRA TELLES DE SOUZA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036887-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): JACYNTHO CHAGAS DAGER
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.036872-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ENIO DE ABREU FRANCO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN
OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de restituição dos valores indevidamente descontados, a título de contribuição previdenciária, incidente sobre os valores que não excederem o teto do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, instituído pela EC 41/03.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR de SC e do STJ segundo a qual a imunidade prevista no art. 195, II, da CF, introduzida pela EC 41/93, deve abranger também os militares inativos no que se refere ao teto geral da previdência social e ao patamar inicial da incidência tributária.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 201051510407060, pacificou sua jurisprudência no sentido de que "A contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0060122-86.2006.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ MARIA CAMILO
PROC./ADV.: JOSILMA SARAIVA
OAB: DF-11997
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Brasília.
A Turma de origem negou provimento ao pedido de uniformização de jurisprudência, sob o fundamento de que não é devida indenização por dano moral pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste salarial de servidores públicos.
Sustenta o requerente que, ao contrário do decidido, é devida indenização por dano material pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste salarial de servidores públicos, conforme mora reconhecida pelo STF na ADIN 2.061/99. Requer, assim, o provimento do recurso.
Pleiteia, alternativamente, o sobrestamento do presente recurso até o julgamento do RE 565.089/SP pelo Supremo Tribunal Federal.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
O art. 6º, III, do RITNU estabelece que o pedido de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material contra decisão de Turma Regional de Uniformização somente pode ser manejado se proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência do STJ.
O recorrente, todavia, apresenta como paradigmas arestos da própria Turma Regional, razão por que o pedido não merece seguimento.
Além disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou seu entendimento de não ser devida indenização a servidor público em decorrência da omissão do Poder Executivo no encaminhamento de projeto de lei dispondo sobre o reajuste salarial dos servidores públicos federais. Nesse sentido: PEDILEF 2005.51.66.0014721.
Por fim, diante da ausência de pressuposto de admissibilidade, fica prejudicado o pedido de sobrestamento do feito, até o julgamento final do RE 565.089/SP.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2013.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0060135-85.2006.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ERMIM ROSA DA SILVA
PROC./ADV.: JOSILMA SARAIVA
OAB: DF-11997
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.
A Turma de origem negou provimento ao pedido de uniformização de jurisprudência, sob o fundamento de que não é devida indenização por dano moral pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste salarial de servidores públicos.
Sustenta a parte requerente que, ao contrário do decidido, é devida a referida indenização, conforme mora reconhecida pelo STF na ADIN 2.061/99. Requer, assim, o provimento do recurso ou, alternativamente, o seu sobrestamento até o julgamento do RE 565.089/SP pelo Supremo Tribunal Federal.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
O art. 6º, III, do RITNU estabelece que o pedido de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material contra decisão de Turma Regional de Uniformização somente pode ser manejado se proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência do STJ.
A parte recorrente, todavia, apresenta como paradigmas arestos da própria Turma Regional, razão por que o pedido não merece seguimento.
Além disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou seu entendimento de não ser devida indenização a servidor público em decorrência da omissão do Poder Executivo no encaminhamento de projeto de lei dispondo sobre o reajuste salarial dos servidores públicos federais. Nesse sentido: PEDILEF 2005.51.66.0014721.
Por fim, diante da ausência de pressuposto de admissibilidade, fica prejudicado o pedido de sobrestamento do feito, até o julgamento final do RE 565.089/SP.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0064253-16.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ERVAL DE CERQUEIRA LIMA SOUZA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
OAB: BA 27287
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0004390-58.2009.4.03.6311, nos seguintes termos:
"Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado por Clea Pires Tauro com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela inaplicabilidade da Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após 04/10/1988, restando as diferenças salariais pleiteadas atingidas pela prescrição qüinqüenal.
Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a jurisprudência pátria, sendo devida a revisão dos reajustes aplicados à renda mensal do auxílio-doença, que precedeu a concessão da aposentadoria por invalidez, mediante aplicação da Súmula 260 do extinto TRF, com vista a produzir efeitos reflexos na RMI e nas parcelas sucessivas daquele. Aduz ainda que quanto à prescrição, por consistir em prestação de trato sucessivo, não alcança o próprio fundo de direito, mas apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos contados da propositura do feito, conforme jurisprudência que cita.
O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.
É o relatório. Decido.
Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 7º, VII, "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:
a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;
b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;
c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.
Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.
Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais."
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "b" da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o trânsito em julgado.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de fevereiro de 2013.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0060133-18.2006.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: NELCI FARIA
PROC./ADV.: JOSILMA SARAIVA
OAB: DF-11997
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Brasília.
A Turma de origem negou provimento ao pedido de uniformização de jurisprudência, sob o fundamento de que não é devida indenização por dano moral pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste salarial de servidores públicos.
Sustenta o requerente que, ao contrário do decidido, é devida indenização por dano material pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste salarial de servidores públicos, conforme mora reconhecida pelo STF na ADIN 2.061/99. Requer, assim, o provimento do recurso.
Pleiteia, alternativamente, o sobrestamento do presente recurso até o julgamento do RE 565.089/SP pelo Supremo Tribunal Federal.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
O art. 6º, III, do RITNU estabelece que o pedido de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material contra decisão de Turma Regional de Uniformização somente pode ser manejado se proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência do STJ.
O recorrente, todavia, apresenta como paradigmas arestos da própria Turma Regional, razão por que o pedido não merece seguimento.
Além disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou seu entendimento de não ser devida indenização a servidor público em decorrência da omissão do Poder Executivo no encaminhamento de projeto de lei dispondo sobre o reajuste salarial dos servidores públicos federais. Nesse sentido: PEDILEF 2005.51.66.0014721.
Por fim, diante da ausência de pressuposto de admissibilidade, fica prejudicado o pedido de sobrestamento do feito, até o julgamento final do RE 565.089/SP.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2013.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0060118-49.2006.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: GERALDO MAJELA CHAVES
PROC./ADV.: JOSILMA SARAIVA
OAB: DF-11997
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Brasília.
A Turma de origem negou provimento ao pedido de uniformização de jurisprudência, sob o fundamento de que não é devida indenização por dano moral pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste salarial de servidores públicos.
Sustenta o requerente que, ao contrário do decidido, é devida indenização por dano material pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste salarial de servidores públicos, conforme mora reconhecida pelo STF na ADIN 2.061/99. Requer, assim, o provimento do recurso.
Pleiteia, alternativamente, o sobrestamento do presente recurso até o julgamento do RE 565.089/SP pelo Supremo Tribunal Federal.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
O art. 6º, III, do RITNU estabelece que o pedido de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material contra decisão de Turma Regional de Uniformização somente pode ser manejado se proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência do STJ.
O recorrente, todavia, apresenta como paradigmas arestos da própria Turma Regional, razão por que o pedido não merece seguimento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Além disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou seu entendimento de não ser devida indenização a servidor público em decorrência da omissão do Poder Executivo no encaminhamento de projeto de lei dispondo sobre o reajuste salarial dos servidores públicos federais. Nesse sentido: PEDILEF 2005.51.66.0014721.
Por fim, diante da ausência de pressuposto de admissibilidade, fica prejudicado o pedido de sobrestamento do feito, até o julgamento final do RE 565.089/SP.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2006.38.00.750038-1
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: LUIZ CARLOS FERREIRA
PROC./ADV.: VANESSA BRUNO VIEIRA
OAB: MG-79672
PROC./ADV.: DANIELA CRISTINA F. SILVA
OAB: MG-87834
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
A Turma de origem confirmou a sentença que julgou improcedente o pedido, em face da comprovação da capacidade da parte autora para o trabalho (fl. 175).
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência de turma recursal de região distinta - TRF da 3ª Região - segundo a qual deve ser realizada nova perícia para averiguação da real condição de saúde do autor quando os laudos são inconclusivos, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
Aponta, ainda, paradigma que concedeu a aposentadoria por invalidez no caso de espondiloartrose.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
De início, verifica-se que o suposto dissídio não foi comprovado, porquanto o requerente não juntou as certidões ou cópias autenticadas dos arestos paradigmas, nem citou o repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que estejam publicados, conforme exigência prevista na legislação de regência.
Ademais, no caso em tela, a Turma de origem, diante do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela ausência de incapacidade para o trabalho, conforme laudo pericial.
Com efeito, a pretensão de se alterar o entendimento a respeito da incapacidade da parte autora não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, portanto, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.95.027440-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALFREDOLINA MONTEIRO PEREIRA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL PEREIRA DA COSTA
OAB: RS-14504
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão de fl. 212.
A embargante alega, em síntese, a ocorrência de obscuridade no julgado, uma vez que a questão a ser decidida pelo Superior Tribunal de Justiça não se trata de matéria processual, mas sim de aplicação do art. 142 da Lei 8.213/91. Argumenta que "a implementação dos requisitos para a aposentadoria - idade e carência não necessitam ser simultâneos, sendo irrelevante o fato de o trabalhador ter perdido a qualidade de segurado" (fl. 219).
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Impugnação às fls. 224/225.
Decido.
Razão não assiste à embargante.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
No presente caso, ao contrário do afirmado pela embargante, verifica-se da decisão embargada, e dos demais julgados, que o pedido de uniformização não foi conhecido em razão do óbice contido na Questão de Ordem 18/TNU, por deficiência nas razões recursais, em face da ausência de impugnação de todos os fundamentos expostos nos julgados proferidos nas instâncias ordinárias.
Pretende a embargante, portanto, revisar o julgado que lhe foi desfavorável a fim de que as questões suscitadas sejam solucionadas de acordo com as teses que julga corretas. Tal pretensão, contudo, não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração.
Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.
Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0046063-59.2007.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: EVANDRO FRANCISCO CARVALHO
PROC./ADV.: JOSILVA SARAIVA
OAB: DF-11997
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.
A Turma de origem negou provimento ao pedido de uniformização de jurisprudência, sob o fundamento de que não é devida indenização por dano moral pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste salarial de servidores públicos.
Sustenta a parte requerente que, ao contrário do decidido, é devida a referida indenização, conforme mora reconhecida pelo STF na ADIN 2.061/99. Requer, assim, o provimento do recurso ou, alternativamente, o seu sobrestamento até o julgamento do RE 565.089/SP pelo Supremo Tribunal Federal.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
O art. 6º, III, do RITNU estabelece que o pedido de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material contra decisão de Turma Regional de Uniformização somente pode ser manejado se proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência do STJ.
A parte recorrente, todavia, apresenta como paradigmas arestos da própria Turma Regional, razão por que o pedido não merece seguimento.
Além disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou seu entendimento de não ser devida indenização a servidor público em decorrência da omissão do Poder Executivo no encaminhamento de projeto de lei dispondo sobre o reajuste salarial dos servidores públicos federais. Nesse sentido: PEDILEF 2005.51.66.0014721.
Por fim, diante da ausência de pressuposto de admissibilidade, fica prejudicado o pedido de sobrestamento do feito, até o julgamento final do RE 565.089/SP.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.38.00.726387-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DOS REIS
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO
OAB: MG 97.333
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
A Turma de origem confirmou a sentença que julgou improcedente o pedido inicial sob o fundamento de inexistência de incapacidade laborativa (fl. 80).
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 94/95).
Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do TRF da 3ª Região e do STJ segundo a qual o trabalhador que deixa de contribuir para a Previdência Social, em razão de estar incapacitado para o trabalho, não perde a qualidade de segurado.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Por sua vez, no tocante ao paradigma do STJ, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma, porquanto as bases fáticas são distintas. O acórdão recorrido trata de ausência de incapacidade laborativa atestada por laudo pericial, enquanto o paradigma refere-se a trabalhador que não perde a qualidade de segurado quando deixa de contribuir para a Previdência Social por estar incapacitado para o trabalho.
Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.706956-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: CONCEIÇÃO MARIA LISBOA
PROC./ADV.: PAULO DE TÁSSIO
OAB: BA- 28605
REQUERENTE: MARIANA LISBOA COSTA
PROC./ADV.: PAULO DE TÁSSIO
OAB: BA- 28605
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA CLARA DE SOUZA AQUINO
PROC./ADV.: ELIEZER QUEIROZ DOURADO
OAB: BA-20272

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia (fls. 400/401).
A sentença manteve a tutela concedida e julgou procedente o pedido do benefício de pensão por morte, pela presença dos requisitos legais (fls. 323/325e).
A Turma de origem negou provimento ao recurso, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos (fls. 367/369).
Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos tão somente para conceder à parte autora o benefício da justiça gratuita (fls. 335/337).
Interposto agravo, o recurso não foi provido pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Bahia, estando o acórdão assim ementado (fl. 367):
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. EXISTÊNCIA DE PROVA DOCUMENTAL DA RELAÇÃO DE COMPANHEIRISMO. RECURSO DESPROVIDO.
1.Não obstante a análise da união estável entre a demandante e o de cujus, a pretensão objetiva, precipuamente, a inclusão da parte autora como dependente do falecido, na condição de companheira, para fins de concessão de pensão por morte, justificando a participação do INSS e o processamento do feito na Justiça Federal. Preliminar de incompetência rejeitado. (TRF 2ª Região, AC 200451010204304, Sexta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. Frederico Gueiros, DJU 19/01/2010, p. 208/209).
2.A exigência para o reconhecimento da união estável é que ambos, segurado e companheira, sejam solteiros, separados de fato ou judicialmente, ou viúvos, que convivam como entidade familiar, ainda que não sob o mesmo teto, excluindo-se, assim, para fins de reconhecimento de união estável, as situações de concomitância, é dizer, de simultaneidade de relação marital.
3.In casu, a parte autora traz aos autos documentos que comprovam que manteve relação pública, contínua e duradoura, estabelecida com o intuito de constituir família, como se marido e mulher fossem, com o falecido, notadamente declaração pública de união estável, assinada pelo de cujus e com firma reconhecida (fl. 34); declaração da AMEP, em que a autora figura como dependente do seguro saúde do falecido (fl. 36); comprovantes de endereço em nome do de cujus e da autora, constando o mesmo endereço (fls. 31/32); apólice de seguro, em que a autora consta como beneficiária (fls. 45/46).
4.Ademais, restou comprovado que houve o rompimento do vínculo conjugal do de cujus com a recorrente, haja vista que ela e o falecido já estavam separados judicialmente, consoante termo de audiência e ratificação proferida pelo Juízo de Direito da 8ª Vara de Família da Comarca de Salvador/BA (fls. 233/234).
5.Recurso desprovido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos.
6.Honorários advocatícios no valor de 10% sobre o valor da condenação, na data da sentença.
No Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, sustentam as requerentes que o entendimento da Turma Recursal encontra-se divergente da jurisprudência dominante do STJ, segundo a qual a competência para o reconhecimento da união estável como pré-requisito indispensável para a concessão do benefício pretendido é da Justiça estadual. Requer, assim, o provimento do pedido (fls. 371/378e).
Inadmitido o Pedido de Uniformização, ante a não demonstração de similitude fática entre os julgados trazidos à colação (fls. 400/401e).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decido.
O recurso não merece prosperar.
Na forma exigida pelo art. 541, parágrafo único, do CPC c/c o 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, não há similitude fática entre o acórdão impugnado, que trata da concessão de pensão por morte, e os acórdãos trazidos como paradigmas, que discorrem sobre a competência da Justiça estadual de família para processar e julgar o feito.
Ante o exposto, nos termos do art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.39.00.700439-3
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADALBERTO ALMEIDA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GEORGE ANTONIO MACHADO
OAB: PA-9706
REQUERIDO(A): FRANCISCA AMIRIS DOS SANTOS
PROC./ADV.: GEORGE ANTONIO MACHADO
OAB: PA-9706
REQUERIDO(A): WILAMIR VALBI DOS SANTOS
PROC./ADV.: GEORGE ANTONIO MACHADO
OAB: PA-9706

D **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
A Turma de origem reformou a sentença, julgando procedente o pedido, sob fundamento de que "a Certidão da Justiça Eleitoral (fl. 12), qualificando a autora como agricultora desde 18/9/1986, é apta à comprovação da atividade rurícola para efeitos previdenciários" (fl. 45).
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização segundo a qual a ausência de prova material impede o reconhecimento da atividade rurícola a ensejar a concessão de benefício previdenciário.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.38.00.715809-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: VIRGÍNIA CORREIA MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JANES GOMES SILVA
OAB: MG-90773
PROC./ADV.: NORBERTO CABRAL DA CUNHA
OAB: MG-55278
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
A Turma de origem confirmou a sentença que julgou improcedente o pedido inicial sob o fundamento de que o CNIS comprova que o marido da autora exerceu trabalho urbano durante o período de carência do benefício rurícola, motivo pelo qual não está comprovado o regime de economia familiar (fls. 92/93).
Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, de turma recursal da mesma região, bem como de súmula da TNU segundo a qual o trabalho urbano exercido por um dos integrantes do núcleo familiar não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
De início, a divergência com fundamento em paradigma oriundo de Turma Recursal da mesma região não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Por sua vez, a Turma Nacional de Uniformização, através da Súmula 41/TNU, firmou o entendimento de que o trabalho urbano do marido da autora não descaracteriza, por si só, o regime de economia familiar.
Destarte, aplica-se a Questão de Ordem 20/TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito". Nesse sentido: PEDILEF 200872500033668.
Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.39.00.702595-9
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ALVES DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pará.
A sentença julgou procedente o pedido inicial. A Turma de origem deu parcial provimento ao recurso do INSS para determinar que o termo inicial do auxílio-doença seja a data do laudo pericial (fls. 52/53).
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TNU segundo a qual a data do início do benefício será a do momento do requerimento administrativo, e não a data da realização da perícia judicial, quando existirem elementos que demonstrem a incapacidade da parte autora no momento do requerimento administrativo.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0047798-86.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVANI FERREIRA SILVA GOMES
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA
OAB: MG 79.550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA
OAB: MG-70727

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
Entendeu a Turma de origem que, para a comprovação da situação de desemprego e ampliação do período de graça, a rescisão do vínculo empregatício na CTPS ou CNIS é o bastante.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ segundo a qual a mera ausência de registro de contrato de trabalho na CTPS não é suficiente para comprovar a situação de desemprego.
Decido.
A Turma Nacional de Uniformização pacificou sua jurisprudência no sentido de que, embora não seja exigível exclusivamente o registro no Ministério do Trabalho, a ausência de anotação laboral na CTPS, CNIS ou a exibição do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho não são suficientes para comprovar a situação de desemprego. Concluiu assim que deve haver dilação probatória, por provas documentais e/ou testemunhais, para comprovar tal condição e afastar o exercício de atividade remunerada na informalidade. Nesse sentido: PEDILEF 200870950035921 e PEDILEF 200771950003942.
Referidos julgados, seguindo o entendimento adotado pelo STJ no julgamento da Pet 7.115/PR, decidiu que, embora o registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho seja dispensável para a extensão do período de graça, a simples inexistência de anotação em CTPS ou de registro de novos vínculos no CNIS não provam, por si sós, a situação de desemprego. Entendeu, ainda, que, nos casos em que tenham as instâncias ordinárias admitido tão somente a ausência de registro na CTPS ou no CNIS como suficiente à comprovação em comento, a orientação que estava sendo uniformizada não poderia ser aplicada de imediato, violando o direito de defesa da parte cujo pleito, até então, havia sido atendido (já que não poderia ser repentinamente surpreendida pela exigência de provas complementares que não foram oportunamente produzidas). Destarte, em casos tais, deve ser reaberta ampla instrução probatória com o objetivo de conferir à parte a oportunidade de produzir prova plena da situação de desemprego.
Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0035402-77.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE MAURO PINHEIRO
PROC./ADV.: OSMAR SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
OAB: MG-66869

DECISÃO

Diante das informações de fl. 141, reconsidero a decisão de fls. 134/138 e passo ao exame do recurso.
Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
A sentença julgou parcialmente procedente o pedido inicial concedendo o benefício de auxílio-doença, o que foi mantido pela turma recursal.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ segundo a qual a concessão do benefício de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez é condicionada à comprovação, mediante perícia médica, de incapacidade que imponha ao segurado a impossibilidade de exercer toda e qualquer atividade profissional que lhe assegure a subsistência, bem como a inviabilidade de reabilitação, o que não ocorreu na espécie.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
Incensurável a decisão agravada.
De início, verifica-se que as instâncias ordinárias, após análise do conjunto fático-probatório, reconheceram a incapacidade da parte autora para o trabalho.
No incidente de uniformização, foram indicados paradigmas que, diante do caso concreto, concluíram pela impossibilidade de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez ante a constatação de capacidade do segurado.
Com efeito, da análise das teses em confronto, a divergência não foi demonstrada, pois inexiste similitude fático-jurídica entre os casos.
Por sua vez, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca da incapacidade da parte autora não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0074936-28.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: MARIANA FASSHEBER DE PAULA
PROC./ADV.: ANDRÉ LUIZ VILLELA DE SOUZA LIMA
OAB: MG-99365
PROC./ADV.: FERNANDO FASSHEBER DE PAULA
OAB: MG-99382
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.
O Juízo singular julgou parcialmente procedente o pedido de danos morais condenando a CEF ao pagamento do montante de R$ 3.000,00, em virtude da manutenção indevida da parte autora em cadastro de inadimplentes (fls. 43/44).
A Turma de origem negou provimento ao recurso da parte autora e deu provimento ao da CEF para afastar a condenação imposta por danos morais (fl. 86).
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 97/98).
Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ e da Súmula 385/STJ, segundo a qual é indevida a inscrição do nome do devedor em cadastros de inadimplentes nas hipóteses de ausência de ques-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tionamento do débito, mas mera alegação de falta de prévia notificação, bem como quando houver, anteriormente, outros apontamentos legítimos em nome do devedor (fls. 99/110).
Admitido o incidente na origem (fl. 118).
Decido.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização.
Em consequência, determino a distribuição do feito.
Intimem-se.
Brasília, 5 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000522-29.2011.4.01.9360
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: ANÉDIO GOMES DE LIMA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR
OAB: MT-5646
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nestes autos já foi apreciada por esta turma Nacional de Uniformização do PEDILEF n. 2009.71.95.001.828-0, da relatoria do Juiz Federal Rogério Moreira Alves, Julgado com a seguinte ementa:
"PREVIDENCIÁRIO". ATIVIDADE ESPECIAL. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS.
1 - A manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários.
2 - O Código 1.0.7 do Anexo IV dos Decretos nºs 2.172/97 e 3.048/99, que classifica carvão mineral e seus derivados como agentes químicos nocivos à saúde, prevê, alínea b, que a utilização de óleos minerais autoriza a concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço .
3 - No anexo nº 13 da NR-15, veiculada na portaria MTb nº 3.214/78, consta, no tópico dedicado aos "hidrocarbonetos e outros compostos de carbono", que a manipulação de óleos minerais caracteriza hipótese de insalubridade de grau máximo
4 - O presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.
5 - |Pedido parcialmente provido para anular o acórdão recorrido e uniformizar o entendimento de que a manipulação de óleos e graxas, em tese, pode configurar condição especial de trabalho para fins previdenciários. Determinação de retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado". (Integra do voto em anexo).
Acrescento que o referido processo já está indicado no quadro informativo dos feitos processados de acordo com o mencionado artigo, e que se encontra disponível no Portal da Justiça Federal no seguinte endereço eletrônico: http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7 º, VII, a, da novel redação da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos modelos do entendimento aqui pacificado, após o respectivo trânsito em julgado.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de janeiro de 2013.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5046608-51.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EVANGELISTA MOREIRA SAMPAIO NETO
PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES
OAB: PR-19887
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.51.51.066212-3, nos seguintes termos:
"EMENTA PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI 8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO
1. A revisão pretendida vem sendo efetuada administrativamente pela autarquia nos termos dos Atos administrativos Memorandos-Circulares nº 21/DIRBEN/PFEINSS e 28/INSS/DIRBEN. Com efeito, é da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrente destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período
contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo.
2. Incidente de Uniformização Conhecido e Provido para firmar a tese de que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo."
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 22 de fevereiro de 2013.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001286-53.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: APARÍCIO JOÃO FERNANDES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
A Turma de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de haver capacidade da parte autora para o trabalho.
Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Primeira Turma Recursal do Rio de Janeiro e de turma recursal de mesma região segundo a qual a perícia feita pelo INSS não é suficiente para a demonstração da sua incapacidade, sendo indispensável a realização de nova perícia especializada, no caso, por médico ortopedista.
Requer, assim, o provimento do recurso.
Decido.
De início, incabível incidente de uniformização nacional entre turmas recursais da mesma região, nos termos do art. 6º, I, II e III, do RITNU.
Por sua vez, no tocante ao paradigma da TNU, verifica-se demonstrada a divergência, uma vez que há jurisprudência no sentido de que é indispensável a realização de nova perícia técnica, feita por médico especialista, por ser essencial à formação do convencimento do Julgador, a fim de comprovar o início da incapacidade da parte autora para o trabalho.
Ante o exposto, nos termos do art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização, determinando sua distribuição.
Intimem-se.
Brasília, 12 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.38.00.711380-3
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: ANA RODRIGUES LIMA RIBEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DESPACHO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente regional de uniformização suscitado pela parte autora.
Verifica-se que a requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01), alegando divergência entre acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais e paradigma proveniente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, colegiados que integram a 1ª Região.
Nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução 61/09 do Conselho da Justiça Federal, a inadmissão do incidente regional de uniformização de jurisprudência deve ser submetida à Presidência da Turma de origem.
Desse modo, levando em consideração os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização da 1ª Região, para as providências cabíveis.
Intimem-se.
Brasília, 9 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0068322-07.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: THIAGO APARECIDO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DESPACHO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente regional de uniformização suscitado pela parte autora.
Verifica-se, dos autos, entretanto, que a parte requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01), alegando divergência entre acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais e paradigmas provenientes de Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás - colegiados que integram a 1ª Região - e da TNU.
Nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução 61/09 do Conselho da Justiça Federal, a inadmissão do incidente regional de uniformização de jurisprudência deve ser submetida à Presidência da Turma de origem.
Desse modo, levando em consideração os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais para as providências cabíveis.
Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.38.00.701410-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: APARECIDA MOREIRA DE BARROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DESPACHO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente regional de uniformização suscitado pela parte autora.
Verifica-se que a requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01), alegando divergência entre acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais e paradigma proveniente da Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás, do Distrito Federal, colegiados que integram a 1ª Região, bem como da TNU.
Nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução 61/09 do Conselho da Justiça Federal, a inadmissão do incidente regional de uniformização de jurisprudência deve ser submetida à Presidência da Turma de origem.
Desse modo, levando em consideração os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização da 1ª Região, para as providências cabíveis.
Intimem-se.
Brasília, 9 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000007-92.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ZELI DOS SANTOS CAMILO
PROC./ADV.: LUISA MARTA CAMILO DALL´ALBA
OAB: RS-47 220
PROC./ADV.: CAROLINA DA COSTA VENANCIO
OAB: RS-86184
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DESPACHO

Distribua-se o feito a um dos relatores desta Turma Nacional de Uniformização.
Brasília, 9 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000009-62.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
IMPETRANTE: MARIA DE JESUS RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JEFS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHO

Distribua-se o feito a um dos relatores desta Turma Nacional de Uniformização.
Brasília, 9 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000008-77.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
IMPETRANTE: MARIA VILMA DE SOUZA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO

Distribua-se o feito a um dos relatores desta Turma Nacional de Uniformização.
Brasília, 10 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000013-02.2013.4.90.0000
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
RECLAMANTE: ANTONIO ALEXANDRE DE PONTES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN 5291
RECLAMADO (A): TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃOAGU
LITISCONSORTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Defiro o pedido de benefício da gratuidade judiciária.
Distribua-se o feito a um dos relatores desta Turma Nacional de Uniformização.
Brasília, 16 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000012-17.2013.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE : UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RECLAMANTE: FRANCISCA BARBOSA NETO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
RECLAMADO(A): TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO

Defiro o pedido de benefício da gratuidade judiciária.
Distribua-se o feito a um dos relatores desta Turma Nacional de Uniformização.
Brasília, 9 de abril de 2013.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

ATOS ORDINATÓRIOS

O processo abaixo encontra-se com vistas ao embargado para contrarrazões ao embargo de declaração:
PROCESSO: 0510960-39.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: ALFREDO BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO
OAB: PB-1995
PROC./ADV.: VERONICA LEITE
OAB: PB-2212
EMBARGADO(A): FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta aos embargos de declaração
PROCESSO: 5021521-60.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: VALMOR EMILIO STEIN
PROC./ADV.: LUCIO CAZZUNI MATTES
OAB: RS-74368
EMBARGADOO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0007640-56.2005.4.03.6306
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
EMBARGANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): JONESIA LOPES CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: ANTÔNIO CARLOS MOREIRA JÚNIOR
OAB: SP-244101
PROCESSO: 0016361-52.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
EMBARGANTE: CAMILLA BONETTI LIMA
PROC./ADV.: ALAN SANTOS DE ALBUQUERQUE
OAB: AM-6815
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2010.71.64.002704-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: ANTONIO CARLOS RIBAS DE MOURA JÚNIOR
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS TEIXEIRA DE MOURA
OAB: RS-6258
EMBARGADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
PROCESSO: 0511207-74.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: GLORIVALDO ELIAS BRITO BARBOSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 309, DE 12 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2012, do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região - CRBio-03.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 269ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2013; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade absoluta, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região - CRBio-03, referente ao exercício de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENI CONCEIÇÃO DE BARROS CÁUPER
Vice-Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
11ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 6/2012, publicada no DOU de 16 de junho de 2012, Seção 1, onde se lê: Art. 1º - O Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região - CRP-11 cria, na cidade de Juazeiro do Norte, a SUBSEDE CARIRI, leia-se: Art. 1º - O Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região - CRP-11 cria, na cidade de CRATO, a SUBSEDE CARIRI.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO

ACÓRDÃO

PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2012.010727-9/COP. Origem: Advogada Renata Latansio Ribeiro. Assessoria Jurídica. Assunto: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 249. STF. Art. 15 e parágrafos do Decreto Lei n. 3365/41. Lei de Desapropriação. Amicus curiae. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA N. 06/2013/COP. ADPF n. 249. STF. Art. 15 e parágrafos do Decreto Lei n. 3365/41. Lei de Desapropriação. Amicus curiae. Deferimento. Conselho Federal da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 8 de abril de 2013. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator.

Brasília, 17 de abril de 2013.
MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA
1ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 2007.08.01680-05/SCA-PTU (SGD: 49.0000.2011.004298-9/SCA-PTU). Recte: I.N.M. (Advs: Ibiraci Navarro Martins OAB/SP 73003 e Itamar Leonidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 13/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar de prescrição. Art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Advogado. Reconhecimento. Recurso provido. 1) Decorrendo lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, sem a prolação de nova decisão condenatória - considerando a anulação do processo - há que se reconhecer a prescrição quinquenal. Precedentes deste Conselho Federal. 2) Recurso conhecido e provido para declarar a prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 43 do EAOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso para declarar a prescrição, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator. RECURSO N. 2008.08.00506-05/SCA-PTU (SGD: 49.0000.2012.009523-2/SCA-PTU). Assunto: Restauração de autos. Recte: E.F.S. (Advs: Rebecca Campos Cardoso OAB/MG 69129 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e M.Z.S.M. (Advs: Ricardo Jorge Marx OAB/MG 13249 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Leonardo Avelino Duarte (MS). EMENTA N. 14/2013/SCA-PTU. Recurso em face da decisão do Conselho Federal - Autos Extraviados - Apresentados todos os documentos e peças necessários à compreensão dos fatos - Processo apto a ser Julgado - Restauração Concluída. Declaram-se restaurados os autos quando se juntam ao processo todas as peças necessárias à compreensão dos fatos e do direito discutido, estando o processo apto a ser julgado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em julgar procedente a restauração de autos, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Leonardo Avelino Duarte, Relator. RECURSO N. 2009.08.03159-05/SCA-PTU (SGD: 49.0000.2013.000739-9/SCA-PTU). Embte: A.L.L. (Advs: Rebecca Campos Cardoso OAB/MG 69129 e Outros). Embdo: Acórdão de fls. 361/364 da PTU/SCA. Recte: A.L.L. (Advs: Rebecca Campos Cardoso OAB/MG 69129 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e C.J.X.F. (Adv: Rodrigo Messias Teixeira Campagnacci OAB/MG 103107). Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC). EMENTA N. 15/2013/SCA-PTU. Embargos de declaração. Recurso ao Conselho Federal. Alegação de omissão por ausência de manifestação quanto a uma das teses recursais. Inocorrência. Pretensão à nova valoração do acervo probatório dos autos em sede extraordinária. Impossibilidade. Não cabe recurso ao Conselho Federal que visa nova valoração de prova e não contrarie disposições legais. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Fernando Tadeu Pierro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.004705-1/SCA-PTU. Recte: J.C.J. (Adv: João César Júnior OAB/SP 123869). Recorridos: Despacho de fls. 176 do Presidente da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Avelino Duarte (MS). EMENTA N. 16/2013/SCA-PTU. Recurso. Conselho Federal. Recurso Conhecido. Preliminares. Violação ao Contraditório e à Ampla-Defesa. Não demonstrado o desacerto da decisão recorrida. Ausência de argumentação. Preliminar Afastada. Mérito. Configurada hipótese de retenção de valores devidos ao cliente. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Leonardo Avelino Duarte, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.006276-8/SCA-PTU. Recte: R.A.O. (Adv: Raimundo Audalécio Oliveira OAB/SP 179031). Recdos: Despacho de fls. 309 do Presidente em exercício da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator Originário: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). Redistribuído: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 17/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar de prescrição. Rejeição. Art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Advogado. Impedimento. Exercício da advocacia contra a Fazenda Pública que o remunera. Servidor de Ministério Público Estadual. Infração disciplinar. Recurso conhecido e improvido. 1) Não se configura a prescrição quinquenal se não decorrido lapso temporal superior a 5 (cinco) anos entre a última causa interruptiva e primeira decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB, nem a prescrição intercorrente se o processo não permanece paralisado por mais de 3 (três) anos pendente de despacho ou julgamento. 2) Servidor do Ministério Público Estadual, inscrito nos quadros da OAB, que exerce a advocacia impetrando mandado de segurança contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, visando ao recebimento de licença-prêmio, incorre no impedimento previsto no art. 30, inciso I, do Estatuto, configurando a infração disciplinar prevista no art. 34, inciso I, do mesmo diploma legal. 3) Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar pro-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

vimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.006404-7/SCA-PTU. Recte: J.C.R.F. (Advs: José Carlos Rodrigues Francisco OAB/SP 66114 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). EMENTA N. 18/2013/SCA-PTU. Recurso de Revisão - Fungibilidade - Decisão unânime - Nulidade da notificação - Não declarada, ex vi art. 249, § 2º do CPC - Acordo em ação trabalhista - Ausência de prejuízo - Conduta atípica - Arquivamento da representação. O recurso nominado e fundamentado como pedido de revisão enseja recebimento como recurso ordinário, face à aplicação do princípio da fungibilidade recursal. 1. Nulidade de julgamento, ante a ausência de notificação do interessado para a sessão do julgamento, de modo a permitir-lhe o direito de promover a sustentação oral. Violação às disposições do art. 137-D do Reg. Geral e ao princípio do amplo direito de defesa. Nulidade que não se declara, na forma do art. 249, § 2º, do CPC. 2. A notícia de acordo apresentada perante a Justiça do Trabalho, imediatamente após ajuizamento de ação trabalhista pelo reclamante, permitindo a ilação de que fora antes previamente entabulado entre as partes, sem que haja demonstração de prejuízo e confessado pelo reclamante haver firmado espontaneamente o acordo, segundo o seu interesse, sem coação, mesmo arrependendo-se depois, revela conduta atípica dos advogados constituídos, não ensejando infração ético-disciplinar. 3. Arquivamento da representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso interposto e dar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto do relator, que integram o presente julgado. Brasília, 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Valmir Pontes Filho, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.007137-0/SCA-PTU. Rectes: A.T.B. e C.C.F. (Advs: Anderson Teles Balan OAB/SP 221564 e Cláudia Cristiane Ferreira OAB/SP 165969). Recdos: Despacho de fls. 1.372 do Presidente da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). EMENTA N. 19/2013/SCA-PTU. Recurso interposto contra despacho que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, fundamentado na ausência dos pressupostos de admissibilidade, nos termos do art. 75, da Lei n. 8.906/94 e art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. A mera reiteração das razões apresentadas nos recursos indeferidos se mostra insuficiente para alcançar seu provimento. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. César Augusto Moreno, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.008306-4/SCA-PTU. Recte: D.P.M.G.F. (Advs: André Ávila OAB/DF 24383 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Avelino Duarte (MS). EMENTA N. 20/2013/SCA-PTU. Recurso. Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Recurso Conhecido. Declaração de Inidoneidade. Violação à Lei n.º 8.906/94, ao Código de Ética e Disciplina e a Lei do Processo Administrativo Federal. Preliminares. Inépcia da Representação. Ausência de indícios de conduta ilícita no termo inicial. Alegação Rejeitada. Cerceamento de defesa. Ausência de diligência necessária para o deslinde da demanda. Alegação Rejeitada. Incompetência do Conselho Seccional. Violação ao Procedimento de declaração de Inidoneidade. Alegação Rejeitada. Mérito. Exame de Ordem realizado por terceiros. Conduta incompatível com a dignidade da advocacia. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Leonardo Avelino Duarte, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.008639-8/SCA-PTU. Recte: J.A.C.P. (Adv: José Antonio Chiaradia Pereira OAB/SP 143083). Recdos: Despacho de fls. 401 do Presidente da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.R.P.T. (Advs: Guilherme Luiz Medeiros Rodrigues Gonçalves OAB/SP 182792 e Outra). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). EMENTA N. 21/2013/SCA-PTU. Recurso interposto contra despacho que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, fundamentado na ausência dos pressupostos de admissibilidade, nos termos do art. 75, da Lei n. 8.906/94 e art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. A mera reiteração das razões apresentadas nos recursos indeferidos se mostra insuficiente para alcançar seu provimento. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. César Augusto Moreno, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.011008-7/SCA-PTU. Recte: D.C.Z. (Advs: Bianca Belo de Menezes OAB/SP 270595 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e F.P.N. (Advs: Fábio Shiro Okano OAB/SP 260743 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). EMENTA N. 22/2013/SCA-PTU. Violação aos arts. 19 e 20 do Código de Ética e Disciplina. Cometimento de infração disciplinar reconhecido à unanimidade pelo Conselho Estadual da OAB de São Paulo, razão porque, neste ponto, não se há de conhecer do recurso, à falta dos seus requisitos de admissibilidade. Conhecido o apelo, todavia, no que respeita à aplicação da penalidade de advertência em ofício reservado, que, na espécie, há de ser mantida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Valmir Pontes Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.011840-6/SCA-PTU. Recte: E.F.P.A.R. (Adv: Eliane Ferreira Pedroza de Araújo Rocha OAB/GO 12389). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Goiás, L.C.S. e W.G.N.J. (Advs: Luiz Carlos de Souza OAB/GO 12678 e Wagner Guimarães Nascimento Júnior OAB/GO 11555). Relator: Conselheiro Federal Carlos Frederico Nóbrega Farias (PB). EMENTA N. 23/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Recurso prejudicado. Não pode ser conhecido o recurso em face do trânsito em julgado de decisão do Tribunal de Ética de Goiás. O prazo para recurso nos processos administrativos regidos pela Lei nº 8.906/94 é único de quinze dias, nos termos do seu artigo 69. E o termo inicial para contagem do prazo se dá no próximo dia útil seguinte ao do recebimento da notificação pelo interessado, nos termos do art. 139 do Regulamento Geral do EAOAB. A tempestividade é pressuposto de admissibilidade recursal, matéria de ordem pública, não admitindo convalidação. A sua inobservância, em qualquer momento processual, pela parte recorrente, provoca, como necessário efeito de caráter processual o reconhecimento da intempestividade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em considerar prejudicado o recurso em face do trânsito em julgado da decisão do TED, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Frederico Nóbrega Farias, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000179-0/SCA-PTU. Recte: V.G.C. (Advs: Valdemir Gonçalves Campanhã OAB/SP 64705 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e José Carlos da Silva Figueiredo. Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). EMENTA N. 24/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão não unânime de Conselho Seccional. Violação ao princípio da dialeticidade. 1) Todo recurso deve ser formulado por meio de petição na qual o recorrente não apenas manifeste sua inconformidade com o ato impugnado, mas também e, necessariamente, indique os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento da questão nele cogitada. Não se admite, pois, a conduta do recorrente em simplesmente apresentar cópias reprográficas do recurso interposto à Seccional como suas razões recursais, sem se voltar contra os fundamentos da decisão recorrida. 2) Ao representado foi oportunizada ampla produção de provas e defesa, de modo que a todo momento teve ciência dos fatos e a eles se opôs. Este Conselho Federal entende que a alteração da capitulação da infração disciplinar, por si só, não gera qualquer prejuízo, uma vez que o representado se defende dos fatos que lhe são imputados e não da classificação legal a eles atribuída. 3) Advogado que recebe valores para depositar em juízo, a título de aluguel, e não o faz, nem restitui tais valores ao seu cliente, pratica infração disciplinar prevista no art. 34, inciso XX, do Estatuto da Advocacia e da OAB. 4) Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. César Augusto Moreno, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000784-2/SCA-PTU. Recte: Angemiro da Costa Dias. Recdos: Conselho Seccional da OAB/Tocantins e N.N.R. (Adv: Nilson Nunes Reges OAB/GO 9783 e OAB/TO 681). Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 25/2013/SCA-PTU. Recurso contra decisão unânime do Conselho Seccional da OAB/TO. Mero inconformismo contra a decisão atacada. Ausência de afronta ao EAOAB ou confronto a decisão do CFOAB ou de Conselho Seccional. Recurso tempestivo. Conhecimento porque interposto por leigo. Improvimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000840-7/SCA-PTU. Recte: A.Z. (Adv: João Roberto Santos Regnier OAB/PR 7812). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Frederico Nóbrega Farias (PB). EMENTA N. 26/2013/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Ausência dos pressupostos processuais do art. 75 do Estatuto. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso interposto esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Frederico Nóbrega Farias, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.001144-6/SCA-PTU. Recte: A.L.Ltda. Reptes. Legais: R.S.M. e F.J.M. (Advs: Daniella Pierotti Lacerda OAB/SP 196765 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.M. (Advs: Hugo Vitor Hardy de Mello OAB/SP 306032 e Outras). Relator: Conselheiro Federal Carlos Frederico Nóbrega Farias (PB). EMENTA N. 27/2013/SCA-PTU. Representação apresentada mais de dez anos após o levantamento dos valores e encerrada a prestação dos serviços. Decadência do direito de representar. Recurso não provido. 1 - É de se aplicar a decadência do seu direito de representar em 5 (cinco) anos do cometimento da infração disciplinar, vez que o advogado não pode ficar indefinidamente submetido ao poder disciplinar da OAB, sob pena de afronta aos princípios da segurança jurídica, da razoabilidade e da proporcionalidade. 2 - In casu, a representação foi proposta pela ex-cliente em 11 anos após a prática da infração disciplinar, restando patente, pois, a decadência do direito de representar. 3 - Recurso não Provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Frederico Nóbrega Farias, Relator.

Brasília, 18 de abril de 2013.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2012.007877-4/SCA-PTU. Rectes: J.P.D'A.Z. e L.F.P.Z. (Advs: Josiane Popolo Dell'Aqua Zanardo OAB/SP 103992 e Luiz Fernando Paes Zanardo OAB/SP 104141). Recdos: Despacho de fls. 304 do Presidente da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.C.C. (Adv: Luciano Aparecido Gomes OAB/SP 253351). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). DESPACHO: "(...). Por todo o exposto, e como de início ressaltado, sou por que o pedido seja deferido, para considerar tempestivo o Recurso a esta esfera julgadora, decisão que submeto à douta apreciação da Presidência da 1ª Turma desta 2ª Câmara. Brasília 09 de abril de 2013. Valmir Pontes Filho, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 09 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.009799-0/SCA-PTU-ED. Embte: E.B.N. (Adv: Eduardo Barbosa Nascimento OAB/SP 140578). Embdo: Despacho de fl. 264 do Presidente da PTU/SCA. Recte: E.B.N. (Adv: Eduardo Barbosa Nascimento OAB/SP 140578). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.C.G. (Adv: Cleide Armel Dias da Silva OAB/SP 54060). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). DESPACHO: "Determino o sobrestamento do presente processo disciplinar até que a Segunda Câmara deste Conselho Federal aprecie os autos do Processo n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, que trata de matéria semelhante. Brasília, 09 de abril de 2013. César Augusto Moreno, Relator". RECURSO N. 49.0000.2012.010568-1/SCA-PTU. Recte: J.S.F. (Adv: João Said Filho OAB/SP 100734). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Luciana Aparecida de Lima e F.S.N. (Adv: Fernando Salvador Neto OAB/SP 102428). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. Valmir Pontes Filho, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.010576-0/SCA-PTU. Recte: C.P.C. (Adv: Luiz Antônio Pereira Mennocchi OAB/SP 24600). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. Fernando Tadeu Pierro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.010612-6/SCA-PTU. Recte: M.B.C. (Adv: Ricardo Rubim de Toledo OAB/SP 138998 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.C.G. (Advs: Juliana Gonçalves de Lima OAB/SP 273583 e Meire Elaine Xavier da Costa OAB/SP 197465). Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. Fernando Tadeu Pierro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.010617-5/SCA-PTU. Recte: R.A.F.S. (Adv: Luiz Fernando San José Spagnolo OAB/SP 162047). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.L.G. (Adv: Elias Aparecido de Moraes OAB/SP 123867). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. Valmir Pontes Filho, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator para indeferir

IMPRENSA NACIONAL DISTRIBUIÇÃO PROIBIDA

liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.010622-3/SCA-PTU. Recte: G.C.J. (Adv: Gamalher Corrêa Júnior OAB/SP 162749). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e S.M. ABC. Reptes. Legais: J.L.F. e Outros. (Advs: Carmen Lucia de Camargo Penteado OAB/SP 53821 e Outros). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. César Augusto Moreno, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.012270-7/SCA-PTU. Recte: L.D.C. (Adv: Lincoln Domingos da Costa OAB/SP 54444). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.A. (Adv: Gabriela Rinaldi Ferreira OAB/SP 175006). Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto de Siqueira Castro (RJ). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. Carlos Roberto de Siqueira Castro, Relator. DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.012973-0/SCA-PTU. Recte: S.C.A. (Adv: Stefenson Cardoso de Almeida OAB/SP 212445). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e V.L. Ltda.-ME. Repte. Legal: Eduardo Hamparsoumian. Relator: Conselheiro Federal Fernando Tadeu Pierro (AC). DESPACHO: "(...) Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao ilustre Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. Fernando Tadeu Pierro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, porquanto intempestivo, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. RECURSO N. 49.0000.2012.012977-1/SCA-PTU. Recte: B.C.M.Ltda-ME. Reptes. Legais: J.P.B.F., L.K.A. e R.C.A. (Advs: Solange Cardoso Alves OAB/SP 122663, OAB/RJ 152892 e OAB/DF 28119 e Outra). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, C.C.S., C.R.C., P.B.V., P.F.B. e S.K.F. (Advs: Carolina Ribeiro Coelho OAB/SP 258444, Cláudia Christina Schulz OAB/RJ 91793, Pedro Bruning do Val OAB/SP 235108, Pedro Frankovsky Barroso OAB/RJ 134629 e Sérgio Kehdi Fagundes OAB/SP 128596, OAB/RJ 155188, OAB/MG 117827 e OAB/DF 29039). Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. Everaldo Bezerra Patriota, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.012981-1/SCA-PTU. Recte: M.B.M. (Adv: Walter Cagnoto OAB/SP 175483). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.B.Q. (Adv: Marcelo Bueno de Queiroz OAB/SP 223799). Relator: Conselheiro Federal Leonardo Avelino Duarte (MS). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 9 de abril de 2013. Leonardo Avelino Duarte, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 9 de abril de 2013. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente."

Brasília, 18 de abril de 2013.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

2ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 2010.08.09531-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.07106-0/SCA-STU). Recte: J.R.G. (Advs: José Roberto Gomes OAB/SP 111017 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.T. Repte Legal: M.O.G.T. (Adv. Assist: André Andreoli OAB/SP 213127). Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). EMENTA N. 32/2013/SCA-STU. 1. Recurso ao Conselho Federal. Decisão do Órgão Especial determinando novo julgamento da sublevação pela Segunda Câmara enfrentando as diversas preliminares suscitadas pelo recorrente. 2. Preliminar de nulidade processual em razão da existência de suspeição da autoridade que presidiu à instrução processual, em razão de sociedade com a advogada do representante. Preclusão quanto ao momento de alegação de referida preliminar. Ausência de qualquer conteúdo decisório praticado pela autoridade supostamente suspeita. Avocação do processo pelo XIII TED/SP. Inexistência de prejuízo. Preliminar rejeitada. 3. Preliminar de nulidade da representação em razão da utilização de prova ilícita (art. 5º, LVI, da Constituição Federal). Inexistência de qualquer vício na representação. Incapacidade reconhecida judicialmente do representante que compareceu à OAB devidamente acompanhado de sua curadora. Validade da representação. Inexistência de qualquer mácula processual. 4. Preliminar de cerceamento de defesa. Alegação de ausência de intimação do recorrente para se manifestar acerca de documentos juntados aos autos pela parte contrária e ausência de intimação das testemunhas arroladas para prestarem depoimento perante a insigne autoridade responsável pela instrução processual. Nulidades inexistentes. Recorrente que comparece as audiências designadas e recusa-se a participar dos atos instrutórios. Testemunha que se apresenta como advogado do recorrente e ausência de comparecimento das demais testemunhas. Documentos comprobatórios da incapacidade do recorrido. Situação alegada pelo recorrente que conhecia referido fato. Ausência de prejuízo (pars de nullité sans grief). 5. Preliminar de prescrição. Inexistência de prescrição própria (prazo de 05 anos) ou intercorrente (03 anos). Hipóteses de interrupção da prescrição (art. 43, § 2º, II, do EAOAB). Prescrição que se interrompe com a notificação válida do recorrente e com a prolatação de decisão condenatória. 6. Mérito. Ausência da prestação de contas. Apropriação indébita por parte do advogado que se valeu de instrumento procuratório para celebrar acordo sem repassar os valores da avença ao seu constituinte. Violação ao art. 34, XX, XXI e XXV do Estatuto da Advocacia e da OAB. Grave agressão aos postulados éticos inerentes ao exercício da advocacia. Suspensão do exercício da profissão pelo prazo de 30 (trinta) dias ou até que seja efetivamente prestadas as contas, ressarcindo o constituinte prejudicado. Precedentes da 2ª Câmara. 7. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em rejeitar as preliminares suscitadas e quanto ao mérito, conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Evânio José de Moura Santos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.005329-0/SCA-STU. Recte: P.A.M.R. (Adv: Germano dos Santos Evangelista Júnior OAB/SP 246283). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Robinson Conti Kraemer (SC). EMENTA N. 33/2013/SCA-STU. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Suspensão do exercício profissional. Prorrogação até a quitação de anuidades prescritas. 1) Constitui infração disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo. 2) Porém, a prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no § 5º do artigo 206 do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 3) Recurso parcialmente provido para excluir da condenação a prorrogação da sanção imposta até a quitação das anuidades objeto do processo disciplinar, uma vez que todas estão prescritas. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.005336-3/SCA-STU. Recte: P.H.F.B. (Adv: Paulo Henrique Ferreira Bibries OAB/SP 149025). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA N. 34/2013/SCA-STU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. O recurso interposto contra despacho que indefere liminarmente recurso ao Conselho Federal, ao fundamento de ausência dos pressupostos de admissibilidade, deve voltar-se contra as razões ali lançadas, não sendo suficiente para seu provimento a mera reiteração das razões, constantes do recurso indeferido. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. José Norberto Lopes Campelo, Presidente em exercício. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.005344-4/SCA-STU. Recte: G.C. (Advs: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA N. 35/2013/SCA-STU. Recurso interposto contra decisão unânime do Conselho Seccional. Aplicação do art. 75 do EAOAB quando não demonstrada a ocorrência das hipóteses de conhecimento do apelo. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.006279-2/SCA-STU. Recte: A.G.A. (Adv: Antonio Guimarães Andrade OAB/SP 82696). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). Relator ad hoc: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). EMENTA N. 36/2013/SCA-STU. RECURSO. JULGAMENTO UNÂNIME NO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS RECURSAIS. INADMISSIBILIDADE. I - Recurso interposto contra acórdão que, à unanimidade de votos, manteve a decisão da Quinta Turma do TED da OAB-SP, por infração ao art. 34, inciso XXIII c/c art. 37, I, §§ 1º e 2º, do EAOAB, com a suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis até o efetivo pagamento do débito. II - Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como dar seguimento ao recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, à unanimidade, em não conhecer do recurso por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do relatório e voto do Relator. Brasília, 12 de março de 2013. José Norberto Lopes Campelo, Presidente em exercício. André Luis Guimarães Godinho, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.007138-8/SCA-STU. Recte: R.S. (Adv: Ricardo Silva OAB/SP 304546 e OAB/ES 4598). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Robinson Conti Kraemer (SC). EMENTA N. 37/2013/SCA-STU. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL E INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. Ausência de lapso temporal superior a 5 anos entre a notificação inicial válida e a primeira decisão condenatória de órgão julgador da OAB. Ausência de paralisação do processo por mais de três anos aguardando despacho ou decisão. Inteligência do art. 43, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.906/94, bem como da Súmula 01/2011 do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. José Norberto Lopes Campelo, Presidente em exercício. Robinson Conti Kraemer, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.007142-6/SCA-STU. Recte: J.A.B.L. (Adv: Jorge Adalberto Bueno Lobo OAB/SP 71009). Recdos: Despacho de fls. 249 do Presidente da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e E.C.M.E.Ltda. Repte Legal: L.C.S. (Adv: Joaquim Nunes da Costa OAB/SP 35192). Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA N. 38/2013/SCA-STU. Recurso. Julgamento unânime no acórdão recorrido. Ausência de pressupostos recursais. Inadmissibilidade. I - Recurso interposto contra acórdão que, à unanimidade de votos, manteve a decisão por infração ao art. 34, XX e XXI, do EAOAB. II - Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.007149-1/SCA-STU. Recte: L.A.C. (Adv: Luciano Alves da Costa OAB/SP 169481). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.M.C.S. (Adv: Andreia Souza Lopes OAB/SP 262196). Relator: Conselheiro Federal Robinson Conti Kraemer (SC). EMENTA N. 39/2013/SCA-STU. DECADÊNCIA. Decai em cinco anos, o direito à representação disciplinar, vez que o advogado não pode estar eternamente submetido ao poder disciplinar da OAB, quando a parte que foi vítima da conduta imprópria deixou de exercer seu direito de representação. Ainda que a falta ética não seja apagada, perece a possibilidade de impor ao advogado punição. Decadência que se reconhece. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.007325-7/SCA-STU. Recte: J.C.J. (Adv: João César Júnior OAB/SP 123869). Recdos: Despacho de fls. 289 do Presidente da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Karolyn Josephik Maximiano. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA N. 40/2013/SCA-STU. Recurso. Julgamento unânime no acórdão recorrido. Ausência de pressupostos recursais. Inadmissibilidade. I- Recurso interposto contra acórdão que, à unanimidade de votos, manteve a decisão por infração ao art. 34, XX e XXI, do EAOAB. II- Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, por ausência de pres-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

supostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013.Luiz Cláudio Allemand, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.007509-6/SCA-STU. Recte: P.H.F.B. (Adv: Paulo Henrique Ferreira Bibries OAB/SP 149025). Recdos: Despacho de fls. 161 do Presidente da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.A.M.L. (Advs: José Eduardo de Almeida Luiz OAB/SP 218089 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA N. 41/2013/SCA-STU. Recurso. Julgamento unânime no acórdão recorrido. Ausência de pressupostos recursais. Inadmissibilidade. I-Recurso interposto contra acórdão que, à unanimidade de votos, manteve a decisão por infração prevista no artigo 34, incisos XX e XXI, do EAOAB e violação aos artigos 2°, parágrafo único, inciso II e 9°, ambos do Código de Ética e Disciplina, nos termos do artigo 37, incisos I e II, § 2°, da Lei 8.906/94, combinado com o artigo 39 do mesmo diploma legal. II-Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.010290-2/SCA-STU. Recte: J.G.A.S. (Def. Dat: João Alves de Melo Júnior OAB/PE 24277 e OAB/AL 9372-A). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA N. 42/2013/SCA-STU. Não pagamento de anuidade. Suspensão. Inconstitucionalidade. Inexistente. Possibilidade de condenação. Previsão legal. Pagamento do débito. Extinção de dano ao bem jurídico. Extinção da punibilidade. 1. Desnecessário é adentrar no mérito da possibilidade ou não de aplicação das sanções de extinção e suspensão de advogados pelo não pagamento de suas anuidades à OAB, mormente pelo fato desta possibilidade estar expressa em lei federal, de maneira que o exercício profissional simplesmente estaria sendo adequado à lei. 2. A razoabilidade torna imprescindível a análise dos bens jurídicos protegidos para que seja autorizada qualquer sanção aos cidadãos e, no caso concreto, advogados. 3. Ora, se o Representado a qualquer tempo paga todas as suas dívidas, as quais, saliento, apenas importam a este e à OAB, tem-se como corolário lógico que desaparece a autorização para impor-lhe qualquer tipo de punição, razão pela qual deve ser o processo extinto imediatamente, ainda que de ofício. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, e, de ofício julgar pela extinção da punibilidade do requerido, extinguindo o feito, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.010613-4/SCA-STU. Recorrente: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Zoelma Pereira da Silva. Relator: Conselheiro Federal Robinson Conti Kraemer (SC). EMENTA N. 43/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Não contrariedade à Lei n. 8.906/94. Consonância com os princípios constitucionais e outros ditames. Violação ao art. 75 do Estatuto da Advocacia. Inteligência do art. 138 do Regulamento Geral. Falta de pressuposto de admissibilidade. Não conhecimento do recurso. Não reúne condições de admissibilidade, o recurso dirigido ao Conselho Federal, contra decisão unânime do Conselho Seccional, quando esta não violou o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e, principalmente, a Constituição Federal e seus princípios fundamentais. Aplicação do art. 75, da Lei 8.906/94 c/c o art. 138 do Regulamento Geral. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.012264-4/SCA-STU. Recte: L.M.R. (Adv: Luiz Marcos Ramires OAB/MS 3314). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). EMENTA N. 44/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar de cerceamento de defesa. Inocorrência. Intimação do recorrente para a sessão de julgamento por aviso de recebimento. Desnecessidade de intimação pessoal, mormente quando todas as intimações anteriores foram realizadas nesta modalidade, tendo o recorrente se desincumbido de seu direito de defesa. Mérito. Afastamento do óbice de admissibilidade do recurso contido no art. 75 do EAOAB. Conhecimento da sublevação para reconhecer a inexistência de qualquer violação ao art. 34, I, da Lei nº. 8.906/94. Ausência de demonstração de ter o recorrente facilitado o exercício profissional aos não inscritos na OAB. Inexistência de prova de que o recorrente sabia a data de vencimento da carteira de sua estagiária. Impossibilidade de aplicação da responsabilidade objetiva no processo administrativo sancionador. Aplicação dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade. Precedentes do Poder Judiciário. Absolvição. Princípio da extensividade dos recursos. Art. 68 do EAOAB conjuminado com o art. 580 do Código de Processo Penal. Extensão da decisão ao corréu, eis que o recurso não fora interposto com respaldo ou amparo em circunstâncias pessoais. Recurso quanto ao mérito conhecido e provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa, conhecendo do recurso, para no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Evânio José de Moura Santos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.013136-8/SCA-STU. Recte: A.P.P. (Advs: Ayrton Prates de Paula OAB/RJ 52009, Bruno Rodrigues OAB/DF 2042-A e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Cesar Dantas Soccorro (RR). EMENTA N. 45/2013/SCA-STU. Processo disciplinar - Decisão unânime - Superação de óbice de processamento - Prescrição - Reconhecimento de ofício - Possibilidade - Recurso conhecido - Violação ao disposto no art. 43 do EAOAB - Decisão reformada - Determinação de apuração na Seccional acerca de quem deu causa ao transcurso do prazo prescricional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Alexandre Cesar Dantas Soccorro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000260-9/SCA-STU. Recte: A.I.V. (Adv: Admir Iracy Vilela OAB/PR 14888). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Antônio Pereira de Sousa. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Cesar Santas Soccorro (RR). EMENTA N. 46/2013/SCA-STU. Processo disciplinar - Decisão unânime - Retenção injustificada de valores de cliente - Pagamento posterior ao julgamento do Conselho Seccional - Recurso não conhecido - Vedação contida no art. 75 do EAOAB - Decisão mantida sem reparos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 9 de abril de 2013. Luis Cláudo Silva Allemand, Presidente. Alexandre César Santas Soccorro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000454-5/SCA-STU. Recte: M.S. (Adv: Marcio Sato OAB/PR 29535). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Z.S.O. (Adv: Zaqueu Subtil de Oliveira OAB/PR 23320 e OAB/SC 26195-A). Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). EMENTA N. 47/2013/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Prazo recursal. Tempestividade. Dies a quo. O prazo para recurso nos processos administrativos regidos pela Lei nº 8.906/94 é único de quinze dias, nos termos do seu artigo 69. Considera-se como termo inicial para contagem de referido lapso prazal o próximo dia útil seguinte ao do recebimento da notificação pelo interessado, nos termos do art. 139 do Regulamento Geral do EAOAB. Há que se consignar que a tempestividade recursal, como pressuposto processual de admissibilidade é matéria de ordem pública, não admitindo convalidação. Recurso não conhecido em razão de sua intempestividade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Evânio José de Moura Santos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000842-3/SCA-STU. Recte: I.S. (Adv: Ivone Struck OAB/PR 8541). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Dalva Cristina Alves Fagundes. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA N. 48/2013/SCA-STU. Recurso. Julgamento unânime no acórdão recorrido. Ausência de pressupostos recursais. Inadmissibilidade. I- Recurso interposto contra acórdão que, à unanimidade de votos, manteve a decisão por infração prevista no artigo 34, incisos XX e XXI, do EAOAB. II- Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000966-5/SCA - STU. Recte: N.R.O. (Adv: Neidival Ramalho de Oliveira OAB/PR 15606). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Manoel Ribeiro da Silva. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Jaime José dos Santos (GO). EMENTA N. 49/2013/SCA-STU. Recurso - Ausência de preenchimento aos requisitos do artigo 75 da Lei nº 8.906/94 para sua admissão, restando evidente ser mera pretensão de reexame de matéria probatória, o que é vedado - Ausência de demonstração de negativa de vigência a artigos do EOAB ou Regulamento Geral - Decisão unânime do Conselho Seccional que manteve decisão unânime do TED, a qual aplicara originalmente pena de suspensão ao recorrente por ter praticado ato incompatível com a lei (artigo 34, inciso IX do EOAB), por ter sido leniente, quando não atendeu a intimação judicial para emendar a petição inicial, sendo indiferente a (in) correição nessa intimação - Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Jaime José dos Santos, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.000969-0/SCA-STU. Recte: E.R.M. (Adv: Epaminondas Ronchini Montalvão OAB/PR 16360). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e A.J.R. (Adv: José Ari Matos OAB/PR 22524). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA N. 50/2013/SCA-STU. As notificações expedidas no curso do processo disciplinar podem ser enviadas por meio de correspondência, com aviso de recebimento, para o endereço profissional ou residencial constante do cadastro do Conselho Seccional (Regulamento Geral, art. 137-D, caput e § 4º). Hipótese em que, aguardando notificação pessoal que supunha necessária, o representado extrapolou o prazo para o recurso interposto da decisão do TED ao Conselho Seccional, em consequência do que este não conheceu do recurso. Decisão que não comporta reparo e que, por isso, se confirma. Inviabilidade do exame do mérito, seja em razão da intempestividade do recurso originário, seja por não se admitir recurso per saltum para o Conselho Federal. Recurso de que se conhece e a que se nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo em epígrafe, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.001142-0/SCA-STU. Recte: BFC.B.S/A. Repte. Legal: A.F.V. (Advs: Wagner Teixeira Moreira OAB/RJ 117825 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e S.A. (Advs: Eduardo Machado dos Santos OAB/RJ 71405 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). EMENTA N. 51/2013/SCA-STU. Processo disciplinar - Contratação de honorários advocatícios - Cláusula penal - Proporcionalidade com o objeto do ajuste - Rescisão unilateral e sem justa causa - Cobrança - Inexistência de infração aos arts. 36 e 38 do Código de Ética e Disciplina - Independência das instâncias administrativa e judicial - Recurso conhecido - Provimento negado - Decisão mantida sem reparos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 9 de abril de 2013. Luis Claudio Allemand, Presidente. Alexandre César Dantas Soccorro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.001211-8/SCA-STU. Recte: R.A.R. (Adv: Rodrigo de Andrade Ricco OAB/SP 221291). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e I.M.C.M. (Adv: Wilson Batista Ferreira OAB/SP 173830). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA N. 52/2013/SCA-STU. São válidas as notificações feitas no endereço fornecido pelo próprio advogado, através do seu cadastro mantido junto à OAB. Mudança de endereço que deve ser comunicada pelo advogado. Pena de suspensão é aplicável aos casos de locupletamento às custas do cliente. Recurso conhecido e negado provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 9 de abril de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator.

Brasília, 18 de abril de 2013.
LUIZ CLAUDIO ALLEMAND
Presidente

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2012.004805-6/SCA-STU-ED. Embte: R.D.P. (Advs: Rodrigo Martins Barbosa OAB/PR 38784 e Outro). Embdo: Acórdão de fls. 281/283 da STU/SCA. Recte: R.D.P. (Advs: Rodrigo Martins Barbosa OAB/PR 38784 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e P.C.M. (Advs: Márcio Pires de Almeira OAB/PR 31318 e Outros). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão que manteve a condenação imposta ao representado, frente ás provas contidas nos autos. (...). No mais, ainda que se prestigie a ampla defesa, inclino-me pelo reconhecimento do caráter protelatório dos mesmos os quais foram opostos sem qualquer fundamentação processual para seu conhecimento, omissão, contradição, contrariedade ou tese que pudesse, em tese, lograr a modificação do julgado. Por todo o exposto, não conheço do presente, negando-lhe seguimento nos termos do art. 138, §3º do Regimento Geral". Brasília, 12 de março de 2013. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.007878-2/SCA-STU-ED. Embte: I.N.M. (Advs: Ibiraci Navarro Martins OAB/SP 73003 e Itamar Leônidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291). Embdo: Despacho de fls. 325 do Presidente da STU/SCA. Recte: I.N.M. (Advs: Ibiraci Navarro Martins OAB/SP 73003 e Itamar Leônidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "Determino o sobrestamento do presente processo disciplinar até que a Segunda Câmara deste Conselho Federal aprecie os autos do Processo n. 49.0000.2012.005325-8, que trata de matéria semelhante. Brasília, 16 de março de 2013. João Bezerra Cavalcante, Relator". RECURSO N. 49.0000.2012.010567-3/SCA-STU. Recte: L.F.T. (Adv: Luís Fernando Treviso OAB/SP 108784). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.C.C.A.P. (Adv: Sylvio Montmorency OAB/SP 24143). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94 -, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2012.011187-0/SCA-STU. Recte: S.S. (Adv: Sérgio Sampaio OAB/SP 101294). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.D.I.C.Ltda. Repte. legal: K.H.P. (Advs: Antônio José Ribeiro da Silva OAB/SP 271502 e Outros). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94 -, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2012.011191-0/SCA-STU. Rectes: T.N.C.P.Ltda. e Q.C.P. Ltda. (Advs: Cássio Marcelo de Sales Bellato OAB/SP 146.361 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.N.C. (Adv: Peter Selke OAB/SP 144649). Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. André Luis Guimarães Godinho, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Silva Allemand, Presidente. RECURSO N. 49.0000.2012.012273-1/SCA-STU. Recte: A.M.A.S. (Adv: Arthur Jorge Santos OAB/SP 137769). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, A.I.F.M. e M.A.M.P. (Advs: Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros OAB/SP 97365 e Moacir Aparecido Matheus Pereira OAB/SP 116800). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. João Bezerra Cavalcante, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2012.012280-4/SCA-STU. Recte: R.S.J. (Adv: Ricardo dos Santos Andrade OAB/SP 75449). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.G. (Adv: Artur Franco Bueno OAB/SP 252752). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. João Bezerra Cavalcante, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94 -, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2012.012974-9/SCA-STU. Recte: M.A. (Adv: Jussara Leite da Rocha OAB/SP 98081). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.M.T.P. (Adv: André Luiz Gomes de Jesus OAB/SP 212886). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. João Bezerra Cavalcante, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2012.012976-3/SCA-STU. Rectes: F.I.S.S. e M.A.C.S. (Adv: Fabrícia Iara Silva dos Santos OAB/SP 274491). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e I.N.M. (Adv: Izildinha Nancy Marques OAB/SP 74502). Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Socorro (RR). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. Alexandre César Dantas Socorro, Relator. DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2012.012978-0/SCA-STU. Recte: C.N. (Adv: Cláudio Nuzzi OAB/SP 140194. Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. João Bezerra Cavalcante, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Luiz Cláudio Allemand, Presidente".

Brasília, 18 de abril de 2013.
LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND
Presidente

3ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 2008.08.01803-05/SCA-TTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.009790-8/SCA-TTU). Embte: C.M. (Adv: Célio Maciel OAB/SP 116612). Embdo: Acórdão de fls. 416/417 da TTU/SCA. Recte: C.M. (Adv: Célio Maciel OAB/SP 116612). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.C.R. (Advs: Maria da Conceição Padilha Soares OAB/SP 115668 e Outros). Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA N. 17/2013/SCA-TTU. Inexistência de omissão, contradição e/ou obscuridades. Repetição das razões recursais, não apontando dispositivo de lei ou contrariedade à decisões do Conselho Federal. Subsunção equivocada da norma que ensejou a punição. Embargos conhecidos, mas rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2012.007502-0/SCA-TTU. Recte: K.J.F.R. (Adv: Karina Joedil Ferreira Reges OAB/PR 17420 e OAB/SC 15841-A). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo (RN). EMENTA N. 18/2013/SCA-TTU. Recurso contra decisão do Conselho Seccional de Santa Catarina. Aplicação de pena de exclusão. Decisão unânime da Seccional. Processo iniciado após cinco suspensões definitivas da recorrente. Citação editalícia. Defensor dativo nomeado. Cerceamento de defesa rejeitado. Precedentes do CFOAB. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.009227-8/SCA-TTU. Recte: C.A.F. (Adv: Carlos A. Freitas OAB/MG 43992). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 19/2013/SCA-TTU. Processo ético-disciplinar. Os recursos ao CFOAB guardam natureza extraordinária. Falta de pressupostos de admissibilidade. Art. 75, caput, do Estatuto e art. 85, II, do Regulamento Geral. Não reúne condições de admissibilidade o recurso dirigido ao CFOAB contra decisão unânime. Necessidade de a parte cuidar em demonstrar, com razoável argumentação, tenha o v. julgado impugnado contrariado o Estatuto da Ordem dos Advogados, o Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina, e, Provimentos ou então, em apontar dissonância pretoriana específica advinda desse Conselho Federal, ou de qualquer outro Conselho Seccional. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.009738-1/SCA-TTU-ED. Embte: C.B. (Adv: Claudinei Belafronte OAB/PR 25307). Embdo: Acórdão de fls. 588/594 da TTU/SCA. Recte: C.B. (Adv: Claudinei Belafronte OAB/PR 25307). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e L.R.B. (Advs: Priscilla Greenhalgh de Cerqueira Lima OAB/RJ 883 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo (RN). EMENTA N. 20/2013/SCA-TTU. Embargos declaratórios contra decisão da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB que negou provimento a recurso do recorrente. Condenação em pena de suspensão. Cobrança de honorários abusivos. Locupletamento caracterizado. Decisão da Seccional dada por unanimidade. Embargos de declaração intempestivo. Recurso que não se conhece. Trânsito em julgado da condenação. Precedentes do CFOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Gedeon Batista Pitaluga Júnior, Presidente em exercício. Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.009749-5/SCA-TTU. Recte: W.L.P. (Adv: Wilson Luiz de Paula OAB/PR 18139). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo (RN). EMENTA N. 21/2013/SCA-TTU. Recurso contra decisão do Conselho Seccional do Paraná que condenou o recorrente em pena de suspensão. Publicidade imoderada. Nome de fantasia. Adesivagem de automóvel. Captação ilícita de cliente. Reincidência. Decisão da Seccional dada por maioria. Recurso conhecido e no mérito negado provimento. Precedentes do CFOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.010196-3/SCA-TTU. Recte: A.C.J. (Advs: Antonio César Jesuino OAB/MS 5659 e OAB/TO 1251 e Outro). Recdos: Despacho de fls. 166 da Presidente da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Aida Novaes Brites. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Júnior (TO). EMENTA N. 22/2013/SCA-TTU. Prestação de contas - Recusa - Termo inicial - Prazo recursal - Notificação - Correio - Intempestividade - Prova - Indeferimento liminar - Improvimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Gedeon Batista Pitaluga Junior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.010500-6/SCA-TTU. Recte: E.A.Z. (Advs: Ruben M. Seidl OAB/SP 235194 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e N.C.F. (Advs: Neilton Cruvinel Filho OAB/GO 10046 e Leandro Alves Martins Jacarandá OAB/MT 10827). Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 23/2013/SCA-TTU. Processo Disciplinar. Advogado revel pode recorrer de decisão do TED, desde que cumpra com os requisitos de admissibilidade e tempestividade do recurso. Não se deve impor requisitos não previstos em lei para admissibilidade de recursos administrativos no âmbito da OAB. Processo respeitoso ao devido processo legal, ao contraditório e a ampla defesa. Ambas as partes juntaram documentos e se manifestaram em todas as instâncias. Advogado que exerce por contrato atividade comercial. Não se evidencia entre as partes relação advocatícia, mas de parceiros comerciais. Incompetência da OAB para averiguar prestação de contas e possíveis desvios de natureza ética. Infrações disciplinares não configuradas. Recurso conhecido e desprovido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso, dando-lhe total desprovimento, opinando pela indenidade da decisão Recorrida, que absolveu o representado das imputações que lhes são atribuídas, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Guilherme Octávio Batochio, Relator "ad hoc". RECURSO N. 49.0000.2012.010995-0/SCA-TTU. Recte: J.C.T.N. (Adv: João Catarino T. Novaes OAB/MS 2271). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). Relator p/ acórdão: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA N. 24/2013/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Retenção abusiva de autos. Inexistência. Recurso provido. 1) A infração prevista no inc. 34, XXII do EOAB se dá a partir do não atendimento pelo advogado da intimação para a devolução dos autos, e não da retenção propriamente dita. 2) A ausência de intimação pessoal do advogado para a devolução dos autos, pois, afasta o abuso a configurar a retenção dos autos. Precedentes da 3ª Turma. 3) Recurso provido para determinar o arquivamento da representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto da divergência, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Leonardo Accioly da Silva, Relator para o acórdão. RECURSO N. 49.0000.2012.011012-7/SCA-TTU. Recte: C.A.S.N. (Adv: Carlos Alberto Soares Nolli OAB/SC 6078-A e OAB/PR 14254). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e João Carlos de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo (RN). EMENTA N. 25/2013/SCA-TTU. Recurso contra decisão do Conselho Seccional de Santa Catarina que determinou apuração de infração ética-disciplinar. Decisão unânime da Seccional. Não configuração das hipóteses do artigo 75 do EAOAB. Ausência de pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal. Precedentes da corte especial. Não conhecimento do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.011245-2/SCA-TTU. Recte: C.D. (Adv: Clóvis Darrazão OAB/SC 13037-B). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 26/2013/SCA-TTU. Recurso - Falta de intimação de testemunha para comparecimento a audiência - Cerceamento do direito de defesa configurado - Nulidade inequívoca - Recurso provido para se dar provimento parcial ao apelo e se reconhecer, de ofício, a extinção da punibilidade pela prescrição. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Guilherme Octávio Batochio, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.011700-4/SCA-TTU. Recte: D.N.B. (Adv: Regis Fernando Niederauer da Silveira OAB/MT 3756). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e I.R.T. (Advs: Enos Cavalcanti Nogueira OAB/MT 10459, OAB/PE 1022-B e Outra). Relator: Conselheiro Federal Aldemário Araújo Castro (DF). EMENTA N. 27/2013/SCA-TTU. Processo administrativo de natureza ética e disciplinar. Retenção de valores pelo profissional a maior do que os honorários contratados. Recurso para o Conselho Federal que não se conhece por ausência de atendimento dos pressupostos de admissibilidade (art. 75 do Estatuto). Decisão unânime. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Aldemário Araujo Castro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.011775-0/SCA-TTU. Recte: P.B.L. (Advs: Patricia Bregalda Lima OAB/MG 65099 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Roberto Reis. Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA N. 28/2013/SCA-TTU. Recurso. Ausência de nulidade de intimação. Embargos declaratórios julgados nos moldes do art. 138, §3º do Regulamento Geral da OAB, não sendo passível de nulidade pela não intimação para julgamento da decisão, uma vez que trata-se de decisão monocrática, sendo totalmente desnecessária a intimação para decisões desta natureza. Inexistência de contrariedade ao art. 35 do Código de Ética e Disciplina da OAB, mesmo ante a existência de contrato escrito, estando obrigado o advogado a prestar os serviços profissionais para os quais foi contratado, habilitando-se nos autos e acompanhando o andamento do feito. O inadimplemento de uma das partes permite a outra valer-se da regra do art. 476 do Código Civil, diante da exceção do contrato não cumprido, quando há pagamento parcial de honorários, sem a contrapartida da prestação dos serviços profissionais. Configuração de locupletamento ilícito às custas do cliente. Processo disciplinar por infração ao art. 34, XX do EAOAB. Recurso improvido para manter a decisão do Conselho Seccional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2012.011858-7/SCA-TTU. Rectes: R.G. e C.P.Ltda. Repte. Legal: R.G. (Adv: Pedro Henrique Fontes Fornasaro OAB/SC 20736). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e S.Y.B.K. (Advs: Sandra Yasmine Bernardi Keil OAB/SC 7026 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 29/2013/SCA-TTU. Processo disciplinar - Recurso intempestivo e interposto por procurador não habilitado nos autos. Irresignação, ademais, interposta contra decisão unânime do Conselho Seccional - Ausência de comprovação de ofensa à Constituição Federal, ao Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94), ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina, a decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional ou a Provimentos - Irrecorribilidade - Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Guilherme Octávio Batochio, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.012293-6/SCA-TTU. Recte: A.P.A. (Advs: José Roberto Rodrigues da Rosa OAB/MS 10163 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Aldemário Araújo Castro (DF). EMENTA N. 30/2013/SCA-TTU. 1. Processo Administrativo de natureza ética e disciplinar. Arts. 34, inciso XXVII, e 38, inciso II, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Conduta do profissional que o tornou moralmente inidôneo para o exercício da advocacia. 2. Prazo de noventa dias previsto no art. 70, parágrafo terceiro, do Estatuto. Não se caracteriza como hipótese de prescrição distinta daquelas previstas no art. 43 do mesmo diploma legal. 3. A prática de crime infamante justifica a exclusão dos quadros da OAB, conforme prescreve o art. 38, inciso II, do Estatuto. Necessidade de trânsito em julgado da decisão penal condenatória. Precedentes. 4. Exclusão dos quadros da OAB por tornar-se, o profissional, moralmente inidôneo para o exercício da advocacia. Violência sexual contra crianças e adolescentes. Registro de imagens das ocorrências, inclusive com a participação direta do recorrente. Natureza extremamente repulsiva e especialmente grave das condutas consideradas. É seguro o entendimento jurisprudencial que, respeitado o contraditório e a ampla defesa, é admitida a utilização no processo administrativo de "prova emprestada" devidamente autorizada na esfera criminal. 5. Utilização do escritório profissional do recorrente para a realização das práticas repulsivas. A ordem jurídica impõe um padrão de comportamento moralmente adequado ao advogado numa série de situações de sua vida privada, mesmo que não estrita, direta ou imediatamente abrangidas no exercício imediato da profissão. Ausência de refutação ou negativa quanto aos fatos imputados. 6. Mero erro ou equívoco na redação do acórdão não caracteriza condenação baseada em matéria estranha à representação e, para a qual, não houve defesa. O acusado não se defende de uma qualificação jurídica ou de um fundamento legal. 7. Pena de exclusão dos quadros da OAB mantida. Decisão unânime. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, que integra o presente, em conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo a decisão recorrida. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Aldemário Araujo Castro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.012434-5/SCA-TTU. Rectes: A.S.S., P.J.S. e D.J.S. (Advs: Adelio Soares da Silva OAB/RJ 42474, Patrícia de Jesus da Silva OAB/RJ 84668 e Daniele de Jesus da Silva OAB/RJ 115778). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Richard Carvalho. Relator: Conselheiro Federal Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo (RN). EMENTA N. 31/2013/SCA-TTU. Recurso contra decisão do pleno do Tribunal de Ética e Disciplina da Seccional do Rio de Janeiro. Condenação em censura convertida em advertência. Decisão não definitiva da Seccional. Supressão de instância. Não configuração das hipóteses do artigo 75 do EAOAB. Ausência de pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal. Devolução dos autos à Seccional de origem. Precedentes da Segunda Câmara. Não conhecimento do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.013067-0/SCA-TTU. Recte: A.S.V. (Advs: Alexandre da Silva Verly OAB/RJ 97647 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e A.E.S.S.A. Repte. Legal: M.A.L.R. (Advs: João Luiz F. S. Filho OAB/RJ 81789 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Edilson Baptista de Oliveira Dantas (PA). EMENTA N. 32/2013/SCA-TTU. 1) Recurso ao Conselho Federal. Decisão recorrida de forma unânime. Reexame de prova. Impossibilidade. Art. 75 do Estatuto da OAB. Recurso não conhecido por falta de pressupostos de admissibilidade. 2) Anúncio em jornal para causas específicas. Vedação de divulgação em conjunto com outra atividade. Violação ao art. 1º, § 3º do EAOAB e arts. 7º e 28º do Código de Ética e Disciplina. 3) Infração disciplinar prevista no artigo 34, IV, do EAOAB, que justifica seja mantida a decisão recorrida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Edilson Baptista de Oliveira Dantas, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.013139-2/SCA-TTU. Recte: I.V.B. (Adv: Claudia M. de M. Cruz Varandas OAB/RJ 93914). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Antônio Santana da Silva. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Júnior (TO). EMENTA N. 33/2013/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. 1) A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. 2) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Gedeon Pitaluga Júnior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.013147-1/SCA-TTU. Recte: J.A.S. (Adv: Jânio de Almeida Silveira OAB/BA 10324). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 34/2013/SCA-TTU. Retenção de autos. Artigo 34, XXII, do EAOAB. Ausência de abusividade. Não comprovado prejuízo às partes ou ao bom andamento do feito. Infração não configurada. Absolvição que se impõe. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Guilherme Octávio Batochio, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.013224-2/SCA-TTU. Recte: J.F.J. (Adv: José Francischini Junior OAB/MG 41625). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e José Márcio Catarino. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 35/2013/SCA-TTU. Processo Disciplinar. Recurso ao CFOAB tem natureza extraordinária. Recurso contra decisão unânime. No caso o recurso terá de cuidar, como é da Lei (art. 75, da Lei nº 8.906/94) em demonstrar que o julgado impugnado contrariou o EAOAB, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, ou os Provimentos, ou Decisão do CFOAB ou de Conselho Seccional. Não conhecido por falta de demonstração dos pressupostos à sua admissão (art. 75, do EAOAB). Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 12 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000021-7/SCA-TTU. Recte: A.B.G. (Advs: Mauricio Carneiro Nogueira da Silva OAB/SP 82244 e OAB/MG 1039-A e Outras). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e H.G.O. (Adv: Hélio Guedes de Oliveira OAB/SP 91078 e OAB/MG 788-A). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 36/2013/SCA-TTU. Processo. Recurso em processo ético-disciplinar. Todos os recursos ao CFOAB (artigo 69, §§ 1º e 2º do EAOAB; e artigo 139 do RG), no rigor da Lei, serão promovidos no prazo de 15 (quinze) dias e, esse prazo será contado a partir do ato de recebimento da intimação, sob pena de intempestividade. Recurso intempestivo não se conhece. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000180-5/SCA-TTU. Rectes: F.M.P.M. e J.I.R.L. (Advs: Fabíola M. Pacheco de Menezes OAB/BA 22689 e Henrique Menezes Passos OAB/BA 13330). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Bahia e Lino Ferreira de Assis. Relator: Conselheiro Federal Pelópidas Soares Neto (PE). EMENTA N. 37/2013/SCA-TTU. O recorrente não atacou os fundamentos do acórdão recorrido. Ofensa ao princípio da dialeticidade recursal previsto no artigo 514, II, do CPC vigente, fonte supletiva do processo administrativo disciplinar no âmbito da OAB. É impossível o enfrentamento de questões meritórias não apreciadas pela Seccional, sob pena de supressão de instância. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos recursos, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Pelópidas Soares Neto, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000258-5/SCA-TTU. Recte: D.L.F.L. (Adv: Rene José Stupak OAB/PR 11733). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Alexandre Levandoski. Relator: Conselheiro Federal Pelópidas Soares Neto (PE). EMENTA N. 38/2013/SCA-TTU. Estabelece o artigo 69 do EAOAB (Lei Federal nº 8.906/94) que o prazo para interposição de recurso no âmbito do processo interno da OAB é de 15 (quinze) dias. Complementando a norma, o artigo 139 do Regulamento Geral dispõe que a contagem do prazo, uma vez processada a intimação via agente dos correios, inicia-se no primeiro dia seguinte ao recebimento da notificação e não da juntada aos autos do aviso de recebimento-AR respectivo. O representado foi cientificado da decisão da Seccional no dia 06 de abril de 2011, uma quarta-feira, no entanto o recurso competente só foi interposto, via fac-símile, no dia 04 de maio de 2011, ou seja, após o prazo legal de 15 (quinze) dias. É impossível o enfrentamento de questões meritórias não apreciadas pela Seccional, sob pena de supressão de instância. Recurso conhecido, porém improvido para manter a decisão da Seccional do Paraná que não conheceu o recurso interposto por intempestividade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Pelópidas Soares Neto, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000449-7/SCA-TTU. Recte: S.S.S. (Adv: Ricardo Ardanaz OAB/PR 52540). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA N. 39/2013/SCA-TTU. RECURSO. Ausência de lapso temporal superior a 5 (cinco) anos entre a causa interruptiva da prescrição e primeira decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB. Ausência de paralisação do processo por mais de três anos. INEXISTENCIA DE PRESCRIÇÃO. Diante do Princípio da Incomunicabilidade das instâncias, a responsabilidade administrativa somente será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, excluída, portanto, a hipótese de declaração de prescrição da pretensão punitiva. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2013.000452-9/SCA-TTU. Recte: P.H.C.V. (Adv: Paulo Henrique C. Viveiros OAB/PR 15838). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Aldemário Araújo Castro (DF). EMENTA N. 40/2013/SCA-TTU. Processo administrativo de natureza ética e disciplinar. Advogado que alterou documento judicial, deturpando o seu teor, a fim de iludir o juiz da causa para conseguir adiamento de audiência judicial. Recurso para o Conselho Federal que não se conhece por ausência de atendimento dos pressupostos de admissibilidade (art. 75 do Estatuto). Decisão unânime. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Aldemário Araujo Castro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000502-9/SCA-TTU. Recte: E.C.S. (Adv: Jorge Bloise OAB/RJ 34125). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Espólio de H.H.B. Repte. Legal: U.P.B. (Advs: José Mauro de Araújo Machado OAB/RJ 18417 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Edilson Baptista de Oliveira Dantas (PA). EMENTA N. 41/2013/SCA-TTU. 1) Recurso ao Conselho Federal. Prestação de Contas. Compensação. Inaplicabilidade dos artigos 319 e 368 do Código Civil ante o critério da especialidade da Lei 8.906/94 da qual decorrem um conjunto de regras e princípios a que devem ser submetidos os profissionais da advocacia. 2) Sem prévia autorização de seu cliente ou previsão contratual não pode o advogado compensar créditos a que acha ter direito. Violação aos arts. 9º e 35, § 2º do Código de Ética e Disciplina. 3) Infração disciplinar prevista no Inciso XXI do art. 34 do EAOAB, que justifica seja mantida a decisão recorrida. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida do Órgão Especial do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Edilson Baptista de Oliveira Dantas, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000789-1/SCA-TTU. Recte: J.F.F. (Adv: João Francisco Ferreira OAB/TO 48-B e OAB/GO 4963). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Tocantins e N.A.S. Repte. Legal: Neusilvene Florentino de Souza. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 42/2013/SCA-TTU. Representação contra advogado. Imputação por retenção de verba pertencente ao cliente, não prestação de contas e desídia profissional. Violação aos princípios do devido processo legal. Prescrição decorrente da nulificação dos atos processuais. Processo disciplinar no qual não fora assegurado ao representado o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório, é nulo. Ensejando tal decisão a prescrição. E, portanto, deve ser declarada a extinção do processo. Recurso conhecido e parcialmente provido. Acórdão: Vistos,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000919-5/SCA-TTU. Recte: E.R.B.R.P. (Adv: Eloa Bittencourt OAB/PR 34737). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Júnior (TO). EMENTA N. 43/2013/SCA-TTU. Prescrição - Notificação - Interrupção - Locupletamento - Suspensão - Improvimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 09 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente. Gedeon Batista Pitaluga Junior, Relator.

Brasília, 18 de abril de 2013.
RENATO DA COSTA FIGUEIRA
Presidente

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2012.012713-0/SCA-TTU. Recte: C.A.S. (Adv: Christian Alexandra Santos OAB/MS 10237). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Daguimar Maria Pereira. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 11 de março de 2013. Leonardo Accioly da Silva, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94 -, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Brasília, 11 de março de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2012.012715-4/SCA-TTU. Recte: M.M.P. (Adv: Erick Gustavo Rocha Terán OAB/MS 12828). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo (RN). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso, por ser intempestivo, e proponho seu indeferimento liminar ao ilustre Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 8 de abril de 2013. Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, uma vez que constatada sua intempestividade, nos moldes do art. 69 da Lei nº 8.906/94 e art. 139 do Regulamento Geral do EAOAB, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Brasília, 8 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente". RECURSO 49.0000.2013.000731-5/SCA-TTU. Recte: L.M.D. (Def. Dat: Itamar de Souza Novaes OAB/MS 11173). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Pelópidas Soares Neto (PE). DESPACHO: "(...). Isto posto, com fulcro no artigo 140 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, indefiro liminarmente o processamento do recurso interposto, face a sua intempestividade. Encaminhe-se o presente despacho ao Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara deste Egrégio Conselho Federal para apreciação e providências que lhe competem. Brasília, 08 de abril de 2013. Pelópidas Soares Neto, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus jurídicos fundamentos, para indeferir liminarmente o recurso interposto, eis que ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei nº 8.906/94 -, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão, para execução do julgado. Da mesma forma, determino a imediata devolução da taxa cobrada pela Seccional, a título de preparo de recurso, no valor de R$ 119,20, por não encontrar respaldo em nossas normas de regência e conflitar com os precedentes deste Conselho Federal. Brasília, 08 de abril de 2013. Renato da Costa Figueira, Presidente".

Brasília, 18 de abril de 2013.
RENATO DA COSTA FIGUEIRA
Presidente

ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

RECURSO n. 49.0000.2011.006727-0/OEP. Recte: R.C.F. (Advs: Olgaildes Neves de Lima OAB/RJ 80217 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). EMENTA n. 042/2013/OEP: Não reúne condições de admissibilidade o recurso dirigido ao Órgão Especial contra decisão unânime de Turma da Segunda Câmara, quando esta não violou o Estatuto da Advocacia e da OAB, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos, não apontando dissonância pretoriana específica advinda desse Conselho Federal ou de Conselho Seccional. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Maryvaldo Bassal de Freire - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.005070-4/OEP. Recte: P.H.E.B.Ltda. (Advs.: Silvana Benincasa de Campos OAB/SP 54224, Ricardo Quass Duarte OAB/SP 195873, Marcio de Souza Polto OAB/SP 144384, Mauro Pedroso Gonçalves OAB/DF 21278 e outros). Recdo: C.R.P. (Advs.: Maria Lucia Dutra Rodrigues Pereira OAB/SP 89882 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). EMENTA n. 043/2013/OEP: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE REVISÃO DE PENA. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA PRORROGAÇÃO DE PENA PREVISTA NO ARTIGO 37, PARÁGRAFO 2, DO ESTATUTO DA OAB E DA ADVOCACIA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO PROVIDO. I - A prorrogação prevista no artigo 37, parágrafo 2, da Lei n. 8.906/94, se reveste de razoabilidade e deve prevalecer para proteger a dignidade e o respeito da advocacia, bem como resguardar a sociedade da atuação de maus profissionais. II - Recurso a que se dá provimento para restaurar a pena aplicada ao causídico. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Claudio Pacheco Prates Lamachia - Presidente. Marcelo Lavocat Galvão - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.001724-7/OEP. Recte: V.M. (Advs: Valdir Martins OAB/SP 124815 e Renata Daniela dos Santos Noia OAB/SP 250339). Recdo: Marcos Levy da Silva. Interessado: Conselho Seccional OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ulisses Cesar Martins de Sousa (MA). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). EMENTA n. 044/2013/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime de Turma da Segunda Câmara. Alegação de violação ao art. 68 do EAOAB. Pretensão à aplicação do instituto da perempção, previsto no art. 60 do Código de Processo Penal. Impossibilidade. Somente aplicam-se as regras da legislação processual penal comum ao processo disciplinar de forma subsidiária. Tendo o Estatuto atribuído legitimidade a qualquer pessoa interessada para representar estabelecido que o processo disciplinar corre de ofício após instaurado, não há que se falar em perempção por inércia da Subseção que comunica infração disciplinar, em tese, à OAB, visando sua apuração. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Maryvaldo Bassal de Freire - Relator ad hoc. Recurso n. 49.0000.2011.003281-2/OEP - Embargos de declaração. Embgante: A.L.L. (Advs.: Rebecca Campos Cardoso OAB/MG 69.129, Edward Ferreira Souza OAB/MG 29368 e outros). Embgado: Acórdão de fls. 1113/1116. Recte: A.L.L. (Advs.: Lizete Guimarães de Oliveira Parreira OAB/DF 28577, Edward Ferreira Souza OAB/MG 29368 e outros). Recdos: Augusto Ferreira Souto Filho, Carlos Antonio Chaves da Silva, Olinto Caldeira Neto e Wilson Chaves Barreto (Adv.: Teresinha Gomes da Silva OAB/MG 83551). Interessada: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). EMENTA n. 045/2013/OEP. Embargos de declaração meramente protelatórios. Não conhecimento. Ausência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada. Evidente pretensão de postergar o cumprimento da sanção disciplinar imposta pela OAB. Manifesto intuito procrastinatório dos embargos. A reiteração de embargos declaratórios sob os mesmos fundamentos já analisados constitui abuso do direito de recorrer, suscetível de caracterizar falta ética passível de punição. Determinação de baixa imediato dos autos para execução do julgado, independente de publicação ou de nova manifestação do embargante. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Maryvaldo Bassal de Freire - Relator. Recurso n. 49.0000.2012.005069-0/OEP. Recte: A.C.A. (Adv.: Abdalla Chammus Achar OAB/SP 37642). Recdos: L.M.M.V. e G.C.A. (Advs.: Kozo Denda OAB/SP 27096 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Carlos Levenzon (RS). EMENTA n. 046/2013/OEP: Representação. Apresentada por advogado contra advogados. Representação arquivada. Querelas particulares ou questiúnculas merecem ser resolvidas em outras esferas. Ausência de requisitos de admissibilidade. Recurso não conhecido. Determinação de apuração de conduta de defensor. Apontamento. Membro da OAB. Impossibilidade de atuação nos processos administrativos da Entidade na figura de defensor. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 18 de setembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Luiz Carlos Levenzon - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.002797-0/OEP. Recte: M.A.P. (Advs.: Maria de Fatima Gozzo da Silva OAB/SP 28670 e outros). Recdo: Euzébio Souza da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). Relatora ad hoc: Conselheira Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). EMENTA n. 047/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Falecimento da advogada representada após a interposição do recurso. Perda superveniente de objeto. As sanções disciplinares previstas na Lei n. 8.906/94 possuem caráter personalíssimo, eis que somente podem ser impostas aos inscritos nos quadros da OAB. Assim, o posterior falecimento do advogado representado, no curso do processo disciplinar, faz desaparecer o interesse de agir da OAB, por ausência de utilidade do provimento que se busca, consistente na imposição de sanção disciplinar. Reconhecimento da perda superveniente de objeto para determinar a baixa definitiva dos autos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em reconhecer a perda superveniente de objeto e determinar a baixa definitiva dos autos, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Daniela Rodrigues Teixeira - Relatora ad hoc. RECURSO n. 2009.08.02809-01 - Embargos de declaração. Embargante: E.S.T.B. (Adv: Eugenio Saverio Trazzi Bellini OAB/SP 63250). Embargado: Acórdão de fls. 362/365. Recte: E.S.T.B. (Adv: Eugenio Saverio Trazzi Bellini OAB/SP 63250). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Francisco Anis Faiad (MT). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal José Murilo Procópio de Carvalho (MG). EMENTA n. 048/2013/OEP: Embargos de declaração em embargos de declaração. Caráter meramente protelatório. Intenção de procrastinar o trânsito em julgado da decisão condenatória. Os precedentes deste Órgão Especial são no sentido de que não devem ser conhecidos embargos de declaração que não tragam fundamentação ou não demonstrem contradição, obscuridade ou omissão na decisão embargada, com intuito meramente procrastinatório. Por fim, destaca-se que a utilização de embargos de declaração, com finalidade meramente protelatória, autoriza o imediato cumprimento da decisão proferida pelo Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, independentemente da publicação do acórdão. Embargos de declaração não conhecidos, com determinação de remessa dos autos ao Conselho Seccional de origem para execução da decisão condenatória. ACORDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 3 de julho de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. José Murilo Procópio de Carvalho - Relator para o acórdão. RECURSO n. 49.0000.2011.005357-3/OEP. Recte: J.B.S.J.. (Adv.: João Benedito da Silva Junior OAB/SP 175.292). Recda: Maria Lúcia de Freitas. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Murilo Procópio de Carvalho (MG). EMENTA n. 049/2013/OEP: 1. Recurso interposto contra decisão unânime de Câmara do Conselho Federal que não se demonstra a efetiva violação ao Estatuto, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina ou aos Provimentos, limitando-se a rediscutir matéria fática já decidida. 2. O interesse de agir no processo disciplinar é da Ordem dos Advogados, não do representante. O processo disciplinar pode ser instaurado de ofício, iniciar-se e prosseguir, mesmo sem a figura do representante, o que demonstra que o interesse é e sempre será da Ordem dos Advogados, não surtindo qualquer efeito acordo ou pedido de desistência da representação. 3. Recurso não conhecido. ACORDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 18 de setembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. José Murilo Procópio de Carvalho - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.004214-4/OEP. Recte: J.E.D.F. (Advs: José Erinaldo Dantas Filho OAB/CE 11200 e Glaucia de Oliveira Barbosa de Vico OAB/DF 14626). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Ceará. Relator: Conselheiro Federal Ulisses Cesar Martins de Sousa (MA). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Cláudio Pereira Souza Neto (RJ). EMENTA n. 050/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Acórdão não unânime da Segunda Câmara. Apreciação de questão de ordem. Pedido de suspensão do processo. Competência. 1) Nos termos do art. 73, caput, do Estatuto da Advocacia e da OAB e art. 51, § 1º, do Código de Ética e Disciplina, recebida a representação, será designado Relator, a quem compete a instrução do processo, na disciplina do art. 73, caput, da Lei n. 8.906/94. 2) Ao relator compete analisar o caso e firmar seu entendimento para levar o caso a julgamento, emitindo seu voto. Compete-lhe, ainda, determinar a realização de diligências, a correção de vícios, a instrução do feito e a apreciação de pedidos de urgência. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria, reconhecer a competência do relator para a apreciação do pedido de suspensão do processo, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Cláudio Pereira Souza Neto - Relator ad hoc. RECURSO n. 2010.08.04914-05/OEP. Requerente: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Requerido: C.A.C.C. (Adv.: Paulo Barbosa Gonçalves OAB/RS 21886). Relator: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). EMENTA n. 051/2013/OEP: O pedido de revisão previsto no art. 73, § 5º, do Estatuto é de iniciativa exclusiva de quem sofreu condenação e exige trânsito em julgado da decisão condenatória. Decisão proferida com vício de incompetência absoluta enseja o reconhecimento da ineficácia da decisão. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em reconhecer que o pedido de revisão é de iniciativa exclusiva de quem sofreu condenação, declarando a competência da Segunda Câmara para julgar a matéria, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 23 de outubro de 2012. Márcia Machado Melaré - Presidente ad hoc. Marcelo Cintra Zarif - Relator.

Brasília, 18 de abril de 2013.
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
Presidente

DESPACHO

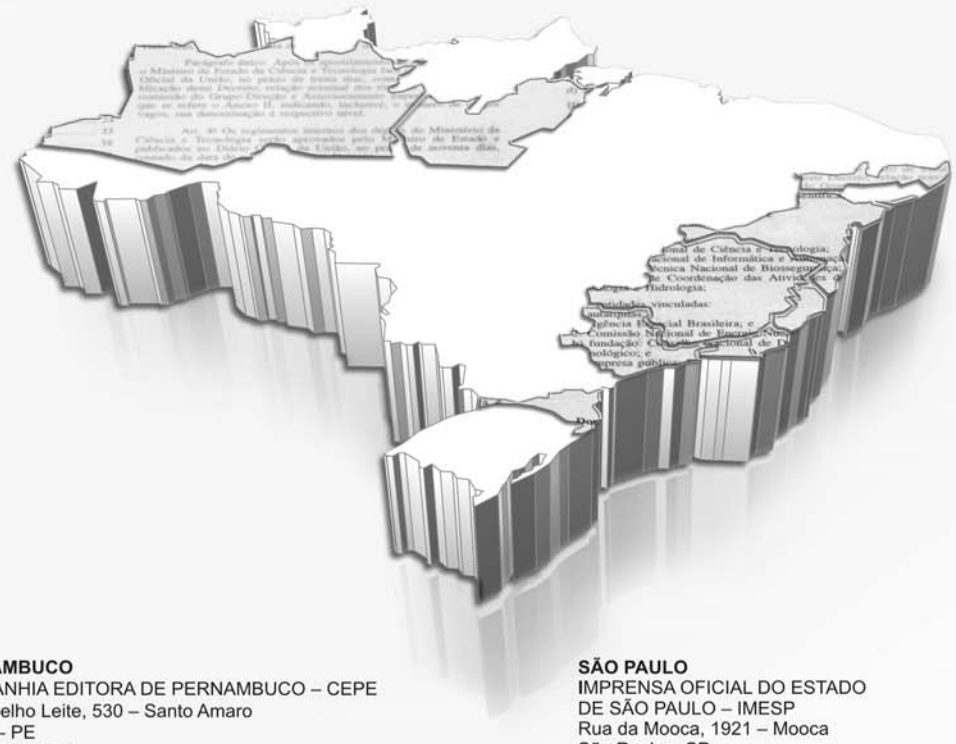
RECURSO n. 49.0000.2012.004214-4/OEP. Recte: J.E.D.F. (Advs: José Erinaldo Dantas Filho OAB/CE 11200 e Glaucia de Oliveira Barbosa de Vico OAB/DF 14626). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Ceará. Relator: Conselheiro Federal Cláudio Pereira Souza Neto (RJ). Despacho: "Trata-se de petição protocolada pelo recorrente (fls. 237/239) na qual requer a retirada de pauta do processo. (...) Ante o exposto, defiro o pedido de suspensão do processo, por 60 dias, para preservar o sigilo do processo disciplinar. Dessa mesma forma, estão suspensos os prazos prescricionais. Cientifique-se o Conselho Seccional da OAB/Ceará da presente decisão". Brasília, 23 de outubro de 2012. Cláudio Pereira de Souza - Relator.

Brasília, 18 de abril de 2013.
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

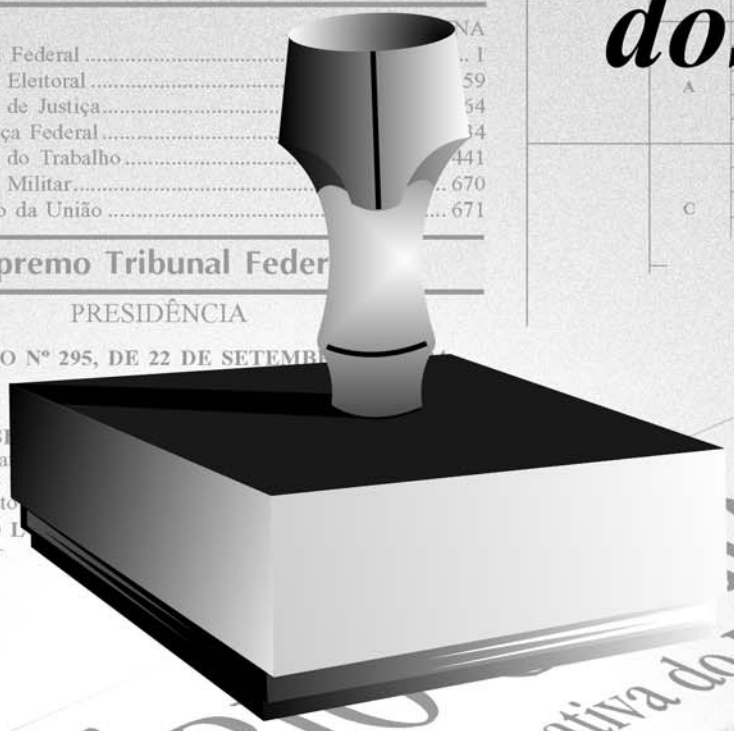
LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013041900216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.